Governo do Estado da Bahia

Secretaria do Planejamento

Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – para a implantação do Sistema de Travessia Salvador / Itaparica sobre a Baía de Todos os Santos, do Tipo Ponte Rodoviária e Duplicação da Rodovia BA 001, Trecho Itaparica a Ponte do Funil, e demais estruturas associadas

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Volume 2 Diagnóstico Ambiental

Tomo 3 Diagnóstico do Meio Socioeconômico
Restrições Ambientais
Análise Integrada

agosto 2015



EIA_t13029/03

V&S AMBIENTAL

empowering sustainability

nemus

CONSÓRCIO



empowering
sustainability

nemus

Endereço: Av. Santa Luzia 1136, Ed. Horto Empresarial Sala 506
CEP 40.295-050 - Salvador - BA
Telefone: 55 (71) 3357-3979
E-mail: contato@vesambiental.com.br | nemus@nemus.pt
Website: www.vesambiental.com.br | www.nemus.pt

ESTUDOS AMBIENTAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRAVESSIA SALVADOR / ILHA DE ITAPARICA SOBRE A BAÍA DE TODOS OS SANTOS

— Estudo de Impacto Ambiental —

Volume 2 – Diagnóstico Ambiental

Tomo 3 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico; Restrições Ambientais; Análise Integrada

ÍNDICE

1. Introdução 1

2. Diagnóstico do Meio Socioeconômico 3

2.1. Área de Influência Indireta (AII) 3

2.1.1. Introdução 3

2.1.2. Metodologia 5

2.1.3. Processo histórico de ocupação da área e suas dinâmicas 5

2.1.4. Análise das tendências de expansão urbana e peri-urbana 12

2.1.5. Caracterização da evolução populacional (urbana e rural) 15

2.1.6. Aspectos socioeconômicos globais da região 48

2.1.7. Estrutura setorial da economia dos municípios 67

2.1.8. Principais fluxos da produção local 83

2.1.9. Estrutura setorial global da ocupação/emprego 86

2.1.10. Aspectos qualitativos relacionados com o emprego nos municípios 89

2.1.11. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico 90

2.1.12. Comunidades Tradicionais 92

2.1.13. Polos e Centros de Referência da Região 114

2.1.14. Caracterização das Vias de Comunicação 119

2.1.15. Caracterização Dos Sistemas De Transmissão E Distribuição De Energia Elétrica 129

2.2. Área de Influência Direta (AID), Área Diretamente Afetada (ADA) e Área do Entorno do Empreendimento (AEE) 137

2.2.1. Introdução 137

2.2.2. Metodologia 137

2.2.3. Dinâmica Populacional 138

2.2.4. Infraestrutura 180

2.2.5. Comunidades Tradicionais 531

2.2.6. Organização Social 564

2.2.7. Tráfego de Veículos 586

2.2.8. Uso e Ocupação do Solo 620

2.2.9. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico 659

2.2.10. Lazer e Cultura – Identificação da Festas e Manifestações Culturais 862

2.2.11. Turismo 918

2.2.12. Percepção da População 964

2.2.13. Estrutura Produtiva e de Serviços 972

2.2.14. Infraestrutura Regional 1041

2.2.15. Uso da água 1046

3. Restrições Ambientais 1074

3.1. Hidrografia e Hidrogeologia 1074

3.2. Áreas de preservação permanente 1075

3.3. Unidades de conservação 1077

3.4. Zonamento ecológico-econômico 1078

3.5. Recifes de coral 1080

3.6. Estágio Sucessional da Vegetação 1081
3.7. Patrimônio histórico 1082
3.8. Áreas de valor paisagístico 1083
3.9. Terreiros e/ou centros de candomblé 1084
3.10. Comunidades de marisqueiros e/ou pescadores 1084
4. Análise Integrada 1085
4.1. Meio físico 1085
4.2. Meio biótico 1098
4.3. Meio socioeconômico 1106
4.4. Caracterização global da área de influência do empreendimento 1109
4.5. Principais inter-relações dos meios físico, biótico e socioeconômico 1115
4.6. Síntese do diagnóstico ambiental 1123
5. Referências Bibliográficas 1127

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População Residente na AII por Situação de Domicílio 20

Quadro 2 – Estatísticas da População Urbana Residente na AII por Situação do Domicílio 24

Quadro 3 – Demografia AII 25

Quadro 4 – Evolução da esperança de vida ao nascer – Estatísticas 27

Quadro 5– Evolução da esperança de vida ao nascer (em anos) – AII 28

Quadro 6– Evolução da mortalidade infantil (Estatísticas) 29

Quadro 7 – Evolução da Mortalidade Infantil (‰) – AII 30

Quadro 8 – Evolução da Razão de Dependência (%) –AII (Estatísticas) 31

Quadro 9 – Evolução da Razão de Dependência (%) – AII 32

Quadro 10 – População residente por sexo e anos 33

Quadro 11 – Índice de Eficácia Migratória BAHIA 2000-2009 36

Quadro 12 – Crescimento Vegetativo Por Ano – AII 2002-2008 37

Quadro 13– Evolução das taxas de crescimento (Estatísticas(‰)) 44

Quadro 14 – Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município, por tempo ininterrupto de residência no município – Bahia, 2010 45

Quadro 15 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar (toneladas) 49

Quadro 16 – Quantidade produzida de fumo (folhas) 50

Quadro 17 – Despesas por Função Bahia, 2012 52

Quadro 18 – Saldo de emprego celetista, segundo principais atividades econômicas, por município, Território de Identidade Recôncavo, Bahia – 2013 55

Quadro 19 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de atividade na semana de referência, 2010 57

Quadro 20–Índice da Dinâmica Econômica Municipal 60

Quadro 21 – Ranking do Índice de Performance Social dos municípios do estado da Bahia, 2010 62

Quadro 22 – Ranking do Índice de Performance Econômica dos Municípios da Bahia, 2010 64

Quadro 23 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Bahia, 1991, 2000 e 201066

Quadro 24 – PIB Municipal Valor Adicionado, PIB e PIB *Per capita* a Preços Correntes, Bahia, 2011 69

Quadro 25 – Número de unidades locais (Unidades), para os municípios com 50.000 habitantes ou mais Ano, 2012 72

Quadro 26 – Organizações representativas do Setor Pesqueiro no Município de Salinas da Margarida 75

Quadro 27– Força laboral e organização representativa dos pescadores nos municípios pertencentes à AII do Empreendimento, 2014 76

Quadro 28 – Principais locais de venda de pescados e mariscos em Salvador 79

Quadro 29 – Levantamento de preços de peixes e mariscos em Salvador-BA, em R$, por kg 82

Quadro 30 – Geração de emprego com carteira assinada AII, 2007 – 2012 87

Quadro 31 – Total de Quilombos Existentes por Área de Influência, Território de Identidade e Municípios 97

Quadro 32 – Número de Telefones Fixos: Públicos e Individuais – AII (fev. 2014) 119

Quadro 33– Estimativas de linhas de transmissão da rede básica 2014, 2015 e 2016133

Quadro 34–Porcentagem de consumidores de energia elétrica em 2010 134

Quadro 35 – Porcentagens de consumidores de energia elétrica em 2010 (Estatísticas)135

Quadro 36– Evolução da população residente na ADA e AID por situação do domicílio140

Quadro 37– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Salvador 142

Quadro 38– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade –Itaparica 144

Quadro 39– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Vera Cruz 146

Quadro 40– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Aratuípe 147

Quadro 41– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Salinas da Margarida 148

Quadro 42– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Castro Alves 150

Quadro 43– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Conceição do Almeida 152

Quadro 44– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Dom Macedo Costa 153
Quadro 45– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Jaguaripe 154
Quadro 46– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Lauro de Freitas 155
Quadro 47 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Muniz Ferreira 156
Quadro 48– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Nazaré das Farinhas 157
Quadro 49– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Santo Antônio de Jesus 159
Quadro 50 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Sapeaçu 160
Quadro 51– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Simões Filho 161
Quadro 52– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Varzedo 162
Quadro 53– Comparativo da Esperança de Vida ao Nascer (em anos) 163
Quadro 54– Comparativo da Mortalidade Infantil (em ‰) 164
Quadro 55– Rendimento da População ADA e AID, 2010 165
Quadro 56 – Pessoas economicamente ativas e não economicamente ativas – ADA e AID, 2010 167
Quadro 57– Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo os municípios, Bahia – 1991, 2000 e 2010 169
Quadro 58– Taxa de escolaridade por municípios entre a população com 25 anos ou mais, Ensino Médio e Superior, 1991-2010 171
Quadro 59– Crescimento Vegetativo da População – ADA, 2010 173
Quadro 60 – Aeródromos da ADA e AID 186
Quadro 61 – Aeródromos e Helipontos da AID e ADA 187
Quadro 62 – Movimentação de carga e navios no Porto de Salvador, 2014 191
Quadro 63– Movimentação de Carga e navios no Porto de Aratu, 2014 194
Quadro 64 – Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Salvador-Bahia 2005-2008 203
Quadro 65– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Salvador-Bahia 2005-2008 203
Quadro 66 – Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Itaparica-Bahia 2005-2008 204

Quadro 67– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Itaparica-Bahia 2005-2008 204

Quadro 68– Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Vera Cruz-Bahia 2005-2008 204

Quadro 69– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Vera Cruz-Bahia 2005-2008 205

Quadro 70 – Número de Acessos de Telefonia Instalados – ADA, 2014 206

Quadro 71– Número de Acessos de Telefonia Instalados – AID, 2014 207

Quadro 72 – Tipo de esgotamento sanitário, 2010 213

Quadro 73– Índices de esgotamento sanitário, 2011 214

Quadro 74 – Sistema de esgotamento sanitário –Santo Antônio de Jesus 220

Quadro 75 – Despesas por função – saúde e saneamento municipal – R$ – Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional 237

Quadro 76 – Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de água – 2010238

Quadro 77– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de esgotos, 2010 239

Quadro 78 – Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de esgotos, 2010 240

Quadro 79– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Consumo médio *per capita* de água e índice de perdas na distribuição – 2010 241

Quadro 80– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Quantidade de ligações de água – 2010 242

Quadro 81– Dados operacionais –EMBASA– Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Quantidade de economias residenciais ativas, 2010 243

Quadro 82– Sistema de abastecimento de água e principais mananciais da RM Salvador – Bahia 244

Quadro 83– Salvador – Dados do Município 246

Quadro 84– Itaparica– Dados do Município 246

Quadro 85 –Vera Cruz– Dados do Município 247

Quadro 86–Aratuípe– Dados do Município 249

Quadro 87 –Castro Alves – Dados do Município 250

Quadro 88–Conceição do Almeida– Dados do Município 250

Quadro 89 – Dom Macedo Costa – Dadosdo Município 251

Quadro 90 –Jaguaripe – Dados do Município 252

Quadro 91 – Lauro de Freitas – Dados do município 253

Quadro 92 – Muniz Ferreira – Dados do Município 254

Quadro 93 – Nazaré das Farinhas – Dados do Município 255

Quadro 94 – Salinas da Margarida – Dados do município 256

Quadro 95 – Santo Antônio de Jesus– Dados do Município 256

Quadro 96 –Sapeaçu – Dados do Município 257

Quadro 97–Simões Filho– Dados do Município 258

Quadro 98 – Varzedo – Dados do município 259

Quadro 99– Estimativa da Geração de Resíduos Domiciliares e Total por Município da ADA 262

Quadro 100 – Indicadores De Geração *Per capita* Por Faixa Populacional De Municípios da Bahia 262

Quadro 101– Síntese do gerenciamento, coleta e varrição dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos dos municípios da ADA 263

Quadro 102–Solução de disposição final existente nos municípios da ADA 265

Quadro 103– Situação Da Disposição Final Dos Resíduos Coletados Na ADA 265

Quadro 104– Estimativa da Geração de Resíduos Domiciliares e Total por Município da AID 266

Quadro 105– Síntese do gerenciamento, coleta e varrição dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos dos municípios da AID 267

Quadro 106– Quantitativo de resíduos encaminhados para disposição final na AID 269

Quadro 107–Solução de disposição final dos resíduos sólidos nos municípios da AID270

Quadro 108– Possibilidade de atendimento do aterro sanitário de Santo Antônio de Jesus, proposto pela Copa Engenharia 336

Quadro 109 – Compartilhamento existente de aterros sanitarios e possíveis arranjos para acabar com os lixões existentes 349

Quadro 110 – Avaliação do nível de gestão encontrado nos municípios da ADA e da AID 351

Quadro 111 – Número de estabelecimentos de ensino por município, situação de domicílio, dependência administrativa, nível de ensino, 2011 352

Quadro 112 – Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2011 358

Quadro 113 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio, por município, 2011 362

Quadro 114 – Número de estabelecimentos de ensino que possuem quadra de esportes por município, localização e dependência administrativa. Bahia, 2011 365

Quadro 115 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimentoem Salvador 369

Quadro 116 –Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado 370

Quadro 117 – Leitos de internação 370

Quadro 118 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade em Salvador 370

Quadro 119 – Recursos humanos de saúde em Salvador, segundo categoria selecionada 371

Quadro 120– Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos em Salvador 371

Quadro 121 –Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento em Salvador 372

Quadro 122– Morbidades que resultaram em internação em Salvador(por local de residência) 373

Quadro 123 – Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10 374

Quadro 124 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 375

Quadro 125 – Outros indicadores de Mortalidade 375

Quadro 126 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento em Itaparica 377

Quadro 127 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado 378

Quadro 128 – Leitos de internação 378

Quadro 129 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade 378

Quadro 130 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas 379

Quadro 131 – Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos 379

Quadro 132– Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento 380

Quadro 133 – Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária - CID10 em Itaparica(por local de residência) 381

Quadro 134 – Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10, 2008 383

Quadro 135 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 383

Quadro 136 – Outros Indicadores de Mortalidade 384

Quadro 137 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento em Vera Cruz 386

Quadro 138 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado 387

Quadro 139 – Leitos de internação 387

Quadro 140 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade em Vera Cruz, 2009 387

Quadro 141 – Recursos humanos segundo categorias em Vera Cruz, dez.2009 388

Quadro 142 – Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos em Vera Cruz 388

Quadro 143 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento 389

Quadro 144 – Morbidades que resultaram em internação em Vera Cruz 389

Quadro 145 – Mortalidade em Vera Cruz 391

Quadro 146 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 392

Quadro 147 – Outros Indicadores de Mortalidade 392

Quadro 148 – Número de estabelecimentos de saúde de Aratuípe, 2009 394

Quadro 149 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado 395

Quadro 150 – Leitos de internação por 1.000 habitantes 395

Quadro 151 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento 395

Quadro 152 – Recursos humanos em saúde de Aratuípe 397

Quadro 153 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Aratuípe, 2008 398

Quadro 154 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionada (por 100.000 habitantes) 398

Quadro 155 – Outros Indicadores de Mortalidade 399

Quadro 156 – Morbidades que resultaram em internação 401

Quadro 157 – Estabelecimentos de saúde em Castro Alves 404

Quadro 158 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado 405

Quadro 159 – Leitos de internação por 1.000 habitantes 405

Quadro 160 – Número de leitos oferecidos em Castro Alves 405

Quadro 161 – Recursos humanos de saúde em Castro Alves 406

Quadro 162 – Equipamentos disponíveis no SUS em Castro Alves 407

Quadro 163 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento 407

Quadro 164 – Morbidades que resultaram em internação em Castro Alves 409

Quadro 165 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Castro Alves, 2008 410

Quadro 166 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 411

Quadro 167 – Outros Indicadores de Mortalidade 411

Quadro 168 – Estabelecimentos de saúde em Conceição do Almeida, 2009 413

Quadro 169 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 414

Quadro 170 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009 414

Quadro 171 – Leitos ofertados em Conceição do Almeida, 2009 414

Quadro 172 – Recursos humanos de saúde em Conceição do Almeida, dez. 2009 415

Quadro 173 – Equipamentos disponíveis no SUS em Conceição do Almeida, 2009 415

Quadro 174 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 416

Quadro 175 – Morbidades que resultaram em internação em Conceição do Almeida, 2009 417

Quadro 176 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Conceição do Almeida, 2008 420

Quadro 177 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 420

Quadro 178 – Outros Indicadores de Mortalidade 421

Quadro 179 – Estabelecimentos de saúde em Dom Macedo Costa, 2009 422

Quadro 180 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003 423

Quadro 181 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003 423

Quadro 182 – Leitos oferecidos em Dom Macedo Costa, 2003 423

Quadro 183 – Recursos humanos de saúde em Dom Macedo Costa-Dez. 2009 424

Quadro 184 – Equipamentos disponíveis no SUS em Dom Macedo Costa, 2009 424

Quadro 185 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 425

Quadro 186 – Morbidades que resultaram em internação em Dom Macedo Costa, 2009 427

Quadro 187 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Dom Macedo Costa, 2008428

Quadro 188 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 428

Quadro 189 – Outros Indicadores de Mortalidade 429

Quadro190 – Estabelecimentos de saúde em Jaguaripe, 2009 431

Quadro 191 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003 432

Quadro 192 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003 432

Quadro 193 – Leitos de internação existentes em Jaguaripe, 2008 432

Quadro 194 – Recursos humanos de saúde em Jaguaripe, dez. 2009 433

Quadro 195 – Equipamentos disponíveis no SUS em Jaguaripe, 2009 433

Quadro 196 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 434

Quadro 197 – Morbidades que resultaram em internação em Jaguaripe, 2009 435

Quadro 198 – Mortalidade em Jaguaripe, 2008 436

Quadro 199 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 437

Quadro 200 –Outros Indicadores de Mortalidade 437

Quadro 201 – Estabelecimentos de saúde em Lauro de Freitas, 2009 440

Quadro 202 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 441

Quadro 203 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009 441

Quadro 204 – Leitos oferecidos em Lauro de Freitas, 2009 441

Quadro 205 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas, 2009442

Quadro 206 – Equipamentos disponíveis no SUS em Lauro de Freitas, 2009 442

Quadro 207 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 443

Quadro 208 – Morbidades que resultaram em internação em Lauro de Freitas, 2009445

Quadro 209 – Mortalidade em Lauro de Freitas, 2008 447

Quadro 210 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 447

Quadro 211 – Outros Indicadores de Mortalidade 448

Quadro 212 – Estabelecimentos de saúde em Muniz Ferreira, 2009 449

Quadro 213 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003 450

Quadro 214 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003 450

Quadro 215 – Leitos oferecidos em Muniz Ferreira, 2003 450

Quadro 216 – Recursos humanos da saúde em Muniz Ferreira, 2009 451

Quadro 217 – Equipamentos do SUS em Muniz Ferreira, 2009 451

Quadro 218 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 452

Quadro 219 – Morbidades que resultaram em internação em Muniz Ferreira, 2009 453

Quadro 220 – Mortalidade em Muniz Ferreira, 2008 454

Quadro 221 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes) 455

Quadro 222 – Outros Indicadores de Mortalidade 455

Quadro 223 – Estabelecimentos de saúde em Nazaré das Farinhas, 2009 457

Quadro 224 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 458

Quadro 225 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009 458

Quadro 226 – Leitos oferecidos em Nazaré das Farinhas, 2009 458

Quadro 227 – Recursos humanos da saúde em Nazaré das Farinhas, 2009 459

Quadro 228 – Equipamentos disponíveis no SUS em Nazaré das Farinhas, 2009 459

Quadro 229 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 460

Quadro 230 – Morbidades que resultaram em internação em Nazaré das Farinhas, 2009 461

Quadro 231 – Mortalidade em Nazaré das Farinhas, 2008 462

Quadro 232 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes) 463

Quadro 233 – Outros Indicadores de Mortalidade 463

Quadro 234 – Estabelecimentos de saúde em Salinas da Margarida, 2009 465

Quadro 235 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 466

Quadro 236 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009 466

Quadro 237 – Leitos oferecidos em Salinas da Margarida, 2009 466

Quadro 238 – Recursos humanos de saúde em Salinas da Margarida, 2009 467

Quadro 239 – Equipamentos disponíveis no SUS em Salinas da Margarida, 2009 467

Quadro 240 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 468

Quadro 241 – Morbidades que resultaram em internação em Salinas da Margarida, 2009 470

Quadro 242– Mortalidade em Salinas da Margarida, 2008 471

Quadro 243 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes) 472

Quadro 244 – Outros Indicadores de Mortalidade 472

Quadro 245 – Estabelecimentos de Saúde em Santo Antônio de Jesus, 2009 475

Quadro 246 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 476

Quadro 247 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009 476

Quadro 248 – Leitos oferecidos em Santo Antônio de Jesus, 2009 476

Quadro 249 – Recursos humanos de saúde em Santo Antônio de Jesus, 2009 477

Quadro 250 – Equipamentos disponíveis no SUS em Santo Antônio de Jesus, 2009477

Quadro 251 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 478

Quadro 252 – Morbidades que resultaram em internação em Santo Antônio de Jesus, 2009 479

Quadro 253 – Mortalidade em Santo Antônio de Jesus, 2008 480

Quadro 254 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 481

Quadro 255 – Outros Indicadores de Mortalidade 481

Quadro 256 – Estabelecimentos de saúde em Sapeaçu, 2009 483

Quadro 257 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 484

Quadro 258 – Leitos de internação, 2009 484

Quadro 259 – Leitos disponíveis em Sapeaçu, 2009 484

Quadro 260 – Recursos humanos de saúde em Sapeaçu, 2009 485

Quadro 261 – Equipamentos disponíveis no SUS em Sapeaçu, 2009 485

Quadro 262 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 486

Quadro 263 – Morbidades que resultaram em internação em Sapeaçu, 2009 487

Quadro 264 – Mortalidade em Sapeaçu, 2008 488

Quadro 265 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes) 489

Quadro 266 – Outros Indicadores de Mortalidade 489

Quadro 267 – Estabelecimentos de saúde em Simões Filho, 2009 491

Quadro 268 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009 492

Quadro 269 – Leitos de internação, 2009 492

Quadro 270 – Leitos disponíveis em Simões Filho, 2009 492

Quadro 271 – Recursos humanos de saúde em Simões Filho, 2009 493

Quadro 272 – Equipamentos disponíveis no SUS em Simões Filho, 2009 493

Quadro 273 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 494

Quadro 274 – Morbidades que resultaram em internação de Simões Filho, 2009 495

Quadro 275 – Mortalidade em Simões Filho, 2008 497

Quadro 276 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes) 498

Quadro 277 – Outros Indicadores de Mortalidade 498

Quadro 278 – Estabelecimentos de saúde em Varzedo, 2009 500

Quadro 279 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003 501

Quadro 280 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003 501

Quadro 281 – Leitos disponíveis em Varzedo, 2003 501

Quadro 282 – Recursos humanos de saúde em Varzedo, 2009 502

Quadro 283 – Equipamentos disponíveis no SUS em Varzedo, 2009 502

Quadro 284 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009 503

Quadro 285 – Morbidades que resultaram em internação em Varzedo, 2009 504

Quadro 286 – Mortalidade em Varzedo, 2008 505

Quadro 287 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) 506

Quadro 288 – Outros Indicadores de Mortalidade 506

Quadro 289 –Relação de Unidades Policiais – PM/BA 518

Quadro 290 – Infraestrutura do Poder Judiciário/Ba, Municípios 523

Quadro 291– Estrutura de Proteção e Defesa Civil nos Municípios, 2012 529

Quadro 292 – Total de Quilombos Existentes por Área de Influência, Território de Identidade e Municípios 536

Quadro 293 – Comunidades Pesqueiras da ADA e Força Laboral do Setor Pesqueiro547

Quadro 294 – Principais áreas de pesca de aratu, utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 560

Quadro 295 – Principais áreas de pesca de caranguejo utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 560

Quadro 296 – Principais áreas de pesca de siri utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 560

Quadro 297 – Principais áreas de pesca de lambreta utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 561

Quadro 298 – Principais áreas de pesca de sururu utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 561

Quadro 299 – Produção de chumbinho por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 562

Quadro 300 – Principais áreas de pesca de ostra utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 562

Quadro 301 – Principais áreas de pesca de camarão utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 563

Quadro 302 – Principais áreas de pesca de peixe, por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 564

Quadro 303 – Principais Organizações da Sociedade Civil (OSC), municípios da ADA/AID 569

Quadro 304– Moluscos, crustáceos e peixes analisados nas estações do território pesqueiro de Ilha de Maré pelo consórcio Hydros/CH2MHILL(2005) 582

Quadro 305 – Sínteses dos conflitos na ADA e AID 586

Quadro 306 – Lista de Bens Culturais Tombados do Município de Salvador 734

Quadro 307 – Sítios arqueológicos cadastrados no município de Salvador-BA 808

Quadro 308 – Localização dos poços-testes (tradagens) escavados 812

Quadro309 – Pontos de Mergulho 843

Quadro310 – Materiais observados nos pontos averiguados 847

Quadro 311 – Terreiros de candomblés da Ilha de Itaparica 906

Quadro 312 – Centros da Ilha de Itaparica 907

Quadro 313 – Cultos aos Egunguns 908

Quadro 314 – Quatidade de vagas para embarcações em marinas e clubes na BTS, 2010 925

Quadro 315– Participação das Zonas Turísticas no Fluxo Turístico Doméstico, Bahia, 2011 931

Quadro 316– Principais Destinos do Fluxo Turístico Internacional, Bahia, 2011 931

Quadro 317 – Público Usuário do Turismo Náutico na BTS 932

Quadro 318 – Estado de Residência do Usuário do Turismo Náutico na BTS 932

Quadro 319 – Nível de escolaridade dos entrevistados 933

Quadro 320 – Renda Média Mensal Individual dos Entrevistados 933

Quadro 321 – Localidades Visitadas 934

Quadro 322– Composição de Gastos 934

Quadro 323– Recursos/atrativos naturais, culturais e históricos dos municípios 936

Quadro 324 – Infraestrutura náutica na ADA e AID 943

Quadro 325 – Perfil Turístico dos Municípios da Área da Baía de Todos os Santos 944

Quadro 326– Escolaridade do entrevistado 965

Quadro 327 – Atitude em Relação à Ponte I 966

Quadro 328 – Atitude em Relação à Ponte II 967

Quadro 329– Autovalores e percentual de inércia explicada – variáveis e municípios das Áreas Diretamente Afetadas (ADA), Áreas de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) 975

Quadro 330 – Desagregação do PIB dos Municípios 980

Quadro 331 – PIB total e *per capita* Bahia e Brasil – 2010* 981

Quadro 332 – Ranking intramunicipal do PIB Municipal, 2011 – Projeto Ilha de Itaparica – Salvador 983

Quadro 333 – Ranking intermunicipal do PIB Municipal 2011 – Projeto Ilha de Itaparica – Salvador 985

Quadro 334 – Evolução e participação relativa dos setores produtivos da RMS por número de estabelecimentos (1996 e 2008) 995

Quadro 335 – Participação relativa do emprego na RMS por atividade produtiva (1996 e 2008) 996

Quadro 336 – Número de empresas na RMS e na RMSP, por setor selecionado 998

Quadro 337 – Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano na Área do Projeto, por ordem decrescente de importância 998

Quadro 338 – Variáveis Socioeconômicas Utilizadas no Cluster Analysis 1007

Quadro 339 – Evolução do Emprego Formal de Janeiro a Dezembro de Cada Ano, por Município, com Ajustes – 2002/jan-2014 1011

Quadro 340 – Bandeira 2009 e ESTATIPESCA (2006) – Produção em toneladas de pescado marítimo e estuarino por aparelho de pesca, em municípios do entorno da BTS, no ano de 2006 1016

Quadro 341 – Bandeira (2009) Aparelhos de pesca utilizados por pescadores e marisqueiras em algumas localidades presentes na BTS, em comum com a malha amostral da Avaliação Socioambiental do Projeto Manati 1018

Quadro 342 – Produtividade da pesca de aratu nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1020

Quadro 343 – Produtividade da pesca de caranguejo nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1021

Quadro 344 – Produtividade da pesca de siri nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1021

Quadro 345 – Produtividade da pesca de lambreta nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1022

Quadro 346 – Produtividade da pesca de sururu nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1022

Quadro 347 – Produtividade da pesca de chumbinho por áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1022

Quadro 348 – Produtividade da pesca de ostra nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1023

Quadro 349 – Produção de camarão por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1024

Quadro 350 – Produção de peixe por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz 1024

Quadro 351 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica, 2006 1032

Quadro 352 –Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* 1034

Quadro 353 – Situação de Abastecimento de Água dos Municípios da Área de Influência do Empreendimento – Situação 2015 1054

Quadro 354 – Unidades de Conservação por tipo, dependência administrativa e área total, localizadas na área de influência diretado empreendimento 1078

Quadro 355 – Principais inter-relações entre fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico, por fator ambiental 1115

Quadro 356 – Síntese do diagnóstico 1124

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1– Localização da área de estudo 4

Figura 2 – PIB Indústria (2011) 13

Figura 3 – Venda de caranguejo na beira da estrada, 2014 78

Figura 4– Venda de peixe em Santiago do Iguape, 2014 78

Figura 5 – Caibongo Velho, 2014 94

Figura 6– Padrão Construtivo Guerem, 2014 94

Figura 7– Enseada do Paraguaçu, 2014 94

Figura 8 – Salamina Padrão Construtivo, 2013 94

Figura 9 – Pescador em Salamina, 2013 95

Figura 10 – Posto de Saúde em SãoTiago do Iguape, 2014 96

Figura 11 – Organização Social Santiago do Iguape, 2014 104

Figura 12– Banco Solidário Santiago do Iguape, 2014 104

Figura 13– Quantitativo de pescadores artesanais cadastrados no Ministério da Pesca e Aquicultura por município, 2012 106

Figura 14 – Detalhe com quantitativo de pescadores artesanais cadastrados no Ministério da Pesca e Aquicultura por município, 2012 106

Figura 15 – Imagem aérea de Madre de Deus 107

Figura 16– Assentamento de Reforma Agrária 109

Figura 17 – População 2010 117

Figura 18 – População municipal nos anos de 2000 e 1991 118

Figura 19 – Linhas de Transmissão, horizonte 2014 130

Figura 20 – Esquema das Linhas de Transmissão de Energia do Entorno da Baía de Todos os Santos 131

Figura 21 – Esquema das Linhas de Transmissão de Energia do Entorno de Salvador132

Figura 22 – Programa Luz Para Todos – Ilha de Itaparica – Cacha Prego, 2013 136

Figura 23 – Distribuição da população em Salvador 139

Figura 24 – Salvador – Pirâmide Etária 143

Figura 25 –Itaparica– Pirâmide Etária 144

Figura 26 –Vera Cruz– Pirâmide Etária 145

Figura 27– Aratuípe– Pirâmide Etária 147

Figura 28– Salinas da Margarida – Pirâmide Etária 149

Figura 29 –Castro Alves– Pirâmide Etária 150
Figura 30–Conceição do Almeida– Pirâmide Etária 151
Figura 31– Dom Macedo Costa – Pirâmide Etária 152
Figura 32 – Jaguaripe– Pirâmide Etária 154
Figura 33–Lauro de Freitas– Pirâmide Etária 155
Figura 34–Muniz Ferreira– Pirâmide Etária 156
Figura 35 –Nazaré das Farinhas – Pirâmide Etária 157
Figura 36 –Santo Antônio de Jesus– Pirâmide Etária 158
Figura 37 –Sapeaçu– Pirâmide Etária 159
Figura 38–Simões Filho– Pirâmide Etária 160
Figura 39 –Varzedo– Pirâmide Etária 162
Figura 40– Ferrovias Baianas 182
Figura 41 – Malha da Ferrovia Centro Atlântica – Corredor Minas – Bahia 184
Figura 42– Angar de Aeródromo da Ilha de Itaparica–Vera Cruz 185
Figura 43 – Zoneamento do Porto de Salvador, 2014 192
Figura 44– 1ª Residência Rodoviária 196
Figura 45 – 2ª Residência Rodoviária 197
Figura 46– 6ª Residência Rodoviária 199
Figura 47– 17ª Residência Rodoviária 200
Figura 48– Esgotamento sanitário, rede geral – 2010 215
Figura 49– Esgotamento sanitário, fossa séptica – 2010. 216
Figura 50– Esgotamento sanitário, fossa rudimentar – 2010 217
Figura 51– Instrumentos de gestão em regiões metropolitanas 218
Figura 52 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Salvador 222
Figura 53 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Itaparica 223

Figura 54– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Vera Cruz 223

Figura 55– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Aratuípe 224

Figura 56 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Dom Macedo Costa 224

Figura 57– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Castro Alves 225

Figura 58– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Conceição do Almeida 225

Figura 59– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Jaguaripe 226

Figura 60– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Lauro de Freitas 226

Figura 61– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Muniz Ferreira 227

Figura 62– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Nazaré das Farinhas 227

Figura 63– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Salinas da Margarida 228

Figura 64 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Santo Antônio de Jesus 228

Figura 65 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Simões Filho 229

Figura 66– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Sapeaçu 229

Figura 67– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Varzedo 230

Figura 68– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Salvador 230

Figura 69– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Vera Cruz 231

Figura 70– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Aratuípe 231

Figura 71 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Conceição do Almeida 232

Figura 72 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Dom Macedo Costa 232

Figura 73– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Castro Alves 233

Figura 74– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Jaguaribe 233

Figura 75– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Muniz Ferreira 234

Figura 76– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Nazaré das Farinhas 234

Figura 77– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Salinas da Margarida 235

Figura 78– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Sapeaçu 235

Figura 79– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Santo Antônio de Jesus 236

Figura 80– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Simões Filho 236

Figura 81– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Varzedo 237

Figura 82– Percentual dos resíduos por solução de disposição final e por aterro na aid da ponte Salvador / Itaparica 268

Figura 83 – Localização do aterro metropolitano centro 271

Figura 84 – Localização do Parque Socioambiental de Canabrava (antigo lixão) e da estação de transbordo de salvador 272

Figura 85– Vista Do Aterro Ilha De Itaparica 272
Figura 86– Localização Aproximada Do Aterro De Santo Antônio de Jesus 273
Figura 87– Aterro De Cruz Das Almas 274
Figura 88– Vista Do Lixao De Castro Alves 275
Figura 89– Vista Do Lixão De Jaguaripe 275
Figura 90– Localização Aproximada Do Lixão Do Município De Nazaré 276
Figura 91 – Localização Do Lixão De Aratuípe 277
Figura 92– Modelo tecnológico 279
Figura 93 –Situação de caixa estacionária localizada na Av. Suburbana 280
Figura 94 – Situação de caixa estacionária localizada no vale das pedrinhas 280
Figura 95 – Posto de entrega de entulho (PDE) do Itaigara, em reforma 283
Figura 96–Acesso ao PDE do Itaigara 283
Figura 97– Posto De Descarga De Entulho – Itaigara 283
Figura 98– Depósito De Entulho Clandestino No Fundo Do Macro – Salvador 284
Figura 99– Vista Aérea Do Aterro Metropolitano Centro– Salvador 285
Figura 100– Características De Tratabilidade Dos Residuos Urbanos De Salvador 287
Figura 101–Casarios antigos e conservado em Itaparica 288
Figura 102 – Casarios antigos e bem conservado em Itaparica 288
Figura 103–Orla com bom aspecto– Itaparica 289
Figura 104–Área do boulevard, bem conservado– Itaparica 289
Figura 105 – Fardamento – Itaparica 290
Figura 106– Papeleiras para pequenos resíduos – Itaparica 290
Figura 107 – Saco de lixo disposto junto à papeleira– Itaparica 290
Figura 108– Ponto de acúmulo de lixo, ocasionado pela colocação do container e demora da coleta em Itaparica 291
Figura 109– Caixa estacionária vazia e lixo solto na rua em Itaparica 291
Figura 110– Entulho disposto em via pública em Itaparica 291
Figura 111– Resíduo comercial, aguardando a coleta em Itaparica 291

Figura 112– Container Localizado Na Entrada Para Amoreiras/Itaparica 292

Figura 113– Praias Limpas, Sem Muitas BarracasemItaparica 292

Figura 114– Secretaria de infraestrutura de Vera Cruz 293

Figura 115– Entulho disposto ao fundo da secretaria de infraestrutura/Vera Cruz 293

Figura 116– Igreja do sagrado coração de jesus no terminal marítimo de Mar Grande/Vera Cruz 294

Figura 117 – Prefeitura deVera Cruz 294

Figura 118– Resíduos mal acondicionados, soltos em via pública, na periferia de Mar Grande/Vera Cruz 295

Figura 119 – Resíduos mal acondicionados dispostos para a coleta em Mar Grande/Vera Cruz 295

Figura 120 – Acondicionadores para a coleta seletiva no centro de Mar Grande/Vera Cruz, não conservados 296

Figura 121 – Acondicionadores para a coleta seletiva conservados – Vera Cruz 296

Figura 122 – Acesso a Cacha Prego em Vera Cruz, com pontos de lixo nas duas margens 297

Figura 123 – Acesso à localidade da Penha/Vera Cruz, container utilizado acima da capacidade 297

Figura 124 – Ponto De Lixo Na Entrada Do Condomínio Em Vera Cruz 297

Figura 125 – Lixeira construída como solução para a disposição para a coleta – Vera Cruz 298

Figura 126 – Lixeira sem manutenção e com lixo fora da área – Vera Cruz 298

Figura 127 – Entrada do condomínio enseada de arauá com lixeira construída em bloco e cimento – lixo espalhado – Vera Cruz 299

Figura 128 – Entrada do condomínio enseada de arauá e uma catadora coletando materiais recicláveis – Vera Cruz 299

Figura 129 – Ponto De Lixo Na Entrada Do Acesso À Cacha Prego/Vera Cruz 299

Figura 130 – Ponto De Lixo Grande Na Estrada Para Cacha Prego/Vera Cruz 300

Figura 131 – Vista aerea do aterro/ lixão ilha, localizado em Vera Cruz 300

Figura 132 – Situação atual do aterro/ lixão ilha – Vera Cruz 300

Figura 133 – Lagoa Anaeróbiado Aterro Ilha – Vera Cruz 301

Figura 134 – Iniciado Trabalho De Recuperação Do Aterro 302

Figura 135 – Instalações Do Aterro E Equipamentos Sem Manutenção – Vera Cruz 302

Figura 136 – Material triado por catadores no aterro/lixão ilha/Vera Cruz 303

Figura 137 – Material triado e acondicionado para venda no aterro/lixão ilha/Vera Cruz 303

Figura 138 – Presença De Animais No Aterro/Lixão Ilha/Vera Cruz 303

Figura 139 – Sede da prefeitura municipal de Simões Filho 304

Figura 140 – Praça 7 de novembro em Simões Filho 304

Figura 141 – Esquema Organizacional Do Sistema De Limpeza Urbana e Manejo Dos Resíduos Sólidos Da Prefeitura De Simões Filho 305

Figura 142 – Material disposto na calçada – sede de Simões Filho 306

Figura 143 – Material de construção estocado na calçada – sede de Simões Filho 306

Figura 144 – Gari Com Fardamento Adequado – Simões Filho 306

Figura 145 – Caixa estacionária utilizada na periferia da cidade de Simões Filho 307

Figura 146 – Animal se alimentando de lixo na periferia da cidade de Simões Filho 307

Figura 147 – Entrada de quingoma (antigo lixão) – Lauro de Freitas 309

Figura 148 – Balança e pesagem do material recebido quingoma(antigo lixão) – Lauro de Freitas 309

Figura 149 – Área compactada e aterrada em quigoma – Lauro de Freitas 310

Figura 150 – Material sendo triado em quigoma – Lauro de Freitas, por trabalhadores, que residem no entorno 310

Figura 151 – Casa Do Sal – Sede Da Prefeitura De Jaguaripe 310

Figura 152 – Atracadouro (desativado) na sede de Jaguaripe 311

Figura 153 – Bom nível de limpeza das vias na sede de Jaguaripe 311

Figura 154 – Aspecto Geral Da Praça E Da Matriz De Jaguaripe, Mostrando Boas Condições De Limpeza 311

Figura 155 – Depósito Construído Para Facilitar A Coleta Dos Resíduos, Evitando Dispor Na Via Pública – Sede De Jaguaripe 312

Figura 156 – Povoado de Cações. Localizado na estrada para salinas em Jaguaripe 313

Figura 157 – Povoado de Mutá/Jaguaripe, estrada para salinas 313
Figura 158 – Povoado de Mutá/ Jaguaripe 313
Figura 159 – Lixão Da Sede De Jaguaripe 314
Figura 160 – Lixão desativado, isolado com tapume – Jaguaripe 315
Figura 161 – Lixão desativado, era utilizado pelos povoados da praia, em direção à salinas – Jaguaripe 315
Figura 162 – Rio Aratuípe Banha A Cidade De Aratuípe 316
Figura 163 – Igreja de Santana – Aratuípe 316
Figura 164 – Sede da prefeitura de Aratuípe 316
Figura 165 – Limpeza especial da via -trabalhadores sem fardamento – Aratuípe 317
Figura 166 – Varrição das vias, trabalhadora sem fardamento e equipamento inadequado fardamento – Aratuípe 317
Figura 167 – Material de poda na via pública – Aratuípe 317
Figura 168 – Material de poda acumulado e saco de resíduo doméstico disposto – Aratuípe 317
Figura 169 – Poda disposta em via pública – Aratuípe 318
Figura 170 – Ponto de lixo no bairro da palha – Aratuípe 318
Figura 171 – Acesso ao lixão – Aratuípe 318
Figura 172 – Lixo espalhado sem compactação – Aratuípe 318
Figura 173 – Rio Jaguaribe atravessa a Cidade deNazarée recebe seus esgotos 319
Figura 174 – Sede da Prefeitura deNazaré 319
Figura 175 – Papeleira vandalizada e sem manutenção – Nazaré 321
Figura 176 – Resíduos soltos dispostos para coleta na sarjeta da via pública – Nazaré321
Figura 177 – Sacos dispostos para a coleta – Nazaré 321
Figura 178 – Lixão De Nazaré 322
Figura 179 – Material Triado Por Catadores No Lixão De Nazaré 322
Figura 180 – Praça limpa – salinas 324
Figura 181 – Calçadão limpo – salinas 324

Figura182 – Equipamento utilizado para coleta i – salinas 325
Figura183 – Equipamento utilizado para coleta ii – salinas 325
Figura 184 – Resíduos Da Catação Do Marisco – Salinas 325
Figura 185 – Orla De Conceição De Salinas 326
Figura186 – Barra do paraguaçu – iniciativas da segregação dos resíduos 327
Figura187 – Cesto típico usado para acondicionar pequenos detritos 327
Figura 188 – Lixão Desativado De Salinas Da Margarida 327
Figura 189 – Sede da prefeitura municipal de Muniz Ferreira 328
Figura 190 – Igreja matriz de Muniz Ferreira 328
Figura 191 – Rua limpa i – Muniz Ferreira 329
Figura 192 – Rua limpa ii – Muniz Ferreira 329
Figura 193 – Entulho na via pública de Muniz Ferreira 329
Figura 194 – Mais entulho na via pública de Muniz Ferreira 329
Figura 195 – Sede da prefeitura de Santo Antônio de Jesus 330
Figura 196 – Praça maria do rosário em Santo Antônio de Jesus 330
Figura 197 – Caixa Coletora com material acima da suaCom Material Acima Da Sua capacidade 331
Figura 198 – Caminhão Baú Que Recolhe O Material Reciclável – Santo Antônio de Jesus 332
Figura 199 – Iniciativas de comercialização de recicláveis – Santo Antônio de Jesus332
Figura 200 – Presença do catador de rua na cidade – Santo Antônio de Jesus 332
Figura 201 – Ponto De Lixo Na Margem Da Ba-001 – Próximo A Santo Antônio de Jesus 333
Figura202 – Aterro Santo Antônio de Jesus que havia se transformado num lixão 334
Figura 203 – Balança Rodoviária 334
Figura204 – Entrada Do Aterro Sanitário De Santo Antônio de Jesus 335
Figura 205 – Frente De Trabalho Ampla, Necessitando Compactação E Recobrimento335
Figura 206 – Sistema de tratamento do chorume 336

Figura 207 – Poço de monitoramento 336
Figura 208 – Sede da prefeitura de Castro Alves 337
Figura 209 – Ponto de lixo no centro da cidade i – Castro Alves 338
Figura 210 – Ponto de lixo no centro da cidade ii – Castro Alves 338
Figura 211 – Triagem de materiais dentro do lixão – Castro Alves 338
Figura 212– Lixão à margem da rodovia ba-120 – Castro Alves 338
Figura 213 – Sede da Prefeitura deVarzedo 339
Figura 214 – Aspectos da limpeza e urbanização da cidade de Varzedo 340
Figura 215 – Tipologia construtivada cidade e limpeza da rua – Varzedo 340
Figura 216 – Poda disposta na via pública 340
Figura 217 – Ponto de lilxo no centro da cidade 340
Figura 218 – Sede provisória da prefeitura de Varzedo 341
Figura 219 – Igreja de matriz de Varzedo 341
Figura 220 – Ruas limpas de Varzedo 342
Figura 221 – Ponto de lixo e local utilizado pelo catador para guardar o material triado – Varzedo 342
Figura 222 – Sede da prefeitura de Conceição do Almeida 343
Figura 223 – Praça da bandeira de Conceição do Almeida 343
Figura 224 – Igreja matriz de Conceição do Almeida 343
Figura 225 – Ruas limpas de Conceição do Almeida 343
Figura 226 – Sede da prefeitura de Sapeaçu 345
Figura 227 – Igreja matriz de Sapeaçu 345
Figura 228 – Vista Da Entrada Do Aterro De Cruz Das Almas 346
Figura 229 – Vista Do Aterro De Cruz Das Almas Com Uma Camada Sem Cobertura347
Figura 230 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Salvador 374
Figura 231 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Salvador 376
Figura 232 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Itaparica 382
Figura 233 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Itaparica 384

Figura 234 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Vera Cruz 391
Figura 235 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Vera Cruz 393
Figura 236 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Aratuípe 399
Figura 237 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Aratuípe 402
Figura 238 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Castro Alves 410
Figura 239 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Castro Alves 412
Figura 240 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Conceição do Almeida 418
Figura 241 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Conceição do Almeida 421
Figura 242 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Dom Macedo Costa 428
Figura 243 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Dom Macedo Costa 430
Figura 244 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Jaguaripe 436
Figura 245 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Jaguaripe 438
Figura 246 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Lauro de Freitas446
Figura 247 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Lauro de Freitas 448
Figura 248 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Muniz Ferreira454
Figura 249 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Muniz Ferreira 456
Figura 250 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Nazaré das Farinhas 462
,Figura 251 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Nazaré das Farinhas 464
Figura 252 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Salinas da Margarida 471
Figura 253 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Salinas da Margarida 473
Figura 254 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Santo Antônio de Jesus 480
Figura 255 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Santo Antônio de Jesus 482
Figura 256 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Sapeaçu 488
Figura 257 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Sapeaçu 490

Figura 258 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Simões Filho 496

Figura 259 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Simões Filho 499

Figura 260 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Varzedo 505

Figura 261 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Varzedo 507

Figura 262– Distribuição dos municípios segundo classificação de risco de leishmaniose tegumentar americana – LTA. Bahia, 2010 – 2012 508

Figura 263– Distribuição dos municípios segundo classificação de risco de leishmaniose visceral americana – LVA. Bahia, 2009 – 2011 509

Figura 264 – Coeficiente de detecção geral de hanseníase por 100 mil habitantes. UF – Brasil, 2012 510

Figura 265 – Distribuição da Fauna Planorbídica. Bahia, 2011 511

Figura 266 – Distribuição dos municípios segundo o grau de risco para transmissão da esquistossomose. Bahia, 2013 512

Figura 267 – Distribuição dos óbitos por município de residência como uma das causas básicas a doença de Chagas. Bahia, 2013 513

Figura 268 – Distribuição dos municípios segundo grau de risco. Estado da Bahia, 2009* 514

Figura 269 – Quartéis de Bombeiros Militares na Bahia 526

Figura 270 – Propriedade Kariri-Xocó em Lauro de Freitas, 2014 534

Figura 271 – Arte Kariri-Xocó, 2014 534

Figura 272 – Apetrechos Kariri-Xocó, 2014 535

Figura 273 – Quilombos da ADA e Simões Filho 537

Figura 274 – Distribuição das áreas de Pesca das comunidades pesqueiras e setores da pesca que atuam na AID e ADA do empreendimento 550

Figura 275 – Distribuição das Áreas de pesca por Comunidade do município de Salinas da Margarida 554

Figura 276 – Áreas utilizadas pelas comunidades pesqueiras do norte da Baía de Todos os Santos 555

Figura 277 – Imagens Aéreas de ilhas utilizadas pelas comunidades pesqueiras do norte da Baía de Todos os Santos 556

Figura 278 – Área de pesca das comunidades pesqueiras de Salvador e Vera Cruz que atuam na área da ADA 558

Figura 279 – Áreas de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras dos municípios de Vera Cruz e Jaguaripe 559

Figura 280 – Articulação dos segmentos sociais organizados 567

Figura 281 – Conflito entre o setor pesqueiro e setor turístico 576

Figura 282 – Amputação de membros devido ao uso de explosivo 579

Figura 283 – Rabo Aberto atingido por bomba 580

Figura 284 – Pesca predatória com bomba na BTS 581

Figura 285 – Pesca predatória com bomba sendo realizada na BTS 581

Figura 286 – Localização geográfica do Porto de Aratu e proximidade com as comunidades da Ilha de Maré 583

Figura 287 – Localização da Ponte Salvador – Itaparica 588

Figura 288 – Seção Transversal da Ponte 589

Figura 289 – Articulação Viária em Salvador 589

Figura 290 – Crescimento Populacional Itaparica / Vera Cruz até 2013 591

Figura 291 – Projeto Funcional de Viário Alternativo (em Salvador) 597

Figura 292 – Esquemas de Circulação e Articulação com as Regiões Lindeiras (em Salvador) 598

Figura 293 – Avaliação Qualitativa do Tráfego Proposto 598

Figura 294 – Articulação Viária: Conexão Ponte – VEBTS 599

Figura 295 – Localização dos Emboques e Desemboques sugeridos para os dois túneis propostos 600

Figura 296 – Distribuição Espacial das Viagens usando a Ponte 601

Figura 297 – Participação das viagens em Salvador 602

Figura 298 – Carregamento da Rede BASE (atual – HPM) 602

Figura 299 – Carregamento da Rede ALTERNATIVA (com Ponte – HPM) 603

Figura 300 – Comparação do Tráfego Atual, desviado para a Ponte (HPM) 603

Figura 301 – Esquema Genérico de Dispositivo de acesso e retorno 604

Figura 302 – Carregamento de Tráfego da Rede BASE e ALTERNATIVA, na Rede de Simulação de Salvador (atual – HPM) 609
Figura 303 – Carregamento de Tráfego, na Rede de Simulação da Ilha de Itaparica 610
Figura 304 – Ligações Viárias de Referência, na Ilha de Itaparica 611
Figura 305 – Principais Fluxos Horários (HPM), na Ilha de Itaparica 612
Figura 306 – Evolução Temporal do Tráfego em Salvador 614
Figura 307 – Evolução Temporal do Tráfego na Ilha de Itaparica 615
Figura 308 – Síntese das Proposições de Adequação Viária 617
Figura 309 – Evolução do Tráfego na Travessia pela Ponte Marítima 618
Figura310–Mapa de Uso e Ocupação do solo 621
Figura 311 – PIB Agropecuária (2011) 623
Figura 312 – Culturas permanentes – área plantada (ha) 624
Figura 313 – Culturas permanentes – Cacau – Distribuição 626
Figura 314 – Culturas permanentes – Borracha – Distribuição 627
Figura 315 – Culturas permanentes – Dendê – Distribuição 628
Figura 316 – Culturas permanentes – Coco / área plantada (ha) 629
Figura 317 – Culturas temporárias totais – Área plantada (ha) 630
Figura 318 – Culturas temporárias – Mandioca / área plantada (ha) 631
Figura 319 – Culturas temporárias – Cana de açúcar / área plantada (ha) 632
Figura 320 – Culturas temporárias – Fumo / área plantada (ha) 633
Figura 321 – Culturas temporárias – Amendoim – Área plantada (ha) 634
Figura 322– Rebanho bovino – Distribuição 635
Figura 323 – Áreas Urbanizadas e equipamentos de Educação e Saúde – Ilha de Itaparica 637
Figura 324 – Usos predominantes – Município de Itaparica 638
Figura 325 – Usos predominantes – Município de Vera Cruz 639
Figura 326 – PIB Indústria (2011) 640
Figura 327– PIB Indústria (2011) 641

Figura 328–Cacha Prego 643
Figura 329–Mar Grande 643
Figura 330– Imagem aérea de Matarandiba 645
Figura 331 – Mar Grande 648
Figura 332 – Cidade de Itaparica 648
Figura 333– Hidrômetro em Tairu, 2014 649
Figura 334 – Entrevista com moradores – Vera Cruz, 2014 649
Figura 335– Arruamento em Tairu, 2014 649
Figura 336– Rua em Tairu, 2014 649
Figura 337 – Centro comercial Tairu 650
Figura 338 – Posto bancário Tairu 650
Figura 339 – Entrada da comunidade de Campinas 652
Figura 340 – Sitio da região de Campinas 653
Figura 341 – Rua Sussuarana 653
Figura 342 –Gaiolas e canoas no porto de Campinas 654
Figura 343 – Casas na comunidade 655
Figura 344 – Vista parcial da BTS 670
Figura 345 – Vista parcial da BTS 670
Figura346– Cidade baixa de Salvador 673
Figura347– Cidade baixa de Salvador 673
Figura 348– Cidade Baixa de Salvador 673
Figura 349– Cidade Baixa de Salvador 674
Figura 350– Basílica do Bonfim 674
Figura 351– Basílica do Bonfim 674
Figura 352 – Basílica do Bonfim 675
Figura353– Fitas no gradil que cerca a Igreja do Bonfim 675
Figura354– Igreja do Bonfim 675

Figura355– Detalhes da fachada da Igreja do Bonfim 676
Figura356– Interior da Igreja do Bonfim 676
Figura 357– Capela do Corpo Santo. Fachada interior 677
Figura 358– Capela do Corpo Santo. Fachada e exterior 677
Figura 359– Capela e Mosteiro de Monte Serrat 679
Figura 360– Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim 681
Figura 361– Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim 681
Figura 362– Elevador Lacerda 683
Figura 363– Elevador Lacerda 683
Figura364– Fachada do Elevador Lacerda 684
Figura365– Fachada do Elevador Lacerda 684
Figura366– Elevador Lacerda 685
Figura 367– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa) 686
Figura 368– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa) 686
Figura 369– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa) 686
Figura 370– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa) 686
Figura 371– Fortaleza do Monte Serrat 688
Figura 372– Fortaleza do Monte Serrat 688
Figura 373– Canhão Fortaleza do Monte Serrat 688
Figura374– Vista da Fortaleza de Monte Serrat para a Baia de Todos os Santos 688
Figura375– Forte de Monte Serrat 690
Figura376– Forte de Monte Serrat 690
Figura 377– Forte de Santa Maria 690
Figura 378– Forte de Santa Maria 690
Figura 379– Forte de Santo Antônio da Barra 691
Figura 380– Forte de Santo Antônio da Barra 691
Figura 381– Forte de São Marcelo 694

Figura382– Forte de São Marcelo 694
Figura383– Forte de São Marcelo visto do mar 695
Figura384– Forte de São Marcelo 695
Figura 385– Hospício e Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem: Prédio e Cruz 696
Figura 386– Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia 697
Figura387– Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 698
Figura388– Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 698
Figura389– Detalhes do Gradil da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 698
Figura390– Detalhe na parte interior da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia700
Figura391– Interior da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 700
Figura392– Detalhes da pintura do teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 701
Figura393– Detalhes da pintura do teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia 701
Figura 394 – Igreja do Pilar 701
Figura395– Mercado Modelo 703
Figura396– Mercado Modelo visto do Elevador Lacerda 703
Figura397– Entrada do Mercado Modelo 704
Figura398– Mercado Modelo 704
Figura399– Entrada do Mercado Modelo 704
Figura400– Entrada do Mercado Modelo 704
Figura401– Prédio à Praça Cairu, nº 19 (casa dos azulejos) 705
Figura402– Imagem aérea do Saveiro 706
Figura403– Centro Histórico de Salvador 709
Figura404– Centro Histórico de Salvador 709
Figura405– Palácio do governador/Centro Histórico de Salvador 711
Figura406– Centro Histórico de Salvador 711
Figura407– Centro Histórico de Salvador 712

Figura408– Conjunto arquitetônico Solar do Unhão 714
Figura409– Capela de Nossa Senhora da Conceição 714
Figura410– Prainha 714
Figura411– Conjunto arquitetônico Solar do Unhão 714
Figura412– Cruzeiro e Igreja de São Francisco 715
Figura413– Detalhes da fachada da Igreja de São Francisco 715
Figura414– Cruzeiro e Igreja de São Francisco 716
Figura415– Igreja da Ordem Terceira de São Francisco 717
Figura416– Entrada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco 718
Figura417– Igreja da Ordem Terceira de São Francisco 718
Figura418– Detalhes da Igreja de São Bento 719
Figura419– Detalhes da Igreja de São Bento 719
Figura420– Detalhes do interior da Igreja de São Bento 720
Figura421– Interior da Igreja de São Bento 720
Figura422– Porta de entrada do Convento e Igreja de Santa Teresa 721
Figura423– Ladeira de acesso ao Convento e Igreja de Santa Teresa 721
Figura424– Lateral do Convento e Igreja de Santa Teresa 722
Figura425– Detalhe daentrada Igreja de Santa Teresa 722
Figura426–Detalhe da Igreja de Santa Teresa 723
Figura427– Igreja de Santa Teresa 723
Figura428– Catedral Primacial Basílica de Salvador 723
Figura429–Chafariz em frente a Catedral Primacial Basílica de Salvador 723
Figura430– Catedral Primacial Basílica de Salvador 725
Figura431– Praça da Sé 726
Figura432– Praça da Sé 726
Figura433– Cruz Caída 726
Figura434– Antigos trilhos na Praça da Sé 726

Figura435– Busto de bronze de D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil726
Figura436– Estátua de Zumbi dos Palmares 726
Figura437– Sítio Arqueológico Urbano 727
Figura438– Sítio Arqueológico Urbano 727
Figura439– Palácio do Arcebispado de Salvador 728
Figura440– Palácio visto da Cruz Caída 728
Figura441– Palácio do Arcebispado de Salvador 729
Figura442– Palácio do Arcebispado de Salvador 729
Figura443– Igreja da Ajuda 729
Figura444– Detalhes da fachada daIgreja da Ajuda 729
Figura445– Interior da Igreja da Ajuda 730
Figura446– Detalhes do interior da Igreja da Ajuda 730
Figura447– Altar da Igreja de Santo Antônio da Barra 732
Figura448– Igreja de Santo Antônio da Barra 732
Figura449– Detalhes do teto da Igreja de Santo Antônio da Barra 733
Figura450– Igreja de Santo Antônio da Barra 733
Figura 451 – Localização da Feira de São Joaquim e projeção do traçado da ponte.744
Figura 452– Feira de São Joaquim 746
Figura 453 – Feira de São Joaquim 746
Figura 454 – Feira de São Joaquim 746
Figura 455 – Feira de São Joaquim 746
Figura 456 – Feira de São Joaquim 756
Figura 457 – Feira de São Joaquim 756
Figura 458 – Feira de São Joaquim 756
Figura 459 – Igreja do Senhor de Vera Cruz 760
Figura 460–Imagem aérea da ilha de Itaparica vendo-se ao fundo o terminal de bom despacho 762
Figura 461 – Vista do Terminal do “ferry-boat”, localizado em Bom Despacho 762

Figura 462 – Ponte Do Funil 763

Figura 463 – Ilha de Carabeba – Pantanal Baiano 764

Figura 464 – Os Caboclos de Itaparica 766

Figura 465 – Os Caboclos de Itaparica 766

Figura 466 – Os Caboclos de Itaparica 766

Figura 467 – Os Caboclos de Itaparica 766

Figura468 – Templo Obelisco em Vera Cruz – BA 767

Figura 469 – Imagem aérea do Centro Histórico do município de Itaparica 771

Figura 470 – Centro Histórico, Itaparica, BA 772

Figura 471 – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Itaparica, BA 773

Figura 472 – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Itaparica, BA 773

Figura 473 – Igreja de São Lourenço. Itaparica, BA 774

Figura 474 – Forte de São Lourenço. Itaparica, BA 775

Figura 475 – Capela de Santo Antônio dos Velasques. Vera Cruz, BA 776

Figura 476– Capela de Santo Antônio dos Velasques. Vera Cruz, BA 776

Figura 477 – Casarão Tenente João das Botas, Itaparica, BA 777

Figura 478 – Casarão Tenente João das Botas, Itaparica, BA 777

Figura 479 – Igreja Nossa Senhora da Piedade, Itaparica, BA 778

Figura 480 – Solar Monsenhor Flaviano ou Solar do Rei. Itaparica, BA 779

Figura 481 – Fonte da Bica. Itaparica, BA 782

Figura 482– Fonte da Bica. Itaparica, BA 782

Figura 483 – Capela Nossa Senhora da Penha. Vera Cruz, BA 785

Figura 484 – Antiga Fazenda Nossa Senhora da Penha. Vera Cruz, BA 785

Figura 485 – Forno de Cal (Séc. XVII), Povoado da Penha. Vera Cruz, BA 786

Figura 486 – Fragmento de louça próximo ao Forno de Cal (Séc. XVII). Povoado da Penha. Vera Cruz, BA 786

Figura 487 – Ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA 787

Figura 488 – Ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA 787

Figura 489– Povoado de Baiacu 803

Figura 490 – Local conhecido como “Fonte de Lendas” no Parque Ecológico de Baiacu804

Figura 491 – Reserva Ecológica Wenceslau Monteiro – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA 805

Figura 492 – Wenceslau Monteiro – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA 805

Figura 493 – Ruínas na Ilha do Medo, Itaparica, BA 806

Figura 494 – Ruínas na Ilha do Medo, Itaparica, BA 806

Figura 495 – Fonte do Tororó 807

Figura 496 – Localização dos pontos pesquisados. 811

Figura 497 – Imagem de satélite da Baía de Todos os Santos 829

Figura 498 – Seção geológica transversal da sub-bacia do Recôncavo 831

Figura 499 – Recôncavo Baiano: localização e divisão municipal em 1950 832

Figura 500 –Aparelho GPS e Ecossonda 840

Figura 501 – Bóia poitada no local a ser verificado 840

Figura 502 – Dupla de mergulhadores realizando o levantamento da área através de círculos concêntricos 841

Figura 503 – Levantamento em círculos concêntricos 842

Figura 504 – Levantamento em pêndulos 842

Figura 505 – Estação Marítima São Joaquim (Ferry Boat), vista SE do ponto 11 845

Figura 506 – Sedimento de fundo e mergulhador verificando poita 845

Figura 507 – Mapa de Localização dos Pontos de Mergulho 846

Figura 508 – Fundação Sócio Cultural Alafiã 853

Figura 509 – Palestra de Educação Patrimonial 855

Figura 510 – Palestra de Educação Patrimonial 855

Figura 511 – Oficina de Arte Rupestre 855

Figura 512 – Oficina de Arte Rupestre 855
Figura 513 – Oficina Cerâmica 856
Figura 514 – Oficina Cerâmica 856
Figura 515 – Oficina Cerâmica 856
Figura 516 – Oficina Cerâmica 856
Figura 517 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio 857
Figura 518 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio 857
Figura 519 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio 857
Figura 520 – Participantes da Palestra de Educação Patrimonial 858
Figura 521 – Participantes da Palestra de Educação Patrimonial 858
Figura 522 – Panfleto informativo sobre Arqueologia (verso e reverso) 858
Figura 523 – Jornais Baianos repercutindo a opinião pública 860
Figura 524 – Baiana de Acarajé 863
Figura 525 – Caboclo no desfile de Dois de Julho 865
Figura 526 – Baianas em procissão no Bonfim 867
Figura 527 – Fiéis em frente a Igreja Nosso Senhor do Bonfim 867
Figura 528 – Igreja Nosso Senhor do Bonfim 868
Figura529 – Desfile Afoxé filhos de Gandhi 869
Figura530 – Festa de Santa Bárbara 870
Figura531 – Imagem de Santa Bárbara 870
Figura532 – Festa de Santa Bárbara 871
Figuras 533 – Roda de Capoeira na Catedral Basílica Primacial São Salvador 872
Figura 534 – Capoeira no Mercado Modelo 873
Figura 535– Candomblé, Terreiro 876
Figura 536 – Embarcação se preparando para a celebração 879
Figura537 – Desfile na Festa de Reis 880
Figuras 538 – Imagens do Carnaval de Salvador 882

Figura 539 – Imagem aérea da região do Farol da Barra em dia de Carnaval 883
Figura540 – Santa Luzia 884
Figura541 – Igreja do Pilar onde está guardada a imagem de Santa Luzia 884
Figuras 542 – Imagem da Nossa Senhora da Conceição da Praia 885
Figura543 – Oferendas à Yemanjá 886
Figura544 – Oferendas à Yemanjá 886
Figura545 – Festa de Yemanjá 887
Figura546 – Artigos artesanais à venda no mercado modelo 889
Figura547 – Feira de artesanato em Salvador 890
Figura548 – Feira de artesanato realizada pelo Instituto Mauá em Salvador 891
Figura 549– Bumba meu Boi – Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz- BA 904
Figura 550 – Terreiro, Candomblé, Misericórdia– BA 910
Figura 551 – Banners da Prefeitura 911
Figura 552 – Objetos confeccionados em cerâmica de Maragogipinho 912
Figura 553 –Igreja Matriz N.S. Santana 912
Figura 554 – Paço Municipal 912
Figura 555 – Hotel Fazenda Alto Alegre 914
Figura 556 – Jesus de Nazaré, 2014 916
Figura 557 – Via Sacra, 2014 916
Figura 558 – Centro cultural – antiga cadeia pública 918
Figura 559 – Baía de Todos os Santos – Dimensão Turística 921
Figura 560 – Via Náutica – Novos Roteiros 924
Figura 561 – Composição da mesa no evento promovido pela SETUR 06/06/2014 928
Figura 562 – Entrevista Secretário de Turismo município de Vera Cruz 06/06/2014 929
Figura 563– Espacialização de recursos turísticos, região da Baía de Todos os Santos930
Figura 564 – Classificação por potencial turístico 935
Figura 565 – Valor Adicionado da Agricultura 1009

Figura 566 – Valor Adicionado na Indústria 1010

Figura 567 – Uso do jereré no Canal de Suape 1013

Figura 568 – Pesca de linha, embarcado em canoa, catraia, barco de fibra e em barco de madeira, na área da ADA 1014

Figura 569– Tainheira no canal de Suape 1014

Figura 570– Imagens aéreas de atividades pesqueiras em Vera Cruz 1015

Figura 571 – Cofo confeccionado com cipós 1017

Figura 572 – Munzuá confeccionado com palha e madeira 1017

Figura 573 – Munzuá confeccionado com ferro galvanizado e tela plástica 1017

Figura 574 – Catação do chumbinho ou papa fumo no Caboto 1019

Figura 575 – Catação do chumbinho ou papa fumo em Acupe (b) 1019

Figura 576 – Rede de arrasto de camarão 1019

Figura 577 – Venda de caranguejo-uçá em Candeias 1020

Figura 578–Tipo de embarcação usada para pesca – Vera Cruz 1025

Figura 579 – Canoa com propulsão a vela do tipo traquete (Norte da Baía de Todos os Santos, Região de Acupe e São Francisco do Cande) 1026

Figura 580 – Catraia de madeira com propulsão a remo 1026

Figura 581 – Barco engajado na pesca com motor de centro 1026

Figura 582 – Comercialização de Camarão em Acupe (a) 1027

Figura 583 – Comercialização de Camarão em Acupe (b) 1027

Figura 584 – Venda de caranguejo na beira da estrada em Santo Amaro 1028

Figura 585 – Processamento do pescado na rua em Coqueiros-Maragogipe-BA 1029

Figura 586 – Malha rodoviária 1ª Residência de Manutenção do DERBA 1043

Figura 587 – Malha rodoviária 6ª Residencia de Manutenção do DERBA 1044

Figura 588 – RPGA Recôncavo Sul 1047

Figura 589 – RPGA Rio Paraguaçu 1047

Figura 590 – RPGA Recôncavo Norte 1048

Figura 591 – IQA das RPGA de Interesse – Campanhas de 2013 1051

Figura 592 – Uso de água na área de influência – Lavagem de roupas em rios 1058
Figura 593 – Uso de água na área de influência – Lavagem de roupas em rios II 1058
Figura 594 – Lavagem de roupas em área apropriada – Acupe 1058
Figura 595 – Captação de água para abastecimento 1058
Figura 596 – Fonte da Bica em Itaparica 1058
Figura 597 – Barragem de Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu 1058
Figura 598 – Adutora de água proveniente de Pedra do Cavalo 1059
Figura 599 – Criação de gado em área embrejada 1059
Figura 600 – Abastecimento de carros pipa 1059
Figura 601 – Dessedentação animal 1059
Figura 602 –Lançamento de esgoto na Sede de Aratuípe 1061
Figura 603 – Lançamento de esgoto em drenagem – Valença 1061
Figura 604 – Lançamento de esgoto de forma direta em Muniz Ferreira 1061
Figura 605 – Rio Paraguaçu – Drenagem com esgoto em Cachoeira 1061
Figura 606 – Manguezal em Maragogipinho – Aratuípe 1063
Figura 607 – Recursos pesqueiros em Salinas da Margarida 1063
Figura 608 – Barcos de pesca em Madre de Deus 1063
Figura 609 – Catado de siri em Santo Estevão 1063
Figura 610 – Canoas de pesca em Acupe – Santo Amaro 1064
Figura 611 – Redes de pesca em Salinas da Margarida 1064
Figura 612 – Pesca de calão no Guaibim – Valença 1064
Figura 613 – Barcos de pesca em Boipeba 1064
Figura 614 – Ilha da Pedra Furada na Baía de Camamu 1065
Figura 615 – Baía de Camamu 1065
Figura 616 – Porto de Camamu 1065
Figura 617 – Ilha de Maré 1066
Figura 618 – Guaibim 1066

Figura 619 – Cais de Valença 1066
Figura 620 – Garapuá 1066
Figura 621 – Cachoeira do Urubu 1067
Figura 622 – Cachoeira da Pancada Grande 1067
Figura 623 – Canoa de pesca em Maragogipinho–Aratuípe 1070
Figura 624 – Saveiro transportando caxixis em Maragogipinho – Aratuípe 1070
Figura 625–Cais da sede de Jaguaripe 1070
Figura 626 – Barcos pesqueiros em Ilha d'Ajuda – Jaguaripe 1070
Figura 627 – Porto do Taenga em Jaguaripe 1070
Figura 628 – Navio de grande porte na Baía de Todos os Santos 1070
Figura 629 – Marina de Itaparica 1071
Figura 630 – Navios atracados no Porto de Aratu 1071
Figura 631 – Saveiro da Baía de Todos os Santos 1071
Figura 632–Carcinicultura em Acupe 1072
Figura 633 – Carcinicultura em Salinas da Margarida 1072
Figura 634 – Carcinicultura em Valença 1073
Figura 635 – Aspecto da franja de barreira de recifes de coral distribuídos por grande parte da costa leste da Ilha de Itaparica 1081

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB Indústria (2011) 14
Gráfico 2 – Evolução anual da população no município de Camaçari de 1991 a 2013 17
Gráfico 3 –Evolução anual da população nos Municípios médios (50 a 100 mil hab.) de 1980 a 2013 18
Gráfico 4 –Evolução anual da população nos municípios menores (até 50 mil hab.) de 1980 a 2013 19
Gráfico 5– População de 2010 – 10 municípios mais populosos 115

Gráfico 6– Taxas de crescimento populacional (2000 – 2010) 116

Gráfico 7 – Tipos de Sítios registrados no CNSA do IPHAN 808

Gráfico 8 – Profundidade de escavação dos poços-testes 810

Gráfico 9 – Atitude em Relação à Ponte 968

Gráfico 10 – Atitude em Relação à Ponte II 968

Gráfico 11 – Dispersão por pontos 976

Gráfico 12 – Mapa Fatorial 977

Gráfico 13 – ADA – Área Diretamente Afetada = 03 municípios (Itaparica, Salvador, Vera Cruz) 982

Gráfico 14 – AID – Área de Influência Direta = 13 municípios 987

Gráfico 15 – Dispersão do PIB Municipal (2010 – 46 municípios) 1001

Gráfico 16 – Dispersão da Renda *Per capita* (46 Municípios) 1002

Gráfico 17 – Dispersão do IDH Municipal (46 Municípios) 1003

Gráfico 18 – Índice de Desenvolvimento Humano e Renda *Per capita* dos 46 Municípios 1004

Gráfico 19 – Hierarquia dos Municípios Variáveis Socioeconômicas 1008

Gráfico 20 – Estrutura Fundiária 1030

Gráfico 21 – Estrutura fundiária por município 1031

Gráfico 22 – Receitas Correntes Municipais na Área de Influência Direta do Projeto – 2004 1038

Gráfico 23 – Receitas Correntes Municipais na Área de InfluênciaDireta do Projeto – 2005 1038

Gráfico 24 –Evolução do ICMS – Cota-parte na Área de Influência Direta do Projeto1038

Gráfico 25 – Evolução do FIES na Área de Influência Direta do Projeto 1039

Gráfico 26–ICMS – Cota-parte Retorno ao Município (EM R$) 1039

Gráfico 27 – Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia – FIES (EM R$)1039

Gráfico 28 – IPVA Distrib. na Área de Influência Direta do Projeto 1040

Gráfico 29 – IPI distrib. na Área de Influência Direta do Projeto 1040

Gráfico 30 – IPVA distrib. na Área de Influência Direta do Projeto 1040

Gráfico 31 – IPI distrib. na Área de Influência Direta do Projeto 1041

Gráfico 32 – Royalties distrib. na Área de Influência Direta do Projeto 1041

GLOSSÁRIO

ADA – Área Diretamente Afetada

AEE – Área do Entorno do Empreendimento

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

ANATEL – Agência Nacional de ComuniCações

BA – Bahia (Estado)

BTS – Baía de Todos os Santos

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COREH – Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CTF – Cadastro Técnico Federal

DERBA – Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

FIES – Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia

HPM – Hora Pico da Manhã

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IQA – Índice de Qualidade da Água

IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquacultura

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras

NT – *Near Threatened* (Quase ameaçada)

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDE – Pontos de Descarga de Entulho

PDU – Plano Diretor Urbano

PIB– Produto Interno Bruto

PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF – Programa Saúde da Família

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RPGA – Regiões de Planejamento da Água

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do estado da Bahia

SETIN – Secretaria Municipal dos Transportes e Infraestrutura

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

SVO – Sistema Viário Oeste

TR – Termo de Referência

UC – Unidade(s) de Conservação

VA – Valor Adicionado

VEBTS – Via Expressa Bahia de Todos os Santos

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil

ZEE/BA – Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia

1. Introdução

O Diagnóstico Ambiental constitui o Volume 2 do Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – para a implantação do Sistema de Travessia Salvador / Itaparica sobre a Baía de Todos os Santos, do Tipo Ponte Rodoviária e Duplicação da Rodovia BA 001, Trecho Itaparica a Ponte do Funil, e demais estruturas associadas, futuramente designado de forma abreviada por "empreendimento".

O Volume 2 – Diagnóstico Ambiental encontra-se estruturado em três tomos, a saber:

- Tomo 1 – Diagnóstico do Meio Físico;
- Tomo 2 – Diagnóstico do Meio Biótico;
- Tomo 3 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico; Restrições Ambientais; Análise Integrada.

O presente documento se constitui do Relatório de Diagnóstico do Meio Socioeconômico; Restrições Ambientais; Análise Integrada (Tomo 3), elaborado pelo consórcio V&S Ambiental / NEMUS no âmbito do EIA/RIMA.

Pretende o mesmo dar resposta ao Edital de Concorrência Pública nº. 001/2013, emitido pela Secretaria do Planejamento/Governo da Bahia/Núcleo de Licitações Contratos e Convênios em abril de 2013, e à Proposta Técnica apresentada pelo Consórcio. O relatório atende igualmente ao disposto no Termo de Referência do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, aprovado através da Portaria nº 2254 de 13 de março de 2012.

A localização e enquadramento administrativo do empreendimento são apresentados no Caderno de Mapas – Volume 1 – Mapas Gerais (Mapas 1.1 e 1.2).

No presente diagnóstico do meio socioeconômico se descreve analisa a situação atual das variáveis socioeconômicas nas áreas de influência definidas relativamente ao empreendimento em avaliação, notadamente as seguintes:

- Dinâmica populacional;
- Infraestrutura (transporte, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos, educação, saúde, segurança, dentre outros);

- Comunidades tradicionais;
- Organização social;
- Tráfego de veículos;
- Uso e ocupação do solo;
- Patrimônio histórico, cultural e arqueológico;
- Lazer e cultura;
- Turismo;
- Percepção da população;
- Estrutura produtiva e de serviços;
- Infraestrutura regional;
- Usos da água.

O presente Relatório de Diagnóstico aborda e compila os resultados, para cada uma das componentes socioeconômicas definidas, do seguinte:

- Abordagem metodológica;
- Revisão de dados secundários provenientes de estudos e outras fontes de informação;
- Resultados e análise da informação obtida através das coletas de dados primários na área de influência do empreendimento;
- Acervo fotográfico, mapeamento de resultados e outros produtos gráficos (no próprio texto e no Caderno de Mapas – Volume 4 – Mapas Socioeconômicos);
- Caracterização da situação de referência.

Sempre que justificável esta descrição é feita de modo diferenciado para a Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, que constituem a Área de Estudo pré-definida (Capítulo 2 do Volume 1 – Caracterização do Empreendimento).

2. Diagnóstico do Meio Socioeconômico

2.1. Área de Influência Indireta (AII)

2.1.1. Introdução

O presente documento, parte integrante do Estudo de Impacto Ambienta, EIA-RIMA, do sistema viário oeste, analisa os aspectos econômicos e sociais regionais, numa área de abrangência que, em alguns momentos, configura-se maior do que a área de influência indireta considerada no EIA-RIMA. Tal universo de análise justifica-se por se entender que a prática observada na análise de dados socio-econômicos nem sempre se atrelam às áreas previamente definidas, ou seja, antes da realização de um estudo mais apurado dessa natureza. Uma área mais abrangente possibilita a compreensão de aspectos regionais que ajudam a entender o sistema viário dentro de uma perspectiva de desenvolvimento regional mais ampla. Foram então considerados, por vezes, um total de 113 municípios, 66 a mais em relação aos 47 municípios que integram o somatório das Áreas Diretamente Afetadas (ADA) de Influência Direta (AID) e Área de Influencia Indireta (AII).

O objetivo deste documento consiste em analisar aspectos territoriais que servirão de base para fundamentar a avaliação dos impactos regionais do sistema viário oeste. Como tal, é importante caracterizar alguns temas fundamentais para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas atuais incidentes sobre o território.

Distribuição populacional geral, índices de urbanização e taxas de crescimento populacional ajudam a entender a distribuição da população sobre o território, uma marca importante para se compreender a forma como o território foi ocupado, assim como outras formas de ocupação que poderão ser deflagradas a partir da criação de novos vetores de expansão urbana e econômica sobre o território.

Associado à distribuição populacional, é importante compreender como essas populações sobrevivem nos territórios onde habitam e aí uma leitura territorial de alguns indicadores econômicos e formas de produção é fundamental para se avaliar as possibilidades de modifiCações nos fluxos econômicos, em decorrência da facilidade de acessos a novos territórios.

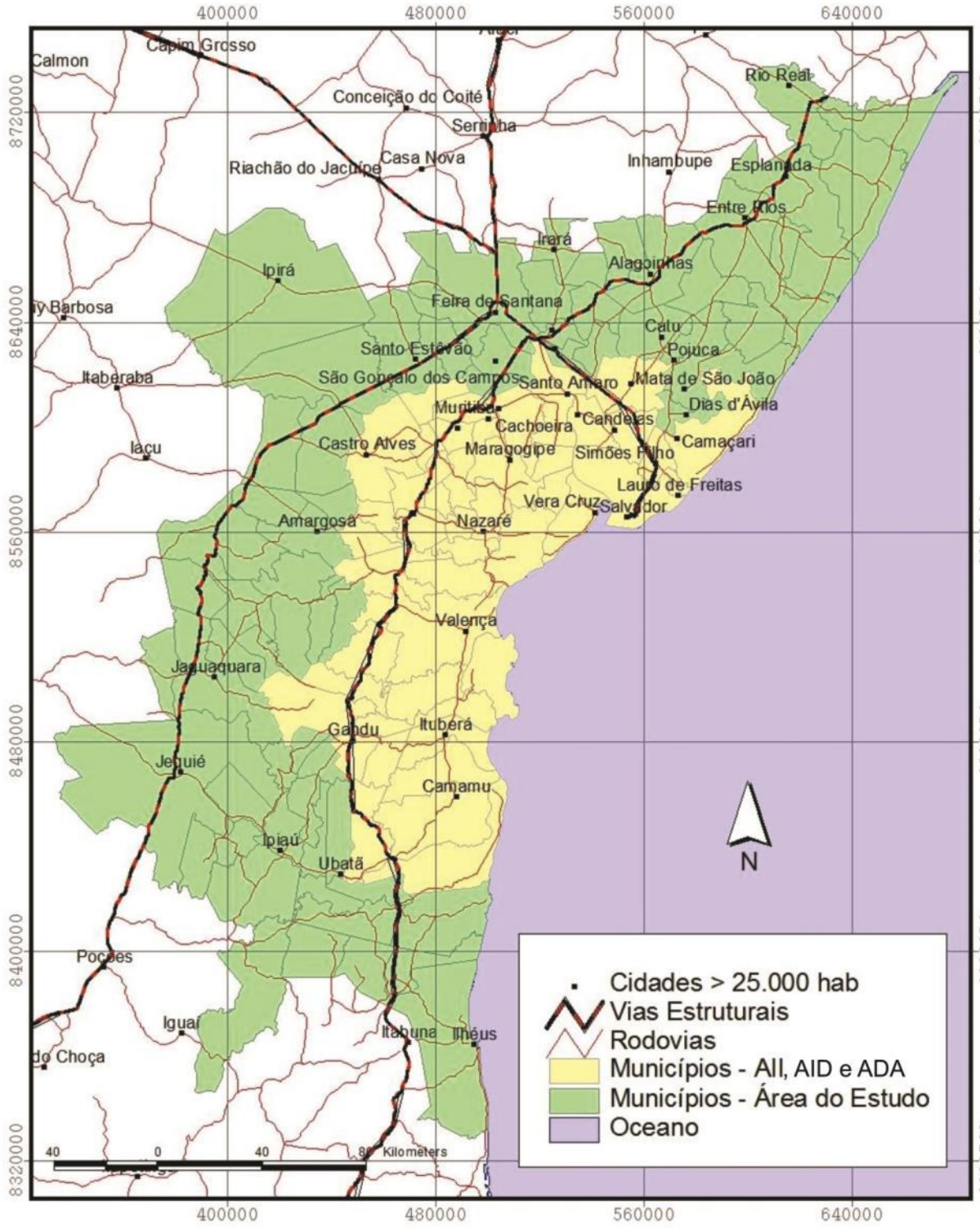


Figura 1– Localização da área de estudo

2.1.2. Metodologia

A abordagem da Área de InfluênciaIndireta do Meio Socioeconômico envolveu, em alguns momentos, como estratégia heurística, capaz de dar conta da grande assimentria econômica e social da região, o estudo de uma área ampliada, superior à da AII, que foi denominada “Área de Estudo”.

Para o estudo dos municípios da AII, recorreu-se principalmente a dados secundários levantados em instituições públicas de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, assim como órgãos públicos e privados, a exemplo da Agência Nacional de Comunicações – ANATEL, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, entre outros. Também recorreu-se à farta literatura existente sobre a Baia de Todos os Santos e o Baixo Sul do Estado.

Para levantamento de dados sobre comunidades tradicionais e sobre a atividade de pesca, recorreu-se à observação direta não participante e a estudos de natureza etnográfica, uma vez que as informações solicitadas pelo TR (Termo de Referencia) nem sempre se encontravam disponíveis em fontes secundárias.

2.1.3. Processo histórico de ocupação da área e suas dinâmicas

Os primeiros habitantes conhecidos da região do entorno da Baia de Todos os Santos foram os grupos indígenas da etnia dos Tupinambás, que pertenciam ao ramo dos Tupis Guarani.

Segundo Aziz Ab`Saber, essa etnia, originária do oeste ou noroeste da Amazônia, era nômade, tendo se deslocado pelo continente em direção ao sul, até o Pantanal mato-grossense, e na direção leste, distribuindo-se ao longo do litoral, desde o estado do Pará até São Paulo (RIBEIRO, 2000; SOUTHEY, 1965). Devido a essa característica nômade, os Tupinambás acabaram por nomear diversos pontos geográficos brasileiros por onde passaram. Na Baía de Todos os Santos, eventos relacionados às

lutas que travavam entre si e com outras etnias, como os Tupinaés e Tapuias, que envolveram o rapto de uma cunhã, contribuíram para a denominação da "Ilha do Medo", que seria o local de esconderijo dos agressores (RISÉRIO, 2004)[1].

O primeiro contato do colonizador branco se dá a partir de 1º de novembro de 1501, com a chegada da expedição que trazia o cartógrafo Américo Vespúcio, que denominou a baía encontrada como Baía de Todos os Santos, em referência ao calendário religioso. Posteriormente, foi estabelecida uma capitania na região, entre Pernambuco e Ilhéus, que também recebeu o nome de Todos os Santos.

O povoamento dessa parte do território teve início, tal como em todo o território brasileiro, com a concessão de sesmarias, dando origem à primeira propriedade, livre de todos os impostos, onde o plantio de cana-de-açúcar era a principal atividade econômica em propriedades alienáveis. Era prática da coroa portuguesa, para efetivar a ocupação do território brasileiro, a divisão de terras em grandes áreas, a serem doadas a pessoas que se mostravam capazes de valorizá-las. "Os primeiros povoadores – sesmeiros – deram origem às velhas famílias portuguesas que não se misturavam, as quais mesmo empobrecidas, não perderam o orgulho." (Lins, 1960, p.16 *apud* Guerreiro de Freitas, 1999a, p.73).

A chegada do explorador português contribuiu para trocas de mercadorias e de especiarias com os nativos, para abastecimento dos navios. A intensificação das atividades comerciais e a necessidade de garantir a segurança levaram os portugueses a estabelecer, em 1503, um posto comercial, voltado principalmente para estocagem e envio de pau brasil para Portugal, dando origem à ocupação mais sistemática da região (FURTADO, 1986).

As atividades de extração de recursos naturais, principalmente do pau brasil, que era retirado pelos nativos da região e estocado em postos comerciais instalados pelos portugueses, e as demais atividades que se seguiram configuraram o Recôncavo, até a década de 1940 do século passado, como parte de um complexo exportador de *commodities* minerais e agrícolas (Almeida, 2012). Entre os ciclos econômicos que ocorreram no Recôncavo destacam-se, inicialmente, o extrativista, o canavieiro, o da pecuária e o fumageiro.

[1] RISÉRIO, A. Uma História da Cidade da Bahia, Rio de Janeiro, Versal. Trecho tirado do capítulo 1, "Da Aldeia ao Engenho", cap. "A Praia Tupinambá", p. 30. 2004

A partir de 1531, com a chegada de Martim Afonso de Souza, deu-se início à cultura da cana-de-açúcar e instalação de inúmeros engenhos de açúcar, o que de certo modo definiu o ritmo de ocupação da região, mantendo alguma importância como atividade econômica até o início do século XX.

A implantação de engenhos e ampliação da atividade econômica configuraram a ocupação de toda a região do baixo sul, litoral sul e Recôncavo. A fixação dos colonos durante a implantação da voltada para a criação de gado, plantio da mandioca (que é expressiva até os dias atuais) e árvores frutíferas. Como observa Almeida (2008), esse ciclo corresponde a uma espécie de "cultura do cacau exigiu o desenvolvimento de uma agropecuária acumulação primitiva" de implantação da cacauicultura, quando a escravidão indígena e a de africanos, em uma escala pequena, sustentaram o processo produtivo e configura

ram a população local.

Segundo Pedrão (2007), partindo do reconhecimento de impulsos que os choques exógenos produziram em termos de efeitos permanentes sobre a estrutura socioeconômica endógena baiana, "a questão fundamental da história econômica da Bahia definiu-se no período entre 1890 e 1914, quando a transição da produção escrava para a assalariada ficou colocada entre os efeitos da abolição da escravatura na produção açucareira e os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a produção fumageira". Tal transição produziu consequências internas, nos sistemas de produção existentes, além de consequências externas, incidindo sobre a fixação da organização regional da economia no contexto internacional. Num primeiro momento, a região foi beneficiada pela imigração, especialmente de alemães, que mercantilizaram e elevaram a qualidade do fumo produzido no Recôncavo. Em segundo lugar, essa estruturação mercantil tornou-se parte integrante da organização dos novos segmentos de exportação de cacau e do setor manufatureiro de fumo que foi recuperado.

> *Portanto, a região do Recôncavo foi criada pelos propósitos de um capital mercantil dotado de elevado grau de internacionalização e em busca das condições objetivas materiais de sua expansão, que se estabeleceu em Salvador. A expansão da economia açucareira permitiu a emergência e uma classe subordinada próspera – os senhores de engenho – cuja manifestação de poder é ambivalente, ora extraindo sua projeção identitária do Recôncavo, ora se fazendo representar no contexto político de Salvador. Essa configuração*

> *política, ainda no final do século XIX, com o fim do escravismo em plano nacional, produziu uma entente tradicional entre os sistemas econômico e político na Bahia que conduziu à tentativa de controle autoritário do mercado de trabalho, revelado explicitamente na declaração das classes produtoras de 1884 em favor da continuidade do escravismo, como também na repressão ao movimento de Canudos, hoje comprovada e reconhecidamente tido como movimento a ser eliminado, porque atingia a disponibilidade de mão de obra para a agricultura (Pedrão, 2007).*

Sendo organizada ainda no período das capitanias hereditárias, no apogeu do ciclo da cana-de-açúcar, essa foi a região mais importante da colônia – e de intensa ligação com a Metrópole. Todas as áreas de solo favorável ao plantio foram viabilizadas, e mesmo, obrigado por lei, cedidas para aquela atividade (Carvalho, 1958), criando uma dinâmica econômica e populacional singular no entorno da Baía de Todos os Santos.

Entre o fim do século XIX até meados do século XX, o Recôncavo baiano começou a entrar em declínio e passou a perder a real importância econômica e política que detinha no estado. Essa situação quase culminou no afastamento dos processos que desde então marcaram a presença do Recôncavo no cenário da vida nacional. Desse modo, Salvador passou a receber imigrantes das principais cidades daquela região, Cachoeira e Santo Amaro, tendo em vista a perda de posição de destaque na economia baiana, processo que dura até os dias atuais.

A perda econômica de um território histórica e culturalmente importante da Bahia foi um processo intenso, no qual o Recôncavo preservou as mesmas formas de ocupação, e viu desorganizarem-se seus arranjos de produção e reduzirem-se os circuitos de tráfego intrarregional. A região passou a contar com um enorme território ocupado, mas com leves relações com outros espaços regionais e nacionais.

As primeiras atividades econômicas desenvolvidas nos municípios da AII mostram-se contrárias àquelas desenvolvidas pela população que se encontrava na região (espaços territorializados pelos portugueses e bem organizados economicamente).Assim, delimitava-se um novo ciclo produtivo, criando um aspecto socioeconômico diferente das colônias implantadas pelos portugueses no resto do mundo, o que acarretaria novos territórios. Essa hegemonia produtiva da colônia era representada pela atividade açucareira.

Segundo Araújo (2010), a estrutura político-econômica da região deve-se ao ciclo da cana de açúcar, o qual consolidou um Recôncavo produtivo, subdividido em zonas, porém dependente em alimentos e força motriz da região semiárida, coadjuvante na

consolidação da zona produtora açucareira. Essa atividade, predominantemente agroexportadora, criou toda uma dinâmica para a região.

Desse modo, a atividade açucareira transformou o Recôncavo baiano numa região de significativa importância, com a evolução de sua organização socioeconômica atrelada à posição geográfica e relevância do açúcar no mercado internacional. O processo produtivo açucareiro era estabelecido nos engenhos para, em seguida, ser realizado pelas usinas de açúcar e álcool. Dessa forma, a atividade açucareira adquire importância interna e principalmente externa, já que o grande entrave era atender o mercado externo.

Nessa situação, o Recôncavo baiano confirmou presença no contexto regional, nacional e internacional, passando a deter elevada importância econômica, por ser o principal produtor açucareiro e estabelecer relações de poder e trabalho. Há de se considerar a sua posição geográfica estratégica, por possuir possibilidades de contato com o exterior – através do oceano -; a área de produção, que está no entorno da baía; bem como a possibilidade de contato com o interior do continente através da rede fluvial presente, que conjuntamente com os caminhos e trilhas formavam uma densa rede de circulação e comunicação.

Com o passar dos anos, a produção açucareira – atividade econômica importante na região – ganha grandes proporções, pois sua expressividade se torna cada vez maior, configurando então o surgimento de grandes latifúndios. Mesmo com a decadência dos engenhos, a passagem do processo produtivo para um modelo agroindustrial, representado pelas usinas, assim como as relações de identidade-afetividade, continuaram marcando a população residente nesse espaço. As transformações da zona açucareira permitiram à região permanecer e se transformar, passar dos engenhos coloniais às usinas, modificar suas relações de produção e criar laços identitários de tal modo que ainda se configura como relevante dentro do estado da Bahia.

Segundo Prado Jr. (2004), a decadência da atividade açucareira, resultante de sucessivos períodos de crise, associada à modernização do processo técnico-científico de produção, além dos subsídios e incentivos à atividade por parte de antigos consumidores em larga escala, a exemplo da Europa e Estados Unidos, fez com que, no Brasil, os produtores que até então visavam o mercado externo, se voltassem para o abastecimento interno. Contudo, para isso, foi necessária uma transformação/modernização do processo produtivo. Ocorreram, portanto, significativa

redução da área plantada, falência de engenhos, surgimento de usinas e atividades produtoras como a extração petrolífera, o estabelecimento de plantas industriais, entre outras.

A configuração territorial do Recôncavo está associada ao processo de formação socioeconômica, e isso se deve à conjuntura internacional que se estabeleceu desde o início do seu processo histórico de ocupação. Essa região passa a consolidar importantes atividades econômicas, são elas: pesca, cultura do açúcar, do fumo e agricultura de subsistência. Porém, a descoberta e exploração do petróleo começam a desestruturar o modelo de produção tradicional e secular, que ainda tenta sobreviver, e criam uma nova organização econômica para a região.

No fim dos anos 1930, a história econômica da Bahia e do Recôncavo começou a mudar, com a decadência da agroindústria açucareira, conforme dito anteriormente. Ao mesmo tempo, a região passou a receber um novo impulso econômico, com o início da exploração de petróleo e implantação da indústria petrolífera no estado, resultado da descoberta dos primeiros poços de petróleo no bairro de Lobato, em Salvador, e posteriormente, em 1941, no município de Candeias. Após a descoberta de Lobato, foram construídos tanques de armazenamento e montada, em 1940, uma pequena refinaria experimental no local. Outras pequenas refinarias foram instaladas em Aratu, na mesma região, até a construção da Refinaria Nacional de Petróleo em Mataripe, no ano de 1950. Uma extensa rede de oleodutos, gasodutos, tanques de depósito e industriais de apoio foram sendo instalados, o que permitiu o domínio do ciclo completo da exploração, produção, refino e distribuição do petróleo, além de garantir insumos necessários para implantação de outras indústrias, que viriam a se instalar na região metropolitana de Salvador nas décadas seguintes.

No final dos anos 1940, surge a energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), tem início a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116), há a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, finalmente, a Petrobrás. Com seus campos de pesquisa e lavra, a Petrobrás esvaziou matas, roças e fazendas e cortou o Recôncavo com estradas que ignoraram seus velhos caminhos. Criou uma riqueza inquestionável, elevou a renda pública de alguns municípios, mas não revitalizou a região no seu conjunto. Atingindo profundamente a estrutura social das áreas impactadas, atraiu migrantes de outras regiões, elevou o custo de vida e contribuiu

para desorganizar e reduzir o padrão de vida dos mais pobres, quando a ideia deveria ser de eliminar alguns dos gargalos que existiam.

Em meados da década de 1960, o governo do estado criou o Centro Industrial de Aratu – CIA, para atrair investimentos beneficiados pelos incentivos fiscais administrados pela SUDENE. Os investimentos pouco vieram e pouco se reproduziram, mas o Porto de Aratu, criado na ocasião, continuou a crescer.

A construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco- CHESF, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116), assim como a criação do Banco do Nordeste do Brasil e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste vão dar suporte à indústria nascente e eliminar alguns dos gargalos que existiam (Almeira, 2008).

A partir dos anos 1970, com a criação da Região Metropolitana de Salvador, em 1973, consolidou-se a segmentação entre Salvador e o Recôncavo. A RMS tomou para a si as ilhas da baía, os municípios petroleiros de Candeias e São Francisco do Conde e um arco de municípios vizinhos à capital. Mais tarde, criou-se, no Recôncavo Norte, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (1971), a nordeste do CIA, sem um verdadeiro cuidado relativo à cultura, ao meio ambiente e às potencialidades econômicas dessa sub-região.

Nos anos 1970, ocorreu também na Bahia a expansão da fronteira agrícola em direção às regiões do vale do São Francisco, extremo-sul e oeste do estado, com mudanças nas relações de produção, com a expansão da força de trabalho assalariada temporária, originária da periferia de cidades do interior, os chamados “bóias-frias”. Mas, como observa Almeida (2008), a modernização da produção só veio a ocorrer a partir da década de 1980, com a expansão da sojicultura mecanizada do agronegócio, que se implantou nos cerrados da região de Barreiras, a fruticultura irrigada (melão, manga, uvas) na região de Juazeiro e ainda com a produção de celulose no sul do estado.

> Entre 1950 e 1980, os principais produtos agrícolas exportados pela Bahia foram cacau (amêndoas, manteiga e torta), sisal e algodão (fibras), mamona (óleo) e fumo. Foi somente por volta de 1985 que a pauta de exportações agrícolas começou a se expandir, com o café, a soja e algumas frutas (mamão e laranja). Os principais alimentos cultivados foram mandioca, feijão, milho e cana-de-açúcar. No setor pecuário, destacou-se somente a criação de

gado bovino para corte e, apenas como atividade subsidiária, para leite (Almeida 2008).

Mesmo assim, o Recôncavo baiano teve e tem uma grande importância na configuração socioeconômica do estado, considerando o dinâmico processo espacial a partir das atividades econômicas estabelecidas e como base para todas as transformações ocorridas ao longo do processo de ocupação e consolidação da colônia frente a sua metrópole.

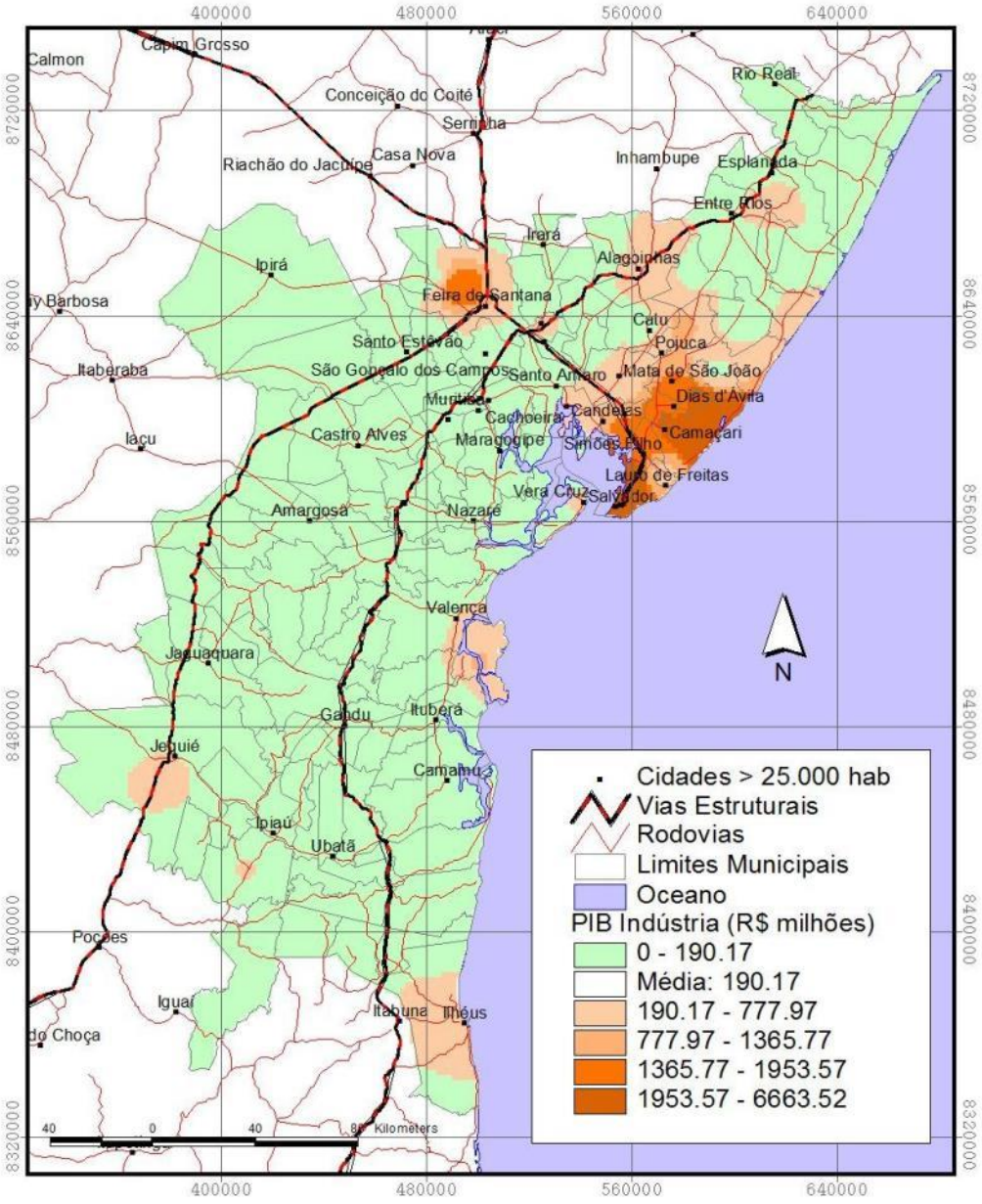
Hoje, apesar da diminuição da atividade açucareira na região, mantém-se um pouco dos laços identitários da população com esse território, que deixa transparecer as marcas das relações sociais passadas. Com isso, evidencia-se a influência desses elementos na organização espacial, formando mais que territórios, pois o Recôncavo baiano detém a característica de ser uma região intensa e com atividades diversas.

2.1.4. Análise das tendências de expansão urbana e peri-urbana

Os municípios que integram a AII apresentam dinâmicas econômicas e demográficas extremamente diversificadas. Os municípios da AII que pertencem à Região Metropolitana de Salvador, como Camaçari, Madre de Deus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé ou Candeias possuem áreas industriais inseridas no zoneamento municipal. Essas são áreas que apresentam eixos de expansão definidos e consolidados.

Contudo, o crescimento populacional acelerado que vem ocorrendo em alguns municípios da AII, a exemplo de Camaçari e Madre de Deus, submete os atuais eixos de expansão urbana a uma forte pressão que deverá demandar um novo zoneamento para esses municípios.

Entre os municípios de médio porte, Maragogipe vem desenvolvendo um novo polo industrial, com a reativação de uma indústria naval em São Roque do Paraguaçu. Além desse polo, Maragogipe conta também com um estaleiro em operação e outro em construção. Essas atividades econômicas vêm configurando uma área de expansão urbana em São Roque e peri-urbana no entorno daquela sede distrital e de localidades do município de Salinas da Margarida, principalmente em Enseada do Paraguaçu, que fica limítrofe ao novo Estaleiro Enseada do Paraguaçu – EPP.



Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA

Figura 2 – PIB Indústria (2011)

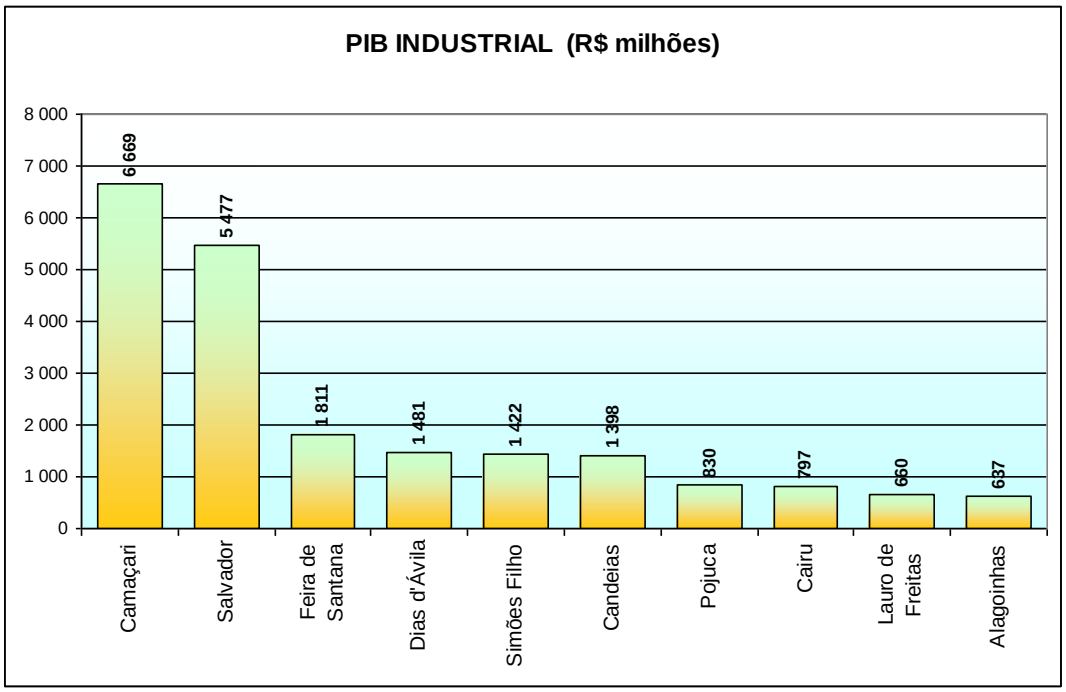
Nos demais municípios da AII, a atividade industrial é pouco expressiva e está, em parte, estagnada. Como pode ser visto pelo estudo do PIB, o fraco desempenho nesse setor econômico sugere que não existem eixos significativos de expansão industrial nessas unidades territoriais. Com um montante de R$25,9 bilhões, a economia industrial está fortemente concentrada na RMS de Salvador, destoando deste padrão

apenas o município de Feira de Santana, que ocupa o terceiro lugar, com um PIB industrial de R$ 1,8 bilhões.

Quando comparado aos demais municípios do território estudado, destacam-se como PIB industrial, fora da RMS e áreas de influência direta, os municípios de Feira de Santana e Ilhéus, com valores acima de R$500 milhões. Com a presença da Petrobras, Cairú é uma excessão na AII, por apresentar uma atividade industrial de média intensidade.

No geral, observa-se um baixo nível de atividades industriais fora da RMS e de suas áreas de influência direta, fator que contribui para os baixos níveis de industrialização em extensas áreas do território baiano.

Gráfico 1 – PIB Indústria (2011)



Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA

Verifica-se, no entanto, que algumas localidades estão submetidas a forte pressão antrópica, resultante do aumento populacional, o que pode intensificar ou criar novos eixos de expansão urbana. De fato, Camaçari, Cairu[2], Candeias, Dias D`Ávila, Madre

[2] Cairu apresenta um crecimentodemográfico atipico. Segundo o Censo Demográfico de 1991, o município possuia 15.217 habitantes. Peloresultado do Censo de 2000, essa poulaçao teria apresentado uma perda populacional elevada, caindo para 11.410, para subir novamente até

de Deus, Presidente Tancredo Neves, São Francisco do Conde, Cruz das Almas e Valença apresentaram um expressivo crescimento populacional na última década, fortemente centrado nas suas áreas urbanas, o que contribuiu para o surgimento de áreas de expansão significativas nestes municípios. A cidade de Cachoeira também se destaca em função da instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo, que se tornou num polo de atração de população para a cidade.

Nos demais municípios da AII, o crescimento demográfico foi nulo ou pequeno demais para configurar áreas de expansão periurbanas e urbanas. O processo de crescimento demográfico da AII indica ainda que cinco municípios tiveram crescimento negativo na última década, não apresentando, portanto, eixos de expansão urbana. São eles: Santo Amaro, Wenceslau Guimarães, Piraí do Norte, Muritiba e Igrapiúna.

Todos os municípios da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo possuem Planos Diretores Urbanos que definem zoneamento urbano e periurbano da sede municipal, estabelecendo distritos industriais. Contudo, a maior parte deles é antiga e está em processo de atualização ou de reelaboração através de um convênio estabelecido entre a Petrobras e as prefeituras municipais, que inclui ainda a empresa de água do estado, a EMBASA, e que, junto com os PDDUs, também vai responder pela elaboração dos Planos de Saneamento Básico Municipais.

2.1.5. Caracterização da evolução populacional (urbana e rural)

A distribuição da população sobre o território é um aspecto fundamental para compreensão das dinâmicas urbanas e econômicas locais. Ela reflete fortemente os processos históricos responsáveis pelas dinâmicas atuais, passíveis de serem transformadas a partir de novos empreendimentos econômicos, ou novas infraestruturas, notadamente as que possibilitam a criação de outros vetores econômicos sobre o território.

Como foi ressaltado na introdução, por uma questão metodológica esse item, que apresenta a caracterização da evolução populacional, envolve também, em alguns momentos, municípios vizinhos à AII, procurando dar uma visão panorâmica da região

atingir 15.374 hbitantes em 2010, o que pode significar um erro que teria ocorrido no levantamento do ano 2000.

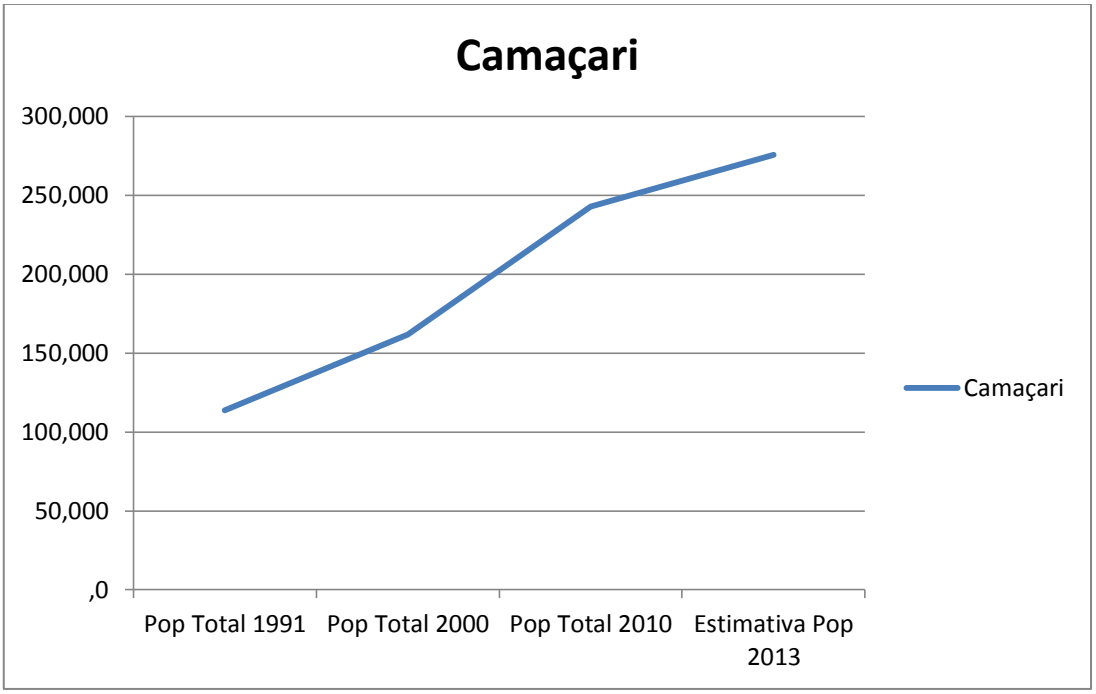
como um todo e suas possíveis variações, comparando as taxas de crescimento entre unidades territoriais de diferentes portes populacionais.

A população total da área abrangida pelo empreendimento somava, durante o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, 4.391.363 pessoas, distribuídas pelos 47 municípios das Áreas de Influência Direta-AID e Indireta-AII. Para 2013, o IBGE prevê para a mesma área uma população estimada de 4.759.828, o que representa um crescimento médio provável de 8,39 % no período.

Entre todos os municípios estudados, Dias D´Ávila, Madre de Deus e Lauro de Freitas apresentam taxas de crescimento elevadas, com 3,90; 3,74 e 3,71%, respectivamente. Salinas da Margarida (AID), São Francisco do Conde, Vera Cruz (ADA), Simões Filho e Presidente Tancredo Neves aparecem em seguida, com taxas de 2,63; 2,36; 2,36; 2,30 e 2,08%, respectivamente. Sete municípios da AII apresentaram crescimento demográfico negativo. São eles: Igripiúna, com -1,14%; Wenceslau Guimarães, com -0,75%; Piraí do Norte, com – 0,62%, Muritiba, com -0,58%; Conceição de Almeida, com -0,55%; Santo Amaro, com -0,11% e Castro Alves, com -0,06. É importante destacar o crescimento populacional em Salinas da Margarida, que integra a AID. Sua taxa de crescimento, que já era significativa no Censo de 2000, apresentou um aumento expressivo em 2010, o que pode ser atribuído em parte à implantação, no município vizinho, do Polo Industrial e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, além da reativação do antigo estaleiro de São Roque do Paraguaçu.

Com base na estimativa da população de 2013 do IBGE, pode-se classificar os municípios da AII em três classes distintas. A primeira compreende os municípios com população superior a 200 mil habitantes, representada por Camaçari, que se destaca dos demais por sua população.

Gráfico 2 – Evolução anual da população no município de Camaçari de 1991 a 2013

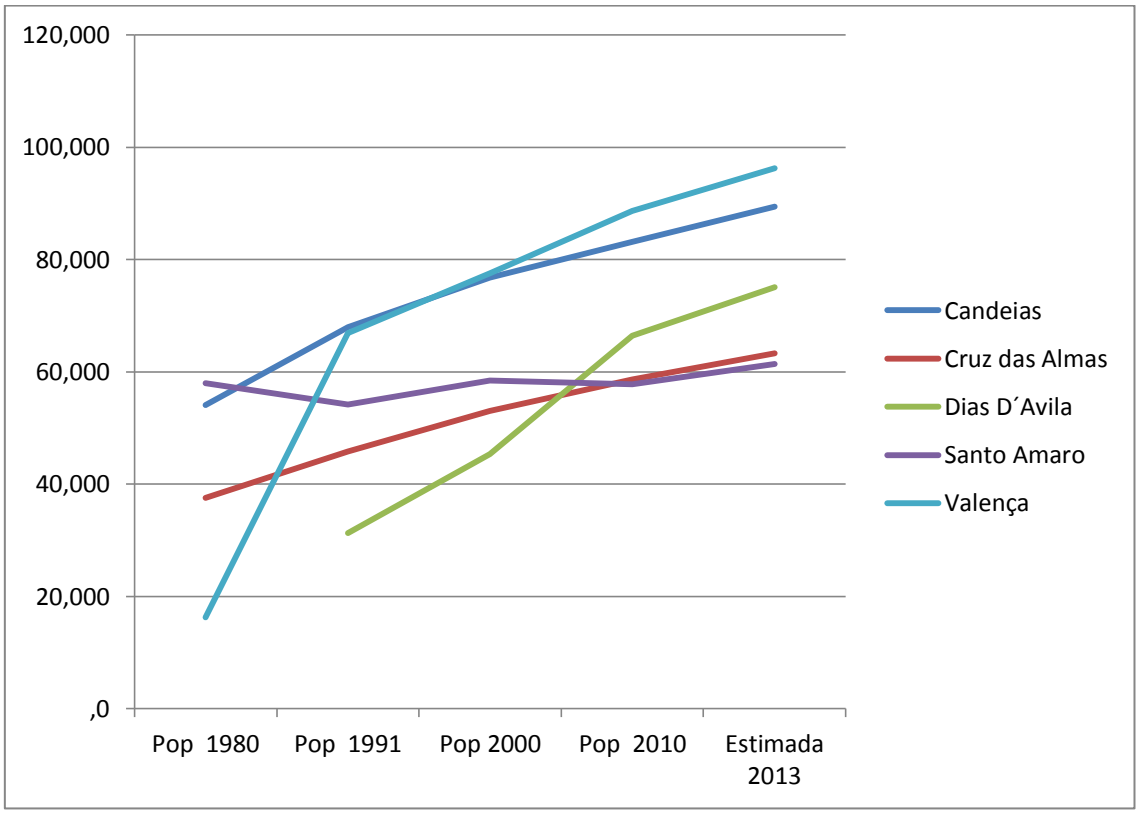


Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. Dados da amostra 1980

Em Camaçari, a taxa de crescimento de 4,15% foi a maior registrada na AII para o período de 2000 a 2010. Este município, junto com Madre de Deus, também se destaca no período 1991-2000. Os dois vão apresentar, na década seguinte, um aumento ainda mais expressivo. Todos os demais munícipios, com taxas elevadas nos anos 2000, tiveram uma redução no ritmo de crescimento no período seguinte.

O grupo dos municípios com população entre 50mil a 100 mil habitantes é constituído por Valença, Candeias, Dias D'Ávila, Cruz das Almas e Santo Amaro. Neste grupo, apenas Santo Amaro apresentou comportamento atípico em relação ao crescimento da população, com taxas ligeiramente negativas entre 2000 e 2010. A estimativa do IBGE para 2013 indica uma retomada no crescimento populacional a partir de 2010.

Gráfico 3 –Evolução anual da população nos Municípios médios (50 a 100 mil hab.) de 1980 a 2013



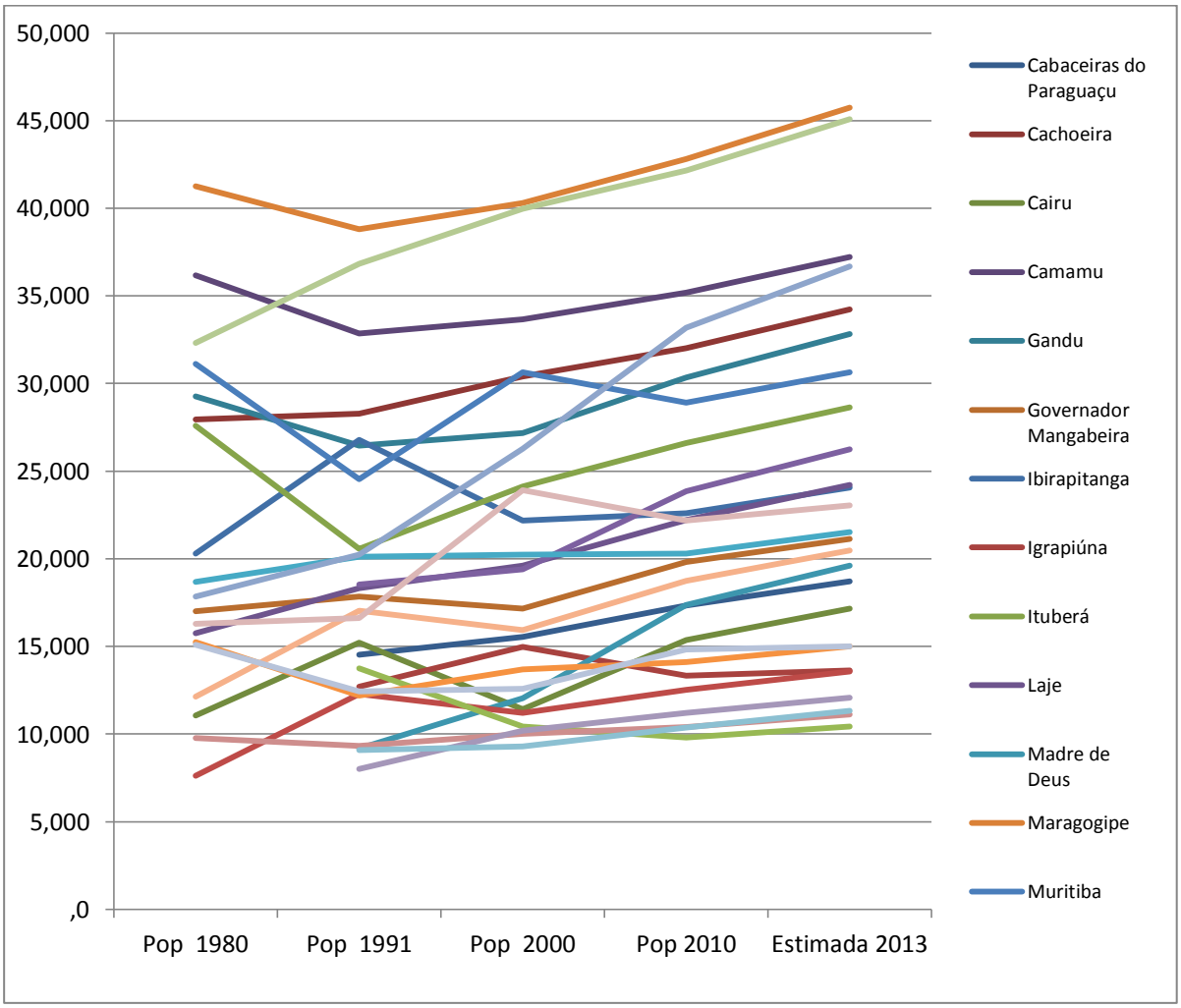
Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. Dados da amostra 1980.

O município de Valença também se destaca por ter apresentado um crescimento mais acelerado que os demais, entre 1980 e 1991. Entre 2000 e 2010, Dias D`Ávila mostrou taxas de crescimento maiores.

Por último, estão os municípios com população inferior a 50 mil moradores. Esta classe inclui a maioria dos municípios da AII, num total de 25 unidades administrativas municipais. Neste grupo, alguns municípios apresentaram crescimentos atípicos em relação aos demais. Entre 1980 e 2000 Maragogipe, Camamu, Gandu, Ituberá, Teolândia, São Félix, São Miguel das Matas e Muritiba apresentaram crescimento negativo.

Entre 1991 e 2000, Ibirapitanga, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Cairu, Taperoá e Governador Mangabeira tiveram crescimento negativo. Entre 2000 e 2010, aconteceu o mesmo com Igrapiúna, São Félix, Wenceslau Guimarães, Muritiba e Piraí do Norte, enquanto todos os demais retomavam taxas positivas de crescimento. Para 2013, a previsão é que todos os municípios retomem taxas positivas de crescimento, com exceção de Igrapiúna, que se mantém estável no período.

Gráfico 4 –Evolução anual da população nos municípios menores (até 50 mil hab.) de 1980 a 2013



Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. Dados da amostra 1980.

Os municípios de Camaçari, Candeias, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Gandu, Madre de Deus, Ituberá, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Nilo Peçanha, Saubara e Valença apresentam taxas de urbanização superiores a 72%, sendo que em Camaçari, Madre de Deus, Saubara e Dias D'Ávila essas taxas são superiores a 94%.

A AII também envolve munícipios predominantemente rurais, com taxas de urbanização baixas, como Cabaceiras do Paraguaçu, Ibirapitanga, Laje e Nilo Peçanha, que apresentam taxas de urbanização inferiores a 28%.

Quadro 1 – População Residente na AII por Situação de Domicílio

Município	Situação de Domicílio	1980	1991	2000	2010	2013 Estimativa
1 Cabaceiras do Paraguaçu	Total	-	14.523	15.547	17.327	18.713
	Urbana	-	1.846	3.305	4.644	
	%	-	12,71	21,26	26,8	
	Rural	-	12.677	12.242	12.683	
	%	-	87,29	87,29	73,2	
2 Cachoeira	Total	27.946	28.290	30.416	32.026	34.244
	Urbana	13.762	14.193	15.831	16.387	
	%	49,24	50,17	52,05	51,17	
	Rural	14.184	14.097	14.585	15.639	
	%	50,76	49,83	47,95	48,83	
3 Cairu	Total	11.048	15.217	11.410	15.374	17.168
	Urbana	5.649	5.597	6.981	8.147	
	%	51,13	36,78	61,18	52,99	
	Rural	5.399	9.620	4.429	7.227	
	%	48,87	63,22	38,82	47,01	
4 Camaçari	Total	89.164	113.639	161.727	242.970	275.575
	Urbana	76.123	108.232	154.402	231.973	
	%	85,37	95,24	95,47	95,47	
	Rural	13.041	5.407	7.325	10.997	
	%	14,63	4,76	4,53	4,53	
5 Camamu	Total	36.160	32.850	33.661	35.180	37.207
	Urbana	6.818	8.125	12.107	15.618	
	%	18,86	24,73	35,97	44,39	
	Rural	29.342	24.725	21.554	19.562	
	%	81,14	75,27	64,03	55,61	
6 Candeias	Total	54.081	67.941	76.783	83.158	89.419
	Urbana	42.208	61.438	69.127	75.994	
	%	78,05	90,43	90,03	91,39	
	Rural	11.873	6.503	7.656	7.164	
	%	21,95	9,57	9,97	8,61	
7 Cruz das Almas	Total	37.352	45.858	53.049	58.606	63.299
	Urbana	24.551	30.908	39.604	49.885	
	%	65,73	67,4	74,66	85,12	
	Rural	12.801	14.950	13.445	8.721	
	%	34,27	32,6	25,34	14,88	
8 Dias d'Ávila	Total	-	31.260	45.333	66.440	75.103
	Urbana	-	29.478	42.673	62.473	
	%	-	94,3	94,13	94,03	
	Rural	-	1.782	2.660	3.967	
	%	-	5,7	5,87	5,97	
9 Gandu	Total	29.270	26.461	27.160	30.336	32.814
	Urbana	13.346	19.597	22.060	24.848	
	%	45,6	74,06	81,22	81,91	
	Rural	15.924	6.864	5.100	5.488	
	%	54,4	25,94	18,78	18,09	

Município	Situação de Domicílio	1980	1991	2000	2010	2013 Estimativa
10 Governador Mangabeira	Total	17.002	17.859	17.165	19.818	21.125
	Urbana	5.025	5.338	6.684	7.417	
	%	29,56	29,89	38,94	37,43	
	Rural	11.977	12.521	10.481	12.401	
	%	70,44	70,11	61,06	62,57	
11 Ibirapitanga	Total	20.310	26.784	22.177	22.598	24.059
	Urbana	4.634	6.697	6.363	6.163	
	%	22,82	25	28,69	27,27	
	Rural	15.676	20.087	15.814	16.435	
	%	77,18	75	71,31	72,73	
12 Igrapiúna	Total	-	12.695	14.960	13.343	13.636
	Urbana	-	966	2.377	4.275	
	%	-	7,61	15,89	32,04	
	Rural	-	11.729	12.583	9.068	
	%	-	92,39	84,11	67,96	
13 Ituberá	Total	27.594	20.553	24.133	26.591	28.639
	Urbana	9.560	11.806	15.910	19.252	
	%	34,65	57,44	65,93	72,4	
	Rural	18.034	8.747	8.223	7.339	
	%	65,35	42,56	34,07	27,6	
14 Laje	Total	15.743	18.319	19.601	22.201	24.207
	Urbana	2.987	3.849	5.118	6.080	
	%	18,97	21,01	26,11	27,39	
	Rural	12.756	14.470	14.483	16.121	
	%	81,03	78,99	73,89	72,61	
15 Madre de Deus	Total	-	9.183	12.036	17.376	19.600
	Urbana	-	8.792	11.599	16.854	
	%	-	95,74	96,37	97	
	Rural	-	391	437	522	
	%	-	4,26	3,63	3	
16 Maragogipe	Total	41.248	38.811	40.314	42.815	45.740
	Urbana	20.831	20.472	21.043	25.093	
	%	50,5	52,75	52,2	58,61	
	Rural	20.417	18.339	19.271	17.722	
	%	49,5	47,25	47,8	41,39	
17 Muritiba	Total	31.118	24.534	30.644	28.899	30.635
	Urbana	13.685	14.709	17.905	18.040	
	%	43,98	59,95	58,43	62,42	
	Rural	17.433	9.825	12.739	10.859	
	%	56,02	40,05	41,57	37,58	
18 Nilo Peçanha	Total	7.627	12.290	11.213	12.530	13.555
	Urbana	1.199	1.980	2.495	3.105	
	%	15,72	16,11	22,25	24,78	
	Rural	6.428	10.310	8.718	9.425	
	%	84,28	83,89	77,75	75,22	
19 Piraí do Norte	Total	-	13.759	10.425	9.799	10.415
	Urbana	-	1.848	2.787	3.689	

Município	Situação de Domicílio	1980	1991	2000	2010	2013 Estimativa
	%	-	13,43	26,73	37,65	
	Rural	-	11.911	7.638	6.110	
	%	-	86,57	73,27	62,35	
20 Presidente Tancredo Neves	Total	-	18.535	19.404	23.846	26.238
	Urbana	-	2.136	6.221	9.569	
	%	-	11,52	32,06	40,13	
	Rural	-	16.399	13.183	14.277	
	%	-	88,48	67,94	59,87	
21 Santo Amaro	Total	57.937	54.160	58.414	57.800	61.407
	Urbana	40.990	40.894	44.505	44.766	
	%	70,75	75,51	76,19	77,45	
	Rural	16.947	13.266	13.909	13.034	
	%	29,25	24,49	23,81	22,55	
22 São Félix	Total	15.241	12.182	13.699	14.098	15.004
	Urbana	7.156	7.420	8.748	9.265	
	%	46,95	60,91	63,86	65,72	
	Rural	8.085	4.762	4.951	4.833	
	%	53,05	39,09	36,14	34,28	
23 São Felipe	Total	18.680	20.107	20.228	20.305	21.513
	Urbana	5.017	6.906	8.250	9.820	
	%	26,86	34,35	40,79	48,36	
	Rural	13.663	13.201	11.978	10.485	
	%	73,14	65,65	59,21	51,64	
24 São Francisco do Conde	Total	17.838	20.238	26.282	33.183	36.677
	Urbana	7.089	15.734	21.870	27.391	
	%	39,74	77,74	83,21	82,55	
	Rural	10.749	4.504	4.412	5.792	
	%	60,26	22,26	16,79	17,45	
25 São Miguel das Matas	Total	9.772	9.311	10.020	10.414	11.105
	Urbana	1.519	2.040	2.772	3.360	
	%	15,54	21,91	27,66	32,26	
	Rural	8.253	7.271	7.248	7.054	
	%	84,46	78,09	72,34	67,74	
26 São Sebastião do Passé	Total	32.312	36.825	39.960	42.153	45.090
	Urbana	19.400	25.806	29.549	33.112	
	%	60,04	70,08	73,95	78,55	
	Rural	12.912	11.019	10.411	9.041	
	%	39,96	29,92	26,05	21,45	
27 Saubara	Total	-	8.016	10.193	11.201	12.078
	Urbana	-	5.469	10.076	10.948	
	%	-	68,23	98,85	97,74	
	Rural	-	2.547	117	253	
	%	-	31,77	1,15	2,26	
28 Taperoá	Total	12.132	17.046	15.933	18.748	20.474
	Urbana	4.551	7.308	7.523	8.725	
	%	37,51	42,87	47,22	46,54	
	Rural	7.581	9.738	8.410	10.023	

Município	Situação de Domicílio	1980	1991	2000	2010	2013 Estimativa
	%	62,49	57,13	52,78	53,46	
29 Teolândia	Total	15.095	12.433	12.572	14.836	15.016
	Urbana	1.398	3.779	5.858	6.692	
	%	9,26	17,52	28,67	31,15	
	Rural	13.697	17.791	14.574	14.790	
	%	90,74	82,48	71,33	68,85	
30 Valença	Total	66.277	66.931	77.509	88.673	96.287
	Urbana	31.799	43.699	55.884	64.368	
	%	47,98	65,29	72,1	72,59	
	Rural	34.478	23.232	21.625	24.305	
	%	52,02	34,71	27,9	27,41	
31 Wenceslau Guimarães	Total	16.302	17.254	23.926	22.189	23.046
	Urbana	2.422	4.033	6.790	7.511	
	%	14,86	23,37	28,38	33,85	
	Rural	13.880	13.221	17.136	14.678	
	%	85,14	76,63	71,62	66,15	

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. IBGE Cidades 2013 Pop. Estimada.
1980 IBGE dados da Amostra.

Na AII, a média da taxa de urbanização passou de 40,82% para 58,29%, como foi observado anteriormente. A situação dos municípios, em 1980, quanto à razão de domicílio, é bastante heterogênea, como pode ser observadono Quadro 2 abaixo, com alguns deles demonstrando apenas 9% de urbanização, ao lado de outros com 85%. O processo de urbanização cresceu de forma irregular durante as quatro décadas analisadas e, em 2010, a média de urbanização na AII passou para 58,29%. Entre 1980 e 1991, o desvio padrãoaumentou significativamente, indicando que o processo ocorreu de maneira distinta entre os municípios (Quadro 2). Entre1991 e 2000 e de 2000 a 2010, essa variação dada pelo desvio padrão foi reduzida para 26,38746 e 24,73971, respectivamente, mas se manteve mais elevada do que a de 1980.

Quadro 2 – Estatísticas da População Urbana Residente na AII por Situação do Domicílio

Estatísticas	1980	1991	2000	2010
Média (%)	40,82	48,1952	55,1758	58,2952
Mediana (%)	41,86	50,1700	52,2000	52,9900
Modo[a]	9,00[a]	7,61[a]	15,89[a]	24,78[a]
Desvio padrão	21,10400	28,20949	26,38746	24,73971
Mínimo (%)	9,00	7,61	15,89	24,78
Máximo (%)	85,00	95,74	98,85	97,74
a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado				

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. IBGE Cidades 2013 Pop. Estimada.
1980 IBGE dados da Amostra
Elaboração: Consórcio V&S / Nemus

O Quadro 3 a seguir apresenta os principais índices demográficos apresentados pelos municípios da AII. A menor urbanização, em 2010, foi registrada pelo município de Nilo Peçanha, com 24,78%, sendo Saubara, com 97,74%, o município com a maior proporção de população nas áreas urbanas.

Quadro 3 – Demografia AII

Município	Área total do Município (Km²)	Densidade demográfica do Município 2010 (Hab/Km²)	Pop Total 1991	Pop Total 2000	Pop Total 2010	Taxa de Cresc. Demográfico (geométrico) 1991 a 2000(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
1 Cabaceiras do Paraguaçu	226	76,66	14.523	15547	17327	0,77	1,09
2 Cachoeira	395,2	81,04	28.290	30416	32026	0,82	0,52
3 Cairu	461	33,35	15.217	11410	15374	-3,18	3,03
4 Camaçari	784,7	309,65	113.639	161727	242970	4,04	4,15
5 Camamu	920,4	38,22	32.850	33661	35180	0,27	0,44
6 Candeias	258,4	321,87	67.941	76783	83158	1,38	0,80
7 Cruz das Almas	145,7	402,11	45.858	53049	58606	1,65	1,00
8 Dias D´Avila	184,2	360,64	31.260	45333	66440	4,26	3,90
9 Gandu	243,2	124,76	26.461	27160	30336	0,29	1,11
10 Governador Mangabeira	106,3	186,41	17.859	17165	19818	-0,44	1,45
11 Ibirapitanga	447,3	50,53	26.784	22177	22598	-2,09	0,19
12 Igrapiúna	527,2	25,31	12.695	14960	13343	1,86	-1,14
13 Ituberá	417,3	63,73	20.553	24133	26591	1,82	0,97
14 Laje	457,7	48,5	18.319	19601	22201	0,76	1,25
15 Madre de Deus	32,2	539,58	9.183	12036	17376	3,08	3,74
16 Maragogipe	440,2	97,27	38.811	40314	42815	0,43	0,60
17 Muritiba	89,3	323,58	24.534	30644	28899	2,53	-0,58
18 Nilo Peçanha	399,3	31,38	12.290	11213	12530	-1,02	1,12
19 Piraí do Norte	187,3	52,32	13.759	10425	9799	-3,06	-0,62
20 Presidente Tancredo Neves	417,2	57,16	18.535	19404	23846	0,52	2,08
21 Santo Amaro	492,9	117,26	54.160	58414	57800	0,85	-0,11
22 São Felipe	206	98,57	20.107	20228	20305	0,07	0,04

Município	Área total do Município (Km^2)	Densidade demográfica do Município 2010 (Hab/Km^2)	Pop Total 1991	Pop Total 2000	Pop Total 2010	Taxa de Cresc. Demográfico (geométrico) 1991 a 2000(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
23 São Félix	99,2	142,11	12.182	13699	14098	1,32	0,29
24 São Francisco do Conde	262,9	126,24	20.238	26282	33183	2,97	2,36
25 São Miguel das Matas	214,4	48,57	9.311	10020	10414	0,83	0,39
26 São Sebastião do Passé	538,3	78,3	36.825	39960	42153	0,92	0,54
27 Saubara	163,5	68,51	8.016	10193	11201	2,73	0,95
28 Sebastião Laranjeiras	1.948,50	5,32	9.090	9283	10371	0,24	1,11
29 Taperoá	410,8	45,64	17.046	15933	18748	-0,75	1,64
30 Teolândia	317,827	46,68	12.433	12.572	14.836	0,12	1,67
31 Valença	1.192,60	74,35	66.931	77509	88673	1,66	1,35
32 Wenceslau Guimarães	674	32,92	16.624	23926	22189	4,17	-0,75
Bahia	564.830,90	24,82	11.867.991	3943658	4.444.935	1,09	1,20

Fonte: IBGE, 2013

A análise dos indicadores da estrutura etária, da mortalidade até um ano e da razão da dependência para a AII indica uma determinada e crescente homogeneidade dos municípios em relação a esses padrõesdada pela redução do desvio padrão como demonstrado noQuadro 4. De forma geral, nas unidades administrativas da AII, aexpectativa de vida ao nascer oscilava entre um mínimo de 55,7 anos, em Nilo Peçanha, a 63,3 anos, em 1991, em São Felipe. A média, nessa ocasião, estava em 60,30 anos e o desvio padrão em torno desta média era de 2,1033, o que indicava padrões semelhantes quanto à expectativa de vida na AII.

Quadro 4 – Evolução da esperança de vida ao nascer – Estatísticas

Estatisticas	Pop 1991	Pop 2000	Pop 2010
Média (anos)	60,30	65,53	71,49
Mediana	60,3500	65,6000	71,3000
Modo	58,10	67,50	70,70[a]
Erro padrão	2,10337	1,73514	1,58488
Mínimo (anos)	55,70	62,50	67,60
Máximo (anos)	63,30	67,90	74,40

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.
Eaboração: Consórcio V&S / Nemus

Em 2000, a expectativa média de vida nos municípios da AII evoluiu para 65,53 anos, com uma sensível redução no desvio padrão, indicando que os padrões da AII tornavam-se mais homogêneos. A partir de 2010, a expectativa de vida alcançou uma média de 71,49 anos e o desvio em torno desta média diminuiu ainda mais. O município com a menor expectativa de vida foi Camamu, com 67,6 anos e o de melhor expectativa foi Candeias, com 74,4anos.

Quadro 5– Evolução da esperança de vida ao nascer (em anos) – AII

Município	1991	2000	2010
1 Cabaceiras do Paraguaçu	57,6	62,9	70,8
2 Cachoeira	60,1	65,5	70,7
3 Cairu	61,2	65,7	73,9
4 Camaçari	60,2	67,5	72,9
5 Camamu	63,0	66,6	67,6
6 Candeias	58,5	66,1	74,4
7 Cruz das Almas	63,0	67,3	72,7
8 Dias D´Avila	60,5	67,9	73,7
9 Gandu	58,1	65,5	71,3
10 Governador Mangabeira	60,1	67,9	70,3
11 Ibirapitanga	59,1	64,1	69,9
12 Igrapiúna	61,4	66,7	72,3
13 Ituberá	57,8	62,6	71,1
14 Laje	62,9	66,9	70,9
15 Madre de Deus	61,8	67,5	72,6
16 Maragogipe	63,3	66,9	72,6
17 Muritiba	58,1	65,5	72,7
18 Nilo Peçanha	55,7	63,4	70,7
19 Piraí do Norte	60,6	66,7	70,7
20 Presidente Tancredo Neves	58,3	62,6	68,6
21 Santo Amaro	58,1	63,8	71,3
22 São Felipe	63,3	67,5	72,2
23 São Félix	58,0	63,2	71,1
24 São Francisco do Conde	60,6	66,3	73,7
25 São Miguel das Matas	62,9	67,5	72,0
26 São Sebastião do Passe	62,9	65,1	73,7
27 Saubara	58,1	63,7	69,3
28 Sebastião Laranjeiras	61,7	66,9	71,6
29 Taperoá	59,0	62,5	70,2
30 Teolândia	62,2	64,8	70,4
31 Valença	59,4	65,2	71,7
32 Wenceslau Guimarães	62,2	64,8	70,1
Média da AII	**60,30**	**65,53**	**71,49**

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Na área em estudo, a mortalidade infantil (crianças com menos de um ano) apresentou uma redução considerável entre 1991 e 2010. Em 1991, a média nos municípios estava em torno de 67,56 ‰ (Quadro 6 a seguir). Havia, no entanto, uma significativa estratificação entre os municípios, com Nilo Peçanha ostentando um índice de 91,80‰, enquanto São Felipe exibia um índice de mortalidade infantil de 53,40‰. Essa acentuada heterogeneidade pode ser observada pela dimensão do desvio padrão, de 10,38807. Na década seguinte, não só houve uma melhoria nas

taxas, como também essa dispersão se reduziu quase à metade. A média de mortalidade infantil, em 2000, ficou em torno de 40,71‰. O melhor resultado foi observado em Dias D`Àvila, com 32,80%, sendo o pior registrado em Ituberá e Presidente Tancredo Neves, com 51,20‰. Em 2010, a média da AII em termos de mortalidade infantil ficou em 23,23‰. A melhor taxa foi de 15,8‰, registrada em Candeias e a pior em Camamu, com 35,5‰. Em 2010, a dispersão em torno da média também diminuiu, confirmando uma tendência à homogeneização dos padrões nos municípios da AIIconforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 6– Evolução da mortalidade infantil (Estatísticas)

Estatísticas	Pop 1991	Pop 2000	Pop 2010
Média ‰	67,57	40,728	23,24
Mediana ‰	67,00	40,25	23,65
Modo	78,60	51,20	17,40
Desvio padrão	10,38807	5,94857	4,52254
Mínimo ‰	53,40	32,80	15,80
Máximo ‰	91,80	51,20	35,30

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.
Eaboração: Consórcio V&S / Nemus

Os municípios de Candeias, Cairu, Camaçari, Dias D`Ávila, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé com índices mortalidade infantil em torno dos 17,0‰ estão dentro do Objetivo do Milênio das Nações Unidas para 2015.

Quadro 7 – Evolução da Mortalidade Infantil (‰) – AII

Município	1991	2000	2010
1 Cabaceiras do Paraguaçu	80,9	50,0	25,0
2 Cachoeira	68,1	40,6	25,2
3 Cairu	62,9	39,9	17,0
4 Camaçari	67,7	34,3	17,4
5 Camamu	54,5	36,9	35,3
6 Candeias	76,3	38,7	15,8
7 Cruz das Almas	54,8	34,7	19,8
8 Dias D´Avila	66,3	32,8	17,5
9 Gandu	78,5	40,8	23,7
10 Governador Mangabeira	68,1	32,9	26,6
11 Ibirapitanga	73,0	45,7	27,8
12 Igrapiúna	61,7	36,8	20,8
13 Ituberá	80,2	51,2	24,1
14 Laje	55,0	36,0	24,9
15 Madre de Deus	60,2	34,3	20,0
16 Maragogipe	53,4	36,1	20,2
17 Muritiba	78,6	40,6	19,8
18 Nilo Peçanha	91,8	48,0	25,3
19 Piraí do Norte	65,6	36,6	25,3
20 Presidente Tancredo Neves	77,4	51,2	31,8
21 Santo Amaro	78,6	46,7	23,6
22 São Felipe	53,4	34,1	21,1
23 São Félix	78,9	48,6	24,1
24 São Francisco do Conde	65,7	37,8	17,4
25 São Miguel das Matas	55,0	34,1	21,7
26 São Sebastião do Passé	55,2	42,1	17,4
27 Saubara	78,6	46,8	29,6
28 Sebastião Laranjeiras	60,4	36,0	22,7
29 Taperoá	73,7	51,2	26,7
30 Teolândia	58,3	42,9	26,3
31 Valença	71,4	41,7	22,6
32 Wenceslau Guimarães	58,0	42,9	27,1

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A análise da razão de dependência[3] é utilizada para avaliação dos serviços de seguridade social. Esse indicador mede a relação entre as pessoas não economicamente ativas (caracterizadas pela soma dos menores de 15 anos mais os maiores de 65 anos) e a população economicamente ativa, para se obter o grau de

[3] Calculado pela razão entre o percentual da população menor que 15 anos e a população de 65 anos oumais (população dependente) pelapopulação de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

dependência do sistema em relação aos que estão economicamenteativos. Esse indicador merece, contudo, um certo cuidado na sua utilização, pois é comum, nas pequenas cidades do interior, que a principal fonte de renda resulte das aposentadorias e dos programas de redistribuição de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Na AII, a razão de dependência evoluiu significativamente entre 1991 e 2010. A média, que era de 88,34%, passou para 51,47%, indicando uma redução da dependênciaconforme Quadro 8 a seguir. Neste indicador, a dispersão em torno da média foi elevada nas três décadas, sugerindo padrões contrastantes entre os municípios. Em 1991, a maior razão de dependência foi a do município de Presidente Tancredo Neves, com 107,84% e a menor ficou em Madre de Deus, com 64,69%, fato fácil de entender devido a natureza da Ilha de Madre de Deus, que possui uma população pequena, onde funciona o terminal marítimo da Petrobras, que escoa a produção da refinaria de Mataripe.

Quadro 8 – Evolução da Razão de Dependência (%) –AII (Estatísticas)

Estatísticas	Pop 1991	Pop 2000	Pop 2010
Média (%)	88,35	67,12	51,47
Mediana(%)	86,54	66,13	50,45
Modo(%)	64,69	49,14	62,32
Desvio padrão	10,57857	10,88488	7,42008
Mínimo(%)	64,69	49,14	40,55
Máximo(%)	107,84	84,21	66,60

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.
Eaboração: V&S

Em 2010, a variação em torno da média de dependência de 51,47% diminuiu um pouco em relação a 2000. Mesmo assim, os resultados indicam padrões diversos entre os municípios em foco, com um máximo de 66,60% registrado em Ibirapitanga.

Quadro 9 – Evolução da Razão de Dependência (%) – AII

Município	1991	2000	2010
1 Cabaceiras do Paraguaçu	106,38	82,83	62,32
2 Cachoeira	85,67	60,94	48,03
3 Cairu	77,01	52,54	41,83
4 Camaçari	77,86	53,62	41,50
5 Camamu	102,32	81,86	65,02
6 Candeias	74,17	51,50	42,20
7 Cruz das Almas	76,99	55,70	43,13
8 Dias D´Avila	78,95	57,82	45,71
9 Gandu	85,65	62,29	50,48
10 Governador Mangabeira	99,55	64,92	50,42
11 Ibirapitanga	102,84	83,05	66,60
12 Igrapiúna	103,73	82,01	62,32
13 Ituberá	87,43	71,72	55,00
14 Laje	93,15	67,92	51,93
15 Madre de Deus	64,69	49,14	40,55
16 Maragogipe	87,05	64,12	48,39
17 Muritiba	81,00	59,48	48,00
18 Nilo Peçanha	94,92	74,41	53,63
19 Piraí do Norte	94,80	73,73	55,81
20 Presidente Tancredo Neves	107,84	75,92	55,37
21 Santo Amaro	77,89	54,92	46,40
22 São Felipe	89,07	63,00	47,98
23 São Félix	85,39	57,55	41,82
24 São Francisco do Conde	83,38	57,25	46,47
25 São Miguel das Matas	86,03	67,33	53,60
26 São Sebastião do Passé	77,92	55,45	44,62
27 Saubara	80,54	56,38	49,14
28 Sebastião Laranjeiras	89,21	72,27	46,65
29 Taperoá	94,33	76,59	59,33
30 Teolândia	101,68	81,67	53,17
31 Valença	55,29	63,53	49,24
32 Wenceslau Guimarães	95,52	72,69	57,74

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

2.1.5.1. Estrutura Etária por Sexo da População AII

Pelos dados de longevidade, natalidade e fecundidade dos municípios da AII,no períodode 1991 a 2010, observa-se um perfil de estrutura etária muito semelhante. Todos os municípios apresentavam uma pirâmide com base larga, típica de índices elevados de fecundidade, e um estreitamento abrupto já a partir das primeiras faixas etárias, indicando perdas populacionais acentuadas para estudo e trabalho, bem como reduzida expectativa de vida. O topo achatado da pirâmide confirma essa pouca esperança de vida ao nascer.Nas décadas seguintes, os municípios apresentaram

melhorias nesses indicadores e o perfil etário se aproximou da média estadual. As perdas de população, nas faixas etárias mais baixas, foramreduzidas e a expectativa de vida apresentou melhorias significativas como visto anteriormente.

Quanto às divisões por sexo, as populações não apresentavam diferenças significativas. A população masculina era predominante desde 1980 em 15 municípios, a saber: Cairu, Camaçari, Camamu, Candeias, Gandu, Governador Mangabeira, Ibirapitanga, Nilo Peçanha, São Felipe, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sebastião Laranjeiras, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães. Nas décadas seguintes, a população masculina perdeu espaço para a feminina em alguns municípios, como Candeias, Dias D`Ávila, Gandu, Governador Mangabeira, Madre de Deus, São Felipe, São Francisco do Conde eSão Sebastião do Passé. O município de Saubara apresentouum comportamento atípico, com a população predominante oscilando entre masculina e feminina, ao longo dos anos. Em 2010, a distribuição se iguala, com 16 municípios apresentando população predominantemente feminina e outros 16 masculina.

Quadro 10 – População residente por sexo e anos

Municípios	Sexo	Variável X Ano			
		População residente (Percentual)			
		1980	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	Homens	-	48,79	49,55	49,34
	Mulheres	-	51,21	50,45	50,66
Cachoeira	Homens	48,34	48,57	48,94	48,25
	Mulheres	51,66	51,43	51,06	51,75
Cairu	Homens	51,74	53,07	51,47	51
	Mulheres	48,26	46,93	48,53	49
Camaçari	Homens	51,28	50,24	50,06	49,68
	Mulheres	48,72	49,76	49,94	50,32
Camamu	Homens	52,02	52,11	51,85	50,88
	Mulheres	47,98	47,89	48,15	49,12
Candeias	Homens	50,32	49,97	49,52	48,48
	Mulheres	49,68	50,03	50,48	51,52
Cruz das Almas	Homens	47,01	47,37	47,56	47,23
	Mulheres	52,99	52,63	52,44	52,77
Dias d'Ávila	Homens	-	50,81	49,6	49,39
	Mulheres	-	49,19	50,4	50,61
Gandu	Homens	51,24	49,67	49,71	49,79
	Mulheres	48,76	50,33	50,29	50,21
Governador Mangabeira	Homens	51,85	48,4	49,02	47,92
	Mulheres	48,15	51,6	50,98	52,08
Ibirapitanga	Homens	52,41	51,32	51,24	51,04

Municípios	Sexo	Variável X Ano			
		População residente (Percentual)			
		1980	1991	2000	2010
	Mulheres	47,59	48,68	48,76	48,96
Igrapiúna	Homens	-	52,95	52,99	52,78
	Mulheres	-	47,05	47,01	47,22
Ituberá	Homens	47,19	50,27	50,66	50,35
	Mulheres	52,81	49,73	49,34	49,65
Laje	Homens	49,39	50,68	51,16	50,84
	Mulheres	50,61	49,32	48,84	49,16
Madre de Deus	Homens	-	50,7	49,13	48,21
	Mulheres	-	49,3	50,87	51,79
Maragogipe	Homens	49,98	50,02	50,32	50,25
	Mulheres	50,02	49,98	49,68	49,75
Muritiba	Homens	47,1	47,85	47,78	47,5
	Mulheres	52,9	52,15	52,22	52,5
Nilo Peçanha	Homens	51,74	51,63	52,38	51,59
	Mulheres	48,26	48,37	47,62	48,41
Piraí do Norte	Homens	-	52,09	52,28	53,01
	Mulheres	-	47,91	47,72	46,99
Presidente Tancredo Neves	Homens	-	51,93	52,07	51,21
	Mulheres	-	48,07	47,93	48,79
Santo Amaro	Homens	49,63	49,17	49,04	48,02
	Mulheres	50,37	50,83	50,96	51,98
São Félix	Homens	48,69	49,21	48,7	48,82
	Mulheres	51,31	50,79	51,3	51,18
São Felipe	Homens	50,07	50,97	50,41	49,66
	Mulheres	49,93	49,03	49,59	50,34
São Francisco do Conde	Homens	50,32	50,38	49,67	48,83
	Mulheres	49,68	49,62	50,33	51,17
São Miguel das Matas	Homens	49,21	50,41	50,52	50,68
	Mulheres	50,79	49,59	49,48	49,32
São Sebastião do Passé	Homens	50,38	49,87	49,85	49,13
	Mulheres	49,62	50,13	50,15	50,87
Saubara	Homens	-	49,33	50,16	48,94
	Mulheres	-	50,67	49,84	51,06
Sebastião Laranjeiras	Homens	51,26	51,29	51,07	50,66
	Mulheres	48,74	48,71	48,93	49,34
Taperoá	Homens	50,5	50,54	51,15	51,13
	Mulheres	49,5	49,46	48,85	48,87
Teolândia	Homens	51,37	51,57	51,28	52,07
	Mulheres	48,63	48,43	48,72	47,93
Valença	Homens	49,17	49,51	49,64	49,09
	Mulheres	50,83	50,49	50,36	50,91
Wenceslau Guimarães	Homens	51,56	51,62	51,74	51,71
	Mulheres	48,44	48,38	48,26	48,29

Municípios	Sexo	Variável X Ano			
		População residente (Percentual)			
		1980	1991	2000	2010
Nota Predomínio pop. Masculina		Predomínio pop. feminina			

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. IBGE Cidades 2013 Pop. Estimada. 1980 IBGE dados da Amostra.

O município de Cabaceiras do Paraguaçu apresentava, em 1991, uma base ampla da pirâmide etária**,** com um estreitamento acentuado do seu corpo, indicando uma população jovem, já com perdas populacionais na faixa dos 10 anos emdiante. Esse quadro se modificou nas últimas duas décadas, mas o município continua apresentando perdas populacionais, agora na faixa dos 20 anos em diante.

2.1.5.2. Fluxos Migratórios

A Bahia é uma unidade da federação que se caracterizou, historicamente, como estado exportador de população para a região sul e sudeste. Embora essa tendência venha se revertendo na última década, o saldo populacional continua negativo para o estado. Segundo o IBGE, nos anos 2000 o valor do Índice de Eficácia Migratória-IEF,na Bahia, estava em –0,3480, apontando uma evasão populacional elevada. Em 2009, esse índice havia caído para -0,2099, indicando que o estado se aproximava da situação de "rotatividade migratória", fenômeno que se verifica quando o IEF se aproxima de zero[4].

[4]Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2009; Censo Demográfico 2000. Disponível em< http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/ba_migracoes.csv> Acesso em março de 2014. O Índice de Eficácia Migratória pode variar entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população e quanto mais perto de -1, maior evasão. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória.

Quadro 11 – Índice de Eficácia Migratória BAHIA 2000-2009

	2000	2004	2009
Índice de Eficácia Migratória	-0.3480	-0.1320	-0.2099

Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2009; Censo Demográfico 2000

O processo de crescimento demográfico em um determinado território decorre de um conjunto de fatores. O ritmo do crescimento (r) de uma população aberta (aquela sujeita a movimentos migratórios) resulta do crescimento vegetativo (rv = taxa de natalidade – taxa de mortalidade). O resultado do crescimento vegetativo mais o resultado do ritmo migratório (rm), dado pela diferença entre o número de pessoas que imigram menos as pessoas que emigram (rm = i – e) é o crescimento demográfico da população, obtidopela equação: r = rv+rm. Com base nessas equações, observa-se que o crescimento demográfico é influenciado por: fecundidade (b), mortalidade (d), imigração (i) e emigração (e).

O crescimento vegetativo ou natural é calculado considerando-se, num determinado momento, a diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos, ou seja, a taxa de natalidade menos a taxa de mortalidade, e é expresso em porcentagem. Com base na diferença entre o crescimento demográfico e o vegetativo pode-se calcular os fluxos migratórios do território.

Contudo, existem algumas dificuldades que impedem a realização destes cálculos. Os dados sobre o crescimento natural não estão disponíveis para todos os anos. O Caderno de Informações de Saúde-CIS disponibiliza dados sobre óbitos de 2002 a 2008 e de natalidade de 1999 a 2008. Os anos de coleta destes dados, contudo, não coincidem com os da realização dos censos do IBGE, o que permite apenas levantamentos com base em estimativas e projeções, o que não é adequado para fazer comparações com o crescimento demográfico real. Os dados do CIS também consideram apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINAC, o que prejudica a utilização mais rigorosa destas informações para avaliação dos fluxos migratórios.

Quadro 12 – Crescimento Vegetativo Por Ano – AII 2002-2008

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
Candeias	Taxa Bruta de Natalidade	14,30	13,30	13,20	13,60	14,40	14,40	15,70	**0,91**	**0,80**
	Nº de óbitos	4,10	5,50	4,90	4,50	5,40	4,70	5,70		
	Taxa de Crescimento natural	**10,20**	**7,80**	**8,30**	**9,10**	**9,00**	**9,70**	**10,00**		
Cabaceiras do Paraguaçu – BA	Taxa Bruta de Natalidade	15,35	20,93	22,43	19,89	18,40	19,01	14,86	**1,39**	**1,09**
	Nº de óbitos	4,25	5,42	4,14	4,32	5,15	6,03	3,93		
	Taxa de Crescimento natural	**11,10**	**15,51**	**18,30**	**15,57**	**13,25**	**12,98**	**10,93**		
Cachoeira – BA	Taxa Bruta de Natalidade	16,78	16,35	15,28	16,25	13,10	14,74	14,33	**0,95**	**0,52**
	Nº de óbitos	6,29	5,02	5,85	5,95	5,25	6,18	5,58		
	Taxa de Crescimento natural	**10,50**	**11,33**	**9,43**	**10,30**	**7,85**	**8,57**	**8,75**		
Cairu-Ba	Taxa Bruta de Natalidade	20,0	22,8	20,8	23,0	24,9	27,1	15,1	**1,87**	**3,03**
	Nº de óbitos	2,8	3,8	2,9	2,5	3,7	3,9	2,8		
	Taxa de Crescimento natural	**17,16**	**18,95**	**17,84**	**20,50**	**21,18**	**23,22**	**12,26**		

[5] As taxas brutas de natalidade e mortalidade são apresentadas em por mil indivíduos (permilhagem ‰). Os dados decrescimento vegetativo médio noquadro estão apresentados em porcentagem (%)

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
Camaçari – BA	Taxa Bruta de Natalidade	20,72	19,78	19,27	18,46	19,11	19,76	18,13	**1,49**	**4,15**
	Nº de óbitos	4,34	4,49	4,43	4,43	4,54	4,07	4,40		
	Taxa de Crescimento natural	**16,38**	**15,29**	**14,84**	**14,03**	**14,56**	**15,69**	**13,73**		
Camamu – BA	Taxa Bruta de Natalidade	21,31	16,48	21,72	19,64	15,32	11,44	17,68	**1,46**	**0,44**
	Nº de óbitos	3,96	3,27	3,12	3,25	2,22	2,18	2,97		
	Taxa de Crescimento natural	**17,35**	**13,21**	**18,60**	**16,39**	**13,11**	**9,26**	**14,71**		
Cruz das Almas – BA	Taxa Bruta de Natalidade	16,70	17,52	16,05	15,31	14,07	13,64	13,12	**0,96**	**1,00**
	Nº de óbitos	6,03	5,83	5,45	5,63	5,52	5,07	5,71		
	Taxa de Crescimento natural	**10,67**	**11,69**	**10,60**	**9,68**	**8,55**	**8,57**	**7,42**		
Dias d'Ávila – BA	Taxa Bruta de Natalidade	24,06	22,49	21,61	20,48	21,40	20,92	21,55	**1,71**	**3,90**
	Nº de óbitos	4,68	4,09	4,57	4,56	4,58	4,24	5,76		
	Taxa de Crescimento natural	**19,38**	**18,40**	**17,05**	**15,92**	**16,83**	**16,68**	**15,80**		
Gandu – BA	Taxa Bruta de Natalidade	25,20	26,59	25,98	23,84	20,67	18,13	16,81	**1,68**	**1,11**
	Nº de óbitos	6,01	6,28	4,81	6,23	5,78	5,87	4,65		
	Taxa de Crescimento natural	**19,19**	**20,31**	**21,17**	**17,61**	**14,89**	**12,25**	**12,16**		
Governador Mangabeira – BA	Taxa Bruta de Natalidade	13,93	21,94	20,14	21,52	17,00	18,62	13,19	**1,23**	**1,45**
	Nº de óbitos	5,11	5,78	5,98	6,16	5,98	6,05	4,87		

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
	Taxa de Crescimento natural	**8,81**	**16,16**	**14,15**	**15,36**	**11,02**	**12,57**	**8,33**		
Ibirapitanga – BA	Taxa Bruta de Natalidade	20,37	25,53	28,75	25,91	25,20	26,39	19,37	**1,96**	**0,19**
	Nº de óbitos	3,21	4,43	4,68	5,23	5,01	7,28	4,03		
	Taxa de Crescimento natural	**17,16**	**21,10**	**24,08**	**20,68**	**20,19**	**19,11**	**15,34**		
Igrapiúna – BA	Taxa Bruta de Natalidade	14,1	12,8	14,0	12,3	13,3	12,0	15,0	**1,09**	**-1,14**
	Nº de óbitos	2,3	2,1	2,6	2,1	1,4	3,0	3,3		
	Taxa de Crescimento natural	**11,86**	**10,73**	**11,34**	**10,19**	**11,90**	**9,01**	**11,76**		
Ituberá – BA	Taxa Bruta de Natalidade	23,51	21,76	25,60	23,62	23,41	17,30	23,78	**1,81**	**0,97**
	Nº de óbitos	4,78	4,64	4,34	4,13	4,97	4,16	4,76		
	Taxa de Crescimento natural	**18,73**	**17,12**	**21,26**	**19,49**	**18,45**	**13,14**	**19,02**		
Laje – BA	Taxa Bruta de Natalidade	22,95	21,80	21,17	21,03	18,15	17,26	14,89	**1,37**	**1,25**
	Nº de óbitos	5,49	5,85	6,21	5,54	5,94	6,62	5,51		
	Taxa de Crescimento natural	**17,46**	**15,95**	**14,96**	**15,49**	**12,22**	**10,64**	**9,38**		
Madre de Deus – BA	Taxa Bruta de Natalidade	18,20	14,41	16,91	23,37	19,23	20,41	20,18	**1,38**	**3,74**
	Nº de óbitos	4,35	6,27	4,85	4,85	5,51	5,81	3,79		
	Taxa de Crescimento natural	**13,85**	**8,13**	**12,05**	**18,52**	**13,72**	**14,60**	**16,39**		
Maragogipe – BA	Taxa Bruta de	12,97	15,62	15,27	15,42	16,20	14,98	14,19	**0,96**	**0,60**

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
	Natalidade									
	Nº de óbitos	5,09	5,93	4,47	5,21	5,36	5,46	5,50		
	Taxa de Crescimento natural	**7,88**	**9,69**	**10,80**	**10,20**	**10,84**	**9,52**	**8,69**		
Muritiba – BA	Taxa Bruta de Natalidade	11,27	11,47	10,60	10,73	11,75	11,47	11,23	**0,59**	**-0,58**
	Nº de óbitos	5,57	6,30	5,34	4,93	4,56	4,80	5,63		
	Taxa de Crescimento natural	**5,70**	**5,16**	**5,25**	**5,80**	**7,20**	**6,68**	**5,60**		
Nilo Peçanha – BA	Taxa Bruta de Natalidade	20,57	20,31	19,76	22,11	15,84	17,29	14,67	**1,50**	**1,12**
	Nº de óbitos	3,37	4,60	2,51	2,85	3,65	4,66	3,36		
	Taxa de Crescimento natural	**17,20**	**15,72**	**17,26**	**19,26**	**12,20**	**12,63**	**11,30**		
Piraí do Norte – BA	Taxa Bruta de Natalidade	14,81	12,45	14,88	17,15	16,33	17,37	18,61	**1,29**	**-0,62**
	Nº de óbitos	2,78	2,34	2,87	3,60	1,63	3,29	4,46		
	Taxa de Crescimento natural	**12,03**	**10,11**	**12,01**	**13,55**	**14,70**	**14,08**	**14,15**		
Presidente Tancredo Neves – BA	Taxa Bruta de Natalidade	23,08	23,48	24,05	23,16	23,25	20,90	19,73	**1,86**	**2,08**
	Nº de óbitos	3,68	3,41	3,85	2,86	4,14	4,97	4,32		
	Taxa de Crescimento natural	**19,40**	**20,08**	**20,20**	**20,31**	**19,11**	**15,94**	**15,41**		
Santo Amaro – BA	Taxa Bruta de Natalidade	16,69	14,99	14,42	13,26	15,42	14,45	15,64	**0,97**	**-0,11**
	Nº de óbitos	5,08	5,61	5,04	4,49	5,17	5,84	5,72		

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
	Taxa de Crescimento natural	**11,62**	**9,38**	**9,38**	**8,78**	**10,25**	**8,61**	**9,92**		
São Félix – BA	Taxa Bruta de Natalidade	15,70	12,07	13,41	14,54	12,28	12,87	11,38	**0,75**	**0,29**
	Nº de óbitos	5,92	5,51	5,45	5,80	6,01	5,40	5,25		
	Taxa de Crescimento natural	**9,77**	**6,56**	**7,96**	**8,74**	**6,28**	**7,47**	**6,13**		
São Felipe – BA	Taxa Bruta de Natalidade	14,12	14,26	16,52	14,87	13,68	13,08	11,10	**0,73**	**0,04**
	Nº de óbitos	6,22	6,56	6,66	6,55	6,94	6,54	6,98		
	Taxa de Crescimento natural	**7,90**	**7,70**	**9,86**	**8,32**	**6,74**	**6,54**	**4,11**		
São Francisco do Conde – BA	Taxa Bruta de Natalidade	16,29	17,16	18,65	13,37	16,33	14,68	17,23	**1,16**	**2,36**
	Nº de óbitos	4,06	5,29	4,45	4,82	4,68	4,52	4,10		
	Taxa de Crescimento natural	**12,23**	**11,87**	**14,20**	**8,55**	**11,64**	**10,16**	**13,13**		
São Miguel das Matas – BA	Taxa Bruta de Natalidade	19,48	17,68	18,24	17,10	15,46	14,03	14,69	**1,17**	**0,39**
	Nº de óbitos	3,34	4,59	5,63	5,16	5,03	4,52	6,31		
	Taxa de Crescimento natural	**16,13**	**13,09**	**12,61**	**11,94**	**10,43**	**9,51**	**8,38**		
São Sebastião do Passé – BA	Taxa Bruta de Natalidade	15,66	15,76	13,46	13,00	13,93	13,00	13,77	**0,92**	**0,54**
	Nº de óbitos	4,75	5,40	5,43	5,25	3,41	4,72	5,14		
	Taxa de Crescimento natural	**10,91**	**10,36**	**8,03**	**7,75**	**10,53**	**8,28**	**8,62**		
Saubara – BA	Taxa Bruta de	13,15	12,42	12,46	11,25	11,95	12,54	12,34	**0,83**	**0,95**

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
	Natalidade									
	Nº de óbitos	2,54	4,14	5,15	3,29	4,74	3,90	3,82		
	Taxa de Crescimento natural	**10,61**	**8,28**	**7,31**	**7,96**	**7,20**	**8,64**	**8,52**		
Sebastião Laranjeiras – BA	Taxa Bruta de Natalidade	13,09	12,31	16,13	16,17	10,50	11,43	10,68	**0,89**	**1,11**
	Nº de óbitos	4,08	3,32	3,20	4,36	3,82	3,92	4,81		
	Taxa de Crescimento natural	**9,01**	**8,99**	**12,93**	**11,81**	**6,68**	**7,52**	**5,88**		
Taperoá – BA	Taxa Bruta de Natalidade	21,08	21,49	18,47	20,35	20,32	20,16	17,56	**1,54**	**1,64**
	Nº de óbitos	5,67	4,81	4,46	5,12	5,10	3,74	2,62		
	Taxa de Crescimento natural	**15,41**	**16,68**	**14,02**	**15,23**	**15,22**	**16,42**	**14,94**		
Teolândia – BA	Taxa Bruta de Natalidade	16,82	20,06	18,06	18,80	16,33	19,24	19,92	**1,49**	**1,67**
	Nº de óbitos	3,33	3,17	3,09	3,56	3,79	4,49	3,44		
	Taxa de Crescimento natural	**13,49**	**16,89**	**14,97**	**15,25**	**12,54**	**14,74**	**16,49**		
Valença – BA	Taxa Bruta de Natalidade	21,03	22,06	20,73	20,07	17,77	17,25	15,43	**1,40**	**1,35**
	Nº de óbitos	5,76	5,13	5,31	4,40	5,30	4,93	5,18		
	Taxa de Crescimento natural	**15,28**	**16,94**	**15,43**	**15,68**	**12,47**	**12,33**	**10,24**		
Wenceslau Guimaraes	Taxa Bruta de Natalidade	13,98	16,24	15,03	15,05	14,97	12,55	17,14	**1,23**	**-0,75**
	Nº de óbitos	2,79	1,91	2,08	1,82	3,00	3,55	3,68		

Município	Taxas (‰)[5]	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Crescimento Vegetativo 2002-2005(%)	Taxa de Cresc. Demográfico (Geométrico) 2000 a 2010(%)
	Taxa de Crescimento natural	**11,19**	**14,33**	**12,94**	**13,23**	**11,97**	**9,00**	**13,46**		
Média de Crescimento natural por ano (%)		1,33	1,32	1,37	1,34	1,22	1,16	1,12		

Fonte: CIS. Elaboração equipe de socioeconomia. Para Taxa de Crescimento Demográfico dados Censo Demográfico do IBGE 2010

Pode-se, no entanto, indicar por aproximação a influência do componente migração no âmbito dos municípios estudados, estimando-se os que apresentam fluxos migratórios mais evidentes.

A taxa média de crescimento observada na AII diminuiu de 1,32% em 2002 para 1,12% em 2008 e tem uma redução mais constante a partir de 2005. Alguns municípios apresentaram elevadas médias de crescimento vegetativo entre 2002 e 2008, como Ibirapitanga, com 1,94% A.A, Presidente Tancredo Neves, com 1,86% e Ituberá com 1,81%. A menor taxa foi registrada em Muritiba, com 0,59% AA.

Em 2002, 25% dos municípios apresentavam valores de crescimento vegetativo até 1,05%. Em 2008, houve uma redução considerável e 25% dos municípios da AII passaram a apresentar crescimento vegetativo de 0,86%. Em 2008,50% dos municípios tiveram taxas de crescimento vegetativo que não ultrapassavam 1,11%

Quadro 13– Evolução das taxas de crescimento (Estatísticas(‰))

Valores em		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Média(‰)		13,29	13,23	13,72	13,47	12,27	11,68	11,27
Mediana		12,13	13,15	13,48	13,79	12,08	10,40	11,11
Modo(‰)		17,16	5,16[a]	5,25[a]	5,80[a]	7,20	8,57	4,11[a]
Erro padrão		3,87240	4,41061	4,56793	4,34696	3,96111	3,90557	3,69893
Mínimo(‰)		5,70	5,16	5,25	5,80	6,28	6,54	4,11
Máximo(‰)		19,40	21,10	24,08	20,68	21,18	23,22	19,02
Percentis	25	10,5275	9,4575	10,0450	9,2450	9,3125	8,6175	8,5450
	50	12,1300	13,1500	13,4800	13,7900	12,0850	10,4000	11,1150
	75	17,1600	16,8375	17,2075	16,2725	14,6650	14,4700	14,5700

Nota: [a]: Ha vários modos. O menor valor é mostrado
Fonte: CIS. Elaboração equipe de socioeconomia.
Elaboração: Consórcio V&S / Nemus

Considerando as médias de crescimento demográfico para 2010 da AII, pode-se ter uma ideia aproximada dos municípios que apresentaram perdas ou ganhos líquidos em relação ao fluxo migratório. Com base em estimativas, observa-se que Cachoeira, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiuna, Ituberá, Muritiba, Piraí do Norte, Santo Amaro, São Félix, São Felipe, São Miguel das Matas, São Sebastião do Passé e Wenceslau Guimarães apresentaram saldos negativos em relação ao fluxo migratório, com perdas populacionais, em alguns casos bem acentuadas, comoparece ocorrer em Wenceslau Guimarães. Por outro lado, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Dias

D`Ávila, Camaçari e Cairu provavelmente apresentaram saldos positivos, recebendo fluxos migratórios consideráveis de outros municípios do entorno.

O quadro do IBGE (2010), a seguir , traz dados absolutos sobre o número de pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município, confirmando algumas hipóteses em relação ao fluxo demográfico da AII. A análise da população residente há menos de um anoindica que Camaçari, Dias D`Ávila e Madre de Deus receberam contingente de população superior a 1.000 indivíduos.

Quadro 14 – Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município, por tempo ininterrupto de residência no município – Bahia, 2010

Mesorregiões, microrregiões e municípios	Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município				
	Total	Tempo ininterrupto de residência no município			
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos
Aratuípe	969	145	254	201	369
Cabaceiras do Paraguaçu	1 469	335	390	376	368
Cachoeira	5 580	813	2 069	1 514	1 184
Cairu	3 654	543	1 051	1 016	1 044
Camaçari	70 640	10 861	18 213	21 439	20 127
Camamu	5 211	791	1 265	1 590	1 565
Candeias	9 736	1 537	2 946	2 809	2 444
Castro Alves	2 056	356	454	608	639
Conceição do Almeida	1 359	210	415	470	264
Cruz das Almas	8 262	1 369	2 200	2 376	2 316
Dias d'Ávila	19 543	3 028	4 889	5 538	6 088
Dom Macedo Costa	487	85	127	143	132
Gandu	5 204	1 077	1 474	1 311	1 343
Governador Mangabeira	2 651	405	554	852	840
Ibirapitanga	4 038	847	1 053	825	1 312
Igrapiúna	2 641	316	886	670	770
Itaparica	3 854	413	1 318	1 066	1 057
Ituberá	4 875	694	1 034	1 564	1 582
Jaguaripe	2 020	354	579	520	568
Laje	2 070	347	492	660	570
Lauro de Freitas	53 919	6 995	14 297	16 495	16 131
Madre de Deus	4 779	1 033	1 268	896	1 582
Maragogipe	2 894	448	736	922	788
Muniz Ferreira	848	143	201	206	299
Muritiba	4 519	867	1 353	1 266	1 031
Nazaré	2 205	304	620	813	468
Nilo Peçanha	1 911	255	461	652	544

Mesorregiões, microrregiões e municípios	Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos no município				
	Total	Tempo ininterrupto de residência no município			
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos
Piraí do Norte	1 215	115	385	337	378
Presidente Tancredo Neves	3 526	637	864	779	1 247
Salinas da Margarida	2 357	376	583	756	642
Salvador	223 529	31 587	54 501	71 731	65 710
Santo Amaro	5 171	950	1 636	1 275	1 310
Santo Antônio de Jesus	13 856	2 427	3 669	4 439	3 321
São Felipe	1 985	384	569	579	453
São Félix	1 526	285	437	327	476
São Francisco do Conde	5 049	546	1 393	1 423	1 686
São Miguel das Matas	971	154	268	277	272
São Sebastião do Passé	4 248	597	1 196	1 558	897
Sapeaçu	1 767	276	312	424	755
Saubara	1 979	348	517	617	498
Sebastião Laranjeiras	1 491	135	416	316	624
Simões Filho	26 017	3 372	6 587	8 666	7 391
Taperoá	1 789	271	667	424	427
Teolândia	1 180	42	420	422	297
Valença	9 305	1 662	2 717	2 320	2 606
Varzedo	911	272	236	236	168
Vera Cruz	7 859	1 371	2 175	2 519	1 793
Wenceslau Guimarães	2 810	516	728	571	995

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 – Características gerais da população

A análise dos dados apresentados neste item sugere que o empreendimento deverá interferir de forma expressiva na evolução populacional de alguns muncípios da AID e da ADA, e de forma menos intensa nos municípios da AII. Estima-se que a abertura de uma via tenha influência significativa na dinâmica demográfica da população, dentro de um limite em torno de 70km a 80km, distância considerada aceitável entre a residência e o local de trabalho dos individuos, e que permite o deslocamento diário. Considerando esta distância, a construção da ligação Salvador – Itaparica não teria grande influência em uma área próxima de Valença e Morro de São Paulo, que distam 85km aproximadamente[6]. Este mesmo limite, utilizado também para estudos de viabilidade de terminais aeroportuários, pode ser considerado válido para o turismo de

[6] Estimativa com base no traçado da ponte.

finais de semana, como pode ser observado na Linha Verde[7], cuja influência mais significativa limitou-se à Praia do Forte e Sauípe. Com base neste modelo, supõe-se que deve ocorrer um sensível aumento nos deslocamentos da população na área da AID, como vem ocorrendo em Salinas da Margarida e Maragogipe, em função de investimentos em indústrias na região.

Entende-se o espaço social como um campo de forças que atuam segundo um conjunto de contingências e tensões, o que reduz a capacidade de previsibilidade dos cenários futuros que serão desenvolvidos e dos fenômenos que envolvem o comportamento humano. No entanto, a experiência empírica tem demonstrado que a intensificação da mobilidade promove uma desarrumação orgânica num jogo de tensão entre algumas dicotomias, como espacialidade e mobilidade (Carmo, 2014). Neste aspecto, fica bastante claro que o empreendimento vai disponibilizar uma ampla rede de circulação a diferentes tipos de mobilidade, que irão provocar uma reorganização dos espaços incluídos no âmbito da ponte e nas suas vias de acesso e circulação.

Novas dinâmicas espaciais, ao se desenvolverem, também deverão interferir na constituição de outros tipos de assimetrias existentes, afetando assim as configurações das comunidades. Esses efeitos, contudo, deverão ficar limitados às comunidades dos municípios da ADA e em parte das localidades de Jaguaripe, Aratuipe e Salinas das Margaridas, que estarão próximas às vias de acesso à ponte.

É preciso destacar que o processo de crescimento populacional ocorre a médio e longo prazos e, como observado anteriormente, resulta, sobretudo, das taxas de natalidade e de mortalidade, que não estão relacionadas diretamente com o empreendimento. O terceiro elemento desta equação são os fluxos migratórios, que devem experimentar mudanças expressivas, principalmente na Ilha de Itaparica, em Salinas da Margarida e em localidades de Jaguaripe e Aratuípe, próximas da BA001. Os municípios mais afastados da AII não deverão sofrer impactos significativos quanto aos fluxos migratórios, a curto e médio prazos.

[7] Estimativa com base no fluxo significativo de trafego da Linha Verde nos finais de semana, limitado basicamente até a entrada de Sauípe.

2.1.6. Aspectos socioeconômicos globais da região

Um dos aspectos relevantes da região em estudo diz respeito às lavouras temporárias, mais especificamente a cana-de-açúcar. Introduzida no período colonial na AII, a cana-de-açúcar se transformou em uma das principais culturas do estado da Bahia. Essa lavoura cada vez mais abre espaço no mercado externo, com o uso do biocombustível como alternativa energética.

A produção de cana-de-açúcar, em 2013, encontra-se fortemente localizada nos municípios de Santo Amaro e Cachoeira, com 73% de representatividade na AII, sendo 43% localizados em Santo Amaro. A participação da AII na Bahia corresponde a 5,6% e se mantém estável ao longo da série, conforme quadro abaixo.

Quadro 15 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar (toneladas)

UF e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bahia	6.279.183	5.689.329	4.630.196	5.868.709	6.992.412	6.894.350
Cachoeira	126.000	120.000	60.000	108.000	117.000	117.000
Cairu	200	160	360	400	720	700
Camamu	1.440	1.000	1.000	480	1.080	1.080
Candeias	2.400	-	-	280	440	-
Gandu	2.000	2.064	2.580	2.064	1.935	1.634
Igrapiúna	800	680	880	680	800	720
Ituberá	1.200	1.040	1.280	1.560	2.720	2.700
Laje	6.800	7.875	4.500	8.145	7.400	6.120
Maragogipe	1.800	1.740	1.680	1.590	1.710	1.710
Nilo Peçanha	240	280	280	360	480	400
Piraí do Norte	520	400	560	1.160	1.280	1.050
Presidente Tancredo Neves	1.360	1.600	1.600	2.200	2.120	2.280
Santo Amaro	130.000	80.000	56.070	70.000	181.440	168.000
São Félix	750	600	510	450	420	300
São Felipe	20.340	20.385	20.000	20.835	23.940	24.030
São Francisco do Conde	1.200	720	900	750	675	960
São Miguel das Matas	6.000	6.000	1.250	1.500	1.400	1.700
São Se bastião do Passé	36.000	24.000	54.400	52.000	40.320	40.800
Sebastião Laranjeiras	3.600	12.000	12.000	8.750	10.800	5.000
Taperoá	2.400	2.600	2.600	2.840	3.000	2.800
Valença	6.000	6.240	6.640	7.120	7.400	6.460
Wenceslau Guimarães	3.500	3.632	3.723	3.360	3.255	3.120
AII	**354.550**	**293.016**	**232.813**	**294.524**	**410.335**	**388.564**
AII/ Bahia (%)	**5,6%**	**5,2%**	**5,0%**	**5,0%**	**5,9%**	**5,6%**

Fonte: PAM/IBGE

A produção de fumo é uma atividade agrícola muito relevante, com o Brasil ocupando o segundo lugar como país produtor e maior exportador de fumo do mundo, segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco[8]. Trata-sede um produto de excelente

[8] Disponível em http://www.abifumo.org.br/produ.htm acesso em agosto de 2014

qualidadegarantindo o papel de maior exportador e também devido aos baixos custos de produção se comparados com os Estados Unidos

A produção física do fumo na AII vem se concentrando cada vez mais, pois passa de 52%, em 2007, para 80,5% em 2012, porém o volume (quantidade produzida) cai 28% em cinco anos.O município de Governador Mangabeira se destaca na produção de fumo na AII, concentrando 41% da produção. Em seguida vem município de Cabaceiras do Paraguaçu, com representatividade acima dos 30% em 2012.

Quadro 16 – Quantidade produzida de fumo (folhas)

UF e municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bahia	10.722	8.662	4.581	6.147	3.971	3.000
Cabaceiras do Paraguaçu	1.437	1.293	1.270	850	950	819
Cachoeira	6	5	3	1	-	3
Cruz das Almas – BA	1.828	1800	167	1316	541	353
Governador Mangabeira	1.395	1.256	1.160	1.000	950	1.000
Maragogipe	16	10	3	1	-	-
Muritiba	710	635	400	270	235	237
São Félix	3	2	1	1	-	-
São Felipe	180	164	6	-	4	3
AII	**5.575**	**5.165**	**3.010**	**3.439**	**2.680**	**2.415**
AII / Bahia (%)	**52,0%**	**59,6%**	**65,7%**	**55,9%**	**67,5%**	**80,5%**

Fonte: PAM/IBGE

As finanças municipais envolvem as despesas efetuadas as quais devem ser reguladas pelas políticas sociais e planejamento público nas áreas de saúde, educação, segurança pública, habitação, entre outras, com o objetivo de elevar o nível de bem-estar da população.

Quando se analisa as despesas dos municípios por funções para o ano de 2012 observa-se que Camaçari engloba 30% do total dos gastos da AII. Em seguida aparece São Francisco do Conde e Candeias, com 16% e 7%, respectivamente.

Camaçari aparece na melhor colocação em relação aos gastos com os sectores de saúde e educação, com representatividade de 30% e 22% respectivamente. São Francisco do Conde contribui nos gastos de educação na AII com 12%.

Valença com 62% e Santo Amaro com 18% concentram a maior parte das despesas com saneamento.Na agricultura São Sebastião do Passé (18%) e Cruz das Almas

(16%); se destacam. No campo da industria, São Sebastião do Passe (48%) tambem ganha visibilidade enquanto nos gastos com o setor de serviços, Camacaríresponde com 55% do total da AII.

Quadro 17 – Despesas por Função Bahia, 2012

Municípios	Saúde	Educação	Saneamento	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Cabaceiras do Paraguaçu	5.461.926	14.433.941	312.953	280.630	–	–	30.713.662
Cachoeira	9.053.413	14.415.500	242.810	313.886	-	-	39.551.574
Cairu	11.755.875	20.169.101	113.607	-	-	1.663.164	68.119.825
Camaçari	128.306.386	167.559.158	901.794	179.592	-	3.446.963	779.397.496
Camamu	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Candeias	37.922.079	65.791.923	55.854	–	–	302.698	187.636.240
Cruz das Almas	18.954.172	22.414.491	–	786.378	–	–	83.404.611
Dias d'Ávila	11.352.796	43.019.438	–	–	–	–	121.886.845
Gandu	10.808.828	13.664.307	104.831	226.740	–	–	39.872.259
Governador Mangabeira	6.425.764	13.453.234	854.383	250.789	150.000	–	30.145.680
Ibirapitanga	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Igrapiúna	4.265.513	12.194.803	–	124.131	–	–	24.513.491
Ituberá	8.070.099	20.077.790	–	1.570	–	–	44.352.663
Laje	8.608.609	16.394.299	26.755	277.719	–	–	36.669.832
Madre de Deus	29.479.899	23.980.472	–	–	–	–	134.575.952
Maragogipe	10.443.176	21.704.443	–	–	–	–	61.296.777
Muritiba	8.297.822	16.695.619	36.060	131.864	26.203	–	35.982.452
Nilo Peçanha	4.420.621	12.015.095	166.885	97.531	–	–	25.057.761
Piraí do Norte	2.821.586	7.478.993	–	167.934	–	51.290	15.846.544
Presidente Tancredo Neves	7.125.040	20.256.355	3.057	77.405	–	8.070	39.970.065

Municípios	Saúde	Educação	Saneamento	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Santo Amaro	10.400.832	33.068.393	4.282.686	466.021	–	–	72.104.036
São Felipe	6.238.160	12.046.766	–	173.766	–	–	27.237.685
São Félix	14.657.573	7.570.677	–	–	–	–	32.004.806
São Francisco do Conde	15.052.480	92.556.527	464.022	7.879	60.000	78	421.002.987
São Miguel das Matas	3.088.163	7.820.554	–	155.750	–	–	17.338.551
São Sebastião do Passé	18.007.129	25.345.883	113.000	845.983	220.757	687.638	77.454.865
Saubara	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Sebastião Laranjeiras	5.106.773	5.862.330	255.965	–	–	–	17.849.798
Taperoá	5.212.320	16.398.572	1.074.692	10.878	–	69.712	31.850.758
Teolândia	2.454.568	10.948.924	–	1.440	–	–	26.329.900
Valença	16.892.852	46.244.999	15.079.330	214.710	–	39.553	123.251.841
Wenceslau Guimarães	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
All	**420.684.455**	**783.582.587**	**24.088.683**	**4.792.596**	**456.961**	**6.269.167**	**2.645.418.954**

Nota: nd – não disponível
Fonte: STN/FINBRA

Maragogipe foi o principal responsável pela criação de postos de trabalho no setor da construção civil voltado para infraestrutura, segundo CAGED.No acumulado do ano, este sector teve um saldo positivo com a criação de 4.347 novos postos. O Setorde serviços vem em seguidacom a criação de +35 postos. Outro destaque foi o município de Santo Antônio de Jesus, com saldo positivo de 1.024 postos de trabalho, a maior partena atividade comercial com mais 601 novos postos.

O território de identidade Recôncavo, noacumulado do ano, se destaca como um dos maiores criadores de emprego formal(+6.889 postos) perdendo apenas para o território de identidade Metropolitano de Salvador (+17.727 postos), no ano de 2013.

O principal setor na geração de empregos na região do Recôncavo foi o da construção civil, com 4.610 novos postos de trabalho. O segundo lugar foi ocupado pelocomércio, responsável por 1.162 postos de trabalho. O setor de serviços respondeu com 775 postos.

As maiores perdas de postos de trabalho no Recôncavo foram provocadas pelo sector da indústria de transformação que eliminou 158 postos, com destaque negativo para São Sebastião do Passé.

O Quadro 18 a seguir apresenta o painel das condições de emprego na região do Recôncavo.

Quadro 18 – Saldo de emprego celetista, segundo principais atividades econômicas, por município, Território de Identidade Recôncavo, Bahia – 2013

Município	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	Total
Cabaceiras do Paraguaçu	47	0	-12	12	10	4	59
Cachoeira	-51	0	14	93	118	1	228
Castro Alves	32	0	-2	15	21	1	20
Conceição do Almeida	10	0	0	28	11	3	81
Cruz das Almas	104	2	140	329	83	77	976
Dom Macedo Costa	-2	0	0	1	5	2	4
Governador Mangabeira	4	-2	0	2	20	-22	18
Maragogipe	-66	0	4347	9	35	-1	4227
Muniz Ferreira	-1	0	0	5	1	-4	0
Muritiba	21	0	-6	1	-22	0	-6
Nazaré	-15	0	67	8	-40	0	26
Santo Amaro	-102	26	18	59	38	-61	34
Santo Antônio de Jesus	191	0	-4	601	141	4	1024
São Félix	-11	0	0	4	152	2	156
São Felipe	-5	0	-6	30	-59	-4	-47
São Francisco do Conde	-41	-4	-15	-59	22	-2	-117
São Sebastião do Passé	-316	-68	45	19	192	-9	70
Sapeaçu	39	0	24	10	11	13	108
Saubara	0	0	0	-4	34	0	28
Varzedo	4	0	0	-1	2	-3	0
Total	**-158**	**-46**	**4610**	**1162**	**775**	**1**	**6889**

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2014
Nota: Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES, 2014.

Dias D'Ávila com a perda de 1.177 postos, destacou-se como um dos municípios com maior redução de postos de trabalho formal no acumulado do ano de 2013. O desempenho negativo no acumulado do ano está associado ao setor de construção civil, que eliminou 1.198 postos de trabalho.

Uma análise do Quadro 19 abaixo indica que todos os municípios que compõem a região da AII, com exceção de São Felipe, apresentam mais de 70% das pessoas

economicamente ativas. Camaçari é o município com maior participação de pessoas economicamente ativas (82%), destacando-se, em seguida, o município de São Miguel das Matas, com 78%.

Quadro 19 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de atividade na semana de referência, 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento		
	Total	Condição de atividade na semana de referência	
		Economicamente ativas	Não economicamente ativas
Cabaceiras do Paraguaçu	7.746	5.710	2.036
Cachoeira	16.837	12.368	4.469
Cairu	8.088	6.432	1.656
Camaçari	130.421	107.161	23.260
Camamu	17.145	12.857	4.287
Candeias	41.841	32.544	9.297
Cruz das Almas	31.226	22.657	8.570
Dias d'Ávila	32.199	25.067	7.132
Gandu	17.401	13.057	4.344
Governador Mangabeira	10.026	7.279	2.747
Ibirapitanga	11.198	7.944	3.255
Igrapiúna	6.769	5.198	1.571
Ituberá	14.809	11.476	3.333
Laje	12.033	9.330	2.702
Madre de Deus	8.247	6.332	1.916
Maragogipe	22.537	15.844	6.693
Muritiba	15.372	10.380	4.993
Nilo Peçanha	5.821	4.298	1.522
Piraí do Norte	4.995	3.779	1.217
Presidente Tancredo Neves	12.759	9.875	2.884
Santo Amaro	30.512	21.457	9.054
São Felipe	11.134	7.693	3.440
São Félix	7.469	5.383	2.086
São Francisco do Conde	16.022	12.215	3.807
São Miguel das Matas	5.966	4.671	1.296
São Sebastião do Passé	21.056	15.514	5.543
Saubara	5.999	4.208	1.790
Sebastião Laranjeiras	5.710	4.034	1.676
Taperoá	9.906	7.493	2.413
Teolândia	7.298	5.518	1.780
Valença	139.609	106.241	33.368
Wenceslau Guimarães	12.161	8.967	3.194

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os indicadores económicos são ferramentas importantes para a compreensão de uma determinada realidade na sua totalidade concreta que uma excessiva fragmentação de dados não permite vislumbrar. Eles também permitemuma análise relacional entre os diversos municípios, permitindo uma comparação entre osdesempenhos nas diversas áreas. Segundo a SEI, os Índice da Dinâmica Econômica dos Municípios (IDEM),calculado para os 417 municípios mostram que os melhores desempenhos, em termos de crescimento acumulado, ocorreram, em grande parte, nos municípios menores. Tal constatação levaria imediatamente a se pensar num processo de convergência dos municípios a longo prazo, isto é, que no futuro, o maior ritmo de expansão dos municípios menores, igualaria todas as economias municipais. No entanto, conforme exposto anteriormente, o IDEM mensura apenas a dinâmica de expansão da(s) atividade(s) dentro do município. Nesse sentido, um município que praticamente não possui atividade econômica relevante e, num determinado momento, é contemplado com a instalação de um grande empreendimento, com significativo impacto[9], local, mas reduzido em nível estadual, esse município teria, a partir daquele momento, uma alta taxa de expansão na dinâmica econômica.

Com base nos dados do IDEM verifica-se que o município de Governador Mangabeira apresenta uma das maiores evoluções econômicas, propiciadasem parte "*pela instalação de uma usina hidrelétrica (Pedra do Cavalo) que, apesar de ser de menor porte, também teve forte impacto na dinâmica produtiva loca*l"[10].

No município de Maragogipe a atividade econômica se dinamizou após a revitalização do estaleiro da Petrobras em São Roque do Paraguaçu. Atualmente está sendo construído mais um Estaleiro – Enseada do Paraguaçu, e um Polo Industrial neste município. A expansão económica teve início no ano de 2007 e deve receber um grande impulso em função destes novos investimentos.

O IDEM indica que à exceção de Dias d'Ávila, que figura entre as maiores economias das áreas em estudo, foram os municípios de menor porte que apresentaram as maiores expansões na atividade económica.

[9] Disponível em<http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/icaem/analise_do_resultado_11.pdf> Acesso em agosto de 2014

[10] Idem nota anterior

Dias d'Ávila, e Camaçari estão situados na Região Metropolitana de Salvador – RMS, e apresentaram crescimento expressivo, o primeiro em função da metalurgia de cobre e o segundo,com umataxa de expansão de 246% no período avaliado ocupou o terceiro lugar dentre as principais economias estaduais, em função de sua indústria petroquímica e automobilística. Esse município se destaca também naconstrução civil, no comércio varejista, de alojamento e de alimentação.

O quadro 20 a seguir apresenta uma análise do comportamento da economia no período de 2002 a 2011 dos municípios da AII.

Quadro 20–Índice da Dinâmica Econômica Municipal

Índice Acumulado Municípios	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cabaceiras do Paraguaçu	100	104,3	117,2	142,6	144,5	162,5	175,0	178,1	187,1	189,8
Cachoeira	100	121,6	129,1	201,1	202,0	210,1	261,4	271,4	287,2	355,8
Cairu	100	108,2	112,8	120,0	133,2	154,6	284,8	256,3	292,2	250,4
Camaçari	100	130,3	171,2	204,0	204,8	221,3	235,3	300,7	315,7	346,1
Camamu	100	108,9	118,2	139,2	141,4	156,8	184,1	201,4	228,2	258,7
Candeias	100	125,0	150,4	166,4	165,8	182,9	222,6	246,0	267,6	292,8
Cruz das Almas	100	84,7	92,4	100,8	122,4	123,2	136,0	141,4	161,3	185,3
Dias d'Ávila	100	111,7	146,0	185,4	226,5	232,8	253,1	297,9	451,0	542,0
Gandu	100	92,3	108,8	105,4	105,6	107,0	107,7	148,8	150,9	148,1
Governador Mangabeira	100	104,5	142,9	607,3	622,5	607,6	607,5	698,9	692,5	742,3
Ibirapitanga	100	106,1	170,9	145,5	199,4	159,3	148,8	181,1	199,8	235,7
Igrapiúna	100	103,8	106,3	116,3	214,2	227,6	285,9	310,3	319,1	460,1
Ituberá	100	120,2	140,9	165,1	201,4	205,5	213,3	220,5	236,5	308,1
Laje	100	106,2	120,0	123,3	130,1	147,6	173,9	182,1	165,2	182,6
Madre de Deus	100	132,4	194,7	215,9	238,7	243,6	289,7	278,0	301,6	250,5
Maragogipe	100	83,5	110,3	146,1	298,3	899,0	479,5	543,1	597,8	560,9
Muritiba	100	105,8	127,1	147,0	166,4	169,8	159,8	196,8	199,0	211,0
Nilo Peçanha	100	106,7	113,4	159,4	171,7	175,1	189,2	194,3	207,4	219,7
Piraí do Norte	100	108,7	105,5	169,1	218,6	220,5	209,6	270,6	254,5	287,2
Presidente Tancredo Neves	100	101,8	104,1	122,7	144,5	164,4	193,9	172,4	184,1	167,9
Santo Amaro	100	121,5	120,0	157,6	191,9	203,8	239,8	250,3	296,7	347,5
São Felipe	100	121,0	122,6	147,6	171,0	182,2	192,2	172,4	220,3	241,7
São Félix	100	98,0	111,0	152,5	178,0	194,2	187,8	161,9	176,5	187,4
São Francisco do Conde	100	110,0	128,8	169,9	180,3	188,6	217,9	218,6	251,5	286,4
São Miguel das Matas	100	102,3	108,9	114,7	149,3	174,1	159,4	137,4	155,2	157,8
São Sebastião do Passé	100	118,9	141,1	149,4	170,0	173,3	186,7	188,8	203,7	213,2
Saubara	100	103,7	293,6	181,1	385,1	434,9	433,1	440,3	481,5	491,6
Sebastião Laranjeiras	100	106,6	126,5	128,7	179,5	193,3	199,3	227,7	235,9	235,5
Taperoá	100	95,6	104,0	115,6	150,1	157,1	202,7	244,2	272,0	311,7
Teolândia	100	102,9	125,5	129,8	126,1	141,1	133,9	139,1	161,1	170,2
Valença	100	113,7	131,0	140,2	136,8	141,0	171,9	189,0	214,1	245,6
Wenceslau Guimarães	100	105,8	126,2	147,6	144,1	168,6	141,3	164,1	151,3	156,9

Fonte: SEI/COREF

O município de Candeias vem apresentando uma expansão da económica bastante significativa . O municípiopossui um complexo industrial de porte nas áreas química, siderúrgica e de fertilizante e sua principal atividade é a industria de transformação química que apresentou uma expansão de 152% no período.

A economia em São Francisco do Conde está assentada no complexo da Refinaria Landulfo Alves (RLAM).Os constantes investimentos para ampliação da planta contribuíram para uma expansão de 186%.

Em 2011, a SEI, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e o IBGEpromoveram uma revisão na metodologia de cálculo do IDE e IDS[11],passando a chamarÍndice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS) respectivamente. O IPE e o IPS apenas classificam os municípios de acordo com o nível de cobertura de serviços oferecidos para a população, em um determinado ano de referência. A metodologia de cálculo dos indicadores econômicos e sociais dos municípios baianos envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura, cujo agrupamento, de acordo com as suas naturezas, gera o que se define, neste trabalho, como Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS).O Índice de Performance Social (IPS) é constituído dos seguintes indicadores: Índice do Nível de Saúde (INS); Índice do Nível de Educação (INE); Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e Índice do Mercado de Trabalho (IMT).

Com base nos IPS, Saubara ocupa a segunda posição e Madre de Deus a quarta posição na oferta de atendimento dos serviços básicos. São Francisco do Conde se situa na seguda colocação em relação ao Índice de Mercado de Trabalhoe Madre de Deus a terceira. Já o Indice de saúde se mostrou deficiente em praticamente todos os municípios da área de estudo, em parte pela falta de saneamento que aumenta as ocorrências de doenças de notificação obrigatória.

Conforme indicado no Quadro 21, os municípios da RMS – Madre de Deus, São Francisco do Conde e Camaçari apresentaram os melhores índices de performance social (IPS), ocupando, segundo, quarto e quinto lugares respectivamente.

[11] Disponível em<http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/analise_dos_resultados.pdf> Acesso em junho de 2014

Quadro 21 – Ranking do Índice de Performance Social dos municípios do estado da Bahia, 2010

Município	ISB	INE	INS	IMT	IPS
Cabaceiras do Paraguaçu	372	133	312	321	349
Cachoeira	80	1	121	82	20
Cairu	14	401	348	72	102
Camaçari	8	303	206	4	5
Camamu	268	39	241	126	158
Candeias	26	391	245	14	34
Cruz das Almas	34	4	33	19	6
Dias d'Ávila	37	353	311	8	27
Gandu	109	271	230	107	148
Governador Mangabeira	280	158	365	86	237
Ibirapitanga	295	37	231	319	211
Igrapiúna	366	26	222	44	110
Ituberá	130	106	285	115	124
Laje	334	266	110	280	300
Madre de Deus	4	172	340	3	2
Maragogipe	151	299	298	49	143
Muritiba	70	333	156	199	161
Nilo Peçanha	330	28	353	294	266
Piraí do Norte	370	291	22	378	297
Presidente Tancredo Neves	318	55	277	323	248
Santo Amaro	54	256	40	100	67
São Felipe	247	95	28	216	115
São Félix	179	210	59	92	107
São Francisco do Conde	25	326	310	2	4
São Miguel das Matas	306	352	114	121	276
São Sebastião do Passé	72	343	268	26	59
Saubara	2	245	68	182	14
Sebastião Laranjeiras	405	315	128	184	368
Taperoá	275	242	291	261	311
Teolândia	394	253	134	279	359
Valença	62	2	208	71	26
Wenceslau Guimarães	352	310	189	257	351

Fonte: SEI

O IPE, como foi observado acima, é um indicador importante que leva em conta, na sua composição, os Índices de Infraestrutra (INF), do Produto Municipal (IPM), de Corrente de Comércio Exterior (ICE) e o Índice de Independência Fiscal (IIF).

Conforme observa-se no Quadro 22, quase todos os municípios da AII apresentaram o mau desempenho neste indicador. Em 2010, São Francisco do Conde se destaca na primeira colocação em função do seus bons resultados no componente do IPE, exceto

pelo desempenho do Índice de Independência Fiscal (IIF) que representaa razão entre a receita própria do município e a receita total (receita própria mais transferências). O município de Camaçari apresenta-se em posição de destaque quanto ao índice de infraestrutura (INF). Neste caso leva-se em consideração o consumo de energia elétrica, o número de instituições financeiras e o de estabelecimentos comerciais e de serviços.[12]

[12] Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/analise_dos_resultados.pdf > Acesso em junho de 2014

Quadro 22 – Ranking do Índice de Performance Econômica dos Municípios da Bahia, 2010

Município	INF	IPM	ICE	IIF	IPE
Cabaceiras do Paraguaçu	405	260	117	261	382
Cachoeira	53	77	13	61	36
Cairu	43	26	117	84	53
Camaçari	1	2	4	5	3
Camamu	219	88	117	400	321
Candeias	2	5	6	4	6
Cruz das Almas	77	39	36	63	54
Dias d'Ávila	46	11	3	13	4
Gandu	57	84	101	86	69
Governador Mangabeira	210	175	91	273	256
Ibirapitanga	292	149	117	408	383
Igrapiúna	360	90	117	414	415
Ituberá	134	93	80	245	180
Laje	237	127	117	385	330
Madre de Deus	16	60	21	58	30
Maragogipe	271	83	114	46	101
Muritiba	9	109	117	132	49
Nilo Peçanha	196	203	110	163	170
Piraí do Norte	413	345	117	396	414
Presidente Tancredo Neves	353	150	50	417	417
Santo Amaro	62	44	104	108	77
São Felipe	208	190	117	340	280
São Félix	194	222	89	315	264
São Francisco do Conde	174	3	1	8	1
São Miguel das Matas	400	214	117	372	403
São Sebastião do Passé	59	42	34	18	22
Saubara	106	238	117	170	124
Sebastião Laranjeiras	307	323	117	189	276
Taperoá	293	185	85	160	238
Teolândia	272	264	117	140	206
Valença	111	27	53	223	118
Wenceslau Guimarães	310	106	117	198	272

Fonte: SEI

Outro indicador importante para a avaliação do desenvolvimento dos municípios é oIDH-M[13] (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), elaborado pelo Programa

[13] Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[14], em conjunto com o IPEA e a Fundação João Pinheiro. Este indicador oferece uma vantagem sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, por incluir em sua composição dimensões maiores do que a meramente económica. O IDH-M serve de classificação e de elemento de comparação entre os municípios, permitindo a avaliação do grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais.

Conforme indicado no Quadro 23, o IDH-M de Madre de Deus apresentou o melhor resultado da AII em 2010. O Valor registrado de 0,78 coloca o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais influiu neste resultado, em termos absolutos, foi a educação (com crescimento de 0,241), seguida por longevidade e renda. A mesma situação havia acontecido entre 1991 e 2000, quando a dimensão educação também foi a que mais cresceu em termos absolutos (crescimento de 0,119), seguida também por longevidade e renda.

O IDH-M de Madre de Deus aumentou de 0,565, em 2000, para 0,708 em 2010, o que significa um aumentode 25,31%. O município teve um incremento no seu IDH-M de 51,61% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (70%), reduzindo a distância entre o IDH-M do município e o limite máximo em 45,22%, entre 1991 e 2010.

Em termos nacionais Madre de Deus posicionou-se, em 2010, na 1665ª colocação em aos 5.565 municípios do Brasil.

ensino. Estas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de 0 a 1, e pode ser interpretado como um indicativo da precariedade, ou não, do município, no tocante às condições de bem estar social.

[14]Dados retirados do Atlas do Pnud de 2013, disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/.> Acesso em Junho de 2014.

Quadro 23 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Bahia, 1991, 2000 e 2010

Municípios	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	0,240	0,389	0,581
Cachoeira	0,399	0,516	0,647
Cairu	0,259	0,437	0,627
Camaçari	0,422	0,551	0,694
Camamu	0,270	0,377	0,565
Candeias	0,408	0,548	0,691
Cruz das Almas	0,451	0,574	0,699
Dias d'Ávila	0,416	0,540	0,676
Gandu	0,380	0,484	0,632
Governador Mangabeira	0,359	0,514	0,643
Ibirapitanga	0,229	0,391	0,558
Igrapiúna	0,219	0,342	0,574
Ituberá	0,301	0,418	0,606
Laje	0,289	0,431	0,586
Madre de Deus	0,467	0,565	0,708
Maragogipe	0,341	0,456	0,621
Muritiba	0,411	0,529	0,660
Nilo Peçanha	0,236	0,384	0,547
Piraí do Norte	0,270	0,334	0,533
Presidente Tancredo Neves	0,192	0,387	0,559
Santo Amaro	0,402	0,516	0,646
São Felipe	0,315	0,464	0,616
São Félix	0,388	0,489	0,639
São Francisco do Conde	0,355	0,518	0,674
São Miguel das Matas	0,279	0,435	0,593
São Sebastião do Passé	0,401	0,508	0,657
Saubara	0,352	0,502	0,617
Sebastião Laranjeiras	0,340	0,460	0,615
Taperoá	0,265	0,381	0,566
Teolândia	0,268	0,342	0,555
Valença	0,376	0,489	0,623
Wenceslau Guimarães	0,230	0,372	0,544

Fonte: PNUD-2014

O município de Piraí do Norte apresentou o menor IDH-M dentre todos da AII. Em 2010 o seu IDH-M foi de 0,533, considerado como baixo (IDH-M entre 0,5 e 0,599). Na década de 2000 a 2010, a educação foi o componente mais importante pela melhoria do índice, seguida pela por renda.Nas últimas duas décadas o IDH-M teve um

incremento de 97,41%, valor bem acima do crescimento nacional (47%) e estadual (70%), mas ainda ocupa uma posição baixa no contexto da AII.

2.1.7. Estrutura setorial da economia dos municípios

É importante registrar que a economia baiana apresentou significativas mudanças na sua estrutura produtiva nas últimas décadas. Os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelo crescimento da atividade industrial no estado, com foco na produção de bens intermediários, particularmente os segmentos da química e da petroquímica, instalados basicamente em Camaçari, Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com isso, a economia baiana apresenta uma forte concentração setorial e espacial. O setor de serviços ganha importância nos anos mais recentes, como resultado do próprio crescimento industrial, aumentando a sua participação, tanto na estrutura produtiva quanto na geração de empregos. Apesar das tentativas mais recentes de diversificação da economia e dinamização para o interior, alguns dos municípios baianos da AII apresentam um fraco desempenho econômico, dependendo das transferências das demais instâncias.

Os municípios baianos da AII apresentam características econômicas diferenciadas. Entre eles estão aqueles com base econômica predominantemente agropecuária, outros com forte presença de indústrias e outros com preponderância do setor de serviços. Essas características, por si só, já permitem entender que, a depender da importância que cada setor assume na economia do município, eles poderão gerar diferentes repercussões na evolução e tamanho do PIB municipal.

Segundo as informações divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), pode-se analisar a estrutura setorial municipal de 2011 através do seu Valor Adicionado (VA). Percebe-se, então, que a maioria dos municípios da AII apresentam vocações no setor de serviços. As exceções são os municípios de Cairu, Camaçari, Candeias, Dias d´Ávila e São Sebastião do Passé, com foco no setor industrial, e Igrapiúna, no setor agropecuário.

Pela pujança e potencial econômico dos municípios com vocações industriais, o total do VA da indústria supera o total do VA dos serviços, ou seja, esses municípios – apenas cinco de trinta e dois – que compõem a AII conseguem agregar mais valor do que os municípios com foco no setor de serviços. O VA da indústria da AII representa

praticamente 1/3 de todo o VA gerado no estado, dessa forma percebe-se a forte relação desses municípios nas atividades que compõem o setor industrial, principalmente na indústria de transformação. O município de Camaçari15,conhecido como a “cidade industrial”, possui o segundo maior PIB municipal do estado, atrás apenas de Salvador.

No que concerne ao PIB, a AII, com montante de R$ 29,2 bilhões, corresponde a 18% do total gerado no estado. Desse total, o município de Camaçari participa com 42% da área em estudo.Em seguida, aparecem Candeias e São Francisco do Conde, com 16% e 12%, respectivamente. Em contrapartida, Piraí do Norte (0,16%) é o menor município em participação na AII.

Em relação à arrecadação tributária, mais precisamente as informações referentes aos impostos sobre produtos, percebe-se que a soma dos impostos dos 32 municípiosperfaz um montante de R$ 5,3 milhões. O valor arrecadado, em 2011, representa 27% de toda a mensuração do estado. A arrecadação tributária de Camaçari responde por 41% do valor dos referidos tributos gerados na AII e por 11% do estado. Mais uma vez, Piraí do Norte, com 0,02%, é o município que menos arrecada impostos.

Em referência aos valores do PIB *per capita*, ou seja, o valor total da produção dividido pela população residente do espaço em questão, observa-se que São Francisco do Conde apresenta o maior valor na AII, R$ 106,1 mil. Esse montante é bem acima do registrado, por exemplo, para o estado da Bahia, que foi de R$ 11 mil em 2011. Este fato pode ser associado em parte à baixa população do município e ao alto valor corrente do PIB. Em que pese este fato, as condições de vida naquele município estão muito abaixo do esperado. Apenas para exemplificar, é crítica a situação do tratamento de esgotos no município e o acesso à água encanada chega para apenas cerca de metade da população.

O Quadro 24 abaixo apresenta a situação do PIB nos municípios da AII. Um fato importante a ser mencionado é que os quatro primeiros PIBs *per capita* do estado da

[15] É sede da Ford (inaugurada em 12 de outubro de 2001, sendo a primeira fábrica de automóveis a se instalar na Região Nordeste) e do Polo Petroquímico, o maior polo industrial do estado, abrigando diversas indústrias químicas e petroquímicas.

Bahia se encontram nessa AII. São eles, em ordem: São Francisco do Conde (R$ 106,1 mil), Cairu (R$ 56,6 mil), Candeias (R$ 56,2 mil) e Camaçari (R$ 49, 4 mil).

Quadro 24 – PIB Municipal Valor Adicionado, PIB e PIB *Per capita* a Preços Correntes, Bahia, 2011

Municípios	Valor Adicionado(R$ milhões)			Impostos Sobre Produtos (R$ milhões)	PIB (R$ milhões)	PIB *Per capita* (R$1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)			
Bahia	10.398,64	36.649,06	92.676,53	20.144,39	159.868,62	11.419,63
Cabaceiras do Paraguaçu	10,49	8,11	48,22	1,85	68,68	3.934,08
Cachoeira	15,19	72,17	142,91	19,37	249,63	7.764,51
Cairu	26,13	797,09	60,79	4,75	888,77	56.685,35
Camaçari	9,14	6.668,84	3.458,63	2.177,30	12.313,92	49.412,60
Camamu	39,90	21,51	134,39	10,92	206,72	5.860,26
Candeias	5,71	1.398,29	1.470,26	1.830,76	4.705,02	56.247,86
Cruz das Almas	16,65	69,82	374,60	53,27	514,34	8.710,99
Dias d'Ávila	1,50	1.480,75	674,11	360,18	2.516,55	36.974,89
Gandu	16,29	21,60	136,55	13,87	188,31	6.157,97
Governador Mangabeira	12,64	24,26	71,62	5,60	114,12	5.742,64
Ibirapitanga	26,77	11,28	77,02	4,06	119,13	5.261,71
Igrapiúna	84,84	32,81	59,06	9,26	185,96	14.106,14
Ituberá	39,22	28,49	120,92	18,77	207,40	7.749,34
Laje	18,72	13,32	95,09	9,11	136,24	6.070,25
Madre de Deus	1,49	54,19	189,37	23,51	268,57	15.100,05
Maragogipe	33,45	26,31	137,21	9,99	206,96	4.816,79
Muritiba	8,56	43,63	102,40	11,79	166,39	5.752,89
Nilo Peçanha	30,34	6,63	43,56	2,04	82,57	6.536,49
Piraí do Norte	11,99	4,22	29,85	1,26	47,32	4.821,13
Presidente Tancredo Neves	24,86	14,27	73,78	5,63	118,54	4.901,01
Santo Amaro	15,92	102,84	248,26	58,64	425,66	7.352,77
São Felipe	11,15	11,50	76,09	5,59	104,32	5.134,58
São Félix	8,56	8,20	57,86	3,93	78,54	5.559,06
São Francisco do Conde	5,76	403,58	2.560,69	605,26	3.575,29	106.050,84
São Miguel das Matas	14,87	7,59	54,77	6,54	83,77	8.020,02

Municípios	Valor Adicionado(R$ milhões)			Impostos Sobre Produtos (R$ milhões)	PIB (R$ milhões)	PIB *Per capita* (R$1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)			
São Sebastião do Passé	10,25	252,92	211,68	37,57	512,41	12.107,53
Saubara	10,59	10,08	50,25	2,95	73,87	6.549,62
Sebastião Laranjeiras	9,81	5,40	33,47	1,56	50,24	4.798,95
Taperoá	26,03	10,59	66,11	3,59	106,33	5.606,43
Teolândia	11,01	6,95	42,90	2,25	63,11	4.224,02
Valença	49,46	97,00	478,17	66,75	691,38	7.724,00
Wenceslau Guimarães	60,33	10,06	73,66	3,49	147,54	6.691,99
AII	**667,65**	**11.724,31**	**11.454,26**	**5.371,39**	**29.217,61**	**-**

Fonte: SEI/IBGE
(1) Inclui APU (Administração Pública)
Nota: Dados sujeitos a retificação

É importante ressaltar que o PIB e o PIB *per capita* não refletem uma distribuição equitativa da riqueza e precisa ser cotejato com outros indicadorscomo índice de Gini que mede a concentração de renda.

Há tempos atrás, Cairu era representada por um desequilíbrio setorial no nível da formação do VA, com um setor industrial quase inexistente. A descoberta de gás no município mudou esse cenário drasticamente. A atividade extrativa mineral – mais especificamente extração de petróleo e gás – na AII é fortemente concentrada no município de Cairu, representando 23% de todo o VA gerado no estado. Antes, esse era um município apenas turístico, conhecido por ser um dos maiores produtores de coco-da-baía e de dendê. Hoje, o VA industrial responde por 90% da sua economia, ficando 3% para agropecuária e 7% para o setor de serviços. A indústria extrativa representa 99% do total do setor industrial municipal, sendo que na extração vegetal e silvicultura, a piaçava ocupa um lugar de destaque. Na verdade, nessa vasta área setorial, apenas a piaçava, de que Cairu é o maior produtor mundial, ocupa, além da extração de petróleo e gás, um posicionamento significativo.

A AII apresenta também uma forte atividade pesqueira, muito importante para a economia local e subsistência da população. A pesca é basicamente artesanal e, em grande parte dos casos, é uma atividade alternada sazonalmente com trabalhos relacionados ao turismo. A predominância da pesca artesanal ocorre principalmente

devido à falta de condições de exploração dos recursos pesqueiros e às características da plataforma continental que abrange todo o estado que contribuem para determinar a qualidade e a quantidade de recursos pesqueiros, limitando o uso de alguns tipos de embarcações a arte de pesca (rede e anzol). Além disso, nessa área, observa-se um elevado número de trabalhadores do sexo feminino que contam com o envolvimento de toda a família em suas actividades decoleta de mariscos. Trata-se de uma atividadede grande importância socioeconômica.

O turismo é uma atividade importante para alguns municípios da AII mas enfrenta dificuldades em relação aos acessos e a infraestrutura. Esta atividade exige cuidados em relação a infraestruturas. O abastecimento de água de qualidade para o consumo humano apresenta carências nos períodos de alta estação. A qualificação dos serviços também é pecária na maioria dos municípios e apesar da alta potencialidade a atividade não está bem desenvolvida.

As atividades de serviço nos municípios da AII se pautam pela informalidade reduzindo a produtividade em diversos setores e a oportunidade de aproveitar às necessidades e oportunidades do mercado e com isso aumentar a rentabilidade do Turismo

Com base nas informações constantes do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, com população acima dos 50 mil habitantes (quadro a seguir), percebe-se que as atividades da agricultura, pecuária e pesca estão concentradas em Valença, com elevado número de unidades locais (oitenta). O município de Camaçari concentra as outras atividades econômicas (extrativa, transformação, construção, comércio, alojamento e alimentação), com destaque para a indústria de transformação e construção civil, com participação de 4% no número de empresas em relação ao total do estado.

Quadro 25 – Número de unidades locais (Unidades), para os municípios com 50.000 habitantes ou mais Ano, 2012

Unidade da Federação e Município	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)					
	Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Alojamento e alimentação
Bahia	**2.731**	**730**	**14.886**	**9.104**	**128.719**	**14.080**
Camaçari	16	15	538	324	2.224	346
Candeias	2	4	93	56	669	87
Cruz das Almas	13	-	101	35	730	60
Dias d'Ávila	6	3	151	75	458	64
Valença	80	2	115	43	757	120

Fonte: CEMPRE/IBGE

Os principais fluxos de produção nesses municípios, que se encontram voltados para atividades de serviços e comércio, são o mercado interno, secundariamente, atendendo uma demanda regional e a capital baiana. Dificilmente esses municípios exportam para outros estados e atingem os grandes centros econômicos (eixo Rio-São Paulo). Cada município tem suas especificidades e geralmente a produção comercial não chega a ser suficiente para atender mais do que os municípios vizinhos e o mercado interno.

Ainda com relação ao fluxo de produção, o município de Igrapiúna (emancipado de Camamu em 1988) é o único com maior participação na agropecuária e se destaca no cultivo de mandioca, dendê, guaraná (semente) e urucum (semente). Além dessas culturas, o grande destaque fica por conta da borracha (látex coagulado), com participação de 27% e do palmito, com representativa de 30%, ambos em relação ao estado. Nesse caso, essas culturas de lavoura permanente, de certa forma, são exportadas para o mercado regional e para Salvador. Cabe mencionar que por apresentar forte laço com o setor agropecuário, Igrapiúna possui presença marcante na agricultura familiar, envolvida em atividades agrícolas e não agrícolas.

Outro fator que merece um sublinhamento, diz respeito às redes de economia solidária. Diferentemente de outras políticas de desenvolvimento local (como os

Arranjos Produtivos Locais), que pensam uma diversidade de ações em torno de uma única atividade produtiva, a rede solidária abarca diversas ações e projetos com foco no desenvolvimento comunitário em suas diversas dimensões: política, cultural, econômica, social etc. Em consequência, gera emprego e renda para a população local e aumenta o desenvolvimento econômico municipal.

Consultando o Catálogo de Cooperativas do Estado da Bahia (2012)[16], é possível identificar 83 cooperativas no Território do Recôncavo. Na média, há 4,15 cooperativas por município. Dos 20 municípios, somente em 07 não há registro de cooperativas. O município de Santo Amaro apresenta o maior número (14), seguido de São Francisco do Conde (13), São Sebastião do Passé (12) e Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas (cada um com 9 cooperativas). Grande parte dessas cooperativas é recente, criadas principalmente a partir do ano 2000. Considerando o segmento, observa-se que as cooperativas atuam em diversas áreas – agropecuária, mineração, transporte, turismo, pesca e educação – havendo predominância de cooperativas de serviço.

Embora seja expressivo o número de cooperativas registradas no Catálogo de Cooperativas do Estado da Bahia, localizadas em municípios do Território do Recôncavo, não é possível afirmar que todas estão voltadas para a economia solidária.

2.1.7.1. Pesca/mariscagem

A importância da pesca na área da AII pode ser mensurada a partir do número de organizações representativas do setor que existem nessa área, como também pela mensuração da força laboral do setor pesqueiro em cada município. A partir das observações realizadas quanto à atividade pesqueira desenvolvida na área do empreendimento, verificou-se que a diferença nas características da pesca que ocorre nos municípios situados no entorno da baía de Todos os Santos e do empreendimento se dá em relação à produtividade obtida. Os municípios da região do Recôncavo Sul da Baía, também denominada de região Sul do Estado da Bahia estão sujeitos a custos maiores com o transporte dos produtos do que os municípios situados nas

[16] Disponível em <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT7/GT7_PeixotoRocha_VasconcelosO.pdf>Acesso em agosto de 2014

proximidades de Salvador. Assim sendo, os municípios do sul da Bahia apresentam preços finais dos seus produtos que inviabilizariam a concorrência com os produtos dos municípios situados no norte da Baía de Todos os Santos.

A falta de qualidade ambiental acarreta uma pressão maior sobre o ambiente da baía de Todos os Santos – BTS, tornando as áreas de pesca situadas no litoral norte da BTS menos produtivas, devido à proximidade com fontes de poluição. Assim, por causa da boa qualidade de seus produtos e as dificuldades para escoá-los para a capital, onde estão os mercados que remuneram melhor, o setor pesqueiro que atua nas áreas da AII, onde existem ambientes marinhos e estuarinos, tornaram-se mais qualificados em termos de infraestrutura e organização.

Ao contrário dos municípios do sul que organizaram melhor o setor pesqueiro, na capital, estruturas importantes para esse setor, como os portos, continuam do mesmo modo que no início do século, não fornecendo a garantia necessária para o desenvolvimento desse setor no município. Um exemplo disso é o porto da Rampa do Mercado Modelo e o de São Francisco do Conde.

Quanto à estrutura portuária da área em questão, os principais portos pesqueiros estão situados na sede de São Francisco do Conde, Acupe (Santo Amaro), Saubara e Salinas da Margarida. Nessas localidades, a comercialização do pescado geralmente se dá de maneira menos informal do que nas demais comunidades. Estudos realizados pelo CRA, em 2005, mostram que “nas comunidades de Mapele e São Brás, o pescado raramente é comercializado e a produção pesqueira é prioritariamente para consumo local”. Em Bom Jesus dos Pobres, normalmente a produção é para consumo local, mas, no verão, é também vendida para veranistas. Em Salinas da Margarida, a produção tanto é consumida localmente quanto comercializada, especialmente para Salvador. (Hydros/CH2MHILL, 2005)

Trabalhos recentes de Herold (2007) auxiliaram as comunidades pesqueiras do município de Salinas da Margarida na organização produtiva e representativa. Com isso, atualmente, a situação da organização setorial para o município de Salinas da Margarida contempla as comunidades de Barra do Paraguaçu, Cairu, Conceição de Salinas, Dendê e Encarnação, conforme mostra o Quadro 26.

Quadro 26 – Organizações representativas do Setor Pesqueiro no Município de Salinas da Margarida

Comunidades Pesqueiras	Nome da Organização	Estado de avance
Barra do Paraguaçu	Ass. de Marisqueiras e Pescadores de Barra do Paraguaçu	Em trâmite.
Cairu	Ass. de Marisqueiras e Pescadores de Cairu	Em trâmite.
Conceição de Salinas	Ass. de Marisqueiras e Pescadores de Conceição de Salinas	Em trâmite.
Salinas da Margarida	Ass. de Marisqueiras de Salinas da Margarida	Legalmente constituída. Registrada na SEAP.
	Ass. de Pescadores e Aquicultores de Salinas da Margarida	Legalmente constituída.
Dendê	Ass. de Pescadores e Marisqueiras do Porto da Telha	Em trâmite.
Encarnação de Salinas	Ass. de Produtores Rurais e Pescadores de Encarnação de Salinas	Legalmente constituída. Registrada na SEAP.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaboração própria.

A partir da análise dos números de Registros da Pesca (RGP) emitidos, é possível dimensionar a importância do setor pesqueiro que atua na ADA, AID e AII. De acordo com o MPA 2014, o número total de RGP emitido até o momento é de 25.996 registros para pescadores. A distribuição destes registros nos municípios pertencentes à AII está apresentada no Quadro 27 a seguir.

Considerando que, historicamente, apenas um terço dos pescadores está devidamente registrado, e que pessoas que não são pescadores, de modo burlesco, registram-se como tais, então acredita-se que exista hoje cerca de 50.000 pescadores atuando nos territórios pesqueiros dos municípios que pertencem à AII. Além disso, nessa área, destacam-se lideranças do setor pesqueiro e organizações bastante representativas deste nos respectivos municípios, constituindo-se assim numa força política local.

Quadro 27– Força laboral e organização representativa dos pescadores nos municípios pertencentes à AII do Empreendimento, 2014

Município	Nº de pescadores RGP	Organização
Cabaceiras do Paraguaçu	38	Associação dos Pescadores de Cabaceiras do Paraguaçu, Colônia dos Pescadores de Cabaceiras do Paraguaçu (Z-87)/ BA e Associação de Agricultores e Pescado Tupiacu – AGTUPAÇU
Cachoeira	1269	Colônia de Pescadores Z- 52
Cairu	2239	Colônia de Pescadores Z- 55
Camamu	1923	Colônia de Pescadores Z- 17
Candeias	554	Colônia de Pescadores Z- 54
Conceição do Almeida	0	Não foi observada
Cruz das Almas	0	Não foi observada
Dias d'Ávila	0	Não foi observada
Dom Macedo Costa	0	Não foi observada
Gandu	0	Não foi observada
Governador Mangabeira	0	Associação dos Pescadores do Vale do Paraguaçu – Governador Mangabeira- APESCAV
Ibirapitanga	4	Não foi observada
Ituberá	116	Colônia de Pescadores Z- 40; Sindicato dos Pescadores e Marisqueiros de Ituberá e Baixo Sul SPMITUBE
Madre de Deus	933	Colônia de Pescadores Z- 48
Maragogipe	3816	Colônia de Pescadores Z- 07
Muritiba	6	Não foi observada
Nilo Peçanha	296	Associação dos Pescadores de Nilo Peçanha – ASPAC
Presidente Tancredo Neves	2	Não foi observada
Salinas da Margarida	5165	Colônia de Pescadores Z- 13
Santo Amaro	4100	Colônia de Pescadores Z- 27
São Felipe	0	Não foi observada
São Félix	36	Não foi observada
São Francisco do Conde	354	Ass. Beneficente Cultural Pescadores e Produtores Rurais Caipe – APRUPEC; Colônia de Pescadores Z- 05
São Sebastião do Passé	0	Não foi observada
Sapeaçu	0	Não foi observada
Saubara	3717	Colônia de Pescadores Z – 16
Taperoá	488	Colônia de Pescadores Z- 53
Teolândia	0	Não foi observada

Município	Nº de pescadores RGP	Organização
Valença	932	Colônia de Pescadores Z- 15; Cooperativa Mista dos Pescadores de Valença Resp. Ltda – COOPESVA
Varzedo	6	Não foi observada
Wenceslau Guimarães	2	Não foi observada

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração própria.

Durante o trabalho, foi possível observar estruturas antigas utilizadas por organizações da pesca para o processamento de pescado. Um exemplo disso foi a antiga Cooperativa dos Pescadores e Marisqueiras de Caboto, denominada na época de COOPEROSTRA. O processamento da maior parte do marisco continua sendo realizado sem maiores cuidados com as normas de saúde.

Além da falta, na maioria das comunidades, de estruturas de processamento de pescado, observou-se a precariedade na forma de comercialização dos produtos pesqueiros, como se pode ver na Figura 3 e Figura 4. A primeira retrata uma venda na beira da estrada e a segunda mostra o produto, altamente perecível, distribuído em cesto de cipó no chão, durante o processo de comercialização.

Mesmo com a existência de polos comerciais na AII, os produtos oriundos da pesca artesanal na BTS, em sua maior parte, são comercializados local e regionalmente, e sem processamento (in natura). Isso reproduz um padrão verificado no século XIX, quando os mocambos vendiam a produção agrícola e da pesca às vilas e povoados, sendo permitida sua permanência e tolerância pelo poder local, portanto, há reprodução desse padrão social ao longo tempo. A existência de intermediários naquele período dava denominação à rede de comercialização, a qual era chamada de Rede de Intermediação, por sua vez composta pelo atravessador individual, alguém da comunidade que compra o dendê e o pescado, até que os representantes das peixarias aparecessem para comprar a produção.



Figura 3 – Venda de caranguejo na beira da estrada, 2014



Figura 4– Venda de peixe em Santiago do Iguape, 2014

Os principais locais de venda de pescados oriundos da área estão apresentados no Quadro 28 a seguir.

Quadro 28 – Principais locais de venda de pescados e mariscos em Salvador

Fantasia	Razão social	Endereço
Albani Delicatessen	Passos Souza Comércio e EMPREENDIMENTOS Ltda.	Rua Bahia, lado par, nº 23 – Pituba
Alecrim Dourado	Joice Colombo	Rua André L. R. da Fonte,nº 25 – Centro
Atacadão Centro Sul	Atacadão Centro Sul Ltda.	Rua Arthur Catrambi, nº 157, Térreo – Calçada
Bar e Restaurante do Nena	Eugênio Rodrigues Cerqueira	Av. Brg. Alberto C. Matos, nº 03, Aratuí
BCIE	BCIE Maricultura	Rua Professor Lemos de Brito, nº 93 – Barra
Big Mar	Big Mar Frutos do Mar Ltda.	Rua Minas Gerais, 797 – Pituba
Bonas Frutas	RG Comercial de Alimentos e Serviços Ltda.	Rua Professor Sabino Silva, nº 361 – Jardim Apipema
Boteco do Caranguejo	Boteco do Caranguejo	Praia de Patamares – Patamares
BRA Pesca Pescados	BRA Pesca Pescados	Ladeira da Água Brusca, nº 115 – Água de Meninos
Cabana do João – O Rei do Caranguejo	Cabana do João – O Rei do Caranguejo	Rua Manoel Antônio Galvão, nº 30 – Pituaçu
Canaã Alimentos Congelados	Distribuidora de Alimentos Canaã	Rodovia BA 528 Km 2, nº 77, Sl 01 – Térreo
Cangaço Comida Nordestina	Cangaço Comida Nordestina	Rua Wilson Palmeira, nº 71 – Amaralina
Casa do Pão Bagueteria e Cia.	Fórmula do Pão Padaria e Bagueteria Ltda	Avenida Octávio Mangabeira, nº 1140, Lj 9 A – Jardim Placafor
Duran Delicatessen	Duran Delicatessen Ltda	Rua Amazonas, 27 – Pituba
Empório do Pão	Empório do Pão Ltda.	Alameda Benevento, Nº 88 – Pituba
Exceler Comercial	Exceler Comercial	Rua Dr. Gerino Souza Filho, nº 6, Qd. 4 – Itinga
Extra Supermercado	Cia Brasileira de Distribuição	Av. Governador Luiz Viana Filho, nº 3056 – Paralela
Forno e Fogão	Sem razão social por enquanto.	Rua Direta do Uruguai, 753 – Uruguai
Frango Forte	Frango Forte	Rua da Aurora, lote 23 – Praia do Forte
Frigorífico Kalilândia	Frigorífico Kalilândia	Av. Frederico Pontes, nº 201 – Água de Meninos
Gilzan Delicatessen	Panificadora e Lanch. Gilzan Ltda.	Rua Hélio Machado, 26 lj. Térreo – Boca do Rio
Gilzan Delicatessen	SMO Indústria e Comércio de Panificação Ltda	Rua São Paulo, nº 182, Lj. – Pituba
Golden Grill	Sem razão social por	Rua Direta do Uruguai, 753 –

Fantasia	Razão social	Endereço
	enquanto	Uruguai
Hiperbompreço	Hiperbompreço Bahia	Av. ACM, nº 3663 – Pituba
JR Supermercado	JR Delicatessen Ltda.	Rua Apolinário de Santana, Nº 38 A – Eg. Velho da Federação
Leão Pesca Ind. e Comércio de Pescado	Leão Pesca Ind. e Comércio de Pescado	Av. Eng. Oscar Pontes, nº 36,Sl 304 – Calçada
Mais Supermercado	Comercial de Gêneros Alimentícios Mais Ltda.	Rodovia Cia Aeroporto, s/n GP 3 – Box 18/20 – Ceasa
Manhattan Grill e Restaurante	Manhattan Grill e Restaurante	Rua Jornalista Joaquim Ferraro Nascimento – Pituba
Marcias Restaurante e Lanches	Marcia Cardoso Caldas	Rua Dr. Barreto, s/n – Centro
Marcon Pescados	Marcon Pescados	Rua Marquês de Caravelas,nº 154, s 2 – Barra
Mercadinho de Ondina	R.C. Santiago e Cia Ltda.	Av. Adhemar de Barros, Nº 257, lj. 2 Ed. Mariazilda – Ondina
Mercadinho Pague Menos	Joy Mercadinho Ltda	Rua Desembargador Lineu L. B., 11 – Boca do Rio
Minas Mar Supermercado	MJ Distribuidora de Carnes Ltda	Rua Minas Gerais, nº 629 – Pituba
Mine Mercado Santa Bárbara	J. V Paixão	Av. Luiz Tarquínio Pontes, nº 39 – Pitangueiras
Mix Bahia Supermercado	Mix Bahia Delicatessen Ltda.	Av. Paulo VI, nº 584, lj. – Pituba
Mosaico Restaurante	Mosaico Restaurante	Rua Piauí, nº 143, Shopping Atlântico Center, 1º andar – Pituba
Neimar Pescados	Neimar Pescados	Av. Jequitaia, nº 169,lj B – Mercado do Ouro
Nova Ondina Supermercados	Comercial de Alimentos MG Ltda.	Rua Maria Felipa, nº 02 – Eng. Velho de Brotas
Ondina Delicatessen	Cais Indústria e Com. de Alimentos Ltda.	Av. Adhemar de Barros, nº 343 – Ondina
Panilha	Phytopão Indústria e Comércio Ltda.	Rua Frederico Costa, nº 121 – Eng. Velho de Brotas
Pão e Mais	Pão e Mais Comércio de Alimentos Ltda.	Rua Guilhardo Muniz, nº 749 – Pituba
Paraíso Tropical Restaurante	Paraíso Tropical Restaurante	Rua Edgar Loureiro, nº 98 B – Resgate
Peixe Bom	Comercial Marlim Azul Ltda.	Rua Hélio Machado, 16 – Boca do Rio
Pescados e Cia	Pescados e Cia	Av. Jequitaia, box 5 – Água de Meninos
Pescados Eldorado	Pescados Eldorado	Av. Jequitaia, nº 169, lj C – Água de Meninos
Pituba Frigor Frutos do Mar Maricultura	Pituba Frigor Frutos do Mar Maricultura	Rua Minas Gerais, nº 249 – Pituba
Plaza Gourmet	Plaza Gourmet Com. de Alimentos	Av. Santos Dumont, s/n – Estrada do Côco

Fantasia	Razão social	Endereço
Portal das Águas Restaurante e Pizzaria	Portal das Águas Restaurante e Pizzaria	Itaparica Marina, Fonte da Bica – Itaparica
Pra Você Bar e Restaurante	Pra Você Bar e Restaurante	Rua Jornalista Joaquim Ferraro Nascimento – Pituba
Pra Você Mercadinho	Jotagil Comércio de Alimentos Ltda	Rua Coronel Durval Mattos, nº 1174 – Costa Azul
Premier Pescados	Premier Pescados	Rua José Bonifácio Mariani,nº 22 – Boca do Rio
Quinta Avenida Grill	Quinta Avenida Grill	Av. Manoel Dias da Silva – Pituba
Restaurante Águas Marinhas	Restaurante Águas Marinhas	Itaparica Marina, Fonte da Bica – Itaparica
Restaurante Ancoradouro	Sem razão social por enquanto.	Avenida Beira Mar – Ribeira
Restaurante Bargaço	Sem razão social por enquanto.	Boca do Rio
Restaurante Costa Marina	Sem razão social por enquanto.	Boca do Rio
Restaurante Sabor de Casa	Vancel Restaurante Sabor de Casa Ltda.	Praça Brigadeiro Faria Rocha, nº 44 C – Rio Vermelho
Restaurante Tasca Português	Selma Maria da Fonseca Gomes	Av. Santos Dumont, 6216, Shopping Estrada do Côco – Portão
Sal Marinho Restaurante	Sal Marinho Restaurante	Rua Mato Grosso – Pituba
Scar Boutique	Sem razão social por enquanto.	Rua São Paulo, nº 291 – Pituba
Senliger Alimentos	Senliger Comércio de Alimentos Ltda.	Rua Bahia, nº 50 – Pituba
Super D	Costa Santana Comércio de Alimentos Ltda.	Rua Minas Gerais, nº 767 – Pituba
Super Econômico	Panificadora Super Econômico Ltda.	Av. Paulo VI, nº 1339 – Pituba
Super Frango	Abatedouro de Aves Super Frango	Rua Marquês de Caravelas, nº 116 – Barra
Super Massa	Jahir Batista Rezende	Rua Ariston Bertino de Carvalho, 17-B – Brotas
Super Pão	Superpão Indústria e Comércio Ltda	Av. Paulo VI, nº 986 – Pituba
Supermercado Preço Baixo	Comercial de Alim. Monteiro Costa Ltda.	Rua Hélio Machado, 17 – Boca do Rio
Top Hals Restaurante a Quilo	Top Hals	Rua Anísio Teixeira, nº 161 Boulevard 161 – Itaigara
ZippilimaPescados	Zippilima Ind. e Com. de Pescados Ltda.	Av. Jequitaia, nº 173 – Água de Meninos

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração própria.

A partir das entrevistas, foi possível elaborar o quadro 29 a seguir, no qual são apresentados os preços dos principais produtos pesqueiros comercializados em Salvador, no período de março a abril de 2014.

Quadro 29 – Levantamento de preços de peixes e mariscos em Salvador-BA, em R$, por kg

Produtos	Preços praticados
Siri Catado + Caranguejo	R$ 23,90 / R$ 16,90
Sururu + Chumbinho	R$ 13,90 / R$ 15,90
Robalo inteiro + Filé Camarão	R$ 25,90 / R$ 19,90
Beijupirá / Robalo / Dourado	R$ 21,00 / R$ 26,00 / R$ 18,00
Camarões Diversos / Polvo	R$ 22,00 + 27,00 / R$ 43,00
Ostra / Polvo / Mariscada	R$ 24,90/R$ 45,00/R$ 17,00
Filé de siri catado	R$ 26,00
Beijupirá + Mariscada / Ostra	R$ 19,90 / R$ 22,00 / R$ 14,50
Vermelho/Caranguejo+Siri Cat	R$ 21,90 / R$ 29,90 / R$ 14,0
Siri Mole / Robalo / Polvo	R$ 35,00 / R$ 26,00 / R$ 50
Ostra + Siri Catado / Camarão	R$ 20,00 / R$ 13,00 + 22,00
Sururu+Chumbinho/Mariscada	R$ 12,00 / R$ 13,00 / R$ 30
Sururu + Mariscada + Beijupirá	R$ 14,00 / R$ 20,00
Pescada Branca / Guaricema	R$ 13,00 / R$ 8,00 / R$ 22,0

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração própria

Com a construção do empreendimento, espera-se o acirramento da competição entre os produtos pesqueiros oriundos do norte da BTS com os do Recôncavo Sul, os quais tornarão mais competitivos, uma vez que terão uma redução no custo dos transportes. Esta situação acarretará o aumento do acesso de compradores às comunidades pesqueiras do Recôncavo Sul e consequente aumento de pressão sob os produtos pesqueiros. Por outro lado, também se espera que o ingresso de pessoas no setor pesqueiro esteja aumentado ao final do período de construção do empreendimento. Geralmente, quando a mão de obra não qualificada está desempregada, acaba recorrendo à pesca.

Dentre as estratégias governamentais para proteção do setor pesqueiro e recursos importantes para o seu desenvolvimento, algumas organizações foram criadas, com o objetivo de fortalecimento desse setor, porém nunca foram implantadas de modo a contemplar as demandas existentes. São elas: a Reserva Extrativista da Baía do Iguape – RESEX da Baía do Iguape, que é uma unidade de conservação federal; a Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos – APA Baía de Todos os

Santos (estadual) e a APA dos Recifes das Pinaúnas, unidade de conservação municipal.

Com o empreendimento, os setores pesqueiros dos municípios situados no seu entorno deverão melhor se organizar, frente o aumento da concorrência dos produtos oriundos das comunidades pesqueiras dos municípios do sul da Bahia. O produto ali originado apresenta melhor qualidade, devido à distância de equipamentos industriais, o que garante o seu desenvolvimento em águas despoluídas.

As comunidades que gozam desse mercado são as que estão distribuídas no território dos seguintes municípios: Salvador, Cachoeira, Candeias, Madre de Deus, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e São Francisco do Conde.

Deste modo, diferentemente do que ocorre nos municípios supracitados, hoje as comunidades dos municípios listados a seguir escoam a maior parte da sua produção no mercado regional. São eles: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Camamu, Ituberá, Nazaré, Nilo Peçanha, Salinas da Margarida, Saubara, Taperoá e Valença. Esse comportamento garantiu que parte das riquezas geradas pela agricultura e pela pesca permanecesse na região, não se esvaindo para a capital. Observa-se, contudo, que o comportamento do mercado do setor pesqueiro, no futuro, dependerá do modo como o empreendimento for implantado.

2.1.8. Principais fluxos da produção local

Alguns municípios da AII são beneficiados pela presença de dois importantes territórios (RMS e Recôncavo), com ligações tanto pelos municípios litorâneos, por meio da BA001, que margeia a orla da baía de Camamu, quantopela BR101 que perpassa os municípios interioranos.

No Polo Naval (área de influência da foz do Rio Paraguaçu) se destaca como atividade produtiva. Serão construídas plataformas de petróleo, navios Floating, sondas de perfuração, petroleiros, além de embarcações de apoio, a exemplo de barcos de suprimento e para ancoragem de plataformas em alto mar, para combate a derrames de óleo e outros fins.Os principais objetivos desse polo são atender a crescente demanda da indústria de óleo e gás do pré-sal e do pós-sal e revitalizar a indústria naval. O principal destino, neste caso, o cliente, na fase inicial do projeto, será a Petrobras.

Entretanto, o Polo da Indústria Naval, redenominado de Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), futuramente atenderá parte da grande demanda por embarcações existentes no país, em especial, por aquelas associadas à exploração e produção de hidrocarbonetos em alto mar. Em plena operação, estima-se que irá processar 36 mil toneladas de aço por ano. O novo estaleiro terá tecnologia e capacidade para atender aos mercados nacional e internacional.

Em Camaçari, o Polo Petroquímico consolida o segmento de energia eólica, cujos empreendimentos começaram em 2011. Seu principal destino são os parques eólicos na Chapada Diamantina, considerada uma das melhores regiões para produzir esse tipo de energia. Além disso, o estado possui toda a cadeia produtiva do setor, pois as empresas do polo fornecem as torres, turbinas e as pás necessárias à construção dos aerogeradores.

A industria petroquímica é altamente estratégica para a produçãode plásticos, resinas, fibras e borrachas sintéticas, tintas, fertilizantes e uma enorme gama de produtospara outras industrias do estado e principalmente das regiões mais industrializadas do sul e sudeste.

Com a instalação da JAC Motors e ampliação da Ford, o setor automobilístico consolidou-se na Bahia que passou a ser um dos estadosprodutores de bens finais. Atualmente o estado ocupa o quinto lugar como produtor nacional e o sexto como exportador de veículos automotores, autopeças e partes.A Bahia detém mais de 12% da produção nacional e o sector contribui para aumentar as relações interindustriais e a desconcentração a indústria baiana.As unidades produzidas no estado são exportadas para todo o território nacional. Ainda na AII destaca-se as fábricas de pneus e do complexo acrílico liderado pela Basf e a Braskem.

Na direcção do sul do estadoencontra-se em processo de construção o Porto de Ilhéus e a ferrovia Oeste leste que vai escoar a produção do oeste baiano. No município de Cairu o escoamento se faz via estuário com embarcações atuando no transporte de produtos de pesca e da agricultura e extrativismo como piaçava, coco e dendê da região para Salvador e Valença.

A conectividade dos municípios, ligados pela BA001, tem maior relação de pertencimento dos munícipes com Valença. Mesmo em Camamu, a influência do município de Itabuna é maior,utilizando-se do distrito de Travessão, que fica conectado à BR101. Nos outros municípios cortados pela BA001, a resposta inicial é

direcionada justamente por Valença, além de Santo Antônio de Jesus e Ituberá, que possuem um comércio bem desenvolvido.[17]

Gandu aparece como principal centralidade, no que diz respeito às atividades comerciais, entre os municípios da região sul ligados à BR101 e com forte vinculo a Santo Antônio de Jesus. A maior parte da população empregada trabalha junto à prefeitura, característica muito comum dos pequenos municípios. Existe uma carenciade infraestrutura em grande parte das vias de escoamento da produção que dificulta as relações de troca, encarecendo o deslocamento do produtor.

Como foi descrito no item anterior, que discorre sobre a pesca, Salvador (ADA) é um um centro de referência para a comercialização da produção pesqueira da AII. Valença se destaca como centro de abastecimento e de escoamento para os pescados cujo padrão pode variar conforme o período do ano. A produção total de peixes destinados aos restaurantes, entretanto, é insuficiente para o abastecimento. Em consequência, os estabelecimentos frequentemente recorrem a fornecedores oriundos de outras regiões do estado, para obter tais produtos, condição esta mais acentuada durante o verão. Em menor escala, peixarias e restaurantes recorrem, também, a Ilhéus e a Salvador para se abastecerem.

Valençaé conhecida pela produção na área da Carcinicultura, mas a falta de um planejamento territorial fez com que o município perdesse a centralidade do comércio para Santo Antônio de Jesus. Isto fica evidenciado nas cidades localizadas ao longo da BR101, com ressalva para o município de Presidente Tancredo Neves que, devido à sua contiguidade e por ter sido distrito de Valença, mantém forte relação com os municípios de sua antiga sede, mesmo apresentando fluxos e utilização de serviços em Santo Antônio de Jesus.

Apesar da oferta desses recursos serem inferiores à demanda, Valença possui o maior frigorífico de frutos do mar local. Essa oferta de frutos do mar abastece Salvador com produtos de alta qualidade, cujos exemplares possuem tamanho maior que a média e preços mais vantajosos, fornecendo também para quase todos os estabelecimentos do Baixo Sul. O município de Ituberá, em menor quantidade,

[17]Disponível em <http://www.eng2012.org.br/lista-de-artigos?download=140:territorio-de-identidade-baixo-sul-baiano&start=180>. Acesso agosto de 2014

também abastece tanto os restaurantes de Salvador como restaurantes das localidades turísticas do Baixo Sul.

Quanto ao comércio dos feirantes nessa região, verifica-se o reduzido abastecimento de mariscos oriundos das unidades produtivas. Assim, a dependência dos feirantes aumenta em relação ao abastecimento externo, no caso produtos trazidos por caminhões do extremo sul, que os fornecem de qualidade inferior.

De referência à espacialização da agricultura, constatou-se que o destino da produção entre os municípios da AII é maior para aqueles que possuem uma boa estrutura de armazenamento e maior população consumidora. Assim, observou-se que os fluxos de produção são dinâmicos e se diferenciam no espaço de acordo com as necessidades de transferência e/ou recebimento.

Em resumo, a partir da espacialização da AII, pode-se perceber e compreender um recorte espacial nos principais fluxos de produção dessa região e seu entorno. Verifica-se que, a depender da complexidade do empreendimento, o ramo ou atividade de atuação e do montante investido, a produção local e o respectivo escoamento poderão não só atender ao mercado regional e nacional, mas também ao internacional, como é o caso da região em estudo.

2.1.9. Estrutura setorial global da ocupação/emprego

Entre os anos de 2007 e 2012, os dados da RAIS – que analisam o mercado de trabalho formal com carteira de trabalho assinada – demonstram o seu comportamento positivo na região quando se observam os setores produtivos da agropecuária, indústria e serviços. O quadro a seguir evidencia que, para o conjunto dos municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cairu, Camaçari, Camamu, Candeias, Cruz das Almas, Dias D´Avila, Gandu, Governador Mangabeira, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Laje, Madre de Deus, Maragogipe, Muritiba, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Miguel das Matas, São Sebastião do Passe, Saubara, SebastiãoLaranjeiras, Taperoá, Teolandia, Valença e Wenceslau Guimarães praticamente não houve alterações significativasna estrutura de participação dos grandes setores na geração de empregos.

Nos dados, observa-se pequena perda de participação da agropecuária e da indústria e um ligeiro ganho de participação do setor de serviços, principal atividade na maior parte dos municípios destacados.

Quadro 30 – Geração de emprego com carteira assinada AII, 2007 – 2012

Setores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	3,56%	3,29%	3,36%	3,23%	3,26%	3,34%
Indústria	34,74%	32,18%	32,66%	34,60%	35,05%	34,64%
Serviços	61,70%	64,53%	63,98%	62,17%	61,68%	62,02%

Fonte: RAIS

No que concerne ao setor da agropecuária, a geração de empregos foi determinada, ao longo do tempo, pelos cultivos de fumo e cacau e por outros da lavoura permanente. No que se refere ao cultivo de fumo, os municípios que se destacaram foram Governador Mangabeira e Cruz das Almas; já o cultivo de cacau se destaca em Gandu, Ituberá e Igrapiuna. Ainda em Igrapiúna observou-se que o cultivo de outros produtos da lavoura permanente também teve destaque.

Os dados da RAIS para o ano de 2012 apontam que essas mesmas culturas pagaram salário médio variando entre R$713,00 e R$839,00. Dentro da agropecuária, o segmento que pagou a menor remuneração foi o cultivo de algodão (R$ 625,00). Como as culturas praticadas nesses municípios demandam baixa qualificação, tem-se, por consequência, um nível de escolaridade também bastante reduzido, visto que as culturas não se caracterizam pela utilização de nível elevado de mecanização.

No setor industrial houve crescimento de 19% no nível de ocupados, entre os anos de 2007 e 2012. As variações mais expressivas ocorreram nos municípios de Igrapiúna (1.850%), Muritiba (1.150%) e Maragogipe (562%). Essas variações estiveram associadas a alguns empreendimentos específicos que ocorreram nestes municípios, a saber: em Igrapiúna, empreendimentos relacionados à borracha, a qual teve como finalidade abastecer as indústrias de artigos de borracha, sobretudo pneus, em Camaçari e Feira de Santana; em Muritiba, as atividades extrativas de minerais não-

metálicos, fabricação de produtos de madeira e de calçados incentivaram a inserção de novos ocupados no mercado de trabalho; o município de Maragogipe teve o seu mercado de trabalho incentivado pelo setor de produção de itens de metal e manutenção e reparação de embarcações, atividades estas diretamente associadas à implementação do estaleiro de Maragogipe. Destaca-se ainda o município de Cairu, que apesar de não registrar expansão significativa no período, teve elevado crescimento no mercado de trabalho do segmento de extração de gás, após a entrada em operação do poço de Manati.

Apesar do crescimento da atividade industrial nos municípios citados anteriormente, a maior parte da dinâmica do mercado de trabalho continua nos naqueles mais tradicionais. Camaçari, por exemplo, detém 59,8% de toda a ocupação no conjunto da economia.

Como se sabe, a atividade industrial, ao contrário da agropecuária, requer dos seus trabalhadores um maior nível de qualificação, a qual, em muitos casos, demanda conhecimentos de nível superior. Por conta dessa demanda mais específica, sobretudo nos novos empreendimentos implementados relacionados à extração de gás e à produção de embarcações, o valor da remuneração torna-se significativamente mais elevado que nos demais setores da atividade econômica. No segmento de extração de gás e petróleo, o valor médio dos salários, em 2012, foi de R$11.234,00, favorecendo diretamente os municípios produtores de petróleo e gás, bem como aqueles com atividades de apoio à extração, onde foi observado salário médio de R$ 4.061,00.

Ainda é possível destacar a remuneração no segmento de refino de petróleo, atividade que requer ampla especialização e conhecimento técnico e, por conta disso, detém a maior remuneração do setor industrial (R$12.295,00). Os segmentos da indústria química, a qual está basicamente localizada no município de Camaçari e com algumas unidades em Candeias, registrou, em 2012, remuneração média de R$ 4.476,00.

Finalmente, o setor de serviços registrou variação de 20% no nível de ocupados, entre 2007 e 2012. As maiores variações foram observadas em Cairu (73%), Taperóa (59,9%) e Wenceslau Guimarães (57,8%). Neste setor, destaca-se, além do comércio varejista, principal gerador de postos de trabalho, as atividades de transporte de cargas, armazenamento, hotéis e restaurantes e a administração pública, principal empregador dentre as atividades econômicas. Em geral, a demanda do setor por mão de obra qualificada não alcança o mesmo nível da industrial, salvo em algumas

atividades onde existe a necessidade de conhecimentos específicos. Por conta disso, a remuneração média de todo o setor é ligeiramente superior à da agropecuária, porém abaixo da indústria. A remuneração média se destaca principalmente no segmento de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências (R$ 8.322,00), bancos (R$ 4.500,00) e serviços de engenharia (R$ 3.577,00). A administração pública, apesar de ser o maior empregador, teve remuneração média de apenas R$ 1.549,00 em 2012.

2.1.10. Aspectos qualitativos relacionados com o emprego nos municípios

A dinâmica do mercado de trabalho que determina a absorção de mão de obra nos municípios da área de influencia está associada a um processo natural de expansão econômica e os ciclos econômicos. Dessa forma, é possível afirmar que a maior parte das ocupações geradas nos municípios esteve associada a um processo de expansão econômica, a qual foi induzida tanto por fatores internos quanto externos. Os fatores internos correspondem ao crescimento da renda local, seja pelo incremento de novas atividades, seja pela implementação de programas de transferência de renda, os quais agem de forma a incrementar a demanda por produtos e serviços, impactando diretamente naquelas atividades mais básicas, a exemplo do comércio varejista, da produção agrícola, dentre outros. No período avaliado, a despeito de se verificar expansão no total de ocupações, a agropecuária, a indústria e os serviços registraram queda no nível de emprego em 2012. Essa perda foi decorrente tanto de fatores externos – dificuldade de recuperação das principais economias mundiais – quanto de fatores internos – baixo dinamismo da economia nacional e exaustão do modelo de crescimento baseado no aumento do consumo das famílias.

É importante frisar que a economia, em qualquer lugar, é caracterizada tanto pela formalidade, quanto pela informalidade, em maior ou menor grau. Dessa forma, parte do contingente de trabalhadores disponíveis que não estão no mercado de trabalho formal é absorvida pelo mercado informal e, assim, mais do que concorrer com o lado formal, a economia contribui para a expansão daquele, na medida em que propicia a geração de renda e, por consequência, a demanda por parte desse contingente de produtos e serviços gerados pela economia formal. Assim, as relações de troca dentro das economias municipais se tornam cada vez mais intensas e necessárias para o

crescimento econômico dos municípios. Este é o mecanismo interno que propicia a expansão da economia local.

No que concerne ao fator tecnológico, que tem dupla ação sobre a oferta e demanda de trabalho, a primeira situação é aquela relacionada à eliminação de postos de trabalho. Nesse caso, a dinâmica do mercado de trabalho nos municípios pode ter sido afetada por esse fator, sobretudo nos segmentos onde a baixa qualificação e a possibilidade de substituição de mão de obra por equipamentos eletroeletrônicos são mais evidentes. Por outro lado, a tecnologia também atua de forma a dinamizar o mercado de trabalho, a exemplo, nos segmentos de extração e refino de petróleo, os quais são caracterizados por forte utilização de tecnologia. Também nos segmentos de equipamentos de transportes e de fabricação de máquinas, a necessidade tecnológica propicia a abertura de novas vagas de trabalho para aqueles que detêm o conhecimento necessário. Nesse caso, o conteúdo tecnológico está diretamente associado à qualificação da mão de obra. Além do setor industrial, a tecnologia pode contribuir e se faz presente em uma série de atividades do setor de serviços, a exemplo daqueles voltados para as empresas e que estão presentes em parte dos municípios analisados.

Portanto, os segmentos com conteúdo tecnológico parecem ter contribuído para o crescimento do emprego, pelo menos em algumas atividades específicas. Notadamente, o fator tecnológico é mais visível dentro do segmento industrial e, nesse caso, municípios como Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias, Dias D'Avila etc, seriam os mais beneficiados por essa contribuição. No entanto, a maior parte do conteúdo tecnológico está se associado aos serviços prestados às empresas e, dessa forma, outros municípios podem se beneficiar da nova configuração de produção no que concerne à geração de postos de trabalho.

2.1.11. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Nota técnica 1

O presente item, referente ao Patrimônio Cultural e Arqueológico, encontra-se detalhadamente apresentado no item **2.2.9** "**Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico**" que aborda tais aspectos na AID, por representar o foco essencial desses estudos, reunindo identidade com o que estabelece o IPHAN como área de influência de um empreendimento.

No que diz respeito à definição das Áreas de Influência adotadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a liberação dos estudos de identificação do Patrimônio Cultural e Arqueológico em Áreas de Influência de empreendimentos, em processo de licenciamento ambiental, tem-se a considerar:

A Resolução do CONAMA nº 001/86 define a área de influência de um empreendimento como a área geográfica a ser, direta ou indiretamente, afetada pelos impactos gerados no processo de planejamento, implantação e operação do empreendimento.

No que respeita ao IPHAN é adotado o "Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental – Meio Ambiente Sócio Econômico em seus Aspectos Relacionados à Proteção dos Bens de Interesse Cultural" elaborado em 2012 pela Superintendência do IPHAN de Minas Gerais o qual reconhece duas áreas de influência nos empreendimentos: Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, onde:

A Área de Influência Direta corresponde à Área Diretamente Afetada (ADA) de um empreendimento para o licenciamento ambiental, enquanto a Área de Influência Indireta corresponde tanto à Área de Influência Direta (AID) como à Área de Influência Indireta (AII) considerada no Licenciamento Ambiental.

Dessa forma, visando obter a autorização do IPHAN para a pesquisa dos bens de interesse cultural e arqueológico do presente empreendimento, foram adotadas as seguintes definições para as áreas de influência do empreendimento, sob o ponto de vista arqueológico:

Área de Influência Direta: equivalente à chamada ADA (Área Diretamente Afetada) que corresponde à extensão total da rodovia de aproximadamente 42 Km de extensão em terra, com um traçado total de 56 Km de via, incluindo a ponte sobre a Bahia de Todos os Santos.

Área de Influência Indireta: é equivalente à AID (Área de Influência Direta) que corresponde ao território dos municípios atingido diretamente pelo empreendimento, a saber, municípios de Salvador, Vera Cruz, e Itaparica.

2.1.12. Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é definida pelo Decreto n° 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Por Povos e Comunidades Tradicionais entende-se

> "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Esta definição destaca a importância do papel de auto-reconhecimento, ato necessário para dar inicio ao processo de reconhecimento da comunidade e sua certificação pelos órgãos competentes. Identificadas como comunidade tradicional estariam: populações de quilombolas, indígenas, ciganos, caiçaras, extrativistas, quebradeiras, sertanejos, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, pescadores artesanais e outras, podendo-se incluir neste rol a maioria das pequenas comunidades rurais da Bahia que praticam a agricultura de subsistência.

2.1.12.1.Comunidades Quilombolas

O início do processo de reconhecimento da comunidade como quilombola é uma atribuição da Fundação Cultural Palmares, a quem cabe receber o requerimento dos interessados e emitir uma certidão dando início ao processo. Ao Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, cabe regulamentar o procedimento de identificação, reconhecimento, desintrusão de ocupantes, delimitação, demarcação e titulação das terras, com base no Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Os municípios, estados e o Distrito Federal possuem competência comum e concorrente com o poder federal para execução de procedimentos de regulamentação fundiária, dentro do âmbito de suas atribuições.

Segundo o INCRA, o processo começa com um auto-reconhecimento como comunidade quilombola por parte dos interessados:

> "...comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir

> das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias."

A Fundação Cultural Palmares aponta que:

> as denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais e comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afrodescendentes, trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestadamente, rebelaram-se contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes, onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalhoadotado pela metrópole. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009)[18].

A Área de Influência Indireta do empreendimento, agrega 75 comunidades quilombolas[19], distribuídas por 17 municípios, conforme quadro a seguir. As 25 comunidades de Maragogipe e Cachoeira apresentam farta documentação, em virtude da realização de Estudos de Impacto Ambiental para o Estaleiro de Enseada do Paraguaçu e para o Polo Industrial de São Roque do Paraguaçu.

[18] Fundação Palmares. Disponível em www.palmares.gov.br/. Acessado em julho 2009.
[19] A maioria destas comunidades estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas não possuem titulação na relação do INCRA de dezembro de 2013 e algumas não possuem sequer processo aberto no INCRA e na CDA.



Figura 5 – Caibongo Velho, 2014



Figura 6– Padrão Construtivo Guerem, 2014

As comunidades quilombolas estão afastadas do principal vetor de expansão do empreendimento, que é a BA001. Elas são objeto de acompanhamento sistemático da Fundação Cultural Palmares e da empresa Estaleiro Enseada do Paraguaçu-EEP, responsável pela implantação de Programas de Monitoramento e de Mitigação de Impactos Ambientais decorrentes da instalação do Estaleiro de Maragogipe.

Da mesma forma, as duas comunidades de São Félix que receberam a Certificação pela Fundação Cultural Palmares, em 18 de março de 2014, não deverão ser afetadas pelo empreendimento, devido à distancia e localização dos acessos.



Figura 7– Enseada do Paraguaçu, 2014



Figura 8 – Salamina Padrão Construtivo, 2013

Em Camaçari, o Quilombo de Cordoaria abriga 400 famílias. Essa comunidade está com processo aberto, solicitando informações para titulação. A Coordenação de Desenvolvimento Agrário-CDA já realizou o mapeamento e fez o diagnóstico inicial. O

INCRA realizou visitas técnicas, em 2012 e 2013, e foi constatada uma baixa mobilização da comunidade para a regulamentação fundiária.

As comunidades quilombolas da AII apresentam características semelhantes em relação às condições de vida, moradia, saneamento e saúde, não se diferenciando das pequenas comunidades rurais do interior do estado. São pequenas localidades, já dispondo de energia elétrica, contudo sem saneamento básico. Quase todos os quilombos de Maragogipe não são servidos por água tratada, e a população é abastecida por poços (Quizanga e Dende, nascentes (Guaruçu, Tabatinga 1 e 2) e pela água do rio, como acontece nas localidades de Porto das Pedras, Salamina, Girau Grande, Pinho e Buri.

Os resíduos domésticos, nessas comunidades, é geralmente queimado. Em Maragogipe, o lixo é recolhido em Girau Grande, Guerem e na Enseada do Paraguaçu.As residências apresentam um padrão que varia de inadequado a semi-adequado. As atividades produtivas estão voltadas para a agricultura familiar, pesca, mariscagem e extrativismo. As principais áreas de pesca situam-se na enseada do rio Paraguaçu e na Baía de Todos os Santos, que está localizada na ADA do empreendimento e será objeto de estudo mais detalhado na parte da ADA e AID deste relatório.



Figura 9 – Pescador em Salamina, 2013

Nessas localidades, a infraestrutura é deficiente e apenas grandes comunidades como Enseada do Paraguaçu e São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape e Cordoaria possuem postos de saúde. O serviço de telefonia está limitado basicamente aos telefones móveis e aos terminais públicos fixos (orelhões). Apenas comunidades maiores como São Tiago do Iguape, Cordoaria e Enseada do Paraguaçu possuem terminais fixos privados de telefonia.



Figura 10 – Posto de Saúde em SãoTiago do Iguape, 2014

Em Cruz das Almas, a localidade de Barra da Linha não tem processo aberto na CDA, e o mapeamento e diagnóstico inicial já foram concluídos. O INCRA realizou visita técnica em 2012 e constatou sobreposição do território com o campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano-UFRB estando, portanto, o órgão aguardando posicionamento da UFRB.

Os quilombos de Vila Guaxinim, Porto de Dom João, Toninhas, Prata, Rua do Fogo, Galeão, Vila Monte Alegre, Acarai, Jetimana, Pimenteiras, Ingazeira, Alto Alegre, Pau da Letra, Lamego, Graciosa, Taperoá, Novo Horizonte, Sarapui, Arueira, Buraco Azul, Jaqueira, Sapé Grande, Vila Velha de Jequiriçá, Rio Preto, Sarilândia e Mucugê não possuem processo aberto ou em andamento na CDA, nem no INCRA.

O Quadro 31 a seguir relaciona as comunidades quilombolas existentes nas áreas de influência do empreendimento.

Quadro 31 – Total de Quilombos Existentes por Área de Influência, Território de Identidade e Municípios

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
AII – Área Influência Indireta – Região Metropolitana de Salvador			
Camaçari =01	Cordoaria	**400(*)**	Processo aberto. Trata-se de uma comunidade rural descendente de quilombos, localizada próximo à Vila de Abrantes.Neste mês de abril, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) apresentou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) realizado na comunidade, que dá início ao processo de reconhecimento como quilombo. Cerca de 300 famílias vivem na localidade, segundo informações da Prefeitura de Camaçari[20].
AII- Área de Influência Indireta – Recôncavo			
Cachoeira =16	Caibongo Velho		Processo aberto
	Calemba		Processo aberto.
	Caonge	**110(*)**	Processo aberto.
	Dende		Processo aberto.
	Engenho da Ponte		Processo aberto.
	Engenho da Praia		Processo aberto.
	Calole	**128(*)**	Processo aberto.
	Imbiara	**35(*)**	Processo aberto.
	Tombo	**4(*)**	Processo aberto.
	Engenho Novo do Vale do Iguape	**100(*)**	Processo aberto.
	São Francisco do Paraguaçu	**450(*)**	Processo aberto.
	Engenho da Vitória	**20(*)**	Processo aberto.
	São Tiago do Iguape	**500(*)**	Processo aberto.
	Brejo do Engenho da Guaíba		Processo aberto.
	Engenho da	**200(*)**	Processo aberto.

[20] Mais informações no site: <http://www.camacari.ba.gov.br/detalhe_noticia.php?cod_noticia=5933> Acesso em 20 Abr./2014

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
	Cruz		
	Tabuleiro da Vitória		
Cruz das Almas =02	Baixa da Linha	**140(*)**	Processo aberto. Localidade com perfil rural, com aproximadamente 100 famílias, com infraestrutura de serviços públicos como energia, educação e saúde.
	Vila Guaxinim		Não possui processo na CDA ou no INCRA. A localidade obteve recentemente a certificação de autodefinição da Fundação Cultural Palmares (FCP) e tem como expectativa atrair mais investimentos e políticas públicas.
Maragogipe =09	Salaminas	**260**	Titulada.
	Tabatinga 1 e 2	**600**	Processo aberto.
	Giral Grande Guerém	**80** **60** **Total 150(*)**	Processo aberto.
	Porto da Pedra	**325**	
	Enseada do Paraguaçu	**400(*)**	Processo aberto.
	Sitio DendeZumbi	**32(*)**	Processo aberto.
	Quizanga	**200**	Processo aberto.
	Guaruçu	**500**	
	Buri	**50(*)**	Processo aberto.
Santo Amaro =03	São Brás	**1400(*)**	Processo aberto. Esta localidade foi titulada pela FCP, em junho de 2009. A comunidade tem como ocupação a pescae a mariscagem, bem como a extração de frutas há várias décadas, principalmente a cajá.
	Altodo Cruzeiro-Acupe	**6000(*)**	Processo aberto.Esta localidade possui duas entidades que representam as famílias: Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe e Associação dos Pescadores e Marisqueiras Frutos do Mar. Nos últimos anos, a comunidade conseguiu obter a certificação da FCP, o que ajudou a legitimar a constituição de uma esfera pública ativa, debatendo-se diversos desafios postos à comunidade, especialmente, a valorização das manifestações culturais tradicionais. A maioria da população (cerca de sete mil) vive da pesca e mariscagem.
	Cambutá	**1000(*)**	Processo aberto.

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
São Francisco do Conde =02	Monte Recôncavo		Processo aberto.Estacomunidade sanfranciscana é de origem quilombola. O Monte Recôncavopossui como principal manifestação cultural a “Esmola Cantada”, que integra o calendário religioso da cidade. O evento inclui, na programação, lavagem, cortejo de baianas, alvorada, procissão, além de muita música, dança e diversão[21]. O Monte Recôncavo é o ponto mais alto do Recôncavo baiano, localizado a 180 metros acima da Baía de Todos os Santos.
	Porto deDom João		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013.
São Félix =02	Eng.São João		Cert.Palmares.
	Sto. Antônio e Vidal		Cert.Palmares.
São Sebastião do Passé=01	Palmeira da Água Boa	**25**(*)	Processo aberto. Quilombo em área rural, com certificação da FCP, vivendo da pesca e agricultura de subsistência.
AII – Área Influência Indireta – Baixo Sul			
Cairú =06	Torrinhas		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013. Comunidade de médio porte, possuindo certificação da FCP e que tem como principal fonte produtiva a atividade pesqueira[22]
	Batateira	**28**(*)	Não possuem processo na CDA ou no INCRA até 2013. São quilombos com perfil bastante semelhante, no que concerne à atividade pesqueira e à organização social, tendo em vista asassociações que lutam para melhorar o acesso das comunidades a direitos e políticas públicas fundamentais para o bem-estar.
	Prata		
	Rua do Fogo		
	Galeão		
	Vila Monte Alegre		
Camamu =10	Acaraí		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013
	Barroso	**35**(*)	Processos abertos. Estas comunidades, juntamente com Acari e Pimenteiras,têm acesso limitado às infraestruturas básicas
	Garcia	**150**(*)	
	Jetimana		

[21] Mais informações no site: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/?p=7859> Acesso em 23/Abr. 2014

[22] Mais informações na rede social através de um perfil que busca divulgar a comunidade: <https://www.facebook.com/torrinhas.quilombolacairu.5/about> Acesso em 22/Abr. 2014

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
	Pedro Rasa/Pratigi	**120**(*)	e serviços públicos. Trata-se de uma população com um nível razoável de organização social, tendo como resultado disso todos os quilombos possuírem certificado da FCP, sendo que Porto do Campo e Ronco estão em processo de elaboração do RTID junto ao INCRA. A maioria das comunidades está vinculada às atividades de pesca tradicional[23].
	Porto do Campo	**76**(*)	
	Ronco Abóbora	**120**(*)	
	Tapuia	**270**(*)	
	Pimenteiras		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013.
Igrapiúna = 02	Laranjeiras		Processo aberto.Comunidades constituídas por famílias ligadas à agricultura, organizadas em busca também da preservação da cultura tradicional. A localidade possui certificação pela FCP. Processo aberto.
	Sapucaia		
Ituberá = 03	Ingazeira		Processo aberto. Estas comunidades vivem da pesca e da agricultura familiar (ou de subsistência), organizadas em grupos que reivindicam o reconhecimento e políticas fundiárias, ao mesmo tempo em que se mobilizam pela valorização da cultura local. Todas elas são certificadas pela FCP, sendo que a Lagoa Santa está com o processo de RTID emelaboração.
	Lagoa Santa	**600**(*)	
	Brejo Grande		
Nilo Peçanha =02	Boitaraca	**50**(*)	Processo aberto. As comunidades do Baixo Sul vivem basicamente do extrativismo vegetal, especialmente da piaçava, e da pescae mariscagem. Apresentam organização vinculada a propostas de valorização cultural e desenvolvimento sustentável (artesanato de piaçava, projetos agroflorestais etc.), que contam com o apoio de diversas entidades, que chegam às comunidades para apoiar tais iniciativas.
	Jatimane	**86**(*)	
Presidente Tancredo Neves=02	Alto Alegre		Não possuemprocesso na CDA ou no INCRA até 2013. Formadas por dezenas de famílias, que estão organizadas no
	Pau da Letra		

[23] Tivemos como uma das fontes de pesquisa a situação fundiária dos quilombos pesquisados pelo Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP). Mais informações no site: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_mapa.aspx?UF=ba&VerTerras=r> Acesso em 24/Abr. 2014

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
			sentido de buscar melhorias de infraestrutura e valorização cultural.
Taperoá =03	Graciosa		Não possuem processo na CDA ou no INCRA até 2013. Estas comunidades estão organizadas para a promoção da cultura (valorização, memória etc.), contando com apoios em "rede". A atuação em defesa da valorização da cultura não isenta outros temas de serem elencados na ação social e política das comunidades, mas o foco principal tem sido o reconhecimento como "comunidades quilombolas". A comunidade de Miguel Chico possui processo aberto.
	Lamego		
	Miguel Chico	**70**(*)	
Valença =07	Novo Horizonte		Não possuem processo na CDA ou no INCRA até 2013. Estas comunidades apresentam um nível considerável de organização social, que reforça o modo de produção, especialmente através da pesca, mariscagem, extrativismo e agricultura. A organização social nessas comunidades, que congregam dezenas de famílias, também corresponde à valorização cultural conectada ao processo de certificação como comunidades remanescentes de quilombo, e o processo de regularização fundiária. Tal luta social produz apoios articulados na sociedade civil, com rebatimento na constituição de políticas públicas que leguem "dignidade" àquelaslocalidades, na medida em que conseguem adquirir visibilidade institucional[24]. Todas estão em processo de certificação pela FCP e de RTID junto ao INCRA.
	Sarapuí		
	Arueira		
	Buraco Azul		
	Jaqueira		
	Sapé Grande		
	Vila Velha do Jequiriça		
Wenceslau Guimarães=04	Rio Preto		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013. Esta comunidade e as demais de Wenceslau Guimarães também apresentam um nível considerável de organização social e estão voltadas para a

[24] Há uma grande política pública "Territórios de Cidadania" gestada pelo Governo Federal que tem atuação entre os municípios da ADA e AID, através de programas como o "Arca das Letras".

Município = Qte. Quilombos	Quilombo		
	Nome	Famílias	Observação
			pesca, mariscagem, extrativismo e agricultura. A organização social nestas comunidades, que congregam dezenas de famílias, também corresponde à valorização cultural conectada ao processo de certificação como comunidades remanescentes de quilombo e o processo de regularização fundiária. Tal luta social produz apoios articulados na sociedade civil, com rebatimento na constituição de políticas públicas que leguem "dignidade" àquelas localidades, na medida em que conseguem adquirir visibilidade institucional. Todas estão em processo de certificação pela FCP e de RTID junto ao INCRA.
	Jericó	**100**(*)	Processo aberto.
	Sarilândi		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013.
	Mucugê		Não possui processo na CDA ou no INCRA até 2013.

Fonte: Fundação Cultural Palmares/ INCRA
Nota(*)Dados fornecidos pelo INCRA
Obs. Alguns municípios registram diversas comunidades como quilombolas que, no entanto, não são reconhecidos pelo INCRA. Em Maragogipe, além das comunidades citadas no quadro, são considerados quilombos as seguintes comunidades: Topa de Cima (pop. 78), Topa de Baixo (pop. 77),Pinho (pop.80) e Dende (pop.130).

A grande maioria dos quilombos da AII está relativamente afastada da ilha de Itaparica e fora do eixo da BA001, que será a principal via do sistema viário da ponte na direção sul, não devendo, portanto, sofrer interrelações significativas com o empreendimento. Salaminas pode ser acessada somente por mar, a partir da enseada de Paraguaçu. Os demais possuem acesso por terra.

Observou-se, através de dados primários e secundários, um grau elevado de participação social e política das localidades. Isso se dá através do fortalecimento de uma esfera pública mantida pela interface entre movimento, governos e partidos, especialmente potencializada por meio de arranjos institucionais participativos, como consequência de políticas públicas para comunidades tradicionais.

Associações, fóruns, eventos, entre outros, são formas de participação encontradas nas localidades anteriormente descritas de forma sucinta. Essas associações têm como repertório de ação a luta por direitos e acesso a políticas públicas que reiterem a

valorização dos quilombos como expressão da humanidade, posicionada historicamente no processo anti-civilizatório delineado pela expansão marítima e o sistema escravocrata de produção.

De maneira geral, as entidades mobilizadas naquelas localidades têm um forte vinculo institucional, já que em parte são responsáveis pela implementação de políticas públicas. No entanto, apresentam como primeiro “front” o processo de certificação e o acompanhamento necessário para a regularização fundiária junto ao INCRA.

Segundo pesquisadores relacionados ao tema,

> “a manifestação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas no Brasil ocorre devido à resistência que elas têm desempenhado na defesa de seus territórios. As intervenções incentivadas pelo Estado têm estimulado as ações de vários agentes, que vêm tentando conquistar os espaços onde as Comunidades habitam. O Estado também aparece como um desses agentes, que atuando através de projetos de infraestrutura, têm violado esses espaços [...]A reivindicação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de terem suas terras reconhecidas e tituladas, emerge em um contexto onde os Movimentos Negros exigem do Estado brasileiro políticas de reparação da escravidão e do racismo institucional. A aplicação das políticas de proteção e preservação destas comunidades é dos desafios postos para o Estado, que por muitas vezes ignora sua existência”. (GERMANI, 2005, p. 792-795)[25].

Percebe-se que tais comunidades têm como força política a constituição de uma rede de apoio entre Estado e sociedade civil e constituem, atualmente, um dos mais ativos movimentos sociais.

[25] O artigo encontra-se online no site: http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/cbd12a10ffc8dd6ae5fbb772b21399e5.pdfAcesso em 24/abr. 2014.



Figura 11 – Organização Social Santiago do Iguape, 2014



Figura 12– Banco Solidário Santiago do Iguape, 2014

2.1.12.2.Comunidades Indígenas

No âmbito federal, a demarcação das terras indígenas compete à Fundação Nacional do Índio-FUNAI e, secundariamente, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA para o reconhecimento e segurança territorial.

Apesar de ter, no passado, abrigado grande contingente de povos indígenas, atualmente a região do entorno da BTS não possui nenhuma comunidade indígena registrada. Na Área de Influência Indireta, a FUNAI aponta apenas o território indígena dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, situado em Camamu, como “Terra Indígena Homologada pela Presidência da República”. A área ocupada pelos Pataxós na “Terra Indígena Nova Vida, Fazenda Bahiana” é de 308ha, onde residem 74 indivíduos.

2.1.12.3.Comunidades pesqueiras, de mariscagem e ribeirinhas

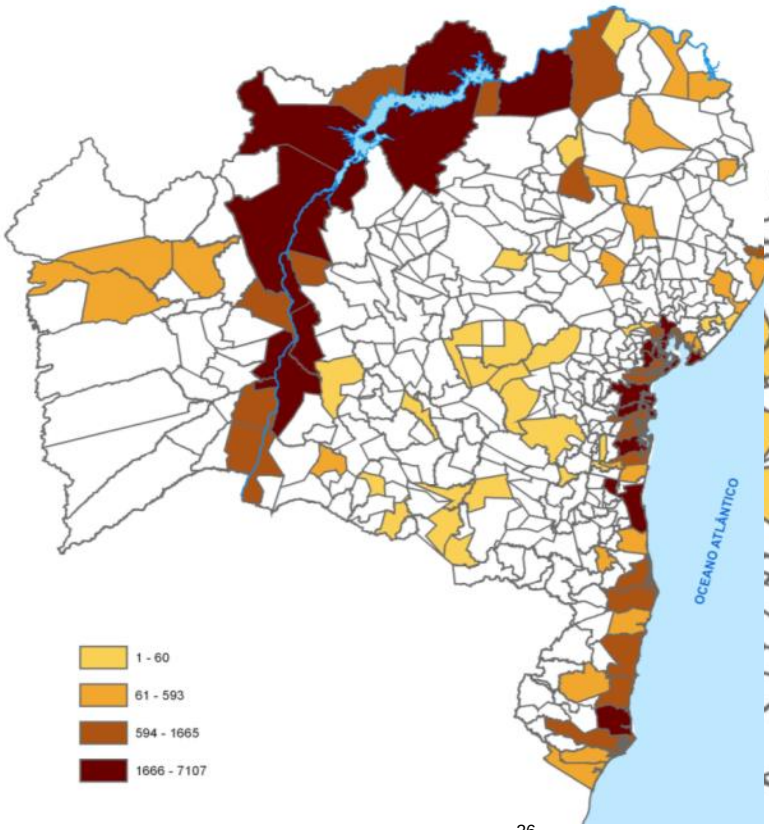
A grande extensão de área que compreende os municípios da AII não permite uma descrição detalhada de cada uma das inúmeras comunidades ribeirinhas, pesqueiras ou de mariscagem (ver mapa a seguir), de modo que o estudo procurou identificar regularidades e homogenidades entre as localidades, de forma a apresentar um quadro mais geral da situação daquelascomunidades.

Diante dos aspectos culturais e econômicos, que também são fundamentais na garantia da manutenção da identidade de uma comunidade tradicional, principalmente no que é relativo não só ao espaço em que vive, mas também ao ambiente a que as

pessoas estão adaptadas, devido à necessidade de sobrevivência, as comunidades da Área de Influência Indireta do empreendimento – AII desenvolvem estruturas produtivas particulares, de acordo com as características do meio. Sendo assim, as comunidades sob análise podem ser caracterizadas por exercer a atividade pesqueira em ambientes dulciaquícolas e em ambiente marinho ou estuarino

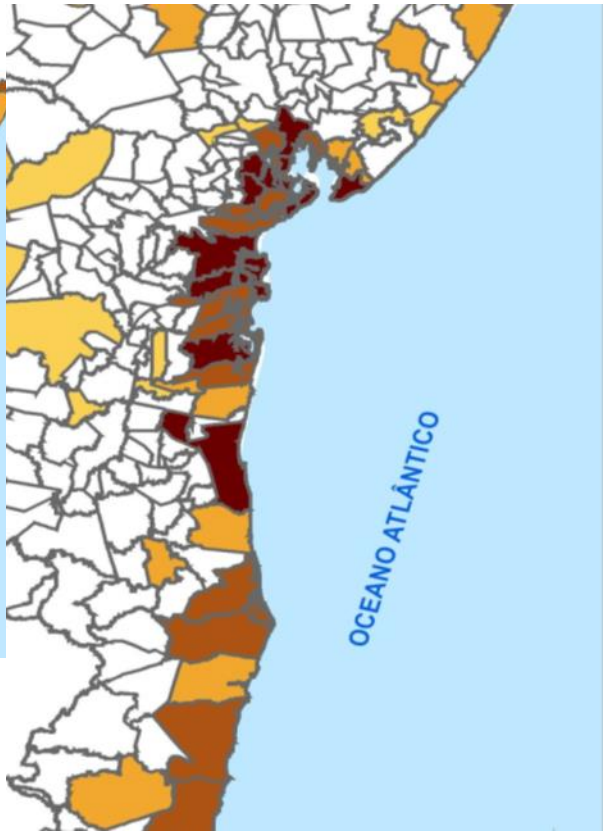
Por estarem distantes dos ecossistemas marinhos, as atividades dos municípios a seguir nominados desenvolvem-se em ambientes dulciaquícolas, os quais são menos produtivos do que o ambiente estuarino. São os municípios de: Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dias d'Ávila, Dom Macedo Costa, Gandu, Governador Mangabeira, Ibirapitanga, Muritiba, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Santo Amaro, São Felipe, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Teolândia, Wenceslau Guimarães e Varzedo. A pesca nestes municípios é insipiente e de subsistência e aprodução dos pescados é realizada a partir de experiências de cultivo junto aos agricultores. Estes últimos relatam prejuízos, uma vez que verificam que os custos com insumos não permitem a obtenção de lucro para os produtores.

Já os municípios que lançam mão dos recursos pesqueiros estuarinos ou marinhos, historicamente possuem o setor pesqueiro mais desenvolvido e organizado. Estes se diferenciam dos supracitados pela produtividade relacionada ao esforço de pesca, promovido pela força laboral de cada município. Diferenciam-se também pela qualidade do produto ofertado ao mercado e pelo modo de comercialização. As comunidades pesqueiras desses municípios ainda podem lançar mão de recursos pesqueiros dulciaquícolas como uma forma de ampliar seus ganhos, mas não como principal renda.



Fonte: Projeto GeograFar[26]

Figura 13– Quantitativo de pescadores artesanais cadastrados no Ministério da Pesca e Aquicultura por município, 2012



Fonte: Projeto GeograFar

Figura 14 – Detalhe com quantitativo de pescadores artesanais cadastrados no Ministério da Pesca e Aquicultura por município, 2012

Salvador é o principal mercado para os produtos pesqueiros do estado. Assim sendo, os setores pesqueiros sediados nos municípios mais próximos oferecem produtos com preços mais competitivos do que aqueles que necessitam atravessar seus produtos

[26] Disponível em <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/mapas/3d6eb871f9fff9a4002af0b596168e3e.jpg> Acesso em maio de 2014

pelo ferry-boat. As comunidades que usufruem deste mercado são as que estão distribuídas no território dos seguintes municípios: Salvador, Cachoeira, Candeias, Madre de Deus, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix e São Francisco do Conde. As comunidades pesqueiras destes municípios se caracterizam por lutar para garantir a qualidade da água da baía de Todos os Santos frente ao conflito com o setor industrial.

Exemplos disso podem ser observados nas comunidades situadas na Ilha de Maré, que lutam por melhor funcionamento do porto de Aratu; nas comunidades de São Francisco do Conde, Madre de Deus e Bom Jesus dos Passos, pressionadas pelos riscos dos acidentes relativos ao funcionamento da refinaria Landufo Alves; ainda nas comunidades pesqueiras distribuídas no município de Santo Amaro, principalmente as do Rio Pitinga, São Brás e Acupe.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 15 – Imagem aérea de Madre de Deus

Apresentando melhores qualidades, devido à distância de parques industriais, o que garante o desenvolvimento da atividade pesqueira em águas menos poluídas, e consequente oferta de produtos com melhores qualidades, as comunidades pesqueiras situadas no Recôncavo Sul e nos municípios do sul da Bahia não conseguem fazer seus produtos chegar ao mercado de Salvador com preços

competitivos. Isso ocorre devido aos custos com o transporte, o que envolve processamento e acondicionamento. Deste modo, diferentemente do que ocorre nos municípios supracitados, as comunidades dos municípios listadosa seguir escoam a maior parte da sua produção no mercado regional. Os municípios da AID e AII são: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Camamu, Ituberá, Nazaré, Nilo Peçanha, Salinas da Margarida Saubara, Taperoá e Valença.

2.1.12.4. Assentamentos de Reforma Agrária na AII

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA é uma autarquia federal, que atua como principal orgão encarregado de assentamentos do país e tem como missão a administração das terras públicas da União, a implementação da política nacional de reforma agrária, organizando o ordenamento fundiário e contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. O INCRA também mantém o cadastro de imóveis rurais. Sua primeira diretriz afirma que:

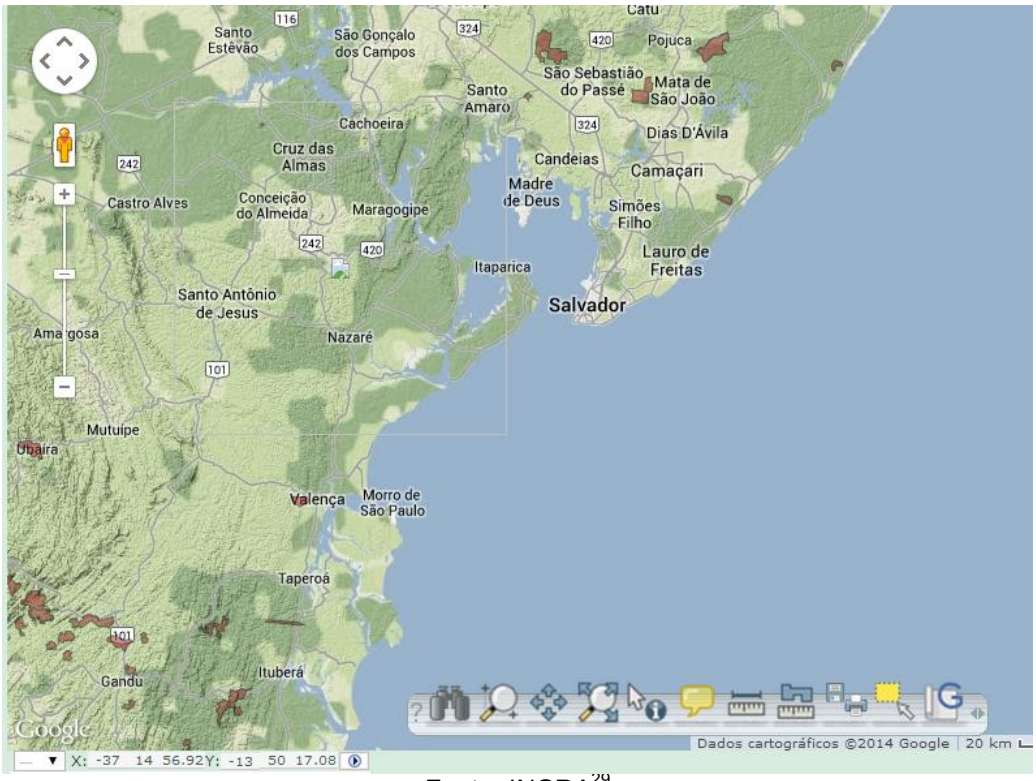
> "o INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade"[27].

A competência para estabelecer assentamentos, no entanto, não é exclusiva da esfera federal, podendo, tanto os estados quanto os municípios, criar seus próprios assentamentos, o que torna o levantamento de dados sobre esse assunto pouco preciso.

Segundo o site do INCRA, não existem assentamentos na ADA do empreendimento ou nos municípios limítrofes, com excessão de Camaçari (AII). Além deste, os municípios mais próximos da ADA com assentamentos são: Santo Amaro e São Sebastião do Passé (Figura 16).

[27] Disponível em <http://www.incra.gov.br/node/14454> Acesso em maio de 2014.

A SEI menciona três assentamentos em São Sebastião do Passé e doisem Camaçari, ao norte de Salvador, enquanto o Projeto GeograFar da UFBA[28] indica quatro assentamentos em São Sebastião do Passé. Existe discordância também quanto à extensão do assentamento Mariana, em Camamu, cuja área para a SEI é de 648ha, enquanto o GeograFar indica 679 ha.



Fonte: INCRA[29]

Figura 16– Assentamento de Reforma Agrária

A relação mais completa dos assentamentos do estado parece ser a do Projeto GeograFar, que indica a existencia, nas Áreas Direta e Indireta de Influência do empreendimento, de aproximadadmente 44 assentamentos de reforma agrária. A maioria destes está localizada na região do Baixo Sul e no Recôncavo e não devem ser afetados diretamentepelo empreendimento.Os municípios de Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dias D`Ávila, Dom Macedo Costa**,** Cabaceiras do Paraguaçu, Cairu, Governador Mangabeira, Madre de Deus, Maragogipe, Muritiba,

[28]Disponível em <http://www.geografar.ufba.br/site/default.php> Acesso em maio de 2014.
[29] Disponível em <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?7ofvmv26ggj4ek9c3remi35053> Acesso em maio de 2014.

Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Salinas da Margarida, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, Sapeaçu, Saubara, Teolândia e Varzedo não possuem assentamentos de reforma agrária, segundo dados do projeto GeograFar.

Cachoeira

- Assentamento Caimbongo. Fazenda Caimbongo. Capaciadade do assentamento: 68famílias; assentadas: 67. Área: 2039.Ato de criação: 31/12/1997.

Camaçari

- Assentamento Assu da Capivara. Fazenda Assu da Capivara. Capaciadade do assentamento: 60 famílias, assentadas: 60. Área: 422,89. Ato de criação: 16/12/2002.
- Assentamento Cosme e Damião. Fazenda Mocambo II. Capaciadade do assentamento: 30 famílias, assentadas: 28. Área: 204,96. Ato de criação: 25/08/2006.

Camamu

- Assentamento São José/ Limoeiro. Fazenda São José/Limoeiro. Capaciadade do assentamento: 15 famílias, assentadas: 15. Área: 302,14. Ato de criação: 30/12/1998.
- Fazenda Mariana. Capaciadade do assentamento: 28 famílias, assentadas: 28. Área: 679. Ato de criação: 29/04/1993.
- Assentamento Zumbi dos Palmares. Fazenda Brahma, Eldorado. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 50.Área: 1244,6002.Ato de criação: 30/12/1997.
- Assentamento Dandara dos Palmares. Fazenda Conjunto Cepel. Capaciadade do assentamento: 70 famílias, assentadas: 63. Área: 1452,239. Ato de criação: 21/12/1998.
- Assentamento Limoeiro. Fazenda Burundanga e Outras / São José Limoeiro. Capaciadade do assentamento: 55 famílias, assentadas: 54. Área: 1303,4562. Ato de criação: 21/09/1999.
- Assentamento Preto Velho/Paulo Freire. Fazenda Preto Velho. Capaciadade do assentamento: 25 famílias, assentadas: 25.Área: 353,98.Ato de criação: 14/12/2001.
- Assentamento Argemiro Mendes de Oliveira. Fazenda Catarina. Capaciadade do assentamento: 24 famílias, assentadas: 24. Área: 394,27. Ato de criação: 28/07/2004.
- Assentamento São Gonçalo/ Ernesto Che Guevara. Fazenda São Gonçalo. Capaciadade doassentamento: 19 famílias, assentadas: 19. Área: 391,24. Ato de criação: 29/04/2004.

- Assentamento Conceição e Santa Elisa/Antônio Conselheiro III. Fazendas Reunidas Conceição e Santa Elisa. Capaciadade do assentamento: 35 famílias, assentadas: 34.Área: 337,929.Ato de criação: 29/12/2004.
- Assentamento Camamu. Fazendas Reunidas Orojó. Capaciadade do assentamento:
  300 famílias, assentadas: 35. Área: 4.497. Ato de criação: 19/03/1981.
- Assentamento Paulo Jacson. Fazenda Conjunto Oricó. Capaciadade do assentamento:
  90 famílias, assentadas: 55.Área: 891,4486.Ato de criação: 31/12/1999.

Candeias

- Assentamento União. Fazenda Estopa. Capaciadade do assentamento: 38 famílias, assentadas: 38. Área: 410,99. Ato de criação: 24/10/2007.

Gandu

- Assentamento Conjunto Mineiro. Fazenda Conjunto Mineiro. Capaciadade doassentamento: 26famílias, assentadas: 26. Área: 323,48. Ato de criação: 14/05/2003.
- Assentamento Cedro III.Fazenda Cedro III.Capaciadade do assentamento: 18 famílias, assentadas: 18. Área: 292,98. Ato de criação: 26/11/2002.

Ibirapitanga

- Assentamento Conjunto São João. Fazenda Conjunto São João. Capaciadade do assentamento: 44 famílias, assentadas: 44. Área: 727,955. Ato de criação: 15/09/2005.
- Assentamento Serra de Areia I e II. FazendaSerra de Areia I e II. Capaciadade do assentamento: 37 famílias, assentadas: 37. Área: 469,21. Ato de criação: 07/10/2004.

Ituberá

- Assentamento Josenei Hipólito. Fazenda Cascata. Capaciadade do assentamento: 61 famílias, assentadas: 61. Área: 825,6876. Ato de criação: 29/05/1998.
- Assentamento Lucas Dantas.FazendaJubiabá. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 49. Área: 701,78. Ato de criação: 30/12/1998.
- Assentamento Margarida Alves. Fazenda Marimbu. Capaciadade do assentamento: 30 famílias, assentadas: 24. Área: 522,25. Ato de criação: 11/03/1998.

Nilo Peçanha

- Assentamento Faz. São João. Fazenda São João. Capaciadade do assentamento: 30 famílias, assentadas: 30. Área: 414,86. Ato de criação: 10/12/2004.

Santo Amaro

- Assentamento Nova Suíça. Fazenda Nova Suíça. Capaciadade do assentamento: 100 famílias, assentadas: 71. Área: 1821,6. Ato de criação: 04/04/1997.
- Assentamento Santa Catarina. Fazenda Santa Catarina. Capaciadade do assentamento: 43 famílias, assentadas: 51. Área: 620. Ato de criação: 20/07/1992.
- Assentamento Sto. Antônio dos Calmons. Fazenda Sto. Antônio dos Calmons. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 34. Área: 299,9053. Ato de criação: 30/12/1997.
- Assentamento Eldorado. Fazenda Petinga I. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 44.Área: 653,4.Ato de criação: 31/12/1997.
- Assentamento Paulo Cunha. FazendasNossa Senhora do Socorro e Subaé.Capaciadade do assentamento: 170 famílias, assentadas: 170. Área: 2625,54. Ato de criação: 17/12/2008.

São Sebastião do Passé

- Assentamento Maju. Fazenda Maju. Capaciadade do assentamento: 29 famílias, assentadas: 29. Área: 479,72. Ato de criação: 12/04/2000.
- Assentamento 3 de Abril. Fazenda Campo Alegre. Capaciadade do assentamento: 98 famílias,assentadas: 92. Área: 2495,211. Ato de criação: 31/12/1997.
- Assentamento São Domingos. Fazenda São Domingos. Capaciadade do assentamento:
  28 famílias, assentadas: 28. Área: 145,31 Ato de criação: 14/12/2001.
- Assentamento Panema. Fazenda Panema. Capaciadade do assentamento: 58 famílias, assentadas: 58.Área: 917,86. Ato de criação: 12/04/2000.

Taperoá

- Assentamento 17 de Abril. Fazenda Tagril Serrinha e Outros. Capaciadade do assentamento: 80 famílias, assentadas: 38.Área: 999,237.Ato de criação: 31/12/1997.

Valença

- Assentamento Santa Luzia. Fazenda Santa Luzia. Capaciadade do assentamento: 44 famílias, assentadas: 26. Área: 386,3. Ato de criação: 30/12/1996.

Wenceslau Guimarães

- Assentamento Vila Tancredo Neves. Fazenda Tancredo Neves. Capaciadade do assentamento: 67 famílias, assentadas: 67.Área: 985,7596. Ato de criação: 12/05/1987.
- Assentamento Resistente. FazendaResistente. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 48. Área: 1000,96. Ato de criação: 21/11/1996.
- Assentamento União. Fazenda União. Capaciadade do assentamento: 30 famílias, assentadas: 30. Área: 562. Ato de criação: 21/11/1996.

- Assentamento Novo Horizonte. Fazenda NovoHorizonte. Capaciadade do assentamento: 105 famílias, assentadas: 105. Área: 2497,81. Ato de criação: 28/11/1996.
- Assentamento Chico Mendes. FazendasReunidas São José. Capaciadade do assentamento: 35 famílias, assentadas: 31. Área: 425,9769. Ato de criação: 30/12/1997.
- Assentamento Boa Sorte. Fazenda Conjunto Boa Sorte. Capaciadade do assentamento: 50 famílias, assentadas: 49. Área: 1099,3418. Ato de criação: 31/12/1997.
- Assentamento Ernesto Che Guevara. Fazenda Rodagem. Capaciadade do assentamento: 60 famílias, assentadas: 50. Área: 848,2468. Ato de criação: 11/03/1998.
- Assentamento Fábio Henrique. Fazendas Mucuba/Limoeiro/Sulapa. Capaciadade doassentamento: 76 famílias, assentadas: 76. Área: 1288,925. Ato de criação: 30/12/1998.
- Assentamento São João. Fazenda San Juan/San Marco/San Pedro. Capaciadade do assentamento: 80 famílias assentadas: 80.Área:988,2476.Ato de criação: 30/12/1998.
- Assentamento Vencedores.Fazenda Jutacy.Capaciadade do assentamento: 22 famílias, assentadas: 22. Área: 240. Ato de criação: 18/10/2002.
- Assentamento Fazenda Dois Irmãos. Fazenda Dois Irmãos. Capaciadade do assentamento: 20 famílias, assentadas: 20. Área: 304,68. Ato de criação: 29/07/2004.
- Assentamento Antônio Conselheiro/Cedro I. Fazenda Cedro I. Capaciadade do assentamento: 20 famílias, assentadas: 20. Área: 303,08. Ato de criação: 20/01/2003.

Dentro do Programa de Aceleração do Crescimento –PACpara o Minha Casa Minha Vida[30],existe o Programade Urbanização de Assentamentos Precários, que tem como objetivo a melhoria das condições de moradia e de mobilidade desses espaços, melhorando também a infraestrutura das áreas urbanas. Essa assistência técnica está presente em 14 municípios da AII, sendo que alguns possuem mais de um projeto em atuação a saber: Camamu (2), Igrapiúna (2), Valença (5), Gandu e Cruz da Almas (2), Laje, Nilo Peçanha e Santo Amaro (2), São Felipe e Taperoá (2), São Francisco do Conde, Presidente Tancredo Neves e Camaçari (2), Teolândia e Candeias. Os assentamentos em áreas urbanas estão resguardados por se situarem emsedes municipais e distritais que não serão afetadas pelo empreendimento.

[30] Disponível em <http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida/urbanizacao-de-assentamentos-precarios/ba/220>Acesso em maio de 2014.

As áreas onde existe concentração de assentamentos rurais estão razoavelmente distantes da ADA e da AEE, não devendo sofrer interrelações negativas em decorrência do empreendimento.

Espera-se que a requalificação do conjunto de vias existentes e a implantação da ponte venha facilitar e agilizar a circulação de pessoas e mercadorias em toda a região, o que deve beneficiar assentamentos e produtores familiares da AII, que terão assim mais facilidade para escoar sua produção, além de contarem também com a possibilidade deampliação e criação de novos mercados para seus produtos.

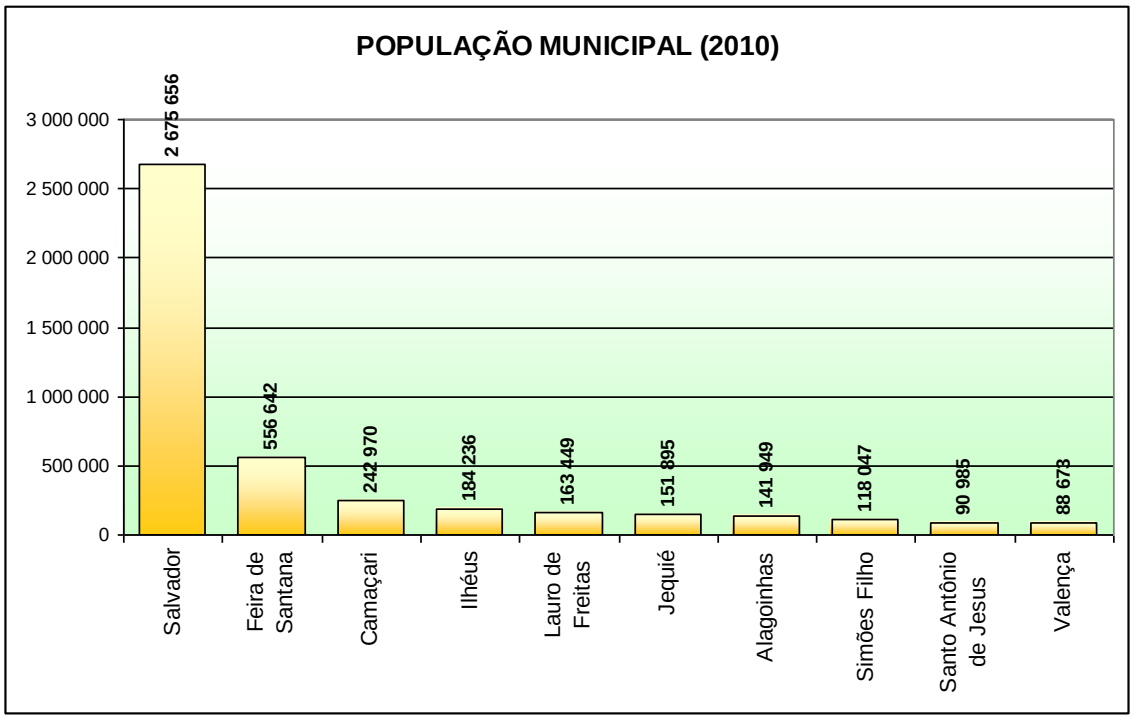
2.1.13. Polos e Centros de Referência da Região

A análise dos polos regionais da área de estudo indica uma acentuada disparidade na distribuição das populações locais. Os 113 municípios integrantes da área de estudo apresentam uma média populacional de 58.804 habitantes, sendo que: 72 apresentam população inferior a 25.000; 24 têm população entre 25.000 e 50.000; 9 entre 50.000 e 100.000; 5 entre 100.000 e 200.000; 1 entre 200.000 e 500.000 e apenas 3 acima de 500.000 habitantes.

A representação gráfica dos dez municípios mais populosos da área estudada evidencia esse padrão de má distribuição populacional, com mais da metade da população concentrada nas proximidades de Salvador, no bordo oeste da BTS. De forma destoante, no bordo oeste da BTS, a média das populações não ultrapassa o patamar de 25.000 habitantes.

Salvador e alguns municípios da RMS apresentam as maiores populações, sendo que Feira de Santana destaca-se como o segundo município mais populoso, seguido de outros oito localizados ao longo ou nas proximidades das BRs 101 e 116.

Gráfico 5– População de 2010 – 10 municípios mais populosos



Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA

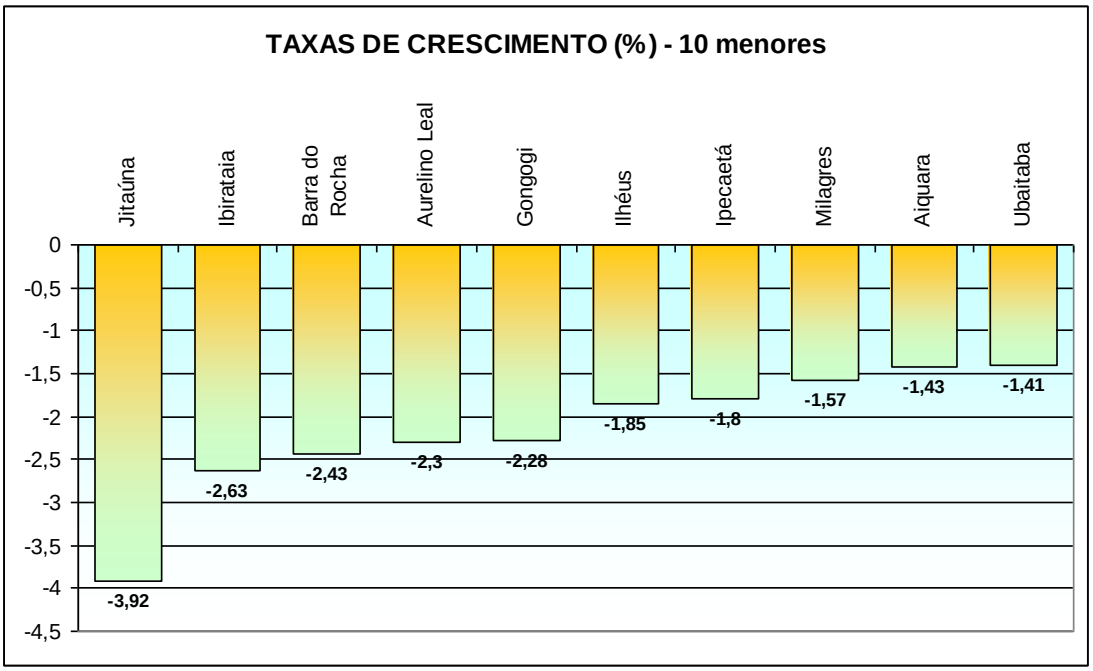
Algumas cidades de maior porte, com populações acima de 50.000 habitantes, polarizam os municípios menos populosos, que apresentam maiores percentuais de populações rurais. Cidades como Salvador e Feira de Santana exercem forte influência sobre áreas mais expressivas, constituindo-se centros polarizadores estaduais. Cidades de menor porte, como Ilhéus, Jequié e Alagoinhas, concentram maiores contingentes de populações urbanas e, numa escala mais reduzida, como Valença e Santo Antônio de Jesus, configuram-se como subcentros de serviços que atendem aos municípios menos urbanizados no seu entorno.

Esta atual configuração espacial está intimamente associada às conexões viárias e a um sistema de rede de relações entre centros urbanos, hierarquicamente distintos em termos da força de suas economias, e que são notadamente ligados, de forma prioritária, ao setores de serviços e indústrias. Tais relações serão explicitadas mais claramente nas análises espaciais da economia.

Outro aspecto interessante quando se analisa os dez municípios com menores taxas de crescimento é que eles estão localizados mais distantes dos centros urbanos mais populosos, evidenciando a diminuição dos efeitos polarizadores dos grandes centros sobre esses territórios. Os municípios localizados a maiores distâncias das BRs 101 e

116, mais afastados da confluência desses dois eixos em Feira de Santana, tendem a apresentar taxas de crescimento populacional baixas, muitas das quais negativas, evidenciando o baixo dinamismo econômico dessas áreas.

Gráfico 6– Taxas de crescimento populacional (2000 – 2010)



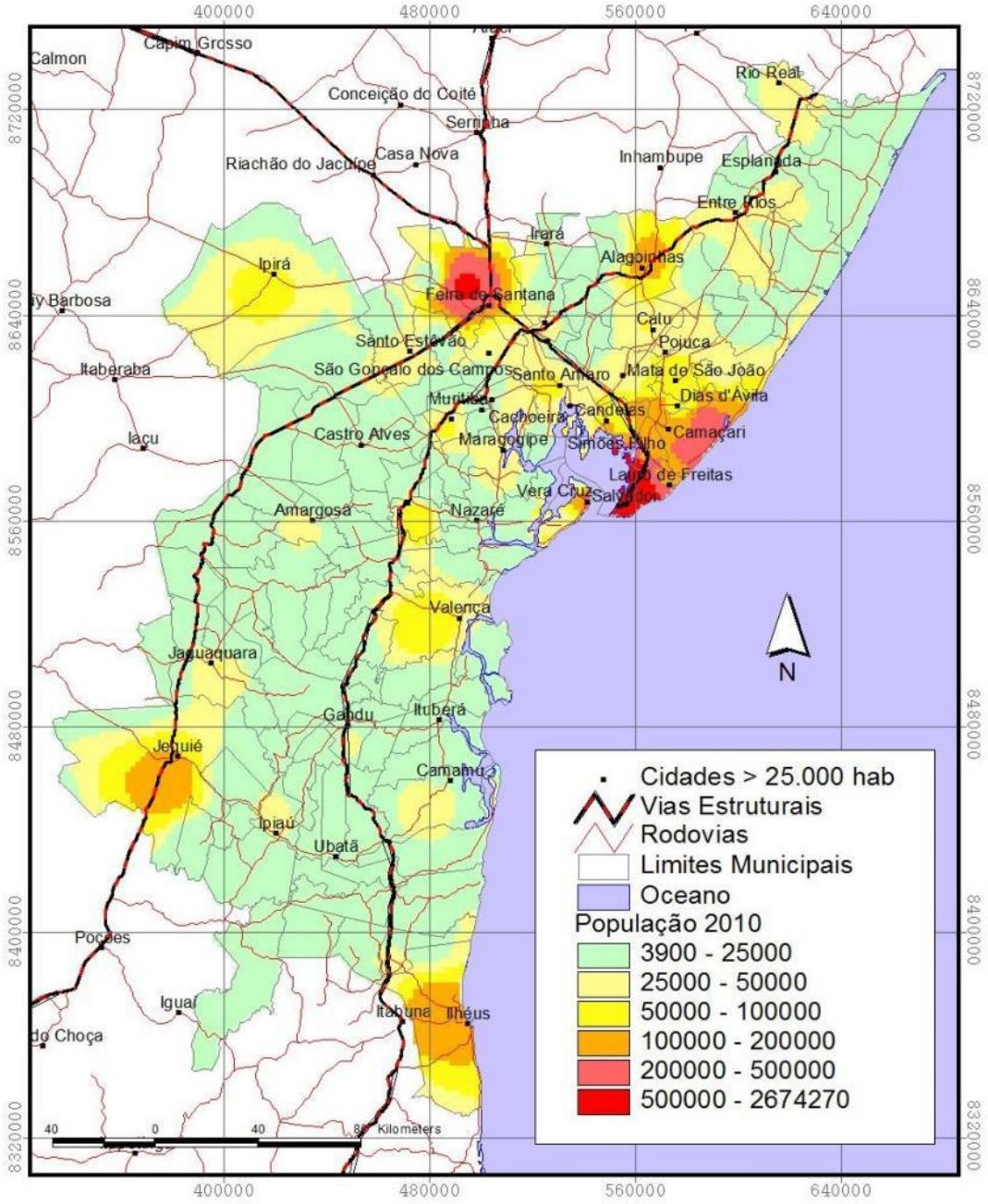
Fonte: SEI / BA

É importante ressaltar que o município de Feira de Santana se destaca como um polo regional, por representar o maior aglomerado populacional depois de Salvador. A sua localização, a mais de 100km da costa atlântica, em áreas mais interiores no portal de entrada para as regiões mais secas do sertão, representa uma outra centralidade, que exerce papel importante no desenvolvimento regional das áreas interioranas, constituindo um centro de convergência das BRs 101 e 116, duas vias de integração regional, entre o norte e o sul do país.

A análise da distribuição das populações na área de estudorevela ainda que os municípios mais populosos estão localizados na área de influência direta de vias regionais, destacando-se o eixo Jequié – Feira de Santana, na BR116 e Ilhéus / Itabuna – Feira de Santana, na BR101.

A transposição da Baía de Todos os Santos pela ponte de Itaparica alterará os fluxos regionais de deslocamento, redirecionando movimentos econômicos e sociais do interior para a zona costeira, aspecto que deve ser considerado na avaliação dos

impactos associados a este novo viário. A conexão entre os dois bordos irá alterar, sem dúvida, a distribuição populacional nos dois territórios.

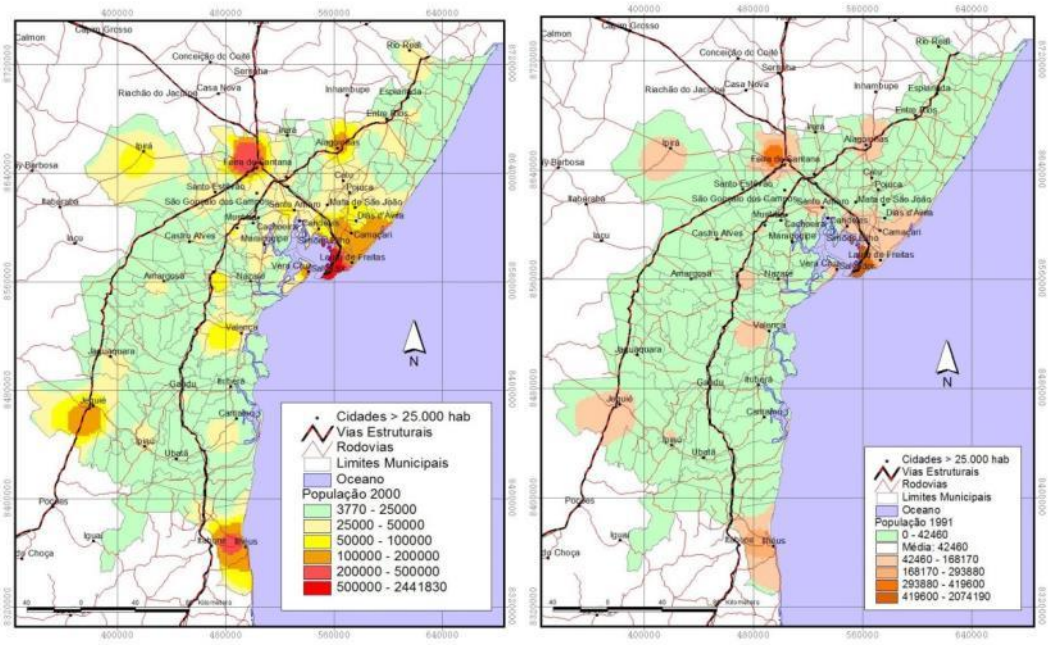


Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA

Figura 17 – População 2010

Os padrões de distribuição populacional descritos anteriormente e as análises das populações totais dos municípios nos anos de 2000 e 1991, mostram-se coincidentes

com os encontrados em 2010, confirmando o caráter histórico, decorrente das condições de conexão territorial e mobilidade atualmente existentes.



(Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA)

Figura 18 – População municipal nos anos de 2000 e 1991

A extensão da área de estudo e de influência indireta dá margem para que diversas localidades atuem como polos reginais, com base na atração que os centros urbanos exercem sobre as populações rurais (CARMO, 2014).Nas figuras acima, destacam-se como grandes centros urbanos e polos regionais o município de Salvador e sua região metropolitana, e Feira de Santana.Em menor proporção, vêm Ilheus, Alagoinhas e Jequié (que não pertencem a AII). Em seguida, e em menor escala, aparecem Valença, Nazaré das Farinhas, Santo Amaro e Muritiba, que integram a AII.

Como centros de referência e de serviços para as populações da AII, as sedes municipais de Cachoeira, Camamu, Maragogipe, Cruz das Almas, Dias D`Ávila, Santo Amaro, Aratuípe, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Camaçari e Candeias se destacam, tanto pelos aspectos econômicos,infraestrutura e oferta de serviços, quanto pela localização estratégica para as populações mais próximas.

O principal polo econômico da região é a cidade de Salvador, situada na ADA. Feira de Santana não está incluída nas áreas de influência do empreendimento, emboradevido a seu porte econômico e sua situação estratégica na malha rodoviária

da região, constitua um centro de referência importante para os municípios do Recôncavo, como Santo Amaro.

2.1.14. Caracterização das Vias de Comunicação

O sistema de telefonia da AII é responsabilidade da Concessionária Telemar / Telemar Bahia. A situação de telefonia é bastante precária na grande maioria dos municípios da AII. As dez maiores sedes municipais concentram 59.858 terminais de telefonia fixa, o que representa mais de 63% dos terminais fixosprivados, instalados em fevereiro de 2014.

A maioria da população conta apenas com telefones móveis, que apresentam problemas devido à amplitude da cobertura e a existência de áreas de sombra, em geral com utilização limitadaàs sedes municipais e distritais. Nas sedes municipais, as empresas Claro, Tim e Oifornecem serviço de telefonia móvel e acesso à Internet.

O relatório da Agência Nacional de TelecomuniCações (ANATEL) registra,para todos os municípios da AII, em fevereiro de 2014, um total de 93.393 terminais de telefonia fixos privados e apenas 4.954 terminais públicos do tipo orelhão. A maioria dos terminais, tanto públicos (3.444) quanto privados,estava concentrada nas sedes municipais. Um grande número de localidades da AII não dispõem de terminais fixos privados e contam com apenas um terminal público, muitas vezes fora de serviço.

Quadro 32 – Número de Telefones Fixos: Públicos e Individuais – AII (fev. 2014)

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Cabaceiras do Paraguaçu		**306**	**71**
Cabaceiras do Paraguaçu	Sede do município	166	29
GEOLANDIA	Região remota	100	22
TUPIACU	Zona de fronteira	0	6
CATINGUINHA	Zona de fronteira	0	1
APORA	Zona de fronteira	0	1
NOVA APARECIDA	Zona de fronteira	0	1
SOBRADO	Zona de fronteira	40	6
ALECRIM	Zona de fronteira	0	1
OLHOS D'ÁGUA-PONTO CHIQUE	Zona de fronteira	0	1
CRUZEIRO	Zona de Fronteira	0	1

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
OLHOS D'ÁGUA	Zona de Fronteira	0	1
MURUTUBA	Zona de Fronteira	0	1
SANTIAGO DO IGUAPE			
BELÉM DA CACHOEIRA	Região remota	86	5
SANTIAGO DO IGUAPE	Região remota	186	10
Cachoeira	Sede do município	1880	65
CAPOEIRUCU	Zona de fronteira	92	17
ALECRIM	Zona de fronteira	91	5
SAO FRANCISCO PARAGUASSU	Zona de fronteira	36	5
BELA VISTA	Zona de fronteira	0	2
FORMIGA	Zona de fronteira	0	1
GUAIBA	Zona de fronteira	0	1
LADEIRA DO PAI INÁCIO	Zona de fronteira	0	2
MURUTUBA	Zona de fronteira	0	1
TERRA VERMELHA	Zona de fronteira	0	1
TORORÓ	Zona de fronteira	12	4
TUPIM	Zona de fronteira	0	1
TABOLEIRO DA VITORIA	Zona de fronteira	0	1
ACUTINGA	Zona de fronteira	0	1
PINGUELA	Zona de fronteira	0	1
SANTO ANTÔNIO TIBIRI	Zona de fronteira	0	1
LAGOA ENCANTADA	Zona de fronteira	0	1
SACO	Zona de fronteira	0	1
BOA VISTA DE BELÉM	Zona de fronteira	0	1
BRASILIA	Zona de fronteira	0	1
CATOLE	Zona de fronteira	0	1
ENGENHO DA PONTE	Zona de fronteira	0	1
COBI	Zona de fronteira	0	1
BAIXA GRANDE	Zona de fronteira	0	1
FALEIRA	Zona de fronteira	0	1
Camaçari			
ABRANTES	Região remota	3385	68
Camaçari	Sede do município	18525	703
MONTE GORDO	Região remota	537	36
AREMBEPE	Zona de fronteira	1881	47
BARRA DO POJUCA	Zona de fronteira	595	31
PARAFUSO	Zona de fronteira	325	11
POLO PETROQUÍMICO CAMACARI	Zona de fronteira	1428	53
AREIAS	Zona de fronteira	56	6
BARRA DO JACUIPE	Zona de fronteira	821	37
BUSCA VIDA	Zona de fronteira	424	9

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
CATU DE ABRANTES	Zona de fronteira	707	14
ESTRADA DO SACO	Zona de fronteira	23	6
GUARAJUBA	Zona de fronteira	776	31
ITACIMIRIM	Zona de fronteira	100	7
JAUÁ	Zona de fronteira	1063	41
JORDÃO	Zona de fronteira	0	1
TIRIRICA	Zona de fronteira	3	2
SUCUPIRA	Zona de fronteira	0	1
MACHADINHO	Zona de fronteira	36	2
CAJAZEIRA DE ABRANTES	Zona de fronteira	0	1
CORDOARIA	Zona de fronteira	0	1
FAZENDA AÇU DA CAPIVARA	Zona de fronteira	0	1
SENHOR DOS PASSOS	Zona de fronteira	1	4
COQUEIROS DE MONTE GORDO	Zona de fronteira	0	2
Candeias			
Candeias	Sede do município	10227	281
PASSAGEM DOS TEIXEIRAS	Zona de fronteira	288	7
CABOTO	Zona de fronteira	63	6
CARUAÇU	Zona de fronteira	3	2
MENINO JESUS	Zona de fronteira	110	8
PASSE	Zona de fronteira	146	10
CANTAGALO	Zona de fronteira	30	6
CAROBA	Zona de fronteira	194	7
MADEIRA	Zona de fronteira	13	5
MUCUNGA	Zona de fronteira	3	1
NÚCLEO COLONIAL LANDULFO ALVES	Zona de fronteira	0	2
PINDOBA	Zona de Fronteira	0	2
ZONA DE INDÚSTRIA PESADA	Região remota	200	13
RIO DO CUNHA	Zona de fronteira	98	5
BOCA DA MATA	Zona de fronteira	0	1
Cairu			
Cairu	Sede do município	120	19
GALEÃO	Região memota	31	4
GAMBOA	Zona de fronteira	142	8
VELHA BOIPEBA	Região remota	244	7
CANAVIEIRAS	Zona de fronteira	0	1
GARAPUÁ	Zona de fronteira	0	4
MORRO SÃO PAULO	Zona de fronteira	394	10
TAPUIAS	Zona de fronteira	0	1
TORRINHAS	Zona de fronteira	1	2
SAO SEBASTIÃO	Zona de fronteira	105	8
MORERÉ	Zona de fronteira	21	2
QUARTA E QUINTA PRAIA	Zona de fronteira	15	4
MONTE ALEGRE	Zona de fronteira	0	1

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Camamu			
BARCELOS DO SUL	Região remota	35	8
Camamu	Sede do município	746	69
TAPUIA	Região remota	3	4
TRAVESSÃO	Zona de fronteira	226	19
ILHA GRANDE DE CAMAMU	Zona de fronteira	97	8
ACARAÍ	Zona de Fronteira	13	7
CAJAÍBA	Zona de fronteira	21	8
OROJO	Zona de fronteira	32	7
PINARÉ	Zona de fronteira	27	2
TIRIRI	Zona de fronteira	0	1
PORTO DO CAMPO	Zona de fronteira	0	1
TABELA	Zona de fronteira	0	1
LIMEIRA	Zona de fronteira	0	1
ZUMBI DOS PALMARES	Zona de fronteira	0	1
PONTA DE CAEIRA	Zona de fronteira	0	1
LUCAVECK	Zona de fronteira	0	1
ARGEMIRO MENDES	Zona de fronteira	0	1
DANDARA DOS PALMARES	Zona de fronteira	0	1
MARIANA	Zona de fronteira	0	1
Cruz das Almas			
Cruz das Almas	Sede do município	4940	192
SAPUCAIA	Zona de fronteira	36	5
CAPIVARI	Zona de fronteira	2	3
LISBOA	Zona de fronteira	13	5
EMBIRA	Zona de fronteira	0	2
ESTAÇÃO POMBAL	Zona de fronteira	0	1
POÇÕES	Zona de fronteira	0	1
PUMBA	Zona defronteira	65	9
ARAÇÁ	Zona de fronteira	19	6
BOCA DA MATA	Zona de fronteira	0	1
CAMINHOA	Zona de fronteira	0	1
GURUNGA	Zona de fronteira	0	1
TAPERA	Zona de fronteira	0	2
TRÊS BOCAS	Zona de fronteira	0	1
BOA VISTA	Zona de fronteira	0	1
ENGENHO DA LAGOA	Zona de fronteira	0	2
BAIXA DA LINHA	Zona de fronteira	0	3
BEBE ÁGUA	Zona de fronteira	0	1
PUMBA II	Zona de fronteira	0	1
LAGOA GRANDE	Zona de fronteira	0	1
Dias d'Ávila			
Dias d'Ávila	Sede domunicípio	8028	260
LEANDRINO	Zona de fronteira	72	6
BIRIBEIRA	Zona de fronteira	96	5
BOA VISTA DE SANTA HELENA	Zona de fronteira	58	7

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
EMBOACICA	Zona de fronteira	0	1
Gandu			
Gandu	Sede do município	1223	120
TARARANGA	Zona de fronteira	0	2
NOVO HORIZONTE	Zona de fronteira	2	2
Governador Mangabeira			
Governador Mangabeira	Sede do município	583	56
ALDEIA	Zona de fronteira	1	1
BARROADA	Zona de fronteira	0	1
BONSUCESSO	Zona de fronteira	0	1
CARPINA	Zona de fronteira	14	2
CIPOAL	Zona de fronteira	0	1
ENCRUZO	Zona de fronteira	0	1
QUEIMADAS	Zona de fronteira	0	1
QUIXABEIRA	Zona de fronteira	60	6
RETIRO	Zona de fronteira	0	1
TORTO	Zona de fronteira	1	1
BREJOS	Zona de fronteira	0	1
BREJO DE BAIXO	Zona de fronteira	0	1
MEIO DO CAMPO	Zona de fronteira	43	6
JACAREZINHO	Zona defronteira	18	7
FURTADO	Zona de fronteira	0	1
TOCOS Ii	Zona de fronteira	0	1
LOTEAMENTO POSTO ÁGUIA	Zona de fronteira	0	1
LAGOA DA ROSA – NÚCLEO 1	Zona de fronteira	0	1
Igrapiúna			
Igrapiúna	Sede do município	159	41
TIMBUCA	Zona de fronteira	0	2
ILHA DO CONTRATO	Zona de fronteira	0	4
PONTA	Zona de fronteira	0	2
MATA DO SOSSEGO	Zona de fronteira	0	1
LIMEIRA	Zona de fronteira	0	1
LIMEIRA III	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO LIMOEIRO	Zona de fronteira	0	1
ANCURAL	Zona de fronteira	0	1
TIMBUCA II	Zona de fronteira	0	1
VILA 4	Zona de fronteira	0	1
VILA 8	Zona de fronteira	0	2
Ibirapitanga			
Ibirapitanga	Sede do município	372	49
CAMAMUZINHO	Zona de fronteira	36	10
ITAMARATI	Zona de fronteira	178	24
NOVO HORIZONTE	Zona de fronteira	45	8
Ituberá			
Ituberá	Sede do município	1033	85
ITAJAÍ	Zona de fronteira	13	6

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
NÚCLEO COLONIAL INCRA	Zona de fronteira	16	4
BARRA DO SERINHAEM	Zona de fronteira	19	8
ITABEROE	Zona de fronteira	0	1
PESCARIA	Zona de fronteira	0	2
RIO DO CAMPO	Zona de fronteira	0	2
Laje			
CAPÃO	Região remota	0	3
ENGENHEIRO PONTES	Região remota	44	8
Laje	Sede do município	291	56
PONTE JEQUIRIÇÁ	Zona de fronteira	47	9
CRUZEIRO	Zona de Fronteira	2	3
RIBEIRÃO	Zona de fronteira	0	1
CAMPO DA MARCULINA	Zona de fronteira	24	8
PONTE DE FERRO	Zona de fronteira	0	1
ARCO-ÍRIS	Zona de fronteira	0	3
CORTA MÃO	Zona de fronteira	0	1
Madre de Deus			
Madre de Deus	Sede do município	2696	79
ILHA MARIA GUARDA	Zona de fronteira	6	3
Maragogipe			
COQUEIROS	Região remota	234	10
GUAPIRA	Região remota	0	1
Maragogipe	Sede do município	1400	109
NAGE	Região remota	219	11
SÃO ROQUE DO PARAGUACU	Região remota	232	25
ENSEADA	Zona de fronteira	61	6
PONTA DE SOUZA	Zona de fronteira	0	4
SERRARIA DE CIMA	Zona de fronteira	0	1
SANTO ANTÔNIO DA ALDEIA	Zona de fronteira	0	1
PIEDADE	Zona de fronteira	0	1
BATATAN	Zona de fronteira	0	1
CAPANEMA	Zona de fronteira	12	4
Muritiba			
ITAPORA	Região remota	182	11
Muritiba	Sede do município	1918	90
GRAVATA	Zona de fronteira	0	1
BOM JARDIM	Zona de fronteira	0	1
CAATINGA SECA	Zona de fronteira	0	1
CARRO QUEBRADO	Zona de Fronteira	0	1
PAU FERRO	Zona de fronteira	0	2
LARANJEIRAS	Zona de fronteira	0	1
POSTO SANCA	Zona de fronteira	1	4
PERNAMBUCO	Zona de fronteira	0	1
TABULEIRO	Zona de fronteira	0	4
GRAVATA DE SÃO ROQUE	Zona de fronteira	0	1
Nilo Peçanha			

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Nilo Peçanha	Sede do Município	158	23
BARRA DOS CARVALHOS	Zona de Fronteira	22	6
BARROQUINHA	Zona de fronteira	0	1
BOITACARA	Zona de fronteira	0	1
ITIUCA	Zona de fronteira	15	4
JATIMANE	Zona de fronteira	1	2
SÃO BENEDITO	Região remota	27	8
SÃO FRANCISCO	Zona de fronteira	86	7
Piraí do Norte			
Piraí do Norte	Sede do município	120	38
MINEIRO	Zona de fronteira	0	1
MASSARANDUBA	Zona de fronteira	0	1
TARARANGA	Zona de fronteira	0	1
Presidente Tancredo Neves			
MOENDA	Zona de fronteira	28	8
Presidente Tancredo Neves	Sede do município	316	77
CORTE DE PEDRAS	Zona de fronteira	99	10
TABULEIRO DE ITABAIANA	Zona de fronteira	0	1
ABIA	Zona de F fronteira	0	1
UMBAUBA	Zona de fronteira	0	1
PELOURINHO	Zona de fronteira	0	1
Santo Amaro			
CAMPINHOS	Região remota	147	6
Santo Amaro	Sede do município	4443	153
ACUPE	Região remota	393	22
ITAPEMA	Zona de fronteira	6	2
PEDRAS	Zona de fronteira	94	6
SÃO BRAZ	Zona de fronteira	89	8
CANOAS	Zona de fronteira	11	6
TANQUE SENZALA	Zona de fronteira	24	6
TABULEIRO	Zona de fronteira	0	3
CAMAÇARI	Zona de fronteira	0	2
LAMA BRANCA	Zona de fronteira	0	1
NOVA CONQUISTA	Zona de fronteira	0	1
PITANGA	Zona de fronteira	0	1
LUGAR 25	Zona de fronteira	0	1
BANGALA	Zona de fronteira	0	1
CEPEL	Zona de fronteira	0	1
SANTA CATARINA II	Zona de fronteira	6	3
VILA SAO FRANCISCO	Zona de fronteira	0	2
ASSENTAMENTO CINCO DE MAIO	Zona de fronteira	0	2
PONTO DO CARVÃO	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO ELDORADO	Zona de fronteira	0	1
VITÓRIA	Zona de fronteira	0	1
RUA NOVA	Zona de fronteira	0	1

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
SETE DE DEZEMBRO	Zona de fronteira	0	2
SEGUNDA INVASÃO DO CAMPO	Zona de fronteira	0	1
MORINGUE	Zona de fronteira	0	1
São Felipe			
CARAIPE	Região remota	0	3
São Felipe	Sede do município	487	73
BOM GOSTO	Zona de fronteira	0	1
SAPEZINHO DO BOM GOSTO	Zona de fronteira	0	1
BARLAVENTO	Zona de fronteira	0	2
CHAVES	Zona de fronteira	0	2
BARRAGEM	Zona de fronteira	0	1
TERRÃO	Zona de fronteira	0	1
TERR ÃOII	Zona de fronteira	0	1
São Félix			
São Félix	Sede do município	695	51
OUTEIRO REDONDO	Regiao reemota	0	1
BOA VISTA	Zona de fronteira	0	1
CAANGA	Zona de fronteira	5	4
Sao Francisco do Conde			
MONTE RECÔNCAVO	Regiao remota	242	7
São Francisco do Conde	Sede do município	2190	71
SOCORRO	Zona de fronteira	55	6
CAMPINAS	Zona de fronteira	12	6
PARAMIRIM	Zona de fronteira	308	6
SANTO ESTEVÃO	Zona de fronteira	92	7
CAIPE	Zona de fronteira	384	12
ENGENHO DE BAIXO	Zona de fronteira	172	5
MURIBECA	Zona de fronteira	58	8
JABEQUARA DE AREIA	Zona de fronteira	69	5
PONTA DO COCO	Zona de fronteira	3	2
MACACOS	Zona de fronteira	0	1
ILHA DAS FONTES	Zona de fronteira	0	1
São Miguel das Matas			
São Miguel das Matas	Sede do município	147	41
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Zona de fronteira	0	1
São Sebastião do Passé			
CINCO RIOS	Região remota	75	6
JACUIPE	Região remota	203	8
LAMARAO DO PASSE	Região remota	171	10
São Sebastião do Passé	Sede do município	3058	109
BANCO DE AREIA	Zona de fronteira	112	9
GEARI	Zona de fronteira	14	7
KM 70	Zona de fronteira	0	1
AGUA PRETA	Zona de fronteira	0	1
JACARE	Zona de fronteira	0	2

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
BARBADO	Zona de fronteira	0	1
BOA UNIÃO	Zona de fronteira	0	1
BREJO GRANDE	Zona de fronteira	6	8
PALMEIRA	Zona de fronteira	0	3
SANTO ANDRÉ	Zona de fronteira	0	2
PAPUSSU	Zona de fronteira	0	1
TRÊS ABRIL	Zona de fronteira	0	1
CAPIVARA	Zona de fronteira	0	1
PONTO DA SEREIA	Zona de fronteira	0	1
SÃO DOMINGOS	Zona de fronteira	0	1
CURRALINHO	Zona de fronteira	0	1
QUIBACA	Zona de fronteira	0	1
LARANJEIRAS	Zona de fronteira	0	1
Saubara			
Saubara	Sede do município	612	22
BOM JESUS DOS POBRES	Zona de fronteira	148	10
CABUÇU	Zona de fronteira	268	15
Sebastiao Laranjeiras			
MANDIROBA	Região remota	40	9
Sebastiao Laranjeiras	Sede do município	205	20
MATO GROSSO	Zona de fronteira	0	1
NÚCLEO 3	Zona de fronteira	12	8
LAGOA DO BOQUEIRÃO	Zona de fronteira	0	1
LAGOINHAS	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO DE BARREIRAS	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO FAZENDA NOVA	Zona de fronteira	0	1
PIRANHAS	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO JANAINA	Zona de fronteira	0	1
Taperoa			
CAMURUGI	Região remota	9	2
Taperoá	Sede do município	503	60
GRACIOSA	Zona de fronteira	2	2
ITIUBA	Zona de fronteira	0	1
JACARÉ	Zona de fronteira	0	1
JORDÃO	Zona de fronteira	0	1
AREINHA	Zona de fronteira	0	1
MURITIBA	Zona de fronteira	6	7
LAMEGO DE BAIXO	Zona de fronteira	0	1
AREAL	Zona de fronteira	0	1
Teolândia			
Teolândia	Sede do município	187	40
BURIETA	Zona de fronteira	16	13
NOVOLANDIA	Zona de fronteira	6	3
PRATA	Zona de fronteira	0	2

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
POVOADO DO KM 85	Zona de fronteira	0	2
ALTO ALEGRE	Zona de fronteira	0	1
Valença			
SERRA GRANDE	Região Remota	53	7
VALENÇA	Sede do município	4649	301
ENTRONCAMENTO VALENÇA	Zona de fronteira	0	2
GUAIBIM	Região remota	167	28
BONFIM	Zona de fronteira	0	1
SARAPUI	Zona de fronteira	0	1
OROBO	Zona de fronteira	0	1
DERRADEIRO	Zona de fronteira	0	1
TABOADO	Zona de fronteira	0	1
VÁRZEA	Zona de fronteira	0	1
BOCA DA MATA	Zona de fronteira	85	12
VILA BOA ESPERANÇA	Zona de fronteira	0	1
TARIMBA	Zona de fronteira	1	3
TABOADO DE BAIXO	Zona de fronteira	0	1
QUILOMBO	Zona de fronteira	0	2
CAPELA DE SANTANA	Zona de fronteira	0	1
Wenceslau Guimarães			
WENCESLAU GUIMARÃES	Sede do Município	193	62
COCAO	Zona de fronteira	46	6
INDAIÁ	Zona de fronteira	0	2
RANCHO ALEGRE	Zona de fronteira	0	1
RIO PRETO	Zona de fronteira	5	9
WENCESLÂNDIA	Zona de fronteira	0	2
ESPERANÇA	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO FÁBIO HENRIQUE	Zona de fronteira	0	1
NOVO HORIZONTE	Zona de fronteira	0	1
ALTO DO PAULO BISPO	Zona de fronteira	0	1
SAO LOURENÇO	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO OZIEL	Zona de fronteira	0	1
VILA TANCREDO NEVES	Zona de fronteira	0	1
SARILÂNDIA	Zona de fronteira	0	1
ASSENTAMENTO BOA SORTE	Zona de fronteira	0	1
P A CHICO MENDES	Zona de fronteira	0	1

Fonte: Anatel[31]

[31] Disponível em <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/Localidade/Lista/frmConsulta.asp?optTipoConsulta=2&SISQSModulo=17509&SiglaUF=BA&codMunicipio=2913606&codLocalidade=&indFaixa=0&idtTipoLocalidade=&periodoReferencia=01/05/2011> Acesso em maio de 2014

Segundo informações, a maioria dos terminais disponíveis nos municípios estudados está capacitado a fazer chamadas públicas de emergência, para o disque denúncia, Secretaria dos Direitos Humanos, além de centro de intermediação para deficientes auditivos.

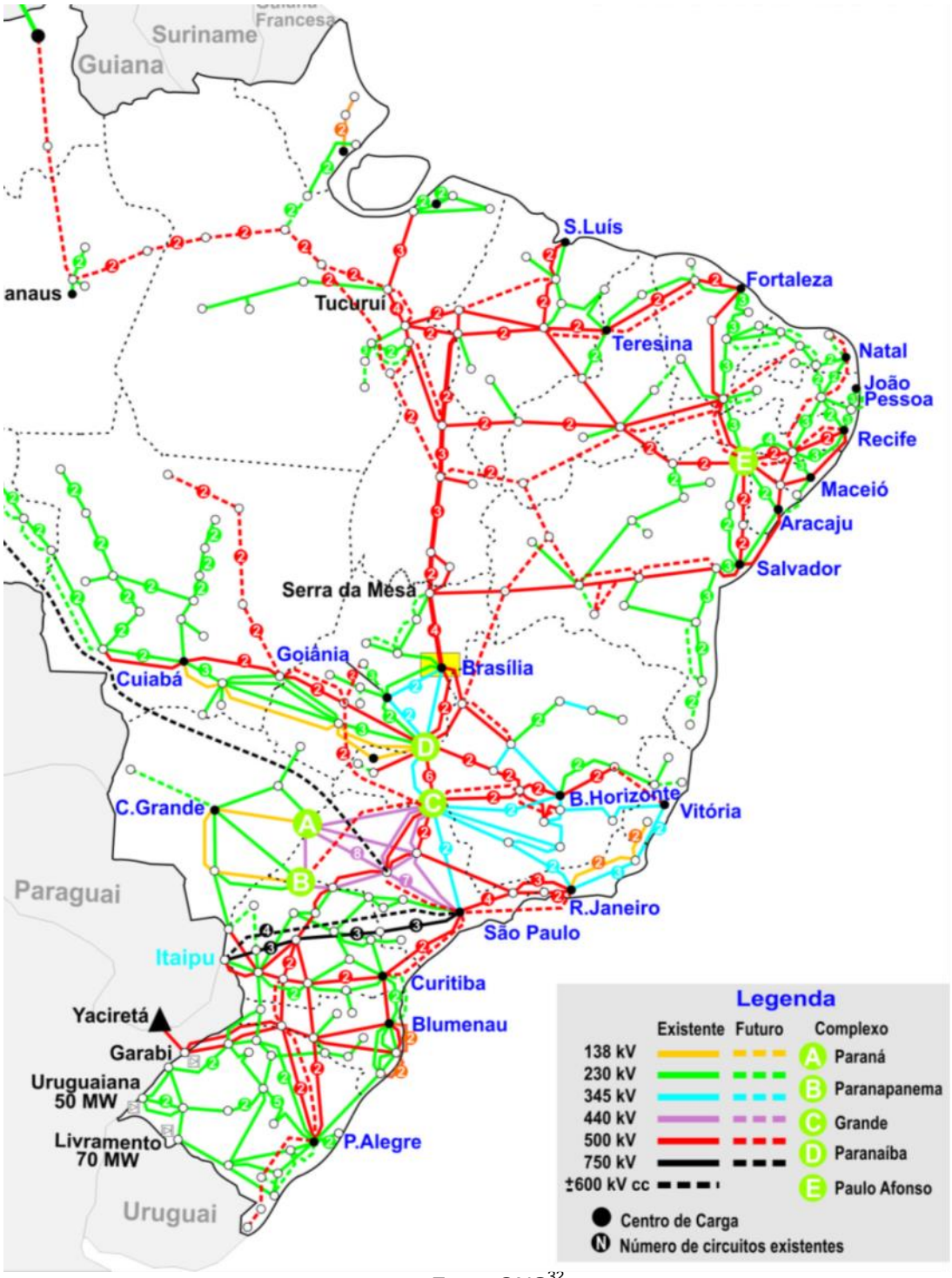
Sinais de TV por assinatura estão acessíveis em toda a área de influência direta e são visíveis as antenas de UHF, VHS e de TV digital por assinatura com a empresa SKY, o que permite o acesso à informação nos municípios estudados. A circulação de jornais e revistas é limitada,estando praticamente restrita a alguns pontos das sedes municipais, mas existe uma ampla rede de comunicação via Internet, com blogs e sitescom informativos que permitem a integração da população aos cenários local e nacional.

2.1.15. Caracterização Dos Sistemas De Transmissão E Distribuição De Energia Elétrica

A coordenação e controle da produção e transmissão de energia é atribuição do "Operador Nacional do Sistema Elétrico" (ONS), que é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A energia consumida no estado da Bahia é produzida nas usinas dos Complexos Hidroelétricos de Paulo Afonso, de Sobradinho, Itaparica e de Pedra do Cavalo, situada nos municípios de Cachoeira e São Félix. A Bahia conta também com diversas usinas termoelétricas. Na ADA e AID está instalado o Complexo das Usinas Termoelétricas de Camaçari (I a IV) (Celso Furtado; Global I e II e Rômulo Almeida).

O estado conta ainda com parques eólicos instalados na região da Chapada, em Caetité, Brotas de Macaúbas, Seabra, Sento Sé, Morro do Chapéu e Campo Formoso, com eólicas como São Pedro do Lago, Pedra Branca e Sete Gameleiras, com 90 Mw. Esta estrutura ainda não foi totalmente interligada ao resto do sistema nacional, por falta de linhas de transmissão. O estado da Bahia está interligado ao resto do país por meio do sistema SIN – Sistema Interligado Nacional, mas apenas ocasionalmente se torna necessário um remanejamento através do SIN.



Fonte:ONS[32]

Figura 19 – Linhas de Transmissão, horizonte 2014

[32]ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em < http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/> Acesso em março de 2013.

Para 2014, está prevista a instalação de duas linhas de 500KV interligando a Região Metropolitana de Salvador às regiões sul, sudoeste e noroeste do estado.



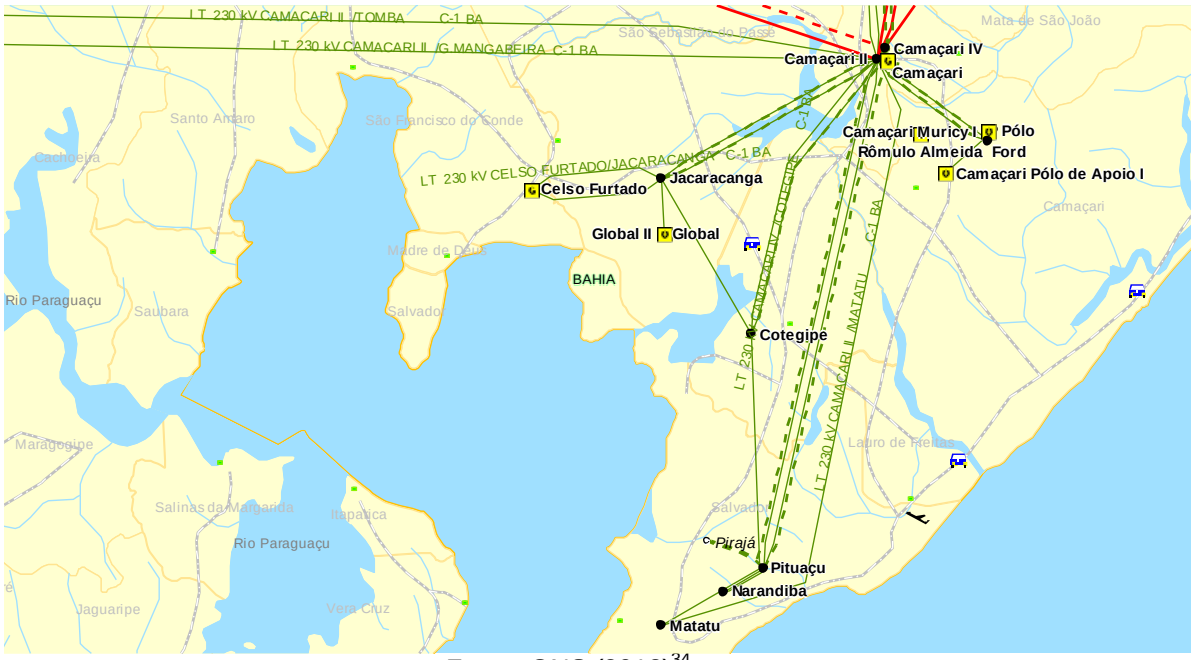
Fonte: ONS (2013)[33].

Figura 20 – Esquema das Linhas de Transmissão de Energia do Entorno da Baía de Todos os Santos

A energia na região de Salvador e do entorno da BTS é transmitida através das seguintes linhas:

- LT 500KV Camaçari IV/ Sapeaçu C-1 Ba;
- LT 500KV Camaçari II/Sapeaçu C-1 Ba;
- LT 500 KV Ibicoara/C C-1 e C-2 Ba;
- LT 500KV Morro do Chapéu II/Sapeaçu C-1 Ba;
- LT 230 KV Camaçari II/ Governador Mangabeira C-1 Ba;
- LT 230 KV Pedra do Cavalo/Governador Mangabeira C-1 Ba;
- LT 230KV – Sapeaçu/Santo Antônio de Jesus C-1 e C-2 Ba;
- LT 230KV Sapeaçu/Funil C-1 BA; LT 230KV – Governador Mangabeira Sapeaçu C-1, C-2 e C3 Ba;
- LT 230 KV Tomba/G. Mangabeira C-1 Ba;
- LT 230 KV Camaçari/Tomba C-1 Ba;
- LT 230KV Camaçari/G. Mangabeira C-1 Ba;
- LT230 KV Catu/ G. MangabeiraC-1 Ba;
- LT 230 KV Cotegipe/Matatu C-1 Ba;
- LT 230 KV Camaçari II/Matatu C-1 Ba e;
- LT 230 KV Camaçari/Pituaçu C-1 e C-2.

[33] ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em < http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/> Acesso em outubro de 2012



Fonte: ONS (2013)[34].

Figura 21 – Esquema das Linhas de Transmissão de Energia do Entorno de Salvador

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS apresenta a relação de linhas de transmissão planejadas para o país, para os anos de 2014, 2015 e 2016. Para 2014, está prevista a instalação de 15 LT de 230KV na Bahia. Em 2015 serão 16 LT de 230Kv e, em 2016, serão 18, sendo cinco de 230 KV e 13 de 500Kv, indicando que até 2016 todas as eólicas estarão integradas ao SIM.

[34] ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em < http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/> Acesso em outubro de 2012

Quadro 33– Estimativas de linhas de transmissão da rede básica 2014, 2015 e 2016

Linhas de Transmissão – Rede Básica – Planejado 2014	Linhas de Transmissão – Rede Básica – Planejado 2015	Linhas de Transmissão – Rede Básica – Planejado 2016
LT 230 kV B.J.LAPA II /IGAPORÁ II C-1 BA: 115 km	LT 230 kV CAMAÇARI IV /PIRAJÁ C-1 BA: 45 km	LT 230 kV BARREIRAS /BARREIRAS II C-1 BA: 2.5 km
LT 230 kV BRUMADO II /POÇÕES II C-1 BA: 0.5 km	LT 230 kV EUNÁPOLIS /T. FREITAS II C-1 BA: 152 km	LT 230 kV BARREIRAS /RIO GRANDE II C-1 BA: 108.5 km
LT 230 kV CAMAÇARI II /G.MANGABEIRA C-2 BA: 1 km	LT 230 kV EUNÁPOLIS /T. FREITAS II C-2 BA: 152 km	LT 230 kV BARREIRAS II /B.JESUSLAPA C-1 BA: 2.5 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /COTEGIPE C-1 BA: 0.55 km	LT 230 kV FUNIL /ITAPEBI SE C-3 BA: 198.7 km	LT 230 kV BARREIRAS II /RIO GRANDE II C-1 BA: 120.5 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /JACARACANGA C-1 BA: 0.68 km	LT 230 kV GARANHUNS II /P.AFONSO III C-1 PE/BA: 0.7 km	LT 230 kV JUAZEIRO II /JUAZEIRO III C-1 BA: 1 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /JACARACANGA C-2 BA: 0.68 km	LT 230 kV GARANHUNS II /P.AFONSO III C-2 PE/BA: 0.7 km	LT 500 kV B.J.LAPA II /IBICOARA C-2 BA: 232 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /PITUAÇU C-1 BA: 0.5 km	LT 230 kV GARANHUNS II /P.AFONSO III C-3 PE/BA: 0.7 km	LT 500 kV B.J.LAPA II /IGAPORÃ III C-2 BA: 39 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /POLO C-1 BA: 0.3 km	LT 230 kV IGAPORÃ II /IGAPORA III C-1 BA: 2 km	LT 500 kV BARREIRAS II /B.J.LAPA II C-1 BA: 221 km
LT 230 kV CAMAÇARI IV /POLO C-2 BA: 0.3 km	LT 230 kV IGAPORÃ II /IGAPORÃ III C-2 BA: 2 km	LT 500 kV BARREIRAS II /GILBUÉS II C-1 BA/PI: 289 km
LT 230 kV CATU / CAMAÇARI IV C-1 BA: 1.5 km	LT 230 kV IGAPORÃ III /PINDAÍ II C-1 BA: 46 km	LT 500 kV BARREIRAS II /RIO DAS ÉGUAS C-1 BA: 244 km
LT 230 kV CATU / CAMAÇARI IV C-2 BA: 1.5 km	LT 230 kV IRECÊ/MORRO CHAPÉU2 C-1 BA: 65 km	LT 500 kV BOA VISTA /EQUADOR C-1 RR: 315.2 km
LT 230 kV FUNIL /POÇÕES II C-1 BA: 117 km	LT 230 kV PIRAJÁ /PITUAÇU C-1 BA: 5 km	LT 500 kV BOA VISTA /EQUADOR C-2 RR: 315.2 km
LT 230 kV ITAGIBÁ/POÇÕES II C-1 BA: 0.5 km	LT 230 kV SAPEAÇU /STO.A.JESUS C-3 BA: 31 km	LT 500 kV IBICOARA /IGAPORÃ III C-2 BA: 39 km
LT 230 kV P.AFONSO III /TACARATU C-1 BA/PE: 10 km	LT 500 kV B.J.LAPA II /IGAPORA III C-1 BA: 39 km	LT 500 kV IBICOARA /SAPEAÇU C-2 BA: 254 km
LT 230 kV TOMBA /G.MANGABEIRA C-2 BA: 1.055 km	LT 500 kV IBICOARA /IGAPORÃ III C-1 BA: 39 km	LT 500 kV JUAZEIRO III /U.SOBRADINHO C-1 BA: 1 km
	LT 230 kV CAMAÇARI IV /PIRAJÁ C-1 BA: 45 km	LT 500 kV JUAZEIRO III /US.L.GONZAGA C-1 BA/PE: 1 km
		LT 500 kVLUZIÂNIA /RIO DAS ÉGUAS C-1 GO/BA: 373 km
		LT 500 kV MORRO CHAPÉU2/SAPEAÇU C-1 BA: 280 km

Fonte:ONS[35]

Nos municípios da ADA, AID e AIII, a distribuição da energia é responsabilidade da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia-COELBA, empresa do grupo Neoenergia. Segundo a COELBA, o consumo de energia no estado vem crescendo

[35] Disponível em <http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/> Acesso:março 2014.

nos últimos anos devido ao aumento do poder aquisitivo da população, do nível da atividade econômica e da expansão do sistema elétrico, principalmente em função do programa de eletrificação rural.

Os municípios da AII apresentavam uma infraestrutura de fornecimento de energia elétrica muito heterogênea e deficitária em 1991. A menor proporção de consumidores de energia elétrica estava em Piraí do Norte, onde somente 21,80% da população era atendida pelo serviço. Em Presidente Tancredo Neves, o número de consumidores não ultrapassava 25,34%.

Quadro 34–Porcentagem de consumidores de energia elétrica em 2010

% da população em domicílios com energia elétrica	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	44,28	84,16	98,98
Cachoeira	80,15	86,02	99,29
Cairu	71,16	93,77	98,45
Camaçari	94,51	97,98	99,81
Camamu	46,21	58,96	83,82
Candeias	93,08	96,96	99,63
Cruz das Almas	83,51	96,49	99,85
Dias d´Ávila	96,51	98,57	99,41
Gandu	84,49	89,45	98,35
Governador Mangabeira	78,34	96,81	99,68
Ibirapitanga	75,05	73,92	91,80
Igrapiúna	40,15	45,41	78,39
Ituberá	62,06	70,57	93,94
Laje	45,67	65,17	97,64
Madre de Deus	93,31	99,78	99,76
Maragogipe	62,89	75,82	97,89
Muritiba	86,70	96,32	99,87
Nilo Peçanha	54,68	64,45	85,58
Piraí do Norte	21,80	49,57	85,06
Presidente Tancredo Neves	25,34	49,48	93,03
Santo Amaro	90,66	95,88	98,58
São Felipe	52,31	76,18	98,60
São Félix	38,68	91,98	99,35
São Francisco do Conde	83,86	93,78	98,98
São Miguel das Matas	45,86	72,30	96,73
São Sebastião do Passé	89,90	94,46	98,88
Saubara	98,25	99,11	98,18
SebastiãoLaranjeiras	42,21	76,67	94,48
Taperoá	45,79	56,55	79,42
Teolândia	28,78	50,93	80,98
Valença	69,37	78,06	94,15
Wenceslau Guimarães	42,94	59,68	90,23

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Ao mesmo tempo, Santo Amaro, Dias d`Ávila, Camaçari, Candeias e Saubaraapresentavam índices superiores a 90%. Em média, apenas 64,64% dos consumidores eram atendidos pela rede. Essa grande diferença no numero de domicilios atendidos por energia eletrica nos município pode ser observado pelo valor elevado do desvio padrão, apresentado no quadro a seguir

Em 2010, essa situação apresentou uma melhora muito expressiva em todos os municípios da AII, que atingiram uma média de atendimento de 94,64%. A dispersão em torno da média também reduziu nas últimas décadas, significando que a disparidade entre os municípios que existia em 1991 foi reduzida significativamente.

Quadro 35 – Porcentagens de consumidores de energia elétrica em 2010 (Estatísticas)

	Pop 1991	Pop 2000	Pop 2010
Média (%)	64,64	79,22	94,64
Mediana (%)	66,1300	81,1100	98,2650
Modo	21,80[a]	45,41[a]	98,98
Desvio padrão	23,54645	17,63366	6,67203
Mínimo (%)	21,80	45,41	78,39
Máximo (%)	98,25	99,78	99,87

Nota: (a) Ha vários modos, o menor valor é mostrado.

De fato, a pior situação em termos de consumidores, em 2010, foi registrada em Igrapiúna, onde 78,39% eram atendidos pelo serviço.

No período 2000 e 2010, o aumento na taxa de consumidores apresentou uma aceleração maior do que na década anterior. Esse resultado pode ser atribuído, em parte, à implantação da eletrificação rural do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal.



Figura 22 – Programa Luz Para Todos – Ilha de Itaparica – Cacha Prego, 2013

2.2. Área de Influência Direta (AID), Área Diretamente Afetada (ADA) e Área do Entorno do Empreendimento (AEE)

2.2.1. Introdução

A Área Diretamente Afetada – ADA compreende o território dos municípios onde se insere o traçado da rodovia, quais sejam Salvador, Itaparica e Vera Cruz. A Área de Influência Direta é definida como os municípios de entorno e adjacências do sistema vário suportado pela nova infra-estrutura, abrangendo 13 municípios dos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, do Recôncavo e do Baixo Sul, compreendendo: Lauro de Freitas, Simões Filho, Salinas da Margarida, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Aratuípe, Jaguaripe, Muniz Ferreira, Nazaré das Farinhas, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Varzedo.

O estudo dos aspectos sócio econômicos também procurou enfocar, numa abordagem mais etnográfica, as principais localidades da Área do Entorno do Empreendimento (AEE) com o objetivo de descrever múltiplos aspectos referentes à vida social da comunidade, apreendidos a partir da observação e uso de técnicas voltadas para uma abordagem qualitativa de estudo do fenômeno. O critério para escolha dessas localidades foi a proximidade com a poligonal do empreendimento, com as vias de circulação caudatórias da malha viária e a vulnerabilidade das comunidades. Foram identificadas e caracterizadas pequenas comunidades costeiras e ribeirinhas no entorno do empreendimento, onde a população desenvolve atividades artesanais de pesca e mariscagem.

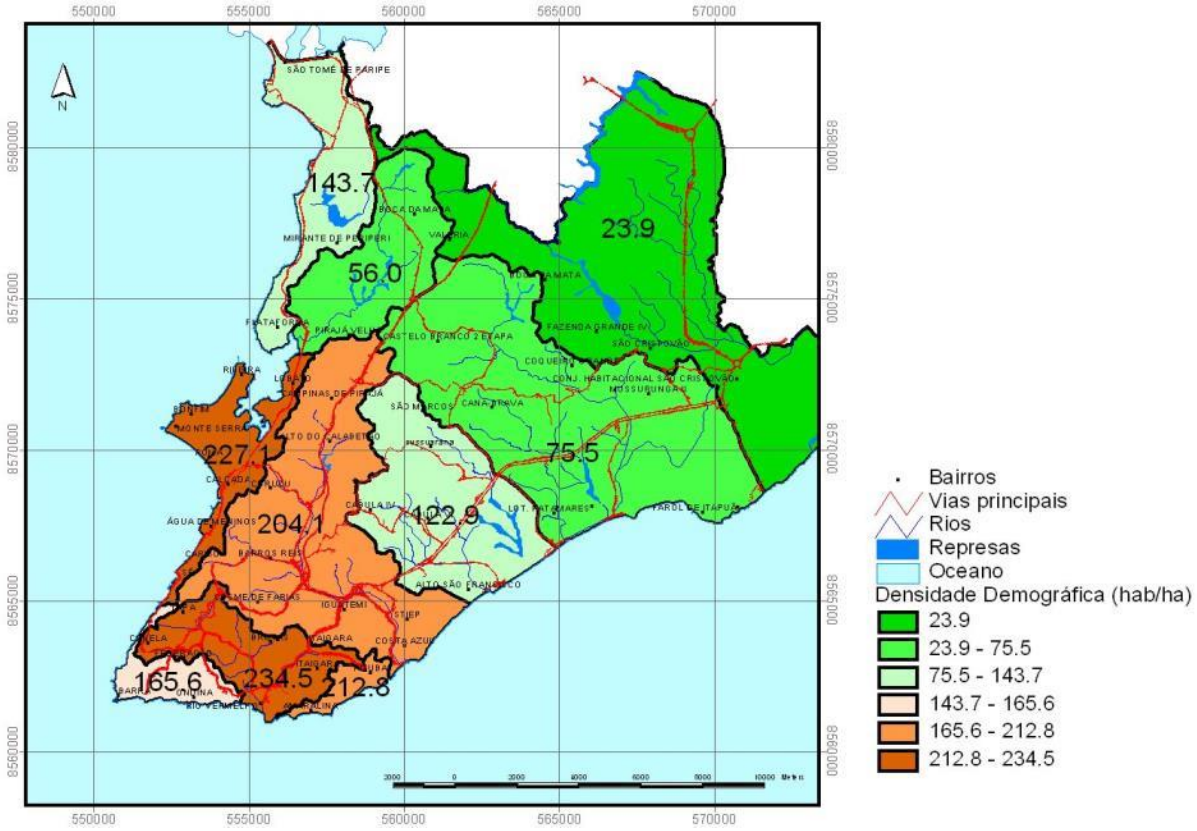
2.2.2. Metodologia

Para realização deste diagnóstico, foram identificadas e entrevistadas as principais lideranças locais, nos diversos âmbitos de atuação (político, institucional, cultural, religioso, educacional, entre outros), com o objetivo de obter dados relativos às organizações sociais existentes na área e estabelecer um clima de receptividade à abordagem da população. Esperava-se também que os contatos iniciais indicassem novos nomes que pudessem fornecer dados importantes (conceito de amostra por “bola de neve”, onde os próprios entrevistados sugerem outros nomes para serem ouvidos).

As entrevistas visaram à compreensão da natureza das organizações, seu funcionamento e rede de relações que estabelecem com outros segmentos. Ao mesmo tempo, foi realizado um *survey* com uma amostra significativa da população, envolvendo avaliações da infraestrutura local, condições de vida, saúde, habitação, segurança, expectativas e posicionamentos em relação à construção da ponte. Esse levantamento, apesar de extenso, não empregou uma amostra aleatória probabilística. Seu resultado, contudo apresenta um grau elevado de confiabilidade, garantido pela Teoria da Saturação, provas estatísticas (desvio padrão) e pelo cruzamento das informações obtidas com dados do censo, das entrevistas e dos grupos informais de discussão. Foram aplicados 1.200 questionários, realizados 9 grupos de discussão e 38 entrevistas bastante abrangentes com lideranças e elementos da população, emáreas de fluxo de forma a cobrir municípios da AEE, ADA e AID. O levantamento contou ainda com informações colhidas em campo, mediante a técnica de observação de campo.

2.2.3. Dinâmica Populacional

Demografia é a ciência que estuda e mede as populações humanas, em seus conjuntos e variações ao longo do tempo, ou seja, sua dinâmica. O campo de atuação da demografia envolve também outras ciências, que possibilitam a ampliação do escopo de análise, para abranger não apenas o caráter numérico, também os possíveis fenômenos que interferem nas variáveis demográficas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Figura 23 – Distribuição da população em Salvador

2.2.3.1. Apresentação de dados de demografia, nível de renda, escolaridade, população economicamente ativa

A. Pirâmide etária, distribuição e mapeamento da população

A ADA concentra mais da metade do total da população que será de certo modo afetada pelo empreendimento. Somente em Salvador residem mais de 2.675.656 habitantes, o que representa aproximadamente 82,67% da população da ADA e da AID.

Quadro 36– Evolução da população residente na ADA e AID por situação do domicílio

Área de Influência	Município	Situação de Domicílio	1980	1991	2000	2010
ADA	**Salvador**	**Total**	1.502.013	2.075.273	2.443.107	2.675.656
		Urbana	1.499.613	2.073.510	2.442.102	2.674.923
		%	99,84	99,92	99,96	99,97
		Rural	2.400	1.763	1.005	733
		%	0,16	0,08	0,04	0,03
	Itaparica	Total	10.877	15.055	18.945	20.725
		Urbana	10.346	15.055	18.945	20.725
		%	95,12	100	100	100
		Rural	531	-	-	-
		%	4,88	-	-	-
	Vera Cruz	Total	13.749	22.136	29.750	37.567
		Urbana	12.053	20.308	27.872	35.244
		%	87,66	91,74	93,69	93,82
		Rural	1.696	1.828	1.878	2.323
		%	12,34	8,26	6,31	6,18
AID	**Lauro de Freitas**	**Total**	**35.431**	**69.270**	**113.543**	**163.449**
		Urbana	23.405	44.374	108.385	163.449
		%	66,06	64,06	95,46	100
		Rural	12.026	24.896	5.158	-
		%	33,94	35,94	4,54	-
	Simões Filho	**Total**	**43.571**	**72.526**	**94.066**	**118.047**
		Urbana	25.573	44.419	76.905	105.811
		%	58,69	61,25	81,76	89,63
		Rural	17.998	28.107	17.161	12.236
		%	41,31	38,75	18,24	10,37
	Salinas da Margarida	**Total**	**7.765**	**8.891**	**10.377**	**13.456**
		Urbana	3.384	3.902	4.611	5.960
		%	43,58	43,89	44,43	44,29
		Rural	4.381	4.989	5.766	7.496
		%	56,42	56,11	55,57	55,71
	Castro Alves	**Total**	**50.547**	**26.773**	**25.561**	**25.408**
		Urbana	13.408	13.187	14.647	15.686
		%	26,53	49,25	57,3	61,74
		Rural	37.139	13.586	10.914	9.722
		%	73,47	50,75	42,7	38,26
	Conceição do Almeida	**Total**	**18.407**	**18.542**	**18.912**	**17.889**
		Urbana	6.408	7.659	8.318	7.926
		%	34,81	41,31	43,98	44,31
		Rural	11.999	10.883	10.594	9.963
		%	65,19	58,69	56,02	55,69
	Dom Macedo Costa	**Total**	**5.473**	**3.904**	**3.748**	**3.874**
		Urbana	580	853	1.297	1.761
		%	10,6	21,85	34,61	45,46
		Rural	4.893	3.051	2.451	2.113

		%	89,4	78,15	65,39	54,54
	Aratuípe	**Total**	**7.471**	**7.811**	**8.381**	**8.599**
		Urbana	3.310	3.738	4.787	5.513
		%	44,3	47,86	57,12	64,11
		Rural	4.161	4.073	3.594	3.086
		%	55,7	52,14	42,88	35,89
	Jaguaripe	**Total**	**10.874**	**13.840**	**13.422**	**16.467**
		Urbana	2.842	3.943	4.632	5.298
		%	26,14	28,49	34,51	32,17
		Rural	8.032	9.897	8.790	11.169
		%	73,86	71,51	65,49	67,83
	Muniz Ferreira	**Total**	**6.049**	**6.280**	**6.941**	**7.317**
		Urbana	1.796	2.524	3.301	3.394
		%	29,69	40,19	47,56	46,39
		Rural	4.253	3.756	3.640	3.923
		%	70,31	59,81	52,44	53,61
	Nazaré das Farinhas	**Total**	**23.596**	**25.954**	**26.365**	**27.274**
		Urbana	18.032	20.491	23.011	22.864
		%	76,42	78,95	87,28	83,83
		Rural	5.564	5.463	3.354	4.410
		%	23,58	21,05	12,72	16,17
	Santo Antônio de Jesus	**Total**	**51.582**	**64.331**	**77.368**	**90.985**
		Urbana	34.628	52.855	66.245	79.299
		%	67,13	82,16	85,62	87,16
		Rural	16.954	11.476	11.123	11.686
		%	32,87	17,84	14,38	12,84
	Sapeaçu	**Total**	**12.937**	**15.192**	**16.450**	**16.585**
		Urbana	4.491	6.347	7.524	8.084
		%	34,71	41,78	45,74	48,74
		Rural	8.446	8.845	8.926	8.501
		%	65,29	58,22	54,26	51,26
	Varzedo	**Total**	**-**	**8.662**	**8.673**	**9.109**
		Urbana	-	1.704	2.627	3.364
		%	-	19,67	30,29	36,93
		Rural	-	6.958	6.046	5.745
		%	-	80,33	69,71	63,07

1980 dados da Amostra
Fonte: IBGE Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. IBGE Cidades.

B. Pirâmide Etária – Área Diretamente Afetada – ADA

Salvador

A representação gráfica da estrutura etária de Salvador apresenta uma base estreita e um topo afilado, indicando uma expectativa de vida média de 75,1 anos, três anos a mais do que a da média estadual que é 72,0 anos. A pirâmide também apresenta

alguma assimetria, apontando a predominância da população feminina em várias faixas de idade.

Nas últimas duas décadas, a esperança de vida ao nascer aumentou, segundo o PNUD, em 9,4 anos no município de Salvador.

Segundo o Atlas do PNUD 2013[36], a mortalidade infantil[37] (entre crianças com menos de um ano) caiu 58% no município, atingindo 14,9‰ nascidos vivos em 2010, o que situa o município dentro dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas.

Quadro 37– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Salvador

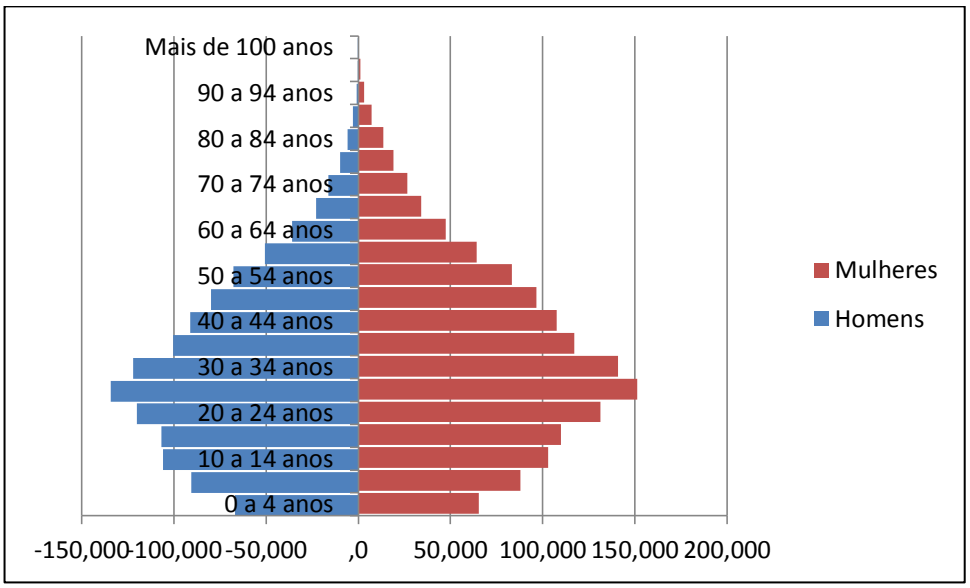
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,7	69,6	75,1
Mortalidade infantil (em ‰)	46,4	36,4	14,9
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	59,9	45,9	12,0
Taxa de fecundidade total	2,1	1,7	1,5
Razão de dependência (em %)	59,40	44,28	36,61
Taxa de envelhecimento (em %)	3,57	4,56	6,14

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A razão de dependência, como foi apresentada anteriormente na análise da população economicamente ativa e ocupada, procura indicar a proporção da população inativa em relação à população econômica ativa, para verificar o grau de dependência da primeira em função da segunda. Valores altos significam que a população produtiva tem o encargo de sustentar uma grande população dependente. Contudo, este indicador que serve para análises econômicas relativas à previdência social precisa ser utilizado com certa reserva no estudo das situações econômicas das famílias, pois nos últimos anos está ocorrendo, nas pequenas comunidades rurais, um fenômeno novo, com a renda dos aposentados constituindo a maior parte das rendas familiares, praticamente invertendo a situação de dependência.

[36] Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/salvador_ba> Acesso em 21/03/2014.
[37] Mortalidade de crianças com menos de um ano.

A taxa de envelhecimento de Salvador e demais municípios da ADA vem aumentando nas últimas décadas, o que significa uma aceleração do processo de transição demográfica.

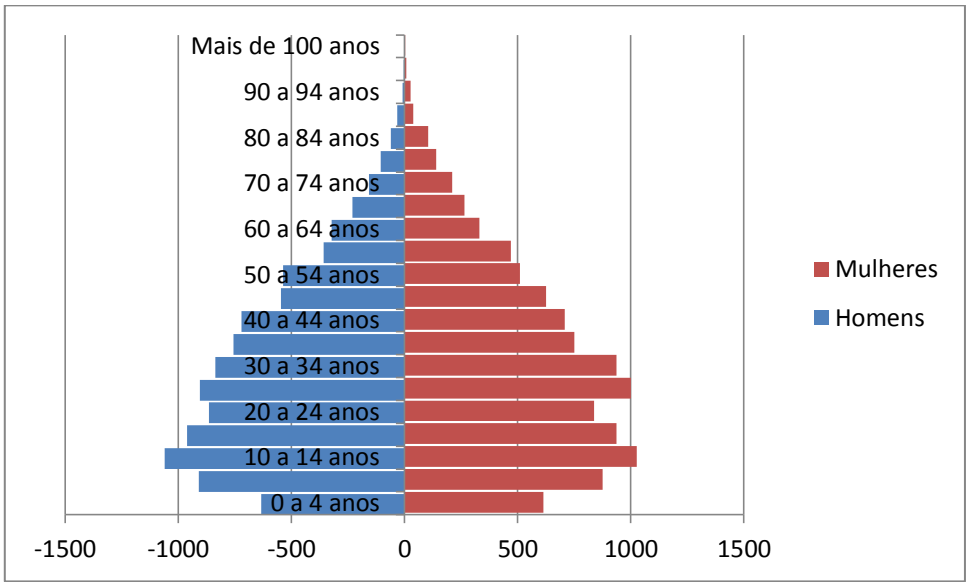


Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 24 – Salvador – Pirâmide Etária

Itaparica

A estrutura etária de Itaparica apresentou uma significativa melhora nas últimas duas décadas. Em 1991, mostrava-se com um perfil clássico de países subdesenvolvidos, com uma representação gráfica de base larga e topo achatado. Atualmente, o município possui uma representação gráfica de base estreita e topo afinado, aproximando-se do formato Urna, indicando uma melhora na expectativa de vida e na redução da fecundidade por mulher, típico do perfil de países desenvolvidos. A análise da pirâmide, contudo, indica uma faixa oca entre a população de ambos os sexos, de 20 a 24 anos, e perdas populacionais já a partir da faixa de 15 anos, sugerindo fluxos migratórios em busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos em outros municípios do entorno, como foi observado anteriormente no item sobre a ocorrência de fluxos migratórios. As populações masculina e feminina apresentam um certo equilíbrio, ocupando alternadamente as faixas, havendo predominância do sexo masculino algumas e em outras onde a presença do sexo feminino é maior.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

Figura 25 –Itaparica– Pirâmide Etária

A expectativa de vida ao nascer aumentou 13,5 anos entre 1991 e 2010, alcançando 74,6 anos, resultado superior ao do estado e do país.

A mortalidade infantil, em 2010, atingiu 15,4‰ dos nascidos vivos, o que coloca o município dentro da meta de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas, significativamente inferior à taxa estadual de 21,7 ‰.

Quadro 38– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade –Itaparica

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,1	66,3	74,6
Mortalidade infantil (em ‰)	63,4	37,8	15,4
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	81,4	48,6	16,7
Taxa de fecundidade total	3,2	2,8	1,8
Razão de dependência (em %)	80,30	57,07	48,97
Taxa de envelhecimento (em %)	4,41	5,05	6,73

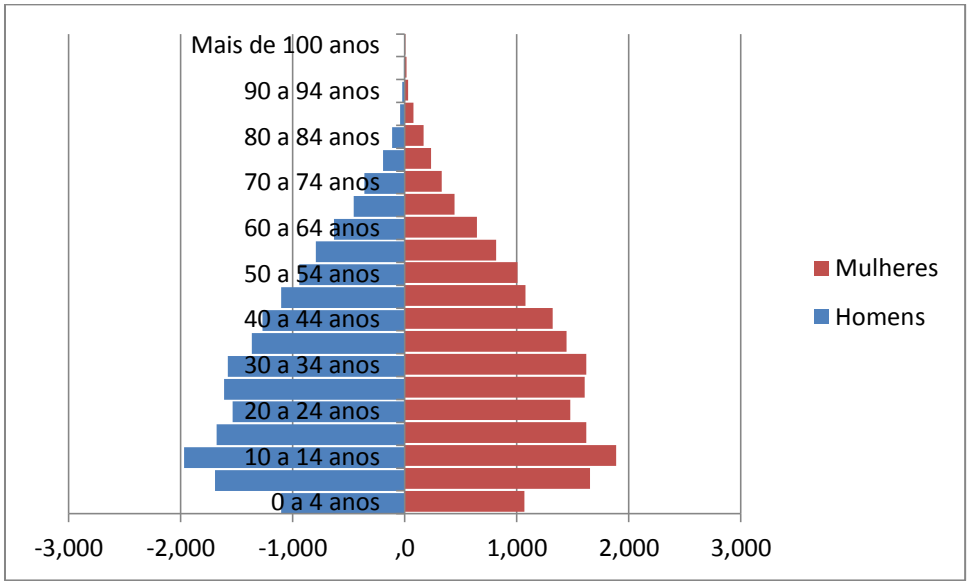
Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Entre os censos demográficos de 1991 e 2010, a razão de dependência do município baixou de 80,30% para 48,97%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu, passando de 4,41% para 6,73%.

Vera Cruz

Em Vera Cruz, a mortalidade infantil passou dos 62,5‰registrados em 1991 para 16,7‰, indicando que o município se antecipou à meta dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas.

A esperança de vida ao nascer, em Vera Cruz, aumentou 12,8 anos, passando dos 61,3 anos, em 1991, para 74,0 anos, em 2010, superando a média estadual e federal de 72,0 anos e 73,9 anos, respectivamente.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 26 –Vera Cruz– Pirâmide Etária

A pirâmide etária do município de Vera Cruz apresenta diversas assimetrias e faixas ocas. Observam-se perdas populacionais no público de 15 a 19 anos para ambos os sexos, sugerindo migrações de jovens para dar continuidade aos estudos. As perdas se intensificam na faixa de 20 a 24 anos, o que pode indicar também a migração de jovens adultos em busca de trabalho. A configuração do topo da pirâmide significa uma expectativa de vida mediana e semelhante a Itaparica. A população feminina predomina de forma discreta na maior parte das faixas de idade.

Quadro 39– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Vera Cruz

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,3	66,3	74,0
Mortalidade infantil (em ‰)	62,5	37,8	16,7
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	80,2	48,6	18,0
Taxa de fecundidade total	4,0	2,7	2,4
Razão de dependência (em %)	76,91	57,74	49,32
Taxa de envelhecimento (em %)	4,54	5,16	6,63

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

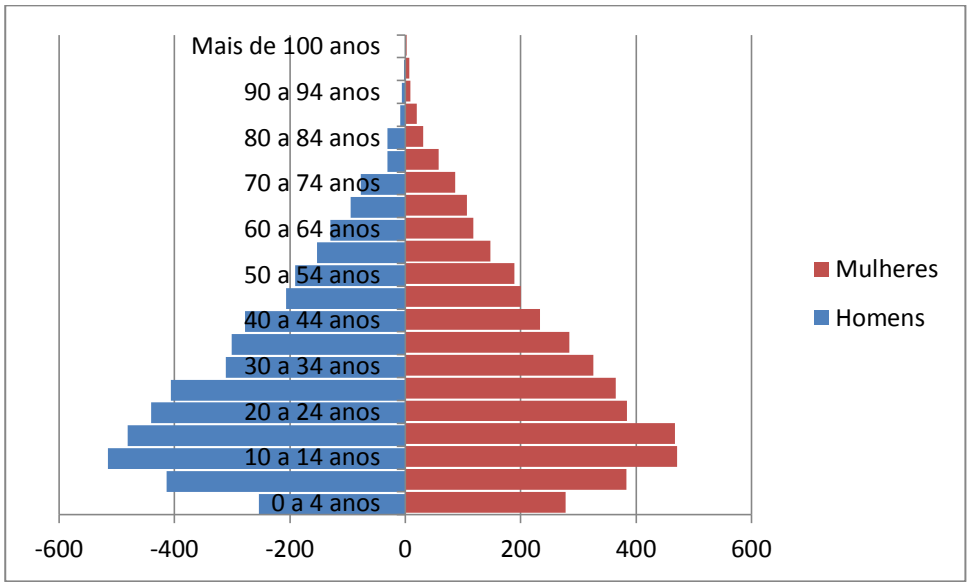
A razão de dependência no município baixou de 76,91%, em 1991, para 49,32% em 2010. No mesmo período, a taxa de envelhecimento evoluiu de 4,54 para 6,63.

C. Pirâmide Etária – Área de Influência Direta – AID

Todos os municípios que compõem a Área de Influência Direta – AID experimentaram, nas últimas duas décadas, transformações expressivas nas suas estruturas etárias. Lauro de Freitas, Simões Filho, Aratuípe, Dom Macedo Costa, Jaguaripe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira, Nazaré das Farinhas, Sapeaçu e Varzedo apresentavam representações gráficas com bases largas, perdas populacionais muitas vezes a partir da faixa dos 15 anos, corpo da pirâmide estreito e base achatada, indicando alta fecundidade, baixa expectativa de vida ao nascer e uma população excessivamente jovem. Para 2010, houve um encolhimento generalizado das bases das pirâmides e um alargamento do corpo, indicando perdas populacionais mais discretas e que se tornam mais evidentes a partir da faixa dos 30 aos 34 anos, como ocorre com Muniz Ferreira e Salinas da Margarida.

Aratuípe

Aratuípe apresentava, em 2010, uma estrutura etária triangular, típica de países em desenvolvimento, indicando índices de fecundidade altos e baixa expectativa de vida, contudo, com uma redução da taxa de fecundidade nos últimos dez anos. Observa-se que corre uma assimetria em relação ao contingente de população, com predomínio da população masculina. Aratuípe apresenta redução de população já na faixa dos 15 aos 19 anos.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 27– Aratuípe– Pirâmide Etária

Entre 1991 e 2010, a razão de dependência passou de 93,70 para 53,23% e a taxa de envelhecimento aumentou de 5,81% para 6,64%.

Quadro 40– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Aratuípe

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	56,5	62,9	70,2
Mortalidade infantil (em ‰)	87,5	50,0	26,8
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	111,6	63,8	28,9
Taxa de fecundidade total	5,2	3,5	2,3
Razão de dependência (em %)	93,70	74,48	53,23
Taxa de envelhecimento (em %)	5,81	6,08	6,64

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A mortalidade infantil, em 1991, encontrava-se num patamar muito elevado, com 87,5 óbitos para cada mil nascidos vivos. Nos últimos trinta anos, houve uma redução significativa deste indicador, que passou para 26,8‰, no entanto, este resultado ainda é considerado bastante elevado para os padrões estabelecidos pelos objetivos do milênio das Nações Unidas. Estas taxas são também mais elevadas que a média estadual de 21,7‰.

A esperança de vida ao nascer aumentou 13,8 anos nas últimas duas décadas, passando dos 56,5 anos, registrados em 1991, para 70,2 anos em 2010, o que se situa abaixo da média estadual. Em 1991, a base da pirâmide etária de Aratuípe era

alargada e o corpo estreitava a partir da faixa dos 15 anos em diante. Em 2010, a base estreitou e a estrutura alargou ligeiramente.

Salinas da Margarida

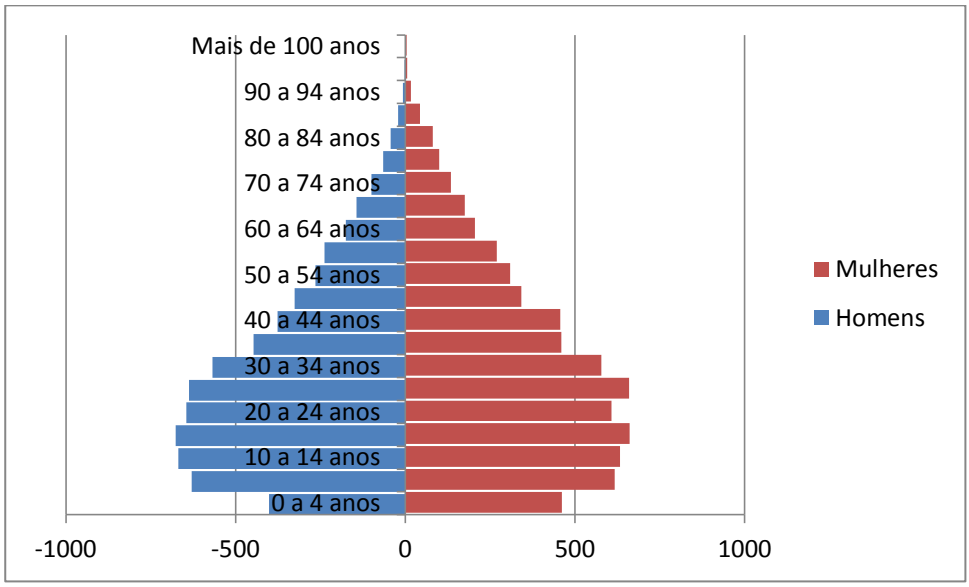
A razão de dependência em Salinas da Margarida reduziu de 96,44% para 51,12% nas três últimas décadas, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,48% para 7,03%.

Quadro 41– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Salinas da Margarida

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	58,1	61,4	68,7
Mortalidade infantil (em ‰)	78,6	55,7	31,4
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	100,4	71,2	33,9
Taxa de fecundidade total	4,2	2,3	2,0
Razão de dependência (em %)	96,44	66,67	51,12
Taxa de envelhecimento (em %)	6,48	7,03	7,01

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A mortalidade infantil apresentou uma redução muito discreta em relação aos demais municípios, passando de 78,6‰, em 1991, para 31,4‰ em 2010, valor muito superior à meta estabelecida pelas Nações Unidas para 2015, assim como à média do estado.



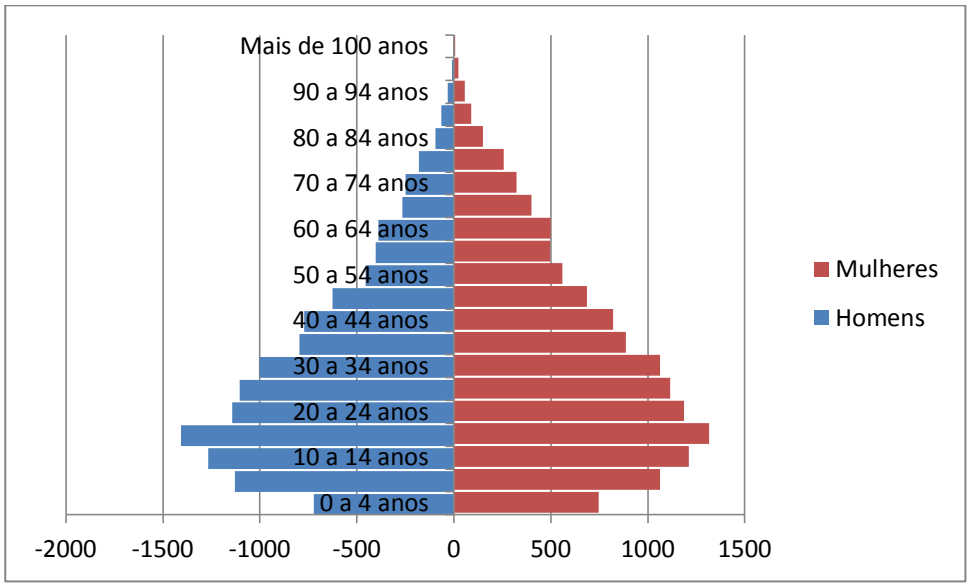
Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 28– Salinas da Margarida – Pirâmide Etária

A esperança de vida ao nascer aumentou 10,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 58,1 anos, em 1991, para 68,7 anos em 2010, valor ainda bastante inferior à média estadual de 72,0 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Castro Alves

Castro Alves apresentou uma melhoria na razão de dependência, que passou de 92,6%, em 1991, para 51,88% em 2010. A taxa de envelhecimento evoluiu de 6,84 para 8,67% no mesmo período. A mortalidade infantil decresceu de 53,5 ‰ para 23,1‰, em 2010, abaixo, portanto, dos objetivos das Nações Unidas para 2015. Esse valor também é superior à média estadual. A representação gráfica da população de Castro Alves, por sexo e idade, indicou uma pequena predominância da população jovem de sexo feminino e um maior equilíbrio nas faixas de idades superiores. O perfil, intermediário entre a forma triangular e de Urna, indica uma população jovem e perdas populacionais acentuadas a partir da faixa dos 20 anos.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 29 –Castro Alves– Pirâmide Etária

Em relação à longevidade, o índice de esperança de vida ao nascer aumentou 8,2 anos nas últimas duas décadas, mas o valor atingido é ligeiramente inferior aos 72 anos da média do estado da Bahia.

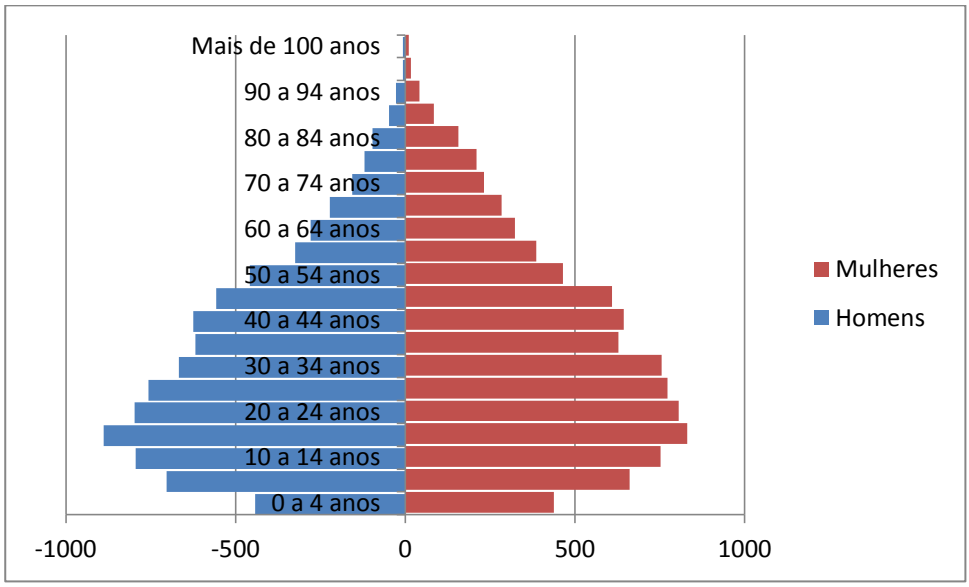
Quadro 42– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Castro Alves

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,3	66,9	71,5
Mortalidade infantil (em ‰)	53,5	36,1	23,1
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	68,8	46,5	25,0
Taxa de fecundidade total	3,7	2,5	2,0
Razão de dependência (em %)	92,96	70,64	51,88
Taxa de envelhecimento (em %)	6,84	7,62	8,67

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Conceição do Almeida

Entre 1991 e 2010, a razão de dependência de Conceição do Almeida passou de 87,9% para 46,75% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 8,64% para 9,58%. A mortalidade infantil, nos últimos dez anos, caiu 55%. De 1991 a 2010, a mortalidade infantil passou de 68,1‰ para 18,3‰, índice ligeiramente superior à meta das Nações Unidas para 2015, mas bastante inferior à média estadual.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 30–Conceição do Almeida– Pirâmide Etária

A esperança de vida ao nascer em Conceição do Almeida aumentou 13,2 anos de 1991 a 2010, passando de 60,1 anos, em 1991, para 73,3 anos em 2010, índice superior à média estadual de 72,0 anos, mas ligeiramente inferior à média do país que é 73,9 anos.

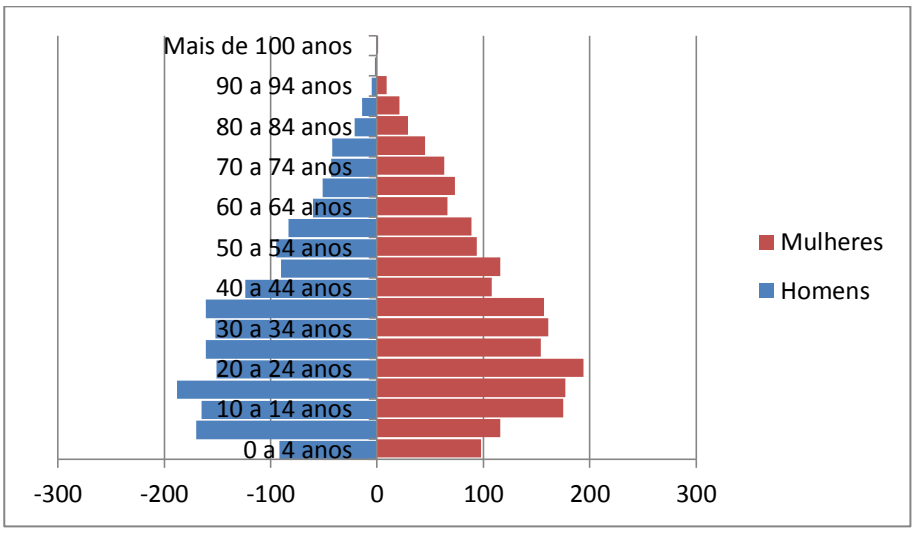
Quadro 43– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Conceição do Almeida

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,1	65,3	73,3
Mortalidade infantil (em ‰)	68,1	41,1	18,3
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	87,3	52,7	19,8
Taxa de fecundidade total	3,3	2,5	1,6
Razão de dependência (em %)	87,09	64,75	46,75
Taxa de envelhecimento (em %)	8,64	9,07	9,58

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Dom Macedo Costa

O município de Dom Macedo Costa apresenta uma estrutura etária bastante irregular. A pirâmide etária possui uma base estreita, indicando uma baixa taxa de fecundidade. A figura exibe uma série de pequenas variações atípicas até a faixa dos 35 aos 39 anos, quando ocorrem perdas populacionais mais significativas. A representação gráfica também evidencia diversas assimetrias e irregularidades entre as populações masculinas e femininas, com o predomínio desta última na maioria das faixas de idade. O topo da pirâmide, relativamente largo, sugere uma expectativa de vida elevada. As faixas ocas para a população masculina com idade entre 20 a 24 anos e de 30 a 34 anos são indicativas de perda desses indivíduos, que migram em busca de emprego.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

Figura 31– Dom Macedo Costa – Pirâmide Etária

Entre 1991 e 2010, a razão de dependência no município evoluiu de 89,96% para 50,10% e a taxa de envelhecimento seguiu o mesmo movimento, passando de 9,44% para 10,84%. A mortalidade infantil caiu para 19,9‰, em 2010, mas ainda está elevada para os padrões estabelecidos pelas Nações Unidas para 2015.

Quadro 44– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Dom Macedo Costa

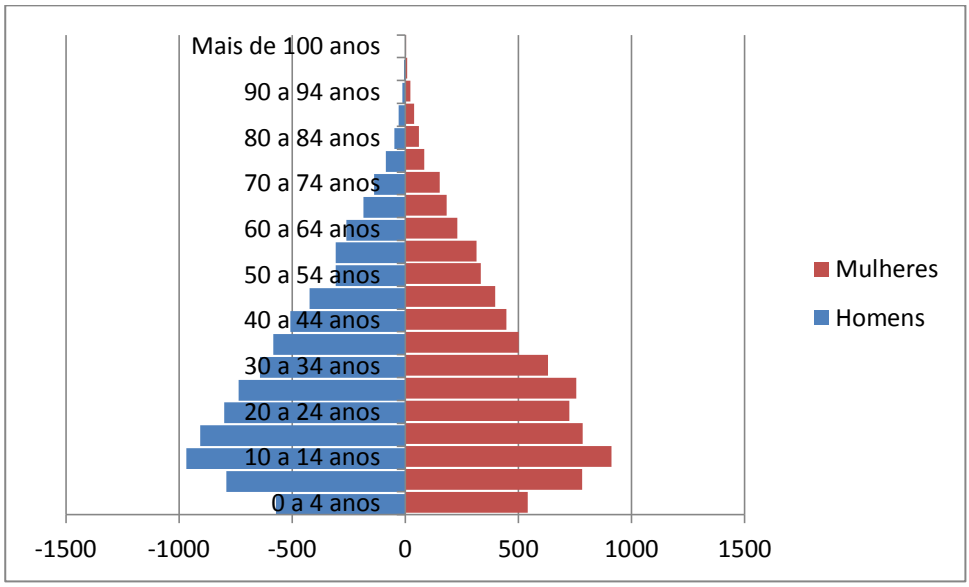
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,9	65,1	72,7
Mortalidade infantil (em ‰)	55,2	42,1	19,9
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	71,1	54,2	21,5
Taxa de fecundidade total	4,0	2,6	1,7
Razão de dependência (em %)	89,96	61,62	50,10
Taxa de envelhecimento (em %)	9,44	9,71	10,84

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer, em Dom Macedo Costa, aumentou 9,8 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,9 anos, em 1991, para 72,7 anos em 2010, valor superior à média do Estado.

Jaguaripe

A estrutura etária de Jaguaripe também evoluiu nas últimas três décadas, mas a sua representação ainda se mostra predominantemente triangular. Em 1991, o município apresentava uma pirâmide etária com base larga e perdas populacionais acentuadas nas faixas de 15 a 49 anos, sugerindo saldos negativos nos fluxos migratórios e baixa expectativa de vida. Em 2010, a pirâmide ainda mantinha essa configuração triangular, mas indicava uma melhora em termos de taxa de fecundidade e expectativa de vida. A mortalidade infantil apresentou uma redução modesta, passando de 56,8‰, em 1991, para 25,0 ‰ em 2010, valor elevado para a meta do milênio das Nações Unidas para 2015 e superior à média do Estado.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 32 – Jaguaripe– Pirâmide Etária

De 1991 a 2010, a razão de dependência deste município passou de 91,52% para 55,39% e a taxa de envelhecimento subiu de 4,48% para 6,43**%.**

Quadro 45– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Jaguaripe

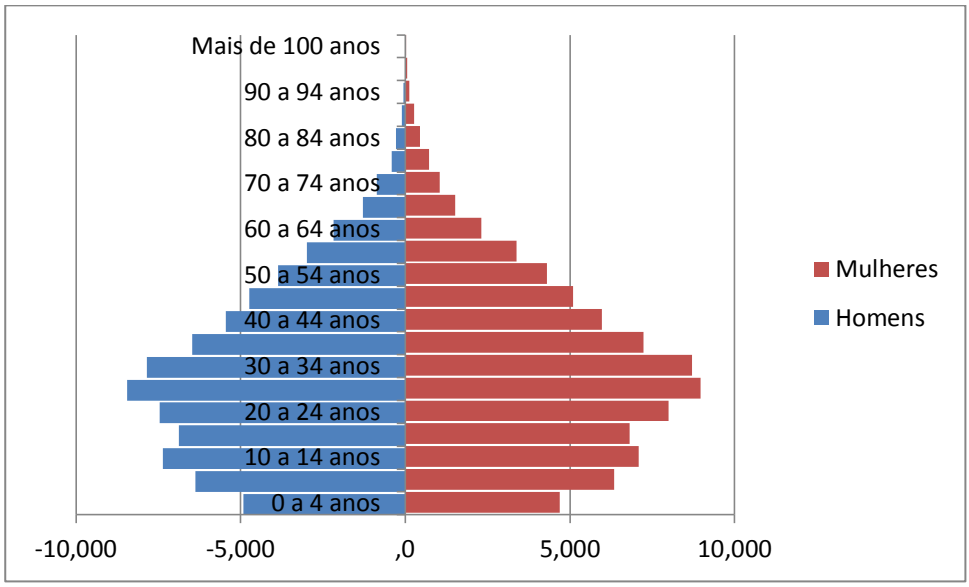
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,5	65,1	70,8
Mortalidade infantil (em ‰)	56,8	41,9	25,0
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	73,1	53,8	27,0
Taxa de fecundidade total	4,5	3,5	2,4
Razão de dependência (em %)	91,52	73,16	55,39
Taxa de envelhecimento (em %)	4,48	5,49	6,43

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

No município de Jaguaripe, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,3 anos no mesmo período (1991 a 2010), passando de 62,5 anos, em 1991, para 70,8 em 2010.

Lauro de Freitas

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Lauro de Freitas passou de 50,22% para 39,60% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 3,02% para 4,41%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência saiu de 74,67% para 50,22%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 2,28% para 3,02%.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 33–Lauro de Freitas– Pirâmide Etária

A mortalidade infantil foi reduzida em 51%, no município, na última década. De 1991 a 2010, a mortalidade passou de 61,3‰ para 15,1‰, superando amplamente os objetivos das Nações Unidas para o milênio, que são de 17,9‰ em 2015.

Quadro 46– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Lauro de Freitas

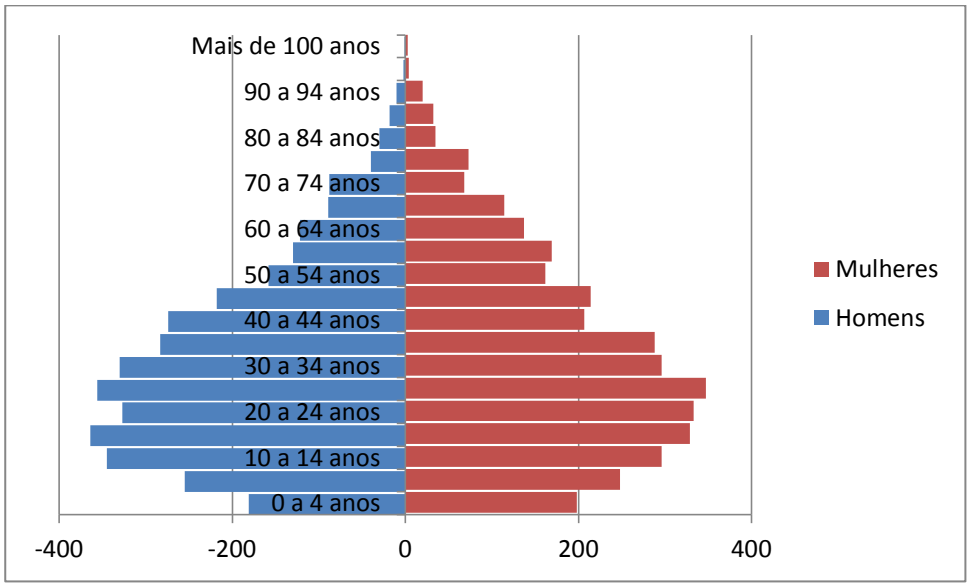
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,5	68,5	74,6
Mortalidade infantil (em ‰)	61,3	31,2	15,1
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	78,8	40,1	12,5
Taxa de fecundidade total	3,3	2,7	1,8
Razão de dependência (em %)	74,67	50,22	39,60
Taxa de envelhecimento (em %)	2,28	3,02	4,41

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Muniz Ferreira

A conformação atual da estrutura etária de Muniz Ferreira apresenta algumas características peculiares, com uma pirâmide de base estreita e corpo achatado, com uma faixa oca na população masculina de 20 a 24 anos, sugerindo um processo de perda populacional em função de trabalho em outras regiões. A população feminina

não apresenta essa característica. Entre 1991e 2010, a razão de dependência passou de 85,63% para 45,06% e a taxa de envelhecimento de 6,11% para 8,57%.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 34–Muniz Ferreira– Pirâmide Etária

No município, a expectativa de vida ao nascer aumentou aproximadamente 10 anos nas últimas três décadas, passando de 60,1anos registrados em 1991 para 70,6 anos em 2010, cerca de dois anos abaixo da média para o estado.

Da mesma forma, a mortalidade infantil também evoluiu, mas em termos modestos, saiu de 68,1‰, em 1991, para 25,5‰ em 2010, bem acima do estipulado pelas Nações Unidas como objetivo para 2015.

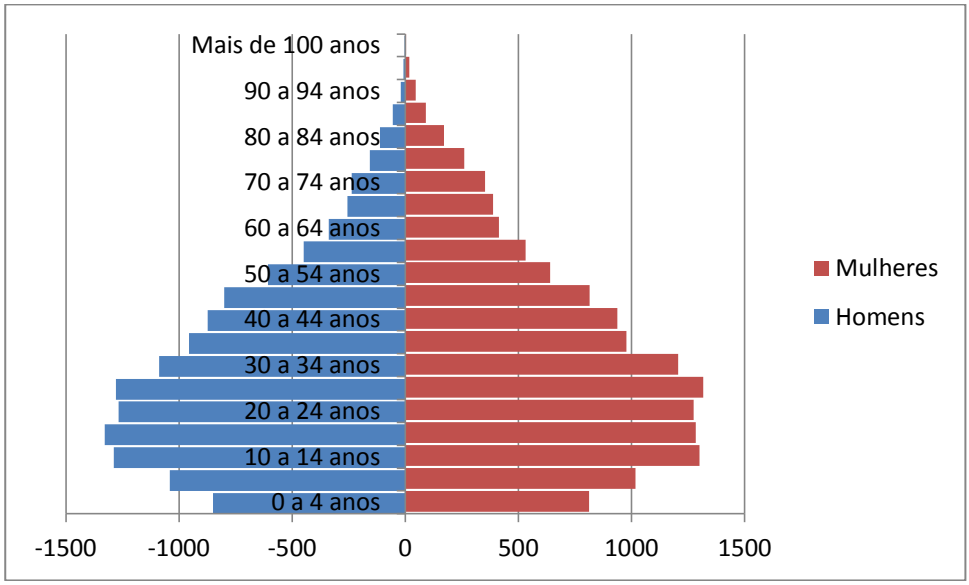
Quadro 47 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Muniz Ferreira

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,1	66,9	70,6
Mortalidade infantil (em ‰)	68,1	36,1	25,5
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	87,3	46,3	27,5
Taxa de fecundidade total	3,3	2,5	1,8
Razão de dependência (em %)	85,63	58,36	45,06
Taxa de envelhecimento (em %)	6,11	6,92	8,57

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Nazaré das Farinhas

O município de Nazaré apresentava, em 1991, um perfil semelhante aos de seus vizinhos em relação à amplitude da base e a perda populacional nas faixas mais jovens, o que estava representado pelo corpo estreito da pirâmide. Em 2010, ainda detinha uma população predominantemente jovem, com perdas populacionais na faixa dos 30 anos em diante. A esperança de vida ao nascer aumentou em 12,9 anos nesse período, atingindo 71,6 anos em 2010. Entre 1991 e 2010, a razão de dependência no município saiu de 79,70% para 48,38% e a taxa de envelhecimento passou de 5,83% para 7,98%.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 35 –Nazaré das Farinhas – Pirâmide Etária

A mortalidade infantil, por sua vez, caiu cerca de 70% no município, passando de 75,5‰, em 1991, para 22,6‰ em 2010. Este valor ainda é elevado para os objetivos do milênio das Nações Unidas, para 2015, que espera uma mortalidade abaixo de 17,9‰.

Quadro 48– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Nazaré das Farinhas

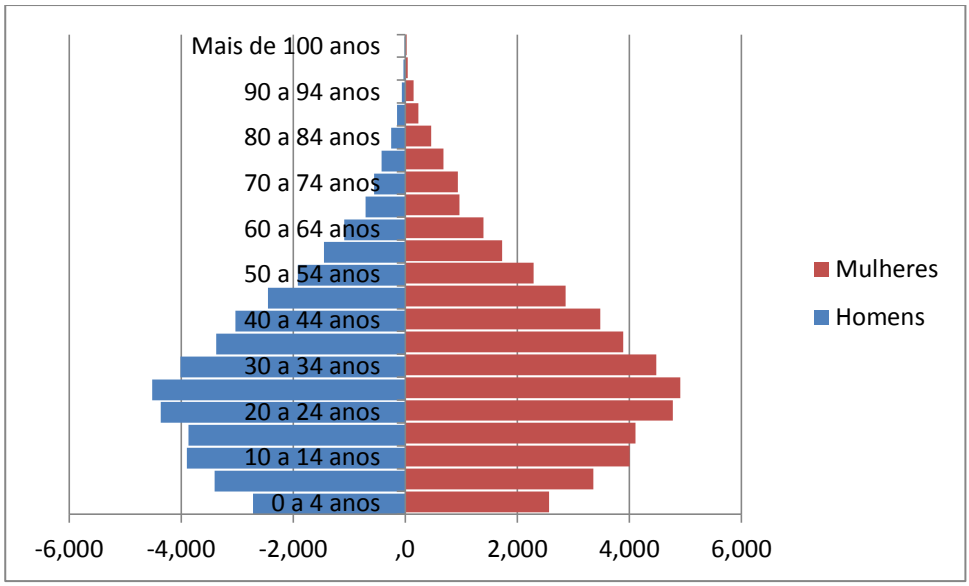
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	58,7	66,3	71,6
Mortalidade infantil (em ‰)	75,5	38,0	22,6
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	96,5	48,6	24,5

Indicadores	1991	2000	2010
Taxa de fecundidade total	3,3	3,2	2,1
Razão de dependência (em %)	79,70	59,41	48,38
Taxa de envelhecimento (em %)	5,83	6,88	7,98

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Santo Antônio de Jesus

A representação gráfica da estrutura etária de Santo Antônio de Jesus apresentou uma redução acentuada de sua base entre 1991 e 2010. A longevidade aumentou apenas 9,6 anos no mesmo período, alcançando 73,9 anos em 2010. A razão de dependência diminuiu de 73,33% para 42,15% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 5,56% para 6,25%.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 36 –Santo Antônio de Jesus– Pirâmide Etária

No município, a mortalidade infantil, em 1991, era menor do que a maioria dos municípios do entorno e, em 2010, registrou 16,9‰, alcançando antecipadamente o objetivo do milênio das Nações Unidas para 2015.

Quadro 49– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Santo Antônio de Jesus

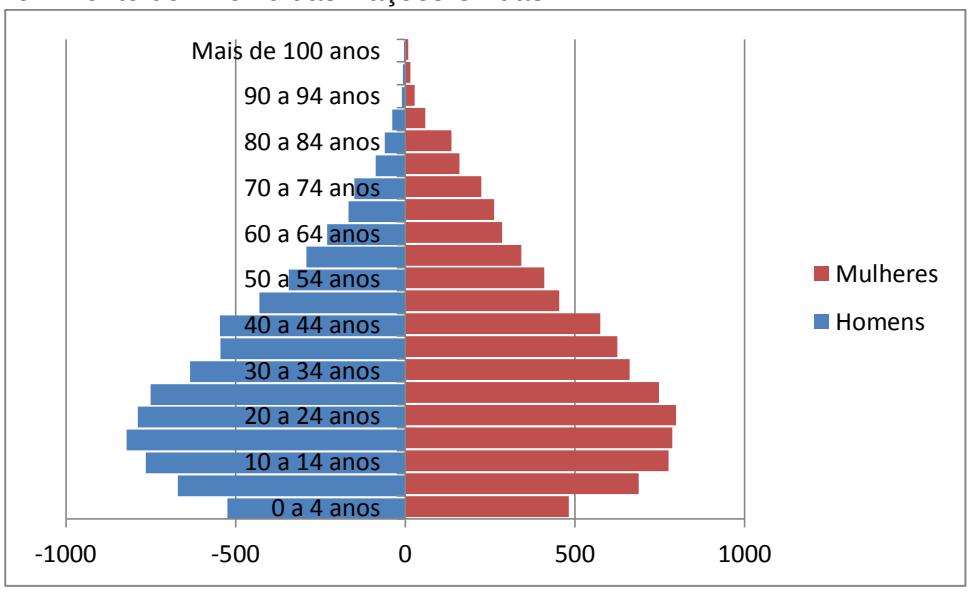
Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,3	69,6	73,9
Mortalidade infantil (em ‰)	49,1	28,1	16,9
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	63,4	36,2	18,2
Taxa de fecundidade total	3,2	2,2	1,6
Razão de dependência (em %)	73,33	54,44	42,15
Taxa de envelhecimento (em %)	5,56	6,01	6,25

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Sapeaçu

Em 1991, Sapeaçu apresentava os mesmos problemas dos municípios vizinhos. Entre 1991 e 2010, os indicadores do município pouco evoluíram, com exceção do índice de fertilidade entre as mulheres, que se reduziu consideravelmente, alterando significativamente a base da pirâmide etária em 2010. A razão de dependência de Sapeaçu diminuiu de 91,60 para 49,95 e a taxa de envelhecimento passou de 7,31% para 8,55%.

A mortalidade infantil decresceu de 53,4‰ para 30,3‰, em 2010, que foi o índice mais elevado entre os municípios da AID, e muito acima da meta dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 37 –Sapeaçu– Pirâmide Etária

A esperança de vida ao nascer, em Sapeaçu, também apresentou resultado modesto, aumentando menos de seis anos entre 1991 e 2010.

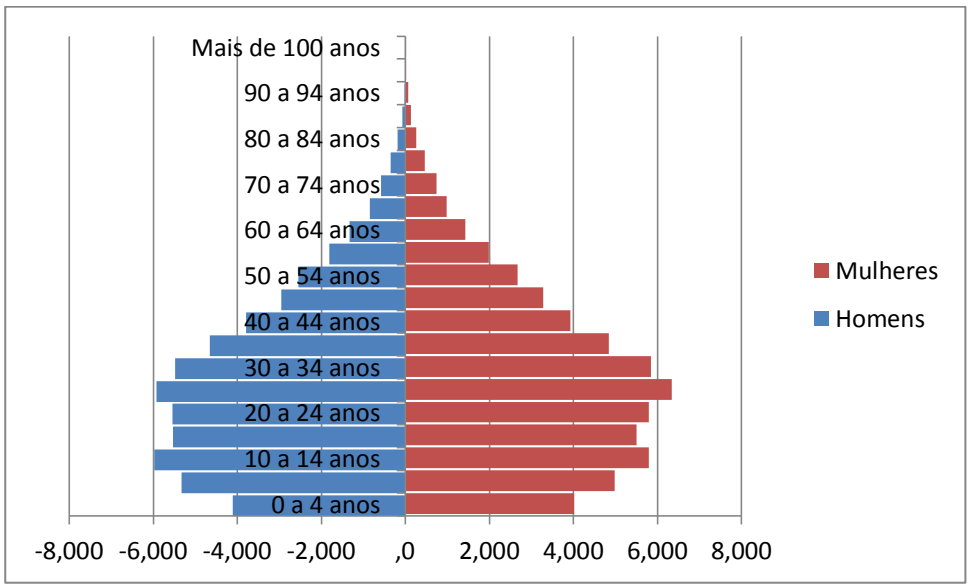
Quadro 50 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Sapeaçu

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,3	67,5	69,1
Mortalidade infantil (em ‰)	53,4	34,1	30,3
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	68,7	43,9	32,7
Taxa de fecundidade total	4,6	2,3	1,6
Razão de dependência (em %)	91,60	66,50	49,95
Taxa de envelhecimento (em %)	7,31	8,07	8,55

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Simões Filho

O município de Simões Filhos apresentava, em 1991, uma população predominantemente jovem, com uma pirâmide etária de base larga e estreitamento acentuado no topo, indicando uma baixa expectativa de vida. A representação gráfica de 2010 também apresenta uma forte redução de população, contudo esta se dá a partir dos 30 anos. A figura gráfica também evidencia duas faixas ocas referentes às idades de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. Esse tipo de perda de população em geral está associado a pequenas migrações, para dar continuidade aos estudos ou em busca de trabalho.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 38–Simões Filho– Pirâmide Etária

Entre 1991 e 2010, a razão de dependência de Simões Filho passou de 78,42% para 45,42%, com a taxa de envelhecimento evoluindo de 2,31% para 4,03% no período. A mortalidade infantil, no mesmo período, caiu de 54,1‰ para 17,3‰, superando, já em 2010, o objetivo para 2015 estabelecido pelas Nações Unidas, contudo, bem inferior à média estadual.

Quadro 51– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Simões Filho

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,1	66,6	73,8
Mortalidade infantil (em ‰)	54,1	36,9	17,3
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	69,7	47,5	18,7
Taxa de fecundidade total	3,4	2,2	1,8
Razão de Dependência (em %)	78,42	56,20	45,42
Taxa de envelhecimento (em %)	2,31	2,92	4,03

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

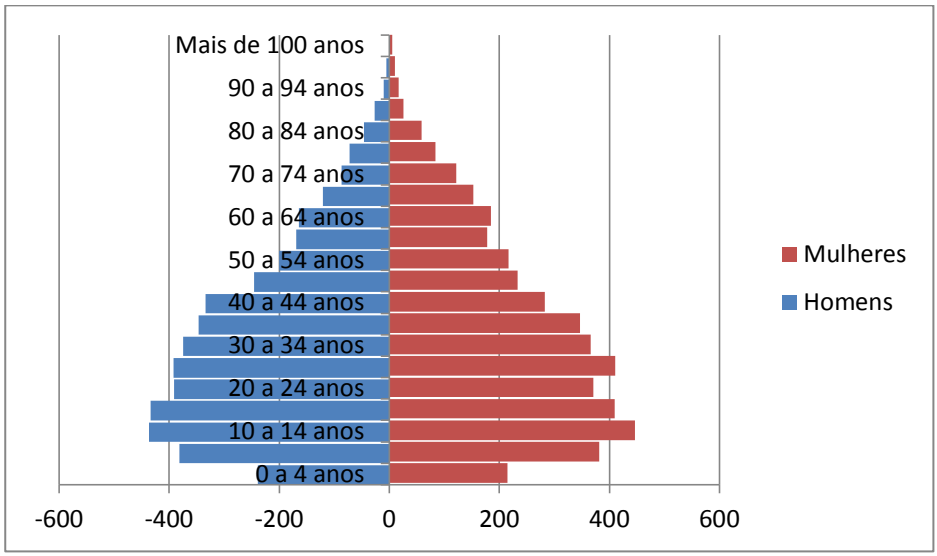
A esperança de vida aumentou 10,6 anos entre 1991 e 2010, atingindo 73,8 anos. A expectativa de vida no município também é superior à média estadual.

Varzedo

A representação gráfica etária de Varzedo, em 1991, indicava uma grande perda populacional já a partir dos 14 anos. Em 2010, esta situação apresentou uma melhora significativa e, embora ainda mantivesse uma tendência à perda populacional jovem, esse fenômeno ocorria, naquele momento, de forma mais evidente a partir da faixa dos 45 anos em diante.

No município, a mortalidade infantil de 64,5‰, em 1991, passou para 28,6‰ em 2010. Este número ainda é elevado e bem afastado dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas de 17,9‰ para 2015.

Entre 1991 e 2010, a razão de dependência de Varzedo passou de 87,16% para 61,83% e a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,84% para 9,27%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 87,16% para 61,83%, enquanto a taxa de envelhecimento evoluiu de 6,84% para 8,19%.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Figura 39 –Varzedo– Pirâmide Etária

Quadro 52– Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Varzedo

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,8	65,5	70,2
Mortalidade infantil (em ‰)	64,5	40,6	26,8
Mortalidade até 5 anos de idade (em ‰)	82,8	52,1	29,0
Taxa de fecundidade total	3,7	2,6	1,9
Razão de dependência (em %)	87,16	61,83	50,59
Taxa de envelhecimento (em %)	6,84	8,19	9,27

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

No município de Varzedo, a esperança de vida ao nascer aumentou 9,3 anos nas últimas duas décadas, alcançando 70,2 anos em 2010, índice ainda inferior à média estadual.

Uma análise comparativa dos indicadores dos diversos municípios permite uma visão mais geral do cenário da AID e da ADA. Em 1991, a maioria dos municípios estudados apresentava expectativas de vida ao nascer em torno da média de 61,16 anos na AID e de 62,7 anos na ADA. Aratuípe, Salinas da Margarida e Nazaré, no entanto, se destacavam por apresentar expectativas de vida abaixo dos 58 anos. Em 2010, a média da expectativa de vida na AID foi de 71,61 anos e na ADA passou para 74,56 anos. Salinas da Margarida e Sapeaçu foram os únicos municípios da região com expectativa de vida abaixo dos 70 anos.

Quadro 53– Comparativo da Esperança de Vida ao Nascer (em anos)

Indicadores	1991	2000	2010
AID			
Varzedo	60,8	65,5	70,2
Simões Filho	63,1	66,6	73,8
Sapeaçu	63,3	67,5	69,1
Santo Antônio de Jesus	64,3	69,6	73,9
Nazaré das Farinhas	58,7	66,3	71,6
Muniz Ferreira	60,1	66,9	70,6
Lauro de Freitas	61,5	68,5	74,6
Jaguaripe	62,5	65,1	70,8
Dom Macedo Costa	62,9	65,1	72,7
Conceição do Almeida	60,1	65,3	73,3
Castro Alves	63,3	66,9	71,5
Salinas da Margarida	58,1	61,4	68,7
Aratuípe	56,5	62,9	70,2
ADA			
Vera Cruz	61,3	66,3	74,0
Itaparica	61,1	66,3	74,6
Salvador	65,7	69,6	75,1

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

O estudo das representações gráficas da ADA e AID indicam que, nas últimas décadas, os municípios apresentaram uma evolução da pirâmide etária, passando do formato triangular para o tipo “urna”, que representa a passagem de uma população predominantemente jovem para uma população adulta, embora essa alteração não tenha ocorrido com a mesma intensidade em todos os municípios estudados. É fácil visualizar que Varzedo, Jaguaripe, Castro Alves e Aratuípe ainda apresentam uma estrutura triangular.

Apesar da importante melhoria nas condições do atendimento à saúde e dos programas desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde, como os programas de vacinação infantil, Saúde da Mulher e Saúde das Famílias, os índices de mortalidade infantil ao nascer e até os cinco anos de idade, nos municípios da AID, ainda podem ser considerados elevados, com exceção de Lauro de Freitas, Simões Filho e Santo Antônio de Jesus que estão dentro da meta das Nações Unidas para 2015. Na ADA, os três municípios apresentam taxas de mortalidade infantil abaixo de 17,0‰.

Quadro 54– Comparativo da Mortalidade Infantil (em ‰)

Indicadores	1991	2000	2010
AID			
Varzedo	64,5	40,6	26,8
Simões Filho	54,1	36,9	17,3
Sapeaçu	53,4	34,1	30,3
Santo Antônio de Jesus	49,1	28,1	16,9
Nazaré das Farinhas	75,5	38,0	22,6
Muniz Ferreira	68,1	36,1	25,5
Lauro de Freitas	61,3	31,2	15,1
Jaguaripe	56,8	41,9	25,0
Dom Macedo Costa	55,2	42,1	19,9
Conceição do Almeida	68,1	41,1	18,3
Castro Alves	53,5	36,1	23,1
Salinas da Margarida	78,6	55,7	31,4
Aratuípe	87,5	50,0	26,8
ADA			
Vera Cruz	62,5	37,8	16,7
Itaparica	63,4	37,8	15,4
Salvador	46,4	36,4	14,9

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

D. Nível de renda

Aspectos relativos à renda da população em geral e da população ativa e efetivamente ocupada serão melhor discutidos nos itens referentes à economia, "**1.3.2.13. Estrutura Produtiva e de Serviços**".

A renda média mensal da população dos municípios que compõem a AID e ADA, em 2010, variava consideravelmente. Lauro de Freitas liderava o ranking com uma renda média mensal de 1.831,99 reais, seguida por Salvador, com 1.681,91 reais. Ao mesmo tempo, Jaguaripe aparecia em último lugar, com uma renda média de 441,00 reais. Salinas da Margarida ficava em penúltimo lugar, com uma renda média baixa, de apenas 473,81 reais. A média de renda da população da AID estava em torno de 734,85 naquele período. Esse resultado, contudo, era fortemente influenciado pelos resultados de Lauro de Freitas e Simões Filhos, não refletindo a situação da maioria dos municípios. Excluindo esses dois municípios, a renda média da AID passava para 621,29 reais.

Na ADA, nesse período, foram registradas cerca de 97.851 pessoas em situação de pobreza, com rendimento que alcançava apenas ¼ do salário mínimo[38] da ocasião. Outras 384.710 pessoas ganhavam entre ½ e 1 salário mínimo. Na ADA existiam ainda 50.020 domicílios que não registravam rendimento, configurando uma situação potencial de vulnerabilidade social para 5,71% dos domicílios da área de influência. Na AID, essa situação ocorreu em 4,99% do total dos 163.203 domicílios.

Quadro 55– Rendimento da População ADA e AID, 2010

Municípios	Rendimento nominal médio mensal das pessoas de10 anos ou mais de idade, economicamente ativas.	Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, não econ. Ativas.	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de até 1/4 de salário mínimo – total	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo – economicamente ativas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, economicamente ativas.	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento.	Número de domicílios
Salvador	1.681,91	1.214,82	92.972	379.162	1.274.378	48.949	858.496
Itaparica	870,62	605,18	1.575	2.070	7.539	400	6.334
Vera Cruz	722,13	779,66	3.304	3.478	14.254	671	11.698
Lauro de Freitas	1.831,99	1.192,45	5.860	24.571	79.455	2.541	49.453
Simões Filho	886,87	581,74	6.023	15.296	46.967	2.476	34.983
Salinas da Margarida	473,81	662,64	1.853	860	5.805	105	3.842
Castro Alves	510,00	573,97	2.243	1.573	8.982	379	7.221
Conceição do Almeida	691,12	487,28	1.438	770	5.009	533	5.099
Dom Macedo Costa	636,06	483,96	425	275	1.426	39	1.179
Aratuípe	502,27	473,25	1.018	1.281	3.635	104	2.418
Jaguaripe	441,00	474,09	2.628	1.024	7.086	188	4.579
Muniz Ferreira	576,71	433,56	794	463	2.668	115	2.249
Nazaré das Farinhas	832,38	561,12	2.436	1.944	10.460	407	17.240
Santo Antônio de Jesus	952,60	598,01	5.356	17.240	42.515	908	27.449
Sapeaçu	672,28	544,22	1.784	2.715	6.050	247	4.772
Varzedo	546,01	475,52	934	602	944	106	2.719

Fonte: IBGE Cidades[39]

[38] Salário mínimo em vigência R$ 724,00, 01/01/2014.
[39] Disponível emhttp://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php Acesso em maio de 2014.

E. População economicamente ativa e efetivamente ocupada

Aspectos sobre a ocupação da população da ADA e da AID são devidamente apresentados e discutidos no item“**2.2.13 Estrutura Produtiva e de Serviços**” deste relatório.

O conceito de população economicamente ativa e ocupada, utilizado pelo censo do IBGE de 2010, toma por base os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos. Este, contudo, é um ponto que vem sendo questionado, em função de configurar trabalho infantil, o que fere o diploma legal do país. Por este motivo, alguns estudos tomam por base apenas os jovens com idades superiores a 15 anos. Contudo, para efeito deste estudo, adotou-se a metodologia do IBGE de 2010, por ser esta uma Instituição federal, responsável pelo levantamento e apresentação de dados do censo. A população economicamente ativa representa o contingente potencial capaz de ser empregado como força de trabalho. Ela inclui tanto os empregados quanto os desempregados. A população não economicamente ativa são os que se situam abaixo da idade de 10 anos ou acima da idade de aposentadoria. A relação entre a população ativa e inativa indica a “Razão de Dependência” foi apresentada e discutida acima, na seção do texto que trata da representação gráfica do perfil etário dos municípios.

Segundo o censo demográfico de 2010, a ADA possuía um grande contingente de população economicamente ativa, que alcançava 1.296.171 pessoas, de uma população total de 2.675.656 habitantes, a maioria delas residente em Salvador. No mesmo ano, a AID registrava 221.002 pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento e economicamente ativas, de um total de 518.459 habitantes, o que representa um índice de 42,62% para a população economicamente ativa nos municípios da AID. Ao mesmo tempo, o censo de 2010 indicou para a ADA cerca de 601.476 pessoas de 10 anos ou mais de idade, sem rendimento e não economicamente ativas. A AID registrou cerca de 117.943 pessoas não economicamente ativas, no período em que foi realizado o censo.

Independentemente da falta de qualificação da mão de obra existente nos pequenos municípios e nas áreas rurais do estado, os dados sugerem que o estoque de mão de obra disponível é expressivo, tanto na AID quanto na ADA.

Quadro 56 – Pessoas economicamente ativas e não economicamente ativas – ADA e AID, 2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal sem rendimento – não economicamente ativas.	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, economicamente ativas.
Salvador	601.476	1.274.378
Itaparica	5.392	7.539
Vera Cruz	9.506	14.254
Lauro de Freitas	36.829	79.455
Simões Filho	29.814	46.967
Salinas da Margarida	2.803	5.805
Castro Alves	6.250	8.982
Conceição do Almeida	5.395	5.009
Dom Macedo Costa	853	1.426
Aratuípe	1.818	3.635
Jaguaripe	3.253	7.086
Muniz Ferreira	1.650	2.668
Nazaré das Farinhas	6.363	10.460
Santo Antônio de Jesus	17.440	42.515
Sapeaçu	3.787	6.050
Varzedo	1.688	944

Fonte: IBGE Cidades[40]

F. Escolaridade

A questão da escolaridade da população também será trabalhada nas seções "**2.2.4.6 Educação**" e "**2.2.13 Estrutura Produtiva e de Serviços**", onde são discutidos temas relativos à educação e qualificação da mão-de-obra.

A taxa de analfabetismo (1991-2010) nos municípios da ADA e AID pode ser observada no quadro a seguir. Na primeira área de influência percebe-se a diminuição significativa dos níveis de analfabetismo, entre os anos de 1991 e 2010, destacando-se o caso de Salvador, que reduziu a taxa entre a população acima dos dez anos de 9,6% (1991) para 3,8% (2010). Esta diminuição considerável também é notória nos demais municípios da ADA. Vale ressaltar que esta taxa difere, quando se utiliza a variável "situação do domicílio", uma vez que a taxa ainda é bastante elevada entre a população que vive na área rural.

[40] Idem nota anterior

Nos municípios da ADA, ainda é significativo o contingente de população sem alfabetização na área rural, conforme dados do censo 2010 do IBGE, o que demonstra a fragilidade do sistema educacional nos dias atuais, já que esta taxa é de 18,7% em Salvador e 20,7% em Vera Cruz[41].

O cenário nos municípios da AID é mais alarmante. Mesmo com reduções desde 1991, ainda apresentam índices elevados, como em Aratuípe (33,5%), Nazaré das Farinhas (32,6%), Castro Alves (29,1%) e Jaguaripe (28,5%). Este contingente significativo não se mostra ausente nos municípios com um padrão acentuado de desenvolvimento socioeconômico, a exemplo de Santo Antônio de Jesus, que possui 28,4% de analfabetos vivendo em área rural. Este município foi o único que elevou a taxa entre 2000 e 2010, o que em parte pode ser explicado talvez por fatores relacionados a crescimento populacional e fluxo migratório.

[41] O impacto destas proporções pode apontar para um cenário de vulnerabilidade social,se for somado este contingente com a população contemplada pelo conceito de “analfabetismo funcional”.

Quadro 57– Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo os municípios, Bahia – 1991, 2000 e 2010

Área de Influência	Municípios	Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais, por situação do domicílio (%)								
		1991			2000			2010		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
ADA	Itaparica	17,8	17,8	-	12,8	12,8	-	7,3	7,3	-
	Salvador	9,6	9,6	27,5	5,6	5,6	13,8	3,8	3,8	18,7
	Vera Cruz	21,4	19,7	44,0	13,7	12,4	35,1	10,1	9,4	20,7
AID	Aratuípe	54,3	30,3	77,4	32,9	23,4	45,9	22,0	15,5	33,5
	Castro Alves	44,2	29,9	59,2	27,9	22,6	35,2	21,6	16,9	29,1
	Conceição do Almeida	42,0	35,0	47,0	25,7	19,2	30,8	20,1	14,4	24,6
	Dom Macedo Costa	36,2	28,5	38,3	24,4	20,9	26,3	18,1	13,9	21,5
	Jaguaripe	56,0	44,3	60,8	32,2	27,9	34,4	26,2	21,8	28,3
	Lauro de Freitas	18,8	17,5	21,1	7,9	7,6	16,4	4,5	4,5	-
	Muniz Ferreira	40,1	29,8	47,4	25,8	22,9	28,6	18,4	13,3	22,9
	Nazaré das Farinhas	38,2	26,2	84,9	21,2	16,4	56,8	17,5	14,8	32,6
	Salinas da Margarida	31,0	22,4	37,7	13,6	11,5	15,3	11,1	7,3	14,3
	Santo Antônio de Jesus	26,4	21,8	48,8	14,6	12,9	25,6	11,3	8,8	28,4
	Sapeaçu	36,5	26,5	43,7	22,6	20,2	24,6	14,3	10,8	17,7
	Simões Filho	17,7	16,6	19,5	10,0	8,4	17,6	7,6	6,9	14,1
	Varzedo	47,3	41,1	48,9	25,3	24,8	25,6	21,5	21,2	21,6

Fonte: IBGE.

Este indicador é fundamental para “testar” a eficácia das políticas educacionais nos municípios, uma vez que o analfabetismo demonstra a incapacidade das esferas estatais em garantir a melhoria efetiva da educação, já que exclui uma parcela considerável da população ao fechar as portas da rede de ensino, fruto da ausência desse primeiro passo. Ao mesmo tempo, a permanência do analfabetismo solapa possibilidades mais amplas de desenvolvimento social e qualidade da democracia.

Outra dimensão que explica melhor o contexto da escolaridade nos municípios é a proporção de pessoas acima de 25 anos com o ensino médio completo e com conclusão do ensino superior. Estes dados compõem o quadro a seguir sobre os anos de 1991 e 2010.

Entre os municípios da ADA, há semelhança entre a proporção da população com ensino médio completo, com exceção de Salvador, que de acordo com o censo de 2010 possui 52,28% da população com ensino médio completo.

Nos municípios da AID, esta proporção é expressivamente inferior, já que grande parte detém menos de um terço da população com ensino médio completo, apesar dos avanços obtidos desde 1991, de acordo com os dados disponíveis. Os municípios que, em 2010, possuíam acima de um terço da população com ensino médio completo são Lauro de Freitas (50,72%), Santo Antônio de Jesus (33,02%) e Simões Filho (37,77%), ou seja, aqueles mais desenvolvidos no âmbito socioeconômico.

No entanto, conforme os dados, as taxas elevadas demonstram que esses grupos sociais carecem de políticas mais robustas de educação, uma vez que são entraves para o avanço da formação educacional, já apontando para o fato de que grande parte da população não consegue evoluir nos estudos para além do ensino fundamental, o que serve como barreira para o acesso ao ensino médio integrado (formação profissional e técnica) e o ensino superior.

Neste sentido, são compreensíveis os níveis absurdamente baixos da população com ensino superior completo nos municípios da ADA e AID, apesar dos avanços consideráveis observados desde 1991. Entre os municípios que apresentam tal situação, destacam-se Salvador (14,59%) e Lauro de Freitas (15,28%), já que todos os demais têm menos de 10% da população com ensino superior completo. Vale ressaltar que este dado revela que o acesso às faculdades apresenta limites percebidos na rotina de trabalho e dispõe de parcos incentivos públicos, embora políticas educacionais recentes como PROUNI e FIES, bem como o movimento de

expansão de vagas nas universidades públicas, possa alterar, nos próximos anos, tais porcentuais, mas sem oscilações de grande monta.

A concentração da população com maior escolaridade entre os municípios mais desenvolvidos revela um padrão econômico relacionado ao trabalho, mas também o acesso restrito a essas políticas públicas, que por muito tempo estiveram concentradas na RMS. A oferta de vagas em IES (instituição de ensino superior) nos municípios com médio desenvolvimento alterou a proporção de graduados neste perfil de municípios, o que pode ser comprovado nos dados apresentados, que obtiveram grande salto entre 2000 e 2010. Um dos casos emblemáticos é o de Salinas das Margaridas, que passou de 0,46% para 6,25% no citado período.

Quadro 58– Taxa de escolaridade por municípios entre a população com 25 anos ou mais, Ensino Médio e Superior, 1991-2010

Lugar	% de 25 anos ou mais com médio completo (1991)	% de 25 anos ou mais com médio completo (2000)	% de 25 anos ou mais com médio completo (2010)	% de 25 anos ou mais com superior completo (1991)	% de 25 anos ou mais com superior completo (2000)	% de 25 anos ou mais com superior completo (2010)
Brasil	17,94	23,51	35,83	5,75	6,77	11,27
Itaparica	10,93	19,44	33,09	0,25	1,9	3,33
Salvador	34,13	39,72	52,28	8,58	9,38	14,59
Vera Cruz	11,61	19,5	24,57	1,71	2,36	4
Aratuípe (BA)	6,96	10,61	20,89	0,08	0,42	2,54
Castro Alves	9,73	12,76	20,16	0,74	0,5	2,6
Conceição do Almeida	6,09	10,99	21,11	1,1	0,67	2,19
Dom Macedo Costa	3,29	7,25	19,88	0	0	1,63
Jaguaripe	2,1	7,27	12,59	0,33	0,34	1,37
Lauro de Freitas	20,65	33,46	50,72	5,57	8,99	15,28
Muniz Ferreira	3,98	8,23	22,17	0	0,23	1,3
Nazaré das Farinhas	13,09	20,26	28,13	0,55	0,72	3,31
Salinas da Margarida	5,16	12,61	28,65	0,61	0,46	6,25
Santo Antônio de Jesus	14,33	18,17	33,02	1,5	2,16	5,55
Sapeaçu	7,07	11,78	17,28	0,72	0,8	2,08
Simões Filho	12,98	19,75	37,77	0,8	1,12	3,55
Varzedo	1,53	3,31	16,17	0,11	0,37	1,74

Fonte: PNUD, 2013[42].

O desafio da escolaridade nos municípios constantes do quadro consiste em fomentar a articulação de diversas políticas sociais que assegurem a formação educacional como política de Estado, abrangendo da educação básica ao ensino superior, uma vez que os pequenos municípios são mais afetados pela "exclusão educacional" de uma importante parcela da população. Não havendo desconcentração das oportunidades econômicas, o acesso torna-se pouco "incentivado", além de ficar comprometida a qualidade desse serviço público, o que remonta a um desafio ainda maior e mais complexo de ser superado.

2.2.3.2. Identificação da ocorrência de fluxos migratórios e possíveis agentes causadores

A presença de uma importante metrópole, do porte de Salvador, constitui, de modo geral, um pólo de atração econômica e populacional muito expressivo, conhecido como "efeito cidade", como indicam os estudos de Carmo (2014). Este efeito vai se manifestar mais intensamente nos municípios da ADA. Na área do entorno da Baía de Todos os Santos, o fenômeno não é tão evidente devido à presença de diversas cidades de médio e grande porte, que vão exercer atração sobre as populações rurais e dos pequenos núcleos urbanos.

Como foi descrito na análise das migrações, na parte deste diagnóstico dedicada à AII, o saldo entre o crescimento demográfico e o crescimento vegetativo vai indicar a perda ou ganho de população de um território, num determinado período. Por sua vez, a análise da estrutura etária (pirâmide etária) também permite uma avaliação dos fluxos populacionais, como será abordado no item correspondente logo a seguir.

A análise destes dados e das entrevistas realizadas junto à população dos municípios de Itaparica e Vera Cruz indica a ocorrência de fluxos populacionais significativos, principalmente nas faixas de população mais jovem desses municípios.

Contudo, esse fluxo populacional verificado também é sugestivo de um processo de migração acentuada para outras regiões do estado. Levantamentos de campo

[42] Disponível em meio eletrônico no Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), 2013.

identificaram a busca por oportunidades de emprego, razões de ordem familiar (casamentos) e necessidade de dar continuidade aos estudos como as principais causas de deslocamentos e migrações na região.

Quadro 59– Crescimento Vegetativo da População – ADA, 2010

Salvador	Taxa bruta de natalidade	16,01	15,31	14,75	14,06	13,80	13,65	12,62
	Nº de óbitos	5,37	4,94	4,96	4,98	5,03	5,10	4,92
	Taxa de crescimento natural	**10,64**	**10,37**	**9,79**	**9,08**	**8,77**	**8,55**	**7,70**
Vera Cruz	Taxa bruta de natalidade	14,86	19,88	19,95	18,05	16,06	16,85	14,85
	Nº de óbitos	3,03	4,52	4,57	4,98	4,69	5,11	5,37
	Taxa de crescimento natural	**11,83**	**15,36**	**15,38**	**13,06**	**11,36**	**11,74**	**9,47**
Itaparica	Taxa bruta de natalidade	11,94	16,83	15,20	14,59	14,48	13,22	14,53
	Nº de óbitos	3,34	4,42	6,14	4,44	5,45	4,54	5,62
	Taxa de crescimento natural	**8,60**	**12,41**	**9,06**	**10,15**	**9,03**	**8,68**	**8,91**

Fonte: CIS Elaboração própria

Na AID, os municípios de Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Jaguaripe, Muniz Ferreira e Sapeaçu apresentaram visíveis perdas populacionais, em geral a partir da faixa dos 15 anos, o que normalmente significa a saída de jovens para completar os estudos. Esses municípios também exibem perdas populacionais entre jovens e adultos, o que é um indicativo de migração em busca de trabalho.

Os municípios de Salinas da Margarida, Nazaré das Farinhas, Simões Filho e Varzedo apresentaram uma população mais estável, indicando que o processo migratório não foi significativo. Já os municípios de grande porte, a exemplo de Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus e Salvador, demonstraram ganhos populacionais pelo ingresso de população por processo migratório.

2.2.3.3. Avaliação das tendências de crescimento populacional das áreas urbanas e periurbanas e quanto o empreendimento poderá interferir nessas tendências

A expansão urbana e periurbana que vêm ocorrendo na AII e AID têm levado os municípios dessas áreas a um considerável aumento dos seus problemas e demandas

urbanas. Fica evidente, nesses municípios, que a necessidade de estrutura e de serviços não consegue ser atendida, na mesma velocidade da referida expansão. Desse modo, a realidade observada na maioria dos espaços urbanos torna-se cada vez mais complicada, sendo importante a utilização de instrumentos democráticos de planejamento e de gestão, especialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). A idéia é que este plano seja construído com base nos anseios e proposições da população local, apresentando assim maiores chances de contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos moradores das cidades.

> "Estatuto da Cidade criado em 2001 destaca o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como instrumento de política urbana obrigatório para os municípios com mais de 20.000 habitantes; aos integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; aos situados em áreas de interesse turístico, e aos localizados em áreas de grandes empreendimentos e impactos ambientais. Além disso, a legislação urbana salienta que o referido instrumento deve ser resultado da participação popular e democrática para organizar e planejar o espaço urbano." (ESTATUTO DA CIDADE, 2001 apud SANTOS E BOECHAT, 2013)

O PDDU é um importante instrumento de planejamento, no qual a população local deve ser agente durante todo o processo de elaboração, análise, execução e avaliação. Isto significa dizer que a participação da comunidade na gestão e no planejamento municipal é essencial para que os problemas sejam identificados com maior facilidade e, consequentemente, as possíveis soluções sejam mais condizentes com a realidade.Mencione-se que atualmente encontra-se em elaboração pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) os PDDUs dos municípios de Itaparica e Vera Cruz no âmbito dos estudos do SVO.

Os problemas enfrentados por esses municípios, em sua grande maioria, acabam rebatendo em outros municípios circunvizinhos. Pode-se citar o município de Santo Antônio de Jesus (importante centro comercial e de serviços do Recôncavo – situado na AID), em que as dificuldades expostas atrapalham o desenvolvimento de cidades menores como Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré das Farinhas, São Miguel das Matas, Muniz Ferreira e outras. Isso se deve ao fato de cidades menores dependerem economicamente de municípios mais desenvolvidos.

Não obstante o PDDU desses municípios se propor a trabalhar com a comunidade local, muitas das ações sugeridas para amenizar ou solucionar os problemas urbanos

são deixadas para segundo plano, mesmo sabendo-se que ainda são bastante graves os problemas com habitação, segurança, espaços públicos, saúde e saneamento básico. Com isso, pode-se afirmar que quem mais sofre com toda essa situação é a população mais carente.Nas AII e AID foram apontados vários problemas urbanos, dentre os principais destacam-se: ausência de projetos de intervenção urbanística; falta de qualidade nas escolas e creches públicas; carência em saneamento básico; necessidade de organização de trânsito; falta de vias para circulação de ciclistas e pedestres; necessidade de construção de passarelas; inexistência de área de lazer; carência em habitação popular; falta de transporte coletivo; desemprego; precariedade da segurança pública e da assistência médica.

Diante dos problemas diagnosticados atualmente nessas AII e AID, percebe-se que é necessário um novo modelo de gestão, com foco na participação do povo, no conhecimento e comprometimento dos gestores acerca desta prática, e na construção de planos e projetos que atendam as principais necessidades da população. Tudo isso não é apenas para colocar em prática a legislação urbana municipal, mas, sobretudo, para atender as demandas sociais. Fica evidente que o plano diretor da grande maioria desses municípios vem sendo utilizado apenas para obter recursos públicos junto ao Ministério das Cidades, não assegurando a função social, seu principal objetivo.

Nos municípios em que o setor industrial tem destaque, a dinâmica urbana e periurbana vêm ocorrendo desde meado da década de 1960, quando o governo do estado criou, à margem norte da Baía de Todos os Santos, o Centro Industrial de Aratu-CIA, para atrair investimentos beneficiados pelos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – a SUDENE.

Conforme destaca Brandão (2007, p.3),

> “Esses investimentos aconteceram e pouco se reproduziram, mas o Porto de Aratu, criado na ocasião, continuou a crescer”. A partir dos anos 1970, com o surgimento da RMS, em 1973, consolidou-se a segmentação entre Salvador e o Recôncavo. A RMS tomou para a si as ilhas da baía, os municípios petroleiros de Candeias e São Francisco do Conde e alguns municípios vizinhos à capital. Mais tarde, criou-se, no Recôncavo Norte, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (1971), a nordeste do CIA, sem um verdadeiro cuidado relativo à cultura, ao meio ambiente e às potencialidades econômicas dessa subregião” (2007, p.3)

Os principais vetores de crescimento/investimentos industriais, por setor, que compreendem os municípios das AII e AID são: setor automotivo, setor de petróleo e gás, setor petroquímico, setor turístico e o setor naval. No que tange ao setor automotivo, estimativas da indústria apontam altas das vendas e da produção, saindo de 3,6 milhões de veículos, em 2010, para 4,5 milhões de unidades em 2016. Para os próximos anos, já são US$ 2,5 bilhões em investimentos para o setor, incluindo a ampliação e instalação de montadora de automóveis, motocicletas e fabricantes de componentes e autopeças. A produção de automóveis da Ford, em Camaçari, mostra a tendência de diversificação do setor industrial baiano, ampliando as opções de integração do setor petroquímico com a indústria de transformação.[43]

Na área da petroquímica, a Refinaria Landulfo Alves (RLAM), é a segunda maior do país em termos de capacidade e de variedade de produtos. O complexo localizado em Camaçari foi o primeiro planejado no hemisfério sul e conta com mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros segmentos. Com a atração de novas empresas para o estado, o Complexo de Camaçari experimenta um novo ciclo de expansão.

O campo de Manati, localizado na Baía de Camamu começou a operar em 2006, em consórcio com duas empresas privadas e com um aumento expressivo na produção que permitiu o estado passar de importador a exportador de gás.

O setor naval, vem recebendo um grande impulso em função das encomendas para construção de navios, sondas e plataformas pela Petrobras para a área de atividadede exploração e produção *offshore*, inclusive do Pré-sal. A indústria naval também gerou grandes investimentos na construção de um novo estaleiro em São Roque do Paraguaçu e no Polo Industrial de Maragogipe. Esses investimentos vem promovendo o desenvolvimento econômico também na região mais a oeste do Recôncavo Baiano, e nos municípios Saubara, Salinas da Margarida, São Félix e Cachoeira e em Salvador, no Polo Industrial de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu[44].

O município de Maragogipe, que historicamente vivenciou em diferente momento, expansão e estagnação econômica, vem apresentado perspectivas favoráveis para a retomada do seu dinamismo econômico coma chegada de grandes investimentos. O

[43]Disponível em<http://www.sicm.ba.gov.br/Pagina.aspx?pagina=automotivo> Acesso em junho de 2014

[44] Industria Naval. Disponível em < http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-3121.pdf > Acesso em junho de 2014.

Canteiro São Roque do Paraguaçu (em operação) e o Estaleiro Enseada do Paraguaçu e o novo Polo Industrial de Maragogipe já estão mudando a economia do município e da região.

Tem-se portanto a visão de que as intervenções urbanas ocorridas – através dos investimentos locais, crescimento e desenvolvimento desses municípios – devem se espalhar pelas pequenas cidades, de forma que elas possam absorver o crescimento esperado, sem comprometer ainda mais a qualidade de vida de suas populações, que resulta em êxodo para centros maiores da região e de fora.

> *Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica.* Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um *desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade*: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais de justiça social. (SOUZA 2007:101)

Cabe sublinhar que o atual modelo de urbanização, nos municípios da AII e AID, vem ocorrendo, quase sempre, de forma desestruturada, o que gera um conjunto de problemas internos, que influenciam nas condições de vida da população. Sendo assim, faz-se necessário a atuação de uma boa gestão política, com planejamento e aplicação de políticas públicas, que visem satisfazer as necessidades da sociedade.

Nos municípios menores, a precariedade da qualidade de vida é preocupante e resulta da carência de infraestrutura e oferta de bens e serviços básicos às condições de vida da população, e acabam contribuindo para a degradação ambiental.

Diante dessa degradação ambiental, foi criado o zoneamento ambiental, um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938/81, disposto no artigo 9º, II da referida lei.

> De certo modo, todo zoneamento tem função ambiental, inclusive o Zoneamento Urbano. Em essência, identificam-se o Zoneamento Ambiental e o Urbano no fato de que ambos são zoneamentos de uso do solo. A diferença é apenas de enfoque, está apenas no fato de que o objetivo do Zoneamento Ambiental é primordialmente a proteção do meio ambiente, de sorte que o uso

aí permitido será estritamente limitado. Ambos constituem, pois, disciplina de uso do solo particular. (SILVA, op. cit., p. 274.)

Conceitualmente o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é uma ferramente de gestão prevista nas Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, e tem como objetivo planejar e ordenar o território, visando o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o principal objetivo do zoneamento ambiental é a proteção do meio ambiente, bem como a limitação de uso do solo particular, incidindo diretamente na limitação da propriedade.

Dessa forma, é possível afirmar que a melhoria da infraestrutura urbana, nas AII e AID, requer intervenções nas cidades polos (Camaçari, Candeias, Madre de Deus, Valença, Simões Filho e Lauro de Freitas), visando dotá-las de sistema viário e de transportes condizentes com um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável. A expansão da economia nesses municípios criou novas demandas de infraestrutura nas cidades, cujas malhas urbanas encontram-se saturadas e degradadas. Em outras palavras,essa nova demanda emerge devido à acelerada expansão urbana e periurbana, sem o acompanhamento das infraestruturas adequadas, sendo ela a causadora de impactos ambientais nocivos à sociedade. A falta de um planejamento eficaz afeta a qualidade de vida da população urbana. O crescimento inadequado das cidades gera a ocupação de locais degradados, que não garantem as condições básicas de moradia. Fica evidente que o aumento da degradação do meio ambiente é resultado direto do crescimento da taxa de urbanização e da falta de planejamento urbano[45].

O zoneamento, portanto, é de fundamental importância dentro dos planos diretores das cidades, pois visa as necessidades de cada comunidade em particular. Sua implantação garante um controle por parte dos gestores municipais, no que diz respeito às atividades econômicas, sociais, turísticas, de lazer, enfim, e ainda no desenvolvimento das regiões e na redução das desigualdades sociais e econômicas.

[45] Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo1/1c.pdf> Acesso em junho de 2014.

Através dos referidos mecanismos e de todo levantamento feito sobre o que diz respeito ao desenvolvimento, crescimento e expansão urbana e periurbana dos municípios, nota-se que, apesar de o PDDU ser um instrumento de fundamental importância para organização destes, a maioria de suas propostas ainda não foi colocada em prática. Além disso, pode-se salientar que a participação da população dos respectivos municípios no processo de elaboração e desencadeamento do PDDU deixa muito a desejar. É importante destacar que a SEDUR está elaborando os PDDUs de Itaparica e Vera Cruz (no âmbito dos Estudos Urbanísticos do SVO. Diversos municípios da AID e da AII estão também neste momento,atualizando seus Planos Diretores Urbanos.

No tocante aos serviços, saneamento básico e aos espaços públicos destinados ao lazer, percebe-se que a grande maioria dos municípios da AII e AID apresentam ausência e/ou deficiência em suas ofertas e que os espaços públicos voltados para o lazer e entretenimento são insuficientes para acolher as pretensões e necessidades da população. Diante desse cenário, é indispensável que a sociedade local se organize, para que o PDDU seja repensado e comece a proporcionar alterações expressivas no cotidiano.

Por fim, estima-se que o empreendimento deva exercer uma grande atração de investimentos do setor imobiliário, promovendo a ocupação da ilha e de forma secundária os municípios vizinhos. A facilidade de acesso, a sinergia com investimentos industriais dos municípios próximos, como Maragogipe, devem transformar Vera Cruz e Itaparica num novo eixo de expansão urbana de Salvador. A realização deste prognóstico, contudo, depende de muitos fatores e contingencias, algumas das quais não são possíveis de serem previstas ou controladas.

Projeções de crescimento populacional, como afirma o IBGE, precisam ser retificadas anualmente (um exemplo semelhante é o calculo do PIB que é ajustado mês a mês).

Um dos elementos basico na elaboração de projeções é o crescimento vegetativo que depende de subjetividades que atuam nas decisões das famílias. Fatores externos como Saude, otimismo, crises políticas e economicas locais e internacionais vão pesar nas decisões. Por isso as previsões de crescimento costumam ser feitas com base nas taxas de crescimento dos anos anteriores.

Da mesma forma o crescimento demográfico vai depender de variáveis ligadas a oportunidades como emprego, moradia, mobilidade, políticas públicas que dependem

de governos etc. Uma crise na industria naval, o desaquecimento da economia ou uma crise no setor imobiliário, assim como um aumento dos custos da construção civil, por exemplo, podem afetar negativamente os projetos de urbanização dos município e desacelerar o processo de ocupação da ilha.

Nota Técnica 2

Os índices de morbidade e mortalidade solicitados pelo **TR** (Termo de Referência) nesta seção são apresentados e discutidos no item "**2.2.4.7 Saúde**", deste diagnóstico, que aborda as questões de saúde das áreas de influência, de forma mais abrangente.

2.2.4. Infraestrutura

Este tópico está voltado para a localização, em diagrama, dos equipamentos públicos e privados, habitações, aterros sanitários e existência de lixões em faixa de domínio das rodovias, bem como caracterização da infraestrutura existente quanto aos aspectos apresentados de seguida.

2.2.4.1. Transporte

A. Condições de funcionamento e capacidade dos sistemas de transporte, rede de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos

Com um modelo de transportes centrado essencialmente na estrutura rodoviária, o município de Feira de Santana, mais a noroeste da capital, vem formando um espaço bipolarizado com Salvador, onde Feira de Santana desponta como o importante distribuidor regional e portal de acesso a Salvador. A oeste, o município de Santo Antônio de Jesus começa a assumir uma posição de distribuidor sub-regional. Os demais municípios do Recôncavo, especialmente os situados mais ao sul, vivem dificuldades em seu desenvolvimento, em parte pela proximidade dos grandes centros, que absorvem e atraem capitais e novas atividades, em consequência, mais população, e em parte devido ao relativo isolamento em relação aos principais fluxos suprarregionais e à precariedade das articulações intrarregionais.

A política de industrialização, que teve início em meados do século XX, esteve voltada para a indústria automobilística e priorização do transporte rodoviário, o que resultou

na obsolescência da rede ferroviária regional e da navegação de cabotagem, bem como na criação de novas centralidades, apoiadas em novas articulações rodoviárias. Atualmente, o transporte local de cargas e passageiros é feito quase exclusivamente pelas rodovias da região, embora uma parte pequena deste fluxo de pessoas e mercadorias recorra a pequenas embarcações que navegam na BTS.

Essa fase foi a responsável pela maior reestruturação regional, com o reforço de novos centros regionais, que se beneficiaram com os fluxos rodoviários, a exemplo de Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, assim como com o isolamento das cidades tradicionais do Recôncavo, que com o fim dos ciclos econômicos agroexportadores passaram a viver um período letárgico, a exemplo de Jaguaripe, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Santo Amaro e São Francisco do Conde. A cidade de Salvador, que historicamente esteve voltada para o porto, volta-se para o interior do estado, com base na rodovia BR-324.

Ferrovias

Os fluxos ferroviários da Bahia encontram-se praticamente desativados, voltados apenas para o transporte de derivados de petróleo, cimento, calcário, trigo, soja e farelo de soja O transporte de passageiros está limitado à linha suburbana da RFFSA-Rede Ferroviária Federal em Salvador, fazendo a ligação Calçada – Valéria. A malha ferroviária do estado pertence à Ferrovia Centro Atlântica, que é uma empresa do Grupo Valor da Logística Integrada-VLI.

Segundo o site da FCA[46], a malha dessa ferrovia possui uma bitola de um metro e uma extensão de 1.495km, distribuídos em três ramais que cobrem 56 municípios, assim especificados: linha Centro, com 447km, estabelecendo ligação entre Salvador e Juazeiro; linha Sul, com 788km entre Salvador e Minas Gerais e Linha Norte, ligando Salvador à cidade de Propriá, na divisa do estado com Sergipe e Alagoas.

[46] Disponível em <http://www.fcasa.com.br/> Acesso em maio de 2014.

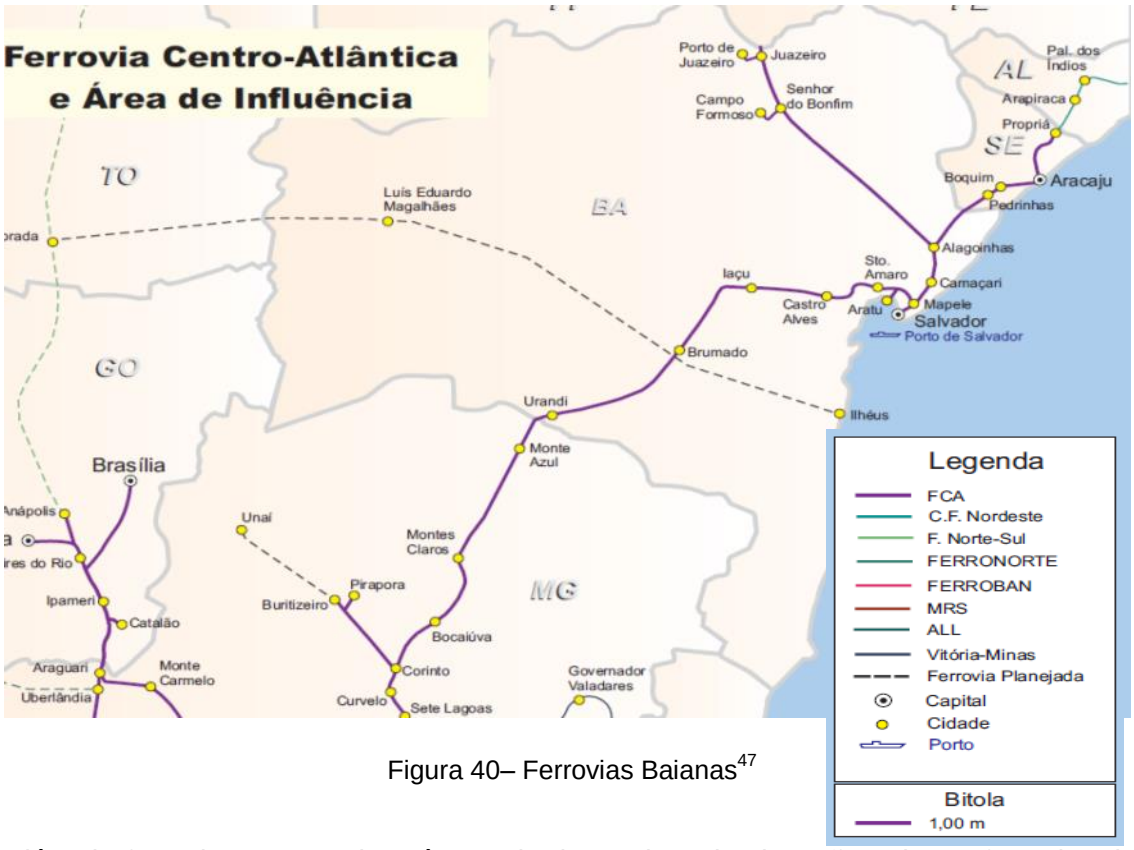


Figura 40– Ferrovias Baianas[47]

Além da ferrovia que atende a área suburbana de Salvador, não existem ferrovias de transporte de passageiros em atividades na ADA e na AID. Na AII, os municípios de Cachoeira, Castro Alves, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Candeias e São Félix são atendidos pelo ramal Sul da FCA, que ainda faz conexão com Itatin, Muritiba, Capoeiruçu, Conceição de Feira, Afligidos e Bracatif até Candeias. O ramal Norte serve os municípios de Simões Filho, Camaçari e Dias d`Ávila, seguindo em direção a Alagoinhas. Os terminais de carregamento no estado estão nos municípios de Catiboaba, Candeias e Camaçari.

A linha Sul foi, segundo Giesbrecht (2012)[48],

> "Formada pela união das linhas de diversas ferrovias, quase todas originadas no século 19, como a E. F. Central da Bahia, a E. F. Bahia ao São Francisco, a E. F. de Santo Amaro e a E. F. Centro-Oeste da Bahia, que, quando

[47] Disponível emhttp://www2.transportes.gov.br/bit/03-ferro/3-princ-ferro/1-princ-emp-ferro/fca/pdf/mapa-fca.pdf. Acesso em agosto de 2014.
[48] GIESBRECHT, R.M. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_monte%20azul/cachoeira.htm> Acesso em outubro 2012.

> finalmente unidas sob o nome de Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB), entre 1935 e 1939, tiveram suas linhas unidas e prolongadas de forma a, em 1951, ligarem Salvador e Mapele à localidade mineira de Monte Azul, ponta dos trilhos da E. F. Central do Brasil. Trens de passageiros passaram pelos seus diversos pedaços desde cada uma de suas origens até a linha completa, desaparecendo em 1979, quando somente faziam o trecho Iaçu-Monte Azul, no sul, e até o início dos anos 1980 entre Mapele e Candeias. Hoje a linha é utilizada apenas por trens cargueiros, que sofrem para passar pelo gargalo do rio Paraguaçu".

Mais recentemente, o estado passou a investir na construção de uma ligação entre o litoral e o oeste baiano. Trata-se de um projeto do governo do estado e da Bahia Mineração – BAMIN, que passou a ser conhecido como Ferrovia da FIOL. Essa ferrovia, que está em construção, além de ligar o litoral sul do estado a Tocantins, fazendo conexão com a Ferrovia Norte Sul, irá funcionar para escoar os minérios das minas de Caetité e a produção de grãos do oeste baiano para o Porto Sul, situado em Ilhéus. No sentido inverso, a ferrovia irá transportar insumos agrícolas, a exemplo de fertilizantes, de Ilhéus para o oeste do estado.

Na página da Valor da Logística Integrada-VLI é apresentado o mapa seguinte, que descreve as integrações entre a rede ferroviária e os terminais portuários do estado. O Terminal Portuário Inácio Barbosa está localizado no estado de Sergipe.



Fonte: Valor da Logística Integrada-VLI[49]

Figura 41 – Malha da Ferrovia Centro Atlântica – Corredor Minas – Bahia

Aeródromos

Os fluxos aéreos da região da AII são limitados a voos fretados de companhias de taxi aéreo regional. Os dois aeroportos com voos regulares mais próximos da AII encontram-se em Ilhéus (aeroporto Jorge Amado), que fica fora das áreas de influência do empreendimento, e em Salvador, no Aeroporto Deputado Luis Eduardo Magalhães, este situado na ADA. O aeroporto de Salvador é o único da região com capacidade para VFR diurno/noturno e IFR diurno/noturno.

O aeroporto de Salvador, Deputado Luis Eduardo Magalhães, é o sexto maior terminal aeroportuário do país e o maior do estado, operando com inúmeras companhias aéreas, com voos regulares regionais, nacionais e internacionais das empresas: TAM, Gol, Avianca, American Airlines, Azul, Condor, TAP Portugal, AirEuropa Trip e Passaredo. No terminal, também operam companhias de taxi aéreo, que fazem voos para diversos municípios do estado. Segundo a Infraero, o terminal aeroportuário de Salvador atende 278 voos domésticos diários e 44 voos internacionais por semana, com capacidade de receber 13 milhões de passageiros por ano, contando também com um terminal de carga para empresas que operam no transporte interestadual de mercadorias.

[49] Disponível em < http://www.vli-logistica.com.br/pt-br/conheca-a-vli/mapa-interativo.aspx> Acesso em maio de 2014

Além do terminal aeroportuário de Salvador, existem na região pequenos aeródromos, como o da Ilha de Itaparica, João Durval Carneiro, em Feira de Santana e os localizados nos municípios de Valença,Ituberá e Castro Alves.



Figura 42– Angar de Aeródromo da Ilha de Itaparica–Vera Cruz

O Aeroclube de Itaparicaestá localizado na latitude -13º 1`30.17" e longitude -38º 39`59.29" tem, segundo o site especializado geoview.info[50]tem capacidade para receber aviões de porte médio, tipo Fokker-50, Bandeirantes e Brasília.

[50] Disponível em<http://br.geoview.info/hangar_do_aeroclube_da_bahia_Itaparicaba,1212793p> Acesso em agosto de 2014

Quadro 60 – Aeródromos da ADA e AID

ICAO	Aeródromo	VFR Diurno	VFR Noturno	IFR Diurno	IFR Noturno	HEMIS_LAT	LATGG	LATMM	LATSS	HEMIS_LONG	LONGGG	LONGMM	LONGSS	Elevação	Comprimento	Largura	CABECEIRA A
SBLP	Bom Jesus da Lapa	**Sim**	**Sim**	**Sim**	**-**	**S**	**-13**	**15**	41	W	-43	24	27	443	1211	30	18
SBSV	Deputado Luís Eduardo Magalhães	**Sim**	**Sim**	**Sim**	**Sim**	**S**	**-12**	**54**	31	W	-38	19	21	20	3003	45	10
SNJD	João Durval Carneiro	**Sim**	**-**	**-**	**-**	**S**	**-12**	**12**	11	W	-38	54	24	234	1500	30	13
SNVB	Valença	**Sim**	**Sim**	**-**	**-**	**S**	**-13**	**17**	47	W	-38	59	33	6	1800	30	4
SNZW	Ituberá	**Sim**	**-**	**-**	**-**	**S**	**-13**	**43**	56	W	-39	8	30	4	850	20	9
SSRF	Castro Alves	**Sim**	**-**	**-**	**-**	**S**	**-12**	**46**	7	W	-39	26	57	265	1300	21	13
SDVE	Vera Cruz	**Sim**				**S**	**-22**	**13**	49	W	-49	49	7	640	770	20	14

Fonte: ANAC[51]

[51]Disponívelem http://www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD_CHAVE=8 Acesso em agostode 2014

Quadro 61 – Aeródromos e Helipontos da AID e ADA

Código OACI	Tipo	Município /Nome	Latitude	Longitude	Altitude	Operação	PCN	Pista 1 – designação	Pista 1 largura	Pista 1 comprimento	Pista 1 superfície	Heliponto – formato	Heliponto superfície	Proprietário
SDLO	Aeródromo	Cairu Fazenda Pontal	133352S	385620W	3	VFR Diurna	5700Kg/0,50MPa	12 30	18	750	Concreto			Perini Administração e Investimentos Ltda.
SNCL	Aeródromo	Cairu Lorenzo	132322S	385436W	1	VFR Diurna	5700Kg/0,50Mpa	04 22	18	799	Cascalho			Agropecuária Casari LTDA
SNFT	Aeródromo	Ituberá Fazenda Serinhaém	135012S	385937W	3	VFR Diurna	5700kg/0,50MPa	03 21	18	700	Cascalho			Erico Leite
SNFV	Aeródromo	Simões Filho Lago Joanes	124000S	382345W	73	VFR Diurna	5700Kg/0.50MPa	13 31	18	795	Cascalho			Patrimonial MC ltda
SDJH	Heliponto	Salvador Norberto Odebrecht	125745S	382608W	47	VFR Diurna/ Noturna						Quadrado	Concreto	Construtora Norberto Odebrecht

Código OACI	Tipo	Município /Nome	Latitude	Longitude	Altitude	Operação	PCN	Pista 1 – designação	Pista 1 largura	Pista 1 comprimento	Pista 1 superfície	Heliponto – formato	Heliponto superfície	Proprietário
SIAT	Heliponto	Madre de Deus	124419S	383605W	5	VFR Diurna						Quadrado	Concreto	Petrobras Transporte S/A – Transpetro
SICX	Heliponto	Salvador Edifício Trade Center	125902S	382713W	106	VFR Diurna/ Noturna						Quadrado	Concreto	Condomínio Salvador Trade Center
SIND	Heliponto	Salvador Ondina	130034S	383014W	33	VFR Diurna						Quadrado	Concreto	Governo do Estado da Bahia
SJUP	Heliponto	Camaçari Braskem	124046S	381916W	68	VFR Diurna/ Noturna						Quadrado	Concreto	Braskem S/A
9PMM	Heliponto em Plataforma	Manati 1	132924S	384845W	28	VFR Diurna						Quadrado	Metálico	PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A

Os aeródromos constantes do Quadro 61, contudo, apresentam limitações quanto às instalações do terminal, do tamanho da pista, de equipamento de aproximação ou voo noturno, atendendo apenas a pequenas aeronaves. Existe forte pressão local para recuperação e ampliação do aeroporto de Feira de Santana, para torná-lo operacional para voos comerciais.

Portos

A Companhia de Docas da Bahia – CODEBA é o órgão responsável pela administração dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, que são os terminais portuários de maior porte em atuação no estado. Segundo esse órgão[52], o Porto de Salvador atua com uma capacidade de movimentação de carga de 5 milhões de toneladas/ano e apresenta as seguintes características:

- 2.092 metros de cais acostáveis
- Profundidade de -8 (armazéns 1 e 2), de -12 (armazéns 3 e 4), de –10 (armazéns 5, 6, 7 e 8) e de -15 no terminal de contêineres e no cais de ligação
- 9 armazéns da carga
- Disponibilidade do cais para 10 navios atracados simultaneamente
- Frequência média de navios aportados de 75 navios/mês

Suas instalações possuem os seguintes equipamentos**:**

- Terminal de contêineres
- 2 portêineres
- 1 transtêiner
- 9 empilhadeiras reach stackers
- 2 RTG (sob plano de expansão)

As principais mercadorias movimentadas são:

[52] Disponível em <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/porto_salvador.php?secao=porto_salvador_infraestrutura> acesso em maio de 2014.

- Granéis sólidos (trigo)
- Granéis líquidos (asfalto) Contêiners
- Carga em geral (granito, celulose e produtos de siderurgia)

No ano de 2014, a movimentação no porto de Salvador, até o mês de abril, envolveu 227 navios e 1.286.027 toneladas de carga. No mesmo período do ano anterior, o porto movimentou 1.080.771 toneladas, envolvendo 253 navios. O volume de carga nos primeiros quatro meses do ano vem aumentando regularmente desde 2010, embora o número de navios envolvidos tenha diminuído no mesmo período.

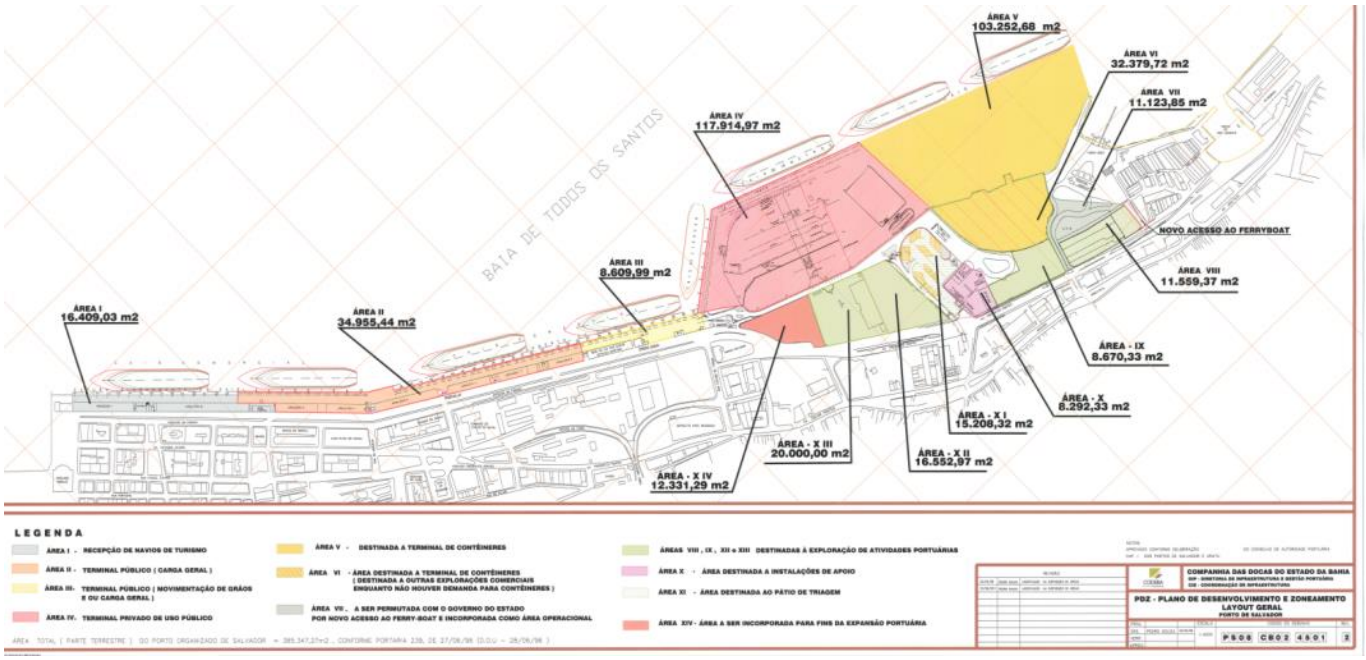
Quadro 62 – Movimentação de carga e navios no Porto de Salvador, 2014

Espécie De Carga – Em Tonelada														
Meses	Carga Geral		Granel Sólido		Conteineriz ada		Prod. Líquido		Prod. Gasoso		Nº Conteiner Em TEU		Total	Nº De
	Import	Export	Import	Export	Import	Export	Import	Export	Import	Export	Import	Export	Geral	Navios
Janeiro	0	0	86.871	59.566	0	0	284.856	127.146	0	39.593	0	0	**598.032**	54
Fevereiro	0	0	129.426	64.118	0	0	250.468	91.486	0	38.062	0	0	**573.560**	41
Março	0	0	128.246	47.271	0	0	312.217	125.639	0	42.327	0	0	**655.700**	55
Abril	0	0	166.107	0	0	0	191.870	80.585	0	47.912	0	0	**486.474**	48
Maio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Julho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Agosto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Setembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Novembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Dezembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Total	**0**	**0**	**510.650**	**170.955**	**0**	**0**	**1.039.411**	**424.856**	**0**	**167.894**	**0**	**0**	**2.313.766**	**198**

Fonte: CODEBA

Os fluxos navais mais significativos encontram-se restritos a Salvador, Simões Filho, Candeias e São Francisco do Conde, como consequência dos portos e terminais marítimos que estes municípios abrigam, apesar de suas limitações.

O Porto de São Roque do Paraguaçu, altamente especializado, está restrito à movimentação operacional do estaleiro para a produção de plataformas offshore de exploração de petróleo. Os demais portos encontram-se praticamente desativados, cumprindo funções inexpressivas.



Fonte: CODEBA

Figura 43 – Zoneamento do Porto de Salvador, 2014

O Porto de Aratu, localizado na baía de mesmo nome, na ponta da Sapoca, na entrada do Canal de Cotegipe, em frente à Ilha de Maré, foi criado na década de 1970 para atender as demandas do polo industrial. O Complexo de Aratu é responsável por 60% das operações da CODEBA e possui, segundo este órgão, “quatro terminais”:

- TPG – Terminal de Produtos Gasosos, com berço de 189 metros;
- TGL – Terminal de Granéis Líquidos, com dois berços que perfazem 340 metros;
- TGS – Terminal de Granéis Sólidos, com três berços, numa extensão de 366 metros.

O Porto de Aratu está equipado para a movimentação de granéis sólidos, produtos líquidos e gasosos, além de uma ampla variedade de outros produtos, operando simultaneamente minérios e produtos petroquímicos.

De janeiro a abril deste ano de 2014 o Porto de Aratu recebeu 198 navios e movimentou 2.313.766 toneladas de mercadorias, sendo que a maior parte dela era constituída de produtos líquidos provenientes da indústria petrolífera das refinarias da região. Estão previstas melhorias para aumentar sua capacidade de movimentação de carga para os próximos anos.

Quadro 63– Movimentação de Carga e navios no Porto de Aratu, 2014

Espécie de Carga – Em Tonelada														
Meses	**Carga Geral**		**Granel Sólido**		**Conteinerizada**		**Prod. Líquido**		**Prod. Gasoso**		**Nº Conteiner Em TEU**		**Total**	**Nº de**
	Import	**Export**	**Import**	**Export**	**Import**	**Export**	**Import**	**Export**	**Import**	**Export**	**Import**	**Export**	**Geral**	**Navios**
Janeiro	4.712	0	37.542	0	115.090	123.154	0	0	0	0	10.288	10.176	**280.498**	58
Fevereiro	13.842	2.663	32.713	0	116.921	135.195	0	0	0	0	8.852	11.434	**301.334**	52
Março	4.755	10.113	41.038	0	141.179	156.337	0	0	0	0	12.632	11.612	**353.422**	66
Abril	1.654	3.245	58.444	0	158.590	128.840	0	0	0	0	12.150	7.290	**350.773**	51
Maio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Julho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Agosto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Setembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Novembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Dezembro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0
Total	**24.963**	**16.021**	**169.737**	**0**	**416.690**	**420.37**	**0**	**0**	**0**	**0**	**43.922**	**40.512**	**1.286.027**	**227**

Fonte: CODEBA[53]

[53] Disponível <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/porto_salvador.php?secao=porto_salvador_estatisticas> Acesso em maio de 2014.

Rodovias

O Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA responde pelo gerenciamento do sistema estadual de transportes, que inclui terminais modais e uma rede com mais de 20.000km de rodovias estaduais. Esta autarquia também atua na construção e administração dos terminais rodoviários, hidroviários e aeroviários da Bahia, além de apoiar a conservação dos sistemas municipais, com aproximadamente 90.000km, distribuídos em uma área de 560.000km². Suas atribuições incluem:

- "Promover, em articulação com a Secretaria de Infraestrutura, a elaboração e revisão periódica, pelo menos de cinco em cinco anos, do Plano de Transportes do Estado;
- Elaborar estudos e projetos relativos à subfunção transporte;
- Executar o Plano de Transportes do Estado e obras correlatas, mediante programas anuais de trabalho;
- Construir, manter e conservar as estradas estaduais e federais delegadas;
- Controlar, fiscalizar e policiar o tráfego nas rodovias estaduais e federais delegadas, no que lhe couber;
- Promover a construção, manutenção e conservação das pistas de aeroportos e de terminais rodoviários, hidroviários e aeroviários, bem como a administração dos terminais não delegados"[54].

Na região constituída pelas ADA, AID e AII existe uma extensa rede de rodovias municipais, estaduais e federais. No âmbito do estado, essa área está sob a responsabilidade das 1ª, 2ª, 6ª, e 17ª Residências Rodoviárias do Derba.

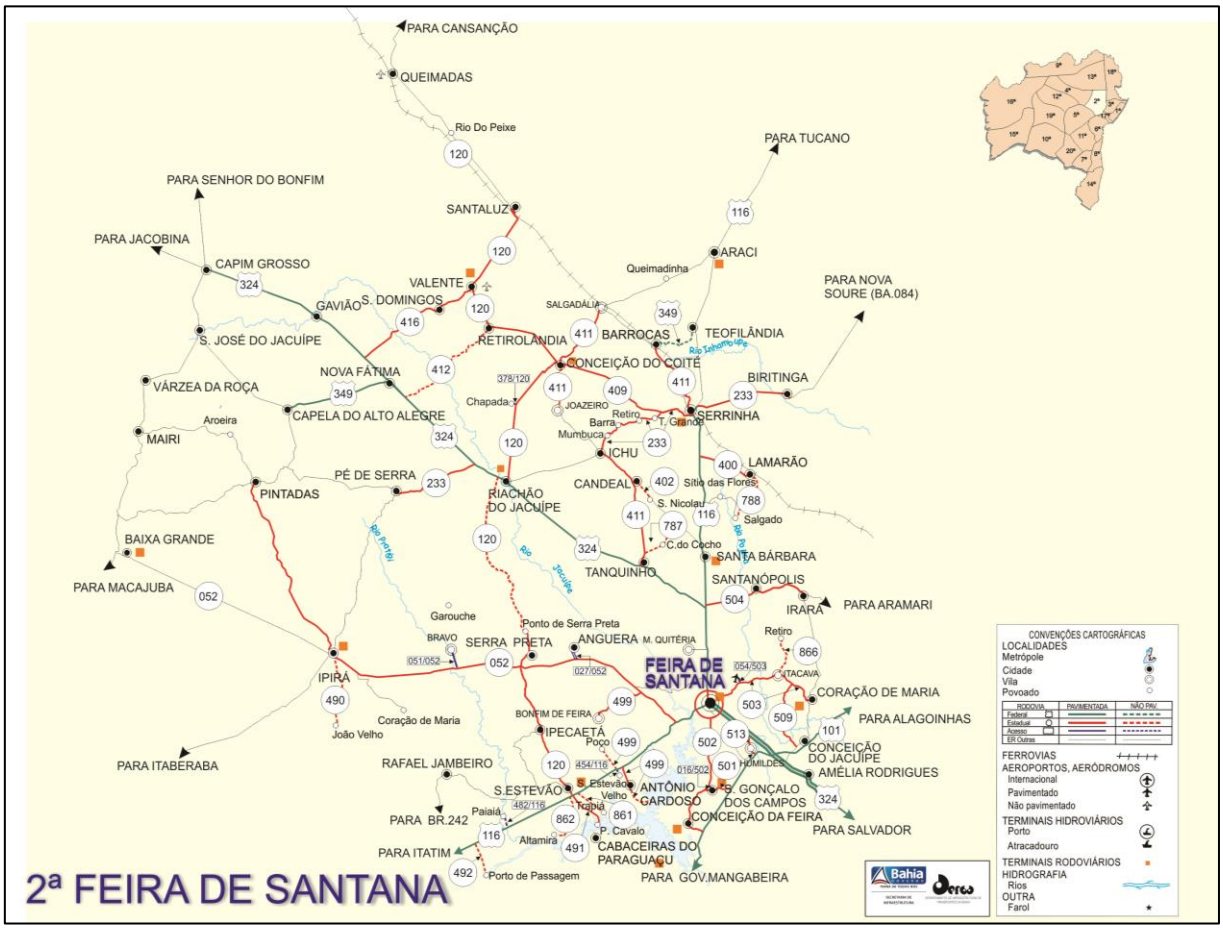
[54] Disponível em < http://www.derba.ba.gov.br/portal/institucional > Acesso em: 14/03/2014.



Fonte: http://www.derba.ba.gov.br/download/mapas/jpg/map1.jpg

Figura 44– 1ª Residência Rodoviária

A Residência de Camaçari cobre 386,9km de rodovias estaduais, 7,1km de rodovias federais/estaduais coincidentes e 10km de acessos rodoviários. Na região da 1ª Residência existem ainda 253km sob regime de concessão, assim distribuídos: 104,2km de rodovia para a Bahia Norte; 13,5km para a Via Bahia e 136,1km para a Concessionária Litoral Norte.



Fonte:DERBA

Figura 45 – 2ª Residência Rodoviária

A 2ª Residência Rodoviária cobre um total de 816Km de rodovias estaduais, federais estaduais coincidentes e acessos rodoviários, mas apenas uma pequena parte está inserida dentro da AII. A 6ª Residência responde por 861,40km de rodovias estaduais, 141,50km de rodovias federais estaduais coincidentes e 16,20km de acessos rodoviários, perfazendo um total de 1.019,1km. A 17ª Residência responde por 280,1km de rodovias estaduais, 87,2km de rodovias federais estaduais coincidentes e 6,5km de acessos rodoviários.

Do total de 2.658,3km[55] das rodovias vinculadas às quatro residências do Derba aqui citadas, 761,7km são pavimentados com Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ. O resto possui apenas Tratamento Superficial Duplo -TSD, Tratamento Superficial Simples –TSS e Tratamento Contra Pó-TCP.

[55] Excluindo as rodovias sob concessão.



Fonte: DERBA

Figura 46– 6ª Residência Rodoviária



Fonte:DERBA

Figura 47– 17ª Residência Rodoviária

As principais rodovias da região são as rodovias longitudinais: BR116; BR110; BR101; BA001; BA099 e a rodovia transversal BR324. A BR116 e a BR101 atravessam todo o estado da Bahia, estabelecendo comunicação entre o norte e o sul do país. A BR110 liga Salvador a Paulo Afonso. A BA001 é uma rodovia estadual, que liga todo o litoral sul do estado até Salvador e a BA099 cobre todo o litoral norte do estado a partir de Salvador.

B. Caracterização dos impactos/interferências previstos nas diferentes vias de acesso existentes

Nota Técnica 3

No item“**2.2.7 Tráfego de Veículos**”, do presente relatório, é feita uma análise detalhada das interferências e impactos causados nas vias de acesso em Salvador e na Ilha de Itaparica, além de outros aspectos relativos ao fluxo de trânsito, alterações na malha viária, dentre outros, com base nos estudos executados pelo DERBA, cujo relatório completo:“Caderno de Estudo de Tráfego, Volume I/III – Relatório Técnico” é apresentado nos Anexos ao Volume 2 – Tomo 3 (Anexo I).

2.2.4.2. Energia Elétrica

A. Redes existentes e cargas associadas

O esquema das Redes de Energia e cargas associadas da ADA e AID encontram-se apresentadas em detalhes, no presente relatório, no item 2.1.15, com representação na Figura 19, Figura 20 e Figura 21.

No estado da Bahia, a conexão e o atendimento ao consumidor de energia elétrica são realizados pela distribuidora Coelba, que funciona como elo entre o setor de energia elétrica e a sociedade, visto que suas instalações recebem das companhias de transmissão todo o suprimento destinado ao abastecimento do estado da Bahia. Nas redes de transmissão, após deixar a usina, a energia elétrica trafega em tensão que varia de 88kV (quilovolts) a 750kV, conforme descrito no item sobre linhas de transmissão na AII. Ao chegar às subestações da distribuidora, a tensão é rebaixada e, por meio de um sistema composto por fios, postes e transformadores, chega à unidade final em 127 volts ou 220 volts.

Os direitos e obrigações da Coelba são estabelecidos em contrato de concessão para a exploração do serviço público em área do território geográfico do qual detém o monopólio do fornecimento de energia elétrica. O cumprimento dos contratos de concessão e as atividades desenvolvidas são estritamente regulados e fiscalizados pela Aneel. Entre as variáveis reguladas pela Agência estão as tarifas e a qualidade do serviço prestado – tanto do ponto de vista técnico, quanto de atendimento ao consumidor.

Para efeito de aplicação das tarifas de energia elétrica, os consumidores são identificados por classes e subclasses de consumo: residencial, industrial, comercial e serviços, rural, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio. Cada classe tem uma estrutura tarifária distinta, de acordo com as peculiaridades próprias de consumo e de demanda de potência.

A Coelba ampliou o sistema elétrico do Recôncavo Baiano, incluindo a Ilha de Itaparica. As principais obras realizadas pela concessionária na região foram: 1) construção de redes de distribuição e alimentadores; 2) automação de subestações e troca de postes e equipamentos, visando à melhoria do fornecimento de energia elétrica para a área. O polo do Recôncavo é formado por 25 cidades: Amargosa, *Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Itaparica,* Itatim, *Jaguaripe,* Jiquiriçá, *Lage,* Milagres, *Muniz Ferreira*, Mutuipe, *Nazaré das Farinhas, Salinas da Margarida*, *Santa Terezinha*, *Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Sapeaçu*, Ubaíra, *Varzedo e Vera Cruz.* A Coelba atende 137 mil consumidores na região, onde estão instaladas 12 subestações. Na carteira de clientes, estão representantes de diversos segmentos empresariais, como indústrias, hotéis e supermercados. Para responder às solicitações, a empresa dispõe de uma agência, em Santo Antônio de Jesus, de postos de atendimento próprios, instalados em Amargosa, Cruz das Almas e Ilha de Itaparica e mais 43 pontos Coelba Serviços.

Ampliando a rede de distribuição de energia no Recôncavo, a Coelba levou energia elétrica a mais de oito mil clientes de diversos povoados e distritos dos municípios do Recôncavo através do programa Luz no Campo. Em parceria com as prefeituras municipais e o governo do estado, a concessionária realizou obras de eletrificação na região, instalando 1.000km de rede e 15.000 postes. Outro resultado expressivo decorrente dos investimentos foi a redução do DEC, índice que mede, em horas, a duração da interrupção do fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora (Coelba, 2008).

O número de consumidores e o volume de consumo (kWh) de energia elétrica na Área Diretamente Afetada do projeto da ponte Salvador-Itaparica (compreendendo os municípios de Salvador, Itaparica e Vera Cruz) estão expressos nos quadros a seguir. São mais de 976 mil consumidores, cuja maioria localiza-se em Salvador (943 mil ou 97%). O volume de energia elétrica consumida nessa área alcança 3.408 milhões de kWh, com Salvador na liderança (3.333 milhões de kWh ou 98%). Destaca-se o

consumo residencial dentre todas as classes de consumo, com mais de 91% da demanda, seguido do consumo comercial, dos serviços e poderes públicos e do industrial. O consumo rural tem pouca relevância em relação às demais classes de consumo de energia elétrica.

Referente à trajetória do consumo de energia elétrica, no período de 2005 a 2008, constata-se que todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, serviços e poderes públicos e outros) se apresentaram crescentes na área de influência direta do projeto.

Quadro 64 – Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Salvador-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	728.862	3.248	67.705	20	2.746	34	802.615
2.006	770.634	3.437	69.832	20	2.633	33	846.589
2.007	830.902	3.589	74.237	24	2.887	37	911.676
2.008	861.214	3.643	75.209	24	2.966	41	943.097

Fonte: Coelba

Quadro 65– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Salvador-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	1.139.188.371	196.986.753	1.053.396.229	2.455.339	454.926.783	9.064.711	2.856.018.186
2.006	1.176.844.073	209.855.278	1.054.522.974	2.570.296	463.649.632	8.471.712	2.915.913.965
2.007	1.297.433.869	226.117.719	1.114.757.600	2.539.146	466.106.468	7.781.334	3.114.736.136
2.008	1.403.244.445	235.781.156	1.220.117.842	2.603.347	463.373.843	7.808.657	3.332.929.290

Fonte: Coelba

Quadro 66 – Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Itaparica-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	6.387	12	366	6	92	1	6.864
2.006	6.679	11	373	11	84	1	7.159
2.007	7.568	13	394	11	96	1	8.083
2.008	8.028	15	409	12	97	1	8.562

Fonte: Coelba

Quadro 67– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Itaparica-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	5.931.592	420.152	5.420.532	7.263	4.258.457	34.318	16.072.314
2.006	6.646.033	480.676	5.299.950	11.409	4.226.488	27.522	16.692.078
2.007	7.490.656	589.962	5.432.760	14.025	4.183.927	24.750	17.736.080
2.008	7.967.296	595.399	5.625.680	18.552	3.948.432	26.732	18.182.091

Fonte: Coelba

Quadro 68– Consumidores de energia elétrica, por classe, no município de Vera Cruz-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	18.033	40	964	19	552	3	19.611
2.006	19.354	41	1.048	28	555	3	21.029
2.007	21.660	53	1.134	30	562	3	23.442
2.008	23.195	52	1.146	29	569	3	24.994

Fonte: Coelba

Quadro 69– Consumo de energia elétrica, por classe, no município de Vera Cruz-Bahia 2005-2008

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros	Total
2.005	17.364.043	12.347.699	11.418.090	123.111	9.109.649	51.157	50.413.749
2.006	18.569.484	13.593.059	11.647.099	103.942	9.040.410	49.834	53.003.828
2.007	21.263.852	12.990.533	11.074.798	95.612	9.473.776	52.392	54.950.963
2.008	22.437.384	12.498.073	11.944.853	106.940	9.926.880	53.992	56.968.122

Fonte: Coelba

O aumento do número de consumidores e do consumo de energia elétrica devido ao aumento da população, na Ilha de Itaparica, vai demandar uma ampliação do sistema, que atualmente apresenta algumas oscilações durante as altas estações, segundo os moradores entrevistados.

2.2.4.3. Comunicação

A. ADA

A rede de telefonia na ADA apresenta uma situação privilegiada em relação aos pequenos municípios da AID. No total, a ADA possuía em fevereiro de 2014, segundo a Anatel, 446.772 terminais fixos de telefonia privada e 12 mil terminais de telefonia públicos (orelhões). Salvador concentra a grande maioria deste total, com 438.174 fixos privados e 11.573 terminais públicos.

Em outras zonas do município de Salvador a situação é diferente. Campinas, Passa Cavalo e Costa de Fora não possuem terminais privados de telefonia, e os dois últimos possuem apenas um terminal público. A população, de um modo geral, recorre aos aparelhos de telefonia móvel. Na Ilha de Itaparica operam todas as empresas de telefonia móvel, mas o serviço é deficiente em algumas regiões que apresentam áreas de sombra.

Quadro 70 – Número de Acessos de Telefonia Instalados – ADA, 2014

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Salvador	Sede do Município	437300	11519
Santana	Zona de Fronteira	199	15
Bom Jesus dos passos	Zona de Fronteira	263	7
Botelho	Zona de Fronteira	55	5
Itamoabo	Zona de Fronteira	30	6
Paramana	Zona de Fronteira	131	5
Bananeira	Zona de Fronteira	28	3
Praia grande	Zona de Fronteira	168	11
Costa de fora	Zona de Fronteira	0	1
Passa cavalo	Zona de Fronteira	0	1
Itaparica			
Itaparica	Sede do Município	2174	55
Porto santo	Zona de Fronteira	129	6
Amoreira	Zona de Fronteira	126	12
Bom Despacho	Zona de Fronteira	464	30
Manguinhos	Zona de Fronteira	40	5
Ponta de Areia	Zona de Fronteira	27	8
Misericórdia	Zona de Fronteira	64	5
Vera Cruz			
Cacha Prego	Região Remota	349	17
Jiribatuba	Região Remota	307	15
Vera Cruz	Sede do Município	1775	79
Barra do Gil	Zona de Fronteira	303	18
Gameleira	Zona de Fronteira	263	20
Barra Grande	Zona de Fronteira	440	23
Aratuba	Zona de Fronteira	433	22
Baiacu	Região Remota	304	14
Barra do Pote	Zona de Fronteira	167	12
Berlinque	Zona de Fronteira	155	11
Conceição	Zona de Fronteira	445	27
Coroa	Zona de Fronteira	168	13
Penha	Zona de Fronteira	24	6
Tairu	Zona de Fronteira	202	8
Catu	Zona de Fronteira	68	6
Matarandiba	Zona de Fronteira	112	6
Juerana	Zona de Fronteira	17	2

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Campinas	Zona de Fronteira	0	2
Ponta Grossa	Zona de Fronteira	42	5

B. AID

Na Área de Influência Direta estavam instalados, em fevereiro de 2014, 54.608 terminais fixos de telefonia privados e 2.232 terminais públicos. A maioria dos terminais está localizada nas sedes municipais e distritais. Cerca de 50.561 terminais privados estão instalados nas sedes municipais, e apenas 4.047 estão na zona rural, onde vivem aproximadamente 87.669 pessoas, o que representa menos que um terminal para cada 21 habitantes. Nas áreas rurais, muitas localidades não dispõem de terminais fixos e contam com apenas um terminal publico para atender todos os moradores locais. Muitos dos terminais existentes estão inoperantes, devido a atos de vandalismo ou por falta de assistência técnica, indicando um quadro de déficit de acessos tanto de terminais residenciais quanto públicos. A população recorre aos telefones móveis, mas nas zonas rurais a qualidade do sinal não é estável e existem diversas áreas onde a cobertura das operadoras não chega.

Quadro 71– Número de Acessos de Telefonia Instalados – AID, 2014

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Aratuípe			
Aratuípe	Sede do Município	144	30
Maragogipinho	Zona de Fronteira	118	5
Castro Alves			
Castro Alves	Sede do Município	817	89
Petim	Região Remota	0	1
Sítio do Meio	Região Remota	0	1
Candial	Zona de Fronteira	0	1
Genipapo	Zona de Fronteira	5	6
Riacho da Égua	Zona de Fronteira	0	1
Salgado	Zona de Fronteira	0	1
Cabeça do Homem	Zona de Fronteira	0	1
Timborinha	Zona de Fronteira	0	1
Cidade Nova	Zona de Fronteira	0	1

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Conceição do Almeida			
Comércio	Região Remota	11	7
Conceição do Almeida	Sede do Município	488	46
Santa Madalena	Zona de Fronteira	0	1
Novo Paraíso	Zona de Fronteira	1	1
Muritibinha	Zona de Fronteira	0	3
Pau de Cedro	Zona de Fronteira	0	1
São João	Zona de Fronteira	0	1
Sapatuí	Zona de Fronteira	0	2
Taboleiro Menezes	Zona de Fronteira	0	1
Santana do Rio da Dona	Zona de Fronteira	0	1
São Francisco de Mombaça	Zona de Fronteira	36	7
Dom Macedo Costa			
Dom Macedo Costa	Sede do Município	74	15
Jacarandá	Zona de Fronteira	0	1
Jaguaripe			
Camassandi	Região Remota	18	7
Jacuruna	Região Remota	0	1
Jaguaripe	Sede do Município	97	10
Pirajuia	Região Remota	56	5
Barreiras Jacuruna	Zona de Fronteira	33	10
Cações	Zona de Fronteira	40	7
Mutá	Zona de Fronteira	42	6
São Bernardo	Zona de Fronteira	2	7
Nossa Senhora da Ajuda	Zona de Fronteira	20	8
Cruzeiro	Zona de Fronteira	0	1
Vila da Palma	Zona de Fronteira	7	3
Banca	Zona de Fronteira	0	1
Robalo	Zona de Fronteira	0	1
Loteamento Fruto do Mar	Zona de Fronteira	0	1
Terra Santa	Zona de Fronteira	0	1
Capão	Zona de Fronteira	0	1
Oldesa	Zona de Fronteira	0	1
Lauro de Freitas			
Lauro de Freitas	Sede do Município	25646	697
Areia Branca	Zona de Fronteira	904	39
Quigoma	Zona de Fronteira	0	1
Capelão de Areia Branca	Zona de Fronteira	104	5

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Jambeiro	Zona de Fronteira	157	4
Vila Nova Esperança	Zona de Fronteira	0	1
Muniz Ferreira			
Muniz Ferreira	Sede do Município	192	15
Onha	Região Remota	63	8
Alto da Boniteza	Zona de Fronteira	0	1
Duas Estivas	Zona de Fronteira	0	1
Viriato Bitencourt	Zona de Fronteira	13	3
Taitinga	Zona de Fronteira	0	1
Amaral	Zona de Fronteira	0	1
Água Preta	Zona de Fronteira	0	1
Nazaré das Farinhas			
Nazaré das Farinhas	Sede do Município	1563	102
Areal	Zona de Fronteira	16	7
Caboto	Zona de Fronteira	0	1
Salinas da Margarida			
Salinas da Margarida	Sede do Município	645	33
Conceição de Salinas	Zona de Fronteira	252	7
Encarnação	Zona de Fronteira	191	9
Barra do Paraguaçu	Zona de Fronteira	0	1
Cairu	Zona de Fronteira	57	6
Santo Antônio de Jesus			
Santo Antônio de Jesus	Sede do Município	8316	378
Benfica	Zona de Fronteira	0	1
Bonfim	Zona de Fronteira	0	1
Fátima km 53	Zona de Fronteira	0	1
Mina do Sapé	Zona de Fronteira	0	1
Bom Conselho	Zona de Fronteira	0	2
Vila São João	Zona de Fronteira	0	1
Cascão de Ferro	Zona de Fronteira	0	2
Cocao	Zona de Fronteira	0	1
Salto da Onça	Zona de Fronteira	0	1
Boa Vista	Zona de Fronteira	0	1
Sapeaçu			
Sapeaçu	Sede do Município	698	49
Água Branca	Zona de Fronteira	14	5
Jenipapo	Zona de Fronteira	0	1
Canabrava	Zona de Fronteira	0	1
Macaúbas	Zona de Fronteira	0	1

Localidade	Tipo Localidade	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Murici	Zona de Fronteira	11	6
Pacheco	Zona de Fronteira	0	1
Quiamba	Zona de Fronteira	0	1
Tapera	Zona de Fronteira	0	1
Laranjeiras	Zona de Fronteira	0	1
Simões Filho			
Simões Filho	Sede do Município	11881	359
Aratu	Zona de Fronteira	1499	93
Palmares	Zona de Fronteira	213	19
Cotegipe	Zona de Fronteira	2	4
Santa Luzia	Zona de Fronteira	9	5
Pitanga de Palmares	Zona de Fronteira	40	18
Oiteiro	Zona de Fronteira	0	1
Varzedo			
Taboleiro do Castro	Região Remota	0	1
Varzedo	Sede do Município	113	33
São Roque dos Macacos	Zona de Fronteira	0	1
Fazenda Braga	Zona de Fronteira	0	1

2.2.4.4. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

A. Análise Global dos Sistemas

O saneamento básico da área do projeto da ponte Salvador-Itaparica é diagnosticado tomando-se por base os dados censitários das últimas três décadas. Primeiro, são consideradas as informações dos municípios de Salvador, Itaparica e Vera Cruz, que compõem a Área Diretamente Afetada do projeto. A seguir, são analisados os dados dos demais municípios integrantes da Área de Influência Direta. As variáveis disponíveis para compor a presente análise foram as seguintes: abastecimento de água e instalações sanitárias.

De um modo geral, o saneamento básico nos municípios, na área do projeto como um todo, apresenta uma evolução preocupante, tendo em vista os dados disponíveis até 2000. Os dados mais recentes, provenientes do Atlas do Saneamento no Brasil, ainda são preliminares e apresentam-se num nível bastante elevado de agregação. As informações disponíveis mais atuais são as divulgadas pelo censo do IBGE, 2010.

Como projeto de caráter estruturante do saneamento básico, previsto para a Região Metropolitana de Salvador, deve ser salientado o Programa de Monitoramento da Baía de Todos os Santos – programa integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do Ministério do Planejamento –, que tem como ação principal despoluir a Baía de Todos os Santos e seis rios da RMS. Este programa prevê a aplicação de R$287,5 milhões para recuperação de mananciais e ampliação do sistema de esgotamento sanitário na região e mais R$82 milhões em Salvador. Tais recursos fazem parte dos R1,369 bilhão destinado pelo governo federal para as áreas de saneamento e habitação na Bahia.

Assim, segundo os indicadores de cobertura da proporção de moradores por tipo de abastecimento de água, instalação sanitária e destinação do lixo, o município de Salvador apresentou evolução bastante satisfatória entre os anos 1990 e 2000, de acordo com as informações dispostas nos quadros sobre a situação dos municípios entre 1990 e 2000. Inclusive, os municípios de Salvador e Simões Filho dispõem de instrumentos reguladores e legislação municipal específica, identificados como Instrumentos de Gestão em Regiões Metropolitanas.

Por outro lado, os municípios de Dias d'Ávila e São Francisco do Conde, que pertencem à AII, encontram-se em condição oposta, ou seja, com a fragilidade de um entorno muito próximo. Os gastos funcionais referentes à saúde e saneamento revelam a grande concentração (média de 20% em Salvador) relativamente ao total do estado, enquanto os aglomerados representados pelos municípios do projeto atingem metade desse valor, quando se totaliza o seu conjunto. Muito embora as demandas metropolitanas sejam superiores, por evidentes questões de concentração espacial, sua magnitude indica o baixo investimento, uma vez que tais localidades não possuem capacidade fiscal para tanto.

De modo geral, os municípios que constituem a Área de Influência Indireta (Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Muniz Ferreira, Nazaré das Farinhas, Salinas da Margarida, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Simões Filho e Varzedo), a despeito de mostrarem uma evolução de mediana à baixa no que diz respeito ao abastecimento de água, apresentam uma condição precária em termos de saneamento básico, quando verificados os indicadores de instalações.

Os índices construídos pela metodologia do SNIS-Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento indicam que Madre de Deus, Salinas da Margarida, São Francisco

do Conde, Saubara e Vera Cruz, além de alguns municípios da Região Metropolitana, compõem um conjunto com razoável cobertura de rede de água, excetuando Laje, Nilo Peçanha, Teolândia e Wenceslau Guimarães. Por outro lado, a cobertura com rede de esgotos é sofrível para esse mesmo agregado, com base nos dados municipais disponíveis. Nos municípios onde essa precária rede de atendimento está presente, a proporção de esgoto coletado atinge alto índice frente ao esgoto que é gerado. A maioria dos municípios tem elevado índice de consumo médio (>100 litros por habitante/dia) e os da RMS apresentam elevado índice de perdas (> 30 %) com a distribuição, os quais também acusam maiores quantidades de ligações ativas, assim como economias residenciais.

B. Caracterização dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Itaparica e Vera Cruz

No que diz respeito aos municípios de Itaparica e Vera Cruz, o esgotamento sanitário encontra-se em nível abaixo daqueles verificados na Bahia e no Brasil quando considerada a ligação à rede geral. O Quadro 72, mais abaixo, apresenta em detalhe comparativo as situações assinaladas através de uma tipologia de esgotamento sanitário com dados disponíveis em 2010 Com efeito, em situações de baixa densidade como as encontradas nesses contextos, a fossa séptica tem sido a solução conveniente do ponto de vista ambiental, sendo, todavia necessária, a sua progressiva substituição com o aumento da densidade populacional. Não obstante, a maior parcela relativa do esgotamento sanitário verificada na Ilha de Itaparica ainda é realizada por fossas rudimentares, cuja solução é considerada inadequada em qualquer aspecto.

Desse modo, ficam evidentes que as condições de esgotamento sanitário na Ilha de Itaparica permanecem extremamente precárias, sendo que 52% dos domicílios de Itaparica tem alguma solução inadequada de esgotamento sanitário, enquanto em Vera Cruz este percentual aumenta para 74,65%, o que vale dizer que apenas 15% dos domicílios deste município possuem soluções adequadas de esgotamento sanitário.

Quadro 72 – Tipo de esgotamento sanitário, 2010

Domicílios Particulares Permanentes		Tipo de esgotamento sanitário							
		Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tem
Itaparica	Unid.	6.341	2.520	524	2.605	325	104	68	195
	%	100	39,74	8,26	41,08	5,13	1,64	1,07	3,08
Vera Cruz	Unid.	11.749	1.606	1.373	7.753	119	292	229	377
	%	100	13,67	11,69	65,99	1,01	2,49	1,95	3,21
Salvador	Unid.	858.887	779.870	19.906	21.483	19.251	11.369	3.387	3.621
	%	100	90,8	2,32	2,5	2,24	1,32	0,39	0,42
Bahia	Unid.	4.094.405	1.858.998	260.445	1.399.964	111.277	65.307	74.067	324.347
	%	100	45,4	6,36	34,19	2,72	1,6	1,81	7,92
Brasil	Unid.	57.324.167	31.786.866	6.653.417	14.020.630	1.397.566	1.192.841	757.855	1.514.992
	%	100	55,45	11,61	24,46	2,44	2,08	1,32	2,64

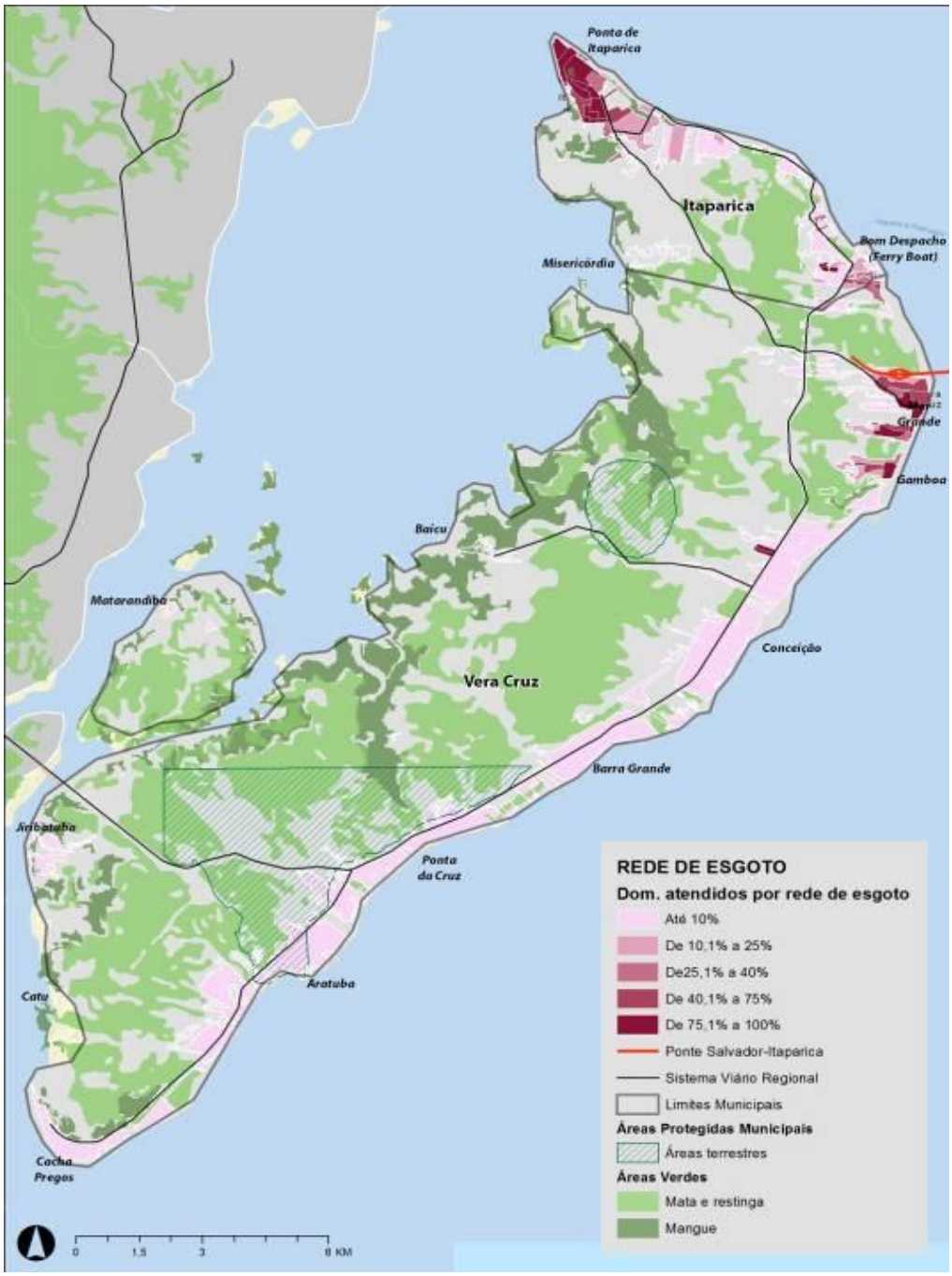
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010

Os mapas indicados nas páginas subsequentes confirmam que a rede de esgoto está presente apenas em parte do núcleo central de Itaparica e em Mar Grande, mais precisamente, no entorno da chegada das barcas e Gamboa e em um ponto isolado ao longo da BA. Por outro Aldo, a fossa séptica encontra-se disseminada de forma fragmentada em alguns núcleos em Itaparica e Vera Cruz, principalmente a partir de Mar Grande em direção à rodovia e particularmente em Ponta da Cruz, região que parece ter adotado de forma integral esta solução. Tais áreas provavelmente são as poucas áreas com regularidade urbana e fundiária. De modo adverso, a fossa rudimentar, que é uma solução totalmente inadequada, aparece disseminada por toda a Ilha.

Os índices de cobertura de coleta de esgoto disponibilizados pelo SNIS, permitem constatar que houve uma aumento incremental na cobertura de coleta, entretanto, como na Ilha de Itaparica são verificados índices muito baixos, este aumento na cobertura foi de magnitude pouco expressiva, sendo necessário uma priorização e velocidade muito superior para a expansão do sistema.

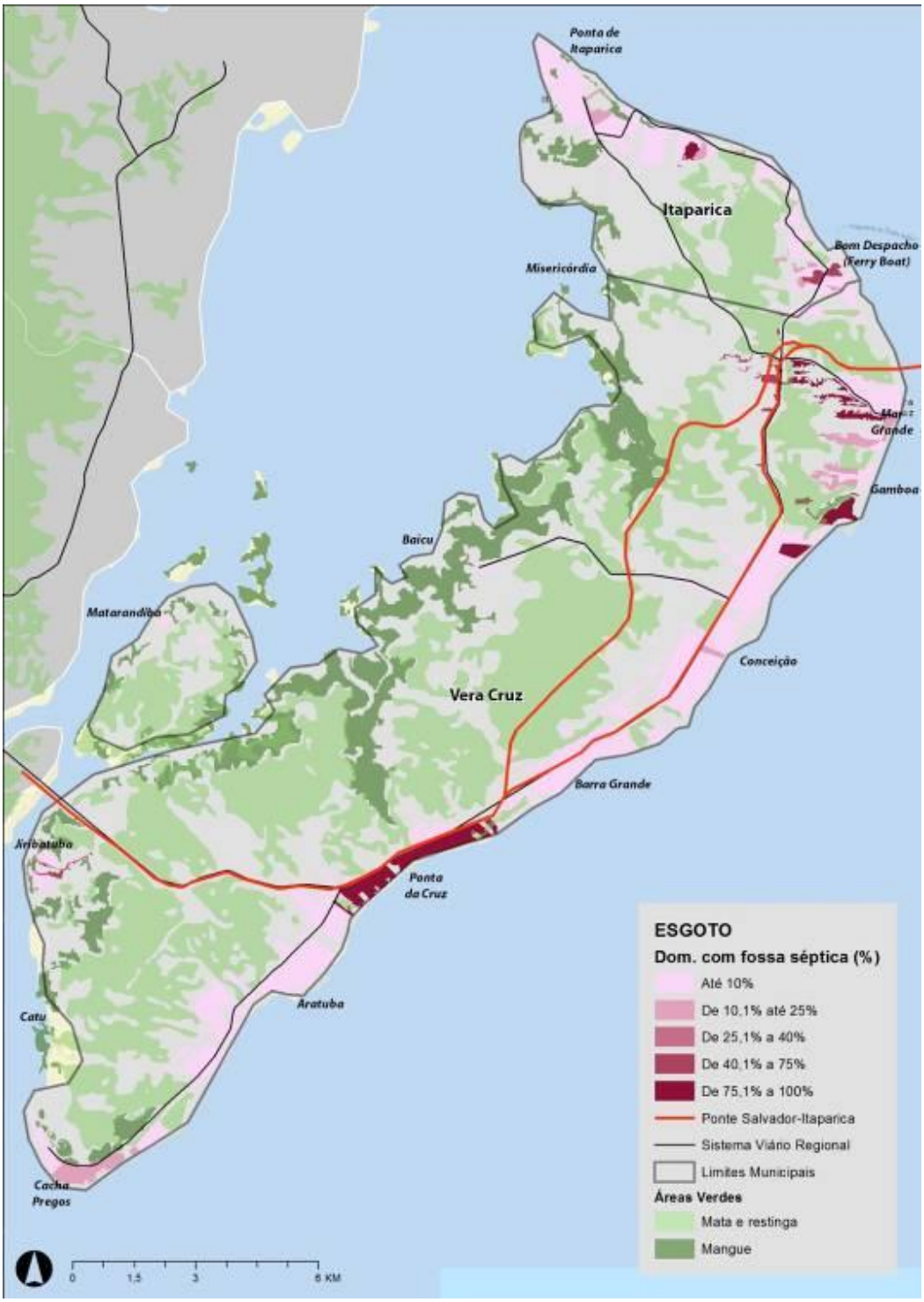
Quadro 73– Índices de esgotamento sanitário, 2011

Município	Ano de Referência	Tarifa média de esgoto[R$/m³]	Índice de coleta de esgoto[%]	Índice de tratamento de esgoto[%]
Itaparica	2011	1,64	53,63	100
	2006	0,97	42,11	100
Vera Cruz	2011	1,69	14,68	100
	2006	1,04	10,73	100
Salvador	2011	2,04	98,37	99,05
	2006	1,19	103,3	98,38



Fonte: Relatório – Subsídios ao EIA/RIMA 1ª Parte, a partir do Censo Demográfico 2010, IBGE.

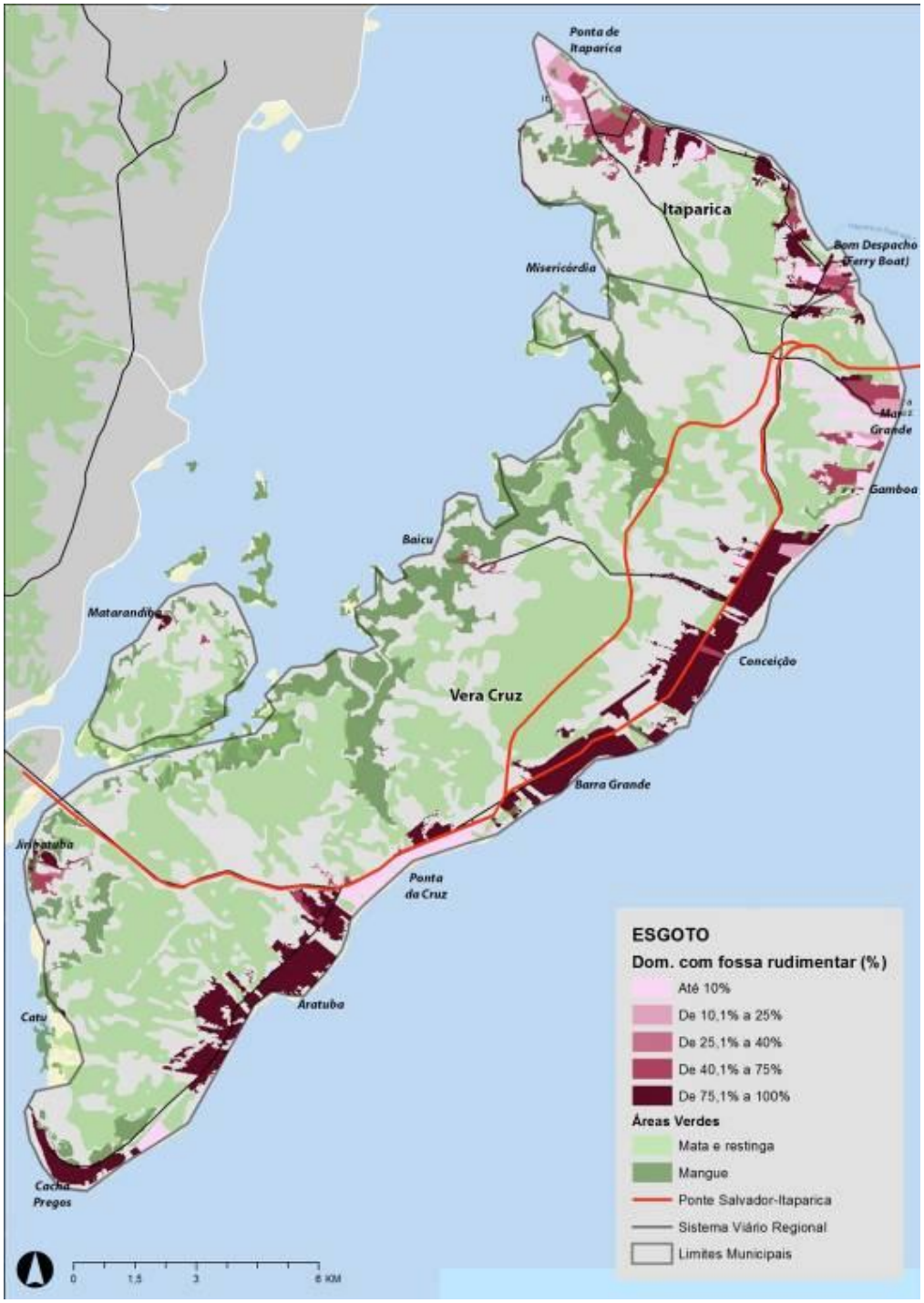
Figura 48– Esgotamento sanitário, rede geral – 2010



Fonte: Relatório – Subsídios ao EIA/RIMA 1ª Parte, a partir do Censo Demográfico 2010, IBGE

Figura 49– Esgotamento sanitário, fossa séptica – 2010.

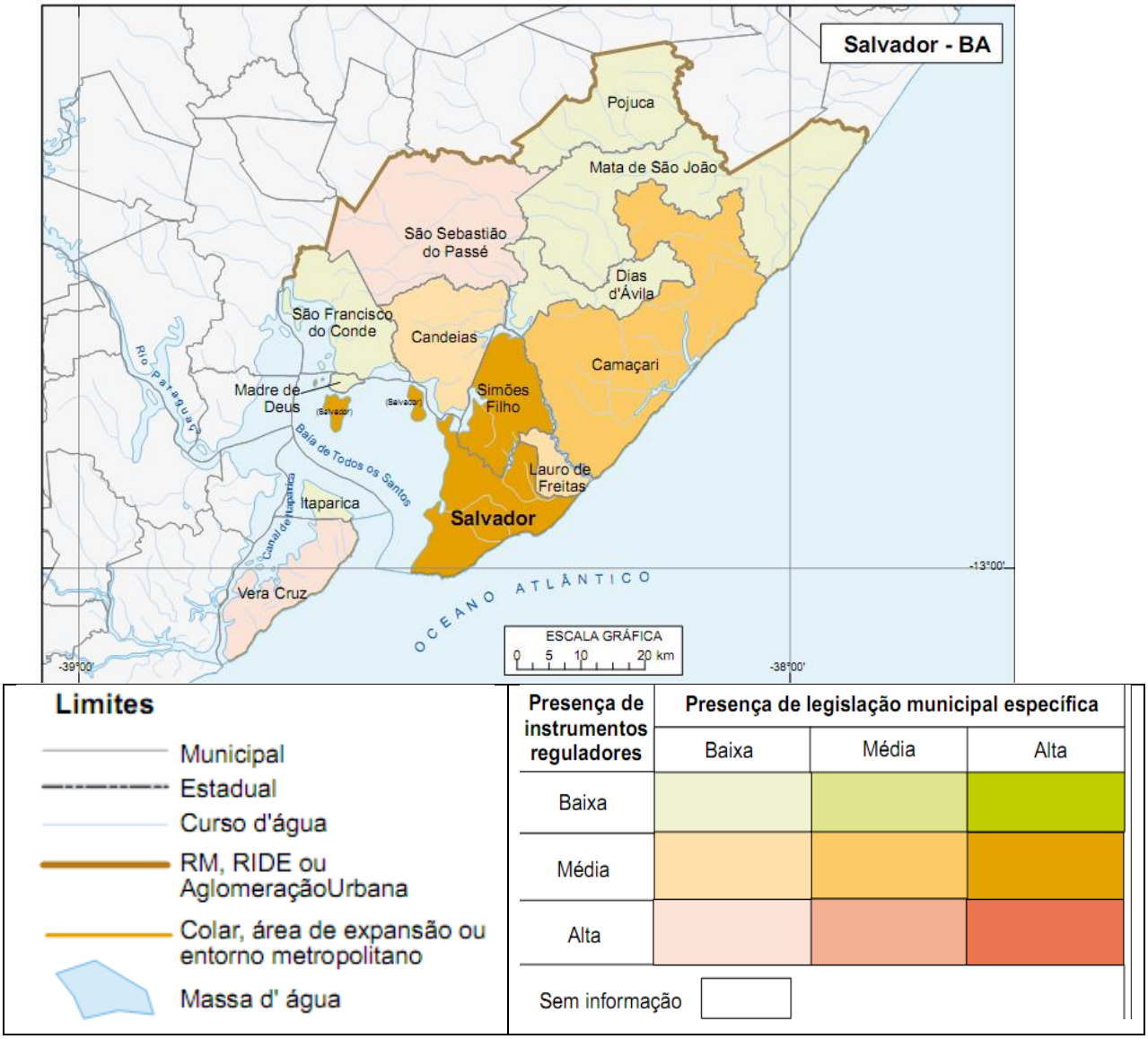
Obs.: Esta figura é originária do relatório Subsídios para o EIA – RIMA 1ª Parte, desenvolvido pelo Consórcio de Urbanismo o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.



Fonte: Relatório – Subsídios ao EIA/RIMA 1ª Parte, a partir do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Figura 50– Esgotamento sanitário, fossa rudimentar – 2010

Obs.: Esta figura é originária do relatório Subsídios para o EIA – RIMA 1ª Parte, desenvolvido pelo Consórcio de Urbanismo o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.



Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Figura 51– Instrumentos de gestão em regiões metropolitanas

O atendimento no abastecimento de água nos municípios da RMS vem crescendo nos últimos anos, fruto de Programas como Água Para Todos. Os municípios da ADA (Itaparica, Salvador e Vera Cruz) dispõem de uma condição regular de abastecimento, mas sujeita a picos de demanda, nos regiões insulares, em épocas de veraneio. No quesito instalações sanitárias, os municípios da Ilha apresentaram condição sofrível nas décadas de 1990 e 2000, a qual tem permanecido ao longo dos últimos anos. Em

bairros dessas localidades, como Bom Despacho, são encontrados rios como esgoto, correndo a céu aberto.

Segundo o Relatório de Fiscalização do Sistema Integrado de Abastecimento de Agua e Esgoto Sanitário de Itaparica e Vera Cruz a AGERSA[56],,

> "o Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Itaparica possui 3.526 ligações, 3.764 economias e atende a uma população de 14.421 habitantes (…) (…)Este sistema possui duas Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs: a ETE Mocambo que atende a Itaparica – Sede e a ETE do Conjunto Habitacional de Bom Despacho que faz parte do Sistema Local de Esgotamento (SLE) do Conjunto Habitacional Bom Despacho. O SES do município de Vera Cruz opera com 2.577 ligações, 3.006 economias e atende a uma população de 9.619 habitantes. Este sistema possui duas ETEs: a ETE da Penha, que a atende as localidades de Vera Cruz, Mar Grande e Penha, e a outra é a ETE Barra do Gil que faz parte do Sistema Local de Esgotamento (SLE) que atende ao Conjunto Habitacional Barra do Gil."(op. cit. p. 11)

As estações de tratamento do Bom Despacho e da Barra do Gilnão foram fiscalizadas. Em Bom Despacho o relatório da AGERSA observou a não conformidade com os padrões do projeto comprometendo a eficiência do sistema considerada muito baixa a maior parte do ano.

Em relação a eficiencia da Estações de tratamento das localidades de Mocambo e Penha o relatório a AGERSA observa que:

> a remoção de coliformes termotolerantes está acima de 98%. Com relação à remoção da carga orgânica, considerando os resultados disponíveis para DQO, verificaram-se valores muito baixos, em boa parte do ano, na ETE da Penha. Já o desempenho da ETE Mocambo foi melhor, apresentando baixa eficiência em três meses do ano. Cabe à concessionária verificar os problemas de operação e manutenção que possam estar comprometendo a eficiência das ETEs e causando degradação ambiental.(op cit. P 45)

[56]Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz,Disponível em <http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/relatorio-Itaparica-veracruz.pdf>, Acesso em maio de 2014.

A Lei Federal 11.445/2007 estabelece a obrigatoriedade do Plano Municipal de Saneamento Básico nos município. Esse plano deve contemplar a zona urbana e rural. Esse Plano deve envolver um levantamento dos sistemas existentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário e uma projeção com vistas a universalização dos serviços no horizonte de 20 anos.

De acordo com informações da AGERSA (Agencia Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia), não existem sistemas de coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários gerados no município de Dom Macedo Costa, a despeito da Lei Federal 11.445/2007. Por outro lado, segundo informações do Censo Demográfico do IBGE (2010), naquele município, dos 1.124 domicílios particulares permanentes, com banheiro ou sanitário, 6,7% lançam os esgotos sanitários na rede pluvial e 93,3% o fazem por meio de fossas sépticas ou de outras formas.[57]

O Distrito sede de Santo Antônio de Jesus é atendido por sistema de esgotamento sanitário (SES) e quatro sistemas locais de esgotamento sanitário (SLE), assim denominados: 1) Conjunto Habitacional URBIS III, 2) Rádio Clube, 3) Conjunto Habitacional Providência e 4) Residencial Santo Antônio. O SES do município de Santo Antônio de Jesus possui um total de 2.877 ligações e 2.419 economias, atendendo a uma população de 4.994 habitantes.

No quadro a seguir são apresentadas as características dos sistemas acima mencionados. Destaca-se que o número de economias ligadas ao SES Santo Antônio de Jesus é muito baixo, considerando-se a capacidade do Sistema.

Quadro 74 – Sistema de esgotamento sanitário –Santo Antônio de Jesus

Nome do Sistema	Capacidade (m³/dia)	Extensão de redecoletora(m)	Nºde ligações	Nºde economias
SES Stº Antônio de	15.154	25.720	387	NI
SLE Rádio Clube	195,4	1.600	274	2.419
SLEConj.Hab.	1.210	5.992	1.251	
SLE Residencial	NI	2.024	500	

[57] PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Disponível em <http://www.infraestrutura.salvador.ba.gov.br/consultapublica/arquivos/PMSB_Res%C3%ADduosS%C3%B3lidos_Final.pdf> Acesso em junho de 2014

SLEC.Hab.URBISIII	475,2	2.982	465	

Fonte:EMBASA(2013). *NI–Nãoinformado.

A ETE do Sistema de Esgotamento Sanitário -SES de Santo Antônio de Jesus opera com seis DAFAS (digestor anaeróbio de fluxo ascendente), uma lagoa facultativa, uma lagoa de maturação e dois leitos de secagem[58]..

> "Possui ainda o pré-tratamento, com gradeamento e desarenador. A disposição final do efluente tratado é fluvial e o corpo receptor é o rio Jequitibá. O início da operação desse sistema deu-se em 2013. A operação do SLE Residencial Santo Antônio também teve início em 2013 e sua ETE é constituída por DAFA, adensamento de lodo e decantador. A disposição final utiliza –se de um riacho, cujo nome não foi informado. A ETE do SLE URBIS III é constituída por Tanque Imnhoff e dois leitos de secagem, sendo que a disposição do efluente tratado é fluvial, tendo como corpo receptor o rio Três Vinténs. (…) (…) Já no município de Conceição do Almeida, dos 5.015 domicílios particulares permanentes, com banheiro ou sanitário, 9,5% lançam os esgotos sanitários na rede pluvial e 90,5% o fazem por meio de fossas sépticas ou de outras formas (existem, ainda, 82 domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário)[59]

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), dos 16.938 domicílios particulares permanentes, com banheiro ou sanitário, de Cruz das Almas, 9,5% lançam os esgotos sanitários na rede pluvial e 90,5% o fazem por meio de fossas sépticas ou de outras formas (existem, ainda, 288 domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário). Da mesma forma, no município de Sapeaçu, dos 4.569 domicílios com banheiro ou sanitário, 3,2% lançam os esgotos sanitários na rede pluvial e 96,8% o usam fossas sépticas ou outras formas. Foram identificados ainda 210 domicílios sem banheiro ou sanitário. O tratamento dos esgotos é feito através de duas câmaras de digestores anaeróbios de fluxo ascendente (DAFAs) e uma lagoa facultativa. A ETE conta também com 04 câmaras de leitos de secagem do lodo. O corpo receptor do

[58]RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS. Disponível em<http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/relatorio-santoantoniodejesus.pdf> Acesso em junho de 2014.
[59]Op. Cit.

efluente tratado é o rio Paraguaçu e os resíduos gerados no processo de tratamento são direcionados ao aterro sanitário do município[60].

C. Saneamento AID e ADA

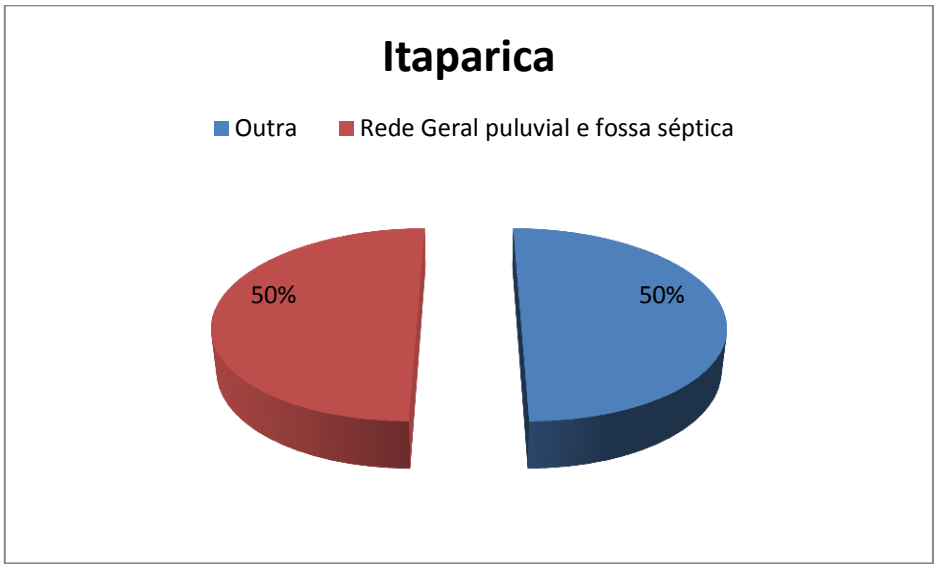
Área urbana ADA



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.61

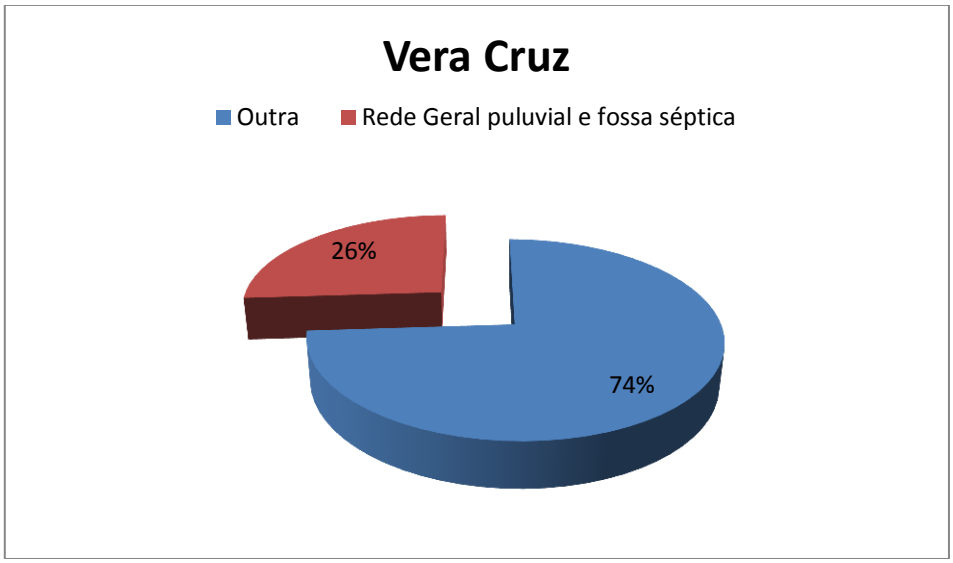
Figura 52 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Salvador

[60] RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA FUMAGEIRA MUNICÍPIOS: CRUZ DAS ALMAS, SAPEAÇU E CONCEIÇÃO DO ALMEIDA. Disponível emhttp://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/relatorio-zonafumageira.pdf Acesso em: junho de 2014.
[61] Disponível em<http://www.agersa.ba.gov.br/> Acesso em maio de 2014



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

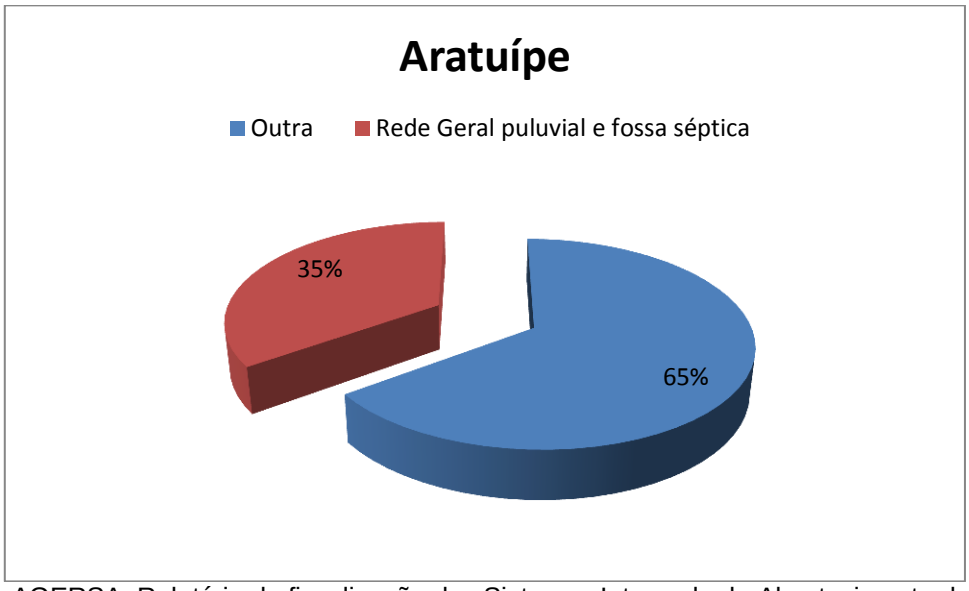
Figura 53 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Itaparica



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

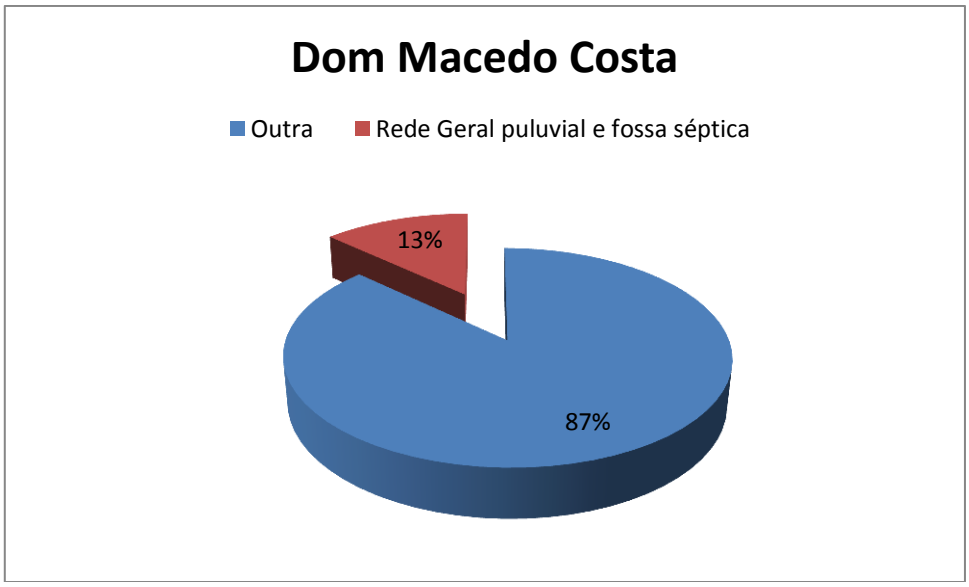
Figura 54– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Vera Cruz

Área urbana – AID



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.

Figura 55– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Aratuípe



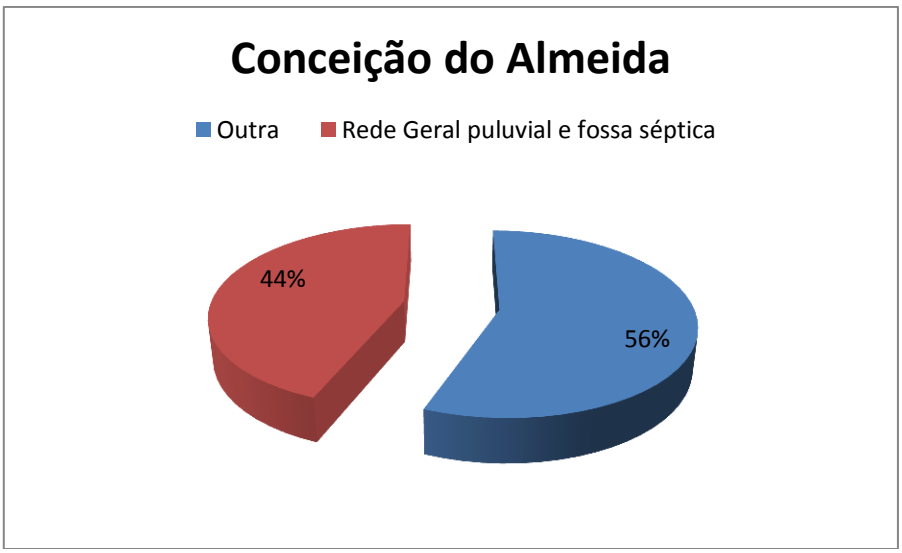
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.

Figura 56 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Dom Macedo Costa



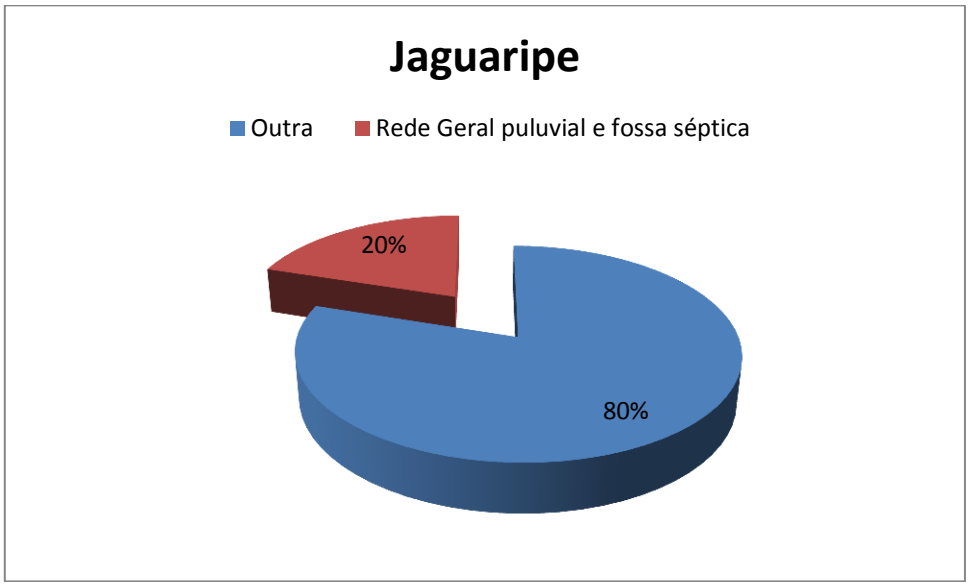
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 57– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Castro Alves



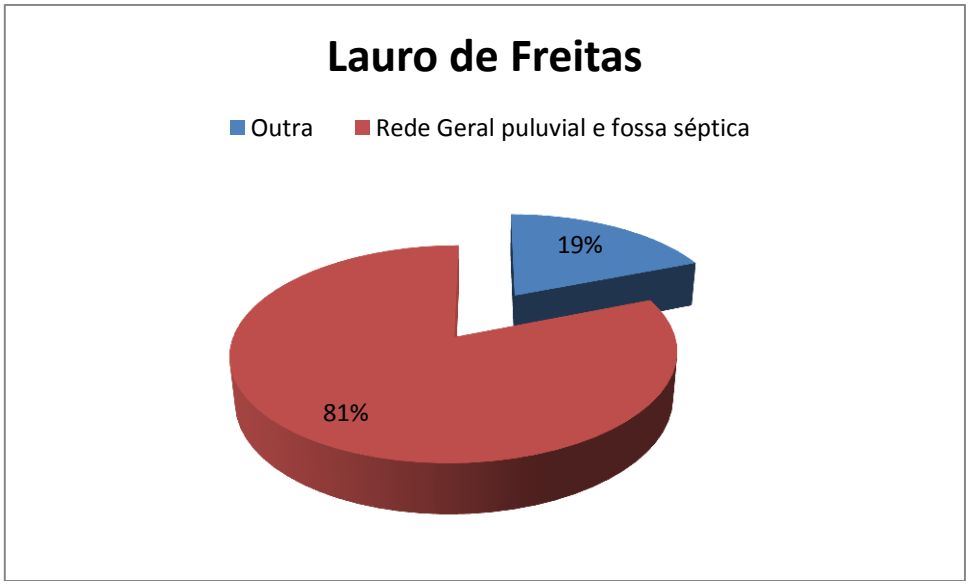
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 58– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Conceição do Almeida



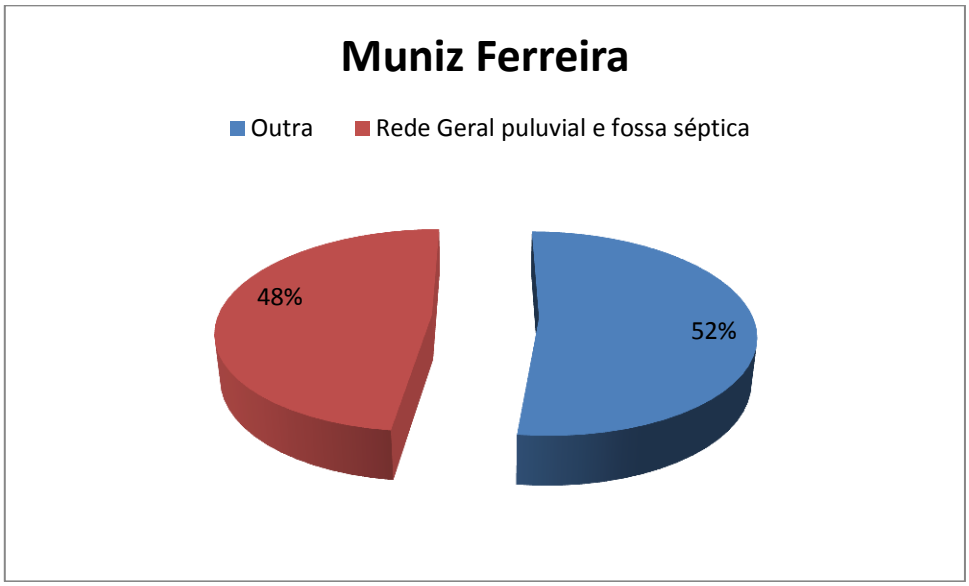
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 59– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Jaguaripe



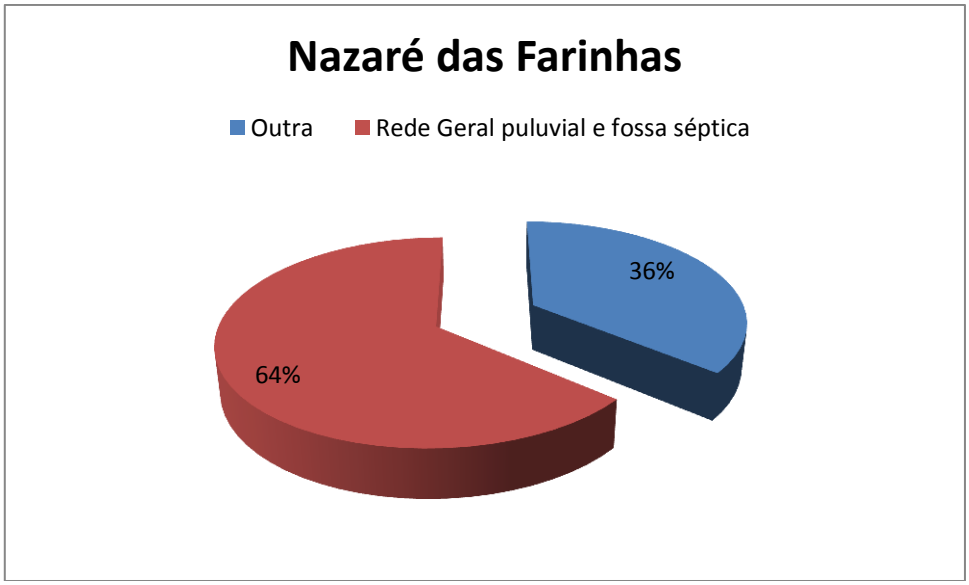
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 60– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Lauro de Freitas



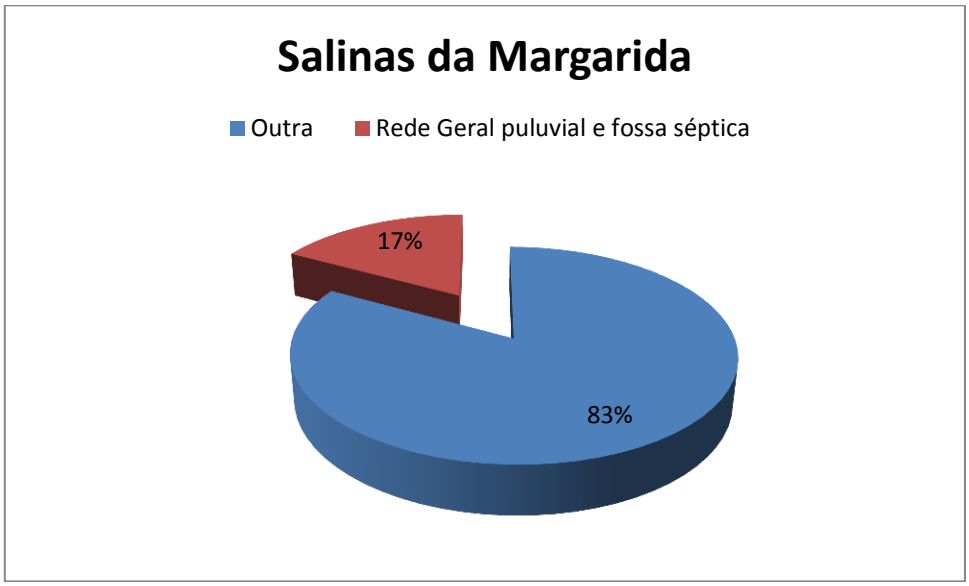
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 61– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Muniz Ferreira



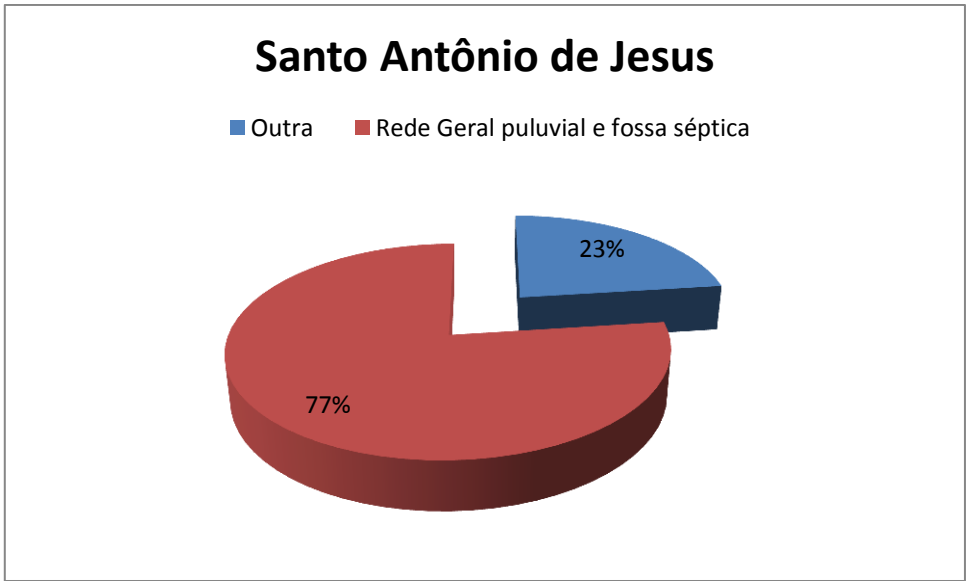
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 62– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Nazaré das Farinhas



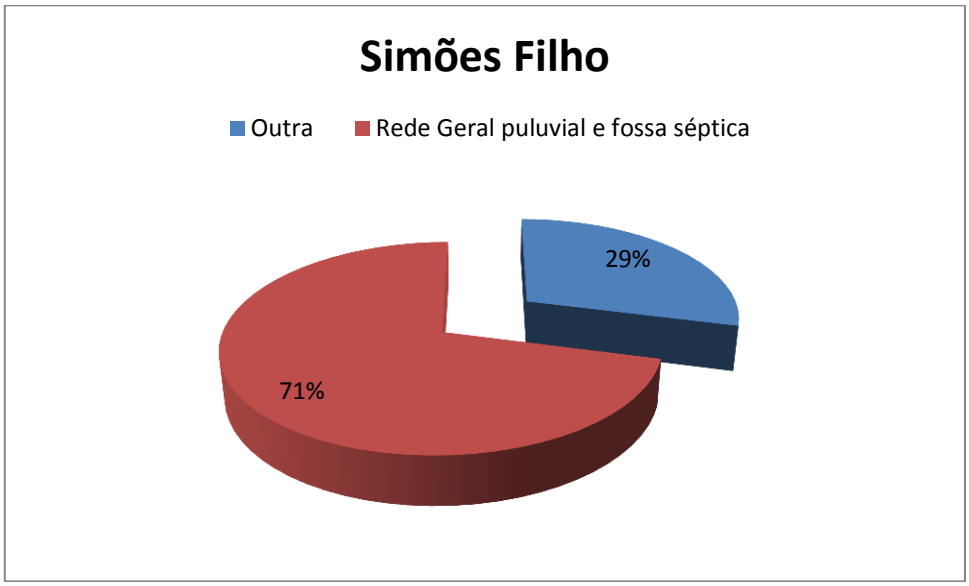
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 63– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Salinas da Margarida



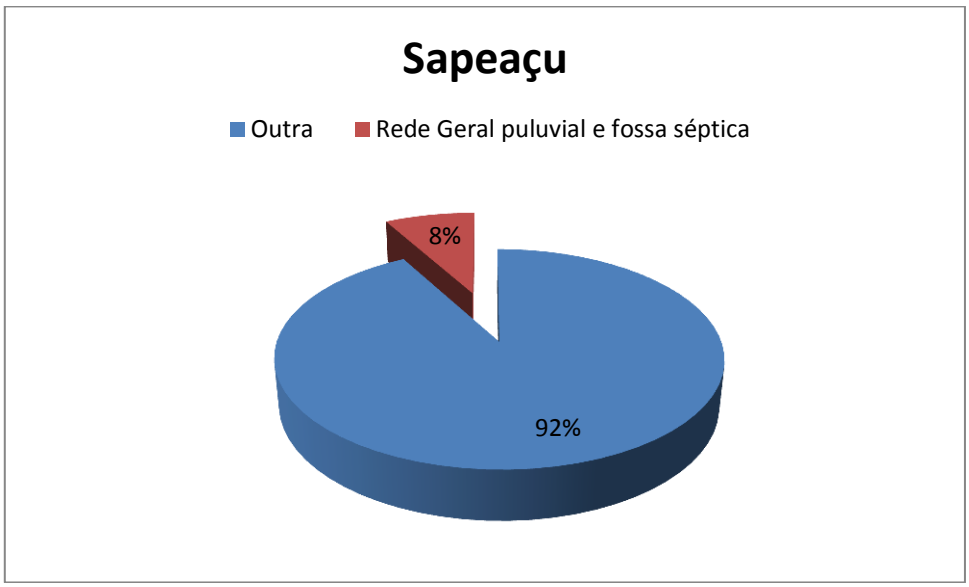
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 64 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Santo Antônio de Jesus



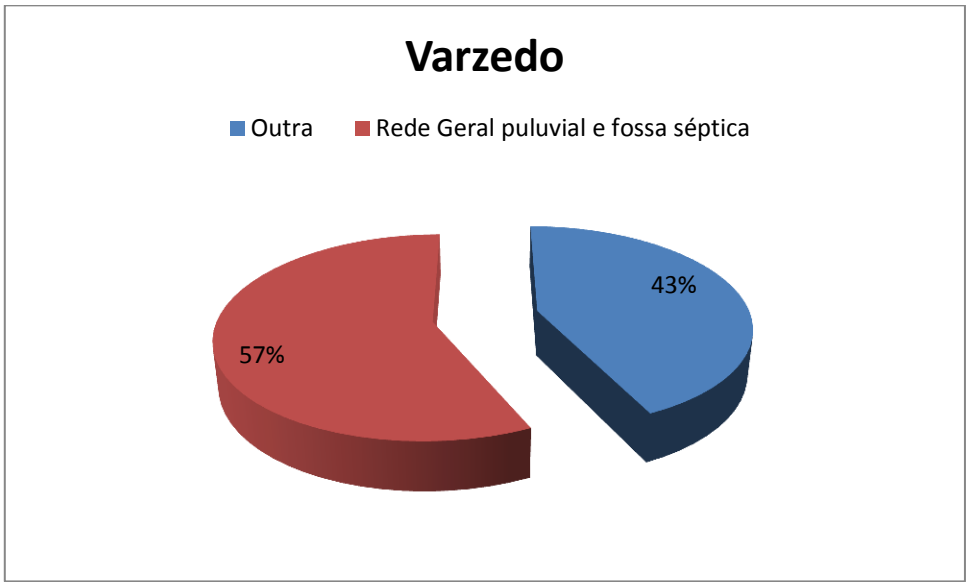
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 65 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Simões Filho



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

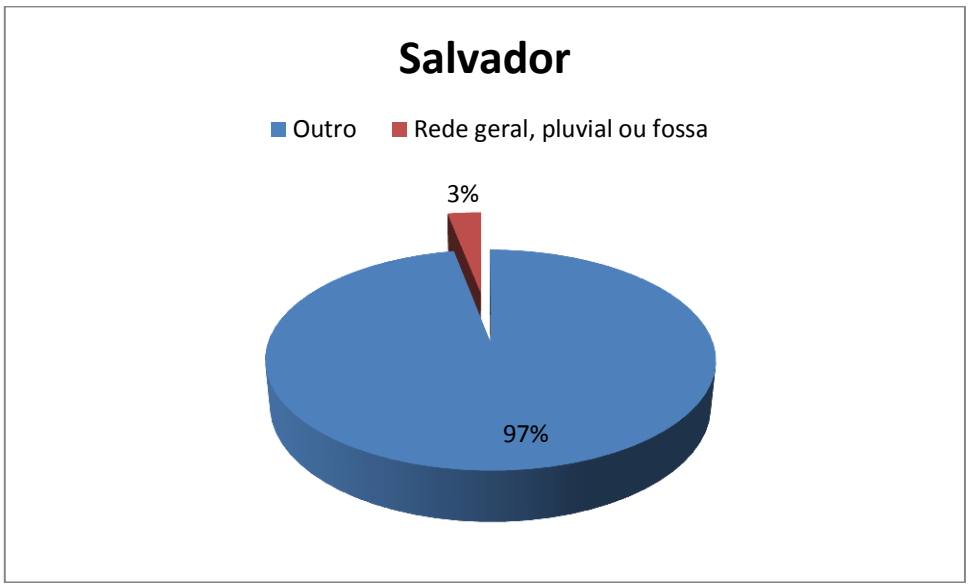
Figura 66– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 –Sapeaçu



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

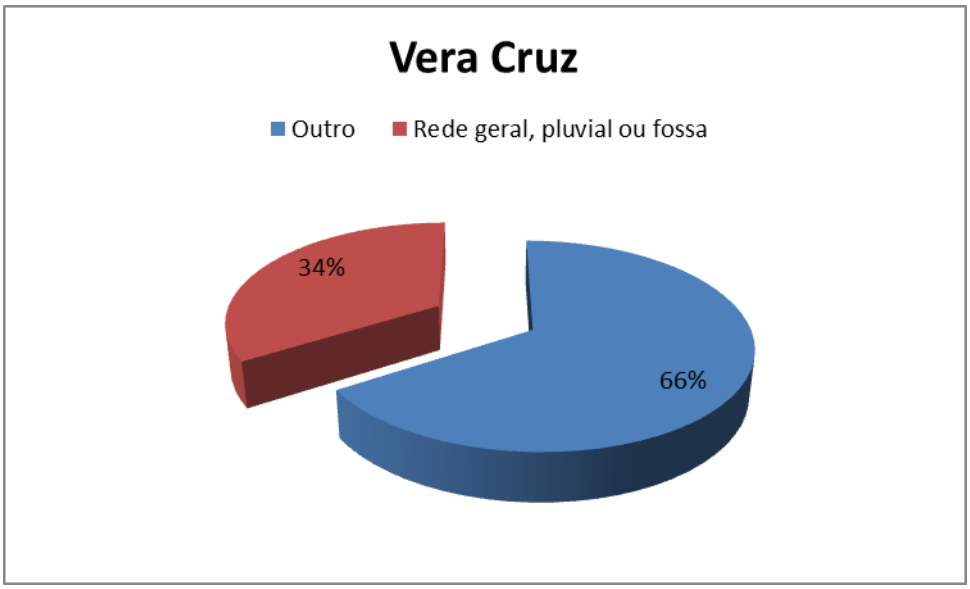
Figura 67– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área urbana 2010 – Varzedo

Área Rural – ADA



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.

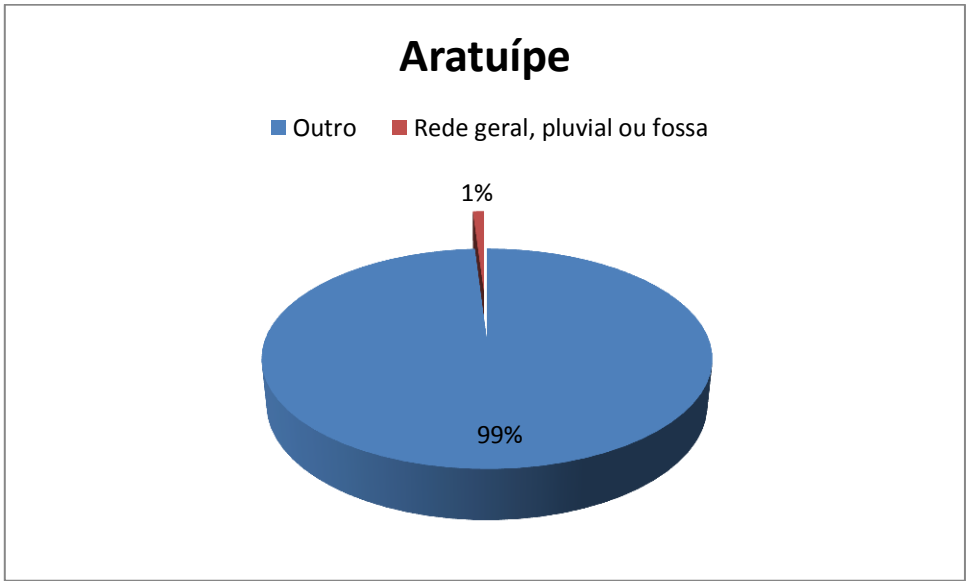
Figura 68– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Salvador



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

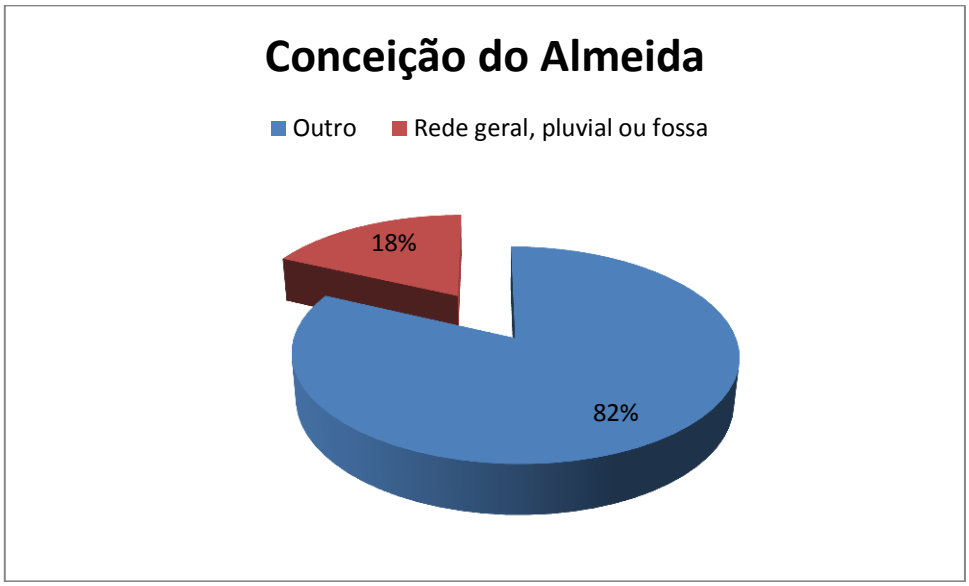
Figura 69– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Vera Cruz

Área Rural – AID



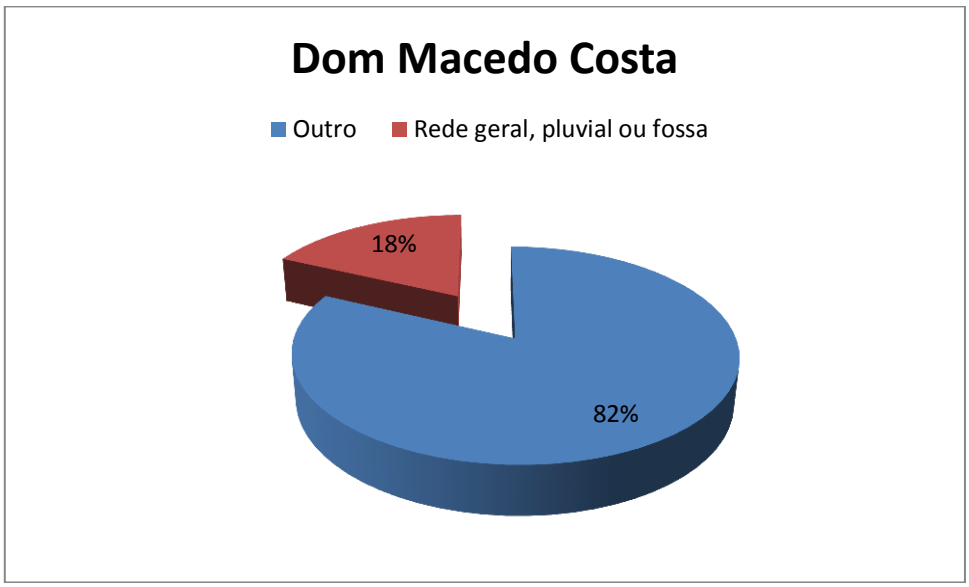
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 70– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Aratuípe



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 71 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Conceição do Almeida



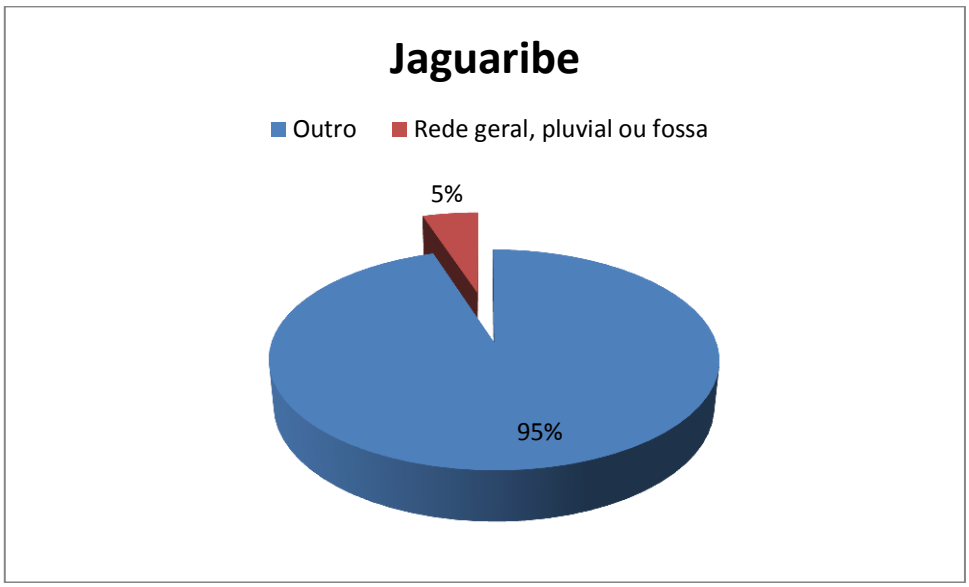
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 72 – Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Dom Macedo Costa



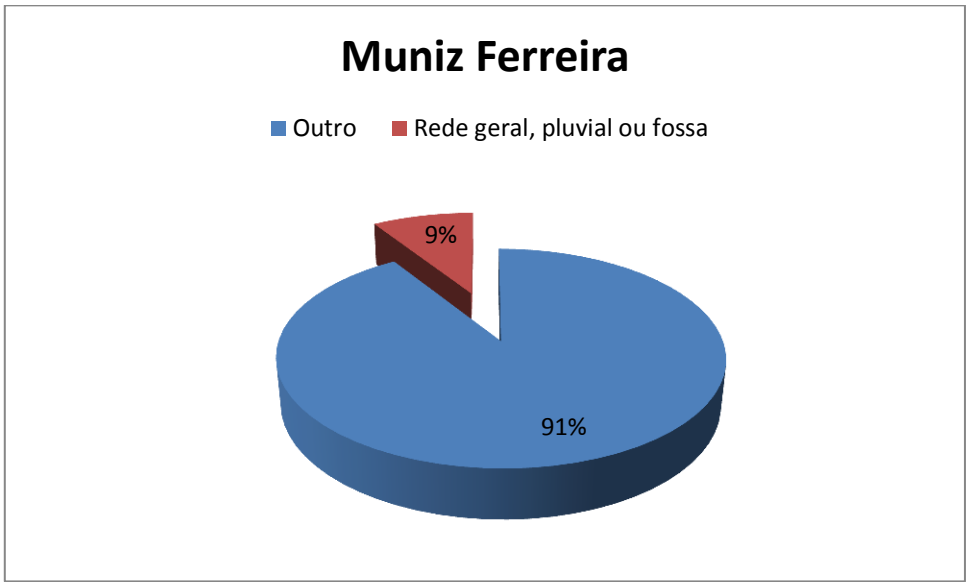
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.

Figura 73– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Castro Alves



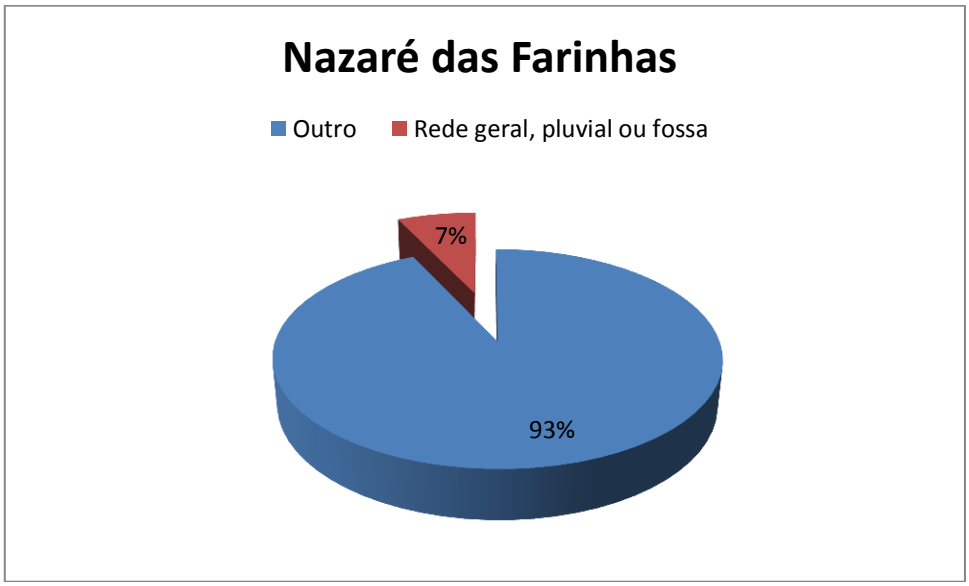
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz.

Figura 74– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Jaguaribe



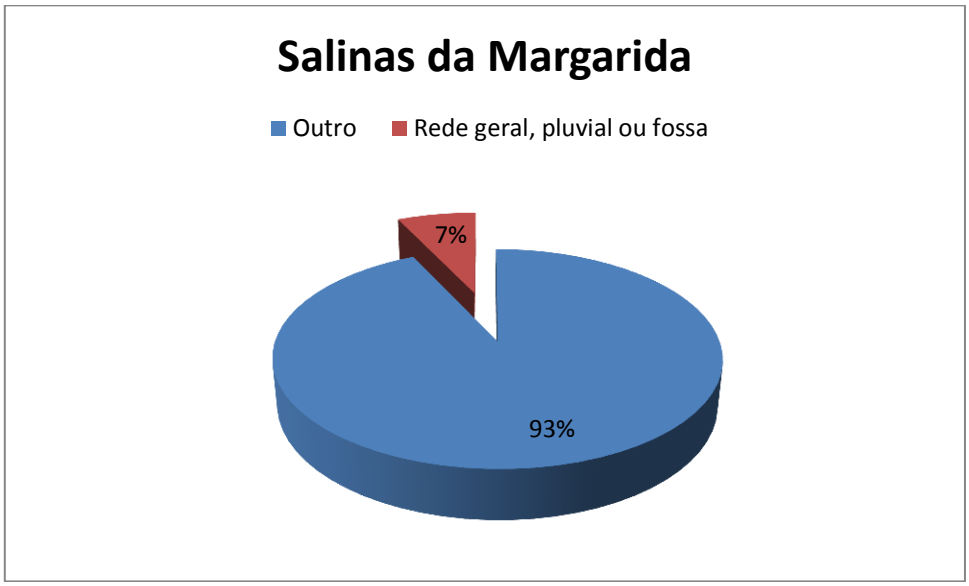
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 75– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Muniz Ferreira



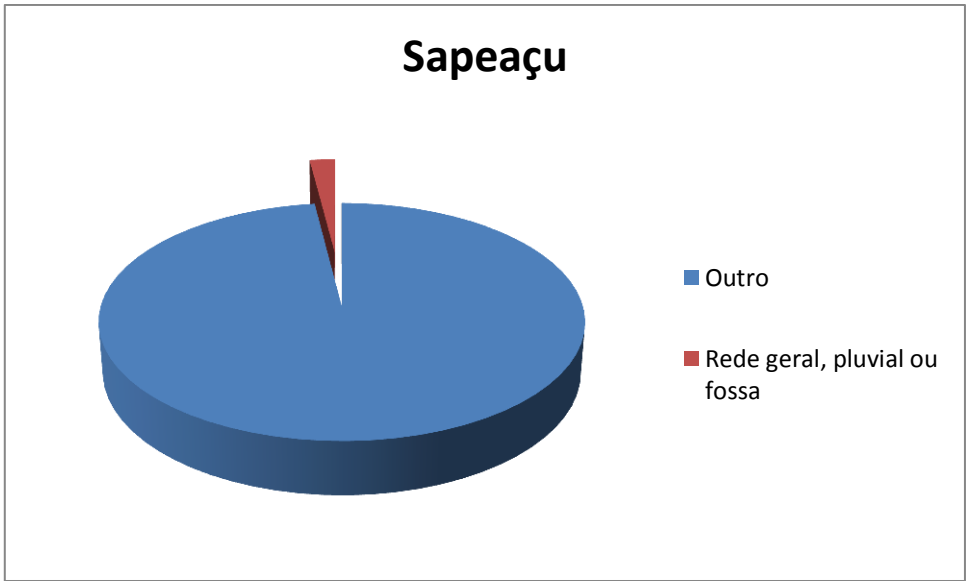
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 76– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Nazaré das Farinhas



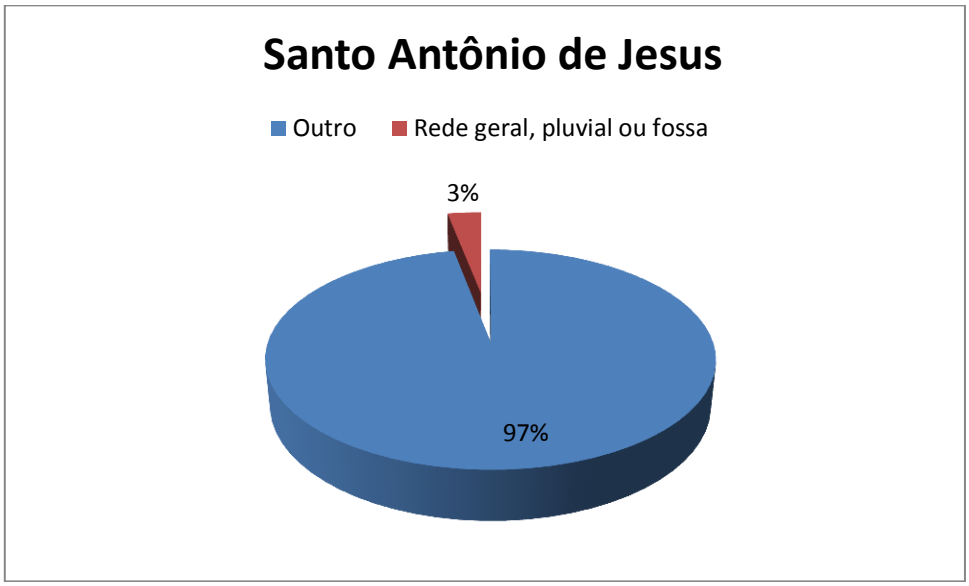
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 77– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Salinas da Margarida



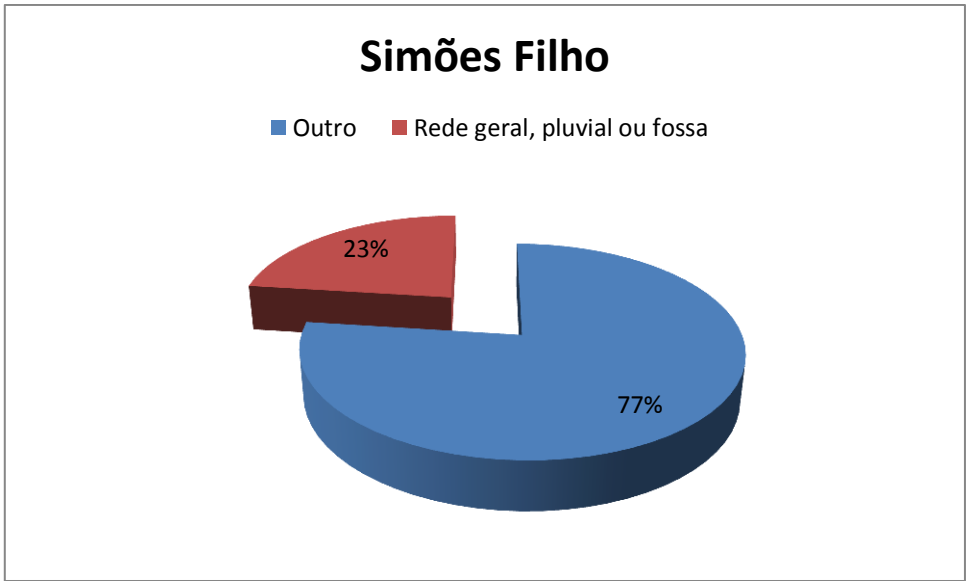
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 78– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural – Sapeaçu



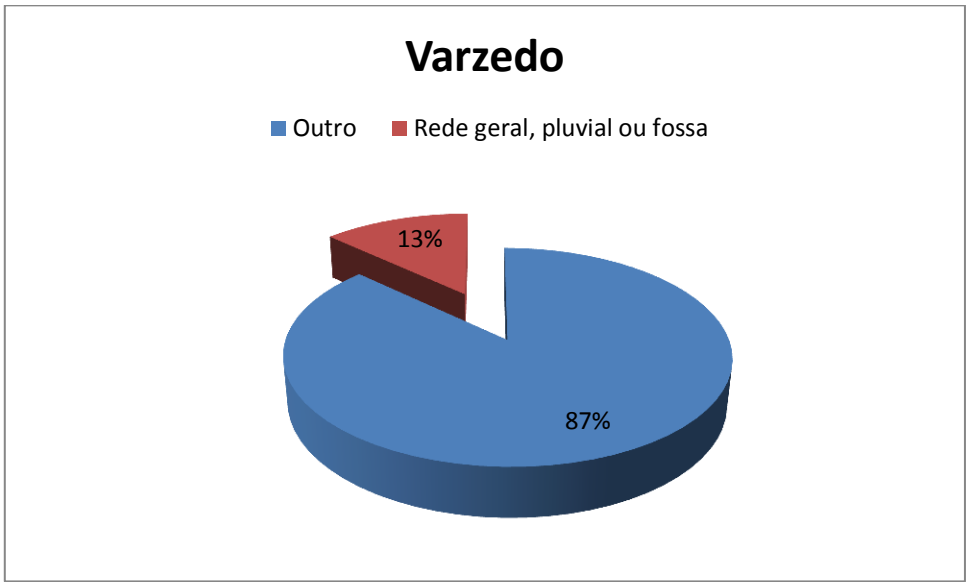
Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 79– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Santo Antônio de Jesus



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 80– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Simões Filho



Fonte: AGERSA, Relatório de fiscalização dos Sistemas Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Itaparica e Vera Cruz

Figura 81– Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário na área rural –Varzedo

Quadro 75 – Despesas por função – saúde e saneamento municipal – R$ – Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Aratuípe	0,07	0,08	0,06	0,06	0,07
Castro Alves	0,00	0,13	0,12	0,11	0,14
Conceição do Almeida	0,00	0,00	0,10	0,00	0,15
Dom Macedo Costa	0,05	0,05	0,02	0,04	0,04
Itaparica	0,20	0,13	0,00	0,00	0,00
Jaguaripe	0,09	0,13	0,08	0,00	0,00
Lauro de Freitas	0,53	1,50	1,20	0,70	0,65
Muniz Ferreira	0,00	0,03	0,04	0,04	0,05
Nazaré das Farinhas	0,17	0,19	0,15	0,14	0,09
Salinas da Margarida	0,10	0,11	0,09	0,10	0,10
Salvador	21,09	22,19	20,66	21,51	21,22
Santo Antônio de Jesus	0,71	0,93	0,78	0,78	0,80
Sapeaçu	0,13	0,13	0,10	0,14	0,16
Simões Filho	0,86	0,00	0,44	0,44	0,63
Varzedo	0,06	0,07	0,06	0,06	0,06
Vera Cruz	0,32	0,31	0,27	0,34	0,35

Fonte: IPEADATA

Quadro 76 – Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de água – 2010

Município	Tipo de Serviço	Índice de atendimento com rede de água	
		População total %	População urbana %
		IN055	IN023
Aratuípe/BA	Água	62,7	97,7
Castro Alves/BA	Água e esgotos	69,9	100,0
Conceição do Almeida/BA	Água	41,0	89,1
Dom Macedo Costa/BA	Água	50,2	100,0
Itaparica/BA	Água e esgotos	94,5	94,4
Jaguaripe/BA	Água	54,4	57,7
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	89,9	89,9
Muniz Ferreira/BA	Água	37,7	81,2
Nazaré das Farinhas/BA	Água	80,0	95,4
Salinas da Margarida/BA	Água	100,0	100,0
Salvador/BA	Água e esgotos	92,2	92,2
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	86,6	99,4
Sapeaçu/BA	Água	57,3	100,0
Simões Filho/BA	Água e esgotos	69,9	78,0
Varzedo/BA	Água	31,6	85,6
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	100,0	100,0

Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – EMBASA

Quadro 77– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de esgotos, 2010

Município	Tipo de Serviço	Índice de atendimento com rede de esgotos	
		População total %	População urbana %
		IN056	IN024
Aratuípe/BA	Água		
Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Água e esgotos	1,3	4,7
Cachoeira/BA	Água e esgotos	28,3	55,3
Cairu/BA	Água e esgotos	21,0	0,0
Camaçari/BA	Água e esgotos	17,1	17,9
Camamu/BA	Água e esgotos	3,3	7,5
Candeias/BA	Água e esgotos	22,3	24,5
Castro Alves/BA	Água e esgotos	2,6	4,2
Conceição do Almeida/BA	Água		
Cruz das Almas/BA	Água e esgotos	1,1	1,3
Dias d'Ávila/BA	Água e esgotos	30,0	31,9
Dom Macedo Costa/BA	Água		
Gandu/BA	Água		
Governador Mangabeira/BA	Água		
Igrapiúna/BA	Água		
Itaparica/BA	Água e esgotos	40,5	40,5
Ituberá/BA	Água		
Jaguaripe/BA	Água		
Laje/BA	Água e esgotos	12,4	45,2
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	27,7	27,7
Madre de Deus/BA	Água e esgotos	75,2	77,5
Maragogipe/BA	Água e esgotos	27,6	47,0
Muniz Ferreira/BA	Água		
Muritiba/BA	Água e esgotos	3,6	5,8
Nazaré das Farinhas/BA	Água		
Nilo Peçanha/BA	Água		
Piraí do Norte/BA	Água		
Presidente Tancredo Neves/BA	Água		
Salinas da Margarida/BA	Água		
Salvador/BA	Água e esgotos	76,0	76,0
Santo Amaro/BA	Água e esgotos	39,4	50,9
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	6,8	7,8
São Félix/BA	Água e esgotos	45,9	69,8
São Francisco do Conde/BA	Água e esgotos	26,0	31,4
São Miguel das Matas/BA	Água		
São Sebastião do Passé/BA	Água		
Sapeaçu/BA	Água		
Saubara/BA	Água		
Simões Filho/BA	Água e esgotos	20,2	22,5
Teolândia/BA	Água		
Varzedo/BA	Água		
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	19,3	20,6
Wenceslau Guimarães/BA	Água		

Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – EMBASA

Quadro 78 – Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Índice de atendimento com rede de esgotos, 2010

Município	Tipo de Serviço	Índice de tratamento de esgotos	
		Esgoto coletado %	Esgoto gerado %
		IN016	IN046
Aratuípe/BA	Água		
Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Água e esgotos	100,0	0,9
Cachoeira/BA	Água e esgotos	100,0	37,7
Cairu/BA	Água e esgotos	100,0	29,1
Camaçari/BA	Água e esgotos	49,1	8,5
Camamu/BA	Água e esgotos	100,0	5,6
Candeias/BA	Água e esgotos	100,0	21,9
Castro Alves/BA	Água e esgotos	100,0	3,4
Conceição do Almeida/BA	Água		
Cruz das Almas/BA	Água e esgotos		
Dias d'Ávila/BA	Água e esgotos	100,0	50,8
Dom Macedo Costa/BA	Água		
Gandu/BA	Água		
Governador Mangabeira/BA	Água		
Igrapiúna/BA	Água		
Itaparica/BA	Água e esgotos	100,0	50,1
Ituberá/BA	Água		
Jaguaripe/BA	Água		
Laje/BA	Água e esgotos	100,0	55,7
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	99,2	33,0
Madre de Deus/BA	Água e esgotos	100,0	49,5
Maragogipe/BA	Água e esgotos	100,0	41,9
Muniz Ferreira/BA	Água		
Muritiba/BA	Água e esgotos	100,0	5,2
Nazaré das Farinhas/BA	Água		
Nilo Peçanha/BA	Água		
Piraí do Norte/BA	Água		
Presidente Tancredo Neves/BA	Água		
Salinas da Margarida/BA	Água		
Salvador/BA	Água e esgotos	99,2	90,9
Santo Amaro/BA	Água e esgotos	100,0	43,2
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	100,0	6,5
São Félix/BA	Água e esgotos	100,0	76,7
São Francisco do Conde/BA	Água e esgotos	100,0	21,7
São Miguel das Matas/BA	Água		
São Sebastião do Passé/BA	Água		
Sapeaçu/BA	Água		
Saubara/BA	Água		
Simões Filho/BA	Água e esgotos	99,2	32,2
Teolândia/BA	Água		
Varzedo/BA	Água		
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	100,0	14,2
Wenceslau Guimarães/BA	Água		

Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – EMBASA

Quadro 79– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Consumo médio *per capita* de água e índice de perdas na distribuição – 2010

Município	Tipo de Serviço	Consumo médio *per capita* de água l/hab.dia	Índice de perdas na distribuição %
		IN022	IN049
Aratuípe/BA	Água	111,7	15,3
Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Água e esgotos	91,1	19,9
Cachoeira/BA	Água e esgotos	106,7	28,1
Cairu/BA	Água e esgotos	112,0	9,3
Camaçari/BA	Água e esgotos	123,5	49,4
Camamu/BA	Água e esgotos	104,7	31,5
Candeias/BA	Água e esgotos	115,8	44,7
Castro Alves/BA	Água e esgotos	95,9	28,3
Conceição do Almeida/BA	Água	98,3	21,9
Cruz das Almas/BA	Água e esgotos	110,3	14,7
Dias d Ávila/BA	Água e esgotos	117,4	58,2
Dom Macedo Costa/BA	Água	121,6	25,0
Gandu/BA	Água		
Governador Mangabeira/BA	Água	96,4	24,5
Igrapiúna/BA	Água	121,9	21,5
Itaparica/BA	Água e esgotos	101,2	57,5
Ituberá/BA	Água	105,1	30,1
Jaguaripe/BA	Água	88,8	28,3
Laje/BA	Água e esgotos	127,9	17,5
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	147,3	46,8
Madre de Deus/BA	Água e esgotos	124,4	47,5
Maragogipe/BA	Água e esgotos	110,7	22,4
Muniz Ferreira/BA	Água	127,9	4,9
Muritiba/BA	Água e esgotos	93,6	25,3
Nazaré das Farinhas/BA	Água	113,8	27,1
Nilo Peçanha/BA	Água	115,4	8,0
Piraí do Norte/BA	Água	116,0	4,4
Presidente Tancredo Neves/BA	Água	110,3	7,3
Salinas da Margarida/BA	Água	108,6	20,1
Salvador/BA	Água e esgotos	153,3	47,1
Santo Amaro/BA	Água e esgotos	117,0	18,8
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	120,0	22,1
São Félix/BA	Água e esgotos	87,6	24,2
São Francisco do Conde/BA	Água e esgotos	135,4	31,2
São Miguel das Matas/BA	Água	112,0	
São Sebastião do Passé/BA	Água	115,8	8,3
Sapeaçu/BA	Água	110,8	14,6
Saubara/BA	Água	113,3	
Simões Filho/BA	Água e esgotos	146,8	45,2
Teolândia/BA	Água	93,2	13,1
Varzedo/BA	Água	97,4	10,6
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	126,7	57,2
Wenceslau Guimarães/BA	Água	105,7	36,5

Fonte: SNIS SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – EMBASA

Quadro 80– Dados operacionais – EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Quantidade de ligações de água – 2010

Município	Tipo de Serviço	Quantidade de ligações de água	
		Total (ativas + inativas)	Ativas
		AG021	AG002
Aratuípe/BA	Água	1.871	1.604
Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Água e esgotos	1.683	1.502
Cachoeira/BA	Água e esgotos	7.784	6.813
Cairu/BA	Água e esgotos	4.398	3.745
Camaçari/BA	Água e esgotos	70.374	56.268
Camamu/BA	Água e esgotos	6.012	5.047
Candeias/BA	Água e esgotos	25.991	21.351
Castro Alves/BA	Água e esgotos	5.861	5.376
Conceição do Almeida/BA	Água	2.559	2.264
Cruz das Almas/BA	Água e esgotos	16.460	15.255
Dias d Ávila/BA	Água e esgotos	18.744	13.286
Dom Macedo Costa/BA	Água	697	669
Gandu/BA	Água	6.164	6.036
Governador Mangabeira/BA	Água	2.754	2.546
Igrapiúna/BA	Água	1.344	1.125
Itaparica/BA	Água e esgotos	8.198	5.928
Ituberá/BA	Água	5.551	4.851
Jaguaripe/BA	Água	3.262	2.604
Laje/BA	Água e esgotos	1.779	1.540
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	49.245	38.269
Madre de Deus/BA	Água e esgotos	7.888	7.247
Maragogipe/BA	Água e esgotos	9.069	7.997
Muniz Ferreira/BA	Água	1.017	890
Muritiba/BA	Água e esgotos	7.126	6.685
Nazaré das Farinhas/BA	Água	7.706	6.861
Nilo Peçanha/BA	Água	1.178	992
Piraí do Norte/BA	Água	1.255	1.094
Presidente Tancredo Neves/BA	Água	3.288	3.035
Salinas da Margarida/BA	Água	5.448	4.685
Salvador/BA	Água e esgotos	564.781	492.744
Santo Amaro/BA	Água e esgotos	17.011	13.723
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	26.297	24.325
São Félix/BA	Água e esgotos	2.884	2.549
São Francisco do Conde/BA	Água e esgotos	12.616	10.136
São Miguel das Matas/BA	Água	1.235	1.171
São Sebastião do Passé/BA	Água	9.308	7.875
Sapeaçu/BA	Água	3.156	2.937
Saubara/BA	Água	8.233	7.185
Simões Filho/BA	Água e esgotos	24.260	21.376
Teolândia/BA	Água	1.242	1.121
Varzedo/BA	Água	1.053	951
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	23.455	18.786
Wenceslau Guimarães/BA	Água	3.159	2.543

Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – EMBASA

Quadro 81– Dados operacionais –EMBASA– Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (base agregada) – Quantidade de economias residenciais ativas, 2010

Município	Tipo de Serviço	Quantidade de economias residenciais ativas	
		Água	Esgoto
		AG013	ES008
Aratuípe/BA	Água	1.536	
Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Água e esgotos	1.417	58
Cachoeira/BA	Água e esgotos	6.689	2.748
Cairu/BA	Água e esgotos	3.922	1.030
Camaçari/BA	Água e esgotos	66.461	12.687
Camamu/BA	Água e esgotos	4.933	326
Candeias/BA	Água e esgotos	21.995	5.598
Castro Alves/BA	Água e esgotos	5.159	194
Conceição do Almeida/BA	Água	2.152	
Cruz das Almas/BA	Água e esgotos	15.134	
Dias d Ávila/BA	Água e esgotos	13.596	5.992
Dom Macedo Costa/BA	Água	640	
Gandu/BA	Água	5.965	
Governador Mangabeira/BA	Água	2.448	
Igrapiúna/BA	Água	1.054	
Itaparica/BA	Água e esgotos	6.025	2.583
Ituberá/BA	Água	4.570	
Jaguaripe/BA	Água	2.521	
Laje/BA	Água e esgotos	1.426	827
Lauro de Freitas/BA	Água e esgotos	44.529	13.744
Madre de Deus/BA	Água e esgotos	7.428	3.901
Maragogipe/BA	Água e esgotos	7.655	3.472
Muniz Ferreira/BA	Água	867	
Muritiba/BA	Água e esgotos	6.496	315
Nazaré das Farinhas/BA	Água	6.551	
Nilo Peçanha/BA	Água	920	
Piraí do Norte/BA	Água	1.011	
Presidente Tancredo Neves/BA	Água	2.845	
Salinas da Margarida/BA	Água	4.577	
Salvador/BA	Água e esgotos	793.362	653.984
Santo Amaro/BA	Água e esgotos	13.810	6.759
Santo Antônio de Jesus/BA	Água e esgotos	24.035	1.886
São Félix/BA	Água e esgotos	2.406	1.792
São Francisco do Conde/BA	Água e esgotos	9.969	2.454
São Miguel das Matas/BA	Água	1.101	
São Sebastião do Passé/BA	Água	7.849	
Sapeaçu/BA	Água	2.802	
Saubara/BA	Água	7.160	
Simões Filho/BA	Água e esgotos	24.722	7.129
Teolândia/BA	Água	1.023	
Varzedo/BA	Água	926	
Vera Cruz/BA	Água e esgotos	19.540	2.294
Wenceslau Guimarães/BA	Água	2.442	

Fonte: SNIS Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – EMBASA

D. Caracterização dos sistemas de abastecimento de água

O Abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador é realizada através de sistemas integrados que inclui a barragem Pedra do Cavalo, responsável por 70% da água tratada Salvador e Lauro de Freitas contam ainda centros de produção de água tratada: ETA Principal, com 10 m3/s, e Parque Bolandeira, composto por duas estações de tratamento com capacidade de 5,0 m3/s.[62]

Os investimentos propostos para o setor de saneamento no estado envolve um total de R$2,6 bilhões, dos quais R$217,3 milhões (8% do total) destinado a RMS. Cerca de 51% do total de recursos está destinado a obras para ampliação dos sistemas de abastecimento.

Quadro 82– Sistema de abastecimento de água e principais mananciais da RM Salvador – Bahia

Sistema produtor	Principais mananciais	Sedes urbanas atendidas
Integrado Itaparica-veracruz	Rio Tapera (barragem Tapera).	Itaparica, Vera Cruz.
Integrado salvador/Lauro de Freitas (eta principal)	Barragens Pedra do Cavalo, Santa Helena e Joanes II.	Candeias, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho.
Isolado ipitanga i/ joanes i (parque bolandeira)	Barragens Joanes I, Ipiranga I, II e III.	Salvador.
Isolado ipitanga ii (eta suburbana)	Barragens Joanes I, Ipiranga I, II e III.	Salvador.
Isolado cobre	Barragem do Cobre.	Salvador.
Isolado barreiro	Barragem, Barreiro e poços.	Salvador.
Isolados	Poços, rio do Uma.	Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João, Pojuca, São Sebastião do Passé.

[62] Todos os dados deste item foram extraídos do Relatório Anual de Informação ao Consumidor da EMBASA. disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/Nilo%20Pecanha.pdf> Acesso em junho de 2014 e do Atlas Brasil daAgencia Nacional de Aguas, disponível em<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/RegiaoMetropolitana.aspx?rme=19>;e <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/atlas/Atlas_ANA_Vol_02_Regiao_Nordeste.pdf>Acesso em junho de 2014

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas – Atlas do Brasil: Abastecimento urbano de água, vol.2, 2010

Segundo os estudos da ANA os mananciais que abastecem a RM de Salvador dispõem de capacidade para as demandas futuras, mas para isso vai ser necessário um aumento da capacidade dos sistemas de produção de água que requer:

> "ampliar a adutora de água tratada que liga a ETA Principal ao centro de reservação do Cabula; ampliar o Sistema Santa Helena /Joanes II, com a implantação de elevatória e adutoras para aumentar a vazão disponível na barragem Joanes II;ampliar e adequar unidades da ETA Principal; duplicação do sistema adutor de água tratada para Candeias;implantar novo sistema para São Francisco do Conde; eampliar os sistemas de poços de Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João e São Sebastião do Passé. O total de investimentos previstos para a RM de Salvador é de R$217 milhões."[63]

Os municípios de Salvador, Itaparica e Vera Cruz, necessitam de uma ampliação do sistema de abastecimento de água para poder atender as demandas futuras, principalmente em Itaparica onde está previsto um grande crescimento populacional.. Esses dois municípios já recebem atualmente uma aumento considerável de consumo de água durante as altas estações provocando colapsos eventuais no abastecimento.

O manancial que abastece os municípios da Ilha é o rio Tapera (Barragem de Tapera).

> A vazão de captação das águas do rio Tapera é de 299L/s (litros por segundo) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 462,0 l/s, em regime de operação de 19 horas por dia. A produção média diária de água tratada é 20.452 m³/dia. Até o momento, a água do rio Tapera é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano. Através dos parâmetros analisados, não há evidências de que existe contaminação por elementos e/ou substâncias químicas indesejáveis.[64]

[63] Ver nota 52
[64] Ver nota 52

Quadro 83– Salvador – Dados do Município

Salvador				
Pop Urbana (2007):	2.891.434 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		11.433 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	Recôncavo Norte	Investimento Total em Água (2025):		184 milhões
Avaliação Oferta/Demanda de Água				
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros municípios atendidos
Barragem Joanes II, Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA Principal)	70 %	Requer ampliação de sistema	Simões Filho, Candeias, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde
Barragem Joanes I, Barragem de Ipitanga I	Sistema Isolado Salvador – Joanes I/ Ipitanga I (VM/TS)	28 %	Satisfatória	---
Barragem Ipitanga II	Sistema Isolado Salvador – Ipitanga II (Suburbana)	1 %	Satisfatória	---
Barragem do Cobre	Sistema Isolado Salvador – Cobre	< 1%	Satisfatória	---

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Quadro 84– Itaparica– Dados do Município

Itaparica				
Pop Urbana (2007):	19.897 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		63 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Abastecimento satisfatório
Sub-bacia Hidrográfica:	Recôncavo Sul	Investimento Total em Água (2025):		0 milhões
Avaliação Oferta/Demanda de Água:				
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros municípios atendidos
Barragem Tapera (Rio Tapera)	Integrado Itaparica	100 %	Satisfatória	Vera Cruz

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Quadro 85 –Vera Cruz– Dados do Município

Vera Cruz				
Pop Urbana (2007):	32.854 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		111 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Abastecimento satisfatório
Sub-bacia Hidrográfica:	Recôncavo Sul	Investimento Total em Água (2025):		0 milhões
Avaliação Oferta/Demanda de Água:				
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros municípios atendidos
Barragem Tapera (Rio Tapera)	Integrado Itaparica	100 %	Satisfatória	Itaparica

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010

A seguir, são analisadas as condições de abastecimento de água nos demais municípios que compõem a área de influência do projeto da ponte Salvador-Itaparica, em que são ressaltados o tipo de manancial, vazão, volume e qualidade da água ofertada, compatibilidade entre oferta e demanda por água potável e ampliações projetadas para 2015 com base no Relatório Anual de Informação ao Consumidor. Da EMBASA. Observou-se que a maioria dos municípios requer ampliação do sistema existente ou a instalação de um novo sistema para dar conta da demanda por água. Assim, aumento do contingente populacional – por crescimento vegetativo ou migração – implicaria em desabastecimento, caso não houvesse intervenção na oferta de água.

Aratuípe

A água que abastece o município é captada no rio Aratuípe, localizado na bacia hidrográfica do Recôncavo Sul. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.(EMBASA), através do seu laboratório central em Salvador, acompanha a qualidade da água desse manancial,que é de boa qualidade se enquadrando na classe apropriada para consumo humano após tratamento convencional. Através da avaliação dos parâmetros físico-químicos, não há evidência de que existe contaminação por elementos e/ou substâncias químicas em concentrações indesejáveis. O órgão responsável pelo monitoramento e proteção dos mananciais, na Bahia, é o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).O tratamento da água é realizado na estação de tratamento de água do tipo filtração direta, em que as fases do processo são: coagulação,

filtração, desinfecção e fluoretação. Com capacidade nominal de tratamento de 13,6 litros por segundos (L/s), atualmente capta 9,7L/s de água bruta do rio Aratuípe, com regime de operação de 19 horas/dia, produzindo em média 664m³ de água tratada por dia. A previsão da demanda urbana de água para 2015 é de 16 litros por segundo ou 1.095m³ de água tratada/dia. Para atender essa demanda futura, será necessário investir em novo manancial.[65]

[65] Disponível emhttp://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Aratuipe.pdf Acesso em Julhode 2014.

Quadro 86–Aratuípe– Dados do Município

Aratuípe				
Pop Urbana (2007):	4.859 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		16 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer novo manancial
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):		1 milhão
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Rio Aratuípe	Isolado Aratuípe	100%	Requer novo manancial	---

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Castro Alves

A água que abastece o município provém do rio Paraguaçu, cuja nascente está no município de Barra de Estiva. O rio Paraguaçu sofreu perdas significativas de proteção de matas ciliares e práticas do garimpo. Esse rio possui, na sua bacia e margens, olarias, culturas agrícolas, como café, abacaxi, banana, hortifrutigranjeiro e agropecuária menos intensa. Os agricultores locais utilizam defensivos agrícolas, não deixando o rio isento de contaminação. A água do rio Paraguaçu é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano. No município de Castro Alves, o tratamento da água captada do rio Paraguaçu é realizado numa estação de tratamento de água. A vazão de captação das águas do Paraguaçu é de 140 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 200 L/s, em regime de operação de 21 horas por dia. A produção média diária de água tratada é 9.450 m³/dia[66].

[66] Disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/Boqueirao,%20Candeal,%20Castro%20Alves,%20Genipapo,%20Itatim,%20Km%20100,%20Lagedo%20Alto,%20Milagres,%20Nova%20Itarana,%20Rio%20Seco,%20Santa%20Terezinha%20e%20Serra%20Grande.pdf> Acesso em junho de 2014

Quadro 87 –Castro Alves – Dados do Município

Castro Alves				
Pop Urbana (2007):	13.912 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		48 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Abastecimento satisfatório
Sub-bacia Hidrográfica:	PARAGUAÇU	Investimento Total em Água (2025):		0 milhões
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Rio Paraguaçu	Integrado Milagres	100%	Satisfatória	Itatim, Milagres, Nova Itarana, Santa Teresinha

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010

Conceição do Almeida

"A água que abastece o município de Conceição do Almeida é captada nos rios Paraguaçu e Jacuípe, localizados na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu (lago Pedra do Cavalo). Essa água é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano. Com capacidade nominal de tratamento de 124 litros por segundo (L/s), atualmente capta 92,8 litros por segundo (L/s) de água bruta do rio Paraguaçu, com regime de operação de 19 horas/dia, produzindo em média 6.348m³ de água tratada por dia. Porém, recebe 3.001m³/dia da ETA de Muritiba, cujo manancial é o rio Paraguaçu."[67]

Quadro 88–Conceição do Almeida– Dados do Município

Conceição do Almeida			
Pop Urbana (2007):	7.774 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	32 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):	33 milhões

[67] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/RAIC_2011_Conceicao_do_Almeida.pdf> Acesso em julho de 2014.

Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Zona Fumageira	100%	Requer ampliação de sistema	Sapeaçu, Cruz das Almas

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010

Dom Macedo Costa

Em Dom Macedo Costa o tratamento de agua é realizado de forma completa. Asaguascaptadas no rio Dona são de boa qualidade e adequadas ao consumo humano e não há evidências de contaminação. A vazão é de 194,9 litros por segundo (L/s) com uma capacidade de tratamento de 240 L/s, produzindo em média 12.630 m³/dia.. O controle da qualidade da água é executado pela EMBASA ou por empresas contratadas.

Neste municípioo acesso à rede o abastecimento atingiu níveis satisfatórios no ultimo censo demográfico. No município de Dom Macedo Costa em 1991, 72,8% dos moradores urbanos tinha acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e em 2010 esse acesso foi ampliado para 98,1%. No estado esse indice cresceu de 68,6% para 95,1% no mesmo período.[68]

Quadro 89 – Dom Macedo Costa – Dadosdo Município

Dom Macedo Costa				
Pop Urbana (2007):	1.317 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		4 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):		1 milhão
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos

[68] Disponível em http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Dom%20Macedo%20Costa.pdf Acesso em junho de 2014

Rio Pedra Branca	Isolado Dom Macedo Costa	100%	Requer ampliação de sistema	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Jaguaripe

"O município de Jaguaripe é abastecido com as águas do rio da Dona, localizado na bacia hidrográfica do Recôncavo Sul. As águas desse manancial são de boa qualidade e se enquadram como apropriadas ao tratamento e distribuição para consumo humano. Através dos parâmetros analisados, não há indícios que comprovem contaminação por elementos e/ou substâncias químicas indesejáveis. A vazão de captação, no rio da Dona, é de 3,6 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 7,0 L/s. Funcionando em regime de operação de 21 horas por dia, a estação produz em média 272m³/dia."[69]

Quadro 90 –Jaguaripe – Dados do Município

Jaguaripe				
Pop Urbana (2007):	5.594 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		16 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):		3 milhões
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Rodo da Dona	Isolado Jaguaripe 1	59%	Requer ampliação de sistema	-
3 poços Jaguaripe 2	Isolado Jaguaripe 2	41%	Requer ampliação de sistema	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

[69] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Jaguaripe.pdf> Acessoem junhode 2014.

Lauro de Freitas

A água que abastece o município de Lauro de Freitas procede das barragens de Pedra do Cavalo e Joanes II, localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu e Joanes, respectivamente. As águas desse manancial são de boa qualidade e se enquadram como apropriadas ao tratamento e distribuição para consumo humano. A vazão de captação, na Barragem de Pedra do Cavalo (rio Paraguaçu) e Barragem Joanes II (rio Joanes) é de 8.800 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 9.000 L/s. Funcionando em regime de operação de 24 horas por dia, a estação produz em média 53.500m³/dia de água tratada para o município[70].

Quadro 91 – Lauro de Freitas – Dados do município

Lauro de Freitas			
Pop Urbana (2007):	137.926 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	592 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):	184 milhões
Mananciais	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos	
Barragem Joanes II, Barragem Pedra do Cavalo	Requer ampliação do sistema	Simões Filho, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Salvador	

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Muniz Ferreira

O tratamento da água que chega ao município é efetivado na estação de tratamento de água, através de processo filtração direta. A vazão de captação das águas do rio Taitinga é de 4,3 L/s litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 8,0 L/s, em regime de operação de 17 horas por dia. A produção média diária de água tratada é 263m³/dia e os produtos químicos utilizados são os universalmente empregados. A água que

[70] Disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Lauro%20de%20Freitas.pdf>.Acesso em junho de 2014.

abastece esse município provém do rio acima citado, cuja nascente situa-se no próprio município. Até o momento, a água do rio da Taitinga, localizado na bacia hidrográfica do Recôncavo Sul, é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano[71].

Quadro 92 – Muniz Ferreira – Dados do Município

Muniz Ferreira				
Pop Urbana (2007):	MURITI Dados do 15.902 habitantes	BA – BA Município Demanda Urbana (Cenário 2015):	72 L/s	
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema	
Sub-bacia Hidrográfica:	PARAGUAÇU	Investimento Total em Água (2025):	33 milhões	
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos:
Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Muritiba	100%	Requer Ampliação do sist.	Cachoeira, Governador Mangabeira, São Félix

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Nazaré das Farinhas

O processamento da água do município é realizado na estação de tratamento de água, através de processo convencional. A vazão de captação das águas do rio Caraipe é de 47,6 L/s litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 60 L/s, em regime de operação de 20 horas por dia, sendo a produção média diária de água tratada de 3.427m³/dia.A água que abastece o município provém do rio acima citado, cuja nascente situa-se no próprio município. Até o momento, a água do rio Caraipe, localizado na bacia hidrográfica do Recôncavo Sul, é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano.[72]

[71] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Muniz%20Ferreira.pdf> Acesso em Junho de 2014

[72] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Mazare%20das%20Farinhas.pdf> Acesso em Junho de 2014

Quadro 93 – Nazaré das Farinhas – Dados do Município

Nazaré das Farinhas				
Pop Urbana (2007):	23.122 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	69 L/s	
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema	
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):	3 milhões	
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Rio Caraípe	Isolado Nazaré	100%	Requer ampliação de sistema	

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Salinas da Margarida

O tratamento da água desse município é realizado na estação de tratamento de água (ETA), através de processo convencional auto-lavável. A vazão de captação das águas do rio Piau é de 39,4 L/s litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 80 L/s, em regime de operação de 17 horas por dia. A produção média diária de água tratada é 2.228 m³/dia. A água que abastece o município provém do rio acima citado, cuja nascente situa-se no próprio município. A água do rio Piau, localizado na bacia hidrográfica do Recôncavo Sul, é de boa qualidade e se enquadra na classe apropriada para ser tratada e distribuída para consumo humano[73].

[73] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Salinas%20da%20Margarida.pdf> Acesso em Junhode 2014

Quadro 94 – Salinas da Margarida – Dados do município

Salinas da Margarida				
Pop Urbana (2007):	5.818 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	18 L/s	
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Abastecimento satisfatório	
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):	0 milhões	
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Rio Piau	Isolado Salinas da Margarida	100%	Satisfatória	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Santo Antônio de Jesus

As águas que abastecem o são de boa qualidade e adequadas ao consumo humano. O tratamento é realizado na estação de tratamento de água (ETA), através de processo completo (coagulação, floculação, decantação, filtração, fluoretação e desinfecção). A vazão de captação, no rio da Dona, é de 194,9 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema, 240 L/s. Funcionando em regime de operação de 18 horas por dia, a estação produz em média 12.630 m³/dia.[74]

Quadro 95 – Santo Antônio de Jesus– Dados do Município

Santo Antônio de Jesus				
Pop Urbana (2007):	72.141 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		24,3 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):		14 milhões
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos

[74] Disponível em<http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Santo%20Antonio%20de%20Jesus.pdf> Acesso em junho 2014.

		do município		
Barragem Rio da Dona	Isolado Santo Antônio de Jesus	100%	Requer ampliação de sistema	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

Sapeaçu

A água que abastece o município de Sapeaçu é captada nos rios Paraguaçu e Jacuípe, localizados na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu (lago Pedra do Cavalo). A qualidade do manancial é regulamentada com base no CONAMA a 357/2005, do Ministério do Meio Ambiente, sendo responsável por esse monitoramento o órgão ambiental do estado. O tratamento de água de Sapeaçu é realizado numa estação de tratamento de água e é do tipo convencional. Com capacidade nominal de tratamento de 124 litros por segundo (L/s), atualmente capta 92,8 litros por segundo (L/s) de água bruta do rio Paraguaçu, com regime de operação de 19 horas/dia, produzindo em média 6.348m³ de água tratada por dia. Recebe, porém, 3.001m³/dia da ETA de Muritiba, cujo manancial é o rio Paraguaçu.[75]

Quadro 96 –Sapeaçu – Dados do Município

Sapeçu			
Pop Urbana (2007):	7.555 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	30 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):	33 milhões
Mananciais	Sistema	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Zona Fumageira	Requer ampliação de sistema	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

[75] Disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Sapeacu.pdf> Acesso em Junho de 2014

Simões Filho

A água que abastece o município provém da Barragem de Pedra do Cavalo e Barragem Joanes II, pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu e Joanes, respectivamente. As águas desse manancial são de boa qualidade e se enquadram como apropriadas ao tratamento e distribuição para consumo humano. O tratamento da água que chega ao município é realizado na estação de tratamento de água, através de processo convencional. A vazão de captação, na Barragem de Pedra do Cavalo (rio Paraguaçu) e Barragem Joanes II (rio Joanes) é de 8.800 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 9.000 L/s. Funcionando em regime de operação de 24 horas por dia, a estação produz em média 30.000m³/dia de água tratada para o município.[76]

Quadro 97–Simões Filho– Dados do Município

Simões Filho			
Pop Urbana (2007):	89.325 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	315 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO NORTE	Investimento Total em Água (2025):	184 milhões
Mananciais Barragem Joanes II, Barragem Pedra do Cavalo	Sistema Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA PRINCIPAL)	Participação no abastecimento do município: 100 %	Situação (até 2015): Requer ampliação de sistema
			Outros Municípios atendidos: Candeias, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Salvador.

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

[76] Disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Simoes%20Filho.pdf> Acesso emJunho de 2014> Acesso em junho de 2014

Varzedo

A água que abastece o município de Varzedo provém de poços que captam água do lençol subterrâneo, e estão situados fora do perímetro urbano. São bem protegidos, não havendo riscos evidentes de sofrerem contaminação. O tratamento da água que chega aos domicílios é realizado numa estação de tratamento de água (ETA), através de processo simples de desinfecção. A vazão de captação, no manancial subterrâneo, é de 3,3 litros por segundo (L/s) e a capacidade nominal de tratamento do sistema é de 5,1 L/s. Funcionando em regime de operação de 24 horas por dia, a ETA produz, em média, 285m³/dia.[77]

Quadro 98 – Varzedo – Dados do município

Varzedo				
Pop Urbana (2007):	2.741 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):		10 L/s
Prestador de Serviços:	EMBASA	Situação do Abastecimento (2015):		Requer ampliação sistema
Sub-bacia Hidrográfica:	RECÔNCAVO SUL	Investimento Total em Água (2025):		2 milhões
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos
3 poços Varzedo	Isolado Varzedo	100%	Requer ampliação de sistema	-

Fonte: ANA – Agência Nacional de Águas, 2010.

2.2.4.5. Resíduos Sólidos

Com o projeto de construção da Ponte Salvador/Ilha de Itaparica sobre a Baía de Todos os Santos haverá um impulso desenvolvimentista que ampliará as demandas de serviços públicos e de infraestrutura urbana, dentre os quais se destaca um dos componentes do saneamento, os resíduos sólidos.

[77] Disponível em <http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Varzedo.pdf> Acesso em julho de 2014.

Este capítulo, referente aos resíduos sólidos, teve como base metodológica pesquisa em fontes secundárias e primárias. Foram examinados documentos governamentais que tratam do assunto, literatura que versa sobre o tema e sites dos governos federal e estadual. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, com visitas técnicas locais e entrevistas semiestruturadas realizadas com os responsáveis pelo manejo dos resíduos sólidos em quinze dos dezesseis municípios. Salvador, pelas especificidades, teve tratamento diferenciado, sendo utilizados os dados recentes contidos no Plano Municipal de Saneamento, visitados e fotografados bairros de diferentes escalas sociais, para avaliação visual da qualidade da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Os municípios pesquisados estão localizados nos territórios de identidade do Recôncavo, da Região Metropolitana de Salvador e do Baixo Sul, alguns dos quais estão organizados em consórcios, que dão suporte ao compartilhamento de soluções para destinação final adequada, com custos otimizados pela margem de escala.

Um dos pontos críticos na gestão dos resíduos sólidos urbanos é o manejo inadequado por parte das prefeituras municipais, decorrente, tanto das deficiências técnicas operacionais, como da incapacidade financeira das mesmas, e, ainda, em alguns casos, pela falta de prioridade político decisória no trato da questão.

As possibilidades de mudança desse quadro podem ser aceleradas com ações governamentais e privadas, associadas ao cenário de desenvolvimento planejado para a região.De um lado, os planos urbanísticos e planos de saneamento e de resíduos, em andamento, darão os subsídios técnicos, do outro, os instrumentos legais, como as leis das políticas de resíduos, nacional e estadual, junto com as ações do Ministério Público, servem de pressão para alterar o padrão decisório de baixa prioridade.

Há sem duvida, um cenário favorável, capaz de alterar a situação encontrada nos municípios pesquisados na Área Diretamente Afetada (ADA) e na Área de Influência Direta (AID) pelo empreendimento.

A promulgação da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem propiciado resultados positivos a esse segmento importante do saneamento básico. O Governo Federal vem promovendo ações junto aos estados e municípios, com o objetivo de apoiar programas que estimulem a aplicação das diretrizes contidas na referida lei e, mais especificamente, acabem com os insalubres lixões. As exigências relativas ao planejamento é outro aspecto importante atualmente

tratado, por meio da obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com programas específicos para atender os princípios da mencionada Lei.

Nesse sentido, as políticas governamentais buscam garantir que os recursos, disponibilizados pela esfera pública, sejam adequadamente aplicados e indutores de soluções que mudem a cultura do tratamento dos resíduos com a introdução de parâmetros mais técnicos e mais sustentáveis.

Acompanhando o panorama nacional, em janeiro de 2014, o governo da Bahia sancionou a Lei 12.932, instituindo a Política Estadual de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos necessários à gestão adequada dos resíduos sólidos,visando preservar a saúde pública e o meio ambiente.

Nesse contexto, os programas direcionados a melhoria do manejo dos resíduos sólidos urbanos devem seguir a ordem de prioridade estabelecida em ambas as leis estadual e federal, acima referidas, que preconizam: a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Merece atenção cuidadosa a questão dos resíduos sólidos na área em estudo, pelo aspecto multicausal do manejo inadequado, como também pelas consequências que afetam diversos setores da vida urbana, começando com a saúde da população, desdobrando-se nos aspectos econômicos, do turismo em especial, e do meio ambiente que rebate em muitos outros, comprometendo o desenvolvimento sustentável.

Este diagnóstico apresenta, inicialmente, uma interpretação geral das informações colhidas e pesquisadas sobre os resíduos sólidos urbanos dos municípios, de forma agregada, por área de influência: área diretamente afetada e área de influência direta. Posteriormente, caracteriza a situação dos resíduos em cada município.

A. Área Diretamente Afetada – ADA

Esses municípios possuem graus de complexidade distintos, requerendo, portanto, tratamentos diferenciados, no que diz respeito aos resíduos sólidos: Salvador, capital do estado, tem uma geração de mais de 2.700t/dia de resíduos domiciliares, enquanto

Itaparica e Vera Cruz, cidades de veraneio, localizadas na Ilha de Itaparica, dentro da Baia de Todos os Santos, geram pouco mais de 11 e 19t/dia respectivamente valores que triplicam na alta estação.

Quadro 99– Estimativa da Geração de Resíduos Domiciliares e Total por Município da ADA

Município	Estimativa população 2013		Produção *per capita*		Geração de residuos	
	Total	Urbana	Domiciliar (Kg/hab.dia)	Total* (Kg/hab.dia)	Domiciliar (t/dia)	Total(t/dia)
Itaparica	22.329	22.329	0,50	0,70	11,16	15,63
Salvador	2.883.682	2.882.894	0,94	1,10	2.711,64	3.171,18
Vera Cruz	41.524	38.958	0,50	0,70	19,48	27,27
TOTAL	2.947.535	2.944.181			2.742,28	3.214,08

Fonte: BRASIL/IBGE, 2014 e BAHIA/SEDUR, 2012.
*domiciliar+urbana+público

A estimativa da quantidade de resíduos sólidos gerados foi elaborada com base nos índices de produção *per capita* de resíduos sólidos, por faixa populacional, de acordo com o "Banco de Dados do Sistema de Limpeza Urbana e Caracterização do Destino Final de Resíduos Sólidos de 96 Municípios da Bahia", elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em 2004, e utilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) no estudo de regionalização (BAHIA/SEDUR, 2012). Esse banco de dados indica o valor da produção *per capita* total, que inclui, parcela do entulho e o domiciliar (composto de doméstico mais comercial) para um universo amostral de 23% dos municípios do Estado. Para Salvador, foi utilizado o resultado da caracterização, realizada no Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador (SALVADOR, 2014).

Quadro 100 – Indicadores De Geração *Per capita* Por Faixa Populacional De Municípios da Bahia

Faixa Populacional (habitantes)	Produção *Per capita* domiciliar (kg/ hab. dia)	Produção *Per capita* Total (kg/hab. dia)
Até 20.000	0,40	0,60
De 20.001 até 50.000	0,50	0,70
De 50.001 até 100.000	0,60	0,80
Acima de 100.000	0,70	1,00

Fonte: BRASIL/MMA. BAHIA/SEDUR, 2012.

Coleta de Resíduos Urbanos e Serviços de Limpeza

Os serviços de coleta são terceirizados em Salvador e em Itaparica, enquanto, em Vera Cruz, são executados pela prefeitura, com locação de equipamentos (Quadro 99 – Síntese do gerenciamento, coleta e varrição dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos dos municípios da ADA).

Quadro 101– Síntese do gerenciamento, coleta e varrição dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos dos municípios da ADA

Município	Responsabilidade pelos serviços	Forma de execução dos serviços	Empresa contratada	Serviços
Salvador	Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção a Violência (SESP)	Empresa – serviço terceirizado	Consórcio Salvador Saneamento Ambiental (SSA)	Coleta e transporte de RSD, limpeza urbana/praias, coleta e transporte de RCD, serviços especiais, varrição vias/logradouros, limpeza urbana nas ilhas, transporte de materiais recicláveis, educação ambiental, operação carnaval/chuva/dengue.
Itaparica	Secretaria de Infraestrutura	Empresa – serviço terceirizado	SEDIC – Serviços e Distribuição Comercial	Coleta, limpeza e varrição.
Vera Cruz	Secretaria de Meio Ambiente	Aloca os equipamentos – em processo de nova licitação	Fátima Transportes	Locação de veículos e máquinas

Fonte: Pesquisa nas prefeituras, fev./2014 e SALVADOR, 2014

Em Salvador, os serviços executados seguem os fundamentos estabelecidos no Modelo Tecnológico, concebido em 1992, que propõe a coleta diferenciada por tipo de resíduos, de modo a ter também tratamento e disposição adequados.

A Prefeitura de Vera Cruz apresenta deficiências estruturantes para manter o manejo adequado dos resíduos sólidos no território municipal, caracterizado por apresentar acentuada dispersão da ocupação urbana, em áreas ao longo da orla da ilha, com vários povoados e loteamentos organizados em condomínios, em um total de 66 empreendimentos (condomínios/loteamentos),ao longo da BA-001. Essas características resultam na sazonalidade de sua população, que triplica nos finais de semana prolongados ou na alta estação, aumentando, consequentemente, a geração

de resíduos, com uma média de 90t/dia, na alta estação e 20t/dia na baixa estação, de acordo com informações da prefeitura municipal.

A disposição dos resíduos para coleta é feita na faixa de servidão da BA-001 e na margem das vias, sendo constante, nas margens da BA-001 e no acesso à Cacha Prego, a presença pontos de lixo em ambos os lados da via, formando uma verdadeira passarela de pequenos, médios e grande pontos de descarga de lixo, que comprometem a saúde, o meio ambiente e a atividade turística.

Em Itaparica, ainda que não exista, uma estrutura adequada para a gestão dos resíduos, ao se comparar com Vera Cruz, pode-se observar que as condições de limpeza urbana são melhores, considerando que a gestão é menos complexa, em função do tamanho do território e da sua estrutura urbana. A prefeitura utiliza o sistema de caixas coletoras, dispostas em pontos estratégicos, que são posteriormente coletadas por poliguindastes.

Nos municípios de Itaparica e Vera Cruz não há cobrança de taxas para a oferta da prestação dos serviços de coleta, nem para os resíduos comerciais, nem para a remoção de entulho, sendo a coleta de entulhos feita por programação, e, em geral, o material é reaproveitado no melhoramento de vias sem calçamento.

Vera Cruz e Itaparica coletam os resíduos comerciais sem cobrança de taxas o município de Salvador cobra taxa pelos serviços, junto com o IPTU.

SISTEMA DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS URBANOS

Considerando o conjunto do Estado da Bahia, esses três municípios da ADA possuem boas condições em termos de disposição final dos resíduos urbanos, na medida em que são atendidos por dois aterros sanitários – o Aterro Metropolitano Centro, que atende Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, e o Aterro Ilha, que atende os municípios de Itaparica, Vera Cruz, Salinas da Margarida e parte de Jaguaripe.

Ressalta-se que o Aterro Metropolitano Centro está sendo operado adequadamente, dentro dos padrões sanitários. A operação e manutenção do Aterro Sanitário Metropolitano Centro e da Estação de Transbordo de Resíduos, desde 1999, passaram a ser de responsabilidade da empresa VEGA BAHIA – Tratamento de Resíduos S.A., que venceu a Concorrência nº004 e tem a concessão por 20 anos, por

meio de contrato firmado com a SESP. Posteriormente, a empresa recebeu a denominação de Bahia Transporte e Tratamento de Resíduos S.A (BATTRE) (SALVADOR, 2014).

Quadro 102–Solução de disposição final existente nos municípios da ADA

Nome do município	Solução de destino final	Localização do aterro	Compartilhado com
Salvador	Aterro Sanitário	No município	Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho
Itaparica	Aterro Sanitário	Vera Cruz	Vera Cruz, Itaparica e Salinas da Margarida e parte de Jaguaripe
Vera Cruz			

Fonte: Pesquisa nas prefeituras, fev/2014

O Aterro Ilha se encontra degradado, apresentando características de lixão a céu aberto. No estágio atual, foi iniciado um processo de recuperação por meio de um contrato de prestação de serviço com uma empresa terceirizada, que prevê colocá-lo em condições apropriadas, após 6 meses de recuperação. A operação do aterro está sendo realizada pela mesma empresa, desde janeiro/2014.

Em 2010, o Plano de Gestão do Estaleiro (BAHIA. CONDER, 2010) já indicava a necessidade de um projeto de requalificação para esse aterro, alinhado com a implantação de um modelo de gestão adequado e um programa de mobilização e educação ambiental. A prefeitura de Itaparica dispõe seus resíduos no Aterro Ilha.

Verifica-se que mais de 98% dos resíduos domiciliares coletados da ADA estão sendo dispostos em aterro sanitário, operado conforme os parâmetros da engenharia.

Quadro 103– Situação Da Disposição Final Dos Resíduos Coletados Na ADA

Território de identidade	Município	Solução de destino final	Geração de residuos (t/dia)	% total
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	Aterro sanitário operado adequadamente	2.711,64	98,88
	Itaparica	Aterro sanitário em recuperação	30,64	1,12
	Vera Cruz			
TOTAL			2.742,28	100

Fonte: Pesquisa nas prefeituras, fev/2014. SALVADOR, 2014.

B. Área de Influência Direta – AID

Com uma população urbana de mais de 470 mil habitantes, os 13 municípios, integrantes da AID, geram quase 300t/dia de resíduos domiciliares e 424t/dia de resíduos urbanos (domiciliar, resíduos de podas, da construção civil ou entulho, da varrição e serviços especiais).

Os maiores geradores de resíduos são Lauro de Freitas, Simões Filho e Santo Antônio de Jesus, que geram entre 60 e 190 t/dia, Nazaré gera pouco mais de 17t/dia de resíduo domiciliar e os demais municípios geram, no máximo, 10t/dia de resíduos.

Quadro 104– Estimativa da Geração de Resíduos Domiciliares e Total por Município da AID

Município	População 2013 (estimada)		Produção*per capita*		Geração de residuos	
	Total	Urbana	Domiciliar (kg/hab.dia)	Total 1 (kg/hab.dia)	Domiciliar (t/dia)	Total 2 (t/dia)
Aratuípe	9.146	5.865	0,4	0,6	2,35	3,52
Castro Alves	27.097	16.736	0,4	0,6	6,69	10,04
Conceição do Almeida	18.644	8.258	0,4	0,6	3,30	4,95
Dom Macedo Costa	4.127	1.875	0,4	0,6	0,75	1,13
Jaguaripe	18.114	5.830	0,4	0,6	2,33	3,50
Lauro de Freitas	184.383	184.383	0,7	1	129,07	184,38
Muniz Ferreira	7.825	3.633	0,4	0,6	1,45	2,18
Nazaré	29.122	24.414	0,5	0,7	12,21	17,09
Salinas da Margarida	14.937	6.625	0,4	0,6	2,65	3,98
Santo Antônio de Jesus	99.407	86.643	0,6	0,8	51,99	69,31
Sapeaçu	17.594	8.573	0,4	0,6	3,43	5,14
Simões Filho	129.964	116.516	0,7	1	81,56	116,52
Varzedo	9.449	3.492	0,4	0,6	1,40	2,10
Total	**569.809**	**472.844**			**299,18**	**423,84**

Fonte: BRASIL. IBGE, 2014. Brasil/MMA/SEDUR apud PGLU/CAR
Total 1 = resíduo domiciliar+comercialTotal 2 = resíduo domiciliar+comercial+entulho

COLETA DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA

Os serviços de coleta são terceirizados em 5 municípios (Lauro de Freitas, Simões Filho, Santo Antônio de Jesus, Salinas da Margarida e Muniz Ferreira), enquanto, em 7 municípios, os serviços são realizados pela própria prefeitura, que aloca os

equipamentos. Muniz Ferreira aloca os equipamentos,e a mão de obra, e paga, através do mesmo contrato, a disposição dos resíduos no lixão de Nazaré, segundo informação da prefeitura no quadro abaixo.

Quadro 105– Síntese do gerenciamento, coleta e varrição dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos dos municípios da AID

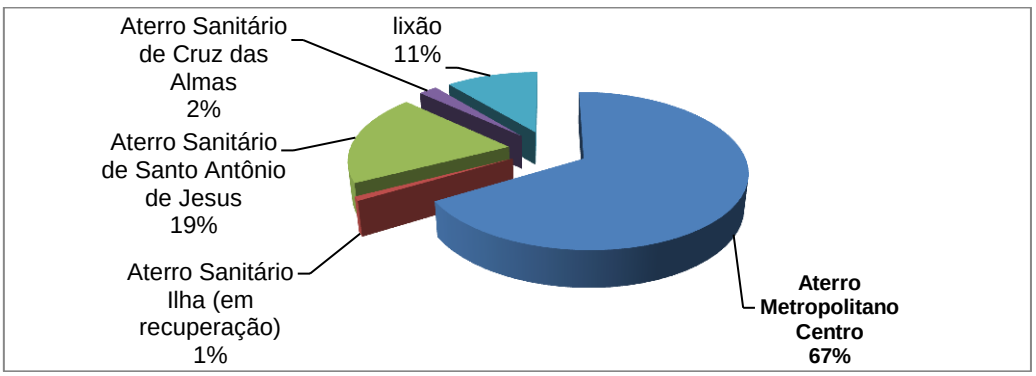
Município	Responsabilidade pelos serviços	Forma de execução dos serviços	Empresa
Simões Filho	Secretaria Serviços Público (SESP)	Empresa contratada	MM Consultoria, Construções e Serviços Ltda
Lauro de Freitas	SESP/Diretoria Limpeza Urbana	Empresa terceirizada	JOTAGÊ ENGENHARIA.
Jaguaripe	Secretaria Obras e Serviços Públicos	Pela própria prefeitura, c/aluguel equipamentos	
Aratuípe	Secretaria Defesa Civil e Meio Ambiente	Própria prefeitura/aluga veículo	
Nazaré	Secretaria de Infra Estrutura	Pela própria prefeitura, c/aluguel equipamentos	
Salinas da Margarida	Secretaria de Infraestrutura	Empresa terceirizada	Arqtec Engenharia Ltda.
Muniz Ferreira	Secretaria Transportes e Serviços Públicos	Empresa terceirizado – aloca equipamentos, 30 homens, paga a disposição dos resíduos em Nazaré.	TGE
Santo Antônio de Jesus	Secretaria de Infraestrutura	Empresa terceirizada	COPA Engenharia Ambiental
Castro Alves	Secretaria de Infraestrutura/ Diretoria Meio Ambiente	Mão de obra da prefeitura c/ aluguel de caçambas	
Varzedo	S. Infraestrutura, Obras, Transporte e Serviços Públicos	Pela própria prefeitura que aloca uma caçamba	
Dom Macedo Costa	Secretaria Obras	Pela própria prefeitura que aloca uma caçamba	
Conceição do Almeida	Secretaria de Infraestrutura	Pela prefeitura que aluga os equipamentos c/ motorista	TGE
Sapeaçu	Secretária Infraestrutura	Pela prefeitura que aluga os equipamentos	

Fonte: Pesquisa nas prefeituras, fev/2014.

Com referência à gestão e ao gerenciamento, verificou-se que Lauro de Freitas possui estrutura organizacional com planejamento e controle dos serviços executados. Santo Antônio de Jesus faz a operação por meio de serviço terceirizado, com acompanhamento e controle da execução dos serviços, porém sem planejamento macro. Salinas da Margarida, também, terceirizou os serviços e se estrutura para o controle. Os demais municípios não institucionalizaram o setor de limpeza urbana, com estrutura própria, de forma a torná-lo capaz de exercer as atividades de planejamento e controle dos resíduos gerados e serviços prestados à população. Não contam com frota apropriada para realizar a coleta, alugam caçambas ou compactadores, algumas vezes, incluindo a locação de motoristas, e distribuem, diariamente, os veículos para realizar a coleta, sem estudo da melhor logística e do tempo de realização do serviço. Verificou-se que, até então, há pouca exigência quanto à qualidade, e nenhum controle dos serviços executados.

SISTEMA DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS

Ocorre na AID a mesma situação que acontece na ADA, em que a quantidade disposta adequadamente supera a quantidade disposta em lixão, de forma inadequada. Os dois municípios mais populosos, Simões Filho e Lauro de Freitas são atendidos pelo Aterro Metropolitano Centro. Os demais municípios podem contar com os aterros sanitários de Santo Antônio de Jesus, de Cruz das Almas e da Ilha de Itaparica. Esse fato faz com que o conjunto dos municípios, que compõe a AID, se beneficie em relação à disposição final dos resíduos, considerando que 88,9% desses resíduos estão sendo dispostos em quatro aterros sanitários, situados na região e, apenas, 11,1 % dos resíduos estão sendo depositados em lixões. Observe-se que dos resíduos gerados na AID, 67% são dispostos no Aterro Centro, em Salvador.



Fonte: SALVADOR, 2014 (Limpurb – Agosto/2010)

Figura 82– Percentual dos resíduos por solução de disposição final e por aterro na aid da ponte Salvador / Itaparica

Ao estimar a quantidade de resíduos que são dispostos de forma adequada, tem-se que 88,99%dos resíduos são levados para aterros sanitários.

Quadro 106– Quantitativo de resíduos encaminhados para disposição final na AID

Território de identidade	Município	Disposição dos residuos	Domiciliar (t/dia)	Total (%)	Total por solução (%)
Região Metropolitana de Salvador	Simões Filho	Aterro Metropolitano Centro	219,56	66,52	88,99
	Lauro de Freitas				
	Salinas da Margarida	Aterro Sanitário Ilha (em recuperação)	2,91	0,88	
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus	63,89	19,36	
	Dom Macedo Costa				
	Varzedo				
	Conceição do Almeida	Aterro Sanitário de Cruz das Almas	7,4	2,24	
	Sapeaçu				
	Castro Alves	Lixão	36,33	11,01	11,01
	Nazaré				
	Muniz Ferreira				
Baixo Sul	Jaguaripe				
	Aratuipe				
Total			**330,09**	**100**	**100**

Fonte: Pesquisa nas prefeituras, fev/2014.

Dos 13 municípios em estudo, apenas 5 estão dispondo os resíduos em lixões.

Quadro 107–Solução de disposição final dos resíduos sólidos nos municípios da AID

Municipio	Destinação dos residuos	Localização do aterro	Compartilhado com
Simões Filho	Aterro Metropolitano Centro	Salvador	Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho
Lauro de Freitas			
Salinas	Aterro Ilha de Itaparica	Vera Cruz	Vera Cruz, Itaparica e Jaguaripe, a parte próxima a Salinas, Salinas
Jaguaripe – povoados			
Santo Antônio de Jesus	Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus, Varzedo e Dom Macedo Costa
Dom Macedo Costa			
Varzedo			
Conceição do Almeida	Aterro Sanitário de Cruz das Almas	Cruz das Almas	Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Sapeaçu
Sapeaçu			
Castro Alves	lixão	No município	
Jaguaripe – sede		No município	
Aratuípe		No município	
Nazaré		No município	Nazaré e Muniz Ferreira
Muniz Ferreira		Nazaré	

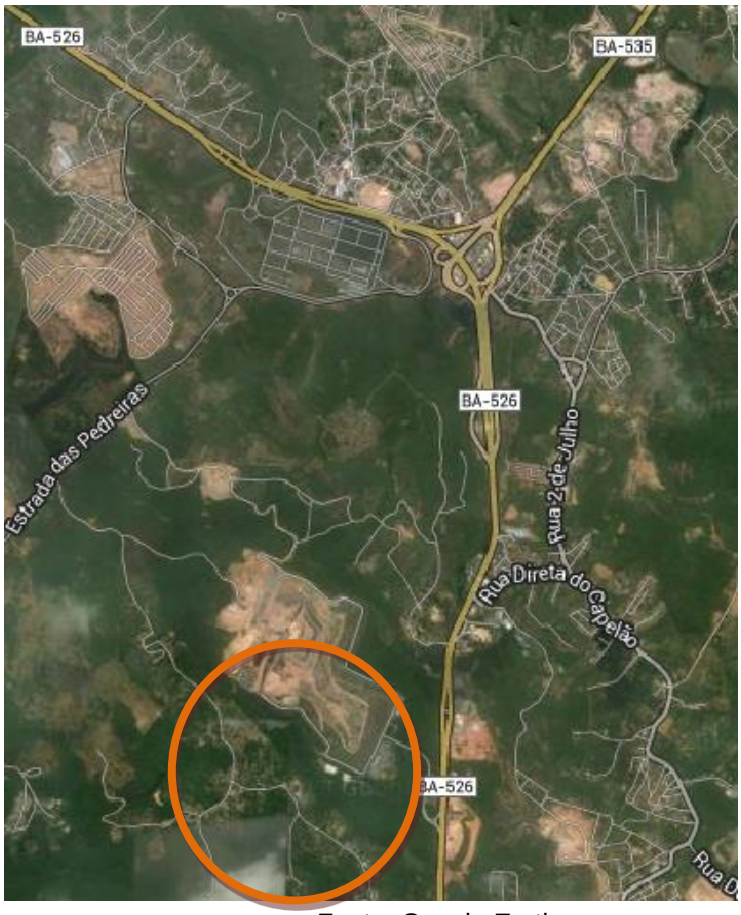
Fonte Pesquisa de campo/fev/2014 e BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010.

A cobertura dos serviços é feita por meio dos seguintes aterros sanitários: Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus, que atende aos municípios de Santo Antônio de Jesus, Dom Macedo Costa, e Varzedo; o Aterro Metropolitano Centro, que recebe os resíduos de Simões Filho e Lauro de Freitas; o Aterro Ilha, que recebe os resíduos de Salinas e parte de Jaguaripe e o Aterro de Cruz das Almas (município que não está incluído na AID) que recebe os resíduos dos municípios de Sapeaçu e Conceição do Almeida.

C. LOCALIZAÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARESNAS ÁREASADA E AID

O Aterro Metropolitano Centro

Localizado as margens da BA-056 (rodovia CIA – Aeroporto) no Km 6,5, com uma área aproximada de 250ha e capacidade de cerca de 18.000.000m³,que liga o Centro Industrial de Aratu ao Aeroporto, distante cerca de até 30km do centro de massa.



Fonte: Google Earth

Figura 83 – Localização do aterro metropolitano centro

Estação de Transbordo de Salvador e Parque Sócio Ambiental de Canabrava

Situada em Canabrava, junto ao antigo lixão, que foi saneado e transformado em parque, a estação recebe cerca de 1.700t/dia de resíduos (Figura 84).

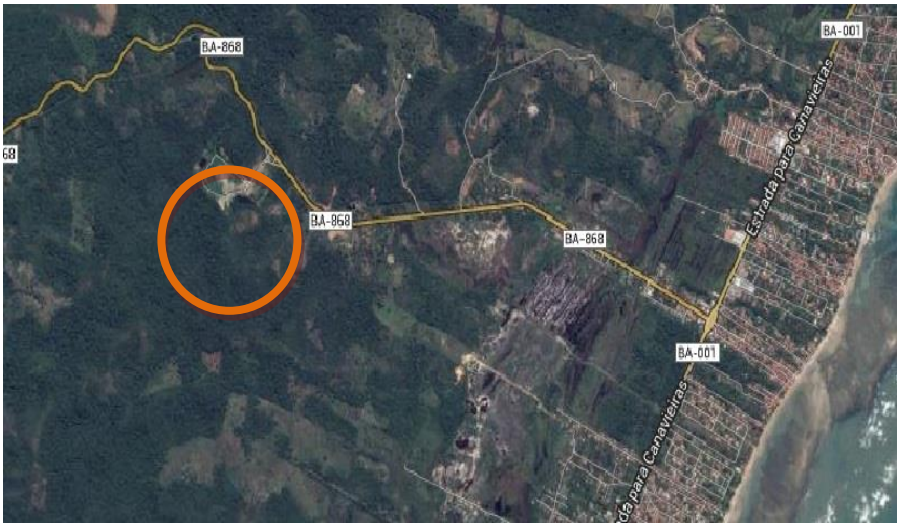


Fonte: Google Earth

Figura 84 – Localização do Parque Socioambiental de Canabrava (antigo lixão) e da estação de transbordo de salvador

Aterro Ilha de Itaparica

Instalado na localidade de Baiacu no município de Vera Cruz, distante cerca de 4 km do centro de massa, encontra-se transformado em um lixão.



Fonte: Google Earth

Figura 85– Vista Do Aterro Ilha De Itaparica

Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus

Localiza-se a 8Km da sede, na rodovia BA-046, um dos principais acesso ao município, ligando a sede a cidade de Nazaré. Fica a 18km de Dom Macedo Costa e 32km de Varzedo, que, também, utilizam esse aterro (Figura 86).

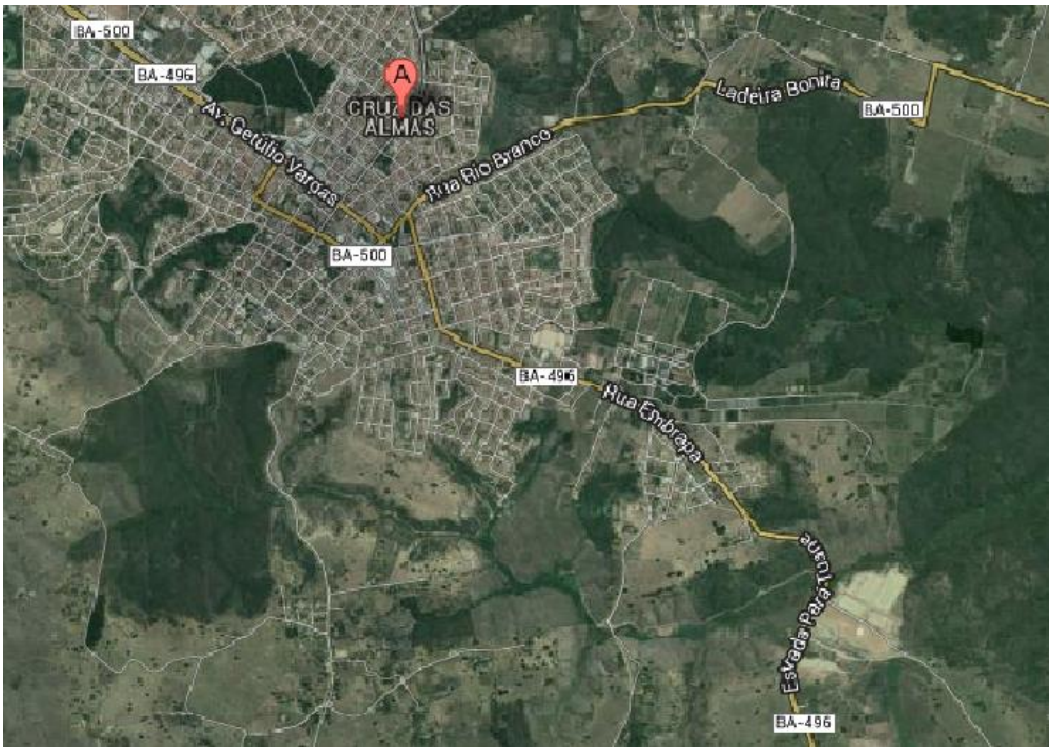


Fonte: Google Earth

Figura 86– Localização Aproximada Do Aterro De Santo Antônio de Jesus

Aterro Sanitário de Cruz Das Almas

O município de Cruz das Almas não está incluído nos estudos, mas seu aterro, por estar localizado próximo a alguns municípios da área de influência direta, recebe os resíduos sólidos dos municípios de Sapeaçu e Conceição do Almeida (Figura 87).

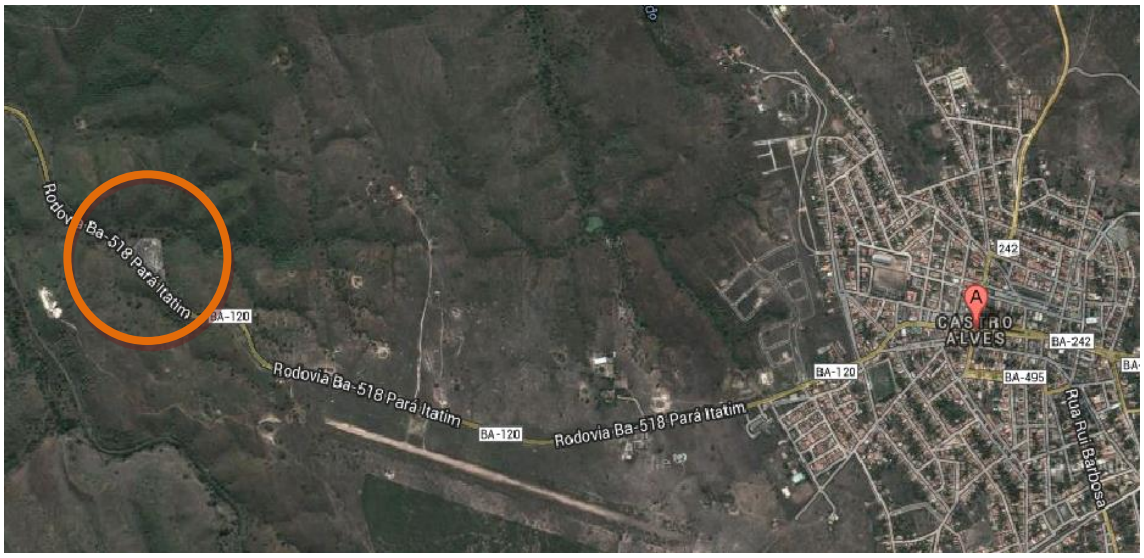


Fonte Google Earth

Figura 87– Aterro De Cruz Das Almas

Lixão de Castro Alves

Situado à margem da BA-120, ligando o município de Castro Alves ao município de Santa Terezinha (Figura 88), distante cerca de 3 km do centro de massa.



Fonte: Google Earth

Figura 88– Vista Do Lixao De Castro Alves

Lixão de Jaguaripe

Situado à margem da BA-883, que liga a sede à BA-001, dista cerca de 2km da sede (Figura 89).



Fonte: Google Earth

Figura 89– Vista Do Lixão De Jaguaripe

Lixão de Nazaré

Os resíduos são depositados em um lixão, localizado a aproximadamente 3km da sede, na saída para a BA-001 (Figura 90). Nesse local também são depositados os resíduos urbanos de Muniz Ferreira.

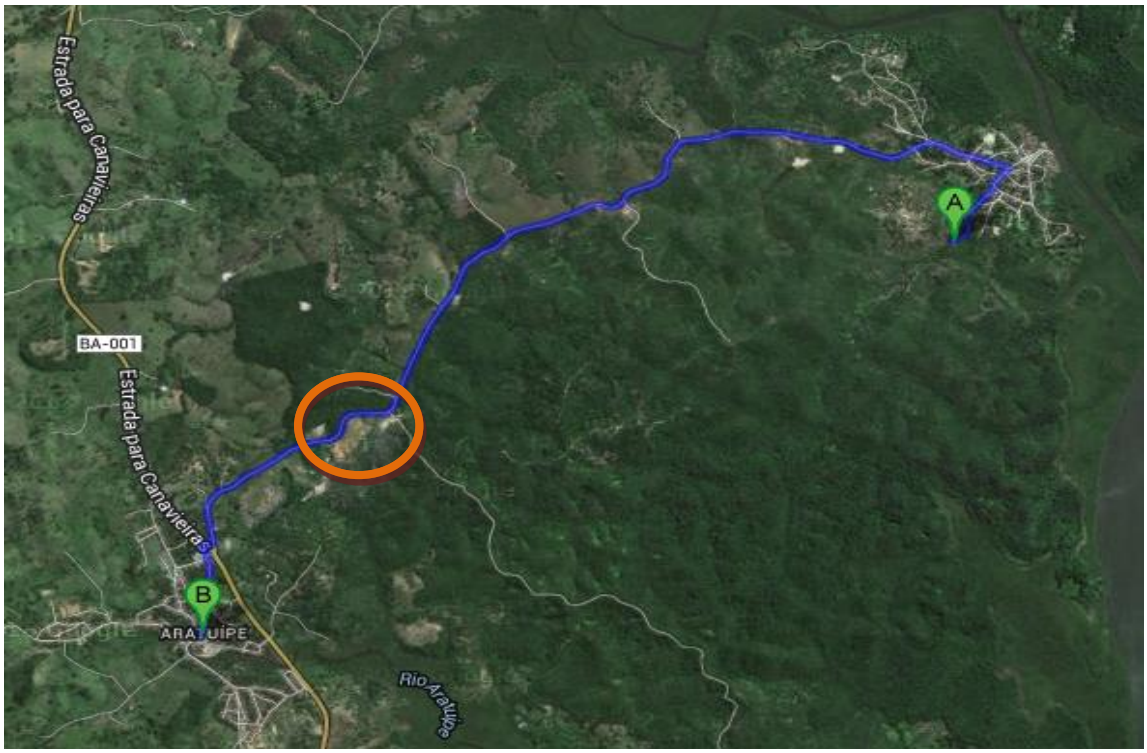


Fonte: Google Map

Figura 90– Localização Aproximada Do Lixão Do Município De Nazaré

Lixão de Aratuípe

Localizado a 2km da sede, na estrada que vai para Maragojipinho (Figura 91).



Fonte: Google Maps

Figura 91 – Localização Do Lixão De Aratuípe

D. SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS POR MUNICÍPIO

As visitas técnicas aos municípios da área afetada diretamente (AAD) e da área de influência direta (AID) foram feitas a partir de um roteiro de entrevista semiestruturada, permitindo que o diagnóstico captasse informações nem sempre previstas no roteiro. Além dos prefeitos, que puderem receber os técnicos, foram entrevistados funcionários das prefeituras e pessoas da comunidade, para se obter um cenário mais atualizado da situação da limpeza e do manejo dos resíduos sólidos urbanos.

Além disso, durante as visitas, foi feito um amplo levantamento fotográfico das cidades, evidenciando as condições das ruas, os pontos de lixo e os lixões ou aterros sanitários. Para apoiar essa pesquisa de campo, pesquisas em estudos existentes foram realizadas.

Para Salvador, foram utilizados os dados contidos na versão preliminar para consulta pública do Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador, que apresenta, nessa etapa, o diagnóstico da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com ano de referência de 2012 (SALVADOR, 2014). Complementando a pesquisa em Salvador

foram visitados alguns bairros e locais fora do centro da cidade como: Av. suburbana, Pau da Lima, Vale das Pedrinhas. Alto de Santa Cruz, Alto do Cabrito, Parque São Bartolomeu. Também foram visitados os bairros da Pituba, Barra, Graça, Ondina, Rio Vermelho e Itaigara.

Salvador

Salvador, capital do Estado da Bahia, é a terceira cidade mais populosa do país, com estimativa de ocupação de 2.883.662 habitantes (IBGE, 2013). Seu território é bastante acidentado, formado por colinas e vales.

Coleta de resíduos urbanos e serviços de limpeza:

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção a Violência (SESP) é o órgão responsável pela limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no município do Salvador, sendo detentora de 100% de todos os serviços. À LIMPURB (Empresa de Limpeza Urbana do Salvador), empresa pública vinculada a essa secretaria, cabe a definição de políticas, fiscalização e controle dos serviços, cadastro das empresas privadas transportadoras de resíduos de responsabilidade do gerador e limpeza das praças e jardins. Embora esteja responsável pela fiscalização, não se apresenta como uma empresa fiscalizadora do sistema, dentro da sua estrutura organizacional (SALVADOR, 2010).

Os serviços de limpeza urbana são terceirizados, desde 2010 (Contrato Nº 22/2010), ao Consórcio Salvador Saneamento Ambiental (SSA), formado por quatro empresas: Viva Ambiental e Serviços Ltda, Jotagê Engenharia S.A., Torre Empreendimentos Rurais e Construção Ltda e Revita Engenharia S.A. (SALVADOR, 2014).

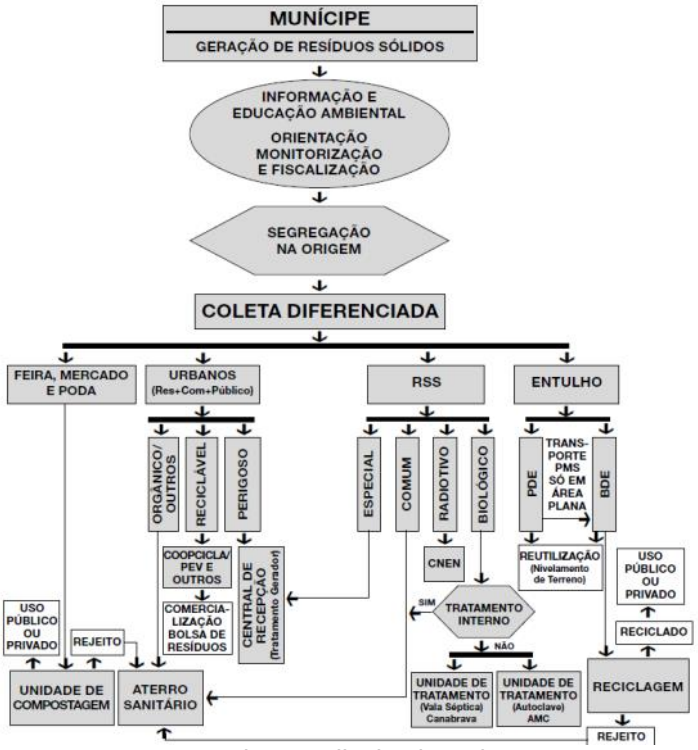
Existem outros órgãos que têm relação direta com a gestão dos resíduos: a Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos de Salvador (ARSAL), criada e não regulamentada e o Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU, responsável pelo custeio dos serviços de limpeza urbana (SALVADOR, 2014).

Os recursos, para os serviços de limpeza urbana, correspondem a cerca de 6% do orçamento municipal, tendo como principais fontes de receita a taxa de coleta dos resíduos sólidos domiciliares e o preço público (SALVADOR, 2010).

A LIMPURB, em 1992, baseou-se em um modelo tecnológico para implantação do Sistema Integrado de Tratamento do Lixo, baseado na organização dos resíduos segundo sua origem.

A operação dos serviços de limpeza e coleta urbana, com abrangência de 92% do município, realizada pela terceirizada, é feita de forma diferenciada e integrada, abrangendo as seguintes atividades (SALVADOR, 2010):

- Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares
- Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos em Áreas de Difícil Acesso
- Limpeza de Praias
- Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos em Lagoas e Espelhos D'água
- Coleta e Transporte de Resíduos de Construção e Demolição
- Serviços Especiais de Limpeza Urbana
- Varrição de Vias e Logradouros Públicos
- Transporte de Materiais Recicláveis
- Lavagem de Vias e Logradouros Públicos



Fonte: Quadros e Oliveira (2001)

Figura 92– Modelo tecnológico

Coleta de resíduos domiciliares:

É realizada em 18 Núcleos de Limpeza (NL), sendo que um dos núcleos está situado em área insular, composto pelas Ilhas de Maré e Frades. As áreas da cidade são classificadas em: fácil, restrito e difícil acesso, a depender das características de acessibilidade de cada local, diferenciando as soluções e o custo da atividade de coleta (SALVADOR, 2010).

Nas áreas de fácil acesso, a coleta é realizada por caminhões compactadores com de 15, 19 e 20 m³ de capacidade, dotados do sistema de basculamento de contentores. Nas áreas de acesso restrito, a coleta é realizada por caminhão compactador com capacidade de 6m³ e caminhão equipado com caçamba basculante com capacidade de 3m³ (minibasculante). Nas áreas de difícil acesso, os resíduos são coletados através de alternativas diferenciadas, como contêineres (Figura 93 e Figura 94), lixodutos ou barcos, entre outras soluções (SALVADOR, 2010).



Figura 93 –Situação de caixa estacionária localizada na Av. Suburbana



Figura 94 – Situação de caixa estacionária localizada no vale das pedrinhas

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos nas Ilhas

Compreende os serviços de coleta dos resíduos domiciliares, dos resíduos da construção e demolição (parcela do pequeno gerador) e dos resíduos gerados nos serviços de varrição, gancheamento, serviços especiais e limpeza das praias e manguezais, com a freqüência de segunda a sábado, no turno diurno, durante 26 dias por mês nas Ilhas de Maré,Bom Jesus e Frades (SALVADOR, 2010).

A quantidade média de resíduos coletados na Ilha de Maré é de 4t/dia que são transportados por um barco até São Tomé. A Ilha dos Frades gera em torno de 6t/dia, transportados por barco até Madre de Deus. O destino final dos resíduos sólidos

gerados nas Ilhas de Maré e dos Frades é o Aterro Sanitário Metropolitano Centro (SALVADOR, 2010).

Limpeza de Praias:

Consiste na limpeza e manutenção das faixas litorâneas das praias localizadas desde o Subúrbio Ferroviário até a Praia do Flamengo, com a retirada de resíduos em toda extensão de praia (SALVADOR, 2010).

Coleta seletiva com inclusão social e econômica:

Apesar de toda a legislação existente sobre o tema, a coleta seletiva ainda não é feita de forma significativa na cidade, sendo inferior a 1% sobre o total de resíduos coletados, e nenhuma ação foi realizada para garantir a execução das leis municipais. Por outro lado, o projeto dos Postos de Entrega Voluntária (PEV) foi desativado, em 2010, devido à destruição das 120 unidades, por vândalos e em função do alto custo do referido sistema. Ainda existem, no entanto, postos públicos de coleta seletiva em alguns supermercados e a ação de cooperativas de reciclagem, catadores autônomos e projetos correlatos, que fazem a coleta e triagem de resíduos (SALVADOR, 2010).

A prefeitura, gradativamente, está ampliando a coleta seletiva através do apoio às cooperativas de catadores (SALVADOR, 2014). Esse apoio é dado às cooperativas mais carentes com a logística de transporte da coleta dos materiais recicláveis. Serão disponibilizados seis caminhões com carroceria tipo baú, com capacidade de 30m³, cujos roteiros são elaborados conjuntamente pelo Poder Público e Cooperativas (SALVADOR, 2010).

Foi observado um grande número de catadores autônomos transitando pela cidade, bem como diversos galpões informais, onde são acondicionados os resíduos recicláveis. Eles não são cadastrados em nenhuma cooperativa ou órgão, trabalham por conta própria e destinam os resíduos a diversos compradores. Um dos catadores relatou que lucra, em média, R$300,00/mês, vendendo os materiais a um ferro velho em Narandiba (SALVADOR, 2010).

E. Serviços credenciados para execução por Empresas Privadas

O credenciamento de empresas privadas para fazer os serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, cuja responsabilidade é do gerador, consiste na permissão pelo poder público à pessoa física ou jurídica, que demonstre

capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco, sob a fiscalização da LIMPURB. Os serviços são (SALVADOR, 2010):

- Resíduos de serviços de saúde (Grupos A, B e E).
- Resíduos de construção e demolição (grande gerador acima de 2m³).
- Resíduos de exumação: humanos e não humanos.
- Resíduos comuns, caracterizados como resíduos domiciliares, provenientes de grande gerador.
- Resíduos provenientes das instalações portuárias, aeroportuárias e terminais rodoviários, Ferroviários e Alfandegados de Uso Público.
- Resíduos vegetais (podas de árvores).

Atualmente existem mais de 920 veículos cadastrados, resultando em cerca de 50.850t/mês de resíduos sólidos coletados, oportunizando desta forma, negócios para o pequeno e grande proprietário de veículo (SALVADOR, 2010).

F. Coleta e Transporte de Resíduos de Construção Civil (RCC)

Em 1998, foi elaborado o Plano de Gestão Diferenciada do Entulho com o objetivo de ordenar as disposições irregulares em terrenos baldios e visando o reaproveitamento desses materiais, de acordo com o documento preliminar do PMSB – Resíduos Sólidos, de 2012. O Plano baseia-se na descentralização do recebimento, através da alocação de diversas áreas na cidade selecionadas em pontos estratégicos, constituindo-se em Pontos de Descarga de Entulho (PDE), facilitando a entrega dos materiais, por parte do munícipe, nessas áreas, conforme Decreto (QUADROS E OLIVEIRA, s/d). Os resíduos da construção e demolição, originárias de obras públicas ou privadas, até 2m³,são de responsabilidade do Poder Público e acima de 2m³, é do próprio gerador (Decreto Municipal nº 12.133/98 e a Resolução Conama 307/2002).

Em 1998, Salvador previu implantar cinco Bases de Descarga de Entulho (BDE), e vinte e dois Postos de Entrega (PDE), segundo informação colhida no PDE do Itaigara. Os PDE foram a solução para reduzir a quantidade de pequenos entulhos descartados aleatoriamente em diversos terrenos baldios na cidade. Atende aos moradores dos bairros próximos ou não, pois não há identificação da origem do material. Não é cobrado este serviço por quem o utiliza. Segundo informação do encarregado, existe outro PDE no Vale das Muriçocas, na Av. Vasco da Gama.



Figura 95 – Posto de entrega de entulho (PDE) do Itaigara, em reforma



Figura 96–Acesso ao PDE do Itaigara

Situado na Rua Wanderley de Pinho, ao fundo do Hiperposto, no bairro do Itaigara, o PDE é uma área plana com aproximadamente 3.000m2, de frente para a rua principal e protegida ao fundo por uma mata que circunda o terreno, guarita e baias. Atualmente, está em reforma a guarita e estão sendo construídas quatro baias. Segundo informação do encarregado, o PDE só recebe resíduos da construção civil, mas, está previsto receber material de poda.O material se encontrava todo estocado em caixas estacionárias. A quantidade e qualidade dos materiais recebidos variam muito, mas só recebe pequenas quantidades de moradores, em média até $2m^3$.



Fonte: Google Maps

Figura 97– Posto De Descarga De Entulho – Itaigara

É realizada a coleta e o transporta das caixas estacionárias dos 4 (quatro) Postos de Descarga de Resíduos de Construção e Demolição, bem como dos logradouros públicos. Ao todo, são recolhidos 34.811,12t/mês de resíduos dos Núcleos de Limpeza (SALVADOR, 2010).

A ausência de solução organizada para disposição de entulhos tem provocado o surgimento de diversos pontos de recebimento de entulho de forma aleatória, conforme se verifica em Pirajá, próximo à BR-324 e ao fundo do Supermercado Makro (Figura 98).



Fonte: Google Maps

Figura 98– Depósito De Entulho Clandestino No Fundo Do Macro – Salvador

G. Sistema de disposição final dos resíduos

O sistema é composto por um aterro para resíduos domiciliares (Aterro Sanitário Metropolitano Centro), o Parque Sócio Ambiental de Canabrava, utilizado para descarte de entulho e podas, a estação de transbordo, localizada ao lado do Parque de Canabrava. Para os resíduos de construção civil (RCC), a responsabilidade do município está direcionada para o controle e cadastramento de empresas especializadas. (SALVADOR, 2010).

A empresa BATTRE é responsável pela prestação dos seguintes serviços públicos (SALVADOR, 2010):

- Implantação, operação e manutenção do Aterro Metropolitano Centro, com recebimento aproximado de 2.800 t/dia de resíduos sólidos urbanos.
- Implantação, operação e manutenção de uma estação de transbordo, com capacidade para transferir 1.800t/dia de resíduos sólidos urbanos.
- Implantação, operação e manutenção de uma unidade de tratamento, com capacidade para processar 25t/dia de resíduos de serviços de saúde.
- Transporte dos resíduos sólidos urbanos coletados em Salvador, entre a estação de transbordo e o Aterro Metropolitano Centro.

Aterro Sanitário Metropolitano Centro (AMC)

Localizado as margens da BA-056 (rodovia CIA – Aeroporto) no Km 6,5 (Figura 99), com uma área aproximada de 250ha e capacidade de cerca de 18.000.000m³ – recebe, somente, resíduos sólidos domiciliares, provenientes de Salvador (cerca de 92% do total dos resíduos domiciliares, que chegam ao aterro),Lauro de Freitas (encaminha 7% do total) e Simões Filho, com apenas 1% dos resíduos totais (SALVADOR, 2010).

Esse aterro, construído pela CONDER, passou a ser operado e gerenciado pela LIMPURB desde 1998, tendo sido repassado para o município através do Convênio de Cooperação Técnica Nº 030/98, assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador (SALVADOR, 2010).

O compartilhamento do aterro pelos três municípios foi regulamentado pelo Convênio nº 030/98, realizado entre o governo do Estado da Bahia e as prefeituras, delegando a administração ao município do Salvador (SALVADOR, 2010).



Fonte: SANTOS et al. (2012)

Figura 99– Vista Aérea Do Aterro Metropolitano Centro– Salvador

Em 2005, foi implantado o sistema integrado de queima de biogás com geração de créditos de carbono e, atualmente, está em processo de instalação uma termoelétrica para o aproveitamento do biogás, por conta e risco da concessionária, através da Empresa do Grupo SOLVI, a TERMOVERDE (SALVADOR, 2010).

O percolado (chorume) gerado no aterro é coletado e transportado, por meio de carro–pipa, para tratamento e destino final na Empresa de Proteção Ambiental (CETREL), em Camaçari (SALVADOR, 2014). Todo o sistema do Aterro Sanitário Metropolitano Centro é licenciado pelo órgão ambiental estadual.

Parque Socioambiental de Canabrava – antigo Aterro Controlado de Canabrava

No período compreendido entre 1973 e 1998 todos os resíduos coletados na cidade eram descartados na região central de Salvador, denominado Fazenda Canabrava. Essa área foi utilizada como depósito de lixo, sem respeitar os devidos critérios de engenharia para um aterro sanitário (SALVADOR, 2014).

No início dos anos 90, a LIMPURB elaborou o Projeto de Recuperação Ambiental de Canabrava (SALVADOR, 2014), quando foi realizada uma grande melhoria nas condições ambientais da área.

Em 1999, com a entrada em operação do Aterro Sanitário Centro, iniciou-se a recuperação desse lixão, com a implantação do projeto de saneamento para transformar o espaço em Parque Socioambiental (SALVADOR, 2014).

Em 2003, foi inaugurado o Parque Socioambiental de Canabrava, ocupando uma área aproximada de 66ha, com objetivo de promoção de ações na área ambiental e social, através da implantação de atividades voltadas para a promoção, inclusão social e a educação ambiental, nas áreas de reciclagem e de recreação, esportes e lazer, para atender a comunidade do entorno (SALVADOR, 2014).

Estação de Transbordo

Foi Inaugurada em 2001 – com capacidade de operação de até 1.800t/dia, situa-se no sítio de Canabrava – recebe cerca de 1.700t/dia de resíduos, oriundos de 14 núcleos de limpeza (NL). Os resíduos coletados em Itapuã, Cajazeiras, Águas Claras e Valéria vão diretamente para o Aterro Metropolitano Centro – AMC. O transporte dos resíduos sólidos urbanos entre a estação de transbordo e o AMC, é realizado por carretas com capacidade de 45 e 55m³ (SALVADOR, 2014).

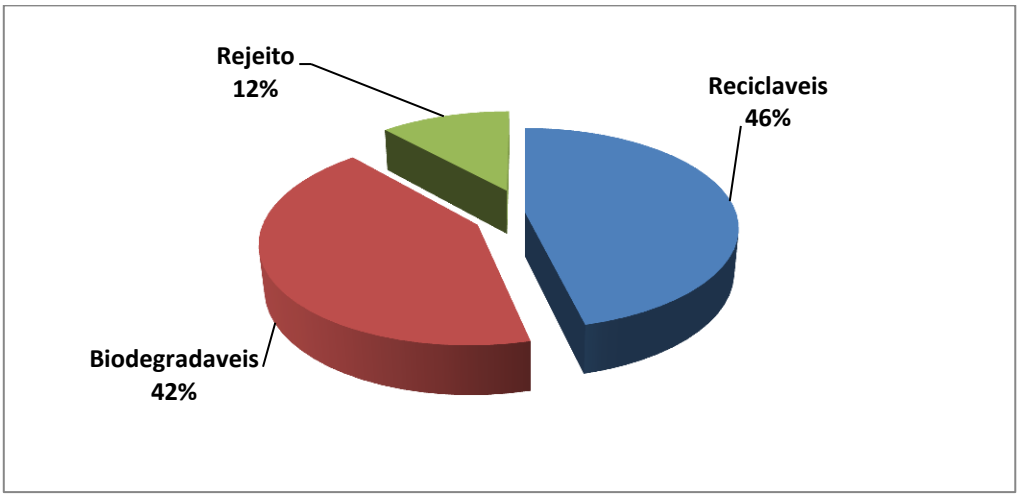
Unidades de Tratamento e Aterramento Privados

Foram, cadastradas na LIMPURB, sete unidades privadas (SALVADOR, 2014), licenciadas pelos órgãos ambientais, para o tratamento dos resíduos, de responsabilidade dos grandes geradores. A sua maioria, está localizada em outros municípios (Simões Filho e Dias D'Ávila).

Existe um aterro privado para resíduos Classe A, o aterro da Revita, localizado na Rodovia BR 324, km 9,5, bairro de Águas Claras (SALVADOR, 2014).

H. Caracterização dos resíduos sólidos urbanos de Salvador

Pela Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Urbanos, realizada no ano de 2010, verifica-se que os resíduos sólidos urbanos coletados representam 58,75% (2.711,64t/dia) do total dos resíduos sólidos coletados pelo Poder Público Municipal e destes, 46,11% são recicláveis e 42,14% biodegradáveis e apenas 11,75% são considerados rejeitos, que podem ser descartados e encaminhados ao Aterro Sanitário Metropolitano Centro (SALVADOR, 2014).



Fonte: SALVADOR, 2014 (Limpurb – Agosto/2010).

Figura 100– Características De Tratabilidade Dos Residuos Urbanos De Salvador

Segundo dados levantados na Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Urbanos, SALVADOR (2010), observou-se que 42,14% de matéria orgânica são descartados inadequadamente, sem o compromisso de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem.

Considerando que a composição gravimétrica (SALVADOR, 2014) foi realizada nos resíduos sólidos urbanos coletados e não na origem, parte da parcela reciclável já foi segregada na origem e coletada pelos catadores cooperativados ou não, no entanto ainda é bastante significativa a quantidade de materiais recicláveis depositados no Aterro Metropolitano Centro, representando aproximadamente 1.250t/dia, ou seja, 46,11% do total destinado ao Aterro Metropolitano Centro, sendo o grupo de plástico mole, o de maio representatividade (17,26%) e, em segundo lugar, o papel (8,31%). O grupo de metais, metal ferroso (2%) e metal não ferroso (0,63%).

O *per capita* do peso dos Resíduos Sólidos Urbanos, coletados em 2010, foi 1,10kg/hab.dia, considerando uma população de 2.480.790hab (IBGE/2010) e uma

geração de resíduos de 2.731t/dia e que 100% da população é atendida pela coleta (SALVADOR, 2010).

Itaparica

É uma cidade histórica, que se caracteriza por possuir um pequeno território, sem zona rural. Foi invadida pelos holandeses e teve ampla participação nas lutas pela independência da Bahia. A sede do município possui um conjunto histórico e arquitetônico de singular relevância, com um forte do século 17, ruas estreitas e um importante casario ainda preservado (Figura 101 e Figura 102).

O aspecto geral do município, tanto na sede como nos povoados, indica menor pressão imobiliária e apresenta uma ocupação mais consolidada, quando comparada à cidade de Vera Cruz. No conjunto, Itaparica, por contar com menor fluxo de pessoas e com a presença de veranistas e moradores antigos, mantém um nível melhor de preservação dos espaços O movimento das praias é bem menor e as residências são mais antigas e com uma melhor tipologia, assim como, a prefeitura demonstra maior domínio e cuidado com os serviços de limpeza urbana.



Figura 101–Casarios antigos e conservado em Itaparica



Figura 102 – Casarios antigos e bem conservado em Itaparica

Coleta de resíduos urbanos e serviços de limpeza:

O manejo dos resíduos urbanos no município está sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, que terceiriza à SEDIC (Serviços e Distribuição Comercial), os serviços de coleta, limpeza e varrição.

De acordo com extratos pesquisados, no site transparência.net (2014), o contrato com a SEDIC foi celebrado em 02/01/2013, resultado de uma tomada de preços, com o prazo de um ano, cujo objetivo é a execução de serviços de coleta de resíduos sólidos e limpeza urbana em logradouros do município.

Embora não existe um planejamento macro para a gestão dos resíduos sólidos, atualmente, a coleta dos resíduos em Itaparica é feita de forma diferenciada por tipo de resíduo ou localidade. São quatro tipos de coleta: domiciliar/comercial, coleta dos povoados, podas, entulho e coleta dos serviços de saúde. Abrange a sede e os povoados. Observa-se que a área do centro, de maior atrativo turístico, encontra-se limpa e bem cuidada (Figura 103 e Figura 104).



Figura 103–Orla com bom aspecto– Itaparica



Figura 104–Área do boulevard, bem conservado– Itaparica

Não é cobrada à população taxa pelos serviços de coleta domiciliar, mas para a coleta de podas é cobrada uma taxa aos habitantes que solicitam o serviço ou são notificados. O material é retirado pela empresa contratada, após pagamento à prefeitura. A frequência da coleta dos resíduos domésticos é feita diariamente na sede, no turno matutino.

A empresa utiliza, para os serviços de coleta de resíduos, dois coletores compactadores, quatro caçambas, um poliguindaste, uma pá carregadeira e 22 containers, que são distribuídos pelos povoados e bairros periféricos da sede

municipal. Essa coleta é feita com poliguindaste. Foi observado que as caçambas, em geral, têm o fundo sem fechamento. Não há coleta seletiva, mas, segundo a prefeitura e alguns garis e varredores, existem dois catadores de rua e um atravessador de material reciclado, em Bom Despacho. A prefeitura estima que a abrangência da coleta alcança 90% da área do município e são coletados cerca de 30t/dia de resíduos. Foi enfatizado que no período de novembro a dezembro a geração de resíduos triplica.

A varrição é feita diariamente. As ruas da sede encontravam-se relativamente limpas, notando-se pontos pequenos e esporádicos de lixo, na periferia da sede. Os varredores são contratados pela empresa SEDIC, apresentando-se fardados e com equipamento compatível para o serviço (Figura 105). As papeleiras estão distribuídas nas calçadas e apresentam bom estado de conservação (Figura 106 e Figura 107).



Figura 105 – Fardamento – Itaparica



Figura 106– Papeleiras para pequenos resíduos – Itaparica



Figura 107 – Saco de lixo disposto junto à papeleira– Itaparica

Pela qualidade da limpeza das calçadas e sarjetas, observou-se que o serviço de retirada da vegetação das vias na parte “nobre” da cidade é realizado, entretanto, muitas vias apresentavam, no centro e nas laterais, grande quantidade de terra. Alguns pontos de resíduos acumulados foram vistos, conforme Figura 108 e Figura 109 – entulho disposto em via pública em Itaparica, conforme Figura 110 e Figura 111.



Figura 108– Ponto de acúmulo de lixo, ocasionado pela colocação do container e demora da coleta em Itaparica



Figura 109– Caixa estacionária vazia e lixo solto na rua em Itaparica



Figura 110– Entulho disposto em via pública em Itaparica



Figura 111– Resíduo comercial, aguardando a coleta em Itaparica

Coleta dos resíduos urbanos dos povoados

A coleta nos povoados é feita por meio de containers, que, quando cheios, são recolhidos com poliguindaste e levados para o Aterro Ilha.



Figura 112– Container Localizado Na Entrada Para Amoreiras/Itaparica

Os povoados de Ponta de Areia, Amoreiras e Manguinhos têm aspecto de limpeza razoável e disposição para coleta em containers ordenados em pontos estratégicos. Localização dos containers: Praia de Búzios, Marcelino, Outeiro dos Galrões, Urbis, Porto de Santos, Maguinhos, São João, Amoreiras, Ponta de areia, Alto das bombas, Mocambo, Misericórdia.Não há boa conservação das calçadas com retirada de capim e recomposição do desenho.



Figura 113– Praias Limpas, Sem Muitas BarracasemItaparica

Disposição final dos resíduos urbanos:

Os resíduos domiciliar/comercial são transportados e dispostos no Aterro Ilha, localizado no município de Vera Cruz. Segundo a prefeitura, não existe mais descarte em lixão. A poda coletada é disposta em dois locais, alugados para essa disposição: um em Misericórdia na contra costa, e outro, em Amoreiras.

O entulho ou resíduo da construção civil (RCC) está sendo colocado ao lado da Secretaria de Infraestrutura e utilizado para tapar buraco ou para pessoas que necessitem regularizar algum terreno (Figura 114 e Figura 115).

Há, ainda, local específico para dispor os animais apreendidos. A Prefeitura afirmou que está pagando para dispor os resíduos no Aterro Ilha.



Figura 114– Secretaria de infraestrutura de Vera Cruz



Figura 115– Entulho disposto ao fundo da secretaria de infraestrutura/Vera Cruz

Vera Cruz

Vera Cruz, município da Ilha de Itaparica, cuja sede é Mar Grande, tem como povoados: Penha, Barra do Gil, Coroa, Barra do Pote, Conceição, Barra Grande, Tairu, Aratuba, Berlinque e Cacha Prego. A ocupação urbana apresenta-se muito deteriorada, tanto na sede como nos povoados e as praias com barracas/galpões na areia da praia, tirando, quase totalmente, a vista e acessibilidade à praia e ao mar.

O terminal náutico de Mar Grande recebe cerca de 20 viagens por dia, transportando 200 a 300 pessoas. A chegada nesse terminal causa forte impacto negativo, pela confusão, desorganização e grande número de pessoas em estado de embriaguez e degradação, que ficam nas proximidades do cais. Constata-se, em Vera Cruz, acentuada presença de visitantes e veranistas com médio e baixo poder aquisitivo.

Próximo ao terminal marítimo se descortina uma bela vista para Salvador, onde se encontram, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Figura 116) e a sede da Prefeitura Municipal (Figura 117).



Figura 116– Igreja do sagrado coração de jesus no terminal marítimo de Mar Grande/Vera Cruz



Figura 117 – Prefeitura deVera Cruz

Observa-se precariedade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos, em especial os de limpeza urbana, considerando que os de saúde e de educação, segundo informações, muitas vezes, a população local recorre às cidades polos mais próximas, Salvador e Santo Antônio de Jesus.

Coleta de resíduos urbanos e serviços de limpeza:

O manejo dos resíduos sólidos urbanos no município está sob a responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, que contratava, na época da visita, a empresa Fátima Transportes para locação de equipamentos de coleta. A prefeitura não cobra taxa de limpeza pelos serviços.

Segundo informações da prefeitura, o serviço vinha sendo executado pela Prefeitura com veículos alocados da empresa terceirizada. O contrato venceu e foi iniciado novo processo de licitação para contratação dos serviços, com exigência de utilização de coletores compactadores

A prefeitura estima que são coletadas uma média de 90t/dia de resíduos na alta estação e 20 a 30t/dia, na baixa estação. O centro de Mar Grande tem coleta regular, com poucos pontos de lixo.

O sistema de coleta domiciliar é realizado de forma diferenciada: a domiciliar, porta a porta, realizada na sede e nos povoados, a coleta na entrada dos loteamentos e

condomínios, feita com auxilio da pá carregadeira. A coleta de podas é cobrada do usuário e a de entulho é gratuita. Ocorre que, muitas vezes, esses materiais são apresentados misturados. Geralmente, a coleta é feita durante o dia. Começa pela manhã, podendo estender-se até o início da noite.

A empresa disponibiliza para a execução dos serviços um compactador, 26 caçambas, um poliguindaste, uma retroescavadeiras (outra, alocada ao serviço, pertence à prefeitura), uma pá carregadeira. A Figura 118e a Figura 119 evidenciam aspectos de deficiência do sistema de limpeza no centro da cidade, resíduos dispostos para coleta na via pública e ponto de lixo na praia.



Figura 118– Resíduos mal acondicionados, soltos em via pública, na periferia de Mar Grande/Vera Cruz



Figura 119 – Resíduos mal acondicionados dispostos para a coleta em Mar Grande/Vera Cruz

Não há um sistema de coleta seletiva regular. Foram percebidas algumas iniciativas isoladas (Figura 120 e Figura 121), entretanto, segundo informações, há intenção da Secretária Municipal de Meio Ambiente em retomar algumas ações, incluindo a sensibilização da comunidade.



Figura 120 – Acondicionadores para a coleta seletiva no centro de Mar Grande/Vera Cruz, não conservados



Figura 121 – Acondicionadores para a coleta seletiva conservados – Vera Cruz

A coleta dos resíduos dos serviços de saúde é feita pela empresa Tratamento e Resíduos BA Ltda. (SERQUIP).

Coleta dos resíduos urbanos dos povoados:

A situação encontrada nos povoados de Jiribatuba, Cacha Prego, Tairu, Barra Grande, Barra do Gil, Ilhota, Coroa e Penha, mostra a dificuldade da prefeitura em manter um manejo adequado dos resíduos.

A configuração geográfica de dispersão do município com muitos condomínios ao longo da BA-001, vilarejos e o grande fluxo de população visitante, aumenta a dificuldade do trabalho, já precário, sem planejamento, da limpeza urbana do município, resultante, portanto, de deficiências estruturantes. A situação da limpeza pública apresenta-se mais grave nas margens das estradas BA-001 e BA-882 (Tairu-Cacha Prego) com a presença de pontos de lixo em ambos os lados das vias, formando uma passarela de pequenos, médios e grandes pontos de descarga de lixo, comprometendo a saúde, o meio ambiente e a atividade turística (Figura 122 e Figura 123).



Figura 122 – Acesso a Cacha Prego em Vera Cruz, com pontos de lixo nas duas margens



Figura 123 – Acesso à localidade da Penha/Vera Cruz, container utilizado acima da capacidade

O maior problema identificado pelo Secretário de Obras é a “coleta de pista”, faixa de servidão da BA-001 e da estrada para Cacha Prego, na maioria decorrente dos pontos de disposição de 66 condomínios, que utilizam caixas/lixeiras abertas, construídas com blocos, nas áreas externas dos condomínios, ocupando a faixa de domínio do DERBA (Figura 124, Figura 125 e Figura 126).



Figura 124 – Ponto De Lixo Na Entrada Do Condomínio Em Vera Cruz



Figura 125 – Lixeira construída como solução para a disposição para a coleta – Vera Cruz



Figura 126 – Lixeira sem manutenção e com lixo fora da área – Vera Cruz

Esta solução vem sendo revista não só pela localização em que se encontram construídas as caixas, na faixa de domínio, como pela ausência de manutenção por parte dos condomínios e pelo aumento da quantidade de resíduos colocados, na alta estação, que extrapola a capacidade das lixeiras, não mantendo confinados os resíduos. Outro problema é a maior quantidade de lixiviado que penetra no solo, em época de chuvas.

Foram identificados mais de 80 pontos de acúmulo de resíduos, dispostos em sacos, ou soltos na margem da pista, ou acumulados em lixeiras construídas. Em alguns desses pontos os resíduos estavam sendo queimados. O volume cresce nos períodos de festa, quando há um aumento significativo de visitantes. Segundo informações da prefeitura, logo após o réveillon, foram retiradas 9 caçambas de lixo, apenas de um condomínio (Enseada de Arauá) e, no final da tarde do mesmo dia, foram retiradas mais duas caçambas do mesmo condomínio (Figura 127 e Figura 128).





Figura 127 – Entrada do condomínio enseada de arauá com lixeira construída em bloco e cimento – lixo espalhado – Vera Cruz

Figura 128 – Entrada do condomínio enseada de arauá e uma catadora coletando materiais recicláveis – Vera Cruz

A situação da coleta também é crítica. No acesso a Cacha Prego, segundo a prefeitura, são necessários dois dias para sua realização, utilizando duas máquinas e caçambas. Observa-se que nesse trecho, todo o trajeto apresentava pontos de lixos dos loteamentos e povoados (Figura 129).



Figura 129 – Ponto De Lixo Na Entrada Do Acesso À Cacha Prego/Vera Cruz

Foram encontrados ainda 5 pontos de lixo de grande dimensão, semelhante a lixões instalados na margem da estrada, oposta aos loteamentos (Figura 130). Existem restos de plásticos por toda a pista. Segundo o gestor, falta uma conscientização, por parte dos condôminos, sobre hábitos e atitudes para gerar menos lixo, horários de disposição do lixo e formas adequada de acondicionamento dos resíduos nas praias, também, havia descarte de resíduos.



Figura 130 – Ponto De Lixo Grande Na Estrada Para Cacha Prego/Vera Cruz

Disposição final dos resíduos sólidos:

O Aterro Ilha, localizado no município de Vera Cruz, na Estrada de Baiacú, Km 3, possui uma área de 270.000 m^2 com vida útil prevista de 20 anos (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010). A falta de gestão e operação adequada transformaram o aterro sanitário em lixão, entretanto, desde o início de janeiro/2014, o aterro está sendo operado pela empresa Arqtec Engenharia, que iniciou um processo de recuperação do mesmo.



Fonte: google maps

Figura 131 – Vista aerea do aterro/ lixão ilha, localizado em Vera Cruz



Figura 132 – Situação atual do aterro/ lixão ilha – Vera Cruz

Segundo o PGIRS para a área de influência do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010), “o aterro tem possibilidade de expansão, em mais

três células, ou seja, pode ser considerada ainda uma vida útil de, aproximadamente, mais 30 anos".

A prefeitura de Vera Cruz tem uma proposta de requalificação do aterro (VERA CRUZ, 2009), que prevê, além da construção da 2ª célula, as seguintes ações (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010):

- Remoção para a célula de todo o lixo disposto irregularmente, fora do perímetro da célula;
- Recepção diária do lixo de forma adequada;
- Preparação da infra-estrutura da célula 2;
- Restauração dos sistemas viários internos e do acesso ao aterro;
- Restauração do sistema de drenagem pluvial;
- Restauração da drenagem do percolado;
- Restauração da drenagem vertical de gases;
- Restauração do fechamento da área;
- Limpeza da área mediante catação manual e recolhimento dos detritos espalhados;
- Obras e serviços eventuais necessários à adaptação das instalações do aterro;
- Tratamento paisagístico

Embora a balança não esteja funcionado, estima-se uma média de 100t/dia de resíduos, que chegam ao aterro, na alta estação. Em 2010, com a balança funcionando, estava sendo disposta uma média de 45t/dia de resíduos oriundos de Vera Cruz e uma média de 24,20t/dia de Itaparica, num total de 68,51t/dia de resíduos. Atualmente, o aterro recebe resíduos de Jaguaripe (Mutá e Cações), de Salinas das Margaridas, Vera Cruz e Itaparica (VERA CRUZ, 2010). A lagoa aeróbia ainda se encontra em condições de ser recuperada (Figura 133).



Figura 133 – Lagoa Anaeróbiado Aterro Ilha – Vera Cruz

A Figura 134mostra sinais de início de um trabalho de recuperação no aterro.



Figura 134 – Iniciado Trabalho De Recuperação Do Aterro

As instalações da administração do aterro encontram-se deterioradas e sem utilização adequada (Figura 135).



Figura 135 – Instalações Do Aterro E Equipamentos Sem Manutenção – Vera Cruz

Não têm uma célula séptica para os RSS; está sendo misturado ao resíduo domiciliar/comercial.

Estima-se que fazem a catação de materiais recicláveis no aterro uma média de 40 pessoas. A contratada informou não estar no escopo do seu trabalho a retirada dos catadores, cabendo à Prefeitura solucionar essa questão (Figura 136 e Figura 137). Nota-se a presença de animais comendo lixo dentro do aterro.



Figura 136 – Material triado por catadores no aterro/lixão ilha/Vera Cruz



Figura 137 – Material triado e acondicionado para venda no aterro/lixão ilha/Vera Cruz



Figura 138 – Presença De Animais No Aterro/Lixão Ilha/Vera Cruz

Os entulhos não chegam ao aterro, pois caçambas pegam os entulhos que encontram, e vendem, sem controle, da Prefeitura de Vera Cruz.

Estrutura e concepção do aterro:

Foi projetado para receber 56t/dia, em 1994, e atender aos municípios de Itaparica e Vera Cruz. A concepção do aterro é de 4 células independentes para disposição de resíduos domiciliares, a serem implantadas por etapas, dotadas de (**BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010**):

- Sistema de impermeabilização de base
- Sistema de drenagem de percolados
- Sistema de drenagem de gases

- Sistema de impermeabilização de cobertura (diária: solo areno-argiloso, e= de 0,15 a 0,20 cm. Final: Argila com espessura de 1,00 m e, posteriormente, solo vegetal)
- Sistema de drenagem superficial

Além das células, conta com um pátio de compostagem, uma central de entulhos e podas, uma unidade de tratamento de líquidos percolados e os equipamentos administrativos (portaria, escritório, balança e galpão), estacionamento, dique de lavagem, caixa de água.

Simões Filho

Simões Filho, com uma população estimada em 129.964 habitantes, (IBGE, 2013), encontra-se já conturbada com Salvador, localizando-se a 20km da capital baiana. Possui praças amplas, sede da prefeitura, mas a sua urbanização lhe confere um aspecto pouco agradável.



Figura 139 – Sede da prefeitura municipal de Simões Filho



Figura 140 – Praça 7 de novembro em Simões Filho

<u>Coleta de resíduos urbanos e serviços de limpeza:</u>

Desde julho de 2013, os serviços são executados por empresa contratada. De acordo com informações do Secretário de Serviços Públicos, os serviços contratados são: coleta de resíduos domiciliares (doméstico e comercial), coleta de entulho e podas, coleta de resíduos de serviços de saúde, serviços especiais, limpeza de mercado e varrição, além de ações de educação ambiental.

A estrutura organizacional, apresentada pela prefeitura, está representada no esquema abaixo, com uma gerência de Limpeza Urbana, dentro da Secretaria de Serviços Público (SESP), conforme Figura 141.

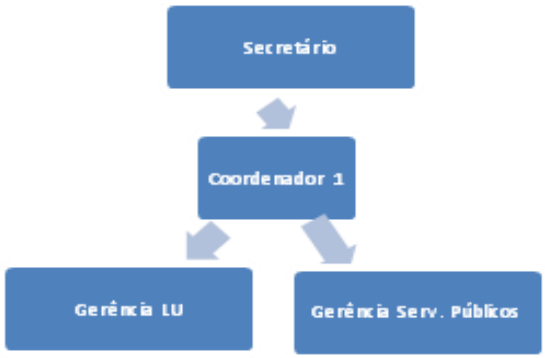


Figura 141 – Esquema Organizacional Do Sistema De Limpeza Urbana e Manejo Dos Resíduos Sólidos Da Prefeitura De Simões Filho

Os resíduos são coletados de forma diferenciada. A coleta domiciliar é diária, diurna, alguns dias com repasse noturno, no centro, após fechamento do comércio, quando são dispostos os resíduos, em sua maioria, de embalagens. A geração mensal dos resíduos coletados está em torno de 1.700t/mês.

O planejamento dos serviços é feito pela empresa em conjunto com a prefeitura. Tem um centro de reclamação da prefeitura. Está previsto a realização de trabalho educativo sobre a questão do cumprimento dos horários e da segregação dos resíduos, com publicação de material informativo. A coleta de entulho é programada de segunda a sábado. As pessoas têm o hábito de deixar para a prefeitura pegar. É interessante notar a quantidade de material de construção deixado nas calçadas, possibilitando o entupimento da rede de drenagem e impedindo as pessoas usarem os passeios, que já são estreitos (Figura 142 e Figura 143). São disponibilizados pela empresa contratada 6 compactadores, 6 caçambas, 2 retroescavadeiras, 1 bobcat, 1 pá carregadeira e uma varredeira.



Figura 142 – Material disposto na calçada – sede de Simões Filho



Figura 143 – Material de construção estocado na calçada – sede de Simões Filho

Os serviços especiais e de limpeza de logradouros são feitos com equipe da MM Limpeza Urbana, Consultoria e Construções Ltda (Figura 144).



Figura 144 – Gari Com Fardamento Adequado – Simões Filho

Não existe coleta seletiva realizada pela prefeitura. Existem catadores de rua, mas a prefeitura não tem controle. Percebe-se a presença de uma coleta informal com a presença de depósitos de compra de material reciclável.Os resíduos de saúde são coletados de forma separada e encaminhados para a SERQUIP para incineração.

Coleta dos resíduos urbanos dos povoados:

O município possui 25 localidades afastadas da sede e faz a coleta diária nas localidades mais próximas e alternadas, nas localidades mais distantes. Nota-se a presença de pontos de lixo com animais se alimentado do lixo, quando se afasta da sede (Figura 145 e Figura 146).



Figura 145 – Caixa estacionária utilizada na periferia da cidade de Simões Filho



Figura 146 – Animal se alimentando de lixo na periferia da cidade de Simões Filho

Disposição final dos resíduos urbanos:

Os resíduos domiciliares e as podas são dispostos no Aterro Metropolitano Centro, distante cerca de 8km. São dispostos no aterro sanitário, mensalmente, cerca de 1.700 toneladas de resíduos, conforme informações do secretário da pasta.

Os entulhos são distribuídos em utilizações diversas e doações à comunidade.

Segundo o secretário, o lixão de Tiro Seguro foi desativado completamente, não se colocou mais lixo no local, desde que o Aterro Metropolitano Centro foi inaugurado.

Lauro de Freitas

Localizado no Litoral Norte da Bahia, apresentou um crescimento populacional rápido e desigual, devido a sua proximidade com a capital do Estado. Tem uma população de 184.383 habitantes, distribuídos em 57,686 km² do seu território (BRASIL. IBGE, 2014), resultando na densidade demográfica de 2.833,43 hab./km²(CELES, 2013)

Cortado pela BA 099, Estrada do Coco, no sentido paralelo a sua orla, o município apresenta contrastes na sua ocupação – na faixa litorânea, área mais valorizada,

concentram-se os loteamentos de alta e média renda, no outro lado da estrada, estão os loteamentos populares de baixa renda, destacando-se Itinga, Capelão, Areia Branca e Caji, e no entorno desses loteamentos, encontra-se os condomínios de classe média (CELES, 2013).

O município tem grande potencial turístico, por estar situado no início da linha verde, possuir belas praias (Buraquinho e Ipitanga), além de possuir estrutura física, comercial e de lazer similar a de Salvador (CELES, 2013).

Coleta de resíduos urbanos e serviços de limpeza:

Para gestão dos serviços a prefeitura tem a seguinte estrutura organizacional, o secretário e a ele vinculado um departamento com o diretor de limpeza urbana subdivido em setores, conforme.

Atualmente, a coleta dos resíduos doméstico e comercial é terceirizada, por meio de contrato com a JOTAGÊ ENGENHARIA. Afreqüência é diária. A coleta do centro da cidade, na BA 099 e em Vila Nova é noturna, nas outras áreas diurnas. O entulho e a poda são coletados separadamente e encaminhados para Quingoma, antigo lixão do município, adaptado para receber entulhos, podas e resíduos da construção civil.

A mão de obra utilizada na varrição também é terceirizada, sendo que os funcionários são contratados como mão de obra temporária. Este assunto está sendo objeto de análise pelo Ministério Público.

Está em elaboração um plano de coleta seletiva. Esse tipo de coleta vem ocorrendo informalmente, realizado por cooperativa de catadores, como a Cooperativa de Lauro de Freitas (CAELF). Existe, também, uma oficina para trabalhos manuais com material reciclável e que tem como parceiros as escolas.

Foi implantado o serviço “Alô SESP” para receber reclamações por parte da população.

Vêm coletando os resíduos de grandes geradores, mas já em conversação para deixar essa prática.

Disposição final dos resíduos urbanos:

Os resíduos sólidos domiciliares do município de Lauro de Freitas são encaminhados para o Aterro Metropolitano Centro em Salvador, desde 1998, quando o lixão de

Quingoma foi desativado e tornou-se uma central receptora de resíduos da construção civil, podas e resíduos volumosos. Nessa área, duas máquinas fazem o trabalho de espalhamento e compactação. Essa central, com área total de 8,3ha, não faz beneficiamento ou tratamento dos resíduos, muito embora, haja na prefeitura um projeto de implantação de um galpão com 375m^2 para o beneficiamento da casca do coco (CELES, 2013).

No entorno da área de Quingoma, existem casas improvisadas, onde moram 75 famílias, que complementam seu sustento com a triagem e venda de materiais recicláveis, que separam no depósito, onde armazenam até sua venda.

Observou-se, em visita realizada ao local, que há um trabalho de compactação da massa aterrada (Figura 147). Na entrada, os veículos são pesados, ainda que não seja cobrado, mas é uma forma de controlar a quantidade de massa que entra no local e evitar que outros materiais sejam depositados aí, pois é proibido o descarte de resíduo doméstico (Figura 148).



Figura 147 – Entrada de quingoma (antigo lixão) – Lauro de Freitas



Figura 148 – Balança e pesagem do material recebido quingoma(antigo lixão) – Lauro de Freitas

A altura, em que se encontra o aterro, requer uso de técnicas de engenharia, de forma a não ocorrer desabamentos em época de chuvas, uma vez que, a base dessa área é de matéria orgânica por ter sido usado como lixão durante muito tempo.

O secretário da SESP informou que na região só tem o aterro de inertes da Battre e que estão pensando em fazer uma PPP para criar uma Central de Inertes em Quingoma. Pode ser observado que há um trabalho de compactação e controle do material aterrado nesse local (Figura 149 e Figura 150).



Figura 149 – Área compactada e aterrada em quigoma – Lauro de Freitas



Figura 150 – Material sendo triado em quigoma – Lauro de Freitas, por trabalhadores, que residem no entorno

Jaguaripe

O município possui uma grande extensão territorial (898,66km2),com três espaços bem distintos: a sede que é uma faixa de terra entre dois rios, que lhe dá a forma de península, (rio Jaguaripe e seu principal afluente, o rio da Dona), a parte das praias, do outro lado da BA 001, indo para Salinas, onde estão os povoados de Cações e Mutá e a zona rural ou zona central. Possui 18 km de praia, incluindo a ponta do Garcez. A cidade tem belas paisagens naturais em meio a praias lindas e prédios históricosapresentam bom nível de limpeza.



Figura 151 – Casa Do Sal – Sede Da Prefeitura De Jaguaripe



Figura 152 – Atracadouro (desativado) na sede de Jaguaripe



Figura 153 – Bom nível de limpeza das vias na sede de Jaguaripe

Coleta de resíduos e serviços de limpeza:

O manejo dos resíduos urbanos no município está sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, que aluga 4 caçambas para fazer a coleta domiciliar.

A sede está bem cuidada. A coleta dos resíduos domiciliares é realizada diariamente por caçamba. Em 2013, foi realizada licitação para aluguel de equipamentos.



Figura 154 – Aspecto Geral Da Praça E Da Matriz De Jaguaripe, Mostrando Boas Condições De Limpeza

Segundo informação da prefeitura, já existe, na sede, um trabalho de segregação dos resíduos na fonte, pela população. A coleta seletiva é feita toda quarta feira. O material é passado para uma pessoa, que comercializa os resíduos com um atravessador em Valença, a 52km de distância, sendo 14km na Ba-883,e mais 38 na Ba-001.

Observou-se que há uma preocupação da prefeitura no acondicionamento e apresentação dos resíduos para a coleta, para que não fiquem colocados de forma aleatória nas vias. Para isto, foi construído um espaço, onde são colocadas bombonas (Figura 155).



Figura 155 – Depósito Construído Para Facilitar A Coleta Dos Resíduos, Evitando Dispor Na Via Pública – Sede De Jaguaripe

Inexistem instalações físicas para o gerenciamento do sistema de limpeza urbana. É pago o valor de insalubridade aos empregados. Está prevista a elaboração de um Plano de Educação Ambiental.

Os resíduos de saúde são coletados pela empresa SERQUIP.

Coleta dos resíduos urbanos nos povoados:

O município possui 12 povoados e aglomerados: Mutá, Barreiras da Jacuruna, Pirajuia, Cações, São Bernardo, Camassandi, Ilha da Ajuda, Praia do Garcez, Cunhangi e Palma. Foram visitados os povoados de Cações e Mutá.

Cações localiza-se pouco depois do lixão desativado na estrada para Salinas da Margarida. Mutá fica logo em seguida, também pela mesma estrada. Ambas possuem as mesmas características de povoado de veraneio, encontrando-se casas fechadas e outras parecendo sem manutenção, há muito tempo. As vilas têm bela paisagem natural com poucas intervenções urbanas (Figura 156).



Figura 156 – Povoado de Cações. Localizado na estrada para salinas em Jaguaripe

Esses povoados se apresentam relativamente limpos, em geral, as casas singelas possuem recuos com gramados. Na praia e em algumas ruas, percebem-se os montinhos da catação de chumbinho.

As praias são belíssimas, bucólicas, sem barreiras de barracas, que impeçam a visão da praia. Dessas praias, vê-se a contra costa da Ilha de Itaparica, identificando-se o povoado de Matarandiba, a ilha do Cal e a ponte do Funil.



Figura 157 – Povoado de Mutá/Jaguaripe, estrada para salinas



Figura 158 – Povoado de Mutá/ Jaguaripe

A coleta domiciliar é realizada, de forma alternada, nos seguintes povoados:

- Pirajuía , Barreiras e Jacuruna – 2 vezes por semana
- Mutá e Cações – 3 vezes por semana

Os demais povoados uma vez por semana. Cada povoado tem uma administração, que, também, cuida do lixo. Em vários povoados são colocados tonéis para que os resíduos não sejam depositados diretamente no chão. O secretário de Infraestrutura conta com o auxilio de dois encarregados, um em cada área, norte/sul, da sede.

Disposição final dos resíduos urbanos:

Por sua extensão territorial, o município possui três locais de descarte, todos lixões: um a 4 km da sede, o segundo situa-se na estrada para Salinas, perto da entrada de Cações, e o terceiro em Camassandi, cujo acesso feito pela praia.

O lixão, onde estão sendo descartados os resíduos da sede fica em terreno de ribanceira (Figura 159), alugado há 7 anos. Eventualmente, é realizado serviço de compactação com trator, que empurra a massa acumulada no platô para o declive abaixo.



Figura 159 – Lixão Da Sede De Jaguaripe

Outro lixão localizado na estrada para Salinas, segundo informações da prefeitura, foi desativado, cercado com tapume e trancado com cadeado, no entanto, posteriormente, foi retirado, sem autorização, parte do tapume, deixando um acesso ao mesmo, que mostra não ter sofrido qualquer processo de recuperação (Figura 160 e Figura 161). Atualmente, os resíduos, dessa área municipal, estão sendo encaminhados para o Aterro Ilha de Itaparica/Baiacu (40km).



Figura 160 – Lixão desativado, isolado com tapume – Jaguaripe



Figura 161 – Lixão desativado, era utilizado pelos povoados da praia, em direção à salinas – Jaguaripe

Segundo o prefeito, o município terá que utilizar locais de disposição final distintos, em decorrência da extensão do município e, consequentemente, das distâncias do centro de massa e do local de disposição, conforme a seguinte distribuição:

- Mutá, Barreiras da Jacuruna, Pirajuía, Cações – estão localizados na margem direita da BA-001, logo após a Ponte do Funil, terão os resíduos dispostos no Aterro Ilha
- Sede, S. Bernardo, Camassandi, Ilha da Ajuda e Praia do Garcez, terão seus resíduos depositados no Aterro Sanitário de Valença (aproximadamente 50km da sede). Estão sendo feitas gestões com o município de Valença para uma negociação.
- Na zona rural, Cunhangi e Palma, terão soluções individualizadas.

Aratuípe

O município está localizado a 4km de Nazaré, 40km de Santo Antônio de Jesus e está 60m acima do nível do mar (UFFS, 2001). É banhado pelo rio Aratuipe (Figura 162).



Figura 162 – Rio Aratuípe Banha A Cidade De Aratuípe

A cidade possui algumas igrejas antigas. Dentre as quais, destacam-se a Igreja de Santo Antônio dos Índios de 1558 e a Igreja de Santana – padroeira da cidade – do final do século XVIII (Figura 163). Essa igreja foi visitada por Dom Pedro II e a imperatriz D. Tereza Cristina (UFFS, 2001), para ver o andamento da sua construção. Na ocasião, segundo o secretário, foi construída uma casa para sua hospedagem, prédio onde funciona, atualmente, a prefeitura (Figura 164).



Figura 163 – Igreja de Santana – Aratuípe



Figura 164 – Sede da prefeitura de Aratuípe

Segundo uma moradora entrevistada, o maior problema da cidade é a falta de esgotamento sanitário, sendo os efluentes lançados no rio.

Coleta de resíduos e serviços de limpeza:

Os serviços estão sob a responsabilidade da Secretaria Defesa Civil e Meio Ambiente, que aluga o veiculo para coleta dos resíduos e conta com a mão de obra própria. As ruas da cidade se apresentavam em regular nível de limpeza, porém a urbanização bastante precária. A limpeza especiais de via pública (sacheamento) é feita por trabalhadores sem fardamento (Figura 165 a Figura 170).



Figura 165 – Limpeza especial da via - trabalhadores sem fardamento – Aratuípe



Figura 166 – Varrição das vias, trabalhadora sem fardamento e equipamento inadequado fardamento – Aratuípe



Figura 167 – Material de poda na via pública – Aratuípe



Figura 168 – Material de poda acumulado e saco de resíduo doméstico disposto – Aratuípe



Figura 169 – Poda disposta em via pública – Aratuípe



Figura 170 – Ponto de lixo no bairro da palha – Aratuípe

Coleta dos resíduos urbanos nos povoados

O município é formado pela sede e pelo distrito de Maragojipinho, famoso pela presença de oleiros que fazem artesanato de barro, conhecido como caxixis. Possui ainda as localidades de Sapé, Bom Jardim, Junco e Mingau.

Disposição final dos resíduos urbanos

Os resíduos coletados são depositados num lixão, situado a 2km da sede, na estrada que vai para Maragojipinho, cujo acesso apresenta-se em péssima condição de trafegabilidade (Figura 171 e Figura 172).Segundo a prefeitura, duas famílias vivem da catação nesse lixão.



Figura 171 – Acesso ao lixão – Aratuípe



Figura 172 – Lixo espalhado sem compactação – Aratuípe

Nazaré

O município não possui povoados, tem uma população urbana de 28 mil habitantes, segundo a prefeitura. A cidade é banhada pelo Rio Jaguaripe(Figura 173).



Figura 173 – Rio Jaguaribe atravessa a Cidade deNazarée recebe seus esgotos

Na praça (Alexandre Bittencourt), onde está localizada a prefeitura, chama atenção a Igreja de N. Sra. de Nazaré.Uma característica forte da cidade de Nazaré é seu conjunto arquitetônico com vários prédios antigos,inclusive a Prefeitura (Figura 174), que retratam os tempos de apogeu da cidade. Pelas ruas do centro, existem muitos prédios antigos, decadentes, abandonados, ou em ruína, resultado da crise ocorrida na década de 80 do século passado, com o encerramento da via férrea e da implantação da estrada para Bom Despacho.



Figura 174 – Sede da Prefeitura deNazaré

A prefeitura tem atuação sistemática na limpeza urbana da cidade, embora careça de planejamento dos serviços.

Atualmente, parte relevante da população vive da pesca, 3 mil pessoas, no município, recebem o defeso (dois defesos no ano: o do robalo e o do camarão), segundo o secretário de infraestrutura.

Outra atividade, que recentemente tem dinamizado o município, é a exploração de pedras em três pedreiras locais, atendendo demanda da construção do Estaleiro do Paraguaçu. Essa atividade, embora positiva, do ponto de vista econômico, tem gerado impacto negativo com o grande fluxo de caçambas nas estradas, estimadoem600 veículos/dia, número contabilizado em reunião entre o Ministério Público, a prefeitura, pessoas do estaleiro e os proprietários de caçamba, para disciplinara circulação das caçambas e amenizar seus efeitos negativos, tais como a sobrecarga das caçambas, local de estacionamento das caçambas à noite, além de possíveis impactos sociais, como prostituição infantil e comércio de drogas. Foram instaladas duas balanças rodoviárias em Nazaré.

Coleta de resíduos e serviços de limpeza

A coleta é realizada por caçambas. São alugadas quatro caçambas, uma pá carregadeira e um poliguindaste. Estão distribuídas, pela cidade, 24 caixas estacionárias de 5m^3.

Atualmente, a coleta não é diferenciada, sendo feita, junto com a coleta de podas e de entulhos. Estima-se um total de 14t/dia de resíduo coletado. A frequência é diária e, muitas vezes, há repasse no centro da cidade (Figura 175 a Figura 177).



Figura 175 – Papeleira vandalizada e sem manutenção – Nazaré



Figura 176 – Resíduos soltos dispostos para coleta na sarjeta da via pública – Nazaré



Figura 177 – Sacos dispostos para a coleta – Nazaré

Não há cobrança de taxa de limpeza pública e nem cobrança para a retirada de entulho. As caçambas, que recolhem o entulho, são cadastradas pela prefeitura.

A coleta dos resíduos de saúde é feita por empresa terceirizada.

No bairro Batatan, caminho para o Cristo, tem um ponto grande de lixo, escavado na encosta e no próprio Cristo existe outro ponto, resultado da atividade da lanchonete, aí localizada. Na saída da cidade, sentido Bom Despacho, existe vários pontos de lixo consolidados.

Disposição final dos resíduos urbanos

Os resíduos são depositados em um lixão, localizado a aproximadamente 3km da sede, na saída para a BA-001. A área, com 2 ha de extensão, é alugada pela prefeitura.

Como não há coleta diferenciada, observam-se, nesse local, podas depositadas junto com a matéria orgânica. O lixão fica numa área de cumeada e esporadicamente, a prefeitura utiliza um trator para empurrar o lixo para a encosta, descendo para o vale.

Não foi possível visualizar a situação no fundo do vale, pela dificuldade de acesso no local, impedindo adentrar e verificar melhor o impacto causado na área (Figura 178).



Figura 178 – Lixão De Nazaré

Estima-se que aproximadamente 30 pessoas estão envolvidas na atividade de catação (Figura 179). Apenas, dois catadores foram vistos na visita ao aterro. Segundo informação de preposto da prefeitura, alguns catadores vêm de Santo Antônio de Jesus.



Figura 179 – Material Triado Por Catadores No Lixão De Nazaré

O entulho também é disposto no lixão. No momento da visita, o secretário municipal identificou uma caçamba do Município de Muniz Ferreira, depositando lixo no local.

Está em fase de negociação um contrato com a empresa (COPA), que opera o aterro sanitário de Santo Antônio de Jesus, para que seja feito um transbordo por meio de container de 30m^3 – colocado no município de Nazaré e, posteriormente, transportado para aquele aterro sanitário. A prefeitura informou que a empresa orçou em R$57,00 a tonelada coletada com compactador e em R$27,00 a tonelada para disposição no aterro dos resíduos domiciliares. A prefeitura já recebeu notifiCações do Ministério Público e do IBAMA para recuperar a área do atual lixão.

Salinas Da Margarida

Salinas, localizada na Baia de Todos os Santos, junto à foz do rio Paraguaçu, ainda mantém um aspecto rústico, sem muita intervenção pública e pouca pressão imobiliária. Tem na pesca e no turismo suas principais atividades econômicas e se destaca por suas praias de águas calmas, belas paisagens, boa culinária, feita com mariscos extraídos da região.As “mariscadeiras”, mulheres que catam mariscos para sobreviver, chamam atenção na região (SALINAS DA MARGARIDA, 2014).

É uma cidade tranqüila, apesar de estar sofrendo um forte impacto, provocada pela construção do estaleiro da Petrobras, em São Roque (Estaleiro do Paraguaçu), e do início de atividades para construção do Pólo Industrial do Recôncavo da Bahia, tanto no que diz respeito à fuga dos veranistas, que não encontram casas para alugar, como pelo intenso tráfego de caçambas na estrada BA-534, que liga Salinas a BR-001, tornando a acessibilidade difícil e perigosa.

Uma artesã, com lojinha em quiosque da Praça Luiz Eduardo Magalhães, disse que os veranistas estão sumindo de Salinas. O artesanato com conchas e búzios é destaque no município.

Muito embora o impacto causado pelas obras seja grande, a sede e os vilarejos apresentam boas condições no que diz respeito à limpeza urbana(Figura 180 e Figura 181). A prefeitura municipal tem mantido bom controle sobre os serviços e, em particular, em Barra do Paraguaçu, onde conta com forte apoio dos moradores locais, que apresentam níveis elevados de preocupação com o meio ambiente.



Figura 180 – Praça limpa – salinas



Figura 181 – Calçadão limpo – salinas

Coleta de resíduos e serviços de limpeza:

Segundo informações prestadas pelo encarregado da empresa contratada para realizar serviços de coleta de resíduos domésticos, a Arqtec Engenharia Ltda., que assumiu a coleta em 01/set./2013, a coleta é feita de forma diferenciada. Os resíduos domiciliares são coletados por compactador, e poda e entulho são coletados em caçambas. A freqüência é diária e abrange todas as ruas e povoados do município. No turno matutino, os compactadores realizam a coleta porta a porta na sede e à tarde nos povoados.

Estão disponíveis para a coleta dois compactadores com capacidade para 8 toneladas (Figura182 e Figura183), após compactadas. Às segundas-feiras é alocada uma caçamba para reforçar a coleta de resíduos da sede.

A coleta de podas e entulho é feita pela prefeitura com duas caçambas, sendo o entulho aproveitado para tapar buracos. A equipe de trabalhadores da coleta é formada por quatro motoristas e 6 ajudantes.A guarnição da coleta encontrava-se sem fardamento.

Os resíduos de serviços de saúde são coletados as terças, pela Arqtec Engenharia Ltda.

Não existe legislação municipal, que auxilie a gestão dos resíduos no município.



Figura182 – Equipamento utilizado para coleta i – salinas



Figura183 – Equipamento utilizado para coleta ii – salinas

Os serviços especiais ou congêneres são realizados quando há necessidade, sem programação prévia.

É comum a circulação de marisqueiras na Avenida Viveiros, voltando com a catação realizada, como também a presença de montinhos de resto da catação (as conchinhas dos mariscos), que, muitas vezes, são aproveitados na feitura das calçadas (Figura 184).



Figura 184 – Resíduos Da Catação Do Marisco – Salinas

No final dessa avenida, encontra-se o porto dos pescadores, onde estão três edifiCações: uma cooperativa de pescadores, a casa de São Pedro e a casa das

marisqueiras, que funciona, atualmente, como refeitório dos pescadores. Há uma grande festa, em junho, nesse local em homenagem a São Pedro.

A grande quantidade de resíduo gerado pela atividade de mariscagem deve merecer atenção especial no planejamento dos resíduos sólidos, por se tratar de material reaproveitável.

Coleta dos resíduos urbanos nos povoados:

Conceição de Salinas, Cairu de Salinas e Barra do Paraguaçu foram os povoados visitados. Vê-se de Barra do Paraguaçu, o Terminal de Gaseificação, que, segundo um morador do local, fica a 20 km dali.

Esses povoados apresentam-se relativamente limpos, sem pontos de lixo e sem muita intervenção imobiliária e pública. Apresenta, assim como a sede, uma aparência bucólica com belas vistas da Baia de Todos os Santos (Figura 185).



Figura 185 – Orla De Conceição De Salinas

Os distritos são Encarnação, Conceição, Cairú, Barra do Paraguaçu e Porto da Telha-Dendê (SALINAS DA MARGARIDA, 2014). A coleta dos resíduos domésticos é realizada diariamente. Observou-se, em Barra do Paraguaçu, iniciativas para a coleta seletiva (Figura186 e Figura187).



Figura186 – Barra do paraguaçu – iniciativas da segregação dos resíduos



Figura187 – Cesto típico usado para acondicionar pequenos detritos

Disposição final dos resíduos urbanos:

O lixão existente em Salinas foi desativado no início de setembro/2013, quando a empresa Arqtec Engenharia Ltda., foi contratada para operar a coleta e transporte dos resíduos urbanos. Desde então, os resíduos estão sendo levados para o Aterro Ilha, que fica a aproximadamente 45km de distância – 21 km até a entrada da BA-001, que está em péssimo estado de conservação. Foi feito um acordo com a Prefeitura de Vera Cruz para que os resíduos sejam dispostos no aterro. O lixão fica a 4km de Salinas e continua sendo usado para colocação das podas da sede municipal (Figura 188).



Figura 188 – Lixão Desativado De Salinas Da Margarida

Segundo informações de preposto da prefeitura, resíduos da obra do estaleiro estão sendo descartados nesse local que tem a frequência de quatro catadores triando material reciclável no local.

Muniz Ferreira

Localizada às margens do rio Jaguaripe e da BA-028 entre as cidades de Nazaré e Santo Antônio de Jesus (15 km de distância) – fica a 203km (pela BR 101) ou 86km (pelo sistema ferry-boat) de Salvador. A cidade, de pequeníssimo porte, possui população de 7.825 habitantes (IBGE. 2013) A sede da prefeitura e a Igreja Matriz (Figura 189 e Figura 190) são destaques logo ao chegar à sede urbana e sua rua principal é a rua Barão de Itatinga, possui um interessante calçadão.Existe um Termo de Referência da Secretaria de Turismo do Governo do Estado para elaboração do Plano de Resíduos Sólidos deste município em conjunto com Aratuípe, Jaguaripe e Nazaré.



Figura 189 – Sede da prefeitura municipal de Muniz Ferreira



Figura 190 – Igreja matriz de Muniz Ferreira

<u>Coleta de resíduos e serviços de limpeza:</u>

As ruas apresentam-se limpas (Figura 191 e Figura 192). Os serviços de limpeza urbana estão vinculados à Secretaria de Transportes e Serviços Públicos. A empresa TGE fornece duas caçambas com 30 homens para fazer a varrição, coleta e serviços especiais, além de pagar a disposição dos resíduos em Nazaré.

A coleta é diária, exceto domingos e feriados, na sede e nos distritos de Onha, Sodoma e Ponto Chic.



Figura 191 – Rua limpa i – Muniz Ferreira



Figura 192 – Rua limpa ii – Muniz Ferreira

Os resíduos de saúde são coletados por uma empresa, ligada à SERQUIP. Com relação ao entulho, existem alguns pontos de resíduos da construção civil, obstruindo as calçadas (Figura 193 e Figura 194).



Figura 193 – Entulho na via pública de Muniz Ferreira



Figura 194 – Mais entulho na via pública de Muniz Ferreira

Coleta dos resíduos dos povoados:

Nos distritos de Onha, Sodoma e Ponto Chic a coleta é diária, junto com a sede, e nos povoados Ilha das Cobras, Terreirão, Água Preta, Bangolá, Alto da Boniteza são coletados 2 vezes por semana.

Disposição final dos resíduos urbanos:

Deveria estar dispondo seus resíduos no Aterro de Santo Antônio de Jesus, pelo planejamento realizado pela CONDER, antes da implantação do aterro, entretanto, está colocando no lixão de Nazaré, o que foi constatado na visita aquele lixão.

Segundo a prefeitura, está previsto a realização de um Plano de Resíduos Sólidos para os municípios de Nazaré, Aratuípe, Muniz Ferreira, para dar uma solução mais adequada e consorciada para a Disposição dos resíduos dos três municípios.

Santo Antônio de Jesus

O município, localizado estrategicamente, entre a BR101, rodovia de integração da região Nordeste ao Centro-Sul do país, e a BA-026, que liga a BR 101 à Salvador via Ferry Boat, dispõe de uma malha viária que dá fácil acesso a várias cidades vizinhas, potencializando sua condição de centro de influência ou polo regional (ROCHA, 2013).

A cidade/sede se caracteriza como polo comercial da região, atraindo consumidores de toda a Bahia para o comércio “mais barato da Bahia”, como se autodenomina, o que gera uma demanda extra nos serviços básicos como segurança, infraestrutura, saneamento básico e outros.

Considerada a capital do Recôncavo Baiano, está localizada a 200km da capital e possui 98.600 habitantes (IBGE, 2013). Apenas 10% do total da população é rural, em 2010. Segundo a prefeitura, com a população flutuante, em busca de negócios e serviços, chega a transitar na cidade entre 129 a 130 mil habitantes por dia, que é bastante movimentada, devido ao comércio e serviços oferecidos. A sede da prefeitura está localizada no centro da cidade cercada de praças bem cuidadas (Figura 195 e Figura 196).



Figura 195 – Sede da prefeitura de Santo Antônio de Jesus



Figura 196 – Praça maria do rosário em Santo Antônio de Jesus

A ocupação urbana tem se modificado com o surgimento de vários loteamentos e condomínios (mais de 30), a maioria localizada no bairro de Andaiá, vetor de expansão da cidade.

Coleta de resíduos e serviços de limpeza:

A cidade encontrava-se limpa. Tanto a coleta, como a disposição e operação dos resíduos domiciliares são serviços que estão terceirizados e operados sob a responsabilidade da empresa COPA Engenharia Ambiental.

A empresa disponibiliza cinco veículos coletores compactadores, sendo um reserva. De acordo com o controle da disposição final coleta-se 80t/dia ou 2000t/mês, perfazendo 10 viagens ao dia, em 5 roteiros. O controle da prefeitura sobre o que ela paga pode ser feito “on line”,a própria prefeitura tem acesso ao link. Ao incluir o entulho e a poda de árvores, esse volume pode chegar a 120 toneladas, nas segundas-feiras (Aterro Sanitário2014).

Para a coleta, nas áreas de difícil acesso, são usados veículos poliguindaste, que removem as caixas coletoras, dispostas nos bairros mais distantes do centro (Aterro Sanitário, 2014). Esse procedimento tem tido efeito negativo porque os containers utilizados transbordam e acabam se transformando em pontos de lixo, dando a impressão que a coleta não é diária (Figura 197), mas que pode significar falha no dimensionamento.



Figura 197 – Caixa Coletora com material acima da suaCom Material Acima Da Sua capacidade

Parte da coleta seletiva é feita pela COPA, em condomínios, repartições públicas e escolas. Uma vez por semana, um caminhão baú passa para recolher o material passível de ser reciclado. A prefeitura paga a empresa pela coleta desse material o valor de R$197,00/tonelada. Foi sugerido, pelo Ministério Público em audiência

pública, esse valor bem mais alto que a coleta normal (R$56,00/t. e disposição no aterro é de R$50,00/t.), como forma de incentivar a realização da coleta seletiva, pois o contrato com a empresa é por tonelada coletada. Por meio dessa atividade é possível reciclar 100t/mês de resíduos,significando que são desviados do aterro 5% sobre o total coletado.

O caminhão baú é utilizado para essa coleta, entretanto, sem planejamento, o queimpede a visibilidade e valorização desse tipo coleta (Figura 198).



Figura 198 – Caminhão Baú Que Recolhe O Material Reciclável – Santo Antônio de Jesus

Em paralelo, a prefeitura apóia duas cooperativas de catadores de material reciclável. É possível perceber a existência de outras iniciativas de coleta por catadores e/ou atravessadores que adquirem o material (Figura 199 e Figura 200).



Figura 199 – Iniciativas de comercialização de recicláveis – Santo Antônio de Jesus



Figura 200 – Presença do catador de rua na cidade – Santo Antônio de Jesus

Para o serviço de varrição há contrato com outra empresa, a LMR, que disponibiliza 100 varredores. Existem duas empresas que coletam o entulho e vendem para aterramento.

Coleta dos resíduos dos povoados:

O município possui dois distritos Cocão, com cerca de 2500 habitantes, e Alto do Morro e os povoados de Vila Bonfim, Benfica, Boa Vista, Cunha e Casaca de Ferro. Segundo a COPA não é feita a coleta nos distritos, porque estão muito longe da sede. À margem da via são encontrados pontos de acúmulo de lixo solto ou ensacado (Figura 201).

A prefeitura informou que tem coleta seletiva nos distritos e o orgânico é utilizado no local.



Figura 201 – Ponto De Lixo Na Margem Da Ba-001 – Próximo A Santo Antônio de Jesus

Disposição final dos resíduos urbanos:

O município possui um aterro sanitário, construído pela CONDER, que está localizado na Rodovia BA-046, a 8Km da sede, um dos principais acesso ao município. A operação do aterro sanitário, iniciada em jan/2000, foi executada por empresa contratada e supervisionada pela CONDER, e recebia uma média de 54t/dia de resíduos sólidos domésticos, provenientes de Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira e Dom Macedo Costa. O aterro foi entregue a Prefeitura em fev/2001 e em jun/2011 a COPA Engenharia Ambiental assumiu a sua administração (COPA ENGENHARIA AMBIENTAL, s/d.).

Quando a empresa responsável pelo aterro – COPA Engenharia Ambiental – assumiu a operação, o aterro estava totalmente degradado e havia sido transformado num lixão.



Fonte: (ATERRO SANITÁRIO...,2014).

Figura202 – Aterro Santo Antônio de Jesus que havia se transformado num lixão

Atualmente, encontra-se bem operado, com o lixo disposta na célula, a balança rodoviária foi recuperada, controlando dessa forma, todas as cargas que entram no aterro com emissão do ticket de pesagem (Figura 203). As duas lagoas de tratamento estão funcionando e preservadas (lagoa facultativa e outra menor, anaeróbia). Foi construído um espaço de convivência, destinado à realização de eventos informativos.



Figura 203 – Balança Rodoviária

Segundo a COPA, o aterro de Santo Antônio de Jesus é considerado padrão no interior do estado e sofre constantes vistorias dos órgãos ambientais, como a

Secretaria do Meio Ambiente, Ministério Público e Petrobrás, que deposita seus resíduos no local (ATERRO SANITÁRIO...,2014).



Fonte: (ATERRO SANITÁRIO,SANITÁRIO...,2014)

Figura204 – Entrada Do Aterro Sanitário De Santo Antônio de Jesus

No momento da visita, havia quase uma semana sem fazer a cobertura do lixo, pois o trator estava quebrado e estavam utilizando fogos para espantar os urubus (Figura 205).



Figura 205 – Frente De Trabalho Ampla, Necessitando Compactação E Recobrimento

Sistema de tratamento do chorume -lagoas, aeróbia e anaeróbia – poço de monitoramento e balança (Figura 206 e Figura 207), vistos no dia da visita.



Figura 206 – Sistema de tratamento do chorume



Figura 207 – Poço de monitoramento

A COPA ainda informou que a Secretaria de Infraestrutura, já elabora projeto de ampliação do aterro sanitário, justificado pelo crescimento da cidade e o conseqüente aumento da demanda. Além de receber os resíduos do município de Santo Antônio de Jesus, o aterro atende as cidades de Varzedo e Dom Macedo Costa (ATERRO SANITÁRIO...,2014). Atualmente, Muniz Ferreira não está dispondo seus resíduos nesse aterro.

Em 2012, o aterro recebia, aproximadamente, 107t/dia de resíduos domiciliares e comerciais. Desse total, 98t/dia eram provenientes de Santo Antônio de Jesus, 2t/dia trazidas por particulares do próprio município, que pagavam para dispor (supermercados, açougues e grandes lojas comerciais), 2,5t/dia de Varzedo, 3,1 t/dia de Muniz Ferreira e 1,7 t/dia de Dom Macedo Costa (ROCHA, 2013).

A COPA pretende otimizar custos de sua operação no aterro e para tal propõe a inclusão de outros municípios, que poderiam descartar seus resíduos no Aterro de Santo Antônio de Jesus, conforme Quadro 108.

Quadro 108– Possibilidade de atendimento do aterro sanitário de Santo Antônio de Jesus, proposto pela Copa Engenharia

Possibilidades do aterro	**Municipios**	**Resíduo disposto no aterro**	
		T/mês	**T/dia**
Municípios atendidos	Santo Antônio de Jesus	2.000,00	66,67
	Varzedo	120,00	4,00
	Dom Macedo Costa	100,00	3,33
	SUB TOTAL	**2.220,00**	**74,00**
Municípios que podem ser	Muniz Ferreira	133,17	4,44

Possibilidades do aterro	Municipios	Resíduo disposto no aterro	
		T/mês	T/dia
atendidos	Nazaré	496,38	16,55
	Jaguaripe	299,69	9,99
	Aratuípe	156,50	5,22
	SUB TOTAL	**1.085,74**	**36,19**
TOTAL		**3.305,74**	**110,19**

Fonte: Copa Engenharia, adaptada.

Castro Alves

Localizada a 60km de Cruz das Almas foi um centro fumageiro, conservando alguns depósitos da fabricação de fumo. A prefeitura está localizada na Praça da Liberdade (Figura 208), onde está colocada uma estátua de Castro Alves, e que, ainda, conserva um casario antigo. Há extração de minérios: feldspato e quartzo no município. O município incorpora dois biomas: Mata Atlântica e Caatinga. Possui área de proteção permanente na região do Morro com mata original, segundo o Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura, que, também, informou que, atualmente, o município não dispõe de recursos para contratar a elaboração de um Plano de Gestão de Resíduos.



Figura 208 – Sede da prefeitura de Castro Alves

<u>Coleta de resíduos e serviços de limpeza:</u>

A coleta na sede é diária. São alugadas três caçambas e a mão de obra é da prefeitura. Possuem um projeto de coleta seletiva. Todo o pessoal da limpeza urbana é contratado pela prefeitura. Segundo o entrevistado, não há educação para o cuidado com os resíduos, a prefeitura colocou 60 lixeiras nas praças, que foram vandalizadas em um mês. Observam-se pontos de lixo em várias ruas da sede (Figura 209 e Figura 210).



Figura 209 – Ponto de lixo no centro da cidade i – Castro Alves



Figura 210 – Ponto de lixo no centro da cidade ii – Castro Alves

Disposição final dos resíduos urbanos:

A disposição final é feita no lixão a 2km do centro da cidade, em direção ao município de Santa Terezinha (estrada que liga Castro Alves a Itatim), na beira da estrada. A prefeitura já foi intimada pelo Ibama e pelo Ministério Público.

Segundo o PGIRS para a área de influência do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (BAHIA. SEDUR/CONDER, 2010), esse lixão está causando problemas de contaminação de nascentes e córregos existentes, tendo sido "implantado há mais de 30 anos em uma área irregular, às margens da rodovia BA-120, além de estar localizado a 1km do hospital regional (Figura 211 e Figura 212).



Figura 211 – Triagem de materiais dentro do lixão – Castro Alves



Figura 212– Lixão à margem da rodovia ba-120 – Castro Alves

No município, funcionam duas indústrias; uma de calçados, que emprega 500 pessoas, tem licença ambiental, cujo tratamento dos resíduos é desconhecido pela prefeitura, que não faz a coleta. A outra indústria, de ração, da Fundação Odebrecht, emprega 250 pessoas, e a coleta é feita uma vez por semana pela prefeitura.

Varzedo

Situa-se a 32kmde Santo Antônio de Jesus. Também é um município de pequeníssimo porte. O município possui 9.943 habitantes (IBGE, 2013) e a população urbana do censo de 2010 apresentou o total de 3.364 habitantes, segundo o IBGE, embora o cadastro dos agentes de saúde acuse mais de 10 mil habitantes, segundo o secretário entrevistado. Segundo a prefeitura, o comércio de Santo Antônio é forte, o que, pela proximidade dos dois municípios, dificulta o desenvolvimento do comércio em Varzedo.

O município possui 162km de estradas vicinais e a manutenção custa caro aos cofres municipais A prefeitura (Figura 213) tem receita deficitária do IPTU, pois , somente 65% da população paga esse imposto.



Figura 213 – Sede da Prefeitura deVarzedo

Coleta de resíduos e serviços de limpeza

A limpeza urbana está sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Transporte e Serviços Públicos, que tem a Diretoria de Limpeza Pública para coordenar os serviços e garis, que são concursados. A coleta é feita pela própria prefeitura, que aloca uma caçamba para a realização dos serviços, no entanto, pretendem licitar os serviços e contratar uma empresa.

A coleta é diária – pela manhã faz a coleta domiciliar e, à tarde, coleta os entulhos, que são reutilizados. Os garis usam fardamento para executar os serviços. Aspectos da limpeza e tipologia construtiva da sede municipal (Figura 214 e Figura 215).



Figura 214 – Aspectos da limpeza e urbanização da cidade de Varzedo



Figura 215 – Tipologia construtivada cidade e limpeza da rua – Varzedo

A coleta da poda é feita com a caçamba e disposta numa vala ao lado do estádio. O entulho é pouco e utilizado na própria cidade. No dia da visita foram vistos vários pontos de disposição de podas que são atrativos para se colocar outros tipos de lixo (Figura 216 e Figura 217).



Figura 216 – Poda disposta na via pública



Figura 217 – Ponto de lilxo no centro da cidade

<u>Coleta dos resíduos dos povoados</u>

Possui dois distritos e 15 povoados. A prefeitura faz apenas a coleta nos distritos e leva para o aterro.

- Tabuleiro do Castro – 2 vezes por semana

- São Roque nos Macacos – uma vez por semana.

Disposição final dos resíduos urbanos

Paga para dispor os resíduos no Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus. O frigorífico Avigran, também, encaminha seus resíduos para o referido aterro.

Dom Macedo Costa

Localiza-se às margens da BR-101, distando 18 km de Santo Antônio de Jesus e 28 km de Conceição do Almeida, (DOM MACEDO COSTA, 2014). Possui 4.127 habitantes (IBGE, 2013). Segundo a prefeitura, moram nas áreasurbanas 1761 pessoas e a sede conta com 1,5 mil habitantes.

É também um município de pequeníssimo porte. A sede da prefeitura está provisoriamente em um prédio cedido e a Igreja Matriz destaca-se na praça.



Figura 218 – Sede provisória da prefeitura de Varzedo



Figura 219 – Igreja de matriz de Varzedo

Coleta de resíduos e serviços de limpeza

A limpeza está sob a responsabilidade da Secretaria de Obras tendo um encarregado da limpeza. É alugada uma caçamba, que faz a coleta diária (uma caçamba por dia). As ruas encontravam-se limpas no momento da visita (Figura 220).

Existe um catador que, no final da tarde, sai coletando nas casas, que já sabem e colocam na porta o material reciclável. Ele deposita o material coletado num espaço (Figura 221), onde era a antiga sede da prefeitura e vende para atravessadores em Santo Antônio de Jesus, que vem pegar com uma caçamba.

A cidade de pequeno porte apresenta urbanização precária e lixo solto.



Figura 220 – Ruas limpas de Varzedo



Figura 221 – Ponto de lixo e local utilizado pelo catador para guardar o material triado – Varzedo

A geração de entulho é muito pouca e é reaproveitado em aterramento.

A SP Ambiental coleta os resíduos de saúde duas vezes por mês, se houver necessidade, pode ser reduzido este período.

Coleta dos resíduos dos povoados

Coleta diária, junto com a sede em 4 localidades: Milagres, Comum, Sapezinho e Santa Luzia. As demais localidades não têm coleta.

Disposição final dos resíduos urbanos

A disposição final é feita no aterro de Santo Antônio de Jesus.

Conceição do Almeida

Com 18.694 habitantes (IBGE, 2013) Conceição do Almeida apresenta um comércio forte, na sede, de roupas, cama e mesa e utensílios domésticos. Iniciada, pelos "perfumeiros", há cerca de 25 anos. Era, no início, um comércio de perfumes – cujos comerciantes vendiam pelo interior da Bahia e em outros estados. Atualmente, eles tanto compram mercadorias para revender, como fabricam, principalmente, roupas de cama. São cinco distribuidores no município. Chamam a atenção na cidade, as residências de alto padrão desses comerciantes. Utiliza a sede do município de Santo Antônio de Jesus como centro distribuidor.

A sede da prefeitura localiza-se na Praça da Bandeira, que, no momento da visita, se encontrava em manutenção (Figura 222 e Figura 223). A Figura 224 mostra a igreja matriz da cidade. As ruas se apresentavam limpas na visita realizada (Figura 225).



Figura 222 – Sede da prefeitura de Conceição do Almeida



Figura 223 – Praça da bandeira de Conceição do Almeida



Figura 224 – Igreja matriz de Conceição do Almeida



Figura 225 – Ruas limpas de Conceição do Almeida

Coleta de resíduos e serviços de limpeza

Os serviços de limpeza urbana são vinculados à Secretaria de Infraestrutura e contam com um supervisor e dois fiscais, que utilizam motos e bicicletas para acompanhamento e realização dos serviços.

Para a coleta são utilizados três veículos: um coletor compactador alugado da empresa TGE, com motorista e duas caçambas com motorista, também, alugadas de terceiros. A equipe da guarnição da coleta e da varrição é toda contratada pela prefeitura.

A coleta na sede é diária. As podas e entulho são recolhidos separados, de segunda a quinta-feira. O problema maior, segundo a prefeitura, é o não atendimento da população ao horário do veículo e aos dias estabelecidos para apresentação da poda nas calçadas, muitos colocam às sextas-feiras, dia em que não está programado o serviço.

Os resíduos dos serviços de saúde são coletados pelas caçambas, de forma separada, uma ou duas vezes por semana.

Existem três catadores de materiais recicláveis que catam nas ruas, principalmente papelão do comércio e vendem para uma cooperativa em Santo Antônio de Jesus.

Mensalmente, são feitas reuniões com associações de bairros para esclarecer sobre o serviço e a responsabilidade do gerador.

Coleta dos resíduos urbanos dos povoados

A coleta da zona rural – três distritos e cerca de 20 povoados – é feita duas vezes por semana nos mais próximos da sede e, uma vez por semana, nos demais.

Disposição final dos resíduos urbanos

São coletadas 10t/dia, em média, pois é feito o controle da pesagem no aterro de Cruz das Almas onde são dispostos os resíduos.

Podas e entulho são recolhidos e colocados na área do antigo lixão, que foi compactado e recoberto. Os resíduos dos serviços de saúde são acondicionados em sacos mais resistentes e encaminhados para o aterro de Cruz das Almas.

Há uma indústria de calçados no município, mas a prefeitura não sabe informar para onde vão os resíduos dessa atividade.

O Secretário de Agricultura disse que poderiam aproveitar os resíduos orgânicos, em função do município possuir uma extensa área rural, com a pecuária de corte predominante. Em contato com a EBDA, a prefeitura vem estudando a possibilidade de estimular o aproveitamento das podas e os orgânicos para fazer composto orgânico.

Sapeaçu

Com uma população, estimada para 2013, de 17.594 habitantes, é carinhosamente chamada pelos moradores de Sapé. Fica a 33km de Castro Alves. Tem ruas largas e arborizadas com fícus e apresentavam bom nível de limpeza (Figura 226 e Figura 227).



Figura 226 – Sede da prefeitura de Sapeaçu



Figura 227 – Igreja matriz de Sapeaçu

Coleta de resíduos e serviços de limpeza

A limpeza urbana dispõe de quatro caçambas alugadas para fazer a coleta, o pessoal é contratado por meio de uma cooperativa. Tem um encarregado da limpeza urbana, e diariamente, a coleta é feita na sede. Foram implantados cestos para pedestres nas praças.

Segundo informações da prefeitura, existem dois catadores de rua.

No momento, a municipalidade está envolvida em um projeto de pesquisa, em parceria com a UFRB, para o manejo dos resíduos sólidos. O município já teve uma usina de reciclagem e fazia o composto orgânico. O município foi selecionado para um projeto piloto, por ter tido uma experiência anterior com coleta seletiva, e está sendo apoiado pelo colegiado do Território do Recôncavo.

Coleta dos resíduos urbanos dos povoados

A zona rural é composta por dois distritos e 40 povoados. A coleta é feita de forma alternada, podendo variar de uma ou duas vezes por semana.

Disposição final dos resíduos urbanos

Todos os resíduos são encaminhados para o aterro de Cruz das Almas, às margens da BR-101. São dispostos cerca de 40t/dia .

A poda e o entulho não vão para o aterro, são dispostos em área especifica, dentro do município. A coleta dos resíduos de saúde vai separada para o aterro.

Aterro Sanitário de Cruz das Almas

Considerando que dois dos municípios pesquisados depositam seus resíduos no Aterro Sanitário de Cruz das Almas seguem algumas informações sobre esse aterro.

O Aterro Sanitário Integrado de Cruz das Almas, construído pela CONDER e com operação iniciada em dezembro/2006, tem uma área de 15ha e vida útil prevista de 15 anos. O empreendimento é composto de uma célula para os resíduos domiciliares, área destinada aos resíduos de entulho e podas, área para tratamento dos resíduos de serviços de saúde (vala séptica) e estação de tratamento de efluentes (duas lagoas de estabilização), balança para pesagem dos resíduos e área administrativa (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010 *apud* BAHIA, 2006).



Fonte: BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010

Figura 228 – Vista Da Entrada Do Aterro De Cruz Das Almas

O aterro sanitário está sendo operado por meio de uma concessão com a empresa Arqtec Engenharia Ltda, tem a maioria dos atributos de um aterro sanitário, incluindo acesso controlado, estradas de acesso bem cuidadas, áreas de deposição controladas, com compactação por tratores e a aplicação de cobertura intermediária de mais de 50 centímetros de solos nas áreas inativas. A catação não é permitida e a cobertura dos resíduos dispostos é diária (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010).

Em 2010, recebia em torno de 17.000t/ano de resíduos, dos municípios de Cruz das Almas, Sapeaçu, São Felipe e Conceição do Almeida, beneficiando uma população de mais de 113 mil habitantes (BAHIA/SEDUR/CONDER, 2010). Em visita ao aterro, verificou-se que estar sendo operado em boas condições, tendo, no entanto, lixo sem cobertura (Figura 229).



Figura 229 – Vista Do Aterro De Cruz Das Almas Com Uma Camada Sem Cobertura

I. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados levantados, a área afetada diretamente, e a área de influência direta do empreendimento, geram conjuntamente, 3.041,72t/dia de resíduos domiciliares, volume bastante representativo que requer atenção especial, levando-se em conta a previsão de um aumento nessa produção em decorrência do acréscimo populacional de aproximadamente 300.000 pessoas, na região, com a implantação da ponte Salvador/Itaparica.

Muito embora exista, na área de estudo, uma infraestrutura de disposição final de resíduos, que pode ser considerada positivamente acima da média, quando comparada ao conjunto do Estado da Bahia, o esgotamento das áreas dos aterros deverá ser antecipado com o aumento da geração de resíduos. Também as dificuldades para localização de novos aterros tendem a aumentar, em função das disputas de terrenos, decorrentes de uma ocupação urbana mais dinâmica, permeada por conflitos de uso.

Sem dúvida, o planejamento antecipado da ocupação urbana minimizará tais restrições, sendo, para tanto, necessário o adequado dimensionamento e localização

de áreas reservadas para futuros investimentos de disposição e tratamento dos resíduos na região.

O sistema atual dispõe de quatro aterros sanitários, compartilhados entre 11 municípios, dos quais três funcionam adequadamente, obedecendo às normas técnicas operacionais, e um – o Aterro Sanitário Ilha – transformado em lixão, encontra-se em estágio de recuperação. A operação de três dos aterros é realizada por prestadores de serviço e o Metropolitano Centro está concessionado ao setor privado. Depositam em lixão, apenas, 5 municípios que geram pequenas quantidades de resíduos, equivalente a pouco mais de 25t/dia, representando menos de 1% do total gerado na área de estudo.

A concentração populacional da área em estudo, no município de Salvador, reflete conseqüentemente, na concentração da geração de resíduos, com volumes estimados em torno de 80.000t/mês. Tendo um modelo tecnológico, concebido há mais de 20 anos, que prevê um tratamento diferenciado das várias partes dos resíduos sólidos, as dificuldades operacionais ainda são visíveis pela presença de pontos de lixo em vias urbanas, o que distancia o município da condição de possuir um sistema de gestão, que possa ser qualificado como integrado e sustentável, muito embora a disposição dos resíduos tenha padrões tecnicamente adequados.

Considerando a infraestrutura existente, a legislação em vigor, as propostas contidas no Plano de Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para o Estado da Bahia e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) para a área de influência do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, os novos investimentos para melhoria do manejo dos resíduos na área em estudo, além de incluírem as projeções populacionais com a implantação da ponte, deverão incorporar os princípios da não geração, reutilização, reciclagem, compostagem e a disposição final dos resíduos remanescentes, com soluções ambientalmente adequadas para os sistemas de resíduos sólidos da região, embasados nas seguintes estratégias:

a) **Prevenção da geração** dos resíduos por meio da redução na origem, da mobilização social e educação ambiental em saneamento/resíduos sólidos;
b) **Desvio de resíduos da disposição em aterro**, por meio de: Coleta seletiva e reciclagem com inclusão social de catadores de materiais recicláveis e organização de cooperativas; Galpão de triagem e comercialização de recicláveis; Posto de Entrega Voluntária (PEV) de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e Unidade de compostagem.

c) **Disposição em aterro sanitário dos resíduos remanescentes** cuja geração não possa ser evitada ou absorvida, inclusive rejeitos da reciclagem e compostagem;

d) Rearranjo dos municípios para compartilhar aterros inclusive os já existentes com requalificação e encerramento de lixões;

e) Apoio ao gerenciamento incluindo estudos para modelos de gestão e para viabilidade técnica e econômica.

A data limite de 2 de agosto de 2014, estabelecida pela Lei 12.305/2010,para o encerramento dos lixões sinaliza a urgência no processo decisório para a solução das pendências de cumprimento da lei por parte dos municípios que ainda dispõem em lixões seus resíduos urbanos. As ações saneadoras dessa situação devem ser consideradas como pré investimentos, necessários e antecipados aos investimentos da ponte e dos sistemas viários associados.O quadro abaixo apresenta os possíveis arranjos para o sistema de disposição finalna região.

Quadro 109 – Compartilhamento existente de aterros sanitarios e possíveis arranjos para acabar com os lixões existentes

Arranjo	Município	Destino final atual	Proposta de compartilhamento	Distancia p/ aterro (km)	Geração de residuos domiciliar (t/dia)	Total de residuos por agrupamento	% total
1	Salvador	Aterro Metropolitano Centro	-	20	2.711,64	2.922,27	96,07
	Simões Filho			8	81,56		
	Lauro de Freitas			16,4	129,07		
2	Itaparica	Aterro Sanitário Ilha (em recuperação)	-	25,9	11,16	34,32	1,13
	Vera Cruz			15,9	19,48		
	Salinas da Margarida			50,7	2,91		
	Jaguaripe – praia: Mutá, Barreiras da Jacuruna, Pirajuia, Cações			39,2	0,77		
3	Jaguaripe – Sede	Lixão	Aterro Sanitário de Valença	50,6	1,56	1,56	0,05
			Aterro Sanitário de Sto. Antônio de Jesus	54,3			
4	Santo Antônio de Jesus	Aterro Sanitário de Santo Antônio de Jesus	-	8	51,99	76,84	2,53
	Dom Macedo Costa			18	0,75		
	Varzedo			32	1,4		
	Aratuipe	Lixão	Aterro Sanitário de	40	2,35		
	Castro Alves			36,9	6,69		

	Nazaré		Sto. Antônio de Jesus	33,5	12,21		
	Muniz Ferreira			15	1,45		
5	Conceição do Almeida	Aterro Sanitário de Cruz das Almas	Aterro Sanitário de Sto. Antônio de Jesus	13,2 36,7	3,3	6,73	0,22
	Sapeaçu		-	18,1	3,43		
TOTAL					**3.041,72**	**3.041,72**	**100,00**
	MUNICÍPIOS AINDA COM LIXÃO						

Com referência à gestão percebe-se que os pequenos municípios simplificam a gestão dos resíduos por desconhecimento de como fazer, ainda que seus gestores sejam informados da capacidade poluidora dos resíduos. Nos municípios pesquisados, a exceção dos três maiores, a gestão é feita de forma bem simplificada, sendo necessários investimentos em qualificação e educação ambiental, considerando que existem resíduos que não podem ser dispostos no solo como pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, assim como remédios vencidos e lubrificantes.

Por fim, coube avaliar a adequação dos municípios ao que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e para tanto, foram atribuídos requisitos de organização que evidenciassem em que pontos a gestão está ou não adequada.

Os requisitos avaliados foram: i) existência de política municipal de resíduos sólidos; ii) existência de estrutura organizacional específica para o manejo dos resíduos sólidos do município; iii) existência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos; iv) efetivo acompanhamento com controles (gerenciamento) dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; v) coleta e disposição diferenciada por tipo de resíduo; vi) coleta seletiva e vii) disposição adequada dos resíduos

Para o processo de avaliação foi considerado adequado o município que atendesse a todos os requisitos, o que atendesse 3 itens, foi considerado como necessitando adequações, o que possuísse 2 e 1 itens, foi classificado como minimamente adequado e o que não atendesse qualquer dos requisitos, considerado como tendo gestão inadequada (Quadro 104 – Avaliação do nível de gestão encontrado nos municípios da ada e da).

Quadro 110 – Avaliação do nível de gestão encontrado nos municípios da ADA e da AID

MUNICIPIO	Existência de política de resíduos sólidos	Existência de estrutura de gestão municipales pecífica para resíduos/limpeza urbana	Existência plano gestão integrada resíduos sólidos	efetivo acompanhamento gerenciamento dos serviços de limpeza urbana	Coleta e disposição diferenciados por tipo de resíduos	Existência de coleta seletiva	Disposição adequada dos resíduos
Aratuípe							
Castro Alves							
Conceiçao do Almeida							
Dom Macedo Costa							
Itaparica*							
Jaguaripe *							
Lauro de Freitas							
Muniz Ferreira							
Nazaré							
Salinas*							
Salvador							
Santo Antônio de Jesus							
Sapeaçu							
Simões Filho							
Varzedo							
Vera Cruz*							

Assim, pode se constatar que os municípios com maior população tendem a se preocupar mais em dar solução positiva ao manejo dos seus resíduos, evidentemente que o volume de resíduos é norteador da gravidade do problema e, por conseguinte requerem maior atenção na questão.

Por fim, cabe ressaltar, que o projeto de construção da Ponte Salvador / Ilha de Itaparica sobre a Baía de Todos os Santos, está associado a outras obras, como a duplicação da Rodovia BA-001 do trecho de chegada até à Ponte do Funil e outros empreendimentos complementares, integrados ao Projeto do Sistema Viário Oeste (SVO), que poderão canalizar investimentos para a infraestrutura urbana, e em particular no segmento de resíduos sólidos.

2.2.4.6. Educação

A. Identificação do número de unidades da rede de ensino público e privado e sua capacidade de atendimento

Este item apresenta um diagnóstico referente à rede de educação básica, nos municípios da ADA e AID, no que se refere aos estabelecimentos, capacidade de atendimento, perfil de gestão (rede pública municipal, estadual e federal) e possíveis desafios referentes ao cenário de implantação do empreendimento.

O desenho institucional das políticas educacionais tem privilegiado um equilíbrio de responsabilidades entre os entes federativos. Neste sentido, ao analisar o número de estabelecimentos e a sua localização (situação de domicílio), conforme o quadro abaixo é possível perceber, entre os municípios da ADA, um número significativo de estabelecimentos na área urbana, uma vez que é maior a quantidade de habitantes.

Esses estabelecimentos da área urbana respondem por todos os níveis de ensino, porém, a rede pública estadual possui a responsabilidade efetiva na oferta e gestão escolar do ensino médio. Nos municípios de Itaparica e Vera Cruza rede pública estadual é a única responsável em administrar estabelecimentos de ensino médio em áreas urbanas e rurais

Quadro 111 – Número de estabelecimentos de ensino por município, situação de domicílio, dependência administrativa, nível de ensino, 2011

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
Itaparica	Rural	Municipal	Educação Infantil	1
			Ensino Fundamental	1
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	3
			Ensino Fundamental	2
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	10
			Educação de Jovens e Adultos	5
			Ensino Fundamental	16
Salvador	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
		Municipal	Educação Infantil	9
			Educação de Jovens e Adultos	4
			Ensino Fundamental	9
		Privada	Educação Infantil	2
			Ensino Fundamental	1

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	200
			Ensino Fundamental	198
			Ensino Médio	147
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	266
			Educação de Jovens e Adultos	183
			Ensino Fundamental	341
		Privada	Educação Infantil	325
			Educação de Jovens e Adultos	7
			Ensino Fundamental	226
			Ensino Médio	85
Vera Cruz	Rural	Municipal	Educação Infantil	26
			Educação de Jovens e Adultos	16
			Ensino Fundamental	39
		Privada	Educação Infantil	3
			Ensino Fundamental	1
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	3
			Ensino Fundamental	3
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	6
			Educação de Jovens e Adultos	3
			Ensino Fundamental	11
		Privada	Educação Infantil	1
			Ensino Fundamental	3
Aratuípe	Rural	Municipal	Educação Infantil	20
			Ensino Fundamental	20
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	6
			Ensino Fundamental	8
		Privada	Educação Infantil	2
			Ensino Fundamental	2
Castro Alves	Rural	Municipal	Educação Infantil	31
			Educação de Jovens e Adultos	4
			Ensino Fundamental	35
			Ensino Médio	1
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	6
			Educação de Jovens e Adultos	2
			Ensino Fundamental	9
		Privada	Educação Infantil	4

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
			Ensino Fundamental	4
Conceição do Almeida	Rural	Municipal	Educação Infantil	17
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	21
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2
			Ensino Fundamental	2
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	4
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	5
		Privada	Educação Infantil	3
			Ensino Fundamental	4
			Ensino Médio	1
Dom Macedo Costa	Rural	Municipal	Educação Infantil	3
			Educação de Jovens e Adultos	3
			Ensino Fundamental	3
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	2
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
Jaguaripe	Rural	Municipal	Educação Infantil	25
			Educação de Jovens e Adultos	6
			Ensino Fundamental	34
			Ensino Médio	5
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	2
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	3
		Privada	Educação Infantil	1
Lauro de Freitas	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	7
			Ensino Fundamental	5
			Ensino Médio	6
		Municipal	Educação Infantil	49
			Educação de Jovens e Adultos	22
			Ensino Fundamental	67
		Privada	Educação Infantil	11
			Ensino Fundamental	10
			Ensino Médio	8
Muniz Ferreira	Rural	Municipal	Educação Infantil	11
			Educação de Jovens e Adultos	2
			Ensino Fundamental	13

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	3
			Educação de Jovens e Adultos	2
			Ensino Fundamental	5
Nazaré das Farinhas	Rural	Municipal	Educação Infantil	14
			Educação de Jovens e Adultos	6
			Ensino Fundamental	14
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	3
			Ensino Fundamental	3
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	20
			Educação de Jovens e Adultos	16
			Ensino Fundamental	20
		Privada	Educação Infantil	6
			Ensino Fundamental	6
			Ensino Médio	1
Salinas da Margarida	Rural	Municipal	Educação Infantil	3
			Educação de Jovens e Adultos	6
			Ensino Fundamental	8
			Ensino Médio	1
	Urbana	Estadual	Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	9
			Educação de Jovens e Adultos	5
			Ensino Fundamental	6
		Privada	Educação Infantil	2
			Ensino Fundamental	2
Santo Antônio de Jesus	Rural	Municipal	Educação Infantil	22
			Educação de Jovens e Adultos	13
			Ensino Fundamental	22
		Privada	Educação Infantil	2
			Ensino Fundamental	1
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	11
			Ensino Fundamental	11
			Ensino Médio	3
		Municipal	Educação Infantil	14
			Educação de Jovens e Adultos	10
			Ensino Fundamental	16
		Privada	Educação Infantil	35
			Ensino Fundamental	28
			Ensino Médio	4
Sapeaçu	Rural	Estadual	Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	20
			Ensino Fundamental	20

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Estabelecimentos (Und)
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	2
			Ensino Fundamental	2
			Ensino Médio	2
		Municipal	Educação Infantil	3
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	9
		Privada	Educação Infantil	3
			Ensino Fundamental	3
Simões Filho	Rural	Municipal	Educação Infantil	22
			Educação de Jovens e Adultos	8
			Ensino Fundamental	27
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	8
			Ensino Fundamental	8
			Ensino Médio	8
		Federal	Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	28
			Educação de Jovens e Adultos	11
			Ensino Fundamental	38
		Privada	Educação Infantil	7
			Ensino Fundamental	7
			Ensino Médio	1
Varzedo	Rural	Municipal	Educação Infantil	11
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	13
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Médio	1
		Municipal	Educação Infantil	2
			Educação de Jovens e Adultos	1
			Ensino Fundamental	3
		Privada	Educação Infantil	1
			Ensino Fundamental	1

Fonte: SEI/SEC.

A quantidade de estabelecimentos e o tipo ofertado nos municípios referem-se ao modo de vida rural ou urbano, sendo que a oferta de vagas na área rural fica, de uma maneira geral, sob a gestão do município.

Os municípios pertencentes à AID mantêm similaridade com os da ADA, já que a rede municipal mostra-se responsável pelos estabelecimentos que ofertam educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tais níveis também estão sob a responsabilidade da rede estadual, com exceção do ensino infantil, que se encontra “municipalizado”.

O ensino médio, além de estar sob a gestão da rede pública estadual, mostra-se concentrado na área urbana, uma vez que, segundo estudos de população[78], agrega a maior parte dos jovens em idade escolar. Conforme as informações colhidas nas observações de campo, os municípios (ADA e AID) contam com transporte escolar para o deslocamento dos alunos até os estabelecimentos situados em área urbana.

A modalidade de EJA é fundamental para a inclusão de um segmento crucial da população, sobretudo dos pequenos municípios, já que abrange aqueles indivíduos que necessitam dessa formação para aproveitar oportunidades vislumbradas no mundo do trabalho. Desse modo, todos os municípios da ADA e AID ofertam esse nível de ensino, inclusive em área rural, o que facilita o acesso, especialmente para um perfil de aluno que tem nos estudos uma segunda ou terceira jornada de atividades, uma vez que, na maioria dos casos, busca conciliar a formação com o trabalho dentro e fora de casa.

É importante ressaltar que, em alguns municípios da AID (Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, entre outros), há um número significativo de estabelecimentos localizados em área rural, o que reforça o acesso à educação básica. Atualmente, nesses municípios, há a regularidade de oferta significativa de educação, uma vez que os recursos utilizados são de natureza federal, o que facilita a regularidade das políticas educacionais, apesar de ainda ser perceptível um conjunto de desafios para a efetivação da qualidade do sistema educacional brasileiro, em parte inerente ao orçamento limitado do setor, embora se esteja em um momento de expansão do orçamento federal da educação.

Os municípios com maior destaque no que se refere ao número de estabelecimentos da rede privada de ensino pertencem à Região Metropolitana de Salvador (RMS). No entanto, uma grande parte dos municípios da ADA e AID possuem rede privada de ensino em diversos níveis. A existência desses estabelecimentos concentra-se na área urbana, nos níveis infantil e fundamental. A parca oferta de vagas no ensino médio pela rede privada talvez derive de um quesito “concorrencial”, já que algumas famílias que rejeitam a rede pública buscam investir na formação dos seus jovens nos grandes polos urbanos (Salvador, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana), visando o ingresso no ensino superior.

[78] Cf. itens deste Estudo referente á população na ADA e AID.

Quadro 112 – Matrícula Inicial por Município, Situação de Domicílio, Dependência Administrativa, Nível de Ensino, 2011

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
Itaparica	Rural	Municipal	Educação Infantil	18
			Ensino Fundamental	39
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	372
			Ensino Fundamental	826
			Ensino Médio	750
		Municipal	Educação Infantil	504
			Educação de Jovens e Adultos	296
			Ensino Fundamental	2.201
Salvador	Rural	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	306
			Ensino Fundamental	299
		Municipal	Educação Infantil	345
			Educação de Jovens e Adultos	86
			Ensino Fundamental	721
		Privada	Educação Infantil	153
			Ensino Fundamental	18
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	70.353
			Ensino Fundamental	123.168
			Ensino Médio	90.451
		Federal	Educação de Jovens e Adultos	68
			Ensino Fundamental	467
			Ensino Médio	2.242
		Municipal	Educação Infantil	16.087
			Educação de Jovens e Adultos	23.723
			Ensino Fundamental	103.547
		Privada	Educação Infantil	24.868
			Educação de Jovens e Adultos	2.344
			Ensino Fundamental	58.021
			Ensino Médio	18.064
Vera Cruz	Rural	Municipal	Educação Infantil	1.219
			Educação de Jovens e Adultos	697
			Ensino Fundamental	5.079
		Privada	Educação Infantil	93
			Ensino Fundamental	151
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	767
			Ensino Fundamental	957
			Ensino Médio	1.096
		Municipal	Educação Infantil	370
			Educação de Jovens e Adultos	68
			Ensino Fundamental	918
		Privada	Educação Infantil	15
			Ensino Fundamental	336
Aratuípe	Rural	Municipal	Educação Infantil	114
			Ensino Fundamental	376
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	42
			Ensino Fundamental	266
			Ensino Médio	306
		Municipal	Educação Infantil	262

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
			Ensino Fundamental	1.202
		Privada	Educação Infantil	77
			Ensino Fundamental	84
Castro Alves	Rural	Municipal	Educação Infantil	343
			Educação de Jovens e Adultos	108
			Ensino Fundamental	1.889
			Ensino Médio	132
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	77
			Ensino Médio	1.066
		Municipal	Educação Infantil	538
			Educação de Jovens e Adultos	376
			Ensino Fundamental	2.692
		Privada	Educação Infantil	247
			Ensino Fundamental	573
Conceição do Almeida	Rural	Municipal	Educação Infantil	277
			Educação de Jovens e Adultos	17
			Ensino Fundamental	684
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	194
			Ensino Fundamental	719
			Ensino Médio	576
		Municipal	Educação Infantil	157
			Educação de Jovens e Adultos	43
			Ensino Fundamental	726
		Privada	Educação Infantil	107
			Ensino Fundamental	246
			Ensino Médio	12
Dom Macedo Costa	Rural	Municipal	Educação Infantil	50
			Educação de Jovens e Adultos	43
			Ensino Fundamental	173
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	167
			Ensino Fundamental	349
			Ensino Médio	112
		Municipal	Educação Infantil	115
			Educação de Jovens e Adultos	27
			Ensino Fundamental	207
Jaguaripe	Rural	Municipal	Educação Infantil	462
			Educação de Jovens e Adultos	90
			Ensino Fundamental	3.172
			Ensino Médio	613
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	36
			Ensino Fundamental	217
			Ensino Médio	131
		Municipal	Educação Infantil	76
			Educação de Jovens e Adultos	27
			Ensino Fundamental	497
		Privada	Educação Infantil	65
Lauro de Freitas	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	3.153
			Ensino Fundamental	2.116
			Ensino Médio	4.723
		Municipal	Educação Infantil	3.371
			Educação de Jovens e Adultos	3.195

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
			Ensino Fundamental	20.262
		Privada	Educação Infantil	1.032
			Ensino Fundamental	4.091
			Ensino Médio	1.062
Muniz Ferreira	Rural	Municipal	Educação Infantil	80
			Educação de Jovens e Adultos	29
			Ensino Fundamental	259
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	101
			Ensino Fundamental	169
			Ensino Médio	246
		Municipal	Educação Infantil	131
			Educação de Jovens e Adultos	107
			Ensino Fundamental	618
Nazaré das Farinhas	Rural	Municipal	Educação Infantil	106
			Educação de Jovens e Adultos	88
			Ensino Fundamental	370
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	430
			Ensino Fundamental	1.511
			Ensino Médio	1.255
		Municipal	Educação Infantil	874
			Educação de Jovens e Adultos	489
			Ensino Fundamental	2.178
		Privada	Educação Infantil	205
			Ensino Fundamental	418
			Ensino Médio	89
Sapeaçu	Rural	Estadual	Ensino Médio	201
		Municipal	Educação Infantil	296
			Ensino Fundamental	565
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	121
			Ensino Fundamental	798
			Ensino Médio	761
		Municipal	Educação Infantil	319
			Educação de Jovens e Adultos	47
			Ensino Fundamental	1.813
		Privada	Educação Infantil	173
			Ensino Fundamental	230
Simões Filho	Rural	Municipal	Educação Infantil	1.075
			Educação de Jovens e Adultos	709
			Ensino Fundamental	3.762
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	1.954
			Ensino Fundamental	3.166
			Ensino Médio	4.951
		Federal	Ensino Médio	445
		Municipal	Educação Infantil	2.714
			Educação de Jovens e Adultos	2.106
			Ensino Fundamental	10.595
		Privada	Educação Infantil	601
			Ensino Fundamental	1.623
			Ensino Médio	63
Varzedo	Rural	Municipal	Educação Infantil	97
			Educação de Jovens e Adultos	13

Município	Situação de Domicílio	Dependência Administrativa	Nível de Ensino	Quantidade de Matrícula (Und)
			Ensino Fundamental	760
	Urbana	Estadual	Educação de Jovens e Adultos	78
			Ensino Médio	287
		Municipal	Educação Infantil	114
			Educação de Jovens e Adultos	11
			Ensino Fundamental	915
		Privada	Educação Infantil	44
			Ensino Fundamental	39

Fonte: SEI/SEC.

No quadro acima, é possível observar o número de matrículas nos municípios da ADA e AID. Destacam-se as matrículas no ensino fundamental, em todos os municípios, na rede pública, sendo que a grande parte das matrículas está concentrada na área urbana, cuja oferta está determinada pela presença da população nesta área.

Vale destacar o protagonismo da EJA, com uma quantidade significativa de matrículas, especialmente na área rural. A oferta desse nível de ensino torna crucial o desenvolvimento social de segmentos para os trabalhadores que estiveram detidos, em relação ao mundo do trabalho, dentro e fora do universo doméstico, notadamente as mulheres. Neste sentido, a EJA não se limita à inclusão da população em melhores condições de “empregabilidade”, mas permite a criação de novas “narrativas” no mundo social e político, estabelecendo dignidade e condição de cidadania. A presença da EJA é marcante na área rural e urbana sob a gestão da rede pública municipal e estadual.

A maior oferta de matrículas está na área urbana, sobretudo pela concentração populacional, mas trata-se de uma escolha administrativa em alguns casos (como o ensino médio). No entanto, diante da distância e seguindo parâmetros constitucionais, são ofertadas matrículas tanto na área rural quanto na área urbana, em todos os municípios.

De maneira geral, as matrículas no ensino médio são ofertadas em área urbana pela rede pública estadual, apesar de que há, em alguns municípios (Jaguaripe, por exemplo), ofertas de matrículas no ensino médio. Outro nível de ensino que se destaca na quantidade de matrícula é a educação infantil, havendo oferta nas áreas rural e urbana, em todos os municípios da ADA e AID. A educação infantil é essencial no processo de sociabilidade e formação da criança, fortalecendo as etapas

concernentes à educação básica e o tempo recomendado de estudos para o cumprimento deste ciclo.

A rede privada de ensino responde pela menor oferta de matrículas, proporcionalmente, em comparação com a rede pública. Praticamente todos os municípios apresentam oferta de vagas na rede privada, em área urbana, referente a todos os níveis de ensino, destacando-se o ensino fundamental e médio. Os municípios com maior desenvolvimento socioeconômico possuem mais matrículas na rede privada, pelo fato de ser um serviço caro e oneroso às classes médias, além do que algumas famílias, nesses municípios, preferem matricular os filhos em escolas de ensino médio com bom rendimento em vestibulares, em geral situadas nos municípios de destaque na região (Salvador, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana).

Possíveis carências

A identificação do ensino médio com o acesso às universidades vem se caracterizando como uma prática, uma vez que cursar o ensino superior deixou de constituir uma "condição social" para tornar-se uma formação profissional consolidada em termos de oportunidade de emprego e renda. Desse modo, a incapacidade na implementação de políticas públicas para ajudar na permanência dos jovens nas escolas até o fim do ciclo do ensino básico constitui uma das principais carências do setor.

No quadro abaixo, é possível observar a proporção de jovens que abandonam o ensino médio nos municípios da ADA e AID, ou seja, as taxas de aprovação, reprovação e abandono da vida escolar, no ano de 2011.

Quadro 113 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio, por município, 2011

Município	Taxas (%)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
Itaparica	68,0	24,1	7,9
Salvador	63,5	22,3	14,2
Vera Cruz	44,0	31,9	24,1
Aratuípe	78,4	9,8	11,8
Castro Alves	84,1	13,8	2,1
Conceição do Almeida	76,3	11,5	12,2
Dom Macedo Costa	92,0	4,5	3,5

Município	Taxas (%)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
Jaguaripe	73,9	13,4	12,7
Lauro de Freitas	65,4	24,1	10,5
Muniz Ferreira	72,2	20,0	7,8
Nazaré das Farinhas	67,7	29,8	2,5
Salinas da Margarida	68,5	11,6	19,9
Santo Antônio de Jesus	72,2	17,2	10,6
Sapeaçu	81,6	13,9	4,5
Simões Filho	63,3	23,4	13,3
Varzedo	76,7	17,4	5,9

Fonte: SEC[79].

As taxas de reprovação no ensino médio dos municípios da ADA e AID apresentam resultados com proporções semelhantes, já que todos eles possuem reprovação de até um terço dos alunos matriculados em 2011. Esta proporção pode ser considerada elevada, especialmente nos casos de Vera Cruz (31,9%), Nazaré das Farinhas (29,8%), Itaparica (24,1%), Simões Filho (23,4%) e Salvador (22,3%).

Segundo especialistas, o fenômeno da retenção é multicausal:

> Em suas pesquisas, Tais encontrou outras causas importantes para a retenção. Com base nos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2008, ela afirma com segurança que a maior parte dos concluintes do ensino médio daquele ano eram os primeiros na família a chegar e a se graduar nessa etapa. Esse ambiente cultural de antecedentes de fracasso pesa sobre o aluno, tanto na expectativa da família sobre ele quanto na que ele tem de si próprio", analisa Tais. Por isso, quanto mais esse jovem está segregado em um bairro em que a maioria não cursou ou não conseguiu concluir a educação básica, menos expectativa existe de que ele conclua seus estudos com sucesso, o que se reflete em reprovação e em evasão. Segundo Tais, há ainda uma mudança na imagem da escola e da educação. Antes, havia um consenso de que o diploma dessa etapa era sinônimo de melhores oportunidades de trabalho e de alguma ascensão social. Hoje, o certificado é condição necessária para qualquer

[79] Disponível no Anuário Estatístico da Educação da Bahia, via site da SEC: <www.sec.ba.gov.br> Acesso em 08/abr. 2014.

> emprego, mas não representa mais uma garantia sequer de trabalho. Assim, o conteúdo visto em sala de aula é muitas vezes questionado pelos estudantes, que não entendem como aquilo será útil para a vida profissional[80].

Neste sentido, é possível afirmar que as altas taxas de reprovação podem ter como motivação problemas inerentes à infraestrutura, estratégias de aprendizagem e a vida social na qual os estudantes estão inseridos cotidianamente. Dessa maneira, a reprovação aponta para uma carência do processo educacional, assim como o abandono, percentualmente significativo, nos municípios da ADA e AID. Os municípios que obtiveram maior taxa de abandono foram: Vera Cruz (24,1%), Salinas da Margarida (19,9%), Salvador (14,2%) e Simões Filho (13,3%). O abandono pode ter como uma das causas a busca por ocupação remunerada, já que jovens alunos são vistos culturalmente como "úteis" para a geração da renda familiar. O caso mais emblemático foi o de Vera Cruz, onde praticamente um entre quatro alunos abandonou a escola em 2011.

Estas altas taxas de reprovação e abandono sugerem talvez a necessidade de investigações meticulosas em tornos das possíveis carências presentes na gestão escolar, dentro e fora das salas de aula, uma vez que, além da condição social adversa por parte do alunado, é fundamental compreender qual o papel da escola nesses casos.

[80] Mais informações sobre esta temática em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp> Acesso em 07/abr. 2014.

Quadro 114 – Número de estabelecimentos de ensino que possuem quadra de esportes por município, localização e dependência administrativa. Bahia, 2011

Municípios	Número de Estabelecimentos								
	Total	Urbana				Rural			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Itaparica	2	–	2	–	–	–	–	–	–
Salvador	375	2	191	61	120	–	1	–	–
Vera Cruz	5	–	2	–	–	–	–	3	–
Aratuípe	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Castro Alves	3	–	1	1	–	–	–	1	–
Conceição do Almeida	1	–	1	–	–	–	–	–	–
Dom Macedo Costa	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Jaguaripe	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lauro de Freitas	24	–	4	10	10	–	–	–	–
Muniz Ferreira	1	–	1	–	–	–	–	–	–
Nazaré das Farinhas	4	–	2	–	2	–	–	–	–
Salinas da Margarida	8	–	1	3	2	–	–	2	–
Santo Antônio de Jesus	18	–	9	–	7	–	–	1	1
Sapeaçu	5	–	2	–	2	–	1	–	–
Simões Filho	14	1	6	3	2	–	–	2	–
Varzedo	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: SEC[81].

Foi pensando em outros fatores relacionados às dependências escolares que se buscou observar as condições de infraestrutura das escolas, especialmente, nesse caso, a existência de quadra de esportes nos estabelecimentos, pois sabe-se a importância da educação física na possibilidade de aprendizagem em torno da saúde física e mental, mas também a construção de elos intersubjetivos, baseados em valores como cooperação, solidariedade, disciplina etc.

No âmbito qualitativo, há algumas reclamações referentes à qualidade do serviço educacional nos municípios, especialmente transporte escolar e a infraestrutura das escolas (laboratórios, equipamentos, projetos etc.). Esse quadro de carência torna-se

[81] Disponível em <www.sec.ba.gov.br> Acesso em 09 de abril de 2014.

ainda mais potencial no ensino médio, quando os jovens vivem a expectativa de aumentar os recursos materiais para dar conta da sua inclusão em um novo mundo social (afirmação do consumo, lazer, identidades, sexualidade etc.), perpassando igualmente pela aprovação no ensino superior. O desencanto com a escola pode ser reiterado pela sua incapacidade de dar respostas concretas a este mundo, sobretudo, quando se tem uma rede pública de ensino superior limitada (ou mesmo "elitizada"). O ensino técnico tem surgido como uma possibilidade concreta para estes jovens, diante de programas estaduais e federais de ensino profissional[82].

Em relação à infraestrutura das escolas, é possível observar, no quadro anterior, queo número total de escolas com quadras de esporte é bem inferior ao total de estabelecimentos existentes**.** Como a maioria dos alunos está matriculada na rede pública municipal e estadual, essa proporção é ainda menor, já que a quantidade de equipamentos na rede privada atende a uma proporção menor de alunos.

Na AID, é possível perceber a inexistência de quadras em quatro municípios: Aratuípe, Dom Macedo Costa, Jaguaripe e Varzedo. Nos demais municípios, a quantidade não é significativa, além do que a existência não assegura um bom estado de conservação destes equipamentos. Este problema é somente a "ponta do *iceberg*" do que representa a condição infraestrutural dos estabelecimentos nos municípios pesquisados. Estas carências são multicausais, pois não dependem de uma linha de ação da esfera estatal em termos de políticas públicas.

Analisando-se, com dados primários e secundários, orientados a diagnosticar o sistema educacional dos municípios da ADA e AID, é possível perceber que há indicadores de oferta de vagas e regularização dos serviços naqueles municípios, conforme orientações indicadas nas diretrizes da educação básica estabelecidas pela Conferência Nacional de Educação e demais políticas públicas em andamento, sob a responsabilidade do MEC.

A regularização dos serviços é potencializada pela inserção socioeconômica da área junto a municípios maiores e à capital, o que reforça a eficácia de políticas públicas

[82] O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) tem sido responsável por centenas de matrículas na Bahia, especialmente na RMS, o que beneficia municípios da ADA e AID. Este programa soma-se à expansão da rede estadual e federal de ensino técnico. A rede federal, através do IFBA e IFBAIANO, está presente em Lauro de Freitas, Simões Filho e Salvador.

educacionais. No entanto, o cenário diante da implantação do empreendimento pode apontar para o aumento de deficiências em relação à qualidade dos serviços prestados (eficácia na implementação dessas políticas), especialmente no que se refere à educação básica. O ensino profissional e superior nesses municípios tem avançado diante de políticas públicas federalizadas (FIES, PROUNI, PRONATEC, etc.), mostrando-se viável para a inserção da população local na geração de empregos, com a possível implantação do empreendimento.

2.2.4.7. Saúde

A. Área Diretamente Afetada – ADA

Os municípios que compõem a ADA possuem uma estrutura de serviço de saúde mais complexa do que a maioria dos municípios da AID. Itaparica, Salvador e Vera Cruz possuem juntos ampla diversidade de profissionais e de serviços de saúde à disposição da população. Mas, por serem grandes e populosos, esses dados não significam que os municípios possuam saúde de qualidade. Ao contrário, os indicadores sugerem que são locais carentes em saúde, da básica à complexa.

Salvador, o maior dos municípios envolvidos nesse estudo, e com a melhor estrutura de saúde, possui uma cobertura do Programa Saúde da Família muito incipiente, considerada a pior dentre as capitais do país. Os hospitais de Salvador, públicos e particulares, também não oferecem leitos que cubram as necessidades da população.

Os municípios da ADA caracterizam-se, assim como os da AID, por um precário sistema de saúde e altos índices de violência e por possuírem indicadores elevados de morbidades e mortalidades por causas evitáveis.

Salvador

O município de Salvador possui uma infraestrutura de saúde composta por complexa rede de serviços de saúde, desde a saúde básica a procedimentos de alta complexidade. Caetano e Dain dizem que

A despeito dos avanços obtidos nos últimos quinze anos, em direção à universalidade à saúde, não se consolidou uma ruptura com o modelo de atenção tradicional e historicamente hegemônico no país, centrado na doença, concentrando majoritariamente ações e recursos para o tratamento ou abordagem restrita de riscos. Configura-se, portanto, como um modelo de cunho curativo, que privilegia uma

medicina de alto custo, exercida de forma verticalizada e excludente. Além disso, inviabiliza práticas interdisciplinares e intersetoriais coerentes com intervenções sobre os múltiplos fatores que sabidamente são determinantes do processo saúde – doença. (...) Apesar da grande expectativa de que o PSF (Programa Saúde da Família) possa vir a ser a estratégia de reestruturação da saúde básica e das mudanças recentes nas condições políticas, institucionais e de financiamento, destinadas a acelerar esse processo, poucas foram as cidades com sistemas de saúde complexos em que o programa foi introduzido como estratégia substitutiva do modelo assistencial. Na grande maioria das cidades de médio e grande portes, o PSF ainda é uma estratégia focalizada de expansão dos cuidados de saúde, voltada a grupos populacionais sob maior risco social e expostos a precárias condições sanitárias. (p. 13 e 14, 2002).

Segundo o Ministério Público[83] e site de notícias UOL[84], Salvador tem a menor cobertura do Programa Saúde da Família entre as capitais do país, o equivalente a 18,4% de cobertura em 2013. Esses dados revelam que a infraestrutura do município de Salvador é insuficiente para atender e garantir os direitos básicos de acesso à saúde. Segundo o site da UOL, "A secretaria admite que há problemas como a ausência de recursos humanos e a má distribuição da rede. O Programa Saúde da Família foi criado historicamente em Salvador, sem fazer uma descrição correta de área, o que criou um sistema desorganizado e desestruturado em relação a profissionais. A determinação do prefeito foi, no primeiro momento, recuperar a rede de atenção básica e reorganizar a distribuição das equipes nos distritos sanitários, o que, aliado com a convocação dos profissionais aprovados em concurso e com as inscrições em programas federais (Provab e Mais Médicos), fizeram avançar, hoje, em 50%, os serviços de atenção básica.

O serviço hospitalar da cidade, tanto público quanto privado, também não é suficiente para atender à demanda. No último ano houve várias reportagens sobre a espera em longas filas e dificuldade de acesso aos serviços, como nas reportagens sobre a espera no Hospital Aristides Maltez[85] e no Hospital Santa Isabel[86]

[83] Informações retiradas do site http://www.mpba.mp.br/atuacao/saude/informes.asp, acessado em 26/04/2014.
[84] Informações retiradas do site http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/09/13/salvador-tem-a-menor-cobertura-do-psf-entre-as-capitais.htm, acessado em 26/04/2014.
[85] Informações retiradas do site http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/09/centenas-de-pessoas-fazem-fila-por-atendimento-em-hospital-de-salvador.html , acessado em 26/04/2014.

Quadro 115 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimentoem Salvador

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	4	-	-	-	4
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	12	-	-	-	12
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	118	1	9	-	128
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	18	11	625	1	655
Consultório Isolado	1	-	1.128	-	1.129
Cooperativa	-	-	12	-	12
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	1	-	15	-	16
Hospital Dia	2	1	32	-	35
Hospital Especializado	12	4	12	-	28
Hospital Geral	10	7	16	-	33
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	1	-	-	-	1
Policlínica	1	9	231	-	241
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	3	-	13	-	16
Pronto Socorro Geral	7	-	-	-	7
Secretaria de Saúde	12	-	-	-	12
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	2	-	2
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	2	-	207	-	209
Unidade de Vigilância em Saúde	2	-	-	-	2
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1	-	7	-	8
Unidade Móvel Terrestre	3	-	-	-	3
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	**210**	**33**	**2.309**	**1**	**2.553**

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

[86] Informações retiradas do site http://videos.r7.com/pacientes-reclamam-da-demora-no-atendimento-em-hospital-privado-de-salvador/idmedia/529fc8c90cf2768425a53271.html, acessado em 26/04/2014.

Quadro 116 –Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	49	59	8	30
Ambulatorial	375	2.045	118	1.137
Urgência	82	74	10	34
Diagnose e terapia	315	1.186	78	702
Vig. epidemiológica e sanitária	16			
Farmácia ou cooperativa	2	27	1	4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 117 – Leitos de internação

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
2,7	1,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 118 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade em Salvador

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	806	796	989	516	903	326	-	-	2.698	1.638
Clínicos	625	615	733	516	366	79	-	-	1.724	1.210
Obstétrico	583	575	134	35	106	-	-	-	823	610
Pediátrico	373	373	291	257	164	55	-	-	828	685
Outras Especialidades	405	405	567	565	768	611	-	-	1.740	1.581
Hospital/DIA	47	43	49	20	277	54	-	-	373	117
Total	2.839	2.807	2.763	1.909	2.584	1.125	-	-	8.186	5.841

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 119 – Recursos humanos de saúde em Salvador, segundo categoria selecionada

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	16.992	12.330	4.662	5,7	4,1
Anestesista	785	677	108	0,3	0,2
Cirurgião Geral	1.164	977	187	0,4	0,3
Clínico Geral	2.189	1.872	317	0,7	0,6
Gineco Obstetra	1.540	950	590	0,5	0,3
Médico de Família	115	115	-	0,0	0,0
Pediatra	1.342	1.062	280	0,4	0,4
Psiquiatra	269	210	59	0,1	0,1
Radiologista	1.053	564	489	0,4	0,2
Cirurgião dentista	2.087	1.283	804	0,7	0,4
Enfermeiro	3.402	2.906	496	1,1	1,0
Fisioterapeuta	1.400	1.131	269	0,5	0,4
Fonoaudiólogo	249	166	83	0,1	0,1
Nutricionista	502	451	51	0,2	0,2
Farmacêutico	886	733	153	0,3	0,2
Assistente social	715	697	18	0,2	0,2
Psicólogo	588	470	118	0,2	0,2
Auxiliar de Enfermagem	7.081	5.990	1.091	2,4	2,0
Técnico de Enfermagem	2.875	2.552	323	1,0	0,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 120– Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos em Salvador

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	1.981	1.918	438
Equipamentos de infra-estrutura	891	869	117
Equipamentos por métodos ópticos	822	803	115
Equipamentos por métodos gráficos	698	679	79
Equipamentos de manutenção da vida	10.245	9.994	461
Equipamentos de Odontologia	3.138	3.105	301
Outros equipamentos	1.660	1.617	206

Quadro 121 –Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento em Salvador

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	80	79	31	2,7	2,6
Raio X	1.229	1.186	259	41,0	39,6
Tomógrafo Computadorizado	50	47	16	1,7	1,6
Ressonância Magnética	24	24	8	0,8	0,8
Ultrassom	576	561	116	19,2	18,7
Equipo Odontológico Completo	1.409	1.400	160	47,0	46,7

Os indicadores de morbidades que provocaram internações em Salvador são similares aos indicadores dos outros municípios estudados. As principais causas de internações de bebês são afecções originadas no período perinatal e doenças do aparelho respiratório. Entre crianças de 1 a 14 anos, predominam as patologias do aparelho respiratório e digestivo. As principais causas de internações em pessoas de 15 a 49 anos são por gravidez, parto e puerpério. E, acima dos 50 anos, predominam as patologias do aparelho circulatório.

As principais causas de mortes são por doenças do aparelho circulatório, seguidas por causas externas de mortalidade e neoplasias.

Quadro 122– Morbidades que resultaram em internação em Salvador(por local de residência)

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,7	10,2	10,3	10,3	2,7	4,2	7,1	6,9	6,7	5,8
II. Neoplasias (tumores)	2,0	5,7	7,3	7,5	1,6	7,5	14,7	12,2	13,1	7,9
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0,4	0,9	1,4	1,6	0,5	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,8	0,9	0,6	0,7	0,2	0,8	2,5	2,2	2,2	1,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	0,0	-	-	0,1	0,6	3,8	1,7	0,3	0,5	2,3
VI. Doenças do sistema nervoso	1,4	1,3	1,6	1,5	0,6	1,1	2,3	2,5	2,4	1,4
VII. Doenças do olho e anexos	0,3	0,5	1,7	1,7	0,6	1,5	8,7	11,6	11,4	3,0
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,2	0,4	0,4	0,9	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	1,0	0,9	1,3	2,9	1,2	5,9	22,6	28,0	26,9	8,5
X. Doenças do aparelho respiratório	20,8	25,7	14,6	8,6	1,9	2,4	4,6	7,1	6,2	6,5
XI. Doenças do aparelho digestivo	7,9	28,5	32,4	23,0	3,4	7,7	13,6	9,4	10,5	11,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2,7	6,8	5,2	4,0	1,5	1,3	1,4	1,0	1,0	2,0
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,1	0,4	1,0	2,4	1,8	2,0	3,6	5,0	4,7	2,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2,5	8,4	8,6	8,2	2,5	6,0	7,9	5,7	6,3	6,1
XV. Gravidez parto e puerpério	0,1	0,0	-	9,3	71,2	45,0	0,0	0,0	0,0	28,6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	46,8	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	2,8
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3,8	4,4	4,1	4,4	0,6	0,5	0,4	0,3	0,3	1,2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,3	0,3	0,5	0,7	0,5	0,9	1,6	1,3	1,4	0,9
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,1	3,8	7,1	10,2	8,1	8,2	6,1	5,7	5,5	7,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	0,1	0,6	1,7	1,9	0,3	0,6	0,6	0,2	0,3	0,6
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

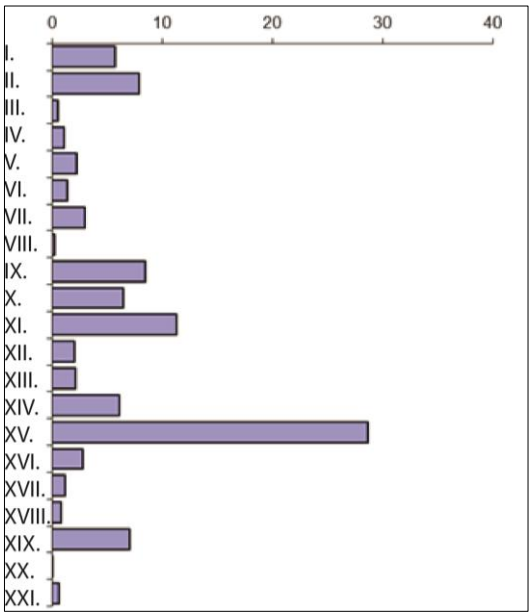


Figura 230 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Salvador

Quadro 123 – Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3,6	13,7	14,0	2,4	1,6	8,9	7,3	4,4	4,6	6,1
III. Neoplasias (tumores)	0,2	9,6	22,0	12,0	4,1	10,9	26,1	18,4	19,4	16,6
IV. Doenças do aparelho circulatório	0,6	4,1	-	2,4	1,6	10,9	31,1	35,5	35,5	25,1
XX. Doenças do aparelho respiratório	4,4	20,5	4,0	4,8	2,0	5,2	7,0	15,3	14,1	10,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	63,8	-	2,0	-	-	-	-	-	-	3,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	0,9	20,5	30,0	55,4	86,9	52,9	6,8	3,0	3,3	19,7
Demais causas definidas	26,4	31,5	28,0	22,9	3,8	11,3	21,6	23,4	23,1	19,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 124 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	6,7	6,9	6,4	6,6	7,0	7,3	7,5
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	10,9	12,0	11,7	11,3	13,1	13,2	13,5
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	6,6	4,8	4,8	4,4	4,5	6,4	3,4
Infarto agudo do miocardio	25,4	23,5	22,5	25,8	28,8	21,6	21,4
Doenças cerebrovasculares	49,4	47,5	45,9	41,9	48,9	45,7	42,5
Diabetes mellitus	27,6	24,6	25,3	25,0	26,4	23,6	22,1
Acidentes de transporte	4,5	5,2	4,1	11,1	11,0	11,0	5,0
Agressões	21,7	26,8	27,9	38,0	40,9	47,6	58,3

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 125 – Outros indicadores de Mortalidade

Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	13.537	12.639	12.851	13.323	13.662	14.055	14.508
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	5,4	4,9	5,0	5,0	5,0	5,1	4,9
% óbitos por causas mal definidas	2,2	2,0	2,4	2,0	2,3	4,1	6,2
Total de óbitos infantis	1.128	957	828	820	814	748	662
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	15	6	11	9	9	13	26
% de óbitos infantis no total de óbitos *	8,3	7,6	6,4	6,2	6,0	5,3	4,6
% de óbitos infantis por causas mal definidas	1,3	0,6	1,3	1,1	1,1	1,7	3,9
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	28,0	24,4	21,7	21,8	21,7	19,9	17,8

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

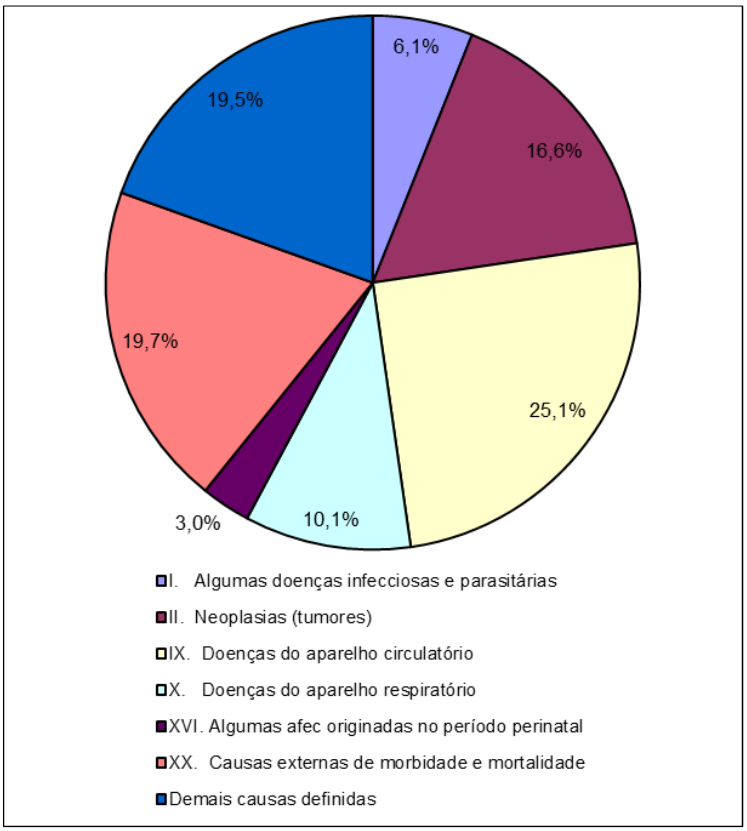


Figura 231 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Salvador

Itaparica

A infraestrutura da saúde no município de Itaparica é composta por 7 unidades básicas de saúde, 1 hospital geral, 2 postos de saúde, além de 1 unidade móvel terrestre e 3 consultórios particulares. O município oferece 52 leitos, todos disponíveis pelo SUS. Há diversidade de qualificação dos profissionais que compõem os recursos humanos no município. Itaparica oferece pelo SUS os equipamentos básicos de diagnose.

Quadro 126 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento em Itaparica

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	7	-	-	-	7
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	3	-	3
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	1	-	-	-	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	2	-	-	-	2
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	1	-	1
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	11	-	4	-	15

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 127 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	1	-	-	-
Ambulatorial	11	3	-	-
Urgência	1	-	-	-
Diagnose e terapia	2	2	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 128 – Leitos de internação

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
2,5	2,5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 129 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	8	8	-	-	-	-	-	-	8	8
Clínicos	12	12	-	-	-	-	-	-	12	12
Obstétrico	16	16	-	-	-	-	-	-	16	16
Pediátrico	16	16	-	-	-	-	-	-	16	16
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	52	52	-	-	-	-	-	-	52	52

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 130 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	42	41	1	2,0	2,0
.. Anestesista	5	5	-	0,2	0,2
.. Cirurgião Geral	5	5	-	0,2	0,2
.. Clínico Geral	10	10	-	0,5	0,5
.. Gineco Obstetra	5	5	-	0,2	0,2
.. Médico de Família	6	6	-	0,3	0,3
.. Pediatra	3	3	-	0,1	0,1
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	2	2	-	0,1	0,1
Cirurgião dentista	14	10	4	0,7	0,5
Enfermeiro	18	18	-	0,9	0,9
Fisioterapeuta	2	2	-	0,1	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	2	2	-	0,1	0,1
Farmacêutico	2	2	-	0,1	0,1
Assistente social	2	1	1	0,1	0,0
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	47	47	-	2,3	2,3
Técnico de Enfermagem	21	21	-	1,0	1,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 131 – Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	7	7	5
Equipamentos de infra-estrutura	2	2	2
Equipamentos por métodos ópticos	5	5	-
Equipamentos por métodos gráficos	2	2	1
Equipamentos de manutenção da vida	25	23	8
Equipamentos de Odontologia	38	38	33
Outros equipamentos	7	7	4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 132– Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	5	5	3	24,0	24,0
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	2	2	2	9,6	9,6
Equipo Odontológico Completo	12	12	7	57,7	57,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Itaparica apresenta elevado índice de internações por doenças do aparelho respiratório entre pessoas abaixo dos 14 anos. Entre as pessoas de 15 a 49 anos, as principais causas de internação são as decorrentes de problemas relacionados a parto e gestação. Acima dos 50 anos, em sintonia com os índices de morbidades de outros municípios, predominam internações por doenças do aparelho circulatório.

Quadro 133 – Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária - CID10 em Itaparica(por local de residência)

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**17,9**	10,7	**20,0**	**15,4**	5,3	10,8	10,8	7,0	10,0	11,3
II. Neoplasias (tumores)	3,6	1,3	6,7	-	-	7,3	13,8	7,0	8,8	6,4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1,3	-	7,7	-	1,5	1,5	1,8	1,3	1,6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3,6	9,3	10,0	-	-	3,5	7,7	12,3	10,0	5,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	2,7	1,5	-	-	1,4
VI. Doenças do sistema nervoso	-	2,7	-	-	-	1,9	-	1,8	1,3	1,4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	1,5	-	7,0	5,0	1,4
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	7,7	5,3	10,8	**23,1**	**17,5**	**17,5**	10,0
X. Doenças do aparelho respiratório	**50,0**	**44,0**	**40,0**	**34,6**	10,5	5,0	10,8	**15,8**	15,0	**17,7**
XI. Doenças do aparelho digestivo	10,7	14,7	6,7	**19,2**	5,3	9,3	6,2	10,5	8,8	10,0
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	1,5	3,1	-	-	1,1
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	3,3	3,8	5,3	2,7	4,6	5,3	5,0	2,9
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	8,0	6,7	3,8	5,3	6,6	9,2	8,8	12,5	6,8
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	3,8	**57,9**	**21,2**	-	-	-	12,0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	14,3	1,3	-	-	-	-	-	-	-	0,9
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	2,7	-	3,8	-	0,4	-	-	-	0,7
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2,7	3,3	-	5,3	12,7	7,7	5,3	5,0	8,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	1,3	3,3	-	-	0,4	-	-	-	0,5
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

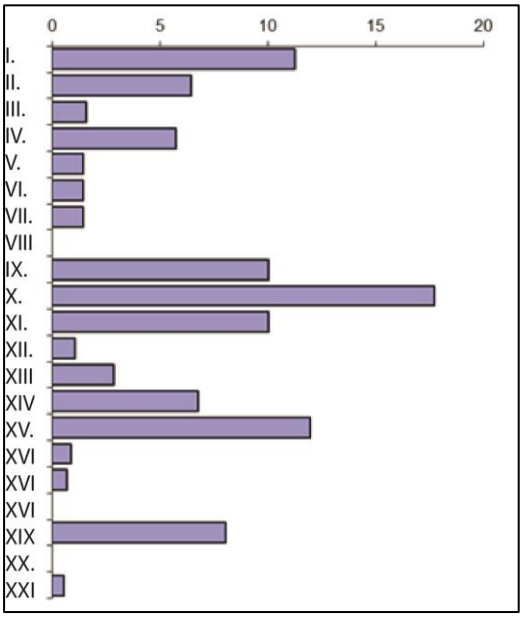


Figura 232 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Itaparica

Itaparica possui números elevados de morte por problemas do aparelho circulatório, afecções originadas no período perinatal e causas externas de mortalidade. Dados que sugerem que o município é carente, não possuindo as condições básicas de saúde para garantir a qualidade de vida para a população, principalmente pelo elevado índice de morte de bebês. O elevado índice de mortes por causas externas indicam que o município tem elevado grau de violência.

Quadro 134 – Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	1,9	1,7	0,9
III. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	7,7	25,0	20,4	22,0	15,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	50,0	-	-	19,2	31,3	35,2	32,2	27,0
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	50,0	3,8	-	9,3	8,5	6,3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	72,7	-	-	-	-	-	-	-	-	7,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	50,0	-	50,0	46,2	18,8	-	1,7	15,3
Demais causas definidas	27,3	-	-	-	-	23,1	25,0	33,3	33,9	27,9
Total	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 135 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	5,1	-	4,9	-	4,6	9,0	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	9,8	-	9,2	9,0	35,5	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	9,6	-	-	-	9,6
Infarto agudo do miocardio	10,1	19,9	19,5	9,4	22,9	22,5	33,9
Doenças cerebrovasculares	15,2	34,7	24,4	23,4	27,5	31,5	58,1
Diabetes mellitus	35,4	29,8	48,7	42,1	50,4	40,5	29,1
Acidentes de transporte	5,1	-	4,9	9,4	13,7	9,0	14,5
Agressões	15,2	-	-	-	50,4	22,5	29,1

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 136 – Outros Indicadores de Mortalidade

Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	66	89	126	95	119	101	116
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	3,3	4,4	6,1	4,4	5,5	4,5	5,6
% óbitos por causas mal definidas	10,6	5,6	15,9	16,8	4,2	4,0	4,3
Total de óbitos infantis	8	19	19	11	14	6	12
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	2	2	1	-	-	1
% de óbitos infantis no total de óbitos *	12,1	21,3	15,1	11,6	11,8	5,9	10,3
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	10,5	10,5	9,1	-	-	8,3
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	33,9	56,0	60,9	35,3	44,3	20,4	40,0

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

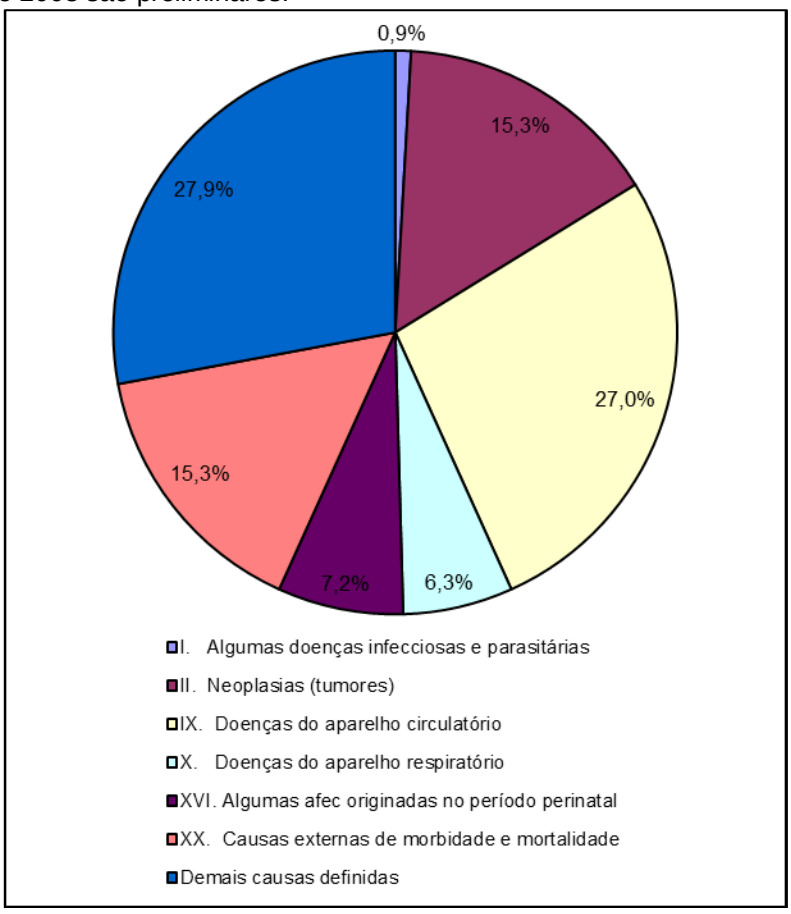


Figura 233 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Itaparica

Vera Cruz

Vera Cruz é um município que possui, 1 CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), 12 unidades básicas de saúde, 1 farmácia popular, 1 policlínica, 2 prontos-socorro, 1 unidade móvel de atendimento de urgência e emergência, pertencentes à administração pública, 1 hospital filantrópico e 1 policlínica de administração privada. O município oferece 26 leitos, todos acessados pelo SUS, e possui diversidade de profissionais, compatível com a complexidade dos serviços oferecidos. Os equipamentos adquiridos pelo município atendem aos exames e procedimentos básicos, não existindo equipamentos que proporcionem exames e procedimentos de alta complexidade.

Quadro 137 – Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento em Vera Cruz

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	1	-	-	-	1
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	1	-	-	-	1
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	12	-	-	-	12
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	1	-	-	-	1
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	1	-	-	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	1	-	1	-	2
Posto de Saúde	2	-	-	-	2
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	1	-	-	-	1
Secretaria de Saúde	1	-	-	-	1
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	22	1	1	-	24

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 138 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	1	1	-	-
Ambulatorial	19	2	-	-
Urgência	2	-	-	-
Diagnose e terapia	3	2	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	1	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 139 – Leitos de internação

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
0,7	0,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 140 – Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade em Vera Cruz, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	6	6	-	-	-	-	6	6
Clínicos	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Obstétrico	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Pediátrico	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	26	26	-	-	-	-	26	26

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 141 – Recursos humanos segundo categorias em Vera Cruz, dez.2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	59	55	4	1,6	1,5
Anestesista	2	2	-	0,1	0,1
Cirurgião Geral	1	1	-	0,0	0,0
Clínico Geral	27	25	2	0,7	0,7
Gineco Obstetra	9	7	2	0,2	0,2
Médico de Família	11	11	-	0,3	0,3
Pediatra	2	2	-	0,1	0,1
Psiquiatra	2	2	-	0,1	0,1
Radiologista	2	2	-	0,1	0,1
Cirurgião dentista	15	15	-	0,4	0,4
Enfermeiro	30	30	-	0,8	0,8
Fisioterapeuta	2	2	-	0,1	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	2	2	-	0,1	0,1
Farmacêutico	7	5	2	0,2	0,1
Assistente social	1	1	-	0,0	0,0
Psicólogo	1	1	-	0,0	0,0
Auxiliar de Enfermagem	14	14	-	0,4	0,4
Técnico de Enfermagem	36	35	1	1,0	0,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 142 – Número de equipamentos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, segundo grupo de equipamentos em Vera Cruz

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	5	4	5
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	2	2	2
Equipamentos de manutenção da vida	28	26	13
Equipamentos de Odontologia	76	68	60
Outros equipamentos	3	3	2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 143 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	3	2	3	8,0	5,3
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	2	2	2	5,3	5,3
Equipo Odontológico Completo	16	16	13	42,6	42,6

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

As causas de internações em bebês e crianças diferenciam-se dos índices de outros municípios, em que as principais causas de internação são problemas do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias e afecções originadas no período perinatal. Embora esses índices, em Vera Cruz, também sejam elevados, o município apresenta um índice ainda maior de doenças relacionadas ao aparelho digestivo entre pessoas abaixo dos 14 anos. É também acentuadamente elevado o número de internações por motivo de gestação e parto entre adolescentes. As principais causas de internação de pessoas acima dos 50 anos são patologias do aparelho circulatório, dados que estão em consonância com os índices dos outros municípios.

Quadro 144 – Morbidades que resultaram em internação em Vera Cruz

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,5	11,0	14,1	9,5	2,7	5,2	10,2	8,8	6,8	7,6
II. Neoplasias (tumores)	11,3	7,2	4,3	11,9	2,7	4,0	10,2	3,9	4,8	5,7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1,3	0,6	1,1	-	-	0,2	0,7	-	-	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,5	1,1	3,3	4,8	1,4	1,4	9,5	8,8	7,5	3,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	1,2	-	-	-	0,5
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	2,4	1,5	1,0	0,7	1,3
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	4,8	-	-	4,4	1,0	2,7	0,7

VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	1,1	2,4	-	-	-	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	0,6	-	2,4	-	7,6	**24,1**	**29,4**	**30,8**	8,5
X. Doenças do aparelho respiratório	**18,8**	**26,5**	**20,7**	11,9	1,4	4,0	13,1	**19,6**	**17,8**	11,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	**30,0**	**41,4**	**34,8**	**16,7**	5,4	9,5	11,7	9,8	11,6	**17,3**
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	2,4	1,4	1,2	-	1,0	0,7	0,8
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	2,2	4,8	2,7	2,9	3,6	4,9	5,5	2,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2,5	3,3	4,3	-	5,4	10,5	6,6	6,9	6,8	7,2
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	9,5	**73,0**	**38,3**	-	-	-	**21,8**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**23,8**	0,6	-	-	-	-	-	-	-	1,6
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2,5	5,0	4,3	2,4	-	-	0,7	1,0	0,7	1,4
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	1,1	2,4	-	1,0	1,5	1,0	1,4	0,9
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2,2	7,6	14,3	4,1	7,1	1,5	2,9	2,1	5,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	0,6	1,1	-	-	3,5	0,7	-	-	1,8
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

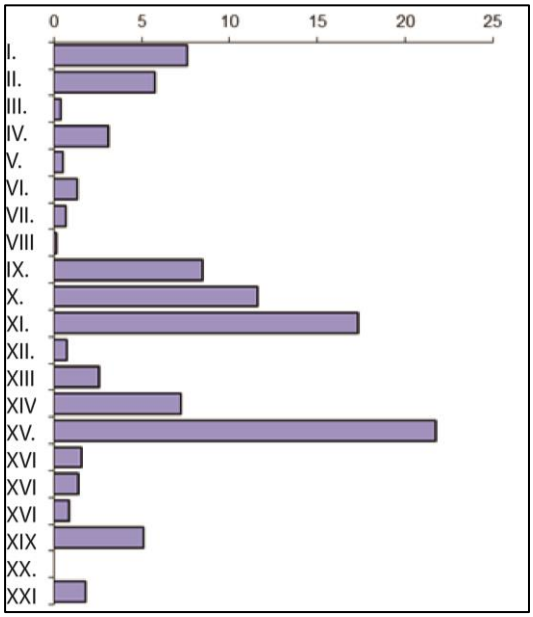


Figura 234 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Vera Cruz

A mortalidade em Vera Cruz também tem índices parecidos com a dos demais municípios estudados. A principal causa de morte são as doenças do aparelho circulatório, seguidas de causas externas. Entre bebês, predominam mortes por doenças infecciosas e parasitárias. Os números indicam que o município de Vera Cruz possui carência de assistência básica à saúde, baixo nível de educação e um elevado índice de violência, retratado pelo elevado índice de mortes violentas entre jovens.

Quadro 145 – Mortalidade em Vera Cruz

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,1	-	100,0	-	-	-	14,3	5,2	5,3	6,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	10,4	11,9	9,1	8,5	9,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	25,0	14,6	40,5	45,5	45,7	31,7
X. Doenças do aparelho respiratório	7,1	50,0	-	-	-	4,2	4,8	10,4	9,6	7,4
XVI. Algumas afec originadas	64,3	-	-	-	-	-	-	-	-	4,8

no período perinatal										
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	50,0	-	100,0	50,0	60,4	9,5	1,3	4,3	20,1
Demais causas definidas	21,4	-	-	-	25,0	10,4	19,0	28,6	26,6	20,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 146 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	3,0	2,9	8,5	2,8	5,4
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	-	-	11,2	5,5
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	5,9	-	-	5,5
Infarto agudo do miocardio	19,1	37,4	33,5	23,2	28,3	33,1	27,1
Doenças cerebrovasculares	31,9	31,2	51,8	43,5	56,5	33,1	43,4
Diabetes mellitus	19,1	46,7	15,2	52,1	33,9	44,2	32,6
Acidentes de transporte	9,6	-	-	26,1	14,1	30,4	10,9
Agressões	3,2	-	9,1	14,5	25,4	33,1	48,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 147 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	95	145	150	172	166	185	198
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	3,0	4,5	4,6	5,0	4,7	5,1	5,4
% óbitos por causas mal definidas	9,5	13,1	11,3	17,4	3,0	5,4	4,5
Total de óbitos infantis	5	14	10	11	19	13	15
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	1	-	2	-	-	1
% de óbitos infantis no total de óbitos *	5,3	9,7	6,7	6,4	11,4	7,0	7,6
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	7,1	-	18,2	-	-	6,7
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	10,7	21,9	15,3	17,7	33,5	21,3	27,4

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

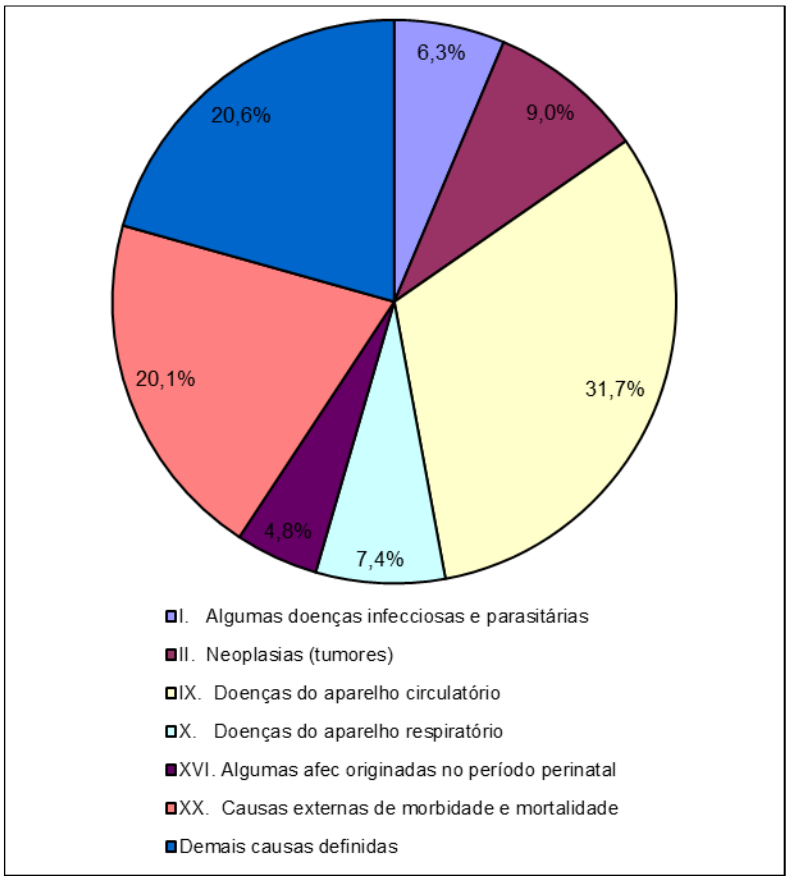


Figura 235 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Vera Cruz

B. Área de Influência Direta – AID

Ao retratar a saúde nos municípios da Área de Influência Direta (AID), foram caracterizados a infraestrutura e os serviços do sistema de saúde público e privado, identificando o número de leitos e os serviços prestados por cada estabelecimento. Também estão apresentados nesse estudo os recursos humanos em saúde, públicos e privados, e os equipamentos de saúde que estão disponíveis pelo SUS.

Para completar o diagnóstico sobre a saúde nos municípios, foram apresentados dados de morbidade e mortalidade. A partir deles, foi possível identificar as principais patologias que acometem a população e conhecer a realidade da saúde em cada município estudado.

Aratuípe

Como é mostrada no quadro a seguir[87], a infraestrutura e os serviços do sistema de saúde do município contemplam apenas os requisitos de atenção básica à saúde. A estrutura física é composta apenas por centros de unidade básica. Aratuípe não possui serviços de urgências, emergências ou pronto-atendimentos.

Quadro 148 – Número de estabelecimentos de saúde de Aratuípe, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	5	-	-	-	5
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	5	-	-	-	5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

[87]Os dados apresentados nos quadros sobre saúde foram agregados e disponibilizados pelo Datasus – sistema de dados do Ministério da Saúde, através dos Cadernos de Informações em Saúde. Até o momento, são os mais atualizados com esse nível de detalhamento, organização e apresentação. Disponíveis em <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/ba.htm>, acesso em 15/04/2014.

Quadro 149 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	5	-	-	-
Urgência	-	-	-	-
Diagnose e terapia	-	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	-			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 150 – Leitos de internação por 1.000 habitantes

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

O quadro abaixo revela que o município de Aratuípe não possui aparelhos diagnósticos. Possui apenas equipamentos odontológicos, parte integrante da estrutura dos centros de atenção básica à saúde.

Quadro 151 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	-	-	-	-	-
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	-	-	-	-	-
Equipo Odontológico Completo	2	2	2	22,7	22,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Segundo o Ministério da Saúde[88], através da Portaria n° 2.488, uma equipe de saúde da família deve ser multidisciplinar, contendo minimamente um médico generalista ou especialista em saúde da família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). Integram a equipe também os profissionais de saúde bucal, cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em saúde bucal. Cada equipe pode ser responsável, no máximo, por 4.000 pessoas de uma determinada área. A equipe passa a ter corresponsabilidade no cuidado da saúde daquela população.

A carga horária é de 40 horas semanais para todos os profissionais de saúde cadastrados na Estratégia Saúde da Família, exceto o profissional médico, que poderá atuar em, no máximo, duas (02) equipes, pois poderá ser contratado por 20 ou até 30 horas semanais.

Como é possível observar no quadro seguinte, o município de Aratuípe possui profissionais contratados para desenvolver trabalho em quatro equipes de saúde da família, número suficiente para cobrir a atenção básica à saúde do município que, segundo o censo, em 2009 tinha em torno de 8.829 habitantes. O número de profissionais de odontologia contratados é suficiente para compor duas equipes de saúde da família. Não há contratação de técnicos em enfermagem suficientes, conforme as exigências do Ministério da Saúde. Não há os dados de quantos ACS contratados pelo município. Não há serviço de saúde privada no município.

[88] Informações retiradas do site http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html acessado no dia 16/04/2014.

Quadro 152 – Recursos humanos em saúde de Aratuípe

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	5	5	-	0,6	0,6
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	1	1	-	0,1	0,1
.. Gineco Obstetra	-	-	-	-	-
.. Médico de Família	4	4	-	0,5	0,5
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	2	2	-	0,2	0,2
Enfermeiro	4	4	-	0,5	0,5
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	-	-	-	-	-
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	1	1	-	0,1	0,1
Técnico de Enfermagem	3	3	-	0,3	0,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Segundo Rasella, como consequência do programa Água Para Todos, do governo do estado da Bahia, houve uma queda da mortalidade infantil por diarreia e doenças infecciosas e parasitárias no período estudado, entre 2005 e 2008. No quadro abaixo, pode-se observar que, em Aratuípe, há também queda de mortalidade infantil entre 2005 e 2008. Os dados revelam que as mortes de crianças entre 0 e 1 ano são decorrentes de doenças infecciosas e parasitárias, e outras afecções originadas no período perinatal, logo após o nascimento. A causa de morte de crianças entre 5 e 9 anos, registradas, foram decorrentes de fatores externos. A faixa etária de 20 a 49 anos tem elevado número de mortes por causas externas e desconhecidas, seguidos por neoplasias e doenças infecciosas e parasitárias. Acima dos 50 anos, predominam como principais causas de morte as doenças do sistema circulatório, seguidas por neoplasias e doenças do sistema respiratório.

Quadro 153 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Aratuípe, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	50,0	-	-	-	-	20,0	-	-	-	7,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	20,0	22,2	11,8	13,0	15,4
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	33,3	47,1	43,5	28,2
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	11,1	11,8	13,0	7,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	100,0	-	-	20,0	11,1	-	4,3	10,3
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	40,0	22,2	29,4	26,1	28,2
Total	100,0	-	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 154 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionada (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	-	11,4	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	-	-	-	23,6
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	35,3	11,7	-	34,3	-	-	-
Doenças cerebrovasculares	47,1	58,4	58,1	45,8	79,5	79,0	34,1
Diabetes mellitus	35,3	58,4	11,6	-	22,7	22,6	56,9
Acidentes de transporte	-	-	-	-	22,7	22,6	11,4
Agressões	-	-	-	11,4	-	33,9	22,8

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 155 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	33	40	41	33	34	35	40
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	3,9	4,7	4,8	3,8	3,9	3,9	4,6
% óbitos por causas mal definidas	24,2	10,0	17,1	27,3	-	2,9	2,5
Total de óbitos infantis	3	1	3	4	2	2	2
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	9,1	2,5	7,3	12,1	5,9	5,7	5,0
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	33,0	8,0	21,4	28,6	12,7	14,4	13,6

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

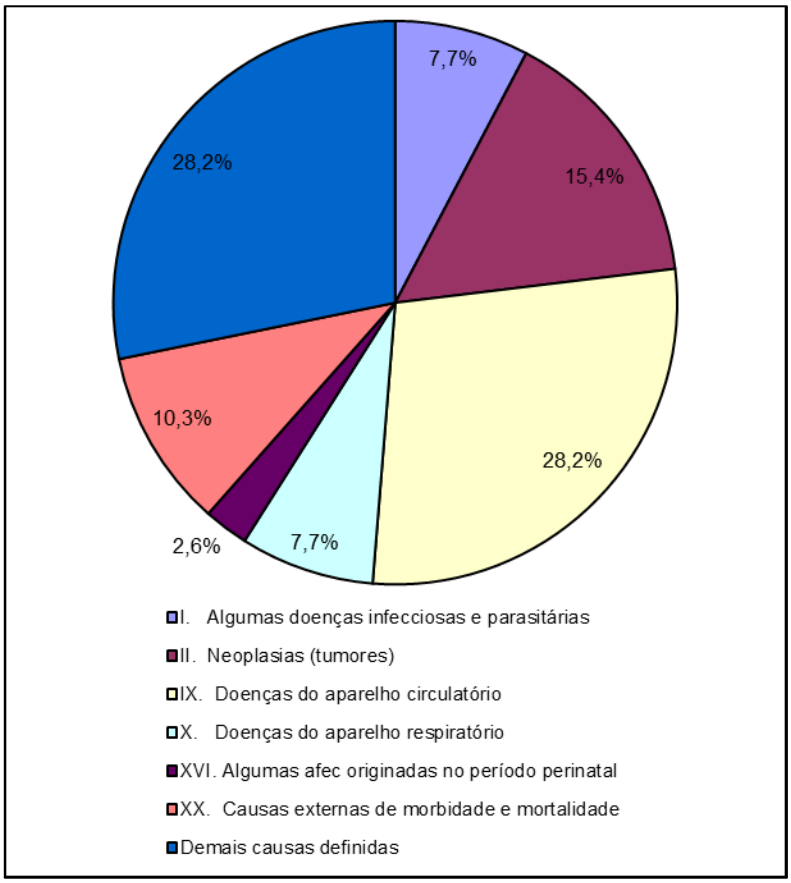


Figura 236 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Aratuípe

O quadro abaixo registra os dados de morbidades que causaram internações nos habitantes do município de Aratuípe. A principal causa de internação entre bebês e crianças foram doenças do aparelho respiratório, chegando a ser responsável por 70% das internações entre menores de 1 ano; 58,5% entre crianças abaixo de 4 anos e 40% entre crianças de 5 e 9 anos. Aratuípe apresenta elevado índice de gestação de pessoas entre 10 e 14 anos. Gravidez, parto e puerpério também são as principais causas de internação entre pessoas de 15 a 49 anos. As pessoas entre 50 e 64 anos procuraram o hospital principalmente por causas relativas ao aparelho digestivo e doenças endócrinas. Acima dos 64 anos, predominam patologias relacionadas ao aparelho circulatório.

Quadro 156 – Morbidades que resultaram em internação

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15,0	**24,4**	**35,0**	**31,6**	5,1	7,2	6,8	6,3	6,2	10,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	3,4	4,5	6,8	6,3	4,9	4,0
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	5,3	1,7	-	-	-	-	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5,0	7,3	5,0	5,3	6,8	3,8	**20,3**	11,1	14,8	7,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,8	-	-	-	0,4
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	1,5	-	1,6	1,2	0,9
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	6,8	4,8	6,2	1,3
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	3,4	7,2	**15,3**	**38,1**	**34,6**	9,9
X. Doenças do aparelho respiratório	**70,0**	**58,5**	**40,0**	10,5	10,2	6,0	5,1	**17,5**	14,8	**15,4**
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	4,9	5,0	5,3	1,7	8,3	**27,1**	12,7	12,3	9,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	5,0	-	-	-	-	0,8	1,7	-	-	0,7
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	5,3	-	0,8	-	-	-	0,5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	5,3	8,5	8,3	8,5	1,6	4,9	6,2
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	**15,8**	**55,9**	**38,1**	-	-	-	**25,1**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	2,4	-	-	-	-	-	-	-	0,2
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	0,4	-	-	-	0,2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	2,4	15,0	**15,8**	3,4	11,7	1,7	-	-	7,5
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	0,8	-	-	-	0,4
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

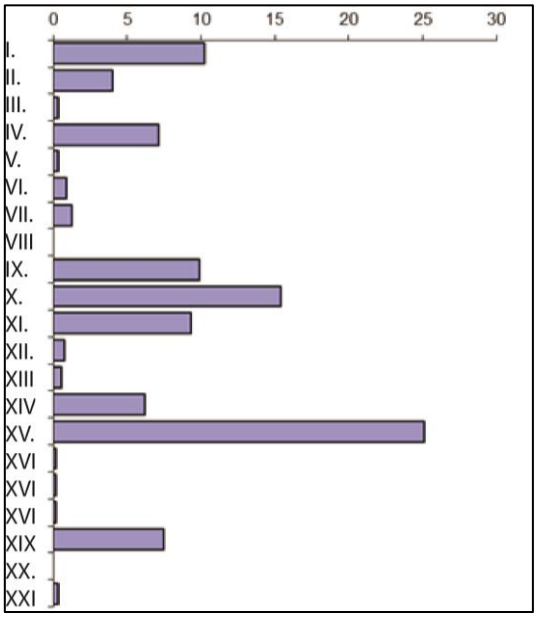


Figura 237 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Aratuípe

Castro Alves

A infraestrutura da saúde do município de Castro Alves, como apresenta o quadro a seguir, é composta por centros de atenção básica, postos de saúde e um hospital geral para atender a região. Há também clínicas particulares. Dessa forma, Castro Alves possui uma estrutura que atende a procedimentos de saúde mais complexos e oferece serviço de urgência e emergência.

Segundo a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia[89], o Hospital Regional de Castro Alves, inserido na Macrorregião Leste, Microrregião de Santo Antônio de Jesus, compõe um sistema microrregional, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/2007. Essa unidade hospitalar está estruturada com perfil de hospital geral de pequeno porte, para atendimento de urgência/emergência e procedimentos em média complexidade a pacientes de demanda espontânea e referenciada da região. Está sendo gerenciado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Castro Alves, na modalidade de organização social. O município, atualmente possui 30 leitos ativos, distribuídos em: 10 leitos de clínica médica, 14 leitos de clínica cirúrgica e 06 leitos de clínica pediátrica.O ambulatório tem atendimento médico especializado, ofertando consultas de clínica médica, cardiologia

[89] Informações retiradas do site http://www.saude.ba.gov.br/dgrp/index.php?option=com_content&view=article&id=325&Itemid=175, acessado no dia 17/04/2014.

clínica, ginecologia, pediatria, cirurgia geral e ortopedia.Os procedimentos de diagnose e terapia atuam nas áreas de: eletrocardiograma; laboratório de análises clínicas (bioquímica, coprologia, hematologia, uroanálise e imunologia); radiologia convencional; citologia, ultrassonografia e fisioterapia.Os serviços de apoio ao atendimento oferecem centro cirúrgico, central de material esterilizado, serviço de nutrição, farmácia, almoxarifado, lavanderia, serviço de transportes e manutenção Geral.

Quadro 157 – Estabelecimentos de saúde em Castro Alves

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	6	-	-	-	6
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	2	-	2
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	1	1	-	-	2
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	1	-	1
Posto de Saúde	4	-	-	-	4
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	1	-	-	-	1
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	1	-	1
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	12	1	4	-	17

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 158 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	2	1	-	-
Ambulatorial	13	2	-	-
Urgência	2	2	-	-
Diagnose e terapia	4	2	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 159 – Leitos de internação por 1.000 habitantes

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
2,3	2,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 160 – Número de leitos oferecidos em Castro Alves

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	8	8	6	6	-	-	-	-	14	14
Clínicos	9	9	12	12	-	-	-	-	21	21
Obstétrico	4	4	8	8	-	-	-	-	12	12
Pediátrico	6	6	4	4	-	-	-	-	10	10
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	27	27	30	30	-	-	-	-	57	57

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

O quadro abaixo apresenta o mapa de profissionais de saúde que atuam no município de Castro Alves. Há, conforme os dados disponíveis, diversidade na formação desses profissionais, condizente com um município com a complexidade dos serviços de saúde que o oferece. Além do Hospital Regional Geral, há também os profissionais que atuam nos centros de atenção básica e postos de saúde, como os cirurgiões dentistas, enfermeiros e médicos especialistas em saúde da família. Há também

agentes comunitários de saúde (ACS), que embora sejam citados no site da prefeitura municipal de Castro Alves[90], não foram encontrados dados que revelem o número de profissionais contratados.

Quadro 161 – Recursos humanos de saúde em Castro Alves

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	78	68	10	3,1	2,7
.. Anestesista	3	3	-	0,1	0,1
.. Cirurgião Geral	4	4	-	0,2	0,2
.. Clínico Geral	32	28	4	1,3	1,1
.. Gineco Obstetra	5	5	-	0,2	0,2
.. Médico de Família	6	6	-	0,2	0,2
.. Pediatra	7	6	1	0,3	0,2
.. Psiquiatra	1	1	-	0,0	0,0
.. Radiologista	3	3	-	0,1	0,1
Cirurgião dentista	10	8	2	0,4	0,3
Enfermeiro	19	18	1	0,8	0,7
Fisioterapeuta	6	4	2	0,2	0,2
Fonoaudiólogo	1	-	1	0,0	-
Nutricionista	2	2	-	0,1	0,1
Farmacêutico	9	5	4	0,4	0,2
Assistente social	3	3	-	0,1	0,1
Psicólogo	1	1	-	0,0	0,0
Auxiliar de Enfermagem	21	21	-	0,8	0,8
Técnico de Enfermagem	53	52	1	2,1	2,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

[90] Informação retirada do site http://castroalves.ba.gov.br/profissionais-da-atencao-basica-de-castro-alves-estao-participando-da-formacao-do-projeto-caminhos-do-cuidado/, acessada em 17/04/2014.

Quadro 162 – Equipamentos disponíveis no SUS em Castro Alves

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	5	5	4
Equipamentos de infra-estrutura	2	2	-
Equipamentos por métodos ópticos	2	2	1
Equipamentos por métodos gráficos	4	4	3
Equipamentos de manutenção da vida	17	17	9
Equipamentos de Odontologia	8	8	7
Outros equipamentos	2	2	1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 163 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	2	2	2	8,0	8,0
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	3	3	2	12,0	12,0
Equipo Odontológico Completo	8	8	7	32,0	32,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Como mostram os quadros a seguir, as principais causas de internação, no município, entre bebês abaixo de 1 ano são as doenças do aparelho respiratório e doenças infecciosas e parasitárias. Essas patologias também são as principais causas de internação entre pessoas até 14 anos. A principal causa de internação entre pessoas de 15 a 49 anos são problemas decorrentes de gravidez, parto e puerpério. Entre as pessoas acima dos 50 anos predominam as patologias do aparelho circulatório e doenças metabólicas, endócrinas e nutricionais.

Os índices que demonstram as causas de morte no município de Castro Alves revelam que há uma incidência considerável de mortes por causas externas. Esse tipo de morte, no entanto, tem ligação possivelmente com o índice de violência no município.

A morte por causas externas, em Castro Alves, atinge crianças, adolescentes, adultos jovens e idosos. É a primeira causa de morte no município.

Segundo o CID 10[91], (Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde), as causas externas são traumatismos, lesões ou quaisquer outros agravos à saúde – intencionais ou não – de início súbito e como consequência imediata de violência ou outra causa exógena. Neste grupo, incluem-se as lesões provocadas por eventos no transporte, homicídios, agressões, quedas, afogamentos, envenenamentos, suicídios, queimaduras, lesões por deslizamento ou enchente, e outras ocorrências provocadas por circunstâncias ambientais (mecânica, química, térmica, energia elétrica e/ou radiação).

Em sua pesquisa sobre causas externas de morte, Gonzaga analisa que

> as causas externas foram responsáveis por 10,7% das mortes evitáveis, segundo estudo de revisão sistemática de publiCações sobre mortes evitáveis em vítimas com traumatismos entre 2000 e 2009. A era industrial, a alta tecnologia, o aumento da velocidade dos veículos, as condições socioeconômicas, a pobreza e a própria natureza humana são fatores que contribuíram para o crescimento progressivo dos diferentes tipos de traumas. Estes têm se configurado como problema de saúde pública pela alta mortalidade, morbidade, custos, anos potenciais de vida perdidos e impacto para o indivíduo, sua família e sociedade. A análise de dados mostra o grande impacto que elas determinam na vida e saúde da população. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2003, os acidentes de trânsito lideraram as estatísticas mundiais de mortes por causas externas, seguido por homicídios. (2012, p. 263).

Castro Alves apresenta também elevados índices de morte por problemas circulatórios, sendo esta a segunda principal causa de mortes no município.

[91] Dados retirados do site <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm> Acesso em 19/04/2014.

Quadro 164 – Morbidades que resultaram em internação em Castro Alves

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**29,1**	**27,7**	**22,7**	**22,3**	10,8	7,6	8,2	11,2	11,6	11,6
II. Neoplasias (tumores)	1,8	2,1	4,0	5,3	0,6	4,4	6,5	7,1	6,4	4,4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	2,1	1,2	0,8	-	1,0	0,8	0,8
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7,3	1,1	2,7	4,3	3,0	5,0	12,4	12,2	14,1	6,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,6	-	-	-	0,3
VI. Doenças do sistema nervoso	1,8	-	-	-	-	0,8	-	0,5	0,4	0,5
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	1,1	-	0,5	1,2	2,5	2,4	0,7
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	1,3	2,1	1,2	4,0	**30,6**	**22,3**	**23,7**	7,9
X. Doenças do aparelho respiratório	**34,5**	**53,2**	**34,7**	**33,0**	11,4	9,6	9,4	**15,7**	14,5	**16,0**
XI. Doenças do aparelho digestivo	7,3	5,3	6,7	6,4	4,2	7,9	12,9	8,1	8,8	7,8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	3,2	8,0	6,4	1,2	3,0	1,2	6,1	4,8	3,3
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	2,1	-	1,4	2,4	1,0	1,2	1,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	3,6	2,1	5,3	2,1	7,2	10,6	8,8	9,1	8,4	8,5
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	10,6	**56,3**	**39,4**	-	-	-	**26,0**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	12,7	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1,8	1,1	9,3	-	-	0,2	-	-	-	0,6
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	0,7	4,1	1,0	1,2	0,9
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	4,3	5,3	2,1	2,4	3,3	1,8	2,0	1,6	2,9
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,1
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	0,6	0,1	0,6	-	-	0,2
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

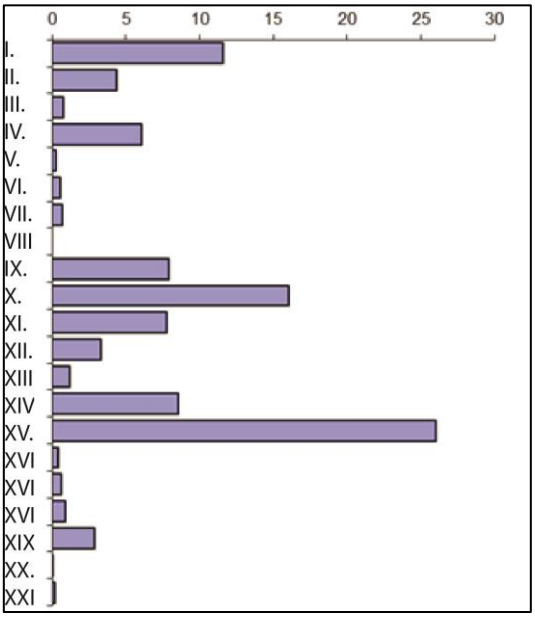


Figura 238 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Castro Alves

Quadro 165 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Castro Alves, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	33,3	-	-	-	-	7,1	8,7	9,2	9,1	8,9
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	3,6	17,4	6,2	9,1	7,3
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	17,9	30,4	38,5	39,0	30,1
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	3,6	-	7,7	6,5	4,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	50,0	100,0	28,6	8,7	3,1	3,9	11,4
Demais causas definidas	33,3	100,0	-	50,0	-	39,3	34,8	35,4	32,5	36,6
Total	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 166 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	-	-	-	4,1	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	23,1	-	-	-	15,8	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	15,5	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	31,6	19,8	35,9	8,1	16,2	16,3	31,9
Doenças cerebrovasculares	63,2	55,6	63,8	40,3	68,9	53,0	27,9
Diabetes mellitus	27,7	39,7	31,9	16,1	36,5	28,5	43,9
Acidentes de transporte	-	4,0	4,0	4,0	8,1	20,4	8,0
Agressões	15,8	4,0	-	12,1	4,1	4,1	8,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 167 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	161	178	168	156	126	137	138
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,4	7,1	6,7	6,3	5,1	5,6	5,5
% óbitos por causas mal definidas	16,8	35,4	28,6	50,6	4,0	23,4	10,9
Total de óbitos infantis	16	17	16	7	10	8	3
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	1	-	1	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	9,9	9,6	9,5	4,5	7,9	5,8	2,2
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	5,9	-	14,3	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	30,7	31,8	36,0	14,1	24,0	22,9	8,4

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

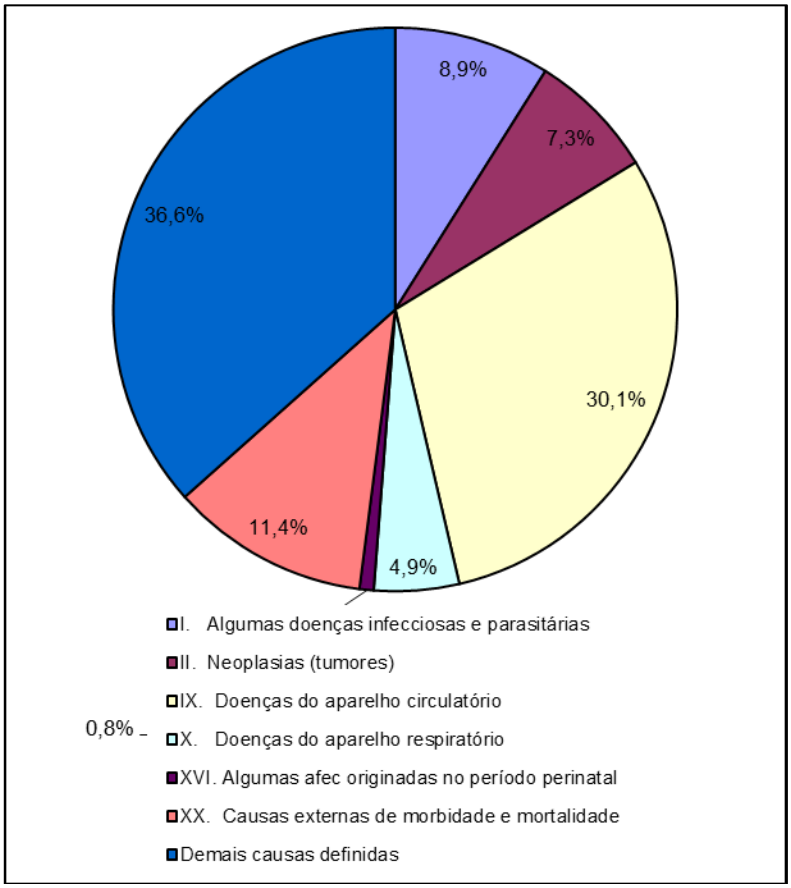


Figura 239 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Castro Alves

Conceição do Almeida

Integram os estabelecimentos de saúde do município de Conceição do Almeida[92]: Aclimed, clínica médica, Centro Municipal de Regulação de Conceição do Almeida, Centro de Especialidade, Clínica Vida Saúde, Donna Medicina Especializada, Hospital Maternidade Helena Magalhães, Laboratório Analisa, Posto de Saúde Cazuza, Posto Satélite Baixa de Areia, Posto de Saúde de Bebedouro, Posto de Saúde de Casa de Telha, Posto de Saúde do Comércio, Posto de Saúde de Grampará, Posto de Saúde de Santana do Rio da Dona, Posto de Saúde Sapatuí, Posto de Saúde de Ponto de São José, USF Dr. Djalma Rocha Galvão, USF Dr. Guilherme Trindade, USF José Maria de Magalhães Neto, USF Muritibinha, USF Parteira Sofia e USF Tabuleiro de Meneses.

[92] Informações retiradas do site http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/conceicao_do_almeida/hospitais, acessado em 19/04/2014.

A distribuição dos estabelecimentos está representada pelo quadro abaixo. O município conta ainda o Hospital Maternidade Helena Magalhães. São oferecidos no município 58 leitos, todos disponibilizados pelo SUS.

Quadro 168 – Estabelecimentos de saúde em Conceição do Almeida, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	1	-	-	-	1
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	7	-	-	-	7
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	2	-	2
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	1	-	-	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	1	-	1
Posto de Saúde	7	-	-	-	7
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	16	1	3	-	20

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 169 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	1	-	-	-
Ambulatorial	17	1	-	-
Urgência	1	-	-	-
Diagnose e terapia	3	1	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 170 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
3,2	3,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 171 – Leitos ofertados em Conceição do Almeida, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	22	22	-	-	-	-	22	22
Clínicos	-	-	23	23	-	-	-	-	23	23
Obstétrico	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Pediátrico	-	-	8	8	-	-	-	-	8	8
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	58	58	-	-	-	-	58	58

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

O quadro dos profissionais da área de saúde que atuam em Conceição do Almeida chama a atenção para o fato de que, embora o município abrigue um hospital maternidade e disponibilize oito leitos pediátricos, não há registro de pediatras contratados nessa unidade administrativa. Os números de médicos obstetras e anestesistas também chamam a atenção. Há o registro de apenas 2 médicos obstetras e 1 médico anestesista, números reduzidos para um município que abriga um hospital maternidade. O município é munido de equipamentos, com exceção de tomógrafos e de aparelhos de ressonância magnética.

Quadro 172 – Recursos humanos de saúde em Conceição do Almeida, dez. 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	31	24	7	1,7	1,3
.. Anestesista	1	1	-	0,1	0,1
.. Cirurgião Geral	2	2	-	0,1	0,1
.. Clínico Geral	6	6	-	0,3	0,3
.. Gineco Obstetra	2	1	1	0,1	0,1
.. Médico de Família	7	7	-	0,4	0,4
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	2	1	1	0,1	0,1
Cirurgião dentista	8	6	2	0,4	0,3
Enfermeiro	8	8	-	0,4	0,4
Fisioterapeuta	3	2	1	0,2	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	2	1	1	0,1	0,1
Farmacêutico	4	4	-	0,2	0,2
Assistente social	1	1	-	0,1	0,1
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	26	26	-	1,4	1,4
Técnico de Enfermagem	4	4	-	0,2	0,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 173 – Equipamentos disponíveis no SUS em Conceição do Almeida, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	6	6	3
Equipamentos de infra-estrutura	2	2	-
Equipamentos por métodos ópticos	9	9	-
Equipamentos por métodos gráficos	3	3	2
Equipamentos de manutenção da vida	3	3	2
Equipamentos de Odontologia	7	7	7
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 174 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	1	1	-	5,6	5,6
Raio X	3	3	2	16,7	16,7
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	2	2	1	11,1	11,1
Equipo Odontológico Completo	5	5	5	27,8	27,8

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Os números relativos às causas de internações no município de Conceição do Almeida são semelhantes aos demais municípios, que apresentam um elevado índice de internação por mulheres grávidas, característica singular do Brasil, país que mais faz partos cesáreos no mundo. Em Conceição do Almeida, as principais causas de internação entre pessoas até 14 anos são doenças infecciosas e parasitárias, chegando a corresponder a 40,5% das internações entre crianças de 1 a 4 anos. Até os 14 anos também é relevante o número de internações por problemas respiratórios. Conceição do Almeida diferencia-se dos outros municípios estudados na precocidade de internações de pessoas com patologias dos aparelhos circulatórios e digestivos, principais causas em pessoas acima dos 20 anos.

Quadro 175 – Morbidades que resultaram em internação em Conceição do Almeida, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**35,7**	**40,5**	**25,7**	**28,3**	11,9	9,6	7,7	6,7	7,3	13,3
II. Neoplasias (tumores)	-	0,8	1,4	-	-	4,4	9,7	5,1	4,9	4,3
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	1,4	1,9	-	0,9	1,0	0,8	0,6	0,8
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	0,8	2,7	1,9	-	4,0	6,1	9,1	8,8	4,4
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	1,4	-	-	-	0,6
VI. Doenças do sistema nervoso	-	1,7	1,4	-	-	1,1	0,5	1,6	1,2	1,0
VII. Doenças do olho e anexos	-	0,8	1,4	-	-	-	1,5	2,8	2,4	0,8
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	1,7	6,8	9,4	12,9	**16,7**	**33,2**	**44,3**	**42,1**	**21,2**
X. Doenças do aparelho respiratório	**35,7**	**28,1**	**27,0**	**28,3**	11,9	4,3	10,2	7,5	8,5	10,4
XI. Doenças do aparelho digestivo	7,1	14,0	13,5	3,8	6,9	14,5	**15,8**	**15,0**	**15,9**	13,7
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	0,8	-	-	1,0	1,7	2,0	2,0	1,8	1,5
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	1,0	0,3	1,0	-	0,3	0,3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	8,3	13,5	3,8	6,9	7,3	5,6	2,8	2,7	6,5
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	3,8	**44,6**	**27,7**	-	-	-	**15,6**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**21,4**	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	1,7	2,7	3,8	2,0	2,3	2,6	0,4	1,2	2,0
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	1,4	1,9	-	0,5	-	1,2	0,9	0,5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	0,8	1,4	11,3	1,0	3,2	3,1	0,8	1,2	2,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	1,9	-	0,2	-	-	-	0,1
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

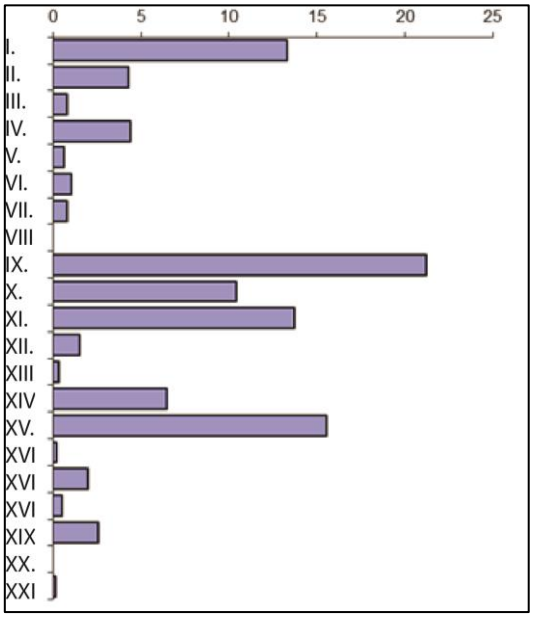


Figura 240 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Conceição do Almeida

As causas de morte revelam que as patologias do aparelho circulatório, principal morbidade que atinge os habitantes do município, também são a principal causa de morte, chegando a representar 43,6% da mortalidade no município. Segundo a pesquisadora Ishitani (2006), os altos índices de morbidade e mortalidade por doenças do aparelho circulatório têm uma relação direta com a pobreza e o baixo nível de escolaridade. Ishitani afirma que:

> As doenças cardiovasculares (DCV) representam a primeira causa de morte no Brasil. Apesar da tendência de redução dos riscos de mortalidade por DCV no País e no mundo, algumas projeções indicam o aumento de sua importância relativa em países de baixa e média renda. A maior longevidade, associada ao possível aumento da incidência das DCV por adoção dos modos de vida com maior exposição a fatores de risco, são consideradas as principais razões deste incremento. Como fatores de risco estão o tabagismo e inatividade física, além de dieta rica em gorduras saturadas, com consequente aumento dos níveis de colesterol e hipertensão.No Brasil, um fato que agrava esse quadro é que, aproximadamente, um terço dos óbitos por DCV ocorrem precocemente em adultos na faixa etária de 35 a 64 anos. Nesta faixa etária, as principais causas de óbito por doenças do aparelho circulatório são as doenças isquêmicas do coração, as doenças cerebrovasculares e as doenças hipertensivas. Ressalte-se que essas causas são em grande parte evitáveis, diante da probabilidade de diminuição da ocorrência dessas mortes, se houver assistência ou prevenção

oportunas. Apesar da importância crescente das DCV nos países em desenvolvimento, são poucos os estudos que investigam como as desigualdades sociais afetam o quadro de mortalidade. Em países desenvolvidos, existem evidências de uma relação inversa entre nível socioeconômico e a incidência e/ou prevalência e mortalidade por DCV. Estudos ecológicos realizados em diferentes países investigações brasileiras que abordaram diferenciais intra-urbanos verificaram maior taxa de mortalidade por DCV em populações de pior nível socioeconômico. Entretanto, em outras investigações brasileiras verificou-se maior risco de morte por DCV em macrorregiões socioeconomicamente desenvolvidas, corroborando Cooper que coloca ser este o padrão encontrado em países ainda não desenvolvidos. Uma possível explicação para esses diferentes resultados está relacionada ao problema da qualidade da informação. Enquanto os estudos realizados em municípios analisaram dados de mortalidade de melhor qualidade, o mesmo não ocorreu com os estudos, de maior abrangência, das unidades federativas e das macrorregiões, muito heterogêneas do ponto de vista socioeconômico. As regiões Norte e Nordeste do Brasil são consideradas menos desenvolvidas e com maiores deficiências na oferta, no acesso e na organização dos serviços de saúde. Assim, suas informações sobre mortalidade são comprometidas pela captação deficiente de óbitos e pelas elevadas proporções de causas mal definidas informadas no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O Sul e o Sudeste, ao contrário, possuem melhor qualidade das estatísticas vitais e apresentam maiores taxas de mortalidade, possivelmente devido a melhor cobertura do SIM. A comparação dos dados entre as regiões é prejudicada pelo problema do sub-registro e da qualidade da informação relativa às causas de óbito, situação geralmente associada à pobreza. (p.685, 2006).

Quadro 176 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Conceição do Almeida, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	21,4	10,0	1,7	3,1	6,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	30,0	6,8	9,2	10,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	21,4	15,0	59,3	55,4	43,6
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	1,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	14,3	5,0	5,1	4,6	6,4
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	42,9	35,0	27,1	27,7	30,9
Total	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 177 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	10,5	-	-	-	5,5
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	10,4	-	-	-	20,5	-	10,9
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	10,3	-	-	-	-	10,9
Infarto agudo do miocardio	10,5	21,0	42,0	31,3	36,5	10,4	16,6
Doenças cerebrovasculares	100,1	68,3	78,7	57,5	67,8	62,4	55,3
Diabetes mellitus	47,4	21,0	31,5	15,7	26,1	46,8	38,7
Acidentes de transporte	15,8	-	-	20,9	5,2	10,4	11,1
Agressões	-	-	5,2	-	-	15,6	-

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 178 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	139	118	117	132	138	109	115
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	7,3	6,2	6,1	6,9	7,2	5,7	6,4
% óbitos por causas mal definidas	23,0	17,8	19,7	35,6	14,5	14,7	18,3
Total de óbitos infantis	3	8	3	7	3	1	1
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	1	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	2,2	6,8	2,6	5,3	2,2	0,9	0,9
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	14,3	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	10,1	30,8	11,6	28,3	13,6	4,4	4,7

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

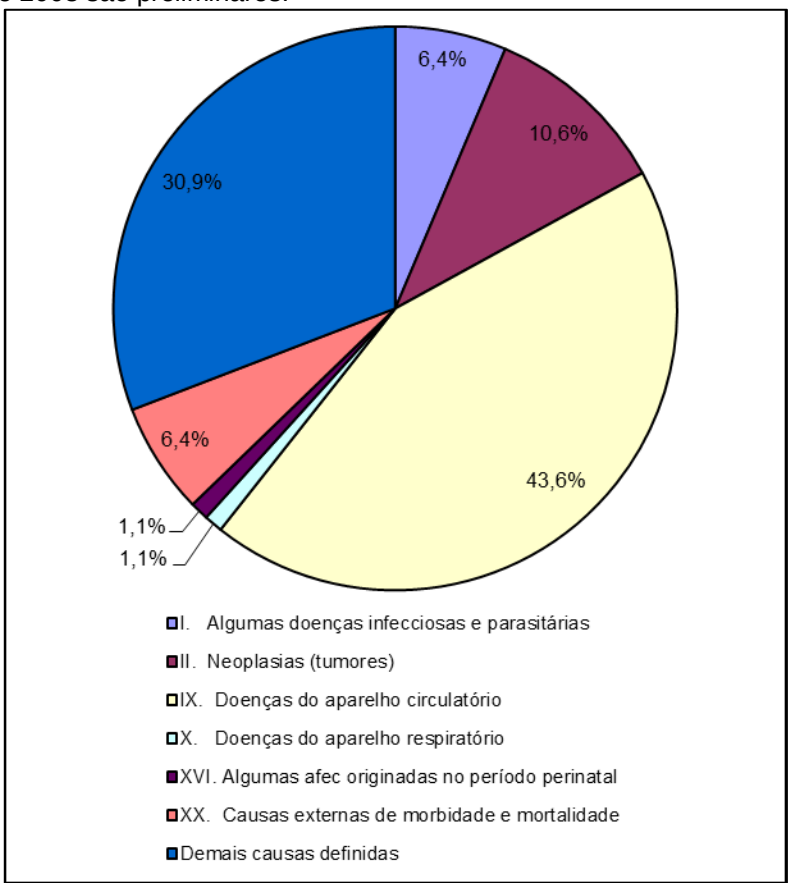


Figura 241 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Conceição do Almeida

Dom Macedo Costa

O município de Dom Macedo Costa possui duas unidades de saúde da família e um consultório médico privado. Dessa forma, o município oferece apenas a atenção básica à saúde, não dispondo de leitos, serviços de saúde diagnóstica ou outros serviços de saúde de maior complexidade.

Quadro 179 – Estabelecimentos de saúde em Dom Macedo Costa, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	2	-	-	-	2
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	1	-	1
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	3	-	1	-	4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 180 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	2	1	-	-
Urgência	-	-	-	-
Diagnose e terapia	-	1	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 181 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 182 – Leitos oferecidos em Dom Macedo Costa, 2003

Especialidade	Público		Filantrópico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obstétrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pediátrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

A quantidade de profissionais que atuam no município, assim como os equipamentos de saúde disponíveis à população, condizem com a estrutura de saúde do município, que oferece apenas a atenção básica à saúde.

Quadro 183 – Recursos humanos de saúde em Dom Macedo Costa-Dez. 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	9	9	-	2,3	2,3
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	2	2	-	0,5	0,5
.. Gineco Obstetra	2	2	-	0,5	0,5
.. Médico de Família	2	2	-	0,5	0,5
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	1	1	-	0,3	0,3
.. Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	2	2	-	0,5	0,5
Enfermeiro	2	2	-	0,5	0,5
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	1	1	-	0,3	0,3
Assistente social	1	1	-	0,3	0,3
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	2	2	-	0,5	0,5
Técnico de Enfermagem	5	5	-	1,3	1,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 184 – Equipamentos disponíveis no SUS em Dom Macedo Costa, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	3	3	2
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	2	2	2
Equipamentos de manutenção da vida	-	-	-
Equipamentos de Odontologia	3	3	2
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 185 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	2	2	2	50,6	50,6
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	1	1	-	25,3	25,3
Equipo Odontológico Completo	3	3	2	76,0	76,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Como é comum nos municípios baianos, a principal causa de internação em Dom Macedo Costa são problemas relacionados à gestação, parto e puerpério. Destacam-se, dentre as causas de internação, as causas externas, por agressões e envenenamentos, índice muito elevado entre pessoas de 5 a 19 anos. A segunda maior incidência no município são as causas externas, que correspondem a acidentes, envenenamento e agressões. Chama a atenção de que os elevados índices referentes a morbidades por atos de violência atingem desde crianças de 5 anos a idosos. A violência no município também é representada pelo alto índice de mortalidade por "demais causas definidas" e "causas externas", revelando que Dom Macedo Costa é um município pobre e carente de serviços básicos como saúde, educação e segurança.

Segundo o IBGE[93], nos anos mais recentes, a estrutura de mortalidade no Brasil vem passando por profundas mudanças, principalmente no que se refere à incidência de determinadas causas de óbitos sobre as distintas faixas etárias. Causas evitáveis, como as relacionadas a patologias infecciosas e parasitárias, a má nutrição e os problemas relacionados à saúde reprodutiva, que historicamente afetavam a mortalidade infantil, vêm cada vez mais perdendo sua predominância anterior. Por outro lado, têm aparecido outras causas de morte relacionadas a patologias não

[93] Informações retiradas do site http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_aquali.pdf, acessado no dia 19/04/2014.

transmissíveis e à violência. Ainda é grande o número de mortes evitáveis, principalmente de crianças mais carentes, que já se beneficiam do programa Saúde da Família. As transformações nas estruturas de causas de morte são mais visíveis, no entanto, nas áreas onde a violência se transforma em um fenômeno cada vez mais generalizado, atingindo principalmente adultos jovens, do sexo masculino. O processo, segundo o IBGE, ocorre em paralelo ao declínio generalizado da morte infantil, caracterizando uma contradição que o país vem vivenciando ao longo dos últimos 20 anos: aumenta o número de crianças sobreviventes, mas eleva-se o risco de virem a morrer ao atingirem as faixas etárias jovens.

Ainda de acordo com o IBGE, também é importante para a análise da estrutura das taxas de mortalidade, o peso das causas relacionadas a problemas circulatórios, respiratórios e neoplasias, que vêm incidindo nas faixas etárias mais idosas.

No entanto, o índice “demais causas definidas” aparece como principal causa de morte entre pessoas idosas no município, o que sugere um problema no diagnóstico e assistência à população idosa ou na categorização dos diagnósticos realizados referentes à causa de morte.

Quadro 186 – Morbidades que resultaram em internação em Dom Macedo Costa, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**33,3**	**25,0**	-	-	-	1,1	-	8,7	6,3	3,8
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	8,9	**23,5**	-	6,3	7,6
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	3,3	11,8	4,3	3,1	3,8
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	9,1	1,1	-	8,7	6,3	2,5
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	3,3	5,9	**30,4**	**25,0**	7,0
X. Doenças do aparelho respiratório	**33,3**	**37,5**	**33,3**	-	-	4,4	5,9	**21,7**	**18,8**	9,5
XI. Doenças do aparelho digestivo	**33,3**	12,5	-	-	-	8,9	**23,5**	4,3	6,3	9,5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	3,3	**17,6**	-	6,3	3,8
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	**25,0**	-	-	-	11,1	-	8,7	6,3	8,9
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	**63,6**	**36,7**	-	-	-	**25,3**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	**33,3**	-	-	3,3	-	-	-	2,5
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	1,1	5,9	8,7	9,4	2,5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	**33,3**	**66,7**	**27,3**	10,0	5,9	4,3	6,3	10,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	**33,3**	-	3,3	-	-	-	2,5
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

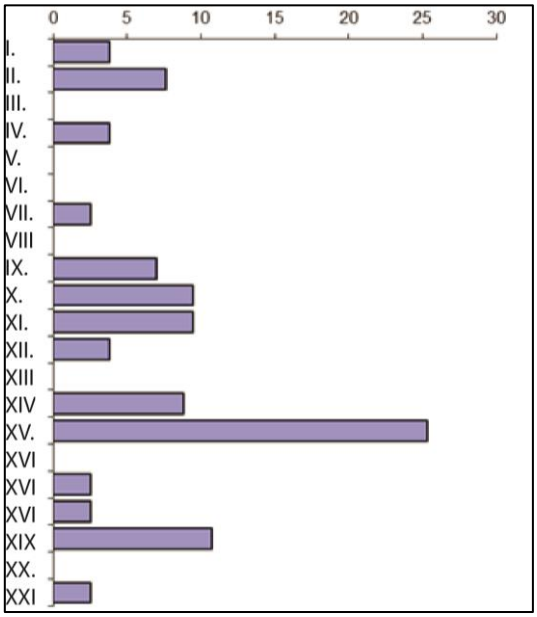


Figura 242 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Dom Macedo Costa

Quadro 187 – Mortalidade proporcional por faixa etária em Dom Macedo Costa, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	25,0	50,0	-	6,7	11,5
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	-	7,1	6,7	3,8
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	25,0	50,0	28,6	26,7	26,9
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	7,1	6,7	3,8
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	100,0	-	-	66,7	50,0	-	-	-	19,2
Demais causas definidas	-	-	-	-	33,3	-	-	57,1	53,3	34,6
Total	-	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 188 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008

AIDS	-	-	-	-	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	53,7	-	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	53,7	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	-	54,1	81,4	-	-	27,7	76,2
Doenças cerebrovasculares	26,9	27,0	135,7	-	165,1	138,4	25,4
Diabetes mellitus	-	54,1	54,3	-	82,6	27,7	101,6
Acidentes de transporte	-	-	-	-	-	-	-
Agressões	-	-	-	-	-	-	25,4

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 189 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Total de óbitos	29	23	34	21	34	38	29
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	7,8	6,2	9,2	5,8	9,4	10,5	7,4
% óbitos por causas mal definidas	55,2	39,1	14,7	33,3	5,9	2,6	10,3
Total de óbitos infantis	-	-	2	-	1	1	1
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	1
% de óbitos infantis no total de óbitos *	-	-	5,9	-	2,9	2,6	3,4
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	100,0
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	-	-	42,6	-	23,8	15,6	22,7

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

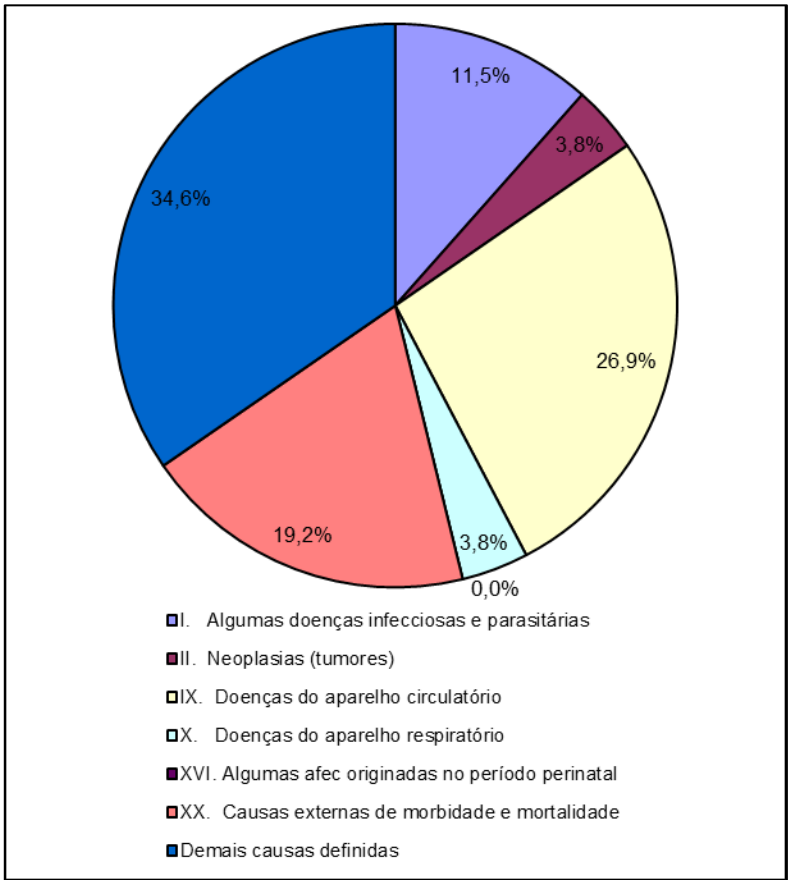


Figura 243 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Dom Macedo Costa

Jaguaripe

A infraestrutura do município de Jaguaripe oferece apenas o serviço de atenção básica. Há apenas nove unidades do Programa Saúde da Família no município.

Quadro190 – Estabelecimentos de saúde em Jaguaripe, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	9	-	-	-	9
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	9	-	-	-	9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 191 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	8	-	-	-
Urgência	-	-	-	-
Diagnose e terapia	-	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 192 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Sendo assim, o município não oferece leitos, como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 193 – Leitos de internação existentes em Jaguaripe, 2008

Especialidade	Público		Filantrópico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obstétrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pediátrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

O número de funcionários da saúde de Jaguaripe compõe o quadro mínimo admitido para estruturar as unidades de saúde da família de que o município dispõe. Não há obstetras ou pediatras. Os equipamentos que compõem as unidades odontológicas de saúde na família são os básicos.

Quadro 194 – Recursos humanos de saúde em Jaguaripe, dez. 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	12	12	-	0,7	0,7
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	7	7	-	0,4	0,4
.. Gineco Obstetra	-	-	-	-	-
.. Médico de Família	5	5	-	0,3	0,3
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	4	4	-	0,2	0,2
Enfermeiro	5	5	-	0,3	0,3
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	-	-	-	-	-
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	10	10	-	0,6	0,6
Técnico de Enfermagem	6	6	-	0,3	0,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 195 – Equipamentos disponíveis no SUS em Jaguaripe, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	-	-	-
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	-	-	-
Equipamentos de manutenção da vida	-	-	-
Equipamentos de Odontologia	3	3	3
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 196 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	-	-	-	-	-
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	-	-	-	-	-
Equipo Odontológico Completo	3	3	3	17,2	17,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Há um elevado índice de internações, desde bebês a adolescentes, acometidos por patologias do aparelho respiratório e também por doenças infecciosas e parasitárias. Nos adultos e idosos predominam morbidades relacionadas ao aparelho circulatório e digestivo. Essa configuração de morbidade da população sugere que o município apresenta um elevado índice de pobreza e uma precária assistência à saúde. Hipótese fortalecida pelo alto índice de mortalidade infantil associado a doenças surgidas após o parto.

Quadro 197 – Morbidades que resultaram em internação em Jaguaripe, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**37,9**	**28,4**	**22,2**	**20,8**	6,2	7,5	7,3	10,9	8,2	12,1
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	4,2	-	6,0	8,5	6,5	5,7	4,7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3,4	-	2,8	-	-	1,3	-	-	-	0,9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3,4	3,4	-	-	1,5	4,5	**15,9**	14,1	13,9	6,0
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,8	-	-	-	0,4
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	2,8	-	-	1,5	1,2	1,1	1,6	1,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	3,4	-	-	-	-	-	1,1	0,8	0,5
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3,4	1,1	-	-	-	-	-	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	5,3	**24,4**	**27,2**	**26,2**	8,1
X. Doenças do aparelho respiratório	**37,9**	**50,0**	**41,7**	8,3	7,7	5,0	11,0	14,1	**15,6**	14,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	9,1	11,1	**16,7**	4,6	10,0	**15,9**	**16,3**	**15,6**	10,7
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	4,2	3,1	3,5	2,4	2,2	2,5	2,6
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	5,6	8,3	3,1	1,0	1,2	1,1	0,8	1,5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	2,3	-	8,3	6,2	9,0	6,1	2,2	4,1	6,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	8,3	**53,8**	**34,8**	-	-	-	**21,6**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	13,8	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	1,1	-	-	-	0,5	-	-	-	0,4
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	1,2	-	0,8	0,1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	1,1	11,1	**20,8**	12,3	8,5	4,9	3,3	4,1	7,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	2,8	-	1,5	0,8	-	-	-	0,6
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

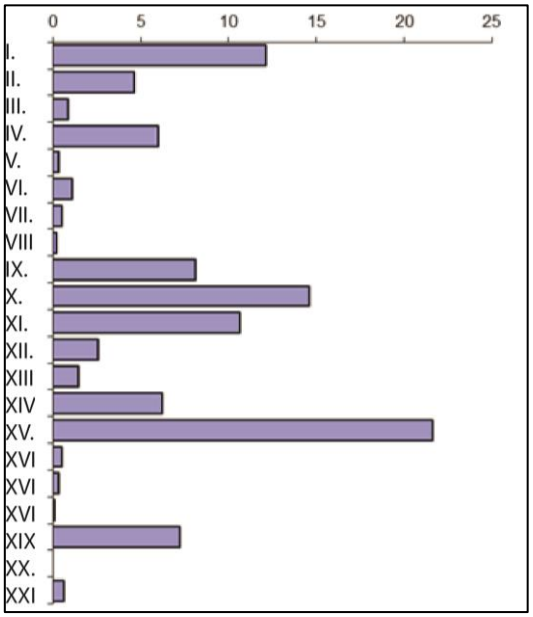


Figura 244 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Jaguaripe

Quadro 198 – Mortalidade em Jaguaripe, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	16,7	7,7	11,8	6,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	30,0	-	23,1	17,6	18,8
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	20,0	50,0	30,8	41,2	28,1
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	10,0	-	7,7	5,9	6,3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	50,0	40,0	-	-	-	15,6
Demais causas definidas	-	-	-	-	50,0	-	33,3	30,8	23,5	21,9
Total	100,0	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 199 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	-	-	-	7,5	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	-	-	-	12,2
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	15,0	27,7	-	7,5	22,4	7,5	5,9
Doenças cerebrovasculares	15,0	46,1	55,5	29,9	15,0	29,9	29,3
Diabetes mellitus	15,0	46,1	9,3	14,9	37,4	29,9	17,6
Acidentes de transporte	15,0	-	-	7,5	-	7,5	5,9
Agressões	15,0	-	-	-	-	22,4	5,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 200 –Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	50	64	41	33	44	54	54
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	3,7	5,9	3,8	2,5	3,3	4,0	3,2
% óbitos por causas mal definidas	44,0	23,4	46,3	27,3	31,8	20,4	40,7
Total de óbitos infantis	4	7	4	5	2	4	1
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	8,0	10,9	9,8	15,2	4,5	7,4	1,9
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	20,5	40,0	20,5	20,9	10,2	16,7	4,1

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

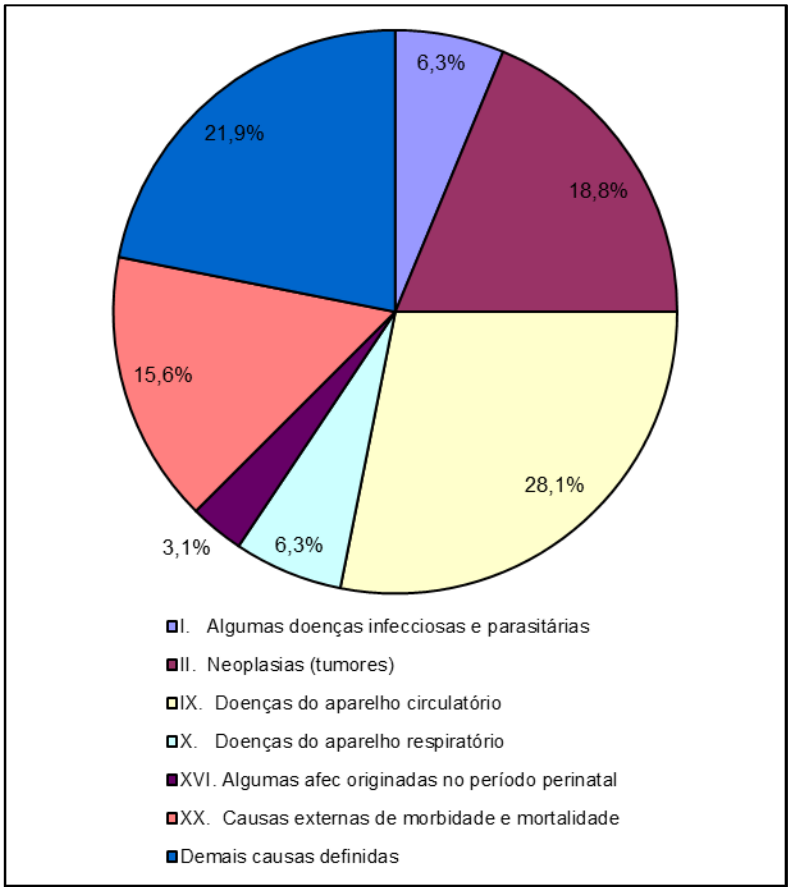


Figura 245 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Jaguaripe

As patologias que mais tiraram vidas em Jaguaripe foram as relacionadas ao aparelho circulatório, seguidas de afecções no período perinatal e causas externas de morbidades e mortalidades. As mortes de crianças por doenças no pós-parto e mortes por causas externas são indicadores que evidenciam óbitos considerados evitáveis. Tais índices retratam um município carente, onde falta informação e educação e há precária assistência à saúde, principalmente à saúde básica.

Lauro de Freitas

O município de Lauro de Freitas tem uma rede de saúde complexa, com unidades básicas de saúde, clínicas particulares e hospitais de alta complexidade. Há[94] os hospitais da rede pública, o Hospital Geral Menandro de Faria e o Hospital Jorge Novis. Há ainda três hospitais particulares, o Hospital UNIMED, Hospital Aeroporto e o Hospital COF. Em 2012[95], o governo da Bahia inaugurou uma maternidade e uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento).

[94] Informações acessadas no site http://www.telelistas.net/ba/lauro+de+freitas/hospitais/, no dia 22/04/2014.

[95] Informações retiradas no site http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4935:governo-inaugura-maternidade-em-lauro-de-freitas&catid=1:noticiascidadaousuario&Itemid=14 e http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/upa-unidade-de-pronto-atendimento/ba, acessada no dia 22/04/2014.

Quadro 201 – Estabelecimentos de saúde em Lauro de Freitas, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	2	-	-	-	2
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	14	-	1	-	15
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	2	-	33	-	35
Consultório Isolado	-	-	99	-	99
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	2	-	2
Hospital Geral	2	-	2	-	4
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	3	-	8	-	11
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	1	-	2	-	3
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	1	-	5	-	6
Unidade de Vigilância em Saúde	3	-	-	-	3
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Terrestre	4	-	-	-	4
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	33	-	152	-	185

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 202 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	4	4	-	2
Ambulatorial	49	142	2	37
Urgência	9	6	-	3
Diagnose e terapia	16	28	1	11
Vig. epidemiológica e sanitária	3			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 203 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
1,4	0,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Os números de leitos oferecidos em Lauro de Freitas e contabilizados pelo DATASUS estão visivelmente desatualizados, já que os dados são do ano de 2010 e, em 2012, houve inaugurações de estabelecimentos de saúde pública que ampliaram o número de leitos. Da mesma forma, as informações sobre os recursos humanos de saúde em Lauro de Freitas e equipamentos disponíveis no SUS, espera-se que o número tenha sido ampliado com as novas unidades que oferecem serviço público em saúde.

Quadro 204 – Leitos oferecidos em Lauro de Freitas, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	4	4	-	-	40	1	-	-	44	5
Clínicos	33	33	-	-	60	-	-	-	93	33
Obstétrico	40	40	-	-	-	-	-	-	40	40
Pediátrico	11	11	-	-	5	-	-	-	16	11
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	19	19	-	-	1	-	-	-	20	19
Total	107	107	-	-	106	1	-	-	213	108

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 205 – Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	932	484	448	5,9	3,1
.. Anestesista	34	26	8	0,2	0,2
.. Cirurgião Geral	44	33	11	0,3	0,2
.. Clínico Geral	157	131	26	1,0	0,8
.. Gineco Obstetra	110	63	47	0,7	0,4
.. Médico de Família	23	23	-	0,1	0,1
.. Pediatra	72	44	28	0,5	0,3
.. Psiquiatra	8	7	1	0,1	0,0
.. Radiologista	129	38	91	0,8	0,2
Cirurgião dentista	125	42	83	0,8	0,3
Enfermeiro	109	102	7	0,7	0,6
Fisioterapeuta	60	38	22	0,4	0,2
Fonoaudiólogo	25	18	7	0,2	0,1
Nutricionista	31	27	4	0,2	0,2
Farmacêutico	51	34	17	0,3	0,2
Assistente social	27	26	1	0,2	0,2
Psicólogo	24	15	9	0,2	0,1
Auxiliar de Enfermagem	231	182	49	1,5	1,2
Técnico de Enfermagem	72	65	7	0,5	0,4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 206 – Equipamentos disponíveis no SUS em Lauro de Freitas, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	152	150	37
Equipamentos de infra-estrutura	110	106	12
Equipamentos por métodos ópticos	57	55	5
Equipamentos por métodos gráficos	79	78	14
Equipamentos de manutenção da vida	379	378	23
Equipamentos de Odontologia	292	285	99
Outros equipamentos	66	65	11

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 207 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	7	7	1	4,5	4,5
Raio X	75	74	15	47,8	47,2
Tomógrafo Computadorizado	3	3	-	1,9	1,9
Ressonância Magnética	4	4	2	2,5	2,5
Ultrassom	61	60	18	38,9	38,2
Equipo Odontológico Completo	75	74	18	47,8	47,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Entre as morbidades que provocaram internações, as afecções no período perinatal e doenças do aparelho respiratório aparecem como as principais em crianças menores de um ano. Acima de um ano, predominam na infância as doenças do aparelho respiratório e digestivo. A principal causa de internação em adolescentes e adultos jovens é a gravidez e parto. Os adultos e idosos apresentam índices expressivos de morbidade por neoplasias e doenças do aparelho circulatório.

Segundo Cardim (2011), no Brasil, a esquistossomose mansônica constitui um dos mais sérios problemas de saúde pública e é uma das doenças parasitárias de maior veiculação hídrica do mundo. Na Bahia, a doença é notificada em 65% (271/417) dos municípios, com média de 165,8 internações/ano, 40,2 óbitos/ano e prevalência de 5,4%. O município de Lauro de Freitas vem se transformando em uma preocupação dos responsáveis pelo Programa de Controle da Esquistossomose, por ser classificado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia como de transmissão focal para a doença e por apresentar-se em plena ascensão econômica, atraindo intensos movimentos migratórios, com ocupação populacional descontrolada no espaço urbano e com consequentes distúrbios ambientais que aumentam o risco da expansão geográfica da endemia.

Em sua pesquisa sobre esquistossomose, Cardim encontrou que:

> Entre os anos de 2006 e 2008 foram notificados 1.006 casos de esquistossomose mansônica no Município de Lauro de Freitas, sendo 37,6% (378/1.006) no ano de 2006, 25,8% (260/1.006) no de 2007 e 36,6% (368/1.006)

> no ano de 2008. A média de idade foi de 30,9 anos, variando de 3 a 80 anos. O sexo masculino representou 63,4% (638/1.006) dos casos. Do total de indivíduos positivos, 66,8% (672/1.006) foram tratados. De acordo com a análise de correlação de Pearson não foi observada associação entre as variáveis, os casos de esquistossomose e a precipitação pluviométrica. Apesar de os indicadores socioeconômicos serem positivos para todos os setores censitários do município, no que concerne à proporção de domicílios com abastecimento de água via rede geral, à proporção de domicílios com sanitário, à proporção de domicílios com destino do lixo coletado e à proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios alfabetizadas, ultrapassando a casa dos 80% das moradias, observou-se *in loco* que a maioria dos endereços georreferenciados apresentava fatores de susceptibilidade para a ocorrência da doença, como presença de habitações em áreas próximas às aguadas com a presença dos caramujos do gênero *Biomphalaria*, precariedade da qualidade de vida, baixa escolaridade e escasso lazer. Tais evidências são concordantes com outras pesquisas pertinentes ao tema. (p.899 e 900, 2011).

Embora as taxas de morbidade por doenças infecciosas e parasitárias não estejam entre as principais causas gerais de internação, provocam grande número de internação em todas as faixas etárias, principalmente entre crianças de 1 a 4 anos. Esses dados revelam que são necessárias políticas de saneamento, educação e atenção básica à saúde, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as mortes por causas evitáveis. De acordo com estudo realizado por Cabanelas e Moreira[96] (2007), Lauro de Freitas não possui sistema de esgotamento sanitário, sendo os dejetos depositados em fossas e jogados nas nascentes e no rio sapato.

[96] Informações sobre estudo acessadas nos sites http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/viewFile/4192/3068 e http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/viewArticle/4192 no da 22/04/2014.

Quadro 208 – Morbidades que resultaram em internação em Lauro de Freitas, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,5	12,4	8,8	10,8	1,5	3,0	4,8	8,5	7,7	4,5
II. Neoplasias (tumores)	1,0	0,8	2,5	6,5	0,7	6,7	**15,8**	**15,5**	**16,2**	6,7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	0,3	0,4	3,8	-	0,1	0,5	0,9	0,8	0,3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1,3	1,3	0,4	1,1	0,7	0,8	1,8	3,5	3,2	1,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	0,5	-	0,9	0,5	-	0,2	0,6
VI. Doenças do sistema nervoso	3,2	0,5	1,4	1,1	0,2	0,9	1,8	1,7	2,0	1,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	0,3	1,4	1,1	0,5	0,7	6,2	7,6	8,5	1,6
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,6	0,3	-	1,1	0,3	0,2	-	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	1,6	1,6	0,7	3,2	1,5	4,3	**16,5**	**20,7**	**17,2**	5,6
X. Doenças do aparelho respiratório	**25,4**	**32,9**	**17,5**	10,2	2,4	1,4	5,1	5,2	5,1	6,1
XI. Doenças do aparelho digestivo	11,6	**25,1**	**32,3**	11,3	2,9	6,8	14,9	13,1	13,0	10,2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1,6	4,9	5,6	2,2	2,9	8,6	10,2	5,2	6,3	7,2
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	0,3	0,7	2,7	0,5	1,5	3,5	3,8	4,3	1,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	3,5	7,8	10,5	11,8	1,2	6,0	8,2	6,4	8,3	6,1
XV. Gravidez parto e puerpério	-	0,3	-	13,4	**75,2**	**48,8**	-	-	-	**35,4**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**37,6**	0,5	-	0,5	-	0,0	-	-	-	1,9
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	4,8	5,4	4,9	2,7	1,7	1,2	1,0	-	0,4	1,8
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,3	-	0,4	0,5	0,3	0,8	1,0	1,5	1,8	0,7
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,9	4,1	9,8	12,4	6,7	6,7	7,5	6,4	4,7	6,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	0,2	-	-	0,0
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	1,3	2,8	3,2	0,7	0,7	0,6	-	0,4	0,8
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

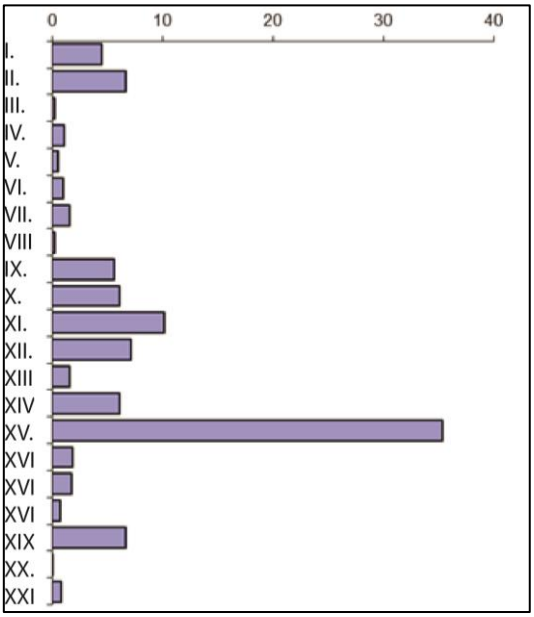


Figura 246 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Lauro de Freitas

A principal causa de morte em Lauro de Freitas é por causas externas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)[97], o município registra o segundo pior indicador de mortalidade por homicídios de jovens, em 2010. O indicador de homicídios é um dos componentes do IVJ-Violência, em que Lauro de Freitas aparece na oitava pior situação de todo o país (0,437). No relatório anterior do FBSP, apresentado em 2009, com dados relativos a 2007, Lauro de Freitas aparecia em 9º lugar, apesar de ostentar pior índice: 0,554. Um outro estudo[98] aponta que o índice de mortalidade infantil vem caindo nos últimos anos co município, embora ainda seja um índice elevado. Há ainda elevados índices de mortalidade também por doenças do aparelho circulatório e neoplasias.

[97] Informações retiradas no site http://bahianoar.com/n/lauro-de-freitas-cidade-registra-segundo-pior-indicador-de-mortalidade-por-homicidios-de-jovens#.U1cdMvldUQ0, acessada em 22/04/2014.

[98] Informações acessadas em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/lauro-de-freitas_ba 22/04/2014.

Quadro 209 – Mortalidade em Lauro de Freitas, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3,9	-	-	-	-	8,0	4,0	5,0	4,3	5,4
II. Neoplasias (tumores)	-	-	100,0	-	-	11,2	20,2	17,1	17,7	14,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	10,0	-	8,8	33,5	36,3	35,4	22,9
X. Doenças do aparelho respiratório	2,0	-	-	10,0	-	4,4	8,7	13,9	12,2	8,4
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	4,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	70,0	97,1	56,8	8,1	1,4	2,6	25,0
Demais causas definidas	21,6	-	-	10,0	2,9	10,8	25,4	26,3	27,8	19,8
Total	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 210 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	4,1	6,3	3,8	5,0	8,2	7,3	8,5
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	4,8	4,6	3,0	11,1	14,7	7,7	11,4
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	11,2	4,6	6,0	4,2	5,4	3,8	6,3
Infarto agudo do miocardio	17,9	21,2	15,2	17,0	19,1	17,2	21,6
Doenças cerebrovasculares	42,3	31,5	31,2	34,0	32,1	30,4	39,2
Diabetes mellitus	29,3	28,3	23,6	20,5	27,3	19,2	32,0
Acidentes de transporte	3,3	7,1	3,8	13,4	21,9	9,9	8,5
Agressões	17,1	35,4	37,3	35,4	52,0	67,5	86,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 211 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	548	645	630	614	691	671	856
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	4,5	5,1	4,8	4,3	4,7	4,4	5,6
% óbitos por causas mal definidas	3,5	2,9	3,8	3,7	4,6	6,3	6,5
Total de óbitos infantis	59	58	54	63	49	52	51
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	3	-	1	2	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	10,8	9,0	8,6	10,3	7,1	7,7	6,0
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	5,6	-	2,0	3,8	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	23,9	23,0	20,8	24,8	18,6	19,5	18,5

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

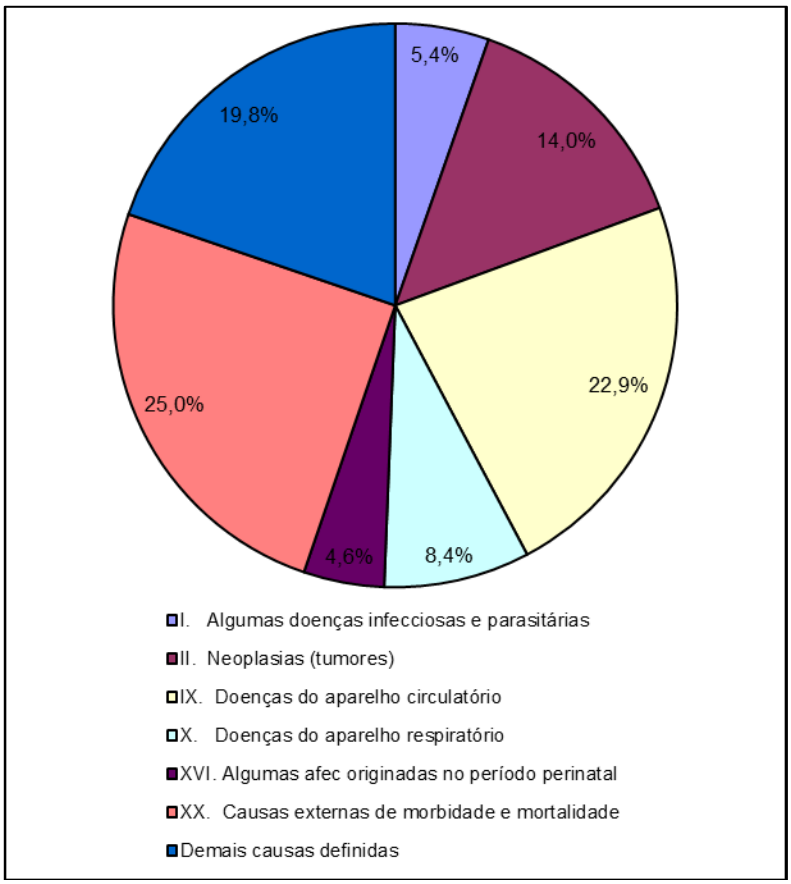


Figura 247 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Lauro de Freitas

Muniz Ferreira

A infraestrutura da saúde em Muniz Ferreira atende somente a atenção básica à saúde, possuindo apenas três centros de atenção básica. O município não dispõe de leitos. Os profissionais de saúde que prestam serviço no município são trabalhadores da atenção básica e a equipe contratada condiz com as exigências mínimas de uma equipe multidisciplinar voltada à atenção básica, nas normas definidas pelo Ministério da Saúde. Há apenas disponíveis no SUS equipamentos odontológicos que integram os centros de atenção básica.

Quadro 212 – Estabelecimentos de saúde em Muniz Ferreira, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	3	-	-	-	3
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	1	-	-	-	1
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	4	-	-	-	4

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS
Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 213 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	4	-	-	-
Urgência	-	-	-	-
Diagnose e terapia	-	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	-			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 214 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 215 – Leitos oferecidos em Muniz Ferreira, 2003

Especialidade	Público		Filantrópico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obstétrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pediátrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 216 – Recursos humanos da saúde em Muniz Ferreira, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	4	4	-	0,6	0,6
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	1	1	-	0,1	0,1
.. Gineco Obstetra	-	-	-	-	-
.. Médico de Família	3	3	-	0,4	0,4
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	2	2	-	0,3	0,3
Enfermeiro	4	4	-	0,6	0,6
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	-	-	-	-	-
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	1	1	-	0,1	0,1
Técnico de Enfermagem	2	2	-	0,3	0,3

Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.
Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 217 – Equipamentos do SUS em Muniz Ferreira, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	-	-	-
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	-	-	-
Equipamentos de manutenção da vida	-	-	-
Equipamentos de Odontologia	2	2	2
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 218 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	-	-	-	-	-
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	-	-	-	-	-
Equipo Odontológico Completo	2	2	2	27,7	27,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

O município de Muniz Ferreira apresenta altos índices de morbidade em crianças, por doenças infecciosas e parasitárias, elevado índice de morbidade por causas externas em jovens e índices expressivos de morbidade por doenças do aparelho circulatório entre os idosos, que constituem dados que sugerem ser o município carente e ter precária educação, saneamento e atenção básica à saúde. Os elevados índices de morbidade de jovens por causas externas indicam que há, no município, acentuada violência. Os dados de mortalidade confirmam os dados de morbidade, apresentando elevados índices de morte por doenças do aparelho circulatório, causas externas e doenças infecciosas e parasitárias, respectivamente.

Quadro 219 – Morbidades que resultaram em internação em Muniz Ferreira, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**37,5**	**44,4**	**22,2**	**16,7**	3,2	7,4	**19,0**	11,1	11,7	12,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	11,1	-	3,2	8,8	2,4	8,9	6,7	6,8
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	-	-	2,4	-	1,7	0,3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6,3	11,1	11,1	-	-	6,0	7,1	4,4	3,3	5,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	3,2	2,3	2,4	2,2	1,7	2,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	0,9	4,8	4,4	6,7	1,6
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	0,9	-	-	-	0,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	8,3	**28,6**	**51,1**	**48,3**	13,8
X. Doenças do aparelho respiratório	**18,8**	**33,3**	**22,2**	-	-	2,3	11,9	6,7	6,7	6,3
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	5,6	11,1	-	3,2	13,0	7,1	6,7	5,0	9,7
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6,3	-	11,1	-	3,2	1,9	2,4	-	-	2,1
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	3,2	1,4	-	-	-	1,0
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6,3	5,6	-	**16,7**	12,9	10,2	7,1	4,4	8,3	8,9
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	**16,7**	**64,5**	**31,5**	-	-	-	**23,2**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**18,8**	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	6,3	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	11,1	**33,3**	3,2	4,6	4,8	-	-	4,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	**16,7**	-	0,5	-	-	-	0,5
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

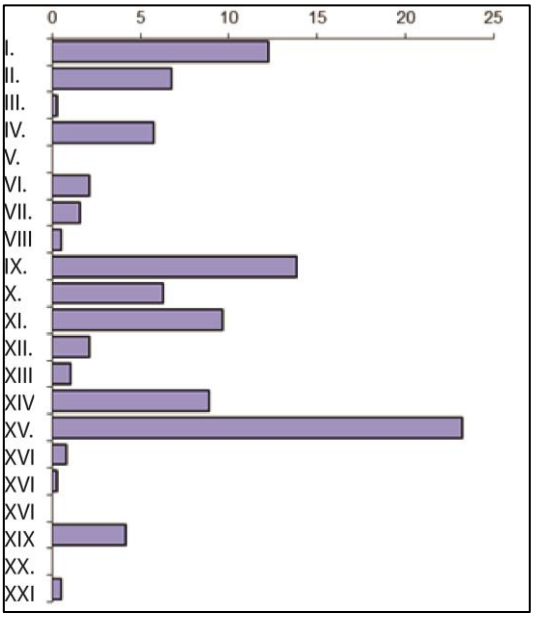


Figura 248 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Muniz Ferreira

Quadro 220 – Mortalidade em Muniz Ferreira, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	28,6	15,4	20,0	14,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	33,3	28,6	30,8	33,3	28,6
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	16,7	-	7,7	6,7	7,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	100,0	50,0	-	7,7	6,7	21,4
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	-	42,9	38,5	33,3	28,6
Total	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 221 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	-	-	-	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	28,9	-	-	-	-	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	28,6	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	-	-	41,6	40,8	13,5	53,4	27,7
Doenças cerebrovasculares	42,4	42,0	41,6	27,2	80,8	40,0	27,7
Diabetes mellitus	-	28,0	69,4	-	26,9	26,7	13,9
Acidentes de transporte	14,1	-	13,9	40,8	53,8	13,3	55,4
Agressões	28,3	-	-	-	13,5	-	-

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 222 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	41	40	37	40	50	34	34
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	5,8	5,6	5,1	5,4	6,7	4,5	4,7
% óbitos por causas mal definidas	4,9	32,5	13,5	30,0	2,0	8,8	17,6
Total de óbitos infantis	3	1	1	2	2	1	-
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	7,3	2,5	2,7	5,0	4,0	2,9	-
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	45,5	13,5	12,2	21,3	23,3	9,1	-

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

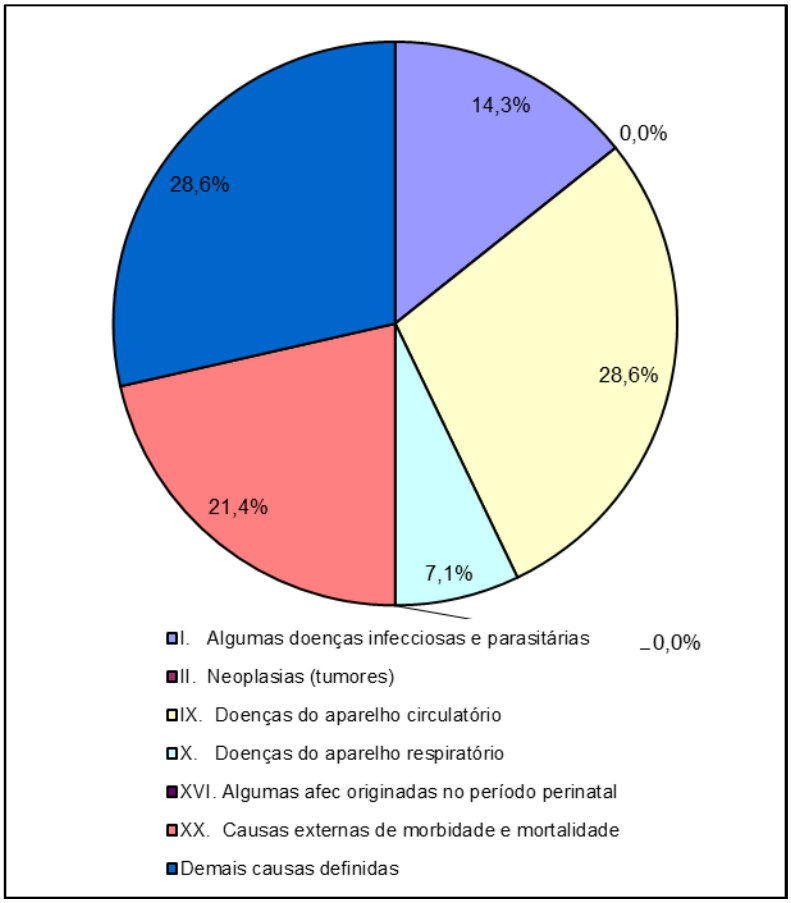


Figura 249 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Muniz Ferreira

Nazaré das Farinhas

O município de Nazaré das Farinhas possui uma infraestrutura de saúde que conta com serviços básicos de saúde a serviços mais complexos, com hospitais que possuem equipe para realizar cirurgias e fazer atendimentos de urgência e emergência. São 12 centros de atenção básica, um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), 1 hospital dia público, 2 hospitais gerais privados, 2 policlínicas privadas, 1 unidade de serviço de apoio a dagnose e terapia. O município oferece 129 leitos, entre públicos e privados. Nazaré das Farinhas possui uma equipe de trabalhadores de saúde que abarcam diferentes formações, composição que condiz com a diversidade de serviços em saúde disponíveis no município. Há também disponíveis, no SUS, aparelhos de diagnose, com exceção de mamógrafos e

aparelhos de alta complexidade. No dia 23 de abril de 2014, foi noticiado[99]que o Ministério Público determinou por liminar que sejam reestabelecidos os serviços que deveriam estar sendo oferecidos no hospital do município, revelando que, embora haja o hospital, a população está sem o atendimento.

Quadro 223 – Estabelecimentos de saúde em Nazaré das Farinhas, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	1	-	-	-	1
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	12	-	-	-	12
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	1	-	1
Consultório Isolado	-	-	4	-	4
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	1	-	-	-	1
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	1	1	-	2
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	2	-	2
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	1	-	1
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	14	1	9	-	24

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

[99] Informações retiradas do site http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/48569-nazare-justica-determina-que-estado-restabeleca-atendimento-em-hospital.html, acessado em 28 de abril de 2014.

Quadro 224 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	3	2	2	1
Ambulatorial	15	7	3	3
Urgência	1	1	2	1
Diagnose e terapia	3	4	1	-
Vig. epidemiológica e sanitária	4			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 225 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
4,7	4,4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 226 – Leitos oferecidos em Nazaré das Farinhas, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	8	8	36	32	2	2	-	-	46	42
Clínicos	1	1	41	39	2	2	-	-	44	42
Obstétrico	-	-	12	9	2	2	-	-	14	11
Pediátrico	-	-	16	16	4	4	-	-	20	20
Outras Especialidades	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
Hospital/DIA	3	3	-	-	-	-	-	-	3	3
Total	12	12	107	98	10	10	-	-	129	120

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 227 – Recursos humanos da saúde em Nazaré das Farinhas, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	88	81	7	3,2	3,0
.. Anestesista	4	4	-	0,1	0,1
.. Cirurgião Geral	8	8	-	0,3	0,3
.. Clínico Geral	20	20	-	0,7	0,7
.. Gineco Obstetra	14	11	3	0,5	0,4
.. Médico de Família	12	12	-	0,4	0,4
.. Pediatra	7	6	1	0,3	0,2
.. Psiquiatra	2	2	-	0,1	0,1
.. Radiologista	4	4	-	0,1	0,1
Cirurgião dentista	14	8	6	0,5	0,3
Enfermeiro	17	17	-	0,6	0,6
Fisioterapeuta	7	5	2	0,3	0,2
Fonoaudiólogo	2	2	-	0,1	0,1
Nutricionista	2	2	-	0,1	0,1
Farmacêutico	8	8	-	0,3	0,3
Assistente social	3	3	-	0,1	0,1
Psicólogo	4	4	-	0,1	0,1
Auxiliar de Enfermagem	58	58	-	2,1	2,1
Técnico de Enfermagem	9	9	-	0,3	0,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 228 – Equipamentos disponíveis no SUS em Nazaré das Farinhas, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	10	10	5
Equipamentos de infra-estrutura	6	6	3
Equipamentos por métodos ópticos	2	2	2
Equipamentos por métodos gráficos	6	5	3
Equipamentos de manutenção da vida	29	28	17
Equipamentos de Odontologia	32	30	13
Outros equipamentos	28	28	5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 229 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	7	7	3	25,5	25,5
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	3	3	2	10,9	10,9
Equipo Odontológico Completo	11	11	7	40,1	40,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Em Nazaré das Farinhas há um elevado número de internações por doenças no aparelho respiratório, principalmente em crianças. Há também um número expressivo de internações por doenças parasitárias e infecciosas. Contudo, essas patologias não são as principais causas de morte no município. Destacam-se dentre as morbidades os elevados índices de internação por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, juntamente com as doenças do aparelho circulatório em adultos e idosos. Estas patologias parecem contribuir para o acentuado índice de mortalidade por patologias do aparelho circulatório.

Quadro 230 – Morbidades que resultaram em internação em Nazaré das Farinhas, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**27,8**	**31,6**	**32,4**	**17,4**	10,7	7,3	10,3	8,4	8,6	12,3
II. Neoplasias (tumores)	-	1,0	-	1,4	-	3,6	5,0	3,9	3,9	3,0
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	0,5	-	1,4	2,4	1,0	2,3	0,8	0,9	1,1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,0	2,0	2,8	8,7	4,2	11,4	**15,7**	**23,7**	**22,5**	11,5
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,2	-	-	-	0,1
VI. Doenças do sistema nervoso	-	0,5	-	1,4	1,2	2,0	3,1	1,9	2,3	1,7
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	0,6	0,6	1,1	1,1	1,4	0,6
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1,3	-	-	1,4	-	0,2	-	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	2,0	1,5	-	2,9	3,0	7,2	**32,2**	**26,7**	**28,6**	11,4
X. Doenças do aparelho respiratório	**49,7**	**52,6**	**40,8**	**23,2**	5,4	5,9	12,3	**15,9**	14,8	**16,0**
XI. Doenças do aparelho digestivo	4,0	4,1	9,9	5,8	5,4	9,1	8,4	10,0	9,1	8,1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1,3	0,5	-	2,9	1,8	3,2	2,7	1,1	1,4	2,3
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	0,5	1,4	2,9	0,6	1,4	-	0,3	0,2	0,9
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2,0	1,5	2,8	7,2	4,2	9,9	5,0	4,5	4,5	6,7
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	8,7	**53,6**	**31,4**	-	-	-	**18,9**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	7,3	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1,3	1,5	-	4,3	-	0,2	0,4	-	0,2	0,5
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	1,2	0,2	-	0,3	0,2	0,2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1,3	2,0	9,9	10,1	6,0	5,4	1,5	1,4	1,4	4,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

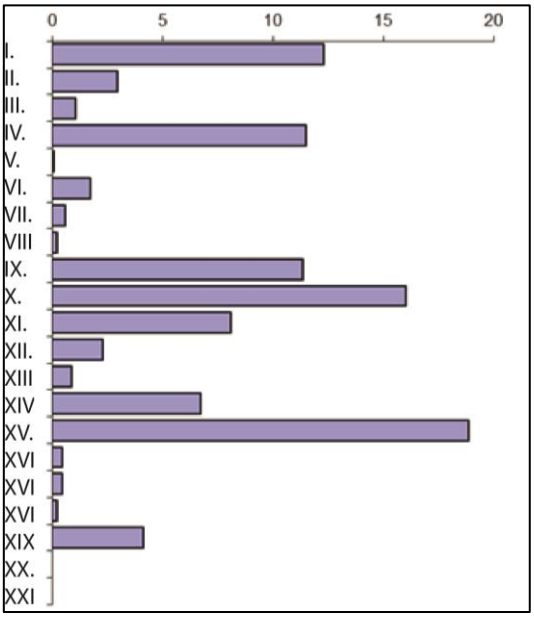


Figura 250 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Nazaré das Farinhas

Quadro 231 – Mortalidade em Nazaré das Farinhas, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	8,0	13,8	5,2	4,9	6,8
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	4,0	20,7	10,4	10,8	10,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	28,0	24,1	50,0	50,0	38,5
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	40,0	8,0	6,9	6,3	5,9	7,5
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	40,0	32,0	6,9	2,1	3,9	8,7
Demais causas definidas	-	-	-	-	20,0	20,0	27,6	26,0	24,5	24,2
Total	100,0	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 232 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes)

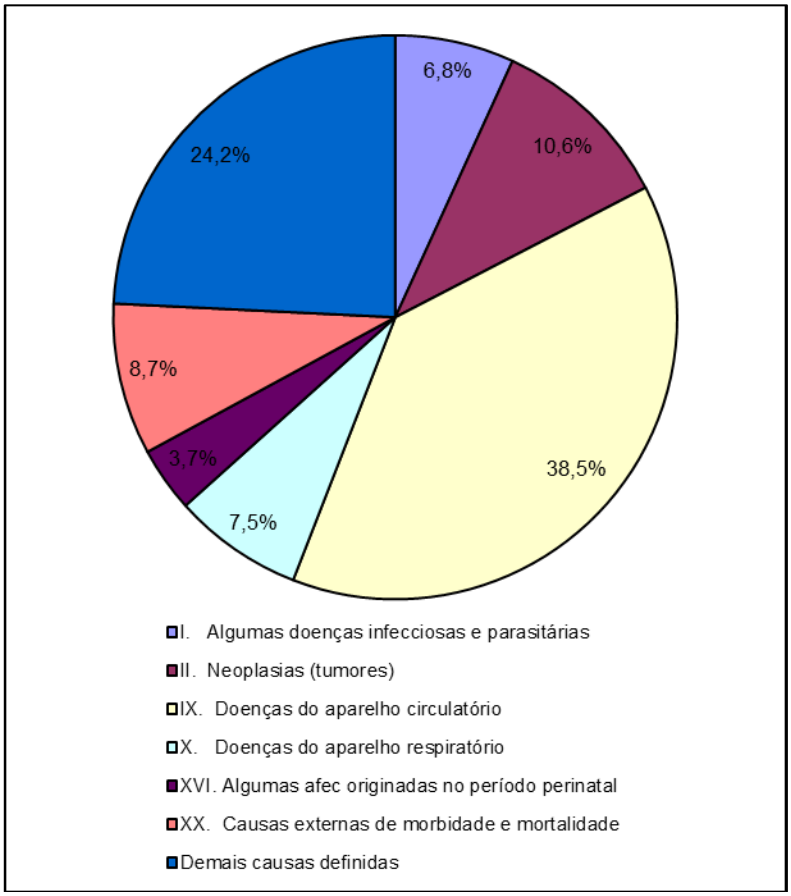
Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	3,8	3,8	7,5	-	-	3,7	3,7
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	7,3	-	14,5	7,1
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	7,3	7,3	-	7,3	7,3	14,5	7,1
Infarto agudo do miocardio	11,3	30,2	15,1	30,1	37,5	26,2	25,6
Doenças cerebrovasculares	71,8	64,2	49,0	52,6	82,5	89,9	69,5
Diabetes mellitus	45,4	52,8	41,5	30,1	45,0	74,9	65,8
Acidentes de transporte	3,8	3,8	3,8	7,5	11,2	18,7	7,3
Agressões	11,3	3,8	3,8	3,8	15,0	37,4	21,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 233 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	171	179	166	155	179	196	168
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,5	6,8	6,3	5,8	6,7	7,3	6,1
% óbitos por causas mal definidas	5,3	12,8	7,8	13,5	3,9	8,7	4,2
Total de óbitos infantis	13	14	12	8	9	5	6
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	1	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	7,6	7,8	7,2	5,2	5,0	2,6	3,6
% de óbitos infantis por causas mal definidas	7,7	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	32,6	35,9	36,3	18,2	20,1	10,7	12,8

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.



,Figura 251 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Nazaré das Farinhas

Salinas da Margarida

A infraestrutura de saúde no município de Salinas da Margarida é composta por uma unidade básica de saúde, quatro postos de saúde e pelo Hospital Governador César Borges, administrado pela prefeitura de Salinas da Margarida. São dezesseis leitos disponíveis no município. A ausência de anestesistas e cirurgiões no quadro de profissionais que compõem os recursos humanos do município demonstra que o hospital local não oferece serviços de média e alta complexidade, como cirurgias. Não há também, no município, profissionais nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais, necessários para uma atenção mais completa e multidisciplinar à saúde.

Os aparelhos disponíveis no SUS também são poucos, para um município que abriga um hospital. Não há aparelhos de ultrassom, mamógrafos ou outros mais complexos.

Quadro 234 – Estabelecimentos de saúde em Salinas da Margarida, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	1	-	-	-	1
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	1	-	-	-	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	4	-	-	-	4
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	6	-	-	-	6

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 235 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	1	-	-	-
Ambulatorial	6	-	-	-
Urgência	1	-	-	-
Diagnose e terapia	1	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	5			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 236 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
1,1	1,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 237 – Leitos oferecidos em Salinas da Margarida, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos	8	8	-	-	-	-	-	-	8	8
Obstétrico	4	4	-	-	-	-	-	-	4	4
Pediátrico	4	4	-	-	-	-	-	-	4	4
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	16	-	-	-	-	-	-	16	16

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 238 – Recursos humanos de saúde em Salinas da Margarida, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	14	14	-	1,0	1,0
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	3	3	-	0,2	0,2
.. Gineco Obstetra	2	2	-	0,1	0,1
.. Médico de Família	5	5	-	0,4	0,4
.. Pediatra	1	1	-	0,1	0,1
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	1	1	-	0,1	0,1
Cirurgião dentista	4	4	-	0,3	0,3
Enfermeiro	6	6	-	0,4	0,4
Fisioterapeuta	2	2	-	0,1	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	1	1	-	0,1	0,1
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	1	1	-	0,1	0,1
Técnico de Enfermagem	12	12	-	0,8	0,8

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 239 – Equipamentos disponíveis no SUS em Salinas da Margarida, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	2	1	2
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	-	-	-
Equipamentos de manutenção da vida	3	3	3
Equipamentos de Odontologia	6	4	6
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 240 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100 .000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	2	1	2	14,1	7,0
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	-	-	-	-	-
Equipo Odontológico Completo	3	3	3	21,1	21,1

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

As condições de saúde bucal dos idosos do município de Salinas das Margaridas foram estudadas por Floriano e Costa[100], concluindo que no que se refere à prótese dentária, apesar de 91,6% da população precisarem usar, apenas 30,6% faziam uso. A prevalência de lesão hiperplática foi maior em idosos que usavam prótese (92,2%) do que entre aqueles que não usavam 7,8%. Quanto à pandice periodontal comunitário (CPI), constatou-se uma prevalência de 26,1% com cálculo e 25,8% com bolsa de 4 a 5 mm.

É relevante salientar que o município Salinas da Margarida vivenciou uma epidemia de leishmaniose visceral. Segundo a tese de mestrado de Camargo (2011)[101]

> A leishmaniose visceral humana (LVH) é reconhecida como uma importante doença infecciosa emergente em muitas áreas do mundo. Recentemente, a ocorrência de LVH na periferia de grandes centros urbanos tem causado preocupação de saúde pública. É uma doença insidiosa, com espectro amplo, variando desde a infecção assintomática a casos com doença grave. Já foi descrita em diversos tipos de ambientes e climas, entretanto, somente em Salinas da Margarida foi identificada ocorrência de casos em mangal. Assim, este estudo teve como objetivos identificar os casos de leishmaniose visceral

[100] Informações retiradas do site http://bases.bireme.br/cgi-in/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BBO&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=24444&indexSearch=ID, acessado em 23/04/2014.

[101] Informações acessadas pelo site http://hdl.handle.net/10451/5601, acessado em 23/04/2014.

humana (LVH) entre 2004 e 2008, no município de Salinas da Margarida, Bahia, Brasil. Analisar as modifiCações ambientais ocorridas entre 2003 e 2010, período de intensa urbanização no município, e suas influências no aumento dos casos de LVH nas regiões de maior ocorrência da doença no município. O surto ocorreu em 2004, onde 26 casos foram identificados. Cerca de 69,2% dos casos ocorreram no Distrito de Encarnação, seguido de Salinas (sede) (20,8%). Todos os pacientes foram diagnosticados pela demonstração parasitológica de Leishmania sp.. Foram capturados flebótomos (Lutzomyia longipalpis) em metade das casas (13/26) onde os pacientes moravam. Avaliou-se 96 casos entre 2004 e 2008. Cerca de 60% dos domicílios tinham cães e em metade das residências foi encontrado flebótomos numa única tentativa de captura. O comparativo de imagens de 2003 e 2010 demonstrou que houve um grande avanço imobiliário nas regiões de Encarnação e Salinas (sede), áreas de maior número de casos. A carcinicultura, a atividade turística e o acúmulo de matéria orgânica, aliado ao péssimo saneamento básico, foram os fatores identificados que mais contribuíram para a proliferação das larvas de flebótomo. Neste estudo foi demonstrado que a ocupação urbana feita sem um planejamento urbano é uma grande responsável pelo avanço da Leishmaniose visceral na região. No entanto, as impliCações destas evidências devem ser mais aprofundadas no futuro.

As principais causas de internação entre crianças do município de Salinas da Margarida são doenças do aparelho respiratório, do aparelho digestivo e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas. Adolescentes foram mais acometidos por doenças do aparelho respiratório, causas externas, por gravidez e parto. Dentre os mais idosos, os maiores índices de internação são por patologias do aparelho circulatório, doenças do olho e anexos e neoplasias. As doenças do aparelho circulatório correspondem a 50% das causas de morte.

Quadro 241 – Morbidades que resultaram em internação em Salinas da Margarida, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**20,0**	-	-	**16,7**	-	0,7	8,6	8,3	9,1	3,6
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	3,6	**15,2**	11,4	8,3	12,1	11,1
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	11,1	-	-	-	0,7	5,7	-	-	1,6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	**33,3**	-	3,6	-	5,7	-	3,0	1,6
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,7	-	-	-	0,4
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	0,7	2,9	-	-	0,8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	**16,7**	12,1	1,6
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	6,5	**25,7**	**29,2**	**30,3**	9,9
X. Doenças do aparelho respiratório	**40,0**	11,1	**33,3**	**33,3**	-	1,4	2,9	8,3	6,1	5,1
XI. Doenças do aparelho digestivo	10,0	**44,4**	-	-	10,7	4,3	14,3	4,2	3,0	7,9
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	2,2	5,7	-	3,0	2,0
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	-	-	8,3	6,1	0,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	10,0	11,1	-	**16,7**	-	5,1	8,6	8,3	9,1	5,9
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	**75,0**	**55,8**	-	-	-	**38,7**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**20,0**	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	11,1	**33,3**	-	-	-	-	-	-	0,8
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	0,7	2,9	4,2	3,0	1,2
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	11,1	-	**33,3**	7,1	5,8	5,7	4,2	3,0	6,3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

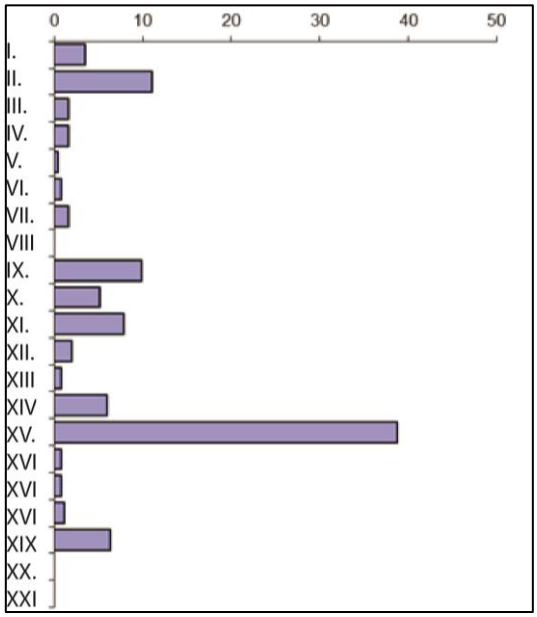


Figura 252 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Salinas da Margarida

Quadro 242– Mortalidade em Salinas da Margarida, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	7,9	7,3	5,2
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	16,7	25,0	7,9	9,8	12,1
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	33,3	37,5	57,9	53,7	50,0
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	2,6	2,4	1,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	33,3	-	5,3	4,9	10,3
Demais causas definidas	-	-	-	-	-	16,7	37,5	18,4	22,0	20,7
Total	-	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 243 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aids	-	7,5	-	-	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	14,8	-	-	-	34,8	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	14,8	-	-	17,6	-	14,2
Infarto agudo do miocardio	-	15,1	14,9	27,1	17,8	44,1	36,1
Doenças cerebrovasculares	37,4	82,8	52,1	45,1	71,3	61,7	93,9
Diabetes mellitus	46,8	22,6	22,3	-	8,9	70,5	28,9
Acidentes de transporte	9,4	-	-	9,0	-	-	14,4
Agressões	-	-	-	9,0	-	17,6	-

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 244 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	44	53	50	50	52	66	58
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	4,1	4,0	3,7	4,5	4,6	5,8	4,2
% óbitos por causas mal definidas	13,6	3,8	10,0	26,0	3,8	3,0	-
Total de óbitos infantis	8	5	7	3	2	3	-
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	18,2	9,4	14,0	6,0	3,8	4,5	-
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	38,6	25,0	36,8	17,4	10,5	14,6	-

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

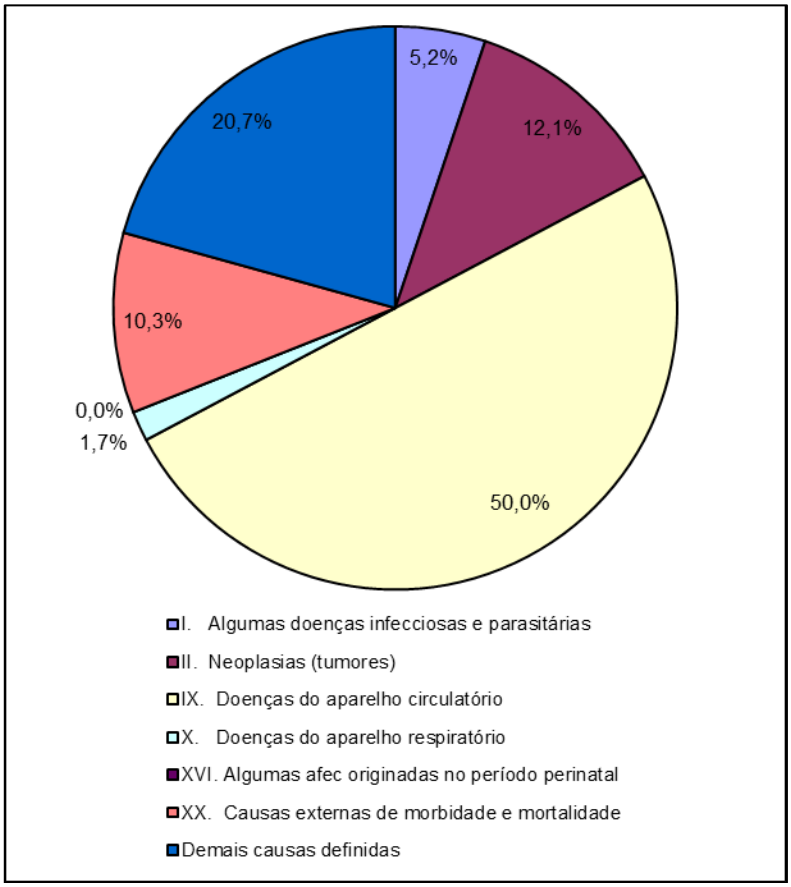


Figura 253 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Salinas da Margarida

Santo Antônio de Jesus

A infraestrutura dos serviços de saúde em Santo Antônio de Jesus revela que o município oferece desde o serviço de saúde mais básico até o mais complexo. A rede é composta pelo Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, dois CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), vinte e três unidades básicas de saúde, três clínicas especializadas, uma policlínica, dois postos de saúde, uma unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia, uma unidade móvel terrestre e duas unidades de vigilância em saúde.

O município dispõe de duzentos e oitenta e seis leitos de SUS, trezentos e setenta e dois leitos ao total. Os recursos humanos no município condizem com a complexidade dos serviços oferecidos, assim como há também disponíveis no SUS aparelhos de diagnose compatíveis com a complexidade dos serviços prestados.

Rosa e Coelho, em pesquisa sobre a alocação de verbas na atenção básica à saúde, dizem

> O Programa de Saúde da Família (PSF) foi instituído pelo governo federal como estratégia para reverter o modelo assistencial. Este artigo objetiva identificar o fluxo das contas municipais desde as fontes de financiamento até as atividades de saúde, além de problematizar e avaliar a alocação dos recursos financeiros e a execução orçamentária do PSF no município de Santo Antônio de Jesus (Bahia) em 2005. Os dados financeiros foram coletados através de quatro quadros propostos pelo National Health Accounts (NHA) e comparados com as fontes documentais. O resultado da pesquisa revelou gastos *per capita* das 16 unidades do PSF que variaram de R$ 465,40 a R$ 62,30 *per capita*/unidade/ano. O gasto médio de uma unidade do PSF foi de R$ 17.302/unidade/mês em 2005, e o financiamento do governo federal foi de R$ 2.834/unidade/mês. Conclui-se que houve um financiamento irrisório do Programa (PSF) por parte do governo federal e uma inexistência de cofinanciamento estadual e um grande esforço do município em ampliar o acesso aos serviços de saúde através da ESF. A escolha do município por essa estratégia pode ter inviabilizado outras atividades prioritárias devido aos recursos escassos, e a descrição das atividades registra um perfil que servirá para comparação em pesquisas futuras (p.1863, 2011).

Rosa e Coelho revelam então que embora o município de Santo Antônio de Jesus possua diferentes tipos de serviços de saúde, há no local carência de políticas e de atenção básica à saúde, vulnerabilizando a população.

Quadro 245 – Estabelecimentos de Saúde em Santo Antônio de Jesus, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	1	-	-	-	1
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	2	-	-	-	2
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	23	-	-	-	23
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	3	-	23	-	26
Consultório Isolado	-	-	36	-	36
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	1	-	1
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	1	1	3	-	5
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	1	-	6	-	7
Posto de Saúde	2	-	-	-	2
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	1	-	5	-	6
Unidade de Vigilância em Saúde	2	-	-	-	2
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	1	-	2	-	3
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	37	1	76	-	114

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 246 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	3	4	-	1
Ambulatorial	48	68	1	13
Urgência	3	4	-	2
Diagnose e terapia	12	17	-	4
Vig. epidemiológica e sanitária	3			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 247 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
4,2	3,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 248 – Leitos oferecidos em Santo Antônio de Jesus, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	51	51	47	43	33	16	-	-	131	110
Clínicos	36	36	53	53	26	9	-	-	115	98
Obstétrico	-	-	37	35	14	8	-	-	51	43
Pediátrico	34	-	26	25	7	4	-	-	67	29
Outras Especialidades	6	6	-	-	-	-	-	-	6	6
Hospital/DIA	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-
Total	127	93	163	156	82	37	-	-	372	286

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 249 – Recursos humanos de saúde em Santo Antônio de Jesus, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	376	250	126	4,2	2,8
.. Anestesista	9	9	-	0,1	0,1
.. Cirurgião Geral	24	21	3	0,3	0,2
.. Clínico Geral	69	60	9	0,8	0,7
.. Gineco Obstetra	36	24	12	0,4	0,3
.. Médico de Família	22	22	-	0,2	0,2
.. Pediatra	31	19	12	0,3	0,2
.. Psiquiatra	3	2	1	0,0	0,0
.. Radiologista	25	18	7	0,3	0,2
Cirurgião dentista	56	29	27	0,6	0,3
Enfermeiro	53	48	5	0,6	0,5
Fisioterapeuta	38	15	23	0,4	0,2
Fonoaudiólogo	3	2	1	0,0	0,0
Nutricionista	16	10	6	0,2	0,1
Farmacêutico	23	15	8	0,3	0,2
Assistente social	6	5	1	0,1	0,1
Psicólogo	13	7	6	0,1	0,1
Auxiliar de Enfermagem	100	85	15	1,1	1,0
Técnico de Enfermagem	93	76	17	1,0	0,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 250 – Equipamentos disponíveis no SUS em Santo Antônio de Jesus, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	64	62	25
Equipamentos de infra-estrutura	26	26	11
Equipamentos por métodos ópticos	24	24	10
Equipamentos por métodos gráficos	24	24	8
Equipamentos de manutenção da vida	283	283	27
Equipamentos de Odontologia	65	65	20
Outros equipamentos	54	54	7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 251 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100 .000 hab
Mamógrafo	4	3	2	4,5	3,4
Raio X	34	33	7	38,3	37,2
Tomógrafo Computadorizado	3	3	1	3,4	3,4
Ressonância Magnética	1	1	-	1,1	1,1
Ultrassom	21	21	14	23,7	23,7
Equipo Odontológico Completo	51	51	20	57,5	57,5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

As morbidades que mais provocaram internações entre bebês foram afecções originadas no período perinatal, doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório, respectivamente. Entre crianças de 2 a 9 anos predominam internações por doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório. Entre pessoas dos 10 aos 14 anos predominam as internações por lesões e causas externas. Adolescentes e adultos jovens são frequentemente internados por problemas relacionados à gestação e parto. O grupo de pessoas acima dos 50 anos é internado principalmente por portarem patologias do aparelho circulatório, como acontece nos municípios anteriores.

Quadro 252 – Morbidades que resultaram em internação em Santo Antônio de Jesus, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**27,4**	**29,2**	**26,1**	**20,0**	4,8	6,3	8,8	9,5	9,7	10,1
II. Neoplasias (tumores)	0,4	-	1,3	2,6	3,5	3,8	5,1	3,9	4,2	3,5
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0,8	0,6	0,6	1,3	-	0,6	-	0,7	0,6	0,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3,8	2,8	1,9	1,3	0,7	1,5	11,9	13,2	13,5	4,2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,1	0,4	-	0,1	0,1
VI. Doenças do sistema nervoso	3,8	2,8	4,5	1,3	0,2	0,8	1,9	2,2	2,4	1,4
VII. Doenças do olho e anexos	-	0,6	0,6	-	0,4	0,6	6,0	8,3	8,4	2,1
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	0,4	-	-	-	-	0,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	2,5	2,2	0,6	3,9	1,5	6,5	**26,1**	**24,0**	**24,1**	9,7
X. Doenças do aparelho respiratório	**18,1**	**33,6**	**23,6**	11,0	6,8	4,9	8,2	11,2	10,7	9,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	2,1	9,1	7,0	10,3	4,1	8,1	11,9	11,5	11,1	8,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,8	2,8	1,9	3,2	2,4	2,0	3,2	2,4	2,4	2,2
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	1,9	2,6	0,4	1,5	1,2	0,7	0,9	1,2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	3,0	5,0	10,8	7,1	5,4	7,7	5,8	4,3	4,2	6,6
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	14,8	**63,8**	**43,6**	-	-	-	**28,8**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**30,8**	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2,5	3,8	2,5	1,3	-	0,2	0,9	0,1	0,2	0,7
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,8	0,3	1,3	1,3	0,9	1,2	2,8	4,0	3,7	1,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	2,5	6,9	14,6	**18,1**	4,6	8,2	5,6	3,7	3,6	7,2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	0,4	-	0,6	-	-	2,4	0,2	0,1	0,1	1,3
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

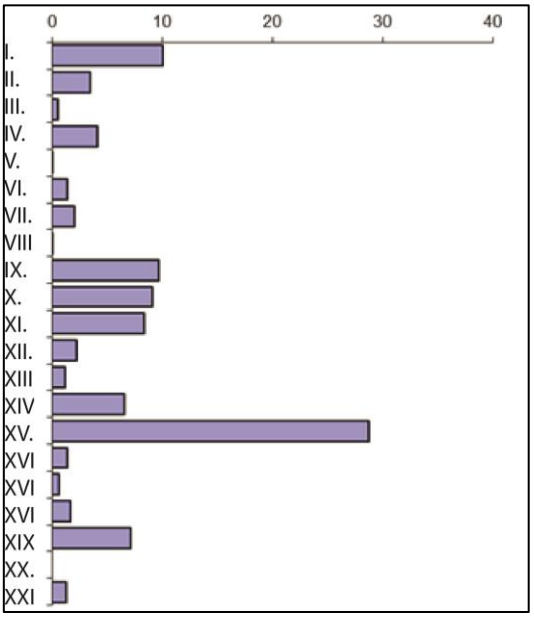


Figura 254 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Santo Antônio de Jesus

Em consonância com os dados de morbidades, as principais causas de morte entre os habitantes de Santo Antônio de Jesus foram doenças do aparelho circulatório, neoplasias e causas externas, indicadores que sugerem um município carente e com alto índice de violência, principalmente entre os jovens.

Quadro 253 – Mortalidade em Santo Antônio de Jesus, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	7,6	16,0	8,6	9,0	8,9
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	33,3	-	7,6	14,7	12,7	12,7	11,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	50,0	-	-	17,7	38,7	39,6	40,4	32,3
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	5,1	1,3	10,6	9,7	7,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	69,6	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	33,3	71,4	36,7	2,7	2,9	3,0	10,1
Demais causas definidas	30,4	100,0	50,0	33,3	28,6	25,3	26,7	25,7	25,1	26,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 254 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	1,2	-	1,2	-	1,1	6,8	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	9,6	7,1	2,3	-	8,8	15,2	6,6
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	2,4	2,4	-	-	11,0	2,2	4,4
Infarto agudo do miocardio	20,0	24,6	30,2	31,6	37,9	29,4	29,6
Doenças cerebrovasculares	76,1	52,8	49,6	38,6	65,5	64,5	50,1
Diabetes mellitus	27,5	40,6	36,3	17,5	57,5	40,7	51,3
Acidentes de transporte	12,5	13,5	1,2	14,0	20,7	15,8	13,7
Agressões	15,0	7,4	6,0	10,5	17,2	17,0	15,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 255 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	491	440	426	429	497	451	492
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,1	5,4	5,2	5,0	5,7	5,1	5,6
% óbitos por causas mal definidas	15,1	13,0	23,5	24,5	5,2	8,2	11,2
Total de óbitos infantis	42	34	30	35	24	27	24
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	4	2	1	1	-	2	1
% de óbitos infantis no total de óbitos *	8,6	7,7	7,0	8,2	4,8	6,0	4,9
% de óbitos infantis por causas mal definidas	9,5	5,9	3,3	2,9	-	7,4	4,2
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	30,0	27,6	26,7	26,5	18,3	18,8	16,4

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

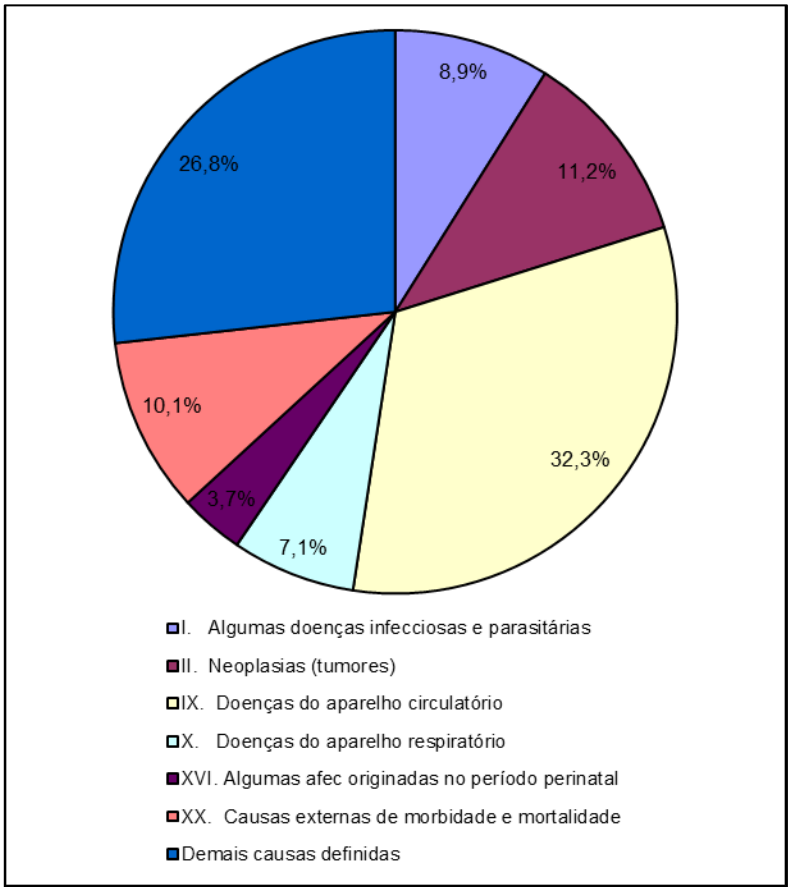


Figura 255 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Santo Antônio de Jesus

Sapeaçu.

O município de Sapeaçu possui, como serviço público de saúde, oito unidades básicas de saúde e uma policlínica; possui também três consultórios e dois hospitais particulares, sendo um maternidade. São disponíveis na cidade sessenta leitos, todos em hospitais privados, mas conveniados e disponíveis pelo SUS. Os recursos humanos no município não satisfazem completamente as necessidades do local que, embora possua uma maternidade, não dispõe de pediatras contratados. Há equipamentos disponíveis no SUS, exceto equipamentos mais sofisticados de diagnose como mamógrafo, tomógrafo ou aparelho de ressonância magnética.

Quadro 256 – Estabelecimentos de saúde em Sapeaçu, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	8	-	-	-	8
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	3	-	3
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	2	-	2
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	1	-	-	-	1
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	1	-	1
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	9	-	6	-	15

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 257 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	2	-	-	-
Ambulatorial	11	3	-	-
Urgência	2	-	-	-
Diagnose e terapia	4	4	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	-			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 258 – Leitos de internação, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
3,5	3,5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 259 – Leitos disponíveis em Sapeaçu, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	15	15	-	-	15	15
Clínicos	-	-	-	-	15	15	-	-	15	15
Obstétrico	-	-	-	-	20	20	-	-	20	20
Pediátrico	-	-	-	-	10	10	-	-	10	10
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	60	60	-	-	60	60

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 260 – Recursos humanos de saúde em Sapeaçu, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	43	40	3	2,5	2,3
.. Anestesista	2	2	-	0,1	0,1
.. Cirurgião Geral	3	3	-	0,2	0,2
.. Clínico Geral	13	13	-	0,8	0,8
.. Gineco Obstetra	4	3	1	0,2	0,2
.. Médico de Família	7	7	-	0,4	0,4
.. Pediatra	-	-	-	-	-
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	3	2	1	0,2	0,1
Cirurgião dentista	10	7	3	0,6	0,4
Enfermeiro	16	16	-	0,9	0,9
Fisioterapeuta	2	1	1	0,1	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	1	1	-	0,1	0,1
Farmacêutico	4	4	-	0,2	0,2
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	1	-	1	0,1	-
Auxiliar de Enfermagem	10	10	-	0,6	0,6
Técnico de Enfermagem	30	30	-	1,8	1,8

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 261 – Equipamentos disponíveis no SUS em Sapeaçu, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	9	8	7
Equipamentos de infra-estrutura	2	2	2
Equipamentos por métodos ópticos	1	1	1
Equipamentos por métodos gráficos	2	2	2
Equipamentos de manutenção da vida	16	16	12
Equipamentos de Odontologia	21	21	19
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 262 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	6	5	5	35,1	29,3
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	3	3	2	17,6	17,6
Equipo Odontológico Completo	11	11	9	64,4	64,4

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

O quadro de morbidades do município se assemelha com os demais municípios, quando ao alto índice de internações por doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório em bebês e crianças. Entre adolescentes e adultos jovens as internações predominantes são por gravidez e parto e entre pessoas acima dos 50 anos pelo elevado índice de doenças do aparelho circulatório. O índice de morbidades em Sapeaçu diferencia-se, porém, pelo baixo índice de morbidade por causas externas e pelo elevado índice de internações por patologias do aparelho geniturinário, principalmente entre pessoas entre 1 a 4 anos e 10 a 14 anos.

Quadro 263 – Morbidades que resultaram em internação em Sapeaçu, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**16,7**	**37,0**	**29,2**	**17,3**	8,3	8,5	8,3	7,5	8,1	11,6
II. Neoplasias (tumores)	-	-	1,5	11,5	-	2,4	6,3	2,4	2,5	2,7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	0,7	1,5	-	2,1	0,8	0,8	0,9	1,4	0,9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5,6	7,4	6,2	3,8	2,1	2,2	7,5	12,7	10,5	4,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	0,2	-	-	-	0,1
VI. Doenças do sistema nervoso	3,7	-	-	-	-	0,5	0,8	1,4	1,4	0,6
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	0,7	5,4	11,8	12,6	2,4
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	3,7	-	-	-	4,8	7,7	**20,4**	**27,4**	**26,0**	10,1
X. Doenças do aparelho respiratório	**35,2**	**15,6**	10,8	7,7	1,4	2,3	5,0	6,1	5,6	5,3
XI. Doenças do aparelho digestivo	1,9	11,9	**18,5**	**19,2**	11,0	13,3	14,6	13,7	14,0	13,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	7,4	0,7	10,8	1,9	9,0	7,9	9,6	5,2	5,3	7,3
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1,9	-	3,1	1,9	3,4	3,0	4,2	-	1,8	2,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	13,0	**25,2**	12,3	**15,4**	6,9	12,0	9,2	7,1	6,7	11,8
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	9,6	**45,5**	**29,7**	-	-	-	**19,3**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	5,6	-	-	-	-	0,2	-	0,5	0,4	0,3
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	5,6	0,7	3,1	7,7	3,4	2,3	2,1	0,5	1,1	2,3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	-	0,3	1,3	0,5	0,7	0,4
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	0,7	3,1	3,8	2,1	5,4	4,6	2,4	2,1	4,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,1
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	0,3	-	-	-	0,2
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

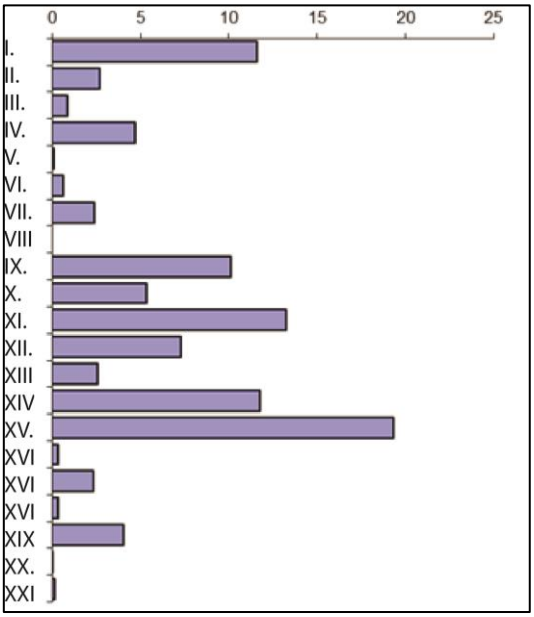


Figura 256 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Sapeaçu

As taxas de mortalidade no município de Sapeaçu seguem a mesma tendência de causas de morte de outros municípios estudados, em que a principal causa de morte é por doenças do aparelho circulatório, seguida por neoplasias.

Quadro 264 – Mortalidade em Sapeaçu, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	33,3	22,2	12,0	2,0	3,4	8,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	5,6	16,0	11,8	12,1	10,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	11,1	24,0	58,8	53,4	36,5
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	-	-	3,9	3,4	1,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	71,4	-	-	-	-	-	-	-	-	4,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	33,3	16,7	12,0	3,9	5,2	8,7
Demais causas definidas	28,6	-	-	-	33,3	44,4	36,0	19,6	22,4	28,8
Total	100,0	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 265 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	-	-	-	-	-	-	11,7
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	23,3	-	-	-	-	22,3	22,9
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	11,6	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocardio	29,9	35,6	29,5	29,0	51,8	57,1	35,2
Doenças cerebrovasculares	95,7	65,3	88,4	63,8	103,6	79,9	88,0
Diabetes mellitus	41,9	35,6	17,7	23,2	51,8	45,7	52,8
Acidentes de transporte	-	-	5,9	40,6	34,5	11,4	17,6
Agressões	-	-	-	-	11,5	11,4	5,9

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 266 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	105	96	105	108	110	127	105
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,3	5,7	6,2	6,3	6,3	7,3	6,2
% óbitos por causas mal definidas	9,5	19,8	21,9	21,3	4,5	3,1	1,0
Total de óbitos infantis	7	5	1	3	6	3	7
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	6,7	5,2	1,0	2,8	5,5	2,4	6,7
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	19,6	15,2	3,4	9,6	14,7	13,1	23,0

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

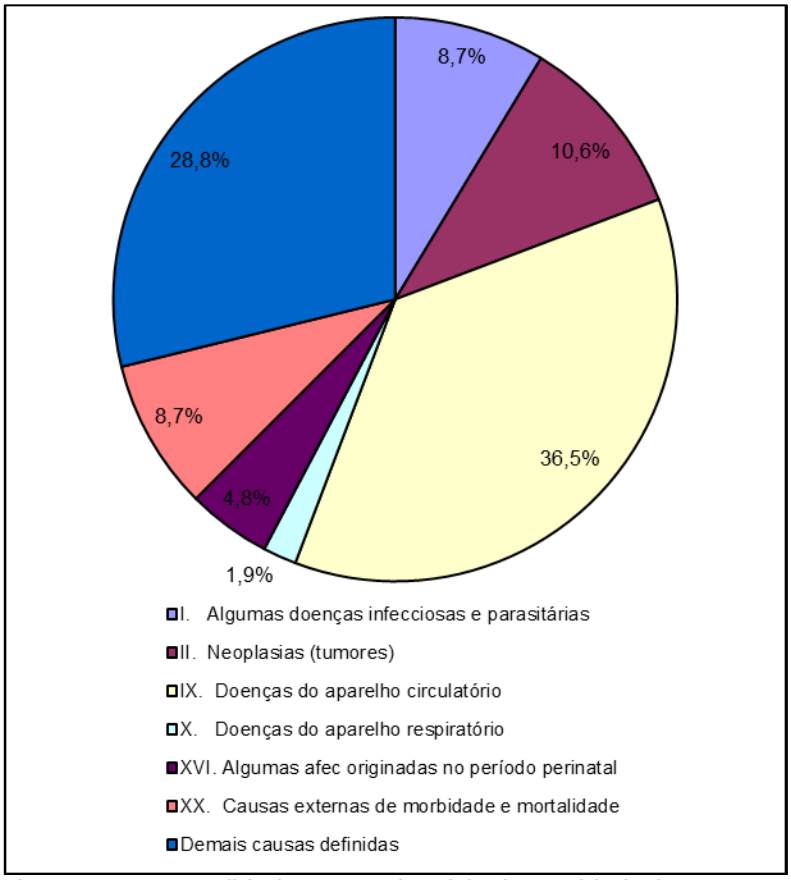


Figura 257 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Sapeaçu

Simões Filho

A infraestrutura dos serviços de saúde de Simões Filho é composta por quatorze unidades básicas de saúde e um hospital público, além de seis clínicas especializadas, dois consultórios, quatro policlínicas e uma unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia pertencentes à iniciativa privada. Ao todo são sessenta e oito leitos, todos oferecidos pelo Hospital e Maternidade Noêmia Meireles Ramos. Os recursos humanos de saúde, em Simões Filho, estão adequados aos serviços de saúde que são oferecidos no município.

Quadro 267 – Estabelecimentos de saúde em Simões Filho, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	14	-	-	-	14
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	6	-	6
Consultório Isolado	-	-	2	-	2
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	1	-	-	-	1
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	4	-	4
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	1	-	1
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	15	-	13	-	28

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 268 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	1	-	-	-
Ambulatorial	16	13	-	3
Urgência	1	1	-	-
Diagnose e terapia	4	4	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	-			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 269 – Leitos de internação, 2009

Leitos existentes por 1.000 habitantes	Leitos SUS por 1.000 habitantes
0,6	0,6

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 270 – Leitos disponíveis em Simões Filho, 2009

Especialidade	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	14	14	-	-	-	-	-	-	14	14
Clínicos	26	26	-	-	-	-	-	-	26	26
Obstétrico	16	16	-	-	-	-	-	-	16	16
Pediátrico	12	12	-	-	-	-	-	-	12	12
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	68	68	-	-	-	-	-	-	68	68

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 271 – Recursos humanos de saúde em Simões Filho, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	244	213	31	2,1	1,8
.. Anestesista	5	5	-	0,0	0,0
.. Cirurgião Geral	11	11	-	0,1	0,1
.. Clínico Geral	59	53	6	0,5	0,5
.. Gineco Obstetra	37	33	4	0,3	0,3
.. Médico de Família	19	19	-	0,2	0,2
.. Pediatra	29	25	4	0,2	0,2
.. Psiquiatra	4	4	-	0,0	0,0
.. Radiologista	10	5	5	0,1	0,0
Cirurgião dentista	32	26	6	0,3	0,2
Enfermeiro	52	52	-	0,4	0,4
Fisioterapeuta	17	11	6	0,1	0,1
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	1	1	-	0,0	0,0
Farmacêutico	4	2	2	0,0	0,0
Assistente social	10	10	-	0,1	0,1
Psicólogo	3	2	1	0,0	0,0
Auxiliar de Enfermagem	61	59	2	0,5	0,5
Técnico de Enfermagem	115	115	-	1,0	1,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 272 – Equipamentos disponíveis no SUS em Simões Filho, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	22	22	6
Equipamentos de infra-estrutura	3	3	3
Equipamentos por métodos ópticos	3	2	1
Equipamentos por métodos gráficos	4	4	2
Equipamentos de manutenção da vida	29	29	8
Equipamentos de Odontologia	51	51	17
Outros equipamentos	10	9	2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 273 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	1	1	-	0,9	0,9
Raio X	14	14	4	12,0	12,0
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	7	7	2	6,0	6,0
Equipo Odontológico Completo	22	22	12	18,9	18,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Em Simões Filho, predominam internações por doenças do aparelho respiratório em crianças abaixo de 4 anos. Há também elevado número de internações por patologias do aparelho circulatório e neoplasias em pessoas acima dos 50 anos. Estes números estão em sintonia com os outros municípios estudados. O município se diferencia na elevada taxa de internações por problemas relacionados à gravidez e parto entre pessoas de 10 a 14 anos. Moccelin (2010) diz que

> A gravidez na adolescência tem se destacado como um problema de saúde pública em diversos países devido ao elevado risco de morbi-mortalidade materna e infantil e por constituir um possível evento desestruturador da vida das adolescentes. CompliCações na gestação e parto tem sido a principal causa de morte de adolescentes entre 15 e 19 anos em diversos países do mundo. No Brasil, estudos como o de Vieira *et al*., têm observado maior probabilidade de óbito entre mães adolescentes, quando comparadas àquelas com idade superior a 20 anos. Além disso, bebês de mães adolescentes têm maior risco de apresentar baixo peso ao nascer, prematuridade e, consequentemente, maior chance de morte do que filhos de mães adultas. Esses riscos se devem em parte a fatores biológicos como a imaturidade fisiológica e o desenvolvimento incompleto da pelve feminina e do útero das adolescentes. Ao mesmo tempo, a imaturidade emocional do adolescente pode levar a dificuldades em estabelecer relações afetivas com o seu filho, baixa autoestima e despreparo no cuidado da criança, que podem aumentar os riscos de agravos à saúde física e emocional da adolescente e do bebê. Ainda, a gravidez nessa fase da vida pode levar a problemas sociais, como a evasão escolar, redução das oportunidades de qualificação profissional e consequente dificuldade no acesso ao mercado de

trabalho, instabilidade conjugal e preconceito por parte da sociedade. (p.408, 2010).

Quadro 274 – Morbidades que resultaram em internação de Simões Filho, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,4	8,4	10,5	8,0	0,5	3,5	5,3	5,8	6,6	4,5
II. Neoplasias (tumores)	1,4	2,1	4,9	3,7	1,4	4,6	**16,2**	13,8	**15,3**	5,5
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1,3	0,7	0,5	0,2	0,4	1,5	1,2	1,1	0,6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	0,5	0,9	4,1	12,0	9,1	1,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	2,4	0,6	-	-	1,3
VI. Doenças do sistema nervoso	2,2	0,3	1,5	1,6	0,5	0,9	2,3	2,1	2,1	1,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	3,0	-	-	0,6	5,5	6,1	6,8	1,4
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	0,3	0,4	1,1	-	0,3	-	-	-	0,2
IX. Doenças do aparelho circulatório	1,1	1,6	0,4	2,1	0,7	4,0	**25,2**	**27,0**	**24,3**	6,4
X. Doenças do aparelho respiratório	**31,2**	**40,9**	14,6	9,6	2,1	2,4	5,1	9,8	8,5	8,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	3,6	**16,0**	**28,5**	**20,9**	3,2	5,5	12,6	6,1	7,9	8,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	7,6	8,7	6,7	6,4	1,9	1,5	1,9	1,2	1,3	2,9
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	0,3	0,4	2,7	0,2	1,4	1,9	0,9	1,1	1,1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	5,8	7,1	8,2	4,3	3,0	5,3	7,9	7,1	7,9	5,7
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	**18,7**	**78,3**	**56,0**	-	-	-	**38,8**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**33,7**	-	-	0,5	0,2	0,1	-	-	-	1,8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	5,1	2,4	3,0	0,5	0,2	0,2	-	-	-	0,7
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	0,5	0,7	1,1	-	0,6	1,3	0,9	0,9	0,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,7	6,0	10,9	12,8	6,2	7,3	6,8	4,9	6,0	7,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	2,2	4,2	5,6	5,3	0,9	2,0	1,7	0,9	1,3	2,3
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

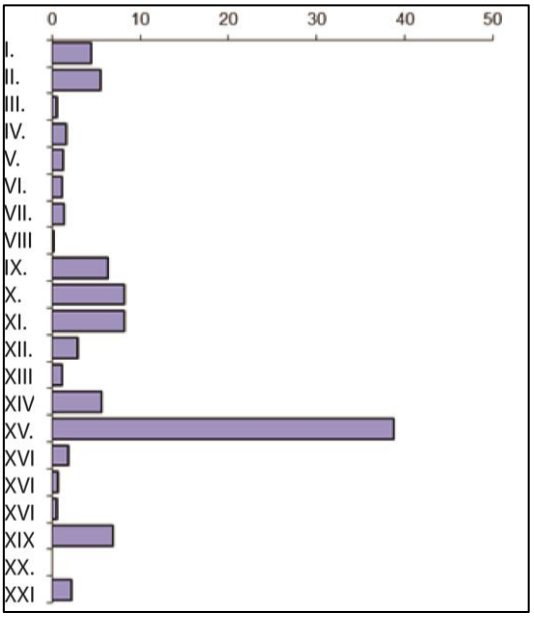


Figura 258 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Simões Filho

Simões Filho também se diferencia dos outros municípios em causas de morte**.** A maior causa de morte (27,4%) é por causas externas de morbidade e mortalidade. Essa é a causa de 94,7% das mortes entre pessoas de 15 a 19 anos. A cidade já chegou a ser citada como a capital da morte no país. A reportagem[102] diz

> No Brasil, a pequena cidade de Simões Filho, com apenas 110 mil habitantes, localizada na Região Metropolitana de Salvador, a 21 quilômetros da capital, é a mais violenta do País e considerada a 'capital da morte'. Os dados estatísticos constam do ranking nacional de homicídios, elaborado com informações dos ministérios da Saúde e Justiça, e revelou que Alagoas, Espírito Santo e Pará são os três estados mais violentos do Brasil. O índice de homicídios caiu no país no ano passado, passando de 27 casos por 100 mil habitantes em 2009 para 26,2 em 2010, segundo o estudo Mapa da Violência 2012, elaborado com base em informações do Ministério da Justiça e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Em 2008, a taxa ficou em 26,4. Os dados do Instituo Sangari são preliminares e consideram como morte violenta as provocadas no trânsito, por armas de fogo ou outros tipos de agressões. Quando se analisa o ranking por estados, Alagoas lidera o ranking da taxa de homicídios em 2010 – foram 66,8 casos por 100 mil habitantes. Em seguida estão os

[102] Informações acessadas no site http://port.pravda.ru/sociedade/curiosas/27-03-2012/33162-simoes_filho-0/ em 24/04/2014.

estados de Espírito Santo (50,1), Pará (45,9), Pernambuco (38,8) e Amapá (38,7). Santa Catarina foi o estado que registrou o menor índice no ano passado (12,9). (80,3), Vitória (67,1), Recife (57,9) e São Luis (56,1). Homicídio é causa da morte de quase 40% dos jovens. 'Aqui, vida não vale nada', diz pai de morto na cidade mais violenta do país, o município baiano de Simões Filho, com média de 146,4 homicídios por 100 mil habitantes nos últimos três anos. (2012).

Quadro 275 – Mortalidade em Simões Filho, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7,7	-	100,0	-	-	4,9	5,5	3,6	3,8	4,7
II. Neoplasias (tumores)	-	20,0	-	16,7	-	5,8	21,1	15,5	16,7	11,8
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	12,9	35,9	44,5	43,9	26,9
X. Doenças do aparelho respiratório	2,6	20,0	-	-	5,3	4,9	7,0	9,1	8,0	6,8
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	59,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2,6	20,0	-	50,0	94,7	59,8	10,9	2,3	3,4	27,4
Demais causas definidas	28,2	40,0	-	33,3	-	11,6	19,5	25,0	24,2	18,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 276 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas(por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	-	3,0	4,9	7,4	5,5	4,5	7,0
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	8,1	7,9	7,7	7,4	14,5	10,5	5,2
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	12,1	9,9	5,8	7,4	9,0	3,5	5,2
Infarto agudo do miocardio	17,2	22,8	15,6	16,7	17,3	16,0	22,7
Doenças cerebrovasculares	47,7	44,7	40,9	26,0	40,0	32,0	43,6
Diabetes mellitus	40,6	32,8	40,9	20,5	35,5	40,1	36,6
Acidentes de transporte	15,2	6,0	9,7	13,0	9,1	12,5	9,6
Agressões	23,3	37,7	24,3	47,4	53,6	51,6	97,7

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 277 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	518	535	545	512	511	566	688
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	5,3	5,3	5,3	4,8	4,6	5,0	6,0
% óbitos por causas mal definidas	3,1	4,7	7,5	19,3	3,7	5,1	6,5
Total de óbitos infantis	47	47	36	46	45	49	40
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	1	-	3	1
% de óbitos infantis no total de óbitos *	9,1	8,8	6,6	9,0	8,8	8,7	5,8
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	2,2	-	6,1	2,5
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	20,7	20,9	16,3	22,3	20,6	23,1	18,9

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

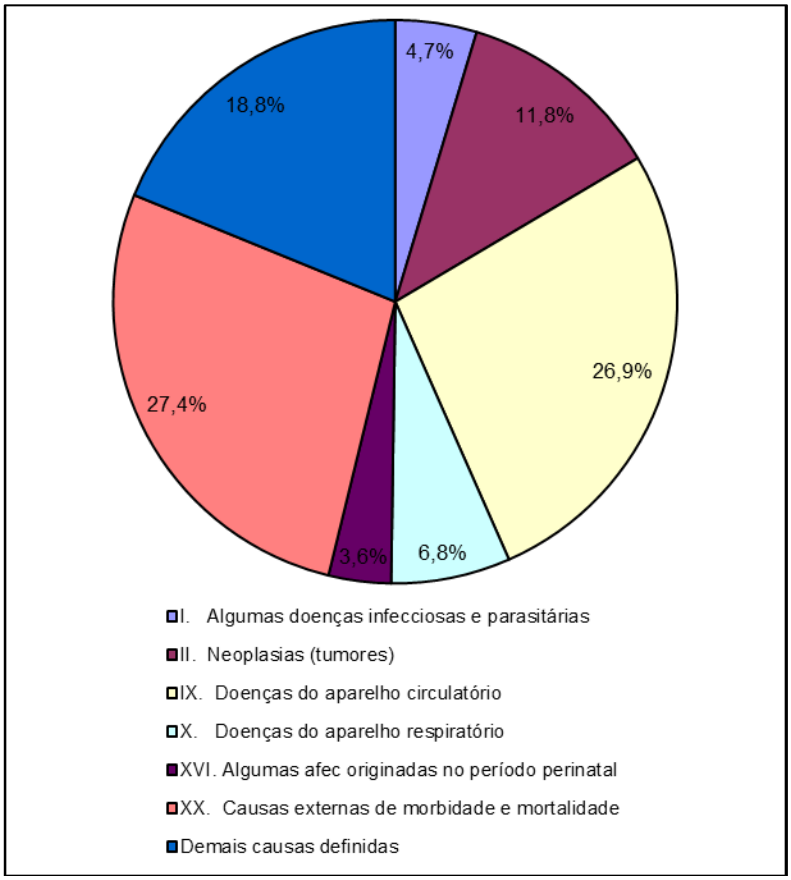


Figura 259 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Simões Filho

Varzedo

O município de Varzedo possui uma estrutura de saúde composta por uma central de regulação, três unidades básicas de saúde, uma policlínica, um posto de saúde e uma unidade de vigilância em saúde, todos públicos. Varzedo oferece à sua população apenas serviços de atenção básica à saúde, sendo assim, não dispõe de leitos.

Segundo o quadro de recursos humanos do município, Varzedo dispõe de profissionais como obstetra e pediatra, importantes para o cuidado básico à saúde, mas ausentes na maioria dos municípios estudados, principalmente naqueles que oferecem apenas os serviços básicos de atenção à saúde.

Em contrapartida, o município não possui aparelhos de ultrassom ou raio-x, necessários para exames básicos como pré-natal e pequenas escoriações. Varzedo apenas conta com os equipamentos odontológicos integrados ao programa Saúde da Família.

Quadro 278 – Estabelecimentos de saúde em Varzedo, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saude	1	-	-	-	1
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	-
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	3	-	-	-	3
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	1	-	-	-	1
Posto de Saúde	1	-	-	-	1
Pronto Socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
Total	7	-	-	-	7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Quadro 279 – Número de estabelecimentos por tipo de convênio segundo tipo de atendimento prestado, 2003

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	5	-	-	-
Urgência	-	-	-	-
Diagnose e terapia	-	-	-	-
Vig. epidemiológica e sanitária	1			
Farmácia ou cooperativa	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 280 – Leitos de internação por 1.000 habitantes, 2003

Leitos existentes por 1.000 habitantes:	Leitos SUS por 1.000 habitantes
-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Não inclui leitos complementares

Quadro 281 – Leitos disponíveis em Varzedo, 2003

Especialidade	Público		Filantrópico		Privado		Sindicato		Total	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obstétrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pediátrico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Especialidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 282 – Recursos humanos de saúde em Varzedo, 2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	9	9	-	1,0	1,0
.. Anestesista	-	-	-	-	-
.. Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
.. Clínico Geral	1	1	-	0,1	0,1
.. Gineco Obstetra	1	1	-	0,1	0,1
.. Médico de Família	3	3	-	0,3	0,3
.. Pediatra	2	2	-	0,2	0,2
.. Psiquiatra	-	-	-	-	-
.. Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	3	3	-	0,3	0,3
Enfermeiro	3	3	-	0,3	0,3
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	-	-	-	-	-
Assistente social	2	2	-	0,2	0,2
Psicólogo	1	1	-	0,1	0,1
Auxiliar de Enfermagem	6	6	-	0,6	0,6
Técnico de Enfermagem	2	2	-	0,2	0,2

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Quadro 283 – Equipamentos disponíveis no SUS em Varzedo, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	-	-	-
Equipamentos de infra-estrutura	-	-	-
Equipamentos por métodos ópticos	-	-	-
Equipamentos por métodos gráficos	-	-	-
Equipamentos de manutenção da vida	-	-	-
Equipamentos de Odontologia	3	3	3
Outros equipamentos	-	-	-

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Quadro 284 – Número de equipamentos de categorias selecionadas existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/ 100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	-	-	-	-	-
Raio X	-	-	-	-	-
Tomógrafo Computadorizado	-	-	-	-	-
Ressonância Magnética	-	-	-	-	-
Ultrassom	-	-	-	-	-
Equipo Odontológico Completo	3	3	3	31,7	31,7

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Os índices de morbidades que provocam internações em Varzedo são similares aos dos outros municípios estudados. Em bebês, ocorre um elevado índice de internação por afecções originadas no período pré-natal e também se constata elevado índice de internação por doenças do aparelho respiratório entre crianças até 4anos. Entre crianças de 1 a 14 anos há muitas internações por doenças infecciosas e parasitárias. Há elevado índice de internação por gravidez, parto e puerpério entre pessoas de 15 a 49 anos. São predominantes ainda internações por patologias do aparelho circulatório entre pessoas acima dos 50 anos. Destaca-se, contudo, o elevadíssimo índice de internações por envenenamento, agressões e causas externas entre crianças de 1 a 9 anos, sendo que o índice permanece elevado também entre pessoas até 64 anos. Varzedo, como a maioria dos municípios estudados, apresenta elevados índices de violência e de mortes por causas evitáveis.

Quadro 285 – Morbidades que resultaram em internação em Varzedo, 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	**20,0**	7,7	**25,0**	2,2	1,0	7,1	5,4	5,0	3,8
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	6,3	14,3	10,7	11,7	6,3
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	7,7	-	13,0	-	2,4	-	1,7	2,0
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6,7	-	-	12,5	-	2,4	4,8	10,7	10,0	3,8
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	-	-	1,0	-	1,8	1,7	0,8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	7,7	-	-	0,5	9,5	8,9	10,0	2,8
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	13,3	-	12,5	-	4,4	**23,8**	**32,1**	**31,7**	10,0
X. Doenças do aparelho respiratório	**26,7**	**20,0**	-	-	4,3	4,4	2,4	5,4	5,0	5,5
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	**30,8**	12,5	4,3	7,3	9,5	8,9	8,3	7,8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	6,7	7,7	**25,0**	-	3,9	9,5	7,1	6,7	5,0
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	4,3	1,5	2,4	1,8	1,7	1,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6,7	13,3	7,7	-	-	7,8	7,1	3,6	3,3	6,3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	**54,3**	**39,0**	-	-	-	**26,3**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	**60,0P**	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	**20,0**	-	-	-	0,5	-	-	-	1,0
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-	-	2,2	1,0	-	-	-	0,8
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	6,7	**30,8**	12,5	**15,2**	14,1	7,1	3,6	3,3	11,8
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	4,9	-	-	-	2,5
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

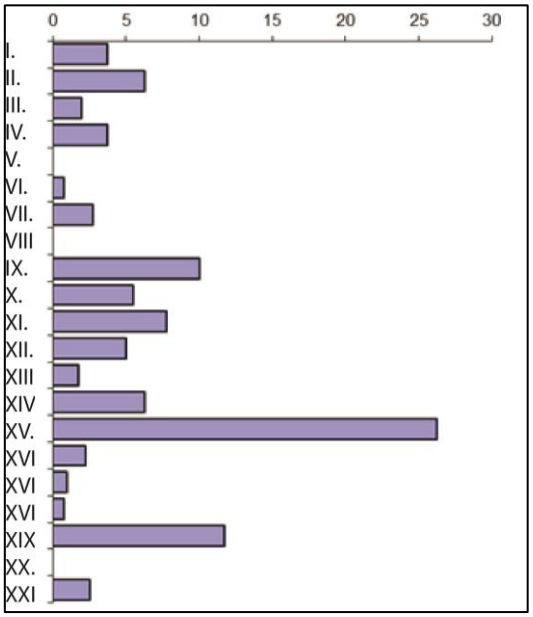


Figura 260 – Morbidade Hospitalar distribuição (todas as idades) (%), Varzedo

Também coincidente com os dados sobre mortalidade em outros municípios, em Varzedo destacam-se como principais causas de morte as doenças do aparelho circulatório (34,1%), neoplasias (14,6%) e causas externas (12,2%), respectivamente.

Quadro 286 – Mortalidade em Varzedo, 2008

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	18,2	5,3	8,3	7,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	25,0	18,2	10,5	12,5	14,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	-	36,4	52,6	54,2	34,1
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	25,0	-	-	-	4,9
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	37,5	-	10,5	8,3	12,2
Demais causas definidas	50,0	-	-	100,0	-	12,5	27,3	21,1	16,7	24,4
Total	100,0	-	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 287 – Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes)

Causa do Óbito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AIDS	-	-	-	11,5	-	-	-
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	23,2	-	-	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulh)	-	-	-	-	23,2	-	-
Infarto agudo do miocardio	23,1	-	34,6	11,5	34,6	23,1	10,7
Doenças cerebrovasculares	46,1	11,5	34,6	57,6	69,2	46,1	63,9
Diabetes mellitus	46,1	46,1	34,6	11,5	11,5	23,1	42,6
Acidentes de transporte	-	-	-	-	11,5	11,5	32,0
Agressões	-	-	11,5	23,1	-	11,5	-

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Quadro 288 – Outros Indicadores de Mortalidade

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	54	57	56	51	45	58	52
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,2	6,6	6,5	5,9	5,2	6,7	5,5
% óbitos por causas mal definidas	37,0	45,6	32,1	49,0	-	27,6	21,2
Total de óbitos infantis	5	1	1	3	5	3	2
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	9,3	1,8	1,8	5,9	11,1	5,2	3,8
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	34,7	7,6	9,9	24,8	43,5	25,0	16,9

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional
**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC
Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.
Nota: Dados de 2008 são preliminares.

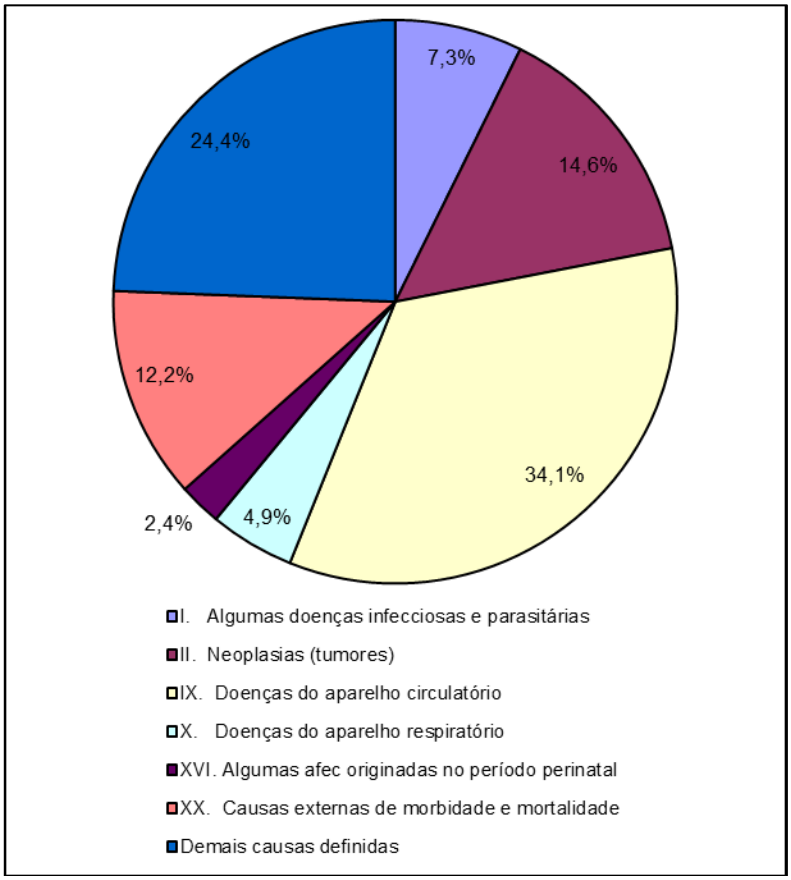


Figura 261 – Mortalidade Proporcional (todas as idades), Varzedo

C. Panorama geral da saúde no estado da Bahia

A situação da saúde na ADA e AID não pode ser vista separadamente da AII, devido à grande mobilidade de pessoas e de vetores que deverão ser facilitados pelas obras de construção e pelo funcionamento da ponte e de seu sistema viário.

No estado da Bahia, segundo a vigilância epidemiológica, existem registros sobre uma grande variedade de vetores que, em alguns casos, superam os existentes na Amazônia. Estre estes, destacam-se os protozoários do gênero Leishmani, transmissor da leishmaniose tegumentar e visceral americanas – LTA e LVA. Também são registrados na Bahia a presença do transmissor da malária, embora a doença não seja endêmica na região, dos transmissores da doença de Chagas e dos mosquitos aedes aegypti e albopictus, transmissores da dengue, sendo que o albopictus é mais recente e de convívio doméstico.

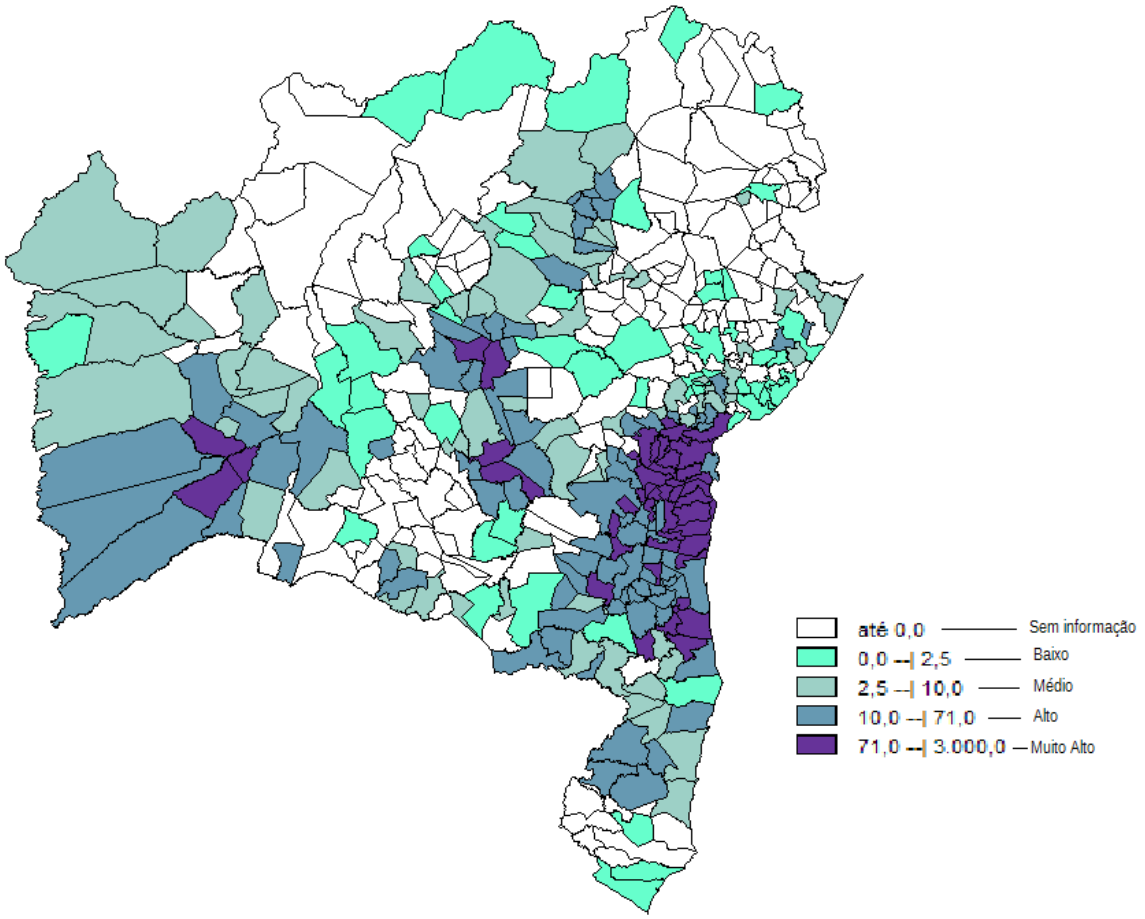
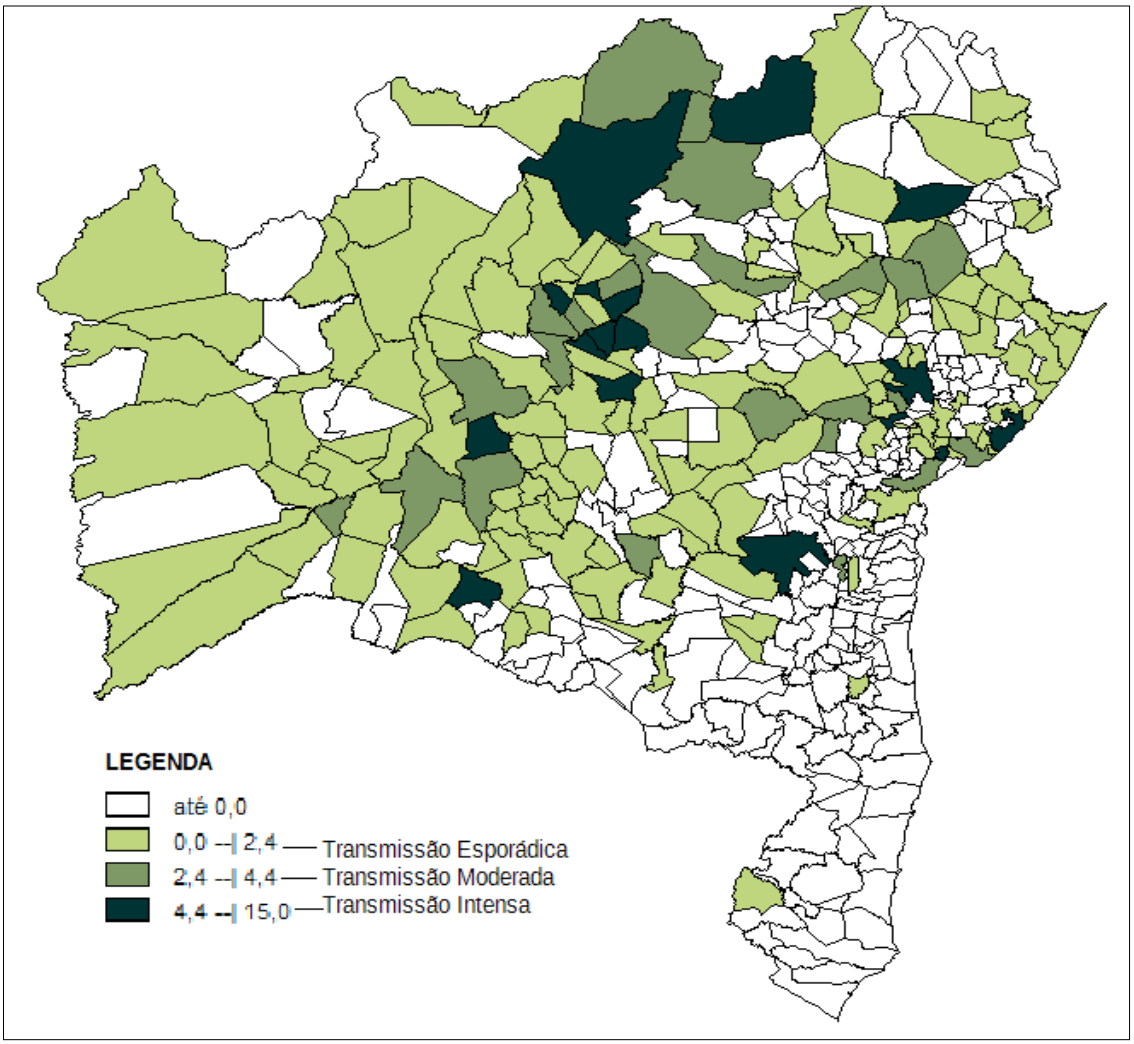


Figura 262– Distribuição dos municípios segundo classificação de risco de leishmaniose tegumentar americana – LTA. Bahia, 2010 – 2012

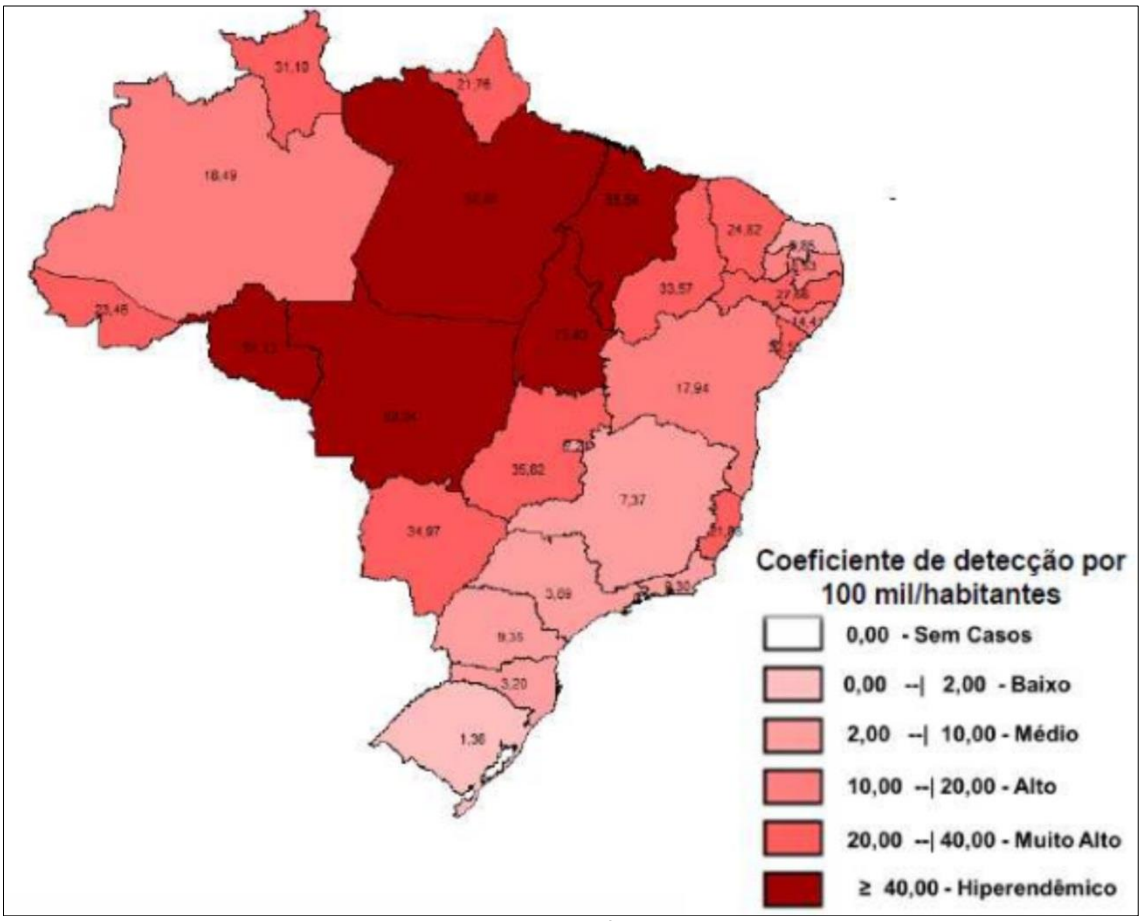
A análise da figura acima evidencia que as regiões do litoral sul e do baixo sul do estado, com exceção de Cairu e Ilhéus, apresentam riscos muito altos em relação à leishmaniose tegumentar americana – LTA. Com relação à leishmaniose visceral americana – LVA, existe risco de transmissão moderada em Salvador, Jaguaripe, Valença, Maragogipe e nos demais municípios do recôncavo. Saubara se destaca por apresentar risco de transmissão intenso. A Ilha de Itaparica e demais municípios do baixo sul e litoral sul não apresentam riscos significativos de transmissão da doença.



Fonte: SINAN/SVS-MS

Figura 263– Distribuição dos municípios segundo classificação de risco de leishmaniose visceral americana – LVA. Bahia, 2009 – 2011

Esse quadro pode ser alterado significativamente, inclusive com a urbanização de certas endemias, em função da intensificação da circulação de pessoas entre esses municípios. A implantação de empreendimentos do porte do Porto Sul em Ilhéus, da ferrovia da Fiol, do Polo Industrial de Maragogipe e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu aumenta ainda mais o risco de disseminação de agravos transmitidos por vetores e pela circulação de trabalhadores, que estão especialmente expostos a doenças transmitidas por vias aéreas, como hanseníase, devido a compartilhamento de alojamentos, assim como a esquistossomose, para os que trabalham em áreas alagadas.



Fonte: SINAN/SVS-MS

Figura 264 – Coeficiente de detecção geral de hanseníase por 100 mil habitantes. UF – Brasil, 2012

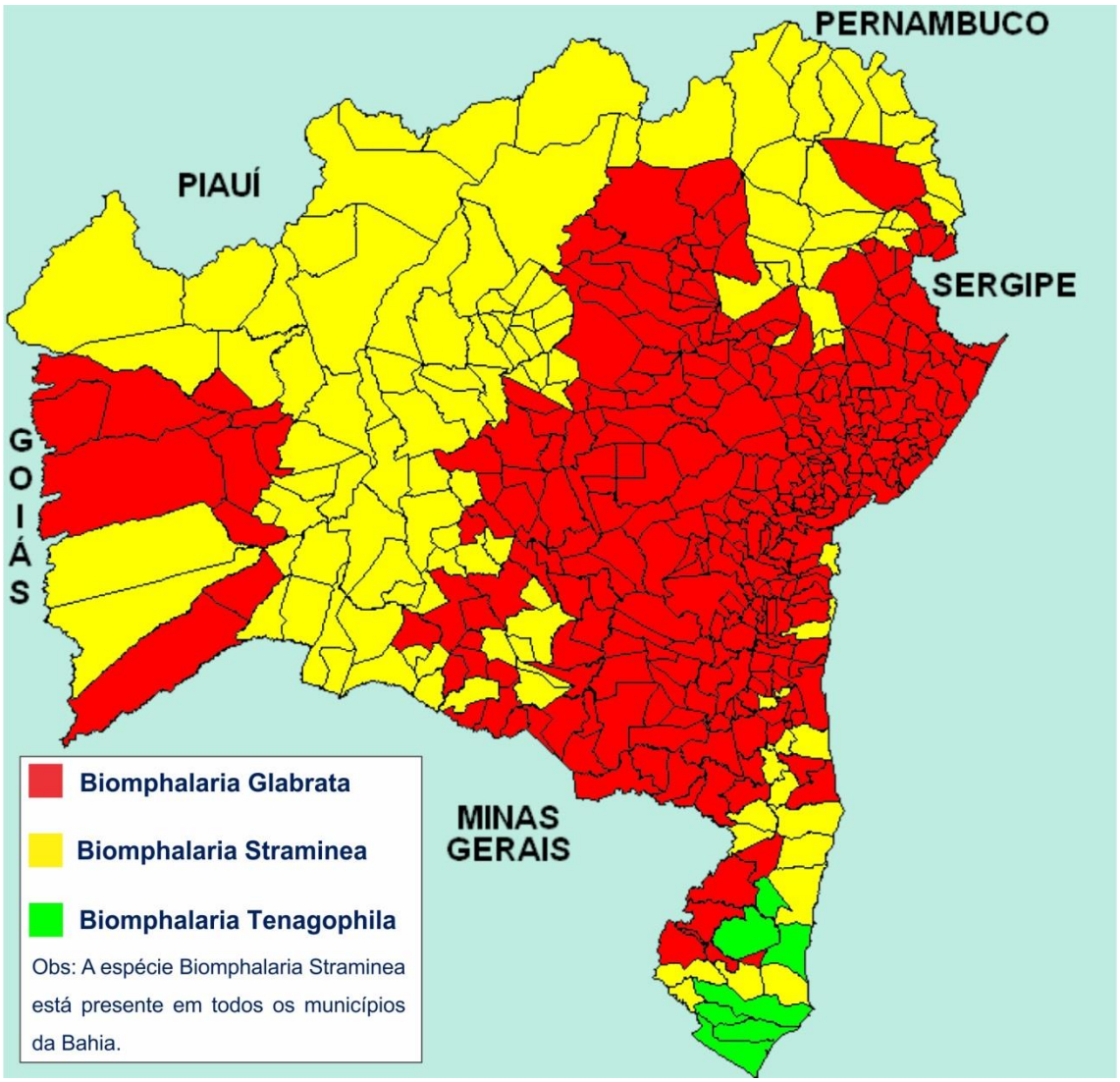


Figura 265 – Distribuição da Fauna Planorbídica. Bahia, 2011

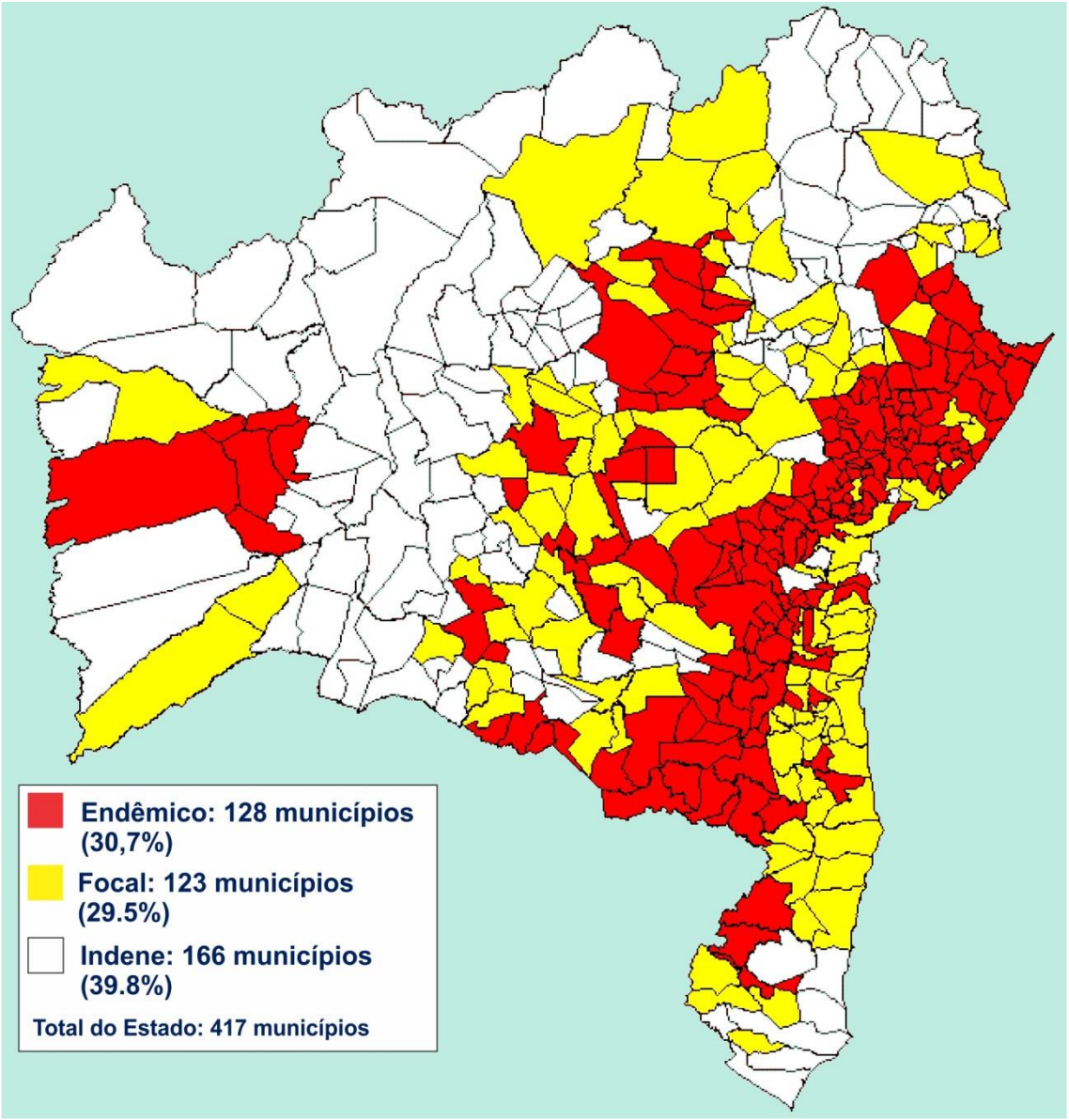


Figura 266 – Distribuição dos municípios segundo o grau de risco para transmissão da esquistossomose. Bahia, 2013

O risco de transmissão da doença de chagas é baixo nos municípios do Baixo Sul e da Região Metropolitana de Salvador, embora o registro de óbitos de pacientes que contraíram a doença em outras regiões seja significativo em Salvador, Simões Filho e Camaçari. No território do Recôncavo, o risco de contrair a doença passa de baixo para médio.

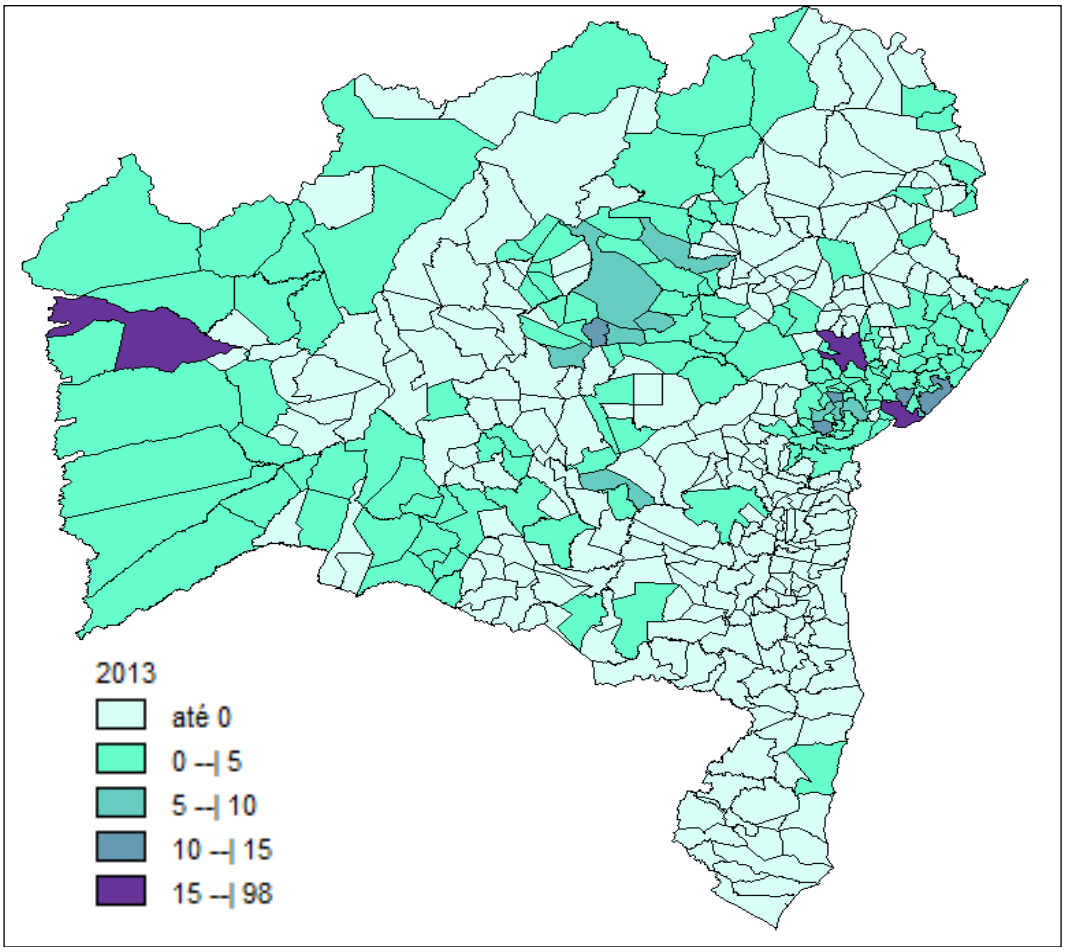
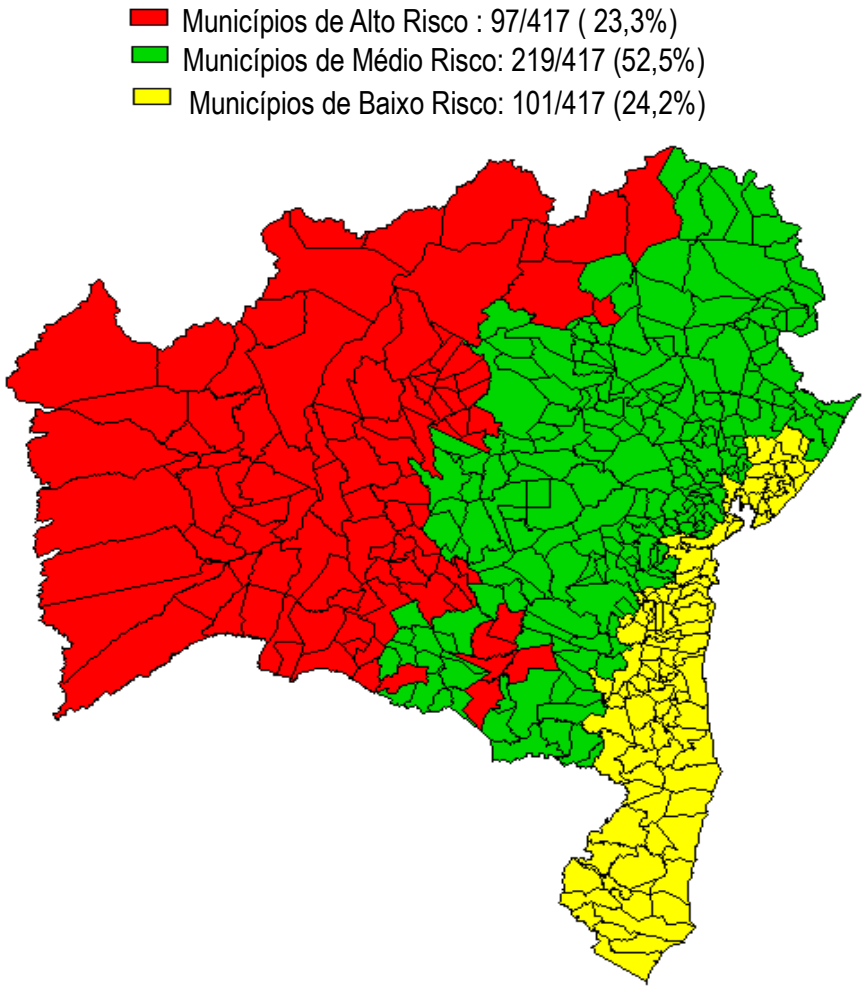


Figura 267 – Distribuição dos óbitos por município de residência como uma das causas básicas a doença de Chagas. Bahia, 2013



Fonte: SISPCE/ DIVEP/SESAB *Ano da última classificação

Figura 268 – Distribuição dos municípios segundo grau de risco. Estado da Bahia, 2009*

Uma avaliação do quadro de saúde dos municípios que integram a ADA, AID e AII sugere que serão necessárias algumas medidas preventivas para evitar os agravos à saúde, que incluem a qualificação dos serviços de saúde para diagnóstico e tratamento de doenças pouco comuns, a exemplo da malária, assim como cuidados com a vacinação de trabalhadores das obras de construção da ponte e exames preventivos antes da contratação.

2.2.4.8. Segurança

Caracterizar a infraestrutura policial e judiciária, o corpo de bombeiros e o sistema de defesa civil, com especial atenção à análise comparada entre a situação atual e as exigências/necessidades básicas para implantação de empreendimentos desse tipo.

O estudo da questão da segurança procurou mapear e compreender a infraestrutura policial e judiciária, buscando analisar as necessidades básicas para a implantação de empreendimentos desse tipo, o que somente foi possível ultrapassando as “barreiras” dos dados secundários, valorizando as informações situadas em observação diretamente levantada com a pesquisa de campo.

Em outras palavras, buscou-se analiticamente compreender de que forma os serviços são prestados nesses municípios, com base em algumas análises primárias e levantamentos de campo, uma vez que os dados dessa área nem sempre estão disponíveis para o público em geral.

A. Infraestrutura policial

Segundo a população entrevistada na ADA e AID, a percepção sobre os serviços de segurança reiteram a insuficiência do atual contingente policial diante do aumento da insegurança entre os cidadãos, desenvolvendo vertiginosamente a sensação de insegurança, que estrutura, assim, o principal ponto de crítica à possível operação do empreendimento, ou seja, a sua capacidade de atrair problemas sociais com pouca mergem de resolução por parte do poder público.

Atualmente, a segurança pública é uma das principais preocupações nas grandes e pequenas cidades brasileiras, diante do aumento irrefreável da demanda recebida com dificuldades pelo poder público. Nesse sentido, as políticas de segurança, de acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública em vigor, reconhecem que:

> [...] adaptando essas experiências de policiamento comunitário ao caso brasileiro e introduzindo elementos originais, provenientes do acúmulo nacional de reflexões, pesquisas e debates, propõe-se, nos três níveis em que se desdobra o presente programa (federal, estadual e municipal), a instauração de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública, a formação de um novo sujeito institucional para a gestão da política de segurança e a negociação

de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais [...] Será necessário convocar, a partir da Presidência da República, todos os governadores de estado e propor um pacto em torno desse plano nacional de segurança, visando à instalação de um processo de construção social da paz. Será muito importante que, ato contínuo, a sociedade civil seja também convocada para uma grande mobilização nacional pela construção social da paz, em cujo âmbito as entidades não governamentais, as associações, os sindicatos, as instituições religiosas, as universidades e os representantes da iniciativa privada serão chamados a participar de um amplo mutirão, a ser desenvolvido em múltiplos níveis, simultaneamente, visando integrar a juventude excluída. A nova abordagem requer um gestor de novo tipo ou um novo sujeito institucional e ambos exigem uma nova aliança ou uma nova modalidade de pacto com a sociedade. Não há política de segurança consequente sem participação e transparência, sem confiança popular nas polícias e nas instituições públicas – e todos sabem que, frequentemente, o policial uniformizado na esquina é a face mais tangível do Estado. Além disso, uma política consistente precisa moldar-se às peculiaridades variáveis dos contextos sociais e só pode ser eficaz se enfrentar a insegurança pública como uma problemática multidimensional – vale insistir –, que supera o âmbito exclusivo da criminalidade. Por isso, o comando unificado sugerido acima, que reunirá várias secretarias de estado, municipais ou ministérios, depois de selecionadas as áreas de intervenção, a partir da análise da gravidade dos problemas, deverá mergulhar na vida de cada uma das comunidades-alvo, aplicando a metodologia de mapeamento interativo e participativo dos problemas e das prioridades. Essa metodologia depende de proximidade cotidiana, interação permanente, diálogo sistemático com as sociedades locais e presença capilar do poder público. Está mais acessível aos estados e, sobretudo, aos municípios. O diálogo com as sociedades locais focalizadas criará condições, em pouco tempo, para a negociação democrática de contratos locais de co-gestão do programa de segurança, entendido em seu sentido mais abrangente, e que poderá também ser denominado programa de construção social da paz. Co-gestão, nesse caso, não significará renúncia populista do Estado, em qualquer de suas esferas, a assumir suas responsabilidades. As atribuições deliberativas e executivas são intransferíveis. Serão compartilhados, sim, o diagnóstico, a seleção das prioridades, a identificação das metas e o processo de avaliação dos projetos implementados.

> Cada experiência será um piloto, cujo efeito-demonstração apontará caminhos e despertará a convicção de que é possível mudar, desde que se empregue a metodologia apropriada, desde que haja articulação suficiente entre as instâncias governamentais mobilizadas e desde que se leve realmente a sério a indispensável participação da sociedade civil (PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2000, p.17-19)[103].

Sendo assim, o desafio da segurança pública avança na valorização da co-responsabilidade pelas políticas públicas, o que é um grande desafio, haja vista que um empreendimento desse porte, como o que baseia este estudo, costuma necessitar de intervenções multidimensionais.

Conforme o quadro abaixo, é possível observar a relação de unidades policiais nos municípios da ADA e AID[104]. Nos municípios maiores, como Salvador, Vera Cruz, Simões Filho, Lauro de Freitas, Nazaré das Farinhas, entre outros, há um maior efetivo policial, o que representa a existência de mais unidades policiais. Tais unidades ficam responsáveis pelo policiamento de áreas delimitadas (bairros, áreas da cidade, equipamentos urbanos, etc.), diferente do que ocorre nos pequenos municípios, uma vez que a polícia se concentra na sede municipal, tendo assim que oferecer policiamento em áreas difusas, o que se torna difícil quando esse efetivo não ultrapassa, de maneira geral, o total de dez policiais que atuam em regime de escala.

Segundo dados obtidos em campo, as unidades policiais contam com, no máximo, dez policiais em regime de escala, com exceção de municípios maiores, como Salvador, Vera Cruz, Lauro de Freitas e Simões Filho. Sabe-se que esse efetivo é variável, já que na realização de eventos específicos (São João, aniversário da cidade, festas em geral etc.) ou operações especiais (verão, carnaval, investigação etc.) há o aumento do contigente policial, condizente com a demanda local, o que obriga o reforço do efetivo e/ou a incorporação de grupamentos especiais.

---

[103] Citado na Revista da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – RENAESP/UFBA. Salvador, v.01, n.01, Jun/Dez 2007. Link: http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/ItemAcervo504?rev=&filename=Revista_RENAESP_n01.pdf Acesso em 18/jul. 2012.

[104] A retirada de Salvador desta relação se dá por razão prática. Por ser a capital, a lista de unidades é imensa, existindo policiamento voltado para praticamente todos os bairros da cidade. Desse modo, a retirada tem um caráter visual, para que facilite a descrição e análise dos demais municípios.

Conforme se observou em campo, há nos municípios uma percepção de ineficácia do serviço de segurança, uma vez que é visto como incapaz de dar conta da demanda atual, além do que há a percepção de que também não o será, diante do porte do empreendimento. Esta percepção é reforçada pelas queixas com a falta de segurança na área rural, pelo fato de não haver policiamento ostensivo nas pequenas localidades.

Quadro 289 –Relação de Unidades Policiais – PM/BA

Cidade	Bairro	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
Itaparica	Amoreiras	5ª CIPM – 2º Pel.- PPM Ilha 23 – CPRMS	Rua Santa Bárbara, s/nº,TP (71) 3631-2921	71-3631-2921	Prox. à Praça Salvino Veloso
Itaparica	Bom Despacho	5ª CIPM – 2º Pel.- PPM Ilha 24 – CPRMS	BA-001, KM 0	71-3682-2534	Prox. ao mercado Bom Preço
Itaparica	Centro (Itaparica)	5ª CIPM – 2º Pel. – Sede – PPM Ilha 21 – CPRMS	Rua da Rodagem		Prox. ao Posto de Combustível BR
Itaparica	Centro (Itaparica)	5ª CIPM – 2º Pel.- PPM Ilha 25 – CPRMS	Avenida 25 de Outubro, s/nº.	71-3631-2970	Prox. ao Forte da Bica
Itaparica	Centro (Itaparica)	COPPA – 4º Pelotão – Ilha de Itaparica	Rua da rodagem s/nº Petrobrás	3631-1014	Ao lado da Guarda Municipal
Vera Cruz	Baiacu	5ª CIPM – 1º Pel. PPM Ilha 14 – CPRMS	Rua Santa Luzia, s/nº. TP (71) 3681-1514	71-3681-1514	Próx. ao posto de saúde
Vera Cruz	Cacha-Pregos	5ª CIPM – 3ª Pel.- PPM Ilha 33 – CPRMS	Rua da Coreia, s/nº. TP (71) 3637-1003		Prox. a Praça principal
Vera Cruz	Conceição	5ª CIPM – 1º Pel. PPM Ilha 15 – CPRMS	Rua Principal snº TP (71) 3681 7710 / 7102	71-3681-7710	Prox. ao Posto de combustivél
Vera Cruz	Jiribatuba	5ª CIPM – 3ª Pel.- PPM Ilha 34 – CPRMS	Rua Gomes Machado, nº. 125	71-3637-1202	Prox. a Praça Gomes Machado
Vera Cruz	Mar Grande	5ª CIPM – Sede – CPRMS	Av. Central, s/nº.	71-3633-1003-1587	Prox. ao Terminal Maritimo de Mar Grande
Vera Cruz	Tairu	5ª CIPM – 3ª Pel.-Sede – PPM Ilha 31 – CPRMS	BA 082, Estrada da Rodagem, s/nº. TP (71) 3638-2871	71-3638-2871	Prox. a Praça Principal de Tairu
Aratuípe	Centro	Grupamento Policial Militar – CPR LESTE	Rua Dr. João Martins, nº11	75-3647-2166	Mercado Municipal
Castro Alves	Centro	5º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar – CPR Leste	Rua Benjamim Constant n° 85	75-3522-2388	Camara de Vereadores
Conceição do	Centro	Destacamento Policial Militar do 1º Pelotão da	Loteamento Maria Passos Cone, s/nº	75-3629-2760	Mercado Municipal

Cidade	Bairro	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
Almeida		27ª CIPM – CPR Leste			
Dom Macedo Costa	Centro	Departamento Policial Militar	Rua Manoel Vitorino, s/n	75-3648-2108	Delegacia
Jaguaripe	Centro	Destacamento Policial Militar do 14º BPM – CPR Leste	Praça Marechal Deodoro, nº 19	(75) 3642-2171	Praça principal da cidade
Lauro de Freitas	Areia Branca	81ª CIPM – Modulo Areia Branca – CPRMS	Rua dois de Julho – TP 3291-8508	71-3291-8508	Transversal com rua 1º de maio-Campo de futebol
Lauro de Freitas	Centro (Lauro de Freitas)	52ª CIPM – Sede – CPRMS	Rua Alfredo Torrise, Quadra B, Lotes 11 a 14, s/nº, CEP. 42.700-000 – Tel: 3288-8841 a 8845	71-3288-8840	2ª entrada a direita após a Faculdade UNIME, sentido Centro
Lauro de Freitas	Centro (Lauro de Freitas)	BPCHQ – Batalhão de Polícia de Choque	Rua Cel Messias, antiga Fazenda Caji, s/n – CEP: 42.700-000 – Telefax: (71) 3378-0592	(71) 3378-9246/9114	Atrás do Maxxi atacado, antigo Bompreço
Lauro de Freitas	Estrada do Coco	3º Pelotão do Batalhão de Polícia Rodoviária	BA 099, KM 23	71-3624-1566	
Lauro de Freitas	Itinga	81ª CIPM – Sede – Itinga – CPRMS	Avenida Fortaleza,Quadra 11, lote32	71-3251-1125	Ao lado do supermercado Cesta Básica
Lauro de Freitas	Jambeiro	81ª CIPM – Modulo do Jambeiro – CPRMS	Rua direita do Jambeiro, Praça do Jambeiro		Posto de saúde do Jambeiro
Lauro de Freitas	Portão	81ª CIPM – Modulo de Portão – CPRMS	Avenida Santo Antonio, s/nº. TP(71) 3379-2101		Praça Central de Portão
Lauro de Freitas	Praia de Ipitanga	52ª CIPM – 3º Pelotão Ipitanga – CPRMS	Praia de Ipitanga, s/nº – CEP: 42700-000		Kartódromo de Lauro de Freitas
Lauro de Freitas	Vida Nova	81ª CIPM – Modulo Vida Nova – CPRMS	Av. Djanira Bastos s/nº, Praça da Criança		Fábrica Acalanto
Lauro de Freitas	Vilas do Atlantico	52ª CIPM – 2º Pel. Vilas do Atlântico – CPRMS	Av. Praia de Itapuã, s/nº, Cep: 42.700-000		Em frente ao Colégio Apoio
Muniz Ferreira	Centro	Grupamento Policial Militar	Praça ACM Júnior,s/n	75-3663-2139	Panificadora Gelene
Nazaré das Farinhas	Centro de Nazaré das Farinhas	3ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar	Praça Juracy Magalhães Junior s/n	75-3636-2364	Próximo ao Hospital Gonçalves Martins
Salinas da Margarid	Centro (Salinas da	5ª CIPM – 4º Pel. Sede – CPRMS	Praça Tenenente Albuquerque nº 05	75-3659-1526	Prox. à Prefeitura Municipal

Cidade	Bairro	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
a	Margarida)				
Salinas da Margarida	Encarnação de Salinas	5ª CIPM – 4º Pel.- PPM Ilha 42 – CPRMS	Rua da Mangueira s/nº. TP (75) 3659-7003	75-3659-7003	Prox. à Rua Principal
Santo Antônio de Jesus	Andaiá	14º Batalhão de Polícia Miltar – CPR Leste	Rua Cosme Damião ,s/nBA	(75)3631-3783	Ao lado da Rodoviária
Santo Antônio de Jesus	Andaiá	1ª Companhia e Companhia Especial do 14º Batalhão de Polícia Militar – CPR Leste	Avenida Cosme e Damião s/n	(75)3631-3783	Próximo à Rodoviária
Santo Antônio de Jesus	Centro	BPRV 5ª Cia do BPRv – SANTO ANTÔNIO DE JESUS	1ª Travessa da Avenida Vereador João Silva, nº 10, Bairro Amparo, Cep. 44.570-000 FAX 3632-3520	75)3631-3266/3632-35	Amparo
Santo Antônio de Jesus	Loteamento Santa Terezinha	3º Subgrupamento do 2º Grupamento de Bombeiros Militares	Rua Eneas Cardoso, s/nBA	(75)3631-1121	Sede do Clube dos 1000
Sapeaçu	Centro	Destacamento Policial Militar do 1º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar – CPRL	Rua Rio Grande do Sul, nº28		Igreja Assembléia de Deus
Simões Filho	BR 324, CIA	10º Grupamento de Bombeiro Militar	Rodovia BR 324, Km 20, CEP 43.700-000	(71)3594-9812	Próximo à 8º Delegacia de Polícia
Simões Filho	BR 324, CIA	BPRV – 1ª Cia do BPRv – CAMAÇARI	BA 093, KM 11, Palmares, Simões Filho. – Telefax : 3669-1421/10	8848-1613/ 3669-142	
Simões Filho	Cia I	22ª CIPM – Mod. Cia I – CPRMS	Praça 31 de Abril		Ponto de önibus da Av. Elmo Cerejo
Simões Filho	Cia I	CIPT – RMS – CPRMS	Av. Engenheiro Elmo Serejo de Farias, nº 11 – CEP 47.700-000	3298-2257-2258	Próximo ao Parque de Leilões
Simões Filho	Ilha de São João	22ª CIPM – Ilha de Sáo Joáo – CPRMS	Conj. Hab. Ilha de Sáo Joáo		Largo da Ilha da Av. Elmo Cerejo
Simões Filho	Ponto de parada	22ª CIPM – Sede – CPRMS	Rua Marechal Hermes, s/nº. 71-3396-1688 fax	71-3396-1207-1688	Em frente ao Posto Médico

Cidade	Bairro	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
Varzedo	Centro	Destacamento Policial Militar da 5ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar – CPR Leste	Praça da Feira, s/n BA	(75)3381-1110	Na entrada da cidade

Fonte:PM/BA[105].

Nas cidades da AID e ADA, há a presença da Polícia Civil[106], através de delegacias (na maioria observou-se um efetivo entre 5 e 15 policiais), com efetivo proporcional nas cidades de maior população. A Polícia Civil é organizada através de Coordenadorias Regionais de Policiamento no interior, sendo que no caso das cidades da AID, estas se submetem à Coordenadoria Regional de Policiamento do Interior (COORPIN). A 4ª COORPIN, sediada em Santo Antônio de Jesus, é a responsável pelo policiamento das delegacias sediadas na AID, na verdade, em 27 municípios da região[107].

Alguns municípios possuem Guarda Municipal, contudo, com um perfil patrimonial voltado para o ato de proteger os espaços ligados ao poder público. A Guarda mais organizada dentre os municípios é a de Salvador, que possui um perfil de policiamento e de cuidado patrimonial.

Sobre um breve diagnóstico da realidade comum ao contexto geral das sociedades, o sociólogo Fernando Salla aponta, de maneira geral, as raízes da criminalidade no Brasil:

> as raízes do crescimento da criminalidade em geral e do fortalecimento desse grupo em particular são muitas: um ambiente social de profunda desigualdade social, que cerceia as oportunidades de vida digna principalmente para milhões de jovens pobres; um sistema de justiça criminal (polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema penitenciário) que atua sem integração entre suas

[105]em: <www.pm.ba.gov.br> Acesso em 09/abr. 2014.
[106] Maiores informações no site: <http://www.policiacivil.ba.gov.br/interior.html> Acesso em 09/abr. 2014.
[107] Estas informações foram colhidas com gestores da COORPIN. Os 27 municípios são: Amargosa, Aratuípe, Conceição do Almeida, Cabaceiras, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Jaguaripe, Jiquiriçá, Lage, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré das Farinhas, Salinas da Margarida, São Miguel das Matas, Santa Terezinha, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Santo Antônio de Jesus, Ubaíra e Varzedo.

> instituições e é incapaz de se modernizar efetivamente para atender às necessidades da sociedade; o desconcertante descumprimento da Lei de Execução Penal por parte do Estado, que acaba submetendo milhares de presos a condições subumanas de encarceramento; níveis insatisfatórios do trabalho policial, corrupção, impunidade dos agentes públicos (policiais e agentes penitenciários principalmente), que se ligam às atividades criminosas do PCC ou permitem a sua operação (viabilizando fugas, entrada de celulares nas prisões, acobertando crimes, cedendo armas para bandidos etc.), são outros aspectos essenciais para se compreender a forte presença do crime organizado na sociedade[108].

As preocupações referentes à segurança pública atingem grandes e pequenas cidades brasileiras, tornando-se uma política pública de grande importância nos contextos social e politico atual, inclusive, de grande influência no processo de definição do voto[109]. Durante a pesquisa de campo na ADA e AID, percebeu-se a preocupação com a segurança como um fator de crítica ao empreendimento, fruto da visão de que a ilha e os municípios próximos poderiam se tornar um "bairro" de Salvador, levando efetivamente os problemas da capital para a ilha.

B. Infraestrutura judiciária

No quadro abaixo,é possível compreender a infraestrutura judiciária presente nos municípios da ADA e AID. Todos eles possuem juizados, fóruns e demais estruturas, sendo que esta estrutura destaca-se nos municípios maiores, como é o caso de Santo Antônio de Jesus, Nazaré das Farinhas, Lauro de Freitas e Salvador.

É possível observar que alguns municípios são distritos de comarcas sediadas nas cidades maiores, o que não limita em si o trabalho judiciário. Contudo, algumas instâncias especiais (juizados, balcão da justiça, SAJ etc.) poderiam ser levadas aos municípios menores, constituindo uma espécie de "rede de acesso à justiça", o que

[108] Artigo completo disponível no link: <http://www.nevusp.org/downloads/down143.pdf> Acesso em 10 ago./2012.
[109] Diversas pesquisas eleitorais (Datafolha, Ibope, Vox Populi, entre outros) têm apontado a segurança pública como uma preocupação central do brasileiro, o que pode influenciar a decisão do voto em nível local e nacional.

influenciaria o processo cívico de legitimidade das esferas estatais e da política, portanto, ao mesmo tempo em que poderia aumentar o sentimento de justiça entre os cidadãos comuns.

Quadro 290 – Infraestrutura do Poder Judiciário/Ba, Municípios[110]

Comarca	Endereço/sede	Demais Estruturas do judicário
Itaparica/ Vera Cruz (Distrito)	Fórum da Comarca: Estrada do Porto do Santo, km 1 , Bom Despacho, CEP 44.460-000 Telefone: (71) 3682-1026 / 2090	Distritos: Vera Cruz – CEP 44.470-000 / Barra do Gil (Vera Cruz) – CEP 44.470-000 / Cacha Prego (Vera Cruz) – CEP 44.478-000 / Jiribatuba (Vera Cruz) – CEP 44.475-000
Aratuípe (Ver Nazaré das Farinhas)	-	-
Castro Alves	Fórum da Comarca: Praça Liberdade, s/n, CEP 44.500-000 Telefone / Fax: (75) 3522-1512 / 1383 / 1513 / 2013 / 1383 / 1512	Juizado de Mendes: (75) 3522-1031 Distritos: Rafael Jambeiro – CEP 44.100-000 / Petim – CEP 44.510-000 / Crussaí – CEP 44.505-000 / Sítio de Meio – CEP 44.508-000 / Argoim – CEP 44.520-000 / Taboleiro do Castro – CEP 44.515-000
Conceição do Almeida	Fórum da Comarca: Rua Dr. José Joaquim de Almeida, s/n, CEP 44.540-000 Telefone: (75) 3629-2201 / 2047 / 2202	Distritos: Comércio – CEP 44545-000 / Rio da Dona – CEP 44548-000
Dom Macedo Costa (Ver Santo Antônio de Jesus)	-	-
Jaguaripe	Fórum da Comarca: Ladeira D'Ajuda, n° 08, CEP 44.480-000 Telefone: (75) 3642-2126 / 2096 / 2174	Distritos: Pirajuia – CEP 44.486-000 / Camassandi – CEP 44.482-000 / Barreiras de Jacuruna – CEP 44.484-000 / Cunhangi – CEP 44.488-000
Lauro de Freitas	FÓRUM CRIMINAL Rua Romualdo de Brito, s/n, Centro Protocolo/Distribuição – Telefones: (71) 3283-3625	Juizados Rua da Saúde, nº 90, Centro, CEP 42.700-000 Administração Telefone: (71) 3283-1910

[110]Excluiu-se Salvador pela sua amplitude como capital, para facilitar a visualização das demais comarcas. Dados disponíveis em: <http://www5.tjba.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91115&Itemid=1005> Acesso em 19/mar. 2014.

Comarca	Endereço/sede	Demais Estruturas do judicário
		Protocolo/Distribuição Telefone: (71) 3283-1909 1ª Vara Cível Telefone: (71) 3283-1922 2ª Vara Cível Telefone: (71) 3283-1917 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E CÍVEL Telefone: (71)3283-1905 Cartório Eleitoral: Telefone: (71) 3378-0679 Defensoria Pública Cível Telefone: (71) 3288-8854 1ª Vara Crime e Infância e Juventude Cartório: (71) 3283-3605/3602/3610 (fax) E-mails: 1vcrimelfreitas@tjba.jus.br (núcleo criminal) vijlfreitas@tjba.jus.br (núcleo infância e juventude) Vara do Júri e Execuções Penais Cartório: (71) 3283-3606/3611 E-mail: varajuriveplf@tjba.jus.br Defensoria Pública Criminal Telefone: (71) 3288-8852 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA Av. Santos Dumont, nº 05 Cartório: (71) 3378-3428 SAJ – Serviço de Atendimento Judiciário Av. Santos Dumont, s/n, Estrada do Côco, Km 3,5, Shopping Passeio Norte, G1, CEP 42.700-000 Telefone: (71) 3378-7613 / 7608
Muniz Ferreira (Ver Nazaré das Farinhas)	-	-
Nazaré das Farinhas /Salinas da Margarida	Fórum da Comarca: Travessa Imperial, n° 01, Centro, CEP 44.400-000 Telefone: (75) 3636-2710 / 2149 Fax: (75) 3636-2528	Distritos: Aratuípe – CEP 44.490-000 / Muniz Ferreira – CEP 44.575-000 / Onha – CEP 44.578-000 / Salinas da Margarida – CEP 44.450-000 / Maragogipinho – CEP 44.450-000
Santo Antônio de Jesus/Dom Macedo Costa/Varzedo	Fórum da Comarca: Rua Antonio Carlos Magalhães, s/n, Bairro	JPC: (75) 3631-6439 / 6438 Distritos: Varzedo – CEP 44.572-000 /

Comarca	Endereço/sede	Demais Estruturas do judicário
	São Paulo, CEP 44.473-440 Telefone: (75) 3631-2722 / 2290 / 2314 / 2372 / 2645 / 2965 Fax: (75) 3631-7313	Dom Macedo Costa – CEP 44.560-000
Sapeaçu	Fórum da Comarca: Praça da Bandeira, s/n, CEP 44.530-000 Fórum: (75) 3627-2244 / 2245 / 2280 / 2348	Distrito: Baixa do Palmeira – CEP 44.530-000
Simões Filho	Fórum da Comarca: Av. Altamirando de Araújo Ramos, s/n, CEP 43.700-000 Telefone: (71) 3396-1388 / 9601 / 9075	Distrito: Aratu – CEP 43.700-000
Varzedo (ver Nazaré das Farinhas)	-	-

Fonte: TJ/BA

C. Bombeiros e Defesa Civil

Os bombeiros são organizados na Bahia em batalhões regionais, conforme a figura seguinte, que destaca em vermelho as sedes dos Grupamentos de Bombeiros Militares (GBM) na Bahia.



Figura 269 – Quartéis de Bombeiros Militares na Bahia[111]

Com exceção de Salvador e Lauro de Freitas, que contam com grupamentos, subgrupamentos e comandos especiais, o restante dos municípios da ADA e AID possuem subgrupamentos nos principais municípios, como é o caso de Santo Antônio de Jesus. Naquele município funciona o 3º Subgrupamento de Bombeiros Militares (SGBPM), ligado ao 2º Grupamento, com sede em Feira de Santana, que atende a 33 cidades da região, dentre elas uma parte dos municípios da AID e AII.

A função do subgrupamento é promover ações em nível local, de forma que possa ficar próximo ao público em termos de atendimento de urgência. Desse modo, o 3º Subgrupamento de Santo Antônio de Jesus é a principal base de atendimento dos municípios da AID (com exceção da RMS). Esse Subgrupamento está em processo de se tornar um Grupamento, o que garante o desenvolvimento de mais ações na região, em médio prazo, ou seja, trará condições de se ampliar esta política pública[112].

[111]Disponível em <www.pm.ba.gov.br> Acesso em 15/abr. 2014

[112] Algumas matérias sobre as articulações em torno da criação do Grupamento que atenderá os municípios da AID: <http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-94974/alan_sanches_pede_reforco_de_policiais_e_grupamento__de_bombeiros_para_saj_e_regiao> Acesso em 17/abr. 2014 e <http://www.amargosanoticias.com/amargosa/dep-rogerio-

A Defesa Civil tem como principal estrutura de gestão as coordenadorias dos três entes federativos, voltadas para a realização de ações com finalidades diversas (prevenção de desastres, ações em caso de calamidade pública, acidentes etc.).

O governo federal possui uma Secretaria de Proteção e Defesa Civil, ligada ao Ministério da Integração Nacional, que vive atualmente um momento de articulação com as demais esferas de governo, no intuito de estabelecer, por meio de conferências[113], alguns objetivos, entendendo que:

> a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, instituída pela Lei nº 12.608/2012, dispõe que o gerenciamento de riscos e de desastres deve ser focado nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação e deve articular-se com as demais políticas setoriais para garantir a promoção do desenvolvimento sustentável. As definições técnicas para sua aplicação serão regulamentadas por Decreto Presidencial. São inovações importantes dessa Lei:
>
> - Necessidade de integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e as demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.
>
> - Elaboração e implantação dos Planos de Proteção e Defesa Civil nos três níveis de governo, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo.
>
> - Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres.
>
> - Profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes de Proteção e Defesa Civil.
>
> - Cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

andrade-luta-por-grupamento-do-corpo-de-bombeiros-para-saj-e-regiao.html> Acesso em 17/abr. 2014.

[113] As conferências ocorrerão nas três esferas de governo, buscando apontar diretrizes unificadas na formulação de políticas de proteção e defesa civil. A conferência da Bahia deverá ocorrer no mês de junho, na capital.

- Inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, dos princípios deproteção e defesa civil e a educação ambiental, entre outros[114].

Neste sentido, estas diretrizes são seguidas nos estados e municípios, uma vez que se articulam em quatro eixos essenciais para a formulação de políticas públicas: *I) Gestão Integrada de riscos e resposta a desastres; II) Integração de Políticas Públicas relacionadas à Proteção e à Defesa Civil; III) Gestão do conhecimento em Proteção e Defesa Civil e IV) Mobilização e Promoção de uma resposta de Proteção e Defesa Civil na busca de cidades resilientes.*

Tais eixos são compartilhados por estados e municípios, ou seja, são delineados por ações e diretrizes semelhantes. O governo estadual possui, como estrutura, a Superintendência de Proteção e Defesa Civil (SUDEC), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES). A SUDEC articula suas ações com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, as CODECs. Essas coordenadorias são responsáveis em gestar ações locais, em muitos casos em parceria com o estado e o governo federal.

Diante de pesquisa sobre a estrutura nos municípios (Perfil dos Municípios Brasileiros – IBGE/2012), pode-se observar que uma grande parte deles apresenta espaços governamentais destinados especificamente às ações de defesa civil, em especial compartilhadas com a implementação de políticas em parceria com as demais esferas de governo. De maneira geral, a maioria dos municípios possui coordenadorias preocupadas com a gestão de políticas de proteção e defesa civil, com exceção de Dom Macedo Costa, Jaguaripe, Muniz Ferreira, Salinas da Margarida e Sapeaçu. Contudo, estes municípios encontram-se mobilizados pela realização da 2ª Conferência Estadual de Defesa Civil, o que significa que devem criar estruturas locais semelhantes, a curto e médio prazo, para a implementação de políticas do setor[115].

---

[114]O texto-referência para a realização da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil está disponível em: <http://www.defesacivil.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/TEXTO_REFER%C3%8ANCIA_2CNPDC.pdf> Acesso em 17/abr. 2014.

[115] Desde o início do ano, estão ocorrendo conferências municipais e intermunicipais como etapa para a realização das conferências estadual e nacional. A realização destas conferências está disponível em: <http://2cnpdc.mi.gov.br/pt/web/guest/lista-conferencias-geral;jsessionid=CDF0C58DF9E3658E7B3D2E1F7717F986?p_auth=0u0D2yuB&p_p_id=conferencia_WAR_cnpdclf60portlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-

Quadro 291– Estrutura de Proteção e Defesa Civil nos Municípios, 2012

Município	Estrutura de Proteção e Defesa Civil
Itaparica	Coordenadoria Municipal
Salvador	Coordenadoria Municipal
Vera Cruz	Coordenadoria Municipal
Aratuípe	Coordenadoria Municipal
Castro Alves	Coordenadoria Municipal
Conceição do Almeida	Coordenadoria Municipal
Dom Macedo Costa	**Não Dispõe**
Jaguaripe	**Não Dispõe**
Lauro de Freitas	Coordenadoria Municipal
Muniz Ferreira	**Não Dispõe**
Nazaré das Farinhas	Coordenadoria Municipal
Salinas da Margarida	**Não Dispõe**
Santo Antônio de Jesus	Coordenadoria Municipal
Sapeaçu	**Não Dispõe**
Simões Filho	Coordenadoria Municipal
Varzedo	Coordenadoria Municipal

Fonte: IBGE.

Em pesquisa realizada junto ao banco de dados da SUDEC-BA, relativa aos municípios atualmente em situação de emergência por causa da seca/estiagem ou chuva, percebeu-se que ali não constam os municípios pertencentes à ADA e AID, assim como aqueles em estado de calamidade pública.

D. Cenário com a implantação do empreendimento

Nos dias atuais, tem sido recorrente o reconhecimento da segurança como uma preocupação primaz aos olhos da população, de modo que se tornou uma das políticas públicas mais sensíveis aos cidadãos comuns, no âmbito das discussões eleitorais e dos espaços públicos de ativação da cidadania.

Neste sentido, percebeu-se *qualitativamente* na pesquisa de campo que há uma forte preocupação com a implantação do empreendimento, no que concerne à capacidade e eficácia de serviços públicos, especialmente, a segurança pública. De maneira geral,

1&p_p_col_count=1&_conferencia_WAR_cnpdclf60portlet_javax.portlet.action=buscarConferencias> Acesso em 18/abr. 2014

a população valoriza o empreendimento, mas pontua, em alguns casos, ser “contra”, diante da incapacidade do poder público de cuidar da Ilha na atualidade, o que pode apontar para um cenário ainda mais desolador após o empreendimento.

Desse modo, pode-se afirmar que a preocupação inerente ao campo faz sentido, uma vez que o empreendimento acarretará o aumento de demandas por serviços públicos, sendo que a segurança necessitará aumentar o volume de recursos e de novos parâmetros de gestão capazes de redesenhar as políticas públicas que apresentam maior dinâmica com o processo de implantação do empreendimento.

Apesar da existência de uma rede de infraestrutura policial e judiciária em torno dos municípios da ADA e AID, é possível contrastar a sua presença com a eficácia resultante do cumprimento das políticas de segurança e acesso à justiça. Neste sentido, percebeu-se que tais políticas públicas são ineficazes diante da demanda, especialmente por segurança pública, o que gera atualmente um senso difuso de insegurança. Vale ressaltar que a proporção desse sentimento na população consegue ter penetração nas localidades da zona rural, não sendo um fenômeno restrito às áreas urbanas.

Desse modo, o cenário futuro com a implantação do empreendimento é de ineficácia dos serviços, o que pode reforçar elos estruturantes de violência e criminalidade no âmbito sociocultural. Em suma, essa implantação terá, como possível consequência, a necessidade de revisar o arranjo institucional dos municípios, mas no sentido de redesenhar o papel das principais políticas públicas vislumbradas na geração de possíveis impactos ligados ao empreendimento.

Deverá ocorrer também um aumento na demanda dos serviços de saúde de Salvador, principalmente os atendimentos relacionados à média e alta complexidade. De uma forma geral, esses casos já são encaminhados para Salvador, mas a redução do tempo de travessia deve ocasionar um maior aumento nessa demanda. Acredita-se que os atendimentos de baixa complexidade continuem a ser feitos nos municípios de origem da população ou nos municípios limítrofes, como vem ocorrendo atualmente, uma vez que estes contam com uma rede significativa de postos de saúde e pequenas unidades de pronto atendimento, de modo que o empreendimento não deverá ocasionar, a curto prazo, mudanças significativas no cenário atual.

Também não se observou receio por parte da população e dos gestores municipais quanto à infraestrutura da educação. Atualmente, parte da população da ADA e dos

municípios mais próximos, como Jaguaripe, Aratuipe e Salinas da Margarida realiza os estudos de nível superior em Salvador e Cachoeira. Com a ponte, deverá ocorrer uma intensificação destas demandas. Salvador, no entanto, possui uma rede de cursos superiores com alguma ociosidade, podendo absorver, sem maiores problemas, um incremento no número de alunos. O ensino médio é oferecido nas sedes municipais e não deve sofrer maiores interferências em função da ponte, a curto prazo.

Contudo, com a aceleração do processo de urbanização da ilha e o aumento expressivo de sua população, haverá demanda, a médio e longo prazo, de um esforço no sentido de ampliar e melhorar a infraestrutura de forma geral, principalmente no que se refere à educação, saúde, segurança e saneamento.

2.2.5. Comunidades Tradicionais

2.2.5.1. Principais carências e aspirações das comunidades

Embora apresentem particularidades em relação a aspectos culturais e expectativas, as comunidades tradicionais na AID e ADA apresentam características econômico-sociais muito semelhantes entre si e às pequenas comunidades rurais do estado. Em geral, essas comunidades são compostas por moradias semiadequadas[116] ou inadequadas, dispostas sem um arruamento bem definido, sem pavimentação e com carência de saneamento básico e infraestrutura.

As principais atividades produtivas dessas comunidades são a pesca, o extrativismo, a pequena agricultura familiar de subsistência e a prestação de serviços. Foi possível observar que a pesca e o extrativismo possuem implicações culturais, econômicas e religiosas, pois concernem também a questões míticas. Cada comunidade possui em sua base a prática da pesca artesanal e o culto aos santos protetores, às divindades religiosas e aos orixás.

> A Pesca Artesanal de Subsistência tem como principal finalidade a obtenção de alimentos para consumo próprio. Eventualmente, há comercialização do

[116] Segundo a metodologia adotada pelo IBGE para o Censo de 2010, moradia semiadequada é aquela que atende a pelo menos um ou duas das seguintes condições: possuir rede geral de abastecimento de água; rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e; coleta de lixo direta ou indireta

> excedente. É praticada com técnicas rudimentares, possui pouca finalidade comercial e a eventual comercialização é realizada pelo próprio pescador (LOPES, 2004, p. 14).

Durante quase dois séculos, a principal atividade econômica de Itaparica era a pesca da baleia – sua carne servia para o consumo interno e o óleo era exportado para Portugal. Atualmente, alguns pescadores recebem auxílios econômicos do governo, porém ainda existem aqueles que sobrevivem da pesca e da coleta de mariscos.

> As formas sociais produtivas que se desenvolvem na interação direta com a natureza, como a agricultura e a pesca artesanal, são influenciadas por dinâmicas tanto sociais como ambientais. Constituem 'sistemas complexos, com múltiplas interações sociais e ambientais', o que nos traz impliCações teóricas e metodológicas quando as transformamos em objeto de análise, demandando-nos uma abordagem interdisciplinar e sistêmica, que permite combinar os fatos naturais, as realidades sociais e as práticas técnicas no seio de um mesmo esforço de compreensão (RAYNAUT et al. apud ANDRIGUETO-FILHO, 2002 p. 129)

Em cerca de 80% da área marítima da Ilha de Itaparica é possível observar elementos que se relacionam à atividade pesqueira. Ali, é comum encontrar homens no trançado da rede, pescando ou cuidando das canoas, na coleta de mariscos e caranguejos nos mangues, e mulheres no trabalho de renda e trançado de palha.

As visitas às comunidades da Ilha demonstraram o quanto a questão da pesca é para muitos uma "questão de orgulho". Entrevistados na comunidade de Baiacu no, município de Vera Cruz, demonstraram ter orgulho de suas raízes, ao afirmar que eram nativos da região, nascidos e criados na comunidade, que o conhecimento que possuem foi passado pela família e que valorizam a atividade que desenvolvem.

Desta forma, as atividades pesqueiras são em parte meio de subsistência e de fortalecimento para a economia local "(...) toda organização social, sejam elas simples ou complexas, são regidas por uma organização econômica" (MARCONI e PRESOTTO, 2007, p. 120). Nesse momento, é possível estabelecer uma ligação direta existente entre sociedade e cultura, de maneira que os agentes sociais assimilam e ampliam aquilo que lhe foi dado pela tradição. Segundo Laraia "*a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações*

anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. (...)" (LARAIA, 2001, p.26).

Moradores da Ilha de Maré possuem as mesmas características, mas seus discursos estão voltados para a afirmação da identidade e para a questão ambiental, devido aos inúmeros acidentes e poluição causados pelas indústrias do entorno.

2.2.5.2. Identificação e mapeamento de comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, pescadoras e marisqueiras

No Caderno de Mapas – Volume 4 – Mapas Socioeconômicos, o Mapa 4.1 apresenta a localização das comunidades tradicionais na área de influencia do empreendimento.

A. Comunidades Indígenas

Apesar da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, órgão responsável por estabelecer e executar a política indigenista no Brasil, não identificar nenhum território indígena na ADA e AID, existe na AID, segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos – SEI, o grupamento indígena dos Kariri-Xocó e Fuinio-ô, com uma pequena área de 2,8ha, situada ao norte do município de Lauro de Freitas.

Os Kariri-Xocó e os Fuinio-ô vivem, desde 1995, na pequena reserva de Thá-Fene (Semente Viva), situada aproximadamente a 30km de Salvador, no bairro de Quingoma, em Portão, município de Lauro de Freiras (Localização 24L 0572788 8578147). A comunidade de *Quingona* também aparece nos registros da Fundação Palmares como quilombola, embora os ocupantes se identifiquem como indígenas. Originários de Alagoas, os atuais habitantes de Thá-Fene se deslocaram para a Bahia em busca de melhores condições de vida[117]. Atualmente, vivem na comunidade seis famíliasdos dois grupos, mas o número varia conforme o calendário festivo, e a aldeia chega a abrigar até trinta famílias. Segundo o líder local, conhecido como Wakay, os habitantes tiram seu sustento da cultura ancestral, atuando na venda de artefatos, de cursos e apresentações de sua arte e cultura nas escolas, para grupos de visitantes e do recebimento de doações. O acesso à área da aldeia não é pavimentado e a estrada está em mal estado de conservação. A comunidade conta com água tratada e energia

[117]Disponível em<http://atarde.uol.com.br/noticias/782787>. Acesso em: 05/02/2014.

elétrica, mas não possui rede de esgoto. O serviço de coleta de resíduos domésticos passa regularmente pela via que serve de acesso à comunidade. Como está situada no bairro de Portão, em Lauro de Freitas essa comunidade conta com razoável infraestrutura de serviços de saúde, educação e transporte. Não existem registros de focos de tensão ou conflito fundiário envolvendo a comunidade. As duas áreas indígenas mencionadas foram adquiridas e estão sob regime dominial[118].



Figura 270 – Propriedade Kariri-Xocó em Lauro de Freitas, 2014



Figura 271 – Arte Kariri-Xocó, 2014

118 "*São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil*" Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas Acesso em: 02/03/2014. O regime dominial visa preservar o interesse público, sobrepondo o interesse coletivo ao individual. São propriedades adquiridas por compra ou doação e não apenas posse, como previsto no artigo 231 da Constituição.



Figura 272 – Apetrechos Kariri-Xocó, 2014

Apesar de estarem situadas na AID, essas comunidades indígenas não deverão sofrer interrelações com o empreendimento, pois não se encontram em áreas contíguas às rodovias envolvidas no projeto.

B. Comunidades Quilombolas

Na Área Diretamente Afetada, o município de Salvador possui seis comunidades quilombolas (quadro abaixo). Itaparica e Vera Cruz não possuem comunidades quilombolas certificadas ou em processo de certificação, conforme site da Fundação Cultural Palmares e do INCRA.

Quadro 292 – Total de Quilombos Existentes por Área de Influência, Território de Identidade e Municípios

ADA – Área Diretamente Afetada – Região Metropolitana de Salvador				
Município = Qte. Quilombos	**Quilombo**			
	Nome	**Habitantes**	**Endereço**	**Lideranças**
Salvador = 06	Bananeiras		Ilha de Maré	
	Praia Grande		Ilha de Maré	
	Porto dos Cavalos		Ilha de Maré	
	Martelão		Ilha de Maré	
	Ponta Grossa		Ilha de Maré	
	Alto do Tororó		Paripe, Base Naval	
AID – Área de Influência Direta – Região Metropolitana de Salvador				
Lauro de Freitas = 01	Quingoma[119]		Bairro de Quingoma, Portão	**Wakay**
Simões Filho = 03	Dandá		Imóvel rural Fazenda Coqueiros	
	Pitanga dos Palmares		Rua Primeiro de Janeiro	36695008/36695216
	Rio dos Macacos		Base Naval de Aratu	**Rosemary**

Fonte: Fundação Cultural Palmares/INCRA

Na Área de Influência Direta, Simões Filho conta com três quilombos e Lauro de Freitas aparece com um. O quilombo relacionado a Lauro de Freitas, contudo, como foi apresentado na análise das comunidades indígenas, é na verdade de uma pequena comunidade de indígenas da região de Alagoas que se deslocou para a Bahia,

[119]Apontado como quilombo, Quingoma é uma propriedade do Povo Kariri-Xocó.

estabelecendo suas terras no município de Lauro de Freitas. A figura abaixo indica a localização dos quilombos existentes na AID.

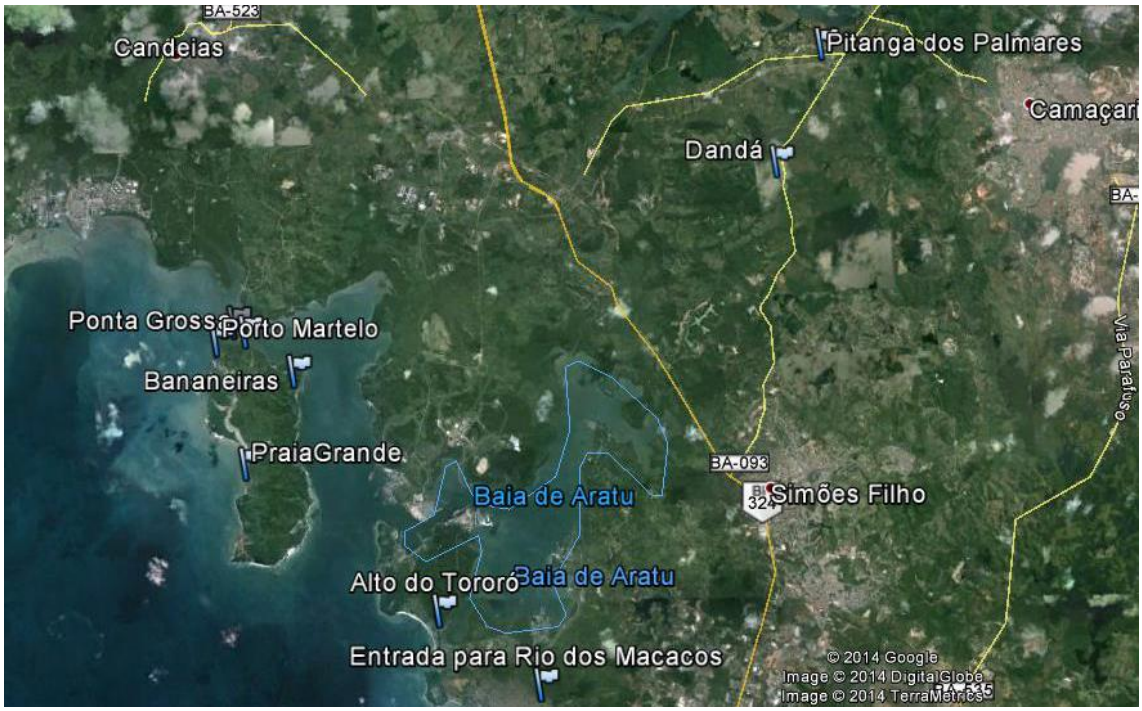


Figura 273 – Quilombos da ADA e Simões Filho

Em Simões Filho, o quilombo “Rio dos Macacos” enfrenta, há alguns anos, uma situação de disputa territorial com uma unidade da Marinha.

O quilombo Dandá também enfrentou conflitos com os proprietários da Fazenda Coqueiros, onde está localizado em Simões Filho, e foi o primeiro imóvel desapropriado pelo INCRA na Região Metropolitana de Salvador, recebendo a titulação da terra em 20 de novembro de 2013. Possui uma área de 147 ha.

Comunidades Quilombolas da ADA

Salvador

a) Alto de Tororó

Localização	24L	0556021	
		8583256	

OBS: todas as coordenadas estão indicadas em UTM UPS WGS84.

A comunidade de Alto de Tororó possui cerca de 220 domicílios, ondem vivem 280 famílias[120]. A localidade apresenta características típicas de bairros periféricos e invasões comuns em Salvador, com arruamento irregular e sem calçada, com construções semiadequadas ou inadequadas. A renda média da população é estimada em torno de um salário mínimo[121]. Os moradores contam com luz elétrica e iluminação pública, mas o serviço fornecido por um gerador é precário e subdimensionado. A área é limítrofe com a base naval e os moradores não têm possibilidade de expansão para construção de novas habitações ou para instalação de novos equipamentos. Os moradores deram entrada, junto à Fundação Palmares, do pedido de reconhecimento como comunidade quilombola, acompanhado da declaração de autorreconhecimento como quilombola, e receberam o certificado, estando no aguardo da titulação das terras pelo INCRA. A principal atividade produtiva é a pesca, mas a proximidade com áreas industriais e urbanas no entorno contribui para a oferta de empregos e para a renda da população.

Embora a maioria das críticas dos moradores se relacione à poluição ambiental provocada pelas indústrias instaladas na região da BTS, observa-se que uma parte significativa da poluição está diretamente relacionada à falta de saneamento adequado para evitar o lançamento de efluentes domésticos "in natura", e a disposição inadequada de resíduos domésticos em áreas que as chuvas os transportam para as calhas dos rios e para a baía.

b) Ilha de Maré

Comunidades de Porto dos Cavalos, Porto Martelo e Ponta Grossa[122]
Localização:

Porto dos Cavalos	24L	0550724
		8591174
Porto Martelo	24L	0550252
		8590743

[120] As declarações apresentadas foram obtidas no depoimento do líder comunitário e presidente da Associação Comunitária do Alto de Tororó, Sr. Ariomar David dos Santos, em 03 de março de 2014. O Censo Demográfico do IBGE, de 2010, apontava um total de 226 domicílios na comunidade e uma população aproximada de 450 pessoas.
[121] Salário mínimo em vigência R$ 724,00, 01/01/2014.
[122] Dados obtidos em depoimentos da liderança local, Sra. Elizete Paraguaçu, em 05 de março de 2014.

Ponta Grossa 24L 05501027
8590909

Esses três pequenos aglomerados contíguos possuem uma população de 123 famílias, que vivem da pesca, da agricultura de subsistência e do extrativismo. A agricultura se baseia no cultivo de hortaliças, como o tomate, e frutas, a exemplo do coco, dendê, banana e cana brava, esta última utilizada para a confecção de cestas e outros produtos de artesanato. Os produtos excedentes, frutos e mariscos, são vendidos para as feiras de São Joaquim, Paripe, Madre de Deus, Candeias e Periperi. Existem alguns atravessadores que compram nas localidades para revender, mas esse grupo é reduzido. A renda média se situa em torno de um salário mínimo[123] e muitos moradores estão no programa de redistribuição de renda do Bolsa Família. As comunidades são abastecidas com água da EMBASA, mas a qualidade nem sempre é boa. Não existe saneamento e os esgotos sanitários domésticos são visíveis, com alguns pontos de despejo diretamente no mar ou no manguezal. Há uma escola municipal para ensino fundamental na localidade de Porto dos Cavalos. O transporte interno na ilha é feito a pé, de bicicleta, de moto e a cavalo. O acesso à ilha é feito por barcos regulares e por pequenas canoas que fazem a travessia da Ilha para Paripe e da Ilha para Candeias, com acentuada frequência. As vias de circulação internas não são pavimentadas, sem arruamento definido e o padrão construtivo se assemelha à dos pequenos aglomerados rurais, com imóveis variando de semi-adequados a inadequados[124]. Os habitantes contam com fornecimento de luz elétrica e existe iluminação pública. Na Ilha, na localidade de Praia Grande, funciona um posto de saúde voltado para o Programa Saúde da Família, com um médico para atender aproximadamente 10 mil pessoas, que são os habitantes de Ilha de Maré. Os principais problemas de saúde estão relacionados à anemia falciforme, que a entrevistada atribui à questão étnica, e as alergias. Não existe um posto policial e a relação com as forças de segurança pública é criticada por uma das dirigentes da Associação local, que observa que os policiais não estão devidamente treinados para tratar com os membros da comunidade. Na ilha, é possível acessar a Internet via modem, existe um orelhão, porém não existem terminais privados de telefonia. Uma das demandas do Conselho Quilombola da Ilha de Maré é a criação de um posto de policia comunitária. A maior reclamação dos moradores está relacionada a problemas

[123] Salário mínimo em vigência R$ 724,00, 01/01/2014.
[124] Conforme classificação utilizada pelo IBGE

ambientais, em função das indústrias do entorno. A líder local mencionou o incêndio de um navio, em 17 de dezembro de 2013, que provocou alergias e problemas respiratórios na população. O polo de atração dos moradores de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa é Candeias, para onde se dirigem para fazer compras ou em busca de atendimento médico, pois apesar de não pertencer ao município de Salvador, a cidade de Candeias está situada mais perto e é mais fácil de ser alcançada. A comunidade está bem articulada e organizada socialmente, estabelecendo relações institucionais e com organizações não governamentais, as quais procuram dar visibilidade às demandas locais. O Conselho Quilombola da Ilha de Maré é liderado por Elizete Paraguaçu, Meira Reis e Denise Cruz Noronha. Além do Conselho, existe a Colônia de Pesca Z-4, integrada por 2 ou 3 pescadores das comunidades. Atuam ainda o Conselho Pastoral, a Associação de Moradores, Pescadores e Marisqueiras de Porto dos Cavalos, Porto Martelo e Ponta Grossa e por fim o MPP- Movimento de Pescadores e Pescadoras. O Conselho vem tentando reunir assinaturas necessárias para apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular, para estabelecer territórios pesqueiros paras as comunidades tradicionais.

Entre as festividades locais, destacam-se as Festas para São Jorge, com missa e procissão, Santa Bárbara, realizada em Ponta Grossa e São José, na comunidade de Porto Martelo. A religião Evangélica está fortemente presente nas comunidades e não existem terreiros de candomblé ou outras manifestações religiosas de matriz africana. Também não existe mais casa de farinha e atividades produtivas comunitárias

c) <u>Comunidade de Bananeiras</u>

Localização: 24L 0552309

8589771

Situada na Ilha de Maré, em frente à praia de Inema, essa comunidade conta com aproximadamente 230 famílias[125]. Da mesma forma que as demais comunidades quilombolas da Ilha, as vias de circulação não são pavimentadas e não existe arruamento definido, mas contam com iluminação pública. As residências apresentam um padrão construtivo que oscila entre adequado e inadequado e contam com fornecimento de energia elétrica com contador individual. Bananeiras possui uma

[125] Dados obtidos no depoimento de Marisélia Carlos Lopes, líder da comunidade, em 05/03/2014.

escola até a 4ª série e creche comunitária, é abastecida de água pela EMBASA, mas não possui esgoto sanitário e os dejetos domésticos são jogados diretamente nos cursos d`água e no mangue, em valas abertas nas vias locais. As ruas não são pavimentadas, e o local não conta com policiamento e posto de saúde. O transporte interno é feito por meio de força animal (cavalos) ou de motos. A travessia para o continente é realizada por canoas, que cobram 5 reais por pessoa. O maior problema, segundo a liderança local, é a questão ambiental, em função dos constantes acidentes com as indústrias do entorno, que contaminam o ar e o mar, prejudicando a pesca da região e a falta de informações relativas aos acidentes ambientais que ocorrem na baia. A segurança vem trazendo inquietações para os moradores, devido à vinda de indivíduos de fora para se esconder na região. A líder local também mencionou a instalação de um prostibulo, que envolve os jovens das localidades e que já foi alvo de denúncia no Ministério Público. A religião evangélica tem grande penetração local e não houve registro de cultos de natureza africana no quilombo.

d) Comunidade de Praia Grande

Localização: 24L 0558364

8563788

A localidade de Praia Grande possui, segundo depoimento de liderança local[126], approximadamente 4.000 habitantes, dos quais cerca de 147 famílias são certificadas como quilombolas. Localizada no lado sul da Ilha de Maré seu acesso é feito de forma mais fácil a partir de Caboto, em Candeias. Parte da localidade está distribuída pelas encostas, cujo acesso é feito por meio de ladeiras íngremes e escadas. Na parte plana, o calçamento é irregular e precário, com trechos atravessados por línguas negras, devido à falta de esgotamento sanitário. O abastecimento de água é feito pela EMBASA. A comunidade conta com uma escola municipal de ensino fundamental – a APAG – Escola Municipal de Praia Grande, que compartilha o espaço para reuniões do Conselho da Comunidade e está em construção um “ginásio” que servirá para ensino de segundo grau. Os moradores vivem da pesca, do artesanato e de prestação de serviços no continente. A produção é vendida na própria comunidade, no mercado de Água de Meninos ou na Ribeira, em Salvador, nas feiras próximas ou a atravessadores. A travessia marítima nos finais de semana custa três reais por

[126] Entrevista realizada com o Sr Renato das Neves Paulo.

pessoa, o que encarece a produção local, reduzindo a margem de lucro dos produtores. Diferentemente das outras comunidades, Praia Grande se destaca por possuir seis terreiros de candomblé, mas já enfrenta uma forte concorrência dos cultos evangélicos que, segundo o entrevistado, discriminam as práticas religiosas de origem africana, desrespeitando a cultura local. A Associação do entrevistado não possui sede, mas desenvolve com os jovens trabalhos culturais voltados para o fortalecimento da autoestima. Entre as atividades promovidas pela associação estão o Afoxé de Cosme e Damião, da Bela União e a festa da Lavagem. A Pastoral da Criança também está presente e contribui na formação dos jovens da localidade. O entrevistado observa que muitos moradores desconhecem o significado de ser quilombola. Entre os problemas elencados por moradores estão: a deficiência de empregos e renda, a falta de qualificação profissional e de educação ambiental, que faz com que as pessoas joguem lixo no mar, e a segurança. A educação, segundo o depoente, deve melhorar com a construção do ginásio e a segurança melhorou depois da designação de dois policiais militares para fazer o policiamento.

Ao contrário dos outros quilombos de Ilha de Maré, parte significativa dos moradores abordados em Praia Grande demonstrou pouco interesse ou conhecimento sobre as questões ou as organizações quilombolas da comunidade.

As comunidades da Ilha de Maré contam com uma ampla rede de relações sociais e políticas, com instituições públicas da administração estadual, com instituições de ensino e com organizações beneficentes e/ou não governamentais. Embora a comunidade tenha abandonado práticas ancestrais, como em relação aos cultos de matriz africana, seus moradores reconhecem a importância da sua autoafirmação como quilombolas, como um instrumento de garantia da cidadania e promoção da igualdade.

A Associação Beneficente Educacional de Ilha de Maré, criada em 2002, por exemplo, vem desenvolvendo ações no local, com objetivo de promover a cidadania. Essa associação desenvolve um projeto de fabricação de placas acústicas ecológicas e promove cursos e atividades esportivas para jovens das comunidades, em pareceria com o IFBA e outras entidades.

Comunidades Quilombolas da AID

Simões Filho

a) Comunidade de Dandá

Localização: 24L 0565531

8594637

Segundo dados do Observatório Quilombola, o território do quilombo Dandá foi objeto de conflito fundiário com os proprietários da Fazenda Coqueiros. Num informativo de 2005, o Observatório mencionava que

> A comunidade de Dandá vive um conflito com a proprietária da Fazenda Coqueiros, que foi desmembrada entre os herdeiros, restando apenas a área que corresponde ao território da comunidade, mantida por meio da resistência com o plantio das roças, da extração de piaçava e das pequenas criações. Os moradores da comunidade acabaram tendo que viver numa condição de agregado, devido aos trabalhos prestados pelos seus bisavôs, avós e pais ao proprietário original e seus herdeiros. Com a morte do membro mais antigo da comunidade em 1980, o Sr. Samuel, que representava para os herdeiros da fazenda o vínculo que justificava a permanência das famílias na terra, começou a perseguição às famílias, com a destruição de roças, o impedimento do acesso às áreas de trabalho e ameaças de derrubar as casas, tudo numa tentativa de expulsar as famílias que ali nasceram e que trabalhavam a terra há várias gerações[127].

No ano de 2013, a Fazenda Coqueiro foi desapropriada e, em dezembro, a comunidade recebeu o título de posse emitido pelo INCRA (com base no Decreto 4.487, que atribui a competência para emissão de posse ao INCRA) para uma área de 147ha. Atualmente, o processo está na fase de desintrusão. Essa comunidade, composta por 40 famílias, desenvolve agricultura familiar (feijão e milho) e o extrativismo de piaçava, que é vendida para fábricas de vassouras ou usada na produção local. Alguns moradores estão empregados em empresas da região, mas o número de desempregados é elevado, segundo moradora local.[128]

---

[127] Disponível em<http://www.koinonia.org.br/oq_antigo/analise_conjuntura_detalhes.asp?cod_analise=8> Acesso em 7 de março de 2014.

[128] Depoimento da moradora Silvana Santos Santana, em 12/03/2014.

O Quilombo de Pitanga dos Palmares apresentou aos órgãos estaduais e federais na, Audiência Pública sobre os Quilombolas, realizada em 22 de outubro de 2013, reivindiCações sobre problemas da comunidade entre os quais,

> "...a construção de um presídio e de uma linha férrea dentro do quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho. "Estamos sendo vítima do modelo de desenvolvimento que está sendo imposto[129]".

b) Comunidade de Rio dos Macacos

A comunidade de Rio dos Macacos é constituída por mais de 67 famílias, segundo Rosemary dos Santos Silva, membro da Coordenação da Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Rio dos Macacos. Os moradores enfrentam, há vários anos, uma disputa territorial com a União e a Marinha. A localidade só pode ser alcançada através de um posto militar situado à entrada da vila militar, o que vem impedindo acesso aos não moradores, inclusive de advogados dos moradores, segundo a associação local. Os habitantes alegam ocupar a região há mais de 200 anos e que a Marinha só veio a ocupar a área há "cerca de 60 ou 70 anos"[130]. A comunidade é constituída de trabalhadores rurais e pescadores. A grande maioria dos agricultores está desempregada porque, segundo a coordenação da associação local, os militares impediam que os moradores plantassem na área em disputa, destruindo as roças de mandioca. Atualmente, a comunidade voltou a plantar, depois de ter obtido uma carta do Ministro da Defesa que reconhecia o direito dos trabalhadores às terras.

c) Comunidade de Pitanga dos Palmares/ Caipora

Localização: 24L 0566936

8597822

Pitanga dos Palamres está situada em Simões Filho, às margens da rodovia BA252. O aglomerado, segundo a líder local, a Ialorixá Maria Bernardete, é composto por dois quilombos: Pitanga dos Palmares, com 729 moradores e Caipora, com 122, embora o registro na FCP e do INCRA mencione apenas Pitanga dos Palmares. A comunidade

[129] Disponível em <http://www.igualdaderacial.ba.gov.br/2013/10/audiencia-publica-quilombola-termina-com-compromisso-entre-orgaos-estaduais-e-federais/>. Acesso em: 03/03/2014.
[130] Depoimento de Rosemaru dos Santos, em 21/03/2014.

dispõe de uma área urbana e uma rural. O processo de reconhecimento da comunidade de Pitanga dos Palmares está atualmente iniciando a fase dos estudos antropológicos[131]

Características das comunidades da AID:

A organização social e as características das localidades estudadas indicam traços de homegenidade tais como: a) organização social vinculada à esfera das atividades de produção, sobretudo a pesca/mariscagem e a agricultura familiar e de subsistência; b) o fortalecimento de mobilizações por direitos sociais através da "narrativa" de valorização da cultura e da condição de comunidades quilombolas; c) a organização social que, ao se incumbir da representação de uma resistência e afirmação quilombola, consegue promover articulações bem delineadas na sociedade civil e na sociedade política através do apoio de ONGs, empresas, universidades etc. Desse modo, muitas comunidades já se encontram certificadas e apoiadas por algum tipo de projeto (valorização da cultura, cidadania, educação etc.).

C. Comunidades ribeirinhas pesqueiras e de mariscagem

A atividade pesqueira no Brasil sempre foi caracterizada pela ausência de políticas públicas setoriais, até o início deste século, quando passaram a ser elaboradas políticas públicas democratizando recursos para fomento e financiamento desse setor. Até então, eleera atendido apenas por sobras de políticas elaboradas para outros setores internacionais ou outra economia.

A criação do sistema de Confederação, Federação e Colônias de Pescadores, elaborado para cumprir demandas de políticas internacionais, foi um exemplo de política elaborada da forma descrita anteriormente. Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que começou a atuar desde 1919, como parte do tratado que pôs fim à primeira guerra mundial. Por meio destas, são abordadas as situações e condições laborais e específicas do setor pesqueiro, exigências para que os governos dos países designem a tarefa de aplicação das regras a uma autoridade competente. No caso do Brasil, o representante era um membro das forças armadas, a Marinha.

[131] Depoimento do chefe de regularização fundiária do Incra, Haroldo Andrade, em 12/03/2014.

Por meio das recomendações que datam de 1920, 1959 e 1966, atualmente a Convenção nº188 e Recomendação nº199 (OIT, 2009), as quais abordam o trabalho no mar, a OIT propôs que existam instâncias locais para fiscalização das regras do trabalho no mar, como estratégia nacional para atender à demanda. A Marinha organizou um sistema de colônias, que atuam com autonomia como instância local, a qual deverá ser consultada conforme a recomendação. O sistema exitoso vem funcionando até hoje, garantindo a salvaguarda dos trabalhadores do mar.

Em 1967, foi instituído o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, pelo Decreto-Lei nº221/1967. Criado inicialmente como um instrumento governamental de gestão do setor pesqueiro, para o MPA (2010) o RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades. Deste modo, ratificou-se esse registro por meio da lei nº11.959/2009, e assim os órgão públicos foram estruturados para implementar essa política com maior velocidade, garantindo a organização dos trabalhadores da pesca e o fomento do setor.

A maior parte do setor pesqueiro ainda não possui o RGP, mas com a velocidade adquirida, a partir dos esforços conjuntos do governo federal, governo da Bahia e organizações representativas do setor pesqueiro, hoje as informações do RGP garantem uma noção da força laboral em todas as categorias que envolvem o setor: Aprendiz de pesca, pescador profissional (da pesca industrial ou artesanal), armador de pesca, embarcação de pesca, indústria pesqueira, pescador amador ou esportivo, organizador de competição de pesca amadora ou esportiva, aquicultor e comerciante de organismos aquáticos vivos.

A pesca na Baía de Todos os Santos ocorre desde tempos anteriores à chegada e tomada das terras brasileiras pelos povos europeus. DIEGUES, 1999, apresentou vários autores que mostravam que a pesca de subsistência já existia e permeava a cultura local.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas durante o trabalho realizado para identificação da ocorrência de comunidades ribeirinhas pesqueiras e de mariscagem. Esse instrumento foi importante porque esta identificação deve se referir ao entendimento do próprio setor que, por meio de um imaginário coletivo, tem a pesca como algo que dá sentido à vida pessoal e do grupo. Deste modo, o seguinte quadro apresenta as principais comunidades que se entendem como pesqueiras, mesmo

tendo na sua maioria pessoas de outros setores econômicos. O quadro apresenta um total de registro de 50.560 pescadores que atuam na área da ADA do Empreendimento

Quadro 293 – Comunidades Pesqueiras da ADA e Força Laboral do Setor Pesqueiro

Município	Principais Comunidades Pesqueiras	Nº de pescadores RGP
Itaparica	Misericórdia, Mucambo, Alto das Pombas (Itaparica sede), Centro (Itaparica Sede), Ponta de Areia, Amoreiras, Manguinhos e Porto Santo.	2261
Vera Cruz	Bom Despacho, Mar Grande (Sede: Duro, Riachinho, Jaburu, Fonte da Prata), Ilhota, Gamboa, Barra do Gil, Taipoca, Coroa, Barra do Pote, Conceição, Barra Grande, Tairu, Aratuba, Cacha Prego, Catu, Jiribatuba, Matarandiba, Matange, Campinas, Ponta Grossa, Baiacu e Juerana.	6421
Salvador	Gamboa, Ladeira da Preguiça\Ladeira da Montanha, Sete Portas, Liberdade, Brotas, Mares, Caminho de Areia, Ribeira, Uruguai, Canta Galo, Roma, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat, Pedra Furada, Itapagipe, Tainheiros, Lobato, Plataforma, São João, Periperi, Tubarão, Paripe, São Tomé, Santana – Itamoabo (Ilha de Maré), Botelho (Ilha de Maré), Bananeiras (Ilha de Maré), Praia Grande (Ilha de Maré), Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe (Ilha dos Frades), Costa de Fora (Ilha dos Frades) e Paramana (Ilha dos Frades).	41878

Fonte: Adaptado de MPA 2011

A identificação dessas comunidades também buscou referências no histórico e origem de cada uma delas, uma vez que, originalmente, os habitantes locais lançavam mão nos recursos pesqueiros, dentre outros. Vários observadores seiscentistas, assim como o oitocentista SOUSA (1851) já descreviam a destreza dos índios tupinambás em nadar e mergulhar. Também é farto o relato do uso de moluscos, crustáceos e peixes pelos povos escravizados no Brasil. CASTELLUCCI (2008) cita o uso de mariscos por escravos que fugiam dos seus senhores de engenho.

Deste modo, mesmo considerando as mudanças relacionadas ao desenvolvimento de cada comunidade, a qual possui ainda hoje um público que as enxerga como pesqueira, observou-se o desaparecimento de várias delas, principalmente no território do município de Salvador. Caroso et al. (2011) relataram as dificuldades de reconstituir a trajetória socioeconômica e cultural das centenas de comunidades pesqueiras integradas à BTS. Segundo eles, as dificuldades existem porque muitas dessas comunidades desapareceram, se recriaram ou se reinventaram ao longo do tempo, devido à ocorrência de ciclos econômicos de auge e decadência e também pela luta delas por seus direitos territoriais e manutenção de suas identidades.

BANDEIRA, 2009, apresenta aspectos socioculturais das comunidades pesqueiras, levantados por meio de estudo etnoecológico, realizado com 14 comunidades na BTS. Esses aspectos dizem respeito à habilidade cognitiva sobre a atividade e o meio onde se realiza a atividade pesqueira. Isso revela uma territorialidade, que é marcada também pela existência de organizações de cunho produtivo e representação local do setor, revelada por meio de cooperativas, associações e colônias.

Avaliado o modo que as organizações produtivas e representativas do setor pesqueiro estão distribuídas no território do estado da Bahia, como está apresentado no quadro anterior, pode-se observar que as comunidades pesqueiras que atuam no entorno da baía de Todos os Santos e Recôncavo Sul se caracterizam mais pela sua organização setorial, do que pela agregação dos trabalhadores da maré em comunidades pesqueiras, nos moldes que descreviam antigos compositores baianos como Dorival Caymmi.

A concentração de organizações setoriais da pesca, além de ser um indicador dos municípios onde ocorrem as principais comunidades pesqueiras da ADA, AID e AII, revela também uma característica de luta e resistência deste setor frente aos outros setores econômicos que disputam o seu território. Isso ocorre seja por recursos e financiamento, pela ocupação de áreas importantes para o desenvolvimento da atividade, tais como a ocupação de caminhos para portos e áreas de pesca, seja pela luta para manutenção da qualidade da água em suas áreas de pesca, pela diminuição de seus portos, entradas para o mangue ou ainda pela disputa de recursos para financiamento para o setor.

Na área do empreendimento, as comunidades são caracterizadas pela sua organização diante da necessidade de produção e sobrevivência da população, conforme constatou MACHADO, 2007, acrescentando que o acesso ao território, aliado às relações estabelecidas com o mesmo, constituem o pré-requisito para o desenvolvimento desses grupos (Rios e Germani, 2012).

Assim como para Machado (2007), também para este trabalho a condição de comunidades tradicionais é entendida por existir, além do sentido de pertencimento a um lugar, a procura pela autonomia cultural e práticas sustentáveis (Little, 2002), na relação com o espaço físico, pela área de moradia, seus portos, áreas de pesca e vias de acessos, o que é garantido, até o momento, pelas lutas e organização do setor econômico denominado como pesqueiro.

Diante dos aspectos culturais e econômicos, que também são fundamentais na garantia da manutenção da identidade de uma comunidade tradicional, principalmente no que é relativo não só ao espaço em que vive, mas também ao ambiente a que as pessoas são adaptadas devido à necessidade de sobrevivência, as comunidades da Área de Influência Direta do empreendimento – AID desenvolvem estruturas produtivas particulares, de acordo com as características do meio em que estão inseridas. Sendo assim, elas podem ser caracterizadas por exercer a pesca em ambientes dulciaquícolas e por exercer a atividade pesqueira em ambiente marinho ou estuarino.

A AID é composta por 13 municípios e possui uma grande extensão costeira e ribeirinha, onde a população local exerce algum tipo de atividade pesqueira e de mariscagem como forma de subsistência e suplementação da dieta alimentar, o que torna praticamente impossível a descrição de todas as comunidades, como foi apresentado no item correspondente às comunidades ribeirinhas na AII.

As mais expressivas em termos dessas atividades estão localizadas na Enseada de Paraguaçu, em especial as comunidades de Pirajuia, Mutá, Cações, Jaguaripe, Camacandi, Barra do Jequiriçá, Ponta do Garcez, no município de Jaguaripe e Encarnação, Salinas da Margarida, Conceição de Salinas, Cairu e Barra do Paraguaçu no município de Salinas da Margarida. Mais afastados da ADA estão Pratigipe e Nazaré em Nazaré das Farinhas e Maragogipinho.

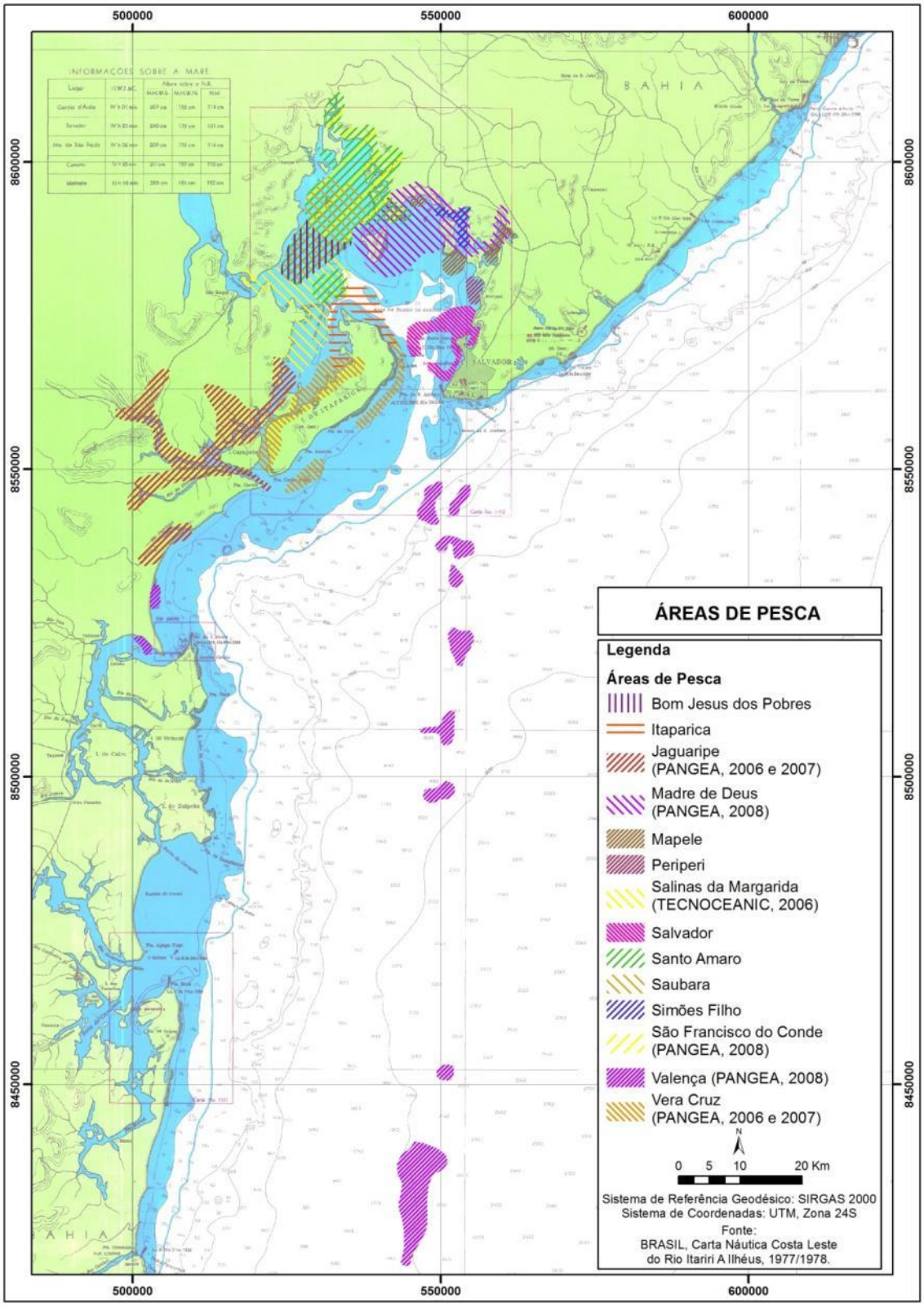


Figura 274 – Distribuição das áreas de Pesca das comunidades pesqueiras e setores da pesca que atuam na AID e ADA do empreendimento

Com excessão das sedes municipais que em geral possuem uma infraestrutura melhor, essas pequenas comunidades apresentam um perfil muito semelhante em relação às condições de vida da população. A produção nessas comunidades é pequena e voltada basicamente para a subsistência. O excedente, quando existe, é comercializado diretamente com os pescadores ou vendido nas feiras locais.

Por estarem distantes dos ecossistemas marinhos, as atividades dos municípios a seguir descritos são desenvolvidas em ambientes dulciaquícolas, os quais são menos produtivos do que o ambiente estuarino. São estes os municípios: Cabaceiras do Paraguaçu (AID), Conceição do Almeida (AID), Cruz das Almas (AII), Dias d'Ávila (AII), Dom Macedo Costa (AID), Gandu (AII), Governador Mangabeira (AII), Ibirapitanga (AII), Muritiba (AII), Piraí do Norte (AII), Presidente Tancredo Neves (AII), Santo Amaro (AII), São Felipe (AII), São Sebastião do Passé (AII), Sapeaçu (AID), Teolândia (AII), Wenceslau Guimarães (AII) e Varzedo (AID). A pesca nesses locais é incipiente e de subsistência. Nesses municípios, a produção dos pescados é realizada a partir de experiências de cultivo junto aos agricultores. Estes últimos relatam prejuízos, uma vez que verificam que os custos com insumos não permitem a obtenção de lucro para os produtores.

Já nos municípios que lançam mão dos recursos pesqueiros estuarinos ou marinhos, historicamente possuem o setor pesqueiro mais desenvolvido e organizado. Estes se diferenciam dos supracitados pela produtividade relacionada ao esforço de pesca promovido pela força laboral de cada município, e se diferenciam entre si pela qualidade do produto ofertado ao mercado e modo de comercialização. As comunidades pesqueiras destes municípios ainda podem lançar mão de recursos pesqueiros dulciaquícolas como uma forma de ampliar seus ganhos, mas não como principal renda.

Salvador é o principal mercado para os produtos pesqueiros do estado. Assim sendo, os setores pesqueiros sediados nos municípios mais próximos deste mercado oferecem produtos com preços mais competitivos do que os municípios que necessitam passar com seus produtos pelo ferry-boat. As comunidades que gozam deste mercado são as que estão distribuídas no território dos seguintes municípios: Salvador (ADA), Cachoeira, Candeias (AII), Madre de Deus (AII), Maragogipe (AII), Santo Amaro (AII), São Félix (AII) e São Francisco do Conde (AII). As comunidades pesqueiras desses municípios se caracterizam por lutar para garantir a qualidade da água da baía de Todos os Santos, frente ao conflito com o setor industrial. Exemplos

disso podem ser observados nas comunidades situadas na Ilha de Maré, a qual luta por melhor funcionamento do porto de Aratu; nas comunidades de São Francisco do Conde e Madre de Deus e pela de Bom Jesus dos Passos, pressionadas pelos riscos dos acidentes relativos ao funcionamento da refinaria Landufo Alves; e nas comunidades pesqueiras distribuídas no Município de Santo Amaro, principalmente as comunidades do Rio Pitinga, São Brás e Acupe.

Apresentando melhores qualidades, devido à distância de parques industriais, o que garantiu o desenvolvimento da atividade pesqueira em águas menos despoluídas e consequente oferta de produtos com melhores qualidades, as comunidades pesqueiras situadas no Recôncavo Sul e nos municípios localizados no sul da Bahia não conseguem fazer seus produtos chegar ao mercado de Salvador com preços competitivos. Isso ocorre devido aos custos com o transporte, o que envolve processamento e acondicionamento. Deste modo, diferentemente do que ocorre nos municípios supracitados, as comunidades dos municípios relacionados a seguir escoam a maior parte da sua produção no mercado regional. Os municípios da AID e AII são: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Camamu, Ituberá, Nazaré das Farinhas, Nilo Peçanha, Salinas da Margarida, Saubara, Taperoá e Valença.

Mapeamento do Território utilizado pelo Setor Pesqueiro

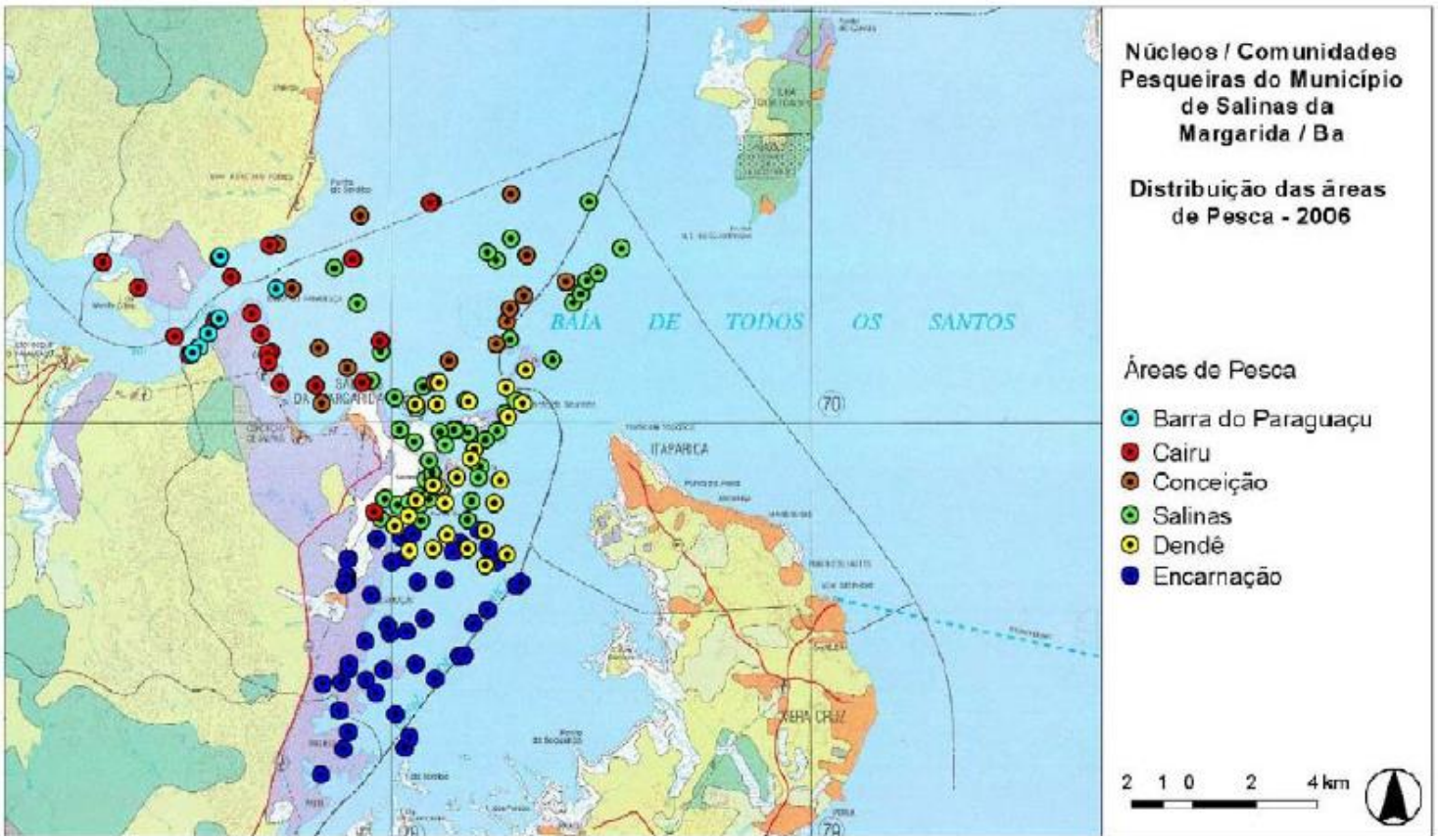
O território utilizado pelo setor pesqueiro que atua na área do empreendimento é constituído pela área de moradia, caminhos ou acessos, portos e áreas de pesca. Geografar, 2014, também considera que esse território, além do espaço de moradia, de trabalho e de vivência, no qual as comunidades pesqueiras se reproduzem social, cultural e economicamente, é onde se materializam os conhecimentos e as relações, o que acontece a partir dos conhecimentos adquiridos e passados para outras gerações.

Do uso coletivo desse território emerge um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade, que fundamentam o uso dos recursos naturais não só pesqueiros, mas abrangendo também os espaços terrestres, rios, lagos, lagoas e mar como requerem a Via Campesina Brasil, MST, MAB, MPA, MMC, CNBB, RENAP, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Caldeirão, AATR, MCP, NEGA-UFRPE, Geografar-UFBA, Fundaj, Anaí, Cáritas, CIMI, CPT, CRB, AMB, CESE, MISEREOR, SSPN, ICSF. A requisição do reconhecimento do território atualmente passa pela discussão e fortalecimento do projeto de lei de iniciativa popular.

AFigura 275 apresenta as áreas de pesca e de deslocamento das principais comunidades pesqueiras que estão situadas na área da AID e ADA do empreendimento, podendo-se verificar que o deslocamento delas fica circunscrito às proximidades do porto, ou do município de origem de cada embarcação. Isso ocorre em parte porque a maioria do setor pesqueiro dessas comunidades desenvolve as suas atividades desembarcados e os que as desenvolvem embarcados utilizam embarcações com propulsão, que não garantem grandes deslocamentos, como poderá ser observado no item que se refere às embarcações.

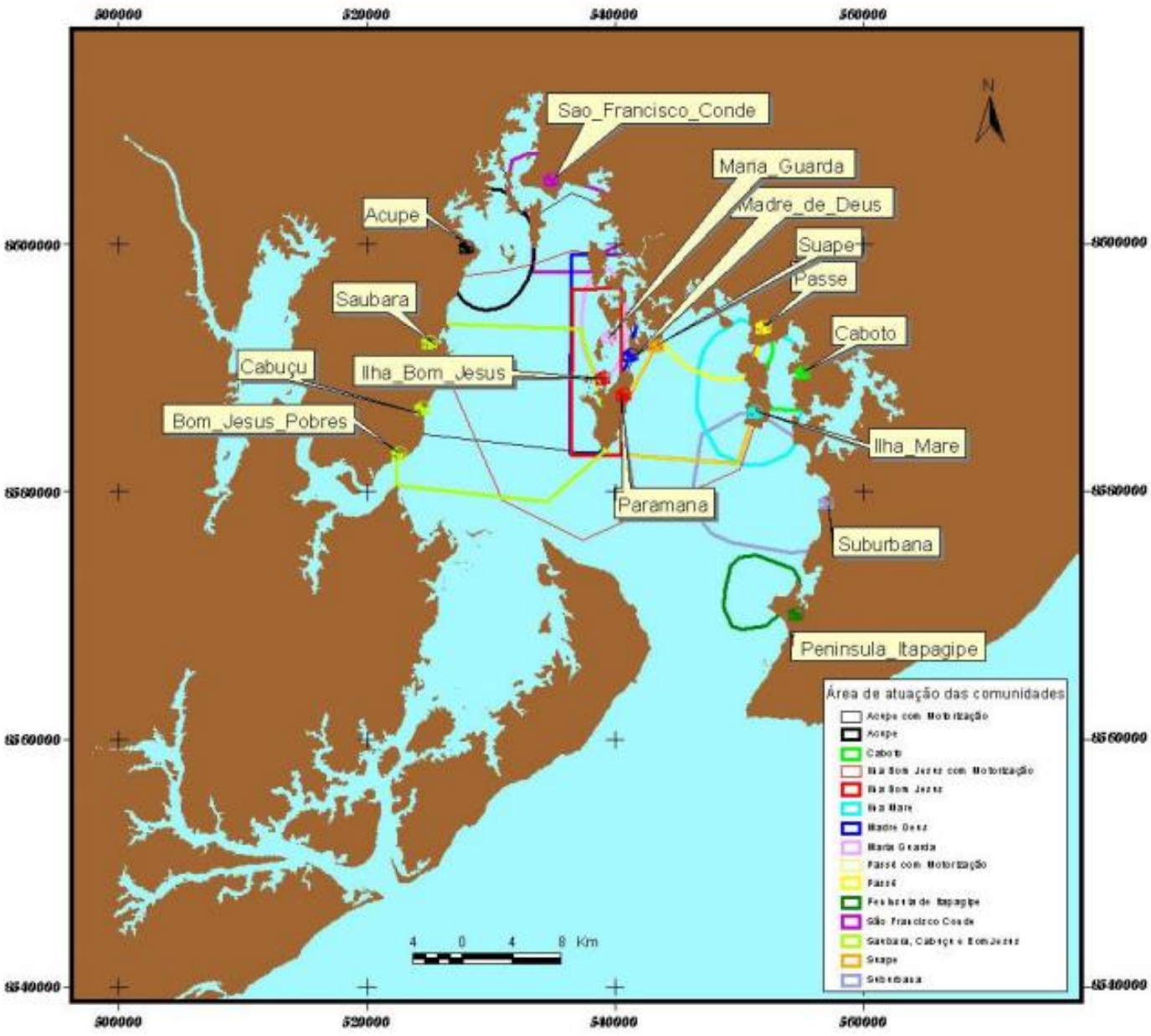
A partir da análise do mapeamento dos territórios pesqueiros elaborado pela Hydros/CH2MHILL (2005), para os principais recursos pesqueiros utilizados para as comunidades da região norte da Baía de Todos os Santos, e dos mapeamentos realizados por Carvalho e Lessa (2011) demonstrados a seguir, pode-se constatar que as dimensões das áreas de pesca apresentadas neste trabalho são semelhantes, guardadas as diferenças gráficas, diferenças dos técnicos e do período em que foi realizado o mapeamento.

A Figura 276 mostra o resultado do mapeamento realizado pela Tecnoceanic (Herold, 2007), apresentando as áreas de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras do município de Salinas da Margarida. As áreas que foram delimitadas durante o trabalho confirma a informação de Herold (2007), as quais já foram apresentadas na Figura 276.



Fonte: Tecnoceanic in Herold et al (2007)

Figura 275 – Distribuição das Áreas de pesca por Comunidade do município de Salinas da Margarida



Fonte: Carvalho e Lessa (2011)

Figura 276 – Áreas utilizadas pelas comunidades pesqueiras do norte da Baía de Todos os Santos



Bom Jesus



Maré



Maria Guarda



Madre de Deus

Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 277 – Imagens Aéreas de ilhas utilizadas pelas comunidades pesqueiras do norte da Baía de Todos os Santos

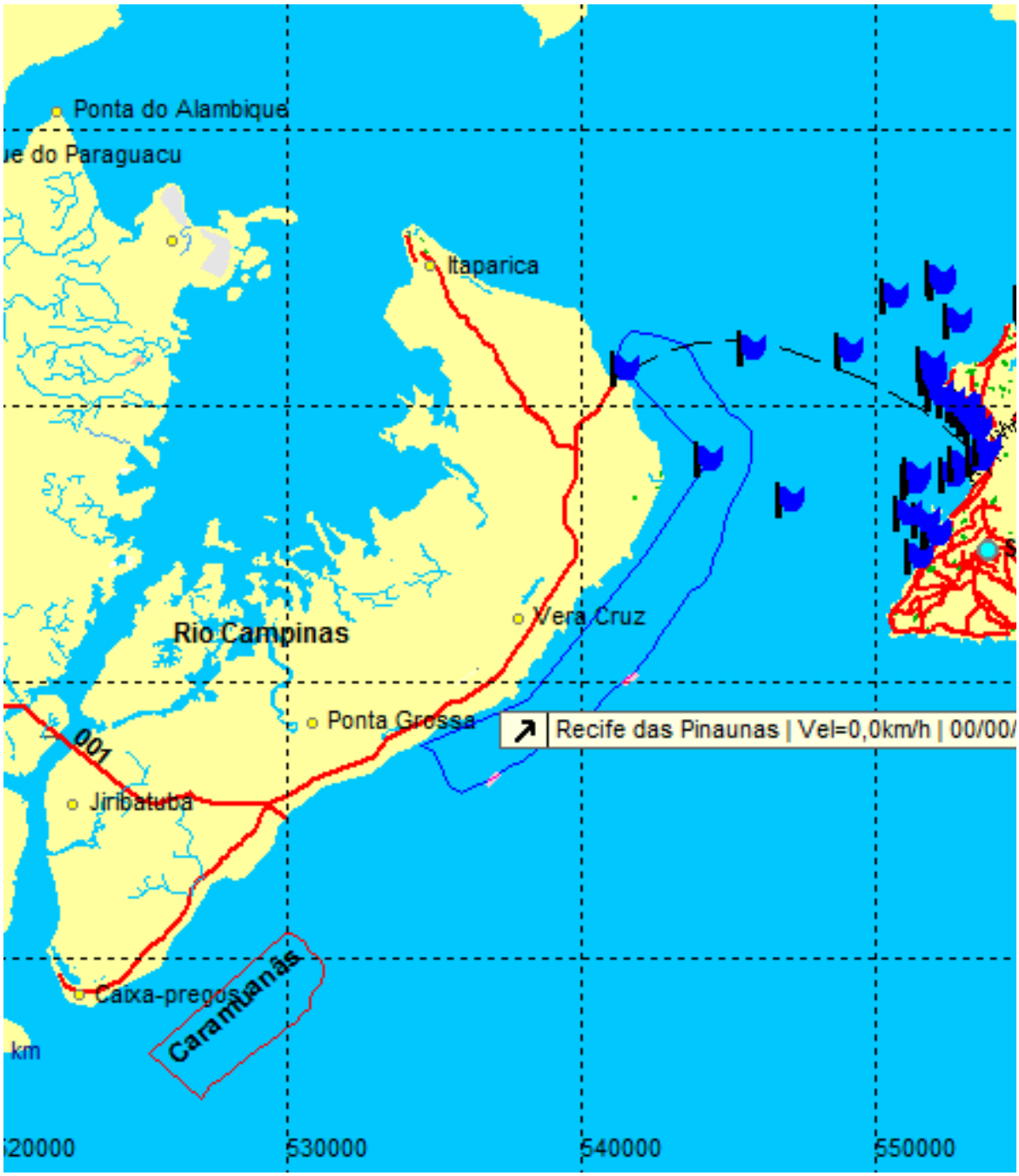
O número de áreas de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras, as quais atuam nas áreas de pesca circunscritas à ADA do empreendimento, apresentadas também na Figura 276, demonstram a escassez dos produtos pesqueiros, que são alvo das artes de pesca praticadas no local. BANDEIRA et al. (2009) acreditam que as comunidades pesqueiras da BTS exploram um grande número de áreas de pesca, variando de 15 a 50, e constata também a ocorrência de sobreposição parcial desses locais entre comunidades. Essa sobreposição foi verificada por meio dos trabalhos

desenvolvidos nesse estudo, quando se constatou ainda a ocorrência de sobreposição total.

Áreas de pesca na ADA

As principais áreas de pesca do município de Salvador são: Gamboa, Pier Baía Marina, Tira Pomo, Banco da Panela, Codeba, Cais da Codeba, Cabeça do Cais da Codeba, Porto adaptado para obra de São Joaquim, Porto de São Joaquim, Arrecifes Cantagalo, Porto Cantagalo, Recife de Roma, Porto Roma, Paredão, Pedra do Sambuio, Pedra da Primeira Ponte, Navio, Pedra da Segunda Ponte, Pedra da Sereia, Ponta do Humaitá, Constelação, Pedra Furada, Estaleiro, Três Galhos, Porto de São João, Bernadete, Xaréu de Fora, Bóia do Puma, Aracanguira, Bom Despacho, Jaburu, Pedra da Divisa, Recife das Pinaunas e Caramuanã.

Do mesmo modo que ocorreu nas áreas da AID e AII, foi constatada a existência de sobreposição das áreas de pesca utilizadas pelas comunidades que atuam na área costeira da ADA do empreendimento. Essa sobreposição ocorre também nas áreas de pesca do Recife das Pinaúnas e das Caramuanãs, as quais são importantes para os pescadores dos municípios de Itaparica e Vera Cruz.

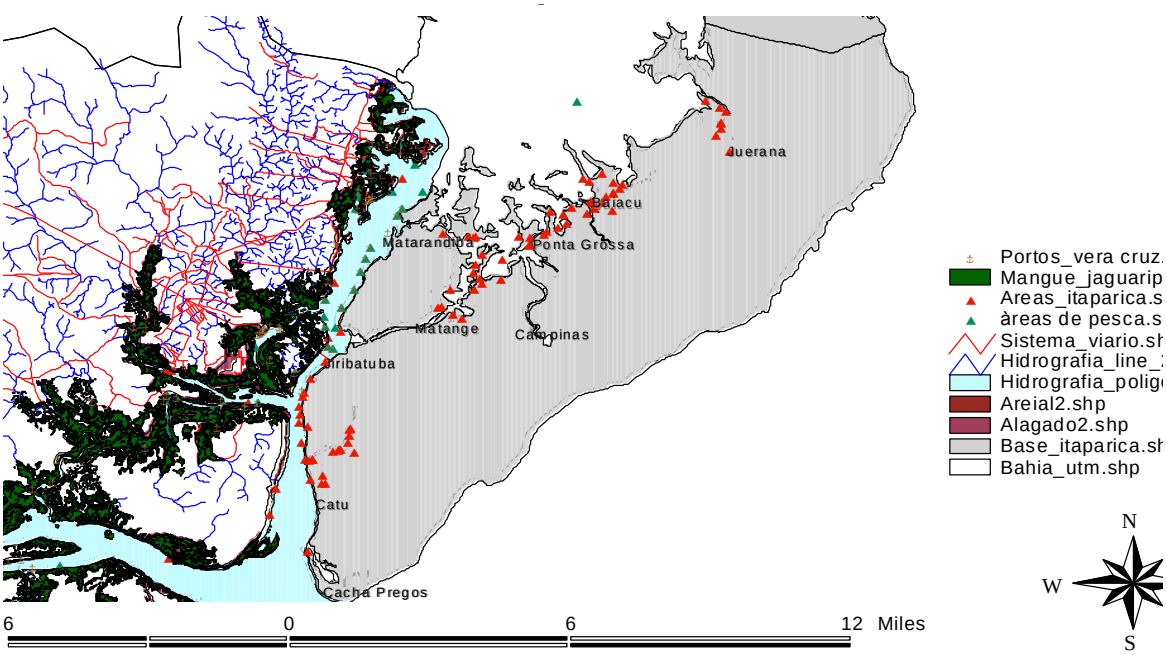


Fonte Pesquisa de Campo, elaboração própria

Figura 278 – Área de pesca das comunidades pesqueiras de Salvador e Vera Cruz que atuam na área da ADA

Estudos realizados pelo PANGEA (2005) levantaram as principais áreas de pesca da contracosta de Itaparica, e por meio de entrevistas semiestruturadas foram listadas as principais áreas de pesca por grupo de trabalho ou família, e por espécie-alvo, utilizadas pelas comunidades da contracosta de Itaparica. As informações foram

adaptadas para o presente trabalho, sendo que os resultados estão apresentados nos quadros a seguir. Todas as áreas demonstradas nos quadros anteriormente citados estão apresentadas na figura que segue, a qual apresenta a distribuição das principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades de Vera Cruz em “vermelho” e em “verde” as áreas de pesca utilizadas pelas comunidades do município de Jaguaripe. É importante ressaltar que Jaguaripe é o município da AID que mais possui pescadores registrados: 1477. Considerando que todos os registros da AID somam 2.321, os pescadores de Jaguaripe representam hoje 63,63% da força laboral pesqueira que atua nesta área.



Fonte PANGEA (2005) Elabora do para o presente trabalho

Figura 279 – Áreas de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras dos municípios de Vera Cruz e Jaguaripe

Quadro 294 – Principais áreas de pesca de aratu, utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Baiacu	1	Castiano	Ponta da Madeira	Mamão
Ponta Grossa	1	Felix	Furado	Oitero
Campinas	1 2 3	Ugi Dendê Porto Grande	Campinas Porto da Pedra	
Jiribatuba	1 2 3	São João Barra dos Garcez Judeus	Sobrado Mulata Gurugu	
Matange	1	Mamão		
Catu	1	Porto da Mulata		
Cacha Prego	1 2 3	Barra dos Garcez Limão Barra dos Garcez	 Estrela do Norte	

Quadro 295 – Principais áreas de pesca de caranguejo utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Juerana	1 2	Engenho Velho Rio de Freitas		
Matange	1 2	Damião Porto da Pedra	Mamão Porto Grande	Fundo da Tapera

Quadro 296 – Principais áreas de pesca de siri utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Ponta Grossa	1 2 3 4 5 6	Várzea Rangol Manhoso Porto Poucinho Cabeça do cachorro	Bananeira Chumberga Carapituba Rio de São João Oiteiro Papagaio	 Manhoso Saraiba Imbira
Matange	1 2 3 4 5	Tapera Caminho largo Rio São João Sobrado Ilha do Cal	Ponta da Madeira Porto da Pedra Ribeira	Mamão
Catu	1 2 3	Praia Calado Aru		

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
	4	Praia		
Cacha Prego	1 2 3	Barra dos Garcez Estrela do Norte Ilhote		

Quadro 297 – Principais áreas de pesca de lambreta utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Campinas	1	Feli		
	2	Porto Grande	Porto da Pedra	
	3	Ugi	Estiva	
	4	Dendê		
Matange	1	Damião	Fundo da Tapera	Manmão
	2	Bambu	Mamão	Dendê
	3	Mamão		
	4	Bambu	Caracará	Mamão
	5	Porto Grande		
	6	Pedrão		

Quadro 298 – Principais áreas de pesca de sururu utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Juerana	1	Apicum		
	2	Ponta da Lenha		
	3	Riacho de Balbino ou Pedrão		
	4	Pedrão		
	5	Gururgu		
	6	Castiano		
Baiacu	1	Marapé	Castiano	Rio
	2	Riacho		
	3	Castiano	Riacho da Cambainha	
	4	Mamão	Damião	Pura Madeira
	5	Bambu	Mamão	Dendê

Quadro 299 – Produção de chumbinho por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Matange	1	Coroa da Lama	Ilha das Canas	
Ponta Grossa	1	Coroa Branca	Papagaio	Quinhentos
	2	Coroa Branca	Costadinho	
Baiacu	1	Aracaíba		
Matarandiba	1	Coroa	Ponta de baixo	Ilha da Cal
	2	Araçaíba	Ribeira	
	3	Ilha da Cal	Passagem	Ribeira
	4	Porto	Ribeira	
	5	Ponta de Baixo	Ribeira	Ilha da Cal
Catu	1	Rio do Retiro		
	2	Aru	Mangabeira	
	3	Praia		
Cacha Prego	1	Coroa do Boi das Pedras		
	2	Coroa do Boi das Pedras		
	3	Marapé		
	4	Coroa do Castiano		
Baiacu	1	Boqueirão	Ilhote	
	2	Marapé	Castiano	
	3	Marapé	Castiano	

Quadro 300 – Principais áreas de pesca de ostra utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Juerana	1	Pedrão		
	2	Ponta da Lenha	Coroa	Ilha das Canas
	3	Pedrão Fazenda Grande		
	4	Pedrão		
	5	Pedrão		
	6	Bananeira	Mamão	
	7	Fundos	Bananeira	Dendê
	8	Ilha de Fora	Papagaio	Calu
	9	Bananeira	Rio Sena	
	10	Custódia	Os Fundos	
	11	Os Fundos	Porto	
Ponta Grossa	1	Bananeira		
	2	Bananeira	Babu	Os Fundos
Jiribatuba	1	São João	Mangue Escuro	
	2	São João		
	3	Matange	Rio de Santana	

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
	4	Matange	Gurugu	Duas Bocas
	5	Judeus		
	6	Sobrado		
	7	Matange	Cidade de Palha	
Matarandiba	1	Rato	Bananeira	Olho Amarelo
	2			
	3	Praia		
Catu	1	Guaru	Retiro	
	2	Rio do Tororó	Rio do Robalo	
	3	Sobrado		
	4	Sobrado		
	1	Taparirica	Tumbica	
	2	Rio em frente ao estaleiro		
	3	Castiano		
Cacha Prego	4	Alfaiate	Rio	
	1	Riacho do Buji	Boqueirão	
	2	Rio da Igreja		
	3	Castiano	Riacho da Cambainha	
Baiacu	4	Castiano		
	5	Estiva		
	6	Tapera	Ponta da Madeira	Mamão
	7	Fundo da Tapera	Bambu	Porto da Madeira
	8	Bambu	Mamão	Dendê
	9	Dendê		
	10	Porto da Pedra		
	11	Ugi	Campinas	

Quadro 301 – Principais áreas de pesca de camarão utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupo	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Baiacu		Coroa Dura Restinga	Boqueirão Outeiro	
Jiribatuba	1 2	Rio São João Rio São João		
Baiacu	1 2	Gaia Carapituba	Conto Grande	Asa Aberta

Quadro 302 – Principais áreas de pesca de peixe, por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Grupos	Área de pesca 1	Área de pesca 2	Área de pesca 3
Ponta Grossa	1	Coroa Branca	Papagaio	Rato
Jiribatuba	1	Barra		
Matarandiba	1	Ilha da cal	Barro	Ribeira
Catu	1	Coroa do boi das pedras		
Baiacu (tainha e vermelho)	1	Conto Grande	Asa Aberta	

2.2.6. Organização Social

2.2.6.1. Caracterização da organização social

O estudo da organização social visa identificar instituições, forças, tensões, conflitos, dinâmicas e assimentrias existentes (ambientalistas, lideranças comunitárias, forças políticas e sindicais atuantes, movimentos comunitários, associações, organizações não governamentais etc.);

Um conceito essencial às ciências sociais expõe as diferenças entre sociedade civil e sociedade política e a dualidade entre o caráter institucional e não-institucional. A fronteira teórica que entende o antagonismo entre estado e sociedade é a chave de entendimento do liberalismo, baseando-se na cisão entre essas duas dimensões societais. Para Dagnino (2006) é importante reconhecer a

> diferenciação interna existente na sociedade civil em termos de atores sociais, formas de ação coletiva, teleologia da ação, construção identitária e projetos políticos. Trata-se de um núcleo temático que ajuda a compreender que no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, tipos de prática e projetos, além de formas variadas de relação com o Estado. Em oposição a certas perspectivas que, influenciadas pelo papel central da sociedade civil nas lutas contra o autoritarismo, tendem a concebê-la como um pólo homogêneo e virtuoso [...] a sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas,

> fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes (p. 27)[132].

Nesse sentido, a organização de uma sociedade se constrói na multiplicidade de atores, formas de mobilização e interesses dispostos na relação com a sociedade política. Isto é, dificilmente um grupo social atua na sociedade civil sem almejar suas demandas em contato com a sociedade política. Essa relação existente vislumbra o sentido da esfera pública, bem como a organização social formal e informal dos atores contemporâneos.

A partir da Constituição de 1988, foi possível perceber em diversas agendas de pesquisa o fortalecimento dos espaços públicos (conselhos, fóruns, projeto de lei de iniciativa popular, plebiscito, orçamento participativo, etc.), embora ainda demonstre haver limitações. Aliás, os impasses em torno do funcionamento da sociedade civil são processos comuns às democracias de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os avanços reconhecidos no processo de modernização social e política do Brasil, evidenciados pelo reencontro com a democracia no último quartel do século XX, são observados nos municípios da ADA e AID. Apesar das limitações estruturadas na organização social, é *importante reconhecer a diversidade e riqueza estruturada na sociedade civil dos municípios* da ADA e AID, pois – vale destacar – lutas sociais e formas de organização são presentes historicamente nos municípios, que foram fundamentais para a abertura do processo republicano e de fim do regime colonial.

Entre os municípios da ADA e AID notou-se um alto grau de homogeneidade no padrão de organização social, relacionada em grande parte com a valorização da cultura e ao modo de produção presente no cotidiano, ambas vinculadas à esfera estatal, na medida em que estruturam esta organização mediante a busca por representação política (candidaturas a vereador), o que possibilita a potencialização de recursos para as comunidades. A exceção fica por conta de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, já que possuem uma pluralidade social e política, garantindo uma

[132] DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI. "Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina". In:_____; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006; Campinas, UNICAMP, 2006.

multiplicidade de conexões, engajamento e sociabilidades emergentes em um cenário altamente urbanizado, ou seja, um outro “mundo” social e político em termos de espaço público.

O padrão de organização social nos municípios da ADA e AID são estruturados por “segmentos de interesse” semelhantes, que atuam, portanto, no trânsito entre sociedade civil e sociedade política. Metodologicamente, no primeiro momento, busca-se nesse estudo apresentar uma análise integrada da organização social dos municípios, como pode ser observado na figura que vem a seguir. A diversidade de entidades pode ser analisada a partir da definição de oito tipos de segmentos de interesse[133], embora seja possível para algumas organizações a proximidade com dois ou mais segmentos listados. Ou seja, é possível a um sindicato exercer projetos ou demandas vinculadas a questões de cultura, meio ambiente etc. Mesmo reconhecendo tais limitações, fruto da difícil proximidade entre as formas de atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), esta diferenciação ocorre a partir da maior afinidade das OSC na atuação cotidiana.

A dimensão da vida urbana agrega principalmente a influência dos sindicatos e movimentos sociais, de acordo com uma pluralidade de entidades. As colônias de pesca costumam se situar nas grandes e médias localidades, mas mantêm uma grande capilaridade de organização em vilas e povoados. As associações foram observadas tanto na área urbana quanto na área rural, mantendo assim uma articulação entre diferentes espaços.

Um fenômeno que há um tempo é vislumbrado pelas ciências sociais é a capacidade de força social e compartilhamento de intersubjetividades presente nas associações religiosas. As igrejas constituem-se, de maneira difusa, em ambientes urbanos e rurais, mobilizando segmentos diversos em termos de renda, escolaridade, cultura política etc. As igrejas precisam ser consideradas no âmbito da organização social, já que é crescente a sua influência nas questões sociais e políticas. Em quase todas as localidades pesquisadas observou-se a presença de uma ou mais igrejas com diversas matrizes de pensamento e tradição, destacando-se a presença dos católicos, o que se explica pelo contexto histórico da colonização em torno da Baía de Todos os Santos.

[133] A presença das ONGs na região aponta para o engajamento com os demais segmentos, não configurando assim um segmento “em si”.

Em verdade, os segmentos identificados na organização social estão articulados tanto pela presença na área urbana quanto na área rural, por compartilhar interesses e modos de vida nestes dois espaços. Destacam-se, assim, as colônias de pesca, os grupos religiosos e as associações de um modo geral, reconhecendo que há limitações expressas no que se refere a uma peculiaridade entre o modo de vida urbano e o rural. Tal "síntese" se reflete no peso que possui a dinâmica urbana nessa região, expressa para além da proximidade da capital, também pelo caráter histórico modernizador da região, que se integra de modo mais amplo às cidades que têm importância socioeconômica no estado (Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, entre outras).

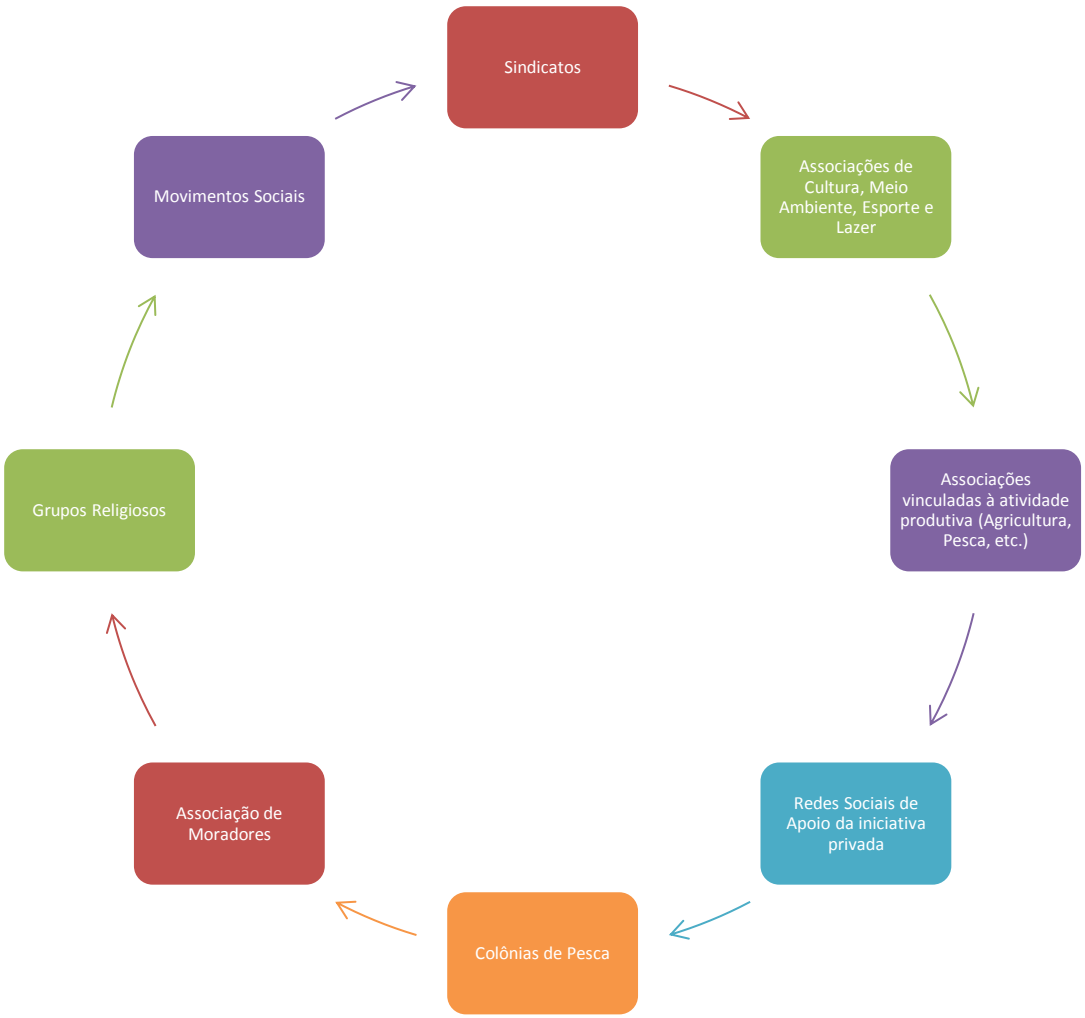


Figura 280 – Articulação dos segmentos sociais organizados

Os segmentos mencionados anteriormente representam uma significativa participação social e política nos municípios da ADA e AID, embora se saiba que as democracias

representativas da atualidade tenham forte apelo à apatia e à "resignação" dos cidadãos na vida privada. Embora este quadro se constitua de uma realidade das democracias atuais, o Brasil, e, em especial, a Bahia tem apresentado um processo de democratização e legitimação dos espaços públicos, portanto, uma relativa estabilidade social e política. A atuação da sociedade civil não está desconectada do caráter da sociedade política (Estado), em outras palavras, a democratização da sociedade civil se mantém pela igual condição da sociedade política e vice-versa.

Desse modo, é possível observar um contexto de participação e representação política nos municípios da ADA e AID, mantendo-se através de OSCs, protagonistas no espaço público, que demonstram interesse em atuar nas discussões em torno do licenciamento do empreendimento. Os municípios da ADA e AID possuem um grau significativo de atuação e organização social. No quadro seguinte, é possível analisar a listagem das principais entidades por município da AID. Destaca-se, em todos os municípios, a forte presença da atividade pesqueira, por meio de entidades formais (colônias de pesca e mariscagem) e associações paralelas, mas com o mesmo propósito. Os municípios de destaque, no que concerne à diversidade de segmentos da sociedade civil, são: Salvador, Lauro de Freitas, Nazaré das Farinhas, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios apresentam uma grande diversidade, que se explica pela complexificação da sociedade e seus interesses, além do que eles se mantiveram, na história recente, como locais em conexão com projetos socioeconômicos modernos.

É possível categorizar algumas OSCs de destaque nos municípios, de acordo com o campo de interesse e atuação, lembrando que embora uma OSC se paute por fins específicos, nada impede da sua mobilização e repertório ocorrerem para outros temas que não sejam os previstos na sua pauta original. Nesse sentido, estas OSC atuam em rede dentro de agendas de interesse que podem unir diversos segmentos (estudo de impacto ambiental, economia, meio ambiente, direitos humanos etc.), inclusive as organizações de municípios vizinhos ou aquelas que estão presentes em várias cidades.

Entre os municípios analisados[134], é possível perceber traços marcantes de organização social em torno das atividades produtivas (sindicatos e associações),

[134] A pesquisa em torno da existência destas associações e as demais aqui não catalogadas referem-se a: a) observação direta em campo; b) análise de documentos – composição de

assim como na mobilização em torno da cultura, esporte e lazer. De maneira geral, as pequenas cidades estão mais articuladas a tais campos de interesse, contudo, em cidades maiores é possível perceber uma pluralidade social, envolvendo outros tipos de associações (defesa do meio ambiente, defesa da diversidade sexual, religiosidade, questões identitárias no âmbito cultural, etc.). Vale ressaltar que tais OSCs são confrontadas pelo exercício de lideranças difusas de nível "paroquial" (de povoados e pequenas comunidades), além da influência organizada do mercado, o que sugere um modelo "tripartite" de organização social, através de uma interface entre estado, mercado e sociedade civil. Reitera-se que é praticamente impossível se ter um isolamento social destas OSCs, já que estão, a todo momento, sob influência e conexão com o mercado e o estado.

Quadro 303 – Principais Organizações da Sociedade Civil (OSC), municípios da ADA/AID

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
Itaparica	Associacao Cultural Grupo Indígena os Guaranis	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação Garça Branca da ilha de Itaparica – Manguezal Meu Quintal	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Instituto Sacatar	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação dos Moradores e Amigos da Ilha de Itaparica.	Demandas materiais, cultura, direitos, esporte, lazer e meio ambiente.
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaparica e Ilha de Vera Cruz, em Itaparica.	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
Vera Cruz	Ascomat – Associação Sóciocultural de Matarandiba	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera Cruz (SINPREV)	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Colônia de Pescadores z-8 de Conceição – Vera Cruz – Ba	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Associação de Moradores da Ponta da Ilha	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Organização de Auxílio Fraterno – Mar Grande	Religião, cultura e assistência social.
	Associação dos Proprietários do Loteamento Nossa Senhora Penha – Vera Cruz	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.

conselhos, sites de notícia, jornais, decretos governamentais etc.; c) Visita às prefeituras e entrevistas semiestruturadas.

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
	Associação Comercial de Vera Cruz	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Banco Comunitário Ilhamar Matarandiba/Vera Cruz	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação dos Artesãos da Ilha	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Cooperativa Repescar/Pangea	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho[135]	-	-
Aratuípe	Associação de Moradores e Amigos de Maragogipinho	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação dos Pescadores de Aratuipe	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Associação de Auxílio Mútuo dos Agricultores de Aratuípe (AMAR)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aratuípe (STR)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Centro Espírita Lar dos Humildes	Religião, cultura e assistência social.
Castro Alves	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves	Religião, cultura e assistência social.
	Associação Comercial Castro Alves	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castro Alves	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação de Capoeira Libertação	Religião, cultura e assistência social.
	Filarmônica Lyra Popular	Religião, cultura e assistência social.
Conceição do Almeida	Associação Municipal de Apoio aos Deficientes – AMADEF	Religião, cultura e assistência social.
	Associação Comunitária dos Sem Teto de Conceição do Almeida	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.

[135]Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho possuem uma multiplicidade de organizações com diferentes campos de atuação e interesse, o que não pode ser representado no objetivo deste quadro, já que seria complexa a listagem de dezenas de entidades, uma vez que são municípios com um cenário bastante ativo no que se refere à pluralidade social e política.

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Almeida	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação dos Produtores Rurais Unidos pela Terra	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Grupo Argila (Associação Resistência Gay, Igualdade e Liberdade Almeidense)	Demandas materiais, direitos, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
Dom Macedo Costa	Associação de Produtores Rurais de Dom Macedo Costa (ASPRODOM)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Asproart – Associação das Produtoras de Bordado Artesanal de Dom Macedo Costa	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Sindicato Rural de Dom Macedo Costa	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação de Moradores e Produtores Rurais de Dom Macedo Costa	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
Jaguaripe	Sociedade Filarmônica Jaguaripense – 1912	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação das Mães Carentes e Cristãs de Camassandi	Religião, cultura e assistência social.
	Associação de Pescadores da Ilha D'ajuda – ASSPIDA	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Associação dos Moradores de Camassandí	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associacao dos Produtores de Mandioca de Camassandi	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
	Associação Ambiental e Cultural de Jaguaripe-Ba Rio da Onça (ARO)	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaripe	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas)
Maragojipe[136]	Associação de Músicos de Maragogipe	Religião, cultura e assistência social.
	AssociacaoComunitária Esperanca do Bairro das Cabaceiras – Ascaba	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação Remanescentes do Quilombo Salamina Putumuju	Religião, cultura e assistência social.
	Fundação Vovô do Mangue	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.

[136]A inclusão do município de Maragogipe no quadro decorre do seu elevado grau de organização social e política por meio de uma miríade de OSCs que atuam em rede, estabelecendo um papel estratégico de liderança na região pertencente à ADA e AID

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
	Comunidade Beneficente Paroquial de São Roque do Paraguaçu – Cobepa	Religião, cultura e assistência social.
	Associação Beneficente de Ominjenan Deleua	Religião, cultura e assistência social.
	Projeto de Extensão da UFRB: manguezais de Maragojipe	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Sindicato dos Funcionários da Prefeitura de Maragogipe (SIFUPREMA)	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Associação de Pescadores e Marisqueiras da Baixinha	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
Muniz Ferreira	Associação dos Produtores Rurais do Onha e Sapé	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Muniz Ferreira e Taitinga	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação de Pescadores ePescadoras de Muniz Ferreira	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
Nazaré das Farinhas	Associação de Agricultores Familiares Terra Produtiva	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação do Terreiro Ile Asse Ya Omin Touloudo	Religião, cultura e assistência social.
	Fundação Marcos Vampeta (FMV)	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Nazaré (SISEPREN)	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Loja Maçônica Fraternidade Nazarena	Religião, cultura e assistência social.
	Associação dos Produtores Rurais de Copioba (ASPRUC)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB)	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Grupo Gay de Nazaré (GGN)	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia (COOAFATRE)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Sindicato dos Pescadores de Nazaré	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
Salinas da Margarida	Associação dos Pescadores e Aquicultores de Salinas da Margarida (APASMA)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
	Associacao das Mariscadeiras de Salinas da Margarida	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associacao de Moradores e Amigos de Encarnação de Salinas	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associacao dos Empregados da PESCON	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Fanfarra Musical de Salinas da Margarida (FAMSAM)	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação Banzai Dojô	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Clube Salinense da Melhor Idade	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
Santo Antônio de Jesus	Associação das Crianças, Adolescentes, Jovens e Idosos do Bairro São Paulo e Adjacências	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação de Moradores do Bairro de São Paulo e Adjacências – AMBASP	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação Comercial e Empresarial de Santo Antônio de Jesus (ACESAJ)	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio de Jesus	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Sindicato dos Empregados no Comércio de S. Antônio de Jesus	Trabalho (defesa das categorias profissionais, oportunidades sociais e econômicas).
	Associação Criança Feliz	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação de Moradores do Alto Sobradinho	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Grupo Ambientalista Nascentes (GANA)	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
Sapeaçu	Sindicato Rural de Sapeaçu	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Sapeaçu – ASCOPASA	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Sociedade Comunitária Rural e Desportiva Antônio Carlos Magalhães	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação de Produtores de Barrocas	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
Varzedo	Associação dos Produtores Rurais de Varzedo	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação dos Pequenos Produtores	Economia, infraestrutura e produção

Município	Organizações da sociedade civil (osc)	Campo de interesse e atuação
	Rurais da Região do Tabuleiro do Castro	(organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação Comunitária Agrícola Ambiental Areia Grossa	Economia, infraestrutura e produção (organização e desenvolvimento econômico das atividades produtivas).
	Associação Comunitária de São Roque dos Macacos	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.
	Associação Educacional e Cultural de Varzedo – ADC	Demandas materiais, cultura, esporte, lazer e meio ambiente.

Fonte: Abá Consultoria, 2014.

2.2.6.2. Tensões e conflitos sociais observáveis na área

Do ponto de vista conceitual, a geração de conflitos sociais estrutura-se como dissensos determinados por grupos sociais através de ações relevantes e capazes de alterar padrões de sociabilidade e organização social. Em um dos estudos mais sistematizados sobre os conflitos no campo no Brasil (2013), a Comissão Pastoral da Terra (CPT)[137] apresenta o conceito:

> conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (p. 10).

Considerando esta definição, vale ressaltar que metodologicamente pode-se considerar um conflito no campo ou na cidade diante da “escala de relevância” das ações, senão, pode-se incorrer no mapeamento de qualquer ação social estruturando um conflito.

Não há eventuais impactos e consequências determinantes (do empreendimento) aos conflitos observáveis na ADA e AID em termos de “escala de relevância”, no entanto, diante das agendas de políticas públicas a serem concertadas pelo empreendimento, é possível considerar que alguns grupos busquem levar suas demandas aos olhos da visibilidade institucional conformada no processo de licenciamento do

[137] Acesso ao relatório 2013 em: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23> Acesso em 26/mai. 2014.

empreendimento. Neste sentido, os conflitos mapeados e outros a serem engendrados, possivelmente constituirão repertórios de ação/mobilização considerando as oportunidades alocadas pelo empreendimento enquanto possibilidade de resolução ou agravamento de algumas questões sociais e políticas.

Vale ressaltar, que diante do quadro atual analisado, não há conflitos sociais pertinentes que gerem situação de interação com o empreendimento, no entanto, é possível perceber que a opinião pública mostra-se em parte reticente ao empreendimento, na medida em que espera quais políticas públicas serão capazes de elevar a qualidade dos serviços públicos nos municípios da ADA e AID, sabendo que o empreendimento trará mudanças sociais relevantes (população, fluxo de veículos, habitações, integração com Salvador, etc.).”

Particularmente na ilha de Itaparica podem-se observar conflitos ambientais gerados pela expansão urbana no sentido do interior da ilha e, portanto, em direção aos cursos hídricos médios e nascentes, fica evidenciada pelos intensos desmatamentos e queimadas, e causa preocupação quanto ao risco de comprometimento total desses mananciais, deteriorando a qualidade de suas águas.

Em loteamentos totalmente ocupados, em implantação ou abandonados, observa-se, de forma geral, a total erradicação da vegetação existente. Frequentes são as grandes áreas de queimadas para a implantação de pastagens ou outro tipo de cultivo ou, ainda, “acidentais”.

Extrações clandestinas de areia e arenoso, sem aplicação de critérios técnicos e de controle ambiental, e passivos deixados por antigas lavras, que constituem fontes de lixiviação e carreamento de sedimentos para as drenagens locais, são observados ao longo de toda a ilha.

A pesca com bomba é muito praticada na Ilha de Itaparica nas localidades de Jiribatuba, Santo Amaro do Catu, Cacha Prego, Barra Grande, Barra do Pote, Barra do Gil, Penha, Gamboa, Mar Grande, Buraco do Boi, Gameleira, Porto Santo, Manguinhos, Amoreiras e Baiacu. (Oliveira,1996). Não existe obediência à proibição da pesca no período do defeso dos animais, a exemplo do caranguejo, camarão e lagosta.

O aprisionamento de animais selvagens, com especial referência à avifauna, constitui-se numa prática corriqueira das populações nativas, como também a caça predatória,

que ainda é muito praticada. A retirada de animais marinhos como corais, equinodermos e moluscos para comercialização constitui-se também numa prática frequente.

A retirada da vegetação nativa para comércio, com especial referência às orquídeas, como a espécie Cattleya aclandae e bromélias, é muito comum ao longo das áreas de vegetação nativa.

A. Setor pesqueiro (incluindo mariscagem)

Os conflitos com o setor pesqueiro estão relacionados à convivência da atividade pesqueira com outras atividades econômicas que ocorrem na Baía de Todos os Santos. Deste modo, verificou-se que os principais conflitos residem na relação com o setor turístico, industrial, aquícola e bombistas. Além disso, demandas por madeiras para manutenção de suas embarcações e apetrechos não reconhecidos pelos órgãos do meio ambiente compõem a lista de conflito, não só do setor pesqueiro situado na área de estudo, como também da demanda do setor pesqueiro do estado.

Em relação ao setor turístico, o conflito com pescadores reside no uso do mesmo espaço de trabalho. Seja com banhistas na praia, ou quando reclamam da velocidade e distância que as lanchas relativas ao setor turístico passam em relação às embarcações em atividade pesqueira. Segundo os pescadores, muitas vezes, a velocidade é tão alta que as lanchas promovem acidentes, causando prejuízos para os pescadores, que por sua vez podem perder a produção quando sua embarcação aderna.



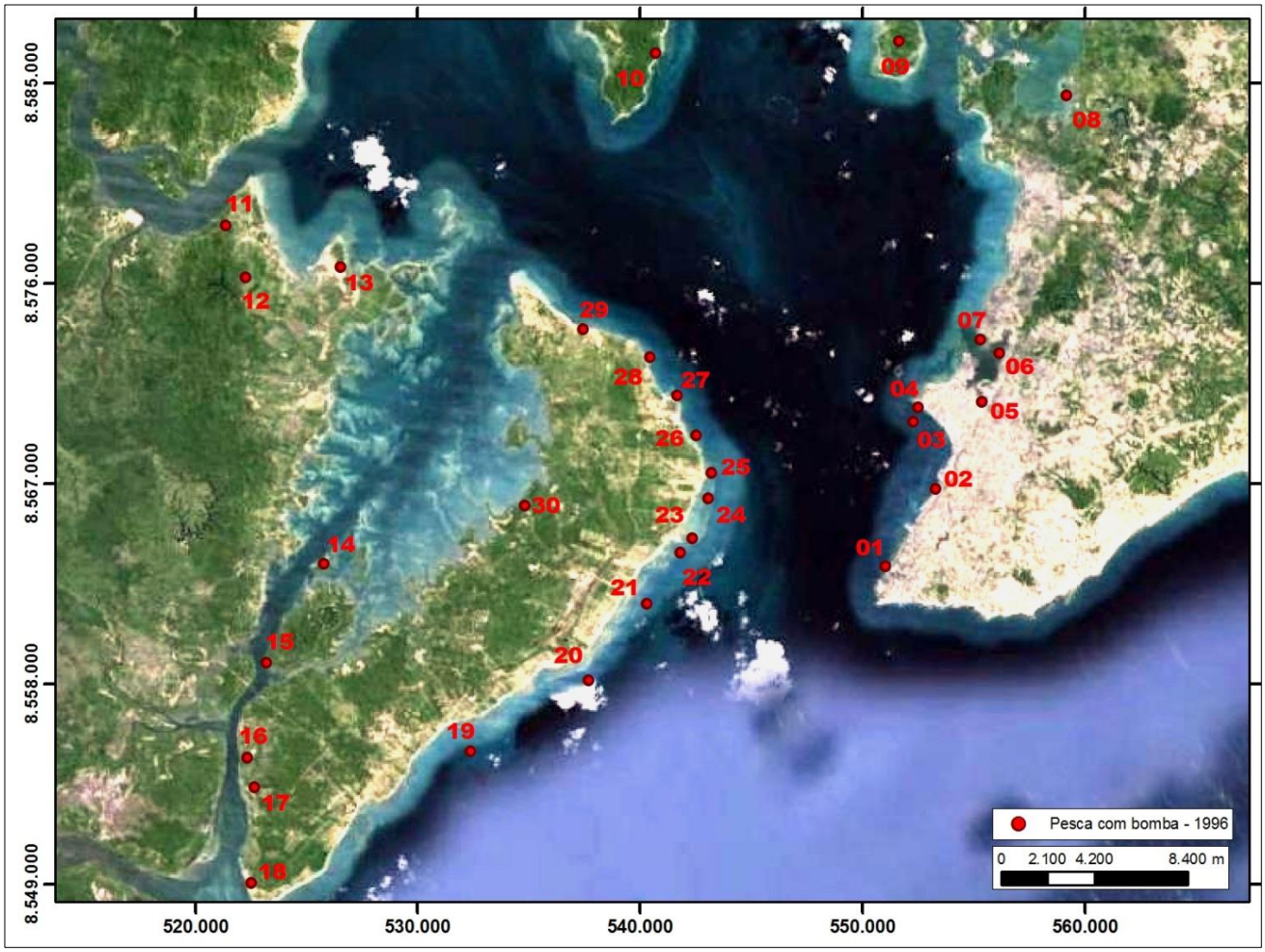
Figura 281 – Conflito entre o setor pesqueiro e setor turístico

Um conflito antigo do setor pesqueiro que atua na área do empreendimento é a utilização de explosivos para obtenção de peixes.

A pesca predatória é uma pratica bastante destrutiva que se faz presente na Baía de Todos os Santos desde o ano de 1930.

Em 1935 um naturalista paulista que aqui estudava aves relatou em seu trabalho, publicado na Revista do Museu Paulista, o uso constante de explosivos para a pesca. Abaixo, transcreve-se o trecho, in verbis:

> *"Infelizmente, já hoje se vae também generalizando em toda zona o uso de meios danosos de pesca, salientando-se entre elles o emprego de bombas de dynamite. Contra prática tão funesta de nada têm valido prohibições e ameaças da capitania do sportos, porque partindo o exemplo dos poderosos, julgam-se todos com igual direito de depredar os mares, sem considerações pelas ruinosas consequencis d'ahi fatalmente decorrentes. Nos nossos passeios quase diários pelo Soape era quase infallível que ouvíssemos, com o coração compungido e íntima revolta, os estampidos das grandes bombas, lançadas umas após a outras pelos pescadores. Assim era, e é provável que assim continúe a ser, até que o empobrecimento definitivo d'aquelas águas, outrora tão piscosas, venha por um paradeiro natural á inqualificável usança."*



LOCALIDADES NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS ONDE OCORRE PESCA COM EXPLOSIVOS				
1. Gamboa	7. Plataforma	13. Salinas da Margarida	19. Barra Grande	25. Buraco do Boi
2. Praia do Cantagalo	8. Baía de Aratu	14. Pirajuia	20. Barra do Pote	26. Gameleira
3. Monte Serrat.	9. Ilha de Maré	15. Cações	21. Barra do Gil	27. Porto Santo
4. Pedra Furada e Beira Mar	10. Ilha do Frade	16. Jiribatuba	22. Penha	28. Manguinhos
5. Enseada dos Tainheiros	11. Barra do Paraguaçu	17. Stº Amaro Catu	23. Gamboa	29. Amoreiras
6. Enseada do Cabrito	12. Cairu	18. Cacha-Prego	24. Mar Grande	30. Baiacu

FONTE: “Pesca Predatória com uso de Explosivos na Baía de Todos os Santos” – Monografia de Arlene Lula Moreira de Olieira (Setembro/1996).

A repressão tem se mostrado insuficiente para eliminar essa prática por falta de estrutura, por falta de apoio e pelas próprias dimensões da Baía de Todos os Santos.

O uso de explosivo em pesca é proibido por Lei, sendo considerado crime ecológico e sua fiscalização é combatida pelos órgãos ambientais, polícia e exército, além de ser considerada crime ambiental.

Os explosivos mais utilizados para a pesca predatória na Baía de Todos os Santos são: dinamite gelatinosa e pólvora negra, ambos de alta periculosidade e tipificados como explosivos químicos.

O homem é vítima da pesca predatória, sendo muito comum encontrar pessoas mutiladas pela detonação antecipada do explosivo. Além disso, muitos pescadores perderam a própria vida com essa prática ilegal.

Essa atividade é combatida pelos órgãos ambientais, polícia e exército, porém pessoas com membros superiores amputados por causa da bomba puderam ser observadas na área estudada. Pangea (2006) relata acidentes com explosivos utilizados em pescarias ilegais. Isso ainda ocorre, mesmo a atividade sendo ilegal, segundo a lei de crimes ambientais, a qual atribui uma pena mínima de 5 anos de reclusão para quem for pego pescando com explosivos.



PANGEA (2006)

Figura 282 – Amputação de membros devido ao uso de explosivo

Além do risco de morte para os pescadores que praticam o uso de bombas, existe também risco idêntico para as espécies que habitam o entorno da área em que a bomba é lançada, pois a morte dos espécimes ocorre não só no momento da explosão, como também posteriormente a ela e isso gera um grande prejuízo ao setor

pesqueiro que atua na Baía de Todos os Santos. A equipe observou um espécime de rabo aberto agonizando, após pessoas que estavam jogando explosivos na água se retirarem.



Figura 283 – Rabo Aberto atingido por bomba

A pesca com bombas é uma ameaça ao ambiente marinho devido aos seus efeitos sobre os organismos o que pode resultar até no completo desaparecimento de algumas espécies.

Não existe uma qualificação do pescado extraído por pesca com explosivos devido à insuficiência de dados, porém de acordo com informações de pescadores, já pode ser percebida uma visível redução da oferta de pescado na região.

Outro perigo que pode ser identificado na Baía de Todos os Santos é a possibilidade de vazamento de óleo pelo rompimento dos dutos da Petrobrás, em função do efeito danoso dos explosivos, largamente utilizados nas proximidades dos mesmos.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 284 – Pesca predatória com bomba na BTS



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 285 – Pesca predatória com bomba sendo realizada na BTS

Devido à existência de fontes de poluição por metais pesados na Baía de Todos os Santos, o outrora Centro de Recursos Ambientais – CRA, atual INEMA, Instituto do Meio Ambiente, junto ao consórcio Hidros/CH2MHILL, realizou, em 2005, estudos sobre o grau de contaminação da Baía de Todos os Santos e o risco de

vulnerabilidade associado ao consumo do pescado. O estudo contemplou algumas áreas dentro do território pesqueiro das comunidades de Ilha de Maré (Salvador), Caboto (Simões Filho), Mapele (Simões Filho) e Madre de Deus.

Quadro 304– Moluscos, crustáceos e peixes analisados nas estações do território pesqueiro de Ilha de Maré pelo consórcio Hydros/CH2MHILL(2005)

	Moluscos	**Crustáceos**	**Peixes**
Caboto	*Mytella guianensis*(sururu) *Macoma constricta* (pé de galinha) *Crassostrea rhizophorae* (ostra do mangue)	Ucides cordatus (caranguejo)	Mugil curema (tainha) Dasyatis guttata (arraia) Haemulon sp (corró)
Mapele	Mytella guianensis(sururu) Crassostrea rhizophorae (ostra do mangue) Trachycardium muricatum (rala-coco)		Mugil curema (tainha) Dasyatis guttata (arraia) Haemulon sp (corró)
Madre de Deus	Anomalocardia brasiliana (chumbinho) *Macoma constricta* (pé de galinha) *Lucina pectinata* (lambreta)	*Callinectes spp* (siri) *Charybdis hellerii* (siri estrangeiro)	Mugil curema (tainha) Dasyatis guttata (arraia) Haemulon sp (corró) Ophistonema sp (sardinha)

Fonte: HYDROS/CH2MHILL (2005)

A partir dos resultados apresentados com o estudo, verificou-se que o consumo de crustáceos acarreta menor risco do que o consumo associado de moluscos com crustáceos. Ainda de acordo com o estudo, os quocientes de risco não carcinogênico para consumo de moluscos e crustáceos apresentaram risco moderado a alto para cobre, em Mapele; alto a crítico em Caboto e moderado a alto em Madre de Deus. Já em peixes, o risco apresentado foi de moderado a alto para arsênio, em Mapele; e moderado em Caboto e Madre de Deus; moderado a alto para mercúrio, em Mapele, e Caboto e alto para Madre de Deus.

As análises de riscos para exposições múltiplas e potencial efeito tóxico para risco neurológico apresentaram riscos moderado a alto associados ao consumo de moluscos com crustáceos coletados nas áreas relativas a Caboto e Madre de Deus, e baixo risco para os organismos de Mapele. Em relação aos riscos neurológicos para o consumo de peixes, em Mapele e Caboto os resultados apresentados mostraram a

existência de um risco moderado, enquanto a região de Madre de Deus apresentou alto risco.

Nas análises de risco apresentadas por Hydros/CH2MHILL (2005), os resultados para exposições múltiplas, com potencial efeito tóxico de risco nefrológico no consumo associado de moluscos e crustáceos coletados em Caboto e Madre de Deus apresentaram risco moderado, enquanto no consumo de peixes oriundos de Mapele, risco de moderado a alto, e alto risco para os produtos de Caboto e Madre de Deus.

De acordo com o supracitado estudo, a região de Mapele apresenta-se com risco relevante de arsênio, cobre e mercúrio; Caboto com risco relevante de arsênio, chumbo, mercúrio e zinco e a região de Madre de Deus com risco relevante de arsênio, cádmio, cobre e mercúrio.



Fonte: Monteiro (2014)

Figura 286 – Localização geográfica do Porto de Aratu e proximidade com as comunidades da Ilha de Maré

Os pescadores e marisqueiras de Ilha de Maré vivem basicamente da extração dos recursos marinhos, utilizando-os para consumo próprio e como principal fonte de

renda, vendendo os recursos pescados e/ou coletados na cidade de Salvador. De acordo com MONTEIRO (2014), as comunidades pesqueiras da Ilha de Maré, por ficarem próximas ao porto de Aratu, convivem com risco constante de poluição causada por acidentes e mau funcionamento daquele porto, ingressando inclusive com processo no Ministério Público.

A partir da organização de resultados de estudos realizados no âmbito do Projeto Manati, Bandeira (2009) listou 21 problemáticas do setor pesqueiro na Baía de Todos os Santos. Além das problemáticas relacionadas às questões produtivas e de comercialização, o autor apresentou as dificuldade para obtenção de material para construção de apetrechos e o conflito das artes de pesca em contraposição às estruturas submarinas de outros setores econômicos.

Em termos de pesquisa de campo e análise de dados secundários, não houve identificação de conflitos e tensões sociais de grande impacto nos municípios da ADA e AID, a não ser em relação aos quilombos de Rio dos Macacos. Não foram observadas *clivagens estruturais específicas* na organização social das áreas de inlfuência. No entanto, há o estabelecimento de agendas de interesse que provocam mobilização das forças sociais dos municípios, que, em especial, nas cidades analisadas têm a presença “externa” dos veranistas e proprietários de terra, que mantêm grande influência socioeconômica nesses municípios. A proximidade com a capital é oportuna, além do papel social das universidades nos municípios da AID, em especial, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Nesse momento, foram identificadas quatro grandes agendas de interesse que são: a) os debates na arena estatal de requalificação urbana e desenvolvimento socioeconômico da Baía de Todos os Santos; b) debates na arena estatal com o apoio do mercado (iniciativa privada), no que se refere à execução de um plano de desenvolvimento social e econômico de potencialização da indústria naval e demais setores interligados; c) fortalecimento da pesca, agricultura familiar e do extrativismo, articulando-se com políticas de valorização, justiça social e reconhecimento social de grupos específicos, sobretudo em torno das comunidades tradicionais dos municípios da AID e AII; d) novos arranjos institucionais e de atuação do mercado em torno de políticas de fortalecimento e apoio ao turismo na região, especialmente no que concerne aos municípios da Baía de Todos os Santos.

Dos dados e estudos realizados, percebe-se um contexto de pluralidade na organização social, especialmente no que diz respeito às ações sociais e políticas

voltadas para a esfera produtiva e o mundo do trabalho (sindicatos, colônias de pesca, associações, cooperativas etc.), assim como a valorização das identidades culturais tradicionais no âmbito local. Em termos de pluralidade, a exceção diz respeito à Salvador, uma vez que ao se constituir em um espaço urbano "globalizante", é possível observar uma organização social ativa no âmbito da cidadania, e ao mesmo tempo diversa em termos de tipo de organização e de repertórios de ação.

A organização social dos municípios da AID mantém grande vinculação com a sociedade política, o que gera uma fecunda interface entre movimentos, partidos e governo. No que se refere ao empreendimento, é muito provável a criação de um ciclo de mobilização voltado para pensar e constituir agendas, desde o processo de licenciamento, já que compreendem, dentre outras coisas, a necessidade de avaliar e buscar debater os impactos socioeconômicos, para além da geração de assalariamento e ocupações indiretas na região. A cidade do Salvador e os demais municípios da ADA talvez liderem este processo de mobilização com diversos atores sociais e políticos não restritos à discussão ambiental.

Os conflitos nas áreas de influência, verificados pelo Relatório da CPT e nos trabalhos de campo, foram categorizados no quadro a seguir conforme sua motivação. No que se refere aos conflitos motivados por terra, há em curso, na AID, o conflito da comunidade Rio dos Macacos, e de forma secundária um foco de tensão no Alto do Tororó, envolvendo a redefinição do território em litígio com a Marinha do Brasil. Na AII, existem registros de acampamento de Sem Terras em Camamu, na Fazenda Jequitibá, e conflito sobre uso e preservação de água no município de Maragogipe, no Baixão do Guai e, em Santo Amaro, na Ilhota Coroa Branca. Existem também conflitos sobre o uso de água na ADA, envolvendo Salvador, na colônia de pescadores Z-3 e no território quilombola de Ilha de Maré, e relacionado aos quilombos de Rio dos Macacos e Alto do Tororó. Os conflitos motivados por trabalho e uso da água podem ser observados a seguir. São poucos casos registrados nos municípios da ADA e AID. Em Salvador, é possível perceber casos de conflito pelo uso da água nas comunidades de Ilha de Maré, por conta da instalação de projetos industriais e de infraestrutura. Tais conflitos ocorrem a partir da realização de protestos, ações judiciais, fóruns de discussão e envolvimento de redes de entidades que **"**exogenamente**"** vinculam-se a tais ações sociais.

Quadro 305 – Sínteses dos conflitos na ADA e AID

Tipo de conflito	Localidade	Descrição
Terra	Salvador/Rio dos Macacos	Conflito entre a Marinha e a comunidade local por terra e uso dos recursos marinhos.
	Santiago do Iguape	Proprietários rurais e quilombolas disputam terras.
Direitos Trabalhista		
	Salvador/Colônia de Pesca Z3	Conflito de uso e preservação.
	Salvador/Alto do Tororó	Moradores do Alto de Torroró discutem com a Marinha o uso de trecho da costa para pesca.
	Rio dos Macacos	Conflito entre a Marinha e a comunidade local por terra e uso dos recursos marinhos.
		Comunidades de Ilha de Maré, relacionados a projetos industriais.
	Maragogipe/ Baixão do Guaí	Poluição.
	Santo Amaro/ Ilhota Coroa Grande	Impedimento de acesso à água.
Socioculturais	Quilombo em Santiago do Iguape	Moradores estão divididos em relação ao reconhecimento da comunidade como quilombola.

Fonte: Abá, 2014.

2.2.7. Tráfego de Veículos

2.2.7.1. Apresentação do resultado do estudo de tráfego, contemplando a Área Diretamente Afetada (ADA)

A. Considerações Gerais, Áreas de Influência e Metodologia

De acordo com o Estudo de Tráfego apresentado pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA, elaborado pelo Consórcio ENESCIL, COWI e Maia Melo Engenharia, o objetivo principal do Estudo é apresentar a Estimativa da

Demanda Futura de travessia na Ponte nas horas de pico do movimento cotidiano, analisando as condicionantes de composição desse tráfego, avaliar os impactos no trânsito da cidade do Salvador e dos municípios de Itaparica e Vera Cruz, estruturados em torno da BA-001 e recomendar os investimentos complementares na infraestrutura viária de articulação da Ponte com as principais vias desses municípios.

A nova Ligação Viária a ser implantada através de Ponte Marítimainterligando as cidades de Salvador (no continente), Vera Cruz e Itaparica prevê uma ligação rodoviária direta entre os três municípios, em complemento, e eventual substituição, ao atual Sistema de Ferry-Boat que hoje permite essa travessia marítima (Figura 287).

A ligação planejada pelo Governo do Estado da Bahia pressupõe uma articulação viária em Salvador, na região da Feira de São Joaquim (em Água de Meninos) e próximo aos túneis recentemente implantados junto ao principal acesso ao Porto de Salvador, em continuidade à Via Expressa Baía de Todos os Santos que o conecta diretamente com a BR-324 no Acesso Norte (em direção ao interior do Estado, através do município de Feira de Santana).

Na Ilha de Itaparica deve se articular com as rodovias estaduais BA-001 e BA-532 próxima à atual interseção entre as mesmas, desenvolvendo-se em terreno livre de construções onde será implementada a Praça de Pedágio 1 prevista nos Estudos do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI da Ponte, a segunda praça de pedágio será implantada imediatamente antes da Ponte do Funil na saída sul da ilha.

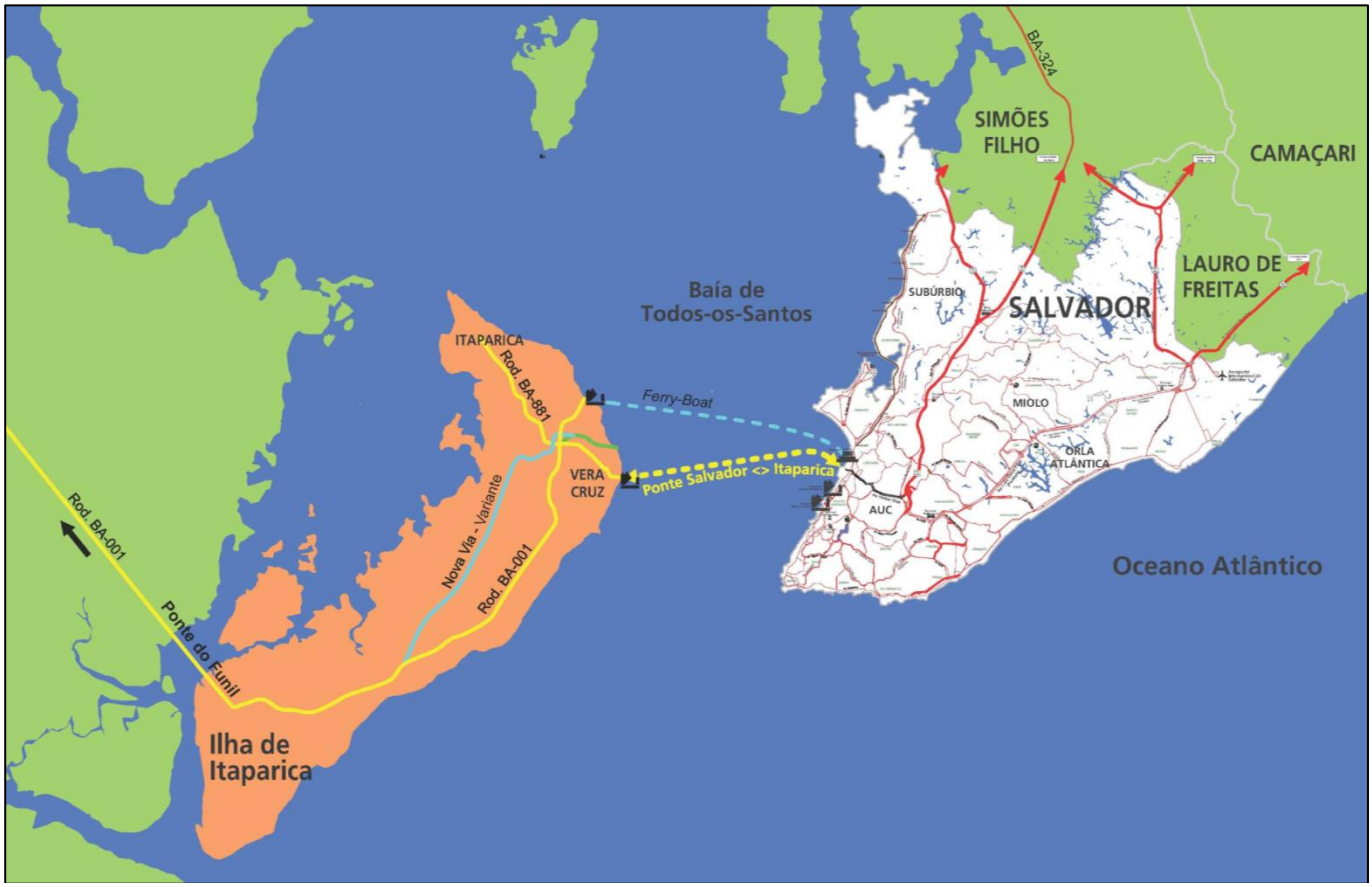
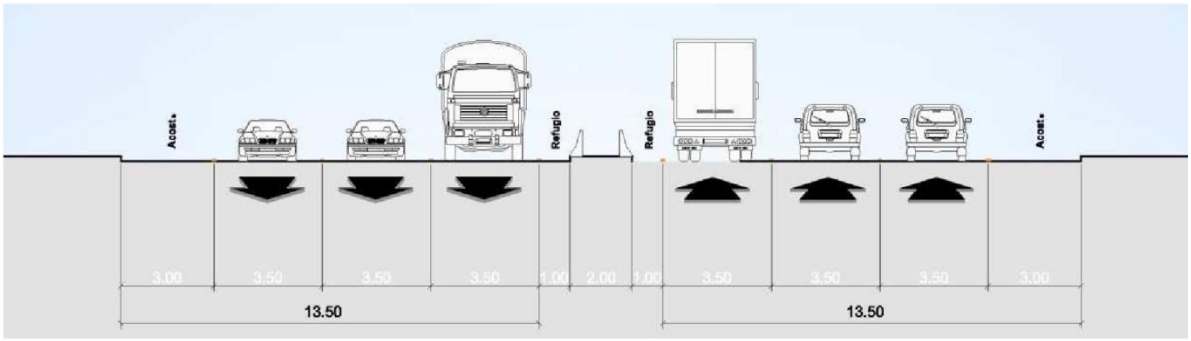


Figura 287 – Localização da Ponte Salvador – Itaparica

Obs.: Esta figura é originária do Estudo de Tráfego desenvolvido pelo DERBA o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.

Pelas suas condicionantes construtivas, sua extensão marítima e proximidade com a bacia de evolução de atracação no cais do Porto de Salvador tem como uma das suas Premissas Principais a “execução completa e integral de toda a infraestrutura física planejada” para a Ponte, comportando aproximadamente a seção transversal ilustrada na Figura 288



Fonte: Estudo do PMI Ponte.

Figura 288 – Seção Transversal da Ponte

A implantação da Ponte Salvador – Itaparica terá uma influência direta nas condições de mobilidade da população residente na Região Metropolitana de Salvador e deverá estimular o processo de ocupação urbana da Ilha de Itaparica. O Estudo de Tráfego destaca duas situações conforme indicado na Figura 289, abaixo.

a) na cidade do Salvador a articulação viária planejada para a região de Água de Meninos, junto à Feira de São Joaquim e acesso ao Porto de Salvador.

Essa interconexão viária está planejada para ocorrer em desnível com relação ao sistema viário da cidade (R. Jequitaia e R. Oscar Pontes) interligando diretamente a Nova Ponte e a Via Expressa Baía de Todos os Santos através dos túneis recentes implantados e a serem ampliados (Figura 289-A) abaixo.

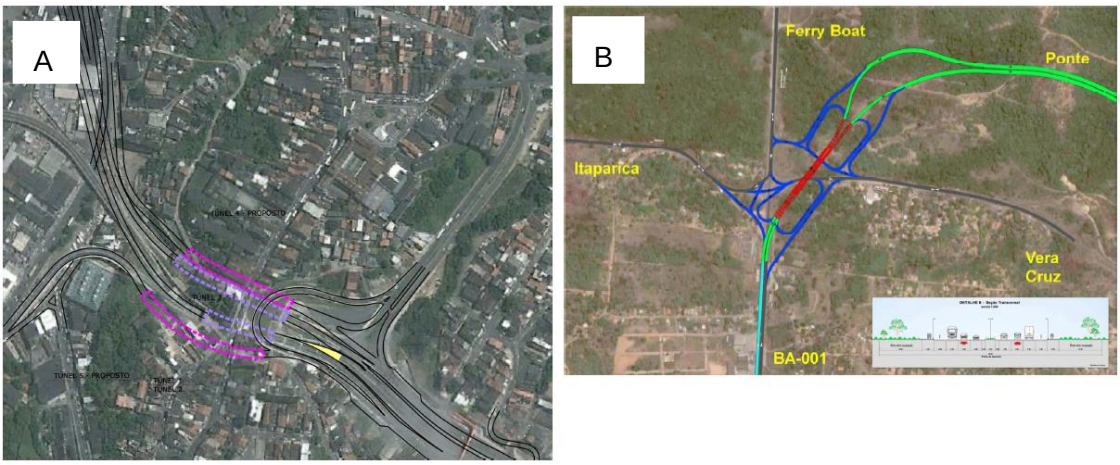


Figura 289 – Articulação Viária em Salvador

b) Na Ilha de Itaparica, garantindo uma melhor acessibilidade aos povoados existentes e em futuras urbanizações, através de ampliação da capacidade de tráfego da BA-001

principalmente e eventual conexões em desnível, com suas principais travessias (veiculares e/ou de pedestres, através de novas passarelas) ou através de uma nova via interna à Ilha que funcionaria como uma variante às áreas urbanas lindeiras à BA-001 Figura 289-B.

O Estudo de Tráfego foi realizado no âmbito do escopo previsto no Projeto Básico de Engenharia Viária da Ponte Salvador – Itaparica e se baseou, principalmente, nas informações contidas nos estudos que nortearam o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI da Ponte:

a. Proposta de Ocupação Urbana Planejada da Ilha de Itaparica e Estudo de Demanda de Tráfego – Ponte Salvador – Ilha de Itaparica (Odebrecht Engenharia e Construção/OAS/ Camargo Corrêa).

b. Estudos Preliminares de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica para a Estruturação de Projeto de Construção e Concessão do Sistema Viário Oeste (Queiroz Galvão / CS Participações /Planos Engenharia).

De forma complementar foram utilizados também os dados originados na Pesquisa Domiciliar de Origem/Destino – OD/2012, elaborada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA em 2012, das viagens cotidianas na Região Metropolitana de Salvador, que pesquisou cerca de 20.335 residenciais, nas quais foram identificados 62.047 residentes, que estatisticamente representaram 3.590.790 habitantes (1,73% amostrados) e distribuídos em 832 zonas de tráfego (ZT's) internas e divulgados para uso da opinião pública (Pesquisa OD-2012).

O estudo utilizou também informações secundárias sobre a população residente na região, fornecida pelas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e seus Censos Demográficos, bem como no Cadastro Central de Empresas, com informações sobre o número de empregos ofertados.

O período de projeção para análise das intervenções no sistema viário da Ilha de Itaparica foi definido em 30 anos.

Os anos de referência intermediários foram admitidos de cinco em cinco anos, tendo como inicial o ano de 2017, considerado como o momento da inauguração da Ponte Salvador – Itaparica. Assim, os anos de referência estipulados ficaram sendo: 2017; 2022; 2027; 2032; 2037; 2042; e 2047.

Mesmo considerando as informações daquela pesquisa como essenciais para as avaliações exigidas para o Estudo de Tráfego realizado, estas sofreram adequações para aumentar a sensibilidade das mesmas à realidade específica da Ilha de Itaparica e do Município de Salvador.

Nas estimativas dos estudos do PMI da Ponte realizados para o Consórcio OTP/OAS/Camargo Corrêa, estimava-se um crescimento da população residente da ordem de 222 mil habitantes após os trinta anos da implantação da Nova Ponte (em 2047). Isto é um crescimento induzido de cerca de três vezes maior do que o aumento verificado pela evolução histórica da Ilha de acordo com crescimento vegetativo que prevê uma população de 89.989 habitantes em 2047.

Desta forma, para uma estimativa da distribuição do tráfego na Ilha de Itaparica, é necessário conhecer quais locais da mesma receberão tanto esse novo crescimento populacional induzido, bem como, onde ocorrerá o desenvolvimento urbano e comercial na Ilha, decorrente dessa intensa ocupação.

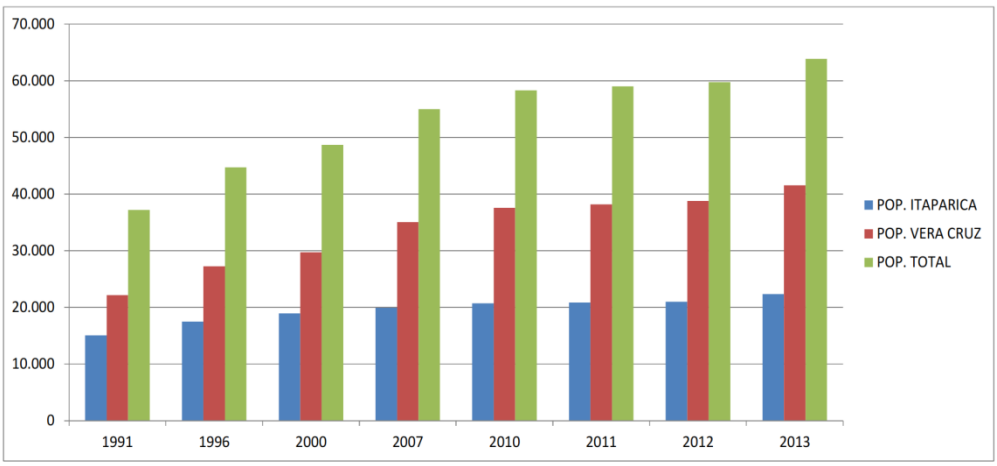


Figura 290 – Crescimento Populacional Itaparica / Vera Cruz até 2013

Para a ocupação da Ilha, foi considerado o estudo do PMI produzido pelo Arquiteto Ivan Smarcevscki, especificamente o Volume 4.1 do relatório do Consórcio OTP/OAS/Camargo Corrêa, no qualsão definidos: (i) seis núcleos de expansão na Ilha; (ii) as características da ocupação prevista em cada núcleo; e (iii) a ocupação esperada para o último ano do horizonte de projeto – 30 anos após a implantação da Ponte Salvador – Itaparica.

Em 30 anos, as áreas mais habitadas atualmente na Ilha terão uma expansão de seu comércio e serviços da ordem de 15%, além do crescimento vegetativo já esperado

para a região e que se reverterá neste mesmo incremento no aumento dos atuais empregos já ofertados na Ilha, em razão da implantação da Nova Ponte.

A Estimativa da Demanda de Tráfego na Ilha de Itaparica foi separada em três diferentes tipos de tráfego:

- ✓ Tráfego Normal;
- ✓ Tráfego Desviado; e
- ✓ Tráfego Induzido.

O Tráfego Normal é definido pelo tráfego já existente na região da Ilha e também considerando um crescimento normal/histórico,independente de novas obras e modifiCações na rede viária do local do estudo.

Na Ilha de Itaparica foi estimado a partir da evolução histórica da sua população residente, considerando-se o crescimento vegetativo da região para a estimativa futura em cada ano de referência. Assim a população residente na Ilha, nos anos de referência futuros, foi obtida a partir da projeção dos dados da população residente e recenseada nos municípios de Itaparica e Vera Cruz (inseridos na Ilha), dados estes obtidos junto aos bancos de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O tráfego desviado é composto pelo tráfego que atualmente se utiliza de outras rodovias da região para realizar a sua viagem e, com a construção da Ponte Salvador – Itaparica, passará a utilizá-la, pois este caminho poderá se tornar mais atrativo em relação ao utilizado atualmente.

A estimativa deste tráfego foi baseada em estudos anteriores da região.

Para a obtenção do tráfego na hora pico da manhã, foi considerado o fator de pico horário (FPH) utilizado de 10% e ainda, foi considerado um fator direcional de 65% para o sentido preferencial, considerado, na parte da manhã, como o sentido da Ilha para Salvador.

Foi considerado que o tráfego desviado, atualmente, não está relacionado à Ilha. Desta forma, a ser atraído para a Ponte Salvador – Itaparica, este tráfego utilizará as duas pontes extremas da Ilha: entrando na Ilha pela Ponte do Funil e saindo pela Nova Ponte e vice-versa.

O tráfego induzido é definido pelo tráfego criado a partir da melhor acessibilidade à Ilha e também devido ao desenvolvimento da região interna à mesma, em razão das mudanças realizadas na rede viária, decorrentes da construção da Nova Ponte. Com a construção da Ponte, esta facilidade de acesso criará uma relação mais propícia entre os municípios da região, gerando uma nova demanda, anteriormente inibida pela demorada travessia com o ferry-boat. Ainda, com a Nova Ponte, é verificada uma tendência para o desenvolvimento da região a instalar-se na Ilha, onde existe maior disponibilidade espacial.

A partir da população residente adicional na Ilha, a mobilidade, e a proporção direcional por motivação de viagem, por classe social e por ano de referência, foi possível estimar o tráfego induzido diário na Ilha, na Nova Ponte e na Ponte do Funil.

A partir da divisão modal e a ocupação dos veículos, obtidas pela Pesquisa OD-2012 (da SEINFRA), foi possível separar as viagens induzidas diárias em veículos individuais e coletivos. Foi considerado que o tráfego induzido de caminhões corresponderia a 3% do tráfego de automóveis.

Tráfego Induzido nas Pontes

O tráfego induzido, que atravessa uma das duas pontes tem duas razões principais para que passe a ocorrer:

- ✓ Tráfego induzido pelo desenvolvimento; e
- ✓ Tráfego induzido pela acessibilidade.

O tráfego induzido pelo desenvolvimento se dá pela evolução econômica do uso da Ilha, isto é, pelo aumento de habitantes, empregos, etc., na região interna da Ilha.

Ele ocorre pela maior acessibilidade que a facilidade de acesso à região interna da Ilha passará a ter pela implantação da Nova Ponte.

Foi considerado Estudo que o tráfego induzido por acessibilidade representa 7% do tráfego induzido pelo desenvolvimento da Ilha.

Para se obter o tráfego induzido nas pontes foi considerado o fator de pico horário (fph) de 10% e ainda, um fator direcional de 65% para o sentido preferencial, previsto para ocorrer, na parte da manhã, no sentido da Ilha para Salvador.

<u>Ponte Salvador – Itaparica</u>

Para a Estimativa do Tráfego Total na Ilha de Itaparica foram somados os diferentes tipos de tráfego (normal, desviado e induzido, descritos nos itens anteriores) e foi obtido o TRÁFEGO TOTAL DE VEÍCULOS na Ilha de Itaparica.

Considerando os fatores de equivalência para ônibus igual a 2 e para caminhões igual a 4, foi obtido o valor desse tráfego total em VEÍCULOS EQUIVALENTES na Ilha de Itaparica.

B. Resultados Obtidos

A agregação das estimativas feitas isoladamente para cada um dos tipos de Tráfego – Atual + Crescimento Normal + Tráfego Desviado + Tráfego Induzido – permitiu a elaboração das matrizes de viagens específicas da Ilha, seja atravessando-a ou internas à mesma.

Impacto Potencial No Sistema Viário Da Região

Os impactos foram tratados no que tange à Demanda de Tráfego proporcionada pela Ponte Salvador – Itaparica, seja na própria Ponte, bem como nas regiões que ancoram seus dois extremos – os municípios de Salvador (no continente) e Vera Cruz e Itaparica na Ilha de mesmo nome.

A implantação de novas ligações viárias, em especial de caráter estruturador numa região metropolitana, deve proporcionar uma sensível modificação nos padrões espaciais da mobilidade cotidiana da população residente na região.

Para avaliação do impacto potencial nessa mobilidade, foi utilizado um processo de simulação do tráfego nos anos futuros através de Redes Matemáticas, especialmente construídas para essa finalidade e de propriedade desta empresa consultora TTC, normalmente utilizadas em diferentes estudos de Planejamento Viário e de Transportes na RMS.

Rede Geral de Simulação em Salvador– nesta cidade a rede viária utilizada está estruturada nas vias mais importantes de seu SVP (Sistema Viário Principal) e nas ligações secundárias de acesso aos bairros, conjugados com o zoneamento de tráfego utilizado na Pesquisa OD-2012

A rede de simulação considerou como características principais:

(i) a categoria operacional das vias – rodovias, vias expressas/VTR, arteriais (I e II), coletoras e locais;

(ii) o número de faixas de tráfego, por sentido;

(iii) a capacidade horária máxima de circulação (autos eq/h);

(iv) a velocidade em fluxo livre (km/h), por tipo de via;

(v) as condições de saturação do tráfego – curvas específicas: *v/c = f (tipo)*;

(vi) as principais conexões de articulação do sistema viário;

(vii) eventuais impedâncias de circulação (pedágios, ônus de percurso, declividades, etc.).

- ✓ Micro rede de simulação na Ilha de Itaparica – para possibilitar uma análise mais precisa dos impactos dos novos fluxos de tráfego para esta região, foi elaborada uma micro rede de simulação, com premissas semelhantes à Rede Geral de Salvador, mas com maiores detalhes para permitir inferir os movimentos internos à Ilha e de acesso aos seus povoados. Essa micro rede de simulação é compatível com o micro zoneamento de tráfego efetuado no estudo e fornece informações sobre o trânsito local e o de passagem, garantindo assim a análise desses fluxos e sua evolução ao longo dos anos meta no horizonte deste trabalho.
- ✓ Rede de Simulação Regional, do Estado da Bahia – de forma a obter as informações do tráfego a ser DESVIADO com a construção da Nova Ponte Salvador – Itaparica, foram utilizadas as informações dos antigos estudos do PMI da Ponte realizados para um dos consórcios selecionados (OTPS/OAS/Camargo Corrêa) e que se basearam numa macro rede de simulação dos fluxos de tráfego regionais, categorizados por tipo de veículos que a utiliza (autos e comerciais).

Impacto Na Cidade De Salvador

Reconfiguração Viária Alternativa

Os estudos do traçado viário selecionado no PMI da Ponte, tiveram inicialmente uma avaliação técnica de sua articulação com as principais vias do município de Salvador, especialmente quanto:

(i) compatibilização com as regiões de origem/destino das viagens;

(ii) tipologia e categoria dos fluxos de tráfego – local/passagem e autos/caminhões ou carretas;

(iii) intensidade dos fluxos e relação com as capacidades de tráfego afetadas;

(iv) compatibilidade no número de faixas de tráfego, nas alças da ponte;

(v) coexistência com tradicionais edificações históricas, culturais, comerciais,

religiosas, portuárias e áreas de preservação ambiental, visual e urbanística;

(vi) extensas e/ou custosas desapropriações.

Como decorrência desses ajustes e após as adequações formuladas pelas equipes técnicas da Governo da Bahia ficou ajustado o traçado apresentado na Figura 291. As principais características que foram incorporadas nesse Projeto Funcional Alternativo são:

- ✓ Ponte reposicionada para preservar a área da Feira de S. Joaquim;
- ✓ Acesso do Porto para a Ponte (sentido Itaparica) através de alça de trevo e ramal direto;
- ✓ Acesso da R. Jequitaia (Comércio) para a Ponte deslocada para minimizar o problema de gabarito sob viaduto existente e vultosas desapropriação de prédios edificados;
- ✓ Mantido o deslocamento do eixo da R. Oscar Pontes, após a Feira de S. Joaquim;
- ✓ Conexões diretas com os túneis da VEBTS;
- ✓ Necessidade de ampliação (duplicar) a capacidade dos túneis.

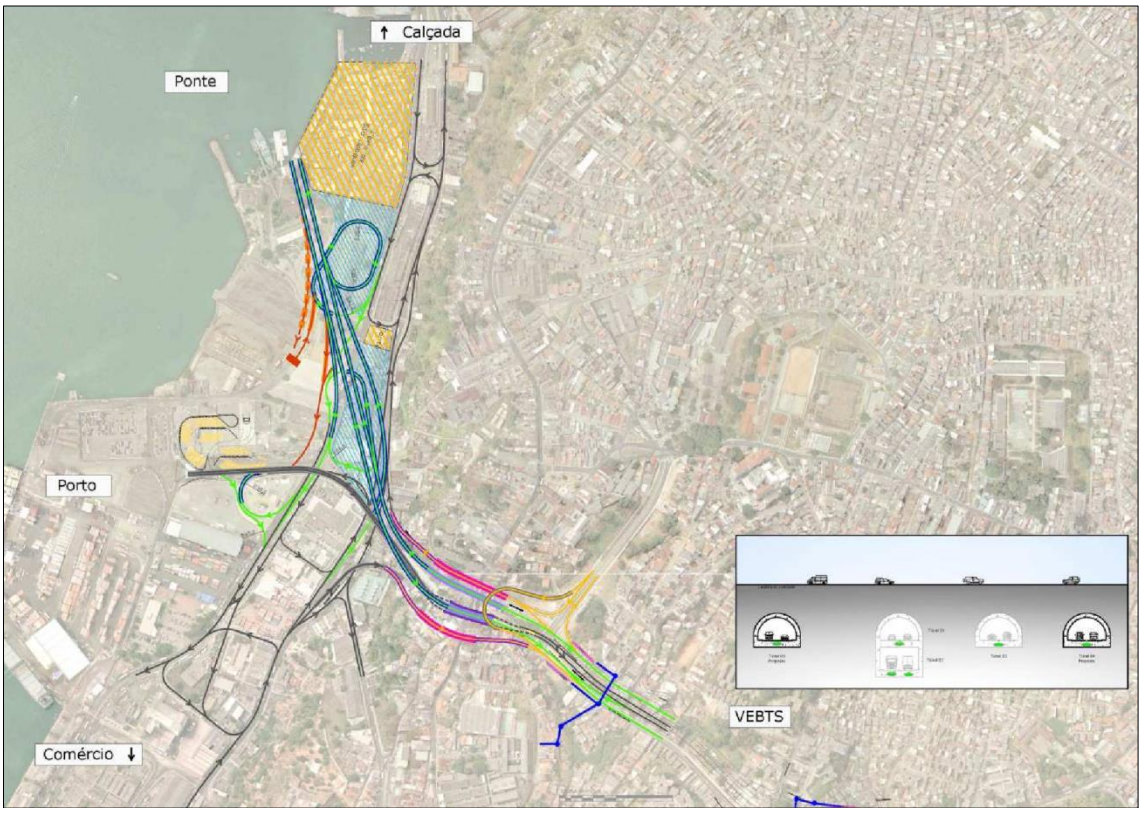


Figura 291 – Projeto Funcional de Viário Alternativo (em Salvador)

Análise da Nova Circulação do Tráfego

De acordo com a Nova Concepção Funcional proposta no estudo foi feita uma avaliação das condições operacionais do trânsito permitido com essa nova infraestrutura.

Para facilitar a compreensão dos movimentos planejados com a inserção da revisão do posicionamento da Ponte Salvador – Itaparica, estão apresentados na Figura 292 os esquemas de circulação decorrentes, interligando as regiões lindeiras de Salvador que ficaram articuladas com a referida Ponte.

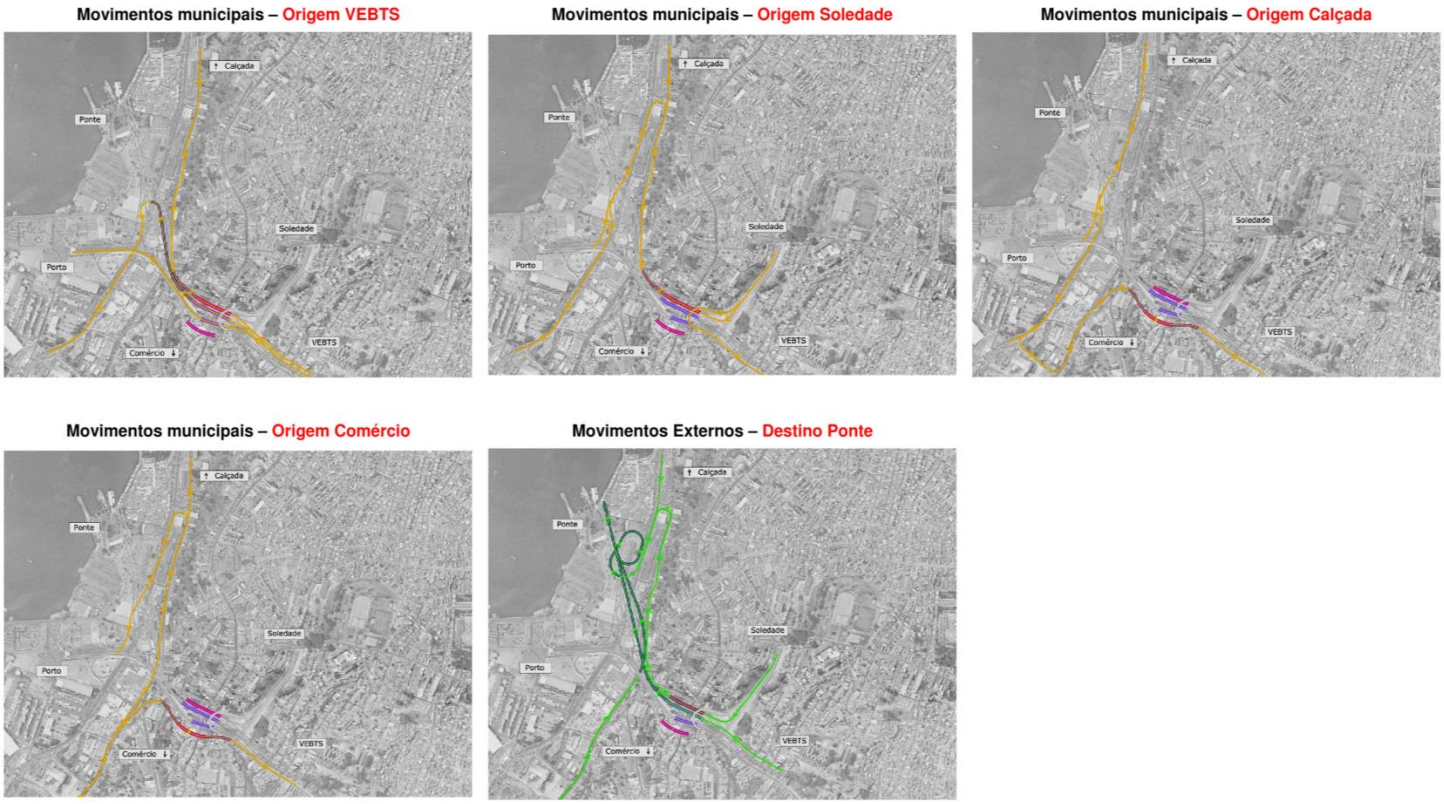


Figura 292 – Esquemas de Circulação e Articulação com as Regiões Lindeiras (em Salvador)

A combinação desses movimentos e uma AVALIAÇÃO QUALITATIVA da forma como possam ocorrer pode ser visualizada na Figura 293 que especifica o tipo de articulação viária a existir, entre essas regiões, com a construção da Ponte.

REGIÃO DE ORIGEM	REGIÃO DE DESTINO				
	TÚNEL	PONTE	COMÉRCIO	CALÇADA	PORTO
TÚNEL		EXPRESSO	ALÇA DE SAÍDA	ALÇA DIRECIONAL	DIRETO
PONTE	EXPRESSO		ALÇA DIRECIONAL	ALÇA SEMI-DIRECIONAL	DIRETO
COMÉRCIO	ALÇA SEMI-DIRECIONAL	ALÇA DIRECIONAL	RETORNO (S) ATUAL	ATUAL	RETORNO NA FEIRA SÃO JOAQUIM
CALÇADA	ALÇA DE TREVO	ALÇA DE TREVO	ATUAL	RETORNO (S) ATUAL	ATUAL
PORTO	DIRETO	ALÇA DE TREVO	ALÇA DE TREVO	RETORNO ATUAL	

Figura 293 – Avaliação Qualitativa do Tráfego Proposto

Obs.: A escala de cores adotadas, procura sintetizar a qualidade operacional no atendimento dos fluxos de tráfego respectivos:

azul	excelente
verde	ótimo
amarelo	bom
laranja	regular
vermelho	ruim (saturado)
cinza	péssimo (congestionado)

Para melhor visualizar as articulações, em especial com a VEBTS, está indicada na Figura 294 o posicionamento proposto e respectivos cortes com a disposição de novos túneis

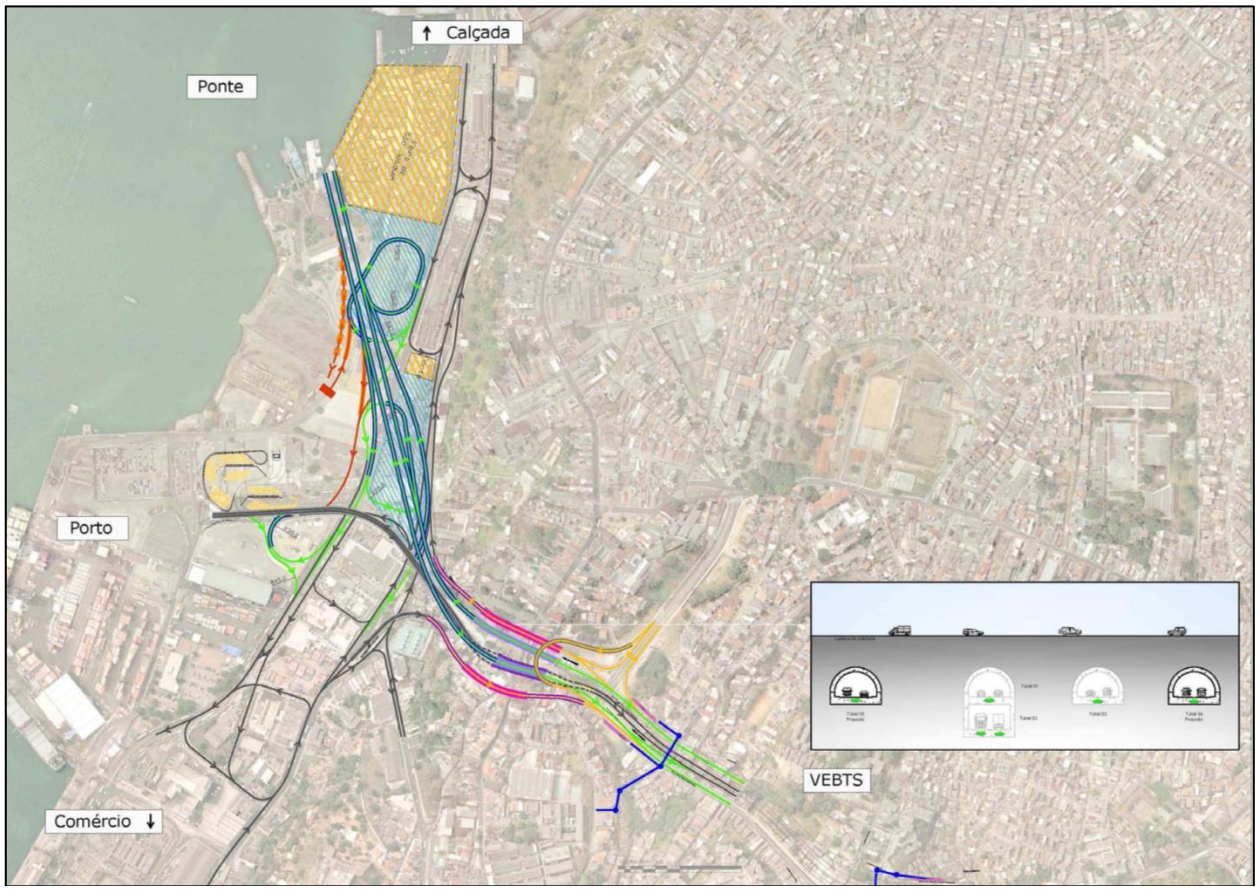


Figura 294 – Articulação Viária: Conexão Ponte – VEBTS

A articulação proposta pressupõe que a construção de dois novos túneis laterais, desenvolvendo-se com um traçado paralelo aos atuais, com os devidos afastamentos

construtivos entre eles, para garantir a segurança que os estudos de engenharia geotécnica, deverão precisar melhor.

Como lógica funcional, esses novos túneis implicarão no atendimento às regiões do Comércio e da Calçada (na Cidade Baixa, de Salvador) através de novas alças específicas de/para o acesso à VEBTS, priorizando o uso dos túneis atuais para acesso à Ponte e preservando o atual uso exclusivo para caminhões ao Porto de Salvador (túnel inferior).

A Figura 295 ilustra (em planta) o posicionamento proposto e as fotomontagens sugerem os locais das embocaduras desses novos túneis.

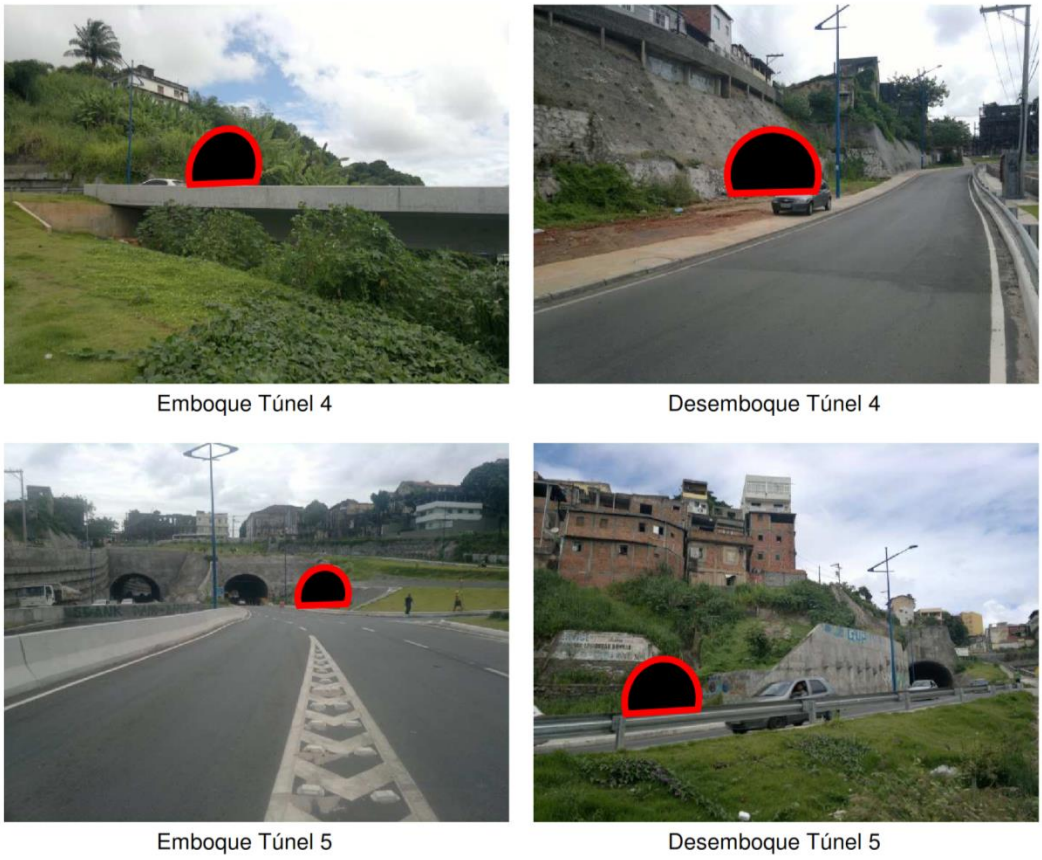


Figura 295 – Localização dos Emboques e Desemboques sugeridos para os dois túneis propostos

Análise Espacial dos Novos Fluxos de Tráfego

Considerando as matrizes de viagens estimadasforam alocadas na rede de Simulação Geral de Salvador, os fluxos horários de travessia da Ponte (bidirecional), espacializados em dez (10) zonas de tráfego na cidade de Salvador (ver Figura 296), para avaliar o impacto quantitativo em algumas das principais vias das mesmas, de acordo com as premissas sintetizadas na Figura 297.

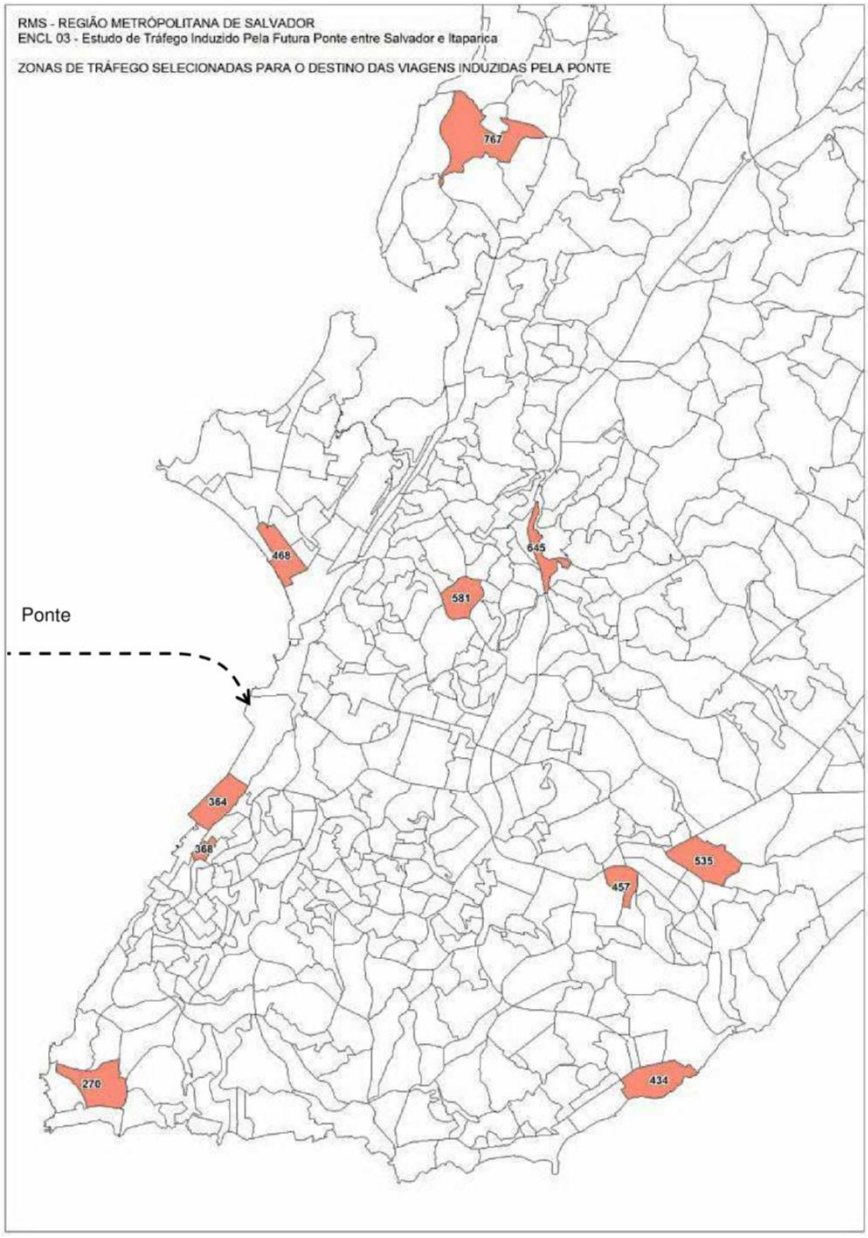


Figura 296 – Distribuição Espacial das Viagens usando a Ponte

ZONA DE DESTINO					
REGIÃO		BAIRRO		Part.	ZT
NORTE	10%	Calçada	40%	4,0%	468
		Subúrbio	20%	2,0%	767
		S. Martin	40%	4,0%	581
CENTRO	65%	BR-324	10%	6,5%	645
		Iguatemi	40%	26,0%	457
		Paralela	20%	13,0%	535
		Pituba	30%	19,5%	434
SUL	25%	Comércio	50%	12,5%	364
		Centro Histórico	30%	7,5%	368
		Barra	20%	5,0%	270

Figura 297 – Participação das viagens em Salvador

Obs.: Essas estimativas de participação das ZT's (e a própria "seleção" das mesmas) procuraram ESPACIALIZAR o fluxo de tráfego oriundo (ou destinado) na Ponte, face à concentração dos mesmos nos principais acessos à mesma.

Os carregamentos obtidos no Processo de Simulação podem ser observados nas Figura 298 e Figura 299, que indicam para os anos meta selecionados – 2017, 2032, 2047:

- ✓ Macro carregamento geral do sistema viário de acesso à Ponte;
- ✓ Detalhe nas interconexões lindeiras, com avaliação do nível de saturação do tráfego (em gradação de cores).

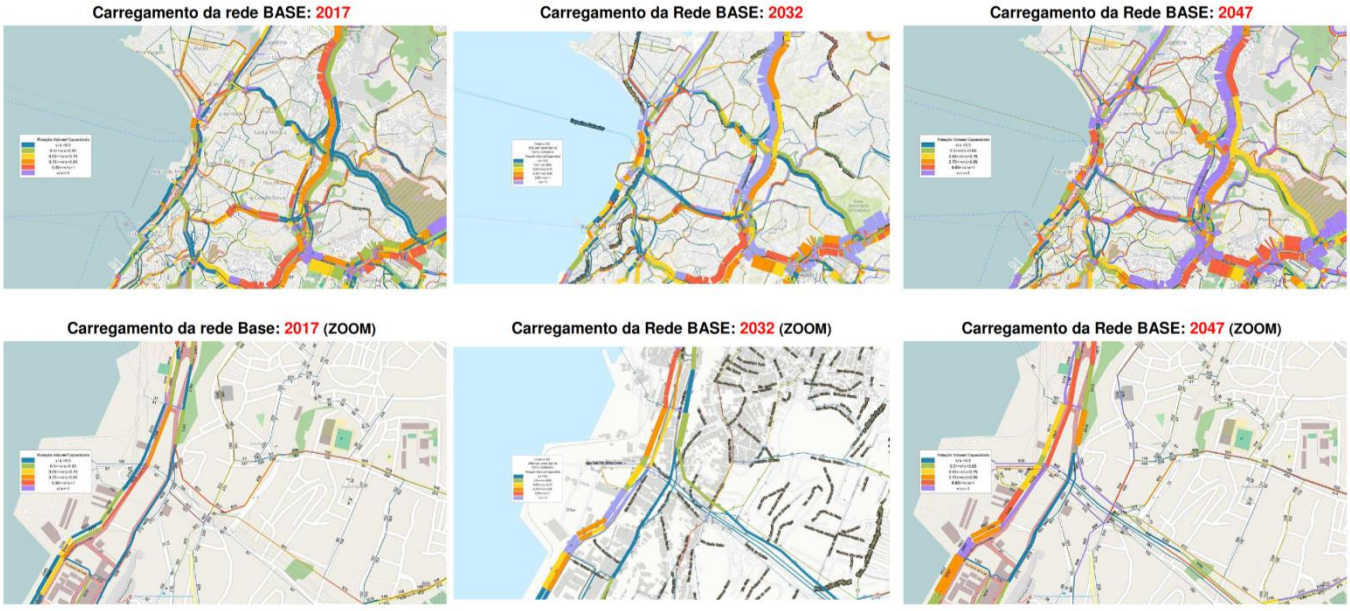


Figura 298 – Carregamento da Rede BASE (atual – HPM)

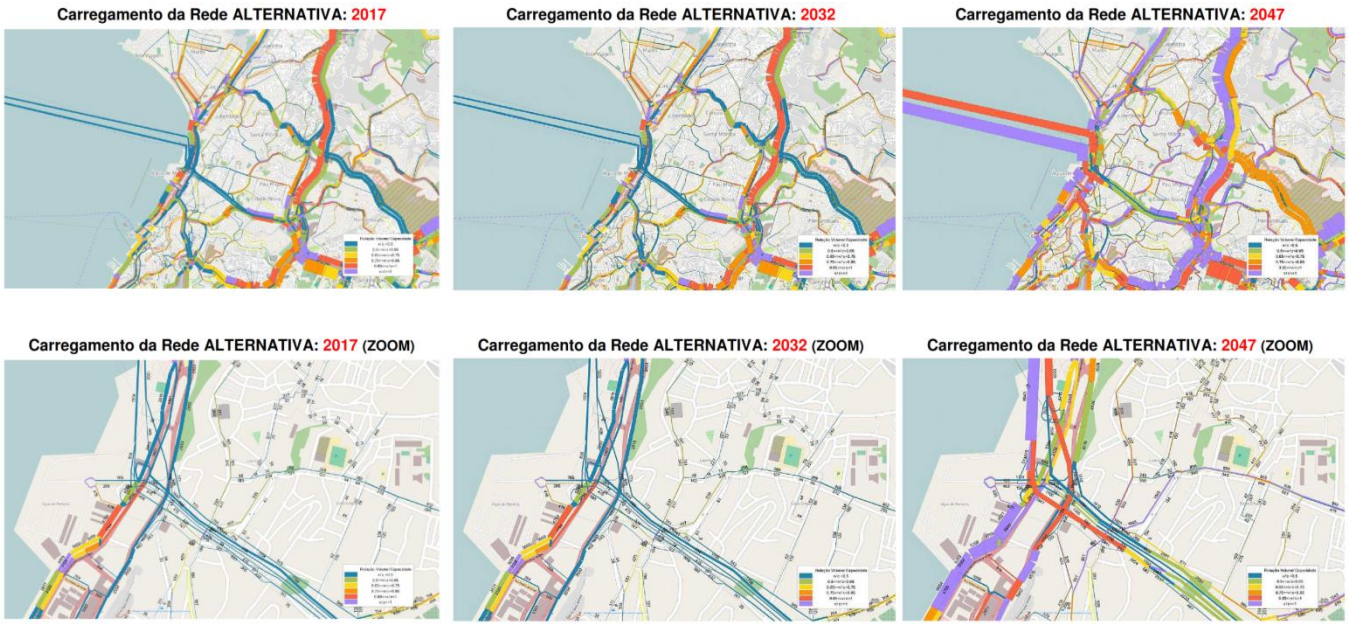


Figura 299 – Carregamento da Rede ALTERNATIVA (com Ponte – HPM)

Por sua vez, a Figura 300 procura indicar a "mudança" de percurso (e, portanto, a atratividade) que a Ponte poderá exercer na mobilidade da região – comparação BASE x ALTERNATIVA ao longo dos anos futuros.

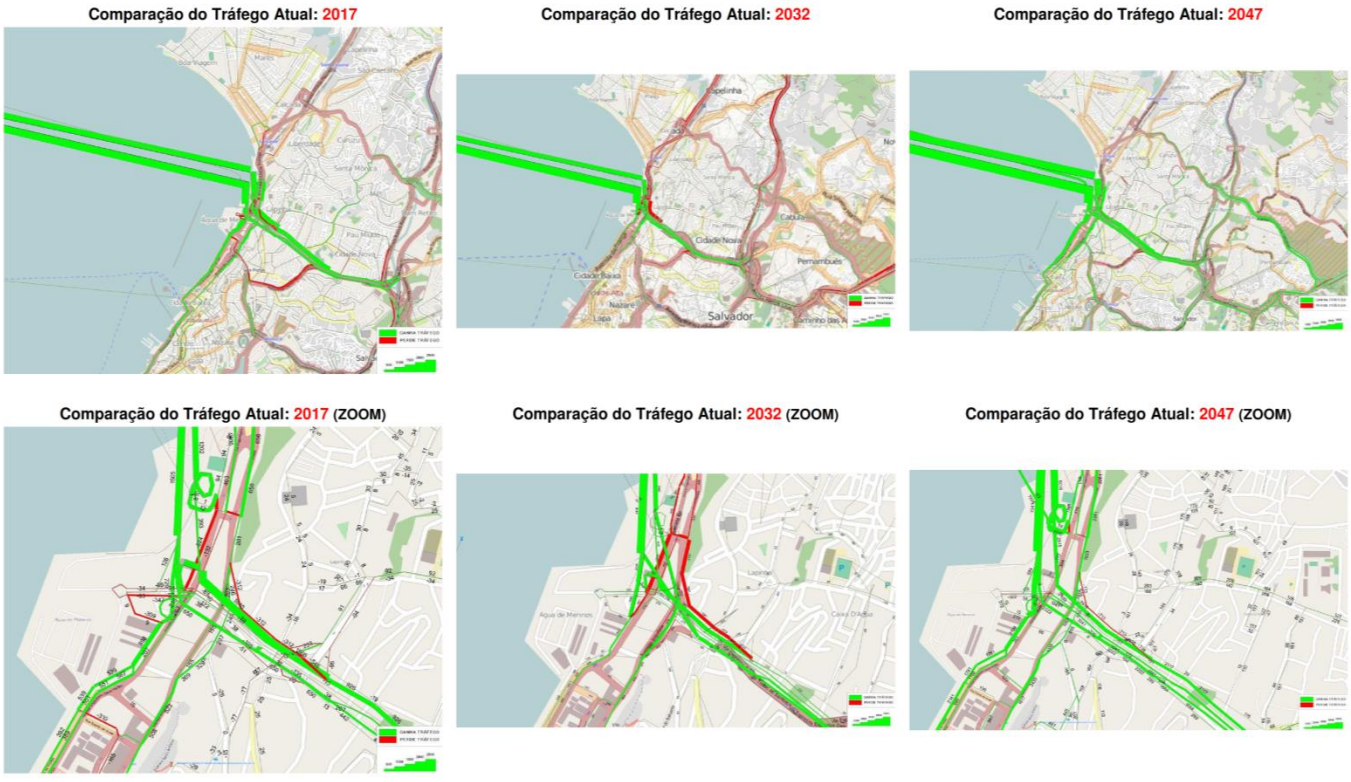


Figura 300 – Comparação do Tráfego Atual, desviado para a Ponte (HPM)

Impacto Na Ilha De Itaparica

Implementação mínima

As atuais condições de circulação do tráfego no interior da Ilha, já indicam a necessidade de se ampliar a oferta proporcionada pela rodovia estadual (BA-001) que interliga o atracadouro do Ferry-Boat (em Bom Despacho) e a chamada Ponte do Funil (que a interliga com o litoral sul da Bahia), numa extensão aproximada de 29 km no interior da Ilha de Itaparica.

A seqüência de povoados lindeiros, a própria implantação da PONTE e a provável indução urbana que tal interligação viária irá proporcionar na região, indicam a conveniência de uma imediata ampliação da capacidade de tráfego dessa BA-001, portanto, previamente à construção da PONTE.

Considerando, de início apenas a atual faixa de domínio da rodovia (acréscimo de 25 m em cada lateral) da pista de rolamento existente (com o acostamento), pode-se vislumbrar de imediato a sua DUPLICAÇÃO e convenientes retornos em nível 4, para garantia da acessibilidade lindeira (Figura 301), aos diversos povoados existentes (e a implantar/adensar), decorrentes da indução que a Ponte irá proporcionar, seja pela maior acessibilidade e sua interação com Salvador, seja pela Atratividade que proporcionará a muitas atividades urbanas (comerciais e de serviços).

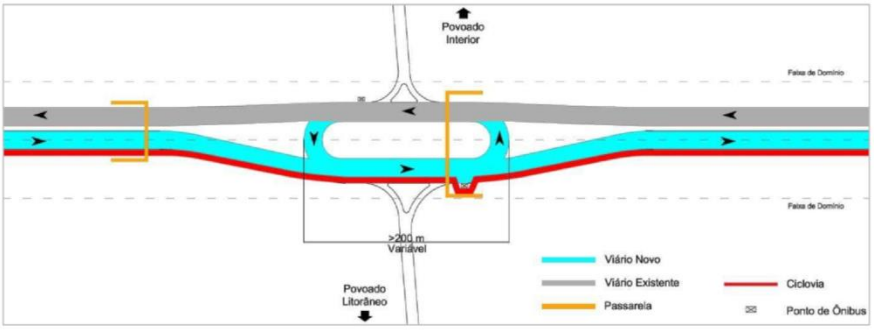


Figura 301 – Esquema Genérico de Dispositivo de acesso e retorno

Logicamente os projetos básicos de engenharia viária definirão com maior precisão as intervenções físicas necessárias a essa implementação, sua localização e prioridades temporais de construção.

Concepção Estudada

Com a existência da Ponte Salvador – Itaparica, as atuais condições de trânsito pela BA-001 deverá sofrer uma sensível alteração, pois essa é, atual e internamente à Ilha, a única via que permite a interligação do Litoral Sul da Bahia (através da Ponte do Funil) e da travessia da Baía de Todos os Santos com o ferryboat (atingindo a cidade de Salvador).

Hoje essa rodovia BA-001 apresenta-se com uma pista única de rolamento, tendendo dois sentidos do tráfego que se articulando com as singelas vias transversais (de acesso aos povoados lindeiros às praias) através de cruzamentos simples e em nível, exceto no acesso a Cacha Prego que possui uma "interconexão tipo trombeta" em desnível, e na articulação com a BA-532 que possui uma "rotatória".

É também através dessa BA-001, que tem seu início no atracadouro em "Bom Despacho", a possibilidade de atender todo o trânsito de passagem e travessia da Ilha, num movimento na direção Ferry – Ponte do Funil, que ocorre predominantemente nos finais de semana e feriados prolongados / férias.

Deve-se destacar que, apesar de também atender ao fluxo de passageiros na travessia com o ferry-boat (em Bom Despacho), é através do povoado "Mar Grande" (no município de Vera Cruz) e utilizando o sistema hidroviário de barcas, que se tem a maior mobilidade das pessoas entre a Ilha de Itaparica e o município de Salvador!

Como uma das ligações a ser substituídas pela construção da Ponte Salvador – Itaparica o sistema de ferry-boat atende insuficientemente o fluxo veicular que poderia existir entre essas localidades, face à sua reduzida capacidade, elevado tempo de espera (ou com programação prévia), fatores que passariam a inexistir com a implantação da Nova Ponte.

4 Logicamente os projetos básicos de engenharia viária definirão com maior precisão as intervenções físicas necessárias a essa implementação, sua localização e prioridades temporais de construção.

Como CONCEPÇÃO GERAL da necessária melhoria da Infraestrutura Viária na Ilha, além da implementação MÍNIMA foram elaboradas algumas opções alternativas que melhor atendesse as premissas de:

- ✓ segregação do tráfego de passagem;

- ✓ atendimento ao incremento do tráfego local;
- ✓ factibilidade técnica (e construtiva) de implementação;
- ✓ minimização do uso de áreas provadas e/ou construídas (desapropriação) e realocação de atividades;
- ✓ redução dos impactos ambientais (e respectivas compensações mitigadoras);
- ✓ diminuição dos custos de implantação.
- ✓ Como decorrência das preocupações externadas nas premissas acima relacionadas foram elaboradas (e analisadas) um total de 8 (oito) opções operacionais

Alternativas intra Ilha de Itaparica

A construção da nova Ponte Salvador – Itaparica possibilitará um trânsito rodoviário permanente entre as comunidades da Ilha e a cidade de Salvador em especial e, provavelmente, com os demais municípios próximos, em direção ao litoral sul da Bahia e aos do Recôncavo Baiano, nas orlas da Baía de Todos os Santos.

A possível existência da "cobrança de uma tarifa de pedágio" pode ser um fator "INIBIDOR" da intensidade dessa movimentação; mas não deverá "ELIMINAR" essa interação com o continente, fato este que se refletirá na VELOCIDADE DO PROCESSO DE INDUÇÃO da ocupação da Ilha.

Enquanto em Salvador o impacto deverá ocorrer de forma MAIS INTENSA NO ENTORNO da articulação viária em Água de Meninos – acesso ao Porto, ao Comércio, à Calçada e à VEBTS (túneis) – na Ilha de Itaparica seus reflexos deverão ocorrer ao longo de toda a Ilha mas, principalmente, no entorno da BA-001, por cerca de 29 km até a Ponte do Funil; de forma variada em suas intensidades (e épocas de ocupação), mas provável nos 30 anos futuros de análise deste projeto. Tendo em conta que encontra-se em reavaliação o plano oficial (PDDU, por exemplo) que norteie a futura ocupação insular, neste trabalho foram considerados os dois estudos que nortearam as formulações dos consórcios participantes do PMI da Ponte (conforme orientações das equipes técnicas da GEB/SEINFRA/SEDUR.

Para completar as orientações acima da SEDUR foram consideradas, também, as indisponibilidades de áreas internas da Ilha (mangues, APAs, etc.) que restringem o uso desses espaços tendo sido priorizada a ocupação nos trechos mais próximos à Costa Atlântica.

Desse modo pode-se determinar, ao longo da BA-001, trechos em que o uso lindeiro da mesma se caracteriza por atividades mais rarefeitas, de condicionantes rurais, e outros onde as atividades urbanas de caráter comercial, de prestação de serviços, escolares e até de moradias são predominantes, impondo restrições ao uso dessa rodovia. E exigindo equipamentos para sua transposição (passarelas, semáforos, dispositivos de retorno em nível e/ou “lombadas transversais”) e minimização de conflitos com o tráfego de passagem.

Com isso, a capacidade de tráfego do trecho urbano deve ser reduzida (aproximadamente 25%) para considerar este efeito: de 2.200 autos/h/fx em fluxo livre (rural) para 1.600 autos /h/fx (urbano), valores que foram usados na simulação.

No caso da eventual construção de uma futura via alternativa (variante), que contorne as áreas mais urbanizadas, suas características deveriam ser de uma pista com controle de acesso e voltada para um trânsito rápido, com poucas conexões com o sistema viário urbano, de forma a “carrear para si” todo o tráfego de passagem pela Ilha. Dessa forma, poder-se-ia garantir uma capacidade de fluxo de 2.200 autos/h/fx.

Com essas premissas foram idealizadas (oito) opções alternativas de táfego para possibilitar a conveniente análise sobre a suficiência operacional da ampliação da BA-001. Neste primeiro momento supondo-se um tratamento homogêneo e constante em toda sua extensão (desde a interconexão com a Nova Ponte até a Ponte do Funil).

A Nova Ponte e o Sistema de Transporte da RMS

Com a implantação dessa importante ligação rodoviária entre a Ilha de Itaparica e a cidade do Salvador, o crescimento da mobilidade entre as mesmas será muito estimulado, e o atual movimento de passageiros e veículos, cotidianamente observado nos sistemas de ferry-boat e de barcas estarão afetados de forma diferenciada.

Enquanto a utilização do Ferry-Boatdeverá ser sensivelmente reduzido, as BARCAS deverão permanecer com uma relativa importância e possibilidade de novas e futuras conexões com as demais ilhas da Baía de Todos os Santos.

Apesar disso, novas ligações rodoviárias com o uso do Transporte Coletivo deverão compartilhar com o trânsito geral na Ponte, que conforme as estimativas iniciais não exigem, a princípio, um tratamento exclusivo nessa travessia.

Posteriormente, e a própria avaliação do fluxo pela Ponte poderá melhor ilustrar, deverá ser proporcionado um estudo específico para a "segregação ou não" de uma faixa de tráfego específica para o uso exclusivo (ou preferencial) do transporte coletivo, seja ele com o uso do modal rodoviário (ônibus) mais flexível e capilar ou ferroviário (VLT / bonde moderno) com restrições de acesso e exigindo um bom sistema alimentador nas comunidades da Ilha (e terminais de integração para a conexão dos dois subsistemas).

C. Conclusões e Recomendações

Os cenários complementares à construção da nova Ponte Marítima apontaram para uma combinação de efeitos, praticamente independentes para cada um de seus extremos. Assim, possibilitaram uma análise individualizada para cada um deles, com simulações específicas para os mesmos.

A partir da fixação dos fluxos solicitantes na travessia rodoviária possibilitada pela Nova Ponte propriamente dita, nos distintos anos de referência analisados, as avaliações dos resultados do desempenho operacional do tráfego foram efetuadas independentemente para cada um dos seus extremos:

a) Na cidade de Salvador, em três rotas definidas a partir de sua interconexão de chegada: nos novos túneis; no acesso ao Centro Tradicional (Comércio); no acesso à zona norte/subúrbio, na região da Calçada.

b) Na Ilha de Itaparica, em dez locais com características específicas

Essas simulações devem sempre ser comparadas com a situação de nada a fazer, ou seja, supondo-se a permanência da situação base (calibrada para representar as atuais condições físico-operacionais do tráfego).

As Figura 302 (em Salvador) e Figura 303 (na Ilha de Itaparica), com a escala cromática em uso neste estudo, sintetiza os resultados obtidos nas simulações e sua comparação com a situação base (Atual), nos diversos anos de referência deste estudo (2017, 2032 e 2047).

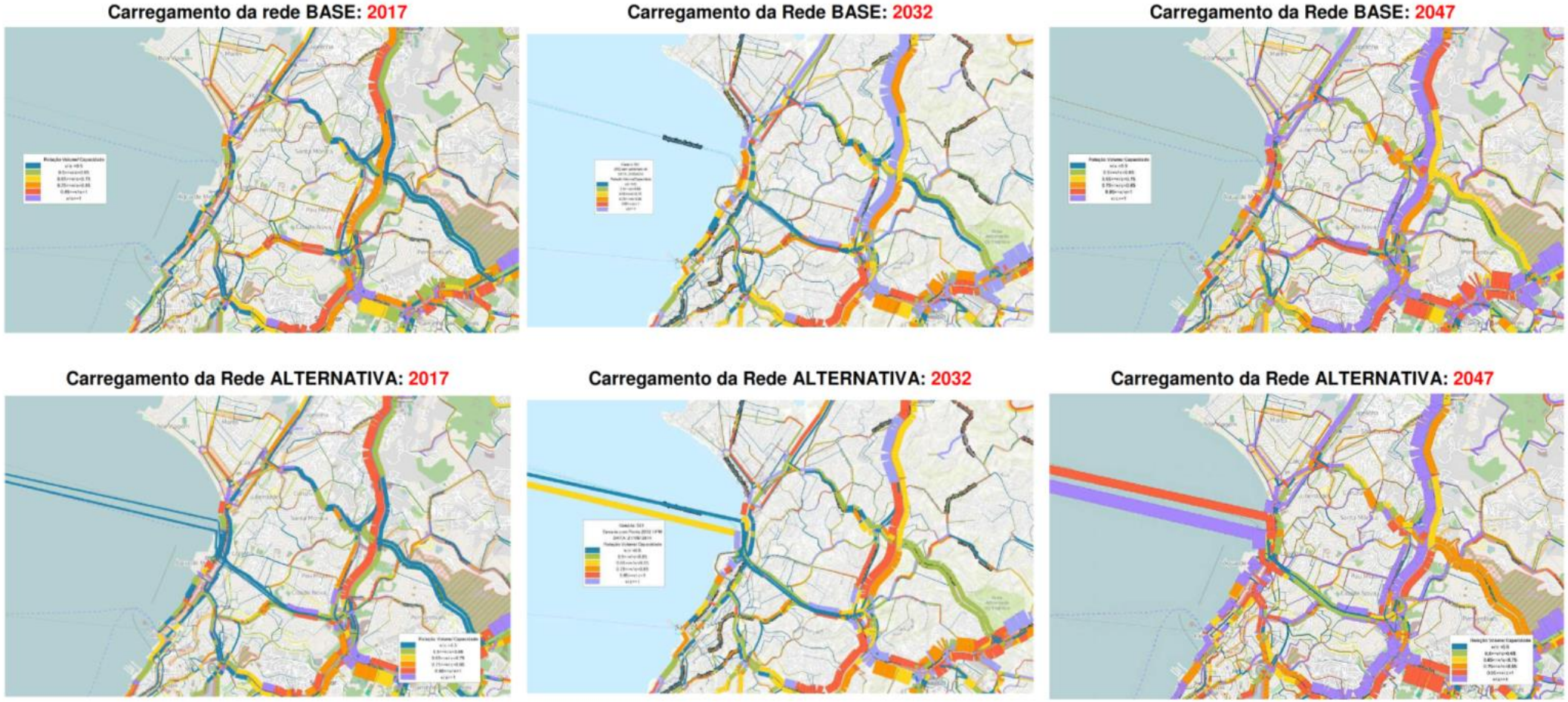


Figura 302 – Carregamento de Tráfego da Rede BASE e ALTERNATIVA, na Rede de Simulação de Salvador (atual – HPM)

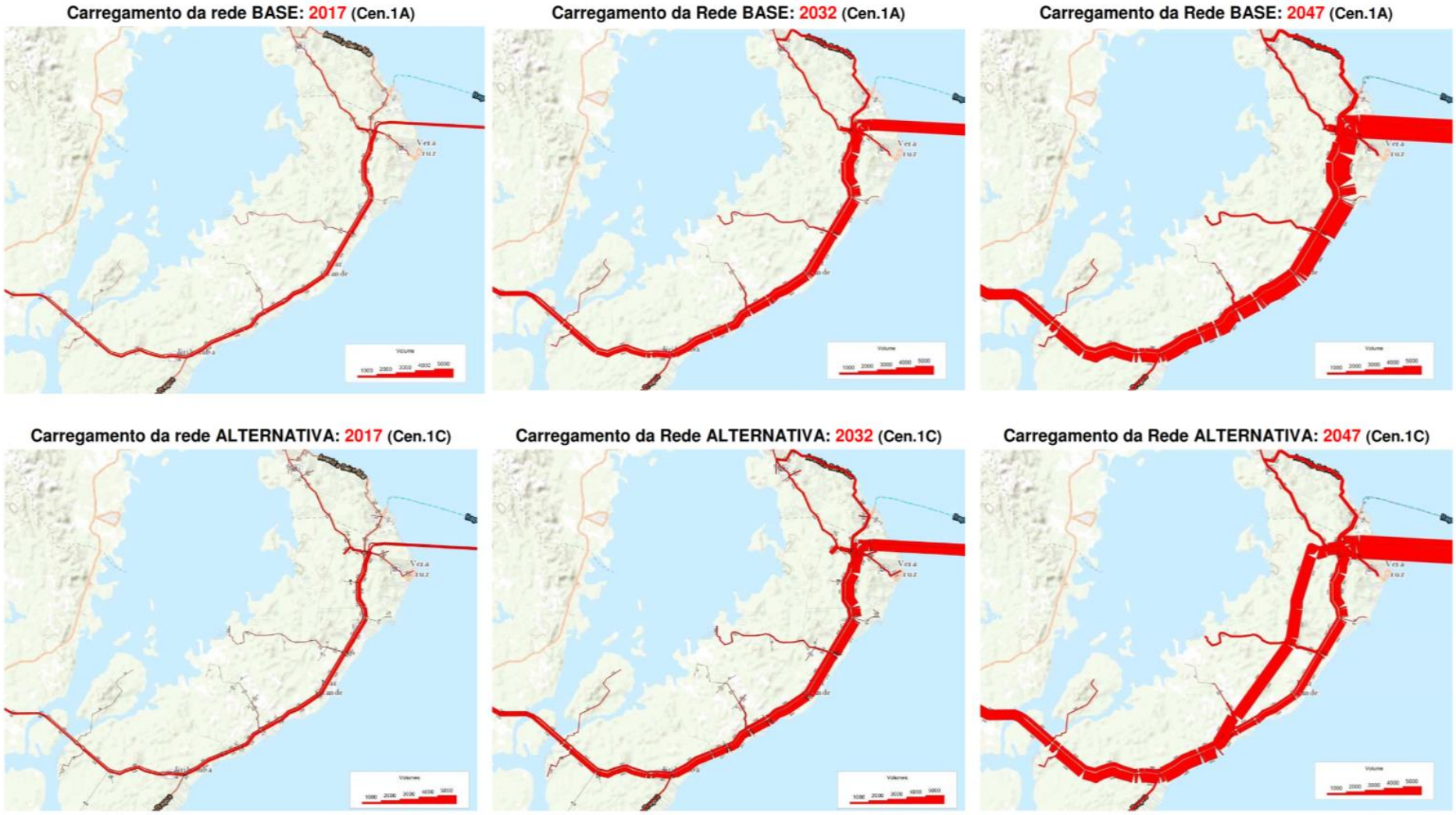


Figura 303 – Carregamento de Tráfego, na Rede de Simulação da Ilha de Itaparica

a) Na Ilha de Itaparica – os cenários complementares à construção da nova Ponte Marítima apontaram para o desenvolvimento de oito (8) alternativas de concepção viária, que foram desenvolvidas para compará-las e avaliar uma provável combinação de intervenções físico operacionais de atendimento aos fluxos de tráfego futuros, as ligações de referência estão mostradas na Figura 304. De forma semelhante, esses fluxos de tráfego simulados estão consolidados na Figura 305.

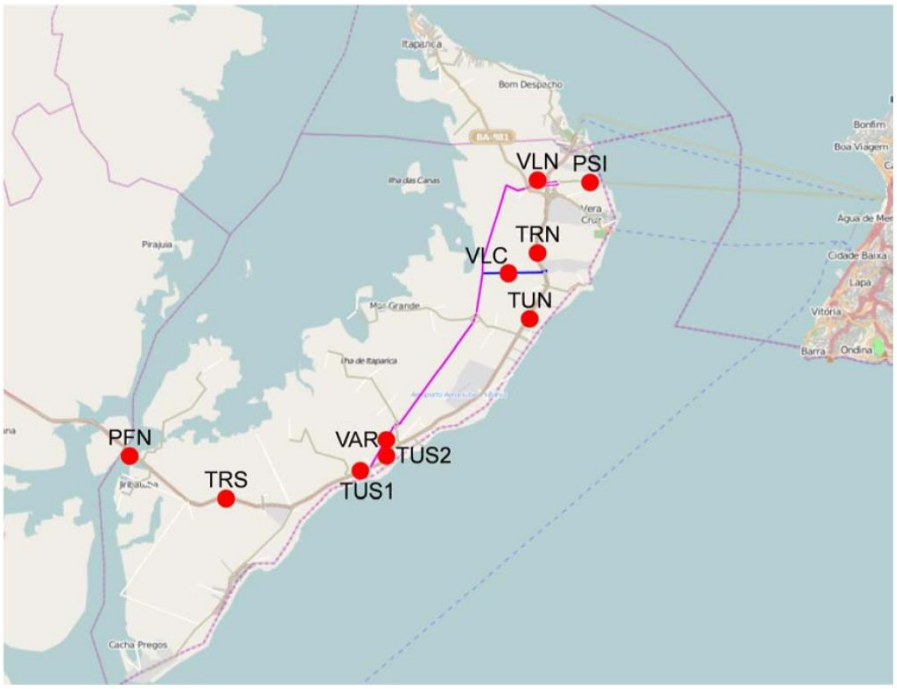


Figura 304 – Ligações Viárias de Referência, na Ilha de Itaparica

TRECHO EM ANÁLISE		RESULTADOS DA SIMULAÇÃO			CAPACIDADE DE TRÁFEGO (autos eq. /h)								Relação Volume Capacidade (V/C)						ANOS CRÍTICOS	
		FLUXOS (autos eq. / HPM)			MELHORIAS NA BA-001				VARIANTE											
		Anos de Referência			2fx-N	2fx-D	3fx-N	3fx-D	Curta		Longa		2017		2032		2047			
Código	Descrição	2017	2032	2047	1A	1B	1C	1D	2A	2B	3A	3B	2fx	3fx	2fx	3fx	2fx	3fx		
PSI	Ponte Salvador <> Itaparica	1007	4367	8917	6600	6600	6600	6600	6600	6600	6600	6600	-	0,15	-	0,66	-	1,35	2042	
VLN	Variante LONGA Norte	490	2123	4720	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	0,11	-	0,48	-	1,07	-	2045	
VLC	Variante CURTA Norte	123	2213	5078	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	0,03	-	0,50	-	1,15	-	2043	
TRN	Trecho Rural Norte sem Variante	2019	5247	9825	4400	4400	6600	6600	6600	6600	4400	6600	0,46	0,31	1,19	0,79	2,23	1,49	2028	2036
	Trecho Rural Norte com Variante	2019	3180	5079	4400	4400	6600	6600	6600	6600	4400	6600	0,46	0,31	0,72	0,48	1,15	0,77	2039	
TUN	Trecho Urbano Norte sem Variante	1971	5110	9563	3200	3200	4800	4800	3200	4800	3200	4800	0,62	0,41	1,60	1,06	2,99	1,99	2023	2031
	Trecho Urbano Norte com Variante	1946	3180	5079	3200	3200	4800	4800	3200	4800	3200	4800	0,61	0,41	0,99	0,66	1,59	1,06	2045	
TUS 1	Trecho Urbano Sul 1	1396	3413	6651	3200	3200	4800	4800	3200	3200	3200	3200	0,44	0,29	1,07	0,71	2,08	1,39	2030	2038
	Trecho Urbano Sul 2	1370	1620	2744	3200	3200	4800	4800	3200	3200	3200	3200	0,43	0,29	0,51	0,34	0,86	0,57	-	
VAR	Variante SUL	796	2330	4584	3200	3200	3200	3200	3200	3200	3200	3200	0,25	0,25	0,73	0,73	1,43	1,43	2045	
TUS 2	Trecho Urbano Sul 2	1353	3277	6433	3200	3200	4800	4800	4800	4800	4800	4800	0,42	0,28	1,02	0,68	2,01	1,34	2031	2039
TRS	Trecho Rural Sul	1044	2542	5204	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	0,24	-	0,58	-	1,18	-	2041	
PFN	Ponte do Funil	787	1779	3952	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	4400	0,18	-	0,40	-	0,90	-	-	

Figura 305 – Principais Fluxos Horários (HPM), na Ilha de Itaparica

Fixação dos Padrões de Desempenho Operacional

A avaliação do desempenho operacional do tráfego nos diferentes cenários alternativos analisados, e sua evolução ao longo do período de tempo em análise, utiliza como parâmetro de avaliação a Relação Volume/Capacidade de Tráfego em cada uma das ligações.

Essa avaliação é feita com relação ao grau de saturação da ligação viária, nas horas críticas de sua utilização – em geral, nas horas de pico da manhã (HPM) ou da tarde (HPT). Normalmente se utiliza uma escala cromática que indica os diferentes Níveis de Serviço (NS) com que a mesma estaria sendo solicitada, onde admite-se como possível atingir um V/C = 0,85, suposto como limite superior do Nível de Serviço “D” (cor Laranja, nos mapas de carregamento).

Considerando que nem todas as ligações viárias em análise e comparação de desempenho tem um comportamento do tráfego semelhante – trechos rurais x urbanos; trechos com fluxo livre x interrompido; trechos com marcantes fluxos entrelaçantes, etc. – foram pré-estabelecidos alguns parâmetros referenciais relacionados com as capacidades máximas (por faixa de tráfego) para um fluxo livre (Cap = 2.200 autos equiv / h), nas condições ideais. Logicamente, para as demais situações foi admitido um valor reduzido em relação a esse máximo, conformeindicado nas respectivas colunas das Figura 305.

Avaliação das Alternativas

A partir dos resultados obtidos nas simulações dos cenários alternativos e para cada um dos anos de referência (2017, 2032 e 2047) foram traçados gráficos de evolução dos fluxos horários de tráfego, em cada uma dessas ligações de referência (sempre referidos à HPM).

Os gráficos obtidos, derivados das simulações feitas para cada uma das alternativas em análise, estão representados nas Figura 306 (em Salvador) e Figura 307 (na Ilha) em conjunto; porém individualizados para cada uma das ligações sendo avaliadas.

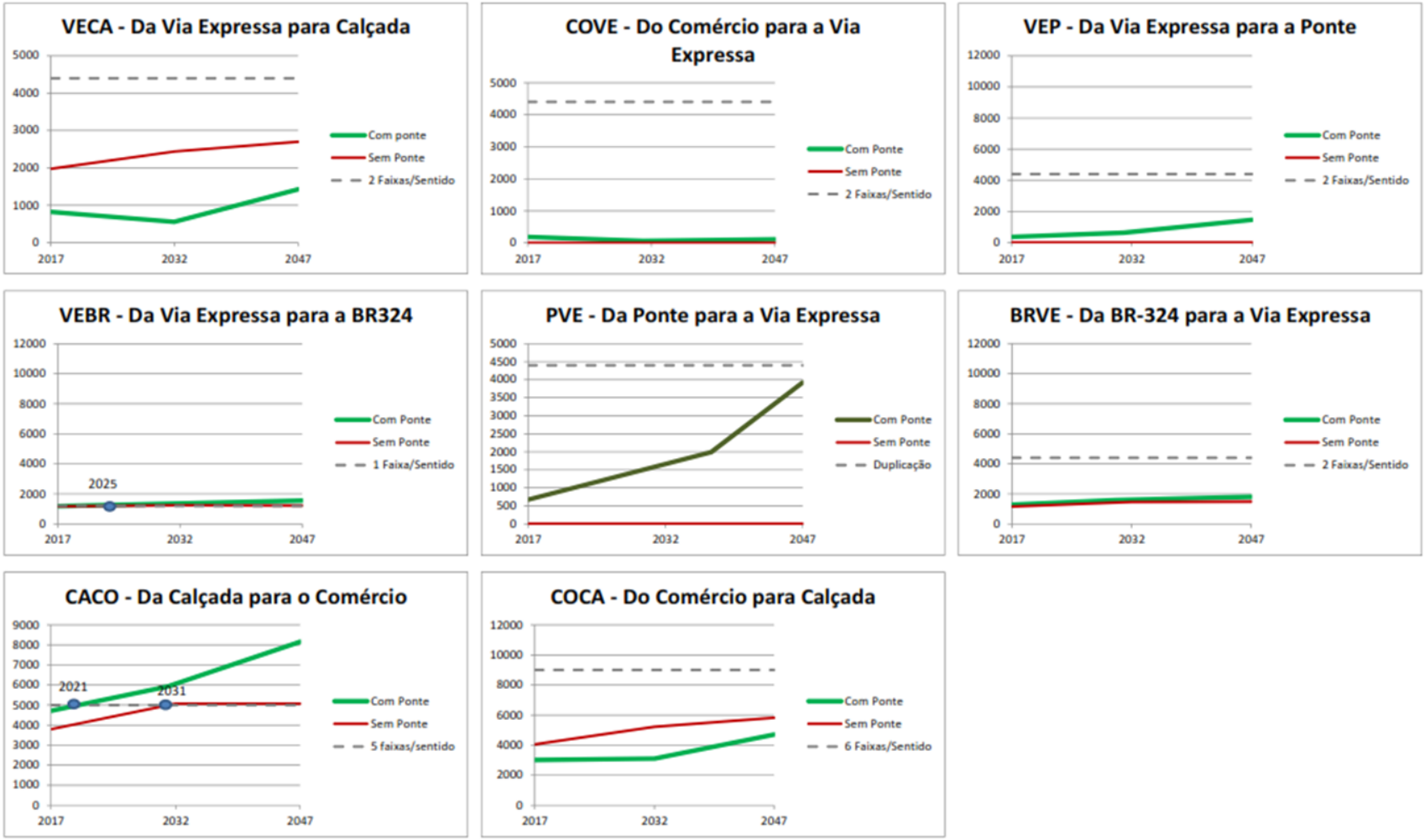


Figura 306 – Evolução Temporal do Tráfego em Salvador



Figura 307 – Evolução Temporal do Tráfego na Ilha de Itaparica

Outras avaliações, de caráter mais subjetivos (ambientais e/ou sociais), são extremamente pertinentes neste tipo de estudo; entretanto, não faziam parte do escopo destas análises de tráfego.

Da análise feita nesse estudo o Estudo de Tráfego apresentado concluiu:

1. A insuficiência operacional da opção de simples duplicação da BA-001, pois em um período muito curto de tempo (aproximadamente 5 anos) já está saturada no seu trecho inicial (rural e próximo à interconexão viária com a Ponte);

2. Ainda durante, mas no fim desse primeiro período, a eventual implementação de pistas marginais na BA-001, em seu trecho urbano, pelo menos ao norte dos povoados praianos;

3. Implementar uma nova via de contorno aos povoados lindeiros à rodovia BA-001 (aqui chamada de Variante), via essa a se situar ao noroeste da BA-001 e no interior da Ilha (respeitando-se as exigências de controle ambiental), com um mínimo de duas faixas de rolamento/sentido;

4. De preferência essa nova ligação deverá ter uma articulação direta com os acessos da Ponte e apenas uma conexão intermediária com o sistema viário interno da Ilha, para possibilitar o desvio do tráfego de passagem pela mesma.

D. Proposição de Intervenções Viárias

Alternativa Conceitual Proposta

A partir das informações coletadas nas simulações o Estudo de Tráfego inferiu que uma combinação de ações de ajustes físico-operacionais será necessária, para complementar a implementação da Ponte Salvador – Itaparica (Figura 308).

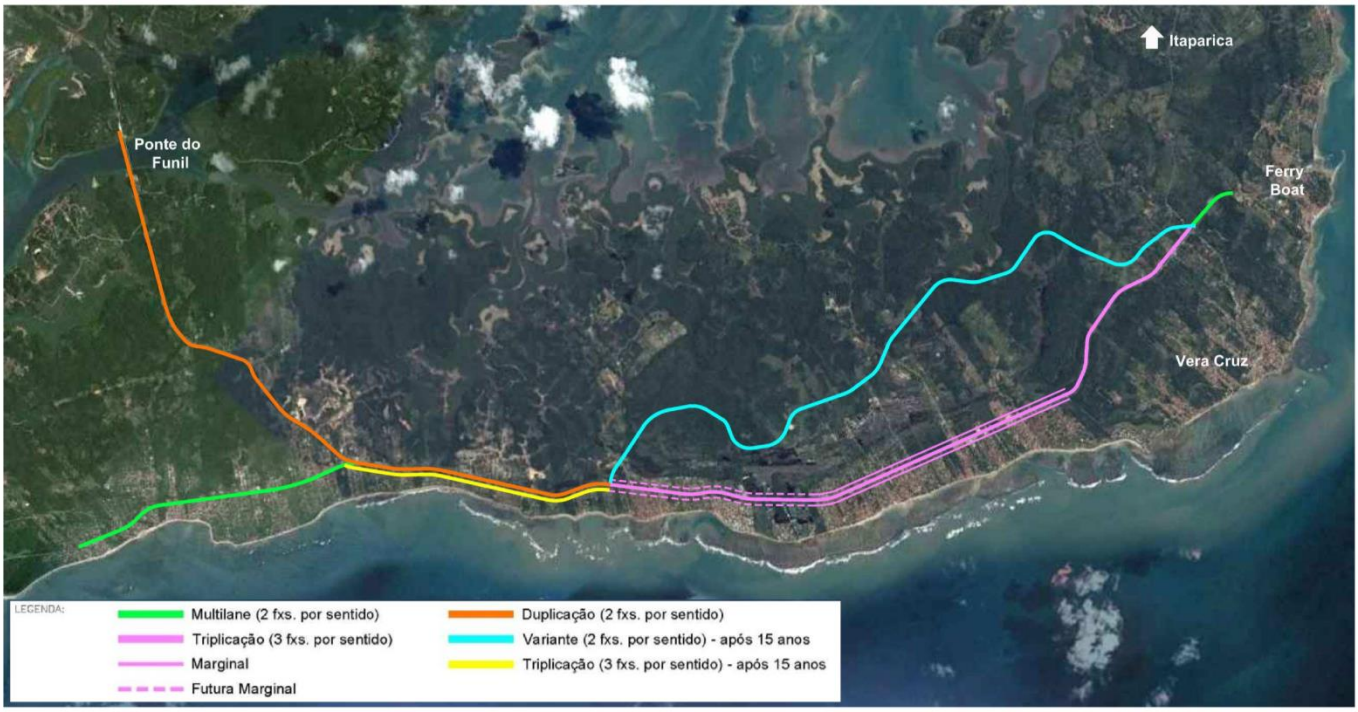


Figura 308 – Síntese das Proposições de Adequação Viária

Obs.: Esta figura é originária do Estudo de Tráfego desenvolvido pelo DERBA o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.

De início deve-se ampliar a capacidade de tráfego do trecho inicial da BA-001 em sua porção mais rural (ao norte). Próximo ao atracadouro de Bom Despacho com duas faixas de rolamento, por sentido, mas com uma única pista de rolamento – quatro faixas de tráfego e respectivos acostamentos, sem canteiro central (“Multilaine”).

Concomitantemente, deve-se aumentar a oferta de espaço viário, desde a junção com os acessos da Ponte até a região onde se conectaria a Variante (ao sul, da BA-001), mas mantendo na BA-001, as características de uma via arterial urbana, com um amplo canteiro central e retornos em nível, acrescidos de um conjunto de passarelas (sete), próximas aos locais onde é maior o fluxo de travessia de pedestres.

Após o 15º ano, em função da evolução da urbanização, deve ser necessário, paulatinamente, a implantação de pistas marginais nesse trecho urbano. Desse local até a transposição da Ponte do Funil, pelo período inicial de 15 anos, pode-se implementar apenas uma duplicação da atual pista, e mantendo os retornos em nível.

Ao se aproximar desse período de tempo (15 anos) deverá ser implementada a variante em sua concepção mais longa, para desviar o tráfego de passagem da BA-

001, e manter as características de uma avenida urbana para o trecho mais ocupado da Ilha.

Nessa época a BA-001 deverá ser ampliada em mais um trecho – conexão com a variante e acesso a Cacha Prego – que passaria a contar com uma terceira faixa por sentido.

Quanto às intervenções na cidade do Salvador, a principal intervenção –duplicação dos túneis de acesso à VEBTS, poderá ocorrer, num segundo momento (após o 15º ano de operação da Ponte); pois a conexão com as alças de acesso aos túneis e à Ponte, estariam sendo subutilizadas nesse período.

Suficiência Operacional da Ponte Salvador – Itaparica

A evolução do tráfego de travessia rodoviária entre Salvador e a Ilha (e vice-versa) identificou que as atuais ofertas planejadas de faixas de tráfego (três por sentido) são suficientes para manter um adequado Nível de Serviço na Ponte, por cerca de 25 anos (até 2042).

Posteriormente a essa data, deverá ser proporcionado um esquema operacional de trânsito, com a incorporação paulatina do acostamento (4ª faixa) e/ou uso da mesma, para uma eventual priorização do transporte coletivo (BRT ou VLT).

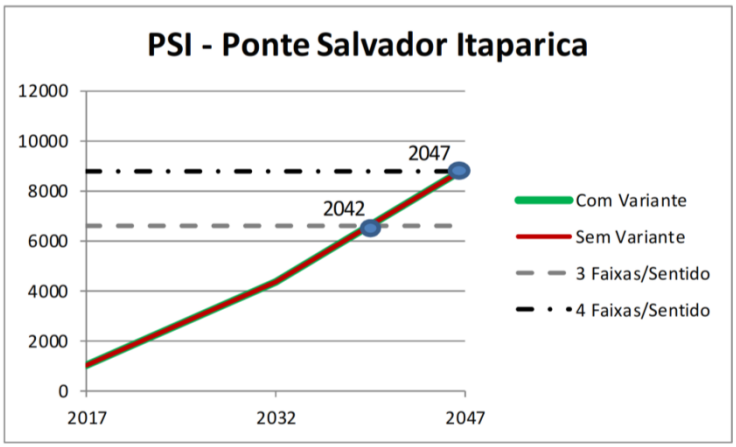


Figura 309 – Evolução do Tráfego na Travessia pela Ponte Marítima

Adequações Viárias

Com a operação do tráfego permitida pela implantação da Nova Ponte as atuais infra-estruturas viárias, tanto em Salvador como principalmente, na Ilha de Itaparica,

deverão sofrer adaptações para receber o incremento dos fluxos de tráfego que as solicitar. Essas novas intervenções, não necessariamente deverão ocorrer ao mesmo tempo, mas serem implementadas paulatinamente, conforme a nova ocupação da Ilha passe a ocorrer.

a) Iniciais (2017)

Antes da inauguração da Ponte, no mínimo na Ilha de Itaparica já deverá ter sido implementada a duplicação da BA-001, que por si só já está necessitando para atender os fluxos de tráfego atuais.

Está ação independe das fundamentais implementações das obras de adequação viária e de novas alças/pistas de rolamento, diretamente vinculadas à própria acessibilidade da Ponte, em suas duas extremidades – em Salvador e na Ilha.

b) Períodos Intermediários (após 2017 até 2032)

Como já explicitado ao longo deste relatório técnico, a implementação de Nova Ponte deverá induzir numa rápida ocupação da Ilha, inclusive requalificando as atuais atividades que nela existem.

Esse aumento na intensidade de ocupação urbana deverá exigir uma ampliação da infra-estrutura viária para absorver a interação cotidiana que ocorrerá nos padrões da mobilidade interna à Ilha.

Com isso uma nova ampliação (triplicação) deverá ocorrer num período de tempo relativamente curto (5 anos) no trecho inicial da BA-001 e se estender, ao longo de todo o trecho urbano dessa BA-001, nos seguintes 10 anos. Portanto, sugere-se de imediato, que o processo de Triplicação dessa rodovia ocorra logo após a sua inauguração, contendo retornos em nível e as sete passarelas sugeridas.

c) Períodos de Longo Prazo (após 2032)

Como sugestão para esse período, deverá estar proporcionada uma Nova Via (variante), com características de trânsito expresso e somente uma interconexão intermediária no interior da Ilha (além das duas externas na conexão direta com a BA-001), para atender, de forma segregada ao tráfego de passagem pela Ilha.

Face ao longo prazo para maturação desta necessidade, novos estudos deverão ocorrer até se atingir esta recomendação ou referendá-la com mais prioridade.

Ações Complementares

Apesar de ter sido demonstrado a suficiência operacional dos atuais túneis para ligação da Nova Ponte à VEBTS (em Salvador), pelo menos no período intermediário (até 2032) além da sua duplicação que deverá estar operacionalizada até esse momento, outras intervenções devem ser providenciadas na cidade do Salvador – novas via transversais, nova articulação direcional na Rótula do Abacaxi (em substituição à que foi suprimida na atual implantação), nova ligação de apoio à Av. Paralela (a Via Expressa Linha Via) – que independem da própria Ponte, pois já se mostram necessárias pela evolução do tráfego na cidade.

Nota técnica 4

Os estudos completos referentes ao tráfego de veículo foram executados pelo DERBA e estão apresentados no relatório "Caderno de Estudo de Tráfego, Volume I/III – Relatório Técnico", anexo.

Vale ressaltar que o projeto de engenharia se encontra em desenvolvimento, principalmente no que tange ao sistema viário de Salvador podendo ainda sofrer modificações em função da contribuição dos demais estudos e das consultas públicas.

2.2.8. Uso e Ocupação do Solo

O estudo do uso e ocupação do solo está voltado para a forma de ocupação de um território por uma determinada população e a forma como essa população desenvolve suas atividades produtivas para sua manutenção e reprodução, ou seja, como os habitantes se dispõem espacialmente e o tipo de atividade desenvolvida.

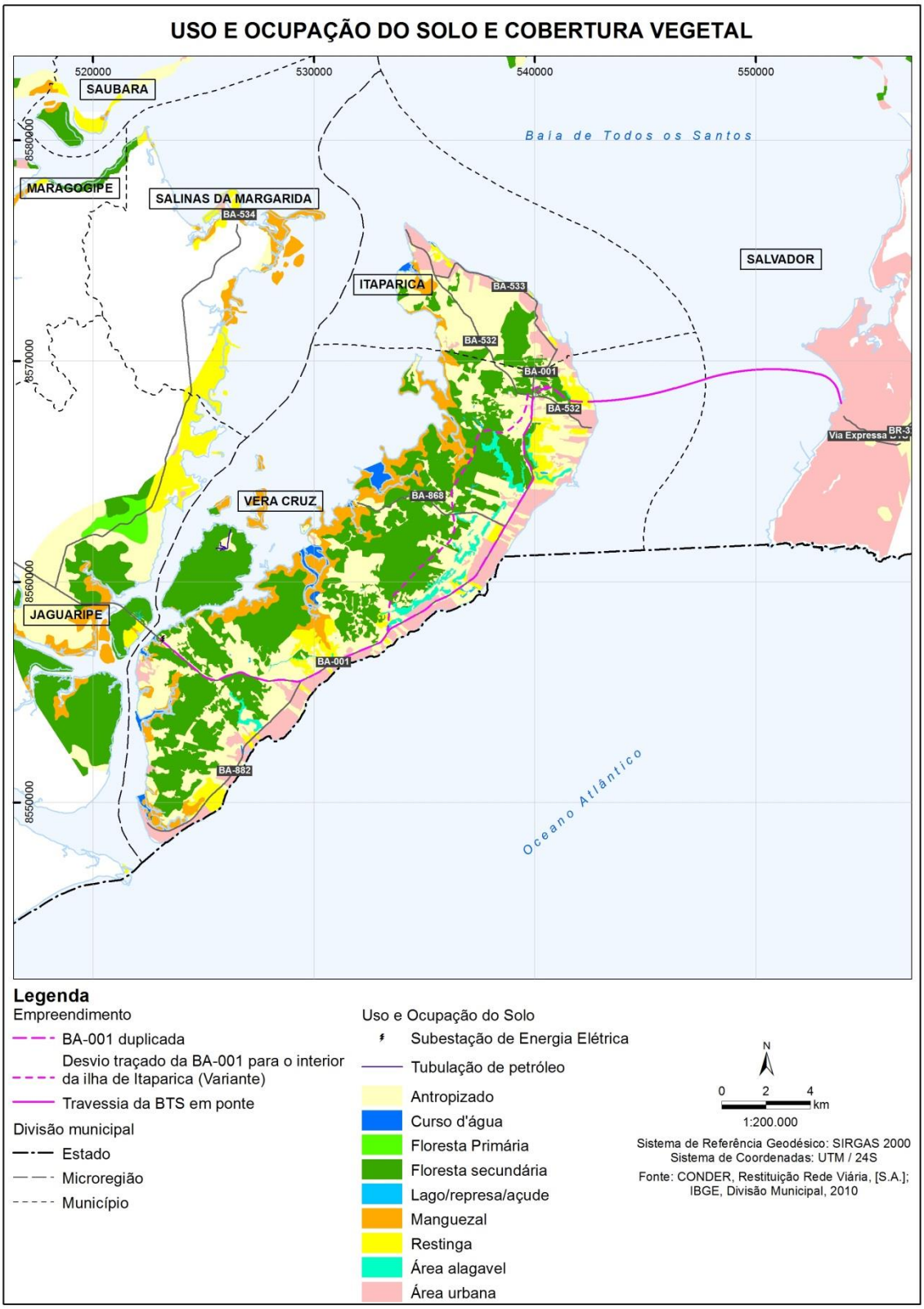


Figura310–Mapa de Uso e Ocupação do solo

Obs.: Esta figura é originária do Estudo de Tráfego desenvolvido pelo DERBA o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.

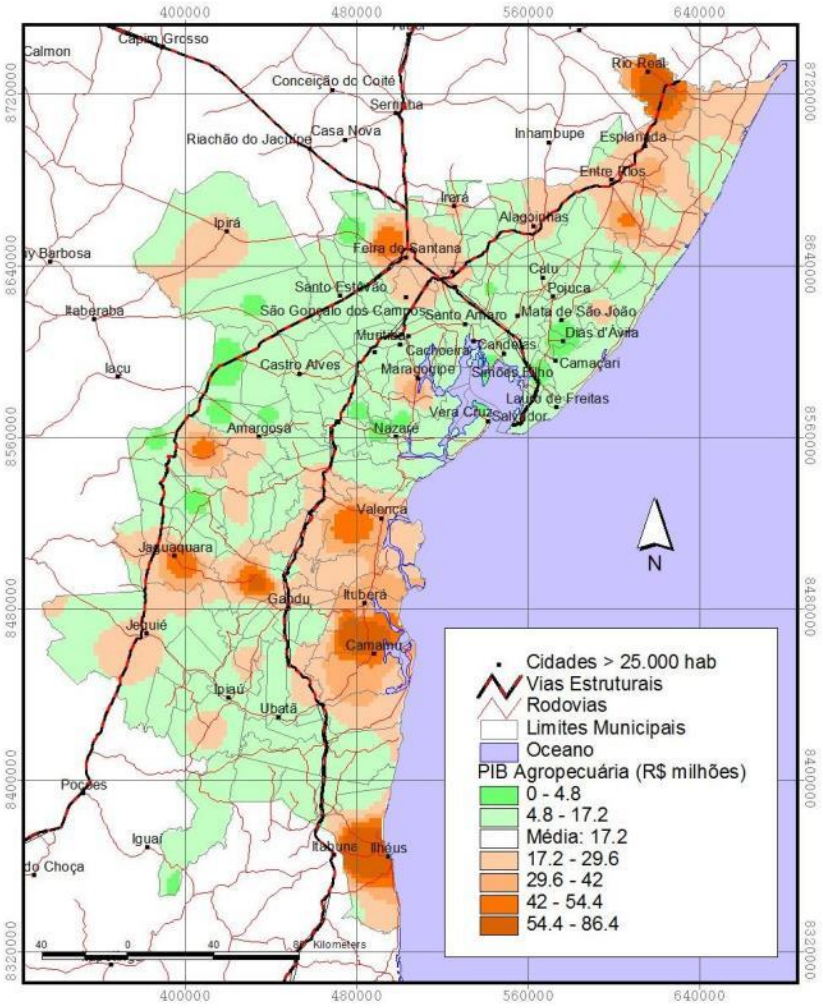
2.2.8.1. Caracterização e mapeamento do uso e ocupação do solo

Ao longo da AID e da ADA, a ocupação se desenvolveu historicamente com algumas culturas básicas. A cultura do cacau, mais antiga e localizada no litoral sul, principalmente nos municípios situados ao sul de Uruçuca, a cultura do dendê, situada no Baixo Sul e a cultura da mandioca, que predominou no Recôncavo. A criação de gado, implantada logo no início da colonização, também se destacou na economia regional. A ocupação humana no Baixo Sul e Litoral Sul se deu principalmente no litoral, pela facilidade do acesso e pela configuração geológica que constituía, de certo modo, uma barreira natural à ocupação de áreas mais para o interior e afastadas do litoral.

Atualmente, a distribuição espacial das culturas apresenta uma maior diversidade, destacando-se, entre as culturas permanentes, a borracha (seringueira) e o coco, e entre as temporárias o amendoim e a mandioca, que serão localizadas espacialmente a seguir.

A análise da distribuição territorial do setor de agropecuária permite uma visão geral dos usos que são desenvolvidos pelos habitantes nos territórios da área de estudo. Pode-se perceber que os núcleos da economia agropecuária se concentram mais fortemente nas regiões de Ilhéus – Itabuna, na porção sul, nos municípios de Camamu, Valença e Gandu, no Baixo Sul, no entorno de Feira de Santana, na porção centro-norte da área e na porção norte do Litoral Norte do Estado.

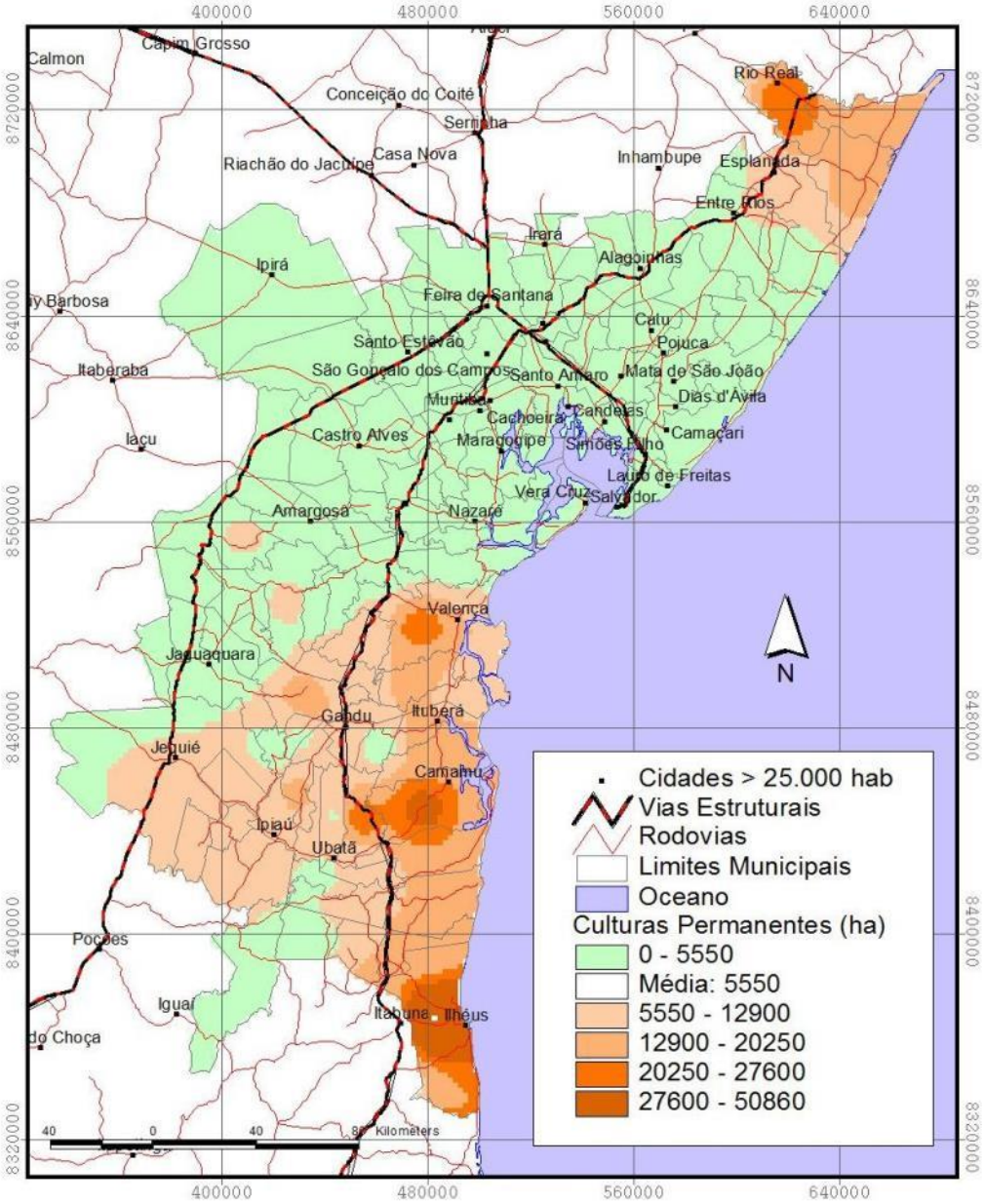
Observa-se que as áreas bordejantes da Baía de Todos os Santos apresentam valores de PIB agropecuário baixos, porém isto não significa ausência de atividades agrícolas naquelas áreas, conforme será apresentado na análise da distribuição espacial das culturas permanentes, temporárias e agropecuária, na área estudada.



Fonte: SIDRA / IBGE e SEI / BA

Figura 311 – PIB Agropecuária (2011)

Para avaliação da distribuição espacial das culturas permanentes, foram mapeados os quantitativos totais, a partir da interpolação dos centróides dos municípios integrantes da área de estudo, utilizando-se dados do SIDRA/IBGE, ano 2011. Foi contabilizado um total de 543 mil hectares de áreas plantadas com culturas permanentes, correspondentes a 10,3% dos 5,2 milhões de hectares correspondentes aos 113 municípios da área de estudo.



Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 312 – Culturas permanentes – área plantada (ha)

Uma breve análise da distribuição total das áreas plantadas com culturas permanentes indica uma forte concentração na porção extrema sul, incluindo uma extensa área de forma triangular, limitada pelos municípios de Valença, Jequié e Ilhéus. Destaca-se também como área com grandes quantitativos de culturas permanentes, a região extrema norte da área de estudo, englobando o litoral norte do Estado da Bahia. Para uma leitura mais precisa dos quantitativos de áreas mais expressivas, são

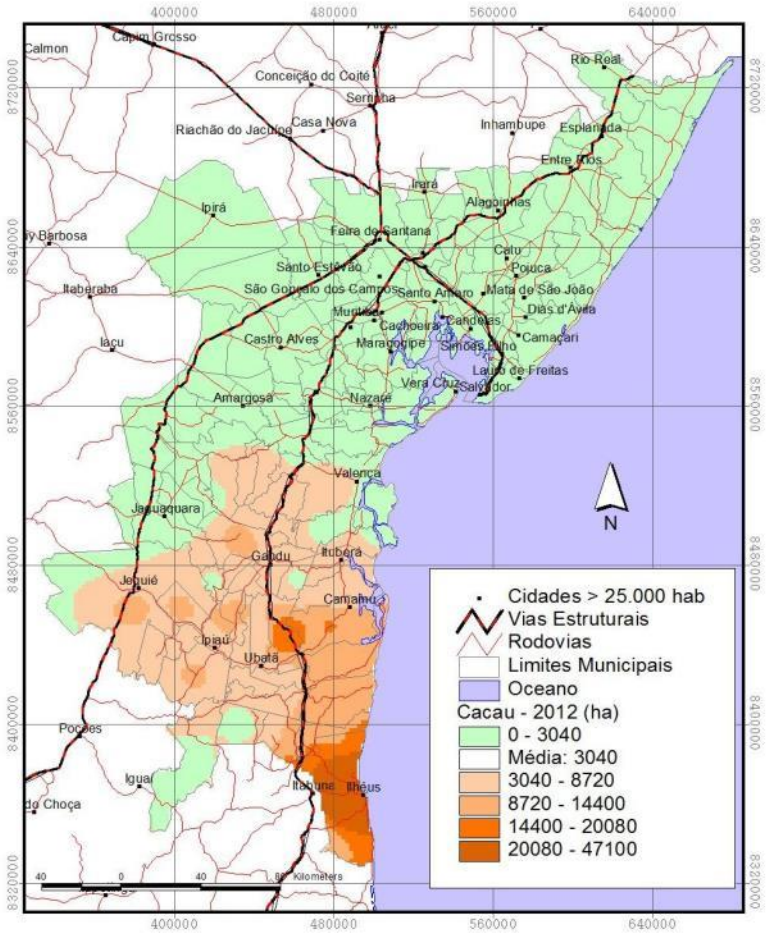
apresentados os quantitativos das áreas plantadas em hectares, dos municípios mais bem colocados no ranking.

A seguir é feita uma análise das principais culturas identificadas na região.

Cacau

O cacau se distribui na porção extrema sul da área, numa extensa área conhecida como região cacaueira, estando associado ao sistema de plantio de cabruca, ou seja, plantio na sobra das copas de espécies florestais da Mata Atlântica. Atualmente em decadência, por conta da vassoura de bruxa que atingiu os cacauais a partir dos anos 1990, este sistema de plantio tem importância ecológica, por conviver harmonicamente com o bioma da Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do planeta.

O valor ecológico desse bioma é inestimável. As possíveis pressões antrópicas decorrentes do mercado imobiliário ou da industrialização são elementos a serem considerados no desenvolvimento dessa região. A cultura do cacau destaca-se nos municípios de Ihéus, Ibirapitanga e Camamu, com maiores áreas plantadas.

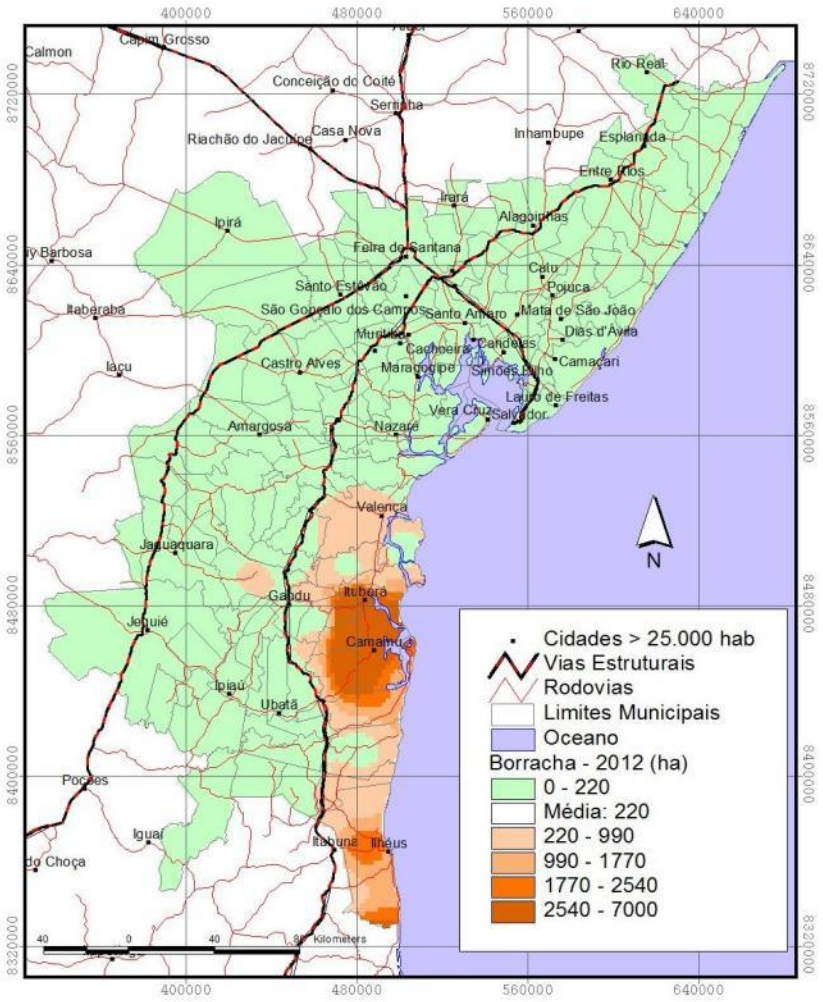


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 313 – Culturas permanentes – Cacau – Distribuição

Borracha (seringueira)

Ocupando uma área menor que as culturas do cacau, a cultura da seringueira concentra-se na porção territorial compreendida entre a BR101 e a BA001, nas proximidades da zona costeira, no entorno do município de Camamu. Destacam-se os municípios de Igrapiúna, Ituberá e Camamu, com maiores áreas plantadas.

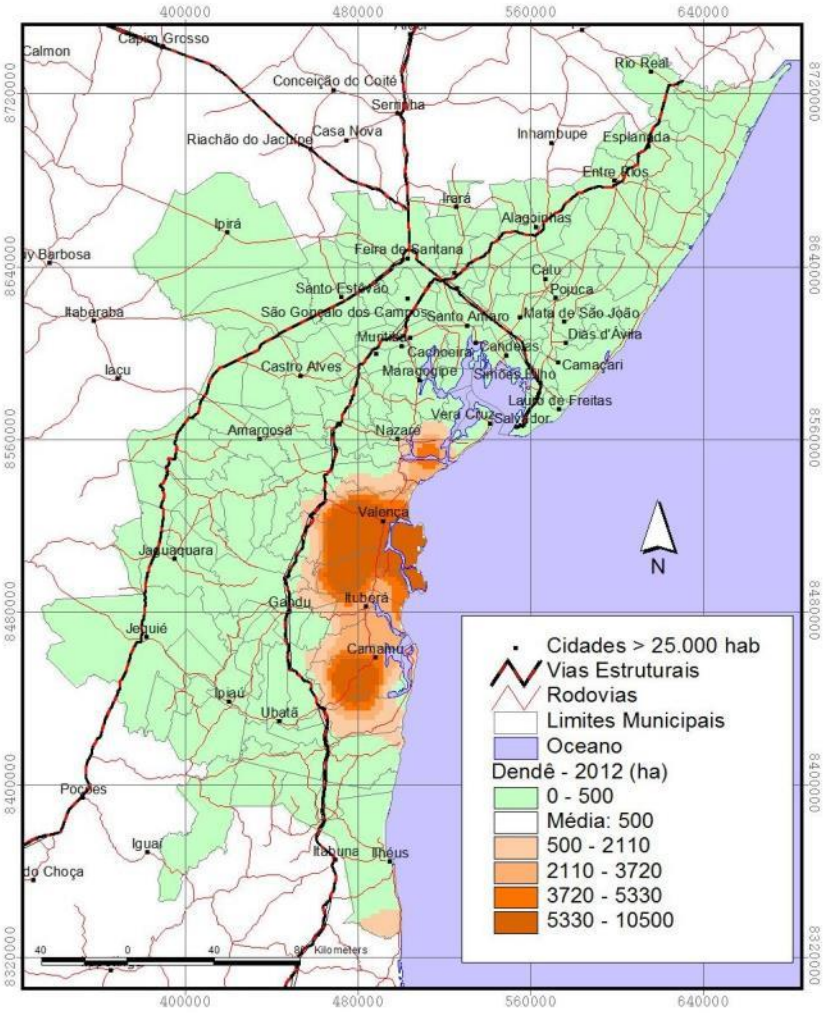


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 314 – Culturas permanentes – Borracha – Distribuição

Dendê

O cultivo do dendê distribui-se na porção litorânea compreendida entre a BR101 e a costa atlântica, incluindo predominantemente os territórios dos municípios de Valença, Taperoá e Camamu .

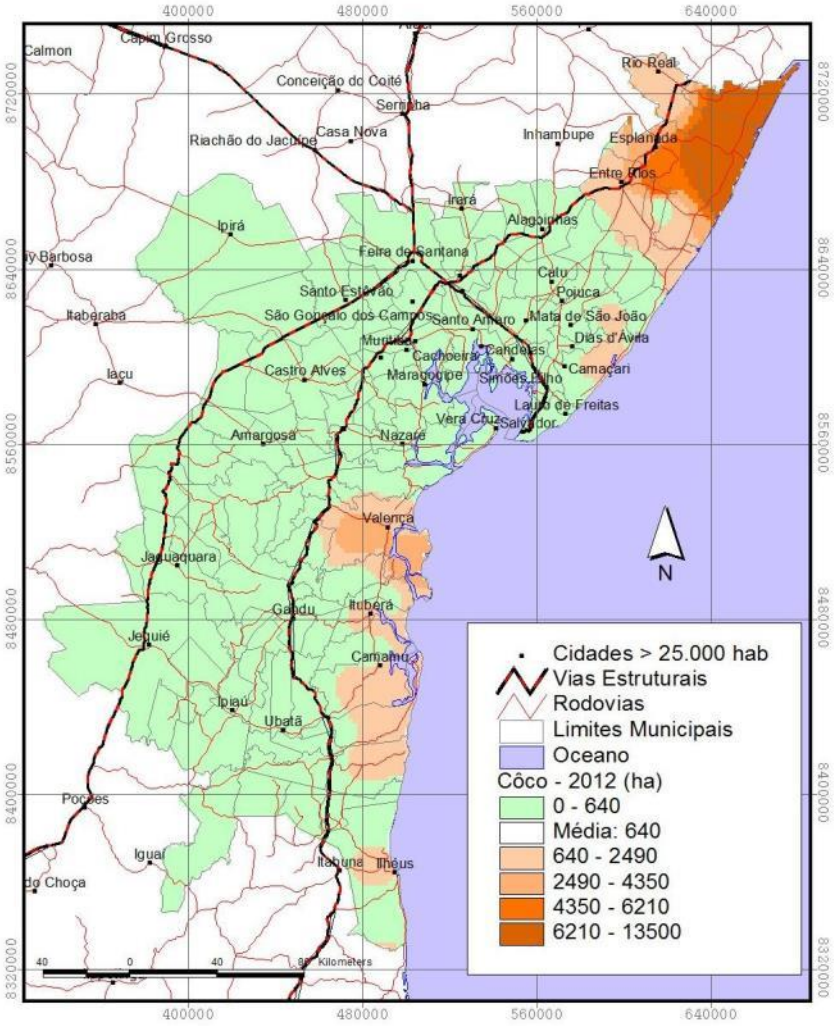


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 315 – Culturas permanentes – Dendê – Distribuição

Coco da Bahia

Esta cultura (dendê) distribui-se predominantemente na porção extrema norte do litoral norte do estado da Bahia, entre a BR101 e a zona costeira, incluindo os municípios de Conde, Jandaíra e Esplanada, que juntos perfazem uma área de 28,5 mil hectares. Como subcentros desta cultura, destacam-se os municípios de Valença, Cairu e Maraú, na região do Baixo Sul, no território compreendido entre a BR101 e a orla marítima atlântica.



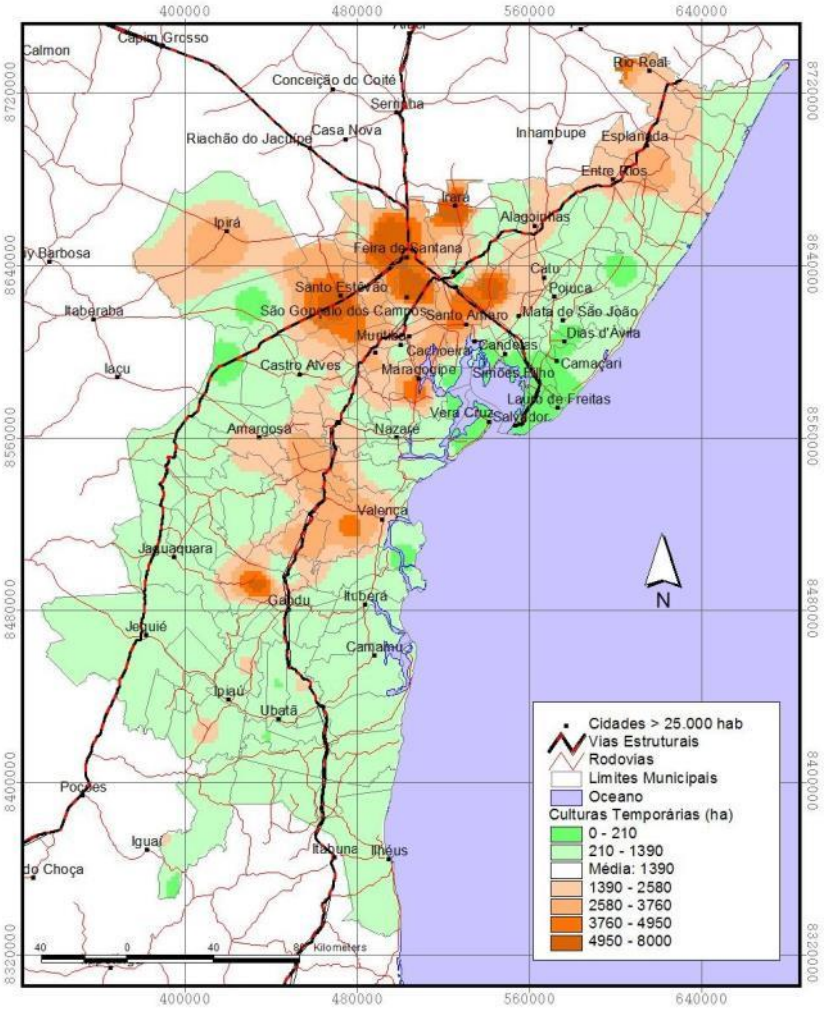
Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 316 – Culturas permanentes – Coco / área plantada (ha)

Culturas Temporárias

As culturas temporárias da área estudada ocupam áreas expressivamente menores que as culturas permanentes, e isto se justifica pela maior rotatividade das mesmas, além das culturas da região serem pouco desenvolvidas em termos tecnológicos. Só para entender o significado das tecnologias utilizadas, enquanto o município de São Desidério, no oeste da Bahia, tem um montante de 528 mil hectares de culturas temporárias, o município com maior quantidade na área de estudo é Feira de Santana, com 8.000 hectares. Dentre as culturas temporárias na área de estudo, destacam-se: cana de açúcar, mandioca, fumo e amendoim.

Espacialmente, essas culturas concentram-se prioritariamente nas proximidades de Feira de Santana e Recôncavo (Figura 317), destacando-se como principais municípios Feira de Santana, Irará e Santo Estevão, que juntos perfazem uma área plantada total de 21.765 hectares. A seguir, serão analisadas as distribuições espaciais das principais culturas temporárias na área de estudo.



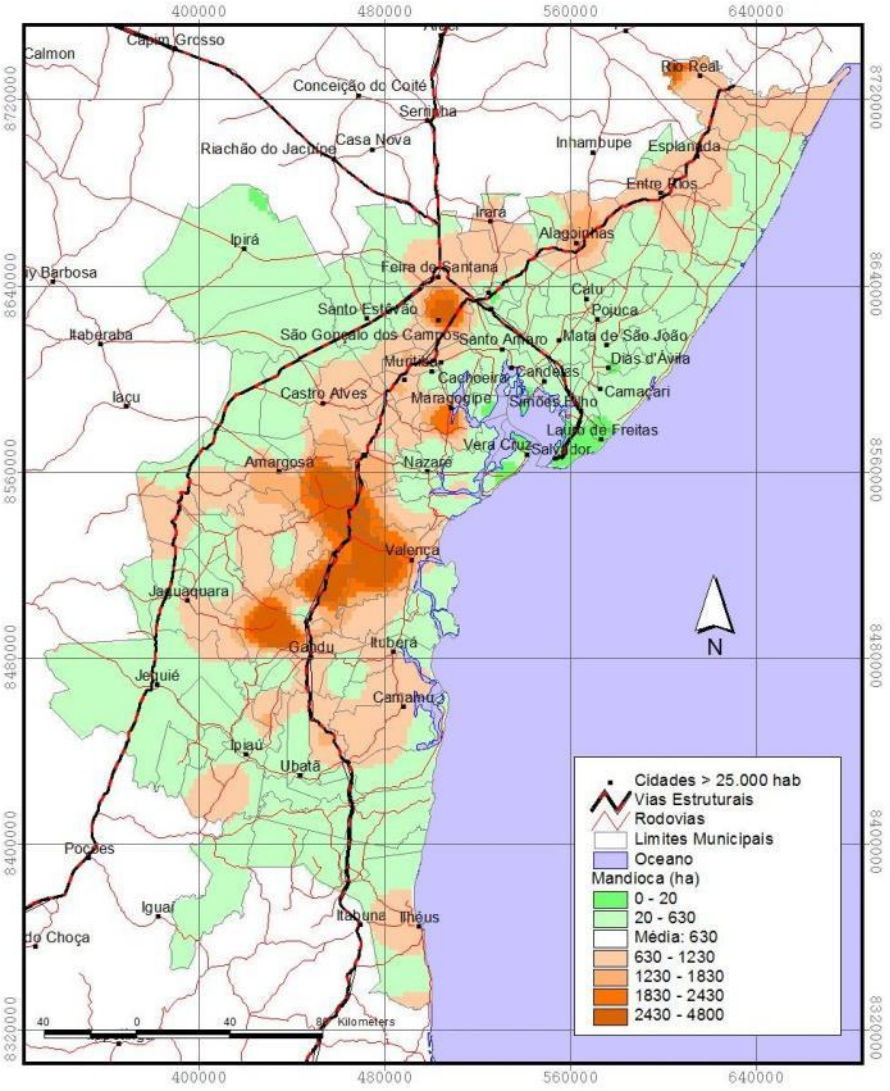
Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 317 – Culturas temporárias totais – Área plantada (ha)

Mandioca

O cultivo da mandioca distribui-se predominantemente na porção centro-norte da área de estudo, entre a BR101 e a BR116, incluindo os municípios de Wenceslau Guimarães, São Miguel das Matas, Tancredo Neves, Valença, Laje, São Gonçalo dos

Campos e Maragogipe, que juntos somam um total de 22.600 hectares de áreas plantadas.

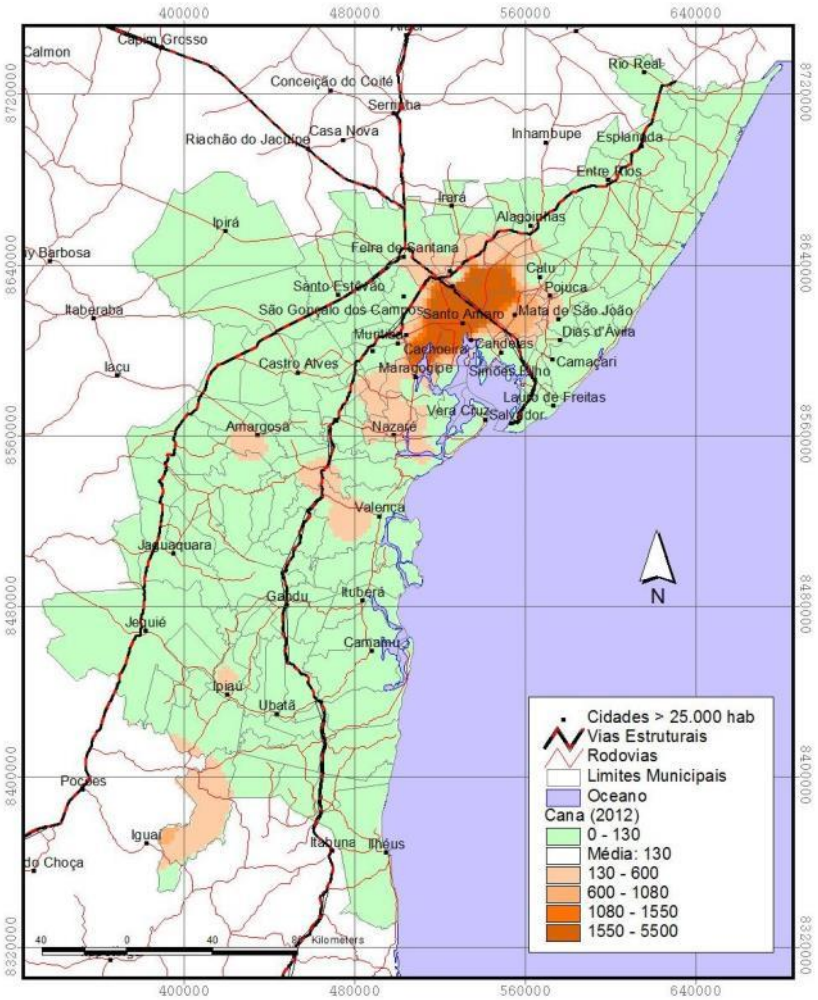


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 318 – Culturas temporárias – Mandioca / área plantada (ha)

Cana de açúcar

Esta cultura distribui-se predominantemente na região do Recôncavo baiano, entre Salvador e Feira de Santana, ao longo do eixo da BR324 (Figura 319), incluindo os municípios de Terra Nova, Amélia Rodrigues e Santo Amaro, que juntos somam um total de 13.500 hectares de áreas plantadas.

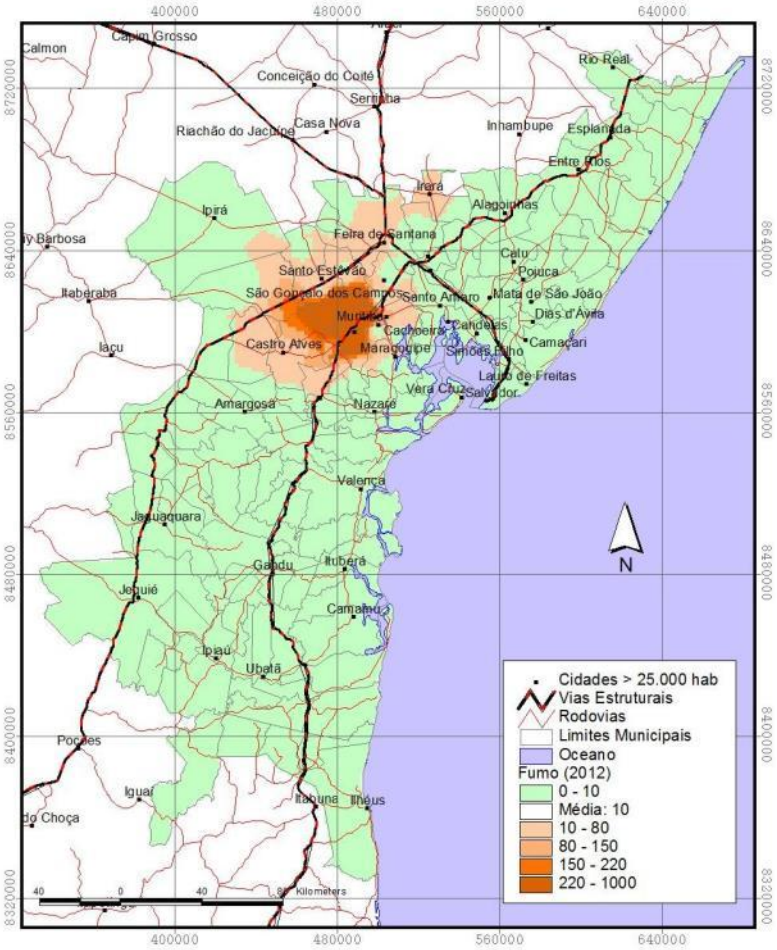


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 319 – Culturas temporárias – Cana de açúcar / área plantada (ha)

Fumo

Representa uma cultura tradicional do Recôncavo baiano, distribuindo-se na porção territorial compreendida entre os eixos da BR101 e BR116, no trecho onde se aproximam de Feira de Santana. Incluem-se na região mais ocupada por esta cultura os municípios de Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu e Cruz das Almas, que juntos somam um total de 2.289 hectares de áreas plantadas.

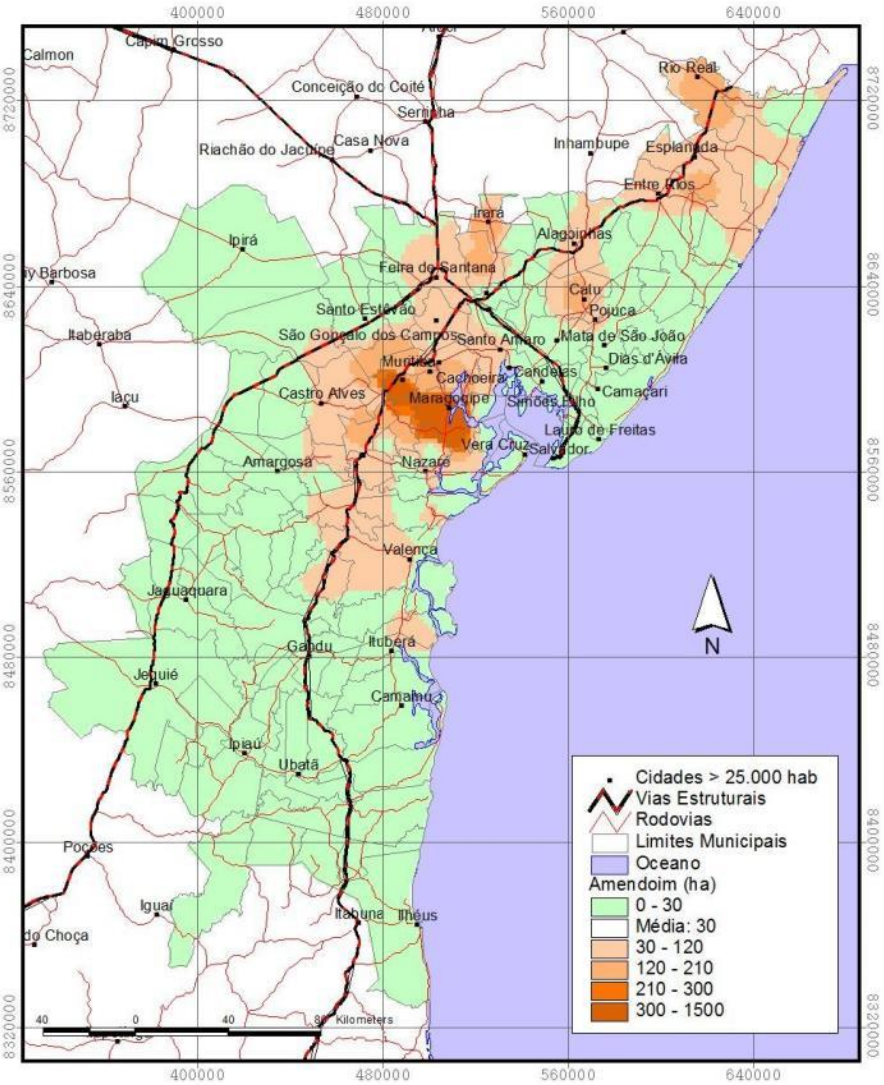


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 320 – Culturas temporárias – Fumo / área plantada (ha)

Amendoim

O amendoim representa uma cultura tradicional do Recôncavo, ligado às tradições juninas, distribuindo-se preferencialmente na porção territorial compreendida entre a BR101 e a contra costa da Ilha de Itaparica. Incluem-se como áreas mais produtivas os municípios de Maragogipe e Cruz das Almas, que juntos somam um total de 2.070 hectares de áreas plantadas. É importante frisar que esta cultura se distribui em menores quantidades por todos os municípios cortados pela BR101, em quase toda a área do estudo.

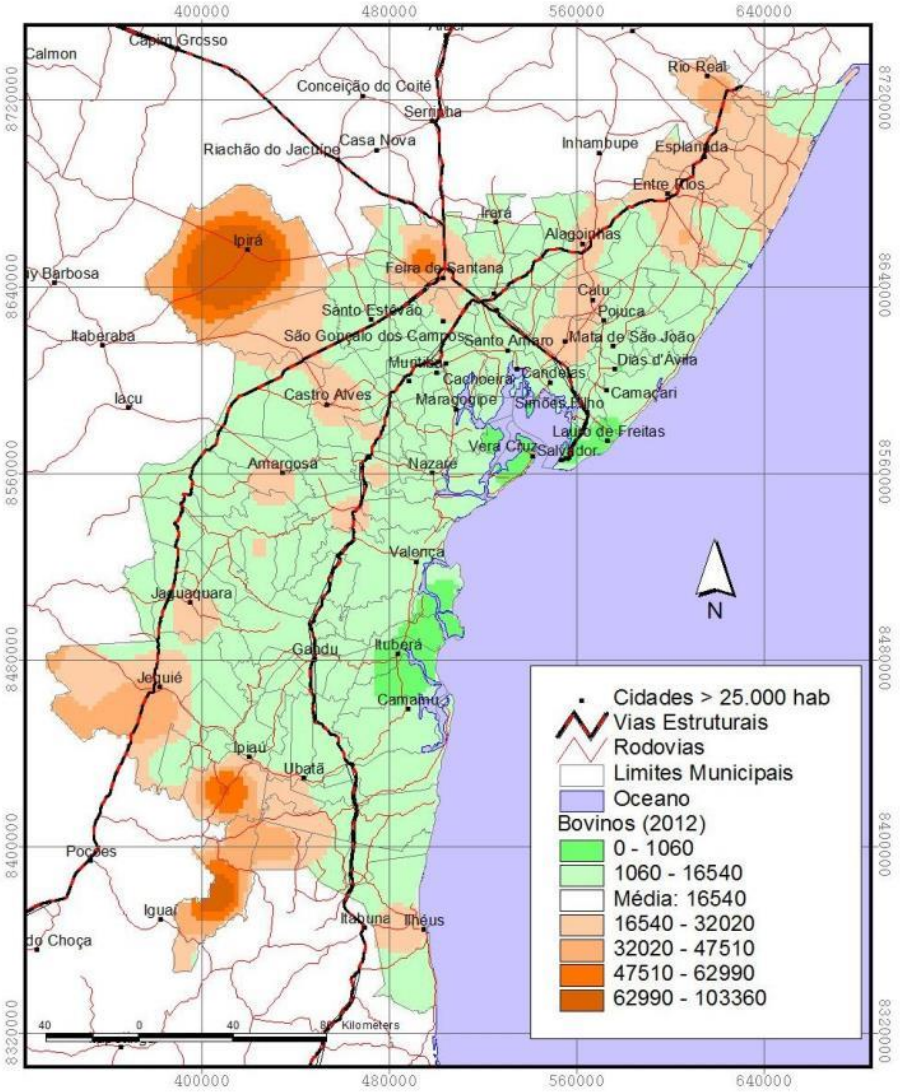


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria
Figura 321 – Culturas temporárias – Amendoim – Área plantada (ha)

Pecuária Bovina

Este é um outro elemento importante para entender as formas econômicas de uso e ocupação do solo, já que a pecuária bovina demanda áreas para implantação de pastagens, estimando-se um valor médio de 1 hectare para cada cabeça de gado, na área do estudo.

A análise da distribuição espacial dos municípios, onde os rebanhos bovinos são mais expressivos, concentra-se na borda da área de estudo, em porções territoriais mais interiores, quase sempre em áreas externas às áreas de influência indireta da ponte, definidas no estudo de impacto ambiental. Isto significa que essa atividade será pouco afetada pela proposta do novo sistema viário.



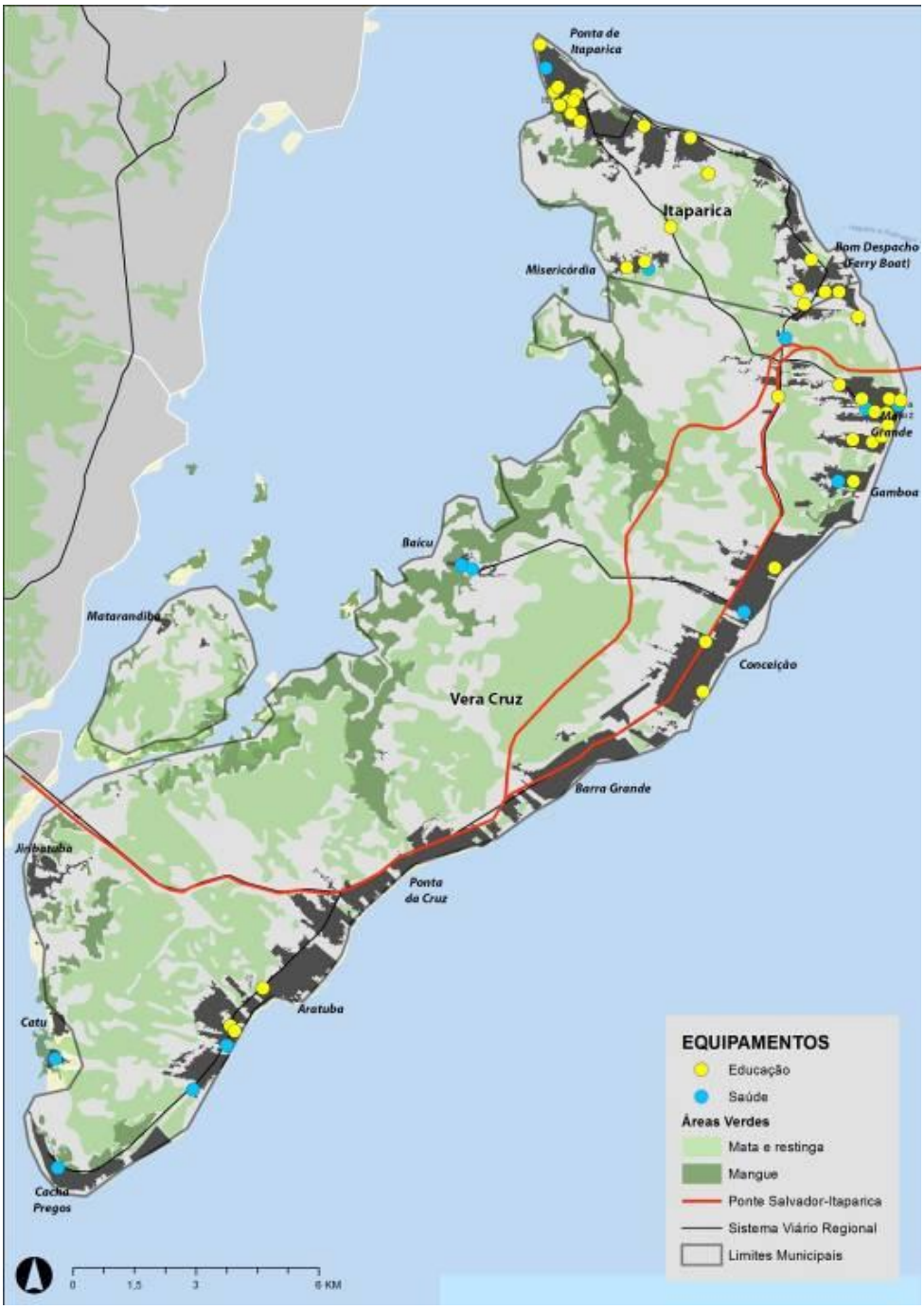
Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 322– Rebanho bovino – Distribuição

2.2.8.2. Considerações gerais do uso e ocupação do solo

Na Ilha de Itaparica a ocupação humana também ocorreu de forma predominante no litoral, a partir da margem da BA001, inicialmente com pequenas vilas de pescadores e posteriormente com a construção de casas de veraneio, condomínios de classe média e equipamentos turísticos. Na contra costa da ilha, a ocupação se deu de forma limitada, centrada principalmente em torno das localidades de Baiacu e Matarandiba. Baiacu foi o primeiro povoado da ilha, fundado pelos portugueses em 1560 e voltado para a pesca de baleia, cultura da cana de açúcar e criação de gado. As duas localidades cresceram como comunidade de pescadores e permaneceram mais ou menos isoladas do resto da ilha, não acompanhando o processo de urbanização como ocorreu ao longo da BA001. A população de baixa renda se estabeleceu predominantemente na margem oposta da BA001 e, de forma desordenada, no entorno das sedes municipais e distritais da ilha.

Na figura abaixo estão identificadas as áreas de ocupação urbana da Ilha de Itaparica, bem como a concentração dos principais equipamentos públicos de Saúde e Educação.



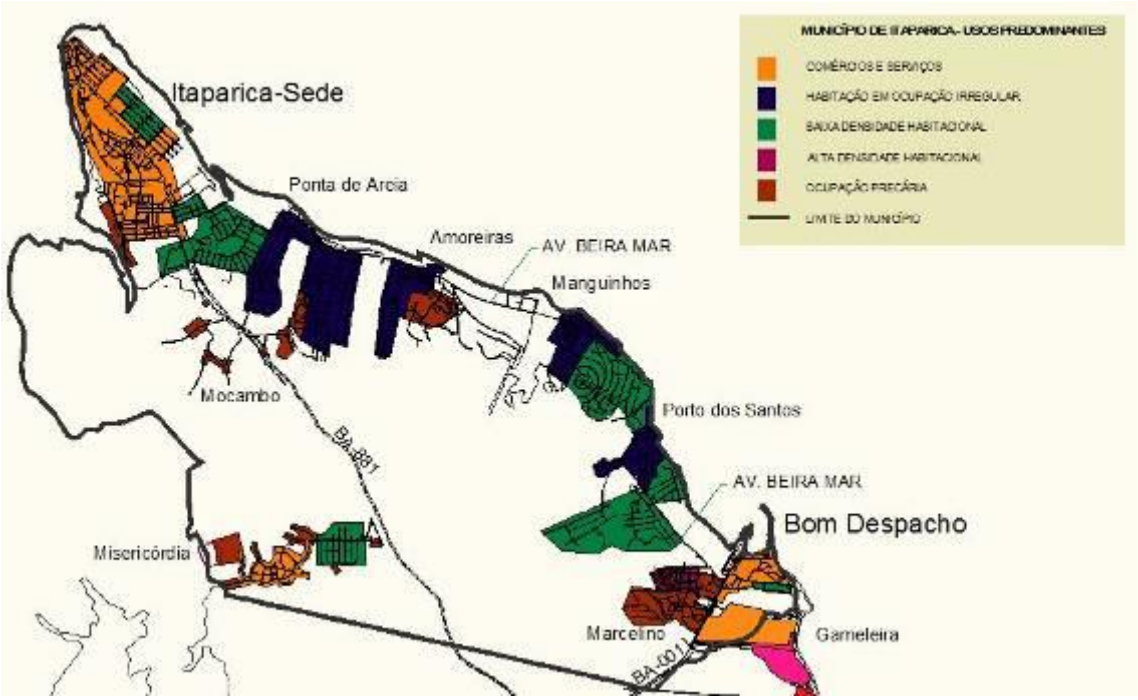
Fonte: Instituto Polis[138]

Figura 323 – Áreas Urbanizadas e equipamentos de Educação e Saúde – Ilha de Itaparica

[138] Relatório: "*Subsídios para o EIA-RIMA*, 1ª parte, Ilha de Itaparica, Salvador: Instituto Polis, 2014.

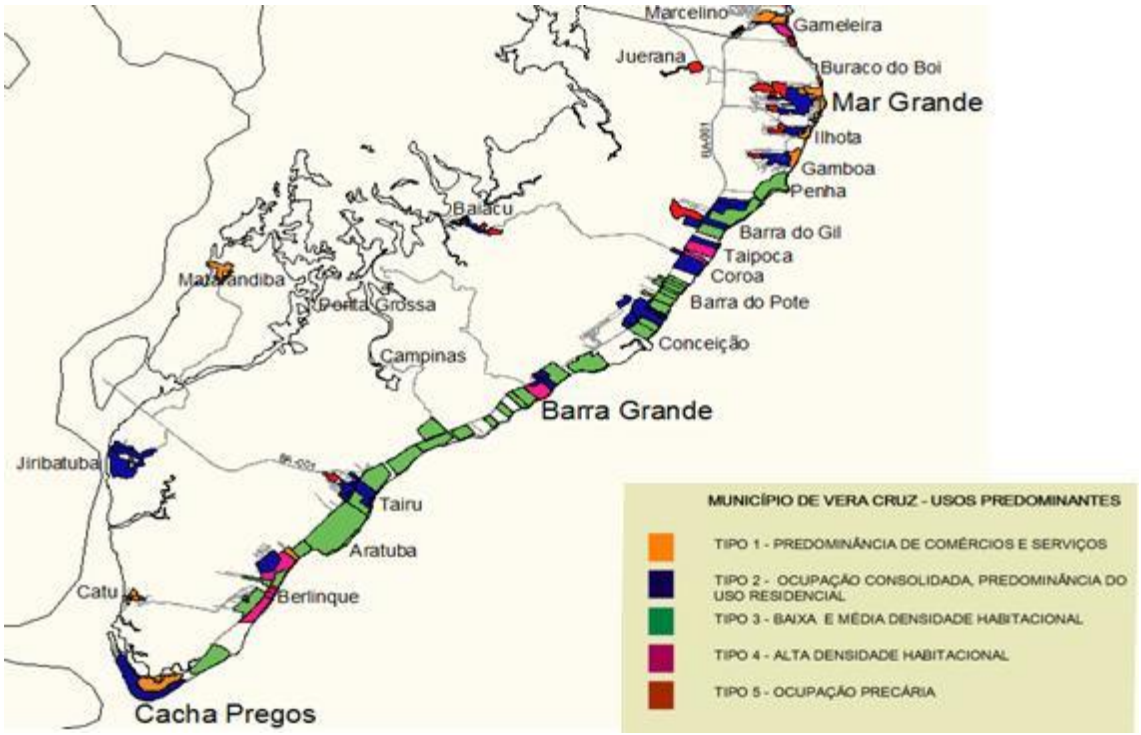
Obs.: Esta figura é originária do Estudo de Tráfego desenvolvido pelo DERBA o qual foi realizado anteriormente a alteração do traçado da variante da rodovia na ilha.

As principais atividades produtivas da população estão relacionadas à pesca e à prestação de serviços no pequeno comércio local e nos equipamentos turísticos. O interior da ilha apresenta uma ocupação esparsa, com áreas de vegetação nativa que, a rigor, não constitui área rural, uma vez que a situação de domicílio no município de Itaparica indica uma taxa de urbanização de 100%, chegando em Vera Cruz a 93,82%.



Fonte:Instituto Polis a partir do PDU Itaparica

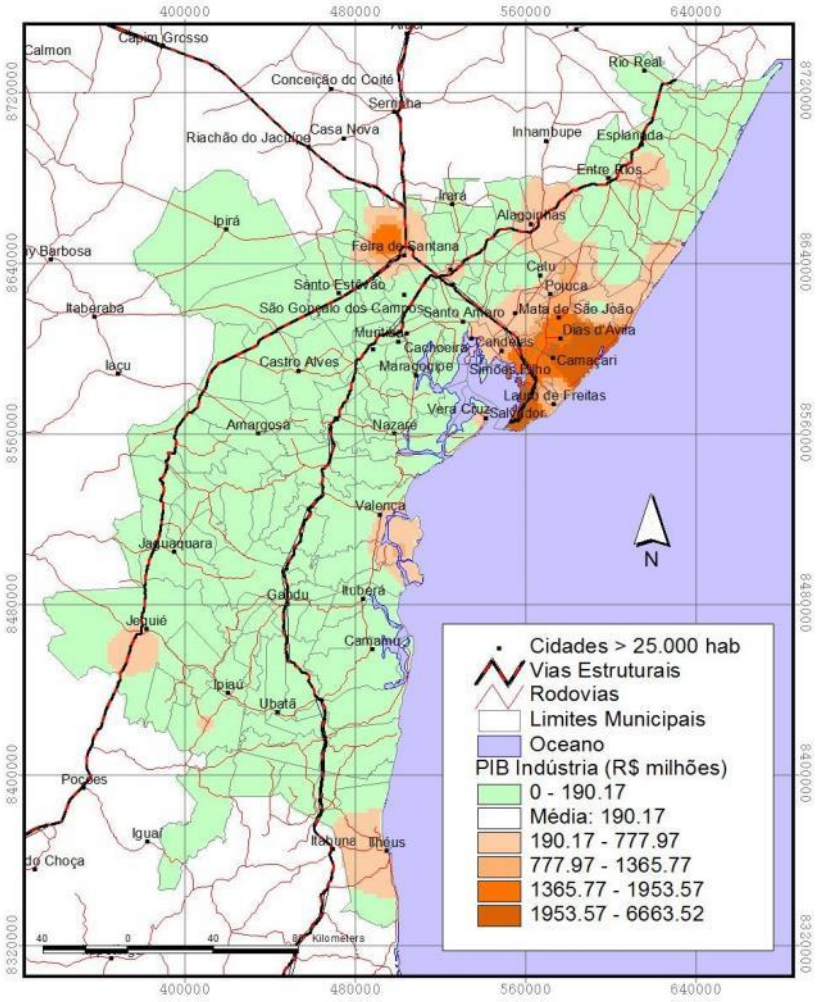
Figura 324 – Usos predominantes – Município de Itaparica



Fonte: Instituto Polis a partir do PDU Vera Cruz

Figura 325 – Usos predominantes – Município de Vera Cruz

A análise espacial do setor industrial do PIB indica a ausência de atividades industriais no município de Vera Cruz e atividade pouco expressiva em Itaparica.

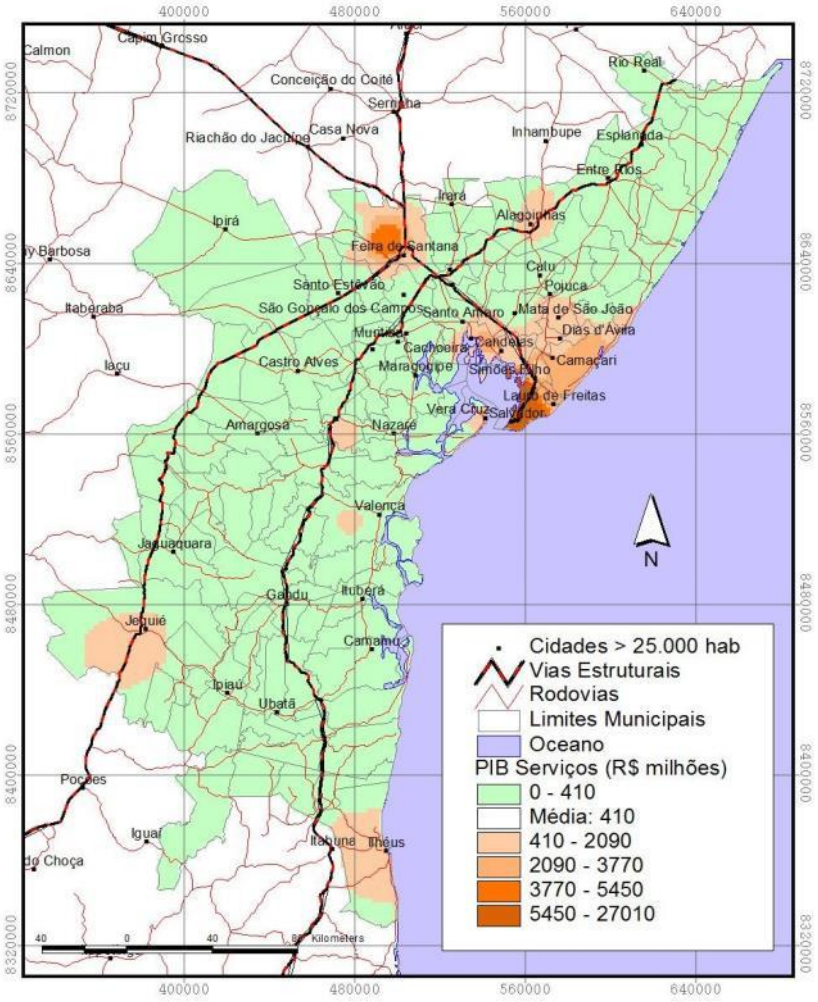


Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 326 – PIB Indústria (2011)

Como já foi mencionado neste estudo, o baixo nível de atividades industriais fora da RMS e de suas áreas de influência direta contribui para os baixos níveis de industrialização em extensas áreas do território baiano.

As atividades ligadas ao comércio e ao turismo, que se inserem no setor de serviços do PIB, podem ser avaliadas na sua distribuição espacial, no quadro abaixo. Nota-se que a atividade turística da ilha tem pouca importância relativa no PIB, concentrando-se em Vera Cruz.



Fonte: SIDRA / IBGE Elaboração própria

Figura 327– PIB Indústria (2011)

A atividade de serviços corresponde a 68% do PIB total na área estudada. Apesar da ilha apresentar um grande potencial turístico, sua participação regional no setor é muito pequenase comparado comSalvador, que ocupa o primeiro lugar e contribui com 46,7%. Feira de Santana vem em segundo lugar, com 8,9%.

É importante perceber que se for considerada, na composição geral do PIB, no setor de serviços, apenas a parte de administração pública, constata-se ainda mais a fragilidade das demais atividades do setor na composição da economia da área de estudo.

Estes valores tão discrepantes evidenciam a necessidade de redistribuir a economia de serviços no território baiano, e para isto faz-se necessário implementar políticas de desconcentração da economia, principalmente no setor de serviços, que pode se

estabelecer em territórios que não oferecem condições naturais específicas, como condições climáticas ou recursos naturais abundantes.

Caracterização das áreas de entorno do empreendimento, com mapeamento de vias de acesso, zonas urbanas, áreas industriais de comércio e serviços, áreas de vegetação, áreas antropizadas, ocorrência de bens tombados, áreas de preservação e áreas de lazer (parques e praças) etc.

O entorno do empreendimento, para efeito do mapeamento solicitado, envolve basicamente, na ilha de Itaparica, as vias de circulação e as localidades próximas. Em Salvador, a AEE é constituída pela articulação viária para acesso à ponte (a ser implantada na região da Feira de São Joaquim, em Água de Meninos), os túneis recentemente implantados da Via Expressa e o principal acesso ao porto de Salvador. O mapeamento das vias de acesso integra o Caderno de Estudo de Tráfego, elaborado pelo Derba e que faz parte deste diagnóstico ambiental.

Na Ilha de Itaparica, as zonas urbanas são constituídas pelo pequeno comércio local, condomínios de veraneio, residências dos habitantes locais e equipamentos turísticosnas sedes e em áreas municipais que estão, basicamente, distribuídas ao longo da BA001 e no litoral sudeste da ilha. Na contra costa noroeste encontram-se as localidades de Baiacu e Matarandiba. Entre os equipamentos, destacam-se os dois terminais marítimos que são usados para a travessia para Salvador.

Em Salvador, a cabeceira da ponte será instalada numa zona que compartilha o espaço desenvolvendo múltiplas atividades que envolvem pequenas indústrias, comércio, residências, terminal marítimo de passageiros (Ferry Boat) e de carga, além da Estação Ferroviária do Subúrbio de Salvador.

O cenário descrito sugere que as maiores alterações no uso e ocupação do solo devem ocorrer na ADA, mais precisamente na Ilha de Itaparica, com o aumento da urbanização e do comércio local. Nos demais municípios que compõem a AID, as intervenções físicas serão pouco significativas, não devendo afetar o uso na maior parte dessa região, ressalvando os municípios de Salinas da Margarida (AID) e o de Maragogipe (AII), em que o processo de urbanização poderá ser intensificado devido a possíveis sinergias com os empreendimentos industriais que estão se instalando nos locais.

2.2.8.3. Caracterização da área do entorno do empreendimento

A caracterização a seguir ressalta os aspectos “representativos” das comunidades da AEE, delineados num sentido mais geral, presentes nas localidades. Vale destacar que, em suma, encontrou-se um padrão heterogêneo no que concerne às características relevantes (vida social) dessas comunidades, que serão mais bem detalhadas nos itens específicos referentes à educação, saúde, organização social, etc., ao longo do EIA. A descrição dessas e de outras comunidades da ADA e AID também são objeto de caracterização detalhada nos itens deste diagnóstico, relativos às comunidades tradicionais, ao saneamento e à pesca.

Vera Cruz

O município de Vera Cruz, que faz parte da Ilha de Itaparica e também integra a Área Diretamente Afetada, é composto por quatro distritos, Vera Cruz, Cacha Prego (ou Cacha Prego), Jeribatuba e Mar Grande, com populações de 12.796, 2.888, 7.212 e 14.671 pessoas, respectivamente. A densidade demográfica varia de 100.51 hab/km², em Jeribatuba, a 416,38 hab/Km² em Vera Cruz.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 328–Cacha Prego



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 329–Mar Grande

Matarandiba

A comunidade de Matarandiba, situada no município de Vera Cruz, é constituída basicamente por pescadores e marisqueiras. Situada na contra costa da Ilha de Itaparica essa pequena vila encontra-se nas águas da Baía de Todos os Santos e, apesar de não ser conhecida como ponto turístico, possui alguns destinos para

passeio, como a Barra Falsa, que se destaca pelas dunas de areia alvíssima e água transparente; caminhadas ecológicas pela mata atlântica e a fonte do Tororó, próxima à ponte do Funil, que liga a Ilha de Itaparica ao continente pela BA-026. Segundo o historiador Ubaldo Osório, “a vila de Matarandiba também já foi chamada de Ilha dos Burgos, por haver pertencido aos descendentes do ouvidor Cristóvão de Burgos, o que foi Vedor Geral das fortificações da Bahia” (1979, p.448). Atualmente, Matarandiba é um povoado que conta aproximadamente 700 habitantes. Por não existir terreno livre para venda, são as mesmas famílias que moram na vila. O lugar é pacato, com baixos índices de violência. As práticas econômicas que movimentam a vila são a pesca e, principalmente, a mariscagem. As comunidades da Ilha de Itaparica localizadas na contra costa nunca tiveram um acesso privilegiado, sendo assim, o entrar e sair de Matarandiba sempre foi difícil. Segundo Angelina Santiago Costa, nascida e criada na comunidade, até os anos de 1970, o acesso se dava por navio e saveiro, porque Matarandiba era uma ilhota separada da ilha de Itaparica. Saindo do continente (no caso, do porto de Salvador), os navios ou saveiros atravessavam a costa da Ilha de Itaparica, fazendo um percurso que durava aproximadamente duas horas e meia, até chegar à contra costa e consequentemente à vila. Os alimentos, as informações e a presença da cultura externa demoravam de chegar àquela localidade. Naquela época, o único meio de comunicação acessível à vila era o rádio, já que não existia energia elétrica[139].

[139] Este trecho é correspondente ao artigo intitulado “A voz tradicional na contemporaneidade: considerações sobre a cultura popular em Matarandiba, Bahia” de Edil Silva Costa. Disponível em: <http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=402:-a-voz-tradicional-na-contemporaneidade-consideracoes-sobre-a-cultura-popular-em-matarandiba-bahia&catid=83:numero-10-imaginaires-de-la-voix&Itemid=55> Acesso em 26/mar. 2014.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 330– Imagem aérea de Matarandiba

A localidade tem como acesso principal os portões de entrada da empresa “Dow Química Brasil”, situada às margens da BA001. Após alguns quilômetros de elevação do terreno, é possível chegar à comunidade formada por cerca de 800 moradores. A localidade possui um nível razoável de infraestrutura, uma vez que é possível o acesso à energia elétrica, estabelecimentos escolares, posto de saúde, transporte público complementar (vans em três horários diários com tarifa entre R$2,50 e R$4,00), parte dele realizado em convênio com a empresa instalada próximo da comunidade.

A vila tem como principal fonte de renda a atividade de pesca e mariscagem, ocupando uma grande parcela da população, que vende seus produtos nas localidades mais próximas ou mesmo a intermediários, responsáveis em negociar com outros municípios, inclusive Salvador. Vale destacar que uma parcela da população local ocupa-se com trabalhos na capital, utilizando-se do transporte hidroviário (ferry boat e “lanchinhas”).

A proximidade com Salvador e a constituição histórica dessas localidades, criadas e desenvolvidas ao longo do processo de colonização, lega a tais espaços uma narrativa cultural marcante, de valorização da tradição e das sociabilidades construídas no tempo. Daí que a percepção da localidade sobre a ponte, em grande parte, baseia-se

na negação do empreendimento, levando alguns moradores a analisar que a ponte irá fazer da ilha um “condomínio de Salvador”, amplificando problemas sociais diversos, dentre eles, a violência, que já constitui um fato presente no cotidiano da população da local. Esta ponderação também reforça a percepção de que o meio ambiente será prejudicado por impactos bastante negativos à ilha.

Esta resistência está presente em quase todas as comunidades em proporções diferentes, contudo, é possível compreender que não há um processo de comunicação e interação social por parte do empreendimento, o que leva boa parte dos moradores a superestimar a importância do mesmo. Em contrapartida, a grande maioria dos moradores é favorável ao empreendimento, seja por uma espécie de conformismo diante de um progresso inevitável, seja por acreditar que o empreendimento trará melhorias e desenvolvimento para a região.

O modo de vida, voltado para à pesca e mariscagem, é compartilhado com a “modernidade” do assalariamento, na medida em que a proximidade com a capital permite a integração de uma parte da população da ilha à economia da RMS, além das oportunidades sazonais referentes ao turismo de sol e praia presente na região.

No âmbito da organização social, a localidade destaca-se através de associações voltadas a desenvolver projetos culturais (ASCOMAT), o com apoio de governos e universidades (UFBA, UNEB e UFRB), no intuito de preservar a memória e algumas manifestações presentes na história do lugar. Há também o desenvolvimento do Projeto “Rede Ecosmar”, com foco na economia solidária[140].

Apesar do acesso universal aos serviços públicos essenciais em Matarandiba, a precariedade destes é uma regra que se repete em quase todas as pequenas comunidades, onde não há médicos mais do que duas vezes ao mês, o que é insuficiente para a demanda observada.

[140]Sobre o projeto: “A Rede de Economia Solidária de Matarandiba representa um conjunto de iniciativas de economia solidária envolvendo associações, culturas tradicionais e empreendimentos econômicos solidários, desenvolvidos no âmbito do Projeto Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba – Projeto Ecosmar, realizado na comunidade de Matarandiba, Ilha Itaparica, município de Vera Cruz/BA (Região Metropolitana de Salvador). O Projeto Ecosmar iniciou suas atividades em agosto de 2007, a partir de uma parceria entre a Dow Brasil – Universidade Federal da Bahia e a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial – ITES/UFBA”. Disponível em <http://projetoecosmar.wordpress.com/a-rede-ecosmar/> Acesso em março de 2014.

Matange

Esta localidade, constituída por 10 casas, apresenta uma dinâmica rural, com as famílias voltadas para a atividade agrícola de subsistência, além de desenvolverem a pesca e a mariscagem como forma de complementação da dieta alimentar e como fonte adicional de renda (pequenas quantidades vendidas para intermediários no próprio local).

Na localidade funciona um ponto de passagem de oleoduto, sob responsabilidade da Petrobras, a alguns metros próximos da BA001, principal via de acesso local. Não existe nenhum tipo de equipamento público, que são buscados em outras comunidades mais próximas.

Baiacu

Esta foi a primeira localidade da Ilha de Itaparica, fundada em 1560, com a construção de uma igreja dedicada a Nosso Senhor da Vera Cruz. Trata-se de uma das mais importantes localidades presentes na contracosta, sobretudo em termos de população, economia vinculada à pesca e organização social. A localidade detém cerca de 6.000 moradores, com acesso à rede pública de energia e saneamento, telecomuniCações, pavimentação asfáltica, saúde, segurança, etc.

A economia local é bastante aquecida por conta da pesca (e também do seguro-defeso), além do que esta produção se dá com agregação de valor e destinação final garantida diante das articulações geradas por alguns projetos sociais ligados à Colônia de Pesca, Associação de Moradores e à presença de uma cooperativa, a REPESCAR, com estrutura para levar o pescado processado e refrigerado até os consumidores (supermercados, restaurante industrial etc.). Neste sentido, é latente a presença da pesca na comunidade, aquecendo, inclusive, o setor de venda de materiais de construção.

Há, na localidade, uma intensa organização e representação social e política, demonstrando que algumas melhorias vivenciadas pela comunidade são fruto do engajamento social, fortalecendo a representatividade da mesma perante o município. A organização social observada refere-se ao envolvimento por meio da produção e defesa de interesses relacionados à pesca, no âmbito de projetos geradores de renda e de oportunidades (em curso a construção de cinquenta unidades habitacionais por

parte do governo estadual). Baiacu conta com um vereador eleito vinculado aos moradores e com trajetória política relacionada com a atividade pesqueira.

Apesar do engajamento resultar em direitos conquistados pela comunidade, foi possível perceber a insatisfação com a qualidade dos serviços públicos, especialmente a saúde, uma vez que não há estrutura nem médico com regularidade para atender as demandas de uma comunidade com significativa população.

Beira-Rio Tairu/Aratuba/Cacha Prego/Mar Grande – Vera Cruz e Itaparica

Beira Rio é uma pequena localidade que se prolonga até Tairu, com infraestrutura razoável (energia, transporte, abastecimento de água etc.). Essa comunidade difere um pouco das demais por não estar situada no litoral, mas entre a BA001 e a BA857. Segundo os moradores, na área existem aproximadamente 1.590 casas, a maioria de blocos com cobertura cerâmica, com padrão de moradia variando entre inadequado a semi-adequado. As vias de circulação interna não são pavimentadas e não existe um arruamento definido.



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 331 – Mar Grande



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 332 – Cidade de Itaparica

Tairu já apresenta um pequeno comércio local, com posto bancário e posto policial. A comunidade é cortada pela rodovia BA857 e apresenta vias pavimentadas na região central. A densidade populacional é menor na orla do que nas áreas mais internas da localidade. De forma análoga, quanto mais próximo da orla maior o tamanho das

propriedades e melhor o padrão construtivo das residências que estão, em grande parte, voltadas para veraneio e possuem piscinas e outros equipamentos de lazer.



Figura 333– Hidrômetro em Tairu, 2014



Figura 334 – Entrevista com moradores – Vera Cruz, 2014



Figura 335– Arruamento em Tairu, 2014



Figura 336– Rua em Tairu, 2014



Figura 337 – Centro comercial Tairu



Figura 338 – Posto bancário Tairu

As localidades dessa área mantêm um grau significativo de semelhanças, uma vez que apresentam uma dinâmica social parecida no que concerne ao padrão de moradia, infraestrutura, uso do solo, relação com o turismo, eventos culturais etc, e que estabelece um ordenamento do solo onde os domicílios com famílias com menor padrão de renda estão situadas mais para o interior, enquanto a população com melhor renda, em geral moradores de Salvador e adjacências, está instalada nas próximidades da orla.

Cacha Prego se destaca por seu comércio local e maior infraestrutura turística. Uma parte significativa das residências serve como segunda moradia para um público de classe média, em geral assalariados, que vislumbram na ilha um pouso para o descanso e lazer.

Este segmento movimenta o lugar, especialmente, nos meses de verão e em feriados ao longo do ano, gerando diversas oportunidades de trabalho aos que ali mantêm residência fixa.

Tais localidades têm como principal via de acesso a BA001 e apresentam infraestrutura razoável, apesar da percepção dos moradores de que os serviços públicos não estão a contento, sobretudo o acesso a políticas de segurança pública, entendidas como quase sempre incapazes diante da demanda. Outro serviço questionado é o transporte, especialmente, o “ferry boat”, já que não suporta a demanda presente em algumas épocas do ano de intensa visita à ilha.

A estrutura urbana está organizada, em parte, por condomínios fechados (loteamentos), ocupados particularmente no verão e em feriados prolongados, tendo

como principal dinâmica o turismo de "sol e praia"[141], sendo as barracas praianas o forte elemento de sociabilidade, além de eventos culturais marcantes para o fortalecimento das intersubjetividades (festas religiosas, "lavagens" etc.). A presença da cultura[142] na conformação de identidades entre diversos sujeitos sociais é algo marcante na ilha, de maneira geral.

Apesar da infraestrutura razoável (rede pública de saneamento, energia, principal via de acesso em bom estado de conservação, unidades de Saúde da Família, etc.), a construção do empreendimento leva uma parte dos moradores a ponderar a sua viabilidade, uma vez que compreendem a incapacidade da ilha em tornar-se um "bairro" de Salvador, no que concerne, sobretudo, à oferta de políticas públicas essenciais para suportar os fluxos ligados à construção da ponte. Neste sentido, uma parte da população é "parcialmente contra", mas outros apresentam a mesma ponderação, sendo "parcialmente a favor", diante das possíveis oportunidades a serem atraídas com a chegada do empreendimento, mesmo para aqueles ligados a atividades tradicionais como a pesca, que tende a ser impactada em alguns momentos ao longo da possível instalação e operação do empreendimento.

Campinas

Campinas (Condomínio Vera Cruz) situa-se em uma área com cerca de 1,7 km de extensão da rodovia BA - 001 e pouco mais de 400 metros de comprimento de largura na direção da localidade de Ponta Grossa, situada na Contracosta, totalizando aproximadamente 1km². A área que se estende ao longo da rodovia até a entrada da pista que dá acesso à comunidade de Campinas é uma grande região ocupada por

[141]Este tipo de turismo é pouco organizado por agentes e demais atores do trade turístico, mas trata-se de uma forma "artesanal", voltada a famílias trabalhadoras de classe média, conformadas na dinâmica social da RMS. Há, nessas comunidades, um segmento hoteleiro simples de pousadas e hotéis, porém limitado, já que o tipo de hospedagem conforma-se na ocupação por temporada de casas instaladas dentro e fora dos condomínios, com preços diversos, o que atrai um público heterogêneo, mas em sua maioria formado por trabalhadores assalariados que habitam a RMS.

[142]As localidades da ilha presentes na AID e ADA apresentam uma vocação cultural de valorização da memória, assim como das diversas manifestações religiosas. A economia da local, em grande parte, está influenciada pela pesca tradicional (também a mariscagem) na costa e contracosta, o que estrutura a vida social destes lugares. Neste sentido, o impacto do empreendimento afetará um modo de vida social altamente influente em bairros populares de Salvador, que tem na ilha um "porto seguro" para o lazer, entretenimento, intersubjetividades, etc., ou seja, um "estar no mundo", que poderá sofrer transformações diante dos novos cenários socioeconômico e cultural presentes com a chegada da ponte.

matas, zonas úmidas e relativamente poucas casas. Esta pequena área é importante pela sua localização, uma vez que a interseção da Ba 001 com a variante da Ponte vão ilhar a comunidade entre duas rodovias. A localidade é constituida por vias estreitas e não pavimentadas, transversais a BA - 001 e uma área estuarina, que avança no sentido da contracosta.



Figura 339 – Entrada da comunidade de Campinas

A localidade conta com um pequeno comércio situado as margens da Ba 001 que inclui um depósito de materiais de construção (Premac), uma igreja católica, uma escola municipal (Escola Municipal Geseilda Alves de Sousa) e a Associação de Pais e Mestres de Campinas. As poucas casas ali instaladas basicamente na foz do rio são construções simples de alvenaria, com piso de terra batida, de um pavimento, e compõem o lugar com a vegetação de manguezal. A maioria das residencias é constituida de casas populares e contam com pequenas areas ocupadas com plantação de frutas, legumes e verduras nativas para subsistência familiar. Observa-se também a presença de alguns pequenos sítios com plantação que servem para subsistência dos proprietários e para serem vendidos aos comerciantes locais.



Figura 340 – Sitio da região de Campinas

A área chama a atenção pelo fato de existirem ali muitos imóveis vazios, abandonados ou com placas de venda e aluguel.



Figura 341 – Rua Sussuarana

A comunidade conta com a Associação de Moradores de Barra Grande, que funciona a mais de 20 anos, e com a Associação Beneficente Projeto de Deus de Barra Grande, criada há aproximadamente 6 anos e que obteve seu registro há 4 anos.

Uma parcela dos moradores do local é composta por pescadores e marisqueiras que exercem estas atividades na costa com com gaiolas - estruturas quadradas de ferro e tela de plástico com cerca de 60cm², que servem majoritariamente para capturar diversos tipos de siri. Os entrevistados reclamaram da pesca predatória com bombas que é muito praticada na região.



Figura 342 –Gaiolas e canoas no porto de Campinas

O beneficiamento dos produtos é realizado no próprio domicílio e comercialização no varejo Os pescadores e marisqueiras comercializam pescado no proprio domicilio e fora da localidade. A pesca emariscagem também é praticada nos mangues do entorno e em Baiacu quando pretentem pescar camarão ou pequenos peixes na contracosta para tê-los como isca na pescaria marítima.



Figura 343 – Casas na comunidade

Em relação à expectativa da população local é a de que proporcione benefícios no sentido de criar oportunidades de emprego e renda, ainda que elas admitam que o projeto poderá acarretar em maior índice de violência e transtornos com o aumento populacional da ilha. Embora os entrevistados acreditem que as alterações no sistema viário possam modificar profundamente o acesso dos pescadores ao mar (atreavessar a pé a rodovia) creem também que algumas medidas como, passarelas ou faixas de pedestres nas novas rodovias, esse problema poderá ser minimzado e a ampliação da oferta de trabalho compensaria os possíveis problemas. Ao contrario do que seria de se esperar, esses moradores afirmam que as novas rodovias vão promover maior integração, interligado a comunidade ao restante da ilha.

Jiribatuba

A Ilha de Jiribatuba é habitada por cerca de 2.000 famílias, compreendendo um grau razoável de infraestrutura (escola, posto de saúde, saneamento, transporte, lazer, segurança, etc.). Grande parte das famílias vive da pesca, pois, segundo informações da Associação Comunitária Beneficente de Pescadores e Marisqueiras, há cerca de mil pescadores na localidade.

O destino do pescado tem sido a própria região, mas também envolve intermediários. Vale ressaltar o impacto de políticas sociais como o defeso, que injeta um

investimento acima de R$500.000,00 por ano na localidade, conforme algumas lideranças locais da pesca. Este impacto é visível no comércio do lugar, fortalecido também pelo Programa Bolsa Família (PBF). Neste sentido, poucos moradores aventuram-se a trabalhar em Salvador, diante de um "aquecimento" econômico e estabilidade da atividade pesqueira, a ser observado, na verdade, em toda a ilha.

Dentre as pesquisas realizadas sobre a percepção do empreendimento, observou-se a posição favorável pela maioria da população, contudo, há as mesmas ponderações presentes nas demais localidades, ou seja, de que forma os impactos decorrentes do empreendimento poderão ser adequados a uma realidade precária no que se refere à qualidade de serviços públicos, sendo que o mais crítico é o de segurança pública.

Nessa localidade, assim como nas demais, não há uma diversidade de equipamentos de lazer e entretenimento, no entanto, o "improviso" do mar, rios, áreas verdes e campos de futebol cumprem papel primaz na ludicidade, especialmente, dos mais jovens, o que conforma uma sensação de bem-estar, do "viver bem" na ilha e, obviamente, de felicidade, apesar dos desafios cotidianos ponderados pela maioria dos moradores.

Em Jiribatuba e nas demais localidades a pesca assume-se como primeira ocupação, no entanto, é possível perceber que uma parte dos pescadores ocupa o tempo com trabalhos sazonais, sem assalariamento e formalidade. Além disso, muitos jovens aspiram desenvolver estudos como via tradicional para chegar ao mercado de trabalho, o que evidencia o peso da tradição, mas também o desejo em ocupar o lugar efetivo, e também simbólico da "modernidade", representada no mundo "urbano-industrial". Neste sentido, o empreendimento é bem visto, na medida em que possibilita a incursão das localidades da ilha em um novo contexto e na medida em que o lugar que ocupam passaria por transformações que estariam antenadas com este tempo social desejado.

Aratuípe – Maragojipinho

A localidade de Maragojipinho caracteriza-se como uma

> [...] tradicional comunidade produtora de cerâmica artesanal, decorativa, utilitária e religiosa, é um distrito do município de Aratuípe (8.590 habitantes – IBGE 2010), no Recôncavo Baiano, a apenas 8 km da cidade de Nazaré das Farinhas. Neste distrito, uma população de 3.500 pessoas vive em torno da produção do artesanato, no qual tudo está referenciado à cultura secular. Um dos seus limites territoriais é o manguezal às margens do Rio Jaguaribe, onde estão erguidas as 117 olarias. As olarias são galpões tradicionalmente construídos com materiais orgânicos, têm estruturas de madeira, paredes de palha de piaçava, e geralmente apresentam coberturas de telha em cerâmica. Essa tradicional estrutura facilita a circulação de ar e a iluminação natural no ambiente, fundamental para que as peças de argila sequem antes de irem ao forno, e que também proporciona maior conforto ambiental ao artesão produtor. A estrutura da olaria assemelha-se a construções indígenas, especialmente na sua distribuição espacial. Estão distribuídas em semicírculo em volta da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída no ponto mais alto do terreno no ano de 1710 e reformada em 1930[143].

A vida social da localidade gira em torno da produção e comercialização decorrentes das olarias, atraindo uma quantidade significativa de visitantes e intermediários (“atravessadores”) ao longo do ano, o que ratifica a vocação turística da localidade. Neste sentido, a organização social do lugar perpassa pela preservação cultural das tradições, assim como o desejo de aprofundar políticas públicas singulares a um processo de valorização da cultura popular.

Assim como as demais localidades, há uma vocação turística conformando o artesanato com a atração de um público de “sol e praia”, que procura descanso e entretenimento (festas, bares, restaurantes, passeios náuticos, encontros familiares, manifestações religiosas, etc.), particularmente no verão.

[143] Este trecho pertence ao artigo intitulado “Mudança no padrão construtivo das olarias de Maragogipinho (Aratuípe-BA)”, de autoria de Isabel Aquino e Silva e Ely Estrela, que pode ser acessado no link: <http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1__MUDANCA_NO_PADRAO_CONSTRUTIVO_DAS_OLARIAS_DE_MARAGOGIPINHO__ARATUIPE-BA.pdf> Acesso em 28/mar. 2014.

Jaguaripe – Ilha da Banca

Esta localidade está situada à beira da rodovia B-001 e ás margens de uma área de manguezal, com habitações subnormais, sem estrutura de arruamento e equipamentos públicos. Não há rede de saneamento e o acesso à água se dá em uma área próxima.

Trata-se de uma comunidade ocupada com a pesca e relação com o manguezal (lambreta, peixes, etc.), sendo visíveis pontos de venda na rodovia, o que serve como referência para a identificação da comunidade, que possui aproximadamente 50 famílias com acesso à saúde e educação em uma localidade próxima, denominada Barreiras.

2.2.8.4. Síntese de caracterização das localidades

As localidades pesquisadas são representativas, uma vez que apresentam características gerais presentes em toda a Ilha de Itaparica[144]. Pode-se afirmar que grande parte das comunidades da costa tem como vocação o turismo de “sol e praia”, mobilizando, especialmente, a classe média fora dos padrões hoteleiros e de negócios, uma vez que se trata de uma ocupação marcada pelo “veraneio” dentro e fora de condomínios, formada por habitações regulares, de menor tamanho.

A contracosta concentra um modo de vida rural determinado pela pesca e a mariscagem, sendo esta atividade elo preponderante no modo de organização social das comunidades, através de associações, cooperativas, colônias de pesca, etc. Vale ressaltar que tanto na costa quanto na contracosta, há a expressão de projetos e de entidades voltadas à valorização da cultura local, o que mostra o vigor das manifestações culturais da ilha.

Contudo, ao mesmo tempo em que se mostra vital para a defesa de sua cultura tradicional, abre-se para o “moderno”, diante de uma relação intensa com a RMS, a

[144]Encontramos uma caracterização geral da ilha a partir da definição do município de Vera Cruz, que demonstra dados semelhantes ao que foi encontrado em campo. Acessar o site: <http://bahia.com.br/cidades/vera-cruz/> Acesso em 01/abr. 2014.

qual já é existente e tenderá a ser potencializada com a construção do empreendimento aqui pesquisado.

No âmbito dos serviços públicos, foi possível perceber o acesso praticamente universal por parte das comunidades, porém havendo a ponderação quanto à qualidade destes. Esta posição crítica da efetividade das políticas públicas básicas (educação, segurança, saúde, etc.) tem determinado o fato de uma parte dos moradores perceberem malefícios na implantação do empreendimento, já que apostam que a ilha será incapaz de oferecer acolhimento às transformações advindas possivelmente com a ponte. Ou seja, não haveria condições dignas para a ilha ao se transformar, como fala uma parte dos moradores, em “bairro” de Salvador. Nesse sentido, mostram uma posição crítica contra a ponte, apesar de a grande maioria perceber que o projeto é importante para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

2.2.9. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

O diagnóstico é uma atividade científica de arqueologia preventiva e, neste caso, corresponde a uma primeira aproximação à problemática arqueológica, histórica e cultural da área do empreendimento.

O principal objetivo do desenvolvimento da pesquisa é o de apresentar ao IPHAN as intervenções realizadas pela equipe de Arqueologia, de modo que se possa indicar o potencial regional, evitando possíveis impactos ao patrimônio nacional, além de realizar o levantamento dos bens culturais de natureza material, imaterial e arqueológica.

Este relatório parcial abrange a parte terrestre do empreendimento, referente à implantação das vias de acesso à futura ponte sobre a Baia de Todos os Santos, na grande Salvador. Seguindo a metodologia proposta para esse tipo de empreendimento, a equipe de arqueologia realizou o reconhecimento da área do empreendimento através do caminhamento, bem como com escavação assistemática de poços-testes, onde foram realizadas observações dos trechos mais sensíveis do ponto de vista histórico-cultural.

Como parte da proposta de pesquisa, também foram executadas as atividades de educação patrimonial.

O relatório está conformado pelos capítulos que especificam desde as características do empreendimento, o contexto arqueológico, histórico, etnográfico, levantamento do patrimônio cultural da área de influência, a metodologia empregada em campo, os resultados obtidos, as conclusões e recomendações, além de reunir nos anexos documentos e informações complementares.

2.2.9.1. Legislação referente ao patrimônio arqueológico brasileiro

Os estudos arqueológicos no Brasil são regidos por um corpo legislativo extremamente bem fundamental (MIRANDA, 2006) e fiscalizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC). A pesquisa deve ser devidamente autorizada pelo órgão e cabe ao arqueólogo coordenador, responsável por essa pesquisa, a análise e guarda dos remanescentes culturais.

A proteção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico, constitui-se uma condição essencial para a conservação de dados fundamentais sobre os processos históricos e culturais de uma nação, garantindo, inclusive, a consolidação de sua memória, identidade e cidadania, bem como suscitando processos de valoração e preservação desse patrimônio, como práticas de educação (MIRANDA, 2006; CASCO, 2006).

O patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para o qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (ICOMOS, 1990).

Ainda segundo Miranda (2006, p.73),

> Em nosso país, a proteção específica para os bens de valor arqueológico surgiu com a edição da Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Até então, a proteção de tais bens ficava na dependência do tombamento (regido pelo Decreto Lei 25/37), instituto pouco adequado à tutela do patrimônio arqueológico tendo em vista que em muitos casos a pesquisa científica necessária para o estudo dos sítios acaba

por desmontá-lo integralmente, o que a rigor contraria a norma de proteção integral inserta no art.17 da Lei de Tombamento (MIRANDA, 2006, pp-75-76).

Portanto, o patrimônio arqueológico brasileiro é regido por uma legislação que normatiza a proteção, a pesquisa, o gerenciamento e a apropriação dos bens desta natureza. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC) é a instituição que tem como missão precípua a proteção, salvaguarda egestão dos sítios arqueológicos e que atua também como um órgão da União para expedição de portarias que autorizam a realização dos estudos arqueológicos durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que poderiam ocasionar possíveis impactos ao patrimônio cultural.

Esta solicitação de pesquisa foi planejada e será executada para dar pleno atendimento à legislação brasileira referente ao patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico, fundamentada nas seguintes leis.

A. Em Âmbito Federal

- **Constituição Federal de 1988** (artigo 225°, inciso IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216°.

- **Lei Federal nº 3.924, de 26/07/1961**, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional.

- **Resolução CONAMA nº 01/86,** especificamente o artigo 6, inciso I, alínea c, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento (LP, LI e LO).

- **Resolução CONAMA nº 07/97**, que detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases do licenciamento ambiental e de sua obrigatoriedade para obras civis rodoviárias e demais obras de arte a elas relacionadas.

- **Portaria IPHAN / MinC nº 07, de 01.12.1988**, que normatiza e legaliza as ações de intervenção e resgate junto ao patrimônio arqueológico nacional, definindo a documentação necessária para pedidos de autorização federal de pesquisa.

- **Portaria IPHAN / MinC nº 230, de 17.12.2002**, que especifica o escopo dos estudos sobre patrimônio arqueológico a serem realizados nas diferentes

etapas de licenciamento ambiental.

- **Lei Federal nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade),** que também determina a proteção do patrimônio cultural.

- **Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000,** que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

B. Em âmbito Estadual

- Constituição do Estado da Bahia, Título III, Capítulo I, Seção II, artigo II, item XIV. Compete ao Estado, além de todos os poderes que não lhe sejam vedados pela Constituição Federal: "proteger os monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos e impedir a evasão, destruição e descaracterização de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural".

- Constituição do Estado da Bahia, Título VI, Capítulo XV, artigo 275, item I. É dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira e especialmente: "inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados à religião afrobrasileira, cuja identificação caberá aos terreiros e à Federação do Culto Afro-Brasileiro".

C. Em âmbito Municipal

- Lei Orgânica do Município de Salvador, Título III, Capítulo I, Seção I, artigo 71, item XVI. O Município, atendendo às peculiaridades locais e às diretrizes estaduais e federais, promoverá o desenvolvimento urbano através de um processo de planejamento, levado a efeito pelo sistema de planejamento municipal, visando aos seguintes objetivos: "proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e ecológico".

- Lei Orgânica do Município de Salvador, Título III, Capítulo I, Seção II, artigo 83, "O proprietário de terreno considerado pelo poder público como de interesse do patrimônio histórico, artístico, arqueológico ou paisagístico, poderá exercer em outro local, ou alienar a terceiros o direito de construir previsto na legislação de uso do solo do Município e ainda não utilizado, desde que transfira, sem ônus, ao poder público, a área considerada como de interesse público".

- Lei Orgânica do Município de Salvador, Capítulo VIII, artigo 266. "Ficam sob proteção do Município os conjuntos e sítios históricos paisagísticos, artísticos,

arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos tombados pelo Poder Público Municipal".

- Lei Orgânica do Município de Salvador, Título I, Capítulo II, artigo 8, item V, Compete ao Município, em comum com a União, o Estado e o Distrito Federal, observadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar: "proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as edifiCações, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos".

- Lei Orgânica do Município de Itaparica, Título I, Capítulo I, Seção III, Art. 9º, item III. É da competência do Município, em comum com a União e o Estado "proteger os documentos, as obras de valor histórico-cultural e artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos"

- Lei Orgânica do Município de Itaparica, Título I, Capítulo II, Seção III, Art. 93: "Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico, tombados pelo Poder Público Municipal. "

- Lei Orgânica do Município de Vera Cruz, Título I, Capítulo IV, art. 11º. É da competência do Município, juntamente com a União e o Estado "proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, e os sítios arqueológicos"

- Lei Orgânica do Município de Vera Cruz, Seção II, Título V, Capítulo IV, art. 139º: "Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontólogo, ecológico e cientifico tombados pelo Poder Público Municipal. "

2.2.9.2. Procedimentos para o levantamento do patrimônio cultural material terrestre

Os dados ora apresentados neste relatório são o resultado de um esforço intelectual, que teve como objetivo compreender e descrever etnograficamente a Feira de São Joaquim (FSJ), como fenômeno cultural de longa duração. A delimitação da FSJ como recorte deste relatório de pesquisa, se deve ao fato da sua localização na ADAdo empreendimento e, principalmente, por sua relevância histórica, cultural e econômica para o município de Salvador e Recôncavo Baiano. Para a realização da pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico, pesquisa documental e observação direta. Nesta etapa da pesquisa, procurou-se inventariar o máximo de material bibliográfico sobre a Feira de São

Joaquim e sobre outras feiras. Constatou-se o fato de que não há muito material de pesquisa disponível sobre a FSJ e outras feiras, sobretudo na área de antropologia. A pesquisa documental é uma rica fonte de dados para pesquisas qualitativas. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica pelo fato de se limitar à consulta de fontes documentais consideradas de "primeira mão". Estas são fontes que ainda não receberam tratamento analítico, como por exemplo: o jornal A Tarde, revistas e informativos da Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura, do Instituo do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), filmes e os arquivos do Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador (Sindifeira).

A observação direta como método de pesquisa proporcionou experiências e vivências sensoriais no sítio da Feira São Joaquim. O conhecimento teórico adquirido nas outras etapas foi vital e de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa. Mas, a experiência direta e sensorial dentro da Feira permitiu acesso ao conteúdo empírico do fenômeno cultural, que ora aqui se subscreve, de forma prefacial, a partir de categorias teóricas e etnográficas.

Os pesquisadores tiveram a acuidade de buscar averiguação histórico-documental para todas as informações obtidas de primeira mão, tanto das fontes escritas, quanto dos sujeitos entrevistados. Deste modo, buscou-se ter acesso aos documentos históricos, como também a interlocução com os atores sociais envolvidos e citados, à medida que se fizesse necessário, para que fossem satisfeitos os quesitos de ancestralidade e historicidade da feira, sua teia de relações culturais, étnicas, simbólicas e econômicas e os possíveis danos causados pelas obras do empreendimento em questão.

A. Procedimentos para o diagnóstico interventivo

Conforme especificada na legislação referente ao patrimônio arqueológico brasileiro, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela normalização e legalização das ações de intervenção e resgate, além de especificar o escopo dos estudos sobre patrimônio arqueológico. Nesse sentido, os procedimentos empregados no desenvolvimento do presente projeto de pesquisa seguiram as orientações e diretrizes do IPHAN, com atenção especial para a Portaria nº. 230/2002, que delibera sobre os procedimentos necessários à compatibilização de

licenças ambientais com estudos preventivos de arqueologia (BASTOS & TEIXEIRA, 2005).

Conforme Morais (1999), a avaliação potencial de indícios e evidências arqueológicas normalmente exige o reconhecimento de terreno, procedimento que propicia a leitura da gênese e composição da área afetada pelo empreendimento, com a máxima potencialização das observações espontâneas e induzidas.

Os procedimentos de diagnóstico arqueológico empregados na atividade em questão, para a avaliação do potencial arqueológico, se fez por meio da observação de superfície e de intervenções no subsolo.

Ainda citando Morais (2005), entende-se que os “sítios arqueológicos” podem ser definidos como a menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações da sociedade do passado.

Essas “evidências físicas”, geradas pela atividade humana pretérita, podem manifestar-se de diferentes formas, dependendo da natureza, do local e de quem criou os objetos ou traços reais de objetos (BURKE & SMITH, 2004).

Portanto, a atividade de pesquisa não se limita à identificação e registro dos sítios arqueológicos mais antigos, como aqueles relacionados à ocupação indígena pré-colonial, mas também se estende aos vestígios materiais históricos, relacionados às diferentes fases de formação da sociedade nacional, incluindo as épocas mais recentes. Portanto, a pesquisa visa entender o processo de ocupação da área de estudo e sua relação com o entorno em suas diferentes etapas, determinando a continuidade ou não entre elas, para a compreensão do estágio atual de ocupação.

Procedendo dessa forma, todo o arcabouço de vestígios materiais de interesse, bem como a articulação entre cada ocorrência entre si e com o meio ambiente circundante, deverá ser considerado potencialmente significante para a “reconstituição” dos processos culturais, objetivo último da ciência arqueológica.

A observação e estudo do contexto arqueológico, ou seja, a relação entre os materiais em um lugar determinado, tipos de artefato e seus padrões de distribuição fornecem importantes informações que podem evidenciar a atividade que foi realizada no local. No entanto, os artefatos observados em um contexto não necessariamente correspondem ao lugar de uso ou fabricação dos mesmos.

Assim, o estudo arqueológico vai mais além de um contexto, sendo necessário, muitas vezes quando possível, procurar determinar as operações que levaram à existência desse produto final, desde a obtenção da matéria-prima para o seu fabrico até o seu descarte, ou seja, sua “cadeia operatória”, conforme conceituado na Escola Francesa (LEROI-GOURHAN, 1943, 1945; MAUSS [1935], 1991), e desenvolvido por vários outros arqueólogos (LEMMONIER, 1986, 1992; SCHIFFER, 1975, 1976; SCHIFFER & SKIBO, 2001; DOBRES, 2000).

Os procedimentos metodológicos foram substanciados em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais (SCHIFFER & GUMMERMAN, 1977; KINTIGH, 1988; KRAKKER, SHOTT e WELCH, 1993; entre outros), de forma que na definição de métodos para a elaboração da presente investigação, também foram levadas em conta não somente as especificidades técnicas do empreendimento, mas também as características ambientais da área onde o mesmo está inserido.

Conforme salientado por Schiffer e Gummerman (1977), levantamentos arqueológicos associados a empreendimentos desenvolvimentistas são condicionados por uma variedade de fatores específicos de cada projeto, incluindo os problemas de gestão e de pesquisa a serem resolvidos, estágio em que se dá a investigação, estimativas iniciais da base de recursos arqueológicos, etc. A pesquisa arqueológica ligada à Gestão de Recursos Culturais, dizem os autores, "demanda a aplicação criativa e flexível de teoria e método arqueológicos modernos, não havendo possibilidade de aplicação de receitas prontas e infalíveis" (SCHIFFER & GUMMERMAN, 1977:85).

Nesta primeira etapa de trabalho, que abordou a parte terrestre do empreendimento, procedeu-se à realização do diagnóstico interventivo na faixa de implantação da via de acesso à ponte sobre a Baía de Todos os Santos, com a execução das atividades específicas de observação de superfície do terreno.

Desse modo, o diagnóstico interventivo corresponde a uma primeira aproximação da problemática referente à ocupação da área do empreendimento, onde se procedeu à observação de superfície por meio de caminhamentos sistemáticos ao longo da via de acesso, realizando também intervenções oportunísticas no solo, principalmente naquelas áreas de maior potencial arqueológico.

A atividade foi planejada previamente, por meio dos planos georreferenciados fornecidos pelo empreendedor com o traçado completo da faixa com 56 km de via rodoviária, incluindo a ponte sobre a Baía de Todos os Santos.

As duas atividades principais de campo referentes ao diagnóstico interventivo foram realizadas simultaneamente: caminhamento e observação da superfície e escavação de poço-teste. Este último foi realizado em pontos específicos para a verificação do subsolo.

As especificações da metodologia empregada são as seguintes.

B. Caminhamento e observação da superfície do terreno.

Para garantir uma cobertura extensa de toda a faixa, caminhou-se pela mesma em quase toda a sua extensão, exceto nos lugares ainda não acessíveis ou nas propriedades particulares onde não foram encontrados seus proprietários para permitir o acesso.

No total, foram pesquisados 55 pontos de interesse na faixa de servidão da via de acesso à ponte. Todas as coordenadas UTM dos poços-teste escavados foram registrados nos GPS.

> Todos os pontos acessados foram registrados em fichas preparadas para esse fim. Nas mesmas, foram anotadas as seguintes informações: a) nome do pesquisador, b) tipo de vegetação, relevo e declive do terreno, c) número do ponto, d) textura e cor do solo (na superfície), e) observações sobre o caminhamento do ponto atual até o próximo ponto atingido além do número, f) descrição das fotos tomadas no ponto e no trajeto até o próximo ponto.

Se durante o caminhamento fossem observadas ocorrências de restos materiais pretéritos em superfície, proceder-se-ia o registro e acondicionamento dos mesmos em sacos plásticos, juntamente com uma etiqueta de identificação, contendo o nome do projeto, localização do objeto, tipo de material, data e nome do pesquisador responsável pela coleta.

C. Escavação de poços-testes

A adoção dos poços-teste, como medida para o controle de ocorrências arqueológicas em subsolo, se justifica como medida propositiva, a qual foi executada obedecendo aos seguintes procedimentos práticos.

- Retirada da cobertura vegetal, com auxílio de enxada e / ou enxadão, de uma área de aproximadamente 1m de diâmetro, visando à exposição do solo superficial para a consequente deposição e análise do sedimento retirado da escavação.

- Abertura de um corte (poço-teste) de ao menos 40cm de diâmetro, com auxílio de enxadão, aprofundado com cavadeira manual (boca-de-lobo) até aproximadamente 1m de profundidade, ou mais, conforme a estratigrafia do terreno.

- Desagregação, triagem e exame do sedimento retirado da sondagem, com auxílio de colher de pedreiro e / ou enxadão.

- Anotação, em formulário específico, da topografia, vegetação, textura e cor do solo e profundidade escavada. Ao final de cada escavação procedeu-se também o registro fotográfico do sedimento armazenado e separado pela textura e registro fotográfico do poço-teste aberto.

Se durante as escavações restos materiais pretéritos aparecessem em meio ao sedimento, proceder-se-ia o registro e acondicionamento dos mesmos em sacos plásticos, juntamente com uma etiqueta de identificação, contendo o nome do projeto, localização do objeto, tipo de material, profundidade, data e nome do pesquisador responsável pela coleta.Finalizado o processo de registro, cada poço-teste foi aterrado. Cabe ressaltar que essa atividade de campo teve por objetivo principal o reconhecimento do potencial arqueológico da área do referido empreendimento.

2.2.9.3. Caracterização das áreas e bens tombados

A. Baía de Todos os Santos e suas ressonâncias

Partindo do entendimento de que a Baía de Todos os Santos (BTS) se configura como um território que agenciou a constituição da cidade de Salvador, fomentando importantes relações referentes à construção dos aspectos socioculturais dessa cidade e do Recôncavo baiano, pretende-se aqui fazer um breve levantamento histórico-cultural do lugar.

Os vários usos e sentidos da BTS, que foi ocupada tradicionalmente por povos indígenas, sendo posteriormente um lugar de escoamento da produção da Bahia açucareira escravocrata, polo de exploração petrolífera e também rota de transportes marítimos, são alguns dos elementos que indicam que essa Área de Influência Direta

do empreendimento possui relevância etnográfica, arqueológica e sociopolítica diante dos estudos relacionados aos patrimônios culturais da região.

Ocupação Pré-Colonial à Contemporaneidade

Considerado o segundo acidente geográfico dessa natureza no Brasil, a Baía de Todos-os-Santos (BTS) possui uma superfície de 1.233km². As populações indígenas que tradicionalmente ocupavam essa região começaram a sofrer o processo de colonização e a perder o domínio desse território após o dia 01 de novembro do ano de 1501, quando a primeira embarcação portuguesa cruzou a barra da baía e a batizou de Baía de Todos os Santos, em homenagem à comemoração católica do dia 01 de novembro. (CAROS, PEREIRA, TAVARES, p.14, 2011).

A ocupação indígena pré-colonial da BTS pode ser evidenciada pelos vestígios da cultura material e também pelos relatos dos cronistas que escreveram e relataram os primeiros momentos da ocupação colonial. Segundo esses vestígios, os grupos humanos que habitavam a BTS eram de caçadores coletores e também de horticultores e ceramistas, construtores de grandes aldeias. Levando em consideração os estudos de que se tem conhecimento, até então, sobre a ocupação pré-colonial dessa região, essa ocupação corresponde aos vestígios dos sítios denominados de sambaqui (ETCHEVARNE, FERNANDES, p. 32, 2011).

Segundo Gaspar (2009, p. 41):

> Os sambaquis são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 60 metros de altura e é composto basicamente de material faunístico como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que é recorrente a presença de esqueletos de homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam igualmente com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, que compõem uma intrincada estratigrafia.

São poucos os estudos sistematizados na área da BTS. O principal deles foi realizado pelo pesquisador da Universidade Federal da Bahia, o arqueólogo Valentin Calderón, que durante a década de sessenta realizou o primeiro estudo sistemático que se tem conhecimento na localidade de Periperi, em Pedra Oca mais especificamente. Esse foi

o único sambaqui escavado, que segundo a datação radiocarbônica seria de quase 3.000 anos de antiguidade (CALDERÓN, p. 15, 1964).

O processo de colonização começa a se estabelecer e também a acentuar os conflitos étnicos, políticos e socioeconômicos nesse território. A ocupação BTS pode ser considerada como o marco inicial para o surgimento da Cidade da Baía (Salvador) e para a dominação, escravização e dizimação dos povos indígenas que tradicionalmente ocupavam esse território.



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 344 – Vista parcial da BTS



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 345 – Vista parcial da BTS

Dentro dessa perspectiva, a BTS pode ser pensada como um ponto de convergência histórico e sociocultural que consegue sintetizar os modos de vida dos antigos habitantes indígenas e do modelo social do escravismo. Além dessas duas grandes influências, esse lugar também está fortemente marcado pelas influências da colonização europeia.

Levando em consideração a discussão desenvolvida por Pedrão (2011), é impossível ter uma compreensão social, cultural e histórica da BTS desvinculada da região do Recôncavo, sendo esta essencial na formação econômica e social do estado da Bahia. Existem divergências conceituais em torno da classificação da região denominada Recôncavo baiano, porém, segundo Milton Santos (1998), o Recôncavo sempre foi mais uma categoria histórica do que fisiográfica, sendo esse território imaginado, de forma diferente, em diversos momentos históricos.

Ainda sobre a delimitação do Recôncavo, Brandão (p.54, 2007) afirma:

> Se respeitados os seus limites históricos e culturais, quarenta municípios compõem o Recôncavo: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D´Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo e Vera Cruz e Salvador, considerada parte do Recôncavo até a criação da Região Metropolitana de Salvador – RMS.

Um dos aspectos que também caracterizou o passado dessa região foi a organização social formada nas relações de trabalho da agroindústria açucareira escravista. Esse processo durou em média três séculos e meio, chegando ao fim com a decadência econômica da sociedade pós-escravista e com o fechamento do mercado europeu após o início da primeira guerra mundial (PEDRÃO, p.258, 2011).

Tomando como base as relações referentes à organização do trabalho, percebe-se que a exploração e dominação são fatores recorrentes no que diz respeito ao processo de colonização dessa região. Em meados do século XX, a BTS começa a vivenciar o ciclo do petróleo e da industrialização, o que também provoca profundas mudanças na economia, na organização e nas relações sociais da região (AZEVEDO, p.207, 2011).

A diversidade cultural das matrizes étnicas que vêm se encontrando e se transformando dinamicamente na região da BTS tem deixado seu legado. As edificações, os fazeres, saberes, celebrações, formas de expressões e também as paisagens culturais são legítimas representações do rico patrimônio cultural intangível e material relacionado à BTS. Estes aspectos serão trabalhados no próximo capítulo deste relatório, focando-se em Salvador e particularmente na Feira de São Joaquim (FSJ), sendo esta entendida como um dos fenômenosculturais de maior *representabilidade patrimonial,* etnográfica e paisagística na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento.

Embora a cidade de Salvador possua uma quantidade significativa de bens culturais de natureza material foram eleitos nesse trabalho o Centro Histórico e a Cidade Baixa como áreas de foco privilegiado devido à sua grande importância histórica e pelaproximidade com o local de implantação do empreendimento.

Segue abaixo a localização, registros e informações referentes aos bens tombados nesse local.

- **Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador:**

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Município: Salvador

Proteção Legal:Tombamento Federal – Processo nº 1552-T-08.

Data do Tombamento: 10/05/2013

Outras Informações:Bem inscrito também no Livro do Tombo Histórico.

Até meados do século XVI, a região onde hoje se encontra a Cidade Baixa, era uma área de praia eo mar chegava até o pé da "montanha". Após sofrer um processo de aterramento a praia foi sendo ampliada ao longo do tempo,com a intenção de construir um Porto para facilitar a ancoragem das embarcações de diversas partes do mundo.

A primeira ampliação ocorreu no ano de 1549, a mando do Capitão Tomé de Souza e recebeu o nome de Conceição da Praia sendo considerada como a porção principal da Cidade Baixa. No localencontram-se construções históricas a exemplo do Mercado Modelo, do Elevador Lacerda e do Forte de São Marcelo, dentre outas.

As construções presentes na Cidade Baixa possuem influência dos estilos da arquitetura inglesa, italiana, alemã, francesa e portuguesa.

A principal característica dos casarões portugueses é a sua grande resistência física e apesar de estarem, atualmente, carecendo de conservação,grande parte desses casarões encontrados nas proximidades ao Elevador Lacerda éutilizado como moradias ou comércio.

Um dos prédios mais imponentes e em estilo inglês é a sede da Associação Comercial da Bahia.

Os franceses e alemães também tiveram os seus estilos impressos na Cidade Baixa. Um exemplo da arquitetura francesa pode ser visto na Casa Cabocla, na Rua dos Ourives. Já a alemã deixou a sua marca nas proximidadesdo porto de Salvador com a sede do Instituto do Cacau.



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura346– Cidade baixa de Salvador



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura347– Cidade baixa de Salvador





Figura 348– Cidade Baixa de Salvador





Figura 349– Cidade Baixa de Salvador

- **Basílica do Bonfim:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938



Figura 350– Basílica do Bonfim



Figura 351– Basílica do Bonfim



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 352 – Basílica do Bonfim

A Igreja do Nosso Senhor do Bonfim fica localizada na Colina Sagrada, no Bairro do Bonfim. Marcada pelo sincretismo religioso é considerada o maior centro religioso do povo baiano, atraindo fiéis e curiosos do mundo inteiro.



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura353– Fitas no gradil que cerca a Igreja do Bonfim



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura354– Igreja do Bonfim

A imagem do Nosso Senhor do Bonfim é de origem portuguesa e foi trazida de Setúbal (Portugal) até o Brasil,em 1745,em razão a uma promessa feita ao Santo pelo Capitão da marinha portuguesa Teodósio Rodrigues de Faria. A partir de 1754 após a

conclusão das obras as imagensdo Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora foram transferidas para a Igreja em procissão.

Seu adro (área externa da Igreja) é palco, de uma das maiores celebrações religiosas de Salvador, a famosa Lavagem do Bonfim. Todos os anos no segundo domingo do mês de Janeiro, milhares de fiéis são atraídos para a Colina Sagrada para participar e mostrar a sua devoção ao padroeiro dos baianos e símbolo do sincretismo religioso. A lavagem é feita pelas baianas com vassouras e água de cheiro e limpam as escadarias ao som de batuques, cânticos africanos e de dança.



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura355– Detalhes da fachada da Igreja do Bonfim



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura356– Interior da Igreja do Bonfim

Segundo a descrição e justificativa do IPHAN:

> A planta da igreja é do tipo comum no início dos setecentos, com nave e coro ladeados por corredores e tribunas superpostas, apresentando, capela-

mor flanqueada pela sacristia e sala de ex-votos. Em alvenaria de pedra e tijolo, o edifício possui pórticos em arcada ao longo da nave, uma transição entre os avarandados do século XVII e os corredores laterais do XVIII. Sua fachada, praticamente revestida de azulejos brancos portugueses de 1873, possui duas torres em bulbo do final do século passado, quando se dão modificações na frontispício. Seu interior possui decoração neoclássica, onde se destaca a pintura do teto da nave de autoria de Franco Velasco, de 1818/02 [145].

- **Capela do Corpo Santo:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938



Figura 357– Capela do Corpo Santo. Fachada



Figura 358– Capela do Corpo Santo.

[145]IPHAN. Disponível em:http://www.iphan.gov.br

interior Fachada e exterior

A Capela de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo localizada na Rua do Corpo Santo, Comércio (esquina com a Praça Cayru),foi construída para pagar uma promessa feita por um marinheiro espanhol, Pedro Gonçalves, durante uma tempestade na Baía de Todos os Santos. Entre os anos de 1736 e 1756 ela serviu de matriz da Paróquia da Conceição da Praia, durante a construção do novo prédio daquela igreja.

Em 1902 foi reestruturada devido ao alargamento da Rua Santos Dumont, e lojas comerciais passaram a funcionar no porão.

Foi tombada pelo IPHAN em 1938.

Segundo a descrição e justificativa do IPHAN:

> A planta é do tipo arcaico, encontrado na arquitetura religiosa rural, com nave e capela-mor formando um só corpo de construção, dividido convencionalmente pelo arco cruzeiro. Apresenta um corredor largo ao longo da igreja que funciona como sacristia. Não possui torre, mas a presença de base indica a existência anterior ou projeto. Em consequência do alargamento da Rua Santos Dumont, em 1902, para a qual se voltava sua fachada posterior, é esta reedificada, assim como são criadas lojas comerciais no seu porão e modificado o frontispício. O forro da nave, provavelmente o único elemento da época da sua construção, é composto por caixotões guarnecidos por moldura com ornatos em talha. Dentre a imaginária, destaca-se a imagem do Senhor dos Passos, o crucifixo do altar-mor e a estátua do Senhor da Redenção, atribuída a Chagas, "o Cabra".146

- **Capela e Mosteiro de Monte Serrat:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

[146] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1085

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0079-T

Data do Tombamento: 27/06/1938



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia
Figura 359– Capela e Mosteiro de Monte Serrat

Localizado na península de Itapagipe,este complexo religioso foi construído sobre uma rocha próxima as águas da Baia de Todos os Santos. Monte Serrat é uma referência à imagem da virgem espanhola de mesmo nome.

A história da Igreja até hoje é discutida entre os historiadores. Alguns afirmam que a construção data do final do século XVI, e que foi erguida graças a um militar espanhol devoto da Virgem de MonSerrat, enquanto segundo outros historiadores,existe a possibilidade da mesma ter sido erguida pelos senhores da Torre de Garcia D'Ávila.

Segundo justificativa do Iphan:

> De 1679 é a construção do mosteirinho. De pequenas dimensões, possui dois pavimentos e avizinha-se à igreja no sentido longitudinal. A igreja apresenta planta de transição entre o tipo nave – capela-mor e o partido em "T", com justaposição de sacristia e consistório à capela-mor, possuindo ainda pequeno coro e púlpito. Similar a muitas capelas rurais da Bahia, sua planta é atribuída ao arquiteto italiano Baccio de Filicara. A torre de

> terminação piramidal, revestida de azulejos, destaca-se no conjunto de pequenas proporções, assim como o alpendre ou copiar da igreja, reconstruído em 1969 pelo IPHAN, quando se eliminou seu frontão rococó. O altar-mor do séc. XVIII é oriundo da igreja de São Bento, e em 1930, foi mutilado para adaptar-se à capela. Na sua imaginária, destacam-se o São Pedro Arrependido, em barro cozido, de autoria do Frei Agostinho da Piedade e N. Sra. do Monte Serrat, hoje, guardadas no Mosteiro de São Bento.[147]

No início do século 20, a igreja foi reformada e o altar-mor recebeu ornamentos da Igreja de São Bento. Hoje em dia, toda a área da ponta do Humaitá, que inclui o forte, a igreja e o farol de Mont Serrat pertence ao Parque Regional de Manutenção do Exército.

- **Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0081-T-38

Data do Tombamento: 28/03/1941

[147] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1135



Figura 360– Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim



Figura 361– Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim

O terreno utilizado para a construção do Noviciato da Anunciada da Jequitaiafoi doado pelo bandeirante Domingos Afonso Sutão em 1704 e sua construção foi iniciada em 1709. A inauguração ocorreu em 1728, embora as obras complementares tenham continuado, a exemplo da Capela mortuária e uma muralha para proteger a construção do mar.

Em 1818 as instalações do antigo Noviciado foram cedidas para Joaquim Francisco do Livramento com o objetivo de construir um colégio para órfãos, o qual foi inaugurado em 1825.

Anos depois da sua inauguração foi iniciada a construção do Colégio dos Jesuítas, que era composto de capela, colégio e uma estação para captação de água da encosta.

Abriga acervo de José Teófilo de Jesus a exemplo dos quadros dos altares alusivos a São Pedro de Alcântara, N. Senhora e Santíssima Trindade, além da pintura do teto também de sua autoria.

O colégio possui características arquitetônicas singulares, segundo o IPHAN:

> Construção conventual desenvolvida em torno de um grande claustro em dois pavimentos. A igreja ocupa um dos lados do claustro, tendo o eixo da

nave paralelo à fachada principal. Analisadas separadamente, sua planta e fachada seguem as características das igrejas da irmandade do começo do séc. XVIII. Igreja de nave única onde os corredores foram substituídos pela galilé e galeria do claustro. O corpo central da fachada não corresponde a nave com coro elevado, mas sim à galilé e tribunas superpostas, conciliando as duas torres com nova fachada romana de frontão clássico, ladeado por volutas. A pintura do teto, alusiva à Anunciação da Virgem, bem como os quadros para altares são do artista José Teófilo de Jesus. Vários irmãos trabalharam na talha no período de 1722 a 1748, mas a talha atual dos altares, púlpitos, tribunas e coro é neoclássica.[148]

[148] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1099

- **Elevador Lacerda:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 1497-T-02

Data do Tombamento: 27/01/2011



Figura 362– Elevador Lacerda



Figura 363– Elevador Lacerda

Com o passar dos anos e a expansão de Salvador, a cidade começou a sofrer por um grande problema de mobilidade. Dividida em dois níveis, Cidade Alta e Cidade Baixa, as poucas maneiras que se tinham de transportar mercadorias e pessoas eram ineficientes e demoradas. Foi a partir dessa problemática que o visionário Antônio Lacerda teve a ideia de criar o maior elevador do mundo da época. O elevador viria para substituir o Guindaste da Fazenda, um plano inclinadoque tinha como função transportar mercadorias do porto para a alfândega, situada na Praça do Conselho, atual Praça Municipal.[149]

[149] IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13933&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura364– Fachada do Elevador Lacerda



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura365– Fachada do Elevador Lacerda

Com seus impressionantes 72 metros de altura, o Elevador Lacerda é o primeiro elevador urbano do mundo. Após quatro anos de construção, o elevador foi inaugurado no mesmo dia em que se homenageia a Nossa Senhora da Conceição da Praia, 8 de Dezembro de 1873. Ligando a Praça Cairu, com a Praça Thomé de Souza, passou a ser o principal meio de transporte entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa.

Inicialmente recebeu o nome de Elevador Hidráulico da Conceição, e ra popularmente conhecido com “parafuso”. Em 1896, o nome oficial foi mudado para Elevador Antonio Lacerda, em homenagem a seu idealizador e construtor.[150]

No começo o elevador contava com duas cabines e os passageiros eram pesados antes de cada viagem por medidas de segurança. Em 1906 seu mecanismo hidráulico foi substituído por elétrico. Somente após a sua reforma, no ano de 1930, que ganhou a sua arquitetura atual. Também nessa reforma,foram ampliadas o número de cabines para quatro, onde cada uma delas suporta até vinte e sete passageiros.A torre de 73,5 m de altura em concreto armado e a ponte de acesso em aço de 71 m de vão foram construídas em apenas um ano e inauguradas em 1º de janeiro de 1930.[151]

[150] IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13933&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional

[151] IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13933&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura366– Elevador Lacerda

O elevador atualmente representa um dos principais cartões postais de Salvador. Com a sua fascinante paisagem da Baía de Todos os Santos o monumento recebe turistas do mundo inteiro. Foi tombado pelo IPHAN no dia 7 de Dezembro de 2006.A requisição de tombamento foi encaminhada pela Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pelo Docomomo – Document and Conservation of the Modern Movement, organização sem fins lucrativos que subsidia a documentação e conservação das manifestações do movimento moderno em arquitetura.[152]

[152] IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13933&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional

- **Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa):**

Número de tombo não identificado



Figura 367– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa)



Figura 368– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa)



Figura 369– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa)



Figura 370– Forte de Santo Alberto (Forte da Lagartixa)

Localizado na Av. Jequitaia em Água de Meninos, o Forte de Santo Alberto sua construção foi iniciada na segunda metade do século XVI, ao redor da antiga Torre de São Tiago, cujos vestígios arqueológicos foram descobertos ao final do século XX, em torno da qual foi erguida muralha e aterro (1590). Atualmente as ruinas da torre com 6,5 metros de diâmetro podem receber visitantes.

Poucas fortificações baianas receberam tantas denominações: Forte de Santiago de Água de Meninos, Fortinho de Santo Alberto, Fortinho da Lagartixa ou, simplesmente, Fortinho.

Sua construção foi concluída em 1610e desempenhou papel importante nas invasões holandesas, entre 1624 e 1638

Em 2 de julho de 1822, independência da Bahia, foi dele que saíram os disparos de canhão anunciando a retirada definitiva das topas portuguesas do território.

Com a ampliação e modernização do porto de Salvador, em 1958, o forte foi afastado do mar, abrigando o Serviço Veterinário do Exército.

Atualmente, integra o projeto Fortificações Históricas de Salvador, mediante convênio celebrado entre o Exército (6ª Região Militar) e o Governo do Estado da Bahia.

Segundo a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército:

> Constituído sobre um rochedo, pelo então Governador-Geral Dom Diogo de Meneses e Siqueira (1607-1613), o Forte de Santo Alberto foi considerado de grande valor estratégico em virtude de proteger o ancoradouro de Água de Meninos. Em 1757, sua arquitetura foi modificada pelo Governador interino José Carvalho de Almeida; o Conde de Lumiar guarneceu-o com sete peças de artilharia, pois o mesmo se encontrava desarticulado. Depois, em 1862, sofreu reparos durante a Questão Christie. Na primeira metade do século XVII, perdeu sua estrutura original, em razão de reformas e adaptações. Desempenhou papel importante nas invasões holandesas, entre 1624 e 1638. Em suas imediações, morreu o General holandês Johan Van Dort, vítima de emboscada. Em 1824, o último General português no Brasil, Madeira de Melo, ao ouvir o troar do canhão deste forte, teve o anúncio para sua retirada das águas brasileiras na Baía de Todos os Santos, onde se encontrava sitiado. Atualmente, integra o projeto Fortificações Históricas de Salvador, mediante convênio celebrado entre o Exército (6ª Região Militar) e o Governo do Estado da Bahia. 153

[153]Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Disponível em:http://www.dphcex.ensino.eb.br/

- **Fortaleza Do Monte Serrat:**

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0551-T-56

Data de Tombamento: 09/01/1957

Outras Informações: Bem Inscrito também no Livro de Belas Artes



Figura 371– Fortaleza do Monte Serrat



Figura 372– Fortaleza do Monte Serrat



Figura 373– Canhão Fortaleza do Monte Serrat



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura374– Vista da Fortaleza de Monte Serrat para a Baia de Todos os Santos

Localizado na Rua da Boa Viagem – Mont Serrat, o Forte de Nossa Senhora deMonte Serrat é uma construção militar do período colonial do Brasil. Seu nome é em homenagem à imagem da virgem espanhola Nossa Senhora de Montserrat trazida para o local.

Foi construído entre os anos de 1583 e 1587 e era conhecido como Fortim de São Felipe, também chamado de Fortaleza ou Castelo de Itapagipe.Em 1742 foi concluída a sua reedificação a partir do Fortim da São Felipe

Desempenhou papel importante na defesa da cidade de Salvador durante a invasão holandesa e na revolta da Sabinada.

De acordo com o descritivo do IPHAN:

> Possui forma de polígono irregular, com torreões circulares nos ângulos recobertos por cúpulas. Originalmente possuía ponte levadiça entre a rampa e o terrapleno e o corpo da guarda tinha, no térreo, dois quartéis flanqueando a entrada. Seu desenho segue a escola italiana de fortificação. No séc. XVI esta fortificação, juntamente com as fortalezas de Sto. Antônio do Norte e do Sul, tinham a responsabilidade de impedir, mediante fogo cruzado, o desembarque de inimigos no porto e praias vizinhas à cidade.154

Passou por reparos em 1883, em 1915, bem como restauração em 1926 a mando do Ministério da Guerra. Em 1957 foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente a fortaleza é administrada pelo Exército brasileiro edesde 1993 abriga o Museu da Armaria.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

[154] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1111

Figura375– Forte de Monte Serrat

Figura376– Forte de Monte Serrat

- **Forte De Santa Maria:**

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0155-T-38

Data do Tombamento: 24/05/1938

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes



Figura 377– Forte de Santa Maria



Figura 378– Forte de Santa Maria

O **Forte de Santa Maria** está localizado na praia do Porto da Barra e foi erguido a partir de 1614, pelo engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita.

Foi construído para proteger o porto da praia da Vila Velha do Pereira (atual porto da Barra) e está posicionado entre o Forte da Barra e o Forte de São Diogo.

É local de destaque na história, onde desembarcaram Francisco Pereira Coutinho, em 1536, o primeiro donatário da Capitania; o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549 e da primeira invasão holandesa em 1624.

Em 1625, após a reconquista portuguesa do território invadido, a estrutura do forte foi reformada.

> A estrutura, em alvenaria de pedra e cal apresenta planta na forma de um polígono heptagonal, com quatro ângulos salientes e três reentrantes e parapeitos à barbeta. Sobre o terrapleno ergue-se edificação de dois pavimentos abrigando as dependências de serviço (Casa de Comando, Quartel da Tropa e outras), e abaixo dela, a Casa da Pólvora, recoberta por abóbada de berço.[155]

O Forte já existia quando a Companhia das Índias Ocidentais tentou ocupar Salvador pela segunda vez, em 1630. Na sua fachada encontra-se o emblema do Império do Brasil. Tombado pelo IPHAN em 1938 o forte é administrado pela Marinha.

- **Forte de Santo Antônio da Barra:**

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0155-T-38

Data do Tombamento: 24-5-1938

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes



Figura 379– Forte de Santo Antônio da Barra



Figura 380– Forte de Santo Antônio da Barra

[155]CALDAS, José A. "Planta, e fachada do forte de Santa Maria". in Cartas topográficas contem as plantas e prospectos das fortalezas que defendem a cidade da Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo por mar e terra, c. 1764. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Primeiro Fortaleza do Brasil, o Forte de Santo Antônio da Barra foi construído por volta de 1536, por Francisco Pereira Coutinho donatário da Capitania da Bahia. Passou pela primeira reforma e ampliação entre 1583 e 1587. Entre 1596 e 1602, o engenheiro-mor Leonardo Torriani projetou a reconstrução do forte, que hoje é um dos mais conhecidos cartões postais do Brasil..

Foi ocupado durante a Invasão Holandesa (1624-1625), recuperado no ano seguinte e reedificado entre 1694 e 1702.

Em maio de 1668 após chocar-se com um banco de areia, próximo ao Rio Vermelho, o Galeão Sacramento naufragou matando mais de 400 pessoas. A carga afundou junto com a embarcação.

Após esse acidente foi instalado o primeiro farol da América no interior do Forte. Este "era uma torre quadrangular com uma lanterna de bronze envidraçada, no topo, alimentada por óleo de baleia."[156].

Em 1839, foi inaugurado um novo farol com alcance de 18 milhas fabricado na Inglaterra. Outro farol foi instalado em 1890 e, em 1937, foi eletrificado.[157]

Em 1976, foi realizada uma expedição que resgatou parte da carga e equipamentos da embarcação e a outra parte continua no sítio arqueológico submarino do Galeão Sacramento.

Tombado pelo IPHAN em 1938 o conjunto formado pelo forte e seu farol é administrado pela Marinha e abriga em seu interior o Museu Náutico da Bahia, um bar e biblioteca.

O acervo do Museu Náutico da Bahia é dedicado à hidrografia, navegação, naufrágios e material sobre arqueologia submarina além de parte do material resgatado do naufrágio do Galeão Sacramento.

[156]Guia Geográfico - Viagem e Turismo no Mundo. Disponível em: http://www.guiageografico.net/

[157]Guia Geográfico - Viagem e Turismo no Mundo. Disponível em: http://www.guiageografico.net/

É evidente a impossibilidade de uma catalogação completa, com a citação dos nomes das embarcações envolvidas, visto que muitos barcos afundados no porto da “Cidade da Baía” de Todos os Santos estão hoje soterrados. Estão listados os principais naufrágios ou afundamentos de navios, na Baía de Todos os Santos e em suas proximidades no anexo dos Estudos Arqueológicos**.**

Segundo a descrição e justificativa do IPHAN:

> O Forte hoje possui forma de decágono, com seus ângulos salientes e quatro ventrantes, à barbete, tendo no centro do terrapleno farol luminoso de seção cilíndrica. Seu desenho, como de outras fortificações da Marinha, é do tipo italiano. Sua verdadeira função era a de dificultar a entrada na barra e impedir, mediante fogo cruzado com o forte de Mont Serrat, o desembarque no porto. O acesso ao terrapleno se faz por um túnel em rampa, que termina em escadaria. Flanqueando a entrada existem dois salões recobertos por abóbodas que serviam de quartéis da guarnição e cadeia. A casa de comando, alteração do séc. XIX, apresenta janelas com lenço de pedra sob as guarnições.158

- **Forte de São Marcelo:**

Livro de Inscrição: Histórico

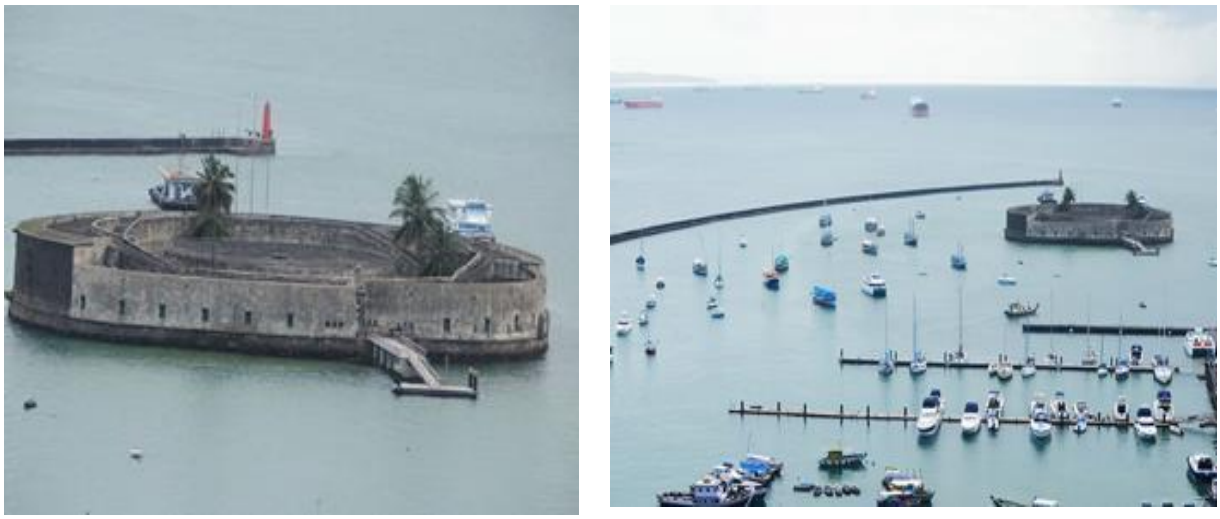
Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0155-T-38

Data do Tombamento: 24/05/1938

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes

[158] IPHAN. Disponível em:http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2977



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 381– Forte de São Marcelo



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura382– Forte de São Marcelo

Forte do Mar, nome popular dado ao Forte de São Marcelo, fica localizado em Salvador, mais precisamente no bairro do comércio. Com a sua estrutura circular, única no país, foi erguido sobre um banco de arrecifes em frente ao centro histórico de Salvador. Sua construção foi concluída em 1623, edurante a invasão holandesa de 1624, foi o primeiro local ocupado pelos conquistadores.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura383– Forte de São Marcelo visto do mar

Teve grande importância na maioria dos conflitos políticos ocorridos em Salvador no século XIX. No ano de 1855 o forte foi entregue ao Ministério da Marinha, que instalou um farol para auxiliar a movimentação das embarcações no porto de Salvador.

O Forte de São Marcelo foi tombado pelo IPHAN em 24 de Maio de 1938.

Entre 1978 e 1989 sofreu diversas restaurações e em 2000 o cais de atracação foi novamente recuperado, com a instalação de uma plataforma flutuante para facilitar o acesso de visitantes.

Durante muitos anos o Forte foi utilizado como atração turística e recebeu muitos visitantes. Em decorrência dasvárias reformas foi fechado e reaberto inúmeras vezes,encontrando-se desde o ano de 2011 fechado para visitação.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus
Figura384– Forte de São Marcelo

- **Hospício e Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem: Prédio e Cruzeiro:**

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0278-T

Data de Tombamento: 25/09/1941

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes



Figura 385– Hospício e Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem: Prédio e Cruz

A igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, localizada no Largo da Boa Viagem, Cidade Baixa, foi construída no século XVIII em estilo barroco e a Paróquia, com o mesmo nome, foi criada em 1938.

Em 1710 foi uma capela e uma área destinada ao recolhimento de monges franciscanos. A Igreja e um hospício foram concluídos em 1743.

Abriga a imagem do Bom Jesus dos Navegantes que é levada em procissão marítima, todo ano, no dia primeiro de janeiro.

Segundo a descrição e justificativa do IPHAN:

> O primitivo hospício existente local da atual construção, foi doado à Ordem dos Franciscanos, em 1710, por D. Lourenço Maria. Em 1712 a irmandade

constituiu casa de pedra e cal e a igreja. O edifício distribui-se em dois pavimentos desenvolvidos em torno de um pequeno pátio onde se localizam as celas. Sua volumetria acompanha a Igreja Matriz de N.S. da Boa Viagem, também tombada, compondo um harmonioso conjunto.159

- **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0122-T-38

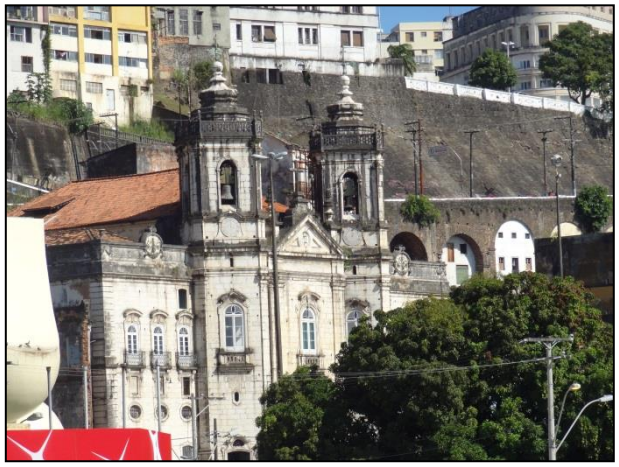
Data do Tombamento: 17/06/1938





Figura 386– Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia

[159]Texto disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans/



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura387– Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia

Uma das primeiras paróquias construídas na cidade de Salvador, a Basílica Nossa Senhora da Conceição da Praia é dedicada à padroeira do Estado.

A atual Basílica é a terceira construída, no mesmo lugar onde a primeira foi erguia a mando do primeiro governador-geral do Brasil Tomé de Souza. Em 1623 foi elevado à Matriz da Nova Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. E em 1946, por declaração do Papa Pio XII, ganhou o título de Basílica menor.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura388– Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura389– Detalhes do Gradil da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia

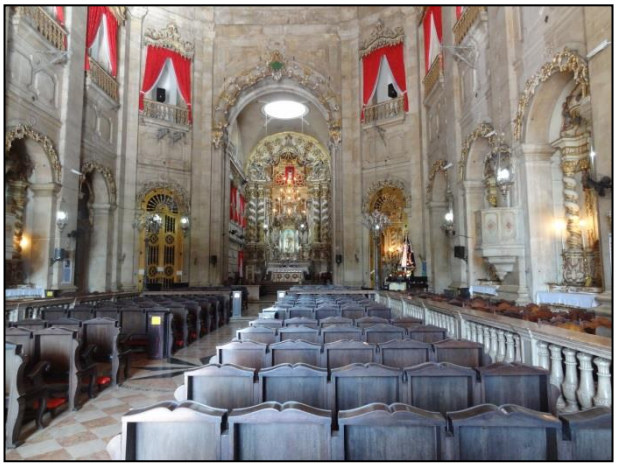
Localizada perto do porto de Salvador, no pé da montanha que conecta a Cidade Baixa a Cidade Alta, a Igreja é sede das maiores celebrações religiosas que ocorrem na cidade. No dia 1º de Janeiro parte dela o cortejo em homenagem ao Senhor Bom

Jesus dos Navegantes, em 8 de Dezembro o de Conceição da Praia e 13 de Dezembro o de Santa Luzia.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura390– Detalhe na parte interior da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura391– Interior da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia

A igreja atual teve sua construção iniciada no ano de 1739, sendo inaugurada em 1765,entretanto só foi realmente concluída em 1849. A atribuição de desenvolver as plantas para essa nova Igreja foi dada ao engenheiro militar Manuel Cardoso de Saldanha, o executor da obra foi o mestre pedreiro Manuel Vicente junto com o arquiteto Eugênio da Mota.

> A igreja apresenta características da arquitetura do Alentejo, adotando partido de 3 corpos separadas por corredores longitudinais, dando, aquele da esquerda, acesso a um pátio com chafariz, de onde parte escadaria em mármore para a sala de Irmandade. Sua planta é de transição: possui nave oitavada com capelas laterais e corredores com tribunas superpostas, cujo acesso se dá por galerias cegas, similares aos trifórios das igrejas medievais. A monumentalidade de sua fachada, de características neoclássicas, é realçada pela implantação das torres em diagonal. Seu interior é a primeira demonstração mais completa do barroco de D. João V no Brasil, destacando-se a pintura do teto da nave que obedece à concepção ilusionista barroca de origem italiana, de autoria de José Joaquim da Rocha (1772/73) [160].

[160] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br

Trifório: Galeria estreita, situada no interior de uma igreja, por cima das arquivoltas das naves laterais, e que forma uma série de pequenas arcadas na clarabóia.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura392– Detalhes da pintura do teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura393– Detalhes da pintura do teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia

- **Igreja Do Pilar:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938





Figura 394 – Igreja do Pilar

A Igreja do Pilar teve sua construção iniciada em 1738. Está localizada na Rua do Pilar, nº 55, no bairro do comércio. A obra do mestre Felipe de Oliveira era uma homenagem dos imigrantes espanhóis à sua padroeira, Nossa Senhora do Pilar. O templo histórico apresenta elementos arquitetônicos dos estilos barroco, rococó e neoclássico. A cantaria (pedra talhada) utilizada nos arremates da igreja veio de Portugal.

Os elementos decoradores da parte frontal, projetado pelo Engenheiro Militar José de Anchieta e Mesquita, foram executados entre 1770 e 1780. Este assina também a planta da fachada do cemitério da irmandade, que foi construído em 1799.

Segundo descritivo do IPHAN:

> A igreja caracteriza-se por possuir planta alongada, comum na arquitetura mineira, onde os corredores laterais à nave com coro são suprimidos e reduzidos, na capela-mor, a estreitas ligações com a sacristia transversal. Sua fachada apresenta portas e janelas coroadas por frontões retilíneos e curvilíneos sem entablamento, de tendência neoclassicizante, que não vingou na Bahia. O corpo central apresenta, contudo, frontão de tratamento rococó e torre lateral com terminação à Mansard. No seu interior, destaca-se a talha neoclássica e as inúmeras pinturas em tela, atribuídas a José Joaquim da Rocha – séc. XVIII. Destaque também para as pinturas do forro atribuídas a José Teófilo de Jesus.'[161]

No final do século XIX a imagem de Santa Luzia é trazida para a Igreja do Pilar. Devido à grande devoção, em 1902 a imagem ganha altar próprio em uma das laterais da igreja. Passa então a ser conhecida como Igreja de Nossa Senhora do Pilar e Santa Luzia, e recebe todo dia 13 de Dezembro, a festa em homenagem à Santa Luzia. Além da imagem de Santa Luzia, destacam-se peças de prata feitas pelo capitão Joaquim Alberto da Conceição Mattos, as imagens de São Sebastião, de Santa Rita de Cássia, de Nossa Senhora do Pilar e do Senhor do Bom Caminho (obra do artista Manoel Inácio da Costa).

- **Prédio à Praça Cairú (Mercado Modelo):**

[161] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1129

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0331-T

Data do Tombamento: 25/10/1966

O Mercado Modelo é uma das principais atrações turísticas que a cidade de Salvador tem a oferecer, por volta de 80% dos turistas que visitam a cidade passam para conhecer o Mercado e comprar artesanatos da região. Um dos itens mais procurados pelos turistas é o famoso balangandã, ornamento compostos por vários amuletos como figas, medalhas e chaves.

No segundo andar do mercado existem dois restaurantes bastante tradicionais da região, o Maria de São Pedro e Camafeu de Oxossi, neles é possível saborear grandes pratos da culinária baiana como a feijoada baiana e outros quitutes. Além das peças artesanais e da culinária, é muito comum encontrar manifestações artísticas como rodas de capoeira e o samba de roda.

Foi inaugurado em 1912 pela necessidade de um ponto de abastecimento na cidade de Salvador. Era comercializado nele tudo que a cidade tinha a oferecer do gênero alimentício. O Mercado Modelo nem sempre esteve no mesmo prédio em que se localiza atualmente. Quando foi inaugurado em 1912 ele ficava onde hoje se encontra a Fonte da Rampa do Mercado, escultura do Mário Cravo Junior.



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

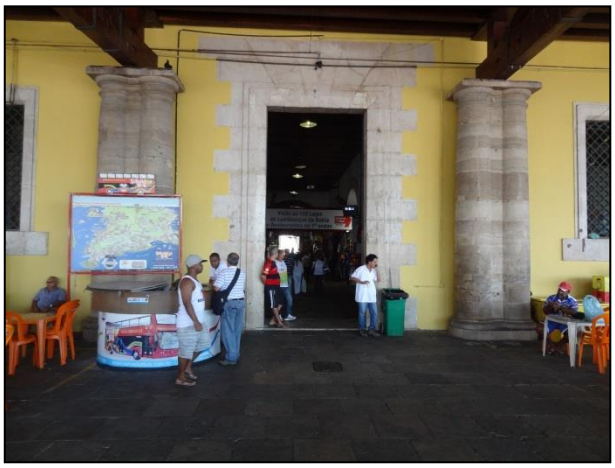
Figura395– Mercado Modelo



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

Figura396– Mercado Modelo visto do Elevador Lacerda

O mercado sofreu, ao longo dos anos, uma série de incêndios, o mais grave ocorreu no ano de 1968 que ocasionou na demolição do prédio inteiro por questões de segurança. Somente após três anos, em 1971, o governo liberou a utilização do antigo prédio da Terceira Casa da Alfândega de Salvador como a nova sede do Mercado Modelo.



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

Figura397– Entrada do Mercado Modelo



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

Figura398– Mercado Modelo

No subsolo do atual Mercado Modelo é possível encontrar túneis que eram utilizados para armazenar vinhos e outras mercadorias que necessitavam de umidade. Alguns ainda dizem que além dessas mercadorias era lá que ficavam os negros escravos recém-chegados. O subsolo do mercado se encontra abaixo do nível do mar, o que ocasiona, sempre que há maré cheia, constantes alagamentos.



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

Figura399– Entrada do Mercado Modelo



Fonte: Arquivo V&S/Nemus

Figura400– Entrada do Mercado Modelo

- **Prédio Sito à Praça Cairu, Nº 19 (Casa dos Azulejos):**

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Nº Processo nº 717-T-63

Data do Tombamento: 30/07/1969

O sobrado localizado na Praça Cayru, nº 19 na cidade baixa, destaca-sepela sua fachada com 70 janelas, toda revestida de azulejos. Este antigo prédio era a residência do economista José Lisboa, O Visconde de Cayru.

Segundo a descrição e justificativa do IPHAN:

> Sobrado azulejado descaracterizado por alterações em sua parte interna e inserções de elementos arquitetônicos não condizentes, como lajes e marquises de concreto. A fachada principal é revestida de azulejos industrializados do séc. XIX, nas cores azul e branco, e exibe vãos em forma de ogiva, como em outros edifícios neo-góticos.162



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura401– Prédio à Praça Cairu, nº 19 (casa dos azulejos)

- **Saveiro Sombra da Lua:**

[162] Texto disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans/

Livro de Inscrição: Arqueológico, etnográfico e paisagístico;

Proteção Legal: Número de Processo: 1615-T-10

Data do Tombamento: 12/12/2010

Considerados como elementos de fundamental importância na formação cultural e econômica da Bahia, os Saveiros fazem parte da paisagem da Baia de Todos os Santos a mais de 200 anos. “Esse era o meio de transporte principal para levar mercadorias e produtos entre a capital e as cidades da região.” Cerca de 1500 saveiros chegaram a navegar nas águas da Baía de Todos os Santos. Tornaram-se “peças decisivas nas batalhas que resultaram na independência do Brasil e no desenvolvimento dos ciclos econômicos da Bahia”.

Originárias da Índia, a sua tecnologia de construção foi trazida para oBrasil pelos portugueses, no século 16.

> “O tráfego era tão marcante que o saveiro passou a ser considerado como parte do cenário local. Era impossível imaginara Baía de Todos os Santos, sem aquelas embarcações coloridas, tradicionais e tão representativas. Tanto que obras de artistas consagrados do estado relembram constantemente a presença inconfundível das velas nas águas quentes da Bahia.”



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura402– Imagem aérea do Saveiro

Os saveiros são constantemente relembrados nas obras de artistas que retratam a Baía de Todos os Santos. Sua memória “é mantida viva por meio de eventos especiais realizados anualmente, como a Semana do Saveiro, que oferece oficinas, palestras e apresentações sobre a técnica e história que envolve as embarcações movidas por vela de içar. Há também a tradicional Regata de Saveiros João das Botas, que tem um percurso bastante típico. A largada das embarcações é dada na Praia do Porto da Barra, segue atépróximo da região da famosa ilha de Itaparica, com passagem pela área da Cidade Baixa até o retorno no mesmo local de onde os saveiros iniciam a competição.”

> “Restam apenas 20 saveiros em atividade, brava resistência à modernidade, que trouxe estradas e caminhões, fatores fundamentais para sua quase extinção. Seus nomes são inspiradores, invocam a grandeza do passado ou a poesia de quem tem intimidade com a natureza: Sombra da Lua, Vendaval, É da Vida, Flor do São Francisco, Rompe Nuvem, Rei do Oriente e Vencedor das Lutas são alguns deles.”

O saveiro Sombra da Lua foi tombado pelo IPHAN como patrimônio da paisagem cultural brasileira 12/12/2010.

A Organização não governamental Associação Viva Saveiro, fundada por Ricardo Tavares é “um grupo de cidadãos que, rendidos pela elegância e beleza dos saveiros de vela de içar”, se organizaram “para impedir que este tesouro fosse parar no fundo do mar”.

Em 2010, recebeu reconhecimento e foi premiada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN recebendo o troféu Axé Turismo do Governo do Estado da Bahia em nome dos Saveiros na categoria Ícones da Bahia.

Proposto por Ricardo Tavares no dia 19 de Janeiro é comemorado o Dia do Saveiro, homenagem a esse patrimônio naval. A data foi escolhida em virtude do aniversário do patrono da associação, o navegador Lev Smarcevski, que, através da sua obra: “Graminho: a Alma do Saveiro” ajudou a documentar a história deste importante símbolo da história da Bahia de Todos os Santos.

A obra Graminho tem seu prefácio escrito por Jorge Amado. Para Smarcevski, o graminho, um instrumento de carpintaria de origem egípcia, “fornece os parâmetros variados com escalas diferenciadas para a construção de saveiros”.

Segundo seu livro, o mesmo ainda “Serve para garantir marcação e cortes precisos na madeira”, e teria sido introduzido no Brasil pelos portugueses. Em seu livro, Smarcevski revela que “o uso correto do graminho é o grande segredo da resistência da embarcação. Cada um desses barcos é uma peça de artesanato na qual essa ferramenta exerce a função de régua de cálculos medieval rústica, indispensável nas mãos de um habilidoso mestre artesão.”.

- **Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico deSalvador – BA:**

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo nº 1093-T-83

Data do Tombamento: 19/07/1984

O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1984. Em 5 de dezembro do ano seguinte, sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial foi ratificada pela UNESCO.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi a partir da intensão do Governo Português de criar uma administração centralizada para a colônia que, em 1549 chega ao Brasil o primeiro Governador Geral da colônia, o português Tomé de Souza.



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura403– Centro Histórico de Salvador



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura404– Centro Histórico de Salvador

Este veio fundar na Baia de Todos os Santos uma “cidade fortaleza”, com favoráveis condições de assentamento e defesa, em substituição à antiga Vila do Pereira, primitiva povoação localizada na Barra, fundada pelo primeiro donatário da capitania, que apresentava constantes conflitos com os indígenas, além de vulnerabilidade portuária. Com o Governador geral vieram cerca de mil homens para ajudar na fundação e povoação de Salvador. Além destes, em sua maioria artesãos, voluntários, marinheiros, soldados e sacerdotes. Desembarcaram na costa baiana no ano seguinte os primeiros escravos, logo empregados na cultura da cana-de-açúcar e na produção de algodão, tabaco e gado no Recôncavo.

> O sítio escolhido favoreceu a adoção do modelo português de cidade, implantada em acrópole, destinando à Cidade Alta as funções administrativas e residenciais, e à Baixa, o porto. As condições defensivas eram asseguradas pelo grande desnível entre os dois planos, situados na falha geológica, do lado do mar e no seu oposto, pelo vale onde havia o Rio das Tripas, tendo sido inicialmente murada.[163]

Ao servir de porta de entrada para as embarcações vindas da África, a cidade de Salvador se tornou o centro do desenvolvimento cultural, político e econômico da

[163] IPHAN

Colônia. Herdou as tradições e os costumes através das trocas de mercadoria, e, principalmente, do tráfico de escravos, tornando-se exemplo de sincretismo e diversidade, expressos através das festas populares, musica e da culinária.

A cidade de salvador se desenvolveu longitudinalmente, paralela ao mar. Suasruas se espalhavam pelo território de uma forma ortogonal, adaptando-se à topografia do sítio.

> Os limites da cidade são rapidamente ultrapassados e dois polos logo se identificam: a praça administrativa, com o Senado e a Casa de Câmara e o Terreiro de Jesus, onde se implantam os jesuítas e o seu Colégio. A mancha tombada refere-se basicamente a este primeiro trecho ocupado da cidade, além de alguns outros sítios, sendo a ampliação de uma anterior proteção de núcleos históricos (Processo nº 464-T-52). Caracteriza-se então a paisagem pela distinção entre os dois níveis da cidade, que se desenvolvem num sentido longitudinal, mantendo ainda no trecho de assentamento primitivo a regularidade do traçado, apesar da substituição da arquitetura e da escala volumétrica do conjunto. Sua expansão no sentido norte e sul, ainda linear, dá-se em ruas de desenho orgânico, intercaladas por praças e largos, que se adaptam ao sítio. O conjunto arquitetônico é constituído por edifícios do século XVIII, XIX e XX, onde se destacam monumentos da arquitetura religiosa, civil e militar, o que se reflete no frontispício da cidade, onde uma massa horizontal é pontuada pelas torres das igrejas.[164]

O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador é exemplo do urbanismo característico das cidades ultramarinas portuguesas. Construída em forma de acrópole esta se distingue em dois planos, ficando no alto as funções residenciais e administrativas, e, à beira mar, o porto e o comércio.

Aliada a uma topografia singular, a paisagem do Centro Histórico é formada basicamente por edifícios dos séculos XVI ao XIX, na qual se destacam conjuntos monumentais da arquitetura religiosa, civil e militar.

[164] IPHAN



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura405– Palácio do governador/Centro Histórico de Salvador



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura406– Centro Histórico de Salvador

Sendo assim, o Centro histórico da cidade de Salvador representa tipicamente uma cidade do século XVI. Seus muitos monumentos e a característica homogeneidade de suas construções, construídos em um território acidentado, atribuem a Salvador certa particularidade, já que, a distinção na sua estrutura urbana entre as cidades alta e baixa que, mantida ao longo dos séculos, individualiza o lugar.

> Com a riqueza gerada pela lavoura açucareira, em meados do século XVII, /iniciou-se a chamada fase monumental da arquitetura baiana, apoiada na transição do estilo renascentista para o barroco. Datam dessa época a construção dos principais edifícios, entre os quais: a Igreja dos Jesuítas, hoje Catedral de Salvador; a Igreja e Convento de São Francisco; a Igreja do Carmo; a Igreja e Convento de Santa Teresa, atualmente o mais

importante museu de arte sacra do país; a Igreja e Mosteiro de São Bento; a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; e o Palácio do Governador.[165]



Fonte: Arquivo Consórcio V&S/Nemus

Figura407– Centro Histórico de Salvador

- **Solar do Unhão e Solar do Unhão e Capela de Nossa Senhora da Conceição**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0279-T

Data do Tombamento: 16/09/1943

Conjunto arquitetônico datado do século XVII, o Solar do Unhão era um complexo formado por: casa grande, armazém, senzala e cais. No século XVIII foi construída na

[165] IPAC. Disponível em: http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/conjunto-arquitetonico-paisagistico-e-urbanistico-centro-historico-da-cidade-de-salvador/

propriedade a Capela de Nossa Senhora da Conceição. O edifício foi tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1943, e, em 1962 passou a sediar o Museu de Arte Moderna da Bahia – MAM. O MAMconta com um vasto acervo de arte contemporânea, com cerca de mil obras, com destaque para trabalhos de Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Flávio de Carvalho, Di Cavalcanti, Rubem Valentim, José Pancetti, Carybé, Mário Cravo e Sante Scaldaferri. Além das salas de exposições o museu também conta com espaços destinados a oficinas de arte, ateliê de conservação e restauro, teatro auditório, biblioteca, loja e bar.

Na área externa, encontra-se o Parque das Esculturas, uma exposição acéu aberto inaugurada em 1997. À beira-mar encontram-se obras contemporâneas de autoria de Bel Borba, Chico Liberato, Emanoel Araújo, Fernando Coelho, Juarez Paraíso, Mário Cravo Júnior, Mestre Didi, Sante Scaldaferri, Siron Franco, Tati Moreno, Vauluizo Bezerra e Carybé. Este último assina também o gradil que cerca o espaço e o projeto de um painel de concreto, localizado na parte final do jardim e do portal de entrada.

A propriedade onde se encontra o Solar era, inicialmente, uma fazenda (contendo casa-grande, capela, fábrica, senzala, aqueduto, chafarize cais de desembarque), que tinha como função principal receber e exportar a produção açucareira do Recôncavo. Foi também residência de desembargador, indústria de alimentos, depósito de combustíveis e quartel naval durante a 2ª Guerra Mundial.

> O solar, do séc. XVII, em alvenaria de pedra, com arcadas de tijolos no térreo, desenvolve-se em três pavimentos, sendo o último construído no século XIX. Seu agenciamento observa o esquema funcional então vigente, destinando o térreo aos serviços e o pavimento nobre à residência. O acesso se dá através de ponte de 4 arcos onde existem barras de azulejos portugueses, de ornamentação barroca. A capela de N. Senhora da Conceição, tem características típicas das igrejas matrizes do período, com a particularidade de possuir nave e capela-mor da mesma largura e altura. Sua fachada, em rococó tardio, é provavelmente dos oitocentos, com fonte, aqueduto, chafariz em arenito com carranca e conchas superpostas e armazéns, de estrutura simples.[166]

[166] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1172

Localizado na Avenida Contorno, o Solar atrai turistas e população local não só pela arquitetura, mas também pelos eventos culturais lá realizados, como as exposições distribuídas pelas cinco salas do MAM e o show de Jazz que acontece ao ar livre todos os sábado. Além desses, os visitantes são atraídos pelo parque das esculturas, a prainha cristalina e a vista do por do sol.



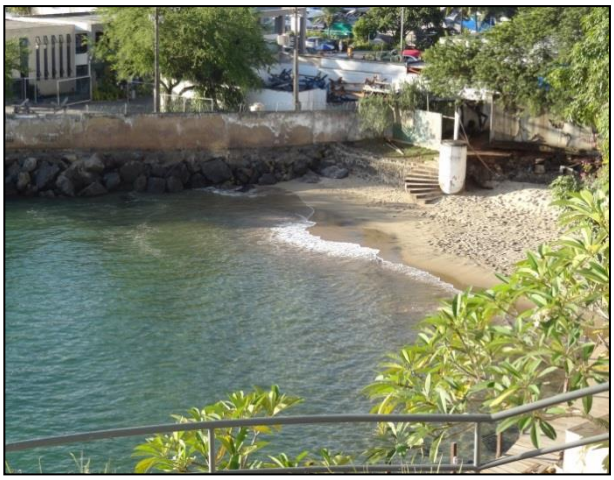
Fonte: Arquivo Consorcio V&S/Nemus

Figura408– Conjunto arquitetônico Solar do Unhão



Fonte: Arquivo Consorcio V&S/Nemus

Figura409– Capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Arquivo Consorcio V&S/Nemus

Figura410– Prainha



Fonte: Arquivo Consorcio V&S/Nemus

Figura411– Conjunto arquitetônico Solar do Unhão

- **Igreja e Convento de São Francisco**

Livrode Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo 0086-T-38

Data do Tombamento: 31/03/1938

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura412– Cruzeiro e Igreja de São Francisco



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura413– Detalhes da fachada da Igreja de São Francisco

Os franciscanos foram os primeiros missionários no Brasil. A chegada deste à Salvador se deu ao final do século XVI, quando, em 1585 foi fundado o convento franciscano na cidade, o segundo do Brasil. No mesmo ano, sob o comando do frei Antônio da Ilha, deu-se início à construção da primeira igreja de São Francisco.

A igreja atual, que substituiu a pequena e modesta capela construída inicialmente, começou a ser construída em 1708, e só foi concluída 40 anos depois.

A Igreja e Convento de São Francisco são importantes edificações históricas da cidade e fazem parte do Centro Histórico de Salvador, que foi reconhecido, em 1984 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Considerados como singular expressão do Barroco brasileiro esses bens foram tombados pelo Iphan em 1938, além disso, foram classificadas como uma das Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo.

> O conjunto é ainda formado pela Ordem Terceira de São Francisco e pelo cruzeiro que lhe é fronteiro. O convento desenvolve-se em torno de um

claustro quadrado, ocupado em um dos lados pela igreja e sacristia, e nos demais por celas, destacando-se o conjunto de azulejos de meados do século XVIII que decora as galerias dos dois andares e reproduz, no térreo, as estampas dos Emblemas de Horácio (publicados em 1606, em Antuérpia). A igreja, com três naves, distingue-se das construções franciscanas do Nordeste, de nave única, sendo as laterais mais baixas que o corpo central, separadas por arcadas interligadas por maciços, sugerindo capelas. A estas, estão superpostas um coro. A composição de sua fachada é influenciada por aquela da igreja dos jesuítas, dividindo o corpo retangular em cinco partes, com duas ordens de pilastras superpostas. Seu frontispício, com volutas, é ladeado por torres de terminação piramidal, revestidas de azulejos. Seu interior é um exemplo do barroco setecentista, onde destaca-se a talha dourada que reveste suas paredes e o forro da nave, em caixotões apainelados.[167]



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura414– Cruzeiro e Igreja de São Francisco

- **Igreja da Ordem Terceira de São Francisco:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

[167] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1106

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo:0089-T-38

Data do Tombamento: 25/05/1938



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura415– Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

Em 1703 foi inaugurada no centro histórico de Salvador a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Esta vinha substituir a antiga igreja que foi construída em 1644, após a fundação da Ordem Terceira dos Franciscanos na Bahia(1635).A nova igreja foi projetada pelo arquiteto português Gabriel Ribeiro. Em 1831 o teto da igreja foi decorado com pinturas feitas pelo artista soteropolitano Franco Velasco. A igreja forma, em conjunto com o convento e a Igreja de São Francisco, um monumental conjunto arquitetônico.

> Sua planta é uma transição entre o partido das igrejas franciscanas (nave única ligada à sacristia transversal por duas passagens) e aquele das igrejas matrizes setecentistas, com corredores laterais. O declive do sítio no qual se implanta propicia a adoção de uma solução que superpõe a sala da mesa à sacristia, e esta ao ossário. As tribunas da ala esquerda são ligadas por galerias. Sua fachada, em calcário lavrado com cunhais de arenito, é única no país, lembrando o barroco plateresco da América Espanhola. Recuada em relação à fachada do restante do conjunto, possui adro gradeado e dinâmico frontão. Seu primitivo interior barroco é substituído em

1827/28 por talha neoclássica. O teto da nave, de 1831, em caixotão apainelado, é atribuído a Franco Velasco.168

A igreja foi tombada pelo IPHAN em 1938.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura416– Entrada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura417– Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

- **Igreja e Mosteiro de São Bento:**

Livro de Inscrição:Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal - Nº Processo: 0079-T

Data do Tombamento: 27/06/1938

[168] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1119



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura418– Detalhes da Igreja de São Bento



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura419– Detalhes da Igreja de São Bento

O Mosteiro de São Bento da Bahia, fundado em 1582, é o primeiro mosteiro beneditino das Américas, sendo também a primeira instituição beneditina instalada fora da Europa. O frei beneditino Pedro de São Bento Ferraz chegou a Salvador e, 1575 para dar início à instalação do mosteiro. Ainda incompleto, foi habitado por frades a partir de 1584. Em 1624 o mosteiro foi ocupado durante as invasões holandesas, sendo saqueado e destruído.

O monge arquiteto frei Macário de São João foi o responsável pelo projeto do atual edifício, cujas obras só foram concluídas no final do século XIX.

> O Mosteiro de São Bento implanta-se em pequena colina que ficava "a cavaleiro" de uma das portas da cidade, nos primeiros tempos de sua fundação. A construção atual, com três pavimentos, foi construída ao longo de quatro séculos, e substitui o primitivo mosteiro seiscentista. Iniciado no último quartel do século XVII, o mosteiro desenvolve-se em torno de um pátio, com a igreja, em destaque, ocupando uma de suas faces. Esta, apresenta planta inspirada na igreja de Gesú, de Roma, com cúpula no cruzamento do transepto e capelas laterais intercomunicantes. Possui galilé superposta por um coro e acesso por arco do triunfo. Na fachada, o corpo central, onde está a galilé, saca em relação ao retângulo da edificação e é realçado pelo frontão barroco, que substitui um outro, clássico. As torres atuais, que na composição aparecem recuadas, são do final do século passado. O altar-mor, de 1750, foi substituído em 1871 por um novo em

mármore. Destaca-se no monumento a sua valiosa biblioteca e acervo de arte sacra.[169]

Além do seu papel religioso de difusão do catolicismo, o mosteiro baiano destacou-se devido à formação de um rico acervo de arte sacra e documentos históricos.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura420– Detalhes do interior da Igreja de São Bento



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura421– Interior da Igreja de São Bento

- **Convento e Igreja de Santa Teresa**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Nº Processo: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938

[169]IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1136



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura422– Porta de entrada do Convento e Igreja de Santa Teresa



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura423– Ladeira de acesso ao Convento e Igreja de Santa Teresa

Em 1661, seis monges da Ordem dos Carmelitas Descalços portugueses aportaram em Salvador. Em 1667 iniciam a construção do Convento de Santa Teresa d'Ávila, cujas obras são conduzidas pelo Frei José do Espirito Santo, em local onde havia uma pequena igreja dedicada a Santa Teresa. O convento foi inaugurado em 1686, já a igreja só foi concluída em 1697.

> O convento desenvolve-se em torno de um claustro quadrado, onde a igreja ocupa um dos lados, sacando em relação ao restante do conjunto. A igreja apresenta plano típico dos jesuítas romanos com transepto e nave de igual altura, cúpula no cruzamento e capelas intercomunicantes. Atribuídos ao Frei Macário de São João, o projeto da igreja apresenta galilé com três arcos, típica das construções beneditinas e franciscanas. O partido de sua fachada, em linhas clássicas, é inspirado no modelo romano de Vignola, sendo um caso único deste tipo de composição antes do final do século XVII, no Brasil. A fidelidade a esta tipologia, inclusive, faz com que a torre seja substituída por uma espadaña, montada sobre o muro lateral da nave.[170]

[170] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1105



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura424– Lateral do Convento e Igreja de Santa Teresa



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura425– Detalhe daentrada Igreja de Santa Teresa

O Museu de Arte Sacra que hoje se encontra instalado no convento é fruto da parceria realizada em 1959 entre a arquidiocese com a Universidade Federal da Bahia. Considerado possuidorda maior coleção de arte sacra do país, o MAS é tido como um dos mais importantes museus de arte sacra domundo, especialmente com relação as obras luso-brasileiras e ao seu conjunto arquitetônico, tombado pelo Iphan.

O MAS abriga também uma biblioteca, com valiosos documentos e livros em seu acervo de cerca de 5 mil títulos. As instalações incluem um atelier para restaurações e espaços para exposições e eventos culturais.[171]





[171] Bahia Turismo. Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/santa-teresa.htm

Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura426–Detalhe da Igreja de Santa Teresa

Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura427– Igreja de Santa Teresa

- **Catedral Basílica Primacial de Salvador:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Nº Processo: 0084-T-38

Data do Tombamento: 25/05/1938



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura428– Catedral Primacial Basílica de Salvador



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura429–Chafariz em frente a Catedral Primacial Basílica de Salvador

Oficialmente inaugurada em 1672, a Catedral Basílica Primacial de São Salvador da Bahia foi projetada por Francisco Dias e foi construída pelos jesuítas na Praça Quinze de Novembro – centro histórico de Salvador. A igreja atual foi a quarta igreja construída como parte do convento e da escola dos jesuítas que ali existiam.

> A atual Catedral é a quarta igreja e último remanescente do conjunto arquitetônico do Colégio de Jesus. Sua planta é típica das igrejas luso-brasileiras, sendo construída sob projeto do irmão Francisco Dias, chegado à Bahia em 1577 para construir o Colégio. Segundo o projeto, a igreja estaria no eixo do conjunto, ladeada por dois corpos que se organizariam a partir de um pátio. A planta da Catedral

> apresenta um transepto inscrito no retângulo da edificação e capelas laterais interligadas com tribunas superpostas. A capela-mor é ladeada por duas capelas e corredores que dão acesso à sacristia transversal. Sua fachada, em lioz, procura conciliar o tradicional modelo português, com duas torres e a nova fachada jesuítica com volutas e sem torres, proposta por Vignola. Destacam-se no seu interior, a sacristia, os retábulos de diferentes períodos nas capelas e o forro em caixotão da nave. Quanto ao antigo colégio, um dos pátios é destruído pelo fogo em 1801; instalando-se em 1808, o Real Hospital na ala que restara. Novo incêndio, em 1905, consome o edifício que é reerguido em estilo eclético para abrigar a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do país, aí instalada desde 1833.[172]

Com a expulsão dos jesuítas do país em 1759 todo o conjunto foi abandonado.Um incêndio destruiu o colégio, primeiro centro de ensino do Brasil, que ficava à esquerda da igreja. Já o convento foi aproveitado como hospital militar, e posteriormente, em 1808, como Escola de Medicina, a primeira do Brasil. Outro incêndio, em 1905, destruiu este antigo convento. Sobre suas ruínas foi erguido o atual prédio da antiga Escola de Medicina da Bahia.

Em 1781 a antiga igreja foi adaptada para se tornar a nova Catedral de Salvador, em substituição à Igreja da Sé, que foi demolida, em 1933, para dar espaço à atual Praça da Sé.

[172] IPHAN, disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1100



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura430– Catedral Primacial Basílica de Salvador

- **Praça da Sé:**

O espaço que hoje se denomina Praça da Sé, surgiu com a demolição da antiga Igreja da Sé, que ocorreu em 1933, para dar lugar a trilhos de bondes da Companhia Linhas Circular de Carris da Bahia.

A antiga Igreja da Sé foi erguida em 1553 e passou por diversas reformas e melhorias durante o século seguinte, chegando aser considerado o mais grandioso templo da América do Sul, palco de cerimônias durante a vinda do rei D. João VI ao Brasil em 1808. Porém, foi se degradando com o passar do tempo, e devido ao descaso com a sua manutenção, perdeu sua condição de Sé, em 1765, para a antiga igreja dos Jesuítas, atual Catedral Basílica Primacial de São Salvador.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura431– Praça da Sé

Figura432– Praça da Sé

Com a mudança do terminal de transportes para a recém inaugurada Estação da Lapa em1982 a Praça da Sé degradou-se. Vai ser apenas no ano de 1999, que, por meio do projeto do arquiteto Assis Reis, a praça renasce no cenário turístico da capital.



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura433– Cruz Caída



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura434– Antigos trilhos na Praça da Sé

Com a obra de revitalização a Praça ganha o monumento à demolição da antiga Sé da Bahia – a Cruz Caída, de autoria de Mário Cravo -, o monumento a Tomé de Sousa, a restauração do monumento a D. Pedro Fernandes Sardinha, além de iluminação cênica e sonorização.



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura435– Busto de bronze de D. Pero Fernandes



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura436– Estátua de Zumbi dos Palmares

Sardinha, primeiro bispo do Brasil

Além disso, realizou-se uma escavação arqueológica às fundações da velha Sé, a qual resultou na criação de quatro sítios arqueológicos, cujo resgate de objetos e ossos é conduzido pela equipe MAE/UFBA.



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura437– Sítio Arqueológico Urbano



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura438– Sítio Arqueológico Urbano

- **Palácio do Arcebispado de Salvador:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo Nº 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938

No ano de 1705 é autorizada, através de uma carta régia, a construção de uma residência para os arcebispos em Salvador. A princípio, esta seria construída no Terreiro de Jesus. Porém, em 1707, o terreno destinado para a construção foi trocado por outro, vizinho a antiga Igreja da Sé, onde havia uma capela pertencente à Irmandade de São Pedro dos Clérigos. Dá-se início às obras que só são concluídas em 1715. O palácio foi tombado pelo IPHAN em17 de junho de 1938.

De acordo com o descritivo do IPHAN:

> O solar urbano desenvolve-se em torno de um pátio central, para onde se abrem duas galerias superpostas, denunciando influência dos palácios

renascentistas, ainda que tardia. Possui subsolo e três pavimentos sobre a rua. Nos pavimentos superiores, dois lados do pátio têm galerias envidraçadas, que devem ter sido varandas. Sua fachada caracteriza-se pelo frontão barroco do tipo usado em palácios e igrejas, no acesso principal. No térreo e primeiro andar as janelas são de peitoril e vergas retas e, no pavimento nobre, janelas rasgadas com balcão e gradil de ferro denunciam a hierarquia empregada no tratamento dos espaços. O edifício ligava-se ainda, à antiga Sé por passadiços elevado que, demolida em 1933, expôs sua fachada lateral, interferindo em sua ambiência. [173]



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura439– Palácio do Arcebispado de Salvador



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura440– Palácio visto da Cruz Caída



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

[173] IPHAN, disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1144

Figura441– Palácio do Arcebispado de Salvador

Figura442– Palácio do Arcebispado de Salvador

- **Igreja da Ajuda:**

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

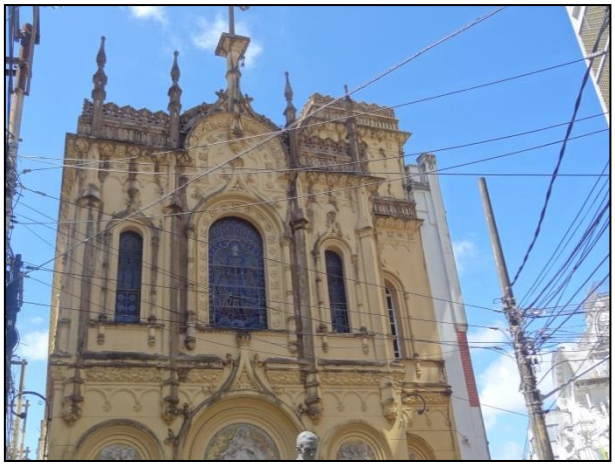
Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo Nº: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura443– Igreja da Ajuda



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura444– Detalhes da fachada daIgreja da Ajuda

Construída em 1549, a Igreja da Ajuda foi a primeira igreja a ser construída dentro dos muros da Cidade do Salvador. E, provavelmente, a quinta do município.

O padre Manuel da Nóbrega foi o responsável pela construção desta que viria a ser a primeira igreja dos jesuítas no Brasil, matriz da primeira paróquia de Salvador e primeira catedral do Brasil.

A primeira construção, deparedes de pau a pique e coberta de palha, foi levantada em 1549, durante o processo de construção da cidade de Salvador pelo governador-geral Tomé de Sousa.

O segundo templo existiu por 363 anos. Reconstruído em pedra e cal, o novo edifício foi inaugurado em 1579. Foi invadido pelos holandeses, no século 17, e, após a Companhia de Jesus ser expulsa do Brasil em 1760 a igreja foi abandonada, sendo demolida em 1912.



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura445– Interior da Igreja da Ajuda



Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura446– Detalhes do interior da Igreja da Ajuda

A igreja atual, inaugurada 1929, foi construída nas imediações da antiga Igreja. O projeto é do arquiteto italiano Júlio Conti, em estilo neogótico manuelino. Seu interior é decorado com as pinturas de Oreste Sercille.

> Foram recolocados os velhos altares da antiga Igreja da Ajuda, que remontam aos séculos 17 e 18, e reinstalado o púlpito usado muitas vezes pelo Padre Antônio Vieira. Acredita-se que a imagem de Nossa Senhora da Ajuda seja a mesma trazida por Thomé de Souza e que o confessionário seja o mesmo usado pelo Padre Anchieta. Desde 1823, abriga a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz.174

A igreja, tombada pelo IPHAN em 1938, está localizada na Rua da Ajuda, Centro Histórico de Salvador.

- Fortaleza do Barbalho:

[174] Bahia Turismo. Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/igreja-ajuda.htm

Livro de Inscrição: Histórico

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo Nº: 0551-T-56

Data do Tombamento: 09/01/1957

O Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, mais conhecido como Forte do Barbalho foi erguido, em 1938, por ordem do capitão pernambucano Luís Barbalho Bezerra. Este visava proteger o acesso norte à cidade de possíveis investidas holandesas.

De acordo com o descritivo do IPHAN:

> Forte em forma de polígono quadrangular, em alvenaria de pedra e cal, com um torreão circular e três baluartes nos cantos com guarita nos vértices. Este desenho é resultado de duas etapas da escola italiana e a segunda, já sob a influência da fortificação francesa. Na sua concepção original possuía quartéis apenas no terrapleno e um corpo de guarda superposto pela casa do comandante. A portada em tribuna, provavelmente faz parte das alterações do séc. XIX.175

Juntamente com o Forte de Santo Antônio além do Carmo, tinha a função de defender o acesso terrestre Norte à então capital do Estado do Brasil.

A fortaleza serviu como Cadeia Pública de Salvador de 1828 a 1845, sendo, em 1838, um dos palcos da Revolta Sabinada. Passou por reforma no ano de 1853 e, a partir de 1855 passou a ser usada como enfermaria de coléricos do Lazareto de São Lázaro.De 1892 a 1920 serviu como Quartel de Artilharia.

Pertencente à União, o forte foi tombado pelo IPHAN em 1957, é administrado pelo Governo do Estado da Bahia, e atualmente abriga um Quartel da Polícia Militar.

- **Igreja de Santo Antônio da Barra:**

[175] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1110

Livro de Inscrição: Belas Artes

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo Nº: 0122-T-38

Data do Tombamento: 17/06/1938



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura447– Altar da Igreja de Santo Antônio da Barra



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura448– Igreja de Santo Antônio da Barra

Localizada em um outeiro na Ladeira da Barra, a Igreja de Santo Antônio da Barra teve as suas obras finalizadas no final do século XVII. É a preferida dos moradores da região, tem como destaque uma imagem de Santo Antônio em tamanho natural.

É tombada pelo IPHAN desde 1938.

> Situado num outeiro, também protegido por legislação federal, o edifício, em alvenaria de pedra e cal, desenvolve-se em nave única, com coro com uma espécie de corredor mais largo que abriga cômodos, na ala esquerda. A sacristia e sala de reuniões ladeiam a capela-mor. A igreja conserva alguns elementos arcaicos, como o acesso ao pavimento superior por escada externa e a cobertura da capela-mor em abóbada de berço em tijolo. Sua

fachada possui frontão clássico com óculo, três arcos de acesso no térreo, à maneira de uma galilé, e janelas de peitoril guarnecidas com avental de pedra, ao nível do coro. É ainda flanqueada por torres com cobertura piramidal, revestida de azulejos. A decoração do seu interior é neoclássica.176



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura449– Detalhes do teto da Igreja de Santo Antônio da Barra



Fonte: arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura450– Igreja de Santo Antônio da Barra

- **Fábrica Fratelli Vita:**

Livro de Inscrição:Livro do Tombamento dos Bens Imóveis

Município: Salvador

Proteção Legal: Tombamento Estadual – Decreto nº 8.357/2002

Data do Tombamento: 05/11/2002

[176] IPHAN. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1126

A Fábrica da Fratelli Vita surgiu a partir da vinda dos irmãos Giuseppe e Francesco Vita à Bahia. Fundada em 1902, a fábrica começou suas atividades como produtora, daquela que viria a ser uma das mais famosas marcas de refrigerantes no mercado baiano: as "gazosas".

Após um problema com a importação das garrafas para embalagem dos seus refrigerantes a fábrica começou a fazer as suas própriasgarrafas. O que daria início, posteriormente, a produção de cristais. Fazendo ainda mais sucesso que a sua bebida, os cristais da Fratelli Vita eram conhecidos mundialmente e até sendo premiados internacionalmente em competições.

Na década de 1970, a Brahma comprou os imóveis e a marca da Fratelli Vita.

Outros Bens:

Além desses bens citados, vale mencionar a grande quantidade do patrimônio de valor cultural e artístico que Salvador dispõe, os quais se encontram tombados pelo IPHAN. No quadro a seguir são apresentados tais bens de valor Cultural Tombados no Município de Salvador.

Quadro 306 – Lista de Bens Culturais Tombados do Município de Salvador

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Acervo da obra de Anton Walter Smetak	Livro do Tombamento dos Bens Móveis	Estado
Antiga Casa de Oração dos Jesuítas. Casa à Rua Carlos Gomes Nº 57	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Antiga Fábrica Fratelli Vita	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Antiga Fábrica São Brás	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Antigo Hospital Português e Jardins	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Asilo dos Expostos (Pupileira)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Asilo Santa Isabel	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Azulejos da Reitoria da UFBA	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Bens móveis e integrados do Colégio Nossa Senhora da Vitória (Marista)	Livro do Tombamento dos Bens Móveis	Estado
Capela D' Ajuda	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Capela do Corpo Santo	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Capela e Mosteiro de Monte Serrat	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Capela Nossa Senhora da Escada	Livro do Tombo Histórico	União

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Capela Nossa Senhora da Piedade e Edifício do Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões (Parte Antiga)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Avenida Frederico Pontes (Casa Nobre da Jequitaia)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Avenida Joana Angélica Nº 149	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Avenida Sete de Setembro, 59 (Elementos)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Rua 28 de Setembro Nº 8	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Rua Baixa do Bonfim Nº 236	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa à Rua Inácio Acioly Nº 4	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa da Providência, Capela e Pavilhão	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa das Sete Mortes	Livro do Tombo Histórico	União
Casa de Azulejo	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa de Castro Alves	Livro do Tombo Histórico	União
Casa de Oitão, Ladeira dos Aflitos, 27	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa do Rio Vermelho (Rua Alagoinhas, nº 33)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa dos Carvalhos	Livro do Tombo Histórico	União
Casa dos Sete Candeeiros	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Casa Guilherme Marback	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa nº 06 do Largo de Santana	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa nº 33, Ladeira do Arco	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa nº 34, Rua Felipe Camarão	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Catedral Basílica de Salvador	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Cemitério dos Ingleses	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Cine – Teatro Jandaia	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Colégio Nossa Senhora da Vitória (Marista)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Conjunto Arquitetônico da Soledade	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Ana Nery, fronteira à Igreja de N. Sa. Da Palma, no Subdistrito de Santana	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Severino Vieira, fronteira à Igreja de N. Sa. da Saúde no Subdistrito de Nazaré	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Outeiro de Santo Antônio da Barra, no Subdistrito de Vitória	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Trechos da Avenida Otávio Mangabeira, compreendendo as praias do Chega Negro e Piatã, no Subdistrito de Itapoã	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: Logradouros no Subdistrito da Conceição da Praia	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: Dique	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: Elementos no Subdistrito da Penha	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: Logradouros no Perímetro dos Subdistritos da Sé e do Passo	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: Logradouros no Perímetro dos Subdistritos dos Mares e da Penha	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto das Ruas Carneiro de Campos Sodré e Travessa Aquino Gaspar	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Conjunto Escola Parque	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Convento e Igreja de Nossa Senhora da Lapa	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Convento e Igreja do Desterro	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Cortejo do Dois de Julho	Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações	Estado
Desfile de Afoxés	Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações	Estado
Edifício à Praça Cairú, onde funciona a Alfândega, atual Mercado Modelo	Livro do Tombo Histórico	União
Edifício Caramuru	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Edifício da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Edifício do Antigo Hospício de Nossa Senhora da Boa Viagem e o Cruzeiro do primitivo adro	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Edifício Dourado	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Edifício Jornal A Tarde	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Edifício Oceania	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Edifício Sede do Instituto do Cacau da Bahia	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Edifício Sulacap	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Elevador Lacerda	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Escola de Belas Artes	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Festa de Santa Bárbara	Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações	Estado
Festa do Senhor do Bonfim	Livro de Registro das Celebrações	União
Fonte da Água Brusca ou do Baluarte	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte da Munganga	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte da Rampa do Mercado	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte das Pedras	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte das Pedreiras	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte de Itacaranha	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte de São Pedro	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Dique do Tororó	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Gabriel	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Gravatá	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Queimado	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Santo Antônio	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte do Vale do Tororó	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fonte dos Padres	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Fortaleza de São Pedro	Livro do Tombo Histórico	União
Fortaleza do Barbalho ou de Nossa Senhora do Monte do Carmo	Livro do Tombo Histórico	União
Fortaleza do Monte Serrat	Livro do Tombo Histórico	União
Forte de Santa Maria	Livro do Tombo Histórico	União
Forte de Santo Antônio Além do Carmo	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Forte de Santo Antônio da Barra	Livro do Tombo Histórico	União
Forte de São Diogo	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Forte de São Marcelo	Livro do Tombo Histórico	União
Forte de São Paulo da Gambôa	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Hospital Aristides Maltez	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Hospital Santa Isabel	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Igreja da Mouraria	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja da Palma	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja da Rua do Passo ou do Santíssimo Sacramento	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora da Penha e antigo Palácio de Verão dos Arcebispos	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora da Saúde	Livro do Tombo Histórico	União
Igreja de Nossa Senhora da Vitória		União
Igreja de Nossa Senhora das Neves	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de Nossa Senhora de Brotas	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Igreja de Nossa Senhora de Loreto: Ilha dos Frades	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Igreja de Santo Antônio da Barra	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de São Brás	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Igreja de São Miguel	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja de São Pedro dos Clérigos	Livro do Tombo Histórico	União
Igreja do Pilar	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja do Rosário dos Pretos	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja do Senhor do Bonfim	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Casa da Ordem Terceira de São Domingos	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Casa da Ordem Terceira do Carmo	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Convento de Santa Teresa (Seminário)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Convento de São Francisco	Livro do Tombo das Belas Artes	União

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Igreja e Hospício da Boa Viagem	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Mosteiro da Graça	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Mosteiro de São Bento	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja e Santa Casa da Misericórdia da Bahia	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Igreja Matriz de Sant'Ana	Livro do Tombo Histórico	União
Imóvel Nº 622 – Fazenda Grande (Associação dos Moradores Educativa Cultural)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Inscrições Tumulares da Igreja da Vitória	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Largo da Madragoa, nº 08	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Largo de Santana	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Lazareto, Igreja de São Lázaro e Área de Entorno	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Mausoléu da Família do Barão de Cajaíbas e Imagens da Fé	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Mural do Artista Carlos Bastos (Edifício Argentina)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Oratório Público da Cruz de Pascoal	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Palacete Berquó	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Palacete do Comendador Bernardo Martins Catharino	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Palácio da Aclamação	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Palácio do Arcebispado	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Palácio do Conde dos Arcos, atual Ginásio Americano	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Palácio Ferrão	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Palácio Saldanha	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Parque e Fonte do Queimado	Livro do Tombo Histórico	União
Parque São Bartolomeu	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Pintura Mural do Artista Genaro de Carvalho (Hotel da Bahia)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Portada de Solar (Museu de Arte da Bahia)	Livro do Tombo Histórico	União
Prédio à Rua J. Castro Rebelo, nº 5 (Açouguinho)	Livro do Tombo Histórico	União
Prédio à Rua Militão Lisboa Nº 80	Livro do Tombo Histórico	União
Prédio da Associação Comercial da Bahia	Livro do Tombo das Belas Artes	União

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Prédio do Asilo D. Pedro II na Av. Luís Tarquínio, nº 18, antigo Palacete Machado	Livro do Tombo Histórico	União
Prédio do Hospício São João de Deus	Livro do Tombo Histórico	União
Prédio do Paço Municipal (Salvador)	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Prédio localizado na Av. Sete de Setembro, nº 401, ou Ladeira da Barra	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Prédio localizado na Praça dos Veteranos, nº 5 (Solar do Gravatá ou Solar Oliveira Mendes)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Prédio sito à Praça Cairu, nº 19	Livro do Tombo Histórico	União
Quinta do Tanque	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Sede do Corpo dos Bombeiros	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Seminário de São Dâmaso	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Sheraton da Bahia Hotel	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Sobrada à Rua Saldanha da Gama Nº 25	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Sobrado à Praça 15 de Novembro Nº 17	Livro do Tombo Histórico	União
Sobrado à Praça Anchieta, 20 e à Rua Inácio Acioly, 2	Livro do Tombo Histórico	União
Sobrado à Rua Conselheiro Junqueira Nº 55	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Sobrado à Rua Inácio Acioly Nº 6	Livro do Tombo Histórico	União
Sobrado nº 18, da Praça Anchieta	Livro do Tombo Histórico	União
Sobrado nº 56, Rua Silva Jardim	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Solar à Praça Anchieta, 8 (Casa Natal de Gregório de Matos)	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Solar Amado Bahia	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Solar Bandeira	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Solar do Barão do Rio Real	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Solar do Unhão e Capela de Nossa Senhora da Conceição	Livro do Tombo das Belas Artes	União
Teatro Castro Alves		Federal
Terreiro da Casa Branca	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumarê	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumarê		Federal
Terrxeiro de Candomblé Pilão de Prata	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado

Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Terreiro do Axé Opô Afonjá	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Terreiro do Gantois – Ilê Iyá Omim Axé Yiamassé	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	União
Terreiro Ilê Aché Ibá Ogum	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Terreiro Ilê Asipá	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Terreiro Ilê Axé Kalé Bokum	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Terreiro Mokambo Onzo Nguzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
Terreiro Tumba Junçara	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado

- **Feira de São Joaquim:**

A Feira de São Joaquim (FSJ) é um dos mais tradicionais e importantes centros de abastecimento e aprovisionamento das camadas populares do município de Salvador, do Recôncavo Baiano e da Baía de Todos os Santos (BTS). Localizada no bairro Calçada, na Cidade Baixa, a FSJ ocupa atualmente uma área de 38.495, 26m², sendo um terreno acrescido da marinha, situado na Avenida Oscar Pontes, seu limite ao leste. Os demais limites fronteiriços da FSJ são: o Terminal Marítimo São Joaquim (Ferry Boat), ao sul, a Enseada de São Joaquim, ao norte e sua fronteira líquida, a Baía de Todos os Santos, a oeste.

Por sua localização à beira mar e por manter viva uma série de práticas e hábitos comerciais tradicionais, a FSJ é muito mais do que um centro de abastecimento das camadas populares. Representa um tempo, um modo de mercar e uma vocação primeira que deu origem à cidade de Salvador, conhecida como cidade-feira, cidade-porto e dos mais importantes entrepostos do Brasil Colonial (SOUZA, 2010, p. 50). Vocação esta que a FSJ vem mantendo ao longo dos seus 50 anos de existência, desde que o fatídico incêndio destruiu a antiga feira Água de Meninos, em 1964.

A FSJ é a maior e mais tradicional feira popular do estado onde atuam mais de sete mil feirantes, encontrando-se atualmente em processo de requalificação iniciado em 2011, segundo a CONDER[177], houve um investimento de cerca de R$ 60 milhões do governo estadual e federal. A realização da obra gerou aproximadamente 150 postos de trabalho. Esse aporte permitiu a recuperação do Galpão da Codeba, situado nas imediações e a revitalização da feira com serviços de implantação de sistemas de infraestrutura básica - abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem e pavimentação -, reforma de 426 boxes e substituição de outros 923 por novos. Segundo o Ministério do Turismo[178], a reforma, do ponto de vista econômico, contempla mais de 3 mil comerciantes dos quais vivem exclusivamente desse emprego e gera renda, indiretamente, para mais de 40 mil trabalhadores. A

[177] CONDER. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/index.php?menu=equipamentosurbanos <Acessado em: Novembro 2014>

[178] Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20131218-3.html < Acessado em: Novembro 2014>

requalificação inclui também o projeto de qualificação profissional e empresarial para cerca de 3.300 feirantes.

A feira exerce grande importância econômica e social, pois abastece as ilhas da Baía de Todos os Santos, o município de Salvador, além do interior do estado, comercializando parte da produção de artesanatos e agropecuários do Recôncavo Baiano e municípios do entorno como Aratuípe e Jaguaripe.

Este centro de abastecimento contribui com inúmeras pessoas e comerciantes que compram mercadorias para abastecer seus mercados e comércios locais em outros municípios e na própria capital baiana, além, é claro, para o próprio consumo. Diante desse quadro, a premissa básica da reforma é garantir a permanência do equipamento e transformar o local em mais um ponto turístico do estado. Essa melhoria já está beneficiando os trabalhadores e os clientes, pois as boas condições de funcionamento através dos progressos na infraestrutura local, vem servindo para atrair novos clientes e, consequentemente, proporcionar maiores ganhos financeiros para os trabalhadores da FSJ.

A morfologia da Feira de São Joaquim não é matéria fácil de ser apreendida e dominada pelos visitantes. À primeira vista, pode parecer um emaranhado de labirintos que dão sempre no mesmo lugar. No entanto, o que há é uma lógica própria de funcionamento que orienta a ocupação e a circulação de comerciantes e consumidores. Antes de iniciado o processo de requalificação em 2011[179], a feira possuía 50 ruas/becos, 22 quadras e 5 portões de acesso.

[179]Em 2008 foi assinado o Termo de Acordo e Compromisso entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, estabelecendo um convênio para elaboração de um Projeto de Requalificação da Feira São Joaquim. Em meados de 2011, cerca de 300 feirantes foram transferidos provisoriamente para o galpão da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), que fica ao lado da feira. A transferência seguiu o planejamento de alocar gradativamente os feirantes no galpão, enquanto as obras de requalificação física no sítio da feira estiverem em andamento (IPAC, 2010).



Figura 451 – Localização da Feira de São Joaquim e projeção do traçado da ponte.

De acordo com o Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador (Sindifeira), em São Joaquim são cerca de 7.500 feirantes, entre donos, empregados, promotores de venda, ambulantes, prestadores de serviço, arrumadores, carregadores, atacadistas e varejistas, distribuídos em 3.000 estabelecimentos, entre boxes permanentes e barracas de madeira. O fluxo de pessoas na feira já atingiu a marca de 20.000 pessoas/dia, antes do início do processo de requalificação.

Ao longo desses 50 anos de existência, a FSJ foi configurando-se através de uma complexa relação de negociação entre as antigas formas de mercar e as novas formas de comercializar da rede formal de abastecimento. Mesmo sem atender a todas exigências comerciais e sanitárias vigentes, a FSJ foi forjando seus contornos para satisfazer as necessidades de abastecimento da população de baixa renda que depende dela.

Nesse processo, alguns setores e alguns produtos adquiriram certa proeminência e uma fusão com a cultura da feira, ao ponto de tais setores e produtos irem dando a ela o seu formato atual. Na FSJ tem as ruas do coco, da farinha, das cerâmicas, os pontos da cana, de produtos afro-religiosos e indígenas, das frutas, das barbearias, dos restaurantes, do camarão, das verduras, dos ovos, das confecções e o largo do quiabo (VIEGAS, 2006).

A variedade de mercadorias encontradas é outro fator relevante que dá sustentabilidade e longevidade à Feira de São Joaquim. Os feirantes e os frequentadores costumam dizer que lá se encontra de tudo. É possível encontrar uma gama variada de mercadorias, todosos tipos de vegetais, carnes, pescados, animais vivos, produtos artesanais, cerâmica, produtos industrializados, madeira, artefatos de palha, artigos religiosos, ervas, perecíveis, não perecíveis, manipulados e outras mercadorias, que dão ao consumidor a impressão de estarem num shopping center artesanal:

> “Aqui na Feira tem o peixe, quase que pescado na hora e perto tem o tempero, o tomate, o coentro, a cebola, o alho, a pimenta... a moqueca toda e inclusive pronta [risos]”, disse Dona Walmira, 63 anos, fiel freguesa da Feira (SOUZA, 2010, p. 217).

Por estes e outros fatores, a FSJ significa muito mais do que o maior centro de abastecimento de Salvador, dado à sua função de abastecer os pequenos mercados

do subúrbio, mas por ser também um local de socialização. De acordo com Souza (2010), paralelo a todo o comércio de mercadorias ocorre uma gama de relações e convivências. Desde a 5 horas da manhã até as 18 horas há uma intensa rotina, com práticas cotidianas estruturantes que se repetem ao longo de muitas décadas: café da manhã, almoço, carteado, jogo de dominó, jogo de dama, apostas na loteria esportiva e apostas no jogo do bicho.



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 452– Feira de São Joaquim



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 453 – Feira de São Joaquim



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 454 – Feira de São Joaquim



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 455 – Feira de São Joaquim

Se no passado distante a cidade de Salvador era considerada uma cidade-feira, a FSJ pode ser considerada uma feira-cidade. A feira-cidade representa uma Salvador que não parou no tempo, mas que resiste frente às imposições e a velocidade do progresso. A informalidade das interações e o modo próprio de mercar fazem a

experiência de comprar na feira ser única. Até mesmo o padrão de pesos e medidas na FSJ é próprio:

> O quilo, diga-se de passagem, não pegou na feira! Hoje você encontra as coisas sendo vendidanuma rede, num monte, né... uma redinha amarrada as coisas dentro, um monte... mas não é pesado. E, por sinal, sai bem mais barato, né? É via no supermercado uma promoção vendendo maracujá a R$ 2,49 o quilo, tem alguns mercados que vende a 3 e pouco o quilo, né? Essa questão do quilo é um roubo, porque você não sabe se é vantagem ou desvantagem, às vezes você só vai saber isso passando no caixa quando você percebe quanto deu ali. Então... essa estratégia do quilo é muito mais uma estratégia para o supermercado. Na feira é mais difícil, porque na hora que pesa e o cliente vê que é desvantagem, ele não quer o quilo. Daí ficou sempre sendo o monte, a rede. Então... eu comprei uma rede de maracujá hoje e aí eu vou pra uma balança pesar, eu pego duas ou três redes e vou pra uma balança próxima e peso pra ver como é que ficou... eu acabei levando por R$ 2,00 (dois reais) uma rede contendo um quilo e quatrocentos gramas... (SOUZA, 2010, p. 212).

A FSJ promove a junção entre o passado e o presente. Tornou-se um referencial de continuidade. As pessoas que afluem todos os dias dos bairros de Salvador e de todo o Recôncavo Baiano, não vão à FSJ apenas em busca de mercadorias. Elas vão em busca de uma experiência como um tempo e um modo de mercar diferentes. Neste aspecto, não se referem aqui apenas às pessoas de baixa renda, visto que se pode observar pessoas de outras classes sociais, assim como turistas frequentando a feira.

Para muito além de fatores de ordem comercial, por ser um dos polos que interconecta Salvador ao Recôncavo Baiano, a FSJ extrapolou sua função inicial de abastecimento, e resiste a todos e ao tempo, pelo fato de ser uma feira-cidade que mantém e é mantida por modos tradicionais relacionados aos negros, às religiões de matriz africana, aos migrantes do Recôncavo e à população de baixa renda.

Em relação à problemática dos lugares, para De Certeau (1994, p.201-202) existe uma distinção entre lugares e espaços:

> Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a

> possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei dos outros, cada um situado num lugar "próprio" e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis.

Tomando como base essa discussão, a FSJ se enquadra dentro da categoria de lugar pela sua vocação para a ordem e sua indicação de estabilidade, podendo este também ser entendido como um *lugar tradicional*, ou da *tradição*. Além de se tratar de um lugar tradicional, a FJS vem se configurando também como um lugar de resistência, questão esta que será abordada de forma mais profunda no próximo capitulo deste trabalho.

Questões Históricas – A Feira de São Joaquim como Lugar de Resistência:

Ao se admitir que a FSJ é herdeira de relações e práticas mercantis tradicionais, logisticamente admite-se a relação de continuidade entre a FSJ e as feiras do Setee Água de Meninos**.** Sendo esta a genealogia da FSJ, tratam-se de relações e práticas mercantis que se estendem há mais de um século. Práticas e relações que resistiram às novas formas de comercializar, às inúmeras tentativas de interdições sanitárias e aos fatídicos incêndios.

Do ponto de vista da historiografia, a literatura disponível sobre a FSJ e até mesmo a sua memória coletiva, que tem como principais representantes os feirantes, remetem à Feira do Sete como seu ponto de origem. A Feira do Sete era uma feira móvel que acontecia nas imediações do 7º armazém da CODEBA, na década de 1920. A Feira do Sete era responsável por grande parte dos víveres que abasteciam Salvador e que eram trazidos do Recôncavo Baiano por saveiros. Um incêndio, no início da década de 1930, forçou a transferência dos feirantes para a Enseada Água de Meninos.

> O fogo purificador – a famosa feira do "Sete" reduzida a cinzas! Eis a manchete de A Tarde ao noticiar o incêndio ocorrido na Feira do Sete, em abril de 1934, que causou sua transferência para a enseada de Água de Meninos, na primeira metade do século XX. A notícia informa que: [...] "A companhia Cessionária e a Fiscalização Federal empenhados no saneamento do local tomaram a cerca de um ano a iniciativa de entregar à Prefeitura da capital, o controle da aludida

> Feira que fora mudada das proximidades do Armazém 7 para o novo aterro fronteiro às Docas do Wilson. (SOUZA, 2010, p. 82 *apud* PAIM, 2005, p. 25).

Em Água de Meninos foi um período marcante na história pregressa da FSJ. É durante esse período que a feira cresce, se expande e começa a atrair o interesse de outros segmentos da sociedade. De acordo com Souza (2010), isto se deve principalmente à proximidade da feira com o cais. Durante a década de 1940, a feira, que começa a se tornar permanente, irá compor o sistema de abastecimento de Salvador, que era realizado por via marítima.

No início dos anos 1960, a feira, que já havia atraído a atenção de turistas, artistas, escritores e poetas, se torna tema de filmes, documentários e novelas. Naquele momento a feira começa a ganhar as feições que tem nos dias atuais. A despeito de sucessivas tentativas de ordenação e padronização por parte do poder público (SOUZA, 2010, p. 84), a ela cada vez mais se diversificava e se expandia de forma espontânea.

A variedade de produtos, a multiplicidade de texturas, cores e cheiros faziam da experiência de ir à feira uma experiência sinestésica. Água de Meninos foi um marco, tanto na história da cidade-feira, como na construção da feira-cidade – a Feira de São Joaquim.

A Feira de Água de Meninos foi testemunha e ao mesmo tempo herdeira da vida mercantil de uma cidade que estava voltada para o mar, movida por embarques e desembarques dos saveiros que [180]nutriam as relações comerciais com o Recôncavo e outras regiões da Bahia. No entanto, e sobretudo, a Feira de Água de Meninos foi e continua a ser feita por pessoas pobres e para pessoas pobres. De acordo com Mattedi (2006), estes representam 81,60% dos consumidores da FSJ.

A história da Feira de São Joaquim e suas antecessoras foi sempre marcada pela presença de pessoas de baixa renda, em sua maioria negros. Para a maioria dos feirantes entrevistados e até mesmo para estudiosos do tema, no Brasil a questão racial e a questão de classe social estão sobrepostas. No caso dos feirantes, isso se

[180] (SOUZA, 2010, p. 80 apud PAIM, 2005).

constatou pelo fato de nenhum dos entrevistados ter citado a questão racial da feira, mas apenas a questão de classe.

Entende-se que a questão racial da FSJ é um dos fatores de maior importância no que tange à política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Talvez seja essa característica, somada às tradições religiosas negro-africanas, que dê à FSJ seu caráter de especificidade e unicidade, em relação às outras feiras semelhantes do país. Por isso, parece tão caro o tema da resistência da Feira. Resistência que ganha outra significância, pelo fato de ter também um caráter étnico.

Provavelmente, o fato da questão racial não ser um tema relevante quando o assunto é a FSJ se deve ao que Da Matta (1990) chamou de “racismo à brasileira”. Isto é, a maioria dos brasileiros foram convencidos que no Brasil não há preconceito racial, que este, o preconceito, seria somente de natureza social. No caso específico de Salvador, a cidade brasileira com o maior percentual (51,7%) de pessoas que se declararam negras e pardas, segundo dados do IBGE, as questões de classe e raça tendem a se sobrepor ainda mais.

Deste modo, concorda-se com as análises de Amorim (2013), ao apresentar os fatores históricos que justificam a inclusão de um recorte racial ao analisar questões sociais no país:

> Em primeiro lugar, um país como o Brasil que teve na sua origem um sistema de produção escravagista, que deixou marcas profundas na fisionomia e na consciência da sua população, terá que necessariamente incluir a reflexão sobre raça na pauta de qualquer discussão questões sociais e culturais. Em segundo lugar, é pouco provável que as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais dos últimos 125 após a abolição da escravatura sejam capazes de apagar as crenças e representações tão calcificadas desse imaginário da escravidão. E em terceiro lugar, o país em que durante 388 anos teve os negros e os pardos como a base, como extrato de sua pirâmide social. Portanto, foram estes que construíram as bases econômicas do país, mas que a partir do momento em que resolveu se tornar uma nação mercantil capitalista escolheu o caminho de um desenvolvimento que incorporava todos os seguimentos da sociedade com exceção dos negros ex-escravos. De forma deliberada, a ex-colônia optou por se tornar uma grande nação, deixando às margens os negros que foram os responsáveis pelo desenvolvimento na mineralogia, agricultura e metalurgia, sem contar os aspectos culturais que

> enriqueceram a sociedade brasileira. Aspectos que foram ressaltados em obras como *Casa-grande e senzala*, de Freyre (2001), mas que também foi por muitos autores de ser responsável pela dissimulação, pela eufemização do preconceito racial no país durante anos (AMORIM, 2013, p. 93).

Por isso, não se poderia tratar a questão da resistência na FSJ sem se falar da questão racial. Esta é uma constatação que precisa ser ratificada: a Feira de São Joaquim é um espaço de resistência negra. E, por esse motivo, o abandono público, o descaso e as sucessivas tentativas de desarticulação tornam-se ainda mais complexas.

> [...] a leitura que eu faço disso tudo e do abandono a que a Feira foi submetida, que esse abandono levaria a Feira a se acabar. Algo que não tem investimento, não tem um ordenamento, ela ia crescer e inchar tanto, ela ia carecer de tantas coisas que no final haveria uma justificativa para ela se acabar, como acabou o mercado, o antigo mercado popular. Então, a Feira é fruto desse abandono, da falta, da ausência da política pública nesse espaço, mas não também descolado do próprio público que trabalha na Feira na sua maioria, e dos que frequentam a Feira na sua maioria também, que são de pessoas de bairros populares, que nesses bairros também a política pública sempre foi ausente. Assim como esses bairros não morreram, aos trancos e barrancos se desenvolveram, a Feira não morreu e foi buscando seu próprio caminho para sobreviver [...] e eu vejo a Feira muito como esse espaço de resistência, e até negra, né, por que não dizer... porque se a gente for olhar a Feira, os feirantes, e daqueles que frequentam, é significativamente negra. Então, a Feira se constitui como um quilombo urbano de resistência (SOUZA, 2010, p. 225, 226). [Grifo nosso]

Dificilmente se encontraria uma definição conceitual tão adequada quanto essa acima, colhida por Souza (2010) no depoimento de um feirante de São Joaquim. A feira tornou-se um lugar de referência para os milhares de descendentes dos escravos africanos que vivem no Recôncavo Baiano e na região metropolitana de Salvador (RMS). Referência de memória, cultura e resistência.

De acordo com Bandeira & Brito (2011), grande parte das tradições culturais dos escravos africanos foram transmitidas às futuras gerações por causa das comunidades negras rebeldes, que se refugiaram na região do Recôncavo e desenvolveram seu modo de vida próprio. Para os descendentes dos escravos, que

nos dias atuais vivem na região do Recôncavo e na RMS, a Feira de São Joaquim representa um enclave, um microcosmo prenhe de toda essa herança cultural, dentro da cidade de Salvador.

A cronologia de resistência na FSJ começa com um incêndio na Feira do Sete em 1934[181], um incêndio devastador em 1964, em Água de Meninos, um incêndio de menor proporção, que queimou apenas três ruas, em 1980[182], um surto de leptospirose em 1984 e as diversas tentativas de interdição por parte do poder público estadual e municipal. Por esses e por outros motivos a FSJ é um lugar de resistência.

O projeto de requalificação é o novo capítulo de resistência da FSJ. A construção de parte da sua nova estrutura física e a transferência de feirantes para um galpão provisório da CODEBA teve início em 2012. Apesar da preocupação dos órgãos responsáveis pelo projeto de requalificação para não descaracterizar e manter as práticas culturais tradicionais da feira, existe um grau de preocupação por parte dos feirantes em relação ao projeto:

> "Não queremos transformar isso aqui num shopping center e perder a característica de feira. Aqui cada um tem o seu jeito de mercar. Esse é o diferencial da feira"[183].

> "Quando eles transferiram os feirantes para o galpão era para ficar lá menos de um ano. Essa obra já dura dois anos e meio. Desalojaram os feirantes e isso causou muitos transtornos. O local não é adequado, é pequeno e os clientes de muitos anos não vão até o outro lugar para comprar"[184].

Evitou-se tratar da questão sanitária neste relatório. Porém, se tem consciência do quadro das deficiências que a FSJ apresenta nesta questão e das mudanças que serão necessárias implementar para evitar danos à saúde de quem compra ali e dos próprios feirantes. E que, mesmo sendo considerada inviável sanitária e economicamente para as autoridades, a feira resiste pelo valor simbólico que tem para uma grande parcela da população soteropolitana e do Recôncavo.

---

[181] (SOUZA, 2010, p. 80 apud PAIM, 2005).
[182] Depoimento de Pascoal Antônio da Silva, 76 anos, feirante. Salvador, abril de 2014.
[183] Depoimento de Marcílio Costa Santos, 54 anos, feirante. Salvador. Abril de 2014.
[184] Depoimento de Irene. A depoente não quis informar os dados pessoais com medo de retaliação.

Os feirantes entrevistados reconhecem que a feira necessita com urgência melhorar suas condições sanitárias. Eles sabem da importância do projeto de requalificação para a continuidade da feira e também acreditam que a construção da ponte Salvador/Itaparica irá trazer novas oportunidades de negócios para eles:

> "Depois que nós fomos transferidos para o galpão, as vendas aqui caíram muito. Uma das coisas que mais nos prejudica é a falta de um estacionamento para os clientes. Mas as condições da feira velha não atrai novos clientes. Os que estão vendendo lá são mantidos por causa dos velhos clientes. Essa obra da requalificação está demorando muito. Mas, quando terminar, e com a construção da ponte, isso aqui vai melhor muito[185].

> "O problema é que tem muita gente que não conhece essa feira. Tem gente que mora aqui e nunca ouviu falar dessa feira. Falta divulgação. Eu acho que quando construir essa ponte as pessoas vão conhecer mais a feira"[186].

A Feira de São Joaquim como Cultura Imaterial:

De acordo com o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2002, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, a FSJ possui potencial e os requisitos para ser registrada no Livro de Registro de Lugares, por se constituir um lugar de práticas culturais coletivas e representar uma alegoria da BTS, da cidade de Salvador e do Recôncavo baiano.

Acreditamos que há sobejas evidências de que a FSJ não é apenas mais um espaço de comercialização, mas um lugar nos termos de De Certeau (1994). Isto é, um espaço construído culturalmente e que por isso possui valor simbólico agregado.

A FSJ se inscreve como um repositório de práticas culturais coletivas e de memória para as identidades soteropolitana, baiana, nordestina e brasileira. Deste modo, apresenta-se, de forma sucinta, três eixos relacionais, que mantêm e são mantidos por meio de trocas simbólicas com o complexo cultural – que é a Feira São Joaquim.

- A relação da FSJ como o Recôncavo Baiano.

[185] Depoimento de Pascoal Antônio da Silva, 76 anos, feirante. Salvador, abril de 2014.
[186] Depoimento de Jailson Batista dos Santos, 33 anos, segurança da FSJ. Salvador, abril de 2014.

- A relação da FSJ como a economia do sagrado.
- O calendário de manifestações culturais da FSJ.

A Relação da Feira de São Joaquim com o Recôncavo Baiano:

Como já fora apresentado, a FSJ, como sucessora das Feiras do Sete e Água de Meninos, é representante das relações mercantis que, durante séculos, manteve a interconexão entre Salvador e a região do Recôncavo. A feira recria e reestrutura relações de um tempo em que todo o escoamento dependia dos saveiros. Nos dias atuais, apenas dois saveiros estão em atividade, trazendo cerâmica de Maragogipinho.

Ao herdar práticas de comportamentos tradicionais, a feira torna-se lugar de práticas e comportamentos de muitas temporalidades (SOUZA, 2010, p. 174). Com o passar do tempo, por questões econômicas e de infraestrutura viária, o sistema articulado de interdependência entre Salvador e a região do Recôncavo foi desarticulado. Mesmo assim, cerca de 80% do que é produzido no Recôncavo deságua na FSJ. Com a construção do Sistema de Travessia Salvador/Itaparica, parte desse sistema pode ser retomado.

Por questões de infraestrutura e desenvolvimento regional, o Recôncavo Baiano e a Baía de Todos os Santos ainda possuem centenas de comunidades que mantêm um modo de vida tradicional. São comunidades pesqueiras que conservaram a herança cultural marítima herdada dos indígenas e dos africanos. Tais comunidades representam uma referência totêmica para a cultura e para a identidade baianas (PEDRÃO, 2001, p. 257).

Ao se dizer isso, não se quer negar a relação utilitária, de ser entreposto, que a feira mantém com o Recôncavo e o com a BTS. No entanto, ressalta-se que esta relação extrapola as funções de comercialização e abastecimento. A FSJ é o lugar em que parte significativa do modo de vida das comunidades tradicionais está presente, nos saberes, nos fazeres, nos produtos diferenciados e nas especialidades culinárias.

A Relação da Feira de São Joaquim como a Economia do Sagrado:

Quem visita a FSJ perceberá, que de toda a variedade de produtos comercializados ali, existe a predominância de daqueles relacionados às religiões de matriz africana. Na feira é possível encontrar praticamente tudo que diz respeito às celebrações,

formas de expressões e obrigações ritualísticas dessas religiões, como observado por Souza (2010):

> Há toda uma cadeia produtiva da cultura dos terreiros e outras religiões de matriz africana. O consumo de folhas e objetos para uso medicinal, para obrigações de cada orixá, iniciações e outros tantos ritos particulares, além do uso estético ritual, ou da culinária, compõe uma verdadeira economia do sagrado. A demanda pelas folhas coloca lugares, [...] como São Joaquim e a Feira da Sete Portas na condição de fornecedores fundamentais, tanto das ervas, quanto de animais vivos – para estes, especialmente em São Joaquim.

Segundo o Sindifeira, a FSJ é o maior centro de distribuição que abastece os 1.200 terreiros de Salvador e da Baía de Todos os Santos. Essa estreita relação da FSJ com as religiões de matriz africana é outro fator que lhe agrega valor simbólico. À longa história de resistência matizada por uma classe social, por uma região e por uma raça, somam-se as cores das religiões de matriz africana. As tradições religiosas que incluem o culto aos orixás, aos caboclos, aos santos, os búzios, as cartas e a culinária do feijão-camarão-azeite, têm na FSJ um suporte de manutenção de suas práticas rituais.



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 456 – Feira de São Joaquim



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 457 – Feira de São Joaquim



Fonte: J.P. Pierote Silva – Fronteiras Arqueologia

Figura 458 – Feira de São Joaquim

Além da variedade dos artigos religiosos, há uma infinidade de ervas e produtos terapêuticos e fitoterápicos de uso tradicional, que remetem à tradição farmacopéica dos indígenas, dos africanos e dos descendentes dos africanos. Entre outras atividades culturais e tradicionais, a FSJ é responsável por abastecer a atividade das 5.000 baianas registradas em Salvador (SOUZA, 2010, p. 161). Um dito que se tornou

popular na feira mostra a importância e significado que a ela atingiu: “A gente costuma dizer que a feira alimenta não só o corpo como também a alma”[187]

O Calendário de Manifestações Culturais da Feira de São Joaquim:

A FSJ, entre outras potencialidades, não é apenas lugar de memória e de tradições culturais, como já fora apresentado. É também lugar de produção, reprodução e ressignificação cultural. Na dinâmica da urdidura cultural, toda reprodução acaba terminando em transformação. Na relação de apropriação que os feirantes e usuários mantêm com o espaço da FSJ, práticas culturais foram se transformando, se recriando e ressignificando, ao mesmo tempo em que outras foram mantidas. O resultado é um calendário rico em manifestações culturais.

- Mostra Gastronômica – considerada pelos feirantes como sendo atualmente o evento mais importante da FSJ. Acontece no mês de novembro ou dezembro, onde são servidos pratos como: dobradinha, miraguaia, peixe de escabeche, moqueca de camarão, mocotó, escaldado de peru e carneiro e feijoada. Durante o evento, acontecem apresentações artísticas e são servidos 400 quilos de feijão com carne para a população.

- Festa Junina – A Festa Junina geralmente acontece no sábado ou no domingo antes do dia de São João. É montada uma grande mesa com todo tipo de produtos típicos, a maioria derivada do milho, e se apresentam bandas de forró.

- Caruru de Santa Bárbara – O festejo acontece no dia 4 de dezembro. Reúne, no mesmo espaço da feira, as devoções sincréticas à Santa Bárbara, protetora dos bombeiros e à Iansã, esposa de Xangô. É servido o caruru, prato ritualístico do candomblé, à base de quiabo.

- Festa do Marujo – A Festa do Marujo acontece no primeiro domingo de setembro. O Marujo ou Marinheiro é uma entidade da Umbanda. Na FSJ o senhor “Dadá”, devoto do Marujo, é o anfitrião da festa, que se inicia com uma caminha pela feira, depois um percurso de barco para entrega da oferenda no mar e encerramento regado a muita comida e bebida.

- Samba de Roda – Todos os finais de semana acontecem rodas de samba na FSJ. Essa é uma manifestação que tem como raiz tradições negro-africanas que foram misturadas à tradição portuguesa. As rodas de samba são puxadas

[187] Depoimento de Nilton Ávila, 45 anos, feirante. Salvador, abril de 2014.

pelo grupo “Samba da Feira”. Aos domingos, além da música, é servido o tradicional caldo de mocotó.

- Grito de Carnaval – O Grito de Carnaval na FSJ acontece uma semana antes do carnaval. A Associação dos Feirantes, juntamente com outras associações, criaram o bloco “Vem Sambar”, que já foi já bloco revelação do carnaval de Salvador e é o único que tem alas das baianas, das passistas e de cadeirantes. Há um projeto de criar uma escola de samba para desfilar no carnaval, cujo nome será, “Filhos de São Joaquim”.

Ilha de Itaparica

Toda a história de povoamento da BTS é extremamente complexa. Logo, entender o que se passava no contexto histórico dos primeiros anos da colonização da BTS se torna inevitável para o entendimento da pluralidade étnica formada enquanto mestiçagem, que localizamos presente na Ilha de Itaparica.

O Distrito de Itaparica foi criado por Resolução Régia, em 02 de dezembro de 1814, e teve como sede o Arraial da Ponta das Baleias sendo elevado à categoria de Freguesia pelo Alvará de 19 de janeiro de 1815.

De qualquer forma, a ilha tem seu uso e ocupação muito antiga, tendo uma narrativa comum desde o início da chegada dos portugueses, no início do século XVI, até a divisão da mesma em dois municípios (Itaparica e Vera Cruz), em 1962.

Inicialmente parte do território dos Tupinambá, a ilha teve suas terras reconhecidas com a chegada da expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio, em 1501.

A Baía de Todos os Santos é hoje contornada por uma extensa malha viária. A partir de Salvador, pode-se chegar ao seu entorno tanto pelo seu lado norte como pelo seu lado sul, sendo que neste último a ligação de Salvador a Itaparica é feita através do sistema “ferry-boat”. Há também uma diversificada infraestrutura de transportes coletivos servindo às mais recônditas localidades, partindo dos pontos mais movimentados. Para as ilhas, excetuando-se Itaparica e Madre de Deus, existe uma precária infraestrutura de transporte marítimo, espalhada em diversos pontos da baía, que cumpre, contudo, o seu papel de levar e trazer passageiros e mercadorias. São poucas as ilhas não servidas por alguma forma de transporte, restringindo-se o seu acesso apenas a seus próprios moradores ou proprietários. A ilha de Itaparica já sente o impacto de uma nítida tendência de expansão de sua ocupação, que se dá de forma irregular ou sem contar

com uma diretriz, seja pela falta de um zoneamento efetivo ou pela ausência de fiscalização.

Assim como na história da Baía de Todos os Santos, a presença dos tupinambás é marcante, na constituição das comunidades espalhadas ao longo da Ilha de Itaparica. Isso é logo evidenciado pelo topônimo, que, para muitos estudiosos e historiadores, tem origem na língua dos antigos donos da terra. Segundo Alves (1957), existem três versões para a palavra “Itaparica”. A primeira remete ao historiador Theodoro Sampaio, que nos fala de “Ita-pari”, construção tupi que significa tapagem de pedra, ou cerca feita de pedras, numa alusão à corda de recifes que protege a ilha na costa oceânica; a segunda, apresentada por Ubaldo Osório, surgiu da referência à localidade portuguesa de Caparica; finalmente, para J. M. Macedo, a origem do nome estaria ligada ao cacique tupinambá Taparica, pai de Catarina Paraguaçu, esposa de Diogo Álvares Correia, o Caramuru.

Na primeira metade do século XVI, o governador geral do Brasil, Tomé de Souza, doou Itaparica como sesmaria ao 1º Conde de Castanheira; com sua morte, as terras foram herdadas por seu filho, o 2º Conde, sendo confirmada a posse definitiva pelos herdeiros em 1593. Ao longo do tempo, a ilha passou, em função dos processos sucessórios portugueses, pela mão de vários sesmeiros. Já no século XVIII, o governo da metrópole tenta incorporar essas terras ao patrimônio da Coroa Portuguesa; em decorrência da insatisfação dos herdeiros, elas são reincorporadas ao domínio da Marquesa de Niza.

Ainda no século XVI, foi criado o primeiro núcleo de povoamento, pelos jesuítas, que ergueram a Igreja do Senhor de Vera Cruz, posteriormente elevada a freguesia através do decreto do segundo bispo da Bahia, D. Pedro Leitão.



Fonte: Arquivo Fronteiras

Figura 459 – Igreja do Senhor de Vera Cruz

Por sua posição geopolítica privilegiada, estendida longitudinalmente sobre a barra da baía, a Ilha de Itaparica participou ativamente das tentativas de invasão e ataques da pirataria estrangeira à capital colonial portuguesa, desde o fim do século XVI e durante todo o século XVII. Primeiro foram os ingleses, em 1587; mais tarde, os holandeses, que tomam Salvador em 1627, sendo expulsos pelo exército colonial, e tentam novamente em 1647, com uma poderosa esquadra enviada de Recife para subjugar o principal foco de resistência à sua expansão colonial na América. Sendo repelidos, tomam a Ponta das Baleias, atual sede municipal de Itaparica, onde permaneceram durante sete meses, na tentativa de sitiar a cidade a Baía[188] pelo mar. Como símbolo de vitória e poder construíramum forte, que mais tarde foi aproveitado na edificação da Fortaleza de São Lourenço.

A pesca, junto à coleta de mariscos e moluscos, sempre foi uma das principais atividades econômicas da ilha, assim como da região. Nos séculos XVII e XVIII, a principal atividade de Itaparica era a pesca da baleia – sua carne servia para o consumo interno e o óleo era exportado para Portugal. Nesse período, que para a colonização portuguesa significou uma fase de consolidação do poderio militar através de uma política de dinamização econômica,foi construída na ilha a primeira quilha da

[188] Como era chamada a cidade Salvador.

marinha de guerra no Brasil, ao tempo em que se instalava o primeiro engenho, introduzia-se a cultura da cana-de-açúcar e a criação de gado bovino, vindo de Cabo Verde, bem como a cultura do trigo. Posteriormente, foi construída uma casa de farinha às margens do Tiquaraçu e outro engenho de açúcar. Ainda hoje existem algumas localidades que sobrevivem da pesca, da plantação e da criação, situadas, basicamente, na parte oeste, contracosta da Ilha. Ali, é comum encontrar homens no trançado da rede, pescando ou cuidando das canoas, na coleta de mariscos e caranguejos nos mangues, e mulheres e jovens no trabalho de renda e trançado de palha.

Tradicionalmente, a ilha era procurada como estação de cura e repouso. A cidade de Itaparica foi oficializada como Estância Hidromineral em dezembro de 1937. A Fonte da Bica, popularmente conhecida, localizada na sede do atual município de Itaparica, foi construída com pedra e cal em 1842.

Desde meados do século XVIII, toda a região do antigo Recôncavo foi lentamente submergindo em um processo de estagnação econômica e demográfica, fruto de modificações nas relações entre suas vilas e a cidade da Baía, bem como entre a própria cidade da Baía e o emergente eixo econômico e político formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. A revolução nos transportes operada na primeira metade do século e a posterior exploração do petróleo, somadas ao processo de industrialização, urbanização e crescimento populacional de Salvador, contribuíram para alterar a configuração hierárquica da rede urbana do Recôncavo, privilegiando novas áreas em detrimento das antigas zonas de ocupação. Dessa forma, a ilha de Itaparica passa por um longo período de quietude. Em 1968, paralisaram-se as atividades da indústria têxtil da ilha, causando forte impacto na economia local. Ocorre também nesse momento a desativação de pequenas fábricas artesanais de cal, dendê e óleo.

A partir da década de 70, a consolidação de grandes áreas industriais e comerciais na Região Metropolitana de Salvador cria uma demanda por locais de turismo e veraneio. Itaparica, que já exercia essa função, assiste à intensificação da atividade, potencializada por investimentos públicos no sistema de transportes, como a Ponte do Funil, a BA-001 e o sistema “ferry-boat”, que fecham um curto-circuito entre Salvador e o sul do país (via BR-101), atravessando Itaparica pela beira de suas praias atlânticas. Nessa época, são aprovados, em série, lotes para veranistas e para fundo de reserva de especulação imobiliária, o que dá a Itaparica a “fisionomia” de área de expansão e

a torna caminho para os produtos industriais e petroquímicos de outras regiões e do Recôncavo a Salvador.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 460–Imagem aérea da ilha de Itaparica vendo-se ao fundo o terminal de bom despacho



Figura 461 – Vista do Terminal do “ferry-boat”, localizado em Bom Despacho



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 462 – Ponte Do Funil

Hoje, o cenário apresentado na ilha de Itaparica é de um lugar que passou por muitas mudanças na estrutura, na forma de ocupação e de exploração das suas riquezas. A urbanização desordenada é uma das faces mais visíveis desse processo; graves problemas de infraestrutura e degradação ambiental se repetem por trechos significativos da ilha.

As facilidades de acesso proporcionadas pelo canal abrigado por Itaparica estimulam a ocupação das ilhas nesse trecho, muito embora de maneira ainda não significativa, sob a forma de aglomerados, marinas, povoados, ou mesmo uma só construção ocupando uma ilha.

A parte sul do Canal de Itaparica não é utilizada como acesso à Baía de Todos os Santos por embarcações de médio e grande porte devido aos bancos de areia e à falta de sinalização marítima. A perspectiva de sinalização marítima dessa segunda "porta" de entrada da baía aumentaria o fluxo de embarcações de transporte e recreio, incrementando o turismo náutico que, por sua vez, aumentaria a demanda de ações de proteção e educação ambiental nessa região próxima do "Pantanal Baiano".

 /
Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 463 – Ilha de Carabeba – Pantanal Baiano

A pesca aparece como uma das principais atividades econômicas da população desta porção da Baía de Todos os Santos. Esta atividade é desenvolvida em suas várias modalidades sendo que uma delas tem trazido preocupações maiores a toda as comunidades que zelam pela preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida que é a pesca predatória com uso de explosivo, rede de malha fina e outros artefatos.

Celebrações e miscigenações:

A maior *celebração* da Ilha consiste em uma festa realizada pela Associação Cultural Grupo Indígena “Os Guaranis”. A festa possui registro no Iphan e Ipac, como patrimônio imaterial, Ofício nº 023/14- GAB/DPI/Iphan; processo administrativo nº 01450.013316/2013-59.

Segundo o atual presidente da associação, o Sr. Emanoel Pitta de Brito, 41 anos, o grupo foi fundado em 1939, por um senhor de prenome Eduardo, que reuniu um grupo de amigos trajando roupas confeccionadas de penas para homenagear aquele povo nativo que heroicamente perdeu sua vida nas batalhas de 07 de janeiro de 1823.

Em sete de setembro de 1822 ocorreu o episódio conhecido como “Grito do Ipiranga”, quando D. Pedro I declarou independência, recusando-se a retornar para Portugal, conforme exigiam as cortes lusas. Mesmo após a proclamação de independência feita por D. Pedro, cinco províncias – Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina – continuaram leais às cortes de Lisboa.

Em 7 de janeiro de 1823, os habitantes de Itaparica, cansados da opressão lusitana, resistiram à ofensiva dos portugueses, com armas de fogo, pedaços de pau e facões, não tolerando que desembarcassem para se abastecer.

O conflito teve fim em 02 de julho de 1823, pela junção entre a resistência popular, as forças armadas locais e os soldados enviados pelo Rio de Janeiro, instaurando-se um governo coligado ao Estado brasileiro. Um tipo de tributo festivo nasceu então como forma de perpetuar a memória dos combatentes: o Cortejo do Caboclo.[189]

Ao discorrer sobre o Cortejo do Caboclo, Sr. Emanoel informou que alguns elementos da celebração remetem ao reisado; alguns hinos referem-se aos santos; outros se assemelham a temas do candomblé de caboclo. O culto ao caboclo, combinando diversas tradições lúdicas, religiosas e artísticas, passou a ocupar o núcleo da configuração de um emaranhado de implicações da identidade e nacionalismo em Itaparica.

A independência é comemorada no dia 7 de janeiro, quando o grupo se veste como índios e interpreta uma história através de música e dança. Nesse dia, carrega-se em uma carruagem a imagem do Caboclo, que passa em procissão até a igreja. Após o cortejo cívico, há a apresentação do grupo, o mesmo sucedendo nos dias 8 e 9, sendo que neste último acontece o retorno do Caboclo para o lugar onde permanece guardado (prefeitura).

[189] http://expocaboclosdeItaparica.wordpress.com/2011/08/21/o-caboclo-de-Itaparica.



Fonte: Exposição fotográfica da festa em Itaparica – Biblioteca Pública dos Barris, Salvador, BA

Figura 464 – Os Caboclos de Itaparica



Fonte: Exposição fotográfica da festa em Itaparica – Biblioteca Pública dos Barris, Salvador, BA

Figura 465 – Os Caboclos de Itaparica



Fonte: Exposição fotográfica da festa em Itaparica – Biblioteca Pública dos Barris, Salvador, BA

Figura 466 – Os Caboclos de Itaparica



Fonte: Exposição fotográfica da festa em Itaparica – Biblioteca Pública dos Barris, Salvador, BA

Figura 467 – Os Caboclos de Itaparica

As atividades esotéricas compreendem uma forte tradição na Ilha de Itaparica. Dentre as manifestações culturais religiosas mais expressivas ali praticadas sobressai-se a Eubiose como movimento religioso de considerável alcance local, atraindo seguidores

de outras regiões do Brasil e de outros países. Trata-se de uma religião que se dispõe a transmitir “conhecimentos das leis naturais por intermédio da revelação cíclica, conduzindo discípulos a desenvolver-se internamente, visando atingir os níveis mais altos da consciência”.

O próprio movimento se autodefine como “um neologismo formado pelas raízes gregas EU (eús, eú, bom, bem), BIO (bios, vida) e OSE (osis, processo, ação, condição). Eubiose, portanto, significa: ‘ação, processo ou condição de bem viver’”.

É conhecida como uma sociedade de Esoterismo, Teosofia e Ocultismo, sendo seus integrantes chamados de *eubiotas*.



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura468 – Templo Obelisco em Vera Cruz – BA

A Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE) foi fundada pelo professor baiano Henrique José de Souza e por sua esposa Helena Jefferson de Souza, na cidade de São Lourenço, Minas Gerais, em 1921. Como em todo movimento sectário, o professor Henrique é endeusado e cultuado como um “sábio educador de homens, um giganteespiritual que só os séculos vindouros saberão avaliar”.

O templo da Eubiose na Ilha de Itaparica compreende uma pirâmide assentada sobre uma base cúbica, localizada nas proximidades de Mar Grande em Vera Cruz. Eleva-se a 22 metros de altura sobre o pico de uma elevação, de onde se contempla uma bela

paisagem da baía de Todos os Santos. Na forma de um obelisco, marca o ponto da concepção do movimento eubiótico, em 1899. No Brasil existem outros dois templos da SBE, em São Lourenço (MG) e em Xavantina (MT). Menciona-se ainda que a SBE tem sede nas maiores cidades do Brasil e em países da América do Sul e do Norte e na Europa.

A SBE leva seus ensinamentos aos interessados por meio de cursos por correspondência ou on-line, usando-os como forma de "proselitismo a distância". O aluno pode se desenvolver no aprendizado até a quarta fase. Depois disso, para aprender as "profundezas eubióticas", deverá ir pessoalmente a uma unidade da Sociedade.

Segundo os adeptos desse movimento, para que o processo funcione é necessário que o receptor seja destituído dos dogmas e preconceitos vigentes, o que ocorreria nos primeiros quatro níveis. Somente então o aluno estaria preparado para se aprofundar, sem reservas, na filosofia eubiótica.

Personagens simbólicos:

Através das pesquisas e entrevistas realizadas, percebe-se que certos personagens que participaram das batalhas pela independência do Brasil, na Bahia, são queridos pela população da ilha.

Três mulheres se tornaram símbolos da resistência que culminou no 02 de julho: Joana Angélica, Maria Quitéria e a Maria Felipa.

- Maria Quitéria de Jesus integrou o Batalhão dos Voluntários de D. Pedro I, o "Batalhão dos Periquitos", vestindo-se de homem. Depois que foi descoberta, comandou um pelotão de mulheres, em 1822, na Barra do Paraguaçu. Em dois de julho de 1823, foi recebida pelo imperador, que lhe deu a medalha de "Cavalheiro da Ordem" e um soldo de Alferes vitalício. (PACHECO 2005, p. 72)

- Joana Angélica de Jesus, aos vinte anos, entrou como franciscana no Convento da Lapa e, em 1783, se tornou Irmã das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição. No ano de 1822, quando soldados tentaram entrar no convento, acreditando lá haver armas escondidas, Joana Angélica, como abadessa do local, impediu-os, e assim foi atacada a golpes de baioneta

pelos soldados, que atingiram também o padre Daniel Nunes da Silva Lisboa, capelão do local.[190]

- Maria Felipa de Oliveira. Ela é descrita como uma negra alta e audaz, que por ser uma líder em sua comunidade, se tornou parte na organização da resistência insular. Liderando um grupo de mulheres e homens de diferentes etnias e classes, organizou o envio de mantimentos para o Recôncavo. Também organizou vigias nas praias para prevenir o desembarque de tropas inimigas, além de participar de vários conflitos.[191]

O caráter popular de Maria Felipa, suas atividades como marisqueira, no comércio de baleias, sua identidade étnico-social, fizeram dela uma heroína que agrega as características de um grupo que teve participação significativa no processo de libertação da Bahia, mas para o qual não se dá atenção.

A existência dessa personagem foi preservada graças à tradição oral e também por autores que a citam em seus livros, tais como o historiador Ubaldo Osório, em “A Ilha de Itaparica”, e a escritora Eny Kleyde Vasconcelos de Farias.

> A resistência à Maria Felipa, em parte, se deu porque ela foi heroína de guerra, numa época em que somente homens eram convocados. A rejeição nas comemorações, por ser negra, faz de Maria Felipa na contemporaneidade um dos símbolos étnicos da liberdade. (FARIAS, 2010, p.33).

Em 2011, houve um Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 535, de autoria da senadora Lídice da Mata e dos Senadores Walter Pinheiro e João Durval, propondo a inscrição dos nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria. Esse Projeto de Lei foi encaminhado para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para aprovação, que obteve no ano seguinte, conforme parecer do relator, senador Randolfe Rodrigues.

Patrimônio Cultural:

Conceitua-se como “Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos de formadores da sociedade

[190] www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/joanaangelica.html
[191] www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/mariafelipa.html

brasileira". (Constituição da República Federativa do Brasil/1988, artigo 216, 2006, p. 137).

Patrimônio Cultural de Natureza Material:

A Ilha de Itaparica reúne um belo patrimônio histórico edificado, com modelos arquitetônicos que documentam a história da ilha do século XVII ao XIX. O patrimônio cultural material dos municípios de Vera Cruz e Itaparica estão representados por monumentos, conjuntos arquitetônicos históricos e por ruínas de igrejas, de fornos e de moinhos.

Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial:

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) define Patrimônio Cultural Imaterial:

> Patrimônio cultural imaterial é uma concepção que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva, em homenagem à sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições. [192]

Esta definição concorda com Rezende (2009)[193], que define a cultura imaterial como elementos não concretos da cultura, a exemplo: valores, hábitos, crenças, potencialidade, normas, significado etc.

No site do IPHAN, consta a seguinte definição:

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Bens Patrimoniais Históricos Tombados:

[192] http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-imaterial/conceitos-gerais
[193] REZENDE, Priscila- Antropologia Cultural – Curitiba: IESDE Brasil S. A. 2009.

- **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico**

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Histórico

Município: Itaparica

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo nº 0973-T-78

Data do Tombamento: 28/04/1980

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes.



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 469 – Imagem aérea do Centro Histórico do município de Itaparica

O centro histórico de Itaparica, com construções dos séculos XVII ao XIX, foi tombado pelo Iphan em 1980, que assim descreve o bem nos livros do tombo: Histórico (inscrição 477), Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição 079) e de Belas Artes (inscrição 541):

> *"A parte central da cidade, protegida pelo IPHAN, localiza-se próxima ao mar, no norte da ilha, em trecho conhecido antigamente como Ponta da Baleia, desenvolvendo-se através de uma trama de ruas de desenho irregular, intercalada por praças. O conjunto arquitetônico, apesar das*

transformações ocorridas ao longo dos anos, conserva suas características originais, destacando-se pela uniformidade dos muitos edifícios de um só pavimento, com janelas e portas de vergas retas ou curvas. Os sobrados são em pequeno número, o que ratifica a escala horizontal do conjunto, onde se sobressai a Matriz do Santíssimo Sacramento por sua volumetria avantajada"

- **Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Itaparica, BA**

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Histórico.

Município: Itaparica.

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo nº 973-T-78.

Data do Tombamento: 28/04/1980.

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 470 – Centro Histórico, Itaparica, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 471 – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Itaparica, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 472 – Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Itaparica, BA

- **Igreja de São Lourenço. Itaparica, BA**

Livro de Inscrição: Livro do Histórico.

Município: Itaparica.

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo nº 462-T-52.

Data do Tombamento: 28/07/1952.

Outras Informações: o tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.Bem inscrito também no Livro de Belas Artes.

A igreja foi construída em 1610, no estilo barroco, em homenagem ao santo guardião das chuvas e dos ventos, e padroeiro da ilha, São Lourenço. O material construtivo é de alvenaria mista de pedra e tijolo, desenvolvida em nave única, com corredores laterais sem tribunas, sendo recoberto por telhado de telha-vã de duas águas, com terminação do tipo beira-seveira.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 473 – Igreja de São Lourenço. Itaparica, BA

- **Forte de São Lourenço- Itaparica**

Livro de Inscrição: Livro do Tombo Histórico.

Município: Itaparica.

Proteção Legal: Tombamento Federal – Processo nº 155-T-38.

Data do Tombamento: 24/05/1938.

Outras Informações: Bem inscrito também no Livro de Belas Artes.

O Forte de São Lourenço é situado no extremo norte da ilha de Itaparica, no local conhecido antigamente como Ponta da Baleia, em área estrategicamente importante por impedir o desembarque no único porto natural da ilha. A primeira construção data de 1647, durante a invasão holandesa, quando estes ocuparam a ilha e construíram um forte de quatro redutos. Ao se retirarem para Recife, os holandeses arrasam o forte. A construção atual data de 1711 e foi mandado construir pelo Governador Lourenço de Almeida.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 474 – Forte de São Lourenço. Itaparica, BA

- **Capela de Santo Antônio dos Velasques – Vera Cruz.**

  Livro de Inscrição: Livro do Tombo Histórico.

  Município: Vera Cruz.

  Proteção Legal: Processo nº 332-T-41.

  Data do Tombamento: 30/01/1962.

  Outras Informações: o tombamento inclui todo o acervo da capela, de acordo com a Resolução *do* Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.[194]

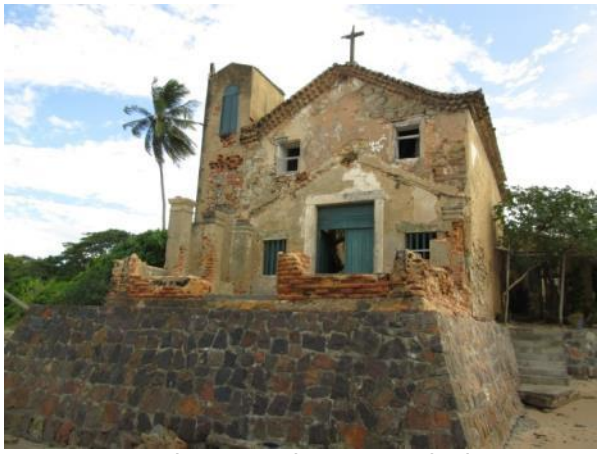
A capela de Santo Antônio dos Velasquez está localizada a beira mar na ilha de Itaparica, no trecho compreendido entre Gameleira e Jaburu. De o seu copiar se avista, do outro lado da baía, perfil da cidade do Salvador. Sua fachada nasce das próprias águas da BTS. Anexo à fachada lateral esquerda está o cemitério murado. Alguns coqueiros servem de moldura ao monumento.

[194]http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/capela-de-santo-antonio-dos-velasques.

Trata-se de um edifício de relevante interesse arquitetônico. Apresenta uma planta constituída por copiar, nave, capela-mor, duas sacristias e quatro outros ambientes. Uma escada lateral serve de acesso ao púlpito, coro e sineira. Sua elevação é muito simples. Em primeiro plano está o copiar com telhado de três águas.

A fachada, propriamente dita, apresenta porta de acesso e duas janelas baixas, ao nível do primeiro piso, superpostas por outras duas do coro. A fachada termina em oitão triangular. A sineira originalmente do tipo “espadaña” foi posteriormente fechada, transformando-se e, uma torre de quatro faces.

A capela-mor possuía até meados da década de 1940, altar de talha dourada, imagem de seu padroeiro Santo Antônio, forros, pia de pedra sustentada por atlante ou por anjo rigorosamente lavrado, e outra pia de pedra, situada no exterior, com carranca rústica. Destes elementos só resta a pia interior, criminosamente mutilada. Embora restaurada no início da década de 1970, encontra-se inteiramente abandonada com os vãos arrombados e com o mar solapando suas fundações.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 475 – Capela de Santo Antônio dos Velasques. Vera Cruz, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 476– Capela de Santo Antônio dos Velasques. Vera Cruz, BA

Bens Patrimoniais Passíveis de Tombamento:

A Ilha de Itaparica ainda possui vários outros bens edificados, que, embora não tombados, representam importantes testemunhos da história local e regional. Alguns deles encontram-se em ruínas.

- **Casarão Tenente João das Botas. Itaparica**

O Casarão, construído em 1630, recebe o nome do Tenente João das Botas, personagem importante na Batalha do Funil, no período da luta, na Bahia, pela independência do Brasil. Localizado na Praça da Quitanda, hoje abriga o Centro de Artesanato de Itaparica, que comercializa artesanato feito com matéria prima retirada da própria Ilha, como búzios e conchas.

O Casarão é a mais antiga construção residencial que se conserva na Ilha de Itaparica e, apesar de encontrar-se em boas condições estruturais, não possui uma lei que o proteja, estando vulnerável aos turistas e visitantes. Dessa maneira, propõe-se o tombamento estadual do mesmo.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 477 – Casarão Tenente João das Botas, Itaparica, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 478 – Casarão Tenente João das Botas, Itaparica, BA

- **Igreja Nossa Senhora da Piedade. Itaparica**

Localizada no município de Itaparica, o templo foi construído em 1854 e reedificado em 1923, tendo servido de abrigo para os nativos que lutaram contra as tropas portuguesas pela independência. O santuário, em estilo gótico, foi edificado em devoção à Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Itaparica. O local encontra-se fechado para visitação.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 479 – Igreja Nossa Senhora da Piedade, Itaparica, BA

- **Solar Monsenhor Flaviano ou Solar do Rei. Itaparica**

O Solar foi construído no início do século XIX, no mesmo local onde, em 1606, o português João Francisco de Oliveira havia construído a Casa do Contrato das Baleias. O local foi utilizado primeiramente como sede da Casa do Contrato das Baleias –a caça das baleias foi uma das principais atividades econômicas da ilha. Em 1808, hospedou-se no local o Rei D. João VI; em 1826, foi a vez de D. Pedro I e, em 1859, ali se hospedou o Príncipe D. Pedro II.

Atualmente o local funciona como espaço para realização de eventos. No que pese a estrutura do Solar encontrar-se em boas condições, a edificação não possui uma lei que a proteja, sendo vulnerável aos turistas e visitantes.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 480 – Solar Monsenhor Flaviano ou Solar do Rei. Itaparica, BA

Situação e Ambiência: O edifício está situado no extremo norte da cidade, defronte da ponte de atracação da CNB. O sobrado forma a esquina da rua Mons. Flaviano e Praça N. Sra. da Piedade, onde está localizada a capelinha homônima, transfigurada na década de 1920. Próximo ao imóvel ergue-se o terrapleno do Forte de São Lourenço. Sua fachada é protegida pela sombra de frondosos tamarindeiros que crescem entre o imóvel e o cais. No fundo, existe um quintal.

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico desenvolvido em dois pisos. Apresenta planta em forma de "L" recoberta por telhado de sete águas. Suas fachadas são emolduradas por cunhais e cornijas e apresentam, ao nível térreo, portas e algumas janelas irregularmente distribuídas. Ao nível do primeiro andar, as janelas são moduladas. Todos os vãos, que já não possuem as esquadrias primitivas, são esbeltos com vergas em arco abatido. Seu interior está bastante deteriorado e alterado. O pavimento nobre conserva o assoalho primitivo e forro de madeira em alguns cômodos. Quando da instalação do Centro Educacional de Itaparica, foram abertos vãos novos e criados tambiques e sanitários precários. A escola deixou de funcionar desde 1976 pelas condições de arruinamento do prédio

Observações: na ala que se abre para a Praça Nossa Sra. da Piedade não foi possível medir alguns cômodos do térreo por Ter se perdido a chave.

Dados Complementares:

a. **Dados Tipológicos:** Sobrado urbano de grandes proporções, provavelmente do século XVIII para o XIX. Apresenta planta em "L" com circulação central de igual forma. O edifício está bastante alterado por

forças das sucessivas funções que tem desempenhado, o que dificulta a sua identificação tipológica. A escada principal, por exemplo, já não corresponde a portada e no fundo há indiCações de que houve ampliações especialmente na ala que se desenvolve ao longo da praça N. Sra. da Piedade. O térreo, normalmente reservado às atividades de serviço e comerciais, foi, neste caso, subdividido em alcovas e quartos para abrigar um maior números de enfermos e hóspedes.

b. **Histórico Arquitetônico:** Não se conhece data de construção deste sobrado, mas tipologicamente parece se tratar de um edifício do século XVIII ou início do século do século XIX.

c. **Cronologia:**

d. 1808 – D. João VI, visitando a ilha, se hospeda na casa.

e. 1832 – segundo a tradição, neste prédio foi instalada a primeira Câmara Municipal, sendo seu primeiro presidente Cel. João Antunes Guimarães, armador de baleias e grande proprietário da ilha.

f. 1859 – D. Pedro II descansa no mesmo edifício e aposento em que dormiu D. João IV, em 1808. Pertencia, então ao Dr. Bento de Almeida.

g. 1882 – é instalada no sobrado a casa de saúde que tinha como diretor e proprietário o Dr. Augusto Flávio Gomes Villaça. Mais tarde o imóvel foi vendido para um senhor de sobrenome Veiga que, por morte, deixa para seu filho, Halley Veiga. Já funcionava no prédio a pensão Jacó.

h. 1930 – nesta década, o imóvel é adquirido pelo Sr. José Paulo Osório Pimentel. No imóvel continuava funcionando uma pousada com o nome de Pensão Alta.

i. 1968 – por morte do Sr. José P. O.Pimentel, herda o sobrado sua filha, D. Theolina O. P. Landulfo Medrado, atual proprietária.

j. **Dados técnicos:** Sistemas construtivos e materiais: Edifício com estrutura constituída por uma caixa de paredes autoportantes de alvenaria mista de pedra e tijolo internos que suportavam o assoalho e coberturas. As divisórias internas são em pau-a-pique.

k. **Restaurações e intervenções realizadas:** Não há notícias de obras de restauração realizadas no prédio. A presença de esquadrias de venezianas indica que edifício sofreu reforma no presente século. Durante os anos que funcionou o Centro Educacional de Itaparica, foram feitas adaptações internas nos mesmos com a criação de tambiques de madeira e sanitários sobre assoalhos. Este centro deixou de funcionar em 1976 por falta de condições do edifício.

- **A Fonte da Bica. Itaparica**

No início da Avenida Beira-Mar e defronte à Marina de Itaparica, encontra-se a Fonte da Bica, construída em 1842, que fica aberta ao público diariamente, em qualquer horário. Na nascente oculta no Morro de Santo Antônio, brota a água com propriedades medicinais. O local foi oficializado como Estância Hidromineral em 1937. A água pode ser recolhida por qualquer pessoa e é gratuita. A fonte foi restaurada pelo artista ceramista “Udo”, no ano de 1962, durante o governo de Juracy M. Magalhães, sendo prefeito Vital Santos Souza. O local encontra-se em boas condições.

Nos fins do século XVI, quando foi fundada a povoação da Ponte da Cruz, a Fonte da Bica já existia como serviço público, consistindo em bicas de bambu. Desse modo, é um importante fator histórico para o município de Itaparica. Propõe-se o tombamento municipal.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 481 – Fonte da Bica. Itaparica, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 482– Fonte da Bica. Itaparica, BA

Situação e Ambiência: A fonte da bica está situada nas fraldas do Morro de Santo Antônio, a margem do Cais Oeste da cidade de Itaparica. Junto a fonte existe um parque arborizado com esguichos e duchas para o usuário. Vizinho a fonte existiu uma velha caeira, hoje desativada.

Descrição: Elemento de elevado interesse histórico – urbanístico. A fonte é constituída opor um depósito com galerias de capacitação que penetram no Morro de Santo Antônio e recinto murado mais baixo onde é distribuída a água. Os dois elementos distam cerca de quinze metros e entre os dois passa uma via pública. O depósito possui uma chaminé de ventilação que é culminada pela imagem de Iemanjá. O sistema de distribuição consiste frontispício de onde jorram 3 bicas. Este frontispício é emoldurado por cunhais e cornija que é coroada por um frontão recortado do tipo utilizado nas igrejas do século XIX. As águas servidas são recolhidas em uma bacia situada alguns degraus abaixo do acesso, a fonte é conduzida ao muro. No início da década de 1960, a fonte foi revestida de azulejos decorativos. A vazão da fonte é calculada em 46.224 l/d, e sua água é do tipo carbonatada e sulfatada sódica, com boa quantidade de ácido carbônico.

Observações: A ilha de Itaparica, pelas virtudes de sua água, se tornou famosa no século XIX como estação de cura do beriberi.

Dados Complementares:

a. Dados Tipológicos: Fonte de sopé de encosta com galerias de captação de água do lençol freático. Este tipo de fonte é constituído de quatro elementos: a galeria de captação, o depósito de decantação e regularização do fluxo, o chafariz de distribuição e a bacia de recolhimento das águas servidas, que neste caso são conduzidas para o mar. Numerosas fontes deste tipo existem em Salvador ainda em funcionamento, embora poluídas. Seu frontispício é do tipo rococó tardio.

b. Histórico Arquitetônico:

c. Século XVI – Segundo Ubaldo Osório, quando foi fundada a povoação da Ponta da Cruz, nos fins deste século, a Fonte da Bica já existia como servidão pública. Durante dois séculos e meio a água fria e límpida era captada e distribuída por bicas de bambu, daí surgindo o seu nome.

d. Século XVIII – Em princípios deste século, Frei Manoel de Sta. Maria Itaparica canta em seus poemas a pureza das águas da fonte.

e. 1841 – Por iniciativa do Pres. da Câmara, Dr. Luís Gonzaga da Luz, em 12 de maio, deste ano começaram as obras da atual fonte pelo mestre José Felipe do Nascimento, que terminaram em seis de outubro do mesmo ano. A municipalidade dispensou a importância de 630 mil réis. Até então era um simples regato cuja as águas eram desviadas em bica de bambu.

f. 1934 – A prefeitura municipal firma contrato com uma empresa dirigida pelo Eng. Diogo Braga de Andrade para exploração da “sobra d’água” da fonte.

g. Dados técnicos: Sistemas construtivos e materiais: Galerias e depósitos de alvenaria de pedra.

h. Restaurações e intervenções realizadas:

i. 1890 – A fonte é restaurada pela Prefeitura Municipal.

j. 1933 – Em 6/12, na administração do eng. Antônio Bulcão Sobrinho, a fonte foi remodelada.

k. 1962 – Neste ano, são realizadas pela Prefeitura obras de limpeza e reparos gerais, quando são introduzidos azulejos e cerâmicas Udo.

l. Perigos potenciais: Descaracterização da fonte por falta de proteção.

- **Capela Nossa Senhora da Penha e Sobrado da Antiga Fazenda de Mesmo Nome – Penha, Vera Cruz.**

Na Praia da Penha, encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Penha, que fazia parte de uma antiga fazenda de mesmo nome. Está localizada à beira-mar, ocupando um dos lados de um extenso terreno, onde se localiza também o sobrado ainda existente da antiga fazenda.

A capela foi construída em finais do século XVII, segue a tipologia das capelas rurais do período jesuítico, com nave e capela-mor diferenciadas em altura e largura. Possui um grande óculo ou rosácea, localizado entre as pequenas janelas do coro. Esse é um elemento arcaizante de influência românica, que tem paralelo em capelas italianas e portuguesas. Modernizantes são a torre de coroamento piramidal, que não comparece nas primeiras construções jesuíticas – mas é usada pelos franciscanos, pela primeira vez em 1660, no Convento de Cairu – e o corredor lateral, que só viria a ser utilizado nas igrejas matrizes, no início do século XVIII. As seteiras existentes na fachada voltada para o mar configuram a capela como uma construção fortificada, ocorrência raríssima no Brasil.

A Capela parece estar em condições frágeis. Nos dias da visita, permaneceu fechada, apresentando o vidro quedrado de uma das suas janelas frontais. Desse modo, não se sabe as condições internas da mesma.

O sobrado, por ser de propriedade particular, está em ótimas condições e possui um relevante interesse arquitetônico.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 483 – Capela Nossa Senhora da Penha. Vera Cruz, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 484 – Antiga Fazenda Nossa Senhora da Penha. Vera Cruz, BA

- **Forno de Cal- Datado do Século XVII – Povoado da Penha, Vera Cruz**

O Forno de Cal está localizado à beira-mar, pouco depois da Praia da Penha, dentro do Condomínio Village da Penha.

Segundo a Profª Drª Cybèle Santiago, da UFBA – Universidade Federal da Bahia, os fornos de cal ou caieiras fabricavam a cal utilizada, em sua maior parte, na construção da cidade do Salvador.

> A cal usada em Salvador, a princípio, vinha da Ilha de Itaparica, a maior ilha da Baía de Todos os Santos, ilha esta localizada em frente ao sítio de implantação da Cidade, a catorze quilômetros de distância.
>
> Em Itaparica, foi autorizada a construção de fornos de cal – o que é comprovado em documentos antigos, como na carta do mestre Luís Dias (ANDRADE, 1958) e, até a segunda metade do século XX, ainda existiam na região alguns locais onde a cal era produzida. (SANTIAGO, 2012, pp. 70-71)

Sugere-se que o Forno de Cal seja tombado, por representar um pouco da fase histórica da construção da cidade de Salvador, primeira capital do Brasil. Em seu entorno, ainda se encontra cultura material histórica, como faianças e vidros. O Forno está em condições frágeis, pois sofre a ação desgastante da maré alta.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 485 – Forno de Cal (Séc. XVII), Povoado da Penha. Vera Cruz, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 486 – Fragmento de louça próximo ao Forno de Cal (Séc. XVII). Povoado da Penha. Vera Cruz, BA

- **Ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz- Comunidade do Baiacu, Vera Cruz**

As ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz ficam localizadas na comunidade de Baiacu, município de Vera Cruz. A comunidade é predominantemente negra, composta por pescadores artesanais e marisqueiras.

Em 1560, os portugueses (e/ou os padres jesuítas) ergueram a primeira igreja da ilha (2ª Matriz do Brasil), sob as bênçãos do Nosso Senhor da Vera Cruz. As ruínas da igreja constituem um sítio arqueológico histórico e *"lugar de memória".*

As paredes da ruína foram revestidas pelos troncos e raízes de uma gigantesca gameleira que nasceu dentro da edificação. Uma curiosidade é que a gameleira é uma árvore sagrada do candomblé, o que transformou a antiga casa de oração católica em ponto frequente de culto aos caboclos e orixás.

Em visita à comunidade, ao se perguntar a "Dona Santinha", uma senhora de aproximadamente 100 anos (não se lembra da idade), sobre a Igreja do Senhor de Vera Cruz ela respondeu: "- *É Deus no céu, Nosso Senhor de Vera Cruz na terra e Baiacu (risos)".*

O local é passível de tombamento como um lugar de memória, pelo que representa as pessoas ligadas às religiões de matrizes africanas e católicas e, ainda, pelaaura simbólica que o local traz, fazendo parte do imaginário cosmológico e mitológico das comunidades as quais ele representa.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 487 – Ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 488 – Ruínas da Igreja de Nosso Senhor de Vera Cruz – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico reduzido à ruína. Apresenta nave única com corredores laterais superpostos por tribunas. Possui duas sacristias em um só piso. O edifício já não tem cobertura nem os assoalhos primitivos. Seus beirais eram do tipo beira severa. A fachada principal e parte da posterior ruíram totalmente.

A fachada do corpo central apresenta três portas almofadadas e duas janelas de coro e era culminado por frontão recortado, flanqueado de corruchéus. O corpo lateral esquerdo, mais robusto, ainda perdura, e apresenta uma base de torre com terminação improvisada em frontão de linhas curvas e sineira. Até 1945, possuía altar –mor com colunas solomônicas pintado de azul e branco, onde estava situado o crucifixo e imagem do Sr. Bom Jesus da Vera Cruz e altares laterais do final do século XVIII.

O forro da capela-mor em abóbada de madeira apresentava no centro pintura alusiva à Exaltação da S. Cruz. O mesmo tipo de forro existia na nave em cujo piso conserva-se uma lápide de arenito na qual se lê: “A sepultura de Francisco Nunes que Deus tem

e de sua mulher Joana Barreto e de seus herdeiros. Falecido no ano de Jesus Cristo da Graça 1579".

Dados Tipológicos: A primeira capela, provavelmente recoberta de palha, incendiou-se e foi reconstruída em 1563. Desta, aparentemente, só restaram alguns muros e a lápide funerária de Francisco Nunes (1579), talvez mais antiga que se conserva no país. O atual edifício tem todas as características de uma igreja de meados do século XVIII, época em que sofreu uma grande reforma que durou mais de cinco anos e nunca chegou a ser terminado, como se comprova na torre inclusa. O partido em nave única flanqueada por corredores laterais superpostos por tribunas tem sua origem no final do século Anterior em matrizes interioranas como as de Maragogipe, S. Amaro, Ipitanga e Monte do Recôncavo. Porém, só no século XVIII é que as galerias de arcos abertos para o exterior se convertem em corredores laterais, como no caso em análise.

Histórico Arquitetônico:

- 1560 – Neste ano, o jesuíta Luís de Gran chega a ilha e constrói em terras doadas em sesmaria à D. Violante, mãe do Conde de Castanheira, um povoado e uma igreja sob a invocação do Sr. de Vera Cruz.
- 1562 – A igreja sofre um incêndio.
- 1563 – D. Pedro Leitão, 2º Bispo da Bahia, cria à Freguesia do Sr. ou da Santa Vera Cruz. O Padre Antônio Pires ainda este ano, reconstrói o monumento.
- 1756 – Segundo o Padre Cristóvão Santos, a freguesia possuía na época, quatro léguas e se estendia da Ponta das Baleias até o sítio da Parapatinga, onde se limitava com a freguesia de Santo Amaro. A povoação estava deserta, porque a população se transferiu para a Ponta das Baleia. "A igreja está pouca paramentada e de presente quase demolida em ordem a consertarem, mas isso já a mais de cinco ano – que assim se acha, e por falta de dinheiro está parada o conserto.".
- 1759 – A freguesia possuía 387 fogos e 2.897 almas neste ano segundo Caldas.

Sistemas construtivos e materiais: Construção em paredes autoportantes de alvenaria de pedra. As vergas, em arco abatido, e paramentos de janelas e portas são

em tijolo chato.Merece destaque a presença de uma abóbada de berço em tijolo na base da torre.

Restaurações e intervenções realizadas:

- Século XVIII – na primeira década deste século Foram realizadas obras de restauração graças ao então governador e capitão geral do Estado do Brasil, Luís César de Menezes, que solicitou a coroa ajuda para as mesmas obras.

- Século XX – A partir da década de 40, o monumento se arruína sem que seja tomada nenhuma providência pelas autoridades ou pela comunidade local. Em 28/08/1945, Godofredo Filho inspeciona o monumento para o IPHAN, que ainda se encontrava coberto embora abandonado.

Perigos potenciais: Destruição completa do edifício pela ação do tempo e falta de manutenção e proteção legal.

- **Capela Nossa Senhora de Bom Despacho**

Localização: Bom Despacho

Município: Itaparica

Situação e Ambiência: A capela situa-se na ilha de Itaparica junto ao terminal de *Ferry Boat* da CNB. As obras de construção e urbanização do Terminal deixaram o monumento totalmente desambientado. O edifício encontra-se atualmente em nível inferior às novas pistas (1,20m) e com sua fachada lateral voltada para o terminal

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico. Apresenta nave e capela-mor recobertas por telhados de duas águas com terminação beira-seveira. Possui no lado esquerdo um anexo formado pela sacristia e sala recoberta por telhado de uma só água. O acesso ao coro se faz por escada externa existente no lado direito.

O corpo central da fachada possui uma só porta de acesso, ladeada por duas janelas baixas. Ao nível do coro existem duas janelas. A fachada é rematada pelos beirais das duas águas do telhado. Uma cruz de pedra e um corruchéu culminam a mesma. A sineira, do tipo “espadaña” parece ser superior e não possue amarração com a fachada.

O interior foi muito modificado. O retábulo primitivo foi substituído por outro de alvenaria e o assoalho do coro por laje de concreto. Já não existem imagens. Há vestígios de que existiu forro prismático tripartido na capela-mor. Não vestígios de forro na nave. Na sacristia existe lavabo barroco de mármore de excelente qualidade. A lápide funerária mais antiga encontra-se na capela-mor e é de Joaquim José de Brito, falecido em 1872. Na sacristia existe outra lápide do Rev. D. Edgar Mv Dill Pinkerton, que morreu de febre amarela em 1892.

Proteção existente: Nenhuma

Dados Tipológicos: O edifício em análise apresenta as características típicas da arquitetura religiosa rural dos primeiros séculos de colonização. Sua planta é uma transição entre o tipo mais antigo e singelo de capela formada pela nave e capela-mor, esta de altura e largura inferior a primeira, e a partida em “T” surgido com justaposição da sacristia e consistório à capela-mor, como na primitiva igreja da Palma, em Salvador. Outros elementos típicos destas capelas são o acesso externo ao coro e sineira e a disposição e a disposição da porta principal com duas janelas baixas laterais. Capelas do mesmo tipo apresentam as vezes copiar, mas neste caso não foi encontrado vestígios.

Histórico Arquitetônico:

- Século XVII – por suas características tipológicas parece tratar-se de uma capela do século XVII.
- 1757 – Padre Cristóvão Santos, em sua relação transcrita por Ubaldo Osório, cita a capela e diz que ali havia alguns moradores e fazendas.
- 1861 – segundo Ubaldo Osório, neste ano, foi transferido para a fazenda de Bom Despacho, pólvora removida da Fortaleza do Mar. Mais tarde por ordem do Presidente da Província a fazenda foi transformada lazareto
- Século XX – provavelmente na metade deste século, o templo sofreu reforma quando foram elevadas as paredes da capela-mor e sacristia com blocos cerâmicos de seis furos para recobrimento da capela com um só telhado de duas águas, e introduzida laje de concreto no coro.

Dados técnicos: Sistemas construtivos e materiais: Construção em paredes autoportantes de alvenaria de pedra recoberta por telhado que se apoia em tesouras de madeira de linha alta.

Restaurações e intervenções realizadas: Em 1976/77, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia realizou obras de restauração da capela.

Restaurações necessárias: Nenhuma

Perigos potenciais: Destruição do monumento com a ampliação futura do Terminal de *Ferry Boat* por falta de proteção legal.

- **Casa do Pedreira**

Localização: Rua Fonseca Lima, nº 1

Município: Itaparica

Situação e Ambiência: A casa está localizada sobre um ressalto da cais nordeste da cidade de Itaparica, o que lhe permite dominar a baía e a extensa praia do *Boulervad.* No local existiu anteriormente um alambique. O edifício está dentro de um grande terreno gradeado na parte anterior e murado na parte posterior. Dentro do lote, existem além da casa outras construções de função de serviço, inclusive apartamento de caseiro. A frente da casa, ligeiramente recuada, abre-se para a Av. D. Jerônimo, enquanto a fachada lateral esquerda com sua ampla varanda debruça-se sobre um jardim público. No quintal murado e pavimentado de pedra portuguesa, existe uma mangueira e um coqueiro.

Descrição: Casa térrea sobre porão alto de relevante interesse arquitetônico. Apresenta planta retangular, com amplas varandas com torreões nos quatro cantos. Recobre o corpo principal e torreões telhados de quatro águas. Suas quatros fachadas são iguais, diferindo apenas em extensão, e se compõem em três partes: varanda central, sustentada por colunas toscanas que se apoiam sobre pedestal quadrangular, e torres laterais que se elevam ligeiramente sobre os beirais da varanda. Os vãos são de verga reta, com bandeiras semicirculares. As janelas são envidraçadas do tipo guilhotinas com postigos cegos por dentro. Seu interior, de pé muito alto, conserva os forros, assoalhos e pinturas ornamentais primitivas. O mobiliário existente foi reunido pelo Comendador Pedreira e inclui móveis do final do século XIX. Merece destaque grande espelho com jardineira e seis cadeiras de talha dourada.Na sala de visitas

existe ainda um conjunto de doze cadeiras simples, quatro de braço, e sofá de palhinha, uma mesa redonda e lustre de cristal. A capela situada em um dos torreões possui altar neogótico de pouco interesse

Dados Tipológicos: Curiosíssima residência neoclássica do final do século XIX. Sua planta de corredor central é simétrica segundo os eixos longitudinal e transversal. A principal característica desta casa é a presença de quatro torreões nas esquinas. Esta disposição foi comum em castelos medievais, mas ainda no renascimento foi utilizado em *Chambord,* na França, e no *Hardwick Hall*, na Inglaterra. Estas torres têm sua origem em pequenos cômodos situados nas esquinas de algumas casas grandes, como as dos Engenheiros Outeiro e Tarefas, e serviam a separar e especializar as várias varandas e definir a volumetria do edifício. A casa de Itaparica pode ser definida como um casamento da casa de engenho períptera surgida no início do século do XIX, no Recôncavo, com o partido adotado em alguns palácios e vilas renascentistas. Devido a impossibilidade de realizar em pau-a-pique vergas em arco-pleno, limita-se as mesmas nas esquadrias, como no engenho Apí.

Histórico Arquitetônico:

- 1877 – O comendador César Navarro, mais tarde Prefeito Municipal no governo de transição para a República, adquire as ruínas do célebre alambique de João Ferreira e constrói, nesta época, a atual casa de vivenda. Constrói ainda casas para veranistas transformando rapidamente a chamada banda da praia.

- 1879 – Com a desativação (1878) do antigo cais situado naquele local devido a concessão à CNB da atual ponte de atracação, é levantada neste ano o cais da rua do nordeste, antiga Banda da Praia.

- 1912 – Aproximadamente nesta época, Navarro vende a casa ao Comendador José Rodrigues Pedreira que realiza pequenas reformas na casa e constrói o chalé lateral.

- 1944 – A Sra. Maria Emília Pedreira de Carvalho recebe em herança o imóvel.

- 1964 – Pamphilo Pedreira Freire de Carvalho, atual proprietário, recebe de herança a casa de D. Maria Emília Pedreira de Carvalho.

Dados técnicos: Sistemas construtivos e materiais: Estrutura autônoma constituídas de pilares de tijolo com paredes de vedação em pau-a-pique.

Restaurações e intervenções realizadas: Em 1912 foi efetuada a sua compra pelo Comendador Pedreira tendo sido criado um pequeno anexo a um dos torreões da casa e construído outros pavilhões de serviços próximos à mesma. Naquela oportunidade foram também substituídas as grandes de madeira das varandas por balaústres de concreto armado. A casa se conserva muito bem com a realização de pequenos trabalhos periódicos de manutenção feitos pelo proprietário. Não se tem notícias de outras grandes obras.

- **Casa à rua Luis da Gran**

Localização: Rua Luis da Gran

Município: Itaparica

Situação e Ambiência: Casa situada junta à Matriz do Santíssimo Sacramento, formando esquina com uma viela que conduz à cais Oeste. Em frente à casa Barros Galvão, onde se situa a igreja de São Lourenço. A residência está ligeiramente recuada em relação à Matriz, e seu quintal se estende até a Av. 25 de outubro, ou cais Oeste. Da antiga sala de jantar da residência, ligeiramente elevada com relação ao quintal, se denomina uma parte da BTS.

Descrição: Arquitetura de menor valor, principalmente urbanístico, devido ao conjunto que forma com a Matriz do Santíssimo Sacramento e a Igreja de São Lourenço. Segundo a tradição esta seria a primitiva Casa Paroquial. A casa se desenvolve sobre um porão alto. Seu telhado de duas águas possibilitou a formação de um amplo sótão, iluminados pelas empenas. Embora mantendo a volumetria original, o interior desta residência foi modificado recentemente. A antiga sala de jantar foi transformada em uma galeria, sendo um de seus vãos rasgados até quase o chão e eliminadas as esquadrias. O assoalho do pavimento nobre foi recoberto por lajotas cerâmicas.Suas fachadas apresentam janelas do tipo guilhotina com verga em arco abatido serve de forro ao pavimento nobre o barroteamento do sótão. Nada restou do primitivo mobiliário.

Dados Tipológicos: Casa de porão alto e circulação central, provavelmente do segundo quartel do século XIX. Este tipo de solução, surgida naquele período, corresponde a uma transição entre o sobrado aristocrático e casa térrea plebeia. Não

obstante esta característica da modernidade, a casa mantém elementos arcaicos como as vergas abauladas, comuns ao século XVIII.

Histórico Arquitetônico: Não foi possível determinar com precisão o ano de construção desta casa. Contudo, suas características tipológicas são do segundo quartel do século XIX. É conveniente recordar que a Igreja do Santíssimo Sacramento foi elevada Matriz em 1815 e provavelmente motivada por este surgiu a preocupação em construir a Casa Paroquial.

Sistemas construtivos e materiais: Casa com estrutura constituída por paredes autoportantes de pedra, até a altura do primeiro assoalho, e de tijolos, na parte superior.

Restaurações e intervenções realizadas: O edifício sofreu recentemente uma intervenção construtiva, que o estabilizou, mas introduziu elementos impróprios como arcadas, pisos de cerâmicas e transformação da sala de jantar em galeria, com alteração da fachada posterior.

Perigos potenciais: substituição ou alteração do edifício por falta de proteção legal.

- **Casa no Campo Formoso, 80**

Localização: Rua Campo Formoso, nº 80

Município: Itaparica

Situação e Ambiência: A casa situa-se na atual Praça Luiz Alvarez, primitivamente chamada de Campo Formoso. A praça originária do século XIX está bastante alterada. A construção não possui recuo frontal, mas está afastada do limite lateral esquerdo.

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico, possui porão alto e um só pavimento de planta retangular, recoberto por telhado de duas águas. O acesso a casa se faz através do pátio lateral, como era comum em casas do final do século XIX. A fachada voltada para a rua é formada por cinco janelas em arco-pleno e igual números de óculos de ventilação no porão. O interior é simples, mas não foi alterado. O piso é em taboado e toda casa em telha-vã, com exceção da sala de visitas.

Dados Tipológicos: Casa de meados do século XIX, com dois elementos que começavam a se difundir na arquitetura civil urbana da época: o porão alto e o pátio lateral. O primeiro elevando o edifício até o chão, deu a casa térrea, até então úmida e

plebéia, um “status” quase de sobrado. O segundo elemento – o pátio lateral – é o primeiro passo de evolução as casa urbana colonial, como célula de um conjunto, em direção a crescente individualização que culminaria com a vileta burguesa do início deste século. A casa em estudo mantém um dos elementos típicos das resid6encias coloniais mais abastadas: o corredor central com uma sala de visita à frente e uma de jantara ao fundo. Embora a fachada principal incorpore os modismos neoclássicos da época como a janela envidraçada em arco-pleno, as demais fachadas se mantém fiéis aos padrões do século XVIII com suas vergas de arco abatido.

Histórico Arquitetônico:

- Século XIX – Em meados deste século Francisco Rodrigues Monsão constrói a casa. Com a morte do mesmo, herda a casa seu filho, Francisco Rodrigues Monsão Filho.
- 1894 – Neste ano, morre Francisco Rodrigues Monsão Filho e a casa permanece com sua esposa D. Maria Francisca de Góes Monsão.
- 1954 – Com a morte de D. Maria Francisca de Góes Monsão, fica com a propriedade seu filho, Afonso Monsão.
- 1958 – Morre Afonso Monsão, e herda a casa seu filho Maurício José Monsão.
- 1974 – Neste ano, D. Gracilia Magalhães compra a casa nas mãos de Maurício José Monsão.
- 1978 – Valmir Freitas Caldas adquire o imóvel de D. Gracilia Magalhães.
- **Sistemas construtivos e materiais**: Construção em paredes autoportante de alvenaria de tijolos que sustentam o telhado com cobertura de madeira. As divisórias internas são em taipa de mão.
- **Restaurações e intervenções realizadas:**
- 1976 – forma feitas obras de manutenção pelo proprietário do edifício, como limpeza e pintura geral.
- 1978 – o novo proprietário realiza obras na casa, introduzindo elementos decorativo impróprios, como barras de azulejo na fachada interior e posterior

Perigos potenciais: O edifício está ameaçado de desaparecer e seu entorno de se descaracterizar por falta de proteção legal.

- **Casa no Campo Formoso, 82**

Localização: Rua Campo Formoso, nº 82

Município: Itaparica

Situação e Ambiência: A casa situa-se na atual Praça Luiz Alvarez, primitivamente chamada de Campo Formoso. O edifício faz parte de correr de casas da mesma época (século XIX) que contorna a praça. Muitas dessa construção já foram alteradas. A casa está situada no alinhamento da rua e ligeiramente afastada do limite lateral direito. Do fundo avista-se o mar.

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico, possui porão alto e dois pavimentos de planta retangular, recoberto por telhado de duas águas. O primeiro andar é recuado com relação a fachada principal. O acesso da casa se faz por um estreito pátio lateral que liga a rua diretamente ao quintal, situado em nível mais baixo, e a varanda posterior. A fachada principal apresenta quatro janelas de verga reta e é respaldada por platibanda com pinhas. O interior está razoavelmente conservado, mas já não possui os móveis primitivos. Os pisos dos dois pavimentos são em taboados e só o andar térreo possui forro de madeira, do tipo plano.

Dados Tipológicos: Casa urbana de porão alto e pátio lateral, típica da 2º da metade do XIX. É uma transição entre a casa encravada de porão alto, do início do século, e as casas de jardim e alpendre lateral, que se difundiram no final do século, em consequência de um novo padrão de lote urbano. Não obstantes estas características modernizadoras, sua planta de corredor lateral é a planta típica das casas e sobrados mais simples de todo período colonial inclusive com uma varanda ao fundo, que serve de prolongamento da sala de jantar. A decoração de sua fachada é tipicamente neoclássica.

Histórico Arquitetônico:

- 1887 – Neste ano o edifício foi construído pelo então prefeito de Itaparica, Francisco Rodrigues Monsão Filho.

- 1898 – Com a morte de Francisco Rodrigues Monsão Filho, permanece a propriedade com sua esposa Maria Francisca de Góes Monsão.
- 1954 – Neste ano morre Maria Francisca de Góes Monsão e a propriedade do edifício passa para seus filhos Alfonso e Sophia Monsão.
- 1974 – D. Gracília Magalhães de Almeida adquire a propriedade em mãos de Maurício José Monsão representante dos herdeiros da família Monsão.
- 1977 – O edifício é adquirido por D. Gessy Rozenda de Deus, atual proprietária.

Sistemas construtivos e materiais: Construção em paredes autoportante de alvenaria de tijolos. As divisórias internas são de pau-a-pique.

Restaurações e intervenções realizadas: Em 1976 foram feitas reformas gerais pelo proprietário do edifício.

Perigos potenciais: O edifício poderá ser demolido e seu entorno de se descaracterizar por falta de proteção legal.

- **Moinho de vento das Mercês**

Localização: Mercês

Município: Vera Cruz

Situação e Ambiência: Está situado o moinho de vento na costa oriental de Itaparica, no trecho conhecido como Mercês, entre a capela Santo Antônio dos Velasquez e a povoação de Jaburu. O moinho está implantado no topo de uma colina, a uns 400m da praia onde sopra constante a viração e de onde se podem apreciar extensas áreas da BTS e seu Recôncavo. A área pertence atualmente a Cia. de Jesus que mantém ali uma casa de retiro.

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico. Construção cilíndrica medindo 6,8m de diâmetro e 5,2 m de altura. Há vestígios de um assoalho à altura 3,4 m, cujo o acesso se fazia por escada helicoidal também de pedra com 15 degraus.

Sob a escada existe um nicho. Seus muros de pedra atingem 1,3 m de espessura ao nível do térreo, ou “loja”. Coroa a construção um frechal formado por pedras de cantaria atracadas entre si por gatos de ferro. O frechal ainda conserva o rebaixo que guiava as rodas do “tejadilho”, uma superestrutura de madeira em forma cônica sobre a qual estava montado o eixo horizontal ou mastro, do qual partiam a varas que sustentavam as quatro velas do moinho. No térreo, existe uma única porta e, no sobrado, três janela pequenas, uma das quais apresenta uma super largura interna. As cercaduras dos vãos e os degraus da escada são de arenito. O edifício se encontra arruinado. Já não existe tejadilho, nem assoalho. Algumas pedras encontram-se no solo. Não foram localizadas as pedras de mó.

Dados Tipológicos: Moinho de vento do comum no Mediterrâneo, isto é moinho fixo com “tejadilho” giratório. Neste caso o movimento do tejadilho se faz desde o interior do moinho por meio de um sarilho que ao tracionar uma corda presa a um dos andorinhos de pedra de sua estrutura, permite orientar seu eixo horizontal com as respectivas velas contra o vento. Este dispositivo é típico dos moinhos do sul de Portugal.

O movimento das velas era multiplicada e transmitida ao eixo vertical através de engrenagens de madeira conhecidas como “endrosga” (1,76 m de diâmetro e 36 dentes) e “carreto” (6 ou 7 “fuseis”). O eixo vertical aciona às mós que são assentados sobre o assoalho do sobrado. Este é o único moinho de vento no Rio de Janeiro, desde 1576. Ainda no início do século passado, eram feitas concessões para construção de moinhos de vento no Morro de São Bento, que aparecem em gravuras de Debret e Chamberlein. Pelas plantas e elevações de um deste moinho reproduzidas em Atlas *Historiqui du Voyage de Freycinet* (1825) se conclui que eram idênticos ao da ilha de Itaparica.

Histórico Arquitetônico:

- 1757 – na relação da freguesia se Sta. Vera Cruz, o vigário Cristóvão dos Santos assinala a presença naquele local da capela de N. Sra. das Mercês e de poucos moradores.

- 1606 – data existente até alguns anos sobre a portada do moinho, indica o ano de sua construção. Sabe-se, por outro lado que no mesmo século se cultiva trigo naquela região.

Sistemas construtivos e materiais: Robusta construção de alvenaria de pedra e pedra, primitivamente recoberta por uma superestrutura rotativa de madeira conhecida como tejadilho da qual não sobrou vestígio.

Restaurações e intervenções realizadas: Não existem, notícias de restauração e outras intervenções realizadas no monumento.

Perigos potenciais: Destruição do monumento pela ação humana ou das intempéries por falta de proteção legal.

- Igreja de Santo Amaro de Catu

Localização: Povoado de Jiribatuba

Município: Vera Cruz

Situação e Ambiência:A Igreja de Santo Amaro está localizada sobre uma elevação, à cavaleiro do povoado de Jiribatuba, na ilha de Itaparica. Do monumento se avista barra da BTS. Segundo a tradição popular, sua constituição se deve à descoberta por algumas crianças de uma imagem sobre uma cajazeira ali situada. Tendo sido levada ao povoado, reapareceu a imagem, no dia imediato, no mesmo local.

Descrição: Antiga matriz de relevante interesse arquitetônico. Apresenta curiosa planta com nave, capela-mor, duas sacristias, capela lateral e um alpendre do lado direito, hoje arruinado. O acesso ao coro e púlpito se faz através de escadarias externas. A fachada, muito singela, é coroada por um frontão de volutas e curvas.

A igreja possui uma única torre, muito esbelta, recoberta por cúpula puriforme, embrechadas de cacos de louça azul e branca. O interior é simples. A nave é telha-vã, enquanto a capela-mor possui forro em abóbada abatida de madeira. Com exceção do altar, que é de telha neoclássica de pouco valor, os demais são de alvenaria.

Duas tribunas se abrem para a capela-mor. Os assoalhos dos salões que superpõem às sacristias ruíram, enquanto o coro foi substituído por laje de concreto. Merece destaque o púlpito com bacia em arenito com peanha em forma de felino, lavabo, pia batismal de água benta. Grande números de imagens e alfaias foram em 1974, mas a igreja conserva: Senhor Morto (natural), N. Sra. das Dores (roca) e Santo Amaro.

Dados Tipológicos: A julgar por alguns detalhes em pedra, como bacia do púlpito, lavabos e pia, trata-se de uma igreja do final do século XVII. Sua planta também confirma está hipótese. A presença de uma capela lateral e um arco entaipado na parede oposta permite situar este edifício na mesma linha de algumas igrejas e capela do final do século XVII que adotaram o partido em cruz latina.

Trata-se, em verdade, de um falso transepto, herança da tradição jesuítica luso-brasileira, que pode ser observado nas matrizes de Santo Amaro de Ipitanga e Maragogipe e nas capelas de Espírito de Santo de Velha Boipeba e S. Tomé de Paripe, na Bahia e N. Sra. do Socorro, na antiga aldeia jesuítica de Gerú, SergiPadre Outro elemento interessante desta igreja é o alpendre lateral também encontrado em S. Lourenço, na mesma ilha. o edifício sofreu, provavelmente, no início do século XIX – uma grande reforma. Desta época é sua fachada com um frontão recortado, que substituiu o original e a transformação da primitiva espadaña em torre, sem iluminação da antiga escada externe de acesso ao segundo piso. É possível que as tribunas da capela-mor e consistórios que superpõem a sacristia sejam daquela época.

Histórico Arquitetônico:

- 1612 – Segundo informação do Padre Argemiro Moreira Leite, já existia neste ano a igreja de Santo Amaro, pois o vigário da mesma é designado para assumir a paróquia de Jaguaripe, recém fundada. Segundo, a mesma fonte a igreja primitiva data do início do século XVII.

- 1730 – Rocha Pitta em sua História da América Portuguesa que a ilha tinha “duas magníficas igrejas paroquiais” (Vera Cruz e Santo Amaro).

- 1757 – O Padre Cristóvão Santos em sua relação sobre a ilha de Itaparica, reproduzida por Ubaldo Osório, refere-se as igrejas de Vera Cruz e Santo Amaro como sedes de freguesias.

- 1759 – Segundo Caldas a freguesia possuía 187 fogos e 1425 almas.

- 1822 – Em 14/07 deste ano durante a missa o vigário Padre Antônio Faustino dá vivas ao imperador e é aclamado pelos presentes, entre os quais estavam alguns revoltosos que foram ao local organizar a resistência do Funil.

Sistemas construtivos e materiais: Construção em paredes autoportantes de alvenaria de pedra e tijolo que sustentam o telhado com estrutura de madeira.

Restaurações e intervenções realizadas:

- Século XIX – A fachada do monumento apresenta características que indicam Ter sofrido reforma neste século.
- 1907 – São realizadas obras no monumento quando são eliminados os altares laterais e construídos novos em alvenaria, segundo inscrições existentes no mesmos.
- 1975 – Neste ano o monumento passou por obras, como a abertura de janelas entaipadas da sacristia e reparos gerais.
- Perigos potenciais: Descaracterização por falta de legislação de proteção e delapidação do que restou do seu acervo por falta de condições de segurança.

- **Igreja de Nossa Senhora da Conceição**

Localização: Povoado de Conceição

Município: Vera Cruz

Situação e Ambiência: Capela situada na costa sudeste da Ilha de Itaparica, trecho compreendido entre a Barra Grande e a Barra do Pote, município de Vera Cruz. Dista o monumento poucos metros da praia. A fachada principal está voltada para o mar. Ainda existe vestígio de um pequeno adro do qual se avista a barra da Baía de Todos os Santos e a cidade de Salvador. Envolve o monumento extenso coqueiral.

Descrição: Edifício de relevante interesse arquitetônico, atualmente abandonado e arruinado. O corpo central é envolvido por duas sacristias e corredores laterais superpostos por quatro tribunas. A sacristia esquerda é de construção precária. Recobria originalmente o monumento telhado de duas águas.

O corpo central apresenta portado de cantaria, três janelas de coro e frontão rococó. A capela-mor não possui torres. Os dois corpos laterais apresentam janelas entaipadas ao nível térreo e vãos sineiros com vergas semicircular ao nível do coro. Respalda os dois corpos laterais pequenos frontões rococó. Janelas, portas e grades foram saqueadas pelos colecionadores de antiguidade. O altar primitivo deu lugar a

outro de alvenaria. Das imagens não se tem notícia. A capela-mor preserva ainda parte de seu forro prismático, tripartido. Na nave existe lápide de D. Feliciana S. José de Paiva falecida em 1874.

Proteção proposta: Tombamento Estadual

Dados Tipológicos: Esta capela é provavelmente do final do século XVII, mas passou por grandes obras em 1776, conforme data gravada na portaria. Estas obras devem Ter consistido na criação de corredores laterais superpostos por tribunas, como estava em moda no século XVIII nas igrejas matrizes e de irmandade. As obras incluíram também a execução de uma nova fachada com janelas de vergas abauladas e coroadapor uma exuberante frontão rococó. Como ocorria em algumas capelas sem torres, a do engenho Freguesia, por exemplo, os corpos laterais da fachada são rematados por pequenos frontões.

Histórico Arquitetônico:

- 1757 – O Padre Cristóvão Santos, em sua relação de Freguesia de Santa Vera Cruz, assinalada a existência desta capela. Por informação transcrita por Serafim Leite, sabe-se que, no século XVII Francisco Gil de Araujo, cujo nome perdura na toponímia local, possui grande fazenda nesta região.

- 1766 – Data gravada na portada da capela indicada, certamente a data de reconstrução e ampliação do edifício.

- 1975 – O Dr. Carlos Fraga adquire o imóvel de herdeiros da família Castro, representado pelo Sr. Lúcio Castro.

Sistemas construtivos e materiais: Construção em parede autoportantes de alvenaria mista de pedra e tijolo.

Restaurações e intervenções realizadas: Não há notícias de restaurações realizadas no monumento.

Perigos potenciais: Destruição pela ação do tempo e saque das populações vizinhas. Os terrenos em torno à capela estão sendo loteados, devendo a capela ficar em propriedade do condomínio.

Patrimônio Paisagístico

Os patrimônios paisagísticos da área de estudo encontram-se atendidos por ações de preservação ambiental das chamadas Unidades de Conservação, são elas: Reserva Ecológica de Itaparica, APA das Pinaúnas, Reserva Ecológica de Baiacu e a Reserva Municipal Venceslau Monteiro.

No entanto, alguns desses bens paisagísticos fazem jus à sua valorização como parte complementar do Patrimônio Cultural Imaterial da Ilha de Itaparica, por fazerem parte do imaginário das populações tradicionais ali presentes, visto que o valor de um bem é é atribuído pela comunidade, à qual pertence.

- **Parque Ecológico de Baiacu**

O Parque Ecológico de Baiacu é uma Unidade de Conservação Municipal, formado por uma biodiversidade do ecossistema, como manguezais, restingas e Mata Atlântica.



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 489– Povoado de Baiacu

Corre a lenda que quando do enfraquecimento do seu poder sobre a freguesia, os jesuítas depositaram, no fundo da água do rio do Baiacu, seus imensos tesouros para não ser revertido à coroa portuguesa.



Figura 490 – Local conhecido como “Fonte de Lendas” no Parque Ecológico de Baiacu

- **Reserva Ecológica Wenceslau Monteiro**

Segundo informações orais fornecidas pelo Sr. Jamis (funcionário da ARCA e cuidador da Reserva), o local se tornou um ponto de memória, devido a devoção de muitos ao eremita Wenceslau Monteiro.

Ao ser indagado a respeito de quem foi Wenceslau Monteiro, o Sr. Jamis narrou que se trata de um eremita que estava muito doente e teve um sonho em que duas meninas o levavam àquele local onde ele banhar-se-ia nas águas de uma fonte e seria curado de seus males. Assim se deu e, como agradecimento, o eremita Wenceslau ficou no local ajudando outras pessoas em curas. O eremita habitou nesse local por 18 anos e aos poucos foi ganhando seguidores, os quais o ajudavam com o que ele necessitasse no âmbito material.

Na data de 05 de junho de 2005, a prefeitura municipal de Itaparica, durante a gestão do prefeito Cláudio Neves, em parceria com a ARCA (CNPJ 07.313.805/0001 34 – legítima mantenedora das culturas ali desenvolvidas), formalizou, através do Decreto nº 173/2005, a transformação da área em reserva ecológica do Wenceslau, com dimensões de 1.030014 m².

Foi construída uma capela no local onde o Wenceslau Monteiro morava, para onde ocorrem peregrinações de fiéis católicos e também de caboclos que fazem festas e oferendas em um espaço atrás da capela.

Em 28 de setembro é comemorado o Dia de Wenceslau Monteiro (data de seu nascimento e morte). Nesse dia, reúnem-se naquele local católicos e caboclos. Esses

peregrinos/romeiros (devotos) vêm a pé, passam por ali e seguem até a Igreja N. Sr. de Vera Cruz (Baiacu). Assim, esse lugar, além de um bem paisagístico, pode ser considerado um bem etnográfico.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 491 – Reserva Ecológica Wenceslau Monteiro – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 492 – Wenceslau Monteiro – Comunidade do Baiacu, Vera Cruz, BA

- **Ilha do Medo**

Território de Identidade: Baía de Todos os Santos.

Município: Itaparica.

Localização: parte sul da Baía de Todos os Santos, na entrada norte do canal de Itaparica.

Proteção Legal: Lei Municipal N.º 08/91.

Data do Tombamento: 29 de julho de 1991.

A ilha do Medo é uma das menores da Baía de Todos os Santos, com uma superfície de 1,2 hectares (12.000 m²). A mesma, segundo fontes orais, no século passado abrigou instalações militares (um quartel); outros informaram que ali houve a existência de um hospital para leprosos (leprosário). Atualmente partes das ruínas podem ser vistas no local. Desde setembro/1991, a ilha foi declarada, pela Câmara Municipal de Itaparica, como uma estação ecológica e,

posteriormente, foi sancionada a lei, criando assim a primeira estação ecológica da Baía de Todos os Santos.

Existem várias lendas sobre o local, sendo uma,que corre entre os pescadores, diz ser comum ouvir falar de gritos e uivos ouvidos à noite, que seriam dos espíritos dos holandeses invasores da Bahia, que ficaram perambulando na ilha.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 493 – Ruínas na Ilha do Medo, Itaparica, BA



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

Figura 494 – Ruínas na Ilha do Medo, Itaparica, BA

- **Fonte do Tororó**

A Fonte do Tororó está localizada na comunidade de Matarandiba, próxima à Ponte do Funil, para onde o acesso é feito pelo mar.

A fonte é uma queda d'água doce na prainha. No entanto, trata-se de um ponto de referência para navegadores em qualquer carta náutica. Quando a maré sobe, a água cai no mar.

Assim como os demais bens patrimoniais encontrados na Ilha de Itaparica, esse lugar possui suas lendas e mitos. Em entrevista, "Dona Angelina", 74 anos, aposentada, natural da comunidade em questão, contou que existem ruínas com canhões escondidos na mata por detrás da fonte, porém, somente alguns antigos moradores conseguem chegar até o local.

Não existe uma lei de tombamento para a fonte. O local está bem cuidado e frequentemente é utilizado como área de lazer pela comunidade local e por visitantes.

Entretanto, a preservação ambiental se faz necessária, para que seja levada em conta a importância da preservação da riqueza cultural e mitológica existente nessa localidade.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia, 2014

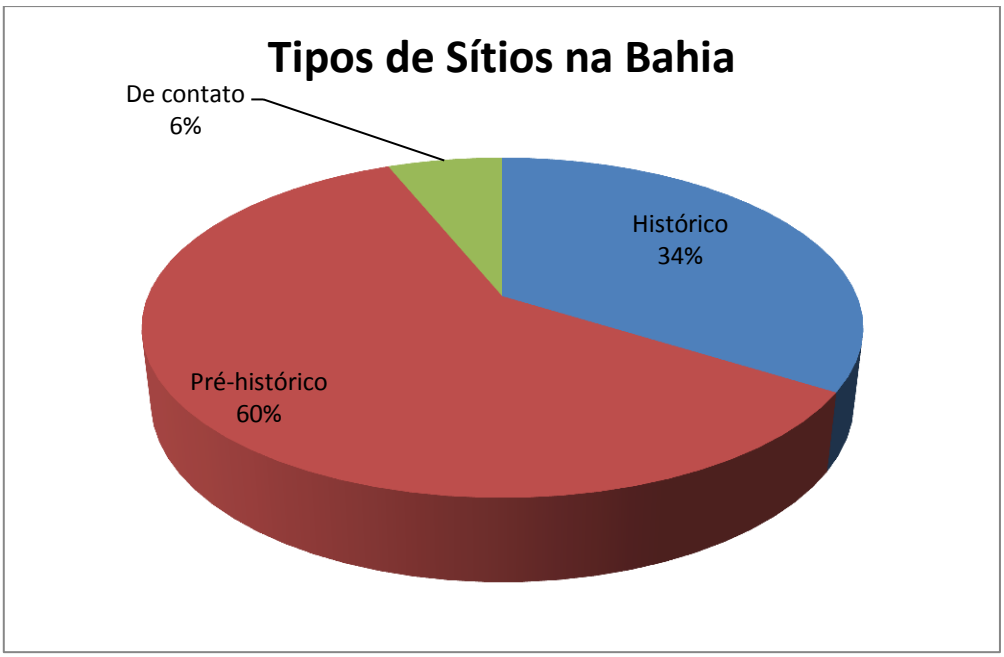
Figura 495 – Fonte do Tororó

2.2.9.4. Registro da ocorrência de possíveis sítios arqueológicos e espeleológicos na ADA

A. Cadastro nacional de sítios arqueológicos do IPHAN

Pesquisando a página do IPHAN (iphan.gov), no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), existem 617 sítios arqueológicos registrados no estado da Bahia, tanto pré-históricos, históricos e de contato, distribuídos da seguinte maneira:

Gráfico 7 – Tipos de Sítios registrados no CNSA do IPHAN



Realizando a pesquisa por municípios, observou-se que os municípios de Vera Cruz e Itaparica não possuem registros de sítios arqueológicos no CNSA.

No município de Salvador estão registrados 9 sítios arqueológicos, a saber:

Quadro 307 – Sítios arqueológicos cadastrados no município de Salvador-BA

Nome do Sítio	Nro. Cadastro	Município	Tipo
Sítio Arqueológico do Cruzeiro do São Francisco	BA00162	Salvador	Histórico
Sacramento	BA00163	Salvador	Histórico
Canhão em pé	BA00164	Salvador	Histórico
Nossa Senhora do Rosário e Santo André	BA00165	Salvador	Histórico
Santa Rosa	BA00166	Salvador	Histórico
Utrecht	BA00167	Salvador	Histórico
Hollandia ou Amsterdam	BA00168	Salvador	Histórico
Antiga Igreja da Sé de Salvador	BA00266	Salvador	Histórico
Sítio Arqueológico do Cruzeiro do São Francisco	BA00162	Salvador	Pré-histórico

Do total de sítios cadastrados no município de Salvador, 8 correspondem a sítios do tipo Histórico e apenas 1 Pré-histórico. Os sítios cadastrados nesse município representam apenas 1,45% de todos os sítios cadastrados no estado da Bahia.

Já no município de Jaguaripe existem 116 sítios arqueológicos cadastrados no CNSA, o que representa 18,8% de todos os sítios no estado da Bahia.

B. Trabalho Arqueológico de Campo Realizado e Resultados Alcançados

O diagnóstico arqueológico de campo, tanto na atividade de caminhamento como no registro e escavação dos pontos de referência, não resultaram na identificação de sítios ou ocorrências arqueológicas.

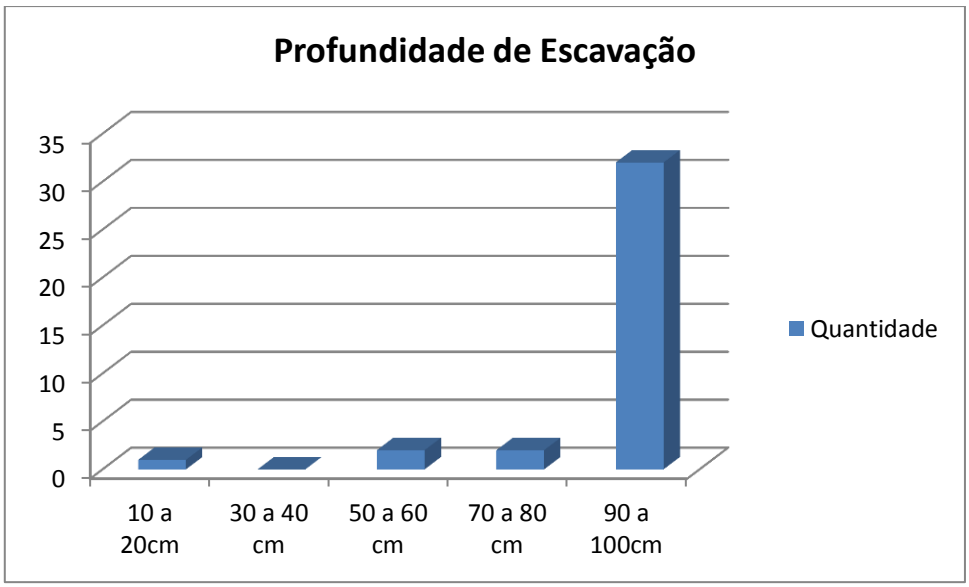
Ao longo dos 56km de via na faixa de servidão do empreendimento, foram registrados 55 pontos de interesse arqueológico. Nesse sentido, todos os contextos de cada ponto de referência atingido foram registrados para a comparação, mesmo que a curta distância, dos ambientes que estavam inseridos, para a compreensão dos contextos, no caso de existência de ocupações humanas. Todos os pontos estão detalhados no quadro 223.

Dos 55 pontos de interesse registrados ao longo da faixa de servidão, 43 foram escavados, o que corresponde a 78% do total de pontos pesquisados. Os pontos não escavados se encontravam principalmente em mata fechada. Outros em áreas alagadas ou em propriedades, cujos donos não foram encontrados para a autorização das escavações. Esses pontos que foram apenas observados corresponderam a 12% do total de pontos pesquisados.

A maioria dos pontos pesquisados encontra-se em ambiente da Mata Atlântica, baixa vertente e solo arenoso.

Com referência à profundidade das escavações dos poços-testes, a maioria atingiu profundidades entre 90 e 100cm (87% do total escavado). Outros 10% dos poços-testes atingiram profundidades entre 50 e 80cm, devido ao aparecimento de rocha e cascalho, principalmente. O gráfico 8 apresenta tais profundidades, enquanto a figura mais abaixo apresenta o mapa de localização dos pontos.

Gráfico 8 – Profundidade de escavação dos poços-testes



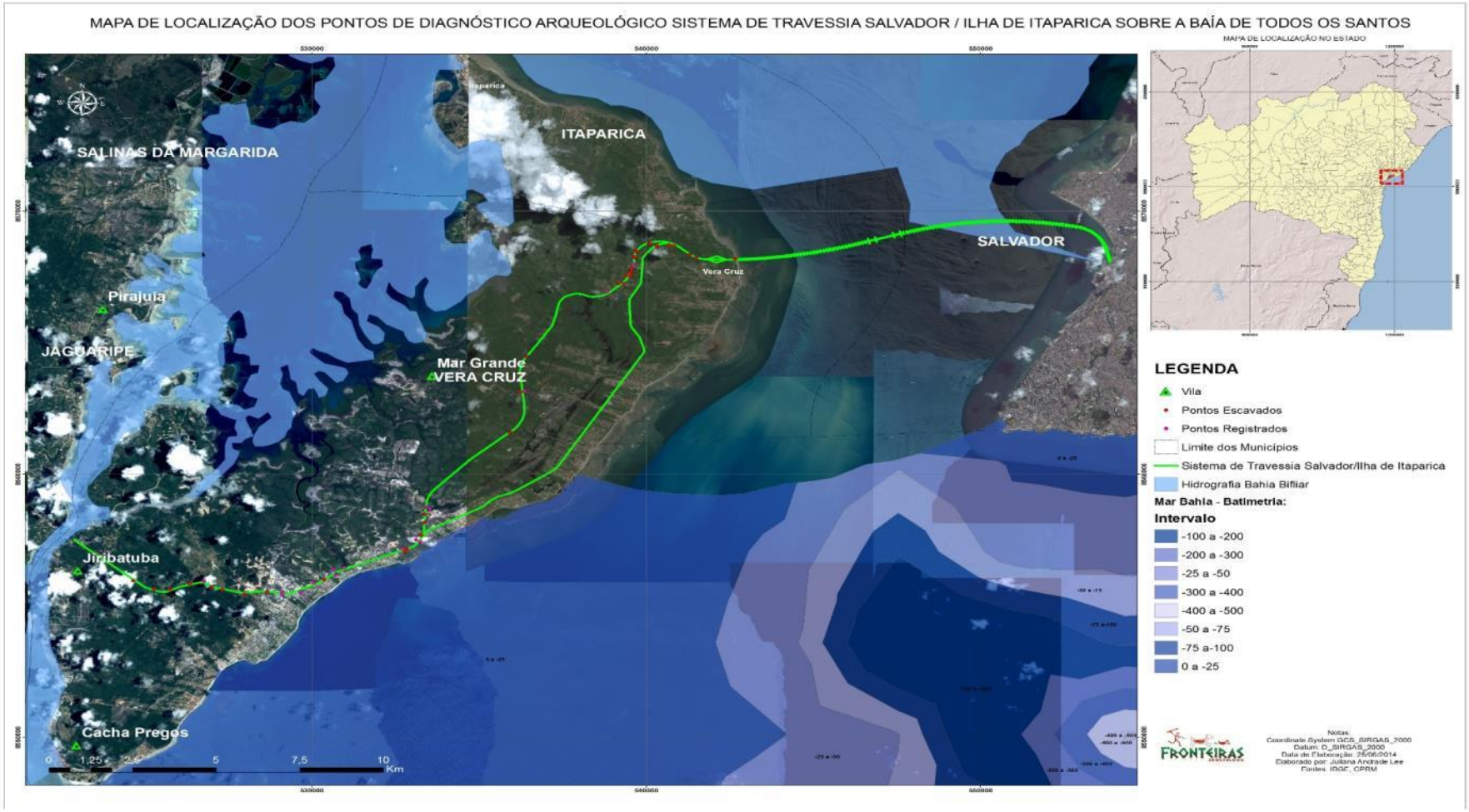


Figura 496 – Localização dos pontos pesquisados.
Obs.: O trabalho de campo de arqueologia foi realizado antes da definição do novo traçado

Quadro 308 – Localização dos poços-testes (tradagens) escavados

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
1	24 L 542653 8568172	Baixa Vertente	Sem vegetação (praia) próximo à Mata Atlântica.	Arenoso	Cinza da superfície até 50 cm e amarelo de 60 cm até o final.	100cm	Folhelho e calcilutito em toda a profundidade da tradagem. Ponto próximo ao mar. Sem vestígios.		
2	24 L 541476 8568222	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso	Cinza da superfície até 40 cm e amarelo claro de 50 cm até o final.	100cm	Superfície com presença de raízes e folhas. 0-10 cm presença de raízes. Mata Atlântica fechada. Sem vestígios.		
3	24 L 541286 8568337	Média Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 50 cm e argilo arenoso da 60cm até o final.	Vermelha da superfície até 50 cm. Vermelho/ amarelo de 60 cm até 80 cm e Bege/amarelo de 90 cm até o final.	100cm	Em superfície presença de casacalho. 0-20cm presença de raízes na tradagem. Sem raízes.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
4	24 L 540819 8568684	Alta Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 50 cm e argilo limoso da 60cm até o final.	Marrom da superfície até 40 cm e vermelho/amarelo de 50 cm até o final.	100 cm	Presença de folhas em superfície, mata fechada. 0-10cm com presença de raízes. Sem vestígios.		
5	24 L 540670 8568717	Média Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Marrom da superfície até 20 cm. Vermelho/amarelo de 30 cm até 70cm e vermelho/amarelo claro de 80 cm até o final.	100cm	Ponto próximo a uma estrada. 0-20 cm com presença de raízes na tradagem. Sem vestígios.		
6	24 L 540327 8568648	Média Vertente	Mata Atlântica	Areno-limoso na superfície. Arenoso de 10cm até 40cm e Argilo limoso de 50 cm até o final.	Superfície cinza escuro. Marrom Claro de 10cm até 20cm.Amarelo/mostarda de 30 cm até 50cm e bege/avermelhado de 60 cm até o final.	100cm	Presença de vegetação rasteira. Ponto próximo a estrada.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
7	24 L 540304 8568682	Média Vertente	Pasto em meio a Mata Atlântica	Superfície arenosa. Areno limoso de 10 cm até 60 cm. Arenoso de 70 cm até 80cm e argilo limoso de 90 cm até o final.	Superfície cinza. Marrom claro de 10 cm até 20 cm. Amarelo/mostarda de 30cm até 50cm. Bege/avermelhado de 60 cm até o final.	100cm	Plantas rasteiras em superfície. Sem vestígios.		
8	24 L 540086 8568778	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Superfície preta e vermelho/amarelo de 10 cm até o final.	50cm	Próximo a um deposito de lixo doméstico. Capim Alto. 30 - 40 cm presença de arenito. Afloramento rocho-so depois de 40 cm.		
9	24 L 540115 8568766	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Areno limoso na superfície e argilo limoso de 20 cm até o final.	Cinza da superfície até 20 cm e creme/avermelhado de 30 cm até o final.	100cm	Mata fechada, com arbustos em médiade 30 mts. Superfície com folhagem e muitas raízes expostas. Sem		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
							vestígios.		
10	24 L 539687 8568494	Alta Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Preta da superfície ate 20 cm. Marrom escuro de 30 cm até 40 cm e marrom claro de 50cm até o final.	80cm	Aparecimento de rochas a partir de 80 cm. Sem vestígios.		
11	24 L 539705 8568459	Média Vertente	Árvores Frutíferas	Arenoso da superfície até 10 cm e areno limoso de 20 cm até o final.	Cinza da superfície até 20 cm. Marrom de 30 cm até40 cm e vermelho de 50 cm até o final.	100cm	Superfíce com vegetação rasteira. Presença de pláticos, cacos de telha. Sem vestígios.		
12	24 L 539645 8568267	Média Vertente	Sem vegetação	Areno limoso da superfície até 10 cm. Arenoso de 20 cm até 40 cm. Areno limoso de	Marrom até 20 cm. Vermelho/amarelo de 30cm até 40 cm. Cinza claro avermelhado de 50 cm até 80 cm e vermelho amarelado de 90 a	100cm	Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
				50 cm até 80 cm e arenoso de 90 cm até o final.	100 cm.				
13	24 L 539664 8568240	Média Vertente	Pasto em meio a Mata Atlântica	Areno limoso da superfície até o final.	Marrom escuro da superfície atée 10 cm. Marrom claro de 20 cm té 70 cm e amarelo/mostarda de 80 cm até o final.	100cm	Sem vestígios.		
14	24 L 539603 8567982	Média Vertente	Árvores Frutíferas	-	-	-	Residência particular, proprietário ausente.		
15	24 L 539586 8567827	Baixa Vertente	Pasto em meio a Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 70 cm e areno limoso de 80 cm até o final.	Marrom da superfície até 30 cm. Amarelo de 40 cm até 70 cm e amarelo claro de 80 cm até o final.	100cm	Ponto próximo a uma área residencial.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
16	24 L 539548 8567815	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 20 cm e areno limoso de 30 cm até o final.	Marrom da superfície até 20 cm. Vermelho/amarelo de 30 cm até 50 cm e amarelo de 60 cm até o final.	100 cm	Mata fechada, presença de folhas em superfície. Sem vestígios.		
17	24 L 539522 8567675	Baixa Vertente	Árvores Frutíferas	Arenoso da superfície até o final.	Marrom escuro da superfície até 10 cm e marrom claro de 20 cm até o final.	100cm	Sem vestígios.		
18	24 L 539519 8567543	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Marrom da superfície até 60 cm e amarelo de 70cm até o final.	100 cm	Sem vestígios.		
19	24 L 539393 8567558	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Cinza da superfície até 40 cm e amarelo de 50cm até 80 cm e branco de 90 cm até o final.	100cm	Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
20	24 L 539326 8567231	Média Vertente	Próximos a árvores frutíferas	Arenoso da superfície até o final.	Marrom da superfície até 10 cm e vermelho/ amarelo de 20 cm até o final.	100 cm	Superfíce gramínea. Sem vestígios.		
21	24 L 539187 8567270	Alta Vertente	Próximos a árvores frutíferas	Arenoso da superfíce até 50 cm e areno limoso de 60 cm até o final.	Marrom da superfície até 30 cm e vermelho/amarelo de 40 cm até o final.	100cm	Superfície gramínea. Sem vestígios.		
22	24 L 538814 8566943	Baixa Vertente	Próximos a árvores frutíferas	-	-	-	Córrego de difícil travssia em todo perímetro da área. Sem vestígios.		
23	24 L 536426 8564483	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Marrom da superfície até 50 cm e amarelo/mostarda de 60 cm até final.	100cm	Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
24	24 L 536228 8563830	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 70 cm e areno limoso de 80 cm até o final.	Cinza escuro da superfície até 10 cm. Cinza claro de 20 cm até 60 cm e Bege acinzentado de 70 cm até o final.	100 cm	Sem vestígios.		
25	24 L 536355 8563159	Baixa Vertente	Mata Atlântica	-	-	-	Mata fechada, ponto acessado a aproximadamente 80 metros. Sem vestígios.		
26	24 L 536225 8563139	Média Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até 60 cm e argilo limoso de 70 cm até o final.	Cinza da superfície até 30 cm. Creme de 40 cm até 90 cm e esbranquiçada de 90 cm até o final	100 cm	Ponto próximo a uma área alagada. Sem vestígios.		
27	24 L 535917 8561604	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Cinza da superfície até 30 cm e amarelo de 40 cm até o final.	100 cm	Superfície com presença de grama e raízes. Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
28	24 L 533400 8558771	Baixa Vertente	Bananal	-	-	-	Ponto acessado a aproximadamente 165 metros, difícil acesso por caracterizar mata fechada, com predomínio de brejo. Sem vestígios.		
29	24 L 533520 8558687	Baixa Vertente	Mata Atlântica	-	-	-	Ponto acessado a aproximadamente 108 metros, difícil acesso por caracterizar mata fechada, com predomínio de brejo. Sem vestígios.		
30	24 L 533378 8558492	Alta Vertente	Sem vegetação	Arenoso da superfície até o final.	Vermelha da superfície até o final.	100 cm	Área muito erodida, com exploração de areia. Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto
31	24 L 533368 8558180	Baixa Vertente	Pasto em meio a Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Vermelha da superfície até 20 cm e cinza de 30 cm até o final.	100 cm	Área desmatada. Sem vestígios.	 
32	24 L 533261 8557693	Baixa Vertente	Pasto em meio a Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Preta da superfície até 50 cm e cinza de 60 cm até o final.	90 cm	Evidencia de água em 90 cm ta tradagem. Sem vestígios.	 
33	24 L 533231 8557449	Baixa Vertente	Pasot em meio a Mata Atlântica	-	-	-	Propriedade privada sem permissão para entrar.	 
34	24 L 533102 8557521	Baixa Vertente	Mata Atlântica	-	-	-	Área alagada, com arvores de porte médio.	 

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto
35	24 L 532822 8557175	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Areno argiloso da superfície até o final.	Superfície cinza e amarelo de 10cm até o final.	20 cm	Evidencia de água em 20 cm ta tradagem. Sem vestígios.	 
36	24 L 532673 8557182	Baixa Vertente	Mata Atlântica	-	-	-	Mata fechada, sedimento arenoso alagado. Sem vestígios.	 
37	24 L 532775 8557089	Baixa Vertente	Árvores Frutíferas	Arenoso da superfície até o final.	Preta da superfície até 50 cm e cinza de 60 cm até o final.	90cm	Sem vestígios.	 
38	24 L 530953 8556464	Baixa Vertente	Área desmatada	-	-	-	Área desmatada e alagada.	 

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
39	24 L 530628 8556396	Baixa Vertente	Pântano/ mata atlantica	-	-	-	Brejo com árvores que alcançam 30 metros. Sem vestígios.		
40	24 L 530718 8556192	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	-	-	-	Propriedade privada, sem permissão para entrar.		
41	24 L 530361 8556011	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	Arenoso da superfície até o final.	Cinza da superfície até 20 cm e branca de 30 cm até o final.	100cm	Sem vestígios.		
42	24 L 530053 8555883	Média Vertente	Rasteira/ capim	-	-	-	Propriedade privada, sem permissão para entrar. Acessado a 40 metros de distância. Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
43	24 L 529647 8555538	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	-	-	-	Propriedade privada, sem permissão para entrar. Sem vestígios.		
44	24 L 529110 8555424	Média Vertente	Rasteira/ capim	-	-	-	Ponto próximo a rodovia, perímetro urbano. Sem vestígios.		
45	24 L 529110 8555540	Média Vertente	Mata Atlântica	-	-	-	Mata fechada, ponto acessado a aproximadamente 40 metros. Sem vestígios.		
46	24 L 528657 8555531	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	Arenoso da superfície até o final.	Superfície cinza e amarelo de 10 cm até o final.	100 cm	Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
47	24 L 527985 8555457	Alta Vertente	Rasteira/ capim	Arenoso da superfície até o final.	Cinza da superfície até 10 cm. Amarelo escuro de 20 cm até 30 cm e amarelo claro de 40 cm até o final.	70cm	Sem vestígios.		
48	24 L 527312 8555611	Alta Vertente	Árvores Frutíferas	Arenoso da superfície até 80 cm e areno argiloso de 90 cm até o final.	Cinza da superfície até 40 cm e amarela de 50 cm até o final.	100 cm	Área desmatada, antropizada. Sem vestígios.		
49	24 L 527001 8555740	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso da superfície até o final.	Vermelho da superfície até 10 cm. Cinza de 20 cm até 30 cm e amarela de 40 cm até o final.	100cm	Sem vestígios.		
50	24 L 526764 8555949	Alta Vertente	Sem vegetação	-	-	-	Área antropizada, construções civis. Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
51	24 L 526346 8555866	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	Arenoso e cascalho da superfície até o final.	Vermelha da superfície até o final.	50 cm	Sem vestígios.		
52	24 L 525748 8555639	Baixa Vertente	Rasteira/ capim	Arenoso da superfície até 20 cm e areno argiloso de 30 cm até o final.	Superfície cinza e amarelo avermelhado de 10 cm até o final.	100 cm	Presença de cascalho. Sem vestígios.		
53	24 L 525272 8555653	Baixa Vertente	Mata Atlântica	Arenoso as superfície até o final.	Superfície cinza claro. Amarela de 10 cm até 30 cm. Cinza de 40 cm até 80cm e branca de 90 cm até o final.	100cm	Mata fechada. Sem vestígios.		
54	24 L 524648 8555966	Média Vertente	Mata Atlântica	Arenoso em superfície e areno argiloso de 10 até o final.	Superfície cinza e amarela de 10 cm até o final.	100 cm	Mata fechada, com árvores de porte mediano. Sem vestígios.		

Pt.	UTM (WGS84)	Relevo	Vegetação	Solo	Cor	Prof.	Obs.	Foto	
55	24 L 523624 8556897	Baixa Vertente	Rasteira/Mata Atlântica	Areno argiloso da superfície até o final.	Vermelha da superfície até o final.	100 cm	Sem vestígios.		

C. Conclusões e Recomendações – Diagnóstico Interventivo em Terra

Referente ao Diagnóstico Arqueológico interventivo da faixa de servidão, toda a metodologia utilizada não constatou a presença de qualquer vestígio arqueológico ou mesmo locais de interesse, seja em superfície ou em subsuperfície.

De acordo com o levantamento realizado no CNSA/MinC na área sob intervenção apresentou apenas (um) sitio arqueológico, registrado no município de Vera Cruz, cidade onde foram realizadas as pesquisas na faixa de servidão do acesso a ponte da Baia de Todos os Santos.

No entanto, no município vizinho de Jaguaripe foram localizados, por meio de pesquisa no CNSA, 116 sítios arqueológicos. Outros 09 sítios estão registrados no município de Salvador.

Por não terem sido detectados vestígios arqueológicos na área de pesquisa, esta seria de baixo potencial arqueológico, porém há de considerarem-se outros fatores:

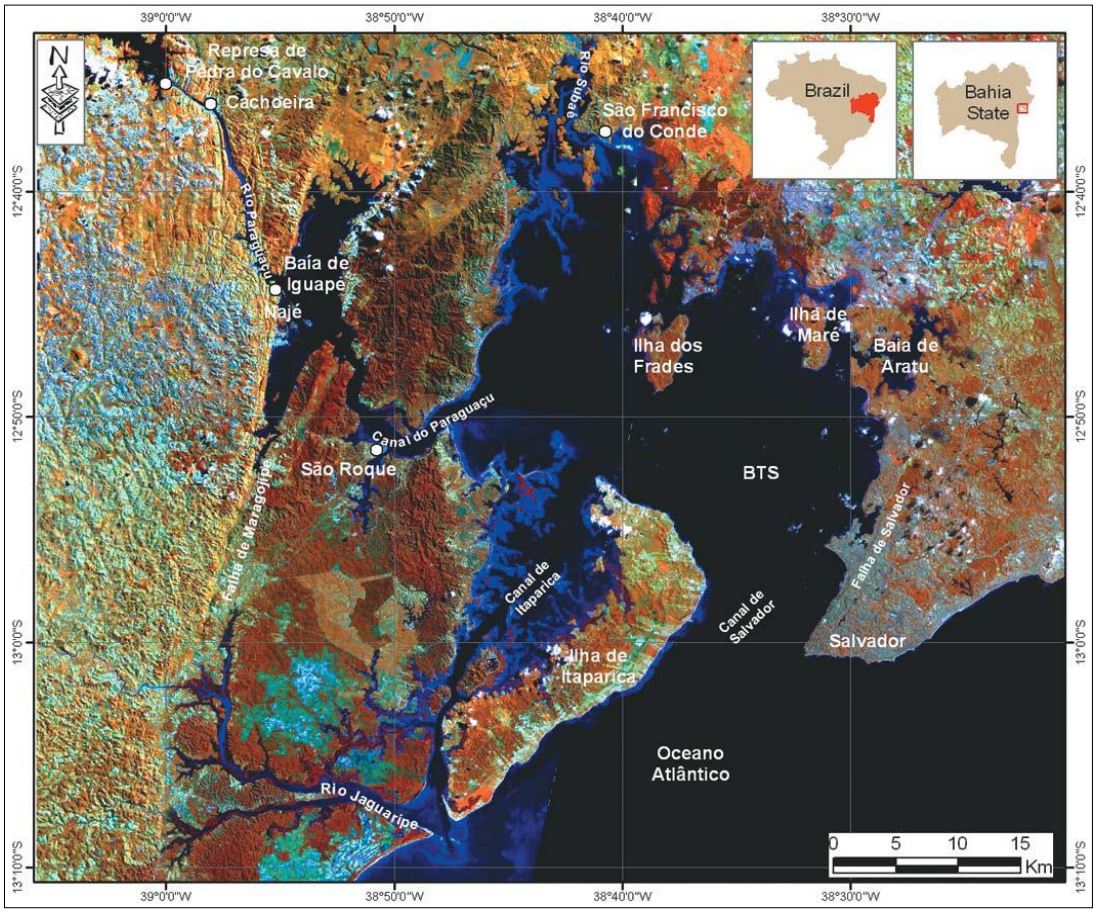
- A grande quantidade de sítios registrados no município vizinho de Jaguaripe.
- O registro de sítios no município de Salvador.
- O levantamento etnohistóricos indicando a forte presença dos índios tupis até a época da colônia.
- Presença de Estruturas Históricas nos Municípios de Salvador, Vera Cruz e Itaparica (Área de Influência Indireta).

Portanto, recomenda-se a continuidade das pesquisas arqueológicas de campo na área da faixa de servidão, conforme as etapas do licenciamento em questão, procedendo para a próxima fase de pesquisa, as atividades de prospecção arqueológica, para determinar a existência ou não de sítios arqueológicos que poderiam ser afetados durante o desenvolvimento das obras de construção do empreendimento.

D. Espeleologia

Formação geológica da Baía de Todos os Santos – BTS

Considerada como a segunda maior baía costeira do Brasil, a Baía de Todos os Santos – BTS encontra-se *implantada sobre as rochas sedimentares que preenchem a bacia sedimentar do Recôncavo* (DOMINGUEZ e BITTENCOURT, 2009, p. 29). Segundo os mesmos autores, a bacia do Recôncavo é uma sub-bacia que ocupa a extremidade sul do conjunto de bacias Recôncavo-Tucano-Jatobá.



Fonte: CIRANO e LESSA, 2007

Figura 497 – Imagem de satélite da Baía de Todos os Santos

O aspecto geológico marcante desta região é a sua classificação como uma Bacia de Rifte, que são depressões da superfície terrestre formada por abatimento da Litosfera onde foram depositados sedimentos. A BTS possui estas características clássicas que definem uma Bacia de Rifte devido ao seguinte:

> Segundo Magnavita et al. (2005) e Magnavita (1992), o rifte do Recôncavo –Tucano –Jatobá tem sido interpretado como um braço abortado do Atlântico Sul, tendo sua origem atrelada ao processo de estiramento crustal que resultou na fragmentação do Supercontinente

> Gondwana e formação do oceano Atlântico entre o final do Jurássico e o final do Cretáceo tendo sua origem atrelada ao processo de estiramento crustal que resultou na fragmentação do Supercontinente Gondwana e formação do oceano Atlântico entre o final do Jurássico e o final do Cretáceo. (MENDONÇA, 2012, p. 18).

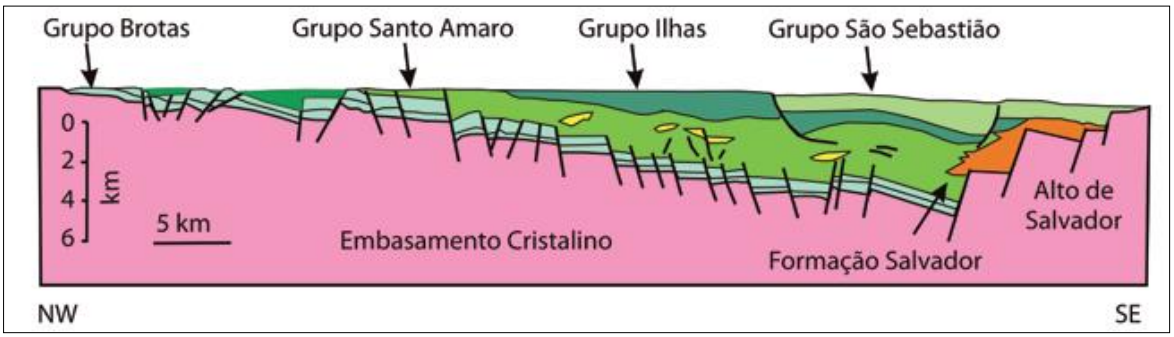
Definindo de maneira mais clara e clássica, a BTS:

> (...) é constituída por um sistema de 'quebras' (fraturas e falhas), com blocos que afundam gradualmente, originando uma espécie de depressão na superfície. Sua história se iniciou há uns 180-170 milhões de anos (M.A), relacionada com o processo de separação entre a América do Sul e África. (...) Na região mais próxima a Salvador, esta depressão é limitada a leste pela falha de Salvador (próxima à escarpa que separa a cidade alta da cidade baixa), e a oeste pela falha de Maragojipe, que passa próxima à cidade de mesmo nome. (...) Os rios que nela deságuam atualmente, desaguavam diretamente no Atlântico, passando por locais atualmente sob as águas da baía. Assim, o rio Paraguaçu deve ter passado por algum local próximo à ilha de Itaparica, que não seria uma ilha, mais uma zona elevada. (COMISSÃO PRÓ IGUAPE, 2007, p. 60).

A geologia da região é composta por corpos litológicos da unidade basal em lençol – formações Aliança e Sergi. Por sua vez, a formação Aliança é subdividida em três membros: Afligidos, Boipeba e Capianga. Há um certo predomínio da subformação Afligidos, caracterizada por *conglomerados e arenitos conglomeráticos cinza-avermelhados, constituídos de grânulos e seixos de rochas cristalinas e sílex disseminados em matriz argilosa e com intercalações de evaporitos (anidrita). Acima ocorre folhelho vermelho-tijolo, localmente manchado de verde, muito micáceo, com ocasionais intercalações de siltitos vermelhos, micáceos*. (PETRI e FÚLFARO, 1983, p. 223).

Em suma, o Recôncavo é considerado como uma sub-bacia, uma vez que ela é separada da sub-bacia do Tucano pelo Alto de Aporá e tem como limites Sul a bacia de Camamu através da falha da Barra e a Leste é limitada pela falha/alto Salvador-Jacuípe (DOMINGUEZ & BITTENCOURT, 2009). A figura abaixo mostra um corte

transversal da sub-bacia do Recôncavo e mostra o empilhamento das unidades estratigráficas.



Fonte: DOMINGUEZ & BITTENCOURT, 2009

Figura 498 – Seção geológica transversal da sub-bacia do Recôncavo

Valentin Calderón, arqueólogo da UFBA que participou do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, nas décadas de 1960 e 1970, destacou as seguintes características geológicas do Recôncavo Baiano:

> A topografia do Recôncavo (…) varia bastante, dependendo das rochas que formam o subsolo da região; assim, encontram-se colinas constituídas por argilas e húmus que dão origem a solos de massapê de grande fertilidade esta paisagem de colinas constituídas por argilas e húmus que dão origem a solos de massapê de grande fertilidade. Esta paisagem de colinas é bastante movimentada, originando um relêvo muito acidentado de monoclinais, domos e pequenas chapadas entalhadas pelos rios que dessecam esta região durante a época da estiagem, reduzidos a diminutos riachos. O rio Paraguaçu desemboca na baía de Todos os Santos e o Joanes, um dos mais importantes da região norte do Recôncavo leva suas águas diretamente ao Atlântico. (CALDERÓN, 1969, p. 162).

A região que compõe o entorno da Baía de Todos os Santos, também conhecida como Recôncavo Baiano, faz parte de umas das zonas mais antigas da colonização portuguesa no Brasil. Inicialmente destinada à instalação da lavoura de cana de açúcar, a região foi ao longo de quase quatro séculos a base da economia do estado. Após a descoberta de petróleo na região, a participação dos municípios que compõem

o Recôncavo – mais especificamente a Baía de Todos os Santos – no PIB do estado aumentou de forma significativa.



Fonte: BRITO, 2008

Figura 499 – Recôncavo Baiano: localização e divisão municipal em 1950

Ao longo do período colonial, a BTS foi uma das áreas mais importantes para a produção da principal cultura agrícola do Brasil, a cana de açúcar. Inicialmente, a Capitania da Bahia de Todos os Santos doada a Francisco Pereira Coutinho em 05 de abril de 1534 por D. João III, rei de Portugal, ficou vaga em decorrência da morte do seu Capitão Donatário durante ataque dos grupos indígenas que resistiram aos colonizadores europeus. Com a criação do Governo Geral em 1548 e a transformação da Capitania da Bahia em Capitania da Coroa, ocorreu uma transformação substancial na ocupação do território da Capitania e em especial do Recôncavo Baiano (TAVARES, 2001). O Governo Geral estava assumindo a tríplice função de defesa militar, e centralização política e administrativa da colônia.

A criação do Governo Geral possibilitou o surgimento de diversos engenhos de cana de açúcar no entorno do Recôncavo, principalmente nas áreas um pouco mais ao fundo da BTS, como a região onde foi fundada a Vila de São Francisco do Conde,

antiga Vila de São Francisco da Barra do Rio de Sergipe do Conde. Nesta localidade encontrava-se um dos maiores e mais importantes engenhos de cana de açúcar da Capitania da Bahia:

> Foi esta a primeira, que no Recôncavo se fundou, depois da cidade do Salvador, no tempo em que governava esta Capitania o exmo. D. João de Lancastre, com o nome de vila de Sergipe do Conde;como depois fundassem nela um convento os capuchos de Santo Antônio, se ficou de então chamando a vila de S. Francisco de Sergipe do Conde, e isto porque em outro tempo tiveram os Condes de Linhares junto às margens daquele rio chamado Sergipe, dois engenhos de açúcar, dêstes se demoliu há muitos anos, o outro porém que ainda existe com o nome de Engenho do Conde (…).
>
> Há no têrmo desta vila as freguesias (…); divide êle com o têrmo da cidade pela freguesia de Matuim, e pelo boqueirão que entre a ilha de Madre-de-Deus, e a dos Frades se vai reproduzir na infinidade de canais que vão formar um dos mais aprazíveis arquipélagos. (VILHENA, 1969, p. 479).

Mem de Sá, terceiro governador geral, teve um papel importante para a fundação dos engenhos na região de São Francisco do Conde:

> A primeira guerra contra os índios do Paraguaçu e de Jaguaripe foi comandada por Vasco Rodrigues de Caldas. Seguiu-se a que foi comandada pelo próprio Mem de Sá, que a conduziu até Matuim, Passé e São Francisco do Conde, onde este governador marcou a área do seu engenho, posteriormente conhecido como Engenho do Conde, numa referência ao seu genro e herdeiro, dom Fernando de Noronha, 3º Conde de Linhares. (…) Na segunda metade do século XVIII (1759), ela possuía 325 fogos (casas) e 2.724 almas (habitantes). (TAVARES, 2001, p. 154-155).

A caracterização histórica da região de São Francisco do Conde demonstra a relevância desta parte da BTS para a economia da Bahia desde o início da

colonização. Stewart Schwartz considera que a *segunda maior concentração de engenhos situava-se nas ilhas denominadas Marapé por Soares de Sousa, as quais tornaram-se mais tarde as paróquias da vila de São Francisco do Conde* (1988, p. 82).

O aumento da produção açucareira na BTS despertou o interesse de algumas novas nações europeias, como a Holanda. Em 1624 o jovem estado holandês, através do financiamento da Companhia das Índias Ocidentais, invadiu a Capitania da Bahia e ocupou diversos engenhos produtivos no interior da BTS. Ao longo da década de 1620 e 1630, em diversos momentos, os principais engenhos da BTS foram saqueados por corsários holandeses, evidenciando assim a importância das terras situadas à margem da Baía para a economia local e europeia.

Um pouco mais ao sul da BTS, mais precisamente na região da Baía de Camamu, encontra-se os limites naturais do Recôncavo. Na ponta norte da Ilha de Tinharé encontra-se o Forte da Ponta ou do Facho que também é conhecida como Fortaleza de Tapirandu. Ao longo dos séculos XVII e XVIII foi responsável pela defesa da parte sul da BTS, protegendo a chamada entrada da Barra Falsa, entre a Ilha de Itaparica e o continente. Através deste canal era possível adentrar o interior da BTS sem ser abordado pelas embarcações ou fortalezas erguidas na entrada da cidade do Salvador.

Além das características geológicas peculiares, BTS e todo o Recôncavo possuem uma importância história para o povoamento do estado da Bahia e ocupação da cidade do Salvador.

Considerações

Diante da breve análise apresentada nas páginas anteriores, considera-se como remota ou praticamente nula a possibilidade de ocorrência de Cavidade Naturais Subterrâneas na região da BTS ou mesmo no Recôncavo Baiano, devido principalmente a sua formação rochosa relativamente antiga, remontando ao final do Jurássico e final do Cretáceo. Usando uma definição geológica mais precisa, a Bacia do Recôncavo é neojurássica-eocretácea pré aptiana.

Geologicamente a região da BTS é significativamente antiga com um embasamento cristalino na sua parte mais profunda. Em contrapartida, as áreas típicas de formação de cavernas, os terrenos cársticos, possuem uma formação mais recente, são rochas essencialmente organogênicas. Por sofrerem ação da água e consequentemente por

intermédio de uma ação físico-química passarem pelo processo de dissolução, formam posteriormente espaços vazios que comumente chamamos de cavernas.

Estas características da formação rochosa do carste estão ausentes na região da BTS. Na Bahia, as principais regiões cársticas encontram-se: na Chapada Diamantina e Piemonte da Chapada; no extremo Oeste do estado, na região de Barreiras e da Serra do Ramalho; no Nordeste do estado, já na divisa com Sergipe na região de Paripiranga; e no sul do estado na Bacia do Rio Pardo, entre os municípios de Camacã, Pau Brasil e Mascote.

Assim é possível – a partir de uma análise puramente bibliográfica – descartar ou considerar praticamente nula a possibilidade de encontrar cavidades naturais subterrâneas na região da BTS e no Recôncavo Baiano.

2.2.9.5. Arqueologia Subaquática

A Arqueologia Subaquática, também denominada como Arqueologia de Ambientes Aquáticos, surgiu na década de 1960 e pode ser caracterizada como uma subdisciplina da Arqueologia dedicada ao estudo dos registros arqueológicos inseridos em ambientes úmidos e os reflexos sociais intrínsecos aos contextos marítimos, mas é tida por alguns autores como um ramo do mergulho, porém as diferenças impostas pelo ambiente aquático assim como a inexistência de parâmetros que distinguem essa versão “úmida” do restante da disciplina Arqueologia, não a descaracterizam como sendo outra disciplina (BASS, 1969; RAMBELLI, 2002, 2003, 2007, 2009

Blot (1999), em seu artigo, retoma como se deu a evolução da terminologia desta Ciência, que no passado se chamava de Arqueologia “submarina”, divulgada pela técnica do escafandro autônomo a partir de meados do século XX, em seguida a uma Arqueologia “subaquática”, que envolvia sítios fluviais e lacustres, logo mais, a Arqueologia “marítima” passou a incluir a Arqueologia “naval”, já que esta contava em seu novo estudo todos os tipos de vias aquáticas, lagos, rios e mares usados pelo homem, sendoincluído, mais tarde, já passou-se a incluir as áreas de interface com a terra-água.

A existência da necessidade do arqueólogo mergulhar para executar seu trabalho de campo é a mesma ciência que exigiria de um arqueólogo trabalhar em terra, com uso de botas, perneiras e chapéus, ou seja, independente do ambiente no qual está

inserido o sítio arqueológico, o que estudamos é uma ciência social que encontra sua sustentação teórica na própria teoria social (RAMBELLI, 2003). Arduengo Garcia (2007) denomina o que seria o registro arqueológico como:

> Todo el conjunto de elementos, artefactos, ecofactos y sus matrices, (conformando unidades menores en forma de contextos), productos del trabajo humano o afectados de alguna manera por este, y susceptibles de ser transformados por eventos naturales y humanos, que se hallan en el subsuelo y sobre la superficie e incluso parcial o completamente sumergidos bajo el agua; no importando que participen en contextos arqueológicos o contextos momentos (ARDUENGO GARCIA, 2007, p.37).

As práticas ligadas ao oceano e ao mar, desde os primórdios da humanidade foram objetos de curiosidade, de conhecimento, de ricas simbologias e de atividades culturais antigas, como a pesca, coleta e navegação. Todas estas estão diretamente ligadas às práticas econômicas, sociais e simbólicas (DIEGUES, 2003).

Os primeiros estudos de sociedades que mantinham relação com o mar se deu com o trabalho de Bronislaw Malinowski “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, publicado em 1922. Seu estudo voltado para as sociedades insulares tombriandeses, buscava analisar as funções das crenças religiosas, em mitos e rituais. Já em 1946, Firth já estudava o funcionamento da economia das sociedades marítimas dos pescadores e da economia das sociedades camponesas (DIEGUES, 2003).

A vivência do ser humano com os ambientes aquáticos sempre esteve presente em seu cotidiano, temos como exemplo sociedades que viviam junto a ambientes fluviais e dependiam dos meios marítimos para a “construção” de sua cultura. A partir dessas pesquisas e novos conceitos, aproximamos do estudo da Antropologia Marítima, desenvolvida na década de 1970, como citado por Diegues (1998), a Antropologia Marítima estuda a “variedade e a complexidade de sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho de onde retiram sua subsistência”.

Os trabalhos de George Bass[195], em 1961, são considerados pioneiros na área, sendo considerados como um divisor entre as atividades aventureiras e a pesquisa. Bass foi

[195]Professor emérito da Texas 23 A&M University e fundador do Institute of Nautical Archaeology (INA).

um arqueólogo que aprendeu a mergulhar e utilizou essa nova ferramenta de trabalho nas pesquisas em sítios submersos. Atualmente novas técnicas e métodos foram desenvolvidos para se chegar aos mesmos parâmetros da pesquisa científica utilizada pela Arqueologia, como a adaptação das técnicas de escavações de sítios arqueológicos terrestres para ambientes aquáticos. Bass (1969) exemplifica a utilização dos métodos e técnicas e retrata a funcionalidade desta ciência, que não se trata de ficção cientifica e que todos os métodos são praticáveis.

Keith Muckelroy[196] foi o primeiro que demonstrou uma preocupação teórica para com essa Arqueologia, como salientou Blot (1999) daquilo que ele próprio considerava uma 'subdisciplina' da Arqueologia, ramo essencial, mas periférico o qual chamava "*Maritime Archaeology*". No artigo "*A Systematic Approach to the Investigation of Scattered Wreck Sites*", publicado em 1975, Muckelroy admite sua preocupação com a situação em que se encontrava a Arqueologia Subaquática: um estado de indisciplina (BLOT, 1999; RAMBELLI, 2003).

Para Muckelroy (1978) era necessário ampliarmos os focos das pesquisas arqueológicas, pois compreender os reflexos sociais das culturas marítimas, em sua totalidade tornava-se uma necessidade que carecia de uma maior atenção.

A primeira tentativa de se fazer um trabalho em Arqueologia Subaquática no Brasil, aconteceu no ano de 1976, no sítio naufrágio Galeão Sacramento, em Salvador, como medida emergencial de salvamento e proteção ao patrimônio subaquático submerso, resgatando, assim, o material arqueológico, que estava sendo alvo de saqueadores. Com o apoio do Ministério da Marinha e do Ministério da Educação e Cultura, o arqueólogo Ullysses Pernambucano de Mello Neto, realizou o salvamento, contudo por não saber mergulhar, o arqueólogo orientava da superfície os mergulhadores e estes por não possuírem conhecimento em arqueologia, não tiveram a preocupação de documentar o trabalho realizado embaixo d'água, perdendo-se assim a contextualização dos artefatos e a história do naufrágio. Com isso, o material foi recolhido e posto à exibição no Museu Náutico da Bahia, como um meio de ilustrar um fato histórico (RAMBELLI, 2002).

No século XX, houve um importante desenvolvimento das técnicas de mergulho, sobretudo, com a invenção do equipamento de mergulho autônomo (SCUBA), que

[196] Arqueólogo britânico, autor do livro "*Maritime Archaeology*", publicado em1978.

tornou, cada vez mais, acessível os vestígios arqueológicos que permaneceram por séculos intangíveis, por conta das grandes profundidades. Esse desenvolvimento, por um lado o tornou possível a produção de conhecimento sobre esses sítios, mas por outro, deixaram-nos desprotegidos e ameaçados pelos diversos caçadores de tesouros e mergulhadores que desconhecem e/ou desprezam a importância de sua preservação.

Com a disseminação dos mergulhadores sem conhecimento sobre a importância desse patrimônio e de caçadores de tesouros, tornou-se iminente a necessidade de criação de um comitê internacional, e em 1991 foi criado o Comitê Internacional do ICOMOS para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (ICUCH) que se preocupou em discutir essas questões. O ICUCH foi criado dentro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), e é constituído por especialistas de todo o mundo, atua tanto na investigação e proteção dos recursos culturais submersos, como em seu manejo e gestão (LUNA ERREGUERENA, 2009).

Já em 2001, a UNESCO elabora o texto da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, aprovada em 02 de novembro de 2001, durante a 31ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO, em Paris. A partir da convenção, passou-se a definir o patrimônio cultural subaquático como:

Todos os traços de existência humana tendo um caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, durante pelo menos 100 anos, tais como:

- Sítios, estruturas, edifícios, artefatos e vestígios humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;
- Navios, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, a sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural; e
- Objetos de caráter pré-histórico

Diversos países estão dando apoio à Convenção da UNESCO de 2001, sendo a maior parte de países da Europa e América Latina. Entretanto, o Brasil, além de não ratificar a convenção, um ano antes, aprovou a Lei Federal 10.166/00, que ignora e estipula

valor de mercado a esse patrimônio, posicionando-se de forma contrária a 50 anos de discussão em prol do patrimônio cultural subaquático.

Segundo Gilson Rambelli (2007), a percepção atribuída ao patrimônio cultural subaquático está estritamente ligada a determinados contextos históricos: à História da Arqueologia Subaquática, à História do Mergulho. No contexto da História do Megulho observamos duas tradições antagônicas, presentes ainda hoje: a da caça ao tesouro

> "que trabalha com a comercialização do patrimônio cultural subaquático, atribuindo não só valor histórico, artístico ou arqueológico, mas também o econômico aos bens culturais recuperados" (RAMBELLI, 2009: 61).

A. Procedimentos Metodológicos

Na referida pesquisa, iremos utilizar de métodos e técnicas, agindo de acordo com as normas internacionais, Convenção da UNESCO de 2001, demonstrando que pesquisas e ações preocupadas com a proteção do patrimônio cultural subaquático estão sendo concretizadas no Brasil.

Como dito anteriormente, a Arqueologia Subaquática consiste, basicamente, na adaptação de métodos e técnicas da Arqueologia usualmente feita em terra para o meio aquático, existindo, assim diversas técnicas aplicáveis à pesquisa, mas neste tópico abordaremos àquelas adequadas à pesquisa e que foram realizadas.

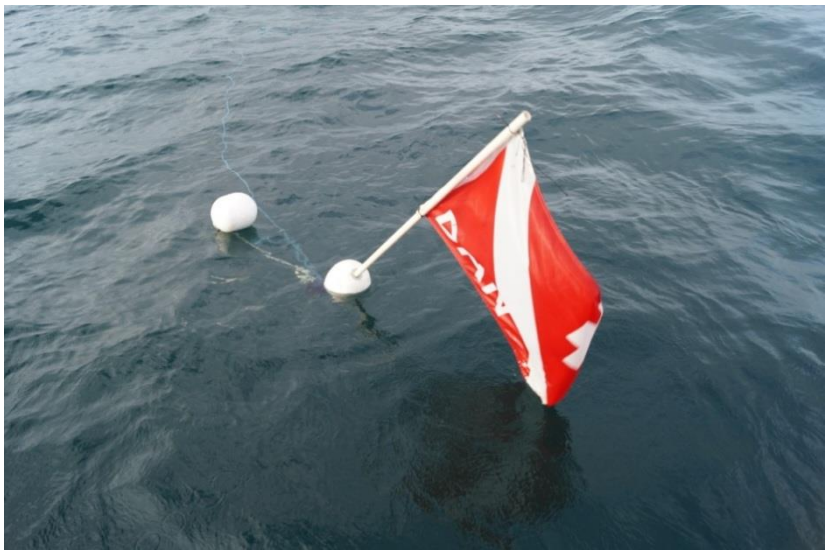
Primeiramente a averiguação presencial dos alvos indicados pelos levantamentos geofísicos, que foram localizados a partir das coordenadas com a ajuda do aparelho GPS. Comparando os dados da batimetria com os da ecossonda da embarcação de mergulho e GPS, como podemos observar na Figura 500.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 500 –Aparelho GPS e Ecossonda

Após a análise das condições necessárias para o mergulho, há a materialização do local de mergulho com boia poitada para que os mergulhadores possam ser guiados até o alvo.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 501 – Bóia poitada no local a ser verificado

Devidamente equipados, uma dupla de arqueólogos-mergulhadores desce através do cabo da boia poitada, para a averiguação do Potencial Arqueológico das anomalias geofísicas. O tempo de fundo varia entre 20 e 40 minutos para cada dupla de

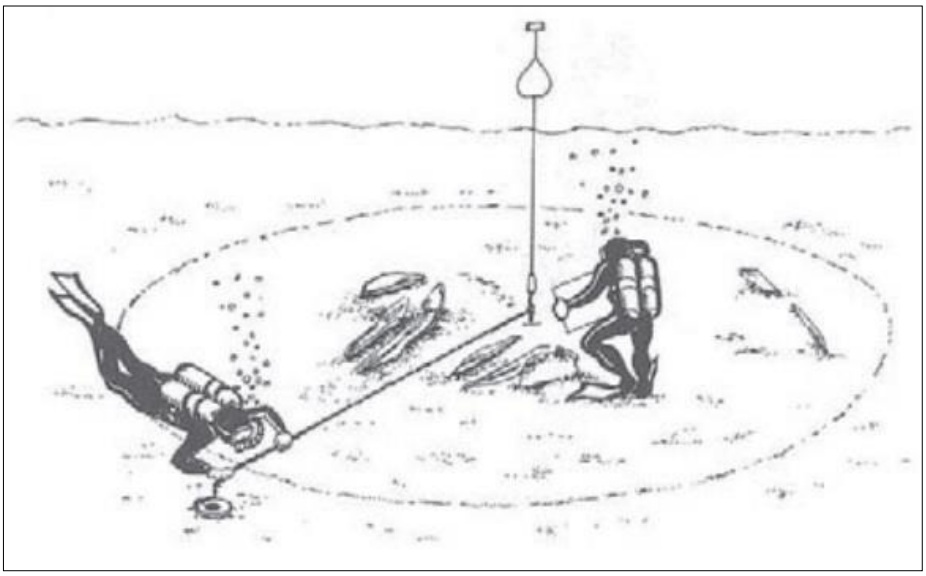
arqueólogos-mergulhadores e auxiliares, podendo variar, também, de acordo com as condições de mar observadas no local.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 502 – Dupla de mergulhadores realizando o levantamento da área através de círculos concêntricos

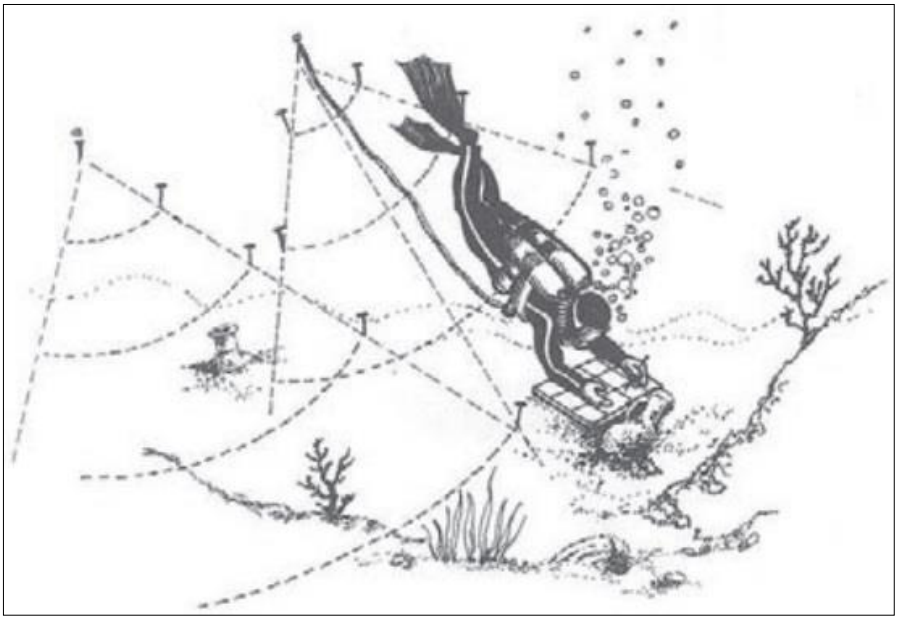
As técnicas utilizadas no diagnóstico foram o “levantamento em círculos concêntricos” e o “levantamento em pêndulos”. O levantamento em círculos concêntricos consiste na busca a partir de um ponto central, onde se fixa uma trena flexível e o pesquisador nadará em círculos concêntricos e documentará, com o auxílio de uma bússola a sequência de achado (RAMBELLI, 2002).



Fonte: RAMBELLI, 2002

Figura 503 – Levantamento em círculos concêntricos

O levantamento em pêndulos consiste na busca a partir de um ponto central, onde fixa se uma trena flexível e o pesquisador nadará fazendo um movimento perpendicular.



Fonte: RAMBELL, 2002

Figura 504 – Levantamento em pêndulos

Em ambos os métodos de averiguação de fundo, foram utilizados raios de 5 m, 8 m e 12m, variando de acordo com as condições de fundo (correnteza e visibilidade).

Previa-se o uso de técnicas de escavação com ferramentas ou a escavação com sugadoras de baixa potência impulsionadas por água sob pressão, de alvos

previamente identificados pelo levantamento geofísico, que não eram localizados pelas técnicas de diagnóstico de fundo, mas tais técnicas não foram necessárias nessa etapa da pesquisa.

Tendo sido encontrado uma estrutura e a mesma considerada vestígio ou contexto de interesse arqueológico seriam realizados o mapeamento da zona de concentração de vestígios e possíveis zonas de dispersão, elaborando croquis da área e o registro de fotos também foram realizadas quando havia condições razoáveis de visibilidade.

Informações orais foram colhidas durante a pesquisa, junto com os trabalhadores do mar e navegantes da região, fundamentando a escolha de alguns locais para a averiguação de vestígios arqueológicos.

B. Atividades e Resultados

A ADA do empreendimento foi amostralmente vistoriada por métodos geofísicos e resultou em vinte e um pontos, que foram analisados sobre o viés arqueológico pela equipe de Arqueologia Subaquática, sendo inserido, para averiguação, o ponto do naufrágio do Galeão Queen[197], devido a proximidade com a ADA do empreendimento e o constante assoreamento do sítio. Podemos observar no quadro abaixo as coordenadas e a profundidade de casa ponto.

Quadro309 – Pontos de Mergulho

Ponto	Coordenadas (WSG84)	Profundidade (m)
01	S12 56.354 W38 33.465	18
02	S12 56.177 W38 32.612	19
03	S12 56.199 W38 32.517	25
04	S12 56.187 W38 32.184	19
05	S12 56.175 W38 31.912	23
06	S12 56.148 W38 31.188	27
07	S12 56.342 W38 30.623	12
08	S12 56.341 W38 30.443	6

[197]Naufragou em 1799, devido a um incêndio.

Ponto	Coordenadas (WSG84)	Profundidade (m)
09	S12 56.386 W38 33.468	19
10	S12 56.800 W38 32.705	28
11	S12 57.078 W38 30.257	7
12	S12 56.778 W38 35.890	9
13	S12 57.441 W38 33.224	55
14	S12 56.467 W38 32.167	18
15	S12 56.715 W38 31.452	26
16	S12 57.054 W38 30.184	5
17	S12 57.082 W38 30.218	5
18	S12 57.188 W38 32.964	30
19	S12 57.203 W38 33.475	24
20	S12 57.194 W38 33.568	42
22	S12 56.572 W38 30.617	16
Queen	S12 57.530 W38 32.286	18

Foi possível a averiguação de dezoito pontos, sendo a área dos mesmos inspecionada por duas equipes de arqueólogos-mergulhadores, permitindo avaliação do local por perspectivas distintas em um esforço complementar de pesquisa.

Dentre os pontos acima expostos não foi possível a realização dos mergulhos nos pontos 11 e 17 devido a proximidade com a Estação Marítima São Joaquim (Ferry Boat), sendo arriscado o mergulho na área; no 12 devido a visibilidade precária no local; e no 13 devido a profundidade do mesmo ser maior que 50 m.

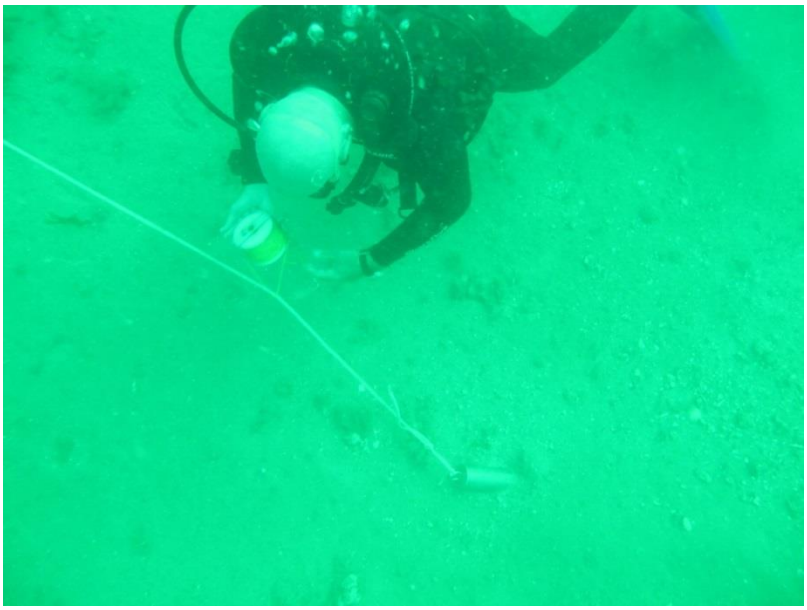


Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 505 – Estação Marítima São Joaquim (Ferry Boat), vista SE do ponto 11

A maioria dos pontos encontra-se próximos ao canal da Baía de Todos os Santos e área portuária de Salvador, sendo apenas o ponto 12 localizado no litoral da Ilha de Itaparica.

As profundidades variam entre 5 m e 55 m, sendo o solo composto por areia de tonalidade bege e granulometria fina, aparecendo em alguns locais, perto da zona portuária, cascalho, devido ao assoreamento e deposição antrópica de materiais construtivos.



Fonte: Arquivo Fronteiras Arqueologia

Figura 506 – Sedimento de fundo e mergulhador verificando poita

Nos pontos averiguados, apenas foram encontrados feições naturais, como rochas com incrustações e artefatos de origem contemporânea, como cordas, pneu, musa (armadilha para peixe) e latas de alumínio. Como podemos observar no quadro abaixo.

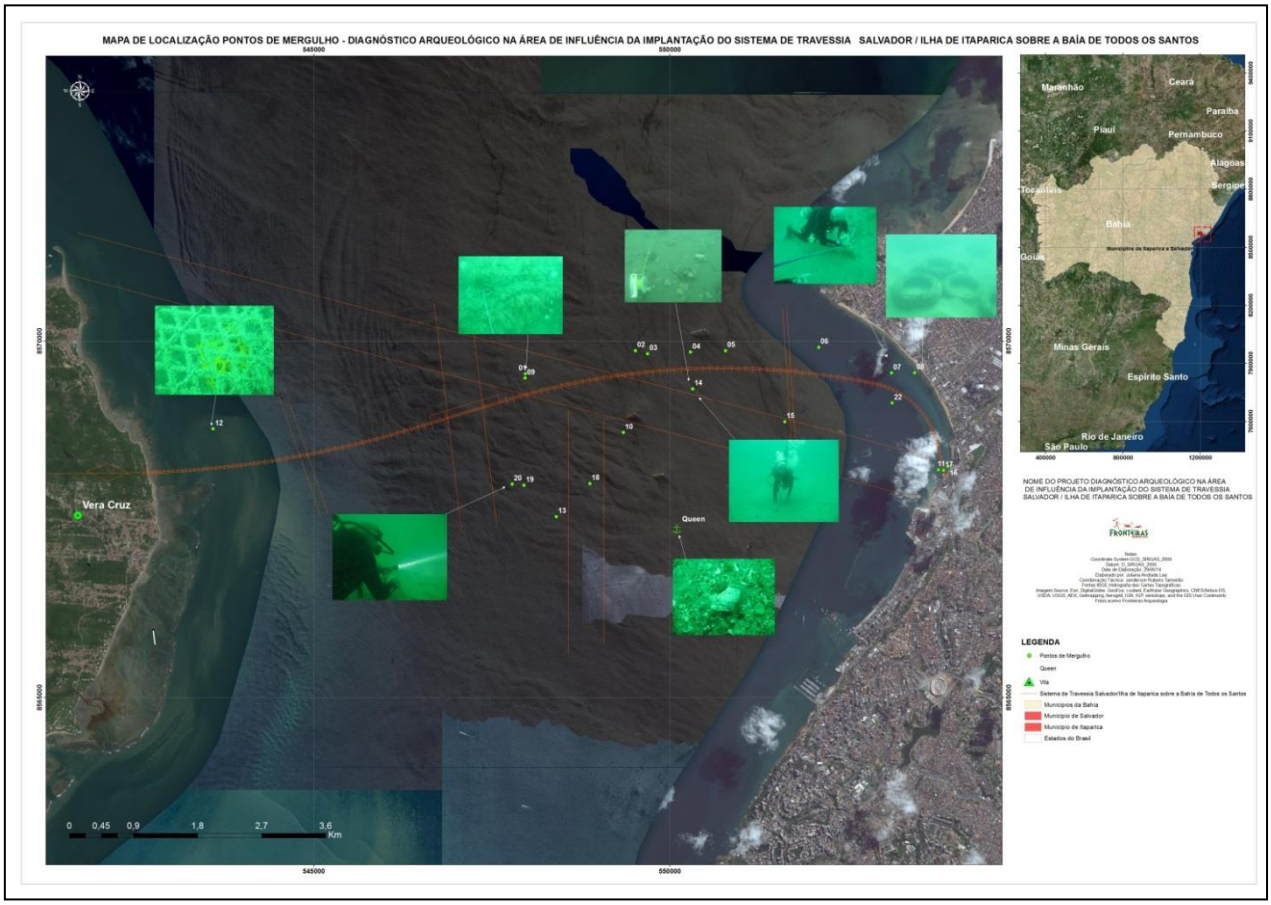
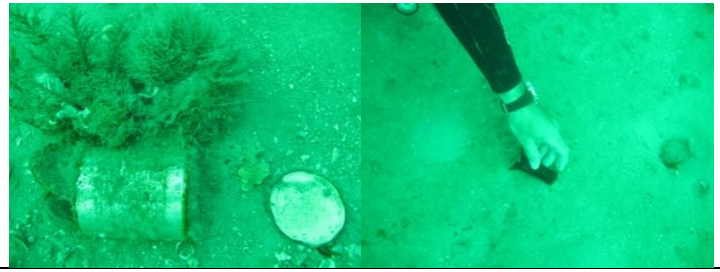
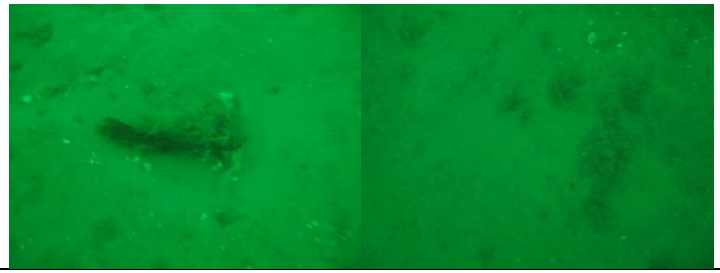
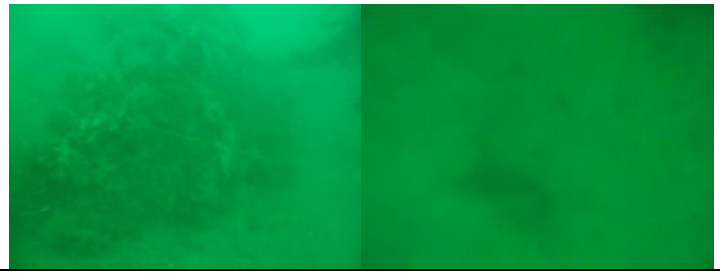
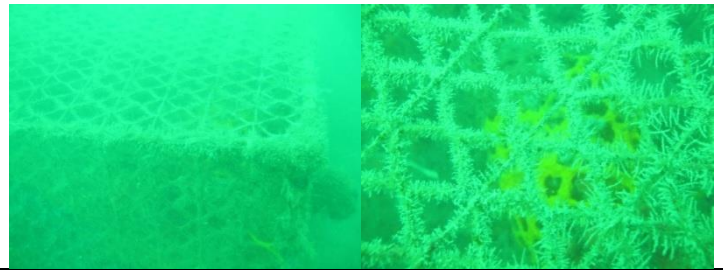


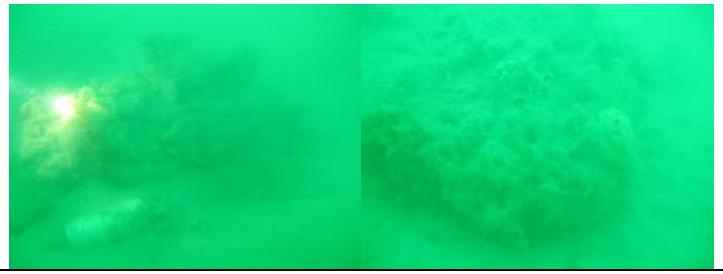
Figura 507 – Mapa de Localização dos Pontos de Mergulho

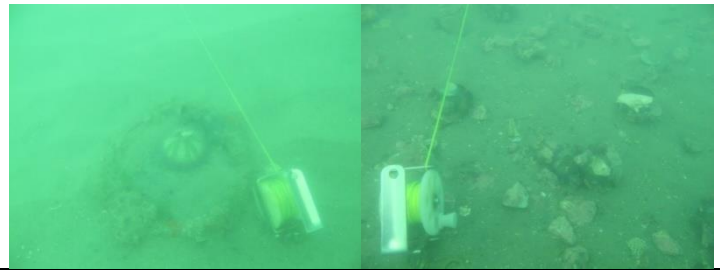
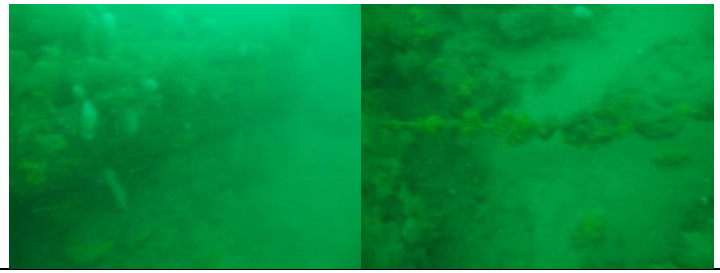
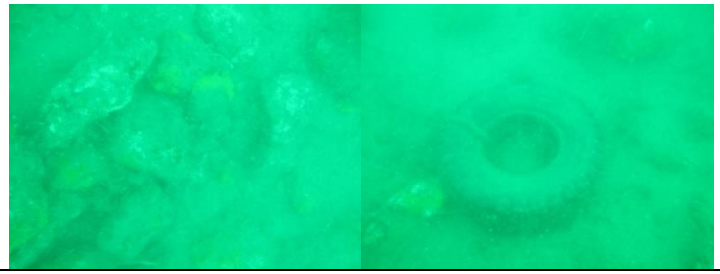
Quadro310 – Materiais observados nos pontos averiguados

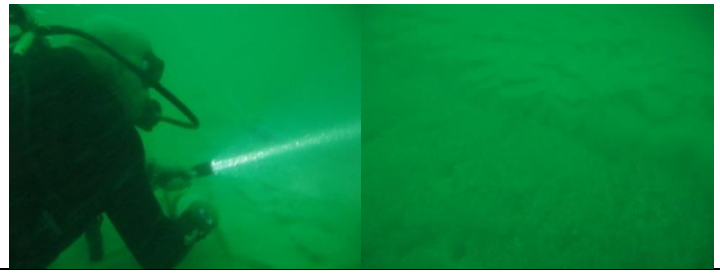
Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
01	18	>2	Feições naturais e incrustações	
02	19	>1	Pneu, gargalo de garrafa de vidro e lata de alumínio e sacolas plásticas.	
03	25	>2	Feições naturais e incrustações; disco de PVC; madeira compensada.	

Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
04	19	>2	Feições naturais e incrustações	
05	23	>2	Feições naturais e incrustações	
06	27	<1	Pedras de Granito	

Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
07	12	>1	Musa (armadilha para peixe)	
08	6	>2	Pneu; manilha; cordas; Local utilizado como pesqueiro.	
09	19	>1	Feições naturais e incrustações; lata de alumínio recente.	

Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
10	28	>2	Feições naturais e incrustações; sacolas plásticas.	
14	18	>2	Feições naturais; cascalho.	
15	26	>2	Feições naturais e incrustações; lata de alumínio recente.	

Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
16	5	>2	Cascalho; material de construção.	
18	30	>2	Feições naturais (paredões, fendas); cordas.	
19	24	>1	Pneu; feições naturais e incrustações.	

Ponto	Prof. (m)	Visibilidade	Observações	Fotos
20	42	>1	Feições naturais e incrustações	
22	16	<1	Sem visibilidade; Lama de 4 m de profundidade, sem possibilidades de averiguação.	Sem Fotos, devido à visibilidade.
Queen	18	>2	Cobre; cerâmica de barro; faiança; madeira; garrafas de vidro.	

2.2.9.6. Educação Patrimonial

Objetivano atender às Normas do IPHAN foi complementarmente realizada a atividade de Educação Patrimonial, na área do empreendimento.

Os trabalhos, na Ilha de Itaparica, foram realizados no grupo Alafiã, criado em 29 de abril de 1989 com o nome “Fundação Sócio Cultural Alafiã", Ilha de Itaparica, BA, onde atualmente além de capoeira, são ensinados Maculelê, Samba de Roda e Puxada de Rede.

Na sede do grupo também funciona uma Biblioteca Comunitária e um Cine Clube, onde são apresentados documentários e filmes, que posteriormente são discutidos. A fundação oferece ainda reforço escolar e possui uma pequena horta com produção de verduras, legumes e ervas medicinais. A fundação é dirigida por Adenildes Alone Farias Mendes (“Dedeia”).



Figura 508 – Fundação Sócio Cultural Alafiã

Noventa crianças com idade entre 07 e 17 anos participaram das atividades.

As oficinas foram realizadas no dia 11 de abril, no período da noite, seguindo o horário já previsto para as atividades da Fundação.

A. Natureza da Ação:

O conceito de “Patrimônio” precisa ser desnaturalizado e historicizado. “Isso significa dizer que os bens tombados e reconhecidos como ‘patrimônio nacional’ não são dados

naturais, mas sim produtos das práticas culturais que os engendram." (SILVA, DELGADO, 2011, p. 2).

Ainda segundo Silva e Delgado: No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado desenvolvida pelo órgão federal do Patrimônio Nacional, organizado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, denominado atualmente, e na maior parte de sua história, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (SILVA, DELGADO, 2011, p. 02)

Assim, a constituição do campo de patrimônio no Brasil resulta das estratégias discursivas e não discursivas do IPHAN, que fizeram a noção de patrimônio nacional, ao realizarem a produção, gestão e imposição de determinados bens culturais como uma memória coletiva da nação (SANTOS, 1996).

Segundo Horta, a Educação Patrimonial é um *instrumento* de "alfabetização cultural" que possibilitaria ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia para a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA, 2004, p. 03).

O objetivo de trabalhar com jovens e crianças para ensinar-lhes as noções básicas sobre patrimônio, cultura, história são explicitados por Horta: Objetiva-se a formação de sujeitos que compreendam os mecanismos de produção da memória coletiva; conheçam os principais processos de transformação das concepções sobre história, memória e patrimônio; percebam os bens que compõe o patrimônio como novos objetos do ensino de história, respeitando-os e preservando-os. Enfim, um jovem formado na história, educado para o patrimônio e pronto para exercer a cidadania democrática. (HORTA, 2003, p. 15).

B. Metodologia

As oficinas realizadas seguiram a metodologia proposta por FAGUNDES (2013), em uma programação de aproximadamente 03 horas, subdivididas em:

Palestras

Realização de palestras com a participação oral dos oficinandos, com o uso do Datashow. Os assuntos centrais foram: o que é arqueologia, patrimônio cultural material e imaterial, entre outros conceitos básicos. A importância do entendimento da "arqueologia" se dá por ser o conhecimento acerca do passado remoto e é elaborado

a partir do resgate e do estudo de objetos (cultura material) por pesquisadores em uma dada sociedade (COPÉ e ROSA, 2008).



Figura 509 – Palestra de Educação Patrimonial



Figura 510 – Palestra de Educação Patrimonial

Oficinas temáticas

Oficina de arte rupestre: Com o uso de um plástico duro transparente fixado num muro e com canetas pincel coloridas as crianças e jovens criaram pinturas do seu cotidiano.

Em concordância com FAGUNDES (2013) a atividade objetivou esclarecer que há outras formas de linguagem além da escrita e que os grafismos rupestres são formas de expressão do modo de vida e cultura de antigas populações que ocuparam diferentes regiões do Brasil, bem antes da chegada dos primeiros europeus.



Figura 511 – Oficina de Arte Rupestre



Figura 512 – Oficina de Arte Rupestre

Oficina sobre Cerâmica: A oficina sobre cerâmica envolveu uma atividade com a utilização de argila para criação de objetos que fazem parte do dia-a-dia dos oficinandos possibilitando a sensibilização dos mesmos sobre a importância da preservação desse tipo de material (patrimônio), facilitando o entendimento sobre o modo de vida dos indígenas.



Figura 513 – Oficina Cerâmica



Figura 514 – Oficina Cerâmica



Figura 515 – Oficina Cerâmica



Figura 516 – Oficina Cerâmica

Oficina em homenagem ao Dia do Índio: O conceito dessa oficina foi baseado emStuart Hall, que afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação” (HALL, 1999, p.48). A nação construída é uma comunidade simbólica e gera sentimentos de identidade e de pertencimento que não necessariamente se atem aos limites geográficos da mesma.

Sugeriu-se que fossem criados “índios” em papel cartolina e com os rostos sem as feições definidas, somente pintados com cores variadas, com o objetivo de trabalhar o conceito de identidade. Em seguida crianças e jovens deram uma identidade aos índios sem rosto, explicando-se então este conceito.



Figura 517 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio



Figura 518 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio



Figura 519 – Oficina em homenagem ao Dia do Índio

Ao final das atividades, crianças e jovens criaram um desenho sobre o seu entendimento com relação a oficina. Na semana seguinte os trabalhos foram

recolhidos e analisads e foram oferecidos brindes de materiais escolares para aqueles que se empenharam de maneira destacada na tarefa, no sentido de incentivá-los no conhecimento.

Foi enfatizado que o objetivo principal do trabalho era o estímulo ao conhecimento e pertencimento à história da comunidade no qual estão inseridos.

No encerramento das atividades foram distribuídos panfletos infirmativosd referentes a arqueologia (Figura 522).



Figura 520 – Participantes da Palestra de Educação Patrimonial



Figura 521 – Participantes da Palestra de Educação Patrimonial





Figura 522 – Panfleto informativo sobre Arqueologia (verso e reverso)

C. Conclusões e Recomendações

No que se refere à cultura imaterial no decorrer do projeto, a preocupação foi evidenciar as questões sobre a ancestralidade histórico-cultural da Feira de São Joaquim, os eixos que dão suporte a essa ancestralidade e, por último, as questões da fragilidade e sustentabilidade das práticas culturais, das formas de expressão, modos de fazer, viver e experimentar**.** Deste modo, seguindo as diretrizes da política de registro e salvaguarda do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do IPHAN, destaca-se a importância da preservação dos suportes físicos e simbólicos para a produção e reprodução de bens culturais referentes à FSJ.

Entende-se que já existe uma discussão e um desejo latente, entre a sociedade civil e a maioria dos feirantes, em relação ao registro da FSJ como patrimônio imaterial. Essa discussão pode ser observada inclusive nos diversos recortes de jornais da cidade de Salvador, que foram publicados em vários momentos do começo do século XXI.


CULTURA

Tombamento da Feira de São Joaquim é debatido em encontro


Feira de São Joaquim pode virar um patrimônio cultural

●A feira, além da comercialização de gêneros, é um acervo cultural da maior importância, daí a idéia de transformá-la em patrimônio cultural

THAIS ROCHA
Repórter

FOTO: MARGARIDA NEIDE

Feirante há mais de 30 anos, Aquino Macedo é conhecido pelas ruas da Feira de São Joaquim apenas como "Bigode". Ele perdeu tudo o que tinha no incêndio que destruiu a antiga Feira de Água de Meninos, antes de recomeçar a vida onde está até hoje. "Logo que nós mudamos para cá, as coisas ficavam expostas no chão, depois é que vieram as barraquinhas", conta. Assim como Bigode, muita gente trabalhou, cresceu e se casou dentro da Feira. Uma audiência pública, ontem, na própria feira, propôs o tombamento do local como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Maior feira livre do Brasil, considerada também uma das maiores da América Latina, São Joaquim atrai, além dos consumidores fiéis, turistas de todo o mundo. "Vem muita gente de fora conhecer a feira", conta

▲ **A audiência** pública pode transformar a vida de quem depende da feira para viver

Costumes e hábitos preservados


Câmara quer tombar a Feira de São Joaquim

Argumento é a importância da feira na vida cultural da cidade do Salvador

JAIR HENDONÇA



PATRIMÔNIO

Tombamento de São Joaquim é discutido

Um ciclo de oficinas e palestras para discutir o futuro da Feira de São Joaquim foi iniciado ontem no Complexo Educacional Jequitaia, no Comércio. Promovido pelo Comitê de Defesa e Valorização da Feira de São Joaquim, tem como objetivo debater e definir ações que resultem na regularização do terreno da feira, na garantia dos direitos e deveres dos feirantes, assim como o reconhecimento da feira como bem cultural imaterial.

O encontro que reuniu o sindicato e a associação dos feirantes e representantes do Patrimônio da União discutiu o tema *A regularização da feira junto ao patrimônio da União e a garantia do direito de propriedade dos feirantes*. Outras quatro oficinas já estão agendadas, sendo a próxima marcada para o dia 9 de março. "Há dois anos estamos lutando pelos nossos direitos. Queremos a regularização, o melhoramento e a qualificação do espaço físico da feira com a preservação de todas as suas características. Estamos aqui também para exigir o tombamento da feira", afirmou Nilton Ávila, um dos coordenadores do comitê.

O processo de tombamento, já em andamento, será o próximo tema das oficinas. Ávila salienta que os principais problemas enfrentados pelos feirantes são a falta de segurança e infra-estrutura. A gerente regional do Patrimônio Histórico da União na Bahia, Ana Vilas Boas, disse que o primeiro passo para a regularização será dado em março, com assinatura do termo de cooperação técnica, entre os representantes dos feirantes, União e prefeitura. Com a assinatura, o Patrimônio da União começará a discutir os melhores instrumentos para garantir a posse de terreno dos feirantes.

O futuro da tradicional feira foi discutido em oficinas

Fonte: (da esquerda para a direita e de cima para baixo): Jornal Tribuna da Bahia, p.12, 07/12/2003; Jornal Correio da Bahia, p. 02, 08/06/2008; Jornal A Tarde, p. 06, 07/12/2003; Jornal Tribuna da Bahia, p.09, 12/07/2006. Material acessado no acervo da Fundação Gregório de Mattos – Salvador – BA.

Figura 523 – Jornais Baianos repercutindo a opinião pública

Como medidas de salvaguarda dos patrimônios culturais presentes na FSJ, recomenda-se:

a) A realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), como forma de se garantir a preservação das paisagens, celebrações, formas de expressão e dos saberes e fazeres presentes na FSJ e também como forma de se fomentar a indicação de seu registro como patrimônio imaterial brasileiro.

b) Um estudo da cadeia de produção dos vários produtos tradicionais da feira e a inclusão do município/distritos/regiões que fornecem produtos tradicionais à feira e que ainda não fazem parte do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (PROMOART).

c) A realização de um levantamento para que seja identificado, conhecido e documentado, de forma escrita e audiovisual, o conjunto das manifestações e práticas culturais da FSJ.

d) O monitoramento da FSJ durante a implementação do empreendimento como forma de se garantir o diagnostico prévio dos impactos que porventura poderão ser causados nesse bem cultural.

Salienta-se que o registro da FSJ como patrimônio cultural de natureza imaterial irá salvaguardá-la como espaço da memória patrimonializada do Recôncavo negro. Tal conquista se apresenta como um novo capítulo dos processos de patrimonialização afro-brasileiros, que tradicionalmente é apresentada através do sofrimento do negro durante a escravidão. A feira-cidade se tornará também um patrimônio a céu aberto, expondo a história e a memória afro-brasileira, não vitimizada apenas, mas como referencial de resistência, diversidade cultural e diversidade religiosa.

Com relação às obras em questão, o projeto do empreendimento não prevê interferencias na FSJ ou a suas estruturas. Ressalta-se que é justamente o fator de proximidade da FSJ com os equipamentos urbanos, como a Estação Marítima São Joaquim (Ferry Boat) e a Estação Ferroviária da Calçada, que fez com que a feira se tornasse uma referência para os que dependem do transporte público. Também os feirantes foram unânimes em dizer que a ponte Salvador/Itaparica só irá multiplicar o fluxo de pessoas na FSJ, o que eles vêm como positivo.

Referente ao diagnóstico arqueológico da faixa de servidão, durante o caminhamento, observação e escavação dos poços-testes, ao longo da faixa nenhum vestígio arqueológico foi detectado em superfície ou subsuperfície.

Conforme o levantamento realizado no CNSA, também nenhum sítio arqueológico foi registrado no município de Vera Cruz, onde foram realizadas as pesquisas na faixa de servidão do acesso à ponte da Baía de Todos os Santos. No entanto, no município vizinho de Jaguaripe existem 116 sítios arqueológicos registrados no CNSA. Outros 9 sítios estão registrados no município de Salvador.

Pode-se inferir, inicialmente, que na área pesquisada, por não terem sido detectados vestígios arqueológicos, essa seria de baixo potencial arqueológico, há de se considerar, contudo, outros fatores.

- A grande quantidade de sítios registrados no município vizinho de Jaguaripe.
- O registro de sítios no município de Salvador.
- O levantamento etno-histórico indicando a forte presença dos Tupis até a época da colônia.
- A falta de maiores pesquisas na região.
- Presença de estruturas históricas nos municípios de Salvador, Vera Cruz e Itaparica (Área de Influência Indireta).
- Presença de ruínas históricas nos três municípios da Área de Influência Indireta.

Portanto, recomenda-se a continuidade das pesquisas arqueológicas de campo na área da faixa de servidão, conforme as etapas do licenciamento em questão, procedendo para a próxima fase de pesquisa as atividades de prospecção arqueológica, para determinar a existência ou não de sítios arqueológicos que

poderiam ser afetados durante o desenvolvimento das obras de construção do empreendimento.

2.2.10. Lazer e Cultura – Identificação da Festas e Manifestações Culturais

Descrição das manifestações culturais relacionadas ao meio ambiente natural e ao aspecto sócioreligioso (danças, músicas, festas, tradições e calendário); principais atividades de lazer da população; áreas de lazer mais utilizadas; equipamentos de lazer urbanos e rurais; jornais locais, regionais, relacionando-se a sua importância econômica e social.

A ADA e a AID são ricas em manifestações culturais, difíceis de serem descritas na sua totalidade no âmbito deste estudo. Essas manifestações têm grande apelo popular e turístico, contribuindo para movimentar a economia local.

2.2.10.1.ADA

A. Salvador

Como está disposto no art. 1º do Decreto nº 3551/2000, com as alterações indicadas pelo Anteprojeto de Lei baiano, o registro do patrimônio imaterial poderá ser realizado em quatro livros:

- Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer
- Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações
- Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas
- Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais e Coletivas

Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer

➪ *Baianas de Acarajé*[198]

- **Descrição:** O ofício da baiana é um saber tradicional enraizado no cotidiano contemporâneo. O comércio de rua permitiu que mulheres escravas e libertas fossem além da prestação de serviços aos seus senhores, e estivessem também nos cantos da cidade comercializando para seu sustento e de suas famílias com os seus tabuleiros, tornando-se importantes para a constituição de laços comunitários, além de cumprimentos de suas obrigações religiosas nos terreiros de candomblé. O Oficio da baiana consiste na elaboração do acarajé como seu alimento principal.

- **Território**: Todo território baiano e em outras regiões do país.

- **Registro:** nº 02- Decreto Estadual nº 14.191/2012

Símbolo cultural da Bahia, com o seu vestido branco, o seu ojá na cabeça e os seus colares adornando o pescoço, as baianas representam mais do que vendedoras de acarajé, elas representam as mulheres trabalhadorasda Bahia.



Fonte: Bahia 199.

Figura 524 – Baiana de Acarajé

[198]http://www.ipac.ba.gov.br/oficio-das-baianas-do-acaraje

[199] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

O oficio realizado por elas é considerado patrimônio cultural do Brasil, a confecção dos quitutes vendidos no tabuleiro constitui uma prática de grande importância histórica. O acarajé é o mais famoso de todos os quitutes e a origem do bolinho se remete a uma lenda do Candomblé que conta sobre a relação de Xangô com suas esposas, Oxum e Iansã, o bolinho era feito em oferenda a estes orixás. A palavra acarajé vem de uma língua africana Iorubá, e significa "comer bola de fogo", "acará" (bola de fogo) e "jé" (comer).

Livro de Registro das Celebrações

⇨ *Cortejo do Dois de Julho*[200]

- **Descrição:** Em 2 de julho de 1823 as tropas do General Madeira de Melo, deixaram a Baía de Todos os Santos, após um ano de lutas pela libertação do Brasil do domínio português. Neste dia as tropas brasileiras receberam a notícia da partida das forças portuguesas. Para o então comandante do Exército Libertador, o General Lima e Silva, restou após negociação e muita luta que o General Madeira de Melo, reunisse a sua tropa, e saísse da Bahia. Vários personagens ilustres fizeram parte nesta luta libertária, dentre eles: Lord Cochrane, General Pedro Labatut, Coronel Joaquim José Lima e Silva, Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa, Índio Bartolomeu.

- **Território:** Salvador: Lapinha, Barbalho, Centro Histórico, Avenida Sete de Setembro, Campo Grande.

Considerada a data mais importante do calendário baiano, o dia 2 de Julho de 1823 é comemorado todos os anos com bastante fervor pelo povo baiano, a festa que marca a vitória do povo brasileiro contra os portugueses é celebrada em Salvador e em diversos outros municípios do estado da Bahia, como Caetité e Cachoeira.

A celebração acontece desde 1824 – Ano após a independência – com as ruas enfeitadas sempre com muito verde e amarelo, em meados do século XIX os moradores de cada bairro da cidade montavam uma réplica dos carros dos caboclos e

[200] http://www.ipac.ba.gov.br/cortejo-do-dois-de-julho

organizavam um próprio desfile, tudo em homenagem aos bravos soldados que lutaram pela independência.

A celebração começa ainda no dia 1º, com a chegada do Fogo Simbólico em Pirajá. O desfile tem seu início no Largo da Lapinha com a saída dos carros com as imagens do caboclo e da cabocla, – imagens que simbolizam a independência da Bahia – o percurso segue pelo Centro Histórico de Salvador passando pela Praça Tomé de Souza e terminando no Campo Grande na Praça Dois de Julho.




Fonte: Bahia 201.
Figura 525 – Caboclo no desfile de Dois de Julho

Além dessa programação histórica secular, a festa atualmente se estende por vários dias, com o concurso que elege a fachada melhor enfeitada entre as casas do percurso, o acendimento da pira no Campo Grande, além do Encontro de Filarmônicas, o Baile da Independência e um último desfile que leva o Caboclo e a Cabocla de volta a Lapinha no dia 5 de Julho, fechando a celebração.

⇨ *Festa do Senhor do Bonfim*[202]

- **Descrição:**A Festa do Bonfim ocorre desde o século XVIII e possui origem na Idade Média (península ibérica), tem fundamento na devoção

[201] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

[202] http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/festa-de-senhor-do-bom-jesus-do-bonfim-2/

do Senhor Bom Jesus, ou Cristo Crucificado,está profundamente enraizada no cotidiano da cidade e é elemento importante na constituição da identidade baiana. Embora se recrie a cada ano, seus elementos básicos e estruturantes permaneceram os mesmos, ou seja, a Novena, o Cortejo, a Lavagem, os Ternos de Reis e a Missa Solene.

- **Território**: Metropolitano de Salvador.
- **Proteção Legal:** Registro Federal – Processo nº 01450.000828/2010-11

A Festa do Senhor do Bonfim é considerada a principal celebração religiosa do estado da Bahia, contando com a presença de cerca de 1 milhão de pessoas, segundo dados da Prefeitura de Salvador, é considerada ainda a segunda maior manifestação popular do Brasil.

Em 1745 o oficial da Armada Portuguesa trouxe de Lisboa uma imagem do Cristo, essa imagem foi acompanhada por um grande número de pessoas até a Igreja da Penha em Itapagipe. As origens da celebração datam do ano de 1754, quando essa mesma imagem foi levada até a Igreja do Senhor do Bonfim.

Assim como a maior parte das celebrações religiosas na Bahia, a Festa do Senhor do Bonfim é marcada pelo sincretismo religioso, onde o Senhor do Bonfim é associado a entidade de Oxalá, que por sua vez, é representado pela cor branca.





Fonte: Bahia 203.

Figura 526 – Baianas em procissão no Bonfim

A celebração é caracterizada pelo cortejo e pela lavagem das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim. O cortejo segue da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até as escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim, percurso que possui aproximadamente 8 km. Chegando na Igreja, as Baianas começam a lavagem do adro com vassouras e água de cheiro ao som de batuques e acompanhados de muita dança. Essa antiga tradição da lavagem data da época da escravidão, quando essa lavagem era feita em preparação a novena em louvor a Cristo. Um fato histórico que poucos conhecem é que a lavagem chegou a ser proibida em 1889 pela Arquidiocese de Salvador como pretexto de que ela feria os limites da liturgia católica, mas voltou a ser realizada nos anos de 1950 juntamente com os adeptos do Candomblé.



Fonte: Bahia 204.

Figura 527 – Fiéis em frente a Igreja Nosso Senhor do Bonfim

[203] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

[204] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/



Fonte: Bahia 205.

Figura 528 – Igreja Nosso Senhor do Bonfim

Durante todo o mês de Janeiro acontecem missas e novenas, dedicadas ao Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Guia e São Gonçalo. Em 15/01/2014 a Festa de Nosso Senhor do Bonfim, se tornou Patrimônio Imaterial Nacional.“Mais que uma grande manifestação religiosa da Bahia, a celebração é uma referência cultural importante na afirmação da cultura baiana, além de representar um momento significativo de visibilidade para os diversos grupos sociais”, informou o IPHAN.

⇨ *Desfile de Afoxés*[206]



Fonte: http://bahia.com.br/viverbahia/carnaval/entidades-escas/

[205] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

[206] http://www.ipac.ba.gov.br/desfile-de-afoxes

Figura 529 – Desfile Afoxé filhos de Gandhi

Descrição: Afoxé é uma manifestação carnavalesca composta pelo ritmo ijexá, cânticos, indumentárias, instrumentos musicais e rituais. Esses itens conjuntamente formam o Desfile de Afoxés – cortejo de rua. Idealizados, na sua maioria, nos terreiros de candomblé, os afoxés trazem em suas insígnias a marca registrada da força que compõem os símbolos religiosos – o oxé de Xangô, o dourado de Oxum, o padê de Exu, o branco de Oxalá. Considerado um candomblé de rua, os espaços percorridos pelos afoxés tornam-se sacralizados no momento em que é evocada a força dos ancestrais e de divindades africanas.

Os primeiros registros encontrados sobre os afoxés na Bahia datam do final do século XIX, mais precisamente de 1895, quando clubes negros, que tinham uma organização carnavalesca formalizada, passaram a receber postulações e visibilidade diversas dos afoxés da época. A definição etimológica para afoxé é múltipla, primeiro porque os estudiosos que observaram seus desfiles no século XIX não deixaram registros concisos quanto à denominação do termo. A formação original do afoxé era a seguinte: arautos (músicos anunciadores), guarda branca, rei, rainha, Babalotin, estandarte do afoxé (normalmente borbado a fios de ouro), guarda de honra e charanga (músicos que tocavam atabaques, agogôs, xequerês e afoxés).Todos os integrantes vestiam trajes principescos.

Território: 26 – Região Metropolitana de Salvador; Salvador – Circuito do Carnaval – Centro Histórico – Batatinha e Circuito Osmar – Av. Sete e Carlos Gomes

Registro: nº Decreto nº 12.484/10

⇨ *Festa de Santa Barbara*[207]

Descrição: Festa de caráter religioso que homenageia Santa Bárbara desde o século XVII em Salvador. A santa recebe homenagens no dia 4 de dezembro, quando a população sai em procissão pelas ruas do Centro Histórico. Um forte sincretismo

[207] http://www.ipac.ba.gov.br/festa-de-santa-barbara

religioso toma conta das festividades quando o segmento do candomblé também homenageia a divindade Iansã.

Território: Salvador.

Local: Centro Histórico de Salvador, Igreja de Santa Bárbara, Mercado de Santa Bárbara, e Mercado do Rio Vermelho.

Data: 04 de Dezembro

Registro: nº Decreto Estadual nº 11.353/2008



Fonte:http://bahia.com.br/

Figura530 – Festa de Santa Bárbara



Fonte:http://bahia.com.br/

Figura531 – Imagem de Santa Bárbara

Desde o ano de 1641, 4 de Dezembro é dia de festa na Bahia. Foi por iniciativa dos trabalhadores do mercado de Santa Barbara que começaram os festejos em homenagem à Santa, que, no candomblé, representa Iansã – guerreira, senhora dos raios, ventos e trovões. Santa Barbara é uma das divindades mais cultuadas no estado da Bahia.

Os festejos em homenagem à ela tem inicio às 5h da manhã com uma queima de fogos na Alvorada. Em seguida, ocorre a Missa Campal, às 8h, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no pelourinho, onde está exposta a imagem da Santa.

Vestidos no tradicional vermelho e branco, os fiéis percorrem em procissão pelas ruas do Pelourinho, passando pelo quartel do Corpo de Bombeiros, já que Santa Barbara é considerada a “madrinha” da corporação.

O encerramento da festa de Santa Barbara é dado pela distribuição gratuita do Caruru (prato típico baiano), acompanhado de rodas de samba e de capoeira.



Fonte:http://bahia.com.br/

Figura532 – Festa de Santa Bárbara

Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas

⇨ *Capoeira* **–** Registrada como Patrimônio da Bahia – IPAC[208]

Descrição: A Capoeira é definida como uma arte trazida ao Brasil por meio da escravidão, sendo fortalecida com contribuições variadas, inclusive dos indígenas. Esta modalidade de luta ou ginga, foi desenvolvida pelos negros como forma de resistência aos seus opressores. O bem cultural se expressa no interior de uma roda formada por capoeiristas, que exibem acrobacias realizadas no chão e a pino, caracterizada por movimentos ágeis e rápidos, com malicia e se distingue das demais artes marciais por ser jogada acompanhada por música, sendo o berimbau o principal instrumento, havendo também quem afirme tratar-se a mesma de uma dança.

[208] http://www.ipac.ba.gov.br/capoeira

Registro: nº Decreto nº 10.178/06

A equipe realizou entrevista semiestruturada com alguns dos componentes do grupo “A Meia Lua do Mestre Gajé”, que se apresentam geralmente nas segundas, quartas e sextas-feiras no pátio do Mercado Modelo. A venda de DVD’s, camisetas e CD’s é uma das formas encontradas pelo grupo para a manutenção dos projetos sociais desenvolvidos pelo coletivo.

Segundo Josamilto (33 anos), 23 anos de capoeira, natural de Salvador e capoeirista da linha do Mestre Bimba, existe uma desvalorização local da Capoeira mesmo após o seu registro como patrimônio imaterial. A falta de incentivo e apoio de institucional para os projetos sociais vinculadas a prática são para ele os principais fatores que afetam a salvaguarda patrimônio cultural.





Figuras 533 – Roda de Capoeira na Catedral Basílica Primacial São Salvador

No ano de 2008 o oficio de Mestre de Capoeira e a Roda de Capoeira foram inscritos no Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas do IPHAN.





Figura 534 – Capoeira no Mercado Modelo

Candomblé

Como está disposto na Constituição Federal (art. 215)

> § 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.[209]

Desse modo, adotou como patrimônio cultural brasileiro:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...). [210](CF, 88)

[209] http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10648308/paragrafo-1-artigo-215-da-constituicao-federal-de-1988

[210] http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647733/paragrafo-1-artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988

A consideração oficial do Candomblé como religião apenas ocorreu em 1989, com a promulgação da Constituição do Estado da Bahia[211], que, no art. 275, considerou as atividades dos terreiros nos consequentes termos:

É dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira e especialmente:

> I – inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados à religião afro-brasileira, cuja identificação caberá aos terreiros e à Federação do Culto Afro-Brasileiro;
>
> II – proibir aos órgãos encarregados da promoção turística, vinculados ao Estado, a exposição, exploração comercial, veiculação, titulação ou procedimento prejudicial aos símbolos, expressões, músicas, danças, instrumentos, adereços, vestuário e culinária, estritamente vinculados à religião afro-brasileira;
>
> III – assegurar a participação proporcional de representantes da religião afro-brasileira, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos e órgãos que venham a ser criados, bem como em eventos e promoções de caráter religioso;
>
> IV – promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º e 3º graus.

A área de estudo contém uma quantidade significativa de Terreiros, Centros e Culto aos ancestrais. Apesar de sua origem em grupos étnicos específicos da África, na

[211] http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc. php?id=73273

Bahia o candomblé se caracterizou por um movimento crescente de mistura cultural, étnica, racial e social. Isso começou entre os próprios africanos de diferentes etnias.[212]

As Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, realizaram uma pesquisa sobre as religiões de matrizes africanas na cidade do Salvador.

Por meio dessa pesquisa é possível saber quantos são, onde estão localizados, suas condições de documentação, regularização fundiária e infraestrutura, entre outros aspectos socioculturais e demográficos.

Logo, foram registrados um total de 1165 terreiros (ver relação dos mesmos em anexo).

A equipe visitou no dia 29 de julho de 2014 o Terreiro Ilêasé Omokorin Omintundê, fundado em 1976 pela Mãe Virginha no bairro do Suburbano (Cidade Baixa). O terreiro possui mais de quarente filhos de santo, tendo o Cabloco Arco Verde como a entidade principal da Casa.

Segundo Mãe Virginha, os materiais necessários para as obrigações dos filhos de santo (ervas, velas, etc.), são adquiridos principalmente na Feira de São Joaquim, que também está localizada na região da Cidade Baixa em Salvador, o que evidencia a importante relação desta feira na “rede simbólica do sagrado” da cidade.

[212] http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/bahia-de-todas-as-africas





Figura 535– Candomblé, Terreiro

Mãe Menininha de Gantois

Em 10 de Fevereiro de 1894 nasceu em Salvador Maria Escolástica da Conceição Nazaré ou, como era popularmente conhecida: Mãemenininha do Gantois.

Neta de escravos africanos da tribo Kekeré, da Nigéria. Mãe Menininha do Gantois foi a ialorixá mais famosa do país, a frente do Terreiro do Gantois, originalmente fundado por sua bisavó, Maria Júlia da Conceição Nazaré, em 1849.

Mas foisob o comando de Mãe Menininha que o Terreiro do Gantois se tornou um dos mais procurados e respeitados da Bahia, tornando-a uma das principais responsáveis por aumentar a aceitação do candomblé na sociedade.

> Admirada pela sabedoria, gentileza, conhecimentos, humildade e pulso firme, Mãe Menininha do Gantois foi a grande responsável pela difusão e popularização do candomblé na Bahia, conseguiu agregar pessoas de todas as religiões em seu terreiro.

Mãe Menininha morreu em 13 de agosto de 1986, aos 92 anos, na cidade de Salvador.

Sincretismo Religioso

Os portugueses trouxeram a religião católica ao Brasil, e apesar dos esforços para fazer africanos adeptos a sua religião, os africanos já tinham os orixás na sua cultura e

não queriam deixar de lado a suas crenças. Entre os séculos XVIII e XIV, os negros no Brasil eram proibidos de exercer o culto as suas entidades. Sem outra opção os negros encontraram uma estratégia, onde eles poderiam continuar com suas crenças e rituais, enquanto ludibriavam os seus senhores. Essa estratégia consistia em associar cada divindade orixá a um santo católico fazendo os senhores acreditarem que os santos católicos eram a razão da devoção, podendo dessa forma demonstrar publicamente a sua religiosidade sem se preocupar com severas punições. Essa estratégia é chamada de sincretismo religioso.

O sincretismo religioso pode ser caracterizado como a combinação de duas ou mais crenças religiosas. Essa combinação abraça traços étnicos e culturais, como alguns rituais tradicionais.

Abaixo uma lista com alguns exemplos do sincretismo religioso entre os santos da igreja católica e os orixás do candomblé:

- Oxalá – Nosso Senhor do Bonfim
- Ogum – Santo Antônio
- Iemanjá – Diversas Nossas Senhoras
- Oxóssi – São Jorge
- Oxum – Diversas Nossas Senhoras
- Nana Buruku – Senhora Sant'Anna
- Omolu – São Lázaro/São Roque
- Xangô – São Jerônimo
- Iansã – Santa Bárbara

Festas tradicionais

Apesar de concentrados no Verão os festejos populares se estendem por todo o ano, e incluem festas juninas, manifestações folclóricas e celebrações a santos padroeiros. Manifestações folclóricas são em sua maioria realizadas ao ar livre e temos como exemplo, roda de capoeira, maculelê e samba de roda. As festas devotadas aos santos padroeiros atraem milhares de fiéis às ruas da cidade todos os anos.

A população tem oportunidades para manifestar a sua fé durante todo o ano, tanto nas comemorações dos orixás do candomblé, onde os terreiros espalhados por toda cidade fazem seus filhos dançarem com as batidas de tambores, quanto nos sambas de roda que é característico dos festejos católicos.

Apesar desse clima manter-se durante todo o ano, a grande quantidade de festejos se intensifica no início de Dezembro, com as festas de Santa Bárbara, Lavagem do Bonfim, Iemanjá e Carnaval.

Bom Jesus dos Navegantes

Apesar da sua origem indeterminada, acredita-se que o cortejo religioso marítimo realizado na festa do Bom Jesus dos Navegantes teve início por volta do século XVIII, onde ainda existia um intenso comércio de escravos vindos da África. Um grande número de desastres seguiam os capitães e os seus navios em cada viagem, como as doenças que assolavam os tripulantes e ataques piratas que aconteciam frequentemente. Esses infortúnios deram início ao que hoje é considerada umas das mais tradicionais festas religiosas da Bahia.



Fonte: Bahia 213

Figura 536 – Embarcação se preparando para a celebração

Os preparativos para o cortejo têm seu início no dia 27 de Dezembro, onde são ornamentados os barcos e preparadas as imagens dos santos. No dia do Ano Novo é quando acontece a procissão marítima, a encenação realizada conta com a presença de três imagens, a do Bom Jesus dos Navegantes, a Nossa Senhora da Boa Viagem e a Nossa Senhora da Conceição da Praia.

A festa conta com dois dias de cortejos marítimos, uma missa e um cortejo terrestre. O primeiro cortejo marítimo é realizado no dia 31 de Dezembro, saindo do Largo da Boa Viagem até a Basílica da Conceição da Praia. O segundo cortejo, o mais conhecido, atrai todo ano devotos de todos os lugares, centenas de embarcações acompanham a Galeota Gratidão do Povo que leva a imagem de Nosso Senhor dos Navegantes do cais do Segundo Distrito Naval até o Farol da Barra e depois retorna na praia da Boa Viagem.

Festa de Reis – Lapinha

Salvador é uma cidade símbolo de religiosidade, a religião católica e a do candomblé exercem grande influência sobre a população soteropolitana. Essa intensa presença religiosa proporciona celebrações que já fazem parte da cultura dessa população, dentre todas essas celebrações temos a Festa dos Reis. Realizada todos os anos no

[213] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

mesmo período, entre 03 a 06 de Janeiro no Largo da Lapinha, em frente a igreja de mesmo nome, essa celebração simboliza a visita dos Três Reis Magos ao menino Jesus no seu nascimento.



Fonte: Bahia 214.

Figura 537 – Desfile na Festa de Reis

A celebração se inicia no dia 05 de Janeiro com o desfile dos ternos, ranchos e pastores. Com as suas vestimentas todas ornamentadas com miçangas e carregando estandartes, os fiéis seguem como Reis magos, Maria, o pequeno Jesus, seu marido José e as pastoras, pelas ruas do Centro Histórico e se dirigem a um presépio em tamanho natural construído na Igreja da Lapinha. No Largo ainda é possível encontrar barracas populares com músicas, comidas e bebidas típicas.

Segunda-Feira Gorda da Ribeira

Tradicionalmente conhecida como Festa do Senhor do Bonfim, a Segunda-Feira Gorda da Ribeira surgiu, segundo historiadores, como uma extensão da Festa do Senhor do Bonfim. Apesar de fugir do âmbito religioso, a festa coincide com a data em que os fiéis começam a celebrar a Nossa Senhora da Guia.

[214] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/

Contando com a exuberante paisagem da Orla da Ribeira, os barraqueiros levam as suas barracas na madrugada do domingo para a praia atraindo diversos foliões de todos os cantos da cidade. A festa era considerada como a prévia do carnaval baiano, contando com a presença dos melhores músicos do carnaval baiano, além de trios elétricos que tocavam as músicas que seriam os lançamentos do carnaval, porém com o passar dos anos esse costume foi se perdendo e os trios foram deixando de circular na festa, atualmente o som que os foliões escutam na festa são, principalmente, das barracas. O maior destaque da Segunda-Feira Gorda é a sua gastronomia, com o muito famoso e procurado cozido que pode ser encontrado na Enseada dos Tainheiros.

Carnaval de Salvador

Intitulada como uma das maiores festas populares do Brasil, o Carnaval da Bahia é o motivo pelo qual o estado é reconhecido mundialmente, a festa em 2005 foi considerado pelo Guinness Book o maior carnaval de rua do mundo. Somente em 1884 o carnaval foi reconhecido oficialmente, porém existem relatos de festejos datados de dois séculos antes desse ano. O carnaval foi trazido pelos jesuítas e começou como uma festa inspirada no carnaval que era realizado em Portugal e na Espanha, com uma conotação mais religiosa a festa servia para que as pessoas se divertissem para que depois entrasse em um recolhimento de 40 dias, conhecido como a quaresma.

Em certo período, próximo ao final do século XIX, o carnaval era dividido em dois. De um lado os grandes clubes do carnaval que desfilavam nos bairros mais nobres de Salvador com os seus carros alegóricos bastante influenciados pelo carnaval europeu. E do outro lado os grupos de Afoxé formados por negros que cultuavam a sua herança africana pelas ruas da Baixa dos Sapateiros, Taboão, Barroquinha e Pelourinho. O mais famoso dos grupos de Afoxé é o "Filhos de Gandhy", que tem seu nome em homenagem ao pacifista indiano Mahatma Gandhy.

No início da era do automóvel, era comum encontrar no meio dos desfiles Corsos Carnavalescos. Esses corsos eram veículos que desfilavam completamente ornamentados, que eram seguidos de perto pela população.

Em 1950 os músicos baianos Adolfo Dodô Nascimento e Osmar Álvares Macêdo criaram o que passaria a ser conhecido, posteriormente, como o primeiro trio elétrico. Fobica foi o nome dado ao calhambeque que seria usado como palco ambulante no

carnaval de Salvador. Os músicos Dodô e Osmar, passeavam pelas ruas de Salvador em cima do seu calhambeque adaptado animando os foliões.

Após anos de carnaval seguindo o mesmo modelo do Rio de Janeiro, em 1980, o carnaval de Salvador ganhou uma cara única com o fortalecimento do Axé Music. Com a sua influência da Jamaica, de Cuba, dos instrumentos de sopro e percussão, esse estilo musical ganhou seu espaço na Bahia e sobrevive até os dias de hoje agitando o carnaval.

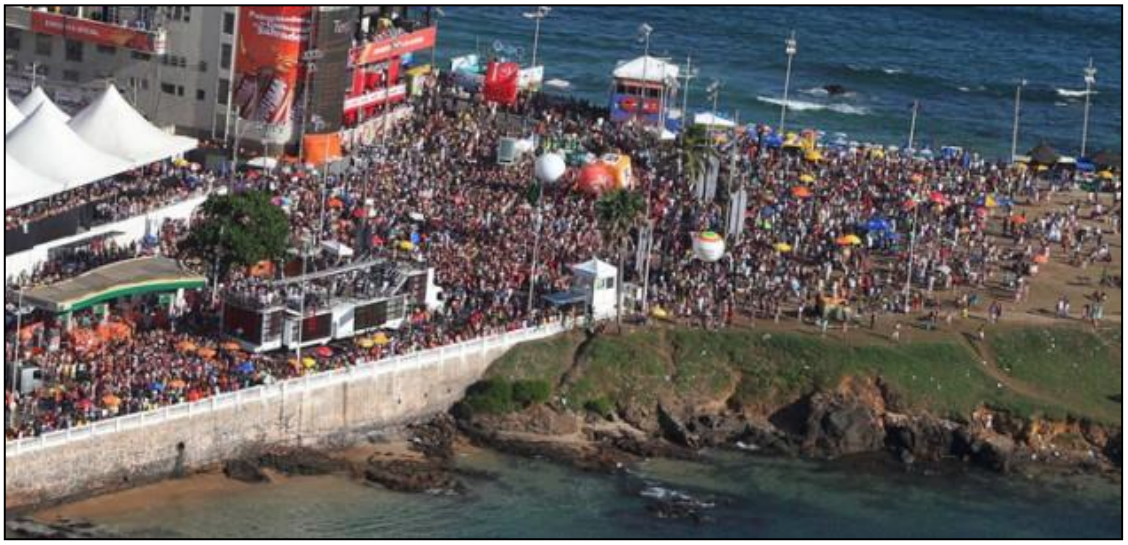


Fonte: Bahia 215.

Figuras 538 – Imagens do Carnaval de Salvador

Atualmente, o carnaval dura uma semana e conta com a participação de cerca de dois milhões de pessoas. A festa é dividida em três principais circuitos: Barra-Ondina (Dodô), Campo Grande-Avenida Sete (Osmar) e Centro Histórico (Batatinha). Com a criação do Afródromo em 2013, surgiu um novo circuito partindo do comércio, que é dedicado exclusivamente aos blocos afros. Além desses circuitos principais, o carnaval é festejado, em menor escala, em outros bairros da cidade como Cajazeiras, Itapuã, Periperi, Plataforma e Pau da Lima.

[215] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/



Fonte: Bahia 216.

Figura 539 – Imagem aérea da região do Farol da Barra em dia de Carnaval

Festa de Santa Luzia

No dia 13 de Dezembro é celebrada uma festa em homenagem a Santa Luzia, a protetora da visão. O louvor à Santa começou a partir de uma lenda do início do século XX, contando a história de um cego que enquanto passava pela região do comércio, decidiu lavar o rosto com a água de uma fonte. Após abrir o olho o homem que antes não conseguia enxergar, viu o azul do céu. Até os dias de hoje fiéis, acreditando nos poderes milagrosos, passam e armazenam a água da Fonte de Santa Luzia, que fica ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar no bairro do Comércio.

[216] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/



Fonte: http://bahia.com.br/

Figura 540 – Santa Luzia

A festa começa às 5:30da manhã ocorre uma alvorada de fogos e várias missas prosseguem pela manhã e pela tarde. Após a missa das 16:30, os fiéis se dirigem as ruas do comércio em direção à Basílica Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde encontram barracas servindo comidas e bebidas típicas. A data da festividade foi escolhida por ser o dia da morte da Santa.



Fonte: http://bahia.com.br

Figura 541 – Igreja do Pilar onde está guardada a imagem de Santa Luzia

Festa da Nossa Senhora da Conceição da Praia

Todos os anos, no dia 8 de Dezembro, milhares de fiéis se reúnem para homenagear a Nossa Senhora da Conceição da Praia, conhecida também como a padroeira de Salvador. A festa em louvor a padroeira é a mais antiga festa religiosa do Brasil, ela é

comemorada desde o ano de 1550. A sua primeira capela, segundo alguns historiadores, foi erguida a mando do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa. A Igreja, em 1946, recebeu o título de basílica menor pelo Papa Pio XII.





Fonte: Bahia 217.

Figuras 542 – Imagem da Nossa Senhora da Conceição da Praia

A homenagem a santa envolve uma missa e uma procissão, saindo da Basílica Nossa Senhora da Conceição da Praia os fiéis seguem para a Igreja do Corpo Santo, onde uma imagem de São José junta-se ao cortejo. Assim como todas as celebrações religiosas em Salvador, ao final da procissão os fiéis se reúnem para aproveitar as bebidas e comidas típicas da região, unindo a alegria do povo baiano à devoção do misticismo.

Festa de Yemanjá

Na década de 1920 se iniciou uma tradição na Bahia que dura até os dias atuais. A tradição teve início quando uma colônia de pescadores do Rio Vermelho passava por uma grande escassez de peixe, foi então que veio o apelo a Yemanjá, mãe dos orixás.

[217] Bahia. Disponível em:http://bahia.com.br/



Fonte: www.bahia.com.br

Figura 543 – Oferendas à Yemanjá

O ritual de celebração a Yemanjá é considerada a principal data do bairro do Rio Vermelho e uma das mais importantes de Salvador. Todos os anos no dia dois de Fevereiro milhares de fieis se reunem na Casa do Peso oferecendo diversos presentes à rainha dos mares em troca de proteção. Os presentes são dispostos em balaios e carregados até o alto mar por barcos para enfim serem jogados ao mar.



Fonte: www.bahia.com.br

Figura 544 – Oferendas à Yemanjá

Além da costumeira entrega de presentes, a celebração se estende a um espetáculo realizado por rodas de capoeira e a música dos seus berimbaus e grupos de Afoxés. Acompanhados sempre de barracas de bebidas e comidas típicas.



Fonte: www.bahia.com.br

Figura 545 – Festa de Yemanjá

⇨Calendário de Festas[218]

Data	Motivo / local
1º de janeiro	**Procissão Nosso Senhor dos Navegantes** Local: Salvador – Baía de Todos-os-Santos
3 a 6 de janeiro	**Festa da Lapinha – Apresentações de Ternos de Reis e Missa na Igreja** Local: Salvador – Largo da Lapinha
10 a 13 de janeiro*	**Lavagem de Barra do Pojuca/Abrantes** Local: Camaçari
16 de janeiro	**Lavagem do Bonfim** Local: Salvador – Conceição da Praia ao Largo do Bonfim
21 de janeiro*	**Festa da Ribeira** Local: Salvador – Bairro da Ribeira
17 a 29 de janeiro*	**Lavagem de Guarajuba/Monte Gordo** Local: Camaçari – Monte Gordo
24 de janeiro a 02 de fevereiro*	**Festa e Lavagem de Santo Amaro** Local: Santo Amaro
20 de fevereiro*	**Lavagem de Itapuã** Local: Salvador
2 de fevereiro	**Festa de Yemanjá** Local: Salvador – Rio Vermelho
28 de fevereiro a 04 de março*	**Carnaval**
05 de março	**Presente da Baleia** Local: Salvador – Itapuã
28 a 31 de março*	**Lavagem de Arembepe**

[218] http://bahia.com.br/viverbahia/festas-populares/

Data	Motivo / local
	Local: Camaçari
13 de abril*	**Procissão de Ramos** Local: Salvador – Centro Histórico
29 de março	**Aniversário de Salvador**
18 de abril	**Paixão de Cristo**
19 de abril*	**Sábado de Aleluia – Queima de Judas**
20 de abril*	**Páscoa**
1 a 13 de junho	**Trezena de Santo Antônio**
19 de junho*	**Corpus Christi**
23 e 24 de junho	**São João da Bahia**
29 de junho	**Festa de São Pedro**
2 de julho	**Independência da Bahia** Local: Salvador – Campo Grande/Praça da Sé
13 a 15 de agosto	**Festa de Nossa Senhora da Boa Morte** Local: Cachoeira
16 de agosto	**Festa de São Roque** Local: Salvador – Igreja de São Lázaro/Federação
26 de agosto	**Dia de São Bartolomeu** Local: Maragojipe
7 de setembro	**Independência do Brasil** Local: Salvador – Desfile do Campo Grande até a Praça da Sé
27 de setembro	**Dia de São Cosme e São Damião** Local: Salvador
20 de novembro	**Dia da Consciência Negra** Local: Salvador – Caminhada do Curuzu ao Pelourinho
25 de novembro	**Dia da Baiana** Local: Salvador – Pelourinho
2 de dezembro	**Dia do Samba** Local: Salvador – Centro Histórico
4 de dezembro	**Festa de Santa Bárbara** Local: Salvador – Centro Histórico
8 de dezembro	**Festa da Conceição** Local: Salvador – Comércio
13 de dezembro	**Festa de Santa Luzia** Local: Salvador – Igreja do Pilar
de dezembro	**Réveillon** Datas móveis, atualizadas para o ano de 2014.

Artesanatos

O artesanato local tem como características fundamentais a utilização de matéria prima local, o modo de fazer mesclado entre o herdado dos indígenas e a influência africana. Manifestações relacionadas com a exploração do meio ambiente, como: Artesanato Mineral**,** Bordado, Cerâmica**,** Cestaria e Trançado,Artesanato em Madeira, Metal, Renda e Tecelagem.

A cultura soteropolitana é materializada através do artesanato local. Em sua maioria, os objetos são feitos de palha, couro, madeira, argila, conchas e miçangas, mas também é possível encontrar artigos feitos de pedras e metais.

A maioria dos artefatos está ligada às crenças religiosas da população, como imagens de santos católicos e divindades do candomblé. Artigos como o punho cerrado, o trevo de quatro folhas, o alho e as famosas fitas do Bonfim expressam o sincretismo religioso da cidade.





Fonte: Arquivo consórcio V&S/Nemus

Figura 546 – Artigos artesanais à venda no mercado modelo

A Música aparece através dos instrumentos artesanais como os tambores de atabaque, paus-de-chuva, os tambores de água e o famoso berimbau, entre outros instrumentos típicos.



Fonte: http://bahia.com.br/

Figura 547 – Feira de artesanato em Salvador

A cidade de Salvador apresenta diversos lugares onde essa produção artesanal pode ser vista e adquirida pelos turistas e/ou população local. Destaca-se o Mercado Modelo, que é o maior centro de artesanato da América Latina.

> O Mercado Modelo de Salvador é um dos melhores lugares na cidade para se apreciar e adquirir peças de artesanato. Ele oferece uma grande variedade de peças em madeira, pedras semipreciosas, rendas e tecidos, esculturas e lembranças da Bahia. São 259 boxes com o que há de melhor no artesanato baiano, além de dois restaurantes e bares com bebidas típicas e tira-gostos.[219]

Peças também podem ser adquiridas no Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, que reúne trabalhos de artesãos de diversas comunidades do estado; e no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

[219] http://www2.bahia.com.br/cidades/salvador



Fonte: www.bahia.com.br

Figura 548 – Feira de artesanato realizada pelo Instituto Mauá em Salvador

Itaparica e Vera Cruz

Festas e Datas Comemorativas

Dentre as manifestações folclóricas e religiosas evidenciadas na Ilha de Itaprica, pode-se citar: a Capoeira, celebrações da Igreja Católica, ou dos Terreiros de Candomblé, Danças Afrodescendentes como o Samba de Roda, o Maculelê e a Puxada de Rede, Festas Juninas e Carnaval.

Segundo dados obtidos na Secretaria de Turismo do Município de Itaparica, os principais festejos são:

⇨**Janeiro**

- **07 de janeiro**: é comemorada a **Independência de Itaparica**, festa de grande importância para os Itaparicanos.A festa retrata a luta dos nativos em prol da libertação do domínio português. Foi em 1823 que o exército (formado principalmente de caboclos, negros e mestiços), conseguiu deter o desembarque de parte da tropa portuguesa, dificultando assim, consideravelmente, a manutenção da hegemonia lusa na Província [220]. Diversas comemorações acontecem nesta data, sobressaindo a apresentação dos caboclos e o cortejo da imagem do

[220] Modulações em torno da Figura do Caboclo na Festa de Itaparica, Bahia. Publicado no dia 26/12/2010. Disponível em: http://expocaboclosdeItaparica.wordpress.com/2010/12/26/modulacoes-em-torno-da-figura-do-caboclo/

Caboclo Tupinambá que é acompanhada pela população local, visitantes e veranistas.

- **Data móvel- Lavagem do beco;** é realizada no ultimo sábado do mês de janeiro e é considerada uma das mais tradicionais manifestações populares do município de Itaparica. O cortejo sai do Largo do Mercado, passa pelo *Boulevar* em direção ao Forte de São Lourenço, segue pela Rua dos Patos, sobe o Campo Formoso, desce a Rua da Fonte da Bica, pega a Avenida Oceânica e, finalmente, chega ao Beco onde há a lavagem. O cortejo conta com baianas, manifestações populares, charangas e grupo de sopro.

- **23 de Janeiro: Festa de Aniversário do escritor João Ubaldo Ribeiro.** Nascido na Ilha de Itaparica, em 23 de janeiro de 1941, o escritor, jornalista, roteirista e professor era formado em direito e foi escolhido como membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 1993. Os ilhéus fazem questão de demonstrar o orgulho que tinham em tê-lo como conterrâneo. Sendo assim, realiza-se uma programação cultural no dia 23 de janeiro, geralmente organizada pelos responsáveis e colaboradores da Biblioteca Estadual Juracy Magalhães Júnior, contando com apresentações culturais, shows artísticos e peças teatrais.

- **24 a 26 de Janeiro: Santo Antônio dos Navegantes;** inicialmente a festa era realizada com procissão marítima, sendo uma homenagem dos navegantes a Santo Antônio. Atualmente a festa se restringe é feita em terra, na Comunidade de Santo Antônio que conta, com um bando anunciador denominado de bordejo, que seguem pelas ruas pedindo ajuda para a realização da mesma. Não se pode esquecer de citar a lavagem da igreja, alvorada, missa, procissão terrestre e festa com atrações musicais.

- Data móvel: Nossa Senhora do Amparo. Festa religiosa realizada na Comunidade de Porto dos Santos pelos moradores locais e devotos de outras localidades. Constitui-se da lavagem da igreja, alvorada, missa, procissão e festa com atrações musicais.

⇨Fevereiro

- **Carnaval:** festa tradicional no município que também celebram a festa de maneira diferenciada, revivendo grupos de foliões que se auto-organizam e forma os seus "arrastões" carnavalescos ou em blocos tradicionais nas mais diversas formatações.

- **01 e 02 de Fevereiro: Nossa Senhora das Candeias**, em Ponta de Areia. Festa religiosa em louvor a Nossa Senhora onde é realizada missa e procissão.

- **02 e 03 de Fevereiro: Nossa Senhora das Candeias**, em Amoreiras; festa religiosa em louvor a Nossa Senhora onde é realizada missa e procissão.

- **02 de Fevereiro: Festa de Iemanjá**, celebração religiosa do candomblé, onde os filhos, adeptos e apreciadores saúdam a Rainha das Águas com presentes, água de cheiro, bonecas, flores, colares e outros mimos. A festa é realizada no distrito de Amoreiras e as ofertas são colocadas em alto mar com o auxílio de embarcações locais.

- **Data móvel: Festival Cultural de Rua da Ilha de Itaparica- FESTIT**; o festival é realizado durante um final de semana e conta com apresentações artísticas- culturais atraindo pessoas de todas as idades. Criado em 2010, o ECO Festival oferece, durante os seus três dias de duração, espetáculos; oficinas de circo, música, artes plásticas; tendas de gastronomia, artesanato local e apresentações das Entidades e Instituições Comunitárias da Ilha de Itaparica.

> Com abordagem socioambiental, o evento alia expressões artísticas com práticas de sustentabilidade para incentivar os moradores da região e turistas a adotarem hábitos sustentáveis, divulgar o potencial da localidade para o ecoturismo, além de dar visibilidade a novos artistas [221].

[221] Festival Cultural de Rua, Ilha de Itaparica. Disponível em: http://www.festivalilhadeItaparica.com/

O festival é realizado por iniciativa da Associação Jub'Arte, e conta com o apoio financeiro do FBCA « Fundo de Cultura do Estado da Bahia.

⇨ Março/ Abril

- Data móvel – Semana Santa/ Judas: festejos religiosos da religião católica que conta com a apresentação dos fieis para a Sexta-feira Santa e Páscoa.

- Data móvel – Torneio de Futebol amador e lavagem do Bar do Del: evento esporádico realizado pela Comunidade de Misericórdia que é abrilhantado com o torneio de futebol amador que busca a interatividade dos moradores locais.

- Data móvel – Nossa Senhora das Candeias em Manguinhos: festa religiosa realizada pela comunidade que conta com alvorada, missa, procissão. Na busca do resgate de práticas de antigos moradores através da corrica das embarcações denominadas de catrais, a festa é finalizada com atrações musicais.

⇨ Maio

- **Data móvel- Corpus Christ:** festa religiosa com exaltação do Corpo de Cristo para os fiéis católicos.

- **Data móvel- Festa dos Ogãs da Ilha de Itaparica:** festa realizada na Reserva de Venceslau Monteiro, em Porto dos Santos, onde é realizada uma homenagem os Caboclos, ancestrais de tradição dos mensageiros dos Orixás.

- **Data móvel- Divino Espírito Santo no Mucambo:** festa religiosa realizada no distrito de Mucambo que celebra a festa de Pentecostes. A festa conta com a missa, alvorada e procissão.

⇨ Junho

- Festejos Juninos- Trezena de Santo Antônio, São João e São Pedro.

- 29 de junho – Festa Porto dos Milagres. Realizada pelos pescadores do distrito de Porto dos Santos para festejar o seu padroeiro, São Pedro, por meio de procissão e festa de largo.

⇨ Julho

- **02 de Julho – Independência da Bahia.** Homenagem a 2 de Julho em Salvador com ida dos Caboclos:em comemoração a Independência da Bahia os Índios Guaranis vão a Salvador abrilhantar o desfile dos Caboclos, da Lapinha até a Praça Municipal, devidamente caracterizado e mostrando a sua importância de salvaguardar a história.

- **25 de Julho – Dia de São Cristóvão**, festividade religiosa que saúdam os motoristas do município com celebrações na Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho.

- **26 de Julho – Dia do Mangue:** devido à existência de grandes áreas de mangue, esta data nos faz ressaltar da importância do mangue para o Meio Ambiente. Durante o festejo são realizadas ações de conscientização e preservação deste meio natural denominado popularmente de berçário marinho.

⇨Agosto

- **08 de Agosto – Nossa Senhora dos Anjos;** festa religiosa que celebra Nossa Senhora dos Anjos na Comunidade do Marcelinho, através de missa, alvorada e procissão.

- **10 de Agosto – São Lourenço;** festa do padroeiro do município, realizada na Igreja Matriz construída em 1610, conta com a participação dos fiéis, moradores e visitantes. O padroeiro é celebrado com novena, missa, procissão, apresentações de filarmônicas e atrações musicais.

- **16 de Agosto – São Roque no Distrito de Misericórdia**: festa religiosa e profana que é realizada nos distritos acima, que contam com a homenagem a São Roque, as celebrações contam com a tradicional missa, procissão e a apresentações musicais.

- **Data móvel – São Roque no distrito de Ponta de Areia:** festa religiosa que conta com missa, alvorada e procissão terrestre.

- **Data móvel – São Roque no distrito de Amoreiras:** festa religiosa que conta com missa, alvorada e procissão terrestre.

- **Data móvel – São Roque no distrito Alto das Pombas:** festa religiosa que conta com missa, alvorada e procissão terrestre.

⇨ Setembro

- **Data móvel – Lavagem do Mercado Municipal**: festejo popular tradicional que realiza a lavagem do Mercado Municipal, onde é possível encontrar barracas e boxes que comercializam alimentação típica do município. A mesma conta com uma bela vista da Baía de Todos os Santos e com atrações musicais.

- **08 de Setembro Nossa Senhora da Piedade**: padroeira do município de Itaparica que é festejada através de celebrações religiosas com missa, procissão e alvorada de fogos e também conta com atrações musicais.

- **11 de Setembro – Nossa Senhora de Bom Despacho**: festa religiosa que celebra a padroeira do distrito de Bom Despacho; neste dia é realizada alvorada, missa e procissão.

- **Data móvel – Nossa Senhora Piedade no distrito de Porto Santo:** festividade distrital realizada em data móvel que homenageia a padroeira municipal Nossa Senhora da Piedade, a festa conta com novena, alvorada, quermesse e apresentações musicais.

⇨Outubro

- **Data móvel** – Festa de São Francisco de Assis: festa realizada no Distrito de Alto das Pombas, contanto com procissão.

- **25 de Outubro – Emancipação Política:** comemora-se a emancipação política do município, elevando-se a cidade, criada originalmente pelo decreto imperial de 25/10/1831.

⇨ Novembro

- **20 de Novembro – Consciência Negra:** ação popular que visa salvaguardar e valorizar as heranças da matriz africana.
- **25 de Novembro – Festa de Nossa Senhora da Misericórdia:** festa realizada no distrito da Misericórdia que homenageiam Nossa Senhora, com missa, alvorada e procissão terrestre.

⇨ Dezembro

- **Data móvel – Festa do Senhor do Bonfim: festa** realizada no Largo do Bonfim em homenagem do Senhor do Bonfim. A festa acontece em dois dias, sendo um dia dedicado à festa religiosa através de alvorada, missa e procissão e a outra dita "profana" realizada com bandas musicais.
- **Data móvel – Lavagem do Bonfim:** lavagem tradicional a Senhor do Bonfim, realizada pela comunidade do Largo do Bonfim, onde é possível contar com o cortejo de baianas, manifestações culturais e atrações culturais pelas ruas até a lavagem da Igreja.
- **Data móvel – Nossa Senhora da Conceição em Manguinhos:** festa religiosa no distrito de Manguinhos em homenagem a Nossa Senhora da Conceição por meio de alvorada, missa e procissão.
- **Data móvel – Nossa Senhora da Conceição no Barro Branco:** festa religiosa realizada no distrito do Barro Branco em homenagem a Nossa Senhora da Conceição por meio de alvorada, missa e procissão.
- **13 de Dezembro – Santa Luzia:** festa religiosa que saúdam Santa Luzia por meio de alvorada, missa e procissão.
- **25 de Dezembro – Natal:** para celebrar festa do Nascimento de Jesus, o município conta com decorações das ruas e largos, além de festa com atrações musicais.
- 31 de Dezembro – Ano Novo: festa popular, religiosa, mística que converge todos os sentimentos, lembranças e saudades do ano que passou na busca de boas vibrações para o ano que vai chegar. Fogos

de artifícios e atrações musicais celebram a festa da virada do Ano de Itaparica.

No município de Vera Cruz, o secretário de turismo e cultura o Sr. Luís André Reis Rocha, informou que o município é detentor de um vasto patrimônio cultural, entretanto maiores informações ainda não estão disponíveis já que a secretaria está passando por reestruturação física.

Os dados aqui expostos são frutos de entrevistas e conversas informais com população local. As celebrações identificadas são:

⇨Janeiro

- **Data móvel – Festa de Santo Amaro na Comunidade de Matarandiba:** o padroeiro da comunidade que é "Santo Amaro", há 53 anos se festeja esse santo, e o mesmo reúne vários seguimentos, como ciganos, filhos de Gandhi, baianas de terreiros, entre outros.
- **01e 02 de Janeiro** – Festa de Bom Jesus dos Navegantes na Comunidade de Gamboa.

⇨ Fevereiro

- **Data móvel: Romaria de Cacha Prego**, Comunidade de Cacha Prego a Jiribatuba.
- **02 de Fevereiro: Festa de Iemanjá**, assim como no município de Itaparica celebração religiosa do candomblé, onde os filhos, adeptos e apreciadores saúdam a Rainha das Águas com presentes, água de cheiro, bonecas, flores, colares e outros mimos.
- **01 a 03 de Fevereiro – Festa de Nossa Senhora das Candeias**, na Comunidade de Ilhota.

⇨Maio

- Data móvel – Festa da Santa Cruz, na Comunidade de Gameleira

⇨ Julho

Festa de Emancipação que ocorre em julho: o desmembrado do município de Itaparica o processo de emancipação de Vera Cruz ocorreu no período de dinamização das atividades de prospecção e refino do petróleo na Bahia; através da lei nº 1773, de 30 de julho de 1962. Com essa divisão Vera Cruz ficou com a totalidade de 87% do território.

⇨Setembro

- **14 de Setembro: Festa do Baiacu e da Igreja Nosso Senhor de Vera Cruz**. No dia do santo é feriado municipal e ocorre um grande evento religioso nas ruínas da igreja de Vera Cruz.

⇨Dezembro

- 08 de Dezembro: Festa de Nossa Senhora da Conceição, Comunidade de Conceição.

- 24 e 25 de Dezembro: Festa de São Gonçalo, na Comunidade de Matarandiba, uma festa que reúne tradições como: peça teatral "Zé do Vale"; "Folia de Reis" e "Bumba meu Boi". O principal objetivo deste festejo é, ao longo do dia, levar o santo de casa em casa, para que o mesmo abençoe seus devotos e seus lares. Como de costume, segundo a memória local, é de bom tom que os proprietários da casa que recebe São Gonçalo, ofereçam um regalo em troca da oportunidade de receber o santo de sua devoção em sua casa.

Tradicionalismos Culturais

Além da pesca artesanal e festejos religiosos, a ilha de Itaparica apresenta, segundo informações, vários outros focos de cultura tradicional, entre elas as manifestações populares: Samba-de-roda, o Maculelê, a Puxada de rede a Capoeira, o Bumba-meu-boi, a Folia de Reis, Peça teatral "Zé do Vale"

- **Samba de roda**

Diversas práticas culturais que compõem o universo da cultura afro-brasileira já foram devidamente reconhecidas dentre eles o **Samba de Roda** do Recôncavo Baiano (titulado também como Patrimônio da Humanidade pela Unesco).

> O samba de roda é o samba de raiz, onde alguns tocam os instrumentos de percussão, cantam e sambam na roda. Seguem uma "coreografia" pode-se dizer.

Assim, descreveu a Srª Adenildes Alone Farias Mendes ("Dedéia"), natural de Vera Cruz, 44 anos e professora.

Em 29 de abril de 1989, a Srª "Dedéia" decidiu fundar a "Fundação Sócio Cultural Alafiã", no município de Itaparica. Atualmente, além de capoeira, a Fundação tem ensinado aos membros da comunidade o Maculelê, o Samba de Roda e a Puxada de Rede. Segundo D. Dedéia, que além de ministrar as aulas é responsável por compor músicas (ofícios aprendidos com o pai falecido), o gosto pelo **Samba de Roda** é algo que ultrapassa as gerações.

Na Comunidade de Matarandiba, em visita a ASCOMAT (Associação Sócio Cultural de Matarandiba "Centro de Memória Tia Dina"), a Sr.ª Angelina Gonçalves Santiago – natural de Matarandiba, aposentada, 74 anos –, discorreu sobre a existência do grupo **Samba de "Roda Voa Voa Maria"** que surgiu a partir de uma ação de caráter associativo e solidário fomentado pela ASCOMAT.

Fundado em 11 de abril de 2009, conta com 70 integrantes entre homens e mulheres da Vila. A intenção do grupo é o resgate às tradições, guardando na memória das pessoas: os cantos, as rezas, as chulas e o samba no pé.

Ao ressaltar a importância da preservação da memória cultural da Comunidade, ela acrescentou a existência de um grupo de samba de roda mirim denominado **"Filhos de Maria".**

- **Maculelê e Puxada de Rede.**

Segundo a Srª Adenildes Alone Farias Mendes ("Dedáia"), o **Maculelê** surgiu em Santo Amaro da Purificação – BA, um local com muita plantação de cana de açúcar. A dança dramatiza o corte de cana: é o movimento do facão (é usado no lugar duas varas de madeira) imitando o corte da cana. É como se fosse uma mistura de dança e luta.

Enquanto a **Puxada de Rede** é uma dança que imita a rede sendo puxada do mar, cantam-se músicas que remetem à vida do pescador, ao mar e à pesca.Em visita a

Fundação Alafiã, pode-se ver de perto o amor e devoção que as crianças transmitem a esses tipos de danças.

- **Capoeira**

O Processo n° 01450.002863/2006-80, Parecer n° 031/08, consiste no Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.

No corpo do registro consta que;

> (...) capoeira relaciona-se, de maneira direta ou indireta, com cada uma destas práticas, em seus diferentes contextos, seja em termos da musicalidade (presença de células rítmicas características, tipos de instrumentos e arranjo da orquestra, versos ou mesmo cantigas inteiras em comum), dos temas abordados em sua mitopoética, da presença da roda como elemento estruturante, da condição social de seus participantes, da forma de estruturação hierárquica dos grupos ou da rica simbologia referenciada na religiosidade afro-brasileira. A capoeira tem, no entanto, a peculiaridade de estar presente em todos os estados do Brasil, e, a despeito das variações regionais, guardar uma considerável uniformidade de estilo, em cada uma de suas “modalidades”: capoeira angola, regional e contemporânea.

Nota-se por toda a ilha a presença de elementos culturais de origem africana, ligados à escravidão negra, em que se destaca a **Capoeira**.Em informações obtidas na Biblioteca Municipal Juracy Magalhães, localizou-seuma listagem muito rica dos grupos existentes na Ilha, entre eles:

- Capoeira Renascer- Alto Santo Antônio, Itaparica;
- Guerreiros Mestre Noel- Centro, Itaparica;
- Luanda, Mestre Omar- Campo Formoso, Itaparica;
- Meninos de Itaparica- contra Mestre Carlos- Alto Santo Antônio;
- Cativeiro Mestre Miguel- Largo do Bonfim, Itaparica;

- Mandiga da Ilha- Amoreiras, Itaparica;
- Negros e Brancos- Mar Grande, Vera Cruz;
- Uniara- Cacha Prego e Gameleira, Vera Cruz.

No munícipio de Itaparica, a equipe encontrou com a Mestra Piolho[222], praticante capoeira desde os quinze anos, trabalhando como professora desde 1998. Mestra Piolho faz parte do Grupo União, que possui uma média de 40 alunos (jovens e crianças). O grupo possui sede na Suíça, Canadá e Alemanha, dessa forma, os alunos fazem intercâmbio para Europa.

> (...) a capoeira é importante, pois faz parte da história do país, principalmente em relação à história dos africanos e afro-brasileiros (...) – a capoeira está atrelada no anseio da liberdade. A capoeira nasceu da ânsia por liberdade e defesa da vida" (MESTRA PIOLHO).

- **Peça teatral "Zé do Vale" –** Teatro tradicional na Comunidade de **Matarandiba,**Vera Cruz, BA.

A peça teatral "Zé do Vale" consiste em uma história cantada a partir de versos que gira em torno do personagem, filho de uma senhora rica da localidade, que devido ao seu desordeiro é preso no canavial. Durante a narrativa não contente com a situação do filho, sua mãe vai à procura das mais distintas autoridades, do coronel ao presidente, tentando convencer à solta-lo.Em troca a mãe oferece dinheiro, cavalos, mas consegue a liberdade do jovem apenas quando a súplica é feito em nome do estandarte do Divino Espírito Santo.

Ao longo dos anos os sentidos e as motivações de participação foram se transformando, porém, mesmo assim, ainda permanece o sentido de agregação que é o que mantem tal celebração até os dias atuais.

[222]Srª Omara Sílvia da Conceição Santos, 55 anos, natural de Itaparica, BA

Conforme Dona Angelina[223], que participa das festas da comunidade desde moça, declarou que antes da criação da associação já se realizavam as festas típicas do local, porém, as músicas dos festejos foram resgatadas há três anos.

A encenação que traz elementos de teatro de rua, música e dança, era uma tradição mantida pelas famílias da Vila, que foi se perdendo aos poucos.

- **Folia de Reis – Festa tradicional na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz, BA.**

Folia de Reis, uma tradição centenária em Matarandiba, a festa conjuga uma multiplicidade de sentidos sacros de sua origem aos demais sentidos profanos que foram sendo incorporados ao longo dos anos.

Dentro da festa "Folia de Reis" há o "Terno das Flores" (que está ativo), também o "Terno Rosa Menina" e mirim de mesmo nome.

Dona Angelina comenta que participou do "Terno das Flores" quando era jovem e o ajudou a ser resgatado, participando novamente há 8 anos. Este possui 60 participantes.

A apresentação percorre toda a Comunidade, cantando e dançando, recriando o trajeto dos Reis Magos em sua visita ao menino Jesus em Belém

- **Bumba meu Boi – Festa tradicional na Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz, BA**

A festa do Bumba-Meu-Boi ou Festa do Boi Estrela, é realizada em janeiro, quando este sai às ruas acompanhado por 15 meninas vestidas de pastorinhas. A festa consiste na encenação da morte e ressureição do boi, com a interação de toda a comunidade que segue junto brincando e cantando.

Segundo informações a festa é passada de geração para geração.

[223]ASCOMAT- Associação Sócio Cultural de Matarandiba "Centro de Memória Tia Dina"



Figura 549– Bumba meu Boi – Comunidade de Matarandiba, Vera Cruz- BA

Culinária e gastronomia local

A arte culinária da Ilha de Itaparica é fruto da fusão que ocorreu também em outras regiões do país entre: indígenas, africanos e os portugueses. Uma cultura culinária é formada a partir de vários fatores entre o qual destacamos: à atividade pesqueira, sendo rica em pratos que utilizam os frutos do mar: chumbinho, aratu, siri, caranguejo, polvo, lula, camarão, lagosta e diversos tipos de peixe, preparados sob a forma de ensopados e moquecas.

Artesanato

O artesanato tem como características fundamentais a utilização de matéria-prima local, o modo de fazer mesclado entre o herdado dos indígenas e a influência africana, sendo que toda a inspiração é buscada nos temas da natureza.

As principais matérias-primas utilizadas são: fibras, raízes, folhas e frutos, que primam pela representação das belezas do litoral. Outra tradição mantida é a dos ceramistas e artesãos que fabricam potes, vasos e telhas, que circundam pelo mundo do Candomblé e Umbanda.

Há também as manifestações relacionadas com a exploração do meio ambiente, destacando as artes de confecção de barcos, instrumentos de pesca.

E, finalmente, existem outros tipos de artesanatos como a fabricação de crochê, tricô, flores de papel, bonecos de lã, velas e arranjos florais.

Terreiros de Candomblé e Umbanda

A área de estudo contém uma quantidade significativa de Terreiros, Centros e Culto aos ancestrais.

As práticas culturais que compõem o universo da cultura afro-brasileira estão presentes por todo o território da Ilha de Itaparica, de modo que, se estabelecem como religião tradições dessas Comunidades, possuindo um caráter histórico e pessoal. Um bom exemplo de manifestação popular que emana do povo conforme trecho depoimento:

> (...) – tive o meu próprio terreiro, mas que está desativado por falta de tempo. Mas vo no “Ulocotum Tum Tum” que existe desde 1850, é passado de geração pra geração.

Segue nos quadros abaixo a relação[224] dos terreiros de candomblés da Ilha de Itaparica.

[224]Documento fornecido por [224] Adenildes Alone Farias Mendes.

Quadro 311 – Terreiros de candomblés da Ilha de Itaparica

CAT	TITULAR	ENTIDADE	SITUAÇÃO	
Terreiro	Ana Lúcia Castro	Ilé Oyá Asé Alakaye	Ativo	**Gameleira**
Terreiro	Valdir d'Oxossi	Ilé de Oxossi	Ativo	**Pq. Das Mangueiras**
Terreiro	Antonio Conceição Uzeda	Ilé Asé Baba Omin Orun	Ativo	**Barroca**
Terreiro	Antonia Sento Sé	Ilé de Iansã	Ativo	**Porto Sobrado**
Terreiro	Lourenço Climaco de Castro	Ilé Asé Oji Cofan Juberu	Ativo	**Alto Santo Antônio**
Terreiro	Raimundo Conceição dos Anjos	Ilé Asé Lodobi	Ativo	**Riachinho**
Terreiro	Aurinda	Ilé de Omolú	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	Isoleta Maria de Jesus	Ilé de Oxaguian	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	Eunice Maria de Jesus	Ilé Asé Omidê	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	Adenildes Alone F. M. Moreira	Egbe Omo Aladé Ilesa	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	Dilma	Ilé de Oyá	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	Antonio Carlos Encarnação	Ilé de Oxalá	Ativo	**Ilhota**
Terreiro	José Carlos Barbosa dos Santos	Ilé Asé Obá Ladenã	Ativo	**Gamboa**
Terreiro	Odete	Ilé de Oxalá	Ativo	**Gamboa**

CAT	TITULAR	ENTIDADE	SITUAÇÃO	
Terreiro	Junior d'Logun	Ilé de Logun Ede	Ativo	**Gamboa**
Terreiro	Fabio	Ilé Asé Baban'la Omim	Ativo	**Barra do Gil**
Terreiro	Crispina	Ilé Asé Gesi deua	Ativo	**Barra do Gil**
Terreiro	Claudionor Pitanga da Hora	Ilé Asé Sideomin	Ativo	**Porraõzinho**
Terreiro	Manoel Bispo dos Santos	Ilé Asé Kessi	Ativo	**Porraõzinho**
Terreiro	Antonio Bispo dos Santos	Ilé de Iansã	Ativo	**Entroncamento**
Terreiro	Osvaldo Conceição Sacramento	Egbe Ara Oyó	Ativo	**Conceição**
Terreiro	Antonia	Ilé Asé Oyá Seua Onin Radi	Ativo	**Tairú**
Terreiro	João dos Santos Filho "Joel do Acarajé"	Ilê Axé Ogum Megê Oyá Dei	Ativo	**Misericóridia**

Quadro 312 – Centros da Ilha de Itaparica

CAT	TITULAR	ENTIDADE	SITUAÇÃO	LOCAL
Centro	Valdelice Maria de Jesus	C.Caboclo S.Das Matas	Ativo	**Jiribatuba**
Centro	Adilson Manoel de Velasques	C.Caboclo 7 Flexas	Ativo	**Jiribatuba**
Centro	Crispiniana B. dos Santos	C. de Caboclo	Ativo	**Aratuba**

CAT	TITULAR	ENTIDADE	SITUAÇÃO	LOCAL
Centro	Cacilda P. Castro	C. de Caboclo	Ativo	**Baiacú**
Centro	Euclidalina Fernandes	T. Santa Cruz	Ativo	**Baiacú**
Centro	Maria de São Pedro Castro	Centro	Inativo	**Conceição**
Centro	Célia	Centro	Ativo	**Matarandiba**
Centro	**Regina**	**Centro do C. Tupinambá**	**Ativo**	**Porrãozinho**

Quadro 313 – Cultos aos Egunguns

CAT	TITULAR	ENTIDADE	SITUAÇÃO	LOCAL
Culto aos ancestrais	Tatú	Ilé Adelorun	Ativo	**Juerana**
Culto aos ancestrais	Cesar	Ilê Oyá Ati Tuntun	Ativo	**Barro Branco**
Culto aos ancestrais	Petú	Ilê Omonile	Ativo	**Barro Branco**
Culto aos ancestrais	Budijó	Ilê Lequiobé	Ativo	**Amoreiras**
Culto aos ancestrais	Eduardo	Ilê Obá Ladê	Ativo	**Barro Branco**
Culto aos ancestrais	**Família Daniel de Paula**	**Ilê Agboulá**	**Ativo**	**Bela Vista**

O **Candomblé** teve origem na cidade de Ifé, na África[225], e foi trazida para o Brasil pelos negros iorubas. Seus deuses são os Orixás, dos quais somente 16 são cultuados no nosso país: Essú, Ògun, Ososssì, Osanyin, Obalúaye, Òsúmàré, Nànà Buruku, Sàngó, Oya, Oba, Ewa, Osun, Yemanjá, Logun Ede, Oságuian e Osàlufan.

O pai ou a mãe de santo é a braço-de-ferro dentro do Candomblé. Eles são escolhidos pelos próprios Orixás para que os cultuem na terra. Em visita ao Terreiro Ilê Axé Ogum Megê Oya Dei, encontramos o Sr. João dos Santos Filho "Joel do Acarajé", 53 anos, Pai de Santo e vendedor de acarajé.

O Terreiro "Ilê Axé Ogum Megê Oyá Dei", foi fundado em 22 de maio de 1996. Está situado na R. Ilhota s/n, na Misericórdia. É um terreiro de candomblé, da nação Ketu, o dono da casa é de Ogum (Orixá da guerra, das batalhas, dos metais, da agricultura, dos caminhos e da tecnologia.). Possui alvará na Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro[226]. Frequentadores fixos são 25, mas recebem visitantes. A festa principal do terreiro é a do Caboclo Pena Branca, e acontece no último domingo de setembro.

No terreiro existe um espaço sob uma gruta onde fica a imagem do Caboclo. Em setembro, que é o mês da festa do caboclo, não se consegue entrar no espaço devido a quantidade de frutas e plantas que ficam no local: são oferendas.

O Sr. Joel comenta sobre um antigo festejo, uma comemoração pelo dia de Yemanjá, 02 de fevereiro em que há uma procissão, por Amoreira/Ponta de Areia, que se estende no dia posterior (03/02).

O **Candomblé** é uma religião com uma ampla cultura e rica em preceitos. São raríssimas as pessoas que verdadeiramente a conhecem profundamente. Existe muita energia positiva no Candomblé, e o seu culto regado de muito axé e beleza ritualística.

[225] http://fenacab-fenacab.blogspot.com.br/

[226] **A Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro FENACAB**, *foi fundada em Salvador Bahia em 24 de novembro de 1946 e é reconhecida como utilidade pública Estadual e Municipal, instituída federativamente através de coordenações regionais, estaduais e sub-coordenações municipais, criada com os objetivos principais de resgatar, preservar e divulgar a Religião Afro-brasileira, visando à manutenção cultural, a moral e a preservação da essência fundamental da tradição religiosa.*

Durante a visita, o Sr. Joel resolveu fazer uma pequena amostra dos rituais celebrados no Terreiro. Abaixo, segue fotos ilustrativas da Celebração, onde Ogum emanou para a surpresa de todos.



Figura 550 – Terreiro, Candomblé, Misericórdia– BA

A cultura de Itaparica é representada principalmente através de manifestações religiosas populares que incluem procissões marítimas e terrestres. Os destaques são: a Folia de Reis, a Festa de Iemanjá, A festa da Independência da Ilha, o Bumba-Meu-Boi, a Puxada de Rede, o Maculelê, a Capoeira, as festas de largo e o Carnaval, que compõem o folclore de Vera Cruz. A Virada Cultural realizada em Itaparica envolve uma grande variedade de atrações, como “poesia, teatro de rua, artesanato,

gastronomia e música (samba-de-roda, chula, rock and roll, frevo, jazz, surf music, rockabilly, reggae, chorinho, black music, samba-rock, blues, hip hop, rap, samba, música eletrônica, MPB e forró pé de serra), advindas de cidades como Santo Amaro, Vera Cruz, Juazeiro, Salvador, Senhor do Bomfim e Bom Jesus da Lapa e dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Sergipe. Este evento leva movimentação para o comércio eturismo locais"[227].

2.2.10.2.AID

Aratuípe

O município de Aratuípe se destaca pelo artesanato em cerâmica, cuja produção está concentrada no distrito de Maragojipinho. Existem projetos municipais voltados para estabelecer o município como a Terra da Cerâmica, o qual já conta com um Plano de Desenvolvimento Local e Integrado para o Turismo, elaborado em 2001, pela Universidade de Feira de Santana, financiado pelo programa Pró-Cidadão, do governo do estado, e que deverá ser atualizado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Aratuípe

Figura 551 – Banners da Prefeitura

[227] Disponível em<https://abahiadetodosospovos.wordpress.com/tag/festa-em-Itaparica/> Acesso em maio de 2014.



Figura 552 – Objetos confeccionados em cerâmica de Maragogipinho[228]

O município possui como patrimônio religioso e histórico a Igreja Matriz e o Paço Municipal, um belo casarão que serviu para hospedar, em novembro de 1859, o Rei D. Pedro II. Atualmente nesse prédio funciona a sede da prefeitura.

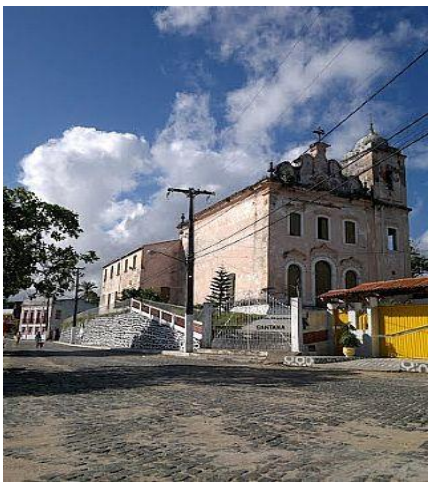


Figura 553 –Igreja Matriz N.S. Santana



Figura 554 – Paço Municipal

O calendário de festas local está assim programado:

13/06 – Festa do Caboclo

[228] Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1183199> Acesso em maio de 2014.

02/07 – Festa da Cabocla

25/12 – Presépio de Natal

06/01 – Terno de Reis

23/06 – Festejos Juninos

Na Semana Santa há a Feira dos Caxixis, que é preparada em Aratuípe e acontece em Nazaré das Farinhas.

A Feira dos Caxixis teve início com o oleiro Patrício que, ao ir para a festa em Nazaré das Farinhas de canoa pelo rio, resolveu colocar uns objetos de cerâmica para vender. Tal foi o sucesso das vendas que, no ano seguinte, voltou com outros oleiros para a venda dos objetos em cerâmica (UEFS, 2001).

Castro Alves

O município criou o Fundo Municipal de Turismo Sustentável, Lei nº669/2011, com previsão de cobrança de taxa de turismo a ser regulamentada por decreto. Como evento cultural, realiza anualmente a Semana de Arte e Cultura que, em 2014, está na sua 14ª edição. É uma festa comemorativa ao nascimento do poeta que dá nome à cidade, dia 13 de março. Castro Alves conserva a tradição da Folia de Reis, essa mistura de folclore e religiosidade que continua sendo passada através das gerações, principalmente nos povoados.

Conceição do Almeida

Asfestas religiosas do município de Conceição do Almeida são dedicadas aos padroeiros da sede e aos padroeiros dos distritos e que atraem visitantes das redondezas.

As datas festivas são:

- 8 dezembro – festa da padroeira na sede.
- 12 outubro – festa da padroeira do distrito de Mombaça.
- Em julho, último domingo – N. S. Santana do rio da Dona.
- Janeiro – Festa de Reis

- Junho – Festa de São João
- Localidade de Sta. Madalena – Festa de S. Roque.

Há um comércio forte na sede, de roupas e utensílios domésticos, que foi iniciado pelos “perfumeiros” há 25 anos. À época, era um comércio de perfumes daí a denominação “perfumeiros”. Hoje, encontram-se pessoas que vendem vários tipos de mercadorias pelo interior da Bahia e mesmo de outros estados. Atualmente eles tanto compram mercadorias para revender como confeccionam, principalmente roupas de cama, e existem cinco distribuidores no município.

Dom Macedo Costa.

À exemplo do município vizinho, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa vem apresentando tendência ao turismo de descanso e lazer familiar, com hotéis fazenda.



Figura 555 – Hotel Fazenda Alto Alegre[229]

Milagres de Santo Antônio – Na zona rural de Dom Macedo brotou uma fonte cujas águas, segundo os moradores locais, servem para curar diversas enfermidades. Em volta dessa nascente foi então erguida uma igrejinha, que atrai romeiros de todos os cantos em busca da cura para enfermidades, e outros que retornam para agradecer bênçãos recebidas. No domingo mais próximo do dia 13 de junho, data cristã dedicada ao santo, ocorre uma romaria e novenas em devoção ao santo casamenteiro, [230]

[229] Disponível em < Fonte: www.hotelfazendaaltoalegre.com.br> Acesso em maio de 2014.
[230] Disponível em <www.bahia.com.br> Acesso em maio de 2014.

Jaguaripe

O município possui um artesanato voltado para a reprodução de embarcações de madeira, cestaria e tecelagem. Em termos de patrimônio histórico e cultural destacam-se o prédio da Cadeia do Sol e a Igreja D'Ajuda. Como atrativos naturais, a exemplo de praias e belezas cênicas, há a Ponta do Garcez, Praia de Mutá, Camaçandi/Ilha D'Ajuda, Manguezais de Jaguaripe, Rio Jaguaripe e da Dona, Cachoeira do Rio Tiriri e da Pancada Alta (SETUR, 2009).

Lauro de Freitas

O município é limítrofe à cidade do Salvador e integra a sua Região Metropolitana. Banhado pelos rios Joanes e Ipitanga, possui belas praias e belezas naturais, mas não se destacam atividades culturais expressivas, além dos diversos terreiros de candomblé ali existentes. Atualmente está sendo concluída a construção de um centro desportivo de judô ao lado do Kartódromo, que vai abrigar competições internacionais do gênero. Em janeiro de 2006 o município instituiu o Conselho Municipal de Turismo, através da Lei nº 1.167/2006.

Muniz Ferreira

A cidade está localizada às margens do rio Jaguaripe e da BA028, entre as cidades de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. O rio Jaguaripe acompanha a cidade e constitui um ponto de lazer, mas o município não é considerado um destino turístico de destaque.

Nazaré das Farinhas

O município de Nazaré das Farinhas desenvolve importante produção de cerâmica, cujo ponto culminante é a mais antiga feira de artesanato, a Feira dos Caxixis, realizada durante a Semana Santa, levando ao município visitantes das regiões circunvizinhas, bem como da capital e de fora do estado (SETUR, 2009). Como atrativo histórico-cultural destacam-se o seu belo casario, que compõe o centro histórico, com o Cine Rio Branco, a Igreja Matriz Senhora de Nazaré, o Paço Municipal, a Igreja de São Roque, a Santa Casa da Misericórdia, o Sobrado dos Arcos, a Ponte da Conceição, a Estação de Trem e Locomotiva e a Fazenda Senhor do Bonfim. Como atrativos naturais, o município possui: o Rio Jaguaripe, a Cachoeira do Roncador e o Morro do Silêncio. Suas manifestações culturais são representadas pelo artesanato, capoeira, aFesta de São Roque e a Feira dos Caxixis.

A festa de São Roque acontece em agosto e é uma opção do turismo religioso. A lavagem das escadarias da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é um dos momentos mais bonitos da grande homenagem ao santo católico, sincretizado com o orixá Obaluaê, do candomblé. A lavagem das escadarias é feita por um grande cortejo de baianas, tipicamente trajadas de branco, levando muita água de cheiro aos fiéis e oferecendo o purificante banho de pipoca aos presentes. O evento é nteressante para os visitantes que queiram passear pelo Recôncavo e entrar em contato com o clima místico de uma das regiões mais bonitas e culturalmente ricas da Bahia. No Morro do Silêncio, um mirante natural na periferia da cidade, de onde se avistam as áreas urbana e rural, foi instalada a imagem de Jesus de Nazaré, com 15 metros de altura e, ao longo do caminho de acesso, há imagens da Via Sacra.A cidade, com seus pontos turísticos e seu casario antigo, ainda que sem conservação, é atrativa ao turismo.



Fonte: o autor

Figura 556 – Jesus de Nazaré, 2014



Fonte: Flickr felixsampaio

Figura 557 – Via Sacra, 2014

Salinas da Margarida

O município possui forte vocação náutica. A programação de eventos em Salinas da Margarida inclui o Festival do Marisco e a Regata de Veleiros Salvador / Salinas. O município também possui inúmeras praias que constituem seu patrimônio natural, entra as quais se detacam:

- Barra do Paraguaçu
- Ponta do Dourado
- Praia da Ponte

- Praia Grande
- Praia do Amor
- Praia do Maia.

Sapeaçu

O município de Sapeaçu não é caracterizado como turístico, mas possui calendário de festas religiosas: 23 de junho, S. João; 27 de abril, Festa da Padroeira, N. Srª da Conceição e aniversário da cidade, quando se organiza o evento Mutirão da Cidadania, que ocorre durante uma semana, envolvendo todos os segmentos, a exemlo de um SAC, também com agricultura familiar, que é o forte do município. Em Sapeçu ainda se destacam um pesque e pague, no Brito, a Igreja Matriz e a praça principal.

Simões Filho

Não é um município turístico, contudo possui importância para o desenvolvimento de atividades náuticas na região, pois integra a Baía de Aratu que, com seus 9,8 quilômetros quadrados de águas navegáveis, oferece abrigo seguro às embarcações e também é local ideal para competições náuticas, como a Regata Aratu-Maragojipe. Não há meios de hospedagem cadastrados em Simões Filho.[231]

Sto. Antônio de Jesus

Município conhecido como a capital do Recôncavo, Santo Antônio de Jesus possui forte comércio, e tem vocação para o turismo de negócios. Como ponto alto de atração, tem os festejos juninos.

Varzedo

O município de Varzedo não é conhecido como destino turístico. Dispõem de um artesanato que emprega madeira de jaqueira.

[231] Disponível em <http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/municípios-beneficiados/simoes-filho/> Acesso em maio de 2014.



Figura 558 – Centro cultural – antiga cadeia pública[232]

2.2.11. Turismo

O turismo, nos últimos 50 anos, vem se destacando como uma das atividades com maior potencial de expansão em escala mundial. Nos anos de 1980, o processo de internacionalização de forma mais acelerada e a abertura dos mercados provocaram uma grande expansão na atividade de turismo, sendo este apontado como o segundo setor mais globalizado, perdendo somente para o setor financeiro.

Tendo como aliados os avanços tecnológicos do sistema de transporte e as telecomuniCações, que permitiram a redução de tempo e custo dos deslocamentos, o turismo foi dinamizado pelo aumento do número de viagens. Por outro lado, as conquistas sociais passaram a permitir o tempo livre necessário para o incremento e consequente crescimento da atividade turística, que ganha proporções nunca antes alcançadas.

A atividade turística possui uma característica muito peculiar e, em decorrência dessa especificidade, o turismo pode representar uma estratégia de desenvolvimento local para os governos, por estimular o incremento de atividades econômicas associadas, podendo também impulsionar a realização de ações infraestruturais. O turismo tem como princípio a preservação cultural e ambiental, além de ser forte elemento indutor

[232] Disponível em<http://www.vertentes.ufba.br/o-municipio-de-santo-antonio-de-jesus-no-Recôncavo-baiano>Acesso em maio de 2014.

na geração de emprego e renda. Está associado à criação de redes de cooperação, que permitem explorar a complementaridade das empresas turísticas e aumentar a competitividade para atender as necessidades essenciais do consumidor turístico: alojamento, transporte e alimentação.

É certo que as literaturas acerca do desenvolvimento não tendem a referenciar, em sua maioria, o turismo como um elemento de forte importância para a consolidação desse processo, talvez por ser o turismo de massa um fenômeno recente, gerando grande impulso a partir de 1950, ou também por não ter a mesma importância em outros países. Por esta razão, a atividade turística foi negligenciada por muito tempo, mas, nos últimos anos, os geógrafos econômicos passaram a direcionar uma atenção maior à atividade turística, estimulando o surgimento de discussões referentes ao espaço turístico e o seu papel no desenvolvimento.

Nesse sentido, cita-se a contribuição do geógrafo alemão Walter Christaller, que tratou de enquadrar o turismo na área da geografia econômica a partir da Teoria das Localidades Centrais (1933), pela qual busca-se a espacialização de qualquer tipo de atividade econômica, traçando assim uma geografia das atividades em função da sua localização em áreas centrais ou periféricas. Cabe ao turismo ocupar a periferia de áreas já densamente povoadas se configurando, segundo Christaller, como um setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais. Daí a necessidade de estabelecer um planejamento voltado para o desenvolvimento dessa atividade, de forma a ordenar a ocupação do espaço periférico e minimizar os desequilíbrios regionais. Nesse sentido, o desenvolvimento de estratégias competitivas voltadas para valorizar e potencializar as particularidades locais, com o cumprimento dos instrumentos de regulação da ocupação dos espaços, torna-se um instrumento para a inserção de regiões periféricas na economia mundial de forma menos perversa do que a assistida até então (SILVA, 1976).

O Brasil, por se apresentar como país periférico em nível mundial, e a Bahia no contexto nacional, enquadram-se como potenciais utilizadores da teoria de Christaller, devido à enorme riqueza natural, histórica, cultural e a diversidade de paisagem que podem ser aproveitadas de forma ordenada para a intensificação do fluxo de turistas. Nesse sentido, os fatores locacionais brasileiros e baianos sinalizam para a imersão desses espaços nos circuitos turísticos mundiais.

Objetivando a consolidação do desenvolvimento do turismo, as diretrizes governamentais para a atividade turística perpassam pelo Programa de

Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur/NE, que objetiva consolidar o turismo no Nordeste do Brasil, seguindo a principal premissa que é legitimar o desenvolvimento econômico regional. O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No estado da Bahia, desde o PRODETUR/NE I, ocorreu a divisão das áreas turísticas em polos turísticos. Esta estratégia dividiu o estado em doze polos, de acordo com as suas voCações, de forma a viabilizar a implantação das estratégias que compõem os objetivos previstos pelo programa. Novas áreas turísticas foram agregadas às zonas turísticas existentes e, para efeito de planejamento, foi elaborado por Zona o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, elaborado pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), consiste numdiagnóstico das potencialidades turísticas de cada polo. Esse estudo, datado de 2002, foi estruturado em cinco temas principais: diagnóstico da área de planejamento; estratégias de desenvolvimento turístico; quadros prospectivos; Planos de Ação e Participação da Comunidade.

Considerando-se a estratégia turística do estado da Bahia para o período de 2007 a 2016, elencam-se os objetivos pretendidos, no âmbito de aspectos técnicos, econômicos, institucionais, socioambientais, legais e fiscais, cujo montante a ser investido é da ordem de US$ 84,7 milhões.

- Expandir o emprego formal e renda gerados pela indústria turística na Baía de Todos os Santos (BTS)
- Diversificar o modelo turístico atual e favorecer que o setor siga atuando como propulsor do desenvolvimento regional o estado.
- Através do turismo cultural e náutico, espera-se integrar atores locais que atualmente não fazem parte da cadeia de valor do turismo.
- Reforçar o turismo cultural baiano através da melhoria da organização e gestão do seu produto cultural tradicional na cidade de Salvador e estimular o turismo criativo na BTS.
- Articular um conjunto de circuitos turísticos náuticos inovadores na BTS, ampliando novas áreas de demanda e gerando uma integração da oferta cultural com os circuitos propostos.
- Realizar intervenções orientadas para os segmentos náutico e cultural.

- Aumentar o fluxo turístico e incrementar o gasto turístico na BTS.
- O programa considera os aspectos técnicos, econômicos, institucionais, socioambientais, legais e fiscais numa operação com custo total de US$ 84,7 milhões.

Conforme previsto pela estratégia turística do estado da Bahia, atribui-se um destaque especial para a zona turística da Baía de Todos os Santos, através do incentivo ao turismo náutico e cultural. Apresenta-se, a seguir, figura que retrata a zona de abrangência e dimensão turística da Baía de Todos os Santos, a partir da classificação por indicativos de potencial.



Fonte: SETUR- Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

Figura 559 – Baía de Todos os Santos – Dimensão Turística

A zona turística Baía de Todos os Santos (BTS) tem cerca de 200km de contorno, desenhados por enseadas e angras, 56 ilhas e duas baías secundárias, a de Iguape, na desembocadura do Rio Paraguaçu, e a de Aratu. A Baía começa na ponta de Santo Antônio (Farol da Barra), em Salvador, e se estende até a ponta dos Garcez (Garcia na Carta da Marinha do Brasil, 1979), na foz do rio Jaguaripe. Em linha reta, a distância da Ponta da Sapoca (São Tomé do Paripe) à Ponta do Alambique, na foz do

rio Paraguaçu, mede 17,60 milhas náuticas (32,60 quilômetros) e sua superfície tem 1.052 km2 de água (LOUREIRO, 2004).

A Baía de Todos os Santos é propícia para a realização de diversas modalidades náutico-recreativas que demandem águas abrigadas, livres de ondas e com ventos calmos. Nela se podem praticar a navegação à vela, a motor ou a remo, o *windsurf*, a canoagem, o *ski* e o *jet-ski*. A região também é propícia ao mergulho e à pesca. Rica em peixes e com mais de 100 navios naufragados, alguns deles durante o período colonial, tem visibilidade variável entre 15 e 25 metros de profundidade. Atualmente estão relacionados 16 pontos de visitação e mergulho, que são explorados por diversas operadoras sediadas em Salvador. A Baía de Todos os Santos é considerada pelos navegadores como um dos melhores locais do mundo para a prática de esportes náuticos. Apesar disso, o seu desempenho fica muito aquém das expectativas e participa com apenas 5,4% do mercado brasileiro (LOUREIRO, 2004).

Segundo o Ministério do Turismo, é o segmento turístico caracterizado pela utilização de embarcações náuticas, que se constituem no próprio atrativo motivador do deslocamento e ao mesmo tempo é utilizada como meio de transporte turístico.

Dentre os destinos turísticos, a Bahia se destaca no cenário nacional e internacional como destino preferencial. Com relação ao ordenamento do turismo no Brasil, a Lei nº11.771/2008, que instituiu o Sistema Nacional de Turismo, traz como um dos seus objetivos democratizar o acesso ao turismo no Brasil para todos os segmentos sociais. Nessa mesma linha, o Plano Nacional de Turismo, baseando-se na perspectiva do fortalecimento da economia, dá ênfase à função social do turismo transformando a atividade num indutor de inclusão social, Bahia (2011).

A importância do turismo está na sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico local, ao possibilitar às pessoais locais desenvolverem sua força empreendedora e de melhorar a economia do lugar, Bahia (2011).

Desde a década de 1990, em decorrência dos desdobramentos do PRODETUR/NE, e consequentes direcionamentos das politicas públicas para o setor, o estado da Bahia formulou planos e programas, de forma a direcionar as atenções para a área náutica. Os investimentos e ações à época não foram suficientes para dinamizar esta modalidade de turismo, uma vez que a Zona Prioritária de Desenvolvimento Turístico do Estado, naquele período, não foi a Baía de Todos os Santos (BTS).

Alguns estudos apontam que o turismo náutico pouco cresceu na BTS. A esse respeito, Coelho Neto (1999), desenvolveu dissertação de mestrado com o objetivo de investigar os motivos para a baixa expansão da área náutica na Bahia. Esse estudo revelou que o estado tem desenvolvimento aquém do seu potencial e apontou quatro aspectos básicos para explicar esse fenômeno: 1) o baixo nível de renda; 2) a estrutura demográfica desfavorável; 3) a tradição interrompida e 4) a carência de infraestrutura.

Após mais de duas décadas de apostas, algumas modifiCações importantes no cenário da área náutica na Bahia estão sendo previstas, tais como a requalificação da infraestrutura náutica, assim como a capacitação de mão-de-obra. Segundo Clarissa Amaral, Superintendente de Investimentos em Polos Turísticos da SETUR, o turismo náutico de recreio e esporte se apresenta como segmento prioritário para desenvolvimento, em decorrência dos estudos que apontaram a potencialidade desta área para a dinamização turística do estado.

Dentre as iniciativas a serem implementadas, destacam-se: a requalificação de atracadouros, incluindo o atracadouro de Monte Serrat, a recuperação das instalações físicas do Terminal Náutico, a ampliação da Marina, a construção de pontos de apoio ao turista e as bases náuticas. Além das iniciativas direcionadas para a infraestrutura, diretamente associada ao turismo náutico, estão também previstas ações voltadas para a restauração do patrimônio histórico e cultural das cidades localizadas na Baía de Todos os Santos.

Além das iniciativas citadas, destaca-se a criação da via náutica, planejada como uma linha de transportes aquáticos que prevê paradas em pontos turísticos da capital, apresentando-se como um novo roteiro turístico a surgir, repercutindo na criação de uma maior oferta de atrações, incrementando o produto turístico da capital baiana e promovendo a dinamização do turismo náutico.

Outra ação prevista pela Secretaria de Turismo do Estado (Setur) é a criação de um SAC náutico, como uma forma de facilitar a entrada de embarcações estrangeiras na baía por meio do funcionamento conjunto de postos avançados da Anvisa, Receita Federal, Polícia Federal e Capitania dos Portos.

O incentivo de novos negócios direcionados para o mercado náutico também compõe a pauta de ações previstas para o setor, a exemplo, a revitalização da produção de saveiros, que possui como premissa a criação de uma cadeia produtiva, que terá início

na fabricação e se desdobrará até a operação das embarcações.

A intenção do estado é criar uma modificação no modelo de turismo até então praticado por politicas anteriores. A inexistência de produção associada ao desenvolvimento do turismo não promove a integração econômica regional, mas gera distâncias cada vez maiores entre os pequenos produtores e as cadeias de hotéis que ocuparam áreas significativas do estado da Bahia, a exemplo do litoral norte do estado.



Fonte: Setur 2013

Figura 560 – Via Náutica – Novos Roteiros

Essa região apresentou, em 2010, uma infraestrutura náutica composta de um porto de passageiros utilizando a estrutura do porto de Salvador e envolvendo cruzeiros turísticos; 9 atracadouros distribuídos por toda a extensão da baía; 6 estaleiros de embarcações esportivas e de lazer, concentrados principalmente em Salvador; 12 terminais hidroviários e 2 bases navais da Marinha do Brasil.

Um fator limitante ao incremento dessa modalidade de turismo é a quantidade de vagas para embarcações em marinas e clubes. A região da Baía de Todos os Santos disponibiliza 2.561 vagas, sendo 1.462 em seco e 1.099 em água, de acordo com dados da SETUR. Ainda de acordo com os dados da SETUR, observa-se que

Salvador concentra a oferta de vagas para embarcações e Itaparica e Simões Filho aparecem com ofertas de vagas pouco expressivas em comparação a Salvador. Em levantamento levado a efeito por Santana (2001) há, portanto, 13 anos, já se constatava um déficit de mais de 3.440 vagas para embarcações na BTS, baseado em informações das Capitanias dos Portos. Saindo do amparo dessas vagas, localizadas principalmente em Salvador, no restante da costa da Baía de Todos os Santos o navegante conta apenas com estruturas simples, que em sua maioria não oferecem poita de amarração ou qualquer outro serviço de apoio (SANTANA, 2001).

Quadro 314 – Quatidade de vagas para embarcações em marinas e clubes na BTS, 2010

Infraestrutura náutica	Localização	Vaga seca	Vaga molhada	Total
Bahia Marina	Salvador	200	400	600
Marina de Itaparica	Itaparica	10	35	45
Marina Estaleiro Aratu	Salvador	315	200	515
Marina Pier Salvador	Salvador	0	60	60
Marina Bonfim	Salvador	300	0	300
Terminal Náutico	Salvador	0	78	78
Marina da Penha	Salvador	102	8	110
Aratu Iate Clube	Simões Filho	60	238	298
Clube Angra dos Veleiros	Salvador	0	40	40
Saveiro Clube da Bahia	Salvador	160	40	200
Yacht Clube da Bahia	Salvador	315	0	315
Total		**1462**	**1099**	**2561**

Fonte: SETUR, 2010 – Plano Estratégico de Turismo Náutico, 2010

As localidades de Salinas da Margarida, Barra do Paraguaçu, São Roque do Paraguaçu e Maragogipe dispõem de pequenos atracadouros. A ausência de infraestrutura inibe o desenvolvimento do turismo, pois o navegante fica sem qualquer

tipo de apoio. Apesar da melhoria significativa, o litoral baiano é deficitário em infraestrutura, na sinalização e balizamento de canais.

Em 2005, foi publicado o Guia Roteiro Náutico do Litoral da Bahia, onde se descrevem roteiros e rotas de navegação para alguns dos principais pontos de riqueza ambiental e desenvolvimento turístico, entre os quais se localizam essas bases. Outro programa dessa época foi o estudo da melhoria da sinalização e o balizamento de canais ao longo da Baía de Todos os Santos, em razão do balizamento se constituir num dos grandes problemas encontrados pelos navegadores no litoral baiano. As informações constantes nas cartas náuticas existentes são muito antigas, da década de 1970. Muitos dos clubes náuticos e das marinas existentes não constam dessas cartas. Há, ainda, problemas de variação das profundidades indicadas nas cartas antigas, pois podem sofrer alterações ao longo dos anos, dada a movimentação do mar e dos rios (LOUREIRO, 2004).

2.2.11.1.Perfil turístico dos municípios da área da Baía de Todos os Santos

O perfil do turismo no âmbito dos municípios localizados na área da Baía de Todos os Santos é caracterizado por uma desarticulação de políticas voltadas para o planejamento adequado da atividade. Os recursos encontrados na Baía de Todos os Santos, são potenciais desenvolvedores de diversas modalidades de turismo, destacando-se atualmente o turismo de sol e praia, praticado nos diversos municípios localizados na área em estudo; o turismo de aventura, considerando-se as riquezas naturais existentes nos municípios que circundam a baía; o turismo étnico, que é um segmento que pode ser bastante representativo na região, em decorrência do processo de formação histórica e as consequentes tradições experimentadas pelas populações locais, representadas atualmente pelas festas religiosas e pela manutenção dos rituais afrodescendentes; e a gastronomia peculiar da região que se apresenta como um recurso turístico importante para a diferenciação da identidade das localidades ali existentes, sem falar no turismo náutico, em função da condição diferenciada da Baía de Todos os Santos, principalmente no que toca às excelentes condições de navegabilidade e beleza cênica.

No contexto dos recursos turísticos existentes na região, destacam-se :

- Turismo de sol e praia

- Turismo de aventura

- Turismo étnico e cultural

- Turismo gastronômico

- Turismo náutico

Estudos do Ministério Público da Bahia, voltados para analisar os diagnósticos já elaborados para a região, constataram a inexistência de um diálogo socioeconômico e ambiental. Na região não existe um zoneamento ecológico econômico – ZEE – que permita o ordenamento do uso do solo e o consequente planejamento. Segundo a promotoria do Ministério Público, que através do Núcleo Baía de Todos os Santos desenvolveu os referidos estudos, o problema regional é uma questão de governança: como investir em captação de turistas sem investimento na base? Considera a Promotora de Justiça.

Existem, segundo a promotora, Dra. Cristina Seixas, 32 empreendimentos de grande porte a serem implantados nos municípios localizados na Baía de Todos os Santos. O constatado até o momento é que não existe a mínima integração entre o planejamento de implantação dos empreendimentos e as populações ali localizadas. Segundo Dra. Cristina, não há possibilidade de se discutir o incremento do turismo no estado, a partir do desenvolvimento do turismo náutico, sem a integração de políticas públicas, sem a incorporação da gestão social do turismo, sem as soluções necessárias à dinamização do fluxo de navios que ficam estacionados diariamente na borda da Baía de Todos os Santos, cerca de 45 diariamente. O PRODETUR, segundo a visão do Ministério Público, necessita se posicionar como um integrador de políticas, garantindo a articulação entre a base e o topo das ações de desenvolvimento local através do turismo na Baía de Todos os Santos.

Durante o Seminário de Turismo e Sustentabilidade na Baía de Todos os Santos, promovido pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, ocorrido no dia 06 de junho de 2014, foi possível observar a preocupação dos diversos atores de municípios ali localizados. O professor e educador da área de turismo, Sr. Alberto Viana, considerou que não há como fazer turismo com a condição de degradação na qual se encontram as bordas da Baía de Todos os Santos, inclusive na borda da capital baiana.



Figura 561 – Composição da mesa no evento promovido pela SETUR 06/06/2014

Os municípios localizados na região da Baía de Todos os Santos, com exceção da capital baiana, e considerando-se a intensidade diferente de esforços voltados para o desenvolvimento turístico municipal, apresentam estágios semelhantes no que se relaciona aos esforços de desenvolvimento do turismo. Os municípios ali localizados ainda encontram-se desestruturados para receber um incremento de fluxo de turistas. A maioria deles não possui sequer o inventário da oferta turística, nem mesmo o plano municipal de turismo.

Segundo o Sr. André Reis, Secretário de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer do município de Vera Cruz, atualmente a preocupação do município está direcionada para o levantamento de informações que irão compor o inventário turístico municipal. A secretaria vem pensando e planejando reuniões direcionadas para o incentivo à produção associada ao turismo, de forma a planejar antecipadamente o município frente ao desenvolvimento prometido para a região.

O município de Vera Cruz segmentou o desenvolvimento da atividade turística em 4 polos:

- Polo Receptor, composto pela região de Mar Grande.

- Polo do Ecoturismo, composto por Cacha Prego e Catu.

- Polo da Cultura, concentrado na região de Matarandiba.

- Polo do Turismo de Base Comunitária, na região de Baiacu.

As ações a serem desenvolvidas para cada polo estão sendo construídas a partir de diálogos com as comunidades locais. O secretário entende que os investimentos no turismo náutico, a partir da atração e criação de grandes eventos, serão importantes para ajudar na mudança do perfil do turista que frequenta a região. Atualmente, o turismo de massa vem dominando o perfil de turista que frequenta a ilha, é um turismo bastante predatório. Segundo o Secretário, Vera Cruz possui cerca de 41.000 habitantes e chega a receber no período de alta estação cerca de 300.000 pessoas. É um destino economicamente mais acessível para a maior parte da população.



Figura 562 – Entrevista Secretário de Turismo município de Vera Cruz 06/06/2014

Existem, por parte do governo do estado, alguns esforços direcionados para uma aproximação entre os atores regionais e para a promoção do turismo local, a exemplo da consolidação da espacialização dos recursos turísticos da Baía de Todos os Santos. Conforme demonstrado na figura que segue, pode-se observar a existência de sítios históricos, igrejas, museus, ancoradouros, cachoeiras e parques indígenas, já computados nos arquivos municipais e estadual.



Figura 563– Espacialização de recursos turísticos, região da Baía de Todos os Santos

Como forma de analisar mais especificamente as características dos municípios localizados na região da Baía de Todos os Santos, recomenda-se consultar o quadro resumo no final desta seção, intitulado: Perfil Turístico dos Municípios da Área da Baía de Todos os Santos.

2.2.11.2. Identificação e diagnostico dos usuários das áreas turísticas e dos equipamentos de turismo

O noticiário da imprensa é farto em divulgar que os estrangeiros escolhem a Bahia como o principal destino turístico do Nordeste. O estado registrou, em 2011, um fluxo de 11 milhões de visitantes, sendo que 558 mil são estrangeiros, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Os estrangeiros que frequentam a Bahia são oriundos na sua maioria da Argentina, seguidos pela Espanha, Itália, França, Alemanha e Estados Unidos.

No turismo doméstico, 5,3 milhões de brasileiros, em 2012, escolheram o estado da Bahia como destino turístico. Os principais mercados emissores para a Bahia são: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo estudos realizados pelo Observatório do Turismo na Bahia, a Baía de Todos os Santos – BTS – respondeu pela atração de 36,9% do fluxo turístico doméstico da Bahia, em 2011. Este percentual pode ser incrementado se considerados os deslocamento realizados pelo *veraneio*, atividade caracterizada por pessoas que possuem segunda residência. É importante considerar que o fluxo para a capital do estado está considerado na Zona Baía de Todos os Santos, o que demonstra que o grande atrativo do estado da Bahia é a capital, seguida da Costa do Descobrimento e da Costa dos Coqueiros.

Quadro 315– Participação das Zonas Turísticas no Fluxo Turístico Doméstico, Bahia, 2011

Zona Turística	Participação (%)
Baía de Todos os Santos	36,9
Costa do Descobrimento	14,1
Costa dos Coqueiros	10,1
Costa do Cacau	6,2
Costa do Dendê	5,8
Costa das Baleias	5,5
Caminhos do Sertão	5,2
Chapada Diamantina	4,5
Caminhos do Oeste	4,3
Lagos do S. Francisco	2,3
Caminhos do Jiquiriça	1,5
Vale do São Francisco	0,9
Caminhos do Sudoeste	0,5
Outras cidades	2,3

Fonte – Observatório do Turismo na Bahia/SETUR 2012.

Quadro 316– Principais Destinos do Fluxo Turístico Internacional, Bahia, 2011

Zona	Participação
Salvador	67,0
Porto Seguro	10,7
Ilhéus	5,7
Praia do Forte	3,6
Morro de São Paulo	1,4
Arraial D'Ajuda	5,0
Costa do Sauípe	5,9
Imbassaí	3,4
Maraú	9,8
Itacaré	7,7
Lançóis	8,9
Trancoso	5,8
Cairu	9,3

Fonte – Observatório do Turismo na Bahia/SETUR 2012.

O fluxo turístico representado pelos percentuais que a cidade de Salvador apresenta influencia em grande parte a dinâmica do turismo nos municípios da região da BTS, sobretudo Vera Cruz e Itaparica, que estão se preparando, através de planos estratégicos, para desenvolver os serviços turísticos (receptivo, equipamentos, atrativos, etc.). A vocação da região tem sido caracterizada pelo potencial do turismo náutico.

Segundo os dados da SETUR[233] do ano de 2012, acerca do público usuário do turismo náutico na BTS, é possível perceber que grande parte dos entrevistados é originário do fluxo doméstico, conforme local de residência (91,1%). Os estados do sudeste também se destacam, além do Ceará (12,2%), Santa Catarina (9,8%) e Pará (9,8%). O fluxo de turistas do próprio estado corresponde à (9,8%).

Quadro 317 – Público Usuário do Turismo Náutico na BTS

País	Percentual %
Brasil	91,1
Argentina	4,4
Chile	2,2
Portugal	2,2

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

Quadro 318 – Estado de Residência do Usuário do Turismo Náutico na BTS

Estado	Percentual %
São Paulo	14,6
Ceará	12,2
Minas Gerais	12,2
Rio de Janeiro	12,2
Bahia	9,8
Pará	9,8
Santa Catarina	9,8
Acre	4,9
Distrito Federal	4,9
Amazonas	2,4
Pernambuco	2,4
Paraná	2,4
Tocantins	2,4

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

[233]Pesquisa realizada em 2012 intitulada “Turismo Receptivo: roteiros da Baía de Todos os Santos”. Disponível em: <http://observatorio.turismo.ba.gov.br/pesquisas-de-segmentos/nautico-de-esportes-e-recreio/> Acesso em 10/Mai. 2014

Conforme demonstrado nos dados relacionados à escolaridade dos entrevistados, a grande maioria possui formação superior completa (68,2%), além de ser significativa a parcela dos entrevistados que possuem pós-graduação (15,9%). Vale destacar que tais dados confrontam-se com grande parte do perfil dos moradores dos municípios da AID, ou seja, uma parcela significativa de população possui apenas o ensino fundamental.

Quadro 319 – Nível de escolaridade dos entrevistados

Nível	Percentual %
Médio completo	15,9
Superior completo	68,2
Pós-Graduação completa	15,9

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

A renda média dos entrevistados é de R$3.852,41, que pode ser considerada elevada para os padrões socioeconômicos locais revelados pelo Censo 2010, em como demais sondagens de órgãos institucionais, realizadas na região em estudo. Seguindo o perfil de renda, grande parcela dos entrevistados tem uma renda individual entre 1.000-5.000 (60,8%).

Quadro 320 – Renda Média Mensal Individual dos Entrevistados

Classe de Valor (R$)	
Valor	**%**
Menor que 1000	2,4
1000 – 2000	19,5
2000 – 3000	22,0
3000 – 5000	29,3
5000 – 10.000	19,5
10.000 – 15.000	4,9
15.000 ou mais	2,4

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

Outro aspecto avaliado pelos estudos do Observatório do Turismo, no âmbito do turismo náutico e receptivo na Baía de Todos os Santos, foi a localização em que ocorre a concentração das atividades náuticas. Neste quesito, constatou-se que o turismo náutico de receptivo na BTS fica concentrado em poucos destinos, considerando-se a amplitude da baía, conforme pode ser visualizado no quadro que segue.

Quadro 321 – Localidades Visitadas

Localidade	%
Ponta de Nossa Senhora (Ilha dos Frades)	57,8
Itaparica	57,8
Ponta de Areia	26,7
Morro de São Paulo	20,0
Ilha de Maré	2,2
Boipeba	2,2

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

Os locais mais visitados são Ilha dos Frades, Itaparica e Ponta de Areia, o que representa pouco diante do potencial de atrativos da ilha. No entanto, sabe-se que a escolha por tais destinos tem relação com a infraestrutura ofertada em torno de serviços turísticos, sobretudo quando comparado à composição de gastos dos turistas, especialmente com o transporte/embarcação (40,1%) e alimentação (38,6%), conforme quadro a seguir.

Quadro 322– Composição de Gastos

Serviço	Participação %
Transporte/Embarcação	40,1
Alimentação	38,6
Compras	2,7
Outros	18,6

Fonte: SETUR/SUINVEST 2012

2.2.11.3.Caracterização e mapeamento das áreas de lazer e turismo

A área de influência, decorrente da implantação da ponte Salvador/Itaparica, é composta pela Área Diretamente Afetada – ADAe pela Área de Influência Direta – AID e estas, por sua vez, são compostas pelos municípios conforme descrição que segue:

- ADA – Salvador, Itaparica e Vera Cruz.

- AID – Salinas da Margarida, Simões Filho, Aratuípe, Jaguaripe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Lauro de Freitas Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Nazaré das Farinhas, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Varzedo.

Sublinham-se diferenciações em áreas de lazer, principalmente nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador, com os demais. Estas duas localidades estão bem

próximas e usufruem de maior diversidade de espaços de lazer e turismo, quando comparados aos demais municípios da área de influência. Em Salvador encontram-se os principais atrativos histórico-culturais da região, shoppings centers, praias, quadras de esportes, parques públicos, praças, museus e outros e equipamentos de lazer. Já em Lauro de Freitas, o principal espaço de lazer utilizado pela população é a praia, também existem ginásios, pistas de skate e uma quantidade limitada de quadras de esportes e praças públicas.

Classificação	Municípios
Âncoras	• Salvador • Itaparica • Maragojipe • Jaguaripe
Indutores de desenvolvimento	• São Francisco do Conde • Vera Cruz • Cachoeira • Nazaré
Apoio ou Escala	• Madre de Deus • Simões Filho • Salinas da Margarida • São Félix • Aratuípe
Passagem	• Candeias • Saubara • Santo Amaro
Satélites	• Muniz Ferreira • Muritiba

Figura 564 – Classificação por potencial turístico[234]

[234] Disponível em <http://pt.slideshare.net/turismobahia/plano-de-ao-prodetur-nacional-baa-de-todososantos?utm_source=slideshow02&utm_medium=ssemail&utm_campaign=share_slideshow_loggedout>Acesso em maio de 2014.

Os demais municípios da AID possuem uma estrutura precária de lazer (equipamentos, espaços públicos, museus, etc.), resumindo-se a eventos coordenados pelo poder público e pelo poder privado.

No quadro que segue podem ser visualizados alguns dos recursos que se apresentam em determinados municípios destacados como área de influência do empreendimento. Observa-se na região o potencial do turismo náutico e de sol e praia, havendo uma homogeneidade em torno dos atrativos diante de três recursos estruturantes:

- O histórico cultural.

- Manifestações culturais.

- Recursos naturais.

Neste sentido, os municípios da ADA se destacam, embora se possa avançar o turismo para os municípios da contracosta, explorando talvez os recursos históricos, equipamentos, serviços de receptivo, etc.

Quadro 323– Recursos/atrativos naturais, culturais e históricos dos municípios

Município	Histórico Cultural	Manifestações culturais	Naturais	Área de Influência
Itaparica é o único município que dispõe de água mineral com propriedades medicinais, à beira-mar, além de possuir, em sua sede, alguns prédios de arquitetura militar e religiosa, como o Forte de São Lourenço e a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento.	• Fonte da Bica • Centro Histórico	• Artesanato de Itaparica • Festa da Independência – 07/01	• Praia de Ponta de Areia • Praia do Forte e do Boulevard • Praia da Ponta do Mocambo ou Praia dos Namorados • Praia de Amoreiras • Porto Santo • Ilha do Medo (estação ecológica)	ADA

Município	Histórico Cultural	Manifestações culturais	Naturais	Área de Influência
O atrativo principal do município de **Jaguaripe** é o centro histórico da cidade, interligado por túneis subterrâneos, onde os religiosos se abrigavam dos ataques dos índios.	• Cadeia do Sal • Igreja D'Ajuda	N/A	• Ponta do Garcez • Praia de Mutá • Camaçandi/Ilha D'Ajuda • Manguezais de Jaguaripe • Rio Jaguaripe e da Dona • Cachoeira do Rio Tiriri e da Pancada Alta.	AID
Nazarédas Farinhas faz com que a sua produção de cerâmica seja utilizada como produto turístico efetivo do estado, tendo como ponto culminante a mais antiga feira de artesanato realizada durante a Semana Santa, levando ao município visitantes das regiões circunvizinhas, bem como da capital e de fora do estado.	• Cine Rio Branco • Centro Histórico • Estação de Trem e Locomotiva • Fazenda Senhor do Bonfim	• Artesanato de Nazaré • Capoeira de Nazaré • Festa de São Roque • Feira dos Caxixis	• Rio Jaguaripe • Cachoeira do Roncador • Morro do Silêncio	AID
A figura das “mariscadeiras”, mulheres que catam mariscos para sobreviver, geralmente acompanhadas por crianças, é a que mais chama atenção em **Salinas da Margarida**, que recebeu este nome graças à extração de sal em terras de uma senhora chamada Margarida. Mariscos e camarões são abundantes na região, sendo a mariscada o prato típico da culinária de Salinas. A cidade também é famosa pelo artesanato com conchas e búzios. O município possui forte potencial para a pesca e a prática de esportes náuticos.		• Artesanato • Gastronomia	• Barra do Paraguaçu • Ponta do Dourado • Praia da Ponte • Praia Grande • Praia do Amor • Praia do Maia	AID

Município	Histórico Cultural	Manifestações culturais	Naturais	Área de Influência
Salvador é conhecida como a “capital cultural do país”, berço de grandes nomes do cenário artístico, com destaque mundial. No Pelourinho, existem mais de 800 casarões dos séculos XVII e XVIII. Diversas igrejas e museus completam a estrutura desse bairro, que, no passado, era ponto usado para castigos dos escravos. A cidade destaca-se historicamente, também, por ter sido o principal porto do hemisfério sul.A natureza foi generosa nos 50 km de costa que Salvador tem, onde as belezas naturais são tão vastas quanto a grande extensão do seu litoral.	• Centro Histórico de Salvador • Igreja de São Francisco • Igreja do Senhor do Bonfim • Forte de Santo Antônio da Barra • Mosteiro de SãoBento • Elevador Lacerda • Museu Náutico • Museu Carlos Costa Pinto	• Bom Jesus dos Navegantes – 01/01 • Lavagemdo Bonfim – 2ª. quinta-feira de janeiro • Festa de Iemanjá- 02/02 • Santa Bárbara – 04/12 • N. S. da Conceição da Praia – 08/12		ADA

Município	Histórico Cultural	Manifestações culturais	Naturais	Área de Influência
Vera Cruz possui 40km de praias banhadas por águas mornas e protegidas por recifes, na costa leste, e um verdadeiro santuário ecológico na contracosta. O cenário é perfeito para quem gosta de curtir a natureza. Para os que procuram aventura, esportes náuticos e paraquedismo, a região parece ter sido feita sob medida. Mar Grande é o mais frequentado pelos jovens, especialmente durante o verão, e oferece um grande número de hotéis, pousadas, bares e restaurantes típicos. A biodiversidade dos ecossistemas, como manguezais, restingas e Mata Atlântica, assim como a flora e a fauna marinha, tem despertado o interesse de especialistas das mais diversas áreas, resultando na criação de duas unidades de conservação municipais: o Parque Ecológico de Baiacu e a Área de Proteção Ambiental Recife das Pinaúnas.	• Igreja do Bom Jesus • Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão • Igreja de Nossa Senhora da Penha • Igreja de Nosso Senhor de VeraCruz	N/A	• Parque Ecológicode Baiacu • Área de Proteção Ambiental Recife das Pinaúnas • Praias de Gameleira, Mar Grande, Penha, Barra do Gil,Coroa, Barra do Pote, Conceição, Barra Grande, Tairu, Aratuba, Berlinque, Cacha-Prego • Barra Falsa • Rio do Sobrado • Fontes do Calado	ADA

Fonte: SETUR/BA 2012

2.2.11.4.Diagnostico dos hábitos recreativos da população

A recreação é uma das formas do sujeito aproveitar o tempo livre existente. Podendo ser considerado um relaxamento mental ou físico do corpo, a recreação exige o desempenho de atividades como forma de obter diversão. O que acontece muitas vezes nas comunidades menores é que não se diferencia o tempo de trabalho do tempo livre. As atividades de lazer, nas pequenas comunidades, são vivenciadas na própria residência ou nas residências de vizinhos ou amigos, ou mesmo nas atividades do cotidiano, como a pesca e a mariscagem.

Já nas cidades maiores, os hábitos recreativos são diversos, uma vez que os tempos de trabalho e os tempos de lazer estão bem definidos, por conta dos hábitos modernos das relações de trabalho. Por outro lado, a infraestrutura das cidades proporciona maior diversidade de opções para práticas recreativas.

Os municípios da ADA e AID mantêm perfil semelhante em torno dos hábitos recreativos, com exceção de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, por conta de uma pluralidade dos hábitos culturais e de sociabilidade.

Destaca-se, nas localidades da AID, a recreação a partir da participação em festas populares, principalmente as festas religiosas, muito comuns em decorrência da herança histórico-cultural apreendida desde o tempo da colonização. Tem-se também em igual importância o lazer vinculado a encontros familiares e com amigos nas residências e bares da região (de preferência à beira-mar), em certos casos intermediados por organizações sociais (colônia de pesca, associações, etc.).

Os hábitos recreativos das pessoas estão associados à infraestrutura de lazer que as cidades possuem. De maneira geral as cidades, que compõem a área de influência da construção da ponte Salvador-Itaparica, não usufruem de equipamentos que permitam à população desfrutar de diversas opções de recreação. Por outro lado, inexistem políticas municipais que estimulem atividades recreativas em ruas e praças, o que limita ainda mais as opções recreativas, dada a inexistência de equipamentos. Dessa forma, o que pode ser visualizado como programa recreativo das populações é a alta frequência em bares locais.

Os investimentos realizados pelo estado da Bahia têm promovido a efetivação de investimentos da iniciativa privada. Segundo a Setur, este estado detém um dos maiores conjuntos de investimentos turísticos do Brasil. Os investimentos privados

certamente privilegiarão a Baía de Todos os Santos, já que essa zona turística está posicionada atualmente como a principal área de investimento a ser contemplada pelo estado.

Os diferenciais em termos de atrativos da Baía de Todos os Santos sugerem ênfase no turismo de sol e praia, turismo de aventura, turismo étnico e cultural, turismo gastronômico e no turismo náutico, sendo esta última vocação o principal recurso turístico da região, em função do potencial apresentado pela Baía de Todos os Santos para o desenvolvimento dessa atividade.

Segundo estudos realizados pelo Ministério Público do Estado, existem 32 empreendimentos de grande porte que serão implantados na zona turística em questão, contudo, não existe o zoneamento econômico e ecológico da área, fato que pode representar o comprometimento ambiental do principal recurso turístico da região: as águas da Baía de Todos os Santos.

Sendo o turismo um produto que se consome no local para onde o público é atraído, deve ser prioritário para o estado a implementação de iniciativas que promovam o ordenamento e o uso responsável dos recursos existentes. Não há dúvida que o turismo vem despontando como elemento indutor de diversas transformações, por conta das discussões de ressignificação do lugar, na busca pela singularidade, especificidades e diversidade que estão em contraponto à standardização preconizada pelo processo de globalização. Mas, para o alcance dessas transformações, se faz necessário o planejamento na busca do ordenamento e da valorização de aspectos peculiares de cada localidade.

Observa-se a inexistência de diálogo entre os órgãos estaduais responsáveis por planificar a ocupação dos espaços urbanos, fato que se reflete nos números ainda incipientes no que toca à atividade turística no Brasil e na Bahia.

Nos últimos anos, a atividade turística pouco tem contribuído para o processo de desenvolvimento, uma vez que as ações governamentais estão na sua grande maioria direcionadas para a captação de turistas em grandes mercados emissores, além disso, o planejamento em infraestrutura receptiva fica em segundo plano.

Segundo Lúcia Queiroz, economista e pesquisadora do turismo, o processo de planejamento com vistas ao desenvolvimento sustentável do turismo baiano pressupõe o entendimento, por parte do estado, da necessidade de coordenar o

crescimento do turismo. O papel do estado foi assim definido pela pesquisadora no PDITS:

> O grande papel do estado no desenvolvimento do turismo é o de planejador, indutor e coordenador dos polos de turismo na Bahia. Como forma de garantir a implementação dos rumos e estratégias definidas o estado provê a implementação de infraestrutura de transportes; implementação dos serviços básicos (distribuição de água, estrutura de esgotamento sanitário e estruturas de disposição final de resíduos sólidos); socioeducação para o turismo; segurança; regulamentação da atividade, entre outras atividades PDTIS, 2002, p. 426)

Ainda segundo Queiroz, não só ao estado foi reservado um papel de destaque do PDTIS. A macroestratégia gestão municipal, ao definir que o desenvolvimento do turismo se dá na instância local, considera o escopo das responsabilidades das prefeituras como estrategicamente importante. Cabe assim, ao município:

> A elaboração e implementação das ferramentas de gestão; implementação e operação dos Conselhos Municipais de Turismo e do Meio Ambiente, gestão e manutenção do Patrimônio Histórico; operação dos sistemas de coletas e disposição final dos resíduos sólidos (a implantação é atribuição do poder estadual); e execução de intervenções de urbanização e paisagismo que melhorem a relação dos cidadãos e turistas com a cidade (PDTIS, 2002, p. 427) (apud Alcides e Vera 2008)

Segundo Érico Mendonça , profissional reconhecido na área de turismo em todo o Brasil, deve-se considerar que o potencial para o turismo náutico na Baía de Todos os Santos precisa ser desenvolvido, independentemente da construção da ponte Salvador/Itaparica.

Ainda sob a ótica de Érico Mendonça, o impacto no turismo sob o ponto de vista da possibilidade da ponte poder ampliar o espaço turístico, facilitando o ir-e-vir e possibilitando a fruição de um maior número de atrativos, ampliando dessa forma a permanência do visitante e os seus gastos na região, certamente a ponte poderia contribuir positivamente na maior interação dos destinos Salvador / BTS com a Costa dos Coqueiros e a Costa do Dendê.

Quadro 324 – Infraestrutura náutica na ADA e AID

Infraestrutura portuária	Localização
Porto de Salvador	Salvador
Atracadouro de Coqueiros	Maragojipe
Atracadouro de Jaguaripe	Jaguaripe
Atracadouro de São Roque do Paraguaçu	Maragojipe
Atracadouro do Duro Mar Grande	Vera Cruz
Atracadouro de Enseadinha	Maragojipe
Atracadouro Flutuante em Barra do Paraguaçu	Salinas da Margarida
Atracadouro Nagé Maragojipe	Maragojipe
Atracadouro do Museu Wanderlei de Pinho	Candeias
Atracadouro de São Francisco do Conde	São Francisco do Conde
Estaleiro Corema	Salvador
Estaleiro Logic Bahia	Salvador
Estaleiro Dream	Salvador
Estaleiro B3 Boats	Simões Filho
Estaleiro Sailing 21	Salvador
Terminal de Serviços Aleixo Belov	Salvador
Terminal da Ilha Bom Jesus dos Passos	Salvador
Terminal de Cajá	Maragojipe
Terminal de Salinas da Margarida	Salinas da Margarida
Terminal hidroviário de Botelho – Ilha de Maré	Salvador
Terminal hidroviário de Mar Grande	Vera Cruz
Terminal hidroviário de Madre de Deus	Madre de Deus
Terminal hidroviário de Paramana – Ilha dos Frades	Salvador
Terminal hidroviário de Ponta de Nossa Senhora – Ilha dos Frades	Salvador
Terminal náutico da Bahia (ex-Centro Náutico da Bahia)	Salvador
Terminal turístico Igreja do Loreto – Ilha dos Frades	Salvador
Terminal hidroviário Via Náutica Ponta de Humaitá – Monte Serrat	Salvador
Terminal hidroviário de São Tomé de Paripe	Salvador
Marinha do Brasil – 2o. Distrito Naval	Salvador
Marinha do Brasil – Base Naval	Salvador

Fonte: SETUR, 2010 – Plano Estratégico de Turismo Náutico na BTS, 2010.

Conforme citado anteriormente, em referência à quantidade de vagas para embarcações em marinas e clubes a região da Baía de Todos os Santos apresenta um déficit que seguramente vem inibindo o desenvolvimento das atividades do turismo náutico na região.

Quadro 325 – Perfil Turístico dos Municípios da Área da Baía de Todos os Santos

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
Aratuípe						
Elevada à condição de cidade em 1891, Aratuípe está localizada na Baía de Todos os Santos, entre os municípios de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. É em Aratuípe que se encontra o distrito de Maragogipinho, berço da cerâmica baiana. Aratuípe mantém viva a tradição de confeccionar peças em barro que apresentam em sua forma nítidas influências indígenas e portuguesas. Além das olarias locais, a arte pode ser vista durante a Feira dos Caxixis, que acontece anualmente na cidade de Nazaré, no período da Semana Santa e recebe artesãos e visitantes de inúmeras partes do país e do exterior e conta com muitas atrações da cultura popular.	A origem de Aratuípe remonta à Aldeia de Santo Antônio, pertencente ao município de Nazaré das Farinhas e organizada no século XVI para catequizar os índios da região. A localidade chegou a ser visitada até por D. Pedro II, em novembro de 1859. Em 1890 foi elevada à condição de vila e, em 1890, transformada em cidade.	A economia local é baseada principalmente na produção artesanal de produtos cerâmicos, como potes, panelas, telhas e tijolos e na extração de piaçava e dendê e culturas agrícolas.	8.520 habitantes.	Não há meio de hospedagem cadastrado no MTur.	Frutos do mar.	Cerâmica e caxixis.
Cachoeira						
Localizada na microrregião de Santo Antônio de Jesus, estado da Bahia, Cachoeira traz consigo fortes traços da cultura com matrizes africanas, em especial, da etnia Malê.	De Freguesia de Nossa Senhora do Rosário a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu e depois cidade de Cachoeira, em 1873. A trajetória da cidade mostra prosperidade econômica e rica	Inicialmente uma região habitada por índios, foi a iniciativa de duas famílias portuguesas, os Dias Adorno e os Rodrigues Martins, que possibilitou sua elevação à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em 1674. Devido à sua	31.630 habitantes.	- Meios de hospedagem : 11 - UH's: 138 - Leitos: 325	Maniçoba e licores.	Cerâmica, Metal, Bordado, Couro,

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
Ocupando uma área de 395 km², a sua sede foi inicialmente uma área habitada por índios e, posteriormente, colonizada pelos portugueses, responsáveis pela sua elevação à condição de freguesia, batizada com o nome de Nossa Senhora do Rosário em 1674. O município de Cachoeira está subdividido nos distritos de: Cachoeira (sede), Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape. A região foi desbravada em meados do século XVI, mas o povoado, nascido em torno de um engenho de açúcar, só começou a crescer um século mais tarde. Até o início do século XIX foi um dos mais extensos da Bahia. Dele se desmembraram os primitivos municípios de Feira de Santana (1832), Tapera, atual Stª Terezinha (1849), Curralinho, hoje Castro Alves (1880), São Gonçalo dos Campos (1884), São Felix (1889), Santo Estevão (1921) e Conceição de Feira (1926). No final do século XIX, grandes obras públicas foram realizadas, como a Estrada de Ferro Central da Bahia, a Ponte D. Pedro II (1882/85) e a Hidroelétrica	cultura baseada, principalmente, nos costumes dos escravos africanos que lá trabalharam no cultivo do fumo e da cana-de-açúcar, por muito tempo o principal produto de exportação da colônia do Brasil. Cercada pelo rio Paraguaçu, a cidade teve papel preponderante na independência da Bahia, última província brasileira a conseguir se libertar de Portugal. Com importância histórica, cheia da magia do sincretismo religioso que liga o catolicismo ao candomblé, é formada por casarios seculares. A cidade de Cachoeira foi tombada, em 1971, como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). Atualmente, a cidade é um dos principais destinos do turismo étnico-afro na Bahia. Entre os eventos de destaque da cidade, estão: a comemoração da Independência da Bahia, em 25 de junho, e a festa da Boa Morte, promovida pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, cujos festejos acontecem no	localização estratégica, um entroncamento de importantes rotas que se dirigiam ao sertão, ao recôncavo, às minas gerais ou a Salvador, então capital da colônia, logo passou a se enriquecer e, em 1698, tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu – o nome se dá por se situar próxima às quedas d´água presentes na cabeceira do Rio Paraguaçu. O desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar, da mineração de ouro no Rio das Contas, a intensificação do tráfico pelas estradas reais e da navegação do Rio Paraguaçu colaboraram para o rápido desenvolvimento econômico da região, a partir do século XVIII. Já em inícios de 1800, a sociedade cachoeirense detém grande influência política e participa ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial n° 43). Cachoeira é considerada Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e				Madeira.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
de Bananeiras (1907/20). O atual município, que está a 8m sobre o nível do mar, limita-se com Santo Amaro, Conceição da Feira e, por meio do rio Paraguaçu, com São Felix, Maragogipe e Salinas da Margarida.	período de 09 a 12 de agosto. A presença dos afrodescendentes em Cachoeira é marcante. Prova disto é o número expressivo de áreas identificadas como de quilombos na região, pela Fundação Palmares, desde 2004. Ao todo são 15 agrupamentos quilombolas. A herança remanescente se apresenta em cores fortes, seja através das Casas de Culto Afro Religioso, seja por intermédio dos grupos e manifestações culturais.	Nacional (IPHAN). No início do século XIX, Cachoeira era a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil. Sua liderança política, durante as lutas de Independência do Brasil e da Bahia projetou-a também na história política do Brasil. No rico solo “massapé” do Iguape se multiplicaram os engenhos de açúcar. Mas a atividade comercial foi, talvez, mais importante para o desenvolvimento da vila do que a produção açucareira. Situada no limite de navegação do Paraguaçu, Cachoeira desfrutava de uma localização privilegiada, na fronteira entre duas regiões econômicas complementares: o Recôncavo e o Sertão. Para ela convergiam duas importantes vias: A Estrada Real de Gado, que demandava a zona de criação e as barrancas do Rio São Francisco; e a Estrada das Minas que de São Felix se dirigia a Chapada Diamantina, Minas e Goiás.				

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
Candeias						
Com o sexto maior PIB do estado da Bahia, suas maiores atividades econômicas giram em torno de um consolidado parque industrial, um dos mais importantes portos do Brasil, o Porto de Aratu, além de fazer parte do Centro Industrial de Aratu, e estar próxima da segunda maior refinaria do país, a Refinaria Landulfo Alves – Mataripe (RLAM). Localiza-se a uma latitude 12º40'04" sul e a uma longitude 38º33'02" oeste, estando a uma altitude de 97 metros. Possui uma área de 265,555 km². Sua bacia hidrográfica é composta pelos rios: Joanes, São Francisco, São Paulo, Imbiruçu, Jacarecanga.	A cidade de Candeias tem sua história marcada pela cultura da cana-de-açúcar e presença de engenhos como os de Caboto de Pitanga, no século XVI. Muito conhecida no turismo religioso, que atrai caravanas para a festa de Nossa Senhora das Candeias, padroeira do município, a cidade se desenvolveu ainda mais já no século XX com a instalação de usinas no rio São Paulo e implantação de linha férrea ligando-a a Salvador. Outro fato marcante na história da cidade foi a descoberta do petróleo, fato que depois resultou na emancipação da Vila de Nossa Senhora das Candeias.	Industrial (economia vinculada à extração, processamento, transporte e comercialização de petróleo, gás e produtos correlatos).	79.831 habitantes.	- Meios de Hospedagem : 5 - UH's: 79 - Leitos: 237	Recôncavo	Imagens em barro e madeira.
Itaparica						
O topônimo de origem tupi significa "cerca feita de pedras"7 ou "mata do canal das pedras", através da junção dos termos ita (pedra), pari (canal para apanhar peixes) e ka'a (mata)8 . Itaparica teve sua fama inicial como balneário de repouso e de saúde devido às bonitas praias e à água mineral que jorra da Fonte da Bica, localizada dentro da cidade, na costa oeste. Juntamente	Localizada na ilha de mesmo nome, a cidade de Itaparica foi um importante centro produtor de cana-de-açúcar, aguardente, cal e criação de gado. A região também funcionou como empório de construções navais da colônia e foi o principal ponto de pesca de baleias, da qual se aproveitavam principalmente o óleo (ou azeite), que era utilizado	Turismo.	20.591 habitantes.	- Meios de Hospedagem : 17 - UHs: 271 - Leitos: 647	Frutos do mar.	Lembranças da Bahia Artesanato com conchas

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
com o município de Vera Cruz, compõe a Ilha de Itaparica. Fica a sessenta minutos de barco de Salvador ou 25 minutos em catamarã.	como argamassa em construções antigas e até como combustível para a iluminação pública. Seu casario chama a atenção de quem visita o município, principalmente as casas e sobrados localizados na região central, assim como a Igreja da Matriz do Santíssimo Sacramento. Com nome que, em tupi-guarani, significa cerca de pedras, Itaparica também conta com construções militares, como o Forte de São Lourenço, e com a Fonte da Bica, que torna o município em instância hidromineral reconhecida nacionalmente.					
Jaguaripe						
Situada em uma faixa de terra entre o Rio Jaguaripe e seu principal afluente, o Rio da Dona, a cidade desenha belas paisagens naturais em meio a praias lindas e lugares históricos. Cercada por extensos manguezais que vão até a foz do Jaguaripe, seus principais atrativos são um santuário ecológico, com praias de areias alvas e riachos que	A cidade de Jaguaripe foi formada a partir de uma das mais antigas vilas surgidas na região, a vila de N. Senhora da Ajuda, oriunda da aldeia de Santo Antônio. Fundada em 1613 pelos jesuítas, detém ainda fortes traços do período colonial.	A economia é baseada na pesca e na agropecuária, especialmente castanha de caju e rebanho de búfalos.	16.401 habitantes.	- Meios de hospedagem : 10 - UH's: 117 - Leitos: 384	Frutos do mar.	Reproduções de embarcações em madeira. Cestaria. Tecelagem.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
encantam pelo belo contraste na paisagem e o Centro Histórico da cidade, interligado por túneis subterrâneos, onde os religiosos se abrigavam dos ataques dos índios. Jaguaripe é ideal para quem gosta de aventuras e esportes. A cidade oferece ondas fortes para os surfistas de plantão, trilhas em meio à Mata Atlântica e os mais diversos encantos culturais. O porto, a duas léguas da foz, é capaz de receber embarcações de médio porte.						
Madre de Deus						
Composta pelas ilhas de Maria Guarda, Vacas e Coroa do Capeta, Madre de Deus encanta pela diversidade de belezas naturais, com seus ricos ecossistemas de Mata Atlântica, manguezais e restingas. O casario arquitetônico do século XIX mantém-se preservado ao longo das ruas e nas edifiCações. O artesanato da região é rico em trabalhos em madeira, conchas de moluscos, tapeçarias, renda de bilro e miniaturas de barcos típicos. A culinária típica,	Seus primeiros habitantes foram os índios Tupinambás que a chamavam de Cururupeba. Foi palco de grandes invasões estrangeiras e, a partir de 1534, pertenceu à sesmaria de Mem de Sá e, posteriormente, foi doada aos jesuítas. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a ilha passou a pertencer à coroa, com a denominação de freguesia de Madre de Deus do Boqueirão. Em 1584 foi arrendada a lavradores e passou a chamar-se ilha de	A economia do município está baseada na pesca, turismo e principalmente repasses de ICMS oriundos da movimentação de produtos derivados de petróleo, através do Porto Almirante Câmara, que pertence à Petrobrás.	17.323 habitantes	Meios de hospedagem: 9 UH's: 133 Leitos: 313	Moqueca de siri-mole, camarão, lagosta, sambá e peguari Caldo de Sururu	Lembranças em madeira e conchas Tapeçaria Renda de bilro Miniaturas de barcos típicos

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
baseada em moquecas de siri-mole, camarão, lagosta, sambá e peguari (moluscos) e caldo de sururu, são convites à boa degustação e um presente ao paladar.	Madre de Deus.					
Maragogipe						
Maragogipe fica, exatamente, no ponto de encontro do Rio Paraguaçu com o Rio Guaí, formando uma extensa região de lagamar, cercada por, aproximadamente, 30 quilômetros de manguezais com cerca de 30 metros de largura. Apresenta excelentes condições para o turismo náutico, contando, inclusive, com uma ponte de atracação para embarcações de grande porte. Último paradeiro náutico do Recôncavo Baiano, a cidade ainda abriga, no porto do Caijá, dezenas de canoas e saveiros. As antigas embarcações à vela eram muito utilizadas para o transporte das mais diversas mercadorias no interior da Baía de Todos os Santos	Descoberta durante asexcursões exploratórias pelo rio Paraguaçu, cerca de duas décadas depois da chegada dos portugueses ao Brasil, Maragojipe foi importante no período colonial por sua rota de navegação e pela cultura de mandioca e da cana-de-açúcar e instalação de engenhos e casas de farinha. Maragojipe possui uma arquitetura colonial significativa e ainda abriga as tradicionais canoas e saveiros (um dos últimos esconderijos dessas antigas embarcações à vela) que foram usados como transporte de variadas mercadorias no Recôncavo. Oferece também atrativos naturais como a Cachoeira do Urubu e a Cascata	Os serviços petroquímicos, a pesca e o artesanato em cerâmica são as principais atividades econômicas do município. Destaca-se ainda o potencial turístico, com praias, manguezais, monumentos edificados, religiosidade, carnaval e atividades náuticas	42.975 habitantes	Meios de Hospedagem: 15 UHs: 194 Leitos: 429	Frutos do mar;	Cerâmica Caxixis Máscaras

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
até recentemente. Hoje, ainda restam alguns exemplares concorrendo com meios de transporte mais modernos. Como outras cidades da região, Maragogipe traz uma forte tradição religiosa católica, mas é também comprometida com o candomblé. A cidade pacata se transforma durante o mês de agosto, quando é celebrada a festa de seu padroeiro, São Bartolomeu.	do Guimarães. A união entre uma forte tradição católica, trazida pelos colonizadores portugueses, com a resistência do candomblé, herdada dos negros africanos, e o potencial náutico oferecem à cidade a condição de ser explorada turisticamente.					
Muniz Ferreira						
A cidade de Muniz Ferreira está localizada às margens do rio Jaguaripe e da BA-028, entre as cidades de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. O rio Jaguaripe acompanha a estrada, formando uma bela paisagem de pastos.	A cidade começou na antiga fazenda Paracoara, pertencente ao Barão de Taitinga. A fazenda, localizada às margens do rio Jaguaripe, e com área aproximada de 2.500 tarefas (1.089 ha), possuía um engenho de cana-de-açúcar e também cultivava mandioca, banana e dendê, dentre outras atividades agrícolas. Sua sede serviu como ponto de parada para os trens da estrada de ferro, até que fosse construída a estação ferroviária. Com a construção da estação,	A economia local é baseada na produção agrícola.	7.263 habitantes	Não há meio de hospedagem cadastrado no MTur.	Frutos do mar.	Não há produção local.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
	em 1880, o Barão de Taitinga doou terras para plantio de lavouras no entorno da estação, surgindo daí as primeiras casas e a primeira rua, que foi o caminho da estação.					
Muritiba						
Subindo a serra de São Félix, através das ruas íngremes e cheias de curvas, é possível ver bem do alto a paisagem com o Rio Paraguaçu e Pedra do Cavalo. O caminho leva até a cidade de Muritiba, famosa pela tradicional Festa do Senhor do Bonfim.	Fundada em 1919, Muritiba surgiu com a vinda de exploradores e jesuítas, que atingiram a região próxima à Cachoeira e São Félix escalando a serra, onde construíram um templo e um convento. Os moradores da cidade participaram ativamente nas lutas pela independência; entre os principais se destacam o Major José Antônio da Silva Castro, avô do poeta Castro Alves. O major comandava o Batalhão dos Periquitos, formado por 700 homens, entre eles um rapaz valente que se descobriu depois ser mulher; o nome dela era Maria Quitéria. Em 1859, enquanto ainda era uma vila de Cachoeira, o local recebeu o	O município de Muritiba tem como base econômica a agricultura, com destaque para a produção de mandioca, fumo, laranja e limão.	28.656 habitantes.	Não há meio de hospedagem cadastrado no MTur.	Frutos do Mar.	Não há produção local.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
	Imperador D. Pedro II, que se hospedou ali e bebeu um copo de água da Fonte dos Padres, antiga principal fonte de abastecimento da cidade.					
Nazaré das Farinhas						
Uma das mais conhecidas cidades do Recôncavo Baiano é conhecida como Nazaré das Farinhas, em vista da intensa produção e comercialização desse produto na região. Nazaré também é muito conhecida pela Feira dos Caxixis, realizada durante a Semana Santa. Localiza-se a uma latitude 13º02'06" sul, a uma longitude 39º00'52" oeste e a uma altitude de 39 metros. A partir da segunda metade do século XVI, colonizadores portugueses adentraram na região, na qual surgiria o município de Nazaré das Farinhas. Antes, porém, a região era ocupada por aldeias de tribos indígenas da etnia tupinambá. Fernão Cabral de Ataíde povoou a margem direita do rio Jaguaripe, recebendo esta a denominação de	A Feira dos Caxixis e a farinha de copioba, produzida na região, tornaram famosa a cidade, que cresceu ao longo das margens do rio Jaguaripe. Ela é conhecida como Nazaré das Farinhas por causa da intensa produção e comercialização deste produto na região. A cidade continua famosa, agora por conta de um filho ilustre, o craque de futebol Vampeta. Ele até presenteou recentemente a comunidade com a recuperação de uma jóia arquitetônica: o Cinema Rio Branco. Nazaré é passagem obrigatória para quem transita pela BA001, estrada que liga todo o litoral baiano. Exatamente nesse trecho há belos engenhos particulares, já restaurados, que estão incentivando o turismo rural	Turismo Agricultura Comércio	26.314 habitantes.	Meios de hospedagem: 06 UHs: 92 Leitos: 216	A culinária da cidade é especializada em frutos do mar: peixes, mariscos, moquecas e ensopados, preparados das mais variadas formas. Há também a famosa Casa da Farinha Copioba, onde é produzida a farinha de mandioca, vendida em todo o Brasil.	Durante a Semana Santa, Nazaré das Farinhas realiza a Feira de Caxixis, onde são vendidas as tradicionais peças de barro de Maragojipinho, distrito de Aratuípe. Cestos entrelaçados, preenchidos com pequenas contas, conchas, pedras ou feijões, além de talhas, porrões,

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
Sesmaria de Jaguaripe. Na margem esquerda, e durante o século XVII, as terras doadas anteriormente a Pero Carneiro passam para Antônio de Brito, local onde este estabeleceu um engenho e sua moradia, constituindo a Fazenda Nossa Senhora de Nazaré e Jaguaripe, construindo também uma capela, sob a licença do Bispo D. Pedro Silva.	na região. Entre os atrativos do local estão pequenas ilhas, algumas com praias virgens, próprias para o banho, sendo as ilhas das Fontes, do Patí e Bimbarra, um deleite para os que gostam de maior privacidade. Uma parada na ilha das Fontes é uma boa pedida para um banho de mar ou água doce, que jorra de uma fonte natural. Atrás dessa ilha estão os recôncavos de Marapé e do rio Sergi do Conde. Ainda na ilha das Fontes, o visitante tem a oportunidade de fazer uma trilha de 5km, em meio à vegetação remanescente da Mata Atlântica.					moringas, louças diversas e objetos de decoração feitos em tornos manuais e assados no forno, também artesanal, mantêm viva a tradição de confeccionar peças em barro que apresentam em sua forma nítida influências indígenas e portuguesas. A Feira de Caxixis recebe artesãos e visitantes de inúmeras partes do país e do exterior e conta com muitas atrações da cultura popular.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
Salinas da Margarida						
A figura das “mariscadeiras”, mulheres que catam mariscos para sobreviver, geralmente acompanhadas por crianças, é a que mais chama atenção nessa cidade, que recebeu seu nome graças à extração de sal em terras de uma senhora chamada Margarida. Mariscos e camarões são abundantes na região, sendo a mariscada o prato típico da culinária de Salinas. A cidade também é famosa pelo artesanato com conchas e búzios. O município encanta pela beleza de suas praias de águas calmas nas ilhas que o circundam, além de forte potencial para a pesca e a prática de esportes náuticos.	Local originalmente habitado pelos índios Tupinambás, Salinas da Margarida integrou a capitania dos portos de Salvador e foi vendida ao português Manoel de Souza Campos, que acreditou que a localidade teria potencial para a exploração de salinas. O local ganhou status de município em 1962, a partir do desmembramento de territórios da ilha de Itaparica e parte da cidade de Maragojipe.	Pesca e marisco.	13.338 habitantes	Meios de hospedagem: 10 UH’s: 126 Leitos: 328	Mariscada Outros pratos à base de frutos do mar	Artesanato de conchas e búzios
Salvador						
Salvador é conhecida como a “capital cultural do país”, berço de grandes nomes no cenário artístico, com destaque mundial. A cidade investe cada vez mais no turismo, que é reconhecido como importante atividade, principalmente no que se refere à exploração das artes, belezas naturais e patrimônios	Primeira capital do Brasil, Salvador foi fundada em 29 de março de 1549 por Tomé de Souza e sua comitiva. Seus dotes territoriais a transformaram em uma cidade fortaleza e seu porto foi o principal da colônia. Economicamente rica, Salvador foi palco de revoltas contra a	Serviços.	2.480.790 habitantes.	Meios de hospedagem: 408 UH’s: 15.215 Leitos: 34.792	Salvador oferece uma gastronomia diversificada, desde a tradicional cozinha baiana, com os mais famosos e	O Mercado Modelo de Salvador é um dos melhores lugares na cidade para se apreciar e adquirir peças de artesanato.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
culturais. As ruas do Centro Histórico transportam o turista para os primórdios da história do Brasil. Durante as visitas ao local, pode-se aprender, com a ajuda dos guias, como se desenvolveu a colonização da primeira capital do país. Até 1763, Salvador sediou a capital da Coroa Portuguesa nas Américas, sendo que alguns monumentos construídos nesse período continuam preservados, o que torna o patrimônio arquitetônico dessa cidade muito valorizado. No Pelourinho, existem mais de 800 casarões dos séculos XVII e XVIII. Diversas igrejas e museus completam a estrutura deste bairro, que, no passado, era ponto oficial de tortura dos escravos. A natureza foi generosa nos 50 quilômetros de costa que Salvador tem, onde as belezas naturais são tão vastas quanto o próprio litoral. Com tantas praias, fica fácil explicar porque a cidade é tão procurada pelos amantes de esportes aquáticos. Em Salvador, os mergulhadores encontram o espaço ideal. Além de belezas naturais submarinas, a cidade tem o maior número de naufrágios registrados no Brasil. Nos passeios a beira-mar pode-se	força hegemônica do governo português, a exemplo da Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, no final do século XIX, que vitimou homens simples e expôs seus corpos como exemplo para quem se voltasse contra os portugueses. Salvador também foi palco de batalhas para a independência do Brasil que só se concretizou, de fato, após a expulsão dos portugueses fieis à cora em 2 de julho de 1823. Data magna da Bahia, o 2 de julho é comemorado não só na capital como em todo o interior baiano, especialmente no Recôncavo, região que reuniu o povo para a luta armada. Figurando entre os principais cartões postais de Salvador, o Pelourinho traz aos seus visitantes as lembranças de outrora, quando o conjunto arquitetônico foi habitado por homens nobres e ricos, transformando-o no núcleo principal da cidade. No Pelourinho, assim como em diversos cantos de Salvador e do interior, se guarda a herança africana e a dos portugueses mesclada com os costumes				apetitosos acarajés, à cozinha internacional. Na capital baiana encontra-se uma enorme variedade de especialidades gastronômicas. No Pelourinho e no bairro do Rio Vermelho está a maior concentração de restaurantes e bares da cidade. • Culinária afro-baiana • Frutos do mar • Sertaneja • Portuguesa • Caipirinha • Licores (cravinho)	Ele oferece uma grande variedade de peças em madeira, pedras semipreciosas, rendas e tecidos, esculturas e lembranças da Bahia. Outro local de importante expressão artística é o Instituto de Artesanato Mauá, que reúne trabalhos de artesãos de diversas comunidades do estado. Entre os destaques, os trabalhos em madeira e cestaria, mas lá tem de tudo, desde simples colares e enfeites, até grandes móveis e espelhos.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
ver pessoas praticando windsurfe, kitesurf, além do próprio surfe, que tem campo propício em quase todas as praias da capital. Outros tipos de esportes também são incentivados na cidade, como o sandboard, que encontra nas dunas espaço adequado. As riquezas da cidade podem ser vistas em cada esquina. Alegria, criatividade, musicalidade, riqueza folclórica e cultural são inerentes ao povo baiano, que tirou da mistura de raças e costumes o seu principal tempero. Salvador é a capital da multiplicidade e, em potencial, o maior destino turístico do país.	indígenas e africanos de forma a gerar a identidade baiana					• Metal • Instrumentos afro-baianos • Tecidos • Bordado • Tecelagem e tapeçaria • Cerâmica • Vidro • Couro • Lembranças da Bahia • Madeira • Escultura e mosaico em minerais • Renda de bilro • Trançados.
Santo Amaro						
Todos se encantam com a magia dessa terra simpática, que presenteou o Brasil com diversos filhos ilustres. Entre eles estão Caetano Veloso, Maria Bethânia, o artista plástico Emanuel Araújo e os valentes “Besouro Cordão de Ouro” e “Popó”, mestres de capoeira e maculelê, que mostraram para o mundo toda a beleza e ginga dos	Em 1557, surgia à margem do rio Taripe, uma nova povoação. A fertilidade da terra, que ainda hoje é uma das principais características da velha e tradicional Santo Amaro da Purificação, atraiu os colonizadores lusos, que tiveram de travar sucessivas guerrilhas com os primitivos habitantes das	Após o declínio da cana-de-açúcar, no final do século XIX, a economia voltou-se para a diversificação das lavouras e indústria de papel e celulose, atualmente ainda duas em atividade.	56.971 habitantes	Meios de hospedagem : 9 UH’s: 161 Leitos: 435	• Licor • Maniçoba • Frigideira de maturi	• Renda de bilros • Cerâmica

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
filhos dessa terra morena. A cidade é cercada de belíssimas cachoeiras e cascatas, muito procuradas por visitantes de todo o mundo. Além da imensidão de belezas naturais, o lugar preserva imponentes edificações antigas. Santo Amaro faz com que os turistas que a visitam se envolvam em uma curiosa nostalgia.	margens dos rios Sergimirim e Subaé – os Tupinambás. A fertilidade da terra do massapé e o vigor aplicado ao trabalho agrícola pelos colonos, em pouco tempo transformou a região em importante zona produtora, onde se desenvolveu a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. Surgiram os engenhos de açúcar, as casas de farinha e as pequenas empresas de beneficiamento do fumo. Antes integrante da Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde (atual São Francisco do Conde) Santo Amaro foi elevada à categoria de vila em 5 de janeiro de 1727. Com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Purificação e construção da igreja do mesmo nome, passou a localidade a ser chamada Santo Amaro da Purificação.					
São Félix						
São Félix tem como dote a estação ferroviária e o cais do Paraguaçu e	Com história muito parecida à de Cachoeira, foi durante o século	Serviços.	31.964 habitantes.	Meios de hospedag	• Licor • Maniçoba	• Artigos em cerâmica, couro

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
é capaz de proporcionar ao turista curioso um atrativo bastante interessante, que é conhecer todas as etapas para se confeccionar o charuto, desde a plantação a embalagem e distribuição – já que é uma fabricação artesanal realizada exclusivamente por mulheres, na Fábrica de Charutos e Centro Cultural Dannemann. São Félix está cravada entre o rio e a serra. Do lado direito tem o Paraguaçu, rio que reflete a imagem da cidade vizinha, Cachoeira. Do lado esquerdo, tem um dos mais belos visuais da região: um grande morro, que pode ser mais explorado quando se sobe a estrada íngreme e cheia de curvas, a qual dá acesso ao município de Muritiba. A cidade teve importante função de terminal tropeiro, pois dela partia a "Estrada das Minas", que passava por Rio de Contas, na Chapada Diamantina, chegando até Minas Gerais e Goiás, usada pra fazer transporte de diversos tipos de cargas.	XVIII e primeira metade do século XIX que a povoação de São Felix experimentou seu maior desenvolvimento, resultante da atividade comercial. Por muito tempo, a área que margeia o Rio Paraguaçu abrigou depósitos e armazéns de fumo e três grandes fábricas de charuto, que deram ascensão econômica à região.			em: 2 UH's: 38 Leitos: 105		e madeira.

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
São Francisco do Conde						
O território de São Francisco do Conde abriga quatro ilhas, dentre elas a maior com 8 quilômetros de extensão – a Ilha de Cajaíba, onde há um antigo engenho de açúcar, e é dona de histórias perversas de seus antigos proprietários. O patrimônio arquitetônico é composto de casa grande, senzala, engenho e centenárias palmeiras imperiais.	Sesmaria antes pertencente à família de Mem de Sá, no Brasil Colônia, a região de São Francisco do Conde abrigou religiosos franciscanos e beneditinos. São Francisco do Conde abrigou também a primeira escola de agronomia da América Latina, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Elevada à condição de vila em 1697, a localidade acabou ganhando status de cidade quase 250 anos depois. São Francisco do Conde esteve envolvida em vários movimentos de emancipação política no Brasil, a exemplo da Revolta dos Alfaiates, da Sabinada e da Independência da Bahia.	A extração e o refino de petróleo representam o setor de produção de maior relevância econômica do município, embora mereçam destaque, também, as atividades agrícolas de plantio de cana de açúcar e banana.	31.964 habitantes.	Meios de Hospedagem: 3 UH's: 65 Leitos: 14	• Licores • Frutos do mar	• Artesanato com cascas de mariscos • Bordado em fios e tecidos • Arte em biscuit • Arte em sabonetes • Arte em corais
Saubara						
A cidade encanta os visitantes com a diversidade de atividades que oferece, reunidas nas praias de areias alvíssimas, falésias, áreas de manguezais e de Mata Atlântica, com rios e cascatas, além de	A freguesia de São Domingos de Saubara foi das primeiras aglomerações urbanas que deu origem ao município de Santo Amaro, do qual foi Saubara foi desmembrada em 1889.	A economia da cidade é baseada principalmente no setor de prestação de serviços.	11.196 habitantes.	Meios de hospedagem: 15 UH's: 246 Leitos: 613	Frutos do mar.	• Renda de bilro • Cestaria

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
simpáticos vilarejos de veraneio. A freguesia de São Domingos de Saubara foi uma das primeiras aglomerações urbanas que deu origem ao município de Santo Amaro. Localizada no interior no Recôncavo Baiano, próxima à foz do Rio Paraguaçu, Saubara apresenta características paisagísticas diversificadas. O local é perfeito para passeios ecológicos e para a prática de esportes náuticos, como a canoagem. Nas praias, banhadas pelas águas tranquilas e mornas da Baía de Todos-os-Santos, os aventureiros arriscam manobras de jet ski, windsurfe e vela.						
Simões Filho						
O município de Simões Filho não é considerado turístico e, por isso, não integra a zona turística da Baía de Todos os Santos. No entanto, a localidade foi inclusa no Plano Estratégico do Turismo Náutico na Baía de Todos-os-Santos, dada a sua importância para o desenvolvimento da náutica na	Originalmente parte do Recôncavo, a atual cidade de Simões Filho abrigou engenhos de cana-de-açúcar. Com a emancipação do distrito de Água Comprida, em 1961, o município ganhou o nome de Simões Filho para homenagear o jornalista Ernesto Simões Filho, fundador	A indústria é a principal atividade econômica desenvolvida em Simões Filho, tendo como ícones o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec).	112.099 habitantes	Não há meio de hospedagem cadastrado no MTur.	Frutos do mar.	• Tecelagem • Arte em papel machê

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
região. Simões Filho integra a Baía de Aratu que, com seus 9,8 quilômetros quadrados de águas navegáveis, além de oferecer abrigo seguro às embarcações, é também local ideal para competições náuticas e oferece um cenário de grande beleza. É do Aratu Iate Clube, por exemplo, que parte a Regata Aratu-Maragojipe, uma das principais provas brasileiras e que tem ganhado projeção internacional.	de um dos principais jornais baianos, o jornal A Tarde.					
Vera Cruz						
Vera Cruz é um município essencialmente urbano, frequentado nos finais de semana normalmente pelas classes média e média-alta da capital baiana e das cidades do Recôncavo. Sol e praia (turismo e lazer) são o principal atrativo natural de Vera Cruz, que ainda tem rios que banham falésias; espelhos d'água que retratam o verde do manguezal; fontes de água potável à beira-mar; restinga de mata atlântica com trilha para o turismo de aventura e o mais belo cenário	O município de Vera Cruz, localizado na Ilha de Itaparica, teve início com a povoação e construção da Igreja do Senhor de Vera Cruz, que fica no povoado de Baiacu e que atualmente está em ruínas. O município foi desenvolvido por meio da cultura do trigo, em engenho localizado na região de Mar Grande (atual sede do município). No entanto, mais de 400 anos após a fundação da freguesia, Vera Cruz explora o turismo como forma de	• Turismo • Comércio • Serviços	37.511 habitantes.	Meios de hospedagem: 89 UHs: 1.452 Leitos: 3.364	Frutos do mar.	Lembranças da Bahia • Artesanato com conchas

Caracterização	História	Economia	População	Hotelaria	Gastronomia	Artesanato
do planeta para a prática dos esportes náuticos (regatas) e o aéreo (paraquedismo). Ruínas de igrejas, de fornos e de moinhos representam os atrativos históricos. A cultura é retratada fortemente pelas festas religiosas com procissões marítimas e terrestres. A Folia de Reis, o Bumba Meu Boi, a Puxada de Rede, o Maculelê, a Capoeira, as festas de largo e o carnaval compõem o folclore de Vera Cruz. A Igreja do Nosso Senhor da Vera Cruz é o mais importante patrimônio histórico da ilha de Itaparica (Sec. XVI) e está localizada no povoado de Baiacú, (Vila de Pescadores).	desenvolvimento do município criado em 1962. Hotéis e casas de veraneio fazem do local um dos mais procurados por turistas que desejam desfrutar do sol e praia, além dos esportes radicais e náuticos. O município possui 40 km de praias banhadas por águas mornas e protegidas por recifes, na costa leste, e um verdadeiro santuário ecológico na contracosta.					

Fonte: http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br

2.2.12. Percepção da População

Estudos de expectativa procuram perceber como os indivíduos orientam suas ações na busca de satisfação de suas expectativas. As teorias cognitivas da motivação (Tolman, 1958; Maslow, 1954; Lepper, 1983) destacam o papel das expectativas e dos valores atribuídos a determinadas metas, na forma e intensidade da motivação que leva o indivíduo a atuar. Por outro lado, expectativas não atendidas geram frustrações e focos de tensão que podem gerar conflitos.

O estudo realizado na AII procurou não enfocar os aspectos factuais ou preditivos deste conceito, mas a presença, em última instância, de uma perspectiva moral e prescritiva em toda a construção de expectativas e a congruência entre expectativas e valores compartilhados. Os valores, como crenças no que é bom e desejável, exercem um papel fundamental na formação das atitudes. Existe uma forte relação entre os valores e a conduta na medida em que esta, na busca da auto-satisfação, deve se ajustar-se àqueles. Como definição operatória, considerou-se expectativa a atitude dos membros de um grupo para com um determinado objeto, ou seja, uma orientação ou estado subjetivo para dar respostas a um determinado estímulo.

O estudo das expectativas e crenças envolve o contexto social e cultural a que um determinado grupo faz parte. Isto significa observar as condições de vida, de pertença, de renda, de moradia, as atividades produtivas e culturais desenvolvidas nessa comunidade, ou seja, as formas de ver, dizer e fazer desses grupos. Nas áreas de influência existe uma infinidade de pequenas clivagens de classe, de identidades de grupo que vão configurar diferentes tipos de expectativas.

No levantamento das expectativas das Áreas Diretamente Afetadas e de Influência Direta foram desenvolvidas observações de campo e realizadas sondagens atitudinais que em parte constituem a forma de expressão das expectativas. Além da observação para compreensão da situação socieodemográfica da população, o estudo de atitude recorreu a um *survey* com emprego de escala *likert*, cujos resultados foram cotejados com os resultados das observações e de entrevistas abrangentes com elementos da população. Ao todo foram aplicados 1212 questionários e realizadas 60 entrevistas abrangentes voltadas para o levantamento das atitudes. Entre os participantes do *survey,* a maioria afirmou possuir o ensino médio completo, mas a média (5,4) da escolaridade dos estrevistados se situou entre o ensino médio incompleto e completo. Não houve diferenças significativas em relação às respostas das diferentes questões e o grau de instrução ou sexo dos entrevistados.

Quadro 326– Escolaridade do entrevistado

Escolaridade	Frequencia	Percentual	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
1. Nunca estudou	16	1,3	1,3	1,3
2. Alfabetizado	31	2,6	2,6	3,9
3. Fundamental incompleto	214	17,7	17,9	21,8
4. Fundamental Completo	191	15,8	16,0	37,8
5. Médio incompleto	149	12,3	12,5	50,3
6. Médio completo	389	32,1	32,5	82,8
7. Superior incompleto	66	5,4	5,5	88,3
8. Superior completo	140	11,6	11,7	100,0
Total	1196	98,7	100,0	
Sistema	16	1,3		
Total	1212	100,0		

Fonte: Pesquisa própria

2.2.12.1. Avaliação da concepção da população sobre as condições ambientais de seu município e de seu local de moradia

A avaliação da população das Áreas de Influência Direta e da ADA sugeriu um interesse elevado pelas questões ambientais do município, com 47,6% dos entrevistados declarando que acompanham as discussões sobre a ponte e sobre o meio ambiente local. O nível de participação em assuntos ambientais, de uma forma geral, varia muito de acordo com a conjuntura. Neste caso, pode-se tomar esse grau elevado de participação à grande visibilidade que o tema da ponte sucitou entre entidades de defesa do meio ambiente, intelectuais, artistas e da mídia. O debate que se seguiu e a divulgação de informações qualificaram os interlocutores e contribuíram para a criação de um “espaço público”, onde as diferentes opiniões procuram se legitimar.

De modo geral, as condições ambientais da ADA foram consideradas negativas pela maioria dos entrevistados. As principais reclamações se voltaram para a degradação ambiental por conta dos inúmeros pontos de resíduos sólidos (lixões) espalhados pelas rodovias da região, principalmente na Ilha de Itaparica e no município de Vera Cruz. A questão das contruções desordenadas também foi levantada por diversos moradores, principalmente em Barra Grande e Vera Cruz. A maior crítica recai sobre a gestão municipal, pela falta de fiscalização e abandono das localidades. Não houve menções à poluição ambiental da Baia de Todos os Santos e aos cursos d`água.

As comunidades da Ilha de Maré apresentam um discurso fortemente marcado pelas condições ambientais do entorno da ilha. São recorrentes menções a acidentes com embarcações e derramamento de óleo. Também reclamam em relação à qualidade do ar, que vem causando problemas respiratórios na população por conta dos particulados e emissões das indústrias situadas ao fundo da Baia de Todos os Santos. Essas comunidades apresentam uma grande articulação em torno das demandas por uma melhoria nas condições ambientais da região.

2.2.12.2. Expectativas da comunidade em relação ao empreendimento e quanto à participação da população no projeto

De uma forma geral, a atitude da população em relação à ponte é fortemente positiva, tendo a questão obtido uma aprovação total de 85,5% dos entrevistados (média[235]1,44). A ponte é vista como uma forma de integração necessária que amplia os horizontes, facilita a vida da população e está fortemente associada à idéia de progresso e desenvolvimento econômico.

Mesmo entre os entrevistados que alegaram que muito raramente fazem a travessia da baía, houve uma significativa adesão ao projeto de construção de uma ponte, descrita como necessária em falas como "*eu pessoalmente não preciso da ponte, mas sou totalmente a favor da sua construção para ajudar as pessoas que sofrem para chegar ao trabalho, para estudar ou para receber atendimento médico de emergência*".

Quadro 327 – Atitude em Relação à Ponte I

Como se coloca em relação à construção da ponte Salvador/Itaparica	Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
(-2) Totalmente contra	81	6,7	6,7	6,7
(-1) Parcialmente contra	26	2,1	2,2	8,9
(0) Nem a favor nem contra	68	5,6	5,6	14,5
(1) Parcialmente a favor	135	11,1	11,2	25,7

[235]As repostas à questão variaram de -2, que representava total discordância com o projeto a 2, que significava total concordância ao projeto.

Como se coloca em relação à construção da ponte Salvador/Itaparica	Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
(2) Totalmente a favor	897	74,0	74,3	100,0
Total	1207	99,6	100,0	
Sistema	5	,4		
Total	1212	100,0		

Fonte: Pesquisa própria

Uma outra questão – se a ponte é a melhor opção -, introduzida para compor a escala Likert, obteve uma média de 1,47, que se situa muito próxima da questão anterior, o que indica uma boa consistência das respostas atitudinais. Estes resultados se aproximam muito do que foi obtido de forma qualitativa nas entrevistas e observações realizadas, o que garante um grau elevado de confiabilidade, embora a amostra que respondeu ao *survey* tenha sido do tipo acidental[236] e não probabilística simples. Por outro lado, 11,2% dos que apoiam a construção da ponte o fazem de forma condicional, alegando que se deve ter cuidado com o meio ambiente e que o empreendimento vai representar também uma sobrecarga na infraestrutura da Ilha. Entre os 8,9% que se posicionaram totalmente ou parcialmente contra a ponte, os principais argumentos são de que a ponte vai tirar o caráter bucólico das pequenas localidades e levar ao aumento da violência.

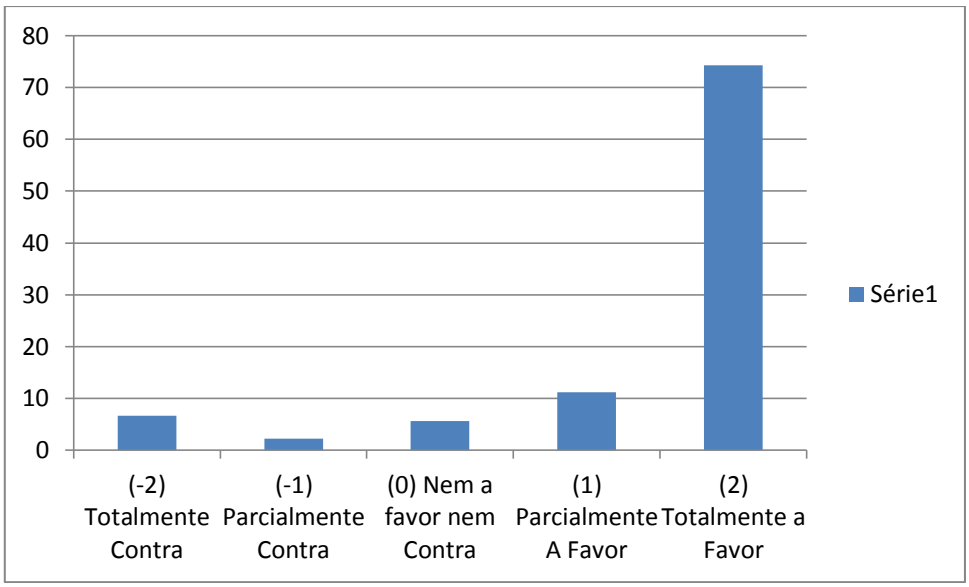
Quadro 328 – Atitude em Relação à Ponte II

A ponte constitui a melhor alternativa para a travessia da baía	Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
(-2) Totalmente contra	15	1,2	6,5	6,5
(-1) Parcialmente contra	4	,3	1,7	8,2
(0) Nem a favor nem contra	6	,5	2,6	10,8
(1) Parcialmente a favor	39	3,2	16,9	27,7
(2) Totalmente a favor	167	13,8	72,3	100,0
Total	231	19,1	100,0	
Sistema	981	80,9		
Total	1212	100,0		

Fonte: Pesquisa própria

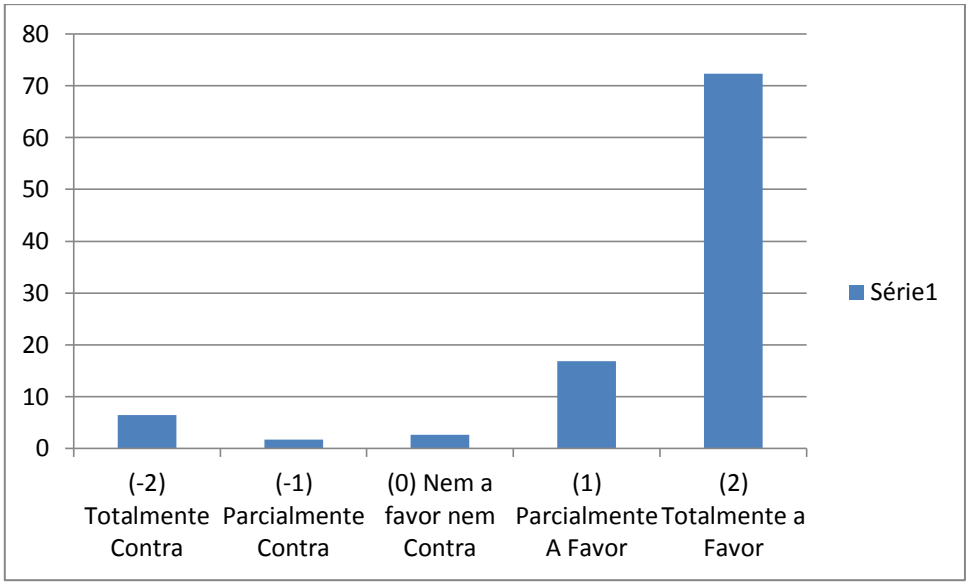
[236] Amostras acidentais são aquelas em que os elementos se encontram à disposição do pesquisador e não apresentam a mesma segurança que as do tipo aleatória simples, onde todos os elementos do universo têm a mesma probabilidade de compor a amostra.

Gráfico 9 – Atitude em Relação à Ponte



Fonte: Pesquisa própria

Gráfico 10 – Atitude em Relação à Ponte II



Fonte: Pesquisa própria.

Observa-se também uma grande descrença em relação à sua concretização a médio e longo prazos, que aparece em falas como "*ah! meu filho, você vai morrer, seus filhos vão morrer e os seus netos não vão ver essa ponte*" ou *"você acredita que essa ponte saia? Pois eu escuto isso há mais de 30 anos e não vou ver essa ponte nunca*".

Esse resultado positivo foi observado de forma difusa em toda a área de influência, mas apresenta pequenas variações de intensidade conforme a maior ou menor proximidade em relação à cabeceira da ponte, em Itaparica. Itaparica e Vera Cruztendem a apresentar uma oposição maior à ponte do que as registradas nas localidades mais afastadas. À medida que houve aproximação de Itaparica, também aumentaram as respostas mais ambíguas ou condicionais, a exemplo: "*sou a favor, mas acho que a ilha vai perder sua tranquilidade*" "*ou sou a favor porque o progresso é inevitável, mas a questão da segurança vai piorar*" ou ainda "*sou favorável à ponte, desde que sejam tomadas medidas que protejam (ou preservem ou tomem cuidado) com a natureza*".

Não foram observadas diferenças de atitudes entre as pequenas comunidades ribeirinhas ou rurais. Nas áreas urbanas, as atitudes foram igualmente positivas, mas com algumas ressalvas como o necessário cuidado com a natureza, apontado acima.

2.2.12.3.Expectativas de agentes institucionais

As expectativas levantadas junto aos agentes institucionais das prefeituras e do estado se traduzem em atitudes que veem a ponte como necessária ou inevitável, com um potencial de trazer dividendos para os municípios e estimular a economia, mas salientam que os municípios devem ser ouvidos e ter participação nas discussões sobre o projeto, para que recebam apoio do governo estadual e possam se adequar ao novo cenário que se configura com a construção da ponte.

Em geral, empreendimentos de grande porte, geram expectativas positivas junto aos agentes institucionais, tanto pelas possibilidades de geração de emprego como pela dinamização da economia, que ocorrem durante as obras e serviços de implantação e após a conclusão, na etapa de operacionalização dos sistemas.

Assim, não surpreende a expectativa favorável dos agentes institucionais entrevistados, particularmente os dos municípios do Recôncavo e dos municípios insulares, com relação aos investimentos da ponte Salvador/Itaparica e sistemas viários associados.

Agrega-se favorávelmente a esse contexto de externalidades positivas, o fato de que a ligação desses municípios com a capital já é bastante estreita, entretanto, dificultada pelo sistema de acesso atual, via ferry boat, que funciona em condições muito aquém

do desejável, seja pela baixa oferta em relação à demanda, seja pela qualidade dos serviços.

Os prefeitos e secretários entrevistados manifestaram-se favoráveis aos empreendimentos, considerando-os necessários à recuperação econômica de seus municípios, que sofreram com o processo de dinamização e concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador.

Alguns mencionaram a preocupação com a população jovem que precisa se deslocar para estudar e buscar alternativas de trabalho, ou fica ociosa à mercê de atrativos negativos como a marginalidade e o mundo das drogas.

Outros enfatizaram a importância do empreendimento e a necessidade de um acompanhamento cuidadoso por parte do estado e das empresas envolvidas, no sentido de garantirem a preservação das belezas naturais locais e a infraestrutura adequada ao aumento do fluxo de pessoas e veículos nos municípios afetados. Ressaltaram também a necessidade de sistemas de controle mais eficazes no combate à violência e no uso do solo urbano.

Pode-se observar que as prefeituras arcam com despesas adicionais em função das carências locais, que se estendem dos custos com deslocamentos para atendimento de saúde até cestas básicas por falta de oportunidade de trabalho, prática criticada por alguns, mas considerada necessária por outros.

Dessa forma, além da expectativa favorável, a possibilidade de que os novos empreendimentos gerem resultados positivos provoca certa ansiedade em alguns agentes institucionais, que questionam sobre prazos e se os investimentos vão mesmo acontecer, pois segundo eles já se fala há muito tempo nesses investimentos e eles não se concretizam. Tais apreensões estão presentes, principalmente naqueles que lidam com os problemas sociais da população local, decorrentes do baixo nível de desenvolvimento econômico de seus municípios.

Por fim, cabe ressaltar a importância destacada por parte de alguns entrevistados sobre a necessidade de haver um planejamento criterioso dos investimentos, assim como uma implantação cuidadosa, considerando o alto grau de expectativa positiva existente por parte da população local.

2.2.12.4. Identificação da interrelação do empreendimento com as atividades econômicas instaladas nas áreas do entorno

As interrelações do empreendimento com as atividades econômicas nas áreas do entorno são potenciais no que tange aos novos investimentos locais, podendo favorecer milhões de pessoas com a atração de novas empresas com amplo potencial de investimento, fortalecimento do setor agropecuário, fomento do turismo e geração de emprego e renda para os moradores da região, até mesmo para a população da RMS.

Do ponto de vista industrial, o empreendimento beneficiará a criação de um novo polo industrial e logístico no Recôncavo, a partir de São Roque do Paraguaçu. Com a consolidação da ponte, o município de Maragogipe irá apresentar perspectivas favoráveis quanto à retomada do seu crescimento. Da mesma forma, a ponte contribuirá para o fortalecimento da indústria naval, gerando oportunidade de desenvolvimento econômico em todo o entorno, como já vem ocorrendo pela geração de postos de trabalho e aumento da renda. Desse modo, o estaleiro em funcionamento, a construção do polo industrial e do novo estaleiro Enseada do Paraguaçu acarretarão um crescimento demográfico em alguns municípios dessa região.

O empreendimento não é apenas voltado para a integração de complexos industriais-portuários, será também uma via de lazer, dando vida a pontos turísticos, como a Baía de Aratu, e as praias de Itapema, Saubara, Cabuçu, entre tantas outras. Esse aumento no fluxo turístico demandaria novos serviços e aqueceria a economia local, mais especificamente o setor de alojamento e alimentação, além do comércio.

Não obstante essas interrelações econômicas, a construção da ponte proporcionará maior integração entre a RMS, o Recôncavo Baiano e o Baixo Sul, reduzindo o tempo de viagem e integrando importantes regiões do estado. Contribuirá com o destravamento da logística na RMS; será um facilitador do fluxo de pessoas e serviços entre a capital e a ilha de Itaparica; poderá gerar um novo vetor de expansão urbana e periurbana; colaborará com a melhoria da infraestrutura básica na ilha de Itaparica (saneamento, energia elétrica, fornecimento de água, etc.), entre outros fatores. Economicamente, esses impactos acarretarão o aumento da arrecadação municipal, facilitando investimentos e obras públicas e promovendo melhorias na qualidade de vida dessa população. Cabe mencionar que tudo isso somente será possível se vier acompanhado de um plano de desenvolvimento socioeconômico, que a *priori* seria a

revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Ressalta-se que atualmente estão sendo desenvolvidos pela SEDUR, os PDDUs de Itaparica e Vera Cruz, no âmbito dos Estudos Urbanísticos do SVO.

O empreendimento permitirá a retomada do desenvolvimento em grande parte dos municípios fragilizados economicamente e criará ainda um novo eixo de expansão urbanística, diminuindo a pressão sobre as áreas urbanas de Salvador e do Litoral Norte.

Os municípios que compõem a ADA (Salvador, Vera Cruz e Itaparica) sofrerão impactos positivos. Em Salvador, o centro antigo será dinamizado e haverá integração com as obras de mobilidade. Em Vera Cruz e Itaparica, a expectativa é de melhoria na infraestrutura e de aumento populacional, o que fará com que ocorra um desenvolvimento urbano desses municípios.

É bom frisar que o projeto de construção da ponte SSA-Itaparica é um plano de desenvolvimento socioeconômico para o estado da Bahia. Poderá assim ser um indutor fundamental na dinamização de todo entorno, permitindo a criação de um novo polo industrial e logístico no Recôncavo Baiano, ancorado por investimentos já em curso (estaleiros em São Roque do Paraguaçu) ou projetados (nova retroárea do porto de Salvador).

Em resumo, podem-se elencar algumas vantagens que o empreendimento trará para a população e entorno: maior dinamismo ao desenvolvimento turístico; expansão urbana e periurbana; redução do tempo de viagem; distribuição do tráfego aliviando o fluxo na BR324; requalificação de acessos viários; melhoria na qualidade de vida decorrente do investimento em infraestrutura e da geração de emprego e renda para os munícipes da região.

2.2.13. Estrutura Produtiva e de Serviços

Para fins de delimitação socioeconômica das áreas pré-definidas do projeto, cabem considerações de natureza metodológica para o adequado entendimento dos estudos de impactos ambientais. Em seu nexo fundamental com o planejamento urbano e de suas políticas concretas, é necessário se ter uma visão de conjunto dos sistemas sócioprodutivos instalados nas cidades integrantes dos recortes previamente definidos e tipologizados como Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID)

e Área de Influência Indireta (AII), como também observar sua fixação nos modos de emprego de trabalho e de uso de recursos disponíveis. Nesse sentido, não se deve tratar os municípios ou cidades como entidades isoladas, tendo-se em vista o duplo sentido causal dos sistemas de cidades e das unidades municipais como constituindo, elas próprias, os sistemas que produzem seus respectivos espaços. Tal caráter sistêmico deve dar conta de suas interações e mudanças contínuas, que se difundem de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades da região em consideração.

Desta forma, surge uma estrutura urbana dual, estabelecendo distâncias objetivas e subjetivas entre classes sociais, que encontram seu amálgama numa organização espacial corporativa e fragmentada. Nessa última, as elites locais e forâneas podem controlar a produção e o consumo da cidade por meio do estado e do mercado imobiliário. Assim, a utilização do espaço não se constitui um simples reflexo das condições sociais encontradas, mas se torna um condicionador dessas. Essa perspectiva amplia a compreensão histórica e estrutural que restringe a formação dos municípios e cidades e as mutações da organização socioeconômica das áreas rurais, resultantes da intensificação de suas atividades comerciais.

No estudo do meio socioeconômico, mediante a análise dos efeitos decorrentes das interferências do futuro empreendimento, as questões atinentes ao planejamento urbano da Região Metropolitana de Salvador (RMS) são essenciais para compreender o acúmulo de problemas na esfera urbana, com características de crise, tendo em vista os reiterados resultados negativos nas modifiCações da cidade. Do ponto de vista urbano, a RMS tornou-se um *locus* de amplo e complexo processo de segregação sócioespacial e favelização. De um lado, são formadas áreas de ocupação de terrenos invadidos, em geral pertencentes ao poder público, que se caracterizam pela ausência de infraestrutura, por altos índices de violência e pela marginalização social de seus moradores. Por outro lado, as desigualdades socioeconômicas são acentuadas por problemas de planejamento e gestão urbanos para a reprodução do tecido urbano continuamente fragmentado. Parte-se do pressuposto que a desigual distribuição espacial das classes sociais, o que produz a ampliação das diferenças sociais, a partir do momento que esta distância social adquire expressão espacial com a estruturação do ambiente urbano, também pode revelar-se sob a forma de segregação sócioespacial.

Nesse sentido, a delimitação das áreas do projeto, ainda que para fins específicos de reconhecimento de seus conjuntos de intervenção, deve permitir o reconhecimento do fenômeno da segregação urbana. Esta se expressa por meio das variáveis utilizadas para o reconhecimento dos impactos, tais como, a diferenciação residencial segundo grupos e os diferenciais de renda real desses coletivos urbanos, destacando-se: proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais contrapostos à ausência de proximidade aos custos e/ou "externalidades negativas" da cidade, tendo como exemplos, a violência, os serviços educacionais inferiores e a ausência de infraestrutura urbana.

Sob uma perspectiva histórica e social, Salvador sempre foi uma cidade projetada para gerar uma região com repercussões metropolitanas, ou seja, a se posicionar de modo concêntrico ao conjunto de cidades da sua proximidade, ao tempo em que se posicionou de modo a garantir uma inserção nos circuitos internacionais de comércio. Essa permanente relação interativa entre o espaço ocupado pela cidade e de seu espaço regional – recriado por transformações urbano-industriais até a emergência das cidades de terciário em níveis distintos desenvolvimento – deve ser incluída no enquadramento sistêmico dos projetos que se vinculam a sua rede urbana.

Face ao exposto, fica claro que o planejamento urbano e a problemática dos impactos do projeto Salvador-Ilha de Itaparica não podem ignorar o processo metropolitano que se articula com base na rede de municípios da Região Metropolitana e das cidades que compõem os diversos níveis de influência, *a priori*, do próprio projeto, pois todos dependem diretamente de Salvador para suas políticas urbanas. Neste sentido, a localização dos serviços sociais de utilidade pública, a composição do tráfego urbano e interurbano mostram a intensificação progressiva das interrelações entre Salvador e a RMS. Sendo assim, a estrutura urbana em análise também é reveladora da reprodução das desigualdades concernentes à distribuição do poder social ali localizado, entendido aqui como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui em definir a localização de investimentos em infraestrutura em determinados espaços.

Os resultados provenientes da Análise das Componentes Principais (ACP) revelaram tais condicionantes. Para tanto, foram consideradas onze variáveis com base no Azimute (SEI – 2010): Renda *Per capita* (RPC), Produto Interno Bruto Municipal (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano Educação (IDHE), Índice de Desenvolvimento Humano Renda (IDHR), Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade (IDHL),

Índice de Desenvolvimento Humano Total (IDHT), População Economicamente Ativa (PEA), População Total (POPT), População Residente Urbana (PRU), População Residente Rural (PRR) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB). A análise dessas variáveis possibilitou uma compreensão das interrelações e proximidades entre tais variáveis que constituem a mancha de suas projeções sobre um espaço de dimensionalidade mais reduzida.

Os dados foram padronizados para a análise em duas direções principais, que constituem respectivamente 66% e 20% da inércia total, e que foram as mais representativas para caracterizar as dimensões mais importantes. Desse modo, foram utilizados os critérios usuais de: a) retenção dos componentes principais cujos autovalores superem a média aritmética de todos os autovalores, com os dados padronizados, os autovalores maiores que >1; b) considerar tantos componentes principais até que a inércia explicada relativa atinja um mínimo aceitável, como 0,7 (no caso 0,86). Com efeito, os autovalores e as inércias explicadas, tomadas em percentual sobre a inércia total, encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 329– Autovalores e percentual de inércia explicada – variáveis e municípios das Áreas Diretamente Afetadas (ADA), Áreas de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII)

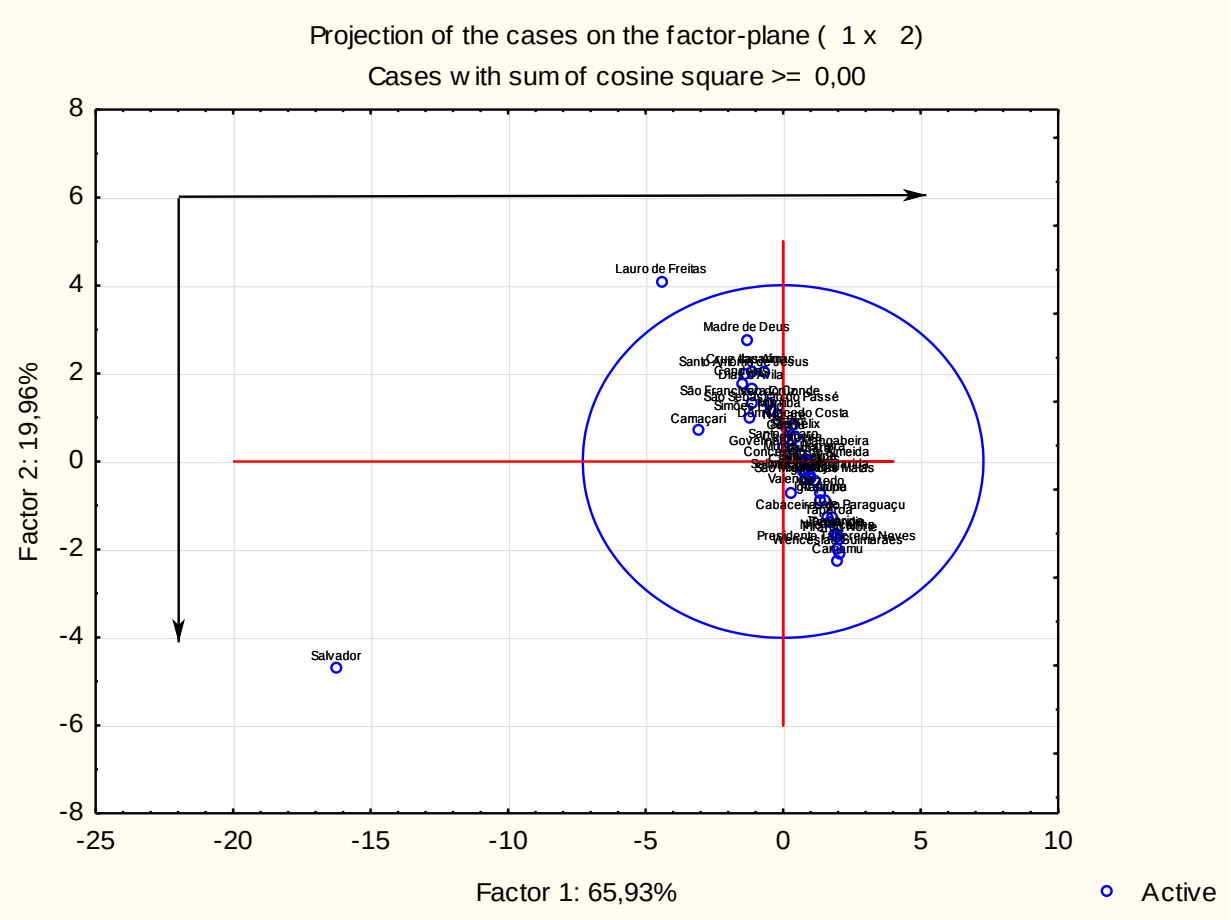
Direção Principal	Autovalor	% inércia	% Inércia acumulada
1	7,911128	65,92606	65,9261
2	2,395758	19,96465	85,8907
3	0,825023	6,87519	92,7659
4	0,465930	3,88275	96,6487
5	0,256467	2,13723	98,7859
6	0,095871	0,79893	99,5848
7	0,039932	0,33276	99,9176
8	0,009181	0,07651	99,9941
9	0,000496	0,00413	99,9982
10	0,000199	0,00166	99,9999
11	0,000015	0,00012	100,0000

Fonte: Elaboração própria com dados do Azimute SEI, 2010

Os vetores que representam pontos variáveis de alta contribuição (1x2), que são extremos próximos à circunferência do círculo de correlações – no caso Salvador e Lauro de Freitas – representam as variáveis que justificam a maior dispersão da

nuvem de pontos. São essas as variáveis que desempenham um papel mais relevante na análise. O gráfico a seguir apresenta as relações indicadas.

Gráfico 11 – Dispersão por pontos

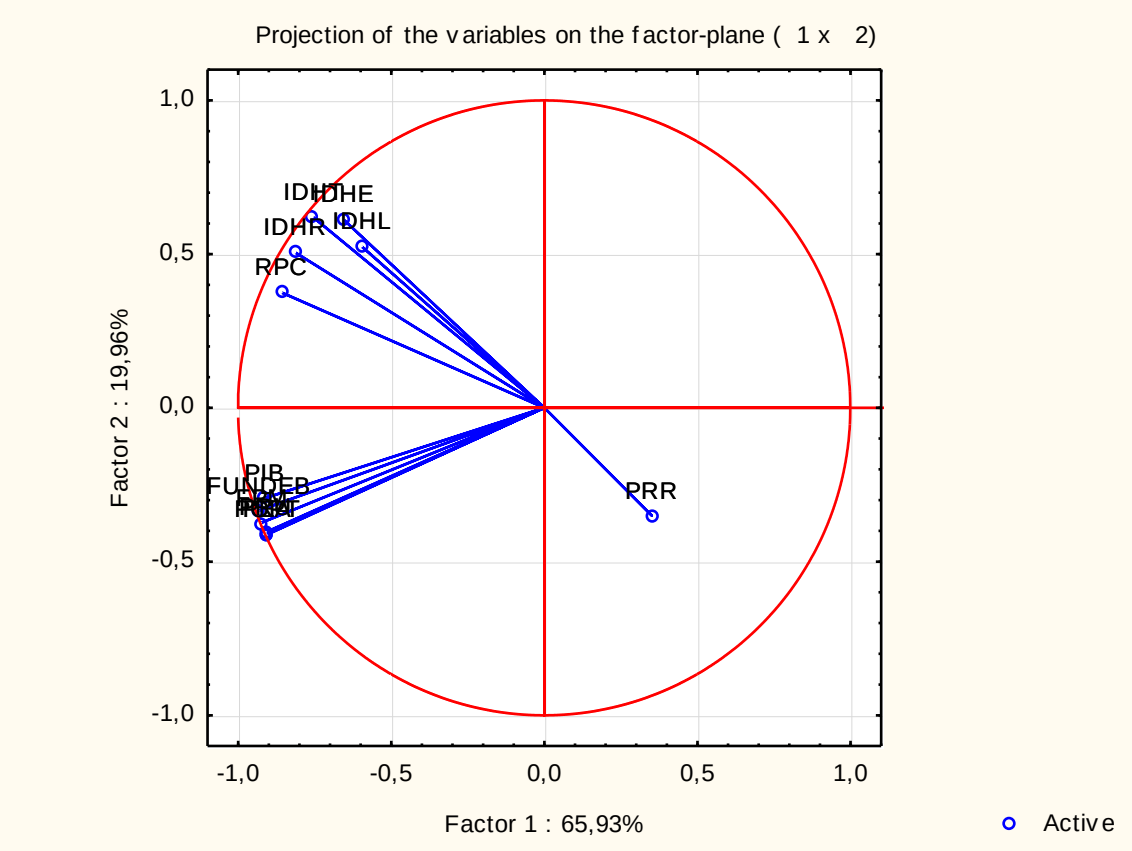


Fonte: Elaboração própria com dados do Azimute-SEI, 2010.

Pode ser observado que o agregado dos municípios formado pelas três (3) Áreas de Influência do projeto Salvador – Ilha de Itaparica se adensa fortemente em uma nuvem homocêntrica que, por sua vez, é constituída por vetores de direção próxima, isto é, que formam pequenos ângulos, significando alta qualidade de representação de variáveis de forte correlação positiva. Já os vetores de alta qualidade de representação aproximadamente opostos são compostos por variáveis de forte correlação negativa, contrários aos municípios mais importantes do ponto de vista da socioeconomia urbana. Por seu turno, direções aproximadamente perpendiculares denotam ausência de correlação, o mesmo que independência entre as variáveis – separando em eixos distintos municípios como Madre de Deus e Santo Antônio de Jesus relativamente a Cabeceiras do Paraguaçu e Presidente Tancredo Neves. Além deles, foram identificados outros vetores de baixa qualidade de representação (não

incluídos na presente Nota Técnica), que são aproximadamente independentes dos de alta qualidade de representação, mas quase nada revelam.

Gráfico 12 – Mapa Fatorial



Fonte: Elaboração própria com dados do Azimute-SEI, 2010.

O mapa fatorial mais importante, sobrepondo-se às projeções dos pontos objetos e pontos variáveis, é apresentado no gráfico acima. A análise das informações anteriormente expostas conduz às seguintes conclusões.

1. As variáveis dos índices de desenvolvimento humano e renda *per capita* (RPC), (IDHE), (IDHR), (IDHL) e (IDH) encontram-se positivamente correlacionadas de modo significativo, pois suas representações no mapa ficam próximas ao círculo de correlações.

2. As variáveis demográficas e de emprego (PEA), (POPT), (PRU) e (FUNDEB) também são positivamente correlacionadas, mas as desse grupo não apresentam correlação significante com as do grupo anterior, devido às quase ortogonalidades entre os vetores.

3. O objeto de observação mais atípico dessas empresas é a População Residente Rural (PRR), que fica situada em posição distante das demais. Ela

se caracteriza por um significado muito acima da média dos demais municípios.

Como pode ser destacado na análise técnica, ocorre no presente momento uma substituição progressiva da influência da região de Camaçari e do entorno dito "metropolitano recente" por espaços insuficientemente planejados da RMS. O vetor de transformação pela tercerização das metrópoles – marcado pela extensão e autonomização das economias periurbanas, que não se mostram, contudo, generalizados – produz mais incógnitas quanto a sua necessária amarração aos serviços avançados como fonte de novos e "renovados" empregos. O modelo de cidade monocêntrico, cuja cidade principal, "cidade central", permanece forte e tendo que dar resposta às necessidades entre os centros de decisão empresariais, industriais e à administração pública, cria uma sobrecarga sobre Salvador. Há, por via de consequência, uma tendência de redução dos empregos que reaparecem nas proximidades da nova concentração de investimentos ao sul da Baía de Todos os Santos. Nessa sub-região se localizam um novo estaleiro, novos terminais de transporte e outras novas empresas de exploração de recursos aquáticos. Esse último aspecto tende a ser reforçado pela emergência do mercado de trabalho e pela ponte Salvador-Itaparica. Tem-se, assim, uma extensão do mercado imobiliário de Salvador, que se amplia e se conecta como fator de atração de capitais que se formam no sul desse espaço.

Nesses termos, os ciclos construtivos que se agregam aos mecanismos tendentes à saturação e crise do mercado imobiliário em Salvador dão margem aos argumentos que sustentam, em compasso ainda indefinido, a transferência de equipamentos infraestruturais urbanos a outros municípios, bem como a necessidade de novas alternativas de localização para indústrias e outras atividades em um terciário mais evoluído. A crise potencial do mercado imobiliário surge como desafio e oportunidade para um planejamento metropolitano cuja viabilidade social não deve estar restrita aos ajustes de curto prazo.

Assim, a progressão dos investimentos depende do *funding* desse endividamento, ou seja, da sua consolidação ou transformação em relação de longo prazo, que torna compatível o ajuste entre os fluxos de crédito e os estoques de formação patrimonial. Os riscos e incertezas mediam essas relações na reprodução do capital imobiliário. Os efeitos de uma contração cíclica, aliás, provável no curso normal da economia, seriam portadores de *feedbacks* negativos e crescentes para a região de Salvador, que, por sua vez, teria de absorver os efeitos macroeconômicos mais profundos já presentes

no seu desemprego latente vis-à-vis à sua urbanização precária. As estratégias de planejamento defensivo tornam-se urgentes a ser adotadas, a partir da conexão imediata permitida pela construção da ponte Salvador-Itaparica, em que essa infraestrutura viária sobre o oceano aparece como indício da deflagração de um processo irreversível de cornubação continental e insular em direção ao vetor oeste.

2.2.13.1. Apresentação gráfica da evolução do PIB municipal

Uma questão fundamental que permeia a análise dos municípios que compõem o conjunto do espaço econômico formado, respectivamente, pela Área de Influência Indireta (AII=30 municípios), a Área de Influência Direta (AID=13 municípios) e Área Diretamente Afetada (ADA=03 municípios) é que o recorte envolve *locus* de vínculos de grande heterogeneidade. A forte influência de Salvador e de sua região metropolitana exercem forças centrípetas bastante importantes para que a delimitação *a priori* dos graus de influência seja aceita sem reservas. Os dados socioeconômicos disponíveis e necessários à análise incorporam aspectos que devem ser examinados judiciosamente, para que as relações estabelecidas sejam adequadamente confrontadas aos impactos do projeto.

Como salientam Pereira e Ruiz (2004), um aspecto familiar aos estudiosos de economia regional e urbana diz respeito à pouca adequabilidade do uso do conceito Produto Interno Bruto (PIB) e, em especial, do conceito de PIB *per capita* quando o objetivo é estudar um conjunto de localidades economicamente e espacialmente conectadas, como é o caso do *continuum* espacial do complexo das Áreas de Influência.

Assim, a inconveniência do uso do PIB decorre do fato de que a riqueza produzida em uma dada localidade pode estar alocada como remuneração de não residentes. Um caso exemplar dessas conexões é a dos municípios pertencentes a uma região metropolitana, com seus movimentos pendulares e de formação de bairros e zonas de moradias. Mais do que em outros casos de proximidade, nas regiões metropolitanas a proximidade é economicamente e politicamente reconhecida. Quando são consideradas as configurações dos bairros de um dado município, para o quais os setores censitários são aproximações, é comum observar o vigor econômico de bairros eminentemente residenciais – não especializados na realização da atividade econômica propriamente dita –, enquanto os moradores localizados em bairros

marcados pela existência de polos “industriais” não disporem de renda elevada. Todavia, como melhor aproximação, o cálculo do PIB dos municípios baseia-se na distribuição dos valores adicionados das atividades econômicas estaduais, conforme dados disponibilizados pelas contas regionais do Brasil. O PIB municipal, assim computado, seria uma *proxy* da geração local de riqueza.

Segundo esse entendimento, é apresentada, a seguir, de modo gráfico, a evolução do PIB municipal na área do projeto, considerando sua representatividade regional e estadual, além do indicador PIB *per capita* com características setoriais do Produto Interno Bruto desses municípios.

De acordo com o IBGE, o método de cálculo do PIB dos Municípios consiste num processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades das unidades da federação. Primeiro, estima-se o valor estadual de cada agregado; em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este fim. A abertura de trabalho no PIB dos Municípios é, quase sempre, mais desagregada do que a apresentada nas 15 atividades econômicas das Contas Regionais. O Quadro abaixo sintetiza a desagregação.

Quadro 330 – Desagregação do PIB dos Municípios

Agropecuária	Indústria	Serviços
Lavoura permanente	Extrativa mineral	Comércio
Lavoura temporária	Transformação	Alojamento e alimentação
Pecuária	Construção civil	Transportes
Horticultura	Serviços industriais de utilidade pública	ComuniCações
Extrativa vegetal		Serviços financeiros
Silvicultura		Atividades imobiliárias e serviços prestados às em presas
Pesca		Administração pública
Investimentos em matas plantadas e em culturas permanentes		Demais serviços
Indústria rural		
Produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural		
Serviços auxiliares da agropecuária		

Fonte: IBGE, 2010

Ao final das operações por atividade econômica, obtêm-se estimativas do valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços, por município, em valores correntes. Para se obter o valor do PIB por município, deduz-se do valor adicionado o *dummy* financeiro[237].

No contexto brasileiro, o PIB baiano ocupa atualmente a oitava posição no ranking nacional e representa 4,3% do produto interno bruto nacional. O PIB *per capita* encontra-se numa faixa de 60% do valor nacional de 2010.

Quadro 331 – PIB total e *per capita* Bahia e Brasil – 2010*

Especificação	Bahia	Brasil***
PIB (em R$ Bilhão)	157,4	3.674,9
PIB (em US$ Bilhão)**	90	2.092
PIB BA/PIB BR (%)	4,3	-
PIB *Per capita* (em R$ 1,00)	11.232	19.016
PIB *Per capita* (em US$ 1,00)	6.394	10.824
PIB *Per capita* BA/PIB *per capita* BR (%)	59,9	-

Fontes: IBGE, SEI, 2010.
Obs: * Dados sujeitos a retificação
** Com base no dólar médio de 2010, dólar rate in 2010.
*** Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

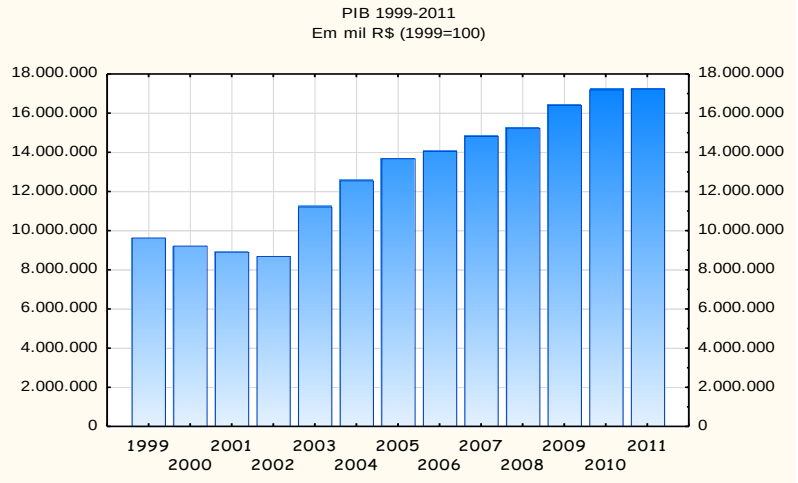
Nos gráficos, a seguir, são apresentados os Produtos Internos Brutos (PIBs) dos municípios que fazem parte da área de influência direta e diretamente afetada do projeto. Os PIBs estão apresentados em sua evolução entre 1999 e 2011, a preços constantes. Os valores foram deflacionados de acordo com o índice de preços municipais, fornecido pelo IPEADATA[238]. Os dados foram trabalhados para tornar comparáveis os PIBs municipais, em termos reais, uma vez que não se encontram disponíveis indexadores específicos (deflatores implícitos que representem vetores de preços e quantidades municipais). Tal procedimento permitiu gerar um quadro

[237]Dummy financeiro - Setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM).
[238] Na verdade, esses índices resultam de séries obtidas pelo encadeamento do INPC/IBGE com o Índice geral de preços ao consumidor, elaborado pelo Ministério do Trabalho (IGPC/MTb). São os únicos índices disponíveis em séries longas para a escala municipal brasileira, referindo-se aos municípios que são as capitais. Embora não sejam os mais adequados, por serem deflatores de preços ao consumidor e não captarem diferenças espaciais e regionais, permitindo uma comparação constante no tempo.

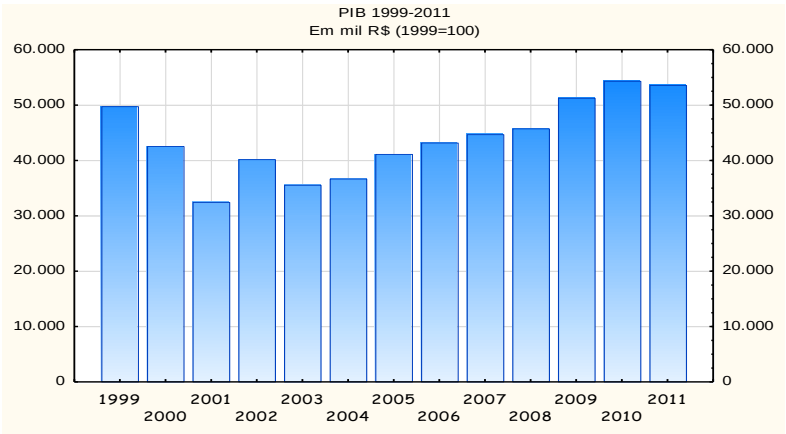
evolutivo formado pelo conjunto dos municípios do projeto. Entretanto, devem ser feitas ressalvas quanto às aproximações que colaboraram para realizar análises de um compósito de municípios que, a despeito de suas distâncias relativas e contiguidades, apresentam profunda assimetria socioeconômica, quando o critério do PIB é empregado para avaliar a situação de bem-estar econômico.

Gráfico 13 – ADA – Área Diretamente Afetada = 03 municípios (Itaparica, Salvador, Vera Cruz)

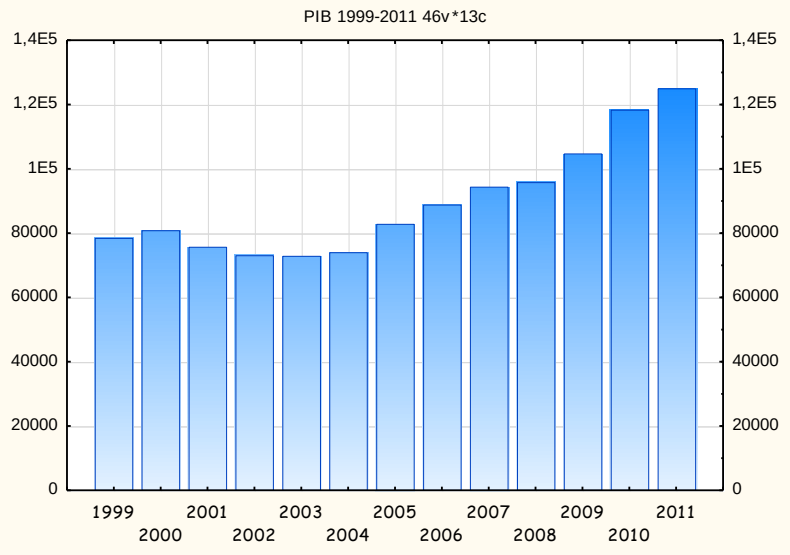
Salvador



Itaparica



Vera Cruz



Fonte: IBGE

Dada à diferença de valor e volume desses agregados, algumas características gerais podem ser verificadas nas séries. São assim identificados grupos de municípios cuja evolução do produto municipal foi crescente, estável ou declinante, entre o final da década de 1990 e o primeiro decênio da primeira década do século XXI. Entre os municípios que apresentaram crescimento sustentado, encontram-se os da ADA – Área Diretamente Afetada que, em termos reais (preços em R$ 1999=100), evoluíram de modo crescente entre 2005 e 2011. Destaca-se Salvador que concentra 24,3% do produto agregado.

Nota-se também que a formação do produto estadual possui uma participação decisiva de três municípios da Área Diretamente Afetada – ADA e da Área de Influência Direta (AID). Além de Feira Santana, com 5,2 %, Camaçari, com 7,7%, Candeias e Simões Filho, com 2,9% e 2,5%, respectivamente, os municípios do projeto foram responsáveis por 42,6% do PIB baiano de 2011. Deve ser salientado que habitam nos municípios supracitados 26,3% da população estadual.

Quadro 332 – Ranking intramunicipal do PIB Municipal, 2011 – Projeto Ilha de Itaparica – Salvador

Ranking	Município	% PIB Bahia
1º	Salvador	22,98
2º	Camaçari	8,37
3º	São Francisco do Conde	6,16
4º	Candeias	2,63

Ranking	Município	% PIB Bahia
5º	Simões Filho	2,31
6º	Lauro de Freitas	1,97
7º	Dias d'Ávila	1,36
8º	Santo Antônio de Jesus	0,62
9º	Cairu	0,43
10º	Valença	0,40
11º	Cruz das Almas	0,28
12º	São Sebastião do Passé	0,25
13º	Santo Amaro	0,24
14º	Madre de Deus	0,18
15º	Vera Cruz	0,15
16º	Cachoeira	0,14
17º	Maragogipe	0,12
18º	Gandu	0,12
19º	Camamu	0,11
20º	Igrapiúna	0,11
21º	Ituberá	0,11
22º	Nazaré das Farinhas	0,10
23º	Wenceslau Guimarães	0,10
24º	Muritiba	0,09
25º	Laje	0,08
26º	Castro Alves	0,08
27º	Itaparica	0,07
28º	Presidente Tancredo Neves	0,07
29º	Governador Mangabeira	0,06
30º	Taperoá	0,06
31º	São Felipe	0,06
32º	Sapeaçu	0,05
33º	Nilo Peçanha	0,05
34º	São Miguel das Matas	0,05
35º	Conceição do Almeida	0,05
36º	São Félix	0,05
37º	Jaguaripe	0,05
38º	Salinas da Margarida	0,05
39º	Saubara	0,04
40º	Cabaceiras do Paraguaçu	0,04
41º	Teolândia	0,04
42º	Varzedo	0,03
43º	Piraí do Norte	0,03
44º	Aratuípe	0,02
45º	Muniz Ferreira	0,02

Ranking	Município	% PIB Bahia
46º	Dom Macedo Costa	0,01

Fonte: IBGE

Do mesmo modo, determinados municípios da AII – Área de Influência Indireta detêm os mais elevados PIBs *per capita* no estado – São Francisco do Conde (R$ 106 mil), Cairu (R$ 56,6), Candeias (R$ 56,2 mil) e Camaçari (R$ 49,4 mil) –, que ocupam o primeiro, segundo, terceiro e quarto lugares, respectivamente, no ranking do PIB dividido pelo número de habitantes do município.

De acordo com o ranking intramunicipal do PIB, a seguir apresentado, Salvador Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas e Dias d'Ávila são as cidades que possuem PIBs significativos no contexto geral do estado e para o projeto. As demais municipalidades são praticamente insignificantes, pois possuem valores a 0,7% do PIB Estadual. Quando a comparação é estendida para o ranking intermunicipal, as disparidades são ainda maiores.

Quadro 333 – Ranking intermunicipal do PIB Municipal 2011 – Projeto Ilha de Itaparica – Salvador

Ranking	Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	*Per capita* (2011)
1º	Salvador	24,42	24,19	24,17	23,64	24,28	R$ 14.411,73
2º	Camaçari	9,49	9,75	9,93	8,64	7,70	R$ 49.412,60
4º	Candeias	2,26	2,77	2,55	2,72	2,94	R$ 56.247,86
5º	Simões Filho	2,19	2,44	2,35	2,40	2,47	R$ 32.929,73
7º	São Francisco do Conde	6,52	4,99	6,01	6,39	2,24	R$ 106.050,84
8º	Lauro de Freitas	1,92	1,92	1,98	2,04	2,17	R$ 20.735,17
11º	Dias d'Ávila	1,10	1,07	1,08	1,41	1,57	R$ 36.974,89
22º	Santo Antônio de Jesus	0,59	0,60	0,62	0,63	0,68	R$ 11.872,96
25º	Cairu	0,35	0,66	0,30	0,44	0,56	R$ 56.685,35
30º	Valença	0,37	0,39	0,41	0,41	0,43	R$ 7.724,00
38º	Cruz das Almas	0,28	0,28	0,29	0,29	0,32	R$ 8.710,99
39º	São Sebastião do Passé	0,27	0,28	0,24	0,26	0,32	R$ 12.107,53
47º	Santo Amaro	0,21	0,22	0,23	0,25	0,27	R$ 7.352,77
67º	Vera Cruz	0,16	0,15	0,15	0,16	0,18	R$ 7.373,47
71º	Madre de Deus	0,14	0,22	0,19	0,18	0,17	R$ 15.100,05
74º	Cachoeira	0,15	0,15	0,15	0,14	0,16	R$ 7.764,51
75º	Santa Maria da Vitória	0,13	0,13	0,14	0,14	0,15	R$ 6.105,60

Ranking	Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	*Per capita* (2011)
85º	Ituberá	0,10	0,10	0,10	0,11	0,13	R$ 7.749,34
86º	Maragogipe	0,34	0,13	0,13	0,13	0,13	R$ 4.816,79
87º	Camamu	0,10	0,11	0,11	0,12	0,13	R$ 5.860,26
92º	Gandu	0,11	0,11	0,13	0,12	0,12	R$ 6.157,97
94º	Igrapiúna	0,09	0,09	0,10	0,11	0,12	R$ 14.106,14
106º	Nazaré das Farinhas	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11	R$ 6.381,44
109º	Itajuípe	0,08	0,08	0,09	0,10	0,10	R$ 7.942,02
110º	Muritiba	0,10	0,09	0,10	0,10	0,10	R$ 5.752,89
122º	Castro Alves	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09	R$ 5.796,69
123º	Wenceslau Guimarães	0,12	0,10	0,10	0,10	0,09	R$ 6.691,99
132º	Laje	0,08	0,09	0,09	0,08	0,09	R$ 6.070,25
151º	Itaparica	0,07	0,07	0,08	0,07	0,08	R$ 5.784,45
156º	Presidente Tancredo Neves	0,07	0,08	0,07	0,07	0,07	R$ 4.901,01
164º	Governador Mangabeira	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	R$ 5.742,64
182º	São Felipe	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	R$ 5.134,58
203º	Sapeaçu	0,06	0,05	0,05	0,06	0,06	R$ 5.316,17
208º	Conceição do Almeida	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	R$ 4.778,45
210º	São Miguel das Matas	0,09	0,07	0,05	0,05	0,05	R$ 8.020,02
213º	Nilo Peçanha	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	R$ 6.536,49
215º	Jaguaripe	0,05	0,05	0,04	0,05	0,05	R$ 4.893,55
223º	Salinas da Margarida	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	R$ 5.824,88
226º	São Félix	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	R$ 5.559,06
252º	Cabaceiras do Paraguaçu	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	R$ 3.934,08
281º	Teolândia	0,04	0,03	0,04	0,04	0,04	R$ 4.224,02
324º	Varzedo	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	R$ 5.573,57
340º	Piraí do Norte	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	R$ 4.821,13
373º	Aratuípe	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	R$ 4.464,60
400º	Muniz Ferreira	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	R$ 4.342,67
416º	Dom Macedo Costa	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	R$ 5.075,76

Fonte: IBGE

Referente à evolução regional e estadual, observa-se que alguns municípios mantêm sua posição relativa, indicando que a estrutura que gera o fluxo do produto municipal (PIB) não se alterou substancialmente na última década, mas nota-se perda relativa de representatividade em determinados municípios, a exemplo de Camaçari e São Francisco do Conde.

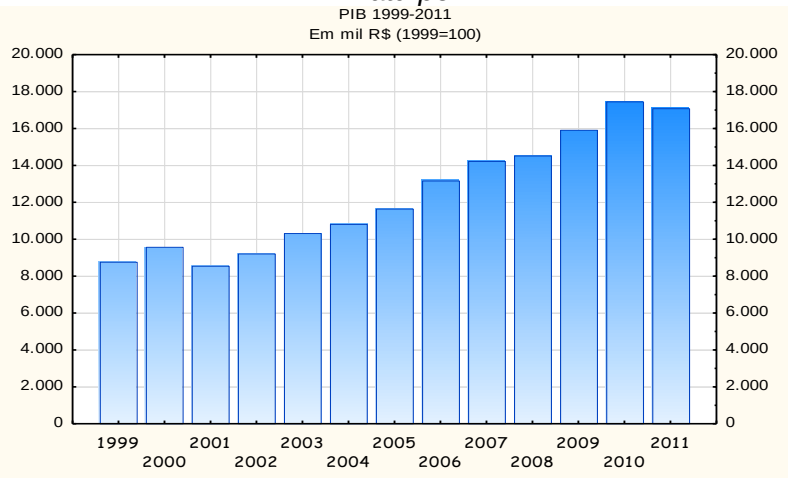
Relativamente ao PIB *per capita* dos municípios, verificam-se imensas disparidades entre as condições de vida e geração de riqueza local, que têm como *proxy* o PIB *per capita* municipal. Encontram-se no agregado dos municípios os maiores e os menores indicadores do Estado.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos PIBs municipais do aglomerado AII – Área de Influência Indireta do projeto. Pode-se notar uma tendência crescente no comportamento dos municípios, excetuando a relativa estabilidade de Muniz Ferreira contrastada com o crescimento persistente de Lauro de Freitas.

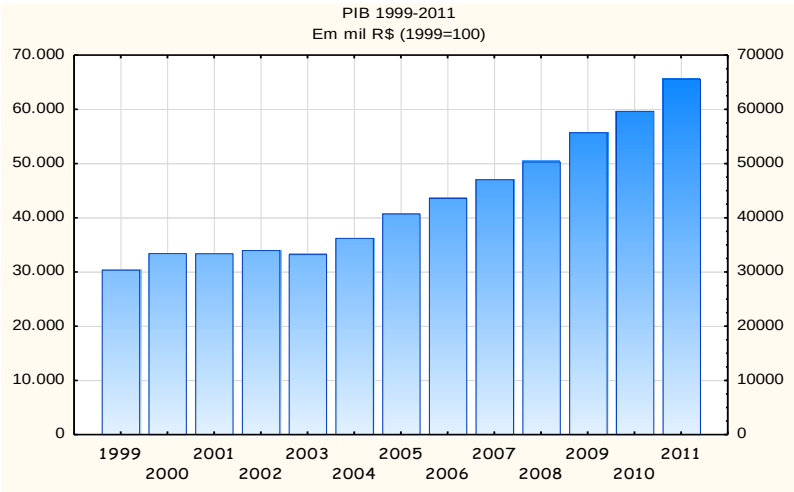
Gráfico 14 – AID – Área de Influência Direta = 13 municípios

(Aratuípe, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Jaguaripe, Lauro de FreitasMuniz Ferreira, Nazaré das Farinhas, Salinas da Margarida, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Simões Filho e Varzedo)

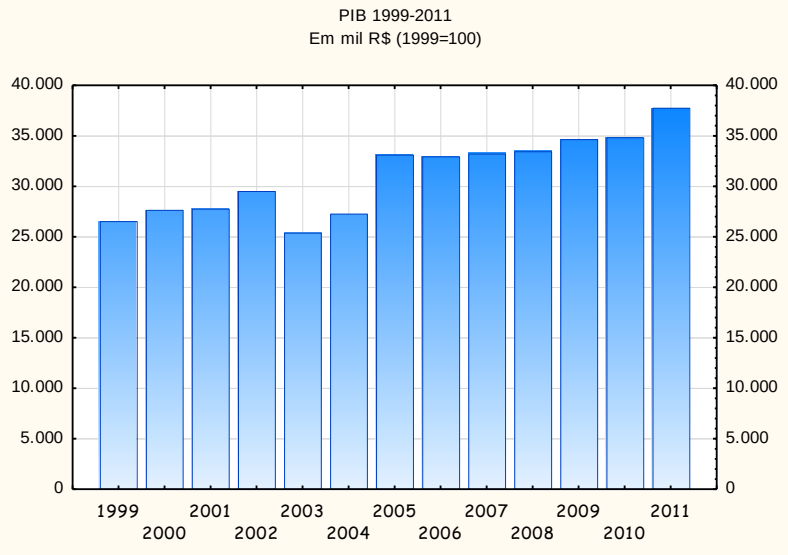
Aratuípe



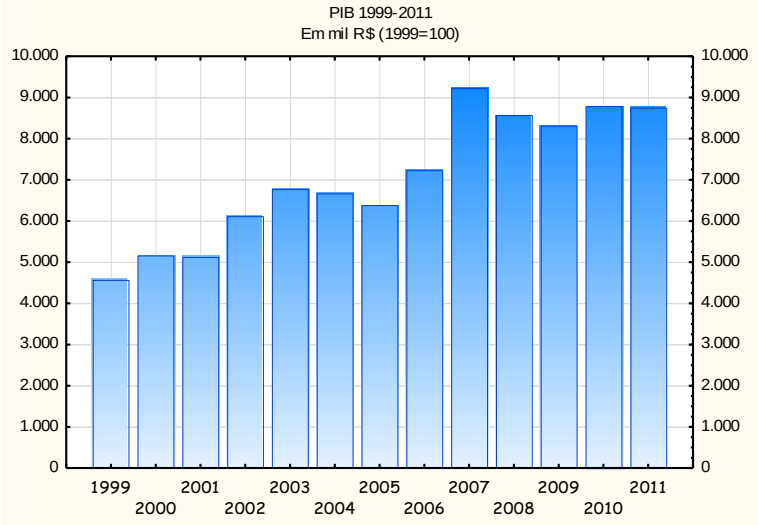
Castro Alves



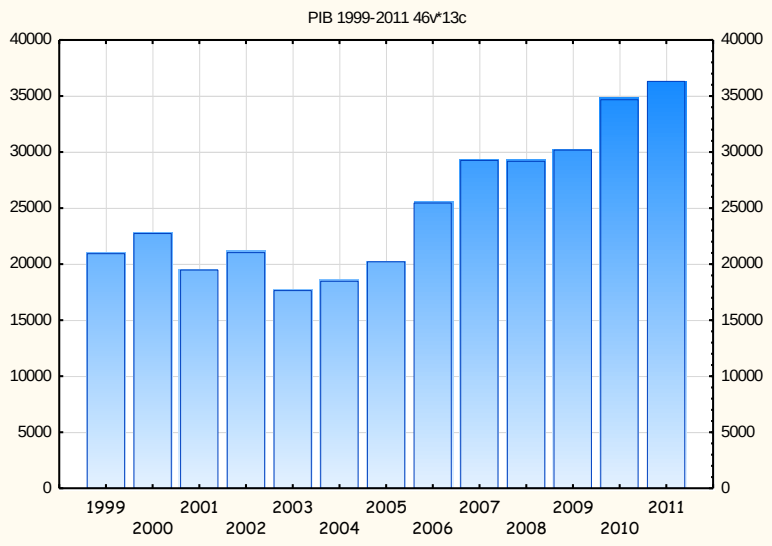
Conceição do Almeida



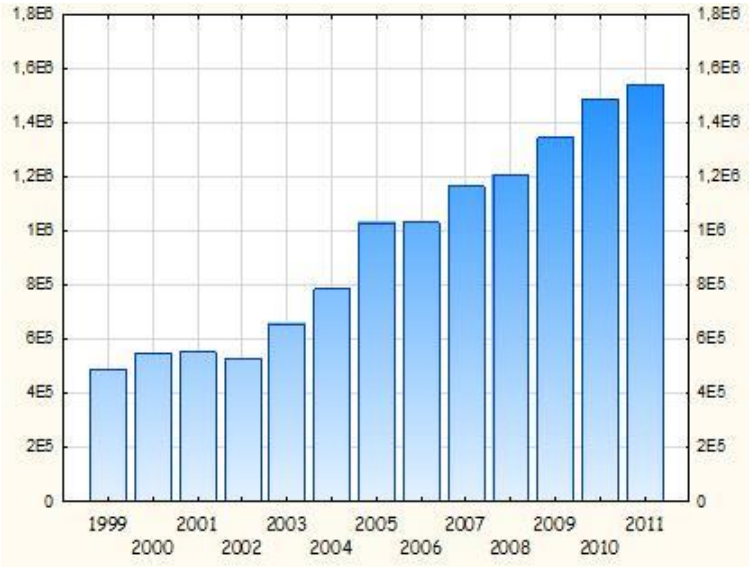
Dom Macedo Costa



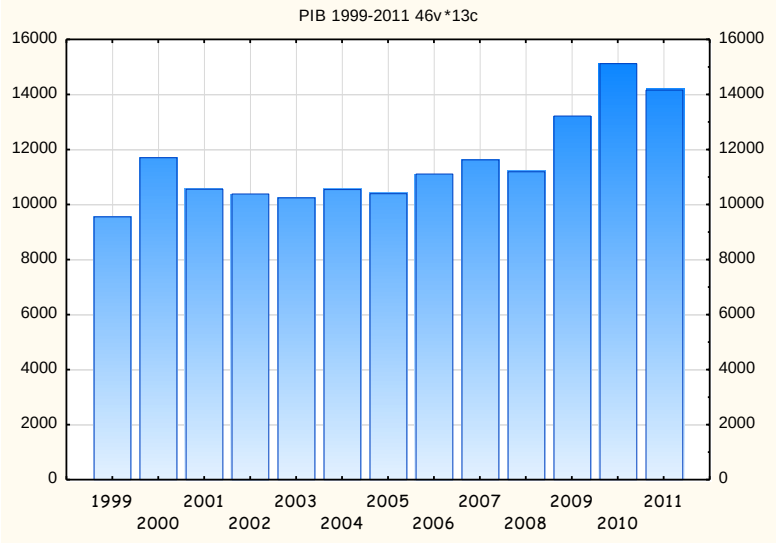
Jaguaripe



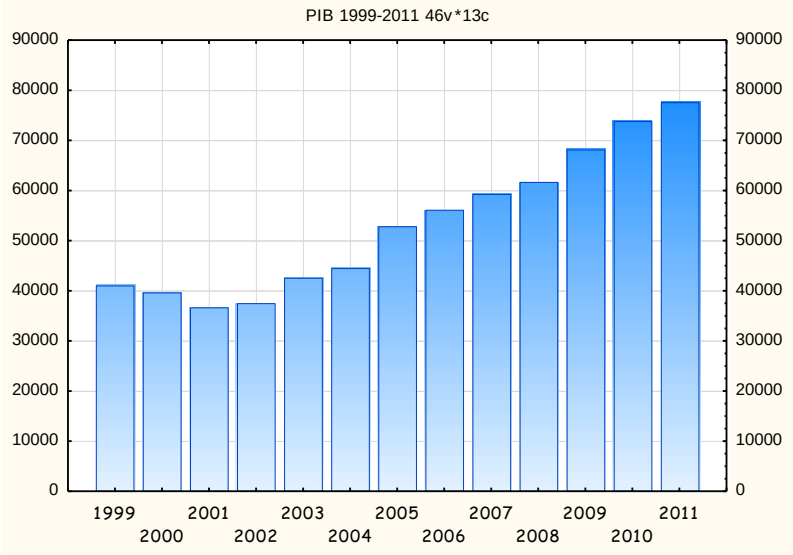
Lauro de Freitas



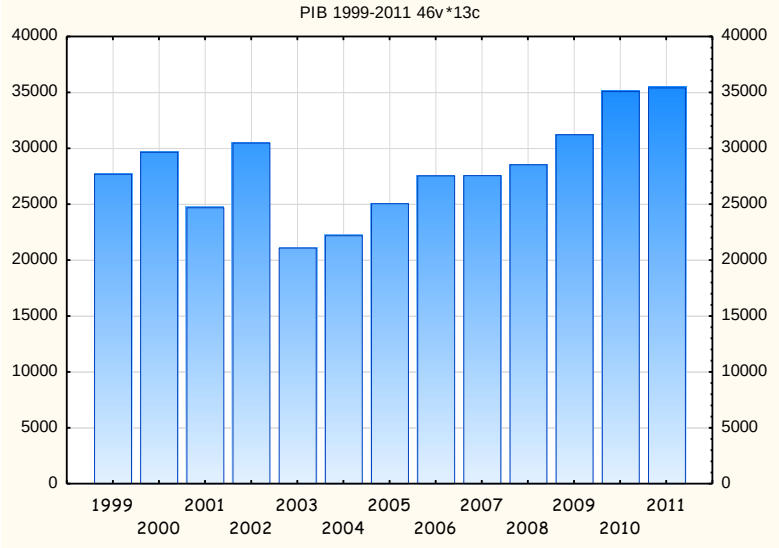
Muniz Ferreira



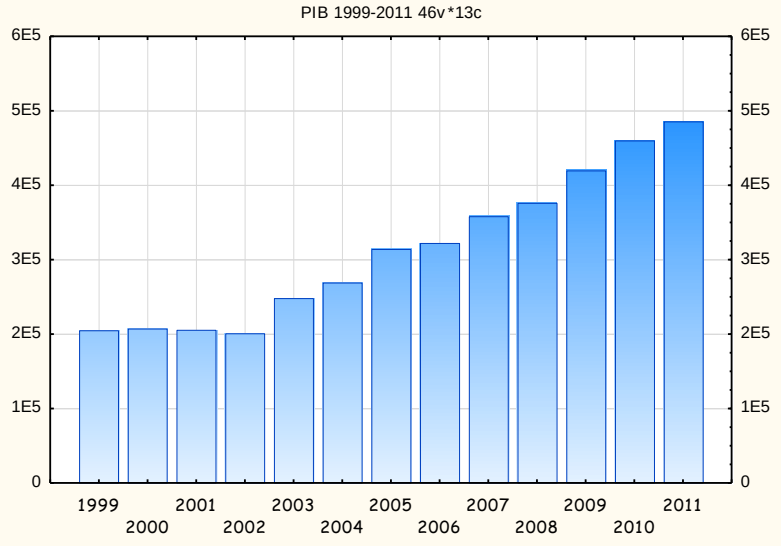
Nazaré das Farinhas



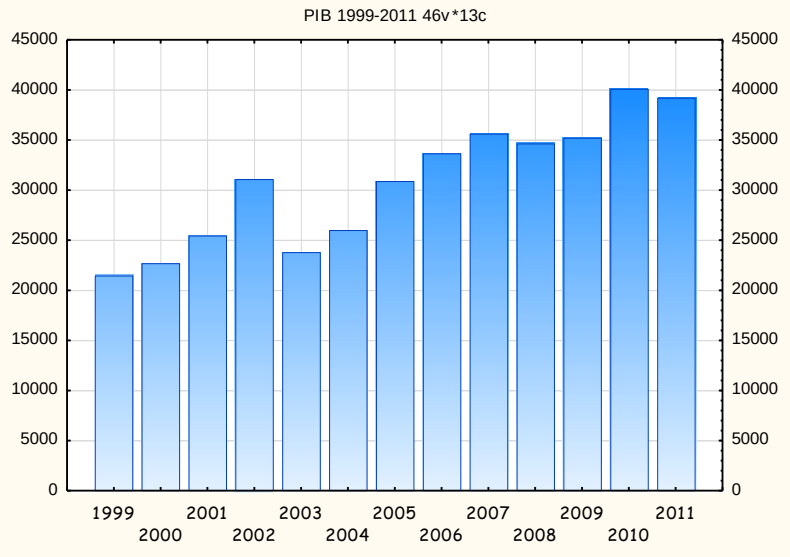
Salinas da Margarida



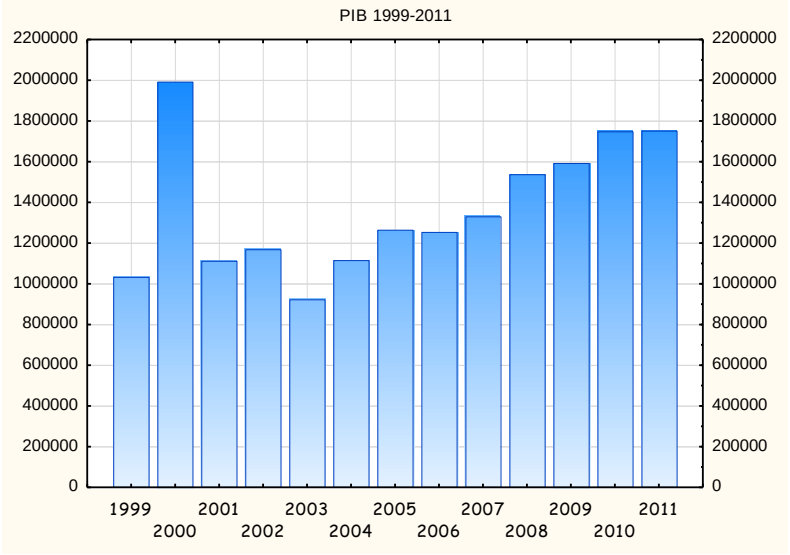
Santo Antônio de Jesus



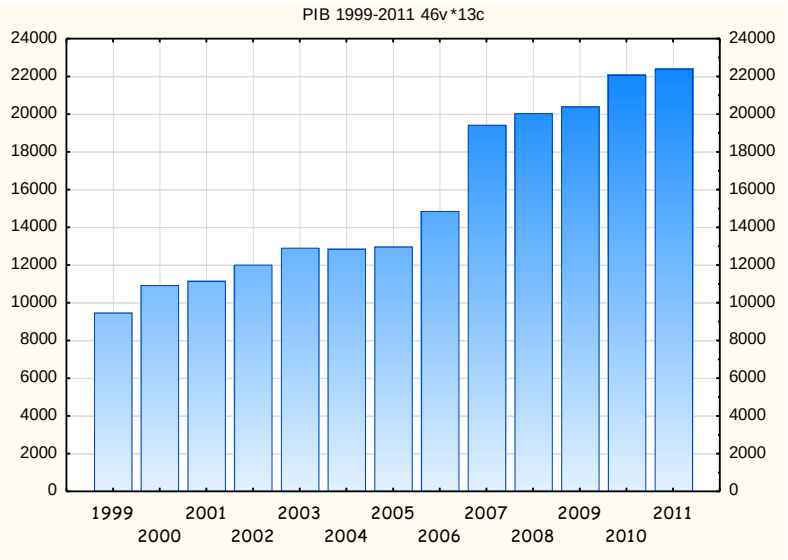
Sapeaçu



Simões Filho



Varzedo



Fonte :IBGE

2.2.13.2. Caracterização da estrutura dos serviços primário, secundário e terciário, geração de emprego e nível tecnológico por setor

A estrutura produtiva da região do *Projeto Ponte Salvador e Ilha de Itaparica* firma-se sobre condições urbano-industriais variadas, sobre um setor terciário dotado de complexidades, e também se apropria de áreas rurais plenas de disparidades, mas que se aderem na organização do espaço em análise. Tem-se, assim, a presença de setores da nova economia de serviços, surgidos em um processo pontilhado, os quais se combinam com um terciário "tradicional", num contexto em que Salvador afigura-se como grande metrópole do Nordeste. Como observam Carvalho & Carvalho e Goés (2001), "a economia da metrópole baiana confere predominância do setor de serviços, tanto em número de estabelecimentos e pessoal ocupado, quanto na participação setorial no valor adicionado da economia. Entre 1996 a 2005, os registros da RAIS evidenciaram que, em 1996, os estabelecimentos produtivos ligados às atividades de serviço representavam 48,8% dos estabelecimentos existentes, os quais respondiam por 69,4% dos empregos formais da região". O setor de serviço, entre 1996 e 2008, produziu um acréscimo no número de empresas e na geração de empregos formais. Todavia, ainda segundo os mesmos, tal crescimento não foi capaz de manter a sua participação no mesmo patamar, tendo em vista que outros setores da economia cresceram muito mais que o setor em apreço. Como resultado, o setor de serviços reduziu a sua participação relativa no número total de estabelecimento e empregos para 46,8% e 67,7%, respectivamente.

Vista como unidade regional sob o aspecto de "território de identidade", a Região Metropolitana de Salvador – RMS é a principal região econômica e demográfica do estado da Bahia, concentrando 58,2% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano e 25,5% da sua população. Salvador, capital do estado e município símbolo dessa região, é o mais importante centro urbano, respondendo por 24,4% de toda a riqueza produzidana Bahia e por 50,6% da RMS, onde exerce incomparável papel polarizador. A RMS é uma região com forte papel complementar à matriz industrial brasileira, pela sua especialização na produção de insumos industriais, principalmente químicos e petroquímicos. É também responsável por aproximadamente 68% das exportações e importações demandadas pelo estado da Bahia e, passam por seus portos, 3% da corrente do comércio do país[239].

A dominância econômica de Salvador ressalta o aparente paradoxo das tendências de dispersão geográfica das atividades econômicas e a necessidade de integração ao sistema requer acesso a um conjunto de serviços especializados, que reforçam a importância dessa concentração. É patente, então, a consolidação e a expansão de um diversificado conjunto de atividades que contribuem para a progressiva terceirização da sua base econômica urbana, sob a forma de serviços que adquirem características gradualmente avançadas, o que posiciona Salvador num papel estratégico na coordenação geral da rede de cidades. Dessa forma, ao invés de sua posição atual ter se tornado ultrapassada, mesmo com os efeitos centrífugos consentidos pelas tecnologias da informação, o caráter metropolitano de Salvador acentua a concentração de funções de comando e necessidade crescente de serviços especializados.

Entre 1996 e 2008 não ocorreram mudanças estruturais significativas na base produtiva da metrópole baiana. O número de estabelecimentos formais dos setores produtivos apresentou crescimento, exceto nos de produção e distribuição de eletricidade, gás e água. A indústria de transformação perdeu um pouco de sua participação no número total de estabelecimentos. Houve aumento de participação do número de empresas relacionadas às atividades de comércio, transporte e armazenagem e crescimento, bastante tímido, do número de empresas ligadas às atividades financeiras, o que reduziu a participação destas no conjunto de estabelecimentos da região. O mesmo fenômeno foi observado nas empresas prestadoras de serviços de educação. As atividades de aluguéis, imobiliárias e de serviços prestados às empresas – embora tenham crescido 64,5% – ampliaram muito pouco

[239]Carvalho & Carvalho e Goés (2001), op. cit.

o respectivo patamar de participação no número de estabelecimentos como observado no quadro a seguir.

Quadro 334 – Evolução e participação relativa dos setores produtivos da RMS por número de estabelecimentos (1996 e 2008)

Setores produtivos	Variação entre 1996-2008 (%)	Participação do nº de estabelecimentos produtivos em relação ao nº total de estabelecimentos da região	
		1996	2008
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	102,8	1,89	2,41
Pesca	30,0	0,04	0,03
Indústrias extrativas	90,3	0,16	0,22
Indústrias de transformação	35,6	9,37	8,79
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-44,2	0,26	0,08
Construção	82,2	5,27	6,02
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	83,5	46,20	54,80
Alojamento e alimentação	79,5	7,51	8,56
Transporte, armazenagem e comuniCações	108,5	3,90	5,11
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e serv. relacionados	18,0	2,50	1,86
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	64,5	20,71	21,55
Administração pública, defesa e seguridade social	25,2	0,55	0,42
Educação	18,9	4,12	3,22
Saúde e serviços sociais	49,8	8,07	7,45
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	78,9	6,49	7,33
Serviços domésticos	48,9	0,19	0,26
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais			
TOTAL		**100,00**	**100,00**

Fonte: SEI/Brasil (2010)

Quadro 335 – Participação relativa do emprego na RMS por atividade produtiva (1996 e 2008)

Setor produtivo	Variação entre 1996 - 2008 (%)	Participação do emprego nº total do emprego da região	
		1996	2008
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-27,0	0,53	0,24
Pesca	-63,0	0,02	0,00
Indústrias extrativas	11,0	0,75	0,52
Indústrias de transformação	66,0	7,12	7,34
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-24,0	1,34	0,63
Construção	105,0	5,53	7,02
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	72,0	14,53	15,48
Alojamento e alimentação	122,0	2,90	3,99
Transporte, armazenagem e comuniCações	42,0	6,83	6,03
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e serv. relacionados	-20,0	2,90	1,44
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	155,0	11,16	17,69
Administração pública, defesa e seguridade social	26,0	34,16	26,67
Educação	62,0	4,00	4,01
Saúde e serviços sociais	58,0	4,99	4,89
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	102,0	3,20	4,02
Serviços domésticos	-59,0	0,03	0,01
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	130,0	0,01	0,01
TOTAL	**61**	**100,00**	**100,00**

Fonte: SEI/Brasil (2010)

No quadro acima, o indicador do mercado de trabalho também evidenciou que a participação relativa do emprego na atividade industrial, sobretudo na indústria de transformação, permaneceu constante. O mesmo fenômeno foi constatado em relação aos serviços de educação e saúde. As atividades financeiras apresentaram uma pequena redução de participação no estoque total de empregos formais. Vale ressaltar que,principalmente nas atividades financeiras, ocorreu um processo de desemprego estrutural devido à intensa informatização do sistema bancário. Não obstante, tornou-se notória a ascensão de atividades de serviços que aumentaram sua participação, tanto em termos de emprego quanto no número de empresas, cujos perfis não estavam diretamente relacionados aos serviços avançados, típicos das “cidades-globais”.

Segmentos como construção civil, atividades imobiliárias, alojamento e alimentação, comércio e serviços pessoais foram aqueles que apresentaram expressivos aumentos, tanto

no incremento de novas empresas como no estoque de trabalho. As atividades de construção e imobiliárias apresentaram crescimento que se deveu, sobretudo, ao *boom* verificado neste mercado a partir da segunda metade dos anos 2000.

Observou-se que no setor de transporte e logística o número de estabelecimentos cresceu em torno de 76,5% entre 1996 e 2005. Entretanto, a participação do emprego nestas atividades, quando comparada com o total de empregos formais da região, cresceu apenas 17%, evidenciando que estas atividades se tornaram mais intensivas na capital. Mesmo com tal acréscimo, a participação do número de estabelecimentos na estrutura produtiva da metrópole diminuiu de 0,81%, em 1996, para 0,75%, em 2005.

O segmento de atividades relacionadas à informática apresentou aumento de 41% no número de estabelecimentos, entre 1996 e 2005, na RMS. Uma característica desse setor, na metrópole baiana, relaciona-se aos seus focos dirigidos às áreas de manutenção e reparação de equipamentos de informática, processamento de dados e consultoria de *hardware*. Entretanto, a atividade que mais agregou valor neste ramo produtivo – consultoria e elaboração de *software* – representava 6,6% do total das empresas atuantes no segmento de informática em 2005. Quando se compara a Região Metropolitana de Salvador (RMS) com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) evidencia-se que as empresas que atuavam na área de consultoria em *software* representavam 15% do número total de estabelecimentos que operavam no respectivo setor. Além disso, a quantidade de empresas atuantes em consultoria de *software* na RMS não representava nem 5% do número de estabelecimentos das empresas que atuavam no mesmo ramo produtivo na RMSP.

Nesse sentido, os empregos da área de informática cresceram em torno de 72%, de 1996 a 2005, passando de aproximadamente 2.900 para 5.000 postos de trabalho. Deve-se notar que a participação do emprego dessas atividades no estoque de emprego da região, entre 1996 e 2005, manteve-se no mesmo patamar pouco significativo de 0,5% dos empregos formais da região. Em 2008, existiam 570 empresas atuando na área de informática na RMS, as quais absorviam aproximadamente 7.300 empregados. Estes números eram pouco significativos, quando comparados com o conjunto de estabelecimentos produtivos e com o estoque de emprego da região.

Quando comparado com os dados da RMSP, notava-se que o segmento de informática ainda era muito tímido na metrópole baiana. Entretanto, chama a atenção que, em 2008, na RMSP, apenas 18% das empresas atuavam na área de reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação, área essa que exige menos capacitação e conhecimento e agrega menos valor. Já na RMS, 47% atuavam nesta referida área,

enquanto 12,6% das empresas tinham como foco as atividades de tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas. Nessa mesma leitura, observou-se que 40,4% das empresas atuavam em serviços de tecnologia da informação (TI). Segundo Bastos, Oliveira e Lima Júnior (2007) e Fialho (2006), o setor de TI baiano, concentrado na RMS, apresentava alguns gargalos como: empresas com pouca representatividade, com limitada competência gerencial e estratégica focadas em demandas locais e sem explorar nichos estratégicos de mercado.

Quadro 336 – Número de empresas na RMS e na RMSP, por setor selecionado

2008

Atividade	RMS (a)	RMSP (b)	(a/b*100)
Transporteelogística	2.050	18.726	10,94
Informática	570	5.238	10,89

Fonte: SEI/Brasil (2010)

Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) também são exemplares quando se reforçam os argumentos avaliativos sobre a Salvador e sua Região Metropolitana. O IDH complementa os indicadores econômicos padrão, cuja conexão entre prosperidade econômica e desenvolvimento humano não é evidente. Ao considerar algumas necessidades essenciais para o desenvolvimento humano – que englobam uma longa e saudável existência, aquisição de conhecimento e acesso a recursos necessários para um padrão de vida decente –, nota-se uma convergência entre os indicadores da RMS (longevidade, educação e renda *per capita*). São assim seus municípios, aqueles que possuem os melhores desempenhos.

Quadro 337 – Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano na Área do Projeto, por ordem decrescente de importância

Município	IDH-E*	Município	IDH-L*	Município	IDH-R*
Salvador	0,679	Salvador	0,835	Lauro de Freitas	0,781
Madre de Deus	0,667	Lauro de Freitas	0,827	Salvador	0,772
Lauro de Freitas	0,663	Itaparica	0,826	Camaçari	0,681
Cruz das Almas	0,650	Candeias	0,823	Santo Antônio de Jesus	0,677
Santo Antônio de Jesus	0,622	Vera Cruz	0,817	Madre de Deus	0,670

Camaçari	0,616	Santo Antônio de Jesus	0,815	Cruz das Almas	0,659
Candeias	0,616	Simões Filho	0,813	Itaparica	0,657
Governador Mangabeira	0,594	São Francisco do Conde	0,812	Candeias	0,652
Simões Filho	0,591	São Sebastião do Passé	0,812	Dias d'Ávila	0,651
São Francisco do Conde	0,587	Dias d'Ávila	0,811	Gandu	0,645
Dias d'Ávila	0,584	Cairu	0,807	Simões Filho	0,641
São Félix	0,583	Conceição do Almeida	0,805	São Francisco do Conde	0,641
Cachoeira	0,577	Camaçari	0,798	Nazaré	0,637
Muritiba	0,573	Cruz das Almas	0,796	São Sebastião do Passé	0,633
Saubara	0,565	Muritiba	0,796	Vera Cruz	0,632
Salinas da Margarida	0,561	Dom Macedo Costa	0,795	Muritiba	0,629
Santo Amaro	0,559	Madre de Deus	0,794	Santo Amaro	0,626
Itaparica	0,553	Maragogipe	0,793	Valença	0,619
São Sebastião do Passé	0,551	Igrapiúna	0,789	Cachoeira	0,615
Nazaré das Farinhas	0,532	São Felipe	0,787	Sapeaçu	0,602
Dom Macedo Costa	0,531	São Miguel das Matas	0,783	Ituberá	0,601
Muniz Ferreira	0,531	Valença	0,778	Cairu	0,600
São Felipe	0,525	Nazaré das Farinhas	0,777	Dom Macedo Costa	0,598
Sapeaçu	0,522	Castro Alves	0,774	Governador Mangabeira	0,594
Vera Cruz	0,520	Santo Amaro	0,772	Castro Alves	0,591
Maragogipe	0,518	Gandu	0,771	Maragogipe	0,582
Cairu	0,510	São Félix	0,769	São Félix	0,582
Gandu	0,508	Ituberá	0,769	Muniz Ferreira	0,581
Castro Alves	0,504	Laje	0,764	Varzedo	0,581
Valença	0,502	Cabaceiras do Paraguaçu	0,763	Conceição do Almeida	0,578
Cabaceiras do Paraguaçu	0,490	Jaguaripe	0,763	Salinas da Margarida	0,575
Ituberá	0,482	Cachoeira	0,762	Aratuípe	0,570
Laje	0,480	Nilo Peçanha	0,762	São Miguel das Matas	0,568
Conceição do Almeida	0,479	Piraí do Norte	0,762	Taperoá	0,566
São Miguel das Matas	0,468	Muniz Ferreira	0,761	Pres. Tancredo Neves	0,566
Varzedo	0,461	Teolândia	0,756	Igrapiúna	0,565
Camamu	0,452	Governador Mangabeira	0,754	São Felipe	0,565
Aratuípe	0,443	Taperoá	0,754	Saubara	0,563
Taperoá	0,426	Varzedo	0,753	Camamu	0,562
Igrapiúna	0,424	Aratuípe	0,753	Wenceslau Guimarães	0,558
Pres.Tancredo Neves	0,424	Wenceslau Guimarães	0,752	Jaguaripe	0,552
Teolândia	0,418	Saubara	0,738	Laje	0,548
Jaguaripe	0,407	Sapeaçu	0,735	Piraí do Norte	0,546

Nilo Peçanha	0,404	Salinas da Margarida	0,729	Teolândia	0,541
Wenceslau Guimarães	0,383	Pres. Tancredo Neves	0,727	Nilo Peçanha	0,531
Piraí do Norte	0,363	Camamu	0,710	Cabaceiras do Paraguaçu	0,525

Fonte: Azimute (SEI) – 2014.
Obs: (*) IDH-E = Educação – IDH-L = Longevidade – IDH-R= Renda *per capita*.

Outros serviços indicados como típicos do terciário avançado apresentaram pequena participação no montante de estabelecimentos da RMS, algo em torno de 4,4%, e corresponderam a somente 12% do número de estabelecimentos que atuavam no mesmo segmento na RMSP, em 2008. A participação desse mesmo setor, atuante na RMS, se reduziu quando comparado com o ano de 1996, visto que o número de estabelecimentos ligados a tais atividades representava aproximadamente 8% do total de empresas da região. No que se refere ao mercado de trabalho, estes serviços empregavam 5% dos trabalhadores da região em 2008, percentual menor do que o observado em 1996, quando ocupavam 8% dos trabalhadores da região. Ou seja, há uma redução do peso dessas atividades na estrutura produtiva da RMS.

Apesar de ainda não ser possível, com base nos dados da RAIS, inferir sobre as características desses serviços, sabe-se, de acordo com o conhecimento tácito sobre a estrutura produtiva e as características das atividades empresariais da região, que os serviços são prestados por um número pequeno de empresas que atuam no segmento de serviços avançados, em escala nacional, sendo menor, ainda, o número daquelas cuja plataforma de atuação é mundial.

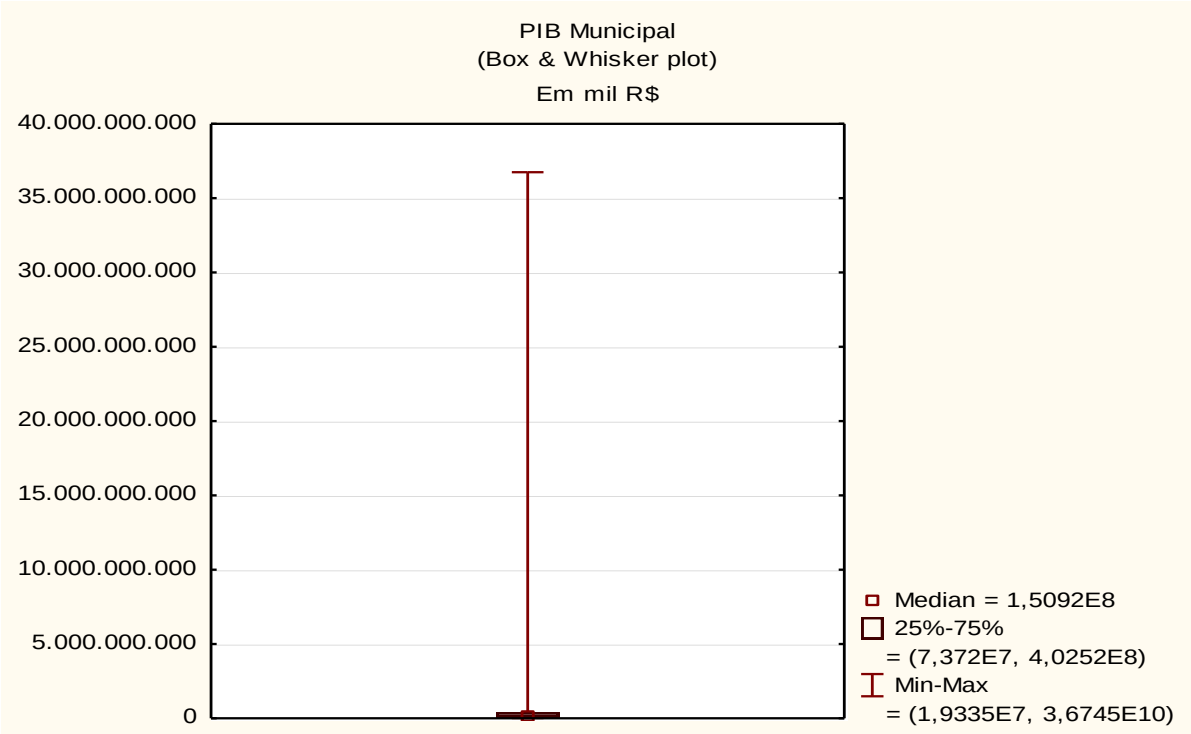
O número de estabelecimentos pertinentes às atividades de educação também regrediu no montante total de estabelecimentos produtivos da RMS, entre 1996 e 2008, a despeito de sua participação no mercado de trabalho – número de ocupações – ter se mantido constante. Destaca-se o aumento no número de estabelecimentos de ensino superior, ampliando-se de 13 unidades, em 1996, para 77, em 2008. A queda observada em seu conjunto foi em razão da reforma do sistema de ensino superior do país, que provocou diminuição de 82% no número de estabelecimentos de educação profissional e técnica, entre 1996 e 2008.

Os serviços de atenção à saúde humana proporcionaram, entre 1996 e 2008, crescimento da ordem de 50% no número de estabelecimentos e 57% no número de empregos. Por outro lado, a participação deste segmento se manteve em torno de 6%, em relação ao número de estabelecimentos, e em 4% no montante dos empregos da RMS.

As atividades de comércio, construção, atividades imobiliárias, alojamento e alimentação e serviços pessoais e domésticos aumentaram a participação na estrutura produtiva da RMS, tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em termos de ocupação. Desta forma, entende-se que, em termos absolutos, tanto o número de estabelecimentos quanto o de trabalhadores do chamado terciário avançado cresceram entre 1996 e 2008, exceto nas atividades financeiras, pois não é possível afiançar que haja uma tendência de orientação da estrutura produtiva da RMS na direção dos chamados serviços avançados.

Os gráficos a seguir expõem a dispersão dos produtos municipais, da renda *per capita* e dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos mesmos. Esta última variável admite captar com menores distorções a renda dos moradores de um município, suas possibilidades de consumo e mesmo sua qualidade de vida. Entretanto, quando se observa o PIB *per capita* como indicador de riqueza, encontram-se imensas disparidades entre as condições de vida local – determinada pela renda apropriada – e a geração de riqueza local – que tem como *proxy* o PIB *per capita* municipal. Essas evidências da amostra corroboram os argumentos da elevada concentração espacial das atividades socioeconômicas e de suas prováveis consequências.

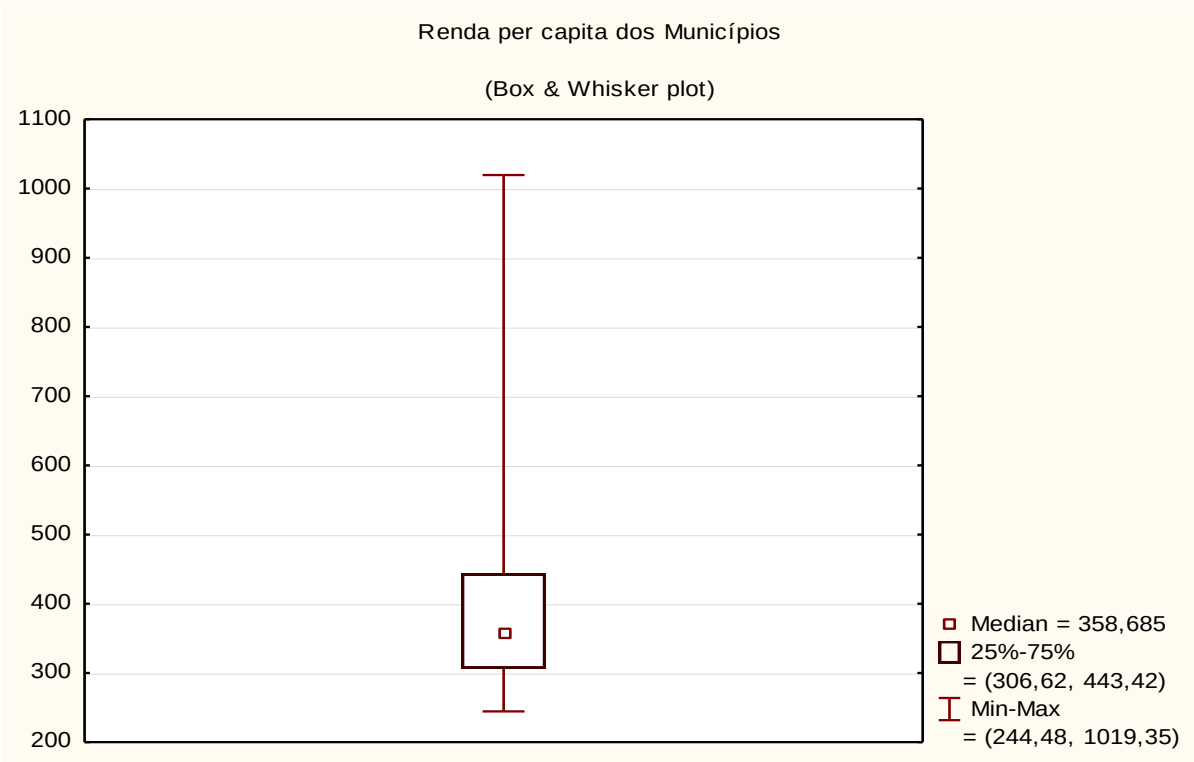
Gráfico 15 – Dispersão do PIB Municipal (2010 – 46 municípios)



As relações entre a renda *per capita* dos municípios e os índices de desenvolvimento humano colocam em evidência uma hierarquia entre municípios com baixo IDH vis-à-vis

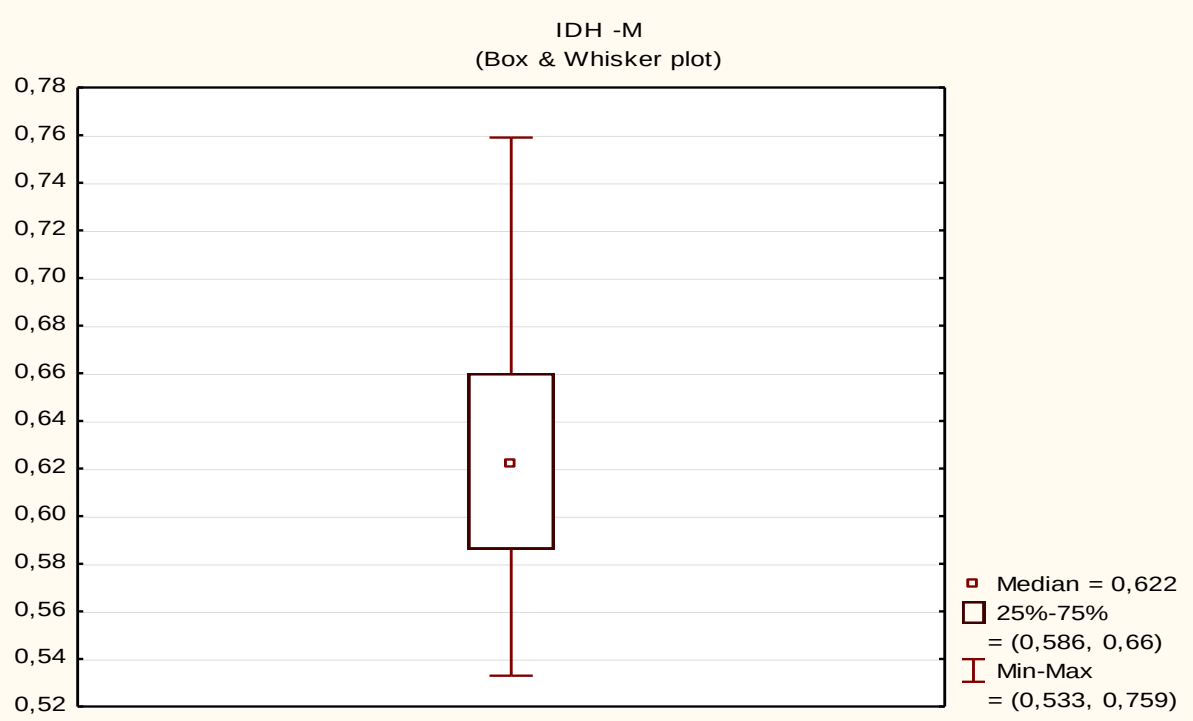
baixa renda, que se situam numa elipse de onde sobressaem dois *outliers* (pontos salientes), os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, dotados de condições que os destacam numa situação econômica e urbana superior, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 16 – Dispersão da Renda *Per capita* (46 Municípios)



Essas disparidades refletem certo padrão de organização do espaço onde, de um lado, se encontram as “cidades-renda”, as apropriadoras do produto, enquanto do outro lado têm-se as “cidades-produção”, onde se gera riqueza, em termos de produção industrial, comércio e serviços em geral. Essas duas cidades formam um sistema articulado e diferenciado dentro da Região Metropolitana de Salvador, vista como “território de identidade”. A complexidade da interação dos municípios do projeto da ponte Salvador – Ilha de Itaparica, envolve uma delicada inserção no contexto regional, mesmo nacional.

Gráfico 17 – Dispersão do IDH Municipal (46 Municípios)



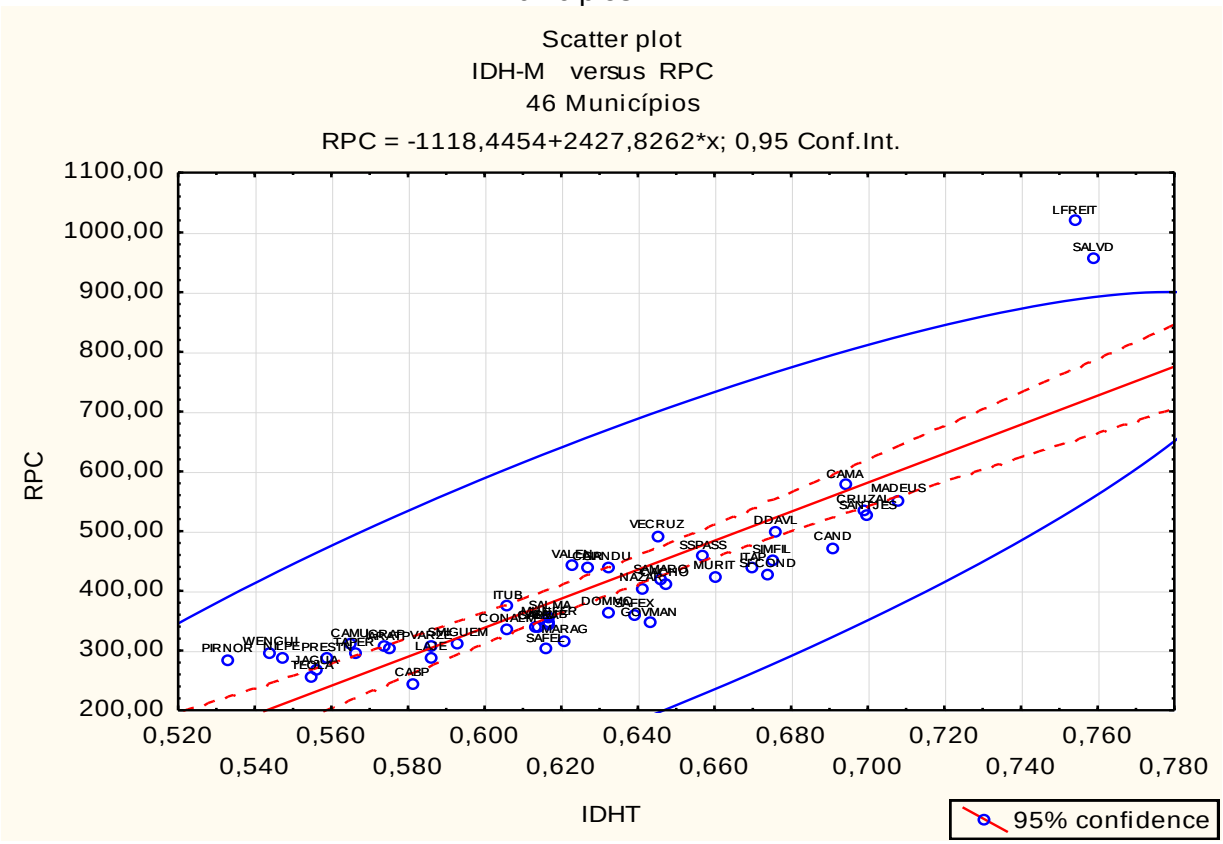
Um dos pontos cruciais leva em conta os riscos de uma mediação “monotemática” da intervenção, qual seja a relocalização habitacional das camadas de alta renda com alternativa econômica à exaustão das terras no contexto soteropolitano. Nesse caso, o real papel do sistema de transportes no crescimento regional, não só para orientar novas intervenções no âmbito do próprio planejamento dos transportes, mas também porque os recursos empregados para a construção de uma nova infraestrutura de transportes têm custos sociais e ambientais muito elevados, já que poderiam produzir efeitos aquém dos esperados, comparativamente a outras políticas com maiores retornos sociais e econômicos.

A criação de um sistema de transportes vinculado a uma ponte não se faz tanto no sentido de trazer, de forma automática, riqueza e prosperidade para uma região. A amplitude de seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico depende mais das estratégias previamente elaboradas pelos atores sociais e econômicos, intermediados por atores políticos. Tais resultados dependem de políticas públicas específicas e diferentes daquelas que estruturam a antiga inserção municipal no contexto metropolitano, quando Salvador e a RMS ultrapassam níveis superiores de sua entropia de centralidade regional.

Essa inclusão da Ilha de Itaparica é resultado de uma peculiar articulação de grandes capitais imobiliários e da política pública municipal. As atividades de turismo balneário de massa serão substituídas pela produção imobiliária de loteamentos fechados e residenciais

para os segmentos de alta renda, tomando como exemplos condomínios como “Alphaville” ou bairros-cidade, a exemplo de “Vilas do Atlântico”, que criam competitividade extrema na gestão interna da política urbana dos municípios e se colocam como modelos candidatos a darem uma feição urbanística com grande viés de segregação social e econômica. Esses seriam uma possível forma de inserção dos municípios no contexto metropolitano. Acrescente-se que, provavelmente, nas franjas desse modelo imperante deverão surgir ou ampliarem-se as aglomerações “subnormais” para acolher trabalhadores e prestadores de serviços, demandados por essa nova frente imobiliária insular, e junto com eles as conhecidas repercussões ambientais negativas sobre a infraestrutura básica das municipalidades, que não reúnem condições político-administrativas, financeiras e operacionais para encará-las.

Gráfico 18 – Índice de Desenvolvimento Humano e Renda *Per capita* dos 46 Municípios



Fonte: SEI

Nesse sentido, as economias da densidade residencial e as atividades produtivas, bem como os princípios territoriais que governam a organização espacial das atividades, estão

fortemente ancoradas em nível urbano. Como destaca CAMAGNI (1992), relativamente aos princípios que norteiam a organização do território, devem ser apreciados[240]:

1. O princípio da aglomeração, que avalia a densidade populacional que rapidamente induz a atividade produtiva com todos os fenômenos negativos e positivos que resultam da proximidade física, as economias de aglomeração. Estas se consubstanciam sob a forma de economias de urbanização e localização, elementos genéticos na existência das cidades.

2. O princípio da acessibilidade, que traz a compreensão da mútua interação entre os custos de transporte e o uso da terra encontra a sua mais imediata e racional aplicação em nível urbano.

3. O princípio da interação espacial, que põe em evidência a importância da alta densidade residencial e das atividades produtivas nas grandes cidades. São elas que facilitam e suscitam os contatos e, consequentemente, os mecanismos de interação espacial, com todos os possíveis efeitos positivos e negativos a eles associados.

4. O princípio da hierarquia urbana, o qual claramente reflete a divisão espacial do trabalho que se revela em disparidades nos padrões socioeconômicos entre as diferentes cidades.

5. O princípio da competitividade, que confirma a localização nas cidades dos maiores fatores de competição econômica, cujo conteúdo se desenvolve em nível urbano, reclamando por provisões específicas de mecanismos que aperfeiçoem a eficiência do aparelho urbano.

Todos esses princípios são mutuamente complementares e conflitivos, exigindo uma análise que parta de uma metodologia capaz de incorporar o campo da economia urbana e os meios convenientes de identificação da existência de estrangulamentos e possíveis direções da economia espacial da região do projeto. Sua aplicação no presente relatório dá-se no sentido do reconhecimento do que se define por redes urbanas.

O conceito de rede urbana imprime um significado de pertinência nas relações entre questões econômicas, políticas e sociais e suas relações globais e sistêmicas[241]. Por seu intermédio, uma crescente rede de comuniCações, com amplos vínculos em escala territorial, possibilita a articulação de regiões distanciadas. Suas premissas partem da teoria

[240] CAMAGNI, R. (1992), Economia Urbana, Rome: Nuova Italia Scientifica.
[241] Ver DICKINSON, (1947), BERRY & GARRISON (1958), CHRISTALLER (1966), KANSKY (1989), SANTOS (1979), SANTOS (1994), CORRÊA. (2001) e HOFMEISTER (2004).

das localidades centrais de CHRISTALLER, a qual propõe que a circulação, resultante da articulação entre os núcleos urbanos, reforça a diferenciação relativamente ao volume de produtos comercializados e atividades políticas administrativas entre as localidades aí presentes. Essa diferenciação traduz-se, portanto, como uma hierarquia entre os centros urbanos, complexa e estruturada, a partir de elementos técnicos e sociais que são imprescindíveis para a sua funcionalidade.

Entretanto, a emergência de novas relações econômicas entre as cidades, principalmente com base em relações de cooperação e horizontais, tem exigido a ruptura de uma abordagem estrita da hierarquia urbana através de um paradigma interpretativo das configurações possíveis das redes de cidades. Há uma notória quebra do padrão de ligação entre o tamanho urbano e as funções urbanas impostas pela lógica *"christalleriana"*, pois nem sempre é possível explicar tamanho urbano como condição de sustentação das funções essenciais de uma cidade.

Nota-se que mudam aspectos na organização do espaço, pois a centralidade é definida pela capacidade de oferecer bens e serviços (de melhor qualidade) para outras localidades. Neste sentido, a rede urbana está fundamentada na lógica das localidades centrais, visto que a mesma se caracteriza como: "um conjunto de centros funcionalmente articulados e que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território", compreendida aqui como uma hierarquia urbana. O estudo das redes urbanas, considerados os aspectos da hierarquia, tipologia, posição geográfica e relacionamento das cidades torna-se cada vez mais necessário nos dias de hoje, sobretudo para conhecimento regional, nacional e mundial, e para qualquer tipo de ação que se queira desenvolver sobre as cidades e as regiões.

As principais tendências geradas pelo ritmo e intercâmbio profundo na economia mundial são exacerbadas ao nível urbano das cidades periféricas. Nessas são significativos e problemáticos os efeitos negativos da pobreza, das tensões sociais e das doenças sociais, da alta desigualdade de renda, da escassez de recursos naturais e da degradação do meio ambiente.

Na análise de agrupamentos (*cluster analysis*), os resultados da comparação entre os dendogramas das variáveis socioeconômicas dos municípios do projeto com a estrutura das frotas encontram similaridades muito importantes. A distribuição municipal da frota reflete as determinações econômicas das hierarquias e interações espaciais existentes. Utilizando as variáveis como renda *per capita* (RPC), Produto Interno Bruto Municipal (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano Educação (IDHE), Índice de Desenvolvimento Humano Renda

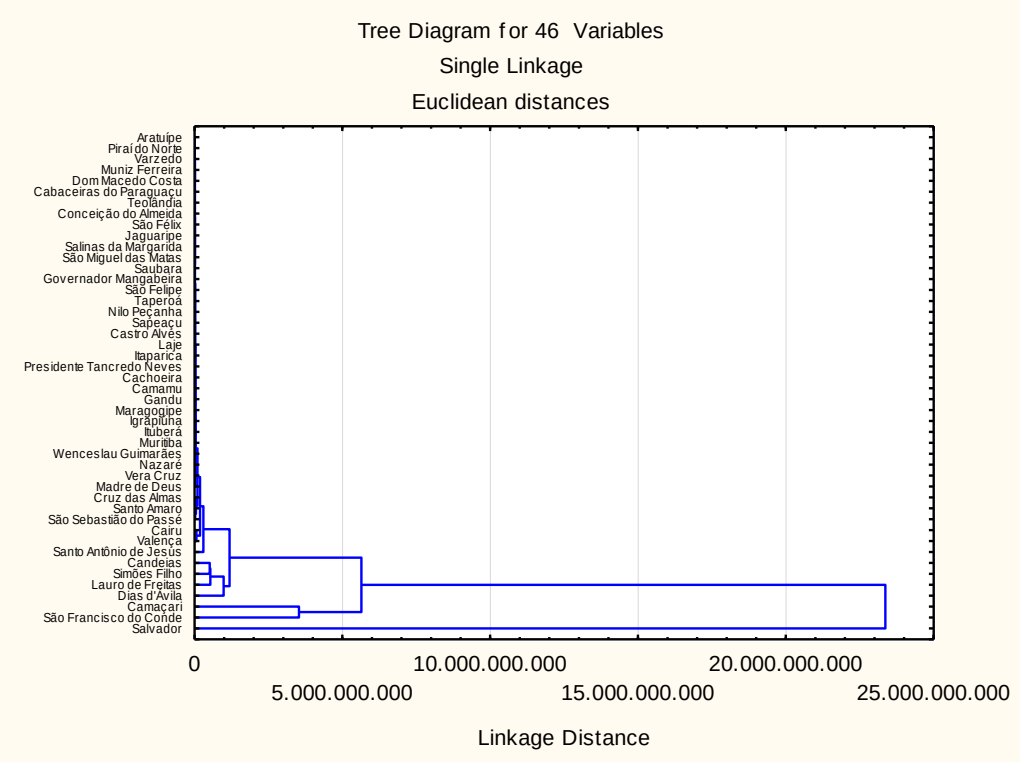
(IDHR), Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade (IDHL), Índice de Desenvolvimento Humano Total (IDHT), População Economicamente Ativa (PEA), População Total (POPT), Populção Residente Urbana (PRU), População Residente Rural (PRR) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB), esses agrupamentos revelam uma predominância de municípios da Região Metropolitana de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Simões Filho e Santo Antônio de Jesus.

Quadro 338 – Variáveis Socioeconômicas Utilizadas no Cluster Analysis

Município	Variável
(Socioeconômico) Renda *Per capita*	RPC
(Socioeconômico) PIB	PIB
(Socioeconômico) IDH Educação	IDHE
(Socioeconômico) IDH	IDH
(Socioeconômico) (FPM) Fundo de Participação dos Municípios	FPM
(Socioeconômico) População Economicamente Ativa	PEA
(Socioeconômico) IDH Longevidade	IDHL
(Socioeconômico) População Residente Urbana	PRU
(Socioeconômico) FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico)	FUNDEB
(Socioeconômico) População Total	POPT
(Socioeconômico) IDH Renda	IDHR
(Socioeconômico) População Residente Rural	PRR

Fonte: Azimute (SEI).

Gráfico 19 – Hierarquia dos Municípios Variáveis Socioeconômicas



Fonte: Azimute (SEI)

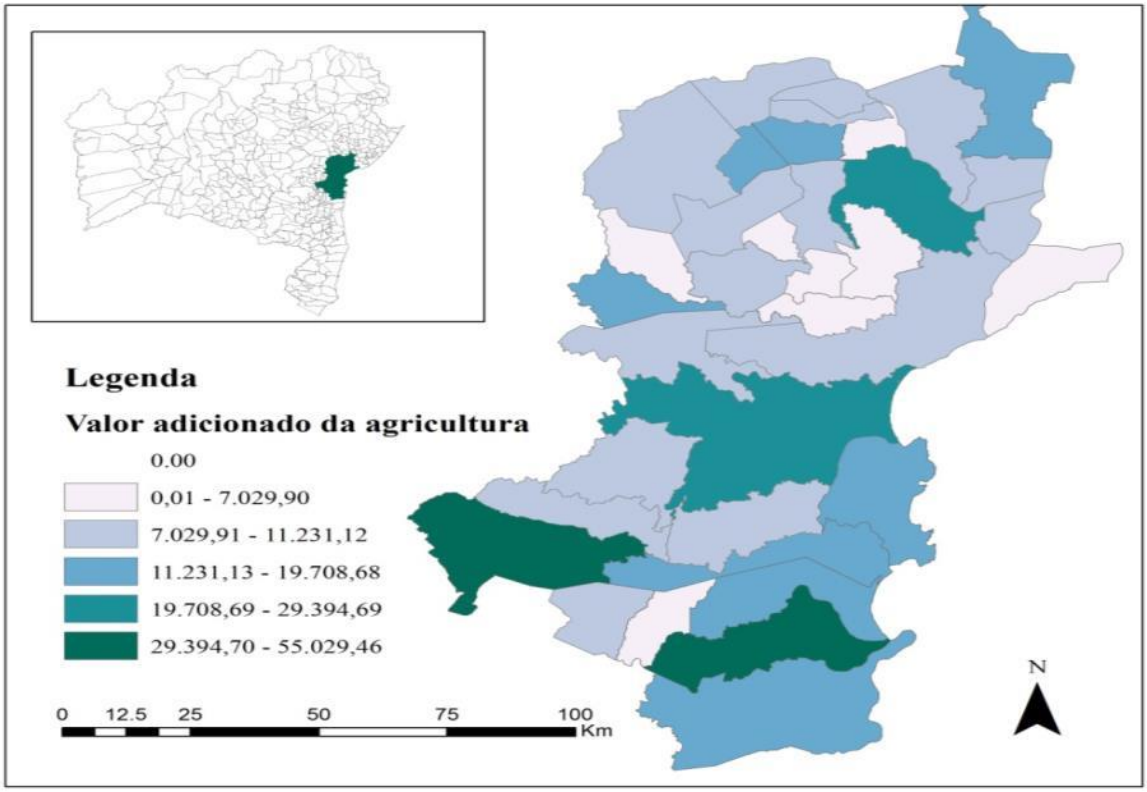
A seguir, é apresentada a hierarquia dos municípios que compõem a área do projeto:

1º Nível – Isolada no topo da hierarquia encontra-se a cidade de Salvador, principal município da Área Diretamente Afetada (ADA) do projeto. Esta cidade tem a população urbana mais expressiva da região e dispõe de uma completa infraestrutura de serviços que polariza todas as cidades da Região Metropolitana de Salvador e se diferencia das demais cidades da região do projeto, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo de seus serviços. A cidade é servida por grandes redes de comércio, tanto varejista quanto atacadista, e tem uma rede bancária diversificada, composta por bancos públicos e privados. Os equipamentos na área da saúde são os mais completos de toda a região, fazendo com que pessoas de diversas cidades busquem atendimentos especializados em Salvador. Na área da educação, a cidade se destaca tanto pela quantidade de equipamentos como pela infraestrutura que eles oferecem, sendo ela bem superior à das demais cidades da região. Os níveis de ensino também são um diferencial em relação aos demais municípios.

2º Nível – São Francisco do Conde ocupa, também de modo isolado, a segunda posição do ranking de cidades, e integra a Área de Influência Indireta (AII) do projeto. Esta cidade

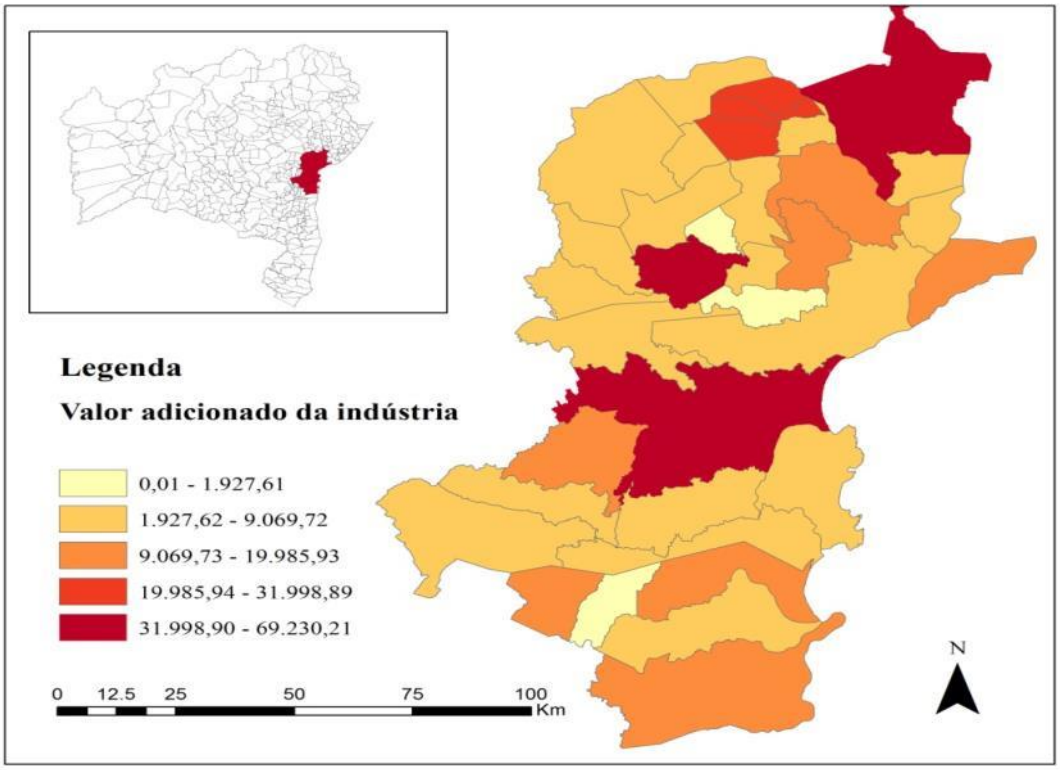
não possui uma gama de serviços tão completa quanto ao aglomerado de Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Candeias, mas também não pode ser agrupada com as cidades que estão em um nível hierárquico inferior a ela, deixando-a em um nível intermediário.

3º Nível – Lauro de Freitas, Simões Filho, (esses dois municípios integram a Área de Influência Direta (AID) do projeto), mais os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Candeias e Santo Antônio de Jesus (que compõem a Área de Influência Indireta (AII) do projeto), encontram-se em um mesmo nível, que pode ser caracterizado como de "Centros Emergentes". Essas cidades devem sua posição diferenciada das demais, sobretudo, por sua posição geográfica.



Fonte: SEI

Figura 565 – Valor Adicionado da Agricultura



Fonte: SEI

Figura 566 – Valor Adicionado na Indústria

Quadro 339 – Evolução do Emprego Formal de Janeiro a Dezembro de Cada Ano, por Município, com Ajustes – 2002/jan-2014

Município	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	jan/14
Aratuípe	8	8	3	2	2	5	-1	-4	-13	-3	0	10	3
Cabaceiras do Paraguaçu	207	43	57	-54	24	2	15	8	-2	27	16	59	3
Cachoeira	14	231	254	86	-107	-8	67	86	212	312	-32	219	-20
Cairu	17	20	78	75	78	145	-14	153	206	27	63	150	26
Camaçari	2.908	3.441	7.134	5.501	2.867	4.397	-1.594	1.076	10.706	4.794	172	1.943	513
Camamu	63	-25	30	32	120	22	-48	26	68	40	83	56	15
Candeias	821	82	534	64	-108	77	388	633	389	464	-333	40	-97
Castro Alves	-38	27	269	293	136	-94	154	62	334	-67	6	19	-29
Conceição do Almeida	88	47	169	328	269	-159	-384	-20	175	200	117	81	17
Cruz das Almas	641	561	-473	606	-92	-620	-123	956	154	-8	319	985	47
Dias D'Ávila	225	-232	361	905	-92	1.447	1.318	-1.566	2.451	-445	-132	-1.194	-96
Dom Macedo Costa	-3	5	5	4	13	-8	6	-3	0	-2	10	4	-3
Gandu	143	589	-424	-26	-102	-5	60	238	-20	229	18	35	-4
Governador Mangabeira	174	739	-252	-220	94	83	114	28	118	131	99	19	12
Igrapiúna	-85	-22	-256	133	72	243	147	-39	155	102	-88	-109	2
Itaparica	198	6	113	78	4	241	-74	-21	101	106	38	728	5
Ituberá	78	53	80	-40	36	77	-48	96	93	35	25	35	25
Jaguaripe	94	16	-1	32	28	6	188	-30	24	-70	-28	-7	5
Laje	35	11	21	17	26	7	-6	10	49	36	47	57	11
Lauro de Freitas	6.685	2.038	5.399	8.892	-197	6.848	-3.056	9.463	7.792	8.446	2.946	920	2396
Madre de Deus	-74	-146	91	158	157	256	-179	0	70	-11	171	109	4
Maragogipe	-1	24	547	1.104	-103	-989	248	1.587	333	187	-1.135	4.233	886

Município	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	jan/14
Muniz Ferreira	9	-12	33	-47	2	-5	-1	38	-57	5	12	0	-1
Muritiba	212	-169	206	10	33	29	-9	71	126	73	61	-5	15
Nazaré das Farinhas	40	163	80	237	64	6	222	361	132	201	-191	26	31
Nilo Peçanha	19	26	3	4	-14	5	6	12	24	12	-11	5	-3
Piraí do Norte	-1	-7	-8	-7	18	-3	33	18	16	11	-20	-9	0
Presidente Tancredo Neves	4	-30	31	-38	64	25	27	9	45	90	20	31	6
Salinas da Margarida	14	-1	17	21	20	54	29	-1	752	339	7	41	-10
Salvador	10.885	6.322	23.136	28.583	20.129	23.956	31.241	42.921	37.942	26.611	15.163	16.379	-596
Santo Amaro	167	-33	-20	175	-28	158	98	157	226	234	92	35	-81
Santo Antônio de Jesus	543	616	781	985	676	1.274	372	829	1.344	1.196	798	1.027	-54
São Félix	0	18	-1	68	125	23	-278	11	50	-10	-26	156	161
São Felipe	33	15	15	46	9	44	31	40	79	66	98	-49	16
São Francisco do Conde	-99	-416	-188	79	-149	-153	564	1.855	3.074	-1.427	-1.825	-122	-384
São Miguel das Matas	7	12	10	11	-10	-17	-12	4	11	17	8	-20	-3
São Sebastião do Passe	-27	30	127	76	-218	369	112	-57	212	85	473	58	-75
Sapeaçu	112	-82	9	14	35	35	-61	99	-33	96	186	109	21
Saubara	2	3	5	15	5	34	-1	1	-4	-5	-93	28	0
Simões Filho	564	1.678	-3.166	2.495	1.372	1.562	696	1.743	3.971	1.310	986	-730	52
Taperoá	1	2	32	8	-4	43	-13	2	34	19	5	6	1
Teolândia	-11	-325	-2	4	0	-1	6	42	26	-11	-8	5	0
Valença	335	28	468	-43	4	84	360	216	695	595	680	87	175
Varzedo	-1	24	7	61	-51	-5	4	9	27	52	40	0	-4
Vera Cruz	280	-1	36	327	253	-99	48	45	304	154	96	120	-28
Wenceslau Guimarães	6	8	22	-16	-16	4	20	37	48	61	-2	15	0

Fonte: CAGED -LEI 4923/65 – MTE

2.2.13.3.Detalhamento da atividade pesqueira

A. Artes de pesca

A Bahia Pesca, por meio do Estatpesca (2006), apresentou 15 artes e/ou técnicas associadas de pesca para os municípios da BTS: manzuá, gamboa ou curral, rede de espera, caçoeira, rede de cerco, arrasto de praia, rede de arrasto, tarrafa, jereré, linhas, espinhel, coleta manual, mergulho, camarãozeira, dentre outras artes. A partir dos estudos efetuados foram observados outros petrechos e sinonímias, tais como: grosseira (espinhel), linha de mão, arraeira, paruzeira, abalo (rede de cerco), rede de sardinha, rede de fundo, sauneira, arpão, rede, gaiola, ripchér, gancho, colher, dentre outras.





Figura 567 – Uso do jereré no Canal de Suape









Figura 568 – Pesca de linha, embarcado em canoa, catraia, barco de fibra e em barco de madeira, na área da ADA



Figura 569– Tainheira no canal de Suape

O estudo de Bandeira (2009) apresenta a produção por aparelho de pesca utilizado nos municípios do entorno da BTS. Estudos realizados pela AMBITECH (Bandeira 2009), verificados em Bandeira (2009), ainda mostram boa parte dos petrechos usados pelas comunidades pesqueiras que utilizam as áreas de pesca na ADA e AID do empreendimento.



Pesca em Vera Cruz



Pesca com rede – Vera Cruz

Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 570– Imagens aéreas de atividades pesqueiras em Vera Cruz

As artes de pesca e os petrechos utilizados pelas comunidades pesqueiras da Baía de Todos os Santos variam de acordo com as características das espécies alvo e o seu ambiente. Deste modo, a partir das campanhas, foram identificadas armadilhas, redes e estratégias de captura manual ou com auxílio de instrumentos.

As artes de pesca relacionadas ao uso dos ecossistemas estuarinos, como os manguezais e lamarões, não são identificadas como tal pelos órgãos que tratam dessa atividade, porém a pesca desembarcada na Baía de Todos os Santos, na área da ADA, além dos petrechos já relatados e reconhecidos é realizada também utilizando os petrechos apresentados a seguir.

Quadro 340 – Bandeira 2009 e ESTATIPESCA (2006) – Produção em toneladas de pescado marítimo e estuarino por aparelho de pesca, em municípios do entorno da BTS, no ano de 2006

APARELHOS DE PESCA	Salvador	Simões Filho	Madre de Deus	S.Francisco do Conde	Santo Amaro	Saubara	Cachoeira	Salinas das Margaridas	Vera Cruz	Maragogipe
Arrastão de Praia	23,6	50,3	13,6	86,4	512,9	29,8	49,7	420,5	63,6	228,8
Caçoeira	-	-	-	-	0,3				3,0	
Camaraozeira	59,0		0,3	134,8	67,0	12,8	96,1	119,4	19,3	354,4
Coleta Manual	20,1	3,5	11,0	31,6	70,4	22,6	51,0	2,3	33,2	371,2
Curral	-	-	0,6	58,5	29,8	-	198,0	16,0	65,5	370,0
Espinhel	73,5	7,2	2,9	11,4	6,9	22,7	5,6	-	41,5	133,3
Jereré (siri)	19,9	-	1,0	2,1	3,9	1,1	25,4	1,2	2,8	26,7
Linha Espinhel	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linhas	1773,1	17,9	329,9	66,8	6,4	32,8	3,8	31,5	466,5	40,4
Linhas/Rede de Espera	-	-	91,8	-	-	4,8	-	-	29,6	-
Mangote	52,2	12,1	16,0	1,9	-	46,2	23,3	-	66,3	74,4
Manzuá	11,2	4,4	23,8	47,6	7,6	14,0	3,8	30,9	204,8	74,4
Mergulho Livre	25,0	-	1,5	-	-	-	-	-	33,2	-
Rede Cerco c/ Apoio	1751,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede de Abalo	16,9	-	16,7	71,0	-	11,7	-	-	212,3	-
Rede de Arrasto	3,9	-	5,0	-	-	1,5	2,3	-	17,6	8,9
Rede de Cerco	138,3	24,6	66,5	154,6	317,8	143,5	293,5	27,5	173,3	552,8
Rede de Espera	890,6	146,2	316,8	148,6	64,8	215,2	25,5	191,0	412,8	895,8
Rede de Tróia	-	-	-	-	-	21,1	-	-	-	-
Rede/Espinhel			0,1	-	-	-	-	-	-	-
Reça para Peixe	2,7		-	104,7	178,7	8,0	-	214,1	10,5	235,6
Tarrafa	3,5	0,5	0,6	0,9	0,1	-	0,2	-	0,3	1,6
TOTAL	4.870,47	266,60	898,05	920,78	1.266,52	634,91	790,08	1.054,45	1.855,93	3.368,44

Para a pesca do aratu (*Gonyopsis cruentata*) a marisqueira ou marisqueiro da Baía de Todos os Santos pode utilizar armadilhas conhecidas como bicheiro, que é um cordão ou linha armados com iscas, e um balde de plástico ou de latão ou um cofo de palha para auxiliar no transporte dos organismos capturados.

O cofo, além de ser utilizado para armazenamento dos pescados, as comunidades o utilizam também para a manutenção dos pescados vivos.



Figura 571 – Cofo confeccionado com cipós

O siri pode ser capturado por meio do uso de munzuá, da gaiola, do jereré, do ripchér ou apenas com cordão ou com linha amarrados num pedaço de pau ou graveto. Estas artes podem ser verificadas ao longo de todo o canal de Itaparica para a captura do siri, tanto do gênero Portunus, assim como o Calinectes. Porém, para as comunidades da contracosta, o munzuá e a gaiola são os petrechos mais eficientes e mais práticos. Por ser confeccionado com palhas naturais e madeiras, o munzuá é considerado de fácil manutenção, já o outro (gaiola) é feito com ferro galvanizado, tela plástica e cipós ou arame.



Figura 572 – Munzuá confeccionado com palha e madeira



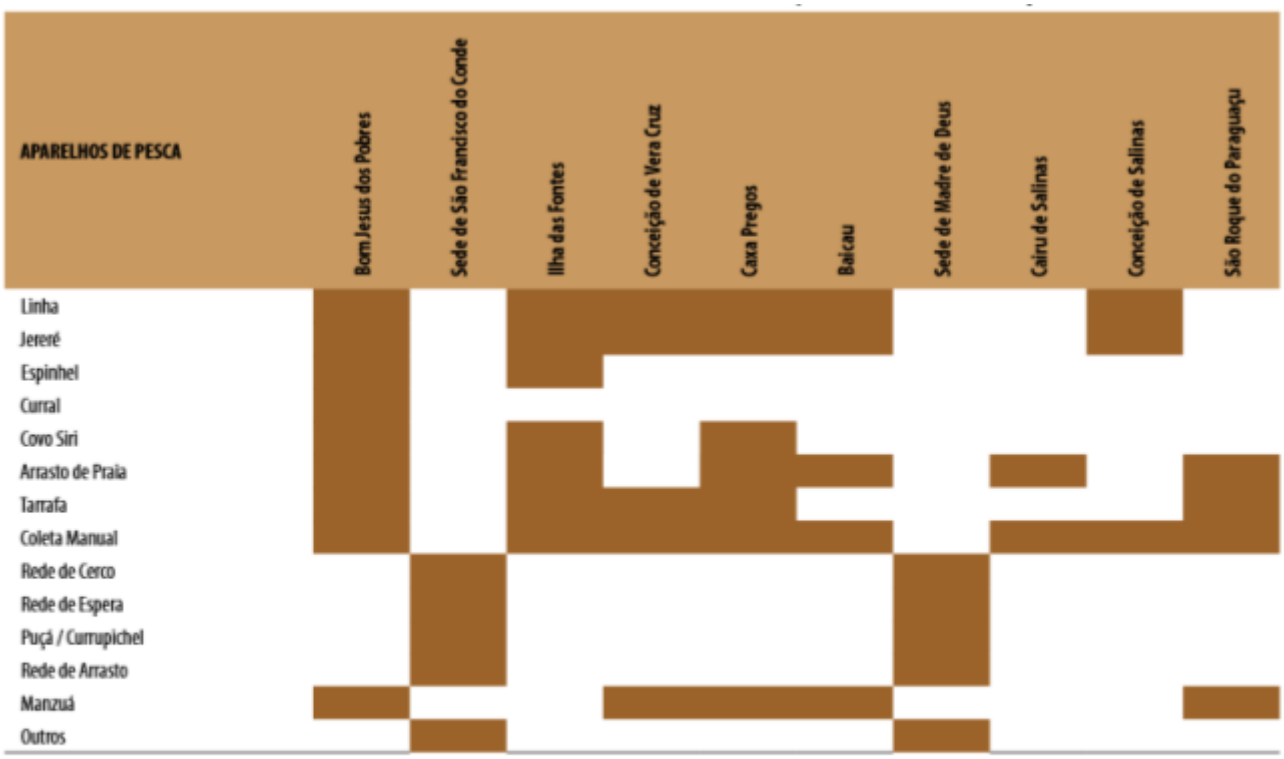
Figura 573 – Munzuá confeccionado com ferro galvanizado e tela plástica

A catação de caranguejo (*Ucides cordatus*) é geralmente feita por tapação. A catação de chumbinho, *Anomalocardia brasiliana*, o qual possui sinonímias, tais como papa fumo e bebe fumo, é realizada cavando-se o substrato com o auxílio de colher, facão, espadela, marapé, mussuá e até de mão. A lambreta, *Lucina pectinata*, é catada com facão, “espada”,(estrutura de madeira em forma de espada) e a ostra de mergulho (Cassostrea brasiliana) é pega cavando-se a lama. Já a ostra do mangue é retirada

cortando a raiz superficialmente com o auxílio de um facão, espada, espadinha ou barra de ferro. A catação do sururu, *Mytela guyanensis*, é realizada manualmente, enfiando-se o dedo ou o bico do facão na lama do manguezal.

No município de Vera Cruz, além do arrastão, com a utilização de redes de arrasto, pega-se o camarão nalinhando também. Este último é um método tradicional praticado na contracosta, que se caracteriza pela forma que o camarão é capturado. Quando o pescador ou a marisqueira está nalinhando, ele fica com o corpo submerso e o camarão é apanhado de mão. A pesca do camarão com a rede de arrasto é o procedimento considerado mais eficiente para a pesca desse espécime. De acordo com PANGEA (2005), a "produção com a rede de arrasto varia de 2kg a 10kg em período bom e de 0,4kg a 4kg em tempo ruim, enquanto nalinhando a produção é de cerca de 1,2kg em período bom e cerca de 300 gramas em período ruim".

Quadro 341 – Bandeira (2009) Aparelhos de pesca utilizados por pescadores e marisqueiras em algumas localidades presentes na BTS, em comum com a malha amostral da Avaliação Socioambiental do Projeto Manati



Fonte: Ambitech (2005 apud BANDEIRA, 2009).
Nota: Outros – arraieira, tainheira, balde e facão, bicheiro, vara, gaiola, lagosteiro, rede de náilon, tainheira, gaiola, mergulho, calão, curripichel, agulheira, bicheiro, ratoeira e bicheiro, calão e rede 3 malhas, calão, arrasto de camarão, cavador e colher, colher de pedreiro, enxadinha, anzol, espingarda com arpão, rede de abalo (tainheira), rede de reça, arpão/ar comprimido.



Figura 574 – Catação do chumbinho ou papa fumo no Caboto



Figura 575 – Catação do chumbinho ou papa fumo em Acupe (b)



Figura 576 – Rede de arrasto de camarão

B. Espécies alvo

Dentre outros trabalhos realizados na Baía de Todos os Santos, o estudo do CRA (2004) apontou que as espécies marinhas que possuem importância para a pesca na naquela baía são: *Ucides cordatus* (caranguejo, caranguejo-uçá, caranguejo-sal), *Callinectes danae*, *C. bocourti*, *C. exasperatus* (siris), *Aratus pisonii* (marinheiro), *Uca* spp. (chama-maré), *Goniopsis cruentata* (aratu), *Cardisoma guanhumi* (gaiamum), *Alpheus* spp. (camarão), *Crassostrea rhizophora* (ostra-do-mangue), *Mytella guianensis* (sururu), *Teredo* sp. (buzano), *Anchoviella* sp. (manjuba), *Centropomus* sp. (robalo), *Eucinostomus* sp. (carapicu), *Lagocephalus* sp. e *Sphoeroides* sp. (baiacu), *Mugil curema* (tainha) e muitos outros.

O caranguejo geralmente é vendido pelas comunidades pesqueiras em uma corda com 10 unidades do animal. Isso denota a cultura da escassez do produto, o qual é

comercializado em cordas de 12 unidades pelas comunidades pesqueiras do Recôncavo sul. Outro produto é o catado de caranguejo, que era bastante comercializado na Baía de Todos os Santos, porém, após o declínio da população de caranguejos, esse produto só é visto durante os períodos de andada, mesmo sendo essa prática ilegal.



Figura 577 – Venda de caranguejo-uçá em Candeias

As informações sobre os períodos de maior, média e menor produtividade nas melhores áreas de pesca da Baía de Todos os Santos foram obtidas por meio de entrevistas com pescadores locais e estão apresentadas nos quadros a seguir. Eles retratam a produtividades dos principais produtos pesqueiros para as comunidades que atuam na área da ADA. São eles: aratu, caranguejo, camarão, peixe, sururu, ostra elambreta.

Quadro 342 – Produtividade da pesca de aratu nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	**Prod. dia bom**	**Prod dia regular**	**Prod. dia ruim**
Baiacu	1,5 kg	600 gramas	0,4 gramas
	2 kg	1 kg	0,5 kg
Ponta Grossa	1,5 kg	500 gramas	300 gramas
Campinas	2 kg 3 kg 2 kg	1 kg 1 kg 1 kg	0,5 kg 500 gramas 0,5 kg
Jiribatuba	2 kg 2 kg 2 kg	1 kg 1,5 kg 1 kg	500 gramas 1kg 400 gramas
Matange	1,5 kg	1,5 kg	900 gramas
Catu	4,5 kg	1 kg	600 gramas

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Cacha Prego	2 kg 1 kg 3 kg	1 kg 400 gramas 1 kg	600 gramas 200 gramas 02 kg

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana

Quadro 343 – Produtividade da pesca de caranguejo nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Juerana	6 cordas 10 cordas	3 cordas 5 cordas	2 cordas 3 cordas
Matange	10 cordas 8 cordas	4 cordas 4 cordas	3 cordas 2 cordas

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 344 – Produtividade da pesca de siri nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Ponta Grossa	1 L	1 L	0,25 L
	5 kg	2 kg	1,5 kg
	2 kg	0,7 / 1 kg	0,5 kg
	2 kg	1 kg	0,5 kg
	2 kg	1 kg	200 g
	3 kg	1,5 kg	0,5 g
Matange	3 cordas	2 cordas	1 corda
	1 kg	700 g	400 g
	1 kg	500 g	300 g
	2 kg	1 kg	500 g
	2 kg	1,5 kg	1 kg
Catu	1,5 kg 2 kg 2 kg 1,5 kg	1 kg 1 kg 1,5 kg 500 g	500 g 0,7 kg 1 kg 300 g
Cacha Prego	3 kg	1,5 kg	600 g
	3 kg	1 kg	02 kg
	6 cordas	3 cordas	2 cordas

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 345 – Produtividade da pesca de lambreta nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Campinas	15 dz	5 dz	2 dz
	15 dz	10 dz	5 dz
	15 dz	10 dz	2 dz
	20 dz	10 dz	3 dz
Matange	20 dz	6 dz	1 dz
	15 dz	7 dz	3 dz
	20 dz	5 dz	----------
	17 dz	15 dz	7 dz
	15 dz	8 dz	4 dz
	5 kg	2,5 dz	1 dz

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 346 – Produtividade da pesca de sururu nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Juerana	2kg	1 kg	500 gramas
	1,8 kg	1 kg	0,5 kg
	4 kg	2 kg	2 kg
	3 kg	1,5 kg	500 gramas
	1,5 kg	1 kg	400 gramas
	2 kg	1 kg	0,7 gramas
Baiacu	2 kg	1 kg	500 gramas
	1 kg	1 kg	> 1 kg
	1 kg	0,5 kg	0,2 kg
	2 kg	1 kg	1 kg
	1 kg	700 gramas	500 gramas

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 347 – Produtividade da pesca de chumbinho por áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Matange	2kg	1 kg	500 gramas
Ponta Grossa	3,5 kg	1 kg	0,5 kg
	2 kg	1 kg	0,5 kg
Matarandiba	2,5 kg 2 kg 2 kg 7 kg	1,5 kg 1 kg 1 kg 3 kg	1 kg 0,5 kg 0,5 kg 1 kg

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
	3 kg	1,5 kg	1 kg
Catu	1,5 kg 1,5 kg 1,5 kg	1 kg 1,3 kg 1kg	0,5 kg 1 kg 500 gramas
Cacha Prego	2 kg	1 kg	600 gramas
	1,5 kg	1 kg	600 gramas
	3 kg	1,5 kg	> 1 kg
	1 kg	800 gramas	600 gramas
Baiacu	3 kg	2 kg	1 kg
	1,5 kg	1 kg	0,5 kg
	1 kg	0,8 kg	0,5 kg

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 348 – Produtividade da pesca de ostra nas principais áreas de pesca utilizadas pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Juerana	2 kg	2 kg	1,5 kg
	3 kg	2 kg	1,5 kg
	3 kg	1,5 kg	500 gramas
	2 kg	1 kg	250 gramas
Ponta Grossa	2 kg	1,5 kg	1 kg
	3 kg	1 kg	500 gramas
Jiribatuba	2 kg	1,5 kg	1 kg
	4 kg	2 kg	1 kg
	2 kg	1 kg	500 g
	2 kg	1 kg	500 g
	2 kg	1,2 kg	600 g
Matarandiba	3 kg	1,5 kg	750 gramas
	1 kg		1 kg
	1 kg	500 gramas	300 gramas
Catu	1 kg	0,4 gramas	0,2 kg
	2,5 kg	2 kg	1,5 kg
	1 kg	600 gramas	400 gramas
	1 kg	700 gramas	2500 gramas
Cacha Prego	1,5 kg	400 gramas	200 gramas
	1,2 kg	1 kg	800 gramas
	1,5 kg	600 gramas	0,4 gramas
	2,5 kg	1 kg	500 gramas
Baiacu	3 kg	1,5 kg	> 1 kg
	3 kg	1,5 kg	1 kg
	2 kg	1 kg	0,5 kg
	1 kg	1 kg	1 kg
	1,5 kg	1 kg	0,5 kg

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 349 – Produção de camarão por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Jiribatuba	1,2 kg 1,2 kg	600 gramas 600 gramas	300 gramas 300 gramas
Baiacu	7 kg 10 kg	3,5 kg 6 kg	0,5 kg 3 kg

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana.

Quadro 350 – Produção de peixe por área de pesca utilizada pelas comunidades da contracosta do município de Vera Cruz

Comunidade	Arte de pesca	Prod. dia bom	Prod dia regular	Prod. dia ruim
Ponta Grossa	Rede tainheira	15 Kg	8 kg	5 kg
Jiribatuba	Rede 32 e 35	20 kg	5 a 10 kg	1 kg
Matarandiba	Pesca	3 kg		1 kg
Matarandiba	Tapa pesqueira	50 kg	25 kg	13 kg
	Rede de nilo	50 kg	10 kg	5 kg
Matarandiba	Rede de espera	60 kg	30 kg	15 kg
Catu	Rede	2 kg	1 kg	400 gramas
Baiacu (tainha)	Rede	30 Kg	8 Kg	2 Kg
Vermelho	Rede	40 Kg	10 Kg	8 Kg

Fonte: PANGEA (2005) Adaptado por Viana

C – Embarcações



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 578–Tipo de embarcação usada para pesca – Vera Cruz

As embarcações que atuam na atividade pesqueira na área do empreendimento são as canoas, catraias de madeira, catraias de fibra, barcos pequenos (10-12 pés) e médios (15 pés). Quanto à propulsão, as canoas podem usar o remo, motor de polpa, a vela do tipo pena ou do tipo traquete. Apesar de poder usar propulsão à vela, durante os trabalhos apenas foram constatadas catraias de madeira com propulsão com motor de polpa ou a remo (Figura 580), verificando-se o mesmo para as catraias de fibra. Já os barcos pequenos apresentaram–se sempre com motor de centro.



Figura 579 – Canoa com propulsão a vela do tipo traquete (Norte da Baía de Todos os Santos, Região de Acupe e São Francisco do Cande)



Figura 580 – Catraia de madeira com propulsão a remo



Figura 581 – Barco engajado na pesca com motor de centro

C. Comercialização

A produção da pesca artesanal na área ADA e AID do empreendimento, assim como na Baía de Todos os Santos – BTS, em sua maior parte, é comercializado no mercado interno. Geralmente isso é feito “in natura”, ou com o mínimo de processamento.

A pesca que ocorre nessa região contribui com abastecimento da demanda local e regional de pescado, reproduzindo o padrão, ainda que ampliado, observado no século XIX. Nesse tempo, os mucambos vendiam excedentes de produção agrícola e da pesca às vilas e povoados sem maiores formalidades. Essa tolerância dos poderes locais garantiu a reprodução social ao longo tempo, porém, atualmente isso possui alcance apenas local, como mostram as figuras abaixo.

Assim como hoje a figura do intermediário também já existia desde o século XIX. Mas hoje a comercialização do que é produzido na área circunscrita acima é dominada por uma rede de intermediação. Essa rede vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda de pescado, até os representantes de peixarias que compram a produção.



Figura 582 – Comercialização de Camarão em Acupe (a)



Figura 583 – Comercialização de Camarão em Acupe (b)



Figura 584 – Venda de caranguejo na beira da estrada em Santo Amaro

Processamento dos pescados

A figura a seguir mostra crianças processando pescados no meio da rua sem infraestrutura de urbanização relacionada ao saneamento. Essa forma rudimentar de tratamento, característico da maioria das comunidades da ADA, AID e AII não conferem qualidade ao produto seja para comercialização, seja para autoconsumo do pescador. O processo de beneficiamento do pescado é desenvolvidoassim e , pois quase na sua totalidade, como foi dito antes, ele é comercializado sem passar por estágios de industrialização e conservação que lhe possam agregar algum valor.

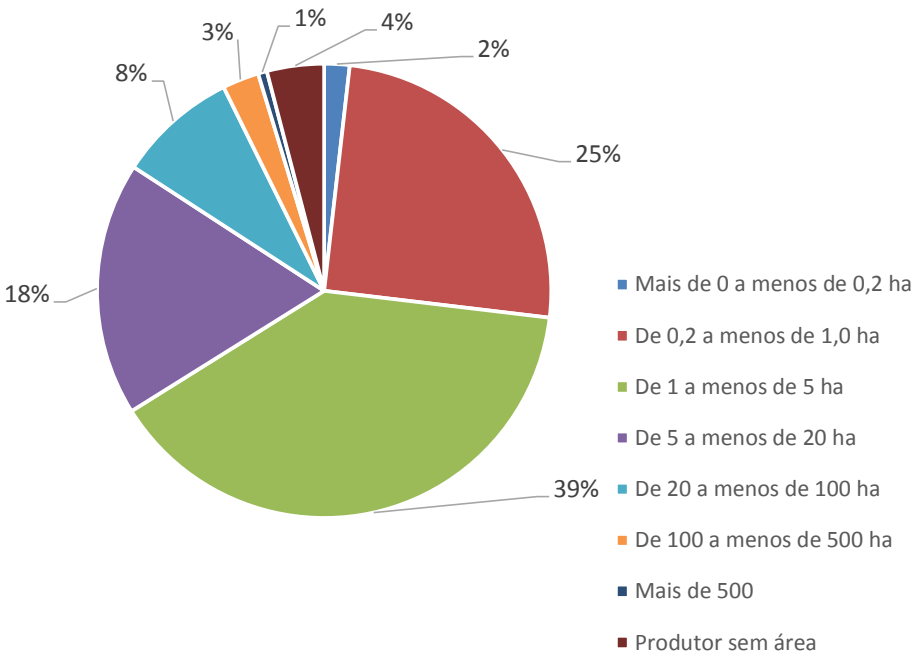


Figura 585 – Processamento do pescado na rua em Coqueiros-Maragogipe-BA

2.2.13.4.Caracterização da estrutura fundiária na ADA e AID

No estado da Bahia, o espaço rural apresenta uma ampla gama de sujeitos sociais. São fazendeiros e empreendedores agroindustriais “convivendo” com trabalhadores sem-terra, posseiros e indígenas – relação que, muitas vezes, causa conflitos. Essa diversidade se expressa na luta pela posse e uso da terra através da territorialidade dos acampamentos, assentamentos etc.

No que se refere à estrutura fundiária, o gráfico a seguir mostra que, em toda a área de análise, predominam as propriedades variando entre 1ha e 5ha (39%), isto é, entre 10.000 e 50.000 metros quadrados. Áreas com mais de 500ha representam apenas 1% das propriedades. Destacam-se ainda os produtores sem áreas, os quais representam 4% do total. Esse padrão estrutural da propriedade tende a reforçar a produção de culturas relacionadas à agricultura familiar e de subsistência.

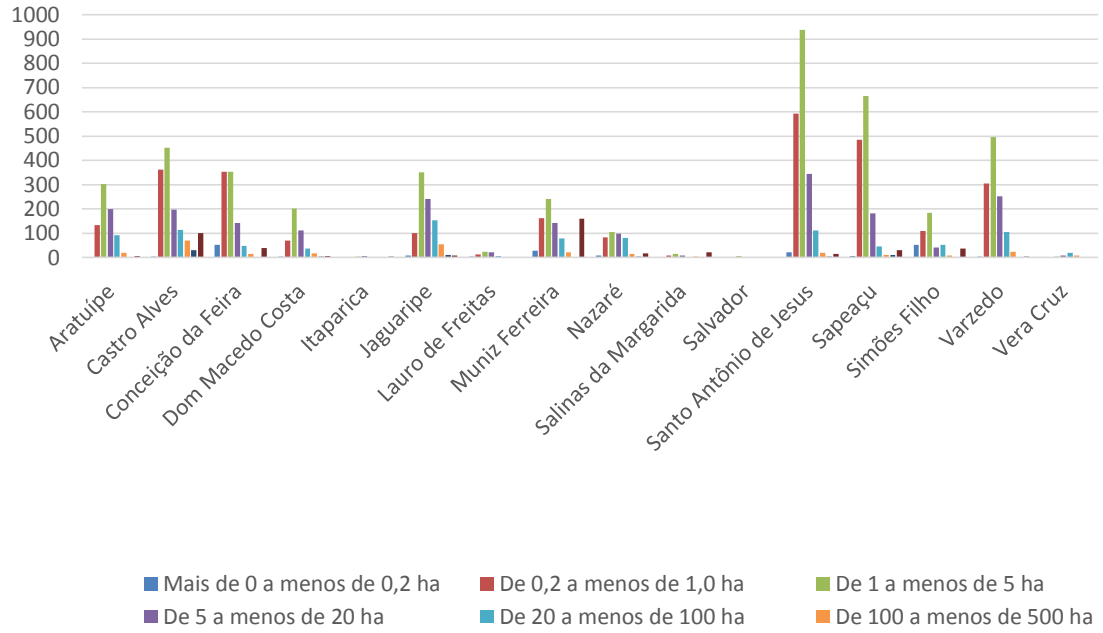


Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Gráfico 20 – Estrutura Fundiária

O gráfico abaixo exibe a estrutura fundiária considerando os municípios em análise. No que se refere àqueles com AID (Salvador, Itaparica e Vera Cruz) observa-se o predomínio de áreas produtoras variando entre 1ha e 20 ha, característica essa determinada, sobretudo, pela própria área diminuta dos municípios. Nesses municípios, a principal condição do produtor é de proprietário da terra.

Verifica-se ainda que Santo Antônio de Jesus, o qual possui o maior número de estabelecimentos (2.049, segundo o censo agropecuário de 2006), também se caracteriza por áreas variando entre 1ha e 20ha, reforçando a produção de atividades da agricultura familiar, as quais, em sua grande maioria, estão associadas à monocultura da mandioca. Apesar de se verificarem algumas situações relacionadas a arrendamento e produção por parceiro, também naquele município, assim como em todos os demais, verificou-se que a condição do produtor é de posse da propriedade onde ele trabalha.



Fonte: Censo agropecuário, 2006

Gráfico 21 – Estrutura fundiária por município

A questão da utilização da terra revela que em todos os municípios há predominância das lavouras permanente e temporária. Além da produção de mandioca em Santo Antônio de Jesus, a grande maioria dos municípios também tem na cultura sua principal produção, a exemplo de Varzedo, Castro Alves e Conceição do Almeida.

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica, percebe-se que a lavoura temporária da ADA representa 37% do total e que Conceição do Almeida e Castro Alves participam com 20% e 18%, respectivamente. A lavoura permanente, principalmente coco-da-baía e dendê, é fortemente concentrada no município de Santo Antônio de Jesus, com representatividade na ADA de 29%, seguida por Sapeaçu, com 22%. Na AID, o destaque em número de estabelecimentos agropecuários fica por conta de Vera Cruz, representando 64%.

Quadro 351 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica, 2006

Unidade da Federação e Município	Nº de estabelecimentos agropecuários									
	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal – florestas plantadas	Produção florestal – florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Bahia	761.558	260.550	15.747	119.159	328	336.359	12.303	15.808	970	334
ADA	11.742	4.383	281	3.969	7	2.868	36	153	16	29
Aratuípe	755	420	16	116	-	168	11	19	2	3
Castro Alves	1.328	778	5	226	-	315	1	2	-	1
Conceição do Almeida	1.739	885	39	247	-	488	-	80	-	-
Dom Macedo Costa	449	123	4	55	-	267	-	-	-	-
Jaguaripe – BA	929	368	13	343	-	136	5	41	12	11
Lauro de Freitas	70	3	15	7	-	43	1	1	-	-
Muniz Ferreira	835	187	36	209	1	397	5	-	-	-
Nazaré das Farinhas	411	162	9	88	-	145	-	7	-	-
Salinas da Margarida	59	15	-	4	2	26	-	-	-	12
Santo Antônio de Jesus	2.049	404	90	1.161	1	385	5	3	-	-
Sapeaçu	1.436	400	15	879	3	134	3	-	1	1
Simões Filho	487	147	37	121	-	176	5	-	-	1
Varzedo	1.195	491	2	513	-	188	-	-	1	-
AID	67	5	1	24	0	35	0	1	0	1
Salvador	8	1	-	4	-	3	-	-	-	-
Itaparica	16	-	1	4	-	11	-	-	-	-
Vera Cruz	43	4	-	16	-	21	-	1	-	1

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

No que concerne às atividades produtivas, a aquicultura (atividade que merece destaque nessa área diretamente afetada) predomina nos locais com área entre 5ha e 20ha, enquanto a horticultura é operacionalizada nas áreas até 2ha. Já a atividade da pecuária está assentada basicamente nas propriedades com área variando entre 1ha e 50ha. Finalmente, as grandes áreas se caracterizam pela produção florestal baseada em florestas nativas, e as florestas plantadas estão concentradas nas áreas entre 1ha e 2ha.

Apesar dessa pouca relevância da agricultura em termos de contribuição para a geração de riquezas, no que se refere ao fator trabalho esse cenário é oposto, pois possui significância estratégica, pelo fato de a grande maioria das atividades e dos estabelecimentos agropecuários estarem relacionados a atividades praticadas pela agricultura familiar e de subsistência que, por sua vez, não apenas fixam as populações no campo, como também geram demanda por mão-de-obra, em particular aquela menos qualificada.

A ocupação da terra mostra que, no conjunto dos municípios, predomina a pequena propriedade voltada para a agricultura familiar e de subsistência. Esta característica tende a promover, conforme explicitado no parágrafo anterior, a estabilização do homem no campo. Entretanto, essa permanência está associada a políticas de valorização da produção e garantia de escoamento a um preço mínimo da produção a ser comercializada por esses estabelecimentos.

Mediante a condição de ocupação da terra, isto é, da estrutura fundiária dos municípios analisados, a questão que se coloca é: em que medida a atual estrutura afeta o desenvolvimento das populações locais ou, dito de outra forma, qual a relação entre a geração e a distribuição da renda nesses municípios?

Ao longo do tempo, diversos indicadores foram desenvolvidos com o objetivo de medir tanto a distribuição da renda quanto o nível de desenvolvimento social, onde se observam aspectos que não estão relacionados apenas à questão econômica. Dentre esses indicadores um merece destaque por ter aceitação em nível mundial – o Índice de Gini.

No que concerne ao Índice de Gini, ele tem como objetivo medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Varia de zero a um, onde o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e o valor um está no extremo oposto.

O quadro abaixo exibe os dados do Índice de Gini para a renda domiciliar *per capita* dos municípios em 1991, 2000 e 2010. Conforme se pode observar, para o conjunto da Bahia, houve ligeira melhora na distribuição da renda domiciliar *per capita*, o que não ocorreu em alguns municípios. Itaparica, por exemplo, experimentou significativa piora no indicador. Entre os municípios das áreas de influência direta e diretamente afetados, as melhores distribuições de renda *per capita* estão nos municípios de Varzedo e Muniz Ferreira, ainda que os mesmos tenham tido piora se comparados a 1991. Já nos dois maiores municípios em termos de PIB – Salvador e Lauro de Freitas – observa-se as maiores concentrações de renda, inclusive acima da média da Bahia.

Quadro 352 –Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*

	1991	**2000**	**2010**
Bahia	0,67	0,67	0,63
Itaparica	0,53	0,58	0,60
Salvador	0,66	0,66	0,64
Vera Cruz	0,59	0,64	0,58
Aratuípe	0,48	0,56	0,53
Castro Alves	0,58	0,59	0,55
Conceição da Feira	0,57	0,51	0,57
Dom Macedo Costa	0,52	0,50	0,56
Jaguaripe	0,58	0,54	0,56
Lauro de Freitas	0,69	0,68	0,65
Muniz Ferreira	0,46	0,53	0,52
Nazaré das Farinhas	0,53	0,57	0,61
Salinas da Margarida	0,43	0,52	0,55
Santo Antônio de Jesus	0,62	0,57	0,55
Sapeaçu	0,51	0,56	0,59
Simões Filho	0,52	0,59	0,53
Varzedo	0,54	0,49	0,52

Fonte: Datasus

As políticas públicas,como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), são de grande importância para a manutenção das relações do homem com o campo, promovendo a permanência dos pequenos produtores no meio rural; favorecendo a geração de emprego e renda, e contribuindo para o desenvolvimento das regiões de forma sustentável.

Sendo assim, a estrutura fundiária garante não apenas o assentamento das famílias na zona rural, como também uma melhor relação entre geração e distribuição de riqueza.

No que se refere à estrutura fundiária das propriedades diretamente afetadas pelo empreendimento tal levantamento será contemplado oportunamente no Projeto de Desapropriação que incluirá o mapeamento de todas as propriedades e áreas a serem desapropriadas identificando as suas dimensões, situação fundiária e demais informações pertinentes.

2.2.13.5. Economia municipal e potencial existente para o desenvolvimento econômico regional

As finanças dos municípios integrantes da área do projeto da Ponte Salvador-Itaparica são diagnosticadas tomando por base os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM). Primeiro, são consideradas as finanças dos municípios de Salvador, Itaparica e Vera Cruz, que compõem a Área Diretamente Afetada do projeto. A seguir, são analisados os dados dos demais municípios integrantes da área de influência do projeto.

As variáveis disponíveis para compor a presente análise foram: Receita Tributária, Transferências Correntes e Outras Receitas, além das relações mantidas entre elas. É importante considerar as Receitas Correntes, porque expressam a capacidade de financiamento das despesas com recursos próprios, como também as Receitas Tributárias, para verificar o poder de arrecadação dos municípios. A estrutura de empregos e salários já foi apresentada anteriormente.

Na análise das finanças públicas dos três municípios integrantes da área direta do projeto (Itaparica, Salvador e Vera Cruz), observa-se que, excetuando Salvador, que concentra 46,2% das receitas correntes da área do projeto e 14,82% do total do estado, os dois outros municípios são altamente dependentes dos recursos das transferências correntes, Itaparica (81,29%) e Vera Cruz (86,43%). Por outro lado, receitas tributárias desses municípios importavam, respectivamente, entre 7,00% e 8,54% e entre 13,21% e 16,97% em 2004/2005.

Observa-se uma ampla disparidade entre os municípios e a concentração das receitas correntes no município de Salvador. Também se constata baixa representatividade das receitas próprias no total das receitas correntes, subordinando orçamentos

municipais aos orçamentos federal e estadual. Do total dos 46 municípios integrantes da área de influência do projeto, aqueles que apresentam maior participação nas receitas tributárias (variando em torno de 13% a 39%) são Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

Também foram examinados indicadores financeiros importantes para a economia dos municípios, a exemplo da distribuição da quota-parte do ICMS que retorna aos municípios, dos recursos repassados aos municípios do Fundo de Investimentos Econômicos e Sociais da Bahia (FIES), do valor do IPVA, que também retorna aos municípios, do valor do IPI repassado aos municípios, bem como o valor dos royalties do petróleo distribuídos aos municípios.

Por determinação constitucional e legal, devem os municípios participar na arrecadação das receitas públicas nas formas a seguir apresentadas:

1. 25% do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

2. 25% do produto da arrecadação do Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia – FIES;

3. 50% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, licenciados em seus territórios;

4. 25% do repasse federal relativo ao produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

A repartição da receita do ICMS é determinada pela Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no art. 158. A cota de repasse do ICMS é calculada, conforme determinação Constitucional, pelo Índice de Participação dos Municípios – IPM. O percentual destinado a cada um é determinado anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado, levando-se em conta a movimentação econômica, a área e a população de cada município. Os municípios que apresentam as maiores quota-parte do ICMS distribuído na área do projeto são Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde e Simões Filho. Além do município de Salvador, que tem um robusto setor terciário, os maiores beneficiários do sistema de partilha do ICMS na área do projeto são os aqueles que concentram as instalações industriais e a produção e beneficiamento de petróleo e gás.

O FIES foi instituído pela Lei n° 8.632, de 12 de junho de 2003, a qual determina que 25% do produto da arrecadação serão repassados aos municípios nos mesmos moldes do repasse do ICMS. Os recursos do FIES (Fontes 160; 161; 360 e 361) são destinados a investimentos em infraestrutura e em ações de natureza social do estado ou dos municípios e à manutenção do equilíbrio fiscal do estado da Bahia. Na área do projeto, os repasses do FIES são mais substanciosos também para os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde e Simões Filho.

Por sua vez, a imposição legal para repasse do IPVA está na Constituição Federal de 1988, no art. 158, inc.III. A distribuição do produto da arrecadação do IPVA segue a determinação legal em que o município beneficiado é aquele onde o veículo foi licenciado. Os principais municípios beneficiários do repasse do IPVA na área do projeto são Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho e Valença.

Com referência ao IPI, a Constituição Federal de 1988 determina, no art. 159, inc. II, que o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI) 10% serão repassados aos estados e ao Distrito Federal, pela União, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Os estados, por sua vez, entregarão aos respectivos municípios 25% dos recursos que receberem relativamente ao IPI, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, incisos I e II. Os municípios que recebem os valores mais expressivos do repasse do IPI na área do projeto são Camaçari, Salvador e São Francisco do Conde.

Referente aos royalties, o setor petrolífero faz compensações financeiras mais expressivas sobre o valor da produção de petróleo e gás natural aos municípios pertencentes às zonas de exploração. Na área do projeto, são eles: Candeias, Itaparica, Madre de Deus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara eSimões Filho.

A competência tributária que os municípios possuem para cobrar impostos é muito limitada, fato que exige que o sistema de transferências intergovernamentais seja mais adequado para restabelecer o equilíbrio entre obrigações e fontes de receita.

Gráfico 22 – Receitas Correntes Municipais na Área de Influência Direta do Projeto – 2004

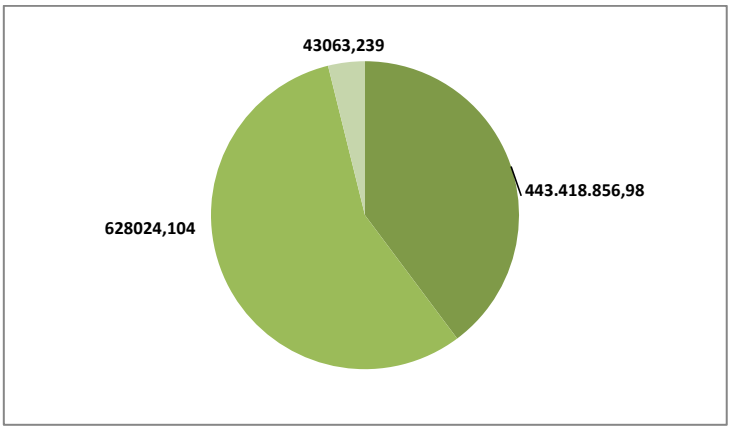


Gráfico 23 – Receitas Correntes Municipais na Área de InfluênciaDireta do Projeto – 2005

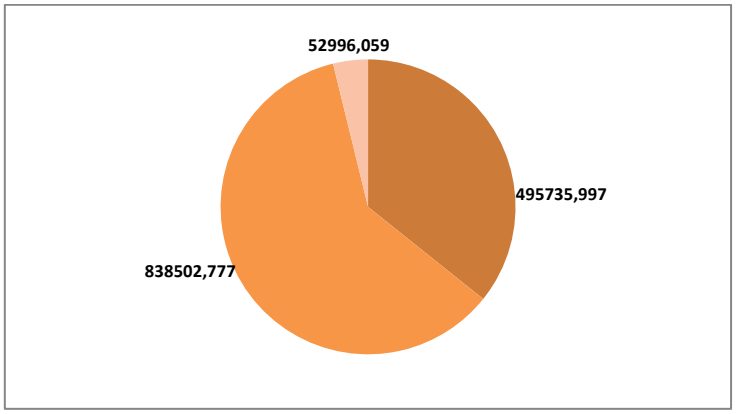


Gráfico 24 –Evolução do ICMS – Cota-parte na Área de Influência Direta do Projeto

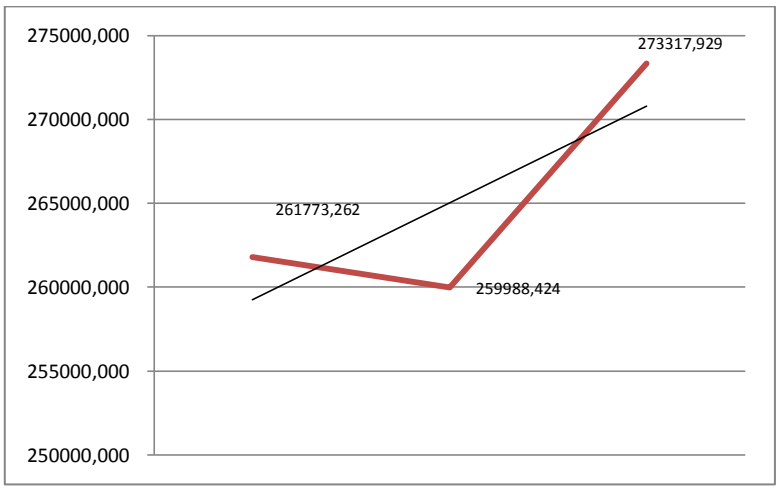


Gráfico 25 – Evolução do FIES na Área de Influência Direta do Projeto



Gráfico 26–ICMS – Cota-parte Retorno ao Município (EM R$)

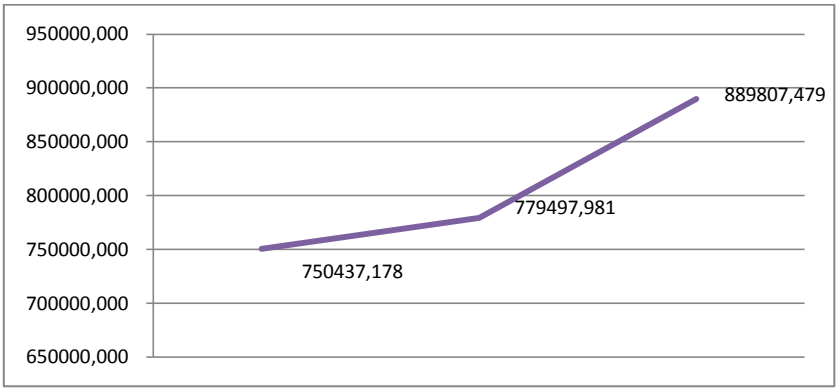


Gráfico 27 – Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia – FIES (EM R$)

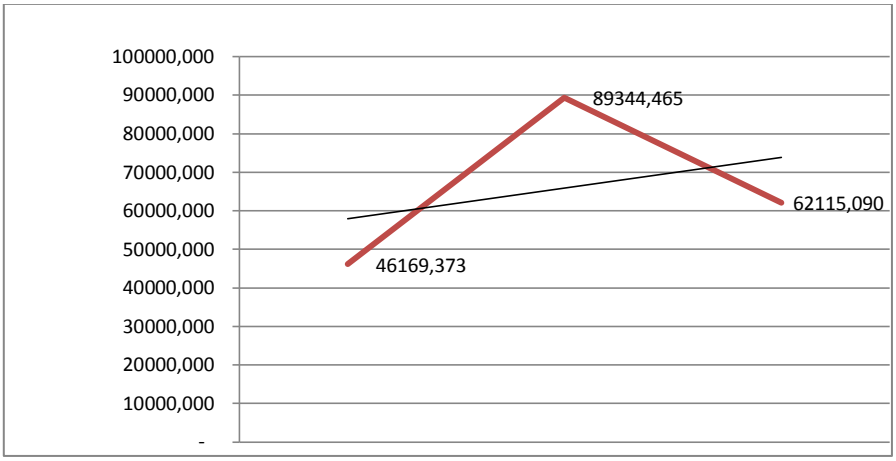


Gráfico 28 – IPVA Distrib. na Área de Influência Direta do Projeto

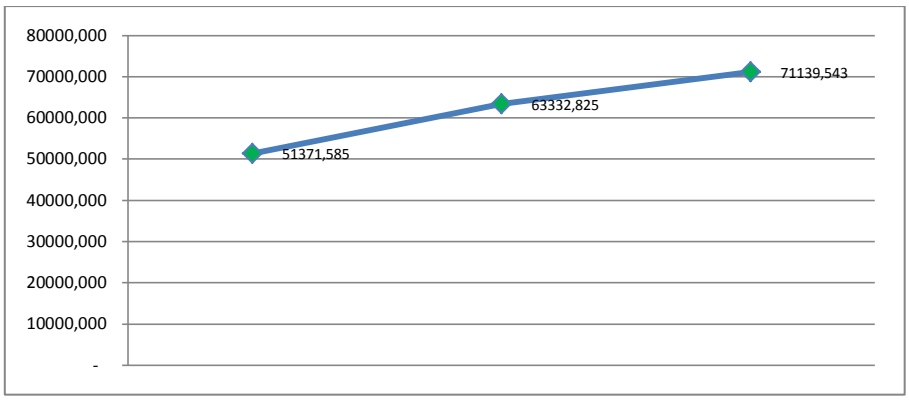


Gráfico 29 – IPI distrib. na Área de Influência Direta do Projeto

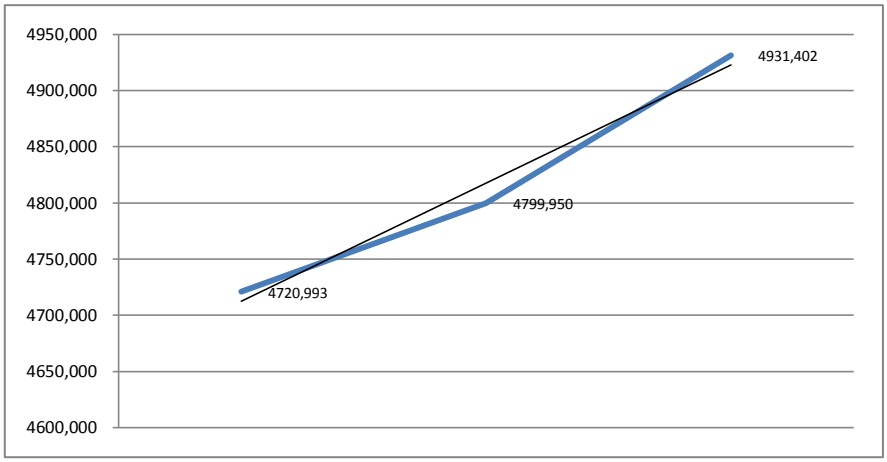


Gráfico 30 – IPVA distrib. na Área de Influência Direta do Projeto

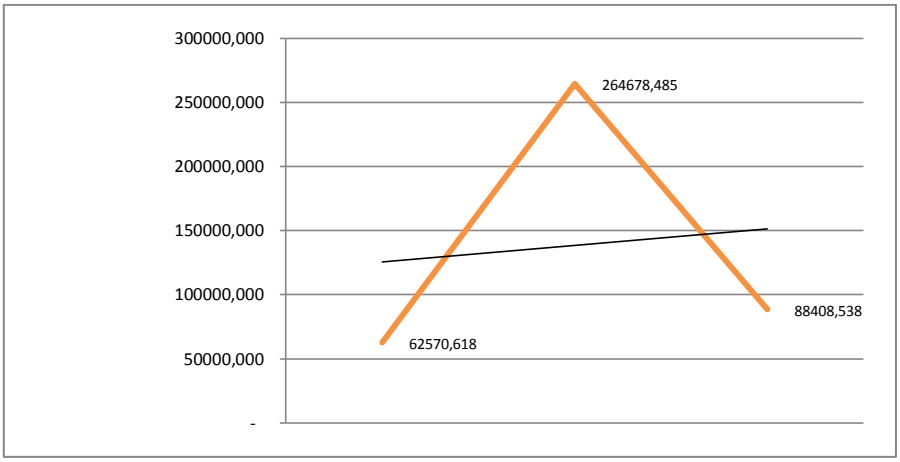


Gráfico 31 – IPI distrib. na Área de Influência Direta do Projeto

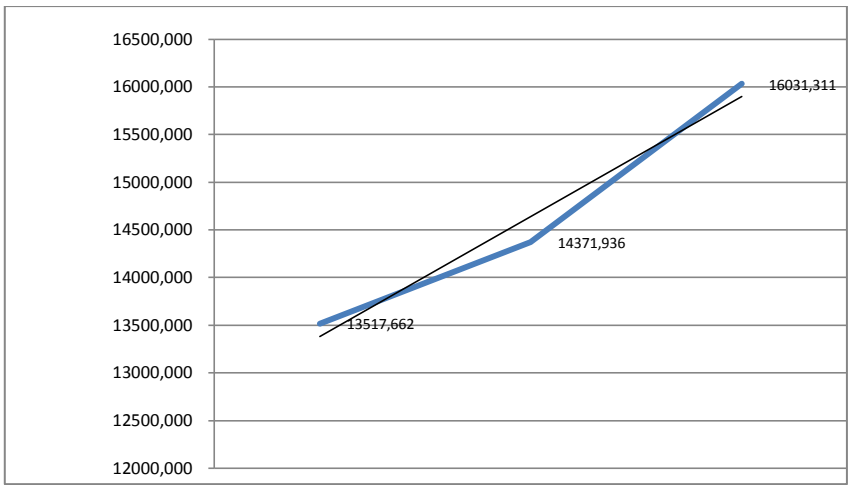
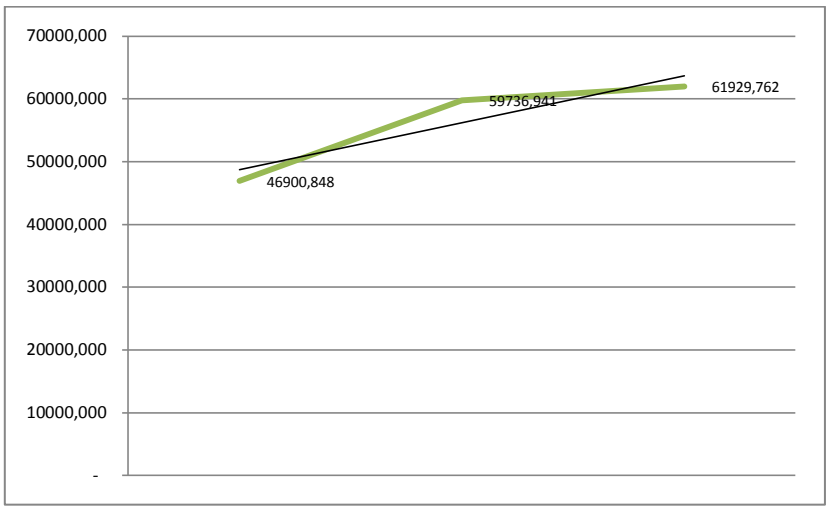


Gráfico 32 – Royalties distrib. na Área de Influência Direta do Projeto



2.2.14. Infraestrutura Regional

2.2.14.1.Malha viária principal: rodovias, portos e aeroportos

A malha viária da ADA e da AID foi descrita detalhadamente no item **2.2.4.1.“Transporte”**,que apresenta e discute a malha rodoviária. Nesse item foram comentadas também as rodovias que servem a Área de Influência Indireta, uma vez que a metodologia empregada pelo DERBA divide o estado da Bahia em 20 Residências de Manutenção e Consevação, que apresentam áreas sobrepostas entre si ou que não coincidem com os limites municipais das áreas de influência deste estudo.

A ADA, que é constituída pelos municípios de Salvador, Vera Cruz e Itaparica integra, simultaneamente, parte da 1ª Residência, que corresponde a Camaçari e parte da 6ª Residência, que corresponde a Santo Antônio de Jesus. A AID está contida tanto na 1ª Residência quanto na 6ª. Contudo, essas duas Residências envolvem também diversos municípios da AII e foram analisadas em conjunto para evitar a elaboração de análises fragmentadas de uma malha viária mais ampla.

Os mapas das Residências Rodoviárias do Derba, apresentados a seguir, indicam a disposição das malhas viária, rodoviária, ferroviária, portuária e aeroportuária da ADA e da AID.



Figura 586 – Malha rodoviária 1ª Residência de Manutenção do DERBA



Figura 587 – Malha rodoviária 6ª Residencia de Manutenção do DERBA

2.2.14.2. Identificação e mapeamento dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica

Nota Técnica 5

A identificação e mapeamento dos sistemas de tranasmissão e distribuição de energia elétrica foram realizados noitem**1.3.2.4.2. Energia Elétrica**e as linhas de transmissão estão apresentadas nas Figuras 19, 20 e 21 deste diagnóstico.

2.2.14.3. Sistema de comunicação

Nota Técnica 6

A descrição da análise do sistema de comunicação é objeto de estudo detalhado no item**1.3.2.4.6. Comunicação**.

2.2.14.4. Caracterização dos equipamentos públicos

Os equipamentos públicos e serviços mais significativos, existentes na AID e ADA, são constituídos basicamente pela rede de equipamentos de saúde (hospitais e postos de saúde), escolas e demais equipamentos das redes municipal, estadual e federal de educação, equipamentos turísticos (portos, hotéis restaurantes etc), rodovias, aeródromos, linhas de transmissão de energia, subestações, postos policiais, estações de tratamento de água e esgotos (ETA e ETE), redes de telefonia e terminais públicos de telefonia, antenas de retransmissão, aterros sanitários, praças, centros desportivos etc. Todos esses equipamentos foram objeto de estudos detalhados ao longo deste diagnóstico, nas sessões correspondentes de saúde, educação, infraestrutura, segurança, abastecimento de água e esgoamento sanitário, resíduos sólidos etc.

Espera-se que durante a fase de construção do empreendimento ocorram interferencias pontuais em Itaparica e Vera Cruz, nas redes de transmissãode energia, de telefonia e dados que terão de ser realocados em função da requalificação da Ba001 e da construção da variante de acesso a ponte e da instalação de cantéiros de obras. Essas interferencias também ocorrerão de forma localizada em Salvador na área do entorno da FSJ e do Largo da Calçada.

São esperados também alguns impactos nos serviços de transporte público da Ilha que terão seus percursos deviados em determinados pontos em relação as obras de requalificação da Ba001.

2.2.15. Uso da água

2.2.15.1. Caracterização dos principais usos das águas superficiais e subterrâneas

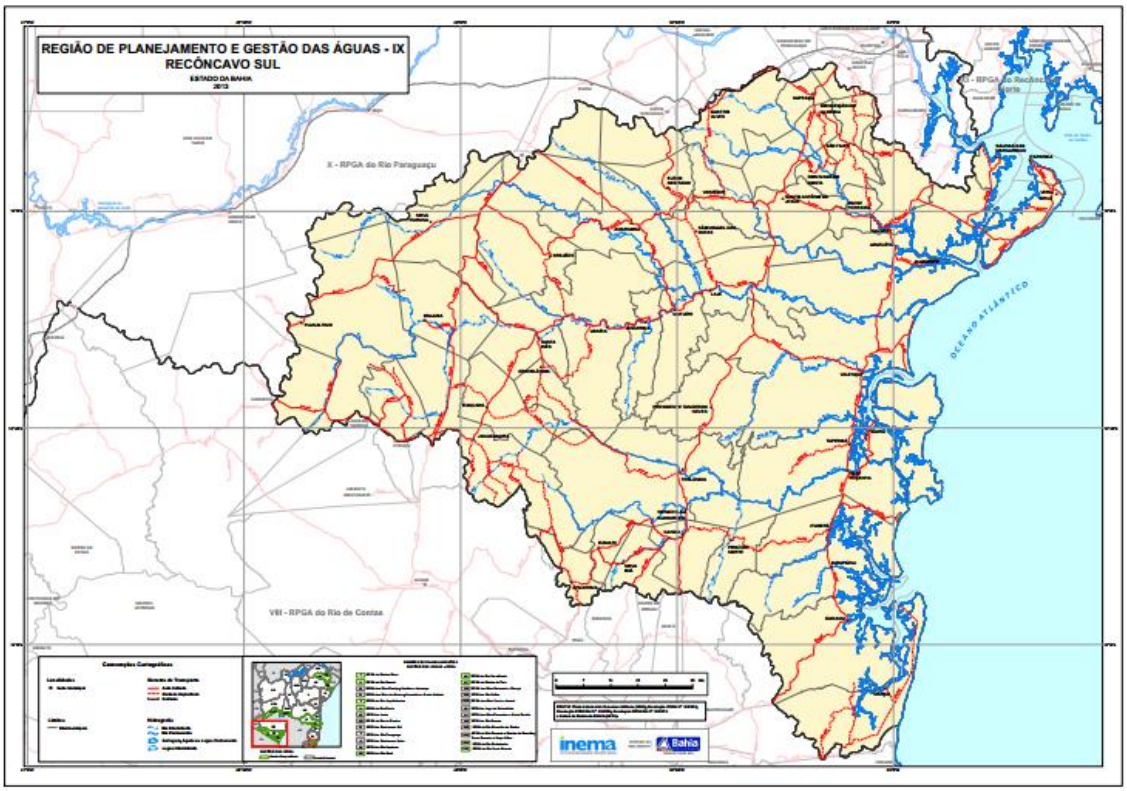
Conceitualmente, há uma diferença entre os termos “água” e “recursos hídricos”. Enquanto o termo “água” refere-se às águas doces superficiais e subterrâneas, águas salobras e águas marinhas, o termo “recursos hídricos” restringe-se às águas doces (superficiais e subterrâneas). As águas doces encontram-se protegidas por uma gama de instrumentos legais, porém as águas salobras e marinhas não são reguladas por legislação própria no Brasil, sendo que sua proteção se dá por normas como aquelas referentes ao gerenciamento costeiro ou à qualidade ou padrão para lançamento de efluentes.

A área de influência do meio socioeconômico do empreendimento possui grande heterogeneidade em função de sua ampla extensão. Além de estar contígua ao oceano Atlântico, compreende as duas baías mais importantes do estado da Bahia: a baía de Todos os Santos e a baía de Camamu.

Compreende ainda uma grande malha hidrográfica, englobando rios dos mais importantes do estado, a exemplo dos rios Paraguaçu, Jaguaripe, Jequiriçá e Una, e barramentos, destacando-se Pedra do Cavalo. Está inserida em três Regiões de Planejamento da Água-RPGA:

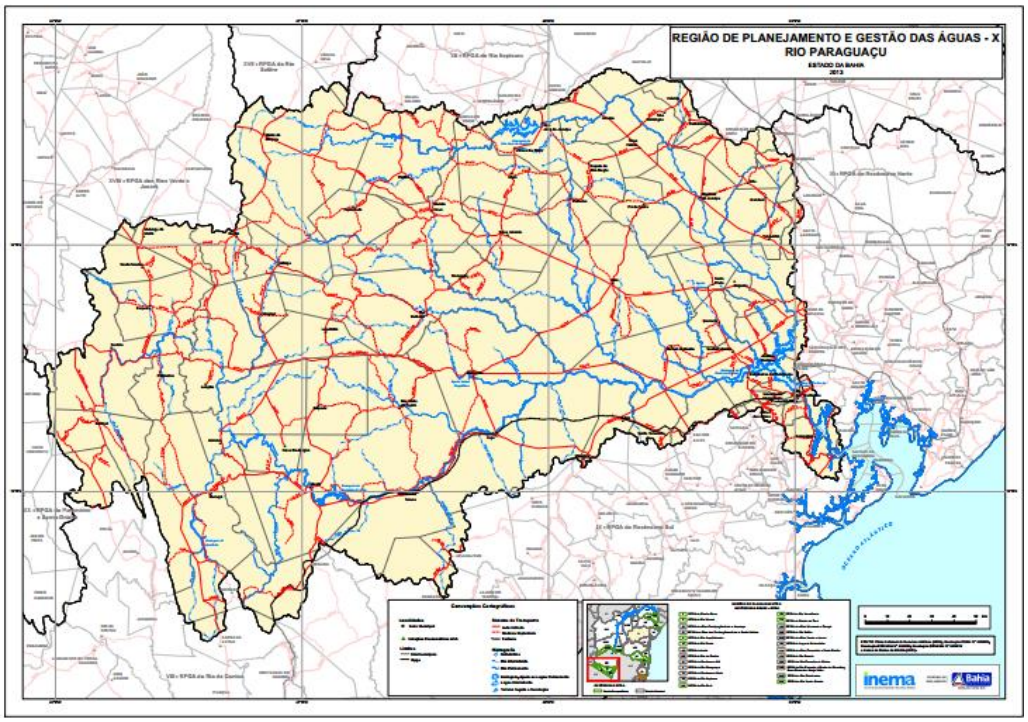
- RPGA Recôncavo Sul;
- RPGA Rio Paraguaçu;
- RPGA Recôncavo Norte.

A hidrografia da área de influência do empreendimento é discutida no diagnóstico do meio físico deste estudo.



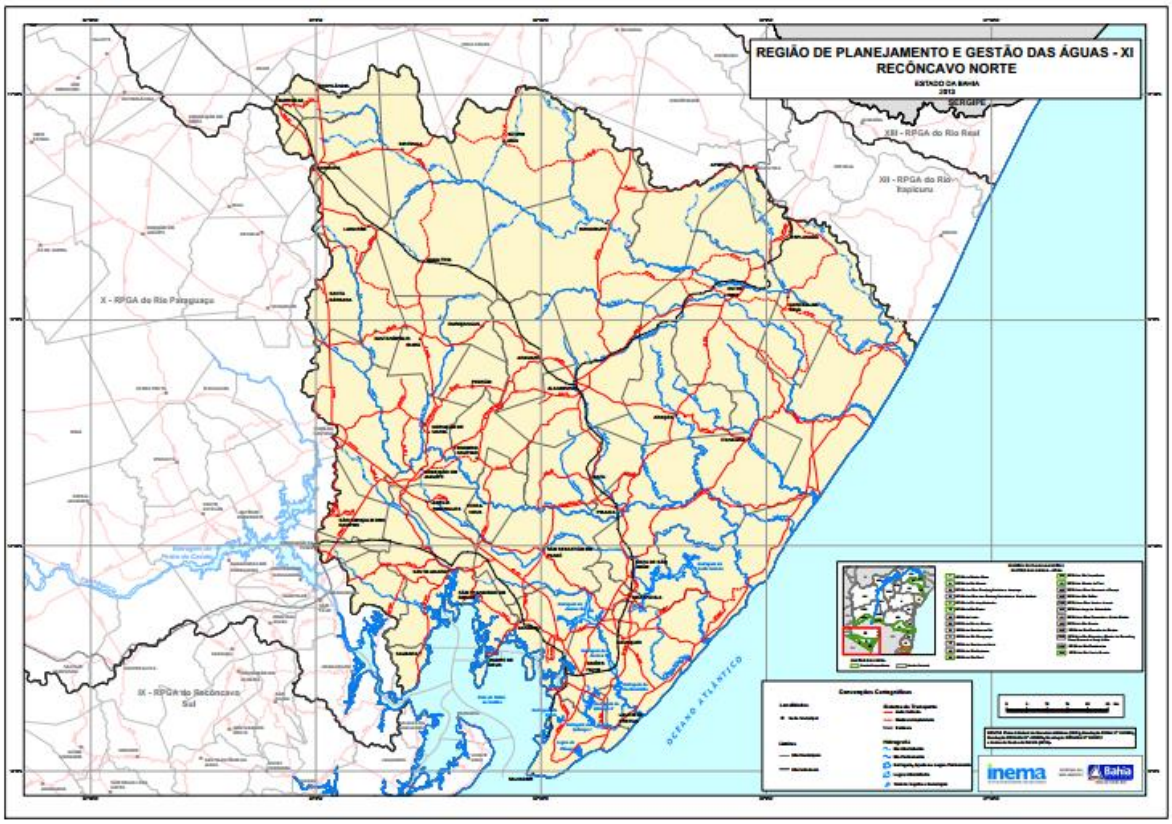
Fonte: Inema

Figura 588 – RPGA Recôncavo Sul



Fonte: Inema

Figura 589 – RPGA Rio Paraguaçu



Fonte: Inema

Figura 590 – RPGA Recôncavo Norte

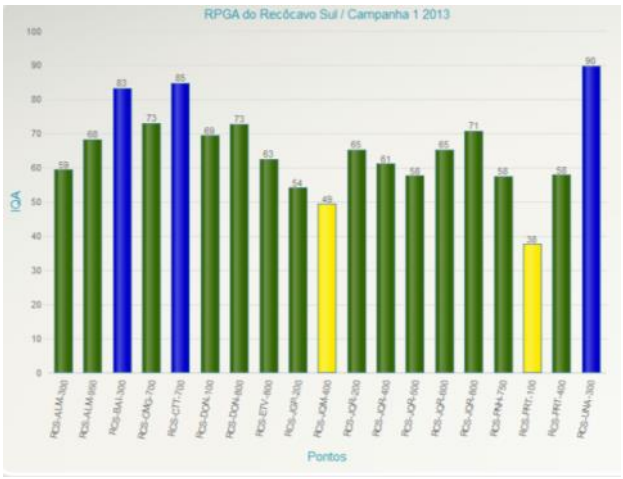
A área de influência do empreendimento, compreendendo mais de 40 municípios, é muito variada em termos de ambientes (topografia, conservação ambiental) e de características socioeconômicas. Envolve praias, manguezais, restingas, áreas úmidas e mata ombrófila, todas fazendo parte do Bioma Mata Atlântica. Em termos sociais e econômicos, a diversidade também é observada, com a existência de áreas de agricultura, pecuária, indústrias e áreas urbanas de diversos portes. Destaca-se na área a presença da Região Metropolitana de Salvador-RMS.

Toda esta diversidade reflete-se nos usos das águas, em sua qualidade e em sua disponibilidade. O ambiente sob influência do empreendimento não está sob condições pristinas, muito pelo contrário, encontra-se sob diversas formas e intensidades de pressões que comprometem o uso e a disponibilidade das águas. O controle do uso do solo e da água no estado da Bahia ainda é insuficiente para garantir que as diversas atividades humanas não impactem de forma significativa nos corpos d'água. Dentre os principais comprometimentos dos corpos d'água da área de influência, podem ser citados.

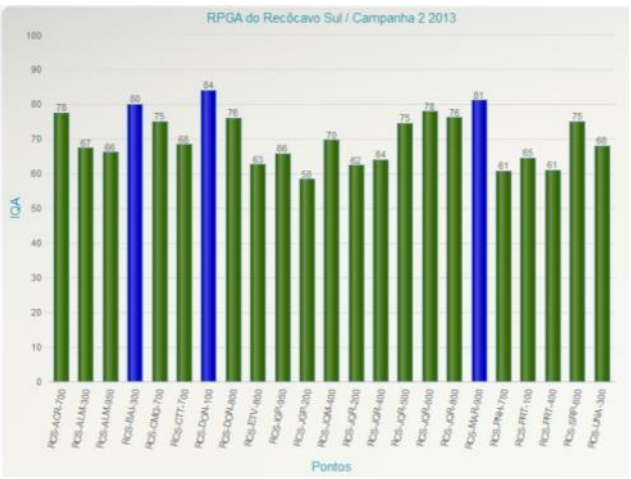
- Assoreamento de rios e estuários.
- Contaminação das águas de rios, estuários e marinha por diversos poluentes, incluindo metais pesados, hidrocarbonetos e agroquímicos.
- Eutrofização das águas em função do lançamento de esgotos não devidamente tratados.
- Afetação na dinâmica hidrológica em decorrência de barramentos, construção de estradas e aterros.
- Afetação da biota aquática em função de sobrepesca, toxicidade e introdução de espécies exóticas.

Apesar da existência de instrumentos de gestão, a exemplo da outorga pelo uso das águas e o próprio licenciamento ambiental, a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis ainda não é efetiva para reverter a continuidade do processo de degradação.

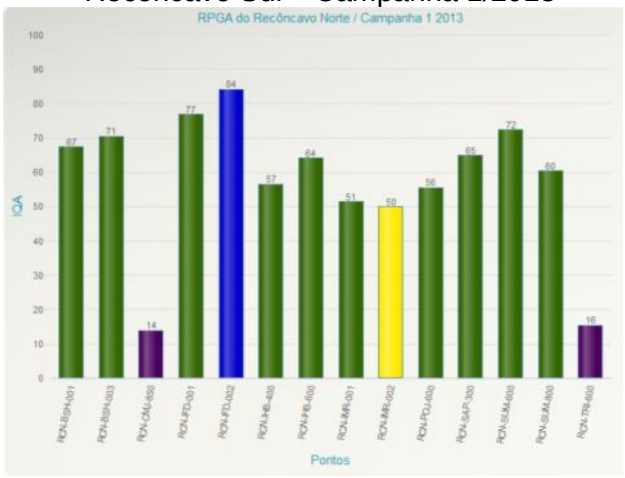
A qualidade das águas doces que são consumidas pela população para os mais diversos usos é variada, conforme mostram dados do Programa Monitora, executado pelo Inema. A título ilustrativo, mostram-se nas figuras abaixo alguns resultados da campanha realizada em 2013 nas RPGA de interesse. Os dados apresentados refletem os resultados do Índice de Qualidade da Água – IQA, desenvolvido pela CETESB, o qual considera uma série de parâmetros para o cálculo. Verificam-se nos corpos d'água das três RPGA qualidade diversificada, com poucos pontos classificados como de ótima qualidade, sendo a maior parte considerada como de boa qualidade, porém com ocorrência considerável de classes entre regular e péssima, denotando efeito de ações antrópicas deletérias.



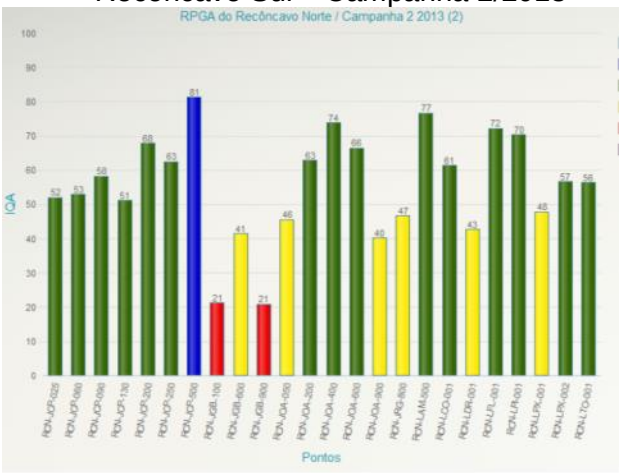
Recôncavo Sul – Campanha 1/2013



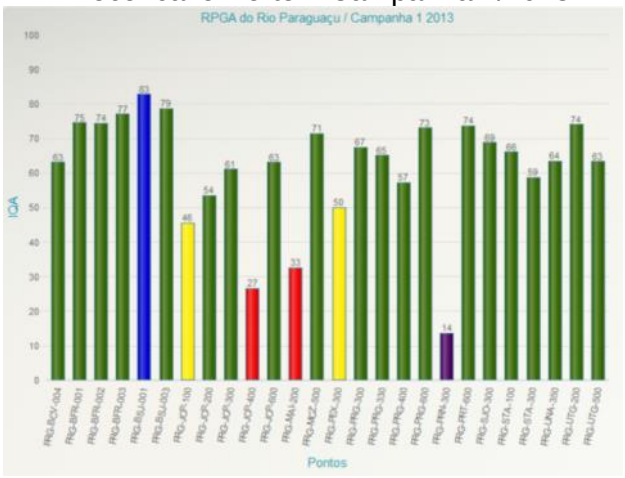
Recôncavo Sul – Campanha 2/2013



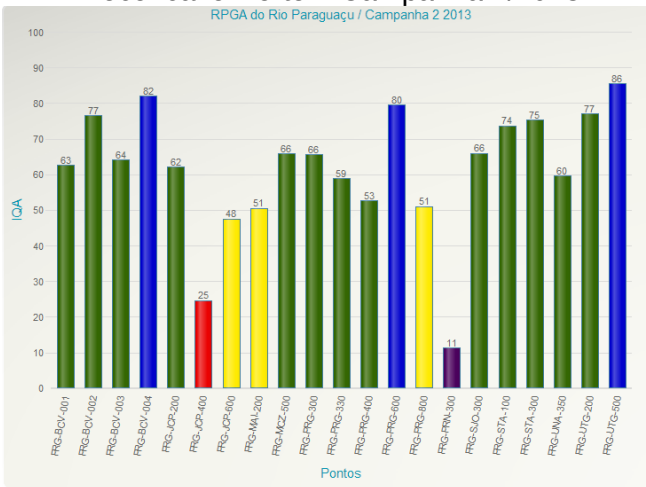
Recôncavo Norte – Campanha 1/2013



Recôncavo Norte – Campanha 2/2013



Paraguaçu – Campanha 1/2013



Paraguaçu – Campanha 2/2013



LEGENDA

Fonte: Monitora/Inema, 2014[242]

Figura 591 – IQA das RPGA de Interesse – Campanhas de 2013

A água relaciona-se fortemente à sobrevivência humana e a sua proximidade e disponibilidade são fundamentais à manutenção das atividades dos homens e à sua vida. O processo de desenvolvimento histórico do Brasil teve início no litoral, condicionando nesta região as mais elevadas densidades demográficas. Atualmente, as principais cidades do estado estão situadas próximas ao litoral. Mesmo aquelas localizadas longe do interior estabeleceram-se contiguamente aos rios. A baía de Todos os Santos e a baía de Camamu têm estabelecimento de cidades/vilas desde o século XVI. Ao longo do tempo, os habitantes da região foram estabelecendo relações de dependência com as águas doces, estuarinas e marinhas. Estes usos são apresentados e discutidos a seguir.

A área de influência do empreendimento é marcada pela presença do oceano Atlântico e de importantes estuários. Destacam-se as baías de Todos os Santos e Camamu e o canal de Taperoá, na região do Baixo Sul.

Os estuários são ecossistemas muito particulares, uma vez que compreendem uma área de tensão pela presença de águas doces dos rios encontrando-se com a força das marés. Nos estuários destaca-se a presença de manguezais, ecossistemas de transição entre a terra e a água. Sua importância reside na amenização das cheias, fornecimento de material orgânico ao sistema marinho, local de reprodução, crescimento, abrigo e alimentação de espécies marinhas e terrestres e, principalmente, uma vez que este é o foco do estudo, para a atividade pesqueira.

[242] http://monitora.inema.ba.gov.br/index.php/graficoiqa/index/ - Acesso em 23/04/2014.

Dentre os estuários da área de interesse, destacam-se, além das duas baías: o estuário do rio Paraguaçu, principal contribuinte à baía de Todos os Santos por meio do canal de São Roque e formando a baía de Iguape; o estuário do rio do Cobre, com um dos últimos remanescentes de manguezais do município de Salvador; o estuário do rio Jaguaripe, de largura significativa e com importância histórica para a navegação; o estuário do rio Jiquiriçá, na região de Ilha d'Ajuda, com grande importância pesqueira; e o estuário do rio Una, na cidade de Valença, influenciando na ilha de Tinharé, onde se localiza Morro de São Paulo, um dos polos turísticos do estado; o canal de Taperoá, estuário de grande beleza cênica e importante ao transporte de comunidades ribeirinhas isoladas das estradas. A norte de Salvador destacam-se ainda três estuários que abrigam manguezais significativos: estuário do rio Joanes; estuário do rio Capivara; e estuário do rio Jacuípe.

A orla da área de influência possui vasta extensão e comporta cidades como Salvador, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Morro de São Paulo e Itaparica, dentre outras. Praias de diversas feições, recifes de corais, áreas de importância ambiental e para o lazer e turismo estão compreendidos nesta região. Destacam-se: as praias de Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador (vertente oceânica), com influência direta do oceano e de importância ao turismo e ao veraneio; as praias da vertente BTS de Salvador, de Vera Cruz e da região de Saubara e Salinas da Margarida, de importância para o lazer; a contracosta da ilha de Itaparica, a região de Saubara, Caboto e baías de Itapagipe e Aratu, com menor importância para o turismo, mas fundamentais para a pesca e a navegação. As extensas praias do Baixo Sul, como Garcez, Guaibim e Pratigi, com menor visitação turística, porém de rara beleza, também sob influência direta do oceano. As praias das ilhas de Tinharé e Boipeba, protegidas por Unidade de Conservação, têm fundamental importância à pesca e ao turismo.

As baías de Todos os Santos e Camamu, com importância histórica, compreendem uma série de ambientes que abrigam fauna e flora aquática de grande diversidade e fundamental ao setor pesqueiro. A navegação nessas baías é um dos pontos fortes à atividade turística e à logística, destacando-se a presença de portos, como o porto de Camamu, o porto de Aratu, o porto de Salvador, o TEMADRE e estaleiros como o de Campinhos, na baía de Camamu, e o estaleiro Naval no canal de São Roque do Paraguaçu.

Os rios possuem grande importância para diversas atividades humanas e, além de servirem ao abastecimento de água para consumo humano, são úteis à dessedentação animal, uso industrial, ao lançamento de efluentes, à navegação, dentre outros.

Os principais usos das águas marinhas, estuarinas e doces nas áreas de influência do empreendimento, descritos a seguir, são:

- Abastecimento humano
- Lançamento de efluentes domésticos e industriais
- Pesca
- Recreação/Lazer e turismo
- Navegação
- Aquicultura.

2.2.15.2. Abastecimento doméstico e industrial

De acordo com a Lei Federal nº. 9.433/97, sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos, a água é um recurso natural renovável, porém sujeito ao esgotamento. Esta lei possui os seguintes fundamentos:

I – a água é um bem de domínio público;

II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (Lei Federal nº. 9.433/97).

Na área de inflência do empreendimento, o uso prioritário das águas doces é sempre para o consumo humano e a dessedentação animal, conforme preconiza a lei sobre a política nacional dos recursos hídricos. A qualidade da água é fundamental para o seu uso, obviamente para o abastecimento humano, e a Resolução Conama nº. 357/05 regulamenta os padrões que as águas devem ter conforme o uso desejado.

O quadro abaixo mostra a situação do abastecimento dos municípios da área de influência do empreendimento, de acordo com informações da Agência Nacional de Águas – ANA. Observa-se, para a grande maioria dos municípios, a necessidade de ampliação do sistema.

Quadro 353 – Situação de Abastecimento de Água dos Municípios da Área de Influência do Empreendimento – Situação 2015

Município	Prestador de serviço	Situação urbana 2015	Demanda urbana (2015)	Manancial	Sistema
Aratuípe	EMBASA	Requer novo manancial	16 L/s	Rio Aratuípe	Isolado Aratuípe
Cabaceiras do Paraguaçu	EMBASA	Requer ampliação do sistema	18 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Isolado Cabaceiras do Paraguaçu
Cachoeira	EMBASA	Requer ampliação do sistema	61 L/s	Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Muritiba
				Rio Pitanga	Isolado Cachoeira
Cairu	EMBASA	Requer ampliação do sistema	12 L/s	Rio Subaúma	Isolado Cairu
Camaçari	EMBASA	Requer ampliação do sistema	781 L/s	Poços de Camaçari	Isolado Camaçari
Camamu	EMBASA	Requer ampliação do sistema	47 L/s	Rio Acaraí	Isolado Camamu
Candeias	EMBASA	Requer ampliação do sistema	248 L/s	Barragem Joanes II, Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA PRINCIPAL)
Castro Alves	EMBASA	Abastecimento satisfatório	48 L/s	Rio Paraguaçu	Integrado Milagres
Conceição do Almeida	EMBASA	Requer ampliação do sistema	32 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Região Fumageira
Cruz das Almas	EMBASA	Requer ampliação do sistema	145 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Região Fumageira
Dias d'Ávila	EMBASA	Requer ampliação do sistema	178 L/s	Poços de Dias d'Ávila	Isolado Dias d'Ávila

Município	Prestador de serviço	Situação urbana 2015	Demanda urbana (2015)	Manancial	Sistema
Dom Macedo Costa	EMBASA	Requer ampliação do sistema	4 L/s	Rio Pedra Branca	Isolado Dom Macedo Costa
Gandu	SAAE-Bahia	Requer ampliação do sistema	62 L/s	Rio Ganduzinho	Isolado Gandu
Governador Mangabeira	EMBASA	Requer ampliação do sistema	24 L/s	Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Muritiba
Ibirapitanga	EMBASA	Abastecimento satisfatório	23 L/s	Rio Orico	Isolado Ibirapitanga
Itaparica	EMBASA	Abastecimento satisfatório	63 L/s	Barragem Tapera	Isolado Itaparica
Ituberá	EMBASA	Requer ampliação do sistema	60 L/s	Rio das Piabas e Rio dos Cágados	Isolado Ituberá
Jaguaripe	EMBASA	Requer ampliação do sistema	16 L/s	Rio da Dona e 3 Poços Jaguaripe 2	Isolado Jaguaripe 1 e Isolado Jaguaripe 2
Lauro de Freitas	EMBASA	Requer ampliação do sistema	592 L/s	Barragem Joanes II, Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA PRINCIPAL)
Madre de Deus	EMBASA	Rrequer ampliação do sistema	41 L/s	Barragem Joanes II, Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA PRINCIPAL)
Maragogipe	EMBASA	Requer ampliação do sistema	79 L/s	Rio Cachoeirinha	Isolado Maragogipe
Muniz Ferreira	EMBASA	Requer ampliação do sistema	12 L/s	Rio Taitinga	Isolado Muniz Ferreira
Muritiba	EMBASA	Requer ampliação do sistema	72 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Muritiba
Nazaré das Farinhas	EMBASA	Requer ampliação do sistema	69 L/s	Rio Caraípe	Isolado Nazaré das Farinhas
Nilo Peçanha	EMBASA	Abastecimento satisfatório	11 L/s	Rio Santo	Isolado Nilo Peçanha
Piraí do Norte	EMBASA	Abastecimento satisfatório	6 L/s	Rio do Peixe	Isolado Piraí do Norte
Presidente Tancredo neves	EMBASA	Requer ampliação do sistema	26 L/s	Rio Ipiranga	Isolado Rio do Peixe
Salinas da Margarida	EMBASA	Abastecimento satisfatório	18 L/s	Rio Piau	Isolado Salinas da Margarida

Município	Prestador de serviço	Situação urbana 2015	Demanda urbana (2015)	Manancial	Sistema
Salvador	EMBASA	Requer ampliação do sistema	11.433 L/s	Barragem Joanes II, Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/ Lauro de Freitas (ETA PRINCIPAL)
				Barragem Joanes I e Barragem Ipitanga I	Sistema Isolado Salvador Joanes I/Ipitanga I
				Barragem Ipitanga II	Sistema Isolado Salvador Ipitanga II (suburbana) /
				Barragem do Cobre	Sistema Isolado Salvador – Cobre
Santo Amaro	EMBASA	Requer ampliação do sistema	154 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Isolado Santo Amaro
Santo Antônio de Jesus	EMBASA	Requer ampliação do sistema	243 L/s	Barragem Rio da Dona	Isolado Santo Antônio de Jesus
São Felipe	EMBASA	Requer novo manancial	31 L/s	Rio Copioba-açu	Isolado São Felipe
São Félix	EMBASA	Requer ampliação do sistema	31 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Muritiba
São Francisco do Conde	EMBASA	Requer ampliação do sistema	83 L/s	Barragem Joanes II e Barragem Pedra do cavalo	Integrado Salvador/Lauro de Freitas (ETA principal)
São Sebastião do Passé	EMBASA	Requer ampliação do sistema	103 L/s	Poços de São Sebastião do Passé	Isolado São Sebastião do Passé
Sapeaçu	EMBASA	Requer ampliação do sistema	30 L/s	Barragem de Pedra do Cavalo	Integrado Região Fumageira
Saubara	EMBASA	Abastecimento satisfatório	32 L/s	Rio Grande	Isolado Saubara
Simões Filho	EMBASA	Requer ampliação do sistema	315 L/s	Barragem Joanes II e Barragem Pedra do Cavalo	Integrado Salvador/Lauro de Freitas (ETA principal)
Taperoá	SAAE-Bahia	Requer ampliação do sistema	25 L/s	Rio Camurugi	Isolado Taperoá
Teolândia	EMBASA	Requer ampliação do sistema	13 L/s	Rio Preto	Isolado Teolândia
Valença	SAAE-	Requer ampliação do	216 L/s	Rio Una	Isolado Valença

Município	Prestador de serviço	Situação urbana 2015	Demanda urbana (2015)	Manancial	Sistema
	Bahia	sistema			
Varzedo	EMBASA	Requer ampliação do sistema	10 L/s	3 Poços Varzedo	Isolado Varzedo
Vera Cruz	EMBASA	Abastecimento satisfatório	111 L/s	Barragem Tapera	Integrado Itaparica
Wenceslau Guimarães	EMBASA	Requer ampliação do sistema	30 L/s	Rio das Almas	Isolado Wenceslau Guimarães

Fonte: ATLAS/ANA[243]

Parte dos sistemas aqui apresentados não abastece todas as localidades dos municípios, portanto, uma parcela da população não tem acesso à água tratada. Alternativas utilizadas são o abastecimento por carro-pipa, através de cisternas/poços, e captação direta nos corpos d'água.

A dessedentação animal diretamente nos corpos d'água também é observada, o que muitas vezes compromete a qualidade da água, bem como a lavagem de roupas e veículos. O uso da água para a irrigação é pequeno na região de estudo.

[243]http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx



Figura 592 – Uso de água na área de influência – Lavagem de roupas em rios



Figura 593 – Uso de água na área de influência – Lavagem de roupas em rios II



Figura 594 – Lavagem de roupas em área apropriada – Acupe

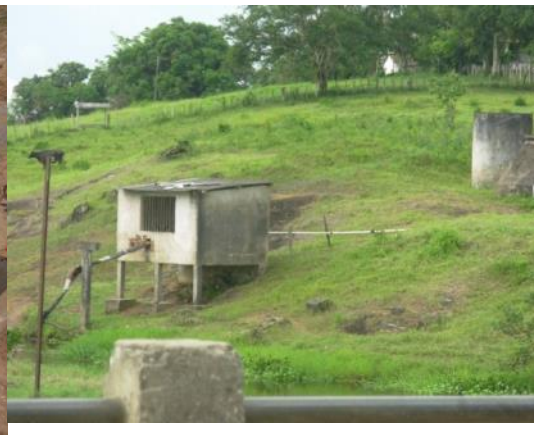


Figura 595 – Captação de água para abastecimento



Figura 596 – Fonte da Bica em Itaparica



Figura 597 – Barragem de Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu



Figura 598 – Adutora de água proveniente de Pedra do Cavalo



Figura 599 – Criação de gado em área embrejada



Fonte: Daniela Reitermajer, arquivo pessoal

Figura 600 – Abastecimento de carros pipa



Figura 601 – Dessedentação animal

2.2.15.3.Lançamento de efluentes domésticos e industriais

Composta por mais de 40 municípios, a área de influência do empreendimento tem grande contato com as áreas costeiras. O lançamento de efluentes domésticos e industriais nas águas estuarinas e marinhas se constitui em um problema à manutenção da qualidade da água e de sua balneabilidade esperada pela legislação brasileira.

A presença de portos de grande (e pequeno) porte, a atividade de indústrias e a exploração, o transporte e o refino de petróleo vêm causando poluição pontual das águas, do sedimento e da biota aquática, principalmente na baía de Todos os Santos.

Na baía de Camumu destaca-se a mineração como uma atividade que causou danos à qualidade da água.

Com relação à baía de Todos os Santos, a atividade industrial é bastante intensa, conforme citam Rocha et al (2012)[244]:

> Desde o início da sua ocupação, foram implantados usos múltiplos dos recursos naturais da Baía. Todavia, o crescimento industrial da região foi iniciado basicamente na década de 30, quando da descoberta e início da exploração do petróleo, que terminou por conduzir o Governo do Estado da Bahia, nas décadas de 1960 e 1970, à opção pelo desenvolvimento petroquímico como modelo de desenvolvimento econômico do Estado. O maior número de indústrias no Recôncavo baiano está concentrado nos municípios de Simões Filho, Feira de Santana e Candeias, localizados a nordeste, noroeste e norte da BTS, respectivamente. As principais atividades industriais desenvolvidas são: químicas, petroquímicas, metalúrgicas, de produtos alimentícios e fertilizantes. Os produtos químicos utilizados por estas indústrias são diversos e incluem metais (Fe, Zn, Hg, Mn e Cu), ácidos minerais, sulfetos e sulfatos metálicos, óleos vegetais, petróleo e derivados, soda, naftaleno, benzeno, fenol, polipropileno, cloro, hexano, óxidos, celulose, sisal, brita e amônia, dentre outros. (ROCHA et a, 2012)

Os efluentes industriais são previamente tratados, antes do lançamento nas águas, e estão sob o controle do Inema. Entretanto, uma carga significativa de contaminantes DBO e DQO ainda atingem a região costeira da área de influência.

Problema ainda não devidamente solucionado é o lançamento de esgotos domésticos tratados ou *in natura* nos rios e estuários afluentes ou diretamente na área costeira. Além dos riscos à saúde pública, em função da possibilidade da transmissão de doenças de veiculação hídrica, esta carga eleva a quantidade de nutrientes da água, podendo causar eutrofização dos corpos d'agua.

O Programa Bahia Azul reduziu algumas contribuições em tempo seco, principalmente, melhorando a balneabilidade das praias, entretanto ainda se observa

[244]ROCHA, G.O. et al. Contaminação na Baía de Todos os Santos. Rev. Virtual Quim., 2012, 4 (5), 583-610. Data de publicação na Web: 10 de outubro de 2012 . http://www.uff.br/RVQ/index.php/rvq/article/viewFile/328/270. Acesso em 23/04/2014.

uma forte contribuição de esgotos na região costeira de Salvador, baía de Todos os Santos, ilha de Itaparica, Valença, Cairu e demais áreas.



Figura 602 –Lançamento de esgoto na Sede de Aratuípe



Figura 603 – Lançamento de esgoto em drenagem – Valença



Figura 604 – Lançamento de esgoto de forma direta em Muniz Ferreira



Figura 605 – Rio Paraguaçu – Drenagem com esgoto em Cachoeira

2.2.15.4.Pesca

A pesca é uma atividade de real importância para o comércio e a alimentação das comunidades costeiras da área de influência. A pesca comercial de maior porte é mínima na região, preponderando a pesca artesanal. Destacam-se neste quesito, os

municípios de Salvador, São Francisco do Conde, Saubara, Jaguaripe, Valença, Cairu e Camamu.

A atividade pesqueira é abordada em outros itens deste diagnóstico socioeconômico da área de influência do empreendimento, onde são apresentados dados detalhados de produção, formas, artes utilizadas, dentre outros. Portanto, a descrição da atividade pesqueira não é objeto deste item sobre usos da água.

Os estuários e o mar são áreas importantes de pesca para as comunidades, e ela é exercida de forma embarcada e não embarcada. Barcos de motor, médios e pequenos, catraias, baiteiras, jangadas, saveiros e canoas são embarcações utilizadas pelas comunidades.

Atualmente há, conforme dados de monitoramento da atividade pesqueira, artigos acadêmicos e relatos de pescadores que mencionam uma redução dos recursos pesqueiros em função de uma série de situações, como:

- Contaminação das águas
- Sobrepesca com comprometimento de estoques
- Introdução de espécies exóticas.

Destaca-se que o setor pesqueiro não é formado apenas por pescadores, mas também por beneficiadores, comerciantes, colônias de pesca, uma grande rede de comercialização e produção que envolve grande contingente populacional. Eventos como aquele da “maré vermelha”, ocorrido em 2007, na baía de Todos os Santos, comprometem a sustentação econômica de comunidades inteiras.

A qualidade da água é fundamental para garantir a abundância e a qualidade do pescado. Os órgãos fiscalizadores não realizam análises químicas ou bacteriológicas com regularidade em pescado capturado na Bahia. Estudos realizados pelo Inema, na metade da década passada, na baía de Todos os Santos, mostraram a ocorrência de contaminação por metais pesados em algumas espécies de siris, arraias, lambreta e ostra. O consumo deste pescado pode acarretar bioacumulação ou toxicidade ao ser humano. A pesca em áreas industriais e portuárias representa um conflito de uso das águas.

A pesca na água doce tem uma importância menor do que aquela descrita para as comunidades costeiras, entretanto sustenta famílias de alguns municípios,

destacando-se a captura do pitu (ilha de Itaparica, Camamu, Camaçari), a pesca de tilápia, bagre, tucunaré e traíra.



Figura 606 – Manguezal em Maragogipinho – Aratuípe



Figura 607 – Recursos pesqueiros em Salinas da Margarida



Figura 608 – Barcos de pesca em Madre de Deus



Figura 609 – Catado de siri em Santo Estevão



Figura 610 – Canoas de pesca em Acupe – Santo Amaro



Figura 611 – Redes de pesca em Salinas da Margarida



Fonte: Daniela Reitermajer, arquivo pessoal

Figura 612 – Pesca de calão no Guaibim – Valença



Figura 613 – Barcos de pesca em Boipeba

2.2.15.5.Recreação

As águas doces, marinhas e estuarinas estão associadas comumente ao lazer da população e ao turismo. O belo potencial paisagístico da região atrai turistas de vários locais, destacando-se Salvador, Morro de São Paulo, Boipeba e Barra Grande, que são destinos inclusive do turismo internacional. Outras áreas, menos conhecidas, são ainda assim utilizadas pelas próprias comunidades ou aventureiros da região.

As praias, cachoeiras e balneários atraem turistas, especialmente no período do verão. As próprias comunidades locais também utilizam as águas para o lazer, seja para a navegação, o banho, a pesca esportiva e outros.



Figura 614 – Ilha da Pedra Furada na Baía de Camamu[245]



Figura 615 – Baía de Camamu[246]



Figura 616 – Porto de Camamu[247]

[245] Disponível em <http://www.365diasviajando.com/peninsula-marau/> Acesso em março de 2014.
[246]Disponível em http://www.vainaminha.com/2012/03/marau-goio-pedra-furada-e-coroa.html Acesso em março de 2014.
[247] Disponível em<http://www.camamu.net/> Acesso em março de 2014.



Figura 617 – Ilha de Maré[248]

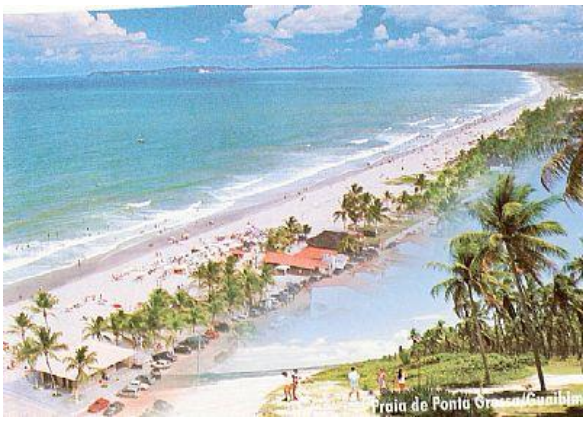


Figura 618 – Guaibim[249]



Figura 619 – Cais de Valença[250]



Figura 620 – Garapuá[251]

[248] Disponível em<http://www.ilhabelatm.com.br/baia.php> Acesso em março de 2014.
[249] Disponível em <http://guiadolitoral.uol.com.br/fotosdepraia-guaibim-ba-637.html> Acesso em março de 2014.
[250]Disponível em http://www.cefetba.br/semanadoturismovalenca/h_vale Acesso em março de 2014.
[251] Disponível em <http://www.morrodesaopaulobahiabrasil.com/garapua> Acesso março de 2014.



Figura 621 – Cachoeira do Urubu[252]



Figura 622 – Cachoeira da Pancada Grande[253]

2.2.15.6.Navegabilidade

A navegação se dá na área de influência sob diversas formas, desde a circulação de canoas até a de navios de grande porte Pós-Panamax. A circulação de iates, catamarãs, saveiros, barcos, canoas, jangadas, baiteiras e navios é comum no mar, nas baías de Todos os Santos e Camamu e nos estuários associados às áreas de influência, configurando-se em um dos principais usos das águas marinhas e estuarinas.

A baía de Todos os Santos e a baía de Camamu são importantes áreas de navegação, tanto para a navegação comercial de grande e pequeno portes, quanto para a navegação associada às pequenas comunidades e à atividade pesqueira.

Ao longo do processo de desenvolvimento histórico, a navegação comercial de pequeno porte foi perdendo importância na baía de Todos os Santos, com a decadência do Recôncavo baiano e a implantação de rodovias. Entretanto, ainda há uma forte presença da atividade nessa baía, destacando-se a navegação por lazer, a navegação para a pesca e a navegação de transporte de passageiros, notadamente entre Salvador e Itaparica (sistema *Ferry-boat* e lanchas de Mar Grande), Madre de

[252] Disponível em <http://pinceotrekking.wordpress.com/about/#jp-carousel-13> Acesso em março de 2014.
[253] Disponível em <http://aventuraseco.blogspot.com.br/2012/07/itubera-ba-cachoeira-da-pancada-grande.html> Acesso em março de 2014.

Deus e Bom Jesus dos Passos, São Tomé de Paripe e Ilha de Maré. Outra atividade de grande importância é a navegação associada a portos públicos e privados de grande porte, a exemplo do Porto de Aratu, Porto de Salvador e Terminal Aquaviário de Madre de Deus – TEMADRE.

O Porto de Salvador, funcionando desde o século XIX, segundo informações da Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba[254], transporta granéis sólidos (trigo), granéis líquidos (asfalto), carga em contêineres (celulose, alimentos, equipamentos, petroquímicos, pneus, peças automobilísticas, papel, cacau, sisal e químicos) e carga geral (siderúrgicos, granito e celulose). Vem passando atualmente por investimentos para ampliação e melhoria do acesso. O Porto de Salvador, de acordo com a Associação dos Usuários dos Portos da Bahia – USUPORT, movimentou, em 2013, "306 mil toneladas de granéis sólidos, 154 mil toneladas de cargas soltas, 30 mil toneladas de granéis líquidos e 1,9 milhões em toneladas de cargas em contêiner, totalizando 2,4 milhões de toneladas"[255].

O Porto de Aratu, criado em 1966 para movimentar as matérias-primas e produtos do Centro Industrial de Aratu (CIA), conforme a Codeba, transporta granéis sólidos (alumina, concentrado de cobre, carvão mineral, enxofre, fertilizantes rocha fosfática minério manganês e magnesita), granéis líquidos (nafta, metanol, soda cáustica, dicloroetano, xilenos, acrilatos, benzeno, acrilonitrilo, alcoois, estireno, gasolina, oleo diesel e etanol) e produtos gasosos (butadieno, propeno, amônia, buteno e MVC). De acordo com a USUPORT, em 2013, nesse porto foram movimentadas "1,1 milhões de toneladas de granéis sólidos e 3,3 milhões de toneladas de granéis líquidos e gasosos, totalizando 4,5 milhões de toneladas" [...] para isso, 432 navios atracaram no porto, sendo 73 no terminal de granéis sólidos e 359 nos terminais de granéis líquidos e de produtos gasosos"[256].

O Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara, ou Terminal de Madre de Deus (Temadre), foi construído em 1957 e é utilizado pela Petrobras para a carga e descarga de navios de petróleo e derivados. Possui tanques e esferas para armazenamento de petróleo, derivados e álcool.

[254] http://www.codeba.com.br/
[255] http://www.usuport.org.br/noticia.php?id=6419
[256] http://www.usuport.org.br/noticia.php?id=6419

Existem, ainda, na área de influência, outras instalações de menor porte, como a Base Naval de Aratu, a Bahia Marina, os portos privados no acesso à baía de Aratu, o Iate Clube de Aratu, outras marinas e pequenos estaleiros.

Na baía de Camamu, a navegação é principalmente voltada à pesca e ao transporte de passageiros, destacando-se o deslocamento turístico entre Camamu e Barra Grande. Quanto à navegação turística, cita-se ainda aquela realizada nas ilhas de Tinharé e Boipeba.

A navegação nos ambientes dulciaquícolas é uma atividade de menor importância na área de influência do empreendimento, destacando-se o transporte por meio de canoas e a navegação esportiva nos reservatórios, especialmente em Pedra do Cavalo.



Figura 623 – Canoa de pesca em Maragogipinho–Aratuípe



Figura 624 – Saveiro transportando caxixis em Maragogipinho – Aratuípe



Figura 625–Cais da sede de Jaguaripe



Figura 626 – Barcos pesqueiros em Ilha d'Ajuda – Jaguaripe



Figura 627 – Porto do Taenga em Jaguaripe



Figura 628 – Navio de grande porte na Baía de Todos os Santos



Foto por Luis Pereira, 2013

Figura 629 – Marina de Itaparica



Figura 630 – Navios atracados no Porto de Aratu



Fonte: Daniela Reitermajer, arquivo pessoal

Figura 631 – Saveiro da Baía de Todos os Santos

2.2.15.7.Aquicultura

A aquicultura na região em estudo é desenvolvida a partir de estímulo dos governos estadual e federal. São encontrados grandes empreendimentos de carcinicultura (cultivo de camarão), cultivos localizados de tilápia e cultivos experimentais de vieira, ostra, beijupirá, dentre outros.

Dentre essas culturas, destacam-se grandes projetos de carcinicultura, estabelecidos na baía de Todos os Santos, em Acupe e Salinas da Margarida, em Jaguaripe e Valença. Muitos conflitos vêm ocorrendo desde a implantação destes

empreendimentos, principalmente com o setor pesqueiro, em função de ocupação irregular de manguezais, restrições de acesso a pesqueiros e denúncias de poluição.

As águas oriundas da atividade de carcinicultura são ricas em nutrientes, além de antibióticos e outras substâncias, o que pode comprometer a qualidade das águas dos rios e mar, além de pôr em risco espécies aquáticas nativas.



Fonte: Google Earth

Figura 632–Carcinicultura em Acupe



Fonte: Google Earth

Figura 633 – Carcinicultura em Salinas da Margarida



Fonte: Google Earth

Figura 634 – Carcinicultura em Valença

3. Restrições Ambientais

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos foi efetuado o levantamento das restrições ambientais na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, consistindo na identificação e delimitação das diversas ocorrências presentes, tendo em conta a informação disponível e a produzida no presente trabalho. O resultado desse levantamento é apresentado cartograficamente no Mapa Restrições Ambientais com e sem empreendimento (Volume 3 – Mapas Bióticos: Mapas 3.10 e 3.11), sendo seguidamente abordada cada uma das restrições ambientais coincidentes com a AID, designadamente:

- Hidrografia e Hidrogeologia;
- Áreas de preservação permanente;
- Unidades de conservação;
- Zonamento ecológico-econômico;
- Recifes de coral;
- Estágio sucessional da vegetação;
- Patrimônio histórico;
- Áreas de valor paisagístico;
- Terreiros e/ou centros de Candomblé;
- Comunidades de marisqueiros e/ou pescadores.

3.1. Hidrografia e Hidrogeologia

Os recursos hídricos são um recurso cuja importância está reconhecida na legislação desde o nível Federal, através da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9433/1997, de 08/01), na qual a água é considerada um bem de domínio público e um recurso limitado, dotado de valor econômico, até ao nível Estadual, onde se dispõe também sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 6.855, de 12/05/95).

A assunção da importância dos recursos hídricos releva a sua consideração como restrição ambiental, tendo-se integrado no Mapa Restrições Ambientais a informação disponibilizada pelo IBGE e desenvolvida noDiagnóstico da Flora Terrestre, incluindo:

- Linhas de água, que se encontram no interior da Ilha de Itaparica coincidentemente com o empreendimento e com a sua AID (IBGE, 1975, in SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM, 2008);
- Massas de água, correspondentes à Baía de Todos-os-Santos, atravessada pelo empreendimento, e a pequenos planos de água coincidentes com a AID (IBGE, 1975, in SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM, 2008).

Consideraram-se ainda os poços que já foram utilizados para diferentes usos e que constituem importantes infraestruturas das águas subterrâneas, recurso hídrico estratégico que importa proteger e salvaguardar de eventuais intervenções que possam interferir com a sua qualidade e quantidade. A informação cartografada tem como fonte a SIAGAS (2013), podendo concluir-se que o número de poços na AID é relativamente reduzido.

Por outro lado, mapeiam-se as fontes e nascentes identificadas no âmbito do Diagnóstico do Meio Físico. Em Salvador a informação apresentada tem como fonte Tourinho e Bereta (2010). Encontram-se fontes e nascentes na AID.

Refira-se ainda que na Ilha de Itaparica existe uma Estância Hidromineral, determinada pela Lei Estadual N.º 78, de 28/08/1936 e efetivada pelo Decreto Estadual N.º 10.440, de 10/12/1937, que estabelece que os limites da mesma são os do município à data (abrangida de forma muito restrita pela AID).

3.2. Áreas de preservação permanente

A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece normas gerais sobre as áreas de Preservação Permanente, definindo Área de Preservação Permanente (APP) como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

A referida Lei dispõe sobre a delimitação de Áreas de Preservação Permanente, identificando-se na AID as seguintes ocorrências de acordo com o estabelecido no Artigo 4º:

- I – Faixas marginais de cursos d'agua(informação do Serviço Geológico do Brasil – CPRM; 2008), incluindo:
  - Faixa Litorânea, atravessada pelo empreendimento;
  - Curso d'água de largura superior a 50 metros;
  - Curso d'água de largura inferior a 10 metros,atravessado pelo empreendimento.
- IV – Áreas no entorno das nascentes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros (com base em informação do Diagnóstico do Meio Físico);
- VI – Restingas (informação do Diagnóstico da Flora Terrestre, Capítulo 1.3.1.3.), atravessadas pelo empreendimento;
- VII – Manguezal (informação do Diagnóstico da Flora Terrestre, Capítulo 1.3.1.3).

Não se verifica a presença das restantes APP mencionadas no Artigo 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de acordo com a informação disponível e consultada.

Refira-se, porém, que de acordo com a Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, no seu artigo 3º, inciso XIII, constitui-se como APP os locais de refúgio, ou reprodução de aves migratórias. Ainda no mesmo artigo, no seu inciso XIV, os locais de refúgio ou de reprodução de exemplares da fauna ameaçada de extinção, que constem na lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, também são Área de Preservação Permanente. Diante disto, os espelhos d´água podem ser considerados APP´s, pois foram identificadas na Ilha de Itaparica, espécies de aves migratórias, que utilizam essas áreas como ponto de escala na sua rota migratória, bem como representantes da ameaçada fauna da Mata Atlântica (Vide Diagnóstico Ambiental), e que aí desenvolvem seu nicho ecológico, principalmente para dessedentação e refúgio. Vale mencionar que o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012) não exclui os espelhos d´água como áreas de APP's, apenas estabelece novos parâmetros para suas faixas de proteção.

3.3. Unidades de conservação

A Lei n.º 9.985, de 18 de Julho de 2000, como já referido, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Define também que as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- Unidades de Proteção Integral, incluindo:
  - Estação Ecológica;
  - Reserva Biológica;
  - Parque Nacional;
  - Monumento Natural;
  - Refúgio de Vida Silvestre.
- Unidades de Uso Sustentável, incluindo:
  - Área de Proteção Ambiental;
  - Área de Relevante Interesse Ecológico;
  - Floresta Nacional;
  - Reserva Extrativista;
  - Reserva de Fauna;
  - Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
  - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com a informação consultada (IBGE – SIGBRASIL, 2012; INEMA, 2012; INEMA COPEL, 2012; ICMBIO, 2013) e cartografada, pode concluir-se que o empreendimento e/ou a AID são coincidentes com as Unidades de Conservação (UC) constantes no Quadro 38 (ver também o Diagnóstico do Meio Biótico, Volume 2 – Tomo 2, referente às Unidades de conservação/APP).

Quadro 354 – Unidades de Conservação por tipo, dependência administrativa e área total, localizadas na área de influência diretado empreendimento

Município	Tipo de Unidade de Conservação	Unidades de Conservação	Dependência Administrativa	Área Total (ha)	Decreto
Itaparica, Salvador, Vera Cruz	Unidade de Uso Sustentável	APA da Baía de Todos os Santos	Estadual	80.000	Decreto Estadual Nº 7595 de 05/06/99
Vera Cruz	Unidade de Uso Sustentável	APA Recife das Pinaúnas	Municipal	-	Lei Muncipal Nº 467 de 20/10/97
Vera Cruz	Unidade de Proteção Integral	Parque Florestal e Reserva Ecológica da Ilha de Itaparica	Estadual/ Municipal	2.295	Decreto Estadual Nº 24643 de 28/02/75; Lei Municipal Nº 320/1982
Vera Cruz	Unidade de Uso Sustentável	Parque Florestal do Baiacu	Municipal	-	Lei Municipal Nº 316/91

Fonte: SEI (SEMA/INEMA/IBAMA/DOE/SPJ/SFC-2010)

3.4. Zonamento ecológico-econômico

Atualmente não existe o zoneamento econômico ecológico das unidades de conservação coincidentes com a AID.

O Decreto Estadual nº 14024 de 06 de junho de 2012 (alterado pelo Decreto nº 14530 de 4 de junho de 2013,determina, no seu Capítulo III, que o Zoneamento Ambiental, elaborado pelo Poder Público com a participação da sociedade civil, objetiva a utilização racional dos recursos ambientais, de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

O Zoneamento Ecológico Econômico é um dos instrumentos de planejamento que subsidia o Zoneamento Ambiental. No Artigo 27-A do Decreto mencionado o

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia – ZEE/BA é definido como um dos instrumentos estratégicos de planejamento e ordenamento territorial, cujas diretrizes e critérios passam a nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento sócioeconômico sustentável e à promoção do bem-estar da população.

De acordo com a Proposta Preliminar de Zoneamento Ecológico-Econômico(GEOHIDRO & SONDOTÉCNICA. 2013), que ainda não se encontra aprovada, o empreendimento e a AID são coincidentes com as seguintes zonas:

- 33 – Recôncavo Baiano;
- 34 – Urbana Industrial da Grande Salvador;
- 36 – Planícies Fluviomarinhas.

As diretrizes gerais para estas zonas são as seguintes(GOVERNO DA BAHIA, s.d.):

33 – Recôncavo Baiano:

- Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, e cerrado, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais;
- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a exploração de petróleo, a agropecuária, o turismo e a mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

34 – Urbana Industrial da Grande Salvador:

- Conservação de áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas e manguezais, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais;
- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a indústria, o turismo e a mineração) à preservação da biodiversidade e manutenção dos

serviços ambientais, a sustentação dos tabuleiros, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

36 – Planícies Fluviomarinhas

- Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente dos remanescentes de floresta ombrófila densa, com vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração, dunas, restingas, zonas úmidas e manguezais, provedores de interação etnobiológica e de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais;
- Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para o turismo, o cultivo do coco, a aquicultura) à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.

3.5. Recifes de coral

A Baía de Todos os Santos é caracterizada por ser a região de maior diversidade de corais do oceano Atlântico Sul Ocidental, com o maior número de espécies endêmicas do Brasil (LABOREL, 1970; CASTRO & PIRES 2001; LEÃO *et al.*, 2003 – in CRUZ *et al.*, 2009).



Foto por Nilton Souza / Diagnóstico Ambiental da BTS / V&S, 2001

Figura 635 – Aspecto da franja de barreira de recifes de coral distribuídos por grande parte da costa leste da Ilha de Itaparica

Os recifes de coral integrados na APA Baía de Todos os Santos são ainda considerados como Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Portaria do Ministério do Meio Ambiente n.º 9, de 23 de Janeiro de 2007) de importância e prioridade extremamente altas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

Tendo em conta a importância dos recifes de coral, integrou-se no Mapa Restrições Ambientais a adaptação da delimitação destes habitats apresentada por EDUFBA (2009). Como podeser constatado, a AID coincide com as áreas de recifes de coral e, de acordo com o Diagnóstico do Meio Biótico – Componente Ecossistemas Aquáticos, existe uma provável interferência com o recife das Pinaúnas, na área de chegada à Ilha de Itaparica.

3.6. Estágio Sucessional da Vegetação

O estágio sucessional da vegetação está representado no Mapa de RestriçõesAmbientais em função da importância que esse componente assume na AID do empreendimento, conforme descrito no Diagnóstico do Meio Biótico – componente Flora. Encontram-se identificadas no mapa as faixas mais representativas

das condições sucessionais da AID, compreendendo as faixas de Floresta Secundária (estágio médio) e de Restinga (estágio médio).

Considerando o critério da estrutura vertical da resolução CONAMA 005/94, a área de floresta secundária avaliada no presente estudo encontra-se em estágio médio de regeneração, visto que a altura média das espécies enquadram-se no intervalo entre 5 e 12 metros.

Com relação às áreas de restinga, considerando o disposto na resolução CONAMA 417/2009, a vegetação encontrada na área em estudo pode ser classificada como restinga arbórea em transição com floresta ombrófila, em seu estágio médio/avançado de regeneração, dada a classe de diâmetro dos indivíduos, seu porte e presença de epífitas e trepadeiras.

3.7. Patrimônio histórico

As áreas de restrição ambiental indicadas correspondem a locais e edifiCações de valor histórico e cultural incorporados ao patrimônio histórico nacional e que se localizam na área de intervenção do empreendimento ou na sua proximidade direta. Dos locais identificados como Patrimônio Histórico e Cultural estão indicados:

Salvador:

- Feira de São Joaquim – patrimônio de cultura imaterial;
- Igreja do Senhor do Bonfim;
- Forte de Monte Serrat, na praia da Boa Viagem;
- Mercado Modelo;
- Forte de São Marcelo;
- Elevador Lacerda;
- Conjunto arquitetônico do Pelourinho – patrimônio da humanidade, tombado pela UNESCO;
- Forte de Santa Maria, na praia do Porto da Barra;
- Forte de Sâo Diego, na praia do Porto da Barra;
- Forte de Santo Antônio da Barra – Farol da Barra.

Ilha de Itaparica:

- Centro histórico da cidade de Itaparica;
- Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, cidade de Itaparica;
- Igreja de São Lourenço, cidade de Itaparica;
- Forte de São Lourenço, na cidade de Itaparica;
- Capela de Santo Antônio dos Velasques, cidade de Itaparica;
- Casarão Tenente João das Botas, cidade de Itaparica;
- Igreja Nossa senhora da Piedade, cidade de Itaparica;
- Capela da Penha, praia da Penha, cidade de Vera Cruz;
- Igreja Nosso Senhor da Vera Cruz, no Parque de Baiacu.

Ilha dos Frades:

- Igreja de Nossa senhora do Loreto;
- Igreja de bom Jesus dos Passos.

Ilha de Maré:

- Igreja de Nossa Senhora das Neves.

3.8. Áreas de valor paisagístico

Estão identificadas as áreas de valor paisagístico que representam cenários adequados para a contemplação, observação e valoração dos recursos naturais da região.

Os locais referenciados no Mapa Restrições Ambientais (Volume 3 – Mapas Bióticos: Mapas 3.10 e 3.11) como de Valor Paisagístico, são listados a seguir. Vale mencionar, contudo que, de maneira geral, as praias que compõem o litoral leste e sul da Ilha de Itaparica, representam uma particular e agradável faixa reunindo belas paisagens e bucólicos cenários adornados por coqueirais, tendo como painel de fundo o perfil da cidade de Salvador marcado pela encosta que margeia a Baia de Todos os Santos.

Dentre os vários pontos e sítios de valor paisagístico podem ser destacados:

- Reserva Venceslau Monteiro;
- Parque de Baiacu;
- Forte de São Lourenço no centro histórico de Itaparica;

- Manguezais da contra costa da ilha – notadamente como recurso cênico a partir do Canal de Itaparica;
- Mata de My Frend, na praia de Berlinque;
- Dentre as praias de valor cênico bucólico podem ser citadas: Praias da Penha, de Aratuba, Cacha Prego, Berlinque e Barra Grande.

3.9. Terreiros e/ou centros de candomblé

Estão identificados os terreiros e/ou centros de candomblé, que se são tratados em pormenor no Capítulo 2.2.10.

3.10. Comunidades de marisqueiros e/ou pescadores

Estão identificadas as comunidades de marisqueiros e/ou pescadores, que se são tratados em pormenor noCapítulo2.1.7.1.

4. Análise Integrada

A Análise Integrada tem como objetivo principal apresentar uma síntese dos estudos realizados e uma caracterização da situação atual das áreas de influência do empreendimento de uma forma global, destinando-se a subsidiar a posterior avaliação de impactos ambientais.

Assim são expostos neste capítulo, sinteticamente:

- Síntese da caracterização do meio físico;
- Síntese da caracterização do meio biótico;
- Síntese da caracterização do meio socioeconômico;
- Caracterização global da área de influência do empreendimento;
- Identificação das inter-relações entre os diversos fatores.

4.1. Meio físico

A. Classificação climática e meteorologia

A análise climática e meteorológica foi centrada na consideração de registros para os parâmetros de circulação atmosférica e regime de ventos, temperatura do ar, precipitação, umidade relativa do ar, nebulosidade, insolação e evaporação e no cálculo indireto de evapotranspiração, balanço hídrico e classificação climática.

O clima da região da AII, AID e ADA é caracterizado como sendo:

- Quente;
- Moderadamente úmido;
- Exposto à influência das massas de ar marítimas (Massa Tropical Atlântica e Massa Polar Atlântica);
- Modulado especificamente pela Baía de Todos os Santos, que contribui fortemente influenciando a distribuição e intensidade de vento, amenizando variações térmicas e estabilizando níveis de precipitação e umidade relativa ao longo do ano.

Mais especificamente, os valores registrados (1991-2012) apontam para um clima de:

- Temperaturas relativamente altas e estáveis (com 25,6 °C de média anual);
- Ventos fracos (média anual de 1,8 m/s) tendencialmente de SE;
- Precipitação elevada (média anual de 1867 mm).

B. Qualidade do ar

A caracterização da qualidade do ar teve por base a modelagem da dispersão dos poluentes NO_2, CO e MP_{10}, contemplando o tráfego atualmente associado às vias existentes no domínio em estudo e os fatores de emissão determinados, para um ano meteorológico completo.

Dos resultados da modelagem pode retirar-se as seguintes conclusões:

- A AII do projeto é afetada atualmente por concentrações diárias e anuais de MP_{10} bastante reduzidas e afastadas dos padrões primários estipulados para este poluente. A contribuição do tráfego rodoviário para os valores registrados na AII é negligenciável face ao valor de fundo contemplado nas simulações. A AID do projeto é afetada por valores de concentração de MP_{10} também muito reduzidos, sendo no entanto um pouco mais evidente a contribuição do tráfego rodoviário para os valores máximos e médios deste poluente aí registrados.
- A AID do projeto, na zona de Salvador, é afetada por concentrações significativas de NO_2, principalmente na zona do comércio. Na Ilha de Itaparica, a AID é atualmente afetada por concentrações numa ordem mais reduzida de valores, mas ainda assim, relevantes. A AII engloba também alguns receptores com valores significativos de NO_2, principalmente na zona de Salvador.
- As AII e AID do projeto são afetadas atualmente por concentrações de CObastante reduzidas e afastadas dos padrões primários horário e octohorário estipulados para este poluente. A contribuição do tráfego rodoviário para os valores de CO registrados na AID é bastante notória, mas negligenciável para os valores registrados na AII.

C. Ruído

A caracterização do ruído teve por base o trabalho de campo com medições de ruído em 10 pontos receptores e a modelagem digital do terreno, edifícios e vias rodoviárias relevantes, com o respectivo tráfego, abrangidos na Área de Influência Direta (AID), no interior da qual foram calculados mapas de ruído para os períodos diurno e noturno.

Dos resultados conjuntos do monitoramento e da modelagem podem retirar-se as seguintes conclusões:

- A AID inclui áreas muito diferenciadas do ponto de vista acústico, que se podem agrupar da seguinte forma:
  - Zonas da Ilha de Itaparica com baixo índice de ocupação humana e níveis de ruído reduzidos, predominando os sons naturais;
  - Zonas da Ilha de Itaparica com maior densidade de ocupação, sobretudo ao longo da BA-001, cujos edifícios de primeira linha para a estrada se incluem já num ambiente sonoro perturbado devido ao tráfego rodoviário existente e, também, a alguns hábitos de alguns motoristas de utilizar a buzina e/ou passear com as viaturas emitindo música com elevado volume;
  - Salvador, cuja área incluída na AID tem uma ocupação urbana muito densa, com zonas mistas com uso residencial expostas já a elevados níveis de ruído urbano e zonas de tipo industrial e portuário, sendo ainda de referir a faixa de praia que se estende para norte dos acessos à futura ponte.
- A análise comparativa entre os resultados das medições e os resultados dos cálculos realizados com o modelo permitiu a sua validação, reforçando a sua robustez para utilização na modelagem previsional das situações futuras na fase seguinte do EIA.
- O tipo de uso do solo na AID conduziu a uma classificação preliminar, segundo os critérios decorrentes da Resolução CONAMA 01 de 1990, de algumas zonas da Ilha de Itaparica como *Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas* e outras, em Itaparica e Salvador, como *Área mista, predominantemente residencial*. Na aplicação dos *Níveis de Critério de Avaliação* (NCA) para ambientes externos, as zonas mais calmas de Itaparica mantiveram os valores de referência constantes da Tabela 1 da Norma NBR 10151:2000, sendo que todas as outras viram os

NCA incrementados em relação aos valores de referência, por força dos valores medidos e calculados nesses locais.

D. Geologia e geotecnia

As condições geológicas e geotécnicas da área de influência do empreendimento podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- O empreendimento abrange maioritariamente formações geológicas sedimentares da sub-bacia do Recôncavo, cuja evolução está associada ao estiramento crustal que resultou na fragmentação do supercontinente Gondwana e na separação das placas Sul Americana e Africana;
- As unidades geológicas abrangidas se formaram entre o Jurássico superior (Grupo Brotas) e a atualidade (sedimentos arenosos recentes dos fundos da BTS e depósitos litorâneos indiferenciados recentes das praias da Ilha de Itaparica);
- Em Salvador, de forma muito restrita, é abrangido o embasamento cristalino, cuja idade de formação foi datada entre 2 561 e 2 230 Ma;
- Do ponto de vista geotécnico, as formações geológicas da área de influência do empreendimento se subdividem em maciços terrosos/solos, correspondentes aos terrenos da sub-bacia do Recôncavo e aos sedimentos dos fundos da BTS, e o maciço rochoso constituído pelo embasamento cristalino. Os maciços terrosos/solos, sobretudo granulares incoerentes, apresentam maiores condicionalismos como terrenos de fundação e apresentam maior potencialidade à instabilização de taludes. O maciço rochoso cristalino, de forma geral, apresenta melhores condições como terreno de fundação, embora o grau de fraturação e alteração possa diminuir a tensão de segurança à rotura que usualmente caracteriza um maciço cristalino são;
- Um dos principais aspectos relevantes da área abrangida pelo empreendimento, em particular na Ilha de Itaparica, são os recursos geológicos. Na ADA existem atualmente sete processos minerários destinados à autorização/requerimento de pesquisa de areias (5) e de argilas (1) e outro de disponibilidade de sal-gema. Em todos estes casos os trabalhos geológicos a realizar nestas áreas poderão determinar a revelação de substâncias minerais para futuro aproveitamento. Junto à

ponte do Funil, existe ainda uma concessão de lavra de sal-gema que atualmente já é atravessada pela BA-001;

- É ainda abrangido pela ADA um antigo campo de gás (Campo do Morro do Barro), cuja explotação finalizou em 1988.

E. Geomorfologia

No contexto da AII as unidades geomorfológicas que dominam a área são, por esta ordem de importância: a baixada litorânea, a planície marinha e fluviomarinha e o planalto pré-litorâneo. Estas mesmas unidades geomorfológicas estão incluídas na AID e na ADA. Diferentes suscetibilidades a fenômenos estão associadas a estas unidades geomorfológicas mediante a sua exposição a outros fatores ambientais como o clima ou a dinâmica costeira, ou fatores antrópicos. Os fenômenos que se destacam neste caso são os movimentos de massa e a erosão linear e marinha.

Relativamente aos movimentos de massa, dentre as unidades geomorfológicas dominantes na área em estudo (tabuleiros e planaltos), os movimentos de massa serão mais frequentes nas zonas limítrofes destas unidades, caracterizadas pela presença de escarpas. Considerando a AID, a área de maior vulnerabilidade é a porção que ocupa a margem de Salvador, especificamente aquela que se localiza na unidade geomorfológica do planalto pré-litorâneo. Aqui existem setores onde se registraram entre 200 e 401 ocorrências durante o período entre janeiro de 2005 e julho de 2009. Associados à elevada declividade dos terrenos, nestas zonas forma-se um espesso manto de alteração sobre o saprolito da rocha com fracas características geotécnicas, especialmente durante períodos de fortes chuvas. Na Ilha de Itaparica atualmente a vulnerabilidade aos movimentos de massa é baixa uma vez as zonas potencialmente mais problemáticas – baixadas litorâneas – encontram-se ainda com a vegetação primária preservada. No entanto, os terrenos que compõem esta unidade geomorfológica apesar de terem pequena amplitude de desníveis e declividade baixa, apresentam solos argilosos à superfície ou camadas de argila em profundidade, intercaladas com outros materiais, que poderão predispor as formas à movimentação lenta, por solifluxão laminar.

No que diz respeito à evolução costeira entre 1974 e 2010 se concluí que a margem litorânea incluída na AID do lado de Salvador se caracteriza por uma aparente estabilidade morfológica. Apesar de esta zona estar durante as tempestades sujeitas a

fenômenos erosivos, a forte ocupação da zona costeira impede que se observem recuos da vegetação (e mesmo da ocupação). Entre a Gameleira e Vera Cruz se concluí que a metade norte do trecho se encontra em erosão, enquanto a metade sul apresenta uma aparente estabilidade. Entre Foz da Penha e Tairu grande parte deste setor se encontra aparentemente estável sob o ponto de vista morfológico, mesmo em zonas não ocupadas onde se pode observar a linha frontal da vegetação. A única exceção é o trecho costeiro entre a Foz da Boca do Rio e a porção costeira nos 2500 m para sul onde se observaram recuos máximos de 30 m entre 1974 e 1998. Finalmente, junto à Ponte do funil a zona costeira se encontra estável não sendo visível recuos ou avanços significativos da vegetação.

F. Solos

O diagnóstico dos solos na área de influência do empreendimento (AID e ADA) foi efetuado com base em elementos bibliográficos, cartográficos e em dados primários coletados no âmbito dos presentes estudos ambientais.

A análise considerou os potenciais impactos do empreendimento nos solos (e.g. diminuição da cobertura vegetal, desagregação, instabilidade, compactação, impermeabilização, contaminação) e permitiu concluir o seguinte:

- No que diz respeito ao mapeamento e classificação dos solos, predominam Argissolos Vermelho-Amarelos (em particular no interior da Ilha de Itaparica) e Espodossolos Hidromórficos em associação com Neossolos Quartzarênicos (sobretudo na costa leste da ilha);
- A maioria dos solos é bem drenada, pelo que a sua permeabilidade é moderada a moderadamente rápida;
- Não foram detectados problemas de qualidade dos solos; o Ferro e o Alumínio são os parâmetros com as maiores concentrações, cuja causa mais provável é de origem natural;
- O uso atual do solo é dominado por floresta, que se encontra, sobretudo, no interior da Ilha de Itaparica e pelas formações pioneiras de influência marinha (restinga), dominantes na costa leste da ilha;
- Aconciliação das características (físicas e do relevo) dos solos redunda numa moderada erodibilidade do terreno que, conjugada com uma elevada erosividade da chuva sugere uma suscetibilidade à erosão elevada;

- Os solos apresentam baixa aptidão agrícola, em particular para agricultura irrigada, constituindo áreas indicadas somente para pastagens, reflorestamento e para preservação de ecossistemas.

G. Sismicidade

- O território Brasileiro, em geral, apresenta reduzida atividade sísmica, fruto do seu contexto geotectônico (interior da Placa Sul-Americana);
- Apesar dos eventos sísmicos no país serem de reduzida magnitude, o Nordeste é uma das principais zonas sísmicas do território Brasileiro. No estado da Bahia, entre 1560 e 2012, registraram-se 134 sismos, dos quais apenas 5% tiveram magnitudes superiores a 4 (na Escala de Richter);
- Numa faixa de 200 km em torno do empreendimento, registraram-se, entre 1560 e 2012, 60 sismos, dos quais 3 em Itaparica, em 1911, e outros dois em 1991. Um dos sismos ocorridos em 1911 teve uma magnitude 4.4 e os dois ocorridos em 1991 tiveram uma magnitude de 2.2 e 2.3;
- Alguns episódios sísmicos verificados no entorno do empreendimento poderão estar associados à reativação de falhas com evidências de movimentação nos últimos milhões de anos (Propriá e Lineamentos associados (movimentação há 1.6 M.a), Maragogipe (movimentações nos últimos 15 000 anos) e Salvador (período de movimentação desconhecido));
- Apesar do enquadramento geotectônico não potenciar eventos tsunaminogênicos com influência na costa Brasileira, refira-se que em Salvador foram pela primeira vez registradas ondas, com altura máxima de 60 cm, após o sismo de 2004 no oceano Índico.

H. Recursos hídricos superficiais (aspectos quantitativos e qualitativos)

Aspectos quantitativos

O diagnóstico efetuado para os aspectos quantitativos dos recursos hídricos superficiais permite ressaltar os seguintes aspectos essenciais para a **AII**:

- A principal afluência à BTS é o rio Paraguaçu (RPGA do Paraguaçu, vazão média mensal de 21 m^3/s), seguindo-se o rio Jaguaripe (RPGA do Recôncavo Sul, vazão média mensal entre 13 m^3/s no verão e 28 m^3/s no inverno) e do rio Subaé (RPGA do Recôncavo Norte, vazão média mensal entre 3 m^3/s no verão e 9 m^3/s no inverno);
- A vazão do rio Paraguaçu é determinada pela Barragem de Pedra do Cavalo, que provoca a regularização da vazão média mensal ao longo do ano;
- Assinalam-se como pontos de ocorrência de inundações na AII as cidades de Cachoeira, São Félix, Nazaré e de Santo Amaro, nos baixos trechos dos rios Paraguaçu, Jaguaripe e Subaé: parte significativa das inundações ocorre provavelmente por assoreamento do leito dos rios;
- A vazão dos recursos hídricos superficiais na AII é utilizada em captações de água para abastecimento humano, notadamente nas barragens da Pedra do Cavalo, Tapera, Cobre e Piau: o valor captado é pouco significativo face às disponibilidades das bacias hidrográficas;
- As vazões fluviais representam menos de 1% da vazão da maré na BTS, não sendo significativas para o balanço hídrico da baía;

Do lado de Salvador, a **AID** do projeto entra em conflito com diversas linhas de água e consequentes bacias. No entanto, a gestão de recursos hídricos ainda se encontra na fase higienista e o desenvolvimento do tecido urbano continua a ocorrer de forma desordenada, sem obediência aos requisitos das leis de ordenação do uso e da ocupação do solo urbano. Este processo de ocupação desordenada tem conduzido a profundas modificações no uso do solo que, por sua vez, causam marcas permanentes nos processos de infiltração e drenagem. Adicionando as deficiências das infraestruturas e dos serviços urbanos, em grandes áreas, geram-se frequentes deslizamentos de terras, comprometendo a drenagem urbana e provocando o alagamento em áreas cada vez mais impermeabilizadas.

A **ADA**, no lado da Ilha de Itaparica, se insere em 10 bacias hidrográficas (BH) principais. De entre estas bacias destaca-se a BH do rio Artur Pestana por ser a que apresenta maior área (25 km^2), seguida pela BH do rio da Penha, com menor área (13,6 km^2) mas com maior comprimento do rio principal (~11 km), sendo o mais extenso da ilha. Do lado de Salvador a ADA se integra nas bacias de Itapagipe e de Camarajipe, sendo esta última a maior (área de 36 km^2 e linha de água principal com cerca de 14 km).

Comparando os picos de caudal obtidos para Salvador e Ilha de Itaparica, verifica-se que para as bacias de Camarajipe e Itapagipe (Salvador), estas apresentam valores superiores às bacias da Ilha de Itaparica. Tal diferença se deve, maioritariamente, ao fato das bacias de Salvador apresentarem solos mais saturados, diminuindo a sua capacidade de infiltração, aumentando o escoamento superficial e consequentemente levando a região a ter picos de vazão maiores.

Da análise hidrológica, obtiveram-se caudais compreendidos entre 7 m^3/s e 200 m^3/s. No entanto, estes resultados além de traduzirem o escoamento em situações extremas, com uma probabilidade de ocorrência bastante baixa, estas áreas apresentam margens pouco definidas para que o escoamento se processe uniformemente ao longo do curso de água.

Foram identificadas 19 fontes e nascentes na ilha, das quais apenas 4 estão dentro da **AID**. O município de Itaparica (AII) é o que tem a maior parte (12). Do lado de Salvador, Tourinho e Beretta (2010) inventariaram um conjunto de 19 fontes urbanas localizadas na envolvente próxima ao empreendimento (14 na **AII** e 5 na **AID**). Nenhuma destas é intersetada pela **ADA**.

Aspectos qualitativos (qualidade das águas)

- A principal fonte de poluição (AII e AID / ADA) é constituída pelas atividades ligadas ao saneamento, especialmente a coleta e tratamento de esgotos e disposição de resíduos domiciliares, principalmente de forma difusa. Na AII, na orla dos municípios do entorno Leste – Norte, deverá ser significativa também a contaminação associada à operação dos terminais marítimos associados à atividade industrial da RMS;
- A qualidade da água na AID / ADA apresenta problemas de qualidade face ao padrão de qualidade da Resolução do CONAMA n.º 357, de 2005, relacionados com os parâmetros Oxigênio dissolvido, Coliformes termotolerantes e nutrientes (Nitrato nas águas salinas e Fósforo total nas águas doces);
- Nas águas doces da Ilha de Itaparica se assinala uma significativa diferença de qualidade entre zonas menos poluídas na contracosta e zonas mais poluídas junto à rodovia BA-001;
- Nas águas salinas da AID / ADA se verifica uma melhor qualidade no canal de Itaparica que no canal de Salvador;

- Apesar de se assinalarem situações de sedimentos contaminados com metais pesados e atividade da indústria petroquímica na AII, os dados disponíveis não revelam na AID / ADA problemas de qualidade significativos quanto a metais e hidrocarbonetos;
- Embora tenha ocorrido uma melhoria da balneabilidade nas últimas duas décadas, se assinala balneabilidade Imprópria predominante na maioria das praias de Salvador na orla da BTS e em algumas da Ilha de Itaparica, notadamente na AID (praias de Roma, Gameleira e Mar Grande), com tendência de degradação nos últimos anos.

I. Recursos hídricos subterrâneos

A área de influência do empreendimento não abrange nenhum dos grandes sistemas aquíferos do estado da Bahia. Contudo, as águas subterrâneas constituem um recurso natural de significativa relevância.

O empreendimento abrange essencialmente aquíferos livres, de produtividade variável entre alta e baixa, na Ilha de Itaparica e em grande parte da margem de Salvador onde ocorrem formações do Grupo Ilhas. O embasamento cristalino, em função da sua alteração e grau de fraturação, constitui um aquífero heterogêneo complexo, com produtividades muito superiores (>1 m^3/h) ao que costuma se verificar nos maciços sãos.

O nível de água nos aquíferos da Ilha de Itaparica se encontra a baixa profundidade, em geral, a menos de 10 m da superfície. Em relação à qualidade, as águas subterrâneas apresentam problemas relacionados com as elevadas concentrações de alumínio e ferro, bem como incumprimentos associados à presença de coliformes termotolerantes, condicionando o seu uso para o consumo humano.

Em Salvador, o nível de água nos aquíferos abrangidos é igualmente pouco profundo. De forma geral, essa profundidade variará entre 5 e 10 m de profundidade, podendo existir poços tubulares com profundidades da ordem dos 20 m. Relativamente à qualidade da água ocorrerão igualmente situações de incumprimento relacionadas com o ferro e os coliformes termotolerantes.

Não foram identificadas pressões que justifiquem os problemas de qualidade das águas subterrâneas da Ilha de Itaparica. Embora não seja possível eliminar a hipótese

de existir uma pressão não identificada (problemas de saneamento por exemplo), os problemas de qualidade em relação ao alumínio e ao ferro deverão ser sobretudo expressão do contexto geológico, uma vez que as altas concentrações se distribuem pela globalidade da ilha e as altas concentrações de alumínio e ferro são comuns em climas tropicais úmido e semiúmido.

No que diz respeito aos coliformes termotolerantes, os problemas de qualidade estarão essencialmente relacionados com problemas de esgotamento sanitário na ilha.

Quer na Ilha de Itaparica, quer em Salvador, e não obstante a proximidade ao mar, não ocorrem problemas de qualidade relacionados com os cloretos. As reduzidas concentrações de cloretos são indicadores da não existência de intrusão marinha, situação consonante com o fato das águas subterrâneas não se assumirem como mananciais principais de água para o consumo humano.

Refira-se contudo que apesar do abastecimento humano à Ilha de Itaparica e a Salvador ser exclusivamente assegurado por origens superficiais, como se comprova pelo reduzido número de captações inventariadas na AID (19 na Ilha de Itaparica e 6 em Salvador, sendo que nenhum é abrangido pela ADA), é previsível que existam mais poços (sobretudo rasos) do que aqueles constantes no SIAGAS e na bibliografia. Esses poços servirão, quer para complementar o consumo humano em períodos de maior necessidade, quer para garantir as demandas rurais, da agricultura, das atividades domésticas locais e do abeberamento animal.

Pelas condições geológicas de suporte dos aquíferos, a profundidade da zona não saturada, a estrutura e as características físico-químicas das águas subterrâneas, a vulnerabilidade à poluição da área de influência do empreendimento é variável entre muito alta e muito baixa na Ilha de Itaparica e alta a muito baixa em Salvador.

J. Qualidade dos sedimentos

Nos fundos da BTS desenvolve-se uma cobertura sedimentar dominada pelas fácies arenosas e argilo-siltosas que possui uma distribuição relativamente bem definida. Os fundos arenosos predominam na parte sul e sudoeste da BTS, enquanto as frações finas (siltes e argilas) cobrem grande parte da sua zona central e norte.

A distribuição granulométrica dos sedimentos está, sobretudo, associada à carga sólida transportada pelos rios afluentes à BTS, às areias da plataforma continental adjacente transportadas pelas correntes de maré e aos restos de gastrópodes, bivalves, ostracodes, foraminíferos, corais, algas, formações recifais, entre outros.

As campanhas de dados primários dos sedimentos superficiais mostraram o predomínio dos fundos arenosos na ADA e AID, sendo estes consonantes com a localização do empreendimento (parte sul da BTS). As amostras de sedimentos em profundidade apresentaram o predomínio, quer da fração arenosa, quer da fração siltosa, sendo, contudo, à semelhança dos sedimentos superficiais desprezável a porcentagem de argila.

Não obstante os problemas de qualidade conhecidos em várias zonas da BTS (foz do Rio Subaé, Porto de Aratu, Baía de Itapagipe, Terminal de S. Roque, estuário do Paraguaçu, entre outros), fruto da intensa ocupação humana e industrial que caracteriza a BTS desde os anos 50 do século XX, os sedimentos superficiais coletados na ADA e AID apresentaram-se sem contaminação, quer em metais, quer em compostos orgânicos.

No caso das seis amostras de sedimentos em profundidade observaram-se problemas pontuais de contaminação, referentes a níveis coletados numa sondagem (S20) executada pela Geofort Fundações. Duas amostras indicam concentrações de cobre mais elevadas do que o valor orientador para dragados de Nível 1 da Resolução CONAMA n.º 454/2012. Para uma das amostras acresce ainda a não conformidade relativamente ao parâmetro níquel. Ambas as amostras localizam-se a menos de 1 km da Ilha de Itaparica, pelo que a contaminação com cobre poderá estar relacionada com os problemas de esgotamento sanitário que há vários anos são conhecidos na BTS. No caso do níquel, a contaminação pontual poderá estar relacionada, por exemplo, com uma bateria que terá permanecido nos fundos da BTS.

K. Oceanografia e hidrodinâmica costeira

- As correntes são essencialmente determinadas pelas marés, as quais têm um caráter semi-diurno;
- A maré astronômica explica cerca de 86% da variabilidade das correntes, sendo a restante explicada pelo efeito do vento e fluxos de origem barotrópica e/ou baroclínica;

- A circulação sazonal é explicada pelo regime de ventos de Verão e de Inverno,
- A coluna de água é bem misturada na vertical durante todo o ano, devido à menor entrada de água doce na baía;
- O Canal de Salvador, é caracterizado por um escoamento preferencial de enchente junto à orla costeira da Ilha de Itaparica, e de vazante ao longo da margem da cidade de Salvador;
- A agitação marítima com rumos de S é a que apresenta maior energia, e é gerada por ventos intensos associados à passagem de frentes frias;
- A agitação marítima exterior que influencia o Canal de Salvador tem como rumos de incidência S, SE e E. Os valores máximos não ultrapassam os 5 m e os períodos encontram maioritariamente entre 5 e 15 segundos;
- O transporte de sedimentos associado à circulação originada pelas correntes e agitação marítima aponta para a entrada de sedimentos, preferencialmente, ao longo da Ilha de Itaparica, e de saída ao longo da margem da cidade de Salvador.

4.2. Meio biótico

A. Flora

Foi realizado o diagnóstico florístico e fitossociológico, de acordo com a sazonalidade, entre os dias 17 e 22 de dezembro de 2013 (período seco), 23 e 29 de abril e 19 e 22 de junho de 2014 (períodos chuvosos), nas áreas diretamente afetadas (ADA), de influência direta (AID) e de influência indireta (AII). O total de parcelas alocadas nas áreas de influência, ao fim das campanhas, compreendeu 24 na AID e 12 na ADA, com 600m² cada. A distribuição das parcelas amostrais nas fitofisionomias existentes atendeu ao critério de proporcionalidade resultando em 02 parcelas em área de manguezal, 12 em área de restinga e 22 em área de floresta ombrófila.

A área está situada no domínio do bioma Mata Atlântica e se caracteriza pela presença de cinco fitofisionomias – floresta ombrófila densa das terras baixas; vegetação com influência marinha (restingas); vegetação com influência fluviomarinha (manguezais); vegetação com influência fluvial (comunidades aluviais ou brejosas); e áreas antropizadas/sistemas agrossilvipastoris – que estão em mosaico entre si. De acordo com os estudos realizados na área de influência indireta (AII) do empreendimento, foram identificadas 342 espécies correspondentes a 89 famílias botânicas, enquanto na área de influência direta (AID) foram identificadas 75 espécies correspondentes a 32 famílias e na área diretamente afetada (ADA) foram identificadas 59 espécies correspondentes a 28 famílias botânicas.

A cobertura vegetal predominante é floresta ombrófila, com menores porções de áreas alagáveis, restingas e manguezais. Segundo os estudos florísticos e fitossociológicos, os remanescentes da mata nativa encontram-se melhor representados em poucos fragmentos, situados nas áreas de difícil acesso. Considerando os parâmetros florísticos e fitossociológicos encontrados, a área de floresta ombrófila encontra-se no estágio médio de regeneração, segundo resolução CONAMA nº 005/94. As áreas de restinga e manguezal ainda abrigam espécies de alto valor ecológico, se configurando em áreas de abrigo e transição para a fitofisionomia de floresta ombrófila. A fisionomia de restinga encontrada está em estágio médio de regeneração, segundo os parâmetros florísticos e fitossociológicos, conforme o preconizado pelas Resoluções CONAMA nº 417/09 e nº437/11. As áreas alagáveis apresentam espécies típicas destes ambientes como aninga (*Montrichardia linifera*), ninféas (*Nymphaea* sp.), taboas (*Typha angustifolia*), salvinia (*Salvinia auriculata*), baronesa (*Eichornea*

crassipes), junco (*Eleocharis interstincta*) e orelha d'água (*Pistia stratiotes*). Em alguns locais, estas áreas apresentam inundações temporárias, que em períodos secos são utilizadas como pasto. Nestas fitofisionomias não foram encontradas espécies ameaçadas de extinção.

De maneira geral, o local proposto para implantação do projeto está situado numa região que ainda abriga remanescente de mata atlântica, com média riqueza de espécies, quando comparado com outras áreas do estado da Bahia e mesmo da APA da Baía de Todos os Santos.

B. Fauna

Foram caracterizados os valores faunísticos dos grupos pertencentes à macrofauna terrestre (herpetofauna, avifauna e mastofauna, incluindo quirópteros), considerados mais afetados pela implantação do projeto. A análise de caracterização se fundamentou em informações bibliográficas secundárias e em dados primários obtidos mediante a realização de duas campanhas de campo atendendo à mesma sazonalidade observada nas campanhas da flora, representando respectivamente o período seco e o período de chuva da região. A fauna local apresenta-se bastante diversificada, composta por espécies tipicamente generalistas, com ampla distribuição geográfica.

O marcante histórico de alterações na Ilha de Itaparica reduziu significativamente os ambientes com condições favoráveis ao abrigo de organismos especialistas e característicos de habitats. Por outro lado, espécies endêmicas e ameaçadas de extinção são pouco expressivas na comunidade. O número de espécies endêmicas possui proporção muito inferior ao esperado para ambientes de Mata Atlântica, sendo registrado menos de 5% de endemismo entre as espécies identificadas.

As manchas de habitat avaliadas apresentaram usualmente baixa diversidade e elevada dominância, indicando comunidades sob perturbação e baixo equilíbrio ecológico. Mesmo quando avaliada em diferentes escalas, a diversidade da fauna apresenta tendência geral de desequilíbrio para os distintos grupos faunísticos.

Os manguezais se destacam entre habitats relevantes por apresentar grande extensão na contracosta da Ilha e elevada conectividade estrutural.

Diversas espécies de aves migratórias (continentais e intercontinentais) utilizam os manguezais e litoral da Ilha de Itaparica, havendo ainda a presença de muitas espécies residentes nestes habitats.

As espécies reconhecidas como vetores de doenças e/ou de risco epidemiológico para humanos abrigam, sobretudo, habitats modificados e periurbanos, devendo ser alvo de atenção. As espécies com potencial de vetor de doenças são comumente organismos exóticos e/ou invasores, podendo beneficiar-se da modificação e degradação do habitat.

A paisagem da Ilha de Itaparica apresenta marcante efeito da fragmentação do habitat, com a maior parte dos remanescentes sofrendo intensamente o efeito de borda, isolamento e pressão antrópica direta (caça e retirada de material vegetal).

As manchas de habitat com maior potencial para manutenção da fauna estão localizadas no extremo sul e porção central da Ilha de Itaparica, apresentando maiores extensões de área núcleo e elevada conectividade estrutural.

C. Ecossistema aquático

Plâncton

Os parâmetros hidroquímicos da BTS apresentam sazonalidade e espacialidade, o que se reflete nas associações planctônicas da área, particularmente nos seus níveis de biomassa: à variação sazonal e espacial das variáveis hidroquímicas da BTS está intrinsecamente associada uma variação nos valores de biomassa planctônica (MAFALDA JR. *Et al.*, 2003).

Na variação da riqueza específica e da densidade do **fitoplâncton** foi registrada elevada variabilidade temporal: os valores mais elevados foram registrados no período chuvoso. Para os mesmos parâmetros não se registrou diferença significativa entre as estações de amostragem, indicando ausência de variabilidade espacial nas três campanhas. Foi detetada a presença de *Prorocentrum micans*, espécie potencialmente tóxica e causadora de florações nocivas (maré-vermelha).

No **zooplâncton** concluiu-se da ausência de variabilidade espaço-temporalno número de famílias e na riqueza de Margalef. Na densidade zooplanctônica foi registrada elevada variabilidade temporal, com os valores mais elevados a ser registrados no período chuvoso; não se registrou variabilidade espacial para este parâmetro.

Os *taxa* holoplanctônicos apresentaram dominância (em termos de abundância) face aos taxa meroplanctônicos.

No **ictioplâncton** registrou-se ausência de variabilidade espaço-temporal na variação do número de famílias, riqueza de Margalef, equitatividade e diversidade entre campanhas e estações de amostragem.

Na densidade de ovos e larvas de peixes registrou-se ausência de variabilidade espaço-temporal em ambos os parâmetros.

Registraram-se taxa cujos adultos representam recursos pesqueiros potenciais: moluscos bivalves (Bivalvia), crustáceos decápodos (caranguejos e siris) e camarões Palaemonidae e Penaeidae, no zooplâncton; anchova, palombeta, a guaivira e as famílias Exocoetidae, Serranidae, Sciaenidae, Gerreidae, Haemulidae, Sparidae, Engraulidae, Clupeidae, Mugilidae, Hemiramphidae e Atherinopsidae, no ictioplâncton.

Do total das coletas efetuadas para as três campanhas destacam-se como **taxa com interesse para a conservação** algumas espécies das famílias Serranidae (*Epinephelus* spp.) e Mugilidae (*Mugil* spp.), e a anchova (*Pomatomus saltatrix*, família Pomatomidae); estes taxa incluem-se na Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação (MMA, 2004).

O período seco (1ª Campanha) foi caracterizado pela presença exclusiva de Água Tropical e apresentou qualidade de água superior em relação ao período chuvoso (2ª e 3ª campanhas); a 2ª Campanha apresentou elevadas concentrações de nitrato e bactérias (Coliformes e Enterococos); a 3ª campanha apresentou qualidade de água intermediária entre as duas campanhas anteriores.

Bentos (de fundo inconsolidado e consolidado)

O **bentos de fundo inconsolidado** da AID e ADA foi caracterizado por representantes dos filos Porifera, Cnidaria, Sipuncula, Nematoda, Annelida (classe Polychaeta), Mollusca, Arthropoda, Echinodermata e Chordata.

Na AID e ADA não se verificaram diferenças significativas na riqueza específica e abundância total das comunidades amostradas entre campanhas de amostragem. Na AII, alguns autores não registraram variações sazonais relevantes na estruturação das

comunidades (BARROS *et al.*, 2012b), enquanto outros autores detetaram a presença destas flutuações (PESO-AGUIAR *et al.*, 2000; PIRES-VANIN *et al.*, 2011).

A análise dos índices de diversidade e equitabilidade evidenciaram comunidades de fundo inconsolidado estáveis e com elevada diversidade nas várias estações e épocas amostradas, com uma distribuição tendencialmente uniforme de abundâncias entre os vários taxa componentes das amostras.

Destacaram-se como os grupos com maior riqueza específica: Annelida (Polychaeta), Arthropoda e Mollusca, o que corrobora os dados obtidos por outros autores para a AII (PESO-AGUIAR, *et al.*, 2000; PIRES-VANIN, *et al.*, 2011; BARROS *et al.*, 2012b).

Nas coletas realizadas na AID e ADA foram detetadas algumas espécies com interesse pesqueiro: bivalves (*Anadara notabilis*, *Anomalocardia brasiliana*, *Callista eucymata*, *Arca imbricata*, *Pitar fulminatos*, *Chione paphia*, *Chione* sp., *Lucina muricata*, *Mactra* sp., *Mactra fragilis*, *Trachycardium magmum* e *Trachycardium muricatum*) e crustáceos (*Callinectes* sp.).

Foram também identificadas espécies com relevo conservacionista: *Diopatra* sp. (Annelida – Polychaeta), *Astropecten marginatus* e *Echinaster echinophorus* (Echinodermata), que constam na Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção(MMA, 2004).

Não se obtiveram registros de ocorrência de espécies alóctones descritas para o Estado da Bahia nas amostragens realizadas na AID e ADA.

Para o estudo dos**bentos de fundo consolidado** amostraram-se a área recifal da Boa Viagem e a área do Banco da Panela, inseridos no agrupamento recifal interno da BTS; e as áreas recifais das Pinaúnas e das Caramuanas, no agrupamento recifal externo.

A composição da comunidade bentônica foi essencialmente a mesma entre as duas campanhas de amostragem, ou seja, não se registrou variabilidade temporal na cobertura bentônica.

As espécies mais abundantes em ambas as campanhas de amostragem foram: *Siderastrea* sp., *Millepora alcicornis*, *Mussismilia hispida* e *Montastrea cavernosa.* Comparando os dados, das cerca de 15 espécies de corais escleractíneos que

ocorrem nos ambientes recifais da BTS (HATJE e ANDRADE, 2009), apenas nove foram observadas na AID e ADA.

As estações da AID e ADA amostradas apresentaram grandes percentuais de parâmetros característicos de ambientes degradados, como cobertura de macroalgas, algas filamentosas, zoantídeos e esponjas, além da presença de cianobactérias e artefatos de pesca presos ao substrato durante as duas campanhas de amostragens.

Com exceção das estações localizadas no recife das Caramuanas, as demais estações estudadas apresentaram baixos percentuais dos principais parâmetros característicos de ambientes sadios, como riqueza de espécies, densidade de colônias grandes, cobertura de corais e cobertura de algas calcárias incrustantes.

Na AID o branqueamento não afetou grandes quantidades de colônias de corais, nem foram detetados níveis elevados de mortalidade decorrentes de branqueamento, o que corrobora as conclusões de Miranda *et al.* (2013).

Foram registradas duas doenças descritas para os corais no Brasil nas comunidades recifais da AID: *Dark Spot* em colônias de *Siderastrea* sp., em praticamente todas as estações estudadas, e necroses em colônias do octocoral *Phillogorgia dilatata*.

No decurso das ações de amostragem realizadas,na AID não foi registrada a presença de qualquer espécie alóctone.

Ictiofauna

Nos trabalhos de amostragem dirigidos às **comunidades ícticas recifais**foi registrado um total de 3849 indivíduos, incluídos em 92 espécies e 36 famílias.

A família com a maior representatividade em quase todas as áreas amostradas foi a família Labridae, seguida das famílias Haemulidae, Epinephelidae, Carangidae e Pomacentridae, e por Gobiidae e Lutjanidae.

No que concerne à composição trófica**,** as espécies carnívoras representaram 71% de todas as espécies registradas; a maior parte das espécies registradas apresentaram hábito preferencial diurno.

A frequência de ocorrência e a abundância das espécies variaram consoante a área amostrada; não obstante houve várias espécies que se destacaram como as mais

avistadas e as mais abundantes em várias áreas, como maria-preta (*Stegastes fuscus*) e budiõezinhos (*Halichoeres brasiliensis* e *Halichoerespoeyi*).

Duas das espécies registradas encontram-se na categoria de "Vulnerável" na Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção do Ministério do Meio Ambiente (2004): grama (*Gramma brasiliensis*) e neon (*Elacatinus figaro*). O badejo-quadrado (*Mycteroperca bonaci*) encontra-se na categoria de espécie "sobreexplotada ou ameaçada de sobreexplotação", segundo a mesma Lista (MMA, 2004).

A maioria das espécies coletadas possui algum valor comercial, seja para o consumo, seja para o mercado ornamental.

As ações de coleta de **ictiofauna dulcícola** registraram quatro ordens, cinco famílias e seis espécies, de um total de 104 indivíduos. Não se registraram diferenças significativas na variação sazonal do número de espécies obtido nestas coletas.

As espécies traíra (*Hoplias malabaricus*) e as tilápias (*Oreochromis niloticus* e *Tilapia* sp.) constituem recursos piscícolas de subsistência para as comunidades tradicionais; no entanto estas espécies não possuem relevância comercial.

As tilápias *Oreochromis niloticus* e *Tilapia* sp. são espécies exóticas, com distribuição disseminada em muitos ecossistemas dulcícolas.

Nas coletas de **ictiofauna marinha** foram capturados 424 indivíduos, pertencentes a 16 ordens e 55 espécies; registraram-se diferenças significativas na variação sazonal do número de espécies nas coletas marinhas.

O vermelho (*Lutjanus synagris*) dominou em ambas as campanhas realizadas. As famílias mais representativas quanto ao número de espécies registradas durante ambas as campanhas foram: Haemulidae, Carangidae e Paralichtyidae, Lutjanidae e Gerreidae.

Foram registradas duas espécies relevantes do ponto de vista conservacionista: a raia-viola *Rhinobatus percellens*, classificada como "Quase Ameçada" (NT) (IUCN, 2014) e a guaiúba *Ocyurus chrysurus*, classificada como "espécie sobreexplotada ou ameaçada de sobreexplotação" (MMA, 2004).

Várias espécies coletadas constituem recursos de interesse pesqueiro; a título de exemplo mencionam-se: ariacó (*Lutjanus synagris*), carapeba (*Diapterus rhombeus*), xixarro (*Decapterus punctatus*), garapau (*Chloroscombrus chrysurus*), peixe pena (*Calamus penna*), mero-gato (*Epinephelus adscensionis*), anchova (*Cynoscion leiarchus*), sardinha real (*Opisthonema oglinum*), robalo (*Centropomus undecimalis*), guaraiuba(*Carangoides bartholomaei*) e linguado (*Citharichthys macrops*).

Cetáceos e quelônios

A utilização que as diferentes espécies de **cetáceos** fazem da AII varia consoante as espécies: algumas elegem-na como zona de alimentação, e outras como área de reprodução ou como zona de descanso, pelo que a degradação e alteração destes locais pode ter consequências nefastas para os indivíduos destas espécies.

Para a costa do estado da Bahia identificam-se como as espécies mais frequentes: *Sotalia guianensis*, *Megaptera novaeangliae* e *Stenella clymene* (VELOZO, 2007 *apud* BATISTA *et al.*, 2012).

Algumas das espécies de cetáceos de ocorrência registada na AII possuem hábitos oceânicos e passam ao largo da BTS, enquanto outras, devido aos seus hábitos costeiros, são visitantes comuns da área, podendo inclusivamente formar populações residentes, como é exemplo o boto (SOUTO, 2010).

Várias espécies de ocorrência registrada para a área são espécies protegidas, com estatuto de conservação relevante segundo os instrumentos legais vigentes nesta matéria (MMA, 2003; MACHADO *et al.*, 2008; ICN, 2014).

A par de ameaças de dimensão mais geral (como a perda, deterioração e fragmentação dos ecossistemas aquáticos), registram-se igualmente como ameaças a este grupo faunístico: as capturas incidentais em redes de pesca; o sobredesenvolvimento desregrado do turismo de observação embarcado de baleias e golfinhos; a intensificação do tráfego de embarcações, com o risco associado de colisão e mutilações; e as atividades humanas geradoras de ruído subaquático com sons de alta intensidade e de baixa frequência.

Das entrevistas realizadas salientou-se a elevada percentagem de inquiridos (93%) que mencionaram nunca ter capturado cetáceos nas redes de pesca, e 66% dos inquiridos que responderam ser frequente avistar golfinhos, botos, tuninhas ou baleias

na BTS, embora não saibam identificar quais as espécies ocorrentes nem particularizar a principal época de avistamento.

Para a costa do estado da Bahia está descrita a ocorrência de quatro espécies de **quelônios**: tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) (GOMES *et al.*, 2006; SANTOS *et al.*, 2011b).

O estatuto conservacionista relevante das espécies com ocorrência registrada na AII e a sua fidelidade aos locais de reprodução e/ou aos locais de alimentação (GOMES *et al.*, 2006; MARCOVALDI *et al.*, 2010ª) são fatores que evidenciam a gravidade das consequências decorrentes da degradação das praias de desova e áreas de alimentação.

A AII classifica-se como área de ocorrência de desova da tartaruga-cabeçuda e da tartaruga-de-pente, destacando-se ainda a importância potencial da faixa costeira adjacente à AII como zona de alimentação para a espécie tartaruga-de-pente.

São vários os fatores que constituem ameaças aos quelônios e que são potencialmente ocorrentes na AII: descaracterização dos habitats de desova e alimentação; poluição física, química e sonora; intensificação do tráfego de embarcações, com o risco associado de colisão e mutilações; e capturas incidentais em artes de pesca.

No que concerne às entrevistas realizadas, 81% das pessoas inquiridas mencionaram nunca ter capturado tartarugas marinhas nas redes de pesca; e 33% dos entrevistados mencionaram que costumam avistar tartarugas marinhas “muitas vezes”, contrapondo 25% dos respondentes que afirmaram nunca ter avistado qualquer exemplar.

4.3. Meio socioeconômico

Dos levantamentos de dados realizados podemos inferir que a área de estudo apresenta um quadro bastante heterogêneo em relação aos elementos enfocados.

O estudo da **demografia** apresenta um quadro de taxas de crescimento elevado na ADA e no eixo sul da BA-001, e taxas médias de crescimento nas áreas do Recôncavo. Esta atual configuração espacial está intimamente associada às conexões

viárias e ao sistema de rede de relações entre centros urbanos hierarquicamente distintos em termos da força de suas economias, notadamente ligados prioritariamente ao setor de serviços e indústrias.

Quanto aos **indicadores econômicos** diagnosticados nas áreas de estudo, percebe-se que cada município tem suas especificidades. Pela ótica do PIB municipal 2011, a grande maioria dos municípios localizados na AII, AID e ADA – um total de 48 municípios – 43 estão voltados para o setor de serviços, 4 no setor industrial (Cairu, Camaçari, Dias d'Ávila e São Sebastião do Passé) e apenas 1 na agropecuária (Igrapiúna). Esses municípios perfazem um montante na ordem de R$ 77,7 bilhões, com o setor de serviços respondendo por 57% e o industrial por 25% do PIB em toda essa região. Cabe frisar que o setor agropecuário, muito embora não apresente uma agregação de valor tão expressiva quanto os setores acima mencionados, possui boa relevância nas economias locais.

A agricultura nos municípios das áreas do entorno apresenta uma grande variedade de cultivos nas lavouras como cana-de-açúcar, mandioca, dendê, palmito, coco-da-baía, borracha, fumo, guaraná, entre outras. Além da agricultura, vale salientar a importância da pesca, atividade que não apenas abastece o mercado interno como também absorve mão de obra, em sua grande maioria não especializada, e da agricultura familiar que vem sendo uma saída para a realidade de manutenção das estruturas exploradoras de recursos naturais e humanos na zona rural. Essa região também se destaca pela atividade de pecuária, onde as criações de bubalino e muar correspondem a 12% e 11%, respectivamente, em relação ao total do estado. Destaca-se também a relevância do extrativismo vegetal, em especial a quantidade produzida na extração de piaçava, lenha e madeira em tora.

Quanto aos impostos sobre produtos, essas três áreas juntas (AII, AID e ADA) totalizaram R$ 13,1 bilhões no ano de 2011, com representatividade de 65% de toda arrecadação tributária no estado da Bahia. Os destaques ficam por conta dos municípios de Salvador e Camaçari, com R$ 6,3 bilhões e R$ 2,2 bilhões, respectivamente. Além das maiores arrecadações, nessa área em estudo encontram-se os maiores PIBs *per capita*do estado, são eles, em ordem: São Francisco do Conde (R$106,1 mil), Cairu (R$56,6 mil), Candeias (R$56,2 mil) e Camaçari (R$49,4 mil). Os montantes observados estão bem acima do registrado para o PIB *per capita*do estado da Bahia, R$11 mil em 2011.

Por fim, no que diz respeito ao mercado de trabalho, verifica-se que a absorção de mão de obra desses municípios, de uma forma geral, está associada ao processo natural de expansão econômica, à natureza e especificidades de cada atividade e aos ciclos econômicos observados ao longo da história. Dessa forma, é possível afirmar que a maior parte das ocupações geradas nos municípios esteve associada a um processo de expansão econômica, o qual foi induzido tanto por fatores internos quanto externos.

A **infraestrutura regional** apresenta características acima da média do Estado, notadamente na ADA e no Recôncavo. No setor da educação verifica-se um aumento do índice de anos de estudo da população nos últimos anos, bem como proporções significativas de escolarização, por meio, inclusive, da oferta de vagas da rede pública no que se refere ao ensino básico. No entanto, ainda é possível encontrar desafios importantes na qualidade dos serviços prestados e a escolarização de jovens no ensino médio, expansão do ensino técnico e superior. No setor da saúde a rede de atenção básica vem atuando na maioria dos municípios, com uma infraestrutura razoável. Notou-se, no entanto, no âmbito dos dados primários e secundários, dificuldades no processamento das demandas de saúde, especialmente, nos pequenos municípios com população vivendo em área rural.

Quanto à questão da **coleta e disposição de resíduos**, observa-se que os serviços estão organizados em consórcios entre os municípios, que dão suporte ao compartilhamento de soluções para destinação final adequada, com custos otimizados pela margem de escala.

Um dos pontos críticos na gestão dos resíduos sólidos urbanos é o manejo inadequado por parte das prefeituras municipais, decorrente, tanto das deficiências técnicas operacionais, como da incapacidade financeira das mesmas, e, ainda, em alguns casos, pela falta de prioridade político decisório no trato da questão.

Merece atenção cuidadosa a questão dos resíduos sólidos na área em estudo, pelo aspecto multicausal do manejo inadequado, como também pelas consequências que afetam diversos setores da vida urbana, começando com a saúde da população, desdobrando-se nos aspectos econômicos, do turismo em especial, e do meio ambiente que rebate em muitos outros, comprometendo o desenvolvimento sustentável.

Com base nos dados levantados, a ADA e a AID do empreendimento geram conjuntamente, 3.041,72 t/dia de resíduos domiciliares, volume bastante representativo que requer atenção especial, levando-se em conta a previsão de um aumento nessa produção em decorrência do acréscimo populacional de aproximadamente 300.000 pessoas, na região, com a implantação da ponte Salvador/Itaparica.

O sistema atual dispõe de quatro aterros sanitários, compartilhados entre 11 municípios, dos quais três funcionam adequadamente, obedecendo às normas técnicas operacionais, e um – o Aterro Sanitário Ilha – transformado em lixão, encontra-se em estágio de recuperação. Depositam em lixão apenas 5 municípios que geram pequenas quantidades de resíduos, equivalente a pouco mais de 25t/dia, representando menos de 1% do total gerado na área de estudo.

Com referência à gestão, percebe-se que os pequenos municípios simplificam a gestão dos resíduos e que os municípios com maior população tendem a se preocupar mais em dar solução positiva ao manejo dos seus resíduos.

Muito embora exista na área de estudo uma infraestrutura de disposição final de resíduos que pode ser considerada positivamente acima da média, quando comparada ao conjunto do Estado da Bahia, o esgotamento das áreas dos aterros deverá ser antecipado com o aumento da geração de resíduos. Também as dificuldades para localização de novos aterros tendem a aumentar, em função das disputas de terrenos, decorrentes de uma ocupação urbana mais dinâmica, permeada por conflitos de uso.

4.4. Caracterização global da área de influência do empreendimento

O **clima** da região em estudo é quente e úmido, com distribuições anuais relativamente estáveis de temperatura, precipitação, umidade relativa e evaporação, graças ao papel amenizador da Baía de Todos os Santos. Os ventos são globalmente fracos, originando genericamente de Sudeste.

Na AID do empreendimento ocorrem as seguintes **Áreas de Preservação Permanente**: faixas marginais de cursos de água; áreas no entorno das nascentes; restinga e manguezal. Ocorrem também três **Unidades de Conservação** de uso sustentável (APA da Baía de Todos os Santos; APA Recife das Pinaúnas e Parque

Florestal do Baiacu) e uma Unidade de Proteção Integral (Parque Florestal e Reserva Ecológica da Ilha de Itaparica).

No que respeita à **flora**, o local proposto para implantação do projeto está situado numa região que ainda abriga remanescente de mata atlântica, com média riqueza de espécies. A cobertura vegetal predominante é a floresta ombrófila, verificando-se menores porções de áreas alagáveis, restingas e manguezais.

A **fauna** local apresenta-se bastante diversificada, composta por espécies tipicamente generalistas, com ampla distribuição geográfica.Espécies endêmicas e ameaçadas de extinção são pouco expressivas na comunidade.

As manchas de habitat com maior potencial para manutenção da fauna estão localizadas no extremo sul (entre as localidades de Jiribatuba e Cacha Pregos) e na porção central da Ilha de Itaparica, apresentando maiores extensões de área núcleo e elevada conectividade estrutural.

De referir ainda a presença de recifes de coral integrados na APA Baía de Todos os Santos e de várias espécies de cetáceos e quelônios, muitas das quais com estatuto conservacionista relevante.

As várias componentes biológicas aquáticas analisadas (fitoplâncton, zooplâncton, bentos e ictioplanctôn) comportaram-se de forma distinta quanto à variação espacial (entre pontos de amostragem) e temporal (entre campanhas de amostragem). Nas várias componentes registrou-se a presença de espécies com interesse pesqueiro, de espécies de subsistência mas sem importância comercial, e de espécies relevantes do ponto de vista conservacionista.

O empreendimento abrange maioritariamente **unidades geológicas** sedimentares, verificando-se a presença de vários recursos geológicos na área de influência.

Os **solos** são maioritariamente bem drenados, ocupados por floresta ou formações pioneiras de influência marinha, com baixa aptidão agrícola.

A AID desenvolve-se em **bacias** costeiras e nas seguintes bacias hidrográficas: Riacho do Jaburu, Rio da Penha, Riacho Peris, Riacho Ingá-Açu, Rio Artur Pestana, Rio Sobrado, Rio da Estiva, Rio Campinas.

Na Ilha de Itaparica a **ocupação** humana ocorreu de forma predominante no litoral, a partir da margem da BA-001, inicialmente com pequenas vilas de pescadores e posteriormente com a construção de casas de veraneio, condomínios de classe média e equipamentos turísticos. As principais atividades produtivas da população estão relacionadas à pesca e à prestação de serviços no pequeno comércio local e nos equipamentos turísticos.

Na contracosta da Ilha, a ocupação se deu de forma limitada. O modo de vida é rural, determinado pela pesca e a mariscagem, sendo esta atividade elo preponderante no modo de organização social das comunidades. Tanto na costa quanto na contracosta, há a expressão de projetos e de entidades voltadas à valorização da cultura local, o que mostra o vigor das manifestações culturais da ilha.

Salvador, capital do estado, é o mais importante centro urbano, respondendo por 24,4% de toda a riqueza gerada no território baiano e por 50,6% da RMS, onde exerce incomparável papel polarizador. A cabeceira da ponte está prevista para uma zona onde se desenvolvem múltiplas atividades, desde pequenas indústrias, comércio, residências, terminal marítimo de passageiros (Ferry Boat) e de carga, além da Estação Ferroviária do Subúrbio de Salvador.

A AID é atualmente afetada por **ruído** rodoviário sobretudo ao longo da BA-001, na Ilha de Itaparica, e nas áreas residenciais de Salvador mais próximas dos principais eixos viários ou de ruas com elevado ruído urbano. Em contrapartida, na ilha existem ainda vastas áreas pouco afetadas por ruído.

Relativamente à **qualidade do ar** a AID apresenta concentrações significativas de NO_2, principalmente em Salvador (na zona do comércio), enquanto as concentrações de MP_{10} eCO sãobastante reduzidas.

Embora apresentem particularidades em relação a aspectos culturais e expectativas, as **comunidades tradicionais** na AID e ADA apresentam características econômico-sociais muito semelhantes entre si e às pequenas comunidades rurais do estado.

Relativamente às comunidades indígenas, existe na AID, segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos – SEI, o grupamento indígena dos Kariri-Xocó, com uma pequena área de 2,8 ha, situada ao norte do município de Lauro de Freitas. Quanto às comunidades Quilombolas, na ADA, o município de Salvador possui seis comunidades quilombolas (Comunidades de Alto de Tororó, Porto dos Cavalos, Porto

Martelo, Ponta Grossa, Bananeiras e Praia Grande), que são inexistentes em Itaparica e Vera Cruz.

As comunidades ribeirinhas pesqueiras e de mariscagem merecem destaque, existindo registro de 50.560 pescadores (Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP) nos municípios da ADA.

Apesar das melhorias registradas nos últimos anos, as **infraestruturas** constituem ainda um desafio importante na ADA, quer ao nível da educação, quer da saúde, abastecimento de água e saneamento, principalmente em Itaparica e Vera Cruz.

Os municípios de Itaparica, Salvador e Vera Cruz dispõem de uma condição regular de **abastecimento**, mas sujeita a picos de demanda, nas regiões insulares, em épocas de veraneio. De fato, a AID requer ampliação do sistema de abastecimento de água para poder atender as demandas futuras, principalmente em Salvador.

O abastecimento à Ilha de Itaparica e a Salvador é exclusivamente assegurado por origens superficiais, sendo reduzido o número de captações na AID (19 em Itaparica e 6 em Salvador).

Quanto às **instalações sanitárias**, os municípios da Ilha apresentam condição sofrível. O índice de atendimento com rede de esgotos era em 2010 de 76% em Salvador, 41% Itaparica e 19% em Vera Cruz (SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – EMBASA).

Considerando o conjunto do estado da Bahia, esses três municípios da ADA possuem boas condições em termos de disposição final dos **resíduos urbanos**, na medida em que são atendidos por dois aterros sanitários – o Aterro Metropolitano Centro, que atende Salvador, e o Aterro Ilha, que atende os municípios de Itaparica e Vera Cruz. Contudo, o Aterro Ilha apresenta características de lixão (encontrando-se em recuperação) e verifica-se a presença de deficiências na limpeza urbana, principalmente em Vera Cruz.

Na ADA e AID a presença de portos, as atividades de indústrias e o lançamento de efluentes domésticos e industriais nas águas se constitui em um problema à manutenção da qualidade da água e de sua balneabilidade.

Embora na BTS sejam conhecidos diversos problemas de contaminação relacionados com atividades poluentes, os sedimentos superficiais são maioritariamente

constituídos por areias e não evidenciam problemas de contaminação. No caso dos sedimentos em profundidade, não é certo que não existam situações desta natureza.

A **mobilidade**, nas áreas de influência em geral, apresenta grandes deficiências em relação à qualidade dos transportes e das vias, que possuem também problemas de traçados e manutenção. A ligação Salvador Ilha através do Ferry é um dos pontos críticos.

Os fluxos ferroviários da Bahia encontram-se praticamente desativados. Os fluxos aéreos da região da AII são limitados a voos fretados de companhias de taxi aéreo regional. Os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus são os terminais portuários de maior porte em atuação no estado.

O **patrimônio cultural** material dos municípios da AID está representado por monumentos, conjuntos arquitetônicos históricos e por ruínas de igrejas, de fornos e de moinhos. Como patrimônio imaterial refere-se a Feira de São Joaquim em Salvador.

Os municípios de Vera Cruz e Itaparica não possuem registros de sítios arqueológicos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). No município de Salvador estão registrados 9 sítios arqueológicos (8 sítios do tipo Histórico e 1 Pré-histórico). O diagnóstico arqueológico de campo, tanto na atividade de caminhamento como no registro e escavação dos pontos de referência, não resultaram na identificação de sítios ou ocorrências arqueológicas.

Estão identificadas as áreas de **valor paisagístico** que representam cenários adequados para a contemplação, observação e valoração dos recursos naturais da região. Dentre os vários pontos e sítios de valor paisagístico podem ser destacados: Reserva Venceslau Monteiro; Parque de Baiacu; Forte de São Lourenço no centro histórico de Itaparica; manguezais da contra costa da ilha; mata de My Frend, na praia de Berlinque; Praias da Penha, de Aratuba, Cacha Prego, Berlinque e Barra Grande.

Principais vulnerabilidades em Salvador:

- Em Salvador, a aplicação de Níveis de Critério de Avaliação (NCA) para ambientes externos conduziu a valores de ruído já superiores aos valores de referência para os usos do solo.
- Salvador apresenta concentrações significativas de NO_2.

- Em Salvador, a porção que ocupa a unidade geomorfológica do planalto pré-litorâneo, apresenta vulnerabilidade aos movimentos de massa.
- As bacias hidrográficas, principalmente em Salvador, apresentam solos já saturados ou ocupados, dificultando a infiltração e percolação. Adicionando as deficiências das infraestruturas, geram-se frequentes deslizamentos de terras, comprometendo a drenagem urbana e gerando áreas de alagamento.
- Alguns problemas de balneabilidade (Roma, Canta Galo).
- A vulnerabilidade à poluição é variável entre alta a muito baixa.
- Recifes de coral (recifes de Boa Viagem).

Principais vulnerabilidades na Ilha de Itaparica:

- Os terrenos que compõem a baixada litorânea, quando intervencionados, apresentam solos/camadas argilosas que poderão predispor as formas à movimentação lenta.
- Encontram-se áreas em erosão na metade norte do trecho entre a Gameleira e Vera Cruz e no trecho entre a Foz da Boca do Rio e a porção costeira nos 2500 m para sul.
- Os solos apresentam elevada suscetibilidade à erosão.
- Alguns problemas de qualidade das águas doces e de balneabilidade (Gameleira, Mar Grande, Barra do Pote e Conceição).
- A água subterrânea tem problemas de qualidade e não é adequada para o consumo humano, quer devido às elevadas concentrações de alumínio e ferro, quer pelas situações pontuais de contaminação com metais como o manganês ou o chumbo ou com compostos orgânicos como os fenóis ou o TPH, quer ainda devido à presença de coliformes.
- A vulnerabilidade à poluição é variável entre alta e muito baixa.
- Presença de áreas de restinga, manguezal e áreas alagáveis.
- Presença de manchas de habitats com potencial elevado para manutenção da faunano extremo sul e na porção central da Ilha de Itaparica.
- Recifes de coral (recifes de Pinaúnas).
- Ocorrência de quatroUnidades de Conservação.

- Carências infraestruturais (saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, transportes).

4.5. Principais inter-relações dos meios físico, biótico e socioeconômico

O quadro seguinte apresenta as principais interrelações entre os componentes abióticos, bióticos e antrópicos.

Quadro 355 – Principais inter-relações entre fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico, por fator ambiental

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Classificação climática e meteorologia	As condições de dispersão de poluentes atmosféricos são condicionadas pelo clima tropical, de gradientes suaves e vento fraco, favorecendo o arrasto por efeito da precipitação abundante. O clima quente e úmido, com excedentes hídricos durante pelo menos parte do ano, gera condições de suporte à fauna e flora locais, favorecendo a sua diversidade, e alimenta os recursos hídricos locais. Como agente erosivo e transportador, a precipitação abundante no clima baiano tem um papel importante na geomorfologia e formação de solos.
Qualidade do ar	A qualidade do ar interfere diretamente na saúde e bem-estar da população, bem como na fauna e flora. As emissões de Gases com Efeito de Estufa pelo tráfego rodoviário estão diretamente relacionadas com o fenómeno de alterações climáticas. Alterações nos fatores como uso e ocupação do solo e demografia podem interferir na qualidade do ar.
Ruído	O ruído interfere diretamente na saúde e bem estar da população e pode constituir um fator limitador à ocupação do solo por usos sensíveis nas áreas com níveis de ruído mais elevados. Pode ainda interferir com a fauna, afugentando espécies mais sensíveis.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Geologia e geotecnia	As características geológicas refletem-se na evolução e nas condições geomorfológicas e geotécnicas, contribuem para o desenvolvimento de aquíferos onde são armazenadas águas subterrâneas, são a origem dos solos e sedimentos, por erosão das rochas, e influenciam de forma determinante a variabilidade de habitats, e por consequência, a estruturação dos ecossistemas terrestres e marinhos associados. A evolução dinâmica do globo terrestre e a história geológica mundial, regional e local são ainda determinantes para a atividade sísmica do território Brasileiro e do estado da Bahia, em geral, e da área do empreendimento, em particular. O contexto geológico encerra significativas potencialidades em termos de recursos naturais e valor econômico, uma vez que a ele associado ocorrem importantes recursos minerais metálicos e não metálicos (como as areias para a construção civil ou o sal-gema), bem como energéticos (óleo e gás). As condições geotécnicas, em particular as propriedades dos solos e das rochas, condicionam a forma de intervenção nos terrenos, especificamente no que diz respeito à fundação de construções, e estabilidade de vertentes.
Geomorfologia	A geomorfologia está inter-relacionada aos elementos geológicos, climáticos, hidrológicos e oceanográficos onde as características e as peculiaridades de cada um destes fatores influenciam na dinâmica e na evolução da paisagem morfológica local, possibilitando a evolução dos tipos de relevo encontrados na AID e na ADA. Relaciona-se fortemente também com aspectos socioeconômicos (e.g. crescimento demográfico) e consequentemente com o uso e a ocupação do solo. Como elucidado anteriormente, a crescente ocupação de áreas específicas poderá aumentar a vulnerabilidade (e obviamente o risco) aos movimentos de massa assim como aquela associada à erosão costeira.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Solos	As características dos solos e seu comportamento, como a permeabilidade, se relacionam diretamente com a geologia. A qualidade dos solos pode ser influenciada, não só pelo contexto geológico, mas também por alterações na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, interferência que é recíproca. O uso do solo, a suscetibilidade à erosão e a aptidão agrícola são condicionados pelo regime pluviométrico e pelo relevo, determinando o tipo de cobertura vegetal, que por sua vez influencia também a suscetibilidade do solo à erosão.
Sismicidade	O enquadramento sismotectônico pode interferir com as condições geológicas, geomorfológicas e geotécnicas locais, potenciando situações de fragilidade dos locais de fundação de infraestruturas (por exemplo liquefação de solos) ou potenciar situações de instabilidade de vertentes (como por exemplo da Escarpa de Salvador), com consequentes riscos para pessoas e bens construídos. Eventuais sismos com origem no mar podem potenciar a geração de tsunamis, cujas ondas ao chegar à costa podem inundar as zonas mais baixas da linha de costa e colocar em risco pessoas e bens. Algumas intervenções humanas, sobretudo no subsolo e em zonas de vulnerabilidade sísmica como falhas, podem potenciar sismicidade induzida (como barragens, injeção de fluidos em profundidade, atividade mineira ou explosões em profundidade).

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Recursos hídricos superficiais (aspectos quantitativos)	A quantidade das águas superficiais interfere diretamente no **meio socioeconômico** através do abastecimento de água às populações e indústrias, na alteração das condições de vida e danos causados aos bens das populações localizadas em zonas inundadas, na produção de energia hidrelétrica, na dessedentação de animais em explorações agropecuárias. No **meio biótico**, interfere, em resultado da alteração da vazão fluvial e das condições de salinidade nos estuários e trechos finais dos rios, com as comunidades ecológicas aquáticas. No **meio físico**, interfere na recarga de águas subterrâneas, no transporte de sedimentos e erosão hídrica, na qualidade dos recursos hídricos superficiais e na hidrodinâmica da desembocadura dos rios na BTS. As alterações nos fatores relacionados com o clima, geologia, geomorfologia, sedimentos, solos, hidrogeologia, hidrodinâmica da BTS (**meio físico**), uso e ocupação do solo (notadamente áreas urbanas e alterações relacionadas de infiltração / percolação e de erosão / assoreamento) e demografia (**meio socioeconômico**) podem interferir na quantidade e hidrologia das águas superficiais.
Recursos hídricos superficiais (qualidade da água)	A qualidade das águas interfere diretamente nas comunidades ecológicas aquáticas associadas (ictiofauna, bentos, plâncton, quelônios, manguezais e outra flora), na economia das populações tradicionais (comunidades pesqueiras, agricultura de subsistência) e na recreação de contato primário da população em geral. Alterações nos fatores relacionados com clima, geologia, qualidade dos sedimentos, solos, hidrologia, hidrogeologia, uso e ocupação do solo, atividade econômica e demografia podem interferir na qualidade das águas.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Águas subterrâneas	A maior ou menor quantidade de águas subterrâneas disponíveis depende do contexto geológico, em particular das condições das formações geológicas para armazenar e transmitir água, do clima, e dos usos a que as mesmas são sujeitas. A qualidade das águas subterrâneas está associada de forma natural às características geológicas e à sua posição geográfica, por exemplo, a sua proximidade ao mar, e de forma indireta ao tipo usos do solos e de atividades desenvolvidas sobre as suas áreas de recarga (agricultura, indústria, à extração de água e à consequente intrusão salina, à exploração de recursos geológicos e a acidentes com substâncias contaminantes, entre outros). Da disponibilidade e da qualidade das águas subterrâneas dependem muitas atividades humanas (consumo humano, agricultura, turismo, indústria, usos recreativos) e, em muitos casos para assegurar a sua sustentabilidade, os recursos hídricos superficiais e os ecossistemas. Alterações nas águas subterrâneas podem ocorrer em virtude de interferências no subsolo, em particular em escavações que atinjam o nível de água, do aumento dos consumos de água, ou do desenvolvimento de pressões pontuais e difusas que possam introduzir no meio hídricos em profundidade poluentes.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Sedimentos	As características físicas dos sedimentos estão associadas à geologia e à hidrodinâmica fluvial e costeira, enquanto a sua qualidade/grau de contaminação é influenciada pela pressão das atividades desenvolvidas no entorno da BTS e no seu plano de água. Os sedimentos nos fundos da BTS correspondem às formações geológicas mais recentes da região e constituem um substrato de particular importância para as comunidades bentônicas. Os sedimentos funcionam como uma cobertura, de espessura variável, que pode estar a recobrir ocorrências arqueológicas resultantes da atividade histórica que caracteriza os sistemas de transição como a BTS e de antigos naufrágios. Interferências nos sedimentos podem condicionar a qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos em resultado da alteração dos fundos, da dispersão de partículas que ficam em suspensão e de eventuais contaminantes adsorvidos nos mesmos, e com potencial interferência em atividades dependentes da BTS (pesca ou atividade balnear). Remoção de materiais de maiores dimensões dos fundos podem contribuir para alterar as condições hidrodinâmicas locais e a gestão destes materiais poderá influenciar o desenvolvimento de atividades de relevância socioeconômica no destino final (à semelhança do que se verifica no local de intervenção direta).
Oceanografia e hidrodinâmica costeira	Os níveis, as correntes e as ondas interferem diretamente com a dinâmica sedimentar (transporte de sedimentos à superfície e no fundo), com a qualidade da água e dos sedimentos (tempos de residência), com o ecossistema aquático (meio biótico) e o meio socioeconômico (atividades portuárias). Alterações nos padrões da hidrodinâmica e dinâmica sedimentar também podem interferir com os recursos hídricos superficiais (hidrologia), embora na área de influência direta do empreendimento, não exista nenhuma descarga de água doce significativa.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Flora terrestre	A manutenção da cobertura vegetal, predominantemente ocupada pela vegetação de floresta ombrófila, garante bons níveis de sombreamento e mantém a umidade elevada no nível do solo, controlando a temperatura. A cobertura vegetal conserva a qualidade dos solos e dos recursos hídricos, contribuindo para a manutenção das atividades produtivas das populações locais, como desenvolvimento de estratégias agrícolas e extrativistas. Além disso, a presença de uma fitofisionomia arbórea garante a sobrevivências de espécies da fauna, seja do ambiente terrestre, seja dos ambientes estuarinos, possibilitando a manutenção da biodiversidade da área, bem como dos recursos alimentícios das populações locais. A redução de áreas com vegetação natural apresenta efeito direto sobre a fauna silvestre, restringindo o número de habitats disponíveis e pressionando negativamente as populações, ocasionando perda de espécies ou baixa densidade de organismos.
Fauna terrestre	O aumento no fluxo de veículos potencializa o risco de atropelamentos da fauna, causando perda direta de espécimes e isolando populações (depreciação genética). O empobrecimento genético e perda de espécies da fauna comprometem as interações ecológicas realizadas por organismos diversos, causando desequilíbrio em processos ecológicos como controle de populações (e pragas), polinização, dispersão de sementes, entre outros. A consequência principal é a perda de serviços ambientais e degradação da saúde ambiental (homeostase). A fauna terrestre contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico com reflexos positivos sobre as populações humanas, a exemplo de controle biológico de vetores causadores de doenças, como também ajudando na recuperação natural de áreas degradadas, através da dispersão de sementes e da polinização.

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
Ecossistema aquático	As associações planctônicas estão dependentes da qualidade da água, pois as alterações dos parâmetros hidroquímicos refletem-se nos níveis de biomassa planctônica. Algumas espécies fitoplanctônicas em determinadas abundâncias podem formar florações tóxicas, com impacto sobre as restantes componentes biológicas aquáticas: indiretamente, por provocarem alterações nas condições do meio aquático e interferirem nas atividades normais de alimentação; e diretamente, causando a morte (geralmente por asfixia) de outros organismos, como macroalgas, bentos e peixes. Estes eventos podem também repercutir-se sobre a atividade pesqueira, com o declínio da quantidade de pescado. Acresce ainda que alguns taxa de zooplâncton e ictioplâncton constituem recursos pesqueiros relevantes nas formas adultas. As comunidades bentônicas estão diretamente associadas às variações dos parâmetros da qualidade da água e sedimentos. Constituem o recurso alimentar de outras formas faunísticas aquáticas, e algumas espécies representam importantes recursos econômicos para as populações humanas, face ao seu elevado valor comercial. No meio físico salienta-se ainda a importância que as estruturas recifais assumem como proteção da costa quanto ao hidrodinamismo. Os valores piscícolas constituem-se como recurso alimentar de outras componentes faunísticas e das populações humanas. Algumas espécies constituem recursos pesqueiros preferenciais, o que influencia o estado dos seus estoques populacionais. A qualidade do meio aquático é determinante na manutenção e regulação das comunidades ícticas: os parâmetros físico-químicos interferem (direta e indiretamente) na regulação da época reprodutiva e na disponibilidade alimentar. As populações de cetáceos e quelônios dependem fisiologicamente das condições físico-químicas do meio aquático: a disponibilidade alimentar, os processos desencadeadores da migração e da época reprodutora, são em muito determinados pelas condições do meio. Do ponto de vista biótico, realça-se a importância das espécies de tartarugas marinhas herbívoras, que atuam diretamente no controlo e manutenção da distribuição de macroalgas em áreas recifais.Do ponto de vista socioeconômico, os cetáceos e quelônios podem constituir importantes fontes de receitas no turismo de conservação, através das atividades de observação e de educação/sensibilização ambiental, por serem espécies emblemáticas.Os cetáceos e quelônios são

Fator ambiental	Principais inter-relações com os demais fatores dos meios físico, biótico e socioeconômico
	frequentemente vistos pelos pescadores como competidores pelo mesmo recurso, o que pode criar algum antagonismo com estas espécies. A caça dirigida atualmente está interdita, e a coleta de ovos ou consumo de carne de exemplares capturados incidentalmente são notificados esporadicamente.
Ecossistemas de transição	Como ecossistemas de transição, são observados manguezais, áreas brejosas e matas ciliares que são de fundamental importância na estabilização geomorfológica e hidrológica da área. Estes ecossistemas também são fontes de recursos alimentícios e extrativistas para as populações locais e regionais, além de serem ambientes de abrigo e nidificação da fauna. A poluição ambiental, assim como o extrativismo descontrolado ampliará os impactos negativos sobre os manguezais e consequentemente adversidades para as populações humanas que sobrevivem desses ambientes.
Vetores e hospedeiros de doenças endêmicas	O aumento de áreas urbanizadas ou fortemente alteradas favorece espécies exóticas e invasoras, que competem com maior eficiência com espécies nativas locais e/ou especialistas por esses novos habitats. As espécies exóticas e invasoras são usualmente os principais vetores de zoonoses. Por abrigarem com eficiência o ambiente periurbano, há maior interação fauna-homem. A interação entre humanos e vetores potencializa o risco de geração de ciclos epidemiológicos, desencadeando eventos constantes ou cíclicos de doenças relacionadas à baixa saúde ambiental.

4.6. Síntese do diagnóstico ambiental

No Mapa 1.7 do Volume 1 – MapasGerais do Caderno de Mapas, apresenta-se um mapa síntese do diagnóstico ambiental ilustrando as relações e sobreposição de suas diversas variáveis físicas, bióticas e antrópicas, sobretudo das que apresentam maior sensibilidade.

Nos quadros a seguir apresenta-se uma síntese textual do diagnóstico ambiental.

Quadro 356 – Síntese do diagnóstico

Fator Ambiental	Síntese do diagnóstico
Demografia	O modelo de urbanização atual nesses municípios que compreendem a área de estudo vem ocorrendo, quase sempre, de forma desestruturada, o que gera um conjunto de problemas internos, que influenciam nas condições de vida da população. Sendo assim, faz-se necessário a atuação de uma boa gestão política com planejamento e aplicações de políticas públicas que visem satisfazer as necessidades da população. Esta atual configuração espacial está intimamente associada às conexões viárias e sistema de rede de relações entre centros urbanos hierarquicamente distintos em termos da força de suas economias, notadamente ligados prioritariamente ao setor de serviços e indústrias. Algumas cidades de maior porte, com populações acima de 50.000 habitantes e os grandes centros representados por Salvador e Feira de Santana polarizam os demais municípios menos populosos, que apresentam maiores percentuais de populações rurais. As análises dos quantitativos das populações urbanas evidenciam a capacidade de atração e sustentação de populações ligadas a serviços urbanos, fator que demanda condições específicas de oportunidade de empregos urbanos para os contingentes populacionais residentes nestas áreas.
Economia	Hoje a geração de emprego com carteira de trabalho demonstra que o mercado trabalhista da região em questão se comportou positivamente, quando observados os setores produtivos da agropecuária, indústria e serviços. A geração de emprego com carteira de trabalho demonstra que o mercado trabalhista da região em questão se comportou positivamente, quando observados os setores produtivos da agropecuária, indústria e serviços. O rápido processo de urbanização advindos das instalações de empresas (pequenas, médias e de grande porte) nas cidades, proporciona melhorias em infraestrutura e, consequentemente, aumento na geração de emprego e renda, aquecimento da economia local, maior arrecadação, melhoria na qualidade de vida etc. Proporcionará dessa forma, crescimento e desenvolvimento econômico municipal, além disso, diminuição das desigualdades sociais e econômicas, principalmente, no que tange a distribuição de renda, a exclusão, discriminação social, desemprego, pobreza e violência. Os tributos são as principais fontes de recursos próprios do município. Assim, a eficiência na arrecadação tributária é fundamental para o equilíbrio financeiro na gestão pública e, consequentemente, para a qualidade na prestação de serviços aos munícipes. Nesse sentido um investimento do porte da ponte Salvador Itaparica induzirá o aumento das atividades econômicas dos municípios das duas áreas de estudo, principalmente os mais expressivos, o que deverá agregar maior valor corrente. Além disso, tende-se um incremento nos impostos sobre produtos, principalmente no volume do ICMS e ISS, e assim o PIB desses municípios poderão apresentar ganhos estruturais dentro da região e por conseguinte no estado da Bahia.
Educação	Na AID e AII é possível perceber um aumento do índice de anos de estudo da

Fator Ambiental	Síntese do diagnóstico
	população nos últimos anos, bem como proporções significativas de escolarização, por meio, inclusive, da oferta de vagas da rede pública no que se refere ao ensino básico. No entanto, ainda é possível encontrar desafios importantes na qualidade dos serviços prestados e a escolarização de jovens no ensino médio, expansão do ensino técnico e superior.
Saúde	Na AID, constatou-se a existência da rede de atenção básica na maioria dos municípios e a presença de uma infraestrutura razoável em uma parte dos municípios com maior destaque no contexto regional. Notou-se, no entanto, no âmbito dos dados primários e secundários, dificuldades no processamento das demandas de saúde, especialmente, nos pequenos municípios com população vivendo em área rural.
Organização Social	Entre os municípios da AII e AID notou-se um alto grau de homogeneidade no padrão de organização social, vinculada em grande parte à valorização da cultura e ao modo de produção dos grupos sociais existentes (sindicatos, cooperativas de produção, etc.), assim como a existência de associações voltadas a demandar políticas públicas e direitos junto à esfera estatal. Nos municípios com maior intensidade em termos de dinâmica urbana há uma maior pluralidade social e cultural, o que garante uma pluralização de interesses estruturados na organização social e política.
Turismo	Há em curso a formulação e implementação de políticas públicas de valorização e desenvolvimento do turismo diante da presença influente do turismo náutico, sobretudo, na BTS. O cenário atual envolve a efetividade destas políticas, gerando atratividade e desenvolvimento desta atividade, especialmente, pela determinação, ou seja, o sucesso destas políticas.
Segurança	Apesar da existência de uma rede de infraestrutura policial e judiciária em torno dos municípios da ADA, AII e AID, é possível contrastar a sua presença com a eficácia resultante do cumprimento das políticas de segurança e acesso à justiça. Neste sentido, percebeu-se que tais políticas públicas são ineficazes diante da demanda, especialmente, por segurança pública, o que gera atualmente um senso difuso de insegurança. Vale ressaltar, que a proporção deste sentimento na população consegue ter penetração nas localidades da zona rural, não sendo um fenômeno restrito às áreas urbanas.
Trafego de veículos/mobilidade	A mobilidade nas áreas de influencia em geral apresenta grandes deficiencias em relação a qualidade dos transportes e da vias que contem alguns gargalos ao atravessar centros urbanos, principalmente no trecho do Recôncavo. As vias possuem também problemas de traçados e manutenção o que dificulta a circulação da população. A ligação Salvador Ilha através do Ferry é um dos pontos criticos e que obteve a menor aprovação dos moradores da região. O Transporte local realizados por meio de vans também apresenta problemas de segurança e informalidade

Fator Ambiental	Síntese do diagnóstico
Uso e ocupação	A relações espaciais da economia e populações sobre o território tem origens histórias com culturas e segmentações bem demarcadas e localizadas. Atualmente, a agricultura vem apresentando uma maior diversificação, com inclusão de novas culturas. As culturas temporárias, permanentes e a pecuária ocupam territórios bem demarcados ao longo dos municípios do território do Recôncavo e do Baixo Sul. A população urbana está concentrada nos grandes centros e nas sedes municipais. Em Itaparica prevalece a tendência histórica de ocupação do litoral. A industria está prioritariamente instalada no entorno de Salvador e Feira de Santana.
Saneamento e Resíduos	A área de estudo possui, uma infraestrutura de disposição final de resíduos acima da média, quando comparada ao conjunto do Estado da Bahia, mas um dos pontos críticos na gestão dos resíduos sólidos urbanos é o manejo inadequado por parte das prefeituras municipais, decorrente, tanto das deficiências técnicas operacionais, como da incapacidade financeira e em alguns casos, pela falta de prioridade político-decisória no trato da questão.A disposição inadequada de resíduos afeta os ambientes por promoverem alterações negativas nos diversos meios de forma sistêmica e com capilaridade, na medida em que os resíduos lançados ao solo em forma de lixões promovem a contaminação dos solos, que lixiviam e contaminam as águas superficiais e subterrâneas, que por sua vez podem ser veiculadoras de doenças à população usuária. O Saneamento Basico com Programa Bahia Azul reduziu em parte as deficiências do sistema melhorando a balneabilidade das praias, mas ainda se observa uma forte contribuição de esgotos na região costeira de Salvador, baía de Todos os Santos, ilha de Itaparica, Valença, Cairu e demais áreas. Na ADA e AID a presença de portos de grande (e pequeno) porte, as atividades de indústrias e o lançamento de efluentes domésticos e industriais nas águas estuarinas e marinhas se constitui em um problema à manutenção da qualidade da água e de sua balneabilidade esperada pela legislação brasileira.

5. Referências Bibliográficas

Ab`SABER, A. N. *No Domínio das Caatingas, Caatinga, Sertão Sertanejos*. Ed. Alumbramento, Rio de Janeiro. 1994. 37-43 p.

AMORIM, Alexandre de Paula. Religião e *Sofrimento: ressonâncias patrimoniais no discurso religioso em Ouro Preto, MG*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

AGOSTINHO, Pedro. Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens. Salvador:

AGUIAR, Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador: Progresso, 1958. (Série CPE – desenvolvimento econômico e regional).

ALBAN, Marcus (Coord.); SOUZA, Celina; FERRO, José R. *O Projeto Amazon e seus impactos na RMS.* Salvador: SEPLANTEC/SPE, novembro de 2000.

ALCOFORADO, Fernando A. Gonçalves. *Os Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia.* 2003. 411p. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional). Universidade de Barcelona, Espanha.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Produtividade e improdutividade dos serviços na história do pensamento econômico. Bahia*. Análise & Dados, Salvador: SEI, v. 6, n. 4, p. 20-26, mar.1997.

_____. *O mercado de ensino superior privado Brasil e Bahia*. Relatório de pesquisa. Salvador: UFBA/ DESENBAHIA, 2002a. Fotocopiado.

_____. *A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia*. Bahia Análise & Dados,Salvador, v. 12, n. 3, p. 143-157, 2002b.

_____. Pequena empresa e desenvolvimento local – os limites da abordagem competitiva. In: FISCHER, Tania (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002c. p. 245-60.

_____. Salvador 2002 – *esboço de uma nova política de desenvolvimento*. Relatório de pesquisa.Salvador: UFBA/PMS, 2002d. Fotocopiado.

_____. *Serviços estratégicos para o desenvolvimento*. In: SEI. Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: 2004a, p.29-46 (Série estudos e pesquisas, 70).

_____; DAMASCENO, Luciano. *Perfil sócio-econômico do trabalhador informal de Salvador – 2005*. Relatório parcial de pesquisa. Salvador: UFBA/SEPLAM-PMS, 2005a. Fotocopiado.

_____. A economia de Salvador em 2005. Relatório parcial de pesquisa. Salvador: UFBA/ SEPLAM-PMS, 2005b. Fotocopiado.

_____. *Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador. In: SEI. Serviços estratégicos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: 2004, p. 47-62 (Série estudos e pesquisas,70).

_____NORBERTO, Elaine. Tertiarisation, services aux entreprises et proximité: le cas de Salvador de Bahia. In: LES TROISIEMES JOURNEES DE LA PROXIMITE - NOUVELLES CROISSANCES ET TERRITOIRES, 2001, Paris. Disponível em: http://www.jm.u-psud.fr/~adis/rubriques/p/prox/c20-2.pdf. Acesso em: ?

ALMEIDA, Rômulo. *Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio*, in Revista de Economia e Finanças, IV (4), p. 70-78. Salvador, 1952.

ALMEIDA, Rômulo de. *Rômulo voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.

ANA. Agência Nacional de Águas – Atlas Brasil, resultados por estados, vol2. Abastecimento urbano de água. <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/atlas/Atlas_ANA_Vol_02_Regiao_Nordeste.pdf>. Acesso em 03-04-2014.

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo. Estimativas para o Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996. Rio de Janeiro: IPEA (mimeo).

APA Recife das Pinaúnas. Vera Cruz. Ilha de Itaparica. BTS; Disponívem em https://www.facebook.com/photo.php?fbid=340036509439961&set=a.340033659440246.71157.270453846398228&type=3&theater Acesso março de 2014.

ATERRO SANITÁRIO recebe 80t de lixo em Santo Antonio de Jesus (22 de Agosto de 2013, 22:10).Politicadabahia. Disponível em: http://www.politicadabahia.com.br/noticias/Aterro-Sanitario-recebe-80t-de-lixo-em-Santo-Antonio-de-Jesus-Politica-da-Bahia/3048/#.UvkjlucD2Cs.email. Acesso em: 04/mar/2014.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

AVENA FILHO, Armando. *O Estado mono industrial: as mudanças na composição do produto industrial baiano*. Informe Conjuntural, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Salvador, n.19, p.63, fev.1983.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima, PEREIRA, Claúdio (Orgs.). Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. Salvador. EDUFBA, 2011. p. 49-54.

AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica. 1972. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFBa, Salvador.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *A Baía de Todos os Santos na Realidade do Imaginário da Sociedade Baiana.* In: Caroso, C., Tavares, F. & Pereira, C. (orgs.) Baia de Todos os Santos: aspectos humanos. *FAPESB/IMA*, Salvador, 2010. Disponível em: www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/documentos/livros.../download.

AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p.185-216.

_____; LINS, E. Q. Vieira. História do Banco da Bahia 1858-1958. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 271 p.

BAHIA. Salinas da Margarida. Disponível em: http://bahia.com.br/cidades/salinas-da-margarida/. Acesso em: 08/abr./2014.

BAHIA/SEDUR/CONDER. Plano de gestão integrada de resíduos sólidos (PGIRS) para a área de influência do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. SALVADOR, 2010.

BAHIA. CAR. Banco de Dados do Sistema de Limpeza Urbana e Caracterização do Destino Final de Resíduos Sólidos de 96 Municípios da Bahia. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), 2004 apud SEDUR (2008).

BAHIA/SEDUR. Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia e Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios da Bacia do Rio São Francisco. Volume 2, Salvador/Bahia, 2012.

BAILEY, K. D. - Methods of social research. McMillan Publishers, the Free Press, New York, 1982.

BAHIA PESCA. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia ano 2003. Salvador, 2004.

BAHIA, Secretaria de Indústria e Comércio. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador:1980.

BAHIA. Secretaria de Turismo/SETUR. Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos/SUINVEST. Estratégia Turística da Bahia: o terceiro salto 2007-2016. Salvador, SETUR, 2011.

BANDEIRA, F. P. S. de F. (Org.). Estudo etnoecológico sobre a percepção das populações ribeirinhas dos riscos e impactos ambientais na Baía de Todos-os- Santos (BTS) . Salvador: IMA: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; EGBA, 2009.

BANDEIRA, F. P. S. de F.; Brito, R. R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos.2001. In Caroso,Carlos;Tavares,Fátima;Pereira,Cláudio. Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos. EDUFBA.Salvador.2011.

BANDEIRA, Fábio Pedro S. de F.; BRITO, Ronan Rebouças Caires de. *Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos* In:

Caroso, C., Tavares, F. & Pereira, C. (orgs.) Baia de Todos os Santos: aspectos humanos. FAPESB/IMA, Salvador, 2010. Disponível em: www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/documentos/livros.../download.

BRASIL Lei nº 11.959. Governo do Brasil. 26 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo, 2013-2016. Brasília, MTur, 2013.

BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE: Lei 10.257/2001. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

BAHIA. Secretaria de cultura e Turismo/Sct/SUINVEST/BAHIATURSA. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo sustentável/PDITS-Salvador e entorno. Salvador, PRODETUR NE, 2003.

BAHIA. Secretaria de Turismo/SETUR. Plano Estratégico de Turismo Náutico na Baía de Todos os Santos. Relatório Final. Salvador, FEA/UFBA, 2010.

BAHIA. Secretaria de Turismo. PRODETUR NACIONAL, lano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável/PDITS, Polo Turístico Baía de Todos os Santos, versão atualizada. Salvador, SETUR, 2009 Disponível em <http://www.setur.ba.gov.br/2013/04/04/apresentacao-prodetur-nacional-baia-de-todos-os-santos/>

BANDEIRA, Mário Leston. *Demografia. Objeto, teorias e métodos*. Porto: Escolar, 2004.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. História – a empresa. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao/O Banco/Histórico/gerados/hist_principal.asp. Acesso em: jul. 2005.

BARICKMAN, B.J. A Bahian Counterpoint; Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860. Stanford: Stanford University Press, 1998. (Tradução brasileira: Um Contraponto Baiano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORBA, Silva Fraga Costa. Industrialização e exportação do fumo na Bahia: 1870-1930. 1975.Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Salvador.

_____SANTOS, Luiz Chateaubriand dos. Fumo. In: CPE. Centro de Pesquisas e Estudos. A inserção da Bahia na evolução nacional – 1ª etapa: 1890-1930. Atividades produtivas. Salvador: Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978. 298 p.

BORGES, Ângela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v. 3, n. 2, p. 57-71, set. 1993.

BRASIL. IBGE. CENSO 2010 BAHIA DE - IBGE :: Instituto Brasileiro de ... Disponivel em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/Tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf. Acesso em: 17/mar/2014.

BRASIL/IBGE. Cidades. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em: 08/abr./2014a.

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para odesenvolvimento do turismo cultural. Caderno Virtual de Turismo. ISSN: 1677-6976 Vol. 5, N° 3, 2005.

BETHELL, Leslie trad. BARROS, Mary Amazonas Leite de; LOPES, Magda. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA VOL. II: A América Latina Colonial, 1999, Co-Editora: Funag. 872 pp.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1974.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Os vários Recôncavos e seus riscos.*Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, v. 1, n. 1, 2007.

BURKE, Hearther; SMITH, Claire. **The Archaeologist's Field Handbook**. National

Library of Australia, 2004

CALDERÓN, Valentin. *Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul da Bahia. In*: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. *5 resultados preliminares do quinto ano 1969-1970*. Bélem: Museu Pa. Emílio Goeldi, 1974. p. 141-56. (Publicações avulsas, 26).

CAROS, Carlos, PEREIRA, Cláudio, TAVARES, Fátima. *Baia de Todos os Santos: aspectos humanos*. *FAPESB/IMA*, Salvador, 2010. Disponível em: www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/documentos/livros.../download.

CATÁLOGO COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA. Governo do Estado da Bahia, 2012.

COPÉ, S.M.; ROSA, C.A.D. *A Arqueologia como uma prática sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas.* In: Céli Regina Jardim Pinto; Cezar A. Barcellos Guazelli (Org). Ciências Humanas: pesquisa e método. 1ed. Porto Alegre, 2008, v.1, p.97-124.

CAETANO, Rosângela; DAIN, Sulamis. O Programa de saúde da família e a reestruturação da atenção básica à saúde nos grandes centros urbanos: velhos problemas, novos desafios. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 1, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312002000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2014

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difusão Editorial. 1977.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970*. 1981 Tese (Livre Docência). DEPE, IFCH, Unicamp Campinas.

CANUTO, Tibério. *A industrialização na Bahia.* Cadernos do CEAS, Salvador, n. 45, p. 13-20, set./out.1976.

CARDIM, Luciana Lobato et al . Análises espaciais na identificação das áreas de risco para a esquistossomose mansônica no município de Lauro de Freitas, Bahia, Brasil.Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 27, n. 5, May 2011 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500008&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Apr. 2014.

CARMO, Renato Miguel do, *Sociologia dos Territórios. Teorias, estruturas edeambulações*. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

CARVALHO JR., César Vaz; PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975-2000. In: SEI. Dez anos de economia baiana. Salvador:2002. p. 7-23.

CARVALHO R.C. & Lessa G. AVALIAÇÃO DA ADEQUABILIDADE DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE RECIFES ARTIFICIAIS - EXEMPLO DE UTILIZAÇÃO DE

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA. Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Campus Universitário da Ondina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. Disponível em <http://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2011/08/AVALIA2.pdf> Acesso em abril de 2014.

CAROSO C., Tavares F., Pereira C. Baía de todos os santos: aspectos humanos organizadores. - salvador : edUFBa, 600 p. : il. isBn 978-85-232-0761-8 , 2011.

CASTELLUCCI Junior, W. Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do Século XIX (1860-1888). FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- São Paulo: Annablume; Salvador: Fapesb. 2008, 296 p., 16X23 cm. ISBN 978-85-7419-877-4. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=yippLiRZC&pg=PA42&lpg=PA42&dq=cal%C3%A3o+em+itaparica&source=bl&ots=hAmiNfAL7d&sig=fka2ZBYJO0ea82JAHO_IYq2lf0&hl=ptBR&sa=X&ei=KatZU6DdBenO2wXjzoHICA&ved=0CDAQ6AEwAQ#v=onepage&q=cal%C3%A3o%20em%20itaparica&f=f> Acesso em abril de 2014.

_____. Nas franjas da plantation: trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica: 1840-1888. Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28 [cited 2014-03-12], pp. 193-221. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100009.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1971.2 v.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Crédito e desenvolvimento regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia. 2004. 235f. Tese (Doutorado em Administração) – UFBA, Salvador. CEPLAB - Centro de Planejamento da Bahia. Governo da Bahia. Economia baiana – subsídios para um plano de governo. Salvador: Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 1978. t.3/4.

_____. Desenvolvimento endógeno e concentração municipal de renda na Bahia: uma análise da década de 1990. Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-). Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. v. 13 n. 2 Trimestral

CELES, Débora Alves. Alternativas de inclusão social dos catadores através do beneficiamento da casca do coco: o caso da central de podas e entulhos de Lauro de Freitas/BA (monográfico). ESCOLA POLITÉCTICA/UFBA/Gestão de Resíduos Sólidos Socialmente Integrada – GERSI. SALVADOR, 2013.

CONDER – Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo. Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo. Salvador: Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia 1973 t.1.

COPA ENGENHARIA AMBIENTAL. Aterro sanitário de Santo Antonio de Jesus (apresentação da empresa, arquivo: SLIDE ATERRO SAJ2.ppt). S/d.

COUTO, P. N. A. *Os Filhos de Jaci: Ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença –Ilhéus – BA.* Salvador: Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, 2003.

CPE. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos. A inserção da Bahia na evolução nacional – 2ª etapa: 1890-1930. Salvador, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1980.

DA CRUZ, Rossine Cerqueira (Coord.); MENEZES, Sérgio. Cenários sócio-econômicos para a cidade de Salvador. Feira de Santana: UEFS/Salvador: PMS/SEPLAM, 2000. Fotocopiado.

DAMATTA, R. *Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira.in Relativizando, uma introdução à antropologia social*: Rio de Janeiro, Rocco, p. 58-87, 1990.

CATÁLOGO COOPERATIVAS DO ESTADO DA BAHIA. Governo do Estado da Bahia, 2012.

DOBRES, M. A. **Technology and Social Agency: Outlining a Practice Framework for Archaeology**. Blackwell Pub, 2000

DE LIMA, F. Roque. "Ilha de Itaparica (Brasil): interações entre cultura e espaço." Revista de geografía 32 (1998): 153-164.

DE PAULA, Jorge Luiz *et alli*. *Resumo do relatório circunstanciado de delimitação da terra indígena Tupinambá de* Olivença . FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO- DOU de 20.04.09 Seção 1 , p. 52- 57.

DINIZ, Marcelo B.; ARRAES, Ronaldo A. Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil. In: CONGRESSO DE BRASILEIRO DE ECONOMIA, 15, 2003, Brasília, Disponível em: http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv_cbe/010.pdf Acesso em: 01/02/2004.

DOM MACEDO COSTA. Cidade. Disponível em: http://www.dommacedocosta.ba.gov.br/cidade.php. Acesso em: 08/abr./2014.

ETCHEVARNE, Carlos, FERNANDES, Luydy. *Apontamentos para uma arqueologia do Recôncavo da Baiano.*In: Caroso, C., Tavares, F. & Pereira, C. (orgs.) Baia de Todos os Santos: aspectos humanos. *FAPESB/IMA*, Salvador, 2010. Disponível em: www.ufrb.edu.br/engenhariadepesca/documentos/livros.../download.

EMBASA. Relatório Anual para Informação ao Consumidor, 2010/2011.

<http://www.embasa.ba.gov.br/content/relat%C3%B3rio-anual-para-informa%C3%A7%C3%A3o-ao-consumidor. Acesso em abril de 2014.

FOOTE, Nelson N.; HATT, Paul K. Social mobility and economic advancement. American Economic Review, Princeton, v. 43, n. 2, p. 364-379, maio 1953.

FREITAS, Fabio; KUPFER, David; YOUNG, Carlos Eduardo. Decomposição estrutural da variação do produto e do emprego entre 1990 e 2001 – uma análise a partir das matrizes insumo-produto. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, Grupo de Indústria e Competitividade, Jan. 2004. Relatório parcial de pesquisa. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/ decomposicao_estrutural_da_variacao_do_produto_e_do_emprego.pdf Acesso em: set. 2005.

FAGUNDES, M. (2013). Arqueologia e educação–programa “Arquelogia e comunidades” para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 11 (1), pp. 199-216.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos de. Maria Felipa de Oliveira: heroína de independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FICHER, Fernando (orgs.). Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial. Salvador: GIACS/UFBA, 2007.

FRAGA, Walter. A UFRB e o Recôncavo da Bahia. In: UFRB. Caminhos, histórias e memórias. Cruz das Almas: UFRB, 2010. p. 6-17.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Editora Global, 49ª ed. São Paulo. 2004

GEOGRAFAR. Cartilha para trabalho de base da campanha pelo Território Pesqueiro. Disponível em <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/mapas/4c8e275f4> Acesso em abril 2014.

GOOGLE. Mapa dos povoados da Ilha de Itaparica Bahia. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=mapa+dos+povoados+da+ilha+de+itaparica+bahia&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=Fx8JU4GtPI7SkQeviICoCA&ved=0CD4QsAQ&biw=1366&bih=598#imgdii= . acesso em: 08/abr./2014.

GONZAGA, Ricardo Alessandro Teixeira et al . Avaliação da mortalidade por causas externas. Rev. Col. Bras. Cir., Rio de Janeiro , v. 39, n. 4, Aug. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912012000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2014.

GUERRA, Oswaldo. A indústria baiana no século XXI: desafios e oportunidades. Salvador: UNIFACS, IPA, DCSA 2, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - desempenho atual e tendências da indústria baiana. Texto de Análise do Desenvolvimento Regional, n.º 4, maio de 2001.

_____TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

HAIR, J. F. ANDERSON,et al. Análise multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre, 2005.

HALL, Peter. Megacities, world cities and global cities. The Hague: Megacities Foundation, 1997. Disponível em http: //www.megacities.nl/lecture_hall.htm. Acesso em: ?

HEROLD, Marc W. The Import of European Sugar Machinery to Offset the Sugar Crisis in Bahia, 1875-1914, Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 11-37, jan./jun. 2009.

HEROLD, E.; Machado, R. A. S.; Nazar, M. L. Zoneamento do uso e ocupação territorial como ferramenta de planificação para o desenvolvimento social, econômico e ambiental em municípios de vocação extrativista - O caso de Salinas da Margarida-Ba. **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3975-3982.

http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/municípios-beneficiados/jaguaripe/ Acesso em maio 2014 Foto da mariscadeira - https://www.google.com.br/search?q=mariscadeiras&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=anN2U7TNC4-MqAb5rYKQCw&ved=0CAcQ_AUoAg&biw=1920&bih=969#q=marisqueiras+da+bahia&tbm=isch&facrc=_&imgdii=_&imgrc=OfIkQBwqNf01ZM%253A%3BAOzhijEj9fwkuM%3Bhttp%253A%252F%252Fimgms.viajeaqui.abril.com.br%252F96%252Ffoto-galeria-materia-620-td.jpeg%253F1337342434%3Bhttp%253A%252F%252Fviajeaqui.abril.com.br%252Fmaterias%2

HYDROS & CH2MHILL Análise preliminar de Risco à Saúde Humana – Relatório Síntese. Convênio Nº20/2003. Complementação do Diagnóstico do Grau de Contaminação da Baía de Todos os Santos por Metais Pesados e Hidrocarbonetos de Petróleo a partir da Análise das suas Concentrações nos Sedimentos de Fundo e na Biota Associada, e Elaboração da Análise Preliminar de Risco à Saúde Humana

Associado ao Consumo de Pescado na Baía de Todos os Santos. 0297-RT-00-MA-004R-00. 43p. il. 2005. Disponível em http://www.ceama.mpba.mp.br/biblioteca-virtual-nbts/biblioteca-digital-1103/doc_view/2044-analise-preliminar-de-risco-a-saude-humana-relatorio-sintese.html> Acesso em março de 2014.

HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

DECRETO LEI Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=tupinamb%C3%A1+de+oliven%C3%A7a&oq=tupinamb&aq=3&aqi=g2g-s1g3g-s2g2&aql=&gs_sm=c&gs_upl=3167l9255l0l12090l8l8l0l2l2l0l363l1811l2-3.3l6l0&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.&fp=a9983d7b71049808&biw=1366&bih=643.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Séries Históricas Disponível em<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77&sv=32&t=populacao-presente-e-residente-por-sexo-dados-do-universo-dados-da-amostra> Acesso em março de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Cadastro Central de Empresas - CEMPRE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 jun. 2014.

_____. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 5 jun. 2014.

_____.Produto Interno Bruto Municipal. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 jun. 2014.

_____. Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 jun. 2014.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2006. Disponível em

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municípios/2006/Banco_de_dados/> Acesso em 06 de março de 2013.

_____. Censo demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

_____. Censo demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

_____. Censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios, 1999-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br Acesso em: fev. de 2014.

_____. *Dados históricos do censo 2010*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 mai. 2014.

_____. Produção Agrícola Municipal 2013 - PAM. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 mai. 2014.

ISHITANI, Lenice Harumi et al . Desigualdade social e mortalidade precoce por doenças cardiovasculares no Brasil. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 40, n. 4, Aug. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500019&lng=en&nrm=iso> access on 19 Apr. 2014.

KINPARA, Daniel Ioshiteru. 2006. Valoração Econômica de Recursos Minerais: o caso de rochas como fontes alternativas de nutrientes. Espaço & Geografia. 9(1): 43-61.

LOIOLA, Elisabete. Entre o barroco das igrejas e o pós-moderno dos serviços: a questão do desenvolvimento da Cidade da Bahia. Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v. 6, n. 4, p. 20-26, mar.1996.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil, 4 edição — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEPPER, M. R. Social control processes and the internalization of social values: An attributional perspective. In E. T. Higgins, D. N. Ruble, & W. W. Hartup (Eds.), Social cognition and social development (pp. 294-330). New York: Cambridge University Press, 1983.

LOUREIRO, Leilane V. Desenvolvimento da atividade náutica no estado da Bahia, 2004. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2004. 135p.

MALUF, Renato S. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. São Paulo: Instituto Pólis, abril de 1999. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_172.pdf Acesso em: agosto de 2005.

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez; MENDES, Vera Lúcia Peixoto e MARCHI, Roberto José Trípodi. Meio Ambiente e Saneamento: Gestão do Aterro Sanitário Metropolitano Centro, Salvador, Bahia, Brasil. IX Congresso Virtual Brasileira – Administração, de 23 a 25 de novembro de 2012. Baixado em 01/05/2014 http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/28/2013_28_7554.pdf

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. O Observador, [S.l.]. v. 23, n. 267, p.16-41, maio 1958.

MARSHALL, Alfred. Trade and industry: a study of industrial technique and business organization, and of their influences on the conditions of various classes and nations (1919). 4.ed. New York: A. M. Kelley,1970.

_____.Princípios de economia (1900). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MASLOW, A. H. “Motivation and personality”. New York: Harper. 1954

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Floresta Viva. Diagnóstico Participativo e Fortalecimento Comunitário de Comunidades Quilombolas em Itacaré, Sul da Bahia. Itacaré, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, 2008. Disponível em <http://www.agersa.es.gov.br/arquivos/relatorios/SNIS%202008%20-%20Disgnostico%20de%20Agua%20e%20Esgoto.pdf>. Acesso em 02-04-2014.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA SINPESQ – Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura/SisRGP – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira. Acessado em: http://rgp.mpa.gov.br:8080/ 27 de abril de 20014

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA Boletim Estatístico da Pesca e aquicultura Disponível em <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/animal/bibliografia2013/luis_art4_rousseff.pdf> Acesso em março de 2014.

MOCCELLIN, Ana Silvia et al . Efetividade das ações voltadas à diminuição da gravidez não-planejada na adolescência: revisão da literatura. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife , v. 10, n. 4, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Apr. 2014.

MONTEIRO I.R.T. Modelagem Etnoecológica do Ecozoneamento e Territorialidade da Pesca Artesanal em Ilha de Maré, Salvador-BA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais. 60p.il. 2014.

MUSEU WANDERLEY PINHO, 1973. (Série Sociedade e Cultura).

NAJAR, Alberto Lopes; PERES, Fabio de Faria. A divisão social da cidade e a promoção da saúde: a importância de novas informações e níveis de decupagem.Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 12, n. 3, June 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000300017&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 26 Apr. 2014.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo. [online] Ano VII v.8, n.8. 2008.

OAS. ODEBRECHT. CAMARGO COPRREIA. Proposta de Ocupação Urbana Ilha de Itaparica. Salvador, s/d.

OLIVEIRA, Francisco; REISCHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. CEBRAP, São Paulo, v. 4, n. 131, abr./jun. 1973.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. História de um banco – o Banco Econômico. Salvador: Museu Eugênio TeixeiraLeal/Memorial do Banco Econômico, 1993. 375 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT. Condições de trabalho decentes segurança e proteção social, trabalho na pesca - Convenção nº 188 e Recomendação nº 199, Departamento de Atividades Setoriais Secretaria Internacional do Trabalho 4, route des Morillons - CH-1211 Geneva 22 Suíça. 24p.il. 2009.

PANGEA/FMNA Ações Integradas para a conservação recuperação e preservação do manguezal de Canavieiras-BA: Relatório Final, Convênio 074/2001. p.221 il. 2004.

PANGEA/FMNA Projeto Repescar, Vera Cruz, Bahia: Relatório Parcial. 2005.

PANGEA/FMNA Projeto Repescar, Vera Cruz, Bahia: Relatório Final. 2006.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 1 (1), 2007.

----------. A economia urbana. Ilhéus: Editus, 2002.

_____. A Urbanização Voraz em Salvador, Revista VeraCidade [online] – Ano IV - Nº 5 – Outubro, 2009.

PEREIRA, F.B.; RUIZ, R.M. As Periferias nos centros: um estudo das estruturas metropolitanas brasileiras. XII seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, MG - 29 de agosto a 1º de setembro de 2006.

PERROUX, François. Economic spaces: theory and application. Quarterly Journal of Economics, [S.l.],1950.

_____ Note on the concept of growth poles. Economie Appliquée, [S.l.], v. 8, 1955.

PHILIPPE, Jean ; LEO, Pierre-Yves ; BOULIANNE, Louis-M. (Orgs.). Services et métropoles – formes urbaines et changement économique. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____ Activités de services et métropoles: constats et interrogations. Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 315-325, autumn/ automne, 1999.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU). Disponível em http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php. Acesso em 11 de junho de 2014.

PMS/SEPLAM. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU. Salvador: 2004. Disponível em: http://www.seplam.pms.ba.gov.br/pddua. Acesso em: julho de 2005.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em:<HTTP:// http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 27 mai. 2014.

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. Salvador na "globalização". EURE, Santiago, v.27, n. 80, p.163-18. maio 2001,

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 12.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 354 p. RITZ, Armin. Fenômenos de dependência na economia baiana. Cadernos do CEAS, Salvador, n.º 22, p. 18-32, dez. 1972.

QUADROS, B. E. C.; Oliveira, A. M. V.,Gestão diferenciada do entulho na cidade de Salvador. In: Carneiro, A. P.; Brum, I. A. S.; Cassa, J. C. S. (ed). Reciclagem de entulho para a produção de materiais de construção. Salvador: EDUFBA; p. 116-141 (2001).

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: http://www.rais.gov.br/. Acesso em: 28 mai. 2014.

RASELLA, Davide. Impacto do Programa Água para Todos (PAT) sobre a morbi-mortalidade por diarreia em crianças do Estado da Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 29, n. 1, Jan. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2014

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Superfilmes/ TV Cultura/GNT/Fundar. 2000.

REITERMAJER, D. & Viana J.C. & e Laudo Biológico da Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros do Município de Canavieiras- Bahia – RESEX Canavieiras. Ministério do Meio Ambiente Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Populações tradicionais – CNPT, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Centro de Estudos Socioambientais – PANGEA, Núcleo de Conservação ambiental e Desenvolvimento Sustentável – NCADS. 2005.

RIOS, K.A.N e Germani G.I. Reflexões sobre a Atividade da Pesca Artesanal e da Carcinicultura no estado da Bahia. Disponível em <http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%201/RIOS,K.A.N,%20GERMANI,G.I._Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20atividade%20da%20Pesca%20Artesanal%20e%20da%20Carcinicultura%20no%20es.pdf> Acesso em março de 2014.

ROCHA, Mila Fiusa Wanderley. Requalificação do lixão de Santo Antonio de Jesus para aterro sanitário, aspectos operacionais, ambientais e sociais. Universidade Federal da Bahia/Escola Politécnica/Gestão de Resíduos Sólidos Socialmente Integrada. Salvador-Ba, 2013.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; VASCONCELOS, Ósia Alexandrina. *Desenvolvimento territorial e redes solidárias: reflexões sobre o potencial do Território do Recôncavo no estado da Bahia.* Disponível em <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT7/GT7_PeixotoRocha_VasconcelosO.pdf > Acesso em agosto de 2014.

ROSA, Márcia Reis Rocha; COELHO, Thereza Christina Bahia. O que dizem os gastos com o Programa Saúde da Família em um município da Bahia?. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, Mar. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300021&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Apr. 2014.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. SETIN. Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador: limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (versão preliminar para consulta pública). Salvador – Maio/2012 . Disponível em:

http://www.infraestrutura.salvador.ba.gov.br/consultapublica/arquivos/PMSB_Res%C3%ADduosS%C3%B3lidos_Final.pdf. Acesso em: 27/03/14.

SALINAS DA MARGARIDA. História. Disponível em: http://www.salinasdamargarida.ba.gov.br Acesso em 15/02/2014.

SANTOS, Átila Caldas; MACHADO, Sandro Lemos; CARVALHO, Miriam de Fátima e NASCIMENTO, Júlio César Fialho. Geração de Metano no Aterro Metropolitano Centro. In: Geotecnia, Revista Luso Brasileira de Geotecnia. Associação Brasileira de Mecânica de Solos Engenharia Geotécnica e Sociedade Portuguesa de Geotecnia, nº126, Nov.2012, pag. 61-85.

SANTANA, Lídia M. L. Lazer Náutico na Baía de Todos os Santos: Uma Perspectiva de Valorização Sócio-Ambiental e de Promoção Regional. 2001. Dissertação de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador, Salvador-BA, 2001a. 211 p.

SANTOS, Milton. Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In BRANDÃO, Maria de Azevedo. Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Fundação Casa de Jorge Amado. Salvador, 1998.

_____. O centro da cidade do Salvador. Salvador: Livraria Progresso, [1952].

_____. O papel metropolitano da cidade do Salvador. Revista Brasileira dos Municípios, Rio de Janeiro, v. 9, n. 35/36, 1954.

SAQUET, M.A. e SILVA, S.S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42

SCHEINOWITZ, A. S. O macroplanejamento da aglomeração de Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/EGBA, 1998. SEI. Bahia em números. Salvador: SEI, 2002. v. 4.

_____ Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002. Salvador: 2003. v. 2. (Série estudos e pesquisas, 60).

SEAGRI – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Variação da Estrutura Fundiária no Estado da Bahia. Revista Bahia Agrícola, v.2, n.3, novembro de 1998. Salvador: SEAGRI, 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm> acesso 3 de dezembro de 2004.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO (SICM). Disponível em http://www.sicm.ba.gov.br/. Acesso em 11 junho de 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. Estatísticas dos Municípios Baianos. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em 24 de maio de 2014.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia, 2004. Salvador: SEI, 2004.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002. Salvador: SEI, 2003. 2v (Série estudos e pesquisas, 60).

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Estatísticas dos Municípios Baianos 2002. Salvador: SEI, 2003

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Análise Territorial da Bahia Rural. Salvador: SEI, 2004b. p. 222 ; il. – (Série Estudos e Pesquisas, 71)

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Bahia: crescimento populacional, 1980-1998. Salvador: SEI, 1998. 244 p.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Índice da dinâmica econômica municipal - IDEM*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 28 mai. 2014.

_____. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados* (CAGED). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 28 mai. 2014.

_____. *Índice de Performance Social* (IPS). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 27 mai. 2014.

_____. *Produto Interno Bruto Municipal.* Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 28 mai. 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Finbra 2012*. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municípios/index.asp. Acesso em: 26 mai. 2014.

SOUTHEY, R. *História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Obelisco, 1965.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: _____; FARIA, Vilmar (Orgs.). Baía de todos os pobres. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

SPINOLA, Carolina. O PRODETUR e a descentralização do turismo baiano. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v.2, n. 3, p. 36-47, jan. 2000.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 3, n.4, p. 28-48, jul. 2001.

SUSAMA M. V. Terra Calada: os Tupinambás da Mata Atlântica do Sul da Bahia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

(Série estudos e pesquisas, 39).

SZMRECSÁNYI, Tamás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo: Hucitec, 1979.

_____ Crescimento e crise da agroindústria açucareira do Brasil, 1914-1939. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 7, n. 5, jun., p. 32-68, 1988.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. O problema da involução industrial da Bahia. Salvador: UFBA, 1966.

TEIXEIRA, F. e ARAÚJO, S. (2010), Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: uma visão a partir do emprego e dos Territórios de Identidade. Salvador: UFBA (mimeo).

TOLMAN, E. C. Behavior and psychological man; essays in motivation and learning. Berkeley: University of California Press, 1958.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – Disponível em <http://vube.com/Eug%C3%AAnio+Santos/XpVFRP1ft1/L/vote?t=s&floatee=XpVFRP1ft1&channel=Eug%C3%AAnio%20Santos> Acesso em 09 de abril de 2014.

UGHETTO, Pascal ; DU TERTRE, Christian. Services, espace et territoires: un aperçu de quelques problématiques de recherche. Paris: IRIS, Université Paris IX, 2000. Fotocopiado.

UEFS. SEPLAN. FLEM. FAZ CIDADÃO. Aratuípe: plano de desenvolvimento local integrado e sustentável. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana/Secretaria do Planejamento Ciências e Tecnologia/Fundação Luís Eduardo Magalhaes, 2001.

UFFS. SEPLAN. FLEM. FAZ CIDADÃO. **Aratuípe**: plano de desenvolvimento local integrado e sustentável. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana/Secretaria do Planejamento Ciências e Tecnologia/Fundação Luís Eduardo Magalhaes, 2001.

VERA CRUZ. **Quantidade de lixo enviada ao aterro em 2010** (documento fornecido pela prefeitura e repassado pela Arqtec Engenharia). 2010.

VIEIRA, Maysa Jacqueline Andrade. **Proposta de zonas ambientalmente relevantes para os municípios de Itaparica e Vera Cruz – BA**: um aporte ao ordenamento territorial e à conservação frente ao decreto estadual 13.388/2011 (Monografia). UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/INSTITUTO DE BIOLOGIA/CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. Salvador, BA, 2012.

WEB-RESOL. Licitações. Disponível em: http://www.resol.com.br/site/licitacao.php . Acesso em: 08/abr./2014.

OBS: Os créditos das fotos aéreas feitas por Nilton Souza, contratado para elaboração do Diagnóstico Ambiental da BTS em 2001 estão devidamente registrados no texto, sendo que a V&S pediu autorização ao autor para utilização das mesmas nesse trabalho.